



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

**O FENÓMENO DOS “NOVOS MOVIMENTOS DE
APOSTOLADO” FUNDADOS EM CABINDA PERANTE
OS NOVOS DESAFIOS DA INCULTURAÇÃO.
UMA ABORDAGEM TEOLÓGICO-PASTORAL**

Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de doutor em Teologia Sistemática

por

Paulino Mulamba Mulamba

sob orientação do

Prof. Doutor José Manuel Valente da Silva Nunes

FACULDADE DE TEOLOGIA

Novembro 2015

Ao suspirar por ter chegado ao fim deste longo percurso, sinto-me na obrigação de agradecer a todos os que contribuíram, cada um do seu modo, para a realização deste trabalho de investigação, destacando, de forma particularizada, o meu orientador, pelos seus sábios conselhos e o meu ‘chefe’, Padre Nuno, prior de Cascais, pelos incentivos diários. Este trabalho é nosso. A cada um o meu muito obrigado.

“Tarefa dos Bispos era transformar a teologia em pastoral, isto é, num ministério pastoral muito concreto, no qual as grandes visões da Sagrada Escritura e da Tradição são aplicadas à acção dos Bispos e sacerdotes num tempo e num lugar determinados.”
(Papa Bento XVI)

À memória de Dom Paulino Madeca, primeiro Bispo de Cabinda, por ter acolhido, protegido e promovido os “Novos Movimentos de Apostolado” fundados em Cabinda.

Resumo

A inculturação é um processo de evangelização que propõe a salvação em Cristo a partir daquilo que a pessoa é e vive no seu dia-a-dia. Por isso, foi e continua a ser considerada como prioridade para a missão da Igreja. A Diocese de Cabinda não escapa a esta exigência. E os “Novos Movimentos de Apostolado” fundados em Cabinda, já acolhidos, devem ser valorizados e dinamizados para a sua maturidade eclesial, tornando-se assim estruturas importantes para a implementação do processo da inculturação, constituindo de facto uma “resposta providencial” aos novos desafios da inculturação.

Palavras-chave

Novos desafios da Inculturação, Novos Movimentos de Apostolado, resposta providencial, maturidade eclesial.

SIGLAS E ABREVIATURAS

AA: *Apostolicam Actuositatem*

AG: *Ad Gentes*

AM: *Africae Munus*

BTA: Bulletin de Théologie Africaine

CD: *Christus Dominus*

CEAST: Conferência Episcopal de Angola e São Tomé.

CEI: Conferência Episcopal Italiana

CEV: Comunidade eclesial viva

CIC: *Codex Iuris Canonici*

CL: *Christifideles Laici*

CNBB: Conferência Nacional dos Bispos de Brasil

CRA: Cahiers des Religions Africaines

CT: *Catechesi Tradendae*

CV: *Caritas in Veritate*

DC: Documentation Catholique

DCE: *Deus Caritas Est*

DV: *Dei Verbum*

DEV: *Dominum et Vivificantem*

GS: *Gaudium spes*

E: Entrevista

EA: *Ecclesia in Africa*

EG: *Evangelii Gaudium*

EN: *Evangelii Nuntiandi*

EP: *Evangelii praecones*

ES: *Ecclesiam Suam*

IM: *Iustitia in mundi*

LS: *Laudato Si*

LG: *Lumen Gentium*

LMD : La Maison de Dieu
MM : *Mater et Magistra*
NRT: Nouvelles Revue de Théologie
NT : Novo Testamento
RM: *Redemptoris Missio*
PB: *Pastor Bonus*
PP: *Princeps Pastorum*
PO: *Presbyterorum ordinis*
PT: *Pacem in terris*
RAT: Revue Africaine de Théologie
RM : *Redemptoris Missio*
RN : *Rerum Novarum*
RTL : Révue théologique de Louvain
RP: *Reconciliatio et Paenitentia*
QP: *Quas Primas*
SA: *Slavorum Apostoli*
SCEAM: Simpósio das Conferencias Episcopais de África e Madagáscar
SD: *Salvifici Doloris*
UAD: *Ubi arcano Dei*
UR: *Unitatis Redintegratio*
UUS: *Ut Unum Sint*

INTRODUÇÃO

Nos tempos mais recentes, o fenómeno da agregação dos leigos assumiu formas de particular variedade e vivacidade com o nascer e o irradiar de múltiplas formas agregativas dos fiéis leigos, comumente chamadas associações, grupos, comunidades ou movimentos. “Pode falar-se, afirma João Paulo II, de uma nova era agregativa dos fiéis leigos”¹. Sem dúvida, hoje tornou-se uma realidade eclesial que continua a suscitar muito interesse e muitos estudos de toda a ordem (de teologia sistemática, eclesiologia, direito canónico e até a sociologia, etc.)². João Paulo II considerou este fenómeno como uma “resposta providencial” aos novos desafios da evangelização:

“No mundo, frequentemente dominado por uma cultura secularizada que cria e promove modelos de vida sem Deus, a fé de tantas pessoas é posta à dura prova e, frequentemente, asfixiada e apagada. Sente-se, por conseguinte, com urgência a necessidade de um anúncio forte e uma formação cristã sólida e exaustiva. Temos necessidade, hoje, de pessoas cristãs maduras, conscientes da sua identidade baptismal, da sua vocação e missão na Igreja e no mundo. Temos necessidade de comunidades cristãs vivas. Eis então os movimentos eclesiais e as comunidades novas: são a resposta suscitada pelo Espírito Santo, a este desafio dramático de fim de milénio. Sois esta resposta providencial”³.

Por sua vez, Bento XVI, num discurso para os bispos alemães, viu neles o “dom do Espírito Santo” à Igreja:

“Depois do Concílio, o Espírito Santo deu-nos os ‘movimentos’. Por vezes, eles podem parecer um pouco estranhos ao pároco ou ao bispo, mas são lugares de fé em que os jovens e os adultos experimentam um modelo de vida na fé como oportunidades para a vida de hoje. Por isso, peço-vos para irdes ao encontro dos movimentos com muito amor. Em certos aspectos devem ser corrigidos, inseridos no conjunto da paróquia ou da diocese. Mas devemos respeitar o carácter específico dos seus carismas e ser felizes por nascerem formas comunitárias de fé em que a Palavra de Deus se torna vida”⁴.

Foram essas duas afirmações – o reconhecimento do fenómeno de novos movimentos como “resposta providencial” aos novos desafios da evangelização e “dom

¹ CL 29.

² Por exemplo, COSTA, A. J., *Sociologia dos Novos Movimentos Eclesiais: Focolares, Carismáticos e Neocatecumenais em Braga*, Afrontamento, Santa Maria da Feira, 2006. É um estudo da tese do doutoramento em sociologia.

³ João Paulo II, “Vigília de oração no encontro dos Movimentos Eclesiais e das Novas Comunidades”, 30 de Maio de 1998.

⁴ Bento XVI, “Discurso aos Bispos alemães na sua visita *“ad limina Apostolorum”*”, 18 de Novembro de 2006.

do Espírito Santo” à Igreja – que suscitaram o nosso interesse por este estudo, tendo em conta o florescimento dos novos movimentos fundados em Cabinda. Desses novos movimentos, escolhemos, para o nosso estudo, aqueles que chamamos de “Novos Movimentos de Apostolado”.

Do Primeiro Sínodo para África, tinha vindo a reconfirmação do desafio da inculturação, traduzida pelo Papa João Paulo II nestas expressões: “Uma prioridade e uma urgência na vida das Igrejas particulares, para a real radicação do Evangelho em África, uma exigência da evangelização, uma caminhada rumo a uma plena evangelização, um dos maiores desafios para a Igreja no Continente ao avizinhar-se o terceiro milénio”⁵. De facto, a inculturação continua a ser um sério desafio pastoral.

O nosso principal objectivo está resumido nesta pergunta que vai servir como questão de investigação ou pergunta de partida: será que esses “Novos Movimentos de Apostolado” fundados em Cabinda podem também ser considerados como “uma resposta providencial” aos novos desafios do processo da inculturação em Cabinda e, desta forma, ser “dom do Espírito Santo” à Igreja particular? Para responder a esta pergunta é preciso saber:

- 1ª Quais são os novos desafios da inculturação em Cabinda?
- 2ª O que são os “Novos Movimentos de Apostolado” fundados em Cabinda?
- 3ª Como valorizar e dinamizar os novos movimentos do apostolado para serem resposta providencial?

Estas perguntas tentam exprimir, o mais exactamente possível, o que se procura saber, elucidar e compreender melhor neste trabalho de pesquisa e, ao mesmo tempo, delineiam as três partes que o compõem, isto é, a primeira dedicada à percepção do itinerário do processo da inculturação em África e dos seus actuais desafios em Cabinda; a segunda consagrada à descoberta da dimensão da realidade do fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado em Cabinda e, por fim, a terceira, projectada para a sua valorização e a sua dinamização.

Para alcançarmos este objectivo, vamos recorrer, na primeira fase do nosso estudo, ao método histórico-crítico do fenómeno do processo da inculturação em África para melhor descobrirmos os seus novos desafios em Cabinda. Este percurso será feito em duas vertentes: por um lado, fazer uma leitura crítica da evolução do processo da

⁵ EA 59.

inculturação como forma de avaliação do trabalho já produzido, e, por outro lado, apresentar algumas propostas concretas, algumas pistas ou orientações para uma inculturação fiável e verdadeira que remete para uma vida de testemunho. Esta leitura será precedida de um estudo do conceito da inculturação para a sua melhor compreensão e aplicação ao contexto africano e da sua fundamentação, fazendo recurso à Antropologia, à Sagrada Escritura, à História do Cristianismo e, evidentemente, à Teologia, e seguido da apresentação dos novos desafios que a Diocese de Cabinda deve enfrentar na sua missão de evangelizar.

De facto, o processo da inculturação, segundo João Paulo II, procura “fazer com que os discípulos de Cristo possam assimilar cada vez melhor a mensagem evangélica, continuando, no entanto, fiéis a todos os valores africanos autênticos. Inculturar a fé em todos os sectores da vida cristã e humana apresenta-se como tarefa árdua, para cujo cumprimento é necessária a assistência do Espírito do Senhor que guia a Igreja para a verdade total”⁶. Por isso, “enquanto caminhada rumo a uma plena evangelização, a inculturação quer colocar o homem em condições de acolher Jesus Cristo na integridade do próprio ser pessoal, cultural, económico e político, de maneira que ele possa viver uma vida santa, em total união com Deus Pai, sob a acção do Espírito Santo”⁷. Para isso, é preciso criar estruturas; João Paulo II afirmou que os movimentos e associações são uma dessas estruturas pelo seu impulso apostólico⁸. Eis a razão, segundo o mesmo Papa, que levou “os Padres do Sínodo a formular votos calorosos de que ‘este impulso prossiga e se desenvolva a todos os níveis do laicado, quer se trate de adultos, quer de jovens e crianças’”⁹.

A segunda parte do estudo, dedicada à descoberta deste “impulso” desejado pelo Sínodo na diocese de Cabinda, tem como objectivo descobrir a verdadeira dimensão do fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda, os verdadeiros motivos do seu surgimento e da sua florescência, a novidade do seu modo de exercer o apostolado, os seus aspectos positivos e negativos. Para tal, é preciso delinear a pesquisa, capaz de alcançar este objectivo. Por esta razão, vamos recorrer à metodologia

⁶ EA 78.

⁷ EA 62.

⁸ Cf. EA 59. Outras estruturas são a paróquia, as escolas, as universidades, as comunidades de base e os meios materiais.

⁹ Ibidem.

qualitativa das Ciências Sociais com as suas técnicas de colecta e tratamento das informações ou dos dados para a sua apresentação e interpretação. Bogdan e Biklen entendem a metodologia qualitativa

“como um termo genérico que agrupa diversas estratégias de investigação que partilham determinadas características. Os dados recolhidos são designados por qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico. As questões a investigar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, sendo, outrossim, formuladas com o objectivo de investigar os fenómenos em toda a sua complexidade e em contexto natural”¹⁰.

Na prática, queremos aprofundar o conhecimento sobre a identidade e as principais características dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda, de modo que tenhamos uma melhor compreensão da sua natureza e especificidade. Mas, antes disso, impõe-se justificar a nossa opção pela terminologia “Novos Movimentos de Apostolado” para identificar a forma de agregação dos leigos em estudo neste trabalho e também conhecer o contexto do seu surgimento, isto é, por um lado, a realidade actual do território de Cabinda nos seus aspectos geo-político, socio-económico e religioso, e por outro lado, a realidade da diocese de Cabinda na sua história, nas suas estruturas, seu pessoal e na sua própria dinâmica de funcionamento.

A terceira parte enquadra-se na linha contributiva de apresentação de propostas concretas de orientação teológico-pastoral para a valorização e a dinamização do impulso apostólico dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda, para que sejam, de facto, “resposta providencial aos novos desafios da inculturação”, e serem, assim, “dom do Espírito Santo” à Igreja de Cabinda. Para tal, é preciso potenciar o positivo que esses novos movimentos têm e corrigir com “muita caridade e sabedoria pastoral” o negativo, pois, segundo o Concílio Vaticano II,

“O apostolado em associação é de grande importância também porque, nas comunidades eclesiais e nos vários meios, o apostolado exige com frequência ser realizado mediante a acção comum. As associações criadas para a acção apostólica comum fortalecem os seus membros e formam-nos para o apostolado. Além disso, distribuem ordenadamente e orientam o seu trabalho apostólico, de modo que se podem esperar daí frutos muito mais abundantes do que se agisse cada um por sua conta”¹¹.

Dáí surge a necessidade de proporcionar a esses Novos Movimentos de Apostolado condições, meios e estruturas para a sua valorização e a sua dinamização, a

¹⁰ Biklen, S. K., e Bogdan, R. C., Investigação qualitativa em educação – Uma Introdução à teoria e aos métodos, Porto, Porto Editora, 1994, p. 94.

¹¹ AA 18.

fim de alcançarem a sua maturidade eclesial e de fazerem dos seus membros verdadeiros discípulos e missionários de Jesus Cristo, oferecendo assim um contributo precioso à dinâmica missionária vital da Igreja de Cabinda, como reconhece Bento XVI ao afirmar que “os movimentos lançam o desafio de uma Igreja missionária, corajosamente projectada para novos horizontes, e ajudam a pastoral paroquial e diocesana a reencontrar a combatividade profética e o sopro necessário”¹².

Entretanto, deixamos alguns reparos: em primeiro lugar, há a reconhecer algumas dificuldades encontradas inerentes ao decorrer de um trabalho de investigação que recorre a métodos das Ciências Sociais, como o nosso, com uso das técnicas da metodologia qualitativa, com o condicionamento da distância entre os lugares de investigação e de residência temporária do investigador, acrescendo a nossa pouca experiência no uso dessas técnicas de recolha e tratamento de dados; em segundo lugar, o uso da língua não materna com as suas diferentes vertentes da lusofonia, o que nos obrigou, por rigor científico, a respeitar as citações dos autores brasileiros e angolanos, como por exemplo na utilização, conforme os diferentes autores, dos termos “incarnação” ou “encarnação” para exprimir a mesma realidade¹³. A superação dessas dificuldades exigiu de nós mais tempo de investigação e a utilização de mais fontes e técnicas de recolha de informações, com vista a dar mais consistência às nossas conclusões. Sendo Angola não signatária do novo acordo ortográfico da língua portuguesa, optámos neste trabalho de investigação por não seguir as suas normas-Alertamos ainda que as citações do Magistério foram todas tiradas do *site* oficial da Santa Sé (www.vatican.va) e as informações e actividades do Conselho Pontifício para os Leigos do seu *site* oficial (www.laici.va). Por fim, a tradução de obras em língua francesa referidas neste trabalho é da nossa responsabilidade, como vai sendo sublinhado em nota de rodapé.

¹² Bento XVI, “Discurso aos Participantes no Seminário de estudo para os Bispos, promovido pelo Pontifício Conselho para os Leigos, 17 de maio 2008.

¹³ Além disso, serão ainda visíveis nalgumas citações dos Estatutos e das entrevistas certos erros de português que optamos manter como tal, a não ser em casos excepcionais em que fosse impossível a compreensão do texto.

Primeira parte:
O PROCESSO DA INCULTURAÇÃO E OS SEUS NOVOS
DESAFIOS EM CABINDA

O processo da inculturação não é uma exclusividade nem um monopólio de África, mas um processo sempre ligado à história da evangelização, como ressalta Carrier:

“Desde a origem, a missão da Igreja tomou forma dum encontro mutuamente enriquecedor dos evangelizadores e das diversas culturas. Já São Paulo tornava compreensível a mensagem de Cristo à mentalidade dos Gentios e dos Gregos, e o Evangelho foi anunciado a Roma e a todos os países romanos e bárbaros do Império. Mas tarde, os teólogos de génio, como Orígenes e Agostinho esforçaram-se por exprimir o essencial da mensagem de Jesus em categorias inteligíveis das culturas dominantes da sua época. Toda a história das missões está marcada por uma procura de adaptação da evangelização à diversidade das línguas, costumes e tradições dos povos a evangelizar. Este esforço de interpretação do Evangelho, em termos inteligíveis a todas as culturas, não é uma realidade recente, mas, por assim dizer, é conatural ao ensinamento de Cristo que foi, desde a origem, dirigido a todas as nações”¹⁴.

Em África, o conceito da inculturação está intimamente ligado à história da teologia africana, como afirmou Dom Matondo em 1986, na abertura da XVII Semana Teológica de Kinshasa sobre o balanço do trabalho da teologia africana:

“Desde o seu nascimento, a teologia africana fixou um objectivo que domina todas as suas abordagens: a inculturação da mensagem de Cristo em terra africana, isto é, um tenaz e paciente esforço para fazer penetrar nas nossas culturas o Espírito do evangelho, sem, portanto, desnaturalizá-las, ou seja, que elas permaneçam integralmente negro-africanas, tornando-se profundamente cristãs”¹⁵.

Desde logo, é evidente que a inculturação sempre foi considerada como um desafio para a Igreja de África. A prova desta evidência está patente no estudo de Neckebrouck¹⁶, que apresenta alguns superlativos utilizados pelos teólogos africanos para falar da inculturação: “a prioridade das prioridades” (Penoukou); “a questão vital” (Hebga); “a tarefa primordial” (Penoukou); “a palavra-chave recente da teologia” (Gantin); “o *leitmotiv* dos africanos nas últimas décadas” (Mbembe); “o objectivo mais essencial” (De Souza), etc. Ugeux salienta que os teólogos africanos e, especialmente,

¹⁴ Carrier, H., *Évangile et cultures. De Léon XIII à Jean-Paul II*, MediasPaul, Paris, 1987 (nossa tradução).

¹⁵ Matondo Kwa NZambi, “Homélie prononcée au cours de la messe solennelle en rite adapté au Zaïre célébrée pour l’ouverture de la Semaine Théologique 1986”. In: *Théologie Africaine. Bilan et Perspectives. Actes de la Dix-septième Théologique de Kinshasa 2-8 avril 1986*, FCTK, Kinshasa 1989, p. 9 (nossa tradução).

¹⁶ Cf. Citado por Derroite, H., “Des conditions nouvelles pour l’évangélisation en Afrique. Voeux pour un concilie africain (1977-1989)”. In: *NRT* 115 (1993) 573.

os congoleses, falam da inculturação não como um modo, mas como uma condição *sine qua non* da evangelização em profundidade em África¹⁷.

Essas expressões demonstram a unanimidade na abordagem da inculturação como uma necessidade e uma exigência para as Igrejas do continente africano. A oitava assembleia da SCEAM tinha-o confirmado nestes termos: “Reconhecemos igualmente o desafio da inculturação do cristianismo em África, duma evangelização em profundidade do cristão africano que respeita e afirma a sua identidade específica e procura preencher o fosso que separa a cultura da fé”¹⁸. Os Bispos prometeram cumprir esta missão com determinação e coragem: “Nesta tarefa importante e delicada, estamos decididos a proceder com coragem e fé, assim como com o sentido da nossa responsabilidade pastoral”¹⁹.

Nesta primeira parte do nosso estudo, vamos tentar perceber o verdadeiro sentido do conceito da inculturação. Para este efeito, por um lado procuraremos descobrir como foi entendido e assumido na realidade africana e, por outro lado, apresentaremos as exigências que se impõem para ser, hoje, um processo de evangelização fiável, capaz de responder às inspirações, às angústias e aos problemas que fazem parte da vivência do dia-a-dia do povo cristão da Igreja particular de Cabinda. Esperamos, deste modo, atingir o objectivo desta primeira parte do nosso estudo, consagrada ao conceito da inculturação e aos seus novos desafios em Cabinda.

¹⁷ Cf. Ugeux, B., *Les petites communautés chrétiennes, une alternative aux paroisses? L’expérience zaïroise*, Cerf, Paris, 1988, p. 233.

¹⁸ In: DC 1949 (1987) 1025 (nossa tradução).

¹⁹ *Ibidem*.

Capítulo 1:

O conceito de inculturação: abordagem etimológica e histórica

Segundo Carrier, “informar-se sobre uma palavra é procurar compreender a realidade que ela designa e as razões que fazem escolher esta palavra de preferência a uma outra”²⁰. É esta ideia-chave que vai orientar este primeiro capítulo sobre o conceito da inculturação. Vamos tentar reconstruir o seu roteiro semântico evolutivo, abordando o seu aspecto semântico como termo e como conteúdo e os problemas principais que ele envolve. Deste modo, esperamos compreender a preferência terminológica do conceito da inculturação em detrimento de outros termos para designar a realidade do encontro da mensagem de Jesus Cristo com as culturas.

1.1. A génese histórica do conceito da inculturação

Para melhor compreender o percurso histórico do conceito da inculturação, é preciso situá-lo no seu contexto universal. Já nos anos 30 a terminologia da inculturação era referenciada por alguns antropólogos, como afirma P. Charles em 1953: “O processo pelo qual o indivíduo está constrangido a adaptar-se à disciplina do seu grupo, era chamado, há vinte anos, de inculturação”²¹. É um processo assumido durante toda a vida porque “começa desde a primeira infância, antes da idade da razão, até à morte, estabelecendo conexões muito profundas entre diversos comportamentos que levam o adulto a não reconhecer mais o seu carácter artificial e que uma parte imensa da sua cultura lhe aparece como natural e inata”²². E acrescenta: “A inculturação não diz respeito apenas a alguns pormenores do comportamento. Mas envolve toda a vida do indivíduo, funde-se com a do grupo ao qual pertence e determina, às vezes, as reacções

²⁰ Carrier, H., *Guide pour l’inculturation de l’Evangile*, Editrice Pontificia Universita Gregoriana, Roma, 1997, p. 29 (nossa tradução).

²¹ Charles, P., “Missiologie et acculturation”. In: NRT 75 (1953) 19 (nossa tradução).

²² Ibidem, p. 19.

psicofisiológicas que aparecem instintivas”²³. Percebe-se que este contexto é mais do domínio da sociologia do que da teologia.

De qualquer modo, as primeiras utilizações do conceito da “inculturação” em teologia datam dos anos 50, em que aparece muitas vezes em debates da vigésima nona semana sobre a missiologia de Lovaina, na Bélgica, em 1959, onde se destacaram as intervenções de Bruls, que falava da inculturação da vida cristã como uma “necessidade inelutável”²⁴, e do padre francês Segura, da Congregação dos Padres Brancos, que tinha intitulado a sua intervenção: “A iniciação, valor permanente em prol da inculturação”²⁵. Mais tarde, em 1962, num contexto diferente, Masson fala da “exigência dum cristianismo inculturado duma maneira polimorfa”²⁶. Essas declarações são provas de que antes dos anos 70 já se falava da inculturação como necessidade na missão de evangelizar.

Mas, será sobretudo entre 1974 e 1975 que a sua difusão e o seu aprofundamento tiveram grande eco com a grande influência da trigésima segunda Congregação Geral da Companhia de Jesus que se realizou em Roma, de 2 de Dezembro de 1974 a 7 de Março de 1975²⁷. Segundo Carrier, “o Vaticano II não o utilizou, o que é de admirar, quando se

²³ Ibidem, p. 20.

²⁴ Cf. Bruls, J., “L’attitude de l’Eglise devant les cultures non-chrétiennes”. In: Mission et cultures non-chrétiennes – Rapport et compte rendu de la XXIX^e semaine de missiologie de Louvain 1959 (Coll. “Museum Lessianum – section missiologique” n^o40), Desclée de Brouwer, Louvain, 1960, p. 50.

²⁵ Cf. Segura, D., “L’initiation, valeur permanente en vue de l’inculturation”. In: Mission e Cultures non-chrétiennes, p. 219-235.

²⁶ Masson, J., “L’Eglise ouverte sur le monde aux dimensions du Concile”. In: NRT 84 (1962) 1038 (nossa tradução).

²⁷ A Congregação Geral é o único corpo legislativo da Companhia de Jesus, um instrumento ordinário de governo. Esta Congregação foi convocada pelo Padre Arrupe, segundo as Constituições para tratar de assuntos importantes para a vida da Companhia de Jesus. Foi um encontro preparado durante quatro anos, com a colaboração de todas as comunidades de Jesuítas, pelo aprofundamento da Congregação Geral precedente (1965-66), realizado no clima de renovação inspirado pelo Concílio de Vaticano II e pela experiência e fraternidade. Dela participaram os superiores maiores e delegados das 85 províncias num total de 237 membros. Arrupe deu a todos os jesuítas o conhecimento de sua decisão de realizar esta Congregação Geral para tratar de temas importantes e difíceis que interessavam a todo o corpo da Companhia e afirmou que o encontro seria momento de “revisão, de reconhecimento de falhas e limitações, de desejo de união e revigoramento espiritual e de discernimento a respeito das imensas oportunidades para o apostolado que oferece o momento presente”. O tema da inculturação foi considerada como uma dessas oportunidades para o apostolado. Por isso, deve ser destacada a figura do padre Arrupe como grande impulsionador do processo da inculturação dos novos tempos. Partindo da sua experiência missionária no Japão fundamentou e promoveu o processo de inculturação. Fez uma intervenção de grande importância no Sínodo dos Bispos de 1977 onde afirmou que a inculturação é o enraizamento do Evangelho nas culturas humanas e ao mesmo tempo advertia, já nessa altura, para possíveis incompreensões do termo e, por isso, clarificou-o: “A inculturação não é simples adaptação catequética nem condescendência ou estratégia para mostrar um cristianismo mais atraente, nem é folclore, nem etnocentrismo do Ocidente” (Cf. ARRUPE, P. Lettre sur l’inculturation, du 14 mai 1978, in

sabe do interesse do Concílio para o encontro da Igreja com as culturas. As pesquisas pós-conciliares, dos jesuítas em particular, contribuíram para a sua recente difusão”²⁸. E vai aparecer pela primeira vez nos textos oficiais da Igreja na mensagem ao Povo de Deus do Sínodo dos Bispos de 1977 sobre a catequese, considerada como “factor activo da inculturação”: “A mensagem cristã deve enraizar-se nas culturas humanas e deve também transformar essas culturas. Neste sentido, podemos dizer que a catequese é um instrumento da inculturação”²⁹.

O ano de 1978 marca uma grande viragem na história do conceito da inculturação com os dois grandes ensaios de definições: o de P. Arrupe, na sua carta como superior geral aos jesuítas, de 14 de Maio de 1978, e o de A. Roest Crolius que teremos a oportunidade de apresentar neste capítulo. A partir de 1979, é utilizado com frequência pelo João Paulo II, o primeiro Papa a fazê-lo. A partir de então, afirma Carrier:

“A inculturação tornava-se para muitos Capítulos gerais de religiosos e religiosas o elemento-chave para a sua orientação evangelizadora e educativa entre eles os Dominicanos, os Franciscanos, os Carmelitas, as religiosas do Sagrado Coração, as Irmãs de Nazaré, as Irmãs Grises de Montreal. Doravante, uma atenção particular é dada à inculturação e vejam nela a chave da nova evangelização. Do mesmo modo, os movimentos de leigos e muitas organizações internacionais católicas encontram nela um programa de engajamento para a difusão dos valores cristãos na sociedade moderna”³⁰.

Em Roma, no Sínodo dos Bispos de 1985, a Comissão Bíblica e o Conselho Pontifical para a Cultura aprofundaram o estudo do conceito da inculturação. Este Sínodo marcará a sua legitimidade teológica como testemunha esta declaração:

Aqui temos também o princípio teológico para o problema da inculturação, pois a Igreja é comunhão que une diversidade e unidade. Pela sua presença no mundo inteiro, assume em toda a cultura o que nela há de positivo. Todavia, a inculturação é mais que uma simples adaptação exterior. Significa uma íntima transformação de autênticos valores pela sua integração no cristianismo e o enraizamento do cristianismo nas diversas culturas humanas”³¹.

Em 1989, foi publicado um documento da Comissão Teológica Internacional com o título: “A fé e a inculturação” que demonstra o interesse numa reflexão

Écrits pour Évangéliser, présentés par J.-Y Calvez. Paris, Desclée de Brouwer/Bellarmin, 1985, p. 169-175. Sobre Arrupe pode ler também “Lettre et document de travail sur l’inculturation”, in *Acta romana societatis Jesu* 17 (1978) 282-309; A obra da inculturação, Loyola, São Paulo 1980; *Itinéraire d’un jésuite*, Centurion, Paris 1982; “Catéchèse et inculturation”, in: *Lumen vitae* 32 (1977) 444-453.

²⁸ Op. cit. p. 140.

²⁹ In: DC 1731(1977) 1018 (nossa tradução).

³⁰ Op. cit., p. 33-34.

³¹ In: DC 1909 (1986) 36-42.

aprofundada e sistemática tendo em conta a importância do tema da inculturação da fé hoje no mundo inteiro³².

É de sublinhar o impulso e a dedicação de muitos Bispos, especialmente da Ásia, África e América Latina na ideia e na prática da inculturação. Em 1992, a Assembleia-Geral dos Bispos da América Latina reunida em São Domingo considerou a inculturação como o coração da nova evangelização das culturas tradicionais e culturas emergentes³³. Não podemos, deste modo, deixar de fazer menção especial ao contexto africano, objecto do nosso estudo. As reivindicações da inculturação como fenómeno datam do ano 1956 com a famosa obra “Des prêtres noirs s’interrogent”³⁴. Porém, o ano de 1974 será decisivo, com a declaração oficial dos Bispos de África e Madagáscar, quando exigiram uma teologia da inculturação, lançando assim o debate duma teologia africana verdadeiramente inculturada³⁵. E, ultimamente, foi o II Sínodo sobre a África que tornou a confirmar o que já fora sublinhado no I Sínodo: que a inculturação era “uma urgência e uma necessidade para a evangelização em profundidade”³⁶.

Podemos afirmar que na história do conceito da inculturação, a década de 70 é considerada como uma etapa de grande sucesso com grandes investimentos no aprofundamento do conceito da inculturação e das suas implicações na vida da Igreja. Como se chegou a esta terminologia?

1.2. Tentativas terminológicas

A realidade do encontro da mensagem de Jesus com as culturas passou por muitos termos que vamos descobrir para melhor percebermos a novidade e a particularidade do conceito em análise. Assim sendo, o conceito de “inculturação” nasce da exigência dum termo capaz de designar melhor a relação entre a Palavra de Deus a ser proclamada e as culturas que a recebem. Houve muitas tentativas terminológicas, como atesta Nunes:

³² Cf. In: DC 1980 (1989) 281-289.

³³ Cf. Carrier, Guide pour l’inculturation de l’Évangile, p. 34.

³⁴ Cf. Des prêtres noirs s’interrogent, Cerf, Paris, 1956 é uma colecção de entrevistas de estudantes noirs na Europa.

³⁵ Cf. Promouvoir l’évangélisation dans la corresponsabilité. Déclaration des Evêques d’Afrique et Madagascar présents au quatrième Synode episcopal Mondial. In: DC 1664 (17 nov. 1974) 995.

³⁶ Cf. AM 36-38 e EA 59.

“Para falar desta realidade do diálogo da fé com as culturas, ‘do como’ da evangelização, já se propuseram e usaram muitos termos, a maior parte dos quais levando consigo imprecisões que necessitaram de ser clarificadas, porque a essa ambiguidade dos termos correspondiam exactamente práticas pastorais realmente diferentes, correndo-se o risco de voltar a erros passados da evangelização”³⁷.

A seguir apresentamos alguns desses termos.

1.2.1. Aculturação

Carrier afirma que a palavra inculturação é um neologismo ligado a um outro – “aculturação” – termo utilizado desde o fim do século XIX pelos antropólogos, mas com diversas interpretações³⁸. Em 1936, Robert Redfiel e os seus colaboradores definem-na como “fenómenos que se produzem quando grupos de indivíduos estão em contacto contínuo e as mudanças que se seguem nos modelos culturais de um ou dos dois grupos”³⁹. Foi o que levou Nunes a afirmar que “por volta dos anos 30, começou a falar-se em ‘aculturação’ com o significado real de fenómeno produzido pelo choque de duas culturas diferentes”⁴⁰. Miranda apresenta uma definição muito simples: “Processo da transformação verificada no contacto de dois ou mais grupos culturais distintos”⁴¹.

No sentido teológico, segundo Barbosa, “entende-se por aculturação o processo global de impacto da mensagem evangélica com as culturas, com todos os fenómenos relativos”⁴². Esta designação ilustra bem o encontro da fé cristã com as diversas culturas, já que a fé é, em si, uma expressão duma cultura. Na óptica de Nunes: “Isso suporia considerar a fé, a mensagem cristã, como uma cultura (a ocidental) que ia ao encontro de outra cultura”⁴³. Assim sendo, o seu encontro com uma cultura a evangelizar é o encontro de culturas. Por isso,

“É importante dizer de novo que a missão, tendo por objectivo dilatar as fronteiras da cristandade, não é apenas portadora duma doutrina e de meios da salvação eterna, como também uma ‘maneira de viver’ essencialmente cristã, isto é, duma cultura. Esta cultura

³⁷ Nunes, J., *Pequenas comunidades cristãs. O ondjang e a inculturação em África/Angola*, UCP, Porto, 1991, p. 67. Também Carrier aborda este assunto das tentativas terminológicas na sua obra: *Lexique de la Culture. Pour l'analyse culturelle et l'inculturation*. Tournai-Louvain-la-Neuve, Desclée, 1992; Dupuis, J., “Adaptation, inculturation, contextualization”. In: *Seminarium*, 32 (1992) 61-74.

³⁸ Cf. Carrier, *Guide pour l'inculturation de l'Évangile*, p. 31.

³⁹ *Ibidem*, p. 31 (nossa tradução).

⁴⁰ *Op. cit.*, p. 67.

⁴¹ Miranda, M.F., *Inculturação da fé. Uma abordagem teológica*, Loyola, São Paulo, sd, p. 37.

⁴² Barbosa, A.F., *A nova evangelização*, Paulinas, São Paulo, sd, p. 91.

⁴³ *Op. cit.*, p. 67.

pode e deve reflectir todas as variedades que provocam a sua adaptação aos diferentes grupos humanos que penetra. Ela confunde-se com a diversidade de línguas, de vestuário, de artes, de sistemas políticos, de psicologias, de gastronomia, de usos sociais. Mas a expressão da cultura cristã tem diante dela tanto os indivíduos quanto as culturas não-cristãs. Deve penetrá-las como fermento na massa”⁴⁴.

A aculturação já foi utilizada em certas circunstâncias como sinónimo da inculturação como demonstram as subsequentes palavras de João Paulo II: “O termo ‘inculturação’ ou ‘aculturação’ pode ser um neologismo, mas exprime muito bem uma das componentes do grande mistério da encarnação”⁴⁵. Portanto, é este fenómeno de encontro de culturas que é chamado “aculturação”, pois, “as culturas, mesmo estando fiéis ao seu tipo específico, são, apesar disso, elásticas e sempre em movimento. Elas influenciam-se umas sobre as outras”⁴⁶.

A limitação desta terminologia é a identificação da fé à cultura ocidental. Portanto, a fé não tem cultura específica, mas tem muitas culturas. Desta forma, afirma Carrier: “A tendência actual é de distinguir inculturação e aculturação para mostrar que as relações entre Evangelho e cultura não são redutíveis às simples relações entre as culturas, pois é questão, mais especificamente, do encontro da mensagem cristã com as culturas”⁴⁷. É esta tendência que explica porque “hoje os católicos preferem (nitidamente) a palavra ‘inculturação’ à ‘aculturação’, pois põe melhor em evidência que a evangelização não é redutível a uma simples relação entre culturas (como na aculturação)”⁴⁸. Por conseguinte, o conceito da aculturação tornou-se um termo desadequado para significar a realidade profunda do encontro da mensagem de Jesus Cristo com as culturas.

1.2.2. Enculturação

É a terminologia de P. Charles que é um equivalente antropológico da “socialização” na linguagem da psicologia social. É definida como “processo pelo qual uma pessoa é introduzida na sua própria cultura, processo este que não se restringe apenas às crianças, mas atinge os adultos, sempre assimilando características

⁴⁴ Charles, art. cit., p. 27.

⁴⁵ João Paulo II, “Alocução Discurso aos membros da Pontifícia Comissão Bíblica”, 22 de Março de 1979.

⁴⁶ Charles, art. cit., p. 27 (nossa tradução).

⁴⁷ Évangile et cultures. De Léon XIII à Jean Paul II, p. 146 (nossa tradução).

⁴⁸ Guide pour l’inculturation de l’Évangile, p. 31 (nossa tradução).

fundamentais da sua identidade cultural”⁴⁹. Azevedo reconhece que “este conceito sublinha sobretudo a relação do indivíduo com a sua cultura, assim como termo paralelo – socialização – do vocabulário sociológico e psicológico, enfatiza a relação da pessoa com o seu contexto social”⁵⁰. A enculturação não foi muito utilizada, mas era referenciada para designar aspectos particulares de aculturação.

1.2.3. Transculturação

É a absolutização de uma cultura e a sua imposição às demais ou, noutros termos, é “a possível ou efectiva transferência unilateral e, eventualmente, impositiva de sentidos e valores, de símbolos, padrões ou instituições de uma cultura específica para outras culturas. Transculturação, nesta acepção, conota, de algum modo, uma postura dominante e/ou etnocêntrica, auto-suficiente na consciência da própria superioridade cultural”⁵¹.

Portanto, a cultura que se julga superior vai impor a sua marca, os seus valores sem o mínimo respeito e o mínimo reconhecimento dos valores das outras culturas, logo, não podia ser o termo adequado para designar a relação entre a mensagem cristã e as culturas. É nesta perspectiva que se enquadra a política da “tabula rasa” da primeira evangelização de África.

1.2.4. Adaptação e acomodação

Segundo Nunes, “propuseram-se, então, os termos ‘acomodação’ e ‘adaptação’ os quais, se bem que dêem já a ideia de que há que respeitar o outro, as diversas culturas, sem lhes impor o modelo ocidental-cristão, não deixam também de insinuar uma adaptação superficial da fé a uma cultura, através da adopção de algum símbolo, gesto, tradução, etc.”⁵². Foram os termos preferenciais dos anos 50 e 60 com muitos traços em alguns textos do Concílio Vaticano II. A sua conotação é mais pedagógica e os dois termos parecem sinónimos, mas tem cada um a sua matéria própria. Adaptação (*accommodation* em inglês; *Akkomodation*, em alemão) é uma exigência mais do lado

⁴⁹ Miranda, op. cit., p. 37.

⁵⁰ Op. cit., p. 413.

⁵¹ Ibidem, nota de rodapé 105, p. 346.

⁵² Op. cit., p. 67.

do missionário que deve procurar “adaptar-se” com os hábitos leais do povo a evangelizar, enquanto a acomodação está relacionada com a cultura local que deve “conformar-se” com a mensagem evangélica.

Mas, a adaptação tem um sentido duplo: quando se refere ao missionário, trata-se de uma adaptação à cultura do país e do povo a evangelizar, à maneira de viver, de vestir, de comer, etc. Neste caso, o missionário não deve impor a sua cultura. O exemplo claro da adaptação é o caso de S. Paulo:

“Para os judeus, fiz-me como judeu, a fim de ganhar os judeus. Para os que estão sujeitos à Lei, fiz-me como se estivesse sujeito à Lei, se bem que não estão sujeitos à Lei, para ganhar aqueles que estão sujeitos à Lei. Para aqueles que vivem sem a Lei, fiz-me como se vivesse sem a Lei, ainda que não viva sem a Lei de Deus, pois estou sob a Lei de Cristo – para ganhar os que vivem sem a Lei. Para os fracos, fiz-me fraco, a fim de ganhar os fracos. Tornei-me tudo para todos, a fim de salvar alguns a todo custo” (1 Cor 9,20-22).

E quando aplicada à mensagem a proclamar, significa a universalidade e imemorabilidade da Boa Nova que é a mesma para todos. Não deve adaptar-se, mas deve tornar-se inteligível, compreensível para os povos a evangelizar.

A acomodação está relacionada com a cultura local que deve “conformar-se” com a mensagem evangélica. Neste contexto, prevalece o único modelo eclesial que deve ser aceite ou imposto, dando lugar a um certo espírito de superioridade dum tipo de cristianismo. Como exemplo, o missionário traduz a sua teologia na língua do povo a evangelizar. Esta teologia não muda, porque é uma tradução de tipo “cópia-conforme”. O caso da liturgia explica bem este modelo: os textos e os cantos foram traduzidos com a única diferença de utilizar os instrumentos locais de música⁵³. Em África como em outros países de missão, este modelo foi chamado de civilização das culturas menos civilizadas. A sua civilização passa pela sua “acomodação” à civilização ocidental. A complexidade do encontro da fé com outras culturas corrigiu este modelo, considerando-o menos adequado para um verdadeiro encontro de vivência e de convivência entre a fé e as culturas a evangelizar. Era preciso pensar numa outra terminologia, visto que “a inculturação não é um processo de acomodação pelo qual o missionário se habitua a assimilar exteriormente os usos e costumes indígenas, nem tão pouco uma adaptação como processo de comunicar e inserir o Evangelho na língua e demais formas expressivas de uma cultura. Não é suficiente apresentar o cristianismo na

⁵³ Cf. Standert, N., “L’histoire d’un neologisme”. In: NRT 110 (1988) 555-558.

roupagem linguística e simbólica da população. É necessário que seja incarnado nos valores de cada um”⁵⁴.

Nascidas do movimento negritude, estas teologias (de adaptação e acomodação) revelam um maior escutar da África por ter havido traduções da Palavra de Deus para as línguas e dialectos africanos, produção de catecismos locais, algum africanizar da liturgia. Mas foi algo ainda de superficial, feito sobretudo por ocidentais e a partir de quadros de pensamento ocidentais. Todavia, Standaert considera a adaptação como um degrau ou uma fase da inculturação: “A adaptação é um húmus fértil que permite a inculturação. Portanto, onde a igreja missionária se adaptou, a inculturação realizou-se com mais facilidade”⁵⁵.

1.2.5. Implantação da Igreja

De acordo com Nunes, “veio depois, o grupo das palavras com o prefixo ‘in’: implantação, encarnação, indigenização – que expressa razoavelmente a dinâmica da evangelização: movimento que vai da fé até à cultura e, simultaneamente, o processo de impregnação que a fé vai sofrer nesse contacto com a cultura”⁵⁶. Foi em finais do séc. XIX e princípios do séc. XX que apareceu esta nova estratégia e um novo pensamento missionário. No fundo, trata-se de plantar em África ou noutros países de missão uma(s) Igreja(s) como no Ocidente.

O termo implantação é mais utilizado a nível eclesiológico. “Trata-se de edificar, no entender de Bimwenyi, de implantar a Igreja, ‘solidamente’, tal como foi realizada no ocidente, tanto ao nível do seu pessoal, como nas suas obras e nos seus métodos”⁵⁷. A igreja a implantar é aquela do ocidente com os seus costumes e ritos. Este método enquadra-se numa perspectiva de simples “transplantação” da Igreja que Bimwenyi identificou com a imagem duma árvore já formada no ocidente, trazida para ser plantada na terra de missão⁵⁸. Para África, “tratava-se de matar, por essa prática, todo um conjunto de valores humanos dos africanos, com a consequente negação da

⁵⁴ Barbosa, op. cit., p. 81.

⁵⁵ Art. cit., p. 558.

⁵⁶ Op. cit., p. 67.

⁵⁷ Bimwenyi, K., *Discours théologique négro-africain. Problèmes des fondements*, Presence Africaine, Paris, 1981, p. 164 (nossa tradução).

⁵⁸ Cf. Idem, p. 171.

possibilidade de surgimento de novas e verdadeiras Igrejas locais, responsáveis e criativas”⁵⁹.

Aliás, Nunes reconhece que “os termos “incarnação” e “implantação” estão mais conotados com o Mistério de Deus criador e do Verbo Incarnado e não são perfeitamente claros quanto à presença implícita do Criador, das Sementes do verbo nas diversas culturas, mesmo antes de qualquer evangelização”⁶⁰. Por esta razão, deixa de ser considerado como termo adequado para significar a realidade profunda de encontro da mensagem de Jesus Cristo com as culturas a evangelizar.

1.2.6. Indigenização

Foi utilizado do ponto de vista mais social para se referir “aos nascidos e educados num contexto social e geográfico, imersos, portanto, numa cultura nativa. Portanto, únicos capazes de nela reformular ou reexprimir a mensagem cristã, diz respeito à criação e formação de um clero local”⁶¹. Nunes salienta: “Mas, de facto, ‘indigenização’ parece indicar que a cultura indígena se torna norma selectiva daquilo que deve ser aceite ou rejeitado no Evangelho...”⁶²

É de proveniência asiática e africana e tem uma conotação de um certo culturalismo e também uma ideia colonialista e depreciativa de povos das terras ditas das missões. Por isso, não foi considerado adequado para traduzir o processo de encontro do Evangelho com as culturas.

1.2.7. Incarnação

A realidade do Verbo que se fez carne, assumindo a história e a cultura dum povo, faz surgir uma nova terminologia para designar o fenómeno de encontro da fé com as culturas. Deste modo, Miranda reconhece: “Assim como o verbo de Deus encarnou-se, assumindo a história e a cultura de um povo, assim também a mensagem salvífica e a própria Igreja devem encarnar-se”⁶³. Trata-se de uma analogia que veio bem expressa na seguinte afirmação da declaração do Concílio Vaticano II: “Como

⁵⁹ Nunes, op. cit., p. 101.

⁶⁰ Ibidem, p. 67.

⁶¹ Miranda, op. cit., p. 36.

⁶² Op. cit., p. 67.

⁶³ Op. cit., p. 35-36.

Cristo, por sua encarnação, se ligou às condições sociais e culturais dos homens com quem conviveu, assim a Igreja deve inserir-se em todas essas sociedades, para que a todos pudesse oferecer o mistério da salvação e a vida trazida por Deus”⁶⁴. No fundo, Geffré esclarece: “O interesse da analogia é de insistir no facto de que o Evangelho deve assumir as diversas culturas sem comprometer a sua identidade. Mas o principal limite da comparação vem de que é difícil dizer o que entendemos por palavra ‘cristianismo’. É a mensagem cristã originária? O cristianismo histórico como evoluiu na Igreja oriental e latina?”⁶⁵

A primeira vez que o Papa João Paulo II utilizou o termo “inculturação” (numa alocução à Comissão Bíblica Pontifícia), associou-o ao conceito da encarnação⁶⁶. Esta afirmação aparece em muitos textos oficiais da Igreja, mas não expressa bem a realidade de encontro da fé com as culturas, pois a encarnação é um acontecimento histórico e único. Desta forma, Standaert esclarece que

“quando se fala da encarnação de Cristo, evoca-se uma relação entre uma pessoa – a de Cristo – e uma cultura – a cultura Judaico-arménica. E sublinha o aspecto activo deste acontecimento: é Deus que se encarna; se faz carne e aceita viver esta encarnação até ao fim: ‘se despojou ... abaixou-se’ (Fil 2,7-8). Cristo quis fazer parte do sangue e da carne para partilhar a condição dos homens (cf. Heb 2,14) e ‘em todos os pontos fazer-se semelhante aos seus irmãos’ (Heb 2,17)”⁶⁷.

Enquanto isso, afirma o mesmo autor, “o termo inculturação supõe uma relação entre uma religião (o cristianismo, o Evangelho, a vida cristã...) e uma cultura determinada. Antes do seu nascimento, o Evangelho, a vida cristã, antes de se propagar, integraram necessariamente os elementos duma cultura”⁶⁸.

Por sua vez, Ortegat reconhece que há, por um lado, uma certa analogia entre a encarnação e a inculturação porque “o movimento que leva o Evangelho às culturas é semelhante ao do verbo que se fez carne (cf. Act 22)”⁶⁹. E admite, por outro lado, que esta analogia tem duas diferenças: “A encarnação do Verbo visa, antes, a humanidade, enquanto a inculturação leva o Evangelho às tradições culturais particulares. Assim sendo, a encarnação tem a sua fonte na transcendência, enquanto a inculturação está

⁶⁴ AG 10.

⁶⁵ *Le christianisme au risque de l’interprétation*, p. 305 (nossa tradução).

⁶⁶ Já foi referida esta citação ao falarmos da aculturação neste capítulo.

⁶⁷ Standaert, art. cit., p. 561 (nossa tradução).

⁶⁸ *Ibidem*, p. 561.

⁶⁹ Ortegat, X., “L’annonce de l’Évangile aux cultures. Vers une inculturation? Études de documents du Magistère: 1962-1977”. In: NRT 113 (1991) 877 (nossa tradução).

ligada ao Evangelho, que é igualmente uma palavra humana, já culturalmente marcada”⁷⁰. Ainda esclarece: “O primeiro termo (incarnação) indica bem que a iniciativa é de Deus, enquanto o segundo (inculturação) sublinha a recepção humana da oferta divina no espaço e no tempo”⁷¹. E, por fim, conclui: “Se entendemos a incarnação como algo que não se realizou somente no momento do nascimento, mas em toda a vida de Jesus, então podemos, com razão, afirmar que ela é uma inculturação, mesmo a primeira inculturação, sobre a qual fundamentam-se todas as outras. De facto, Jesus-Cristo é Filho de Deus e revela Deus. Filho de Deus (Mc 1,11; 8,21; 9,7; 14,62), cresceu e é impregnado da cultura judaica”⁷².

A precisão terminológica de P. Beauchamp elucida bem a diferença entre a incarnação e a inculturação ao estabelecer a relação dicotômica incarnação/Deus-Homem e inculturação/Deus este homem. Na sua perspectiva, a incarnação é o homem como todos os homens (o que é verdadeiro), ao passo que a inculturação implica necessariamente homem numa modalidade particular, logo diferente de todos, não por causa da sua individualidade, mas porque é somente como alguns⁷³. Também Miranda reconhece que “a utilização do termo ‘incarnação’ é um paralelismo que actua como motivação e fundamento da inculturação, mas que falha ao querer caracterizar sem mais o fenómeno. Pois a fé, ao contrário do Verbo de Deus, encontra-se sempre já inculturada”⁷⁴. Por isso, ele faz esta advertência: “Silenciar este ponto significa considerar a fé como algo universal que se torna concreto em determinada cultura; ver o processo de inculturação apenas num sentido e impedir que as culturas possam, por sua vez, também contribuir para o enriquecimento da fé (inculturada) cristã”⁷⁵. Eis por que a incarnação não seria o termo adequado para expressar a realidade do encontro do Evangelho com as culturas.

⁷⁰ Ibidem, p. 877.

⁷¹ Ibidem, p. 877.

⁷² Ibidem, p. 877.

⁷³ Cf. Beauchamp, P., *Le récit, la lettre et le corps*, Cerf, Paris, 1982, p. 142-143.

⁷⁴ Op. cit., p. 36.

⁷⁵ Ibidem, p. 36.

1.2.8. Contextualização

Este termo é proveniente de círculos protestantes e chama mais atenção para os aspectos culturais, sociais, políticos e económicos duma determinada situação⁷⁶.

Miranda apresenta o contexto concreto como lugar teológico:

“Entendido mais estreitamente, aponta para o contexto tecnológico ou enfatiza a luta pela libertação e pela justiça. Numa perspectiva bíblica afirma que todo o texto da Escritura se encontra numa situação vital (contexto): dirige-se a ouvintes em situações concretas. Daí o dever do Evangelho ser contextualizado em cada realidade. Do lado católico, contudo, o termo não encontrou muita receptividade, talvez por sugerir um nível mais externo de inculturação, limitado ao âmbito do sócio-político e do económico”⁷⁷.

1.2.9. Africanização

Como o nosso trabalho se situa no contexto africano, é necessário sublinhar a particularidade desta terminologia que tinha duas perspectivas de abordagem: uma eclesiológica e outra teológica. Em África, a Igreja deve africanizar-se em todos os aspectos tais como hierarquia eclesiástica e estruturas paroquiais e pastorais adaptadas às situações concretas, ritos litúrgicos e paralitúrgicos⁷⁸. Esta africanização podia ser entendida como a integração no sistema teológico existente (ocidental) de alguns elementos da tradição africana tiradas da “sabedoria popular”, ou duma “filosofia própria”, ou “a experiência humana africana”⁷⁹.

Nesta linha, sustentava Tshibangu, ainda estudante em teologia:

“A vida religiosa dos africanos apresenta [...] um certo número de instituições e concepções que podem ser chamadas ‘des pierres d’attente’ teológicas. Purificadas e consideradas no que elas têm de valor, podem servir, por um lado, de fases da analogia religiosa e ajudar a esclarecer um ou outro aspecto da dimensão teológica; por outro lado, podem constituir materiais úteis para uma formulação das realidades teológicas em função da categoria religiosa africana”⁸⁰.

No fundo, houve apenas uma mudança terminológica em relação ao conceito de adaptação. Por isso, a africanização não nos parece ser a designação adequada.

⁷⁶ Cf. Miranda, op. cit., p. 36-37.

⁷⁷ Ibidem, p. 37.

⁷⁸ Cf. Tshibangu, citado por Bimwenyi, op. cit., p. 272.

⁷⁹ Cf. Bimwenyi, op. cit., p. 271-273.

⁸⁰ Citado por Bimwenyi, op. cit., p. 273 (nossa tradução).

Depois dessas tentativas terminológicas consideradas por Santedi como uma “inflação” do conceito da inculturação⁸¹, era necessário encontrar um termo adequado, pois todos os termos supracitados remetem globalmente para dois movimentos distintos: por um lado, um movimento extrínseco que obriga o agente da evangelização a ter uma atitude de espectador que olha de fora e tenta aproximar-se e, por outro lado, um movimento intrínseco que exige a penetração e a entrada na vivência dum povo. A complementaridade dos dois movimentos seria o objectivo, pois a ausência de um impede a verdadeira realidade de encontro.

Entretanto, das várias tentativas, segundo Barbosa, “foi a inculturação o termo preferido por muitos, por exigir uma verdadeira incarnação, a penetração da fé numa cultura determinada”⁸². Na mesma teia de pensamento perfila a opinião de Carrier ao sublinhar: “Nas obras mais técnicas sobre o assunto, pode ser útil utilizar uma ou outra terminologia, mas para a pastoral corrente, a palavra inculturação é a preferida. Encontrámo-la no Magistério autorizado da Igreja, onde é afirmado, em termos fortes, que a inculturação é ‘a substância da teologia’ (TL, 1991); é ‘a exigência que marcou toda a história da Igreja e que se faz hoje particularmente sensível e urgente’ (RM,52); é ‘uma prioridade e uma urgência das Igrejas particulares’ (EA, 59)”⁸³. Agora, surge-nos a seguinte pergunta: O que é, afinal, a inculturação?

1.3. Ensaio de definição da inculturação

É muito difícil definir uma realidade tão profunda e complexa como a inculturação. Esta dificuldade leva Barbosa a afirmar que “uma definição estreita de inculturação é praticamente impossível, pois o tema abarca uma realidade muito complexa, de natureza teológica e antropológica, cujas componentes desafiam todo o ensaio de formulação definitiva”⁸⁴. Entretanto, apesar de serem várias as definições, achamos que duas delas apresentam mais ou menos a realidade do processo da inculturação. Trata-se de definições descritivas que tentam apreender a sua realidade, a partir da compreensão dos seus efeitos.

⁸¹ Cf. Santedi, K, L., *Dogme et inculturation en Afrique. Perspective d’une théologie de l’invention*, Karthala, Paris, 2003,p. 140.

⁸² Barbosa, op. cit., p. 91.

⁸³ Carrier, *Guide pour l’inculturation de l’Évangile*, p. 40 (nossa tradução).

⁸⁴ Barbosa, A.F., *A nova evangelização*, Paulinas, São Paulo, sd, p. 34.

1.3.1. Duas definições descritivas

A primeira definição é de A. Roest Crolius, que entende a inculturação como

“a realização da fé e da experiência cristã numa cultura, de tal modo que não só se expresse com elementos culturais próprios (tradução), mas também se torne uma força que anima, orienta e renova esta cultura (discernimento), contribuindo para a formação de uma nova comunidade, quer dentro da sua cultura, quer como enriquecimento da Igreja universal (síntese)”⁸⁵.

E a segunda definição pertence a Arrupe, que atribui à inculturação o significado

“de encarnação da vida e mensagem cristã numa área cultural concreta, de tal modo que esta experiência não só chegue a expressar-se com os elementos próprios da cultura em questão (o que seria só uma adaptação superficial), mas que se converta num princípio inspirador, normativo e unificante, que transforma e recria esta cultura, dando origem a uma ‘nova criação’”⁸⁶.

Nessas duas definições aparecem dois movimentos que se completam e se enriquecem, isto é, a cultura a evangelizar é enriquecida pela luz do Evangelho e o Evangelho é enriquecido por uma nova forma de o entender e compreender. A inculturação é assim compreendida através dos seus efeitos. É a penetração do Evangelho numa cultura e a introdução desta cultura na vida da Igreja. Como afirmou o Papa João Paulo II: “A inculturação é a encarnação do Evangelho nas culturas autóctones e, ao mesmo tempo, a introdução dessas culturas na vida da Igreja”⁸⁷. Por conseguinte, explicita Carrier:

“O processo da inculturação concerne a evangelização das pessoas, dos grupos, das instituições e, por extensão, a inculturação concerne também as mentalidades, os costumes, os comportamentos colectivos, os valores a converter a Cristo. A noção da inculturação inclui a ideia de crescimento, de enriquecimento mútuo das culturas e da igreja, pelo facto do encontro do Evangelho com um meio social”⁸⁸.

Por outras palavras, afirma Peelman,

“a ‘inculturação’ é um termo propriamente teológico que se situa de certo modo às fronteiras da antropologia e da teologia sistemática. Pela sua raiz, ‘cultura’, evoca a situação concreta de todos aqueles que estão implicados na proclamação, na recepção e na transmissão da Boa Nova de Cristo, desde da origem da Igreja. Pelo seu prefixo, ‘in’, lembra-nos, espontaneamente, o mistério da encarnação do Verbo divino”⁸⁹.

Qual é esta cultura que vai ser enriquecida? Qual fé se enriquece?

⁸⁵ Citado por Carrier, Guide pour l’inculturation de l’Evangile, p. 22.

⁸⁶ Arrupe, P. Ecrits pour évangéliser, DDB, Paris, 1985, p. 169-170.

⁸⁷ SA 21.

⁸⁸ Op. cit., p. 35.

⁸⁹ Peelman, A., Les nouveaux défis de l’inculturation, Lumen vitae/Novalis, 2007, p. 9 (nossa tradução).

1.3.2. O significado semântico

O termo inculturação é composto por duas entidades semânticas. A primeira, “in”, aponta para a realidade da fé que é recebida por uma cultura e a segunda é a cultura que recebe. O prefixo “in” exprime um movimento intrínseco, sentido de penetração, movimento para dentro. A mensagem passa a ser uma parte da cultura. Por isso, é necessário esclarecer as palavras cultura e fé para uma melhor compreensão do processo da inculturação.

1.3.2.1. A cultura

O sentido negativo dado ao termo “civilização” levou os antropólogos a abandoná-lo e substituí-lo por um outro que concede a igualdade aos modos de viver dos povos. P. Charles refere que “a palavra civilização contém um juízo de valor. Significa uma certa superioridade e a este título é perigoso e subjectivo”⁹⁰. Prosseguindo, acrescenta que “a noção ambígua e mesmo falaciosa de civilização foi substituída em antropologia por cultura, mas é preciso dar-lhe um sentido técnico e preciso, muito diferente do que significa a palavra *Kulturkampf*, por exemplo”⁹¹.

O termo cultura é complexo e pode ter várias acepções conforme o aspecto a considerar. Cada ciência humana tem a sua definição. Clifford Geertz sintetiza a vasta pesquisa de Clyde Kluckhohn sobre o conceito da cultura, realizada mediante 126 definições diferentes, entre as quais:

“Cultura é o modo de vida global de um povo; o legado social que o indivíduo adquire do seu grupo; uma forma de pensar, sentir e acreditar; uma abstracção do comportamento, uma teoria elaborada pelo antropólogo sobre a forma pela qual um grupo de pessoas se comporta realmente; um celeiro de aprendizagem em comum; um conjunto de orientações padronizadas para os problemas recorrentes; um comportamento aprendido; um mecanismo para a regulamentação normativa do comportamento; um conjunto de técnicas para se ajustar tanto ao ambiente externo como em relação aos outros homens; uma sedimentação da história; e ainda, recorrendo às metáforas: mapa, peneira e matriz”⁹².

O Concílio Vaticano II, por sua vez, define a cultura como

⁹⁰ Ibidem, p. 17.

⁹¹ Citado por Miranda, M.F, *Inculturação da fé. Uma abordagem teológica*, Paulinas, São Paulo, s.d., p. 43.

⁹² Citado por Miranda, Op. cit., p. 43.

“todas as coisas por meio das quais o homem apura e desenvolve as múltiplas capacidades do seu espírito e do seu corpo; se esforça por dominar, pelo estudo e pelo trabalho, o próprio mundo; torna mais humana, com o progresso dos costumes e das instituições, a vida social, quer na família quer na comunidade civil; e, finalmente, no decorrer do tempo, exprime, comunica aos outros e conserva nas suas obras, para que sejam de proveito a muitos e até à inteira humanidade”⁹³.

Esta definição é o reflexo de um olhar novo da Igreja sobre as culturas, uma Igreja que procurou compreender o mundo actual com as suas inspirações, os seus dramas e as suas esperanças. Assim sendo, a cultura deve ser considerada como uma realidade dinâmica, pois, “é próprio da pessoa humana necessitar da cultura, isto é, de desenvolver os bens e valores da natureza, para chegar a uma autêntica e plena realização. Por isso, sempre que se trata da vida humana, natureza e cultura encontram-se intimamente ligadas”⁹⁴.

Nesta perspectiva, o Concílio descreve da seguinte forma os novos estilos de vida: “As condições de vida do homem moderno sofreram tão profunda transformação no campo social e cultural que é lícito falar duma nova era da história humana. Novos caminhos se abrem assim ao progresso e difusão da cultura, preparados pelo imenso avanço das ciências naturais, humanas e sociais, pelo desenvolvimento das técnicas e pelo progresso no aperfeiçoamento e coordenação dos meios de comunicação”⁹⁵. Por conseguinte,

“daqui provêm algumas notas características da cultura actual: as chamadas ciências exactas desenvolvem grandemente o sentido crítico; as recentes investigações psicológicas explicam profundamente a actividade humana; as disciplinas históricas contribuem muito para considerar as coisas sob o seu aspecto mutável e evolutivo; as maneiras de viver e os costumes tornam-se cada vez mais uniformes; a industrialização, a urbanização e outras causas que favorecem a vida comunitária, criam novas formas de cultura de que resultam novas maneiras de sentir e de agir e de utilizar o tempo livre; o aumento de intercâmbio entre os vários povos e grupos sociais revela mais amplamente a todos e a cada um os tesouros das várias formas de cultura, preparando-se, deste modo, progressivamente, um tipo mais universal de cultura humana, a qual tanto mais favorecerá e expressará a unidade do género humano, quanto melhor souber respeitar as peculiaridades das diversas culturas”⁹⁶.

Nessas condições, segundo Carrier, “a cultura aparece como a dignidade do homem e a sua necessidade mais radical”⁹⁷. E define-a como

⁹³ GS 53.

⁹⁴ Ibidem.

⁹⁵ GS 54.

⁹⁶ Ibidem.

⁹⁷ Évangile et culturas. De Léon XII à Jean Paul II, p. 43 (nossa tradução).

“o universo humanizado que cria, conscientemente ou inconscientemente, uma colectividade: é a sua representação própria do passado e o seu projecto do futuro, as suas instituições e as criações típicas, os seus hábitos e as suas crenças, as atitudes e os seus comportamentos característicos, a sua maneira original de comunicar, de trabalhar, de celebrar, de criar técnicas e obras reveladoras da sua alma, dos seus valores supremos. Cultura é a mentalidade típica que adquire todo o indivíduo, identificando-se com a uma colectividade, é o património humano transmitido de geração em geração”⁹⁸.

Se consideramos a cultura como um processo vivo e dinâmico, processo que se transforma com a evolução do mundo, é difícil e quase impossível falar duma “cultura pura”. Por exemplo, hoje, a cultura “bantu” não é a mesma de há 150 ou 50 anos. Muitas coisas mudaram, outros modelos da realidade social e do comportamento apareceram. É esta realidade na sua actualidade que deve ser considerada como cultura, pois a cultura é um processo permanente de organizações das representações na prática social que são simultaneamente condições e produtos desta prática. É esta realidade vivida e assumida por um grupo concreto que recebe a mensagem de Cristo. É esta realidade que deve expressar esta mensagem na sua própria linguagem para a sua melhor compreensão que leva a uma grande responsabilidade de testemunho. Por isso, “a evangelização da cultura aparece assim como forma mais radical e global da evangelização de uma sociedade, pois ela procura fazer penetrar a mensagem de Cristo na consciência das pessoas, para alcançar através delas as mentalidades, as instituições e todas as estruturas”⁹⁹. É nesta perspectiva que a cultura é considerada como “o lugar onde o homem e o mundo são chamados a encontrar-se na glória de Deus”¹⁰⁰.

1.3.2.2. Noção de “fé”

O termo “fé” é um conceito muito complexo. O que entendemos por fé subentendido no prefixo “in” do termo de inculturação? O Evangelho enunciado já foi recebido no interior duma cultura. Por conseguinte, já é uma realidade inculturada. Por isso, nunca há uma fé pura, desprovida de elementos culturais. Também nenhuma cultura pode “apropriar-se” da acção de Deus que se comunica a um homem e a um povo concreto. A iniciativa de comunicação é divina, o plano da salvação é divino. A fé é, neste contexto, a resposta do homem a uma iniciativa divina. Afirma-se, assim, a

⁹⁸ Ibidem, p. 20.

⁹⁹ Carrier, Guide pour l’inculturation de l’Evangile, p. 25 (nossa tradução).

¹⁰⁰ Comissão Teológica Internacional, “Fé e inculturação”, In: DC 1980 (1989) 285 (nossa tradução).

distinção radical entre a mensagem evangélica e a cultura, como sublinha Carrier: “Noutros termos, a fé em Cristo não é o produto de nenhuma cultura, tira a sua origem de uma revelação de Deus”¹⁰¹. Como os seres humanos são diferentes com modelos e padrões de vida diferentes, nenhum povo ou homem tem a obrigação de impor aos outros os seus modelos e os seus padrões.

Por isso, a fé deve ser entendida como uma acção divina recebida pelo ser humano para a sua salvação. Esta acção divina goza de uma “certa objectividade” e distingue-se da sua percepção subjectiva realizada pelo homem. A fé é esta “percepção subjectiva”. A maneira de captação da acção salvífica de Deus por parte de cada homem constitui a fé que pode ser também entendida como resposta do homem à acção salvífica de Deus. Este esclarecimento é muito importante para compreender o que deve ser inculturado. Existe, pois, claramente a diferença entre o acto de fé (*fides qua*) e o conteúdo da fé (*fides quae*) representado e mediatizado pelo conjunto das objectivações.

Nesta linha, insiste Geffré, “é importante aprender a fazer o discernimento necessário entre o conteúdo da mensagem, em termos eruditos o ‘significado’, e o veículo cultural desta mensagem, isto é, ‘o significando’ que tem a relatividade de tudo o que é histórico e que não pode ser portador de interesse permanente da mensagem à condição de ter sido discernido na sua contingência”¹⁰². Então justifica-se este imperativo de Carrier: “A fé deve buscar sempre novas formulações e práticas condizentes com as novas situações, para que o gesto primeiro de Deus de se auto-comunicar aos homens apareça e na sua verdade, a saber, uma interpelação preme de salvação”¹⁰³. Então, quem é o verdadeiro agente da inculturação? Procuraremos responder no tema seguinte.

1.4. Agentes do processo da inculturação

Quem é o sujeito principal? Os teólogos? O clero? O episcopado? Todos os baptizados? A tentativa de resposta a esta pergunta suscita outras questões: A inculturação é uma teologia ou uma vida? Deve ser programada a partir de análises

¹⁰¹ *Évangile et Cultures. De Léon XIII à Jean Paul II*, p. 150 (nossa tradução).

¹⁰² Geffré, CL., *De Babel à Pentecoste. Essais de theologie interreligieuse*, Cerf, Paris, 2000, p. 333-334 (nossa tradução).

¹⁰³ *Op. cit.*, p. 50.

científicas ou de vivência nas comunidades cristãs? Será que há duas formas de inculturação: uma consciente e orientada e outra espontânea?

As respostas, como é óbvio, divergem:

- Sendo a inculturação uma tarefa prioritária numa Igreja local, o seu primeiro agente é o bispo.

- Sendo a inculturação uma questão teológica, o seu verdadeiro agente é o teólogo.

- Sendo a inculturação uma questão de vivência de fé, o seu verdadeiro agente é a comunidade eclesial.

Assim, o bom projecto da inculturação não pode ser um trabalho exclusivo de ninguém, é para todos os baptizados. Logo, não pode ser preocupação exclusiva de ninguém, nem dos bispos, nem dos teólogos, nem das comunidades eclesiais. Para que a inculturação tenha êxito, dizia Sanon: “É necessário que ‘especialistas’ e ‘não especialistas’ trabalhem juntos”¹⁰⁴. Assim, não há monopólio no processo da inculturação, mas sim colaboração verdadeira. Esta norma vale para todo o processo da inculturação em qualquer parte do mundo, como adverte Carrier: “Não reservar um papel exclusivo aos especialistas, pois a inculturação em todas as suas fases é trabalho da Igreja inteira”¹⁰⁵. Bem se pode dizer com Geffré que

“a inculturação é uma tarefa importante e progressiva que não pode ser reservada aos únicos especialistas, teólogos, moralistas, historiadores. Realiza-se no quotidiano da existência no seio da comunidade cristã. É nas múltiplas permutas da vida familiar e da vida social que os cristãos fazem a prova que é possível conciliar a sua identidade cristã e a sua identidade étnica, cultural, linguística e nacional”¹⁰⁶.

É nesta perspectiva que Neckebrouck fala de duas inculturações: uma consciente, sábia, elaborada que é a tarefa dos teólogos e dos responsáveis e outra espontânea, natural que se realiza na vivência do dia-a-dia das comunidades crentes locais¹⁰⁷. Essas inculturações completam-se e fazem dos teólogos, dos responsáveis pastorais e das comunidades cristãs verdadeiros agentes do processo da inculturação.

¹⁰⁴ Sanon, P., “Point de vie”. In: VDS 96 (1987) 15 (nossa tradução).

¹⁰⁵ Op. cit., p. 48.

¹⁰⁶ Geffré, Christianisme au risque de l’interprétation, p. 307 (nossa tradução).

¹⁰⁷ Citado por CHenu, B., “L’Évangélisation dans les défis africains”. In: Ndi-Okalla e alii, Inculturation et conversion. Africains et Européens face au synode des Églises d’Afrique, Karthala, Paris, 1994, p. 79 (nossa tradução). Em Cabinda, o exemplo da inculturação espontânea é o caso das “Celulas de Oração”, fundadas pelos cristãos para colmatar o vazio de uma resposta católica ao desafio da doença e saúde.

Para a sua credibilidade ou fiabilidade, é preciso ter em conta alguns critérios ou princípios que a seguir apresentamos.

1.5. Critérios para a fiabilidade do processo da inculturação

Carrier propõe quatro critérios para a orientação do processo da inculturação¹⁰⁸:

1.5.1. Distinguir Evangelho e cultura

A afirmação da distinção radical entre o Evangelho e toda a cultura é o primeiro critério da inculturação. A cultura é como “um vestido da mensagem evangélica” para a sua compreensão. Por isso, nenhuma cultura pode apropriar-se do Evangelho. É neste sentido que a aculturação não era termo adequado para exprimir o encontro da fé com as culturas. Desta forma, “a independência da mensagem evangélica em relação a toda a cultura funde-se em definitivo com o mistério da encarnação que, intrinsecamente, compreende também a crucificação e a ressurreição. É questão de factos divinos que transcende toda a civilização, toda a cultura”¹⁰⁹.

Este princípio de distinção não significa pura e simplesmente separação ou dissociação, porque “o próprio Cristo nasceu numa cultura particular e ao longo da sua história, a Igreja incarnou-se nos meios socioculturais determinados”¹¹⁰.

1.5.2. Preservar a identidade da Igreja

A fidelidade à identidade do essencial do cristianismo vivido na Igreja é o segundo critério da inculturação. Por identidade essencial da Igreja, entendemos todo o seu património cristão:

“O ensinamento original da Igreja, a sua prática pastoral e jurídica, enriquecido e aprofundado pelas gerações de crentes, de pastores, de pensadores e de santos cuja contribuição é parte integrante do património cristão. Não pode dissociar o cristianismo vivo de todos os enriquecimentos que lhe venham dos Concílios, dos padres da Igreja, dos grandes teólogos, que contribuíram a dar a sua maturidade ao corpo da Igreja. Sem um Agostinho, um Orígenes, um Atanásio, um Cirilo, um Metódio, um Tomás de Aquino, um Francisco de Assis, uma Teresa de Ávila, a Igreja não seria o que ela é”¹¹¹.

¹⁰⁸ Cf. Carrier, *Évangile et cultures*. De Léon XIII à Jean Paul II, p. 149-159.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 150 (nossa tradução).

¹¹⁰ Carrier, *Évangile et cultures*. De Léon XIII à Jean Paul II, p. 151 (nossa tradução).

¹¹¹ Ibidem, p. 152.

É este conjunto de toda a longa história da Igreja que faz a sua identidade.

Por isso, o Papa Paulo VI exigia “fidelidade ao património idêntico, essencial, constitucional da mesma doutrina de Cristo, professado pela tradição autêntica e autorizada da única e verdadeira Igreja”¹¹². Esta identidade fundamental refere-se ao mesmo tempo à sua unidade e catolicidade, porque é feita na diversidade de culturas e na comunhão das particularidades.

1.5.3. A unidade e o pluralismo

A unidade não é uniformidade e o verdadeiro pluralismo é aquele que favorece a comunhão. Por isso, a unidade e o pluralismo constituem o terceiro critério. A unidade da Igreja vivida no pluralismo das igrejas particulares remonta aos primeiros tempos da vida da Igreja. A Bíblia fala-nos das particularidades das Igrejas de Roma, de Coríntio, de Éfeso, etc., mas viviam numa unidade. Deste modo, a Igreja universal é comunhão das igrejas particulares e, por isso, João Paulo II afirmou: “O verdadeiro pluralismo nunca é factor de divisão, mas sim um elemento que contribui para a unidade na comunhão da Igreja”¹¹³.

Como esta fidelidade exige meios e expressões novas que se adaptam a cada época, o mesmo Papa recomenda “uma investigação aprofundada das tradições culturais das diversas populações e dos dados filosóficos que os sustentam para descobrir neles os elementos que não estão em contradição com a religião cristã e os contributos susceptíveis de enriquecer a reflexão teológica”¹¹⁴. Podemos dizer que é um pluralismo de expressões e unidade de substância.

1.5.4. Discernimento e investigação

A investigação com discernimento é o quarto critério do processo da inculturação. O encontro fecundo da fé com a cultura deve ser promovido com discernimento feito com estudos aprofundados para evitar todo o reducionismo e todo o sincretismo notados em muitos processos de inculturação. Por isso, Carrier sublinha: “A

¹¹² Paulo VI, “Alucução no Simpsium das Conferencias Espiscopais de Africa e Madagascar”, 26 de Setembro de 1975.

¹¹³ João Paulo II, “Discurso à Curia Romana”, 21 de Dezembro de 1985.

¹¹⁴ “Discurso à Curia Romana”, 21 de Dezembro 1985, cit.

inculturação supõe essencialmente uma atitude de acolhimento e de discernimento, tarefa complexa que exige um esforço sério de pesquisa, em cada grande território sociocultural, como indicou o Concílio”¹¹⁵.

Daí justifica-se a exigência da criação de centros de estudo quer nas dioceses, quer a nível das conferências episcopais, quer a nível dos continentes¹¹⁶. Esses estudos devem cumprir algumas orientações e exigências.

1.6. Orientações e exigências para o processo fiável da inculturação

A inculturação não pode ser considerada somente como um método da nova evangelização. É mais do que método. Carrier reconheceu-o ao declarar ser “preciso admitir desde o princípio que não há método simples e determinado para guiar a evangelização de uma realidade tão complexa como a cultura”¹¹⁷. Por isso, prefere falar de orientações para o processo da inculturação, em vez de método.

As orientações que Carrier apresenta, resumem-se do seguinte modo¹¹⁸:

a) A prescrição autoritária não pode ser a regra para a evangelização das culturas; pelo contrário, a evangelização deve fazer-se através da presença activa dos cristãos, do seu testemunho, da sua incitação e do seu investimento;

b) A contribuição de todos os cristãos é importante para tocar as culturas pela penetração dos valores cristãos nos sectores culturais decisivos como a família, a educação, o trabalho, os media, a saúde, a justiça...

c) Deve ser reconhecida a grande liberdade de apreciação e de iniciativas das comunidades cristãs nos seus engagements concretos em favor da cultura. É uma forma de reconhecer a sua própria responsabilidade;

d) Favorecer as soluções divergentes em matéria social ou cultural, isto é, encorajar o pluralismo nos pensamentos e nas acções. Mas não deve haver confusão entre iniciativas particulares e posições oficiais da Igreja;

¹¹⁵ Carrier, *Évangile et cultures*. De Léon XIII à Jean Paul II, p. 159.

¹¹⁶ A importância dos centros de estudos foi reconhecido e sublinhado no primeiro Sínodo para África: “Os centros culturais católicos oferecem à Igreja singulares possibilidades de presença e acção no campo das mutações culturais. Eles constituem, com efeito, uma espécie de fórum público que permite fazer conhecer largamente, num diálogo criativo, as convicções cristãs sobre o homem, a mulher, a família, o trabalho, a economia, a sociedade, a política, a vida internacional, o meio ambiente” (EA 103). E foi recomendado para que eles se tornem um lugar de escuta, respeito e tolerância.

¹¹⁷ *Évangile et cultures*. De Léon XIII à Jean Paul II, p. 130-131 (nossa tradução).

¹¹⁸ Cf. *Ibidem*, p. 131-134.

e) A evangelização das culturas deve ser vivida num espírito ecuménico, pois as questões do povo exigem resposta de todos;

f) A inculturação será sempre uma questão de culturas dinâmicas, culturas em processo;

g) A liberdade deve acompanhar o processo da inculturação e evangelizar não é impor algo a um meio cultural;

h) A tarefa de definir as situações a evangelizar deve ser feita em comum para facilitar a colaboração indispensável de todos.

A estas orientações podemos acrescentar as duas exigências para uma inculturação fiável, propostas por Jaouen, testemunha de uma vivência do processo da inculturação: as exigências da transculturação e a mudança radical das estruturas¹¹⁹. As exigências da transculturação constituem a primeira condição. Poirie, citado por Jaouen, define a transculturação como “um processo evolutivo (numa cultura) desencadeado pelo efeito de factores endógenos, sem pôr em contacto dois ou mais conjuntos culturais distintos”¹²⁰. Este autor reconhece que “esta definição se adapta melhor ao processo da inculturação, porque o factor endogénico em questão é o Evangelho que trabalha uma cultura do interior, independentemente da abstracção feita dos contactos culturais com os primeiros anunciadores deste Evangelho”¹²¹. Assim, a cultura trabalhada por dentro vai evoluir por ela própria e converter-se para produzir uma resposta de fé que é ao mesmo tempo totalmente evangélica (no ideal) e totalmente palavra desta mesma cultura. Explica: “Neste sentido será natural deixar de considerar a cultura como um vestido, como uma expressão separável do conteúdo: é indissoluvelmente corpo e expressão, um corpo que se exprime”¹²².

A mudança radical das estruturas da Igreja latina é apontada por Jaouen como a segunda condição para uma inculturação fiável. Desta forma, “não basta, conceber bem a inculturação a partir das suas implicações antropológicas e as exigências cristológicas: é preciso ver se o ambiente das estruturas a torna possível”¹²³. Para tal, é necessária “uma revolução copernicana das estruturas da Igreja, porque, para ser franco, no estado

¹¹⁹ Cf. Jouen, “Conditions d’une inculturation fiable”, in: *Lumière et Vie* 168 (1984) 43-49 (nossa tradução).

¹²⁰ Ibidem, p. 40.

¹²¹ Ibidem, p. 40.

¹²² Ibidem, p. 40.

¹²³ Ibidem, p. 41.

actual das coisas, não hesito a dizer que a inculturação é mais uma utopia que um projecto, na medida em que encontrará dificilmente o lugar da sua realização, sem uma revolução radical das estruturas da Igreja latina”¹²⁴.

O processo da inculturação fiável, capaz de tocar os corações das pessoas na sua vivência do dia-a-dia não deve ser considerado como um processo fácil, porque como afirma Monsegwo: “A inculturação é exigente, tanto ao nível intelectual como pastoral, chama à santidade para todos os convertidos, é estimulante e portadora também de um futuro cristão autêntico”¹²⁵.

Ao chegar ao fim deste primeiro capítulo, descobrimos que o conceito da inculturação exprime melhor a realidade do encontro da mensagem de Cristo com as culturas. Não é uma realidade exclusiva dum povo ou do território. É um processo universal, um processo prático e abrangente, ou seja, abarca toda a vida da Igreja e a do homem convertido. Por isso, Nunes considera que

“todas estas advertências devem ser tomadas em linha de conta seriamente, no sentido de uma melhor perspetivação do conteúdo a dar ao termo-realidade ‘inculturação’. Uma verdadeira teologia da inculturação há-de, pois, assumir este critério: discernir num diálogo sobre o Homem e Jesus Cristo os valores da tradição, relevantes no presente e integradores dum projecto de futuro e libertador, ou seja, um projecto de ‘humanização’ da cultura”¹²⁶.

Por seu lado, Carrier sustenta que

“dessas considerações precedentes podemos dizer que a inculturação exige necessariamente um esforço prologado e gradual; e a inculturação não é um objecto pastoral reductível a algumas intervenções pontuais, é, pelo contrário, a resultante duma paciente estratégia da evangelização. A inculturação é um processo lento, pois supõe uma maturação das culturas que vem do interior e que não pode resultar da sobreposição superficial de valores ou ideias chapeadas do exterior”¹²⁷.

Por isso, Kabasele Mukenge considera o processo da inculturação como “um impulso que leva os teólogos e as comunidades cristãs a apropriar-se da mensagem de Cristo nas suas linhas essenciais, a torná-la presente; fazer dela o fermento para um

¹²⁴ Ibidem, p. 41.

¹²⁵ Citado por Fansaka, B, “Mgr Monsegwo et la théorie d’une inculturation dynamique enracinée dans la révélation”. In: NRT 123 (2001) 47 (nossa tradução).

¹²⁶ Op. cit., p. 111.

¹²⁷ Carrier, Guide pour l’inculturation de l’Évangile, p. 57 (nossa tradução).

engajamento lúcido na transformação feliz do seu contexto, tirar dela força e esperança, cura moral, espiritual e mesmo física”¹²⁸. Deste modo,

“a dialéctica do encontro entre Evangelho e cultura realizam-se como uma metamorfose existencial. Existencial porque a inculturação é capaz de renovar toda a cultura e de suscitar novas oportunidades para o bem-estar de todos os homens e da humanidade em geral. A inculturação realiza-se no coração da vida e do ser do homem porque é capaz de ajudar a acreditar no hoje do mistério de Deus, no hoje da sua realidade sócio-cultural e histórica”¹²⁹.

Resta-nos, agora, encontrar os elementos importantes, básicos e essenciais que fundamentam o processo da inculturação. Será o objecto do capítulo a seguir.

¹²⁸ “Défis de la théologie africaine”, p. 75 (nossa tradução).

¹²⁹ Bishwende Ramazani, A., “Le synode africain, dix ans après. Enjeux et défis”. In: NRT 127 (2005) 542 (nossa tradução).

Capítulo 2:

Fundamentos do processo da inculturação

Segundo Carrier, “‘a ciência das palavras conduz à ciência das coisas’, dizia Aristóteles, porém, as realidades são percebidas, em geral, muito antes do aparecimento duma palavra de consenso para as designar. É o que aconteceu com o fenómeno da inculturação, que era praticada muito antes de ser chamada por uma palavra determinada”¹³⁰. Queremos, nesta perspectiva, encontrar os elementos básicos e essenciais para a fundamentação do processo da inculturação, e vamos fazê-lo dum ponto de visto antropológico, bíblico, histórico e teológico.

2.1. Fundamento Antropológico

O homem como “indivíduo” ou como “ser social”, vive a sua relação com Deus, com o seu mundo e com natureza numa situação concreta. É no interior desta situação concreta que compreende e experimenta a sua realidade. Isto implica a irreversível historicidade da sua existência e do seu conhecimento, da sua experiência, pois todo o ser humano concreto vive no seu mundo e é condicionado em tudo por ele. Assim considera Nunes, “enquanto ser social e temporal que é o homem vê a sua realização ser determinada por condições históricas, mas faz suas essas circunstâncias, recria e opta: ele é sujeito da história. Vive duma herança cultural que o condiciona, mas assume-a, recria-a, transforma-a e assim se realiza”¹³¹. É neste sentido que perfila a afirmação de Carrier: “Um ser humano é reconhecido pelas características que constituem a sua identidade cultural e a sua pertença comunitária”¹³².

Por esta razão, o seu conhecimento é sempre um processo dinâmico, mas limitado e fragmentário, e a sua compreensão da realidade nunca será puramente “objectiva”, visto que “toda a história das diversas vivências e interpretações da experiência original pertence, quer queramos, quer não, ao nosso horizonte de

¹³⁰ Ibidem, p. 29.

¹³¹ Op. cit., p. 73-74.

¹³² Evangile et cultures. De Léon XIII à Jean Paul II, p. 10 (nossa tradução).

compreensão actual, quando abordamos e procuramos compreender a experiência fundante”¹³³. É esta abordagem e esta procura de novas compreensões que podemos chamar de inculturação. Por conseguinte, “também podemos afirmar termos ‘consciência histórica’, que condiciona as nossas questões à realidade e, consequentemente, as respostas que dela recebemos”¹³⁴.

Portanto, o mistério do homem foi plenamente revelado no mistério de Jesus Cristo. O seu fundamento baseia-se na teoria de “Pierre d’attente” do mistério de Jesus Cristo na humanidade e do papel de Jesus na história da experiência do relacionamento da humanidade com Deus. Este fundamento antropológico pode ser considerado de duas formas distintas: por um lado, a humanidade está situada no processo evolutivo do cosmos que considera Jesus Cristo motor do processo evolutivo (cf. P. Teilhard de Chardin, campeão desta visão), e, por outro lado, apoia-se no facto de que o homem é um ser aberto à auto-transcendência em Deus, capaz de receber o dom gratuito de auto-comunicação¹³⁵.

A verdade, porém, é que o ser humano foi criado para o encontro com Deus. Esta afirmação justifica claramente o conteúdo desta afirmação: “O homem é um ser naturalmente religioso. A orientação para o Absoluto está inscrita no seu ser profundo”¹³⁶. Assim,

“a verdade bíblica fundamental a respeito do conjunto das nações e culturas é a de que todos os povos são parte da Criação; por isso, Deus é Deus de todos os povos e mantém desde sempre uma aliança com toda a humanidade. A imagem de um Deus salvador universal é mesmo ponto central da mensagem de Jesus, e a consequência que daí se tem de tirar é a de que se Deus não faz acepção de pessoas, que vivem em culturas particulares, Deus não faz também acepção de culturas”¹³⁷.

Nesta perspectiva, “não é lícito falar da revelação de Deus em Israel e em Jesus Cristo esquecendo a sua revelação universal. Assim como não é possível considerar a primeira experiência de fé do povo hebreu – o Deus libertador, o êxodo – tão importante, que a criação fique ofuscada (ela que é, ainda que não cronologicamente, o primeiro dado bíblico)”¹³⁸. Fica

¹³³ Miranda, Op. cit., p. 80.

¹³⁴ Ibidem, p. 81.

¹³⁵ Cf. Dupuis, J., *Homme de Dieu. Dieu des hommes. Introduction à la christologie*, Cerf, Paris, 1995, p. 41.

¹³⁶ “La foi et l’inculturation”, p. 282 (nossa tradução).

¹³⁷ Nunes, op. cit., p. 43.

¹³⁸ Ibidem, p. 75.

“sublinhada assim a realidade importante da revelação universal de Deus na criação, pela qual desde sempre e em todos os tempos e lugares Ele comunicou com o Homem (...), que não só Deus é acessível aos homens pela razão humana a partir das coisas criadas, mas isso é possível porque Deus se faz presente aos homens em cada situação e espaço concreto, particular”¹³⁹.

Por conseguinte, pode tirar-se, de acordo com Langa, estas duas conclusões¹⁴⁰:

1º) Que todas as culturas são iguais, porque todas são possíveis portadoras de elementos da revelação divina, todas podem manifestar uma determinada maneira da presença de Deus em diversos povos;

2º) Que não há culturas superiores a outras neste aspecto e que a mensagem cristã não se confunde com nenhuma cultura, embora solidária com todas elas.

Portanto, a salvação é este encontro a que chamamos experiência salvífica, interpretada e expressa através de conceitos. Deste feito,

“O homem histórico está na dinâmica do mistério da encarnação. Assim, a cristologia torna-se a realização, a perfeição e o cumprimento absoluto da antropologia. Jesus Cristo, em quem se actualiza de maneira sublime a união divino-humana, é o salvador absoluto da humanidade, o centro da história da salvação, pois a abertura a Deus, inscrita na experiência humana-transcendental, encontra nele a sua plena realização”¹⁴¹.

Por isso, “Jesus Cristo é o ponto ómega do processo evolutivo do mundo, a causa final que todo o processo inteiro atira a Ele”¹⁴². E o “Cristo cósmico” é o “Cristo evolutivo”. Não há contradição entre o “Cristo cósmico” e “o Cristo evolutivo”¹⁴³.

Desde logo se torna evidente que o homem toma parte na história de Deus, na medida em que Ele se revela no homem e se realiza nele e por ele: “Humilhou-se e tomando-se em tudo ser humano sem limites nem condição, de tal maneira que cada um pode participar nele com toda a sua vida”¹⁴⁴. Deus aceitou o mundo no seu Filho Jesus. Tornou-se um Deus da história, porque aparece, em toda a verdade, na história, deixando de ser o Deus sem cor e sem rosto, retirado do infinito e da incomunicabilidade da sua transcendência. É hoje Deus connosco, o Emanuel, com todos sem excepção. Em Cristo, Deus é humanizado e o homem divinizado.

¹³⁹ Ibidem, p. 75.

¹⁴⁰ Cf. Langa, citado por Nunes, op. cit., p. 76.

¹⁴¹ Dupuis, op. cit., p. 42 (nossa tradução).

¹⁴² Ibidem, p. 41.

¹⁴³ Cf. Dupuis, op. cit., p. 41.

¹⁴⁴ Soulette, J.L., *La croix de Dieu. Eschatologie et histoire dans la perspective christologique de Jurgen Moltman*, Cerf, Paris, 1997, p. 133 (nossa tradução).

Assim foi estabelecido o princípio da igualdade de pessoas segundo o qual as pessoas devem ser consideradas e tratadas com as suas respectivas culturas e religiões, e os povos devem compreender-se mutuamente a partir de si mesmos, da sua visão do mundo, do seu sistema de valores, de mitos e modelos de pensamento, do seu sistema de sociedade e da sua forma de autoridade, do seu modo de vida, da sua espiritualidade e da sua experiência religiosa. O respeito do homem na sua dignidade implica a inculturação como foi afirmado pelo Papa João Paulo II no seu discurso, nas Nações Unidas, em 1995: “As diversas culturas são na realidade os modelos diferentes de abordar a questão do sentido da existência pessoal. A reflexão sobre a cultura é inseparável da reflexão sobre o mistério da vida, do homem e de Deus”¹⁴⁵.

Nesta perspectiva compreendemos a afirmação feita alguns anos antes por Nunes: “Assim, se o homem só se pode realizar como homem no seio de uma cultura, também o homem cristão não pode viver em exílio cultural, só pode viver religiosamente incarnando a sua fé, a sua dimensão de cristão, na cultura”¹⁴⁶. Neste mesmo sentido, coloca-se aquilo que a Comissão Teológica Internacional considera de princípio da inculturação: “A graça respeita a natureza, cura-a das feridas do pecado, conforta-a e edifica-a. A sobreedificação à vida divina é a finalidade específica da graça, mas não pode realizar-se sem que a natureza esteja curada e sem que a edificação à ordem sobrenatural eleve a natureza, na sua própria linha, a uma plenitude de perfeição”¹⁴⁷.

2.2. Fundamento Bíblico

A Bíblia oferece no seu conjunto a realidade do processo da inculturação vivida antes e depois de Cristo. Por isso, o cardeal Martini afirma: “A inculturação responde melhor ao dinamismo que já era presente ao longo das tradições bíblicas”¹⁴⁸. Tal perspectiva transparece nesta afirmação de Miranda: “Cada página da Bíblia testemunha não só a acção salvífica de Deus, mas ainda reflecte o contexto sociocultural em que ela se deu. Por meio dos relatos bíblicos podem mesmo reconstruir a sociedade daqueles tempos, a influência dos vizinhos, as novas questões que vão surgindo, confirma o

¹⁴⁵ João Paulo II, “Discurso nas Nações Unidas”, 5 de Outubro 1995.

¹⁴⁶ Op. cit., p. 74.

¹⁴⁷ “La foi et l’inculturation”, p. 283 (nossa tradução).

¹⁴⁸ Citado por Fansaka, B., art. cit., p. 41 (nossa tradução).

contexto, variam as experiências do mesmo encontro comum”¹⁴⁹. Mas a experiência vivida antes de Jesus parece, ao nosso ver, ser mais uma aculturação do que inculturação propriamente dita. Neste sentido, destacaremos somente o Novo Testamento.

2.2.1. A inculturação no Novo Testamento

O Novo Testamento é constituído por um conjunto de experiências salvíficas feitas com Jesus pelos primeiros discípulos, realizadas à luz e na vivência da fé, portanto, interpretadas, vividas e confessadas. Por outras palavras, o Novo Testamento é um testemunho da fé de experiências feitas; é uma interpretação feita pelos primeiros discípulos da vida e da mensagem de Jesus Cristo à luz da sua ressurreição. De qualquer modo, “o quadro interpretativo implica modelos de pensamentos, teorias, valores, sentimentos, expectativas, que constituem a linguagem da época. O experimentado, a interpretação e a linguagem ou quadro interpretativo condicionam-se mutuamente, vindo a constituir a experiência humana. Esta, enquanto humana, é necessariamente epocal, situada, numa palavra histórica”¹⁵⁰. Neste sentido, podemos afirmar com Ntakirutimana que “a primeira comunidade cristã apresenta-se em situação de interpretação, vivendo a teologia como discurso interpretativo contemporâneo da fé. Assim, qualquer texto da Sagrada Escritura, objecto da nossa meditação, está longe de ser um ‘depósito’ da fé, no sentido de uma realidade de conteúdos proposicionais brutos. É mais um texto fruto de um testemunho em acto de interpretação”¹⁵¹.

Logo, podemos falar duma pluralidade de interpretação, consequência da preocupação de inculturar ou de contextualizar a fé cristã. É um fundamento de diferentes interpretações do mistério de Jesus Cristo em meios culturais diversificados. É esta diversidade cultural que está na base de diferentes expressões da fé cristológica. No fundo, “a diversidade das expressões reflecte contextos diferentes, novos horizontes, pré-compreensões específicas. O que salvaguarda a unidade de todas essas expressões é

¹⁴⁹ Op. cit., p. 16-17.

¹⁵⁰ Ibidem, p. 69.

¹⁵¹ Ntakirutimana, E., *Vers une théologie africaine. La théologie et les théologiens au Congo: Projects et défis dans la période de l’après-indépendance (1960-1990)*, Editions Universitaires Fribourg Suisse, Fribourg, 2002, p. 294 (nossa tradução).

o seu sentido salvífico, já que em todos se busca compreender e expressar a experiência de salvação que significou o encontro com Jesus Cristo”¹⁵².

Assim sendo, a realidade histórica do Novo Testamento é a compreensão que a primeira comunidade cristã teve, no seu tempo, do mistério de Jesus Cristo e como a realizou e expressou. Por conseguinte, a experiência salvífica de hoje deve realizar-se no conhecimento do meio da comunidade dos primeiros discípulos e ao modo do discípulo que procura fazer a sua própria experiência¹⁵³. Portanto,

“não estamos a lidar apenas com textos do passado que exigem lucidez crítica para nos revelarem o seu sentido. Pois, os relatos neotestamentários são expressões de experiências salvíficas: delas nasceram e para elas apontam. Mais do que oferecer uma compreensão de cunho teórico, são sinais do que foi realmente vivido, sendo assim, para as gerações posteriores, convites para tais experiências e marcos orientadores da sua correcta realização”¹⁵⁴.

Está patente nessas expressões o contexto sócio-cultural que as possibilitou e as configurou. Podemos afirmar que estas expressões da fé são expressões da vida real. Toda a experiência salvífica e a sua compreensão devem ser entendidas a partir do seu respectivo contexto histórico. Deste ponto de vista, sustenta Miranda:

“Assim como a experiência salvífica feita com Jesus e a sua respectiva compreensão está relacionada com o contexto sociocultural de Jesus, assim como a experiência neotestamentária e a sua compreensão está relacionada com seu respectivo contexto histórico, assim como a experiência salvífica do período patrístico ou da Idade Média e respectivas compreensões se relacionam com os seus horizontes socioculturais, do mesmo modo, a experiência salvífica e a sua compreensão em nossos dias deve relacionar-se com o contexto sociocultural hodierno”¹⁵⁵.

Desta forma,

“nenhum contexto cultural tem valor absoluto, mesmo que reconheçamos ao contexto bíblico (especialmente ao neotestamentário) um papel único por ser mediação fundante da nossa experiência salvífica. Mas os demais contextos históricos dessas experiências salvíficas, que constituem a Tradição, são importantes, seja por terem determinado o nosso actual horizonte de compreensão, como vimos atrás, seja porque é exactamente nessas mediações históricas que se manifesta o elemento salvífico cristão”¹⁵⁶.

Doutro modo,”

¹⁵² Miranda, op. cit., p. 82.

¹⁵³ Cf. Ibidem, p. 83.

¹⁵⁴ Ibidem, p. 82.

¹⁵⁵ Ibidem, p. 84.

¹⁵⁶ Ibidem, p. 83-84.

“os Evangelhos, como as cartas, são testemunhos de fé, isto é, um conjunto de histórica kerigmática de Jesus Cristo. Os Evangelhos são expressões do Evangelho, isto é, a profissão de fé duma comunidade na sua experiência com Cristo. São palavras e factos de Jesus inseridos em situações concretas. As particularidades de cada um são provas das suas preocupações de inculturação cujo objectivo não era de apresentar um diário da vida de Jesus, mas responder às necessidades concretas das suas comunidades”¹⁵⁷.

Sendo assim, “o NT é um acto de interpretação da primeira comunidade cristã. Este texto permanece normativo para o testemunho da Igreja de hoje, mas é preciso traduzir em função de um novo contexto histórico de modo que permita uma experiência da salvação ao mesmo tempo que a libertação do homem e encontro com Deus”¹⁵⁸. Eis por que a inculturação encontra o seu fundamento na experiência neotestamentária como vamos ver concretamente a seguir com os exemplos de Jesus e de Paulo.

2.2.2. Jesus Cristo, modelo para a inculturação

O Novo Testamento apresenta-nos a pessoa de Jesus através da sua mensagem e da sua obra. É através desta apresentação que vamos tentar perceber o empreendimento de Jesus em relação à inculturação. É evidente que Jesus nunca usou este termo nem o utilizaram os que nos legaram os relatos sobre a sua vida. Descobrimo-lo através das suas palavras e suas atitudes, como afirma Suess:

“Os Evangelhos mostram Jesus de Nazaré inculturado no particular de uma determinada classe social e cultural. O filho do carpinteiro incarnou-se na classe trabalhadora como carpinteiro e na cultura dos nazarenos. Jesus aceitou os desafios culturais, mas rejeitou a alienação cultural com tudo aquilo que destrói o próprio povo e o indivíduo: ‘passou pelas mesmas provações que nós, com excepção do pecado’ (Heb 4,15)”¹⁵⁹.

Nunes identifica a atitude de Jesus face à sua cultura deste modo: “Por um lado, Jesus assumiu a sua cultura de Judeu e, por outro lado, Jesus sentiu a necessidade de se (des)culturalizar”¹⁶⁰.

O espaço cultural de Jesus é-nos apresentado por Gruen desta forma:

“Teoricamente, havia um espaço cultural judaico comum, em princípio, a todos os judeus palestinianos, tendo por eixo central a religião. Esta herança Jesus recebeu-a da sua família e do seu país:

- A experiência pessoal de um Deus único, sempre presente e activo;

¹⁵⁷ Dupuis, op. cit., p. 206.

¹⁵⁸ Geffré, *Le christianisme au risque de l'interprétation*, p. 332-334.

¹⁵⁹ Citado por Nunes, op. cit., p. 38.

¹⁶⁰ Op. cit., p. 43.

- A fraternidade entre todos os filhos deste pai comum;
- O amor do seu próprio povo, o seu país, a sua herança.
- O respeito da mulher acompanhando-se de precauções excessivas na vida social.
- A Torah como manifestação concreta da vontade de Deus em relação a Israel; como tal, a lei era o dom de Deus, a alegria e a glória do povo judeu.
- As orações e as celebrações.
- Algumas práticas fundamentais como a defesa da Torah e a conservação da identidade: a circuncisão, o sábado, as visitas regulares à sinagoga, o uso de 'Tzitzit'-franças às extremidades do xaile de oração¹⁶¹.

Será esta herança que Jesus vai assumir como membro deste povo. Usando a própria expressão de Gruen, podemos dizer que “Jesus abriu-se à vida social e endoculturado no meio ambiente camponês galileu do judaísmo”¹⁶².

Nunes ilustra-o com alguns textos evangélicos¹⁶³:

-Luc 2,39-40 e 2,51-52: apresenta a célula familiar de Jesus e o quadro familiar do seu nascimento e crescimento.

-Luc 2,21-24: o cumprimento dos ritos da circuncisão dos nascidos do sexo masculino, a apresentação no templo e o resgate do primogénito, o rito da tradição judaica e a defesa da sua identidade cultural.

-Luc 3,21: a aceitação do baptismo de João é a prova da sua solidariedade com o seu povo.

-Mt 5,17-19: Jesus assume a sua herança cultural ao anunciar que veio para cumprir a Lei (de Moisés, dos profetas, de Deus), porque a cultura é a herança social, transmissível de geração em geração.

-Luc 4,16-19.31: Jesus não aceita de forma passiva a sua tradição, mas proclamava-a e recriava-a.

E conclui: “Para além de todos estes textos aqui enunciados a título de exemplo, é claro que Jesus adoptou, certamente, os usos e costumes do seu povo no comer e no vestir, usou a mesma língua para comunicar, adorou o mesmo Deus dos antepassados e

¹⁶¹ Gruen, W., “Jesus-Christ, modèle pour la catéchèse inculturée”, in: *Lumen Vitae* 3 (1995) 293-294 (nossa tradução).

¹⁶² Ibidem, p. 294.

¹⁶³ Cf. Op. cit., p. 38-39.

contemporâneos (o Deus de Abraão e de Moisés), numa palavra, Jesus assumiu a sua cultura de judeu”¹⁶⁴. Gruen designou tudo isto, genericamente, de enculturação¹⁶⁵.

Jesus era da Galileia, o chamado “distrito dos gentios”, região importante e palco de revoltas contra a ocupação romana. E como em todas as grandes sociedades, a sociedade judaica da Galileia não só possuía classes de gente poderosa e rica, mas também uma grande maioria constituída pela massa dos pobres e excluídos, dos sem-voz. E esta divisão era também sentida no seio da religião, onde havia elites religiosas, divididas em aristocracia sacerdotal e leigos destacados, e o simples povo de Deus¹⁶⁶. Faziam parte desta elite religiosa os sacerdotes com a responsabilidade de administração do Templo e de cultos e, por isso, consideravam-se homens investidos de poder divino e primeiros defensores da santidade e da pureza ritual. Os fariseus constituíam a classe da aristocracia religiosa leiga, piedosos e atenciosos, que participavam e recomendavam a observância escrupulosa da Torah; os escribas, considerados como doutores da Lei, biblistas, sábios e guias do povo, responsáveis do serviço religioso nas sinagogas. Podemos reconhecer com Gruen que “em suma, tanto os sacerdotes como os fariseus e os escribas, independentemente das suas boas intenções (subjectivas), estavam fechados no seu mundo; não se preocupavam com a mudança estrutural da sua sociedade injusta, mas procuravam a torná-la suportável”¹⁶⁷. As suas preocupações estavam muito longe da vida do sofrimento do povo. Foi este o contexto sócio-cultural de Jesus.

Perante este quadro negativo da sua cultura, Jesus “desculturaliza-se” como demonstrado por Nunes: “Jesus não aceitou tal sistema nem tais ‘amarras’ e muito menos o facto de se utilizar Deus para isso (como justificação)”¹⁶⁸. A sua mensagem é escatológica, baseada no reino de Deus. Critica os que oprimem o povo; usa as Escrituras de maneira selectiva e orientada em favor da actualidade da vida concreta do homem. A sua missão exprime bem uma consciência da realidade da inculturação: “Hoje se cumpriu aos vossos ouvidos essa mensagem” (Lc 4,21). Este “hoje” refere-se ao aqui e agora, isto é, ao contexto sócio-cultural do seu tempo, marcado pela exploração do povo. Pois, o profeta Isaías tinha anunciado: “O Espírito do Senhor está

¹⁶⁴ Ibidem, p. 39-40.

¹⁶⁵ Cf. Art. cit., p. 293-294.

¹⁶⁶ Cf. Ibidem, p. 288-292.

¹⁶⁷ Ibidem, p. 292.

¹⁶⁸ Op. cit., p. 40.

sobre mim, porque ele me consagrou pela unção para proclamar a libertação aos presos e oprimidos e para proclamar um ano de graça do Senhor” (Is 61,1-2). O hoje visa atualizar a profecia numa situação concreta. O hoje é a consideração da realidade. Desta forma, faz transparecer implicitamente um processo de inculturação.

Por isso, Jesus começa por relativizar as mediações de santidade consideradas como fundamentais pelas elites religiosas: tempo, lugar, pessoas sagradas, instituições religiosas, porque não promovem, nem servem ao povo. Critica a opressão do povo manifestada em três aspectos: a santidade ritual, o saber religioso e o poder espiritual¹⁶⁹. Contra a santidade ritual, ele propõe a perfeição (Mt 5,48; 19,21), amando a Deus e ao próximo sem discriminação. Tocar o leproso, comer com os publicanos e os pecadores, encontrar-se com os militares romanos e deixar ser-se tocado por uma mulher com hemorragia, são atitudes claras que reprovam tudo o que é negativo e que não dignifica o homem.

Jesus contesta o conhecimento religioso das elites – pois o Pai revela-se aos mais pequeninos (Mt 11,15) – e o poder religioso monopolizado como privilégio de um grupo. Mais uma vez recorremos ao trabalho de Nunes, que apresenta alguns textos evangélicos que provam a atitude revolucionária de Jesus contra a sua própria cultura¹⁷⁰:

- Mc 3,31-35 aponta uma nova concepção da família, mais universal, não por laços de sangue, mas pelo fazer a vontade do pai.

- Luc 13,10-17: o ataque ao Sábado em nome da liberdade do homem e da nova imagem e relação com Deus explica melhor a desculturação de Jesus e ao mesmo tempo a razão do ódio e perseguição da parte dos representantes do sistema cultural judaico.

- Mt 5,17-44: este modo de falar sucessivo do “foi-vos dito..., mas eu digo-vos” confirma a sua originalidade na maneira de entender a cultura tradicional transmitida e, ao mesmo tempo, uma prova da sua “recriação” original da herança ou noutros termos da sua inculturação.

- Luc 4,1-13: a sua recusa à tentação de glória e do poder manifesta a sua recusa a um tipo de sociedade e uma motivação cultural generalizada de todos os tempos que é a do “ter” (e não a do “ser”).

¹⁶⁹ Cf. Gruen, art. cit., p. 295-297.

¹⁷⁰ Cf. Op. cit., p. 41.

- Mt 8,5-13: a salvação é para todos, contrariando a ideia do privilégio de exclusividade assumido pelo povo judeu por causa da sua eleição. Jesus demonstra assim que Deus é para todos sem consideração do espaço geográfico-cultural.

Perante esses factos, podemos afirmar que o processo da inculturação de Jesus foi feito com discernimento, como sublinhado por Gruen:

“A prática de Jesus, no seu conjunto, constituiu um programa de acção coerente – uma política definida, diríamos hoje: atingiu com uma precisão cirúrgica os pontos nevralgicos da sociedade. Face a uma estrutura excludente das massas sem estatuto e sem bens, instaurou um modelo de fraternidade radical; face ao sistema religioso corrompido pela manipulação dos símbolos, a procura do prestígio, o ritualismo e a opressão, propôs o regresso ao essencial desejado por Deus: engajamento pela causa do reino e confiança no Pai. Por outras palavras, Jesus fez realizar-se e proclamou a Boa Nova de tal modo que toca a sociedade e nela a religião na sua estrutura. Agiu no seio do povo para ajudá-lo a receber este germe de novidade. Desta maneira, estimulou a inculturação da Boa Nova”¹⁷¹.

E, no mesmo sentido, vai a conclusão de Nunes: “Da posição de Jesus face à sua cultura poderíamos, então, concluir, brevemente, que mais do que uma assimilação de completa identificação ou uma oposição total, a sua atitude é a de quem assume recriando a tradição cultural herdada”¹⁷². Por isso, consideramos Jesus como pioneiro no modelo do processo da inculturação.

2.2.3. S. Paulo, defensor da inculturação

São Paulo é chamado Apóstolo dos gentios (Gl 3,28); percorreu os caminhos e os mares da Ásia Menor, da Grécia e da Itália para anunciar aos povos a Boa Nova da igualdade dos povos, pois em Cristo não há graus de superioridade, nem de inferioridade: todos são iguais, judeus, gentios, homens, mulheres e escravos (cf. Gl 3,28). Esta visão duma nova humanidade em Cristo implica a consideração e o respeito de cada cultura. De facto,

“na carta aos Gálatas, Paulo expõe, com clareza, os conteúdos fundamentais dessa feliz notícia. Um dos objectivos é, sem dúvida, construir um mundo onde todos sejam um, onde não haja mais divisão entre judeu e grego, escravos e homens livres, homem e mulher (Gl 3,28). A fé em Cristo conduz a novas relações entre as pessoas. Nas comunidades cristãs, pessoas provenientes de diferentes raças e estratos sociais são iguais, são irmãos e irmãs, porque baptizados num único e mesmo baptismo. Na Igreja, todas as barreiras humanas são superadas”¹⁷³.

¹⁷¹ Art. cit., p. 301-302 (nossa tradução).

¹⁷² Op. cit., p. 42.

¹⁷³ Silva, J.A., Inculturação. Desafio à Igreja de hoje, Ed. São Paulo, Lisboa, 1994, p. 33.

Sem dúvidas, esta nova visão de uma humanidade de igualdade vai criar conflitos.

O primeiro sinal de conflito de culturas no seio da Igreja primitiva foi a circuncisão: é ou não necessário circuncidar os gentios convertidos a Cristo? (cf. Act 15,1.3). É uma questão relacionada com a tradição ou cultura judaica. Foi motivo de grandes discussões, surgindo daí uma agitação e tornando-se veemente a discussão de Paulo e Barnabé com os judeus convertidos. Por isso, decidiu-se de ir a Jerusalém junto dos Apóstolos para tratar do litígio (Act 15,5). Foi esta a razão da convocação daquilo que pode ser considerado o primeiro Concílio de Jerusalém:

“Reuniram-se, então, os apóstolos e os anciãos para examinarem o problema. Tornando-se acesa a discussão, levantou-se Pedro e disse: ‘Irmãos, vós sabeis que desde os primeiros dias, aprouve a Deus, entre vós, que por minha boca ouvissem os gentios a palavra da Boa Nova e abraçassem a fé. Ora, o conhecedor dos corações, que é Deus, deu testemunho em favor deles, concedendo-lhes o Espírito Santo assim como a nós. Não fez distinção alguma de entre nós e eles, purificando os seus corações pela fé. Agora, por que tentais a Deus, impondo ao pescoço dos discípulos um jugo que nem nossos pais nem mesmo nós podemos suportar?’” (Act 15,6-10).

Tshibangu considera que “o primeiro Concílio, o de Jerusalém, permitiu resolver as questões suscitadas de modo positivo como é sabido, e deu as directivas a seguir que deviam servir de referência para o futuro”¹⁷⁴. O resumo da declaração deste primeiro concílio está bem explícito: “De facto, pareceu bem ao Espírito Santo e a nós de não impor nenhum outro peso além destas coisas necessárias que vos abstenhais das carnes imoladas, dos ídolos, do sangue, das carnes sufocadas e das uniões ilegítimas. Fareis bem preservar-vos destas coisas” (Act 15,28-29).

De facto, segundo Silva, a actividade missionária de Paulo é um bom modelo prático do processo da inculturação.

“A actividade missionária de Paulo é outro modelo paradigmático da inculturação, afirma Silva, em particular para a metodologia a ser utilizada pelos seus agentes. Paulo era um judeu extremamente zeloso, da educação ortodoxa. Depois de se converter ao Cristianismo, soube aceitar pontos de vista diferentes dos seus e relativizar a sua tradição judaica. Depressa reconheceu que a circuncisão era um aspecto secundário e marginal e que obrigar os gentios a ela seria fechar as portas da Igreja a muitos crentes (Rm 2,25-29; Gl 5,1-6). Mas Paulo foi, igualmente, um grande pedagogo. Reconheceu a necessidade de sermos sensíveis às ideias dos que têm opiniões diferentes das nossas. Num gesto conciliatório, mandou circuncidar o seu amigo Timóteo, para não escandalizar os judeus (Act 16,1-3)”¹⁷⁵.

¹⁷⁴ Tshibangu Tshishiku, “Deux milles ans d’évangélisation. Les nouvelles formes d’évangélisation pour le XXI^e siècle”, in: RAT 53 (avril 2003) 6.

¹⁷⁵ Silva, Op. cit., p. 34-35.

E o mesmo autor acrescenta:

“O método de evangelização, utilizado por Paulo quando da sua passagem por Atenas, continua a ser considerado como uma grande lição de missiologia e de encontro de culturas (Act 17,16-34). Paulo soube anunciar a mensagem cristã a partir da realidade dos atenienses. Tendo em conta os seus desejos e anseios religiosos, ofereceu uma resposta cristã aos seus problemas (...). O seu discurso no Areópago é um modelo de duas atitudes fundamentais que devem caracterizar o trabalho dos agentes da inculturação: o respeito pela cultura de um povo, lado a lado com o anúncio claro da mensagem cristã”¹⁷⁶.

Por isso, reconhecemos Paulo como o grande modelo e impulsionador do processo da inculturação.

Considerando o método de evangelização dessas duas grandes figuras do Novo Testamento, não há dúvida que transparece nele a realidade do processo da inculturação e dali a razão da sua fundamentação como uma realidade vivida e praticada no Novo Testamento. E desta forma fica sustentada a sua fundamentação bíblica.

2.3. Fundamento histórico

Carrier reconhece que

“de facto, a inculturação acompanhou o desenvolvimento da evangelização, desde as suas origens, para chegar progressivamente a todos os povos e todas as culturas. Os apóstolos praticavam espontaneamente a inculturação, muito antes da palavra, como os Padres da Igreja e todos os evangelizadores e os missionários que propagaram a mensagem cristã através de gerações até nós. Certo, podemos discutir da maneira, da extensão, da autenticidade do seu esforço inculturator, mas isto era inseparável da pregação evangélica a todas as nações e em todas as línguas”¹⁷⁷.

Deste modo, “inculturar” a mensagem cristã nas maneiras de pensar, de viver, de sentir e de se comportar do povo a evangelizar foi sempre uma realidade ligada à própria vida da Igreja como vamos descobrir a seguir.

2.3.1. As três inculturações cristãs primitivas

A ideia da inculturação na Igreja primitiva está bem expressa na famosa Carta a Diogneto, onde os cristãos são apresentados como cidadãos inculturados:

“Os cristãos não se distinguem dos outros homens, nem pelo país, nem pela linguagem, nem pelos costumes. Pois, não habitam nas suas próprias cidades, não usam qualquer dialecto extraordinário, o seu modo de vida não tem nada de singular (...). Habitam nas cidades gregas e as cidades bárbaras segundo o destino de cada um; conformam-se aos

¹⁷⁶ Ibidem, p. 35.

¹⁷⁷ Carrier, Guide pour l’inculturation de l’Évangile, p. 29-30 (nossa tradução).

usos locais para os vestidos, a comida e o resto da existência, manifestando ao mesmo tempo as leis extraordinárias e verdadeiramente paradoxas da sua maneira de viver; reside cada um na sua própria pátria, mas como estrangeiros domiciliados. Cumprem todos os seus deveres de cidadãos e suportam todos os encargos como estrangeiros. Toda a terra estrangeira é a sua pátria, e toda a pátria é-lhes terra estrangeira (...) estão na carne, mas não vivem segundo a carne. Passam a sua vida na terra, mas são cidadãos do céu. Obedecem às leis estabelecidas e a sua maneira de viver é mais perfeita que as leis”¹⁷⁸.

Portanto, a Igreja primitiva iniciou a sua obra de evangelização, exprimindo o mistério cristão em termos de cultura judaica. E a seguir, a mesma mensagem foi anunciada e explicada aos homens pertencentes a outras culturas como a helenista ou a romana como afirma Tshibangu: “Na sua actividade missionária, a Igreja enfrentou desafios sucessivos que conseguiu ultrapassar. Primeiro o desafio do judeo-cristianismo, depois o do cristianismo-grego, seguido o do cristianismo-latim”¹⁷⁹. E o mesmo autor sublinha:

“Para saber como a Igreja comportou-se perante esses desafios e como procedeu é preciso referir-se à trilogia muito erudita, ao mesmo tempo analítica e sintética, que o grande teólogo Jean Danielou publicou nas obras muito conhecidas: *Théologie du judéo-christianisme*, de 1958; *Message évangélique latin et culture hellénique aux II et III^e siècles*, de 1961; *Les origines du christianisme latin*, primeira edição póstuma de 1978”¹⁸⁰.

O Padre Danielou apresenta a sua teoria de três etapas do cristianismo inculturado desta forma¹⁸¹:

- 1. O cristianismo “hebraico”, que ele considera como primeiro cristianismo inculturado. Foi feito com respeito pelas tradições dos judeus convertidos a Cristo.
- 2. O cristianismo “helenístico”. Corresponde à obra de São Paulo, feita com respeito pela cultura helenística.
- 3. O cristianismo ocidental do fim do século II, com Tertuliano como iniciador e Agostinho como seu grande arquitecto na sua obra “Cidade de Deus”.

Aparece bem claro neste estudo de Danielou um cristianismo tricultural que exprime a manifestação antiga da inculturação. No fundo, a Igreja

“aprendeu desde os começos da sua história a formular a mensagem de Cristo por meio dos conceitos e linguagens dos diversos povos, e procurou ilustrá-la com o sabor

¹⁷⁸ Citado por Carrier, *Évangile et cultures. De Léon XIII à Jean Paul II*, p. 23 (nossa tradução).

¹⁷⁹ “Deux milles ans d’évangélisation. Les nouvelles formes d’évangélisation pour le XXI^e siècle”, p. 6 (nossa tradução).

¹⁸⁰ Ibidem, p. 6.

¹⁸¹ Cf. Delhay, R., “Etudes sur l’inculturation de la foi chrétiennes d’après certains documents récentes du Magistère”. In: *Espirit et vie* 1 (1988) 3-5.

filosófico. Tudo isto com o fim de adaptar o Evangelho à capacidade de compreensão de todos e às exigências dos sábios. Esta maneira adaptada de pregar a palavra revelada deve permanecer como a lei de toda a evangelização. Deste modo, com efeito, suscita-se em cada nação a possibilidade de exprimir a mensagem de Cristo segundo a sua própria maneira, ao mesmo tempo que se fomenta um intercâmbio vivo entre a Igreja e as demais culturas dos diferentes povos”¹⁸².

Nesta perspectiva, a inculturação não foi “um acomodamento, nem muito um reducionismo do evangelho a mentalidades e costumes mutáveis, nem o elitismo ou sincretismo misturando elementos da fé cristã, crenças religiosas e concepções culturais”¹⁸³. Pelo contrário, foi “um processo aberto que, assumindo elementos positivos e contradizendo os negativos de cada cultura, a faça envolver para uma aceitação cada vez mais plena da verdade”¹⁸⁴.

No século IV (395), com a divisão do império romano, aparece a bipolarização cultural do cristianismo: um cristianismo oriental, de base grega, e ocidental, de predominância latina. Do lado latim foi excluído tudo o que estava relacionado com o grego e, de outro, lado o mundo bizantino respondeu com a mesma moeda. Houve mesmo um édito imperial bizantino que suprimiu o latim em todo império do Oriente, que só devia exprimir-se em grego. Serão estas duas grandes inculturações que vão marcar a história universal da inculturação até ao século XV (1453). O cisma de 1054 veio coroar a realidade da inculturação até hoje assumida, que fez surgir dois tipos de cristianismo, podendo mesmo admitir dois tipos de catolicismo com dois tipos de instituições litúrgicas e teológicas diferentes.

Portanto, foi sobretudo no Oriente que a inculturação foi assumida como uma realidade e desenvolvida. O Oriente conheceu desde sempre, além do grego, o arménio e o siríaco, com alfabetos e liturgias próprias. Durante quatro séculos vai “helenizar” profundamente a mensagem cristã, traduzindo-a em sistemas próprios de pensamento local como o neoplatonismo. Curiosamente, a dificuldade da implementação do processo da inculturação foi mais do lado do Ocidente cristão, até pelo simples facto da imposição do latim como língua oficial da liturgia. Mesmo assim, houve algumas figuras do Ocidente que não deixaram de lutar pela promoção do processo da inculturação, como vamos ver a seguir.

¹⁸² Citado por Barbosa, A nova evangelização, p. 80.

¹⁸³ Ibidem, p. 81.

¹⁸⁴ Ibidem, p. 81.

2.3.2. Algumas grandes figuras da inculturação na história da evangelização dos povos

O fim do século XV é marcado pelos novos desafios na história da evangelização dos povos com as aventuras das novas descobertas geográficas de África e de América e com surgimento de novos modos de viver e de pensar, noutros termos, novas culturas. É importante destacar algumas figuras da história da evangelização que lutaram para a promoção das culturas e a sua integração na compreensão do mistério da salvação manifestado em Jesus Cristo.

2.3.2.1. São Bento

A figura de São Bento (480-597) marcou a história da inculturação na Europa medieval. Fundou mosteiros que foram considerados como os primeiros centros culturais da Europa pelo trabalho dos manuscritos recopiados e traduzidos no interesse de facilitar a compreensão da mensagem de Cristo. Por isso, foi declarado Padroeiro da Europa em 1964 pelo Papa Paulo VI.

2.3.2.2. Cirilo e Metódio

Quatro séculos mais tarde, em 815, foi notável a obra de Cirilo e Metódio, evangelizadores dos eslavos e considerados como “verdadeiros modelos para todos os missionários”. Naturais de Tessalónica. Sentiram a necessidade de se prepararem para a sua missão, procurando conhecer e assumir a cultura a evangelizar, de cultura bizantina e da língua grega, levaram muito tempo para se familiarizarem com a língua, os costumes, as tradições, as aspirações dos eslavos. Descobriram que o modelo mais favorável para a evangelização era o do profundo diálogo cultural, traduzindo os textos da Bíblia para o alfabeto eslavo (que criaram). Isto até lhes gerou incompreensões, mas o Papa João VIII apoia-os, pois se há três línguas principais – hebreu, grego e latim – as outras também servem para louvar o Criador: “que todas as línguas exaltem a Deus”. Cirilo tinha aprendido dos escritos de São Gregório de Nazianzo o valor da língua na transmissão da Revelação divina.

Já naquele tempo traduziram a liturgia para as línguas eslavas para facilitar a participação activa do povo que tinha, assim, a possibilidade de louvar a Deus na sua própria língua e de ter a consciência da sua identidade cultural e também fizeram, nessas línguas, uma recolha dos dogmas cristãos. Foi esta integração que João Paulo II considerou como audaciosa na sua encíclica *Slavorum Apostoli*: “A obra de Cirilo e Metódio revelou-se como um dos mais audaciosos empreendimentos da inculturação do cristianismo”¹⁸⁵. E para o mesmo Papa, na sua obra de evangelização, claramente “se encontra também um modelo daquilo a que hoje se dá o nome de inculturação: a encarnação do Evangelho nas culturas autóctones e, ao mesmo tempo, a introdução dessas culturas na vida da Igreja”¹⁸⁶. Por isso, proclamou-os padroeiros secundários da Europa.

2.3.2.3. Matteo Ricci (1532-1610) e outros missionários nos “novos mundos”

Passados sete séculos, Ricci marca a história da inculturação com o seu trabalho exemplar para fazer aceitar Cristo aos chineses. O seu primeiro passo foi a sua própria inculturação que durou quase vinte e quatro anos de preparação pessoal, destacada na aprendizagem da língua e dos costumes. O seu segundo passo foi o diálogo com os letrados chineses, servindo-se dos valores humanistas e éticos do confucionismo. Nunes explica esta metodologia de evangelização desta maneira:

“Conhecer e estudar a cultura chinesa, os seus grandes clássicos, e a partir daí converter os intelectuais-mestres chineses, crendo que o povo viria atrás desses chefes. Para tal, estudaram e defenderam o confucionismo (aprovar noções suas como as do ‘Senhor do Alto’, para falar de Deus, e de ‘céu e inferno’, para falar da escatologia/salvação), deixando de lado outras filosofias-religiões como o budismo e taoísmo”¹⁸⁷.

Na mesma época, no fim do século XVI, e no mesmo continente asiático, ao que Cristóvão Colombo chamou de Índias ocidentais, foram criadas as famosas Repúblicas Indianas de Guaranis, em nome da evangelização, em respeito das culturas desses povos. A evangelização sem conquista será assumida também por Bartolomeu de las Casas que “defendeu a igualdade e dignidade de todos os povos e lutou pela obrigação

¹⁸⁵ SA 21.

¹⁸⁶ Ibidem.

¹⁸⁷ Op. cit., p. 54.

de retribuir o extorquido por encomendeiros, conquistadores, governantes (conselheiros das Índias e eclesiásticos enriquecidos...), aos índios que viviam na pobreza (...)”¹⁸⁸.

O empenho de Roberto de Nobili na primeira metade do século XVII, na Índia, deve ser referenciado. Inspirado pela experiência de Ricci, fez-se também indiano com os indianos:

“Concretamente, Nobili quis que o sânscrito fosse a língua para a liturgia e para o ensino, no seminário, dos candidatos brahmanes ao sacerdócio; escreveu nessa língua um ritual para o matrimônio; estudou a cultura brâmane e usou o método das discussões públicas, sentindo, então, alguns problemas de inculturação no que dizia respeito ao manter ou romper com as estritas regras das castas a que pertenciam os convertidos”¹⁸⁹.

Podemos acrescentar ainda os nomes de Alexandre de Rhodes, em Cochinchina e no Tonkim, entre 1623-1645¹⁹⁰. São alguns nomes que testemunham que a inculturação é um fenómeno antigo e de todos os tempos. São, por este motivo, tomados como exemplos típicos. Essas experiências e testemunhas levaram o Papa Gregório XV a criar a *Propaganda Fide* em 1622 com objectivo de acompanhar e orientar o conjunto de actividade missionária nos países chamados de missão. Por isso, Tshibangu reconhece que “não foi por acaso que neste período de grande desenvolvimento missionário que seguiu as grandes descobertas, a Igreja criasse, em Roma, em 1622, a congregação da *Propaganda Fide*”¹⁹¹. E João Paulo II fez o mesmo ao afirmar: “Foi por aquele tempo, mas concretamente no ano de 1622, que o meu predecessor Grégorio, erigiu, de modo estável, a congregação de *Propaganda Fide*, com a finalidade de desenvolver e organizar melhor as missões”¹⁹².

Esta congregação ciente das suas obrigações não tardou em publicar em 1659 as directivas da conduta para a evangelização dos povos, assim resumidas:

“Não ponham nenhum zelo, nem avancem nenhum argumento para convencer esses povos a mudar os seus ritos, os seus costumes, os seus hábitos que não sejam evidentemente contrários à religião e à moral. O que é mais absurdo que transportar a França, a Espanha, a Itália ou outro país da Europa para entre os chineses? Não lhes introduzam nada disso, mas apenas a fé que não menospreza ou destrói os ritos e costumes de nenhum povo (...). Dado que é da natureza do homem apreciar e amar mais o que é próprio de cada um, de modo particular a própria nação (...), não há razão de ódio que mais facilmente possa alienar os espíritos como obrigar alguém a modificar os seus costumes nacionais e tradicionais (...). Não ponham, então, nunca os costumes da

¹⁸⁸ Ibidem, p. 54.

¹⁸⁹ Ibidem, p. 55.

¹⁹⁰ Cf. Poupard, op. cit., p. 22.

¹⁹¹ Art. cit., p. 7.

¹⁹² EA 33.

Europa em paralelo com os desses povos; pelo contrário, adaptai-vos aos deles com diligência”¹⁹³.

Mas, infelizmente, essas directivas não foram observadas, como atesta Tshibangu: “Essas directivas tão esclarecidas, tão equilibradas e salvadoras, não foram sempre cumpridas fielmente ao longo da história subsequente da evangelização”¹⁹⁴.

Essas directivas são provas evidentes da preocupação da Igreja pela defesa das culturas dos povos. Nunes chega desta maneira:

“Esta posição deve ser seguramente considerada como uma defesa inequívoca do pluralismo cultural, da ‘diversidade polifónica’ consagrada no Pentecostes, diversidade de civilizações que não só é aceite, como é mesmo vista dentro de uma igualdade de valor face à fé. Trata-se, sem dúvida, de uma proposta de evangelização que nos lembra a praxis missionária de S. Paulo”¹⁹⁵.

Bem se pode dizer que não foi por falta de directivas que o processo da inculturação não foi assumido nas chamadas de terras de missão.

2.3.3. A herança das directivas papais do século XX

Não podemos deixar de sublinhar o empenho e a contribuição dos papas do último século, de Bento XV a João Paulo II, na promoção do diálogo entre a mensagem de Cristo e as demais culturas¹⁹⁶. Esses papas são considerados grandes defensores da evangelização das culturas. As suas directivas gerais e fundamentais foram recomendações claras para a defesa do diálogo franco entre a Palavra de Deus e as culturas.

2.3.3.1. Bento XV

Na sua encíclica *Maximum Illud*, de 30 de Novembro de 1919, começa por recordar as grandes figuras que souberam implantar a Igreja em diversas partes do mundo no respeito e na consideração das culturas dos povos a evangelizar e, ao mesmo tempo, recomenda com insistência que a implantação da Igreja nos países de missões seja feita no respeito das características particulares de cada povo. E lançou, numa directiva de grande importância histórica, a ideia da formação do clero indígena que

¹⁹³ Texto citado por Nunes, op. cit., p. 55.

¹⁹⁴ Art. cit, p. 7.

¹⁹⁵ Op. cit., p. 57.

¹⁹⁶ Cf. Poupard, op. cit., p. 24-26.

será capaz de compreender o interior do seu povo. Aos missionários, aconselhou e recomendou a aprendizagem da língua dos povos onde trabalham, de modo a facilitar a comunicação. Esses elementos promovem bem a ideia da inculturação.

2.3.3.2. Pio XI

Retomou a ideia da formação do clero do seu predecessor Bento XV na sua encíclica *Rerum Ecclesiae*, de 28 de Janeiro de 1926. Pede que sejam solidamente formados nos países de missões os jovens candidatos, não só para chegar ao sacerdócio, mas também para se tornarem mestres da fé junto dos seus compatriotas. Pede que haja igualdade entre missionários europeus e o clero local porque este último pode vir um dia a assumir a responsabilidade do governo da Igreja. O objectivo das missões é de fundar a Igreja de Jesus Cristo nessas terras.

Pio XI reconheceu a necessidade da inculturação no termo “naturalizar” a Igreja. Para facilitar este empreendimento, recomendou a formação de religiosos e religiosas autóctones que, como o clero local, conhecem e compreendem melhor a alma do seu povo, as suas tradições, os seus costumes e a língua. A prova do seu empenho foi a multiplicação das nomeações de bispos autóctones e a criação de seminários, conventos, instituições caritativas e educativas. Será decisiva a contribuição desses bispos para a história da inculturação em África.

2.3.3.3. Pio XII

Para celebrar o vigésimo quinto aniversário da Encíclica *Rerum Ecclesiae*, publicou a sua carta *Evangelii Praecones*, de 2 de Junho de 1951, onde torna a fazer um apelo mais explícito para que os futuros missionários tenham uma formação que os prepare para compreender o seu país de missão, iniciando-se nos elementos da medicina, da agricultura, da etnografia, da história e da geografia. Aconselhou os missionários a seguirem o princípio fundamental da adaptação: quando os povos abraçam o evangelho, não se pode nem arruinar, nem destruir o que é bom, honesto e belo no seu carácter e o seu próprio génio. Mas, pelo contrário, procurar fazer tudo para que as suas artes, os seus costumes, os seus conhecimentos sejam levados ao mais alto nível da perfeição.

Esta orientação já está patente na sua primeira encíclica *Summi Pontificatus*, de 20 de Outubro de 1939, ao convidar a Igreja a compreender mais profundamente a civilização e as instituições de diversos povos e a cultivar os seus dons e as suas melhores qualidades. Tudo o que nos seus costumes não está ligado indissolivelmente às superstições deve ser examinado e conservado intacto.

2.3.3.4. João XXIII

Na sua encíclica *Princeps Pastorum*, de 28 de Novembro de 1959, João XXIII refuta a ideia de identificar a Igreja histórica a alguma cultura, mesmo à cultura mediterrânea, onde ela nasceu, nem à cultura ocidental, à qual ficou ligada pela sua história.

Também o facto de ter convocado um concílio pastoral revela o seu empenho no processo da inculturação. Podemos notá-lo no seu discurso de abertura do Concílio:

“Não nos fazia falta um concílio para proclamar novos dogmas, ou condenar erros e lançar anátemas. Fazia falta um concílio que desse um salto para a frente, buscando uma nova forma de entregar as riquezas do depósito da fé no mundo de hoje. E, se custa descobrir esta nova forma, é necessário colocar aí todas as energias para encontrar, evidentemente, a nova forma que está na linha da tradição viva da Igreja, da integridade do depósito da fé, mas é uma grande novidade: novidade de diálogo, novidade de apresentação, novidade de método, novidade de capacidade de comunicação social da fé”¹⁹⁷.

Nestas palavras do Papa transparece o desafio da realidade da inculturação, apesar de usar propriamente o temo. Foi assim desenhada a orientação do Concílio que dará grande impulso à história da inculturação destes novos tempos.

Apesar de não ter proclamado a conclusão do Concílio, o Papa João XXIII deixou a sua marca na história da inculturação pela vontade soberana de convocar o Concílio, pelo anúncio, pela pedagogia da sua preparação nos discursos e nos actos de período de 1959-1962. De facto, Doré sublinhou-o ao afirmar: “Como é evidente, João XXIII quis colocar o Concílio na perspectiva cristã às exigências duma humanidade que atravessa uma renovação profunda e global, talvez mais evidente hoje do que quando o

¹⁹⁷ João XXIII, “Discurso na sessão inaugural do Concílio Ecuménico Vaticano II”, a 11 de Outubro de 1962.

Vaticano II foi anunciado”¹⁹⁸. Fica assim provada a importância da figura do Papa João XXIII na promoção do processo da inculturação.

2.3.3.5. Paulo VI

Este Pontífice nunca utilizou o termo inculturação, mas as suas palavras e atitudes são provas do seu empenho para a implementação da realidade da inculturação. Já na reabertura do Concílio, depois da morte do Papa João XXIII, pode notar-se a sua preocupação ao empenhar-se para continuar e concluir o espírito do Concílio Vaticano II na sua abertura ao mundo. Convocou, em Roma, a IIIª Assembleia-geral do Sínodo dos Bispos para debater o tema da evangelização no mundo contemporâneo. Foi nesta perspectiva que publicou, em 1975, a sua encíclica *Evangelii Nuntiandi*, considerada como “a *Carta Magna* da evangelização”¹⁹⁹, onde faz apelo a uma evangelização das culturas: “Importa evangelizar – não de maneira decorativa, como que aplicando um verniz superficial, mas de maneira vital, em profundidade e até às raízes – a cultura e as culturas do homem”²⁰⁰.

Nesta linha, fez questão de distinguir o conteúdo da fé das suas diversas formas de expressão: “Na mensagem que a Igreja anuncia, há certamente muitos elementos secundários. A sua apresentação depende, em grande escala, das circunstâncias mutáveis. Também elas mudam. Entretanto, permanece sempre o conteúdo essencial e a substância viva que não se poderia modificar nem deixar em silêncio sem desnaturar a própria evangelização”²⁰¹. É este “conteúdo essencial”, esta “substância viva” que cada povo, cada cultura deve exprimir e professar. Por isso, o mesmo Papa reconheceu que “a evangelização perderia algo da sua força e da sua eficácia, se porventura não tomasse em consideração o povo concreto a que se dirige, não utilizasse a sua língua, os seus sinais e símbolos; depois não responderia também aos problemas que esse povo apresenta, nem atingiria a sua vida real”²⁰². Todas estas afirmações de Paulo VI revelam

¹⁹⁸ Doré, J., “Les courants de la théologie française depuis Vatican II”. In: JOSSUA, J.P. e alii, *Interpreter. Homenage amical à Claude Geffré*, Cerf, Paris, 1992, p. 272 (nossa tradução).

¹⁹⁹ A expressão é de Barbosa, op. cit., p. 34.

²⁰⁰ EN 20.

²⁰⁰ EN 20.

²⁰¹ EN 25.

²⁰² EN 63.

a sua preocupação e o seu empenho para a defesa do processo da inculturação, sem usar explicitamente tal conceito.

Também a sua viagem a África, para a consagração do altar da Basílica dos primeiros mártires do Uganda e para presidir ao encerramento do primeiro simpósio das Conferências Episcopais de África e Madagáscar, foi um dos actos decisivos e concretos da sua dedicação à causa da evangelização das culturas. No seu discurso, falou claramente aos Bispos africanos da necessidade dum cristianismo adaptado às culturas africanas que ele chamou de cristianismo de “rosto africano” e que hoje se pode designar por cristianismo inculturado em África²⁰³.

2.3.3.6. João Paulo II

Seguindo os passos dos seus predecessores, o Papa João Paulo II foi, de facto, o impulsionador da teologia da inculturação. Alias, falou e escreveu sobre o tema. Foi o primeiro Papa a utilizar oficialmente o termo inculturação. Contudo, alguns defensores sonantes na promoção da inculturação criticaram algumas das suas atitudes, embora constituíssem, para nós, um passo importante para uma verdadeira inculturação. Uma dessas vozes críticas é a de Silva: “Nas suas viagens, João Paulo II limitou-se a fomentar uma adaptação folclórica: no México coloca um sombreiro na cabeça; em Fiji bebe kava; em Nairobi usa uma capa feita de pele de macaco e no Gana veste um kente. Porém, quando visitou o Zaire, em 1980, não celebrou a Eucaristia de acordo com o ritual zairense”²⁰⁴.

Mesmo assim, é de reconhecer que deu um impulso importante na promoção da inculturação e no seu aprofundamento. Essas críticas não lhe tiram este mérito. O mesmo autor o reconhece nesses termos:

“Todavia, se a sua prática não é mais condizente com a teologia da inculturação não há dúvida de que as suas declarações e escritos têm contribuído imenso para a clarificação dos conteúdos e dos métodos da inculturação. Através do seu Magistério tornou-se definitivo que a Igreja distingue claramente entre adaptação e inculturação. Adaptação é apenas um processo externo, como por exemplo, a utilização de instrumentos musicais e melodias africanas na celebração da Eucaristia em África. A inculturação é um processo

²⁰³ Cf. Paulo VI, “Homilia na missa de encerramento do simpósio organizado pelos bispos africanos”, Kampala, Uganda, 31 de Julho de 1969.

²⁰⁴ Ibidem, p. 47-48.

interno e complexo, onde a mensagem cristã entra em diálogo com a cultura; a cultura é transformada pela fé e esta é enriquecida com novas perspectivas”²⁰⁵.

Não podemos deixar de sublinhar que é do seu punho a criação do Conselho Pontifício para a Cultura a 20 de Maio de 1982, e que foi, e continua a ser inquestionável o seu contributo para promover a inculturação. É neste Conselho que se constroem as fases dum diálogo permanente entre a fé e a cultura, entre a Igreja e a sociedade como está sublinhada na sua primeira atribuição: “Testemunhar perante a Igreja e o mundo, o profundo interesse que a Santa Sé, por sua própria missão, dá ao progresso da cultura e ao diálogo fecundo de culturas, como ao seu encontro benéfico com o Evangelho”²⁰⁶.

Em 1990, na sua Encíclica *Redemptoris Missio*, apontou a inculturação como um dos meios para fazer da humanidade uma só família, no respeito pela diversidade da cor, raças, culturas, línguas e crenças. Pela inculturação, afirmou: “A Igreja encarna o Evangelho nas diversas culturas e simultaneamente introduz os povos com as suas culturas na sua própria comunidade, transmitindo-lhe os seus próprios valores, assumindo o que de bom nelas existe, e renovando-as a partir de dentro”²⁰⁷. E recomendou o cumprimento de dois princípios fundamentais para uma verdadeira inculturação: “a compatibilidade com o Evangelho e a comunhão com a Igreja universal”²⁰⁸.

Finalmente, sublinhou que o objectivo a alcançar é o testemunho: “O homem contemporâneo acredita mais nas testemunhas do que nos mestres, mais na experiência do que na doutrina, mais na vida e nos factos do que na teoria. O testemunho da vida cristã é a primeira e insubstituível forma de missão”²⁰⁹. Foi ainda mais longe ao reconhecer que não é só um trabalho para os países chamados de missão, mas também interessa às Igrejas cristãs tradicionais:

“Este nobre termo de missão aplica-se doravante às antigas civilizações marcadas pelo cristianismo, mas que são actualmente ameaçadas pela indiferença, pelo agnosticismo ou mesmo pela irreligião. Mas aparecem novos sectores de cultura com objectivos, métodos e linguagens diversos. O diálogo intercultural impõe-se em todos os países. É

²⁰⁵ Ibidem, p. 48.

²⁰⁶ Jean Paul II, Lettre autographe de fondation du conseil pontifical de la culture, 20 mai 1982 (nossa tradução).

²⁰⁷ RM 52.

²⁰⁸ RM 54.

²⁰⁹ RM 42.

por um verdadeiro estudo de inculturação que se conseguirá evangelizar as psicologias e os meios actuais, e se há-de supor ‘um longo e corajoso processo de inculturação’”²¹⁰.

É este desafio que João Paulo II deixou à Igreja e que hoje é chamado por “nova evangelização”, entendida como tentativa de criar novas vias para uma nova inculturação do Evangelho nas culturas em mutação.

2.3.4. A contribuição do Concílio Vaticano II

Deve ser reconhecido o contributo do Concílio Vaticano II na promoção do processo da inculturação. Florisán sublinha-o nestes termos:

“O Vaticano II procurou renovar a mensagem cristã a partir de uma tripla exigência: o retorno às fontes, o olhar a realidade social e a visão de globalidade. Em síntese, o Concílio trouxe consigo uma nova consciência da Igreja no Espírito de Cristo e do Evangelho para o serviço do mundo em prol do reino de Deus. Por outras palavras, o propósito do Concílio foi situar a Igreja como ‘ouvinte da palavra de Deus’ e em diálogo com o mundo”²¹¹.

A verdade, porém, é que a inculturação como neologismo não aparece em nenhum documento do Concílio, mas aparece como realidade preconizada através de conceitos como “inserção”, “penetração”, “contextualização”, “adaptação”. O mérito do Concílio é de ter suscitado uma conscientização cultural que aparece hoje como um desafio à nova evangelização, chamada a ler e a considerar os “sinais de todos os tempos”. Esta perspectiva (a preocupação de inculturar a mensagem cristã) ocupou um lugar central nos trabalhos do Concílio sem referência à terminologia. Carrier atesta-o deste modo:

“Uma das particularidades deste Concílio foi adoptar uma abordagem moderna da cultura, para compreender o nosso tempo e para exprimir numa linguagem credível a mensagem cristã destinada aos homens e às mulheres de hoje. É isto o essencial da inculturação e, mesmo se o termo não é utilizado pelo Concílio, a Igreja refere-se explicitamente ao Vaticano II para compreender a noção da inculturação”²¹².

Uma das provas desta referência é a declaração de João Paulo II na Exortação pós-sinodal *Ecclesia in Africa*: “Na sequência do Concílio Vaticano II, os Padres do Sínodo consideraram a inculturação como um processo que abraça toda a dimensão da vida cristã – teologia, liturgia, costumes –, estruturas, evidentemente sem lesar a lei divina e a grande disciplina da Igreja, confirmada ao longo de séculos pelos frutos

²¹⁰ João Paulo II, “Discurso aos membros do Conselho Pontifício para a cultura”, 18 de Janeiro de 1983.

²¹¹ Florisán, C., Vaticano II. Um concílio pastoral, Edições Paulistas, Lisboa, 1990, p. 31.

²¹² Carrier, Guide pour l’inculturation de l’Évangile, p. 62 (nossa tradução).

extraordinários da virtude e heroísmo”²¹³. Eis porque podemos afirmar, sem exagero, que se falou, no Concílio, mais sobre a adaptação, mas a realidade abordada enquadra-se bem com a da inculturação e não com a da adaptação. É notório que o Concílio deu à experiência cristã o seu valor, fazendo dela fonte de conhecimento para a Igreja e a teologia. Os seus textos pressupõem sempre a acção salvífica de Deus, actuando na história e acessível a todos na experiência cristã. O Concílio teve um olhar sobre o homem e as suas necessidades e preocupações. Foi um olhar cultural, histórico e antropológico.

2.4. Fundamento teológico

A nossa fundamentação teológica do processo da inculturação vai basear-se em três indicadores: a realidade da encarnação de Jesus, a missão da Igreja, e, por fim, a percepção actual da teologia como uma hermenêutica.

2.4.1. Encarnação redentora como modelo da inculturação

A encarnação, segundo o Novo Testamento, está ligada à redenção: “*propter nos hominis et propter nostrum salutem*”. O objectivo da encarnação é a salvação de todos os homens. Por isso, o Verbo fez-se carne, isto é, homem como indivíduo concreto, e com história concreta, submetido às condições de crescimento físico e intelectual, crescer em idade com história e gozando da simpatia (Lc 2,52). Em Nazaré, nada sabemos de extraordinário antes de iniciar a sua actividade pública. Foi tentado como o são outros homens (Mt 4,1-11). Sentiu o cansaço do dia e adormeceu (Mc 4,37-38). Teve fome (Mt 4,2; Lc 4,2) e sede (Jo 19,28). Comoveu-se e chorou ao ver a cidade de Jerusalém (Lc 19,4) e a morte do seu amigo Lázaro (Jo 11,35). Entristeceu e sentiu medo (Mt 26,37). Teve amigos como Lázaro e as suas irmãs Marta e Maria (Lc 10,38-39; Jo 11,3).

Esses são alguns de tantos factos que nos revelam a dimensão verdadeiramente humana de Jesus. Como homem, Jesus levou efectivamente uma vida semelhante à de todos os homens em tudo, excepto no pecado; uma vida que comporta uma verdadeira actividade humana, uma verdadeira liberdade humana, uma verdadeira consciência

²¹³ EA 78.

humana. Ao assumir uma natureza humana, o Filho de Deus fez-se homem como todos os seres humanos, com tudo o que é humano, dando assim a todos a possibilidade de incarnar a sua própria cultura. O seu nome é Emanuel, que quer dizer, Deus connosco, Deus com todos os homens. Este nome já revela, em si, o aspecto universal da encarnação. Assim sendo, sustenta Carrier: “O primeiro mestre da inculturação é Cristo que, incarnando, une-se a todas as pessoas, gerações e a todas as culturas. A sua encarnação foi também uma encarnação cultural, e representa para nós o protótipo e o paradigma de toda a inculturação”²¹⁴. Por outras palavras, “a inculturação é, antes de tudo, a imitação da encarnação do verbo”²¹⁵. Isto levou o Papa Paulo VI a sublinhar que “a encarnação é a força transformadora num encontro dinâmico com cada ser e com toda a cultura a evangelizar”²¹⁶. E levou o Papa João Paulo II a afirmar no seu discurso na Universidade de Coimbra: “A encarnação do Verbo foi também a encarnação cultural”²¹⁷.

De qualquer modo, é verdade que a encarnação foi um facto único no espaço e no tempo, num povo, numa história e numa cultura. Desta forma, considera Silva: “Pela encarnação, Jesus tornou-se um membro de uma determinada cultura, vivendo e partilhando o seu universo cultural, económico, político e religioso. Pela sua ressurreição, Cristo transcendeu as limitações físicas de uma vida humana limitada pelo tempo, espaço e cultura”²¹⁸. Noutros termos, podemos afirmar com o mesmo autor: “Pela encarnação, Jesus tornou-se membro de uma cultura particular, mas, pela ressurreição, identifica-se com todas as pessoas, de todos tempos e lugares”²¹⁹. Ou ainda: “A ressurreição tornou possível a sua identificação com todos e com cada uma das culturas do mundo, sem as limitações decorrentes do tempo ou do espaço”²²⁰. É nesta perspectiva da redenção que a encarnação é considerada como modelo de inculturação.

²¹⁴ Carrier, *Guide pour l’inculturation de l’Évangile*, p. 51 (nossa tradução).

²¹⁵ *Ibidem*, p. 24.

²¹⁶ EN 18-28.

²¹⁷ João Paulo II, “Discurso na Universidade de Coimbra de 15 de Maio de 1982”.

²¹⁸ *Op. cit.*, p. 33. A ortografia de escrever “encarnação” em vez da “incarnação” é da autoria de Silva.

²¹⁹ *Ibidem*, p. 32.

²²⁰ *Ibidem*, p. 53.

Finalmente, como modelo, a encarnação sugere a inculturação de viver o mistério de Cristo que passa de nascimento à glorificação, ou seja, de natal ao Pentecostes²²¹:

- 1ª Encarnação: onde todo o ser humano com a sua cultura é assumido para ser salvo.

- 2ª Morte: onde tudo o que necessita de ser redimido passa pela purificação do mistério.

- 3ª Ressurreição: onde todas as coisas vão ser renovadas para alcançar a sua plena realização.

Visto neste ângulo, a inculturação só é autêntica através da Páscoa, isto é, desta passagem baptismal crucial. Assim, podemos afirmar em termos concretos, como antes se sublinhou, que “pela encarnação, Jesus tornou-se membro de uma cultura particular, mas, pela ressurreição, identifica-se com todas as pessoas, de todos os tempos e lugares”²²². Numa dinâmica de dar e receber, a inculturação seguirá os passos da encarnação quando “por um lado serve para purificar e modificar a cultura evangelizadora de valores; por outro lado essas purificações e modificações se exercem igualmente em relação à cultura evangelizada a fim de que a encarnação do evangelho nos seus valores particulares a abre à universalidade de salvação em Jesus Cristo”²²³.

Eis por que o caminho da inculturação do Evangelho deve seguir o caminho do homem-Deus: mistério de Natal, de Páscoa e de Pentecostes²²⁴, pois as culturas sofrem correcções, purificações e transformações em contacto com o evangelho. O processo da inculturação implica um morrer e um ressuscitar, que não dissolve a cultura, mas aperfeiçoa-a. Nesta linha, o Cristo glorioso identifica-se com diferentes povos e culturas, enquanto o Jesus incarnado se limita a um espaço, um tempo e uma cultura. Também a inculturação visa essa “nova criação” com a meta dum processo virado para o futuro, dando a cada cultura a possibilidade de desenvolver as suas virtualidades e corrigir as suas deficiências. É a recapitulação de todas as coisas em Cristo (cf. Ef. 1,10).

²²¹ Cf. Poupard, op. cit., p. 28-30 e também Silva, op. cit., p. 30-33.

²²² Poupard, op. cit. p. 53 (nossa tradução).

²²³ Carrier, Guide pour l’inculturation de L’Évangile, p. 29 (nossa tradução).

²²⁴ Cf. Poupard, op. cit., p. 28.

2.4.2. A Missão da Igreja

“Ide, portanto, fazei que todas as nações se tornem meus discípulos, baptizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, e ensinando-as a observar tudo quanto vos ordenei. E eis que estou convosco todos os dias, até ao fim dos tempos” (Mt 28,19-20). Estes últimos versículos do Evangelho de Mateus exprimem bem a vocação da Igreja fundada por Cristo. De facto, “a Igreja de Jesus Cristo é, por natureza e não só segundo as circunstâncias e nem por alguns períodos, ‘missionária’. À Igreja, como tal, e cada cristão individualmente e pessoalmente, é dirigida imperiosamente esta palavra de Cristo Ressuscitado: *Euntes Docete*. ‘Ide anunciar a todas as nações a Boa Nova da salvação’”²²⁵.

Deste modo, a Igreja está permanentemente em estado de missão: “A missão é a razão de ser da Igreja”²²⁶. Portanto, ela “deve entender-se como continuação da encarnação; a sua missão não pode circunscrever-se a um tempo e a um espaço. A missão passa a ser a tarefa constitutiva de toda a Igreja. Existir no mundo como crente é ser missionário, é estar ao serviço do Reino de Deus”²²⁷.

A missão é um termo bíblico que designa o envio para dar testemunho de Jesus. Para Barbosa, “a origem de toda a missão salvífica está no Pai. A missão significa, então, enviar (*mittere missio*). É o acto de enviar alguém”²²⁸. Warneck define a missão nestes termos: “Por missão cristã entendemos toda a actividade da Igreja cristã entre os não cristãos. Esta actividade recebe o nome de missão, porque se baseia num mandato de missão dado por Ele, que é a cabeça da Igreja cristã, é levada a cabo por mensageiros enviados (apóstolos, missionários) e alcança a sua meta onde já não for necessária”²²⁹. Nesta definição aparece o sentido mais restrito da missão, como uma realidade dirigida aos não-cristãos e não uma realidade permanente da Igreja fundada por Jesus Cristo, que é missionária. Esta vocação é permanente, tanto para os que foram evangelizados, quanto para aqueles que ainda não foram evangelizados.

Assim, a missão é uma dimensão constante do ser da Igreja, pois a Igreja é missionária por natureza, enquanto sacramento universal da salvação para todos os

²²⁵ Tshibangu, art. cit., p. 5 (nossa tradução).

²²⁶ Barbosa, op. cit., p. 31.

²²⁷ Ibidem, p. 31.

²²⁸ Ibidem, p. 19.

²²⁹ Citado por Barbosa, op. cit., p. 19.

povos. Quando um povo é convertido, termina a pastoral de anunciar e começa a pastoral de “manutenção”²³⁰. Há quarenta anos que se impõe uma nova missão nos países chamados cristãos confrontados com a realidade da secularização. Descobriu-se, assim, a necessidade duma pastoral de missão para a evangelização desses países. Apareceu então o novo conceito designado por “nova evangelização”, que pode ser considerado como uma nova missão da Igreja nos novos tempos. Barbosa esclarece: “No entanto, ‘missões’ no plural, passou a referir-se aos países onde o cristianismo ainda não está implantado. Missão e missionário designam a acção da Igreja aos afastados da fé e aos não crentes mesmo nos países de maioria cristã”²³¹. Hoje, esta missão é chamada a nova evangelização.

Para continuar hoje o mandato de Cristo de anunciar a Boa Nova a todos os homens, a Igreja deve evangelizar. A evangelização em sentido mais amplo é o anúncio ou o testemunho da Igreja, através do que ela diz e faz, ou, em outros termos, é anunciar e testemunhar o Evangelho do reino. Deste modo, sublinha Barbosa: “É uma acção pessoal e comunitária de desvelamento, de criação e promoção no quotidiano sempre novo, do homem novo, libertado por Jesus de Nazaré. É o anúncio por palavras e sinais”²³².

Podemos, assim, afirmar que, pela sua vocação missionária, a Igreja é sempre inculturada, porque deve sempre assumir a realidade do mundo para ser testemunha de Cristo ressuscitado. No fundo, “a Igreja e cada cristão têm de responder ao desafio deste mundo novo: aprender a relacionar-se com os novos meios e técnicas; apreciar a realidade criada referida ao criador; apreciar as novas estruturas sociais e económicas; renovar os símbolos e expressões de fé; estar dispostos a anunciar com entusiasmo o Messias como Verdadeiro sentido do homem, da história e do mundo”²³³.

Nesta perspectiva, a missão da Igreja enquadra-se bem no desafio do processo da inculturação e, deste modo, torna-se a sua fundamentação.

2.4.3. Teologia como hermenêutica

Nestes últimos anos, a teologia é concebida como uma hermenêutica entre a mensagem e a situação concreta do homem chamado a aderir à proposta de Deus. Por isso, a teologia deve estar sempre ao serviço das necessidades da Igreja, pois um

²³⁰ Cf. Barbosa, op. cit., p. 37.

²³¹ Ibidem, p. 20.

²³² Ibidem, p. 31.

²³³ Ibidem, p. 40.

pensamento teológico deve satisfazer duas necessidades fundamentais: uma exposição da verdade cristã e a interpretação desta verdade para cada nova geração²³⁴.

Assim sendo, a teologia encontra-se entre dois pólos: de um lado está a verdade eterna da sua fundação e, de outro lado, a situação temporal na qual a verdade eterna deve ser recebida. Por isso Geffré fala da teologia “dogmática” e “hermenêutica”²³⁵. E explica: “A teologia dogmática é a apresentação sistemática das verdades cristãs com a função de afirmação e de decisão na ordem de verdade. A teologia do tipo hermenêutico propõe-se a tornar mais inteligível e mais significativa, hoje, a linguagem já constituída da revelação”²³⁶. Desde logo se torna evidente que a teologia realizada segundo o modelo hermenêutico representa uma revolução epistemológica em relação à teologia elaborada segundo o modelo dogmático. Não há dúvida que a teologia dogmática como apresentação sistemática das verdades cristãs não perdeu nada da sua legitimidade e a sua actualidade. O grande erro é quando a “dogmática” é concebida como “dogmatista”, isto é, como exprimindo a pretensão de apresentar as verdades da fé de maneira autoritária, garantida unicamente pela autoridade do Magistério ou da Bíblia sem verificação crítica da verdade cuja Igreja é testemunha. Pelo contrário, realça Geffré, a teologia, segundo o modelo hermenêutico, evoca uma abordagem epistemológica que põe em relação viva o passado e o presente, arrisca uma nova interpretação do cristianismo para hoje. Este modo de fazer a teologia condu-los a uma concepção “não autoritária da autoridade”, a uma concepção “não tradicionalista” da Tradição mas a uma concepção plural da verdade cristã²³⁷.

De facto, compreender a exigência hermenêutica da teologia é levar a sério a historicidade da verdade revelada, é levar a sério a historicidade do homem como sujeito histórico, fonte e fundamento de todo o conhecimento, lugar de inteligibilidade do revelado cristão. Eis porque a tarefa da teologia hermenêutica é procurar sempre descobrir a dimensão antropocêntrica da revelação. E pode fazê-lo com ajuda das ciências humanas. Portanto, o ponto de partida das teologias contextuais não reside nem nas definições dogmáticas nem nos dados bíblicos, mas na realidade vivida numa situação concreta e nos problemas provocados por esta situação em vista de uma

²³⁴ Cf. Geffré, *Le christianisme au risque de l'interprétation*, p. 82-83.

²³⁵ Cf. *Ibidem*, p. 83.

²³⁶ *Ibidem*, p. 70. Também ver Geffré, *Le christianisme au risque de l'interprétation*, p. 65-66.

²³⁷ Cf. *Op. cit.*, p. 66.

reflexão de fé. Foi este o método seguido pela *Gaudium et Spes*²³⁸. Parte da leitura da realidade do mundo presente, uma atitude de escuta atenta e compreensiva dos seus problemas, descobrindo os seus desejos e as suas aspirações e tentando responder à luz da mensagem evangélica. Alias, a fé não pode ser uma simples recepção do testemunho dos primeiros discípulos de Cristo, mas deve produzir no crente o seu próprio testemunho com os recursos que este tem.

A teologia como hermenêutica é este testemunho, esta nova proposição da fé do cristão de hoje como sublinha Geffré: “Teologia como hermenêutica está ao serviço do ensinamento do Magistério, mas também, e antes, ao serviço da fé viva e activa dos crentes”²³⁹. Por este motivo, “é um acto novo de interpretação do acontecimento de Jesus na fase duma correlação crítica entre a experiência cristã fundamentada pela tradição e a experiência humana de hoje”²⁴⁰. A experiência cristã fundamental é o conjunto de todos os documentos de tradições com a Escritura como sua primeira fonte, ou como revelação divina, ou mensagem cristã. A experiência humana é a existência dos homens de hoje, o que o Concílio Vaticano II chamou de “sinais dos tempos”. Não é só o sujeito, mas também o seu mundo, o seu meio, o seu ambiente, em suma, a sua cultura. Este processo hermenêutico pode ser chamado de inculturação.

Nesta linha, “a interpretação não significa uma simples explicação ou uma simples tradução nas palavras de hoje, mas deve ser uma interpretação criadora; ‘fazer obra hermenêutica’ é criar novas interpretações e produzir novas figuras históricas em outros lugares”²⁴¹. Por isso, a teologia hermenêutica implica a necessidade de pluralidade de linguagem de fé ou a pluralidade de teologias. É dizer que certos aspectos da revelação bíblica encontram uma ressonância mais especial numa época e numa cultura, e serem, portanto, considerados como chave-mestra noutras épocas e noutras culturas.

Deste modo, “cabe a cada geração cristã, como a cada Igreja local, no espaço e no tempo, entrar no processo hermenêutico”²⁴², porque “fazer a teologia no contexto é prosseguir na situação presente o processo de interpretação do acontecimento cristão já

²³⁸ Cf. Op. cit., p. 17.

²³⁹ Le christianisme au risque de l'interprétation, p. 71 (nossa tradução).

²⁴⁰ Ibidem, p. 72.

²⁴¹ Ibidem, p. 71.

²⁴² Dupuis, op. cit., p. 18 (nossa tradução).

iniciado pela Igreja apostólica”²⁴³. Por outras palavras: “Não há inculturação sem interpretação e, do mesmo modo, não se faz uma interpretação sem inculturação”²⁴⁴. Para Miranda, “agir como hermenauta é criar interpretações novas e até produzir novas figuras históricas do cristianismo em outros tempos e em outros lugares”²⁴⁵. Portanto, não há dúvida de que este novo modo de conceber a teologia fundamenta a realidade do processo da inculturação.

As palavras seguintes podem servir melhor de conclusão a este segundo capítulo sobre a fundamentação da teologia da inculturação: “O esforço de traduzir o Evangelho em novos termos acessíveis a todas as culturas não é uma realidade recente. É, por assim dizer, co-natural ao ensinamento de Cristo, que foi desde a origem dirigido a todas as nações”²⁴⁶. E hoje, falar da inculturação em África não é uma novidade, mas uma continuação daquela que foi a obra de Jesus e da sua Igreja. Por isso, a inculturação é para as Igrejas de África ao mesmo tempo um desafio e uma tarefa. Reflectir acerca do modo como este desafio foi assumido e esta tarefa cumprida em África é o principal objecto do capítulo a seguir.

²⁴³ Miranda, op. cit., p. 79.

²⁴⁴ Barbosa, op. cit., p. 43.

²⁴⁵ Op. cit., p. 19.

²⁴⁶ Luneau, R., *Laisser aller mon peuple: églises africaines au-delà des modèles*, Karthala, Paris, 1987, p. 82 (nossa tradução).

Capítulo 3:

A Realidade do processo da inculturação

Hoje, fala-se de uma nova inculturação; isso deve-se a ter havido uma antiga ou uma primeira inculturação cujas realizações são visíveis e activas na vida da Igreja em África e que vão merecer a nossa consideração neste capítulo. A inculturação iniciada já produziu bons frutos que podem dinamizar o actual processo da inculturação com os novos desafios e novos contextos. A lista das realizações não é exaustiva, tendo em conta a grande extensão e diversidade do continente africano. Mas, o rigor científico obriga-nos a limitar a nossa mostra das realizações a um país africano, considerado como a “terra natal” do pensamento teológico africano, a saber, o Congo Democrático²⁴⁷. De facto, as suas realizações em matéria de inculturação são palpáveis como sustenta Cilumba: “A actividade teológica em África, especialmente na República Democrática do Congo, conhece em matéria da inculturação – apesar de não ter inventado o termo – uma grande intensidade desde há mais de duas décadas. Os frutos desta actividade são palpáveis, quando se pensa, por exemplo, nas novas reflexões e práticas de ordem eclesiológica, litúrgica, pastoral, catequética e sacramental”²⁴⁸. A seguir apresentamos algumas dessas realizações.

3.1. Rito Zaireense

Foi uma verdadeira obra da inculturação da inspiração, elaboração, do génio e autoridade do Cardeal Malula, então arcebispo de Kinshasa. O carácter científico da sua elaboração é incontestável, a cargo da Faculdade de Teologia de Kinshasa. O período de elaboração foi de três anos de consultas (também foram consultados os ritos protestantes e os das Igrejas independentes).

²⁴⁷ Podemos ler esta afirmação nesta declaração de Ntakirutimana: “Foi no Congo que se iniciou um movimento teológico de envergadura com o trabalho científico da Faculdade de Teologia Católica de Kinshasa e os seus departamentos, as investigações culminando na criação de um centro de Estudos das religiões africanas e de um centro dos Arquivos Eclesiásticos com o nome do Padre Estefano Kaoze, primeiro padre congolês dos tempos modernos ordenado em 1917”, op. cit., 11.

²⁴⁸ Cilumba Cibusumba, “La contribution de l’exégèse biblique à la tâche de l’inculturation”. In: R.A.T., vol. 27, n°53 (avril 2003) 45.

O período de experimentação e diálogo com as autoridades romanas foi longo e durou 17 anos, tendo culminado com a sua aprovação final, em 30 de Abril de 1988, sob o título “Missal Romano para dioceses do Zaire”. O título é uma demonstração da vontade da Cúria romana de não desvincular o rito zairense²⁴⁹ da tradição do rito romano. Se há o rito copta, o rito bizantino, por que não haver o rito zairense? A verdade é que este rito é muito diferente do rito romano apesar de tê-lo como base.

Os seus distintivos elementos africanos são²⁵⁰:

1. **A visão espiritual da vida**, implicando a comunhão do mundo visível com o mundo invisível, feita real na cerimónia de abertura, a qual coloca a congregação dos fiéis na divina presença e envolve os amigos de Deus, isto é, os santos e os antepassados.

2. **A inclusão de forma da “Palabre africaine”**, ou seja, a maneira africana de realizar assembleias públicas, na estrutura do serviço de palavra; a escuta e aceitação da Palavra de Deus, seguidas da reconciliação com Deus e os irmãos (o rito penitencial e da acção de paz), procedendo-se depois à celebração do rito eucarístico da sagrada comunhão.

3. **A “participação activa de todo o povo”** é realçada pela palavra de um comentador que vai explicando o desenrolar da cerimónia. Para além disso, há ainda o ritual da apresentação dos dons pelos fiéis e também o diálogo entre o celebrante e a comunidade, mesmo durante a oração eucarística. A frequente comunicação oral e a formulação das orações são destinadas a contribuir para a instrução dos fiéis.

4. Finalmente, **os movimentos rítmicos de todos os fiéis** expressam que eles tomem parte na oração com todo o seu ser, embora permanecendo nos seus lugares. Deste modo, acompanham as procissões de entrada e do ofertório, as aclamações e parte final da Missa. A dança em volta do altar, durante o cântico de “glória”, é presidida pelo celebrante e significa a abertura da pessoa à vida que irradia do altar e que não é mais que o sacrifício de Cristo.

Este exemplo do Congo serviu de estímulo para os outros cantos de África onde foram elaborados vários rituais africanos adaptados aos contextos particulares, por exemplo, o ritual de iniciação no Burkina-faso, um rito de casamento no Chade e muitos

²⁴⁹ Zaire é o antigo nome da Republica Democrática do Congo, da autoria do Presidente Mobutu com a sua política de autenticidade.

²⁵⁰ Cf. Baur, op. cit., p. 480.

outros grupos étnicos com os seus próprios ritos funerários cristãos, como o povo Turkam, no Quênia²⁵¹.

3.2. Valorização da arte cristã africana

Ninguém pode avaliar o valor da arte africana destruída pelos missionários europeus, porque considerada pagã. Hoje, a inculturação valoriza a arte africana, tesouro precioso e expressão de vida. Um exemplo disso é a celebração do rito zaireense com paramentos e outros objectos do culto, feitos com a arte africana. O uso de uma “alva-casula” é prova da criatividade da arte africana, estimulada pela inculturação. Na liturgia romana o padre celebra a eucaristia com uma alva, uma estola e uma casula, paramentos obrigatórios com cores diferentes segundo os tempos litúrgicos. No rito zaireense, o paramento da liturgia da missa é uma casula em forma de uma alva com uma estola, paramentos adaptados ao clima e ao gosto estético do africano de muitas cores. É bom para África, sustenta Baur que “a liturgia cristã necessita de ser celebrada dentro da liturgia cósmica da arte: a arquitectura da construção das Igrejas e a sua decoração, pinturas, estátuas, vasos sagrados e paramentos”²⁵².

Hoje, a inculturação estimulou o renascimento cultural africano que também encontrou a sua expressão no domínio da arte. Para os bacongós (Congo Democrático), por exemplo, Deus é, ao mesmo tempo, masculino e feminino; e como veio salvar a humanidade por Cristo e em Cristo, assim Cristo é representado na cruz com características masculinas e femininas, como sinal visível de salvação para homens e mulheres. Esta maneira de apresentar pode escandalizar algumas pessoas, mas para os bacongós dá sentido à natureza da salvação em Cristo. Também a figura de Simão de Cirene é valorizada pelos artistas modernos africanos, mostrando-lhe uma grande veneração, por ser oriundo de África, por ter ajudado Jesus a transportar a cruz. É apresentado, pela arte africana, como o símbolo do cristão africano, como o autêntico seguidor de Cristo²⁵³.

O continente africano conta com muitas escolas para a arte cristã como Oye EKiti na Iorubalândia (Nigéria), fundada pelo padre Kevin Carolli; São Lucas em

²⁵¹ Ibidem, p. 480.

²⁵² Ibidem, p. 480.

²⁵³ Cf. Ibidem, p. 481.

Matadi, fundada por Irmãos Professores; Roske's Drift na Zululândia, fundada pelos luteranos; Cyrene entre povo Shona no Zimbabwe, fundada por P. Hans Gröber. E na Tanzânia, os beneditinos de Ndanda inspiraram os famosos escultores macondes de crucifixos e estátuas²⁵⁴. Devemos reconhecer que a liturgia foi e é o domínio onde a inculturação foi vivida e assumida em toda a África. Pois “o africano é o religioso celebrante”²⁵⁵.

3.3. A Cristologia africana

São chamadas cristologias africanas as tentativas africanas de compreender a pessoa de Cristo e a sua missão²⁵⁶. A teologia africana é cristocêntrica. Por isso, surgiu ultimamente a tendência de falar da teologia cristã africana, em vez de teologia africana porque as religiões tradicionais africanas têm também a sua teologia²⁵⁷.

Com a cristologia africana, os africanos tendem a dar respostas a Jesus que continua a querer saber o que as pessoas pensam dele: “E vós quem dizeis que eu sou?” (Mt 16,13). Jesus não queria saber as respostas dos outros e continua a desejar que cada um desse a sua própria resposta, a partir da sua experiência de vida. A título de exemplo, vamos recorrer ao estudo do padre Museka na sua obra de doutoramento²⁵⁸.

Por exemplo, Museka encontrou 300 títulos que atribuiu a Jesus Cristo. Para compreendermos a sua cristologia, vamos apresentar o estudo feito a partir de dois dos títulos atribuídos a Jesus²⁵⁹:

1. Jesus Cristo é “O antepassado”

- **O primeiro momento:** uma negação da igualdade: Jesus (homem-Deus) não é um antepassado (isto é, um homem que transmite a vida biológica aos seus descendentes);

²⁵⁴ Cf. Baur, op. cit., p. 480.

²⁵⁵ Ibidem, p. 481.

²⁵⁶ Ver por exemplo a obra colectiva “Chemins de la christologie africaine”, Desclée, Paris, 1986 onde está patente a preocupação de responder a Jesus como fez Pedro (De facto, o Cristo não se interessa de saber o que os outros dizem dele mas o que o africano pode dizer dele porque o africano tem o direito de dizer o que sabe de Jesus, a partir da sua experiência de vivência da fé).

²⁵⁷ Cf. Gadou Dakouri, “Les religions africaines face au défi de la mondialisation”. In: Lumen Vitae 106 (mars 2002) 65-78.

²⁵⁸ Cf. Museka Ntumba, La nomination africaine de Jesus-Christ: Quelle christologie? Université Catholique de Louvain, Louvain-la-Neuve, 1988.

²⁵⁹ Cf. Kalamba Nsapu, Théologie africaine. Questions de méthode aujourd'hui, Éditions Société Ouverte, Bruxelles, 2003, p. 39-45.

- **O segundo momento:** a possibilidade de haver um denominador comum vindo da analogia da proporcionalidade; Jesus é, em relação à vida espiritual dos homens, o que um antepassado procriador é aos seus descendentes. Não é proclamado o primogénito de todas as criaturas?

- **O terceiro momento:** a afirmação da igualdade que faz descobrir um ser novo, segundo a fé dos cristãos africanos: Jesus, o antepassado dos humanos.

2. **Jesus Cristo é a “cintura que segura as vísceras.** Se ela se rompe as vísceras caem”

- **O primeiro momento do processo metafórico:** “Jesus não é uma cintura para vestuário”;

- **O segundo momento:** a possibilidade dum denominador comum: “a função da cintura no vestuário: Jesus sustenta espiritualmente os seus fiéis como a cintura segura as vísceras do homem e as impede de cair”;

- **Terceiro momento:** é a afirmação de igualdade ao nível metafórico: “Jesus é cintura que sustenta os homens”.

Todos os títulos cristológicos do estudo de Museka têm o mesmo tratamento para a sua aplicação a Cristo e facilitam assim a compreensão da pessoa e da missão de Cristo para o homem africano “luba”²⁶⁰. É o caso dum velho detentor de sabedoria que procura a vida e que está, pela sua idade, bem perto do estado do antepassado, do primogénito, do sacerdote mediador entre os homens e Deus, do adivinhador, do feiticeiro, do bruxo, do curandeiro, do ferreiro detentor do saber técnico, do chefe da terra que assegura a administração e a coesão do grupo, do músico ambulante, hábil em eloquência e conservado de maneira colectiva do povo, do juiz e árbitro dos conflitos, de chefe de guerra, protector e defensor da comunidade, etc. Por isso, Kabasele Mukenge afirma: “O Cristo acreditado pelos africanos é considerado como o Herói, o curandeiro, o Irmão mais Velho, o iniciador, o Proto-antepassado que é a fonte de toda a vida”²⁶¹.

A relação do africano com Cristo deve ser considerada na sua óptica funcional e relacional e não ontológica. O título de ordem funcional ou relacional apresenta melhor

²⁶⁰ Luba é uma tribo do centro da República Democrática do Congo que ocupa os dois Kasai e uma parte de Katanga, três províncias do Congo.

²⁶¹ “Defis de la théologie”, p. 73.

a pessoa de Cristo e a sua missão do que um título de ordem ontológica como afirmado por Kalamba:

“Que Jesus Cristo seja, assim, considerado como o antepassado dos cristãos, o irmão mais velho, o filho único, o extraordinário e bonito do Pai celeste ou dos seus parentes terrestres, o visitador, a surpresa dos habitantes da terra, ou o chefe e guia, o indomável herói que defende, ou o benfeitor, o bem precioso a partilhar, um orador cativante e anunciador de boas novas, um humilde visitador e homem em todas as coisas (...) É fundado dizer que a crítica da sua personagem é de ordem funcional e relacional do que ordem ontológica, como foi o caso em outros lugares”²⁶².

De todos esses títulos, Museka conseguiu encontrar um que pode englobar todos os outros. É do herói porque é

“antes de tudo um homem, ou um ser personalizado, que partilha totalmente a mesma natureza que os outros homens, pertence à categoria das personagens actuais socialmente importantes (e benéficas) que participam à vida da comunidade e (...) que, pelo seu poder e função permitem, de modo permanente e episódico, assegurar a continuidade do grupo na harmonia e paz”²⁶³.

Este herói morre em guerra encostado a uma árvore, e chorado pelas mulheres e crianças. É a sua solidariedade com os outros. Todos esses atributos, aplicados à figura de herói na sua relação com os outros, podem ser atribuídos à pessoa de Jesus Cristo.

Portanto, a denominação de Jesus Cristo continua a ser o tema central da cristologia africana. A sua intenção é descobrir o significado da vida através da pessoa de Jesus Cristo como o reconheceu Kabasele Mukenga: “Para além da questão da nominação ou de representação, põe-se a de ordem existencial, do que este Cristo traz ao crente, na sua vida, no seu destino pessoal e colectivo. É, então, a questão da salvação”²⁶⁴. Desde logo se torna evidente que a denominação é de ordem funcional e relacional e não de ordem ontológica. É esta forma de denominação que melhor facilita a compreensão de quem é Jesus-Cristo para o cristão africano. Por isso, esta preocupação continua a ser o grande objecto da cristologia africana.

3.4. Ecclesiologia

O domínio da ecclesiologia foi inculturado com a criação de novas imagens para a melhor compreensão da realidade de ser Igreja e a criação dos novos ministérios para responder aos novos desafios de serviço na Igreja.

²⁶² Op. cit., p. 40 (nossa tradução).

²⁶³ Ibidem, p. 42.

²⁶⁴ Ibidem, p. 73-74.

3.4.1. Noção da Igreja como família de Deus

A grande novidade, que veio da primeira Assembleia Sinodal para a África, é a concepção da Igreja como família, assim sublinhada por Baur: “Os bispos vieram de Roma para as suas pátrias com boas notícias; tinham encontrado uma nova imagem da Igreja, que correspondia bem à cultura africana e na qual se poderia articular toda a vida da Igreja africana, isto é, a Igreja como família, a família de Deus em África”²⁶⁵. Isto implicou novas relações entre membros da Igreja-família e novos papéis a criar ou a assumir dentro da Igreja.

Esta nova dinâmica no seio da imagem da Igreja-família é assim defendida:

“Na realidade, esta Igreja-modelo está cheia de implicações: começando pelo bispo (não mais a sua senhoria, mas antes um pai compreensivo e amigo); o laicado (não mais ajudantes inferiores do clero, mas antes parceiros adultos, partilhando uma igual responsabilidade com os irmãos mais velhos, os padres), a Igreja toda como um lar, dando um sentido de presença, visto que é uma comunidade ‘da qual absolutamente ninguém está excluído’, e com um bem-vindo acesso à refeição da família, a Sagrada Eucaristia”²⁶⁶.

E ainda mais: “Para além disso, esta Igreja Africana é uma família ampla com uma diversidade de tarefas e ministérios, governada pelos princípios de solidariedade e de subsidiariedade, e mantida em acção pelo diálogo: diálogo com os seus próprios membros e com outras Igrejas e religiões”²⁶⁷. De facto, a verdadeira vivência em família numa Igreja diocesana ainda é um longo caminho a percorrer.

3.4.2. As comunidades vivas

As comunidades eclesiais vivas (C.E.V)²⁶⁸, já fundadas em muitos países africanos e em particular no Congo Democrático enquadram-se bem nesta perspectiva da imagem da Igreja como família: “As comunidades eclesiais vivas como expressão da Igreja a partir da base, podem ser consideradas como expressão estrutural desta

²⁶⁵ Baur, op. cit., p. 545.

²⁶⁶ Ibidem., p. 545-546.

²⁶⁷ Ibidem, p. 546.

²⁶⁸ Foi esta expressão encontrada para distinguir da experiência latino-americana de Comunidades Eclesiais de Base (CEB). Mas essas pequenas comunidades são designadas diferentemente segundo os países: CCV (comunidade cristã viva), CCB (comunidade cristã de base), CFB (comunidade familiar de base), etc.

realidade eclesial da família de Deus”²⁶⁹. O próprio texto da mensagem do Papa João Paulo II para a África apresenta nesses termos esta relação entre as C.E.V e a Igreja-Família de Deus:

“A Igreja-Família de Deus supõe a criação de pequenas comunidades eclesiais de base. Em tais comunidades que são células da Igreja-Família, formadas a viver concretamente e autenticamente a experiência da paternidade. Nelas reinam a gratuidade, a solidariedade, um destino comum; cada uma está em constância com a Família de Deus, família inteiramente aberta ao mundo e que não exclui absolutamente a ninguém. Tais comunidades serão os melhores meios de lutar contra o etnocentrismo no seio da própria Igreja e mais largamente nas nações. Essas Igrejas-Famílias têm o dever de trabalhar e transformar a cidade”²⁷⁰.

De facto, o modelo da família tradicional constitui uma referência privilegiada para muitas das Igrejas africanas que fundaram as comunidades cristãs. As comunidades eclesiais vivas constituem um desafio para um novo modo de ser Igreja, uma nova experiência da família, de paternidade, de comunhão, de diálogo, de reconhecimento mútuo, de união íntima com Deus através da meditação e atenção à vida dos vizinhos. Nesta perspectiva, vai também o incentivo da declaração de SCEAM:

“Neste período de consolidação das comunidades cristãs como responsáveis da evangelização em África, importa ajudá-las a dar este testemunho de grupos humanos onde reina a justiça, onde se toma a defesa dos oprimidos e onde cada um é capaz de um esforço e de uma mudança para uma vida mais justa e mais fraterna. Essas comunidades são também o lugar indicado para os programas realistas de promoção humana”²⁷¹.

A sua importância foi reconhecida no primeiro Sínodo para a África como atestam essas afirmações expressas por alguns bispos:

“Cardeal Thiandoum, as pequenas comunidades cristãs são ‘a pedra angular do edifício eclesial de hoje e de amanhã’; o arcebispo Okoth de Kisumu, ‘a paróquia-modelo do ano 2000 terá a forma de uma comunidade de comunidades’; e o bispo Denis Kiwanuka via nela um ‘lugar privilegiado para permitir à Igreja penetrar mais profundamente na sociedade e na cultura de África tradicional’ (o bispo Denis Kiwanuka)”²⁷².

3.4.3. Ministério de Bakambi

O ministério de Bakambi²⁷³ foi criado pelo Cardeal Malula. Foi em 1975 que ele anunciou solenemente a criação de três ministérios na sua arquidiocese de Kinshasa a

²⁶⁹ Kalamba Nsapu, op. cit., p. 55 (nossa tradução).

²⁷⁰ EA 89.

²⁷¹ Citado por Kalamba, op. cit., p. 55.

²⁷² Baur, op. cit., p. 548.

²⁷³ Ver les ministères laïcs à Kinshasa, Archidiocese de Kinshasa, Commissions des Ministères Laïcs, Kinshasa, 1985; “Rôles et fonctions du Mokambi de paroisse”. In: Saint moulin, L., Oeuvres complètes du

saber: o “Mokambi” ou ministro leigo responsável da paróquia, o Assistente leigo paroquial e o Animador leigo pastoral²⁷⁴. O anúncio foi feito nesses termos:

“O ano que acabamos de inaugurar, colocamo-lo sob o tema dos leigos cristãos: Ano do laicado cristão. Este ano do laicado cristão foi minuciosamente preparado. Se Deus nos concede vida, este mês confiaremos oito paróquias nas mãos de leigos comprometidos para que implantem a fé em Jesus Cristo nos corações dos seus irmãos. Neste mesmo ano do laicado cristão, queremos que o Evangelho penetre na verdade nos lares. O ano do laicado cristão exige, de nós sacerdotes, religiosos e religiosas, muita humildade; é preciso que diminuamos para que os leigos possam tomar as suas responsabilidades. Devemos procurar as melhores condições de colaboração com os leigos transmitindo-lhes confiança; assim poderão realmente tomar o seu lugar na Igreja”²⁷⁵.

O cardeal Malula encontra três motivações que justificam a criação dos ministérios dos leigos²⁷⁶:

- **O primeiro motivo** é que queremos demonstrar toda a importância que damos à contribuição dos leigos para a vida e para a missão da Igreja. Instituído alguns cristãos como ministros leigos, queremos exprimir a nossa fé nos sacramentos de baptismo e de crisma que constituem a dignidade de cada cristão. Todo o baptizado e crismado é membro do corpo de Cristo que é a Igreja e recebe o Espírito de Deus para trabalhar no crescimento do povo de Deus e na transformação do mundo;

- **O segundo motivo** é que queremos continuar a ajudar a nossa Igreja de Kinshasa a enraizar-se, a ter um rosto africano. Isto é possível graças às investigações e criatividade de muitos sacerdotes, de muitos leigos, activamente presentes nas equipas pastorais, nas comissões e nos conselhos paroquiais.

- **O terceiro motivo**, enfim, é a penúria de sacerdotes que, apesar do aumento considerável de vocações sacerdotais na nossa diocese, continuará ainda, por muito tempo, uma realidade. Os demógrafos dizem que a nossa cidade de três milhões de habitantes hoje, contará provavelmente mais de seis milhões dentro de quinze anos, no ano 2000. Isto significa que teremos uma centena, ou mais, de novas paróquias a fundar. Face a esta enorme tarefa, todos os sacerdotes, jovens e menos jovens receberão,

Cardinal Malula, Vol 6, pp 217-239; Santedi, L. (org.), L'avenir des ministères laïcs. Enjeux ecclesiologiques et perspectives pastorales, Actes du colloque célébrant le 20^e anniversaire de l'institution des Ministères des laïcs à Kinshasa (du 19 au 24 nov. 1995); Editions “Signes des temps”, Kinshasa, 1997; SANTEDI, L., L'actualité des ministères laïcs dans l'Eglise: Hommage au Cardinal Malula. In: Telema 2-3 (1999) 66-87.

²⁷⁴ Cf. Ntakirutimana, op. cit., p. 102-103.

²⁷⁵ Citado por Ntakirutimana, op. cit., p. 103 (nossa tradução).

²⁷⁶ Ibidem, p. 105.

certamente com alegria, a ajuda preciosa que os ministros leigos, generosos e bem formados, estão prontos a dar.

3.4.4. A experiência moçambicana dos ministérios dos leigos

A realidade moçambicana dos ministérios reconhecidos e instituídos nas comunidades vai merecer uma atenção particular por ser uma experiência dos PALOP²⁷⁷. O ministério é definido como um dom à comunidade: “Nas nossas comunidades há muitos serviços. Cada um de nós oferece-se conforme a capacidade que tem, não porque é mandado, mas porque descobre em si um dom do Espírito Santo. A este dom a Igreja, desde o início, chamou carisma. E, quando este dom é reconhecido pela comunidade e posto ao serviço de todos, chamamos-lhe ministério”²⁷⁸.

Desta forma, “os ministérios vão nascendo pouco a pouco, segundo as necessidades das comunidades e à medida que elas vão crescendo. Pela experiência, vê-se que a comunidade escolhe o animador quando surge a necessidade de um novo serviço; preocupa-se em que tenha a preocupação suficiente e, depois, confia-lhe o ministério. Isto explica o motivo pelo qual nem todas as comunidades têm o mesmo número de ministérios”²⁷⁹. São reconhecidos os seguintes ministérios²⁸⁰:

1. **Ministérios proféticos:** Animadores da palavra, Catequistas; Leitores; Encarregados da Justiça e Paz.

2. **Ministérios sacerdotais:** Animadores das Celebrações Litúrgicas; Encarregados da Eucaristia; Ministros Extraordinários do Baptismo; Testemunhas extraordinárias do Matrimónio; Encarregados dos Funerais; Cantores (além dos “ministérios ordenados” do Presbítero e do Bispo, quando passam).

3. **Ministérios pastorais:** Conselho da Comunidade (Anciãos); Animador da Comunidade (ou Presidente); Encarregados da Caridade (serviço fraterno e social); Encarregados da Família; Encarregados das Vocações; Encarregados do Ecumenismo; Encarregados dos Hóspedes; Encarregados da Comunicação (“estafetas”); Responsável

²⁷⁷ Cf. Ferreira, L.C., “Ministérios Reconhecidos e Instituídos nas comunidades”. In: Cadernos de Estudos Africanos 2-3 (1988) 101-113.

²⁷⁸ Ferreira, L.C., “Igreja Ministerial em Moçambique”. Caminho de hoje e de amanhã, Lisboa, Silvas-C.T.G, Lisboa, 1987, p. 270-285.

²⁷⁹ “Ministérios Reconhecidos e Instituídos nas comunidades”, p. 102.

²⁸⁰ Ibidem, p. 102-103.

da (“caixa comum” o tesoureiro); Animadores de certos movimentos apostólicos: Jovens, Legião de Maria, Vicentinos...

Alias, “destes vários ministérios, que contam com um mínimo de estabilidade, apenas os Encarregados da Eucaristia, de Ministro Extraordinário do Baptismo ou de ‘Testemunha Oficial’ do Matrimónio (nos casos em que existem nas comunidades) e, por vezes, os Animadores da Palavra e Catequistas são mandatados pelo Bispo ou pela Equipa Missionária da zona pastoral e, em certos casos, instituídos por ocasião duma celebração litúrgica festiva e apropriada”²⁸¹. Relativamente a todos os outros “salvo poucas excepções, são reconhecidos ou eleitos pela comunidade e confirmados pela prática. A tentativa é para distribuir ao máximo os serviços necessários e para encontrar mais que um animador para cada ministério. Isto evita a concentração de serviços na mesma pessoa, a dependência dela a que a comunidade pode ser levada a multiplicar os Animadores”²⁸².

Assim sendo, os ministérios dos leigos surgiram no continente africano como respostas do processo da inculturação perante os novos desafios pastorais. E como afirma Baur, são “um esperançoso começo de uma Igreja construída sobre solo africano e que desenvolve a sua própria expressão de fé, com os seus próprios recursos e valores culturais”²⁸³.

3.5. A leitura africana da Bíblia

A exegese não escapou ao processo da inculturação. Esta maneira africana de ler e compreender a Bíblia não é de considerar no sentido de uma interpretação popular e fundamentalista, mas no sentido de uma abordagem crítica. Não é um projecto mas é já uma realidade porque muitos estudos foram feitos²⁸⁴.

²⁸¹ Ibidem, p. 103.

²⁸² Ibidem, p. 104.

²⁸³ Op. cit., p. 499.

²⁸⁴ Ver as Actas dos Congressos dos Biblistas Africanos e alguns ensaios como por exemplo, Muaruka Mugarukina, “Y-at-il une approche négro-africaine de la Bible?”. In: RAT 14 (1990) 7-29; Atal Sa Angang, “Les insistences africaines d’une lecture de texte”. In: RAT 12 (1988) 31-65; Monsengwo Pasinya, “Interpretation africaine de la Bible. Racine herméneutique et biblique”. In: RAT 1 (1977) 145-175; “Exégèse et questions africaines”. In: RAT 6 (1982) 165-175; Cilumba Cimbumba, “L’Ancien testament vu par un négro-africain”. In: RAT 4 (1980) 27-39; Pucouta, P. Quand la parole de Dieu visite l’Afrique. Lecture plurielle de la Bible, Karthala, Paris, 2011; La Bible en terre d’Afrique. Quelle la fécondité de la parole de Dieu, Editions de l’atelier, Ivry-sur-Seine, 1999, etc.

O professor Tshiamalenga Ntumba agrupa esses estudos em quatro tendências, isto é, quatro modos africanos de ler a Bíblia²⁸⁵:

1ª A leitura da Bíblia feita em paralelo com o discurso religioso africano. Há uma certa justaposição de dois universos religiosos.

2ª A leitura da Bíblia feita com objectivo de encontrar o seu próprio discurso religioso. É o fenómeno de assimilação concordista sem exigência de “conversão”.

3ª A leitura da Bíblia feita com o objectivo de fazer desaparecer o seu próprio discurso religioso, considerado como obstáculo ou, por outras palavras, a leitura sem consideração do discurso religioso africano. É o fenómeno de “conversão-demissão”.

4ª A leitura da Bíblia feita com a preocupação de abertura ao africano e o seu discurso religioso. É o fenómeno da “conversão-dialéctica” ou “conversão-dialogante”. É o fenómeno de enriquecimento mútuo. Hoje é a leitura privilegiada e defendida.

Essas tendências revelam bem o percurso do processo da inculturação em África e a sua leitura crítica levou Cilumba a tirar essas conclusões: “A primeira, a segunda e quarta tendência são aquelas que mais dominam na leitura africana da Bíblia e a terceira tendência pode ser considerada como fazendo parte dos estudos clássicos que não consideram o universo religioso africano”²⁸⁶. E explica:

“Estão na primeira tendência os ensaios que – como numa rua de sentido único entendem por leitura africana da Bíblia uma aplicação unilateral da mensagem bíblica ao mundo africano: o que esses ensaios fazem não é diferente do que é chamado normalmente ‘Evangelização das culturas’. Os ensaios que representam a segunda tendência são os que – recorrendo ao método comparativo – se contentam em comprar as tradições com o mundo religioso bíblico para encontrar similitudes e divergências entre os dois mundos (...); os ensaios da quarta tendência vão no sentido da lógica da incarnação, isto é, da dialéctica entre as Sagradas Escrituras e o que marca o contexto na sua integralidade, a fim de conseguir uma mensagem que responde às questões existenciais de um crente africano. Esta abordagem é muito diferente das outras porque, por um lado, não visa a evangelização das culturas mas também a inculturação das Escrituras (contra a primeira tendência) e, por outro lado, vai para além da simples comparação (contra a segunda tendência)”²⁸⁷.

Cilumba reconhece que a leitura que pode enquadrar-se melhor no processo da inculturação é a tendência a que Tshiamalenga chamou de “conversão-dialéctica” ou “conversão-dialogante”, capaz de contribuir melhor para o enriquecimento mútuo do

²⁸⁵ Cf. Tshiamalenga Ntumba, “Exégèse biblique et philosophie du langage”. In: RAT 1 (1977) 165-184).

²⁸⁶ Cilumba Cibumba, “La contribution de l’exégèse biblique à la tâche de l’inculturation”. In: RAT 27 (avril 2003) 47 (nossa tradução).

²⁸⁷ Ibidem, p. 47-48.

mundo bíblico e mundo religioso africano²⁸⁸. Assim, a leitura africana da Bíblia procura “ajudar a escutar o que a Bíblia tem a dizer-nos na nossa vida e nas nossas situações respectivas”²⁸⁹. Dito por outras palavras, “é uma maneira de romper com uma exegese, concebida como uma rua de sentido único, e defender uma exegese, concebida como uma rua de dois sentidos: vai do texto ao leitor e do leitor ao texto”²⁹⁰; ou “em termos de evangelização, a exegese, concebida como uma rua de dois sentidos, não só visa evangelizar as culturas mas também inculturar o Evangelho”²⁹¹.

Por isso, a leitura africana da Bíblia não deve limitar-se somente a descobrir nos textos sagrados a intenção dos autores, o que eles quiseram dizer, mas procurar encontrar o seu sentido para hoje, porque a Bíblia é uma palavra viva não só para os crentes do passado mas também para os de todos os tempos. Para ser verdadeira, a leitura africana da Bíblia deve ser fiel ao mesmo tempo à Bíblia e à teologia africana, isto é, com capacidade de integrar e de responder às questões ligadas ao contexto africano²⁹². Para tal, Cilumba recomenda que esta leitura seja feita a três níveis: sincrónico, diacrónico e hermenêutico²⁹³. No seu entender, “uma aplicação consequente desses princípios hermenêuticos a uma ‘leitura africana da Bíblia’ conduziria a uma interpretação dialéctica ou dialogante das Escrituras e, *ipso facto*, a uma exegese que pode ser chamada de ‘exegese contextual ou intercultural’”²⁹⁴. Assim, a leitura africana da bíblia será uma exegese integral, contextual e intercultural.

Este curto olhar da realidade do processo da inculturação no solo africano evidenciou a sua extensão a quase todos os domínios da vida da Igreja e as suas realizações estão bem visíveis. Além disso, algumas vozes levantaram-se para criticar um certo modo de processo de inculturação. Daí surgiu o grito da urgência de uma nova inculturação perante os novos desafios.

²⁸⁸ Cf. Ibidem, p. 49.

²⁸⁹ Ibidem, p. 59.

²⁹⁰ Ibidem, p. 59.

²⁹¹ Ibidem, p. 59.

²⁹² Cf. Ibidem, p. 52.

²⁹³ Cf. Ibidem, p. 59-63.

²⁹⁴ Ibidem, p. 61.

3.6. A urgência de uma nova inculturação da fé

Nos últimos anos, o novo desafio apontado à Igreja chama-se “nova evangelização” e o Papa João Paulo II proclamou em S. Domingos que “a nova evangelização é a inculturação”²⁹⁵. Mveng não hesitou em considerar a inculturação como “um desafio por excelência deste fim do XXº século”²⁹⁶. O que nos leva a falar duma nova inculturação, por acharmos a primeira tentativa de inculturação parcial e não integral, mais preocupada com os valores tradicionais. Aliás, Kabasele Mukenge reconhece que a inculturação é “um processo nunca acabado que deve estar constantemente em diálogo com a cultura viva e reconhecer o potencial profético do Evangelho”²⁹⁷. Deste modo, não seria abusivo e nem exagerado falarmos de uma nova inculturação da fé para África por ser um processo sempre novo, dinâmico e inacabado, confrontado sempre com novos desafios.

3.6.1. As críticas ao primeiro processo da inculturação

A teologia africana da inculturação teve as suas limitações e fraquezas que devem ser consideradas para o seu renovamento ou a sua actualização. De acordo com Santedi,

“a teologia da inculturação foi submetida a fortes críticas de todos os lados. Os apoiantes duma teologia africana da libertação censuraram os da inculturação de passar em silêncio os graves problemas de pobreza e de opressão que sofrem as populações africanas. Outras críticas estimam que, face à proliferação vertiginosa da pobreza endémica e de aniquilação antropológica do negro-africano, o teólogo africano é chamado a tomar uma distância crítica em relação à teologia africana da inculturação. Para eles, esta última, na medida em que se fecha no ‘cultural’, passa ao lado de grandes desafios socio-económicos e políticos da África de hoje. Outros ainda criticam a teologia da inculturação de atitude ‘arqueologisante’ por pretender recuperar o cultural que já não existe”²⁹⁸.

Cada uma dessas críticas tem o seu fundamento que nada retira à dinâmica trazida pelo processo da inculturação na vivência de fé dos africanos mas devem serem consideradas como interpelação para os novos desafios do processo da inculturação. Eis porque é necessária a compreensão dessas críticas.

²⁹⁵ João Paulo II, “Discurso inaugural da IV Conferência Geral do Espiscopado Latino-americano”, Santo Domingos, 12 de Outubro, 1992.

²⁹⁶ Ibidem, p. 13.

²⁹⁷ Art. cit., p. 21 (nossa tradução).

²⁹⁸ Santedi, K. L., *Les défis de l'évangélisation dans l'Afrique contemporaine*, Karthala, Paris 2005, p. 22 (nossa tradução).

A. Inculturação e exigências de conversão

O primeiro perigo de inculturação é a tentativa de “canonizar” as tradições africanas por elas mesmas sem as confrontar com o Evangelho. Esta tentativa pode escamotear a exigência de conversão, princípio de adesão a Cristo. A preocupação de valorizar os elementos duma cultura não deve prevalecer sobre as exigências ligadas à mensagem evangélica. Todo o encontro com o Deus de Jesus põe em questão a maneira anterior de pensar e de agir. Penoukou reconheceu-o nesses termos: “Face ao apelo de Cristo, eles (os valores africanos) têm necessidade de interrogar-se, de converter-se. Pois, se é verdade que Cristo se solidariza com a natureza humana, é também verdade que ele se distancia de todas as forças de morte e de todas as formas do mal que habitam toda a cultura”²⁹⁹.

B. Inculturação e arqueologismo

O segundo perigo mais criticado é o que está marcado por atitudes de “passeismo”, “arqueologismo” e “folclorismo”. É um perigo muito real quando a cultura africana é considerada como estática e inamovível, quando é limitada unicamente às tradições ancestrais, quando a preocupação é ressuscitar uma África mítica, virgem de toda a influência exterior.

Aconteceu que, em nome da autenticidade, em nome da reapropriação das suas raízes, era defendido um regresso ao passado e não um recurso ao passado. Para Kambale Kandiki,

“uma reflexão teológica subentendida por uma exaltação desmedida da exumação folclórica, até ‘passeista’, dos valores culturais negro-africanos, não traz nenhum valor operatório susceptível de contribuir para a transformação qualitativa da prática política e socioeconómica africana contemporânea. De facto, nos nossos dias, África tornou-se o museu, por excelência, da pobreza, da morte e das múltiplas catástrofes humanitárias”³⁰⁰.

Em relação ao passado, Veigh opõe-se à palavra “regresso” e fala de “recurso” porque “a questão é de fé cristã na realidade africana de hoje, inspirando-se nos valores

²⁹⁹ Penoukou, E.J. *Églises d’Afrique. Propositions pour l’avenir*, Kathala, Paris, 1983, p. 53 (nossa tradução).

³⁰⁰ Op. cit., p. 172 (nossa tradução).

tradicionais”³⁰¹ ou segundo a fórmula famosa de Agoussou, “é questão de não ser arquivista do passado mas criador de futuro”³⁰².

Assim sendo, a inculturação não é um processo de regresso às tradições africanas antigas mas um recurso aos valores tradicionais para a sua actualização no modo de viver de hoje.

C. Inculturação e apolitismo

O facto de se preocupar mais com o passado pode implicar o esquecimento das novas interrogações da vida actual do africano. A inculturação não pode contentar-se somente com estudar os costumes, modificar os instrumentos de música utilizados nas Igrejas, introduzir alguns passos de danças e deixar de lado as preocupações do dia-a-dia do povo. A prova é que muitos estudos sobre a inculturação, quase na sua maioria, tratam dos ritos ou costumes. Santedi partilha este ponto de vista: “Parece que a primeira tentativa da inculturação ou a maneira como ela é concebida em muitos casos demonstra a prioridade sobre a observância ritual”³⁰³. Mas não se pode esquecer que “os ritos adquirem o seu sentido no contexto da vida e devem celebrar a vida”³⁰⁴. Desta forma, recomenda que se insista mais sobre a vida do que sobre a observância ritual³⁰⁵.

Jean Marc Ela foi um dos primeiros a chamar a atenção: “A inculturação não deve tornar-se um álibi que daria boa consciência às igrejas e justificaria a sua abstenção na luta pela libertação social e económica”³⁰⁶. Alinha-se Metogo quando afirma: “O teólogo africano segue caminho errado quando associa a cultura a uma colecção de objectos, às práticas e usos em via de desaparecimento, reconstituídos com mais ou menos êxito pela etnologia. Algumas dessas reconstituições podem ter um real valor histórico, mas elas arriscam desviar dos valores presentes e da construção do futuro”³⁰⁷.

³⁰¹ Veigh, M., “La notion de religion dans les théologies chrétiennes africaines”. In: Concilium 156 (1980) 94 (nossa tradução).

³⁰² Agoussou, J.M., “Realité africaine, méthode et vérité”. In: Savanes-Forêts 32-33 (1985) 165 (nossa tradução).

³⁰³ Op. cit., p 173(nossa tradução).

³⁰⁴ Ibidem, p. 173.

³⁰⁵ Citado por ibidem, p. 173.

³⁰⁶ Ela, J.M., Ma foi d’Africain, Kathala, Paris, 1985, p. 183 (nossa tradução).

³⁰⁷ Messi Metogo, Théologie africaine et ethnophilosophie. Problèmes de méthode en théologie africaine, L’Harmattan, Paris, 1986, p. 116 (nossa tradução).

D. Inculturação e sincretismo

O sincretismo pode ser a consequência da falta da inculturação de fé, e o resultado do insucesso de uma evangelização que desprezou o substrato cultural africano. Também pode ser o resultado de uma inculturação mal feita, sem discernimento e na precipitação. O sincretismo não é uma verdadeira inculturação. É um desvio da inculturação.

Essas críticas e reservas foram muito importantes e “devem ser consideradas como contributos importantes para a clarificação da inculturação”³⁰⁸. E prossegue Nunes:

“Eis porque, na África de hoje, o debate sobre a inculturação assumiu formas novas e originais, pois já não se trata apenas da necessidade da sua fundamentação nem reclamar a possibilidade e necessidade de uma ‘teologia africana’ que assuma as culturas tradicionais: o conceito de cultura é dinâmico, é realidade sujeita a transformações e, por isso, o projecto de inculturação tem de ter em conta as situações concretas do hoje”³⁰⁹.

Kabasele Mukenge esclarece que “essas críticas são dirigidas a um certo tipo de teologia da inculturação baseada unicamente e exclusivamente nos valores tradicionais”³¹⁰. Por conseguinte, conclui: “A inculturação permanece um campo portador de futuro para a teologia africana, mas não deve ser reduzida ao único diálogo com as religiões tradicionais africanas nem fazer dele um assunto puramente intelectual; é totalizante como a cultura é uma totalidade”³¹¹.

Já demonstrámos, no segundo capítulo, sobre a fundamentação, que não é novidade falar-se da inculturação em África. Por isso, é lógico pensarmos no renovamento do processo da inculturação em África. Também já dissemos que a nova inculturação deve ser uma inculturação libertadora, uma inculturação integrativa que abranja todos os aspectos da vida da Igreja e do homem africano a evangelizar.

Para ir, de facto, ao encontro das aspirações dos africanos, a Comissão Teológica Internacional sublinhou que a inculturação do Evangelho nas sociedades modernas exige um esforço metódico de investigação e acção concertada. Este esforço exige dos responsáveis da evangelização³¹²:

³⁰⁸ Nunes, op. cit., p. 72.

³⁰⁹ Ibidem, p. 106.

³¹⁰ Ibidem, p. 69.

³¹¹ Ibidem, p. 60-70.

³¹² Cf. “Foi et inculturation”, p. 281-289.

1. Uma atitude de acolhimento e de discernimento;
2. A capacidade de perceber os anseios espirituais e as aspirações humanas das novas culturas;
3. A aptidão à análise cultural com vista a um encontro efectivo com o mundo moderno.

Por isso, o êxito da nova inculturação está ligado a este esforço exigido aos responsáveis da evangelização. Aliás, reforça Ntakarutimana: “O objectivo não é a inculturação para inculturação ou por preocupação de uma contribuição especial à humanidade. A inculturação deve visar a vida das comunidades interessadas para a promoção do seu esforço vital confrontado com as escolhas de coerência existencial”³¹³. Desta forma, a nova evangelização, o novo processo da inculturação ou o renovamento do processo da inculturação que defendemos só é possível com projectos, iniciativas concretas, inovações no domínio da pastoral, da catequese, dos métodos de evangelização que vão ao encontro das realidades da vida das pessoas. Para tal, é preciso um combate feroz e tenaz contra os défices, considerados por Kā Mana, como obstáculos a uma verdadeira evangelização em profundidade³¹⁴, isto é, a uma verdadeira inculturação.

3.6.2. Os défices a combater

Parece que o discurso teológico africano continua a ser mais especulativo, arrogante, sem iniciativas e inovações como está bem patente nessas últimas declarações de Kā Mana, referindo-se a esse mesmo discurso:

“Sabe que a arrogância, a soberba ostensiva assim que a glorificação de si e da sua própria visão do mundo como meio de transmitir a mensagem de Cristo não alcançam nenhuma conversão profunda. Sabe que a absolutização de uma grelha cultural de leitura da revelação bíblica só conduz ao seu empobrecimento e à sua instrumentalização face aos interesses humanos”³¹⁵.

Foi notória a guerra entre as tendências na teologia africana (a inculturação e a libertação), cada uma procurando absolutizar-se como pensamento teológico “salvador”. Por isso, o mesmo autor aconselha:

³¹³ Ntakarutimana, op. cit., p. 264 (nossa tradução).

³¹⁴ Cf. Kā Mana, “L’Afrique chrétiennes à l’heure de la mondialisation”. In: Spiritus 166 (Mars 2002) 11-26.

³¹⁵ Ibidem, p. 14 (nossa tradução).

“De facto, tratar-se-ia de passar de uma evangelização especialmente conquistadora a uma evangelização qualitativamente profunda. Sair da era das dominações ideológicas para instaurar as dinâmicas de uma conversão ‘em espírito e verdade’. Isto é a penetração do Evangelho no mais íntimo do coração do ser humano e das sociedades”³¹⁶.

Esta viragem de linguagem e de atitude de Kā Mana, conhecido pelas suas críticas aos outros modos de fazer a teologia africana e a sua visão uniformista de propostas, deve ser considerada como um bom ponto de partida para o novo discurso teológico africano que implica a exigência de invenção³¹⁷. Para tal, ele propõe o rearmamento intelectual dos indivíduos, o reenraizamento ético dos povos e a refundação espiritual da acção humana para construir o futuro³¹⁸. Entende por rearmamento intelectual, “abrir largamente os campos de debates de ideias sobre o espírito de ordem mundial actual, de favorecer o desenvolvimento de laboratórios de novos projectos de sociedade que não sejam tributários de ditaduras ultraliberais, das suas grelhas de leitura da realidade ou dos seus pesos económicos e sociais”³¹⁹; por reenraizamento ético, “a hermenêutica da palavra de Deus que irriga e se deixa irrigar pelas grandes sabedorias dos povos e das civilizações”³²⁰; e por refundação espiritual, “a descoberta do Evangelho como a fonte de uma espiritualidade à medida da mundialização, com a dinâmica essencial capaz de integrar as exigências do espírito de Deus no coração das realidades do mundo, com o objectivo de construir uma sociedade eucarística, cuja energia espiritual só pode ser uma vontade de viver a globalização como um sopro de felicidade partilhada”³²¹. Por outras palavras, propõe um discurso teológico africano com uma tripla revolução: a revolução intelectual pelo diálogo das civilizações, a revolução ética pela interfecundação das sabedorias dos povos e a revolução espiritual pelo sopro da felicidade partilhada³²².

Eis porque, para Kā Mana, “evangelizar é, no fundo, pôr Cristo no centro deste processo de revolução, acolher como o espírito pelo qual deverão operar-se o diálogo

³¹⁶ Ibidem, p. 14.

³¹⁷ A este respeito da nova tendência da “teologia africana da invenção” pode também ler Santedi Kinkupu, L., “Quelques déplacements récents dans la pratique des théologies contextuelles. L’inculturation como orthopraxis chrétienne et l’inventivité”. In: *Revue Théologique de Louvain*, 34 (2003) 161-170.

³¹⁸ Cf. “L’Afrique chrétiennes à l’heure de la mondialisation”, p. 17.

³¹⁹ Ibidem, p. 17-18 (nossa tradução).

³²⁰ Ibidem, p. 19.

³²¹ Ibidem, p. 22.

³²² Ibidem, p. 22.

das civilizações, a interfecundação das sabedorias dos povos e a construção comum da felicidade partilhada”³²³. Esta tripla revolução tem implicações a serem consideradas, porque “o que acabámos de dizer não significa somente uma oscilação eclesiológica que exige uma nova ideia da missão e de evangelização, mas uma verdadeira ruptura epistemológica que engaja as igrejas de África no espírito de invenção, de inovações pastorais, teológicas e missionárias”³²⁴.

Portanto, ele tem razão ao reconhecer que “neste domínio (de criatividade) as igrejas africanas sofrem de um profundo défice em matéria de visão delas próprias como força de transformação social e de invenção de uma nova sociedade mundial”³²⁵. E enumera e explica os grandes défices do continente africano³²⁶:

1. **Um défice teológico** notado pela falta de espírito de renovação na abordagem da evangelização pela via duma investigação inventiva que inove a inteligência da fé e da realidade em função de grandes e novas aspirações de África e da sociedade mundial em geral. Preocupa-se em gerir uma herança, sem, portanto, a enriquecer. Por isso, muitos homens e mulheres, motivados pelas novas procuras e novas aspirações, deixam as igrejas estabelecidas para irem buscar fora as razões de viver e de esperar.

2. **Um défice espiritual** é a consequência duma vida espiritual sem motivações de regeneração pessoal de fundo e de redinamização de toda a Igreja, capaz de criar novas mentalidades. É o motivo de abandono de muitas pessoas da procura de espiritualidade profunda.

3. **Um défice moral** vivido numa divergência entre os princípios defendidos e as práticas, isto é, os imperativos éticos do Evangelho não são assumidos na situação concreta da sociedade e do mundo.

4. **Um défice de imaginação** manifestado pela falta da faculdade de imaginar outra coisa além do que já existe. A energia inovadora parece tornar-se o monopólio dos novos movimentos religiosos que vão povoando todos os cantos de África por causa da sua eficiência na imaginação.

³²³ Ibidem, p. 22.

³²⁴ Ibidem, p. 24.

³²⁵ Ibidem, p. 24.

³²⁶ Cf. Ibidem, p. 24-25.

5. **Um défice de enquadramento** justificado pelo facto de que as grandes estruturas tradicionais de formação para os jovens não foram repensadas e deixaram de ser portadoras de grande esperança. Por isso, os jovens buscam fora a sua esperança.

6. **Um défice de organização** é uma das causas da pobreza e da miséria de África. Como é possível um continente cheio de imensas possibilidades de prosperidade, de bem-estar e de felicidade continuar a mergulhar-se na miséria total? É a falta manifesta dum espírito de organização.

7. **Um défice de utopia** justificado pela falta de espírito de sonhar novas realidades. Onde não há sonho, a esperança seca.

Para combater esses défices, Kā Mana propõe inovação e invenção como nova abordagem teológica:

“Não é questão somente de analisar os défices, mas de pensar uma nova relação com o Evangelho, com a Tradição cristã (...). Na base de uma compreensão profunda das exigências da missão cristã, é preciso também abrir a via a novas abordagens de problemas dos métodos de evangelização: assegurar uma “reanimação” espiritual das comunidades cristãs para serem forças de transformação social; apresentar estratégias de acção inovadora que dão ao cristianismo a imagem de uma energia de vida e de esperança, em constante busca de respostas às questões essenciais da vida”³²⁷.

No fundo, “esta é a exigência de mudar de orientação na abordagem da missão; passar de uma teologia de repetição e de segunda mão a uma teologia de inventividade e de inovação”³²⁸.

Todo este diagnóstico e propostas de Kā Mana apoiam a ideia da inculturação relançada pelo primeiro Sínodo para África. O novo dinamismo, que a África necessita, implica “a exigência de um espírito de criatividade que faz da inovação pastoral o fermento de uma nova abordagem de evangelização de África e do mundo”³²⁹. A verdade, porém, é que a efectivação dessas iniciativas e inovações exige estruturas adequadas, caso contrário continuaremos a ter iniciativas e projectos bem desenhados nos papéis mas sem impacto na vida das pessoas. Para contrariar, é preciso dinamizar as estruturas existentes de aproximação e de formação, capazes de falar aos corações das mulheres e dos homens africanos de hoje. Foi a ideia defendida no primeiro Sínodo³³⁰.

³²⁷ Ibidem, p. 25.

³²⁸ Ibidem, p. 26.

³²⁹ Ibidem, p. 23.

³³⁰ Cf. EA 59-62. As estruturas a serem dinamizadas para eficiência do processo de inculturação foram: a paróquia, movimentos e associações, universidades, escolas, meios materiais, comunidades eclesiais vivas.

Este nosso estudo dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda enquadra-se nesta dinâmica de criatividade e de invenção e constitui o motivo de alegria e consolação como afirmado pelo Papa João Paulo II: “É motivo de alegria e consolação observar que ‘os fiéis leigos estão cada vez mais comprometidos com a missão da Igreja em África e Madagáscar’, devido especialmente ‘ao dinamismo dos movimentos de acção católica, das associações de apostolado e dos novos movimentos de espiritualidade’”³³¹. E Bento XVI pediu aos movimentos para ser lugar de consciencialização: “Pode ser útil organizar-vos em associações para continuardes a formação da vossa consciência cristã e vos apoiardes mutuamente na luta pela justiça e a paz”³³². Nota-se nessas palavras o que a Igreja de África espera das agregações laicais e reconhecendo deste modo o seu papel preponderante na missão de evangelizar.

Este trabalho, sobre os Novos Movimentos de Apostolado nascidos em Cabinda, enquadra-se neste desafio de serem “um fermento na massa”. Sendo “fermento na massa”, os seus membros estarão bem preparados para formar comunidades eclesiais vivas, tornando-se, assim, testemunhas de Cristo ressuscitado na sua vida do dia-a-dia e apóstolos da promoção da dignidade humana, da justiça e da paz.

Também a efectivação do processo da inculturação fiável exige estudos científicos sérios e dignos de responder aos anseios e às preocupações das comunidades.

3.7. Para um melhor estudo da inculturação

Na opinião de Kabasele Mukenge,

“Os melhores estudos da inculturação serão aqueles que seguirão a seguinte tripla abordagem: partir do contexto a analisar com rigor, pondo em relevo os resultados mais confirmados das ciências humanas; descontextualizar a questão, situando-a ao nível mais radical, onde o diálogo é engajado com outros contextos (entre os quais o contexto bíblico e o da tradição); por fim, recontextualizar, com os dados adquiridos, tanto a partir da análise do contexto, como pelo circuito especulativo”³³³.

Santedi explica este processo desta forma:

“Partir do contexto que é analisado significa, no caso de África, partir da vida das comunidades, isto é, a experiência histórica e concreta do homem africano. Esta exigência da tomada em conta da História de África é desejada não somente para elaboração do discurso teológico africano, mas também e ainda mais para a consistência da *fides africana*, da fé cristã africana que, para ser um acto pessoal de adesão obediente

³³¹ EA 99.

³³² AM 131.

³³³ Art. cit., p. 71 (nossa tradução).

à generosidade divina, requer autonomia de inteligência e da vontade do sujeito crente, geograficamente situado e historicamente determinado”³³⁴.

Por isso, o mesmo autor reconhece: “De facto, o ponto de partida da reflexão é a comunidade, pois é da sua experiência que surgem as questões; e mesmo que certas pessoas, especialmente habilitadas, verbalizem essas questões e procurem respostas, elas fazem-no em nome da comunidade”³³⁵.

O segundo passo exige “por um lado o distanciamento em relação ao contexto a analisar e, por outro lado, o diálogo com outros contextos como o contexto bíblico e da Tradição. Exige uma correlação entre contexto e texto. De facto, é aproveitar tudo o que há de informação sobre Cristo, a sua mensagem e o impacto que teve sobre a vida das pessoas ao longo da história da Igreja”. Nesta linha,

“esta correlação entre contexto e texto abre-se sobre um triângulo hermenêutico cujos três pólos em interação recíproca estão constituídos pelo contexto, o texto, o intérprete. O intérprete, aqui referido, não é propriamente o teólogo individual, mas a comunidade eclesial à qual o teólogo pertence e é chamado a servi-la. É a Igreja local, um povo crente que vive a sua experiência da fé em comum diacrónico com a Igreja apostólica, e em comunhão sincrónica com todas as Igrejas locais”³³⁶.

Portanto, a fase da descontextualização deve permitir também o diálogo com outros contextos, especialmente o contexto ecuménico e o diálogo inter-religioso, como também, com contexto ocidental e, ainda o latino-americano e asiático. Desta forma, “a fase de descontextualização protege-nos não só contra o perigo de relativismo, lá onde cada contexto forja a sua própria teologia, feita à medida para este contexto específico, mas também o perigo de absolutização da contextualização”³³⁷. E também,

“implica o reconhecimento de falhas na pesquisa comum para uma melhor compreensão mútua e uma comunicação intercultural eficaz. Vista deste ângulo, esta fase oferece um triplo benefício ao trabalho teológico: permite um aprofundamento da identidade das pessoas pelo diálogo com a memória cristã, os outros crentes e as sociedades; ajuda as culturas a serem, cada vez mais, conscientes das suas diferenças mas também da sua complementaridade, a descobrir novas riquezas e as acolher; traz uma chance de constituir pontes entre as culturas, as Igrejas e as teologias, sem as quais, as partilhas para um novo humanismo seriam impossíveis”³³⁸.

³³⁴ Quelques déplacements récents dans la pratique des théologies contextuelles. L’inculturation como orthopraxis chrétien et l’inventivité, p. 163 (nossa tradução).

³³⁵ Ibidem, p. 164.

³³⁶ Ibidem, p. 166.

³³⁷ Ibidem, p. 167.

³³⁸ Ibidem, p. 168.

Finalmente, o terceiro passo é a recontextualização que “parte da situação do povo, percebida como um ‘lugar teológico’, isto é, um lugar onde se opera o encontro salvífico entre homem e Deus em Cristo, como um lugar onde, *hic e nunc*, se desenrola o mistério da salvação, a experiência da salvação iluminada pela memória cristã (Escrituras Santas, Tradição e Magistério da Igreja)”³³⁹.

Não é questão de aplicação duma doutrina teológica já feita e pronta para ser consumida. Mas é um lugar teológico, um princípio de discernimento conduzindo a uma nova reinterpretação criadora do cristianismo.

Para Amaladoss,

“o exame rápido deste triplo percurso das teologias contextuais revela-nos que o coração dessas teologias é a vida das comunidades com as suas alegrias e os seus sofrimentos. A reflexão teológica parte da vida do povo e chega à vida do povo. Parte das aspirações, das angústias, das questões levantadas pelo povo. Essas questões levam a um estudo aprofundado da Tradição e da sua interpretação à luz do presente; elas conduzem também um trabalho de reflexão e de discernimento para decidir a acção a empreender. A reflexão conduz à vida; o ciclo continua o seu processo histórico que gera novas situações, novos problemas e novas questões”³⁴⁰.

O mesmo autor encontra os exemplos desta teologia nas Cartas de São Paulo:

“As suas Cartas são provocadas pelos problemas concretos aos quais eram confrontadas as comunidades de convertidos. Para fazer face a esses problemas, Paulo não só faz fortes exortações proféticas, como as fundamenta sobre a visão que tem da acção de Cristo e do Espírito no mundo. Esta visão não está enraizada unicamente na vida de Cristo, mas também ela oferece novas perspectivas e novas intuições. Por exemplo, as discussões vividas em Corinto levaram Paulo a evocar a imagem da comunidade enraizada no corpo eucarístico do Senhor, identificada com o corpo de Cristo (1 Cor 12). Paulo fala igualmente dos carismas do Espírito e do plano da salvação pelo qual Deus conduz todas as coisas à unidade (Ep 1,3-10). Também, a confusão suscitada pelos judaizantes que pretendiam impor a lei judaica, leva Paulo a proclamar na carta aos Gálatas a total gratuidade da graça salvífica (Gl 3,1-14)”³⁴¹.

Santedi vê nesses exemplos a correlação entre a Boa Nova e a vida da comunidade cristã, com seus problemas e suas possibilidades criadoras³⁴².

Por isso, Santedi considera a inculturação como uma ortopraxis:

“Se Deus se revela em, por e para a humanização do homem que procura dar sentido à sua existência, então, deveria dar uma atenção particular à própria experiência de vida deste homem. Esta é a lição que o próprio Deus nos dá pela sua auto-revelação. Deus leva a sério a humanidade, cada humanidade cuja única consistência torna possível o

³³⁹ Ibidem, p. 168.

³⁴⁰ Citado por ibidem, p. 169.

³⁴¹ Cf. Op. cit., p. 169.

³⁴² Cf. Ibidem, p. 169.

processo da revelação como processo de comunicação. Daqui resulta que a praxis correcta é uma praxis humanizante”³⁴³.

Por esta razão, Amaladoss recomenda aos teólogos da inculturação que foquem mais os seus estudos na vida das pessoas do que na observância ritual³⁴⁴. Assim justifica-se o tema do nosso estudo.

Este percurso da realidade do processo da inculturação no solo africano evidenciou que é um processo já em marcha pela extensão das suas realizações a quase todos os domínios da vida da Igreja mas com mais estudos dedicados aos ritos tradicionais. Santedi atesta: “De facto, a experiência da inculturação, em alguns países, parece mostrar que foi colocada mais ênfase na observância ritual do que na vida. No entanto, os rituais adquirem o seu significado no contexto da vida e devem celebrar a vida. Este é o ponto crucial. Celebrar a vida, mas que vida? Como pode ser isso?”³⁴⁵. Por isso, o novo processo da inculturação desejado deve olhar a realidade da vida das pessoas para dar respostas aos seus anseios e preocupações. Por conseguinte, “aquele que não parte da experiência histórica concreta da pessoa humana e de comunidades humanas como elas se apresentam hoje em África, não cumpre as condições epistemológicas adequadas para compreender e ainda menos para produzir uma verdadeira teologia africana”³⁴⁶. Para correspondermos a esta exigência no quadro concreto deste estudo, vamos descobrir, na experiência histórica concreta do povo de Cabinda, os actuais desafios pastorais a colocar ao processo da inculturação. Será este o objecto do capítulo a seguir.

³⁴³ Ibidem, p. 172-173.

³⁴⁴ Citado por Santedi, op. cit., p. 173.

³⁴⁵ Ibidem, p. 173.

³⁴⁶ Ibidem, p. 162. A inculturação é hoje uma realidade bem estudada com uma bibliografia abundante oriunda dos autores dos cinco continentes (Só para citar alguns: Carrier, H. *Évangile et développement des cultures*, Rome, ed. Pontificia Università Gregoriana, 1990; Geffré, CL. “Mission et Inculturation”. In: *Spiritus* 109 (1987) 406-427; Amalorpavadass, D.S., “Reflexions théologiques sur l’inculturation”. In: *La maison Dieu* 179 (1989) 57-66; Sanon, A.T., “L’inculturation de l’Évangile, un défi lancé à la mission”, in *Journal des missions évangéliques* 162 (1987) 147-158; Santedi Kinkupu, L. “Dogme et inculturation en Afrique”. In: *Revue africaine de théologie* 18 (1994) 65-82; Peelman, A., Os novos desafios da inculturatio, Lumen vitae/Novalis, Bruxelles/Ottawa, 2007; Calvez, J.-Y., “Inculturation necessária”, in: *Lumen Vitae*, XXXIX, 1984/3, p. 313-323; Metez, “Unidade e pluridade: problèmes e perspectivas da inculturação”, in: *Concilium* 224 (1989) 87-96; Schineller, P., “A inculturação, peregrinação até à catolicidade”, in: *Concilium* 224 (1989) 107-116; Wiame, B., *Pour une inculturation de l’enseignement religieux*, Lumen Vitae, Bruxelles, 1997; etc.

Capítulo 4:

Os novos desafios da inculturação em Cabinda

A nossa pretensão não é apresentar uma lista exaustiva dos desafios da vida do dia-a-dia do cristão de Cabinda, o que não seria trabalho fácil. Mas vamos tentar apresentar em grandes pontos alguns aspectos da vida que nos parecem de grande relevo e com grandes repercussões na vida das mulheres e dos homens que vivem em Cabinda. São esses aspectos concretos que devem ser considerados como “sinais do tempo” e, assim sendo, desafios actuais que a Igreja de Cabinda deve enfrentar sob o risco de falhar a sua missão de “baptizar e ensinar” (Mc 16,16). Basta mesmo um simples olhar para se aperceber dos verdadeiros problemas deste povo a evangelizar para melhor lhe apresentar a mensagem de Cristo como “Boa Nova” da salvação, caso contrário, seria uma pregação no deserto, pois a pregação é sempre dirigida a pessoas reais com histórias de vida cheia de preocupações existenciais, a pessoas à procura de respostas certas para questões concretas. Procurámos ter um olhar objectivo e entendemos agrupar esses novos desafios, em três potes na ordem de prioridades.

4.1. A reconciliação, a paz e a justiça

A convocação, tornada pública no dia 13 de Novembro de 2004, do Segundo Sínodo para África com o tema “A Igreja em África ao serviço da Reconciliação, da justiça e da paz” demonstra bem a necessidade e a urgência desta nobre missão da Igreja em África. Esses três grandes termos são fundamentais para a responsabilidade teológica e social da Igreja. “Poder-se-ia dizer, segundo Bento XVI, que reconciliação e justiça são os dois pressupostos essenciais da paz e, por conseguinte, definem em certa medida também a sua natureza”³⁴⁷.

Por isso, o Papa lançou este desafio:

“O compromisso da África para com o Senhor Jesus Cristo é um tesouro precioso que confio, neste princípio do terceiro milénio, aos bispos, aos sacerdotes, aos diáconos permanentes, às pessoas consagradas, aos catequistas e aos leigos daquele amado

³⁴⁷ AM 17.

continente e ilhas adjacentes. Esta missão leva a África a aprofundar a vocação cristã, convida-a a viver, em nome de Jesus, a reconciliação entre as pessoas e as comunidades, e a promover a paz e a justiça na verdade para todos”³⁴⁸.

Este desafio, lançado por Bento XVI, deve ser encarado com seriedade e sobretudo com sinceridade para “reavivar a nossa fé e a nossa esperança, contribuindo assim para a construção duma África reconciliada pelos caminhos da verdade e da justiça, do amor e da paz [Sl 84(89)]”³⁴⁹. E enquadra-se bem na situação de Cabinda, como vamos demonstrar a seguir. A sua resposta requer uma atitude de coragem e, ao mesmo tempo, de humildade e sinceridade. Todos esses desafios reportam ao contexto da situação actual de Cabinda e da realidade actual da vida da diocese como veremos na segunda parte deste estudo.

4.1.1. A Reconciliação

De acordo comos *Lineamenta* do II Sínodo para África,

“a palavra reconciliação pode significar muitas realidades. Na experiência sul-africana, por exemplo, descobre-se uma dupla conotação do termo: por um lado, o termo tende a significar simplesmente um acordo, um consenso ou ainda a resolução de um problema ou de um diferendo; por outro lado, indica a eliminação da inimizade ou o fim da violência. Assim, o termo não significa necessariamente o restabelecimento da paz nos corações; o que importa é o restabelecimento de uma relação normal, da comunicação e, portanto, a superação do diferendo. Nesse sentido, a reconciliação tem um carácter pragmático e é uma linguagem para aprender e viver com e na pluralidade, para gerir pacificamente os conflitos”³⁵⁰.

Não é esta reconciliação que fará da nossa diocese uma família de Deus. Não basta dar a mão, sentar lado a lado na mesma mesa. A reconciliação que cura é vivida no espírito de perdão. É de destacar que “o perdão põe em evidência sobretudo o trabalho interior da pessoa para reencontrar a paz, cicatrizar a ferida. Em ambos os casos, o problema fundamental está na memória. É no perdão que se oferece a possibilidade de uma verdadeira purificação da memória e de uma paz sólida: “O pedido de perdão e o dom do perdão [...] são dois elementos fundamentais para a paz. A memória é então purificada, o coração pacificado, e então o olhar torna-se límpido sobre o que a verdade exige para se nutrirem pensamentos de paz”³⁵¹.

³⁴⁸ AM 1.

³⁴⁹ AM2.

³⁵⁰ Sinódo dos Bispos, II Assembleia para África. *Lineamenta*, Libereia, Vaticano, 2006, p. 68.

³⁵¹ *Lineamenta* 68.

Para tal, precisamos de ser verdadeiros, como adverte o Papa Bento XVI na sua encíclica *Caritas in veritate*:

“Sem verdade, cai-se numa visão empirista e céptica da vida, incapaz de se elevar acima da acção porque não está interessada em identificar os valores – às vezes nem sequer os significados – pelos quais julgá-la e orientá-la. A fidelidade ao homem exige a fidelidade à verdade, a única que é garantia de liberdade (cf. Jo 8,32) e da possibilidade dum desenvolvimento humano integral”³⁵².

Em nome da fidelidade à verdade não podemos deixar de lançar este desafio: A diocese de Cabinda é “convidada a viver, em nome de Jesus, a reconciliação entre as pessoas e as comunidades, e a promover a paz e a justiça na verdade para todos”. Silenciar ou ofuscar esta realidade é negar a própria vocação e missão duma Igreja chamada a ser família de Deus.

Esta prioridade de reconciliação é justificada pela situação sem precedentes que a diocese de Cabinda viveu e que deve ter deixado as suas marcas e feridas profundas que não se curam de um dia para outro mas que exigem tempo e coragem. No dia 10 de Fevereiro de 2006, a Agência Lusa noticiava:

“O Papa João Paulo II nomeou a 11 de Fevereiro de 2005 D. Filomeno Vieira Dias, então Bispo Auxiliar de Luanda, para o cargo de Bispo de Cabinda, em substituição de D. Paulino Madeca, que resignou por ter atingido o limite de idade. Esta nomeação gerou uma onda de contestação entre a comunidade católica de Cabinda, que não questiona as qualidades do bispo nomeado, mas rejeita que o titular da diocese seja alguém que não tenha nascido no enclave. Esta contestação originou nos meses seguintes a uma série de incidentes com responsáveis da hierarquia da Igreja Católica que se deslocaram a Cabinda para tentar resolver o impasse. Os incidentes culminaram em finais de Julho com uma agressão a D. Eugénio del Corso, administrador apostólico da diocese, que foi impedido de celebrar missa na Igreja Paroquial da Imaculada Conceição. Na sequência desta agressão, ocorrida na sacristia da igreja, o Núncio Apostólico em Angola decidiu encerrar a Igreja da Imaculada Conceição e suspender alguns membros do clero local. Na resposta, os sacerdotes decidiram suspender a celebração de missas no território, situação que se manteve até ao início de Dezembro, altura em que foi alcançado um acordo que permitiu reabrir as igrejas do enclave para a celebração de cerimónias eucarísticas. Apesar deste acordo, as divergências quanto ao novo bispo mantêm-se, pelo que a tomada de posse de D. Filomeno Vieira Dias continua sem data marcada, um ano depois de ter sido nomeado para a diocese de Cabinda”³⁵³.

³⁵² CV 68.

³⁵³ Agência Lusa, 10 de Fevereiro de 2006. Não podemos deixar de sublinhar que a recusa de um bispo, não natural da diocese onde é nomeado, é uma realidade vivida muitas vezes na Igreja e quase em todos os lados do mundo (Europa, América, Ásia...). Já, antes de Cabinda, tinha acontecido o mesmo na diocese de Menongue por causa da nomeação do Dom Lukunde que vinha da diocese de Benguela e também nos anos passados aconteceu em várias dioceses por exemplo com Dom Franklin da Costa, natural de Cabinda para diocese de Huambo, Dom Óscar natural de Malanje para diocese de Benguela. Falando deste último hoje tornou-se o filho querido de Benguela pela obra realizada. Há um teólogo

Esta situação teve consequências graves na vida das pessoas e das suas famílias, sobretudo depois da suspensão provisória de alguns padres. Em reacção a esta decisão deu-se o afastamento de alguns cristãos e a formação de um movimento de protesto e solidariedade com os sacerdotes suspensos, chamado “Lubudunu”³⁵⁴. Finalmente, no dia 10 de Junho de 2006, Dom Filomeno toma posse como novo pastor e as expectativas abrem-se para a reconciliação e a unidade. Mas, infelizmente, a situação manteve-se, relegando a sua resolução para o Vaticano, particularmente o dicastério de *Propaganda Fide*. Esta situação de braço de ferro durou quase sete anos e culminou com a redução ao estado laical de três sacerdotes, uma decisão, a nosso ver, não reconciliadora com consequências graves de divisão hoje vivida no seio da Igreja com a implementação em Cabinda da Igreja Católica das Américas³⁵⁵, liderada pelo Reverendo Doutor Padre Jorge Congo, um dos sacerdotes reduzidos ao estado laical.

O empenho do Dom Novatus, Novo Nuncio Apostólico em Angola, foi decisivo para o processo de regresso à normalidade na Igreja local, promovendo a celebração da chamada “missa da reconciliação” no dia 6 de Outubro de 2012, marcando o suposto fim do protesto e abrindo assim o caminho à reconciliação e unificação da Igreja diocesana, chamada a ser família-de-Deus. A nosso ver, esta celebração em si não pode ser considerada como a resolução da situação mas sim o princípio da resolução, pois não se retoma uma vida em comunhão dum dia para outro. Por isso, devemos ter a coragem de reconhecer que ainda há um longo caminho a percorrer para uma verdadeira reconciliação.

congolês Buzo, conhecido por sua frontalidade chamava de paraquedistas os bispos assim nomeados e se opunha com argumentos mais pastorais.

³⁵⁴ Uma palavra da língua de Cabinda que significa literalmente Unidade ou União. Este grupo ocupou algumas capelas e celebrava a sua liturgia da Palavra, rezando pelo Santo Padre e o credo. Foi chamado de todos os nomes e até exageradamente de cismáticos ou excomungados, o que não corresponde à nenhuma norma canónica. Mas pode ser chamado “grupo ou movimento de revoltados ou indignados”.

³⁵⁵ Igreja Católica das Américas foi fundada pelo Dom Teixeira, membro da Ordem Franciscana de São José Cupertino e bispo diocesano da Diocese de São Francisco de Assis e também é o Pastor de duas paróquias chamadas Saint Martin de Porres em Dorchester e Brockton. Ele é cabo-verdiano mas nasceu em Angola. Na sua página de internet é assim resumida a sua missão: “Nós, a Igreja Católica das Américas (CCA), como membro da Igreja Una, Santa, Católica e Apostólica, proclamamos a nossa missão enraizada no Evangelho de Jesus Cristo. Nós oferecemos uma presença sacramental e de afirmação a todos na sua diversidade. Nós, como uma comunidade católica independente, esforçamos para o trabalho de promover a unidade ao comemorar as várias tradições de fé entre os cristãos em harmonia com a oração de Jesus “que todos sejam um”. Como Povo de Deus, somos chamados para ministérios que estão amando, inclusiva e promotora de justiça para promover o reino de Deus”. Na realidade pode ser considerada como uma Igreja independente do Vaticano. (cf. <http://bishopfilipecteixeiraofsjc.blogspot.pt>. Acesso a 01/ 03/ 2014).

O facto de haver ainda casos de alguns sacerdotes que não são bem-vindos em certas comunidades, como de sacerdotes castigados com a redução ao estado laical, de alguns cristãos que não regressaram às suas antigas comunidades ou paróquias, revela, de nosso ponto de vista, a necessidade que defendemos: a vivência duma reconciliação verdadeira. Esconder ou negar este facto é ofuscar uma realidade que contradiz a nossa missão de testemunhar o poder de Cristo ressuscitado, formando comunidades de baptizados unidos pelos mesmos sentimentos (cf. Act 5,13). O Papa Francisco alerta: “O conflito não pode ser ignorado ou dissimulado; deve ser aceite. Mas, se ficamos encurralados nele, perdemos a perspectiva, os horizontes reduzem-se e a própria realidade fica fragmentada. Quando paramos na conjuntura conflitual, perdemos o sentido da unidade profunda da realidade”³⁵⁶. Portanto, aconselha:

“Perante o conflito, alguns limitam-se a olhá-lo e passam adiante como se nada fosse, lavam-se as mãos para poder continuar com a sua vida. Outros entram de tal maneira no conflito que ficam prisioneiros, perdem o horizonte, projectam nas instituições as suas próprias confusões e insatisfações e, assim, a unidade torna-se impossível. Mas há uma terceira forma, a mais adequada, de enfrentar o conflito: é aceitar suportar o conflito, resolvê-lo e transformá-lo no elo de ligação de um novo processo. ‘Felizes os pacificadores’ (Mt 5,9)!”³⁵⁷

É esta terceira a via a seguir para nos tornarmos pacificadores.

A Igreja de Cabinda não pode ignorar o seu conflito interno porque como sublinha Bento XVI: “A paz só pode se realizar se se chega a uma reconciliação interior”³⁵⁸. O mesmo Papa sustenta a sua tese de reconciliação interior com exemplo positivo de um processo de reconciliação em fase de construção da história da Europa depois da segunda guerra mundial:

“O facto de não ter havido mais guerras, a partir de 1945, na Europa ocidental e central funda-se certamente e na medida determinante, sobre estruturas políticas e económicas inteligentes e eticamente orientadas, mas estas só puderam desenvolver-se porque existiam processos interiores de reconciliação, que tornaram possível uma nova convivência. O processo de reconciliação responde à recomendação de Jesus: ‘Perdoar o irmão de todo o coração’”³⁵⁹.

Portanto, os cristãos (clero e leigos) de Cabinda precisam sinceramente de se perdoar mutuamente de todo coração.

³⁵⁶ EG 226.

³⁵⁷ EG 227.

³⁵⁸ Bento XVI, “Discurso à Cúria Romana por ocasião da apresentação dos votos de Natal”, 21 de dezembro de 2009.

³⁵⁹ Ibidem.

Para tal, há passos a dar e o primeiro, e o mais importante, no nosso entender, à luz do que afirma Bento XVI, é “a disponibilidade de fazer mais do que necessário, de não perder tempo em cálculos mas ir além daquilo que exigem as simples condições jurídicas. Faz parte dela aquela generosidade da qual o próprio Deus nos deu o exemplo”³⁶⁰. E o Papa explica o sentido desta generosidade:

“Deus que sabia que não estamos reconciliados, que via que temos algo contra Ele, levantou-Se e veio ao nosso encontro, não obstante só Ele estivesse do lado da razão. Veio ao nosso encontro até à Cruz, para nos reconciliar. Esta é a gratuidade: a disponibilidade de dar o primeiro passo. Ser o primeiro a ir ao encontro do outro, oferecer-lhe a reconciliação, assumir o sofrimento que exige a renúncia ao próprio ter razão. Não ceder na vontade de reconciliação: disto Deus deu-nos o exemplo, sendo esta a forma para nos tornarmos semelhantes a Ele, um comportamento do qual temos necessidade sempre de novo no mundo”³⁶¹.

Deste modo, o Papa faz-nos este convite: “Devemos aprender de novo, hoje, a capacidade de reconhecer a culpa, devemos largar a ilusão de sermos inocentes. Devemos aprender a capacidade de fazer penitência, de nos deixarmos transformar; de ir ao encontro do outro e de implorar de Deus o dom da coragem e da força para esta renovação”³⁶². E ressalta: “Faz parte da reconciliação a capacidade de reconhecer culpa e pedir perdão: a Deus e ao próximo. E, por fim pertence ao processo da reconciliação a disponibilidade de fazer penitência, a disponibilidade de sofrer até ao fundo por uma culpa e deixar-se transformar”³⁶³.

Por isso, a Igreja de Cabinda deve escutar esta recomendação de Bento XVI, vinda do II Sínodo para África: “No Sínodo, os Pastores da Igreja comprometeram-se em prol daquela purificação interior do homem que constitui a condição preliminar essencial para a edificação da justiça e da paz. Mas esta purificação e maturação interior rumo a uma verdadeira humanidade não podem existir sem Deus”³⁶⁴. É esta purificação interior que a Igreja em Cabinda precisa para viver com sinceridade e coragem esta recomendação de Jesus: “Se fores apresentar uma oferta sobre o altar e ali te recordares de que o teu irmão tem alguma coisa contra ti, deixa lá a tua oferta diante do altar, e vai primeiro reconciliar-te com o teu irmão; depois, volta para apresentar a tua oferta” (Mt 5,23ss).

³⁶⁰ Ibidem.

³⁶¹ Ibidem.

³⁶² Ibidem.

³⁶³ Ibidem.

³⁶⁴ AM 19.

Esta reconciliação, para se tornar efectiva, deverá ser acompanhada por um acto corajoso e honesto de purificação da memória, a fim de construir uma Igreja-família de Deus em Cabinda sem rancores e vinganças. Só uma autêntica reconciliação, que gera uma paz duradoura na sociedade, é capaz de restaurar a união dos corações e a serena convivência. Só esta reconciliação pode superar as crises, restaurar a dignidade das pessoas e abrir o caminho ao progresso e à paz duradoura entre povos a todos níveis³⁶⁵. Porém,

“a reconciliação não é um acto isolado, mas um longo processo em virtude do qual cada um se vê restabelecido no amor; um amor, que cura por acção da Palavra de Deus. Deste modo a reconciliação torna-se uma maneira de viver e, ao mesmo tempo, uma missão. A Igreja, para chegar a uma verdadeira reconciliação e, através da reconciliação, praticar a espiritualidade de comunhão, precisa de testemunhas que estejam profundamente radicadas em Cristo e se alimentem da sua Palavra e dos Sacramentos. Tendendo assim para a santidade, estas testemunhas serão capazes de se comprometer na obra de comunhão da Família de Deus, comunicando ao mundo – até ao martírio, se for preciso – o espírito de reconciliação, de justiça e de paz, a exemplo de Cristo”³⁶⁶.

Essas testemunhas são cristãos de hoje e, neste caso particular, os baptizados de Cabinda. E os membros dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda devem serem formados para ser essas testemunhas.

A reconciliação autêntica, que cura para a justiça e a paz é como uma semente lançada à terra que cresce sem que nos apercebamos. A eficácia da sua acção é invisível aos olhos humanos. A reconciliação, que Cristo continua a operar através dela para a unidade do género humano, é uma cura lenta e longa. Por isso, a reconciliação deve ser considerada como um processo dinâmico que exige dos actores humildade e sinceridade. Está em questão a credibilidade da nossa fé e ao mesmo tempo da nossa imagem de Igreja diocesana, chamada, de facto, a ser uma família de Deus.

4.1.2. A paz

O tema da paz é sempre um desafio para a Igreja e o Concílio Vaticano II sublinhou-o no seu olhar sobre a realidade do mundo:

“Nestes nossos tempos, em que as dores e angústias derivadas da guerra ou da sua ameaça ainda oprimem tão duramente os homens, a família humana chegou a uma hora decisiva no seu processo de maturação. Progressivamente unificada, e por toda a parte mais consciente da própria unidade, não pode levar a cabo a tarefa que lhe incumbe de

³⁶⁵ Cf. AM 21.

³⁶⁶ AM 34.

construir um mundo mais humano para todos os homens, a não ser que todos se orientem com espírito renovado à verdadeira paz”³⁶⁷.

E prossegue lembrando que

“a mensagem evangélica, tão em harmonia com os mais altos desejos e aspirações do género humano, brilha assim com novo esplendor nos tempos de hoje, ao proclamar felizes os construtores da paz ‘porque serão chamados filhos de Deus’ (Mt 5,9). Por isso, o Concílio, explicando a verdadeira e nobilíssima natureza da paz, e uma vez condenada a desumanidade da guerra, quer apelar ardentemente para que os cristãos, com a ajuda de Cristo, autor da paz, colaborem com todos os homens no estabelecimento da paz na justiça e no amor e na preparação dos instrumentos da mesma paz”³⁶⁸.

Ser promotor da paz é a vocação de cada cristão.

Jesus já tinha advertido: “Deixo-vos a paz e dou-vos a minha paz mas não como a dá o mundo” (Jo 14,27). Esta paz de Jesus é abrangente e o Concílio confirmou-o:

“A paz não é ausência de guerra; nem se reduz ao estabelecimento do equilíbrio entre as forças adversas, nem resulta duma dominação despótica. Com toda a exactidão e propriedade ela é chamada ‘obra da justiça’ (Is 32,7). É um fruto da ordem que o divino Criador estabeleceu para a sociedade humana, e que deve ser realizada pelos homens, sempre anelantes por uma mais perfeita justiça. Com efeito, o bem comum do género humano é regido, primária e fundamentalmente, pela lei eterna; mas, quanto às suas exigências concretas, está sujeito a constantes mudanças, com o decorrer do tempo”³⁶⁹.

De facto, justificou: “Por esta razão, a paz nunca se alcança duma vez para sempre, antes deve estar constantemente a ser edificada. Além disso, como a vontade humana é fraca e ferida pelo pecado, a busca da paz exige o constante domínio das paixões de cada um e a vigilância da autoridade legítima. Mas tudo isto não basta”³⁷⁰.

E realçou:

“Esta paz não se pode alcançar na terra a não ser que se assegure o bem das pessoas e que os homens compartilhem entre si livre e confiadamente as riquezas do seu espírito criador. Absolutamente necessárias para a edificação da paz são ainda a vontade firme de respeitar a dignidade dos outros homens e povos e a prática assídua da fraternidade. A paz é assim também fruto do amor, o qual vai além do que a justiça consegue alcançar. A paz terrena, nascida do amor do próximo, é imagem e efeito da paz de Cristo, vinda do Pai. Pois o próprio Filho encarnado, príncipe da paz, reconciliou com Deus, pela cruz, todos os homens; restabelecendo a unidade de todos num só povo e num só corpo, extinguiu o ódio e, exaltado na ressurreição, derramou nos corações o Espírito de amor”³⁷¹.

Por conseguinte, o Concílio lançou este convite:

³⁶⁷ GS 77.

³⁶⁸ Ibidem.

³⁶⁹ GS 78.

³⁷⁰ Ibidem.

³⁷¹ Ibidem.

“Todos os cristãos são, por isso, insistentemente chamados a que ‘praticando a verdade na caridade’ (Ef 4,15), se unam com os homens verdadeiramente pacíficos para implorarem e edificarem a paz. Levados pelo mesmo espírito, não podemos deixar de louvar aqueles que, renunciando à violência na reivindicação dos próprios direitos, recorrem a meios de defesa que estão também ao alcance dos mais fracos – sempre que isto se possa fazer sem lesar os direitos e obrigações de outros ou da comunidade”³⁷².

A situação geopolítica de Cabinda justifica a escolha deste desafio da paz³⁷³. Neste momento, Cabinda é a única província de Angola que continua a ter a sua paz comprometida e adiada. As conclusões e recomendações da Conferência Internacional “Construindo a Paz em Angola” de 23 a 25 de Março 2011, em Luanda, organizada pela Caritas de Angola em parceria com o Centro de Estudos Africanos do ISCTE em Lisboa, a Welt Kirche da diocese de Rottenburg-Stuttgart e a Faculdade da Teologia Católica de Tübingen, confirmam este facto ao falar de existência de conflitos não resolvidos e não há duvida que um desses conflitos é o chamado “caso Cabinda”. Por isso, pediram que seja tomada em consideração a situação específica de Cabinda³⁷⁴. Não se pode ofuscar esta evidência³⁷⁵. A celebração do dia 4 de Abril³⁷⁶ devia ser aproveitado para pensar como dar a paz a Cabinda. A Igreja devia estar na primeira linha deste compromisso porque trabalhar pela paz é uma das faces da sua missão como sublinhado por Baum: “A promoção duma cultura de paz figura entre os cinco mais belos tratados da Igreja pós-conciliar”³⁷⁷.

Desta forma, Peelman considera: “A conscientização para a paz toma doravante um lugar importante na evangelização ou na formação (inculturação) das comunidades

³⁷² Ibidem.

³⁷³ Este tema será abordado na segunda parte deste trabalho.

³⁷⁴ Conferência Internacional Construindo a Paz em Angola, Conclusões e Recomendações, Documento final, de 23 a 25 de Março 2011. In: <http://www.fecongld.org>. Acesso a 23/9/2013.

³⁷⁵ É estranho o não pronunciamento da situação política, em Cabinda nas cartas pastorais da Ceast. Todavia, é de sublinhar a voz corajosa do Arcebispo de Saurimo, Dom Imbamba, apelando à resolução do chamado “caso Cabinda” numa entrevista à rádio Renascença no dia 6-9-2012 e aqui citamos: “Cabinda sempre foi uma preocupação porque é uma reivindicação activa, e não é de estranhar que pouco a pouco se discutam e se dêem algumas prerrogativas quanto à gestão da província, as coisas tendem para aí”. Até deu algumas propostas para resolução: “Autonomia financeira, autonomia da própria província, gerir autonomamente os recursos fiscais da província...”. Por isso, o arcebispo apelou aos partidos políticos angolanos a não ignorar esta reivindicação antiga do povo de Cabinda. In: <http://www.rr.sapo.pt>. Acesso a 27/7/2013.

³⁷⁶ No dia 4 de Abril de 2002 foi assinado um Memorando de entendimento entre o governo de Angola e a Unita depois da morte de Jonas Savimbi, pondo fim a uma longa guerra civil e esta data foi instituída como feriado, sendo o dia da Paz e Reconciliação nacional.

³⁷⁷ Citado por Peelman, op. cit., p. 109.

cristãos (...) Existe doravante uma relação estreita entre a promoção duma cultura da paz e a educação em prol da solidariedade”³⁷⁸. E, explica:

“Desde da publicação da encíclica *Pacem in Terris* (1963) de João XXIII, o conceito da ‘cultura da paz’ faz parte do ensinamento da Igreja católica. Para ele e os seus sucessores Paulo VI e João Paulo II, é verdadeiramente um assunto do novo ensinamento adoptado pelo Vaticano II. Ensinamento que põe fim à doutrina tradicional de guerra justa e que recusa ver a guerra como um elemento fatal da história humana. A Igreja católica reconhece aos povos o direito de se defenderem (o princípio de legítima defesa) mas convida-os a encontrar meios pacíficos para resolverem os seus conflitos”³⁷⁹.

Portanto, os elementos-chave da “cultura da paz” encontram-se explicados nas diversas mensagens dos Papas na ocasião da jornada mundial da paz decretada por Paulo VI em 1967 e iniciada no dia 1 de Janeiro de 1968. Essas mensagens assentam, segundo Peelman, em três aspectos importantes³⁸⁰:

1º A cultura da paz repousa sobre as estratégias e, sobretudo, sobre uma espiritualidade do diálogo, isto é, a capacidade de se abrir aos outros e escutar o seu ponto de vista.

2º A cultura da paz repousa sobre um grande respeito pelas diferenças e identidades culturais. Não há dúvida que as diferenças culturais continuam a ser causas de conflitos e de guerra.

3º A cultura da paz repousa também sobre um melhor conhecimento da história dos povos.

Esses aspectos são bases sólidas que podem ser aproveitadas pela Igreja para um verdadeiro empenho em prol da paz em Cabinda.

4.1.3. A justiça

O novo olhar da Igreja sobre o mundo, engajado com o Concílio Vaticano II, fez da questão da justiça uma prioridade. Para justificar esta opção, o Concílio apoia-se na experiência bíblica dos profetas que nunca se cansaram de denunciar as injustiças e do próprio Jesus que tinha deixado bem claro no discurso inaugural da sua missão a libertação do homem de todas as formas de opressão (Lc 4,18-22). Porém, alerta o Concílio: “O cristão que descuida dos seus deveres temporais, falta aos seus deveres

³⁷⁸ Ibidem, p. 110.

³⁷⁹ Ibidem, p. 111.

³⁸⁰ Cf. Ibidem, p. 113-115.

para com o próximo e até para com o próprio Deus, e põe em risco a sua salvação eterna”³⁸¹. Este cristão é de todos os tempos. Por isso, nenhum cristão pode calar-se perante as injustiças.

Assim sendo, o Concílio convida a Igreja a assumir a sua missão profética: “Por isso, a Igreja deve lembrar aos homens e mulheres deste mundo que os bens da terra estão destinados a todos. Apoderar e privar a maioria não condiz com o princípio da Justiça”³⁸². E justifica este convite:

“Deus destinou a terra com tudo o que ela contém para uso de todos os homens e povos; de modo que os bens criados devem chegar equitativamente às mãos de todos, segundo a justiça, secundada pela caridade. Sejam quais forem as formas de propriedade, conforme as legítimas instituições dos povos e segundo as diferentes e mutáveis circunstâncias, deve-se sempre atender a este destino universal dos bens”³⁸³.

Aliás, argumenta:

“Por esta razão, quem usa desses bens, não deve considerar as coisas exteriores que legitimamente possui só como próprias, mas também como comuns, no sentido de que possam beneficiar não só a si mas também aos outros. De resto, todos têm o direito de ter uma parte de bens suficientes para si e suas famílias. Assim pensaram os Padres e Doutores da Igreja, ensinando que os homens têm obrigação de auxiliar os pobres e não apenas com os bens supérfluos”³⁸⁴.

Este direito é sagrado e deve ser defendido e, ao mesmo tempo, promovido.

Consciente das exigências práticas deste desafio e da necessidade de serem efectivamente assumidas a todos os níveis, o Concílio deixou este desejo:

“Perante as imensas desgraças que ainda hoje torturam a maior parte da humanidade, e para fomentar por toda a parte a justiça e ao mesmo tempo o amor de Cristo para com os pobres, o Concílio, por sua parte, julga muito oportuna a criação de algum organismo da Igreja Universal, incumbido de estimular a comunidade católica na promoção do progresso das regiões necessitadas e da justiça social entre as nações”³⁸⁵.

O Papa Paulo VI veio responder a este desejo ao criar no dia 6 de Janeiro de 1967 pelo *Motu Proprio* “*Catholicam Christi Ecclesiam*” a Comissão da Justiça e Paz, se bem que *ad experimentum*, com estas atribuições³⁸⁶:

1) Recolher e sintetizar a documentação sobre os melhores trabalhos científicos e técnicos, tanto na área de desenvolvimento em todos os seus aspectos: educacional e

³⁸¹ GS 54.

³⁸² GS 43.

³⁸³ GS 69.

³⁸⁴ Ibidem.

³⁸⁵ GS 90.

³⁸⁶ Cf. Paulo VI, *Motu Proprio* “*Catholicam Christi Ecclesiam*”, 6 de Janeiro de 1967.

cultural, económico e social, tanto sobre os problemas de paz, que são mais amplo do que os do desenvolvimento;

- 2) Contribuir para o aprofundamento de questões de desenvolvimento e de paz;
- 3) Divulgar os resultados desses estudos a todas as organizações interessadas nos problemas da Igreja;
- 4) Estabelecer contactos entre todas as organizações da Igreja, que estão a trabalhar para fins semelhantes, a fim de promover a coordenação dos esforços.

Desde então, o tema da justiça tomava um lugar de destaque até ser um dos dois temas do segundo Sínodo dos Bispos³⁸⁷ de 1971, confirmando, deste modo, a posição da Igreja em defesa da justiça social com as considerações e propostas saídas deste Sínodo na mensagem “Justiça no mundo”³⁸⁸. Os Padres sinodais partem duma constatação:

“Ao ouvirmos o clamor daqueles que sofrem a violência e se vêem oprimidos pelos sistemas e mecanismos injustos, bem como a interpelação de um mundo que, com a sua perversidade, contradiz os desígnios do Criador, chegámos à consciência unânime quanto à vocação da Igreja para estar presente no coração do mundo, a pregar a Boa-Nova aos pobres, a libertação aos oprimidos e a alegria aos aflitos. A esperança e o impulso que animam profundamente o mundo não são alheios ao dinamismo do Evangelho, que, pela virtude do Espírito Santo, liberta os homens do pecado pessoal e das consequências do mesmo na vida social”³⁸⁹.

Explicam as razões desta tomada de consciência:

“Apercebemo-nos de que existe no mundo uma série de injustiças que constituem o núcleo dos problemas do nosso tempo e cuja solução exige canseiras e responsabilidades a todos os níveis da sociedade, incluindo naqueles que se relacionam

³⁸⁷ O Sínodo dos Bispos é a instituição máxima do governo da Igreja, criada por Paulo VI (*Motu proprio Apostolica sollicitudo*, 15.9.1965), dando resposta ao voto dos Padres do Conc. Vat. II (CD 5; AG 29), regulamentada por diversos diplomas (de 1966, 1969, 1991, 1997) e é objecto de capítulo especial do CDC (342-348), como concretização da doutrina da colegialidade: a Igreja é governada pelo colégio episcopal presidido pelo Papa. O Sínodo é constituído por bispos das diversas regiões, na maioria eleitos pelas Conferências Episcopais, a que se juntam peritos, aconselha o Romano Pontífice em assuntos de especial importância e oportunidade para o governo pastoral da Igreja. Só tem poder deliberativo quando o Papa lho concede. A ele pertence convocá-lo, suspendê-lo ou dissolvê-lo, presidir por si ou por delegação, determinar a sua composição e propor os temas a tratar. O Sínodo dos Bispos pode reunir-se em Assembleia Geral (ordinária quando enquadrado em determinado ritmo, ou extraordinária), com bispos de todo o mundo, para tratar de assuntos de interesse para toda a Igreja; ou em Assembleia Especial, relativa a determinada região. A escolha da temática é ordinariamente precedida de consultas; é em seguida elaborado um esquema sujeito à discussão (os *lineamenta*); com as sugestões recolhidas é redigido o guião dos trabalhos sinodais (*instrumentum laboris*); uma vez o sínodo inaugurado, depois de intervenções livres dos bispos e do pronunciamento sobre a redacção das proposições, estas são entregues ao Santo Padre que, recorrendo a colaboradores, redige uma “Exortação apostólica pós-sinodal”. O próprio Sínodo costuma publicar um relato ou uma mensagem final. Todo este processo é assessorado por um Secretariado Permanente.

³⁸⁸ Documento final do II Sínodo Ordinário dos Bispos, “A Justiça no mundo”, 24 de Junho de 1971.

³⁸⁹ IM 5.

com a sociedade mundial, para a qual nos encaminhamos, neste último quartel do século XX. Impõe-se-nos, portanto, o estarmos preparados para assumir essas novas tarefas e novos encargos, em todos os sectores da actividade humana, mas de modo particular no âmbito da sociedade mundial, se de facto queremos traduzir na prática a justiça. A nossa acção deve visar prioritariamente aquelas pessoas e nações que, devido a formas diversas de opressão e por força da índole própria da sociedade actual, são vítimas silenciadas da injustiça e, mais ainda, vítimas da injustiça sem direito a voz”,³⁹⁰.

E esclarecem:

“A justiça é violada também por formas de opressão antigas e novas, que derivam da restrição dos direitos individuais, tanto nas repressões exercidas pelo poder político, como pela agressão de entidades públicas ou privadas, que vão até ao limite extremo de não respeitarem as condições elementares da integridade pessoal. São por demais conhecidos os casos de tortura, especialmente contra os prisioneiros políticos, aos quais aliás se nega, muitas vezes, um processo normal, ou que se vêem submetidos a arbitrariedades no julgamento. Não se devem esquecer ainda aqueles prisioneiros de guerra, os quais, mesmo após as Convenções de Genebra, são tratados de modo desumano”,³⁹¹.

Perante esta realidade, eles interpelam a Igreja:

“A situação actual do mundo, vista à luz da fé, faz-nos um apelo no sentido de regressarmos ao núcleo mesmo da mensagem cristã, que cria em nós a consciência profunda do seu verdadeiro sentido e das suas urgentes exigências. A missão de pregar o Evangelho requer, nos tempos que correm, que nos comprometamos com a libertação integral da pessoa, já desde agora, na sua existência terrena. Se, efectivamente, a mensagem cristã sobre o amor e a justiça não mostra a sua eficácia na Acção pela justiça no mundo, muito dificilmente ela será aceitável para os homens do nosso tempo”,³⁹².

E concluem:

“Esta aspiração pela justiça consolida-se ainda, quando se supera o limiar onde começa a consciência de ‘valer mais e ser mais’ (Enc. *Populorum Progressio*, n. 15), quer pelo que se refere ao homem todo, quer pelo que se refere à totalidade dos homens: e a mesma exprime-se na consciência do direito ao desenvolvimento. Este direito ao desenvolvimento deve ser visto na interpretação dinâmica de todos aqueles direitos humanos fundamentais, em que se baseiam as aspirações dos indivíduos e das nações”,³⁹³.

Portanto, justificam esta opção:

“A Igreja recebeu de Cristo a missão de pregar a mensagem evangélica, que implica um chamamento ao ouvinte para se converter do pecado para o amor do Pai e à fraternidade universal e, por conseguinte, à exigência da justiça no mundo. Esta é a razão por que a Igreja tem o direito e mesmo o dever de proclamar a justiça no campo social, nacional e internacional, bem como de denunciar as situações de injustiça, sempre que os direitos humanos fundamentais e a salvação das pessoas o exijam. A Igreja não é a única responsável pela justiça no mundo; cabe-lhe, no entanto, uma responsabilidade própria e

³⁹⁰ IM20.

³⁹¹ IM 22.

³⁹² IM 36.

³⁹³ IM 15.

específica, que se identifica com a sua missão de testemunhar diante do mundo a exigência de amor e de justiça contida na mensagem evangélica; testemunho que deve, contudo, verificar-se nas instituições eclesiais e na vida dos cristãos”³⁹⁴.

Esta exortação teve também a coragem e, diríamos, a ousadia de convidar a Igreja a olhar-se por dentro, interrogando-se no seu seio sobre a sua atitude em prol da justiça social: “Se a Igreja deve dar um testemunho de justiça, ela reconhece que, seja quem for, que deseje falar aos homens de justiça, deve ele próprio ser justo aos olhos dos mesmos homens. Convém, portanto, que nós mesmos façamos um exame sobre os modos de agir, sobre as possessões e o estilo de vida que se verificam dentro da Igreja”³⁹⁵. E concretamente,

“hão-de ser respeitados os direitos no interior da Igreja. Assim, pelo facto de alguém se associar à Igreja, deste ou daquele modo, nem por isso deve ser privado dos direitos comuns. Aqueles que servem a Igreja com o seu trabalho – sem excluir os presbíteros e os religiosos – devem receber os meios suficientes para a própria subsistência e desfrutar daquelas garantias sociais que sejam usuais em cada região. Aos leigos deve ser atribuído um salário equitativo e um sistema de poderem ser promovidos, dentro da respectiva categoria. Renovamos aqui o voto de que os leigos exerçam funções mais importantes pelo que se refere aos bens temporais da Igreja e que participem na gestão dos mesmos”³⁹⁶.

Não deixaram de apontar alguns aspectos concretos da vida das pessoas que devem merecer uma atenção particular dentro da Igreja em prol da justiça³⁹⁷:

- A responsabilidade e a participação das mulheres na vida comunitária da sociedade e também da Igreja.
- O reconhecimento da Igreja a todos do direito a uma conveniente liberdade de expressão e de pensamento, o qual supõe também o direito de cada um ser ouvido em espírito do diálogo, de modo a garantir uma legítima diversidade na Igreja.
- Os processos judiciais dêem ao acusado o direito de conhecer os seus acusadores, bem como o direito a uma defesa conveniente. A justiça, para ser completa, deve incluir rapidez nos processos. E isto é exigido, especialmente, nas causas matrimoniais.

Perante esta necessidade de um olhar crítico por dentro da Igreja, os Padres sinodais convidam a Igreja com coragem e sinceridade a fazer um exame de consciência:

³⁹⁴ IM 37.

³⁹⁵ IM 41.

³⁹⁶ IM 42.

³⁹⁷ Cf. IM 43.45.46.

“O nosso exame de consciência estende-se ao estilo de vida de todos: dos bispos, dos presbíteros, dos religiosos e religiosas e dos leigos. Impõe-se perguntar se, entre as populações pobres, o pertencer à Igreja não será um meio de acesso a uma ilha de bem-estar, num contexto de pobreza. Nas sociedades de mais alto nível de consumo, deve perguntar-se, também, se o próprio estilo de vida serve de exemplo daquela parcimónia no consumo que nós pregamos aos outros, como necessária para serem alimentados tantos milhares e milhares de famintos que existem pelo mundo”³⁹⁸.

Para melhor responder a este desafio da justiça, propõem uma educação para a Justiça:

“A vida quotidiana do cristão, à maneira de fermento evangélico que atua na família, na escola, no ambiente de trabalho e na vida social e civil, é a contribuição específica que os fiéis dão para a justiça; a que se juntam ainda as perspectivas e o significado que eles podem dar também aos esforços humanos. Por isso mesmo, a educação para a justiça deve ser tal que ensine a levar uma vida que atenda à realidade global, pautada pelos princípios evangélicos da moral pessoal e social, que venha a desabrochar num testemunho de vida cristão”³⁹⁹.

Todavia, constata-se:

“São manifestos, de facto, os obstáculos ao progresso que nós desejamos para nós mesmos e para a humanidade. O método educativo, ainda vigente muitas vezes em nossos dias, fomenta um individualismo fechado. Uma parte da família humana vive como que submergida numa mentalidade que exalta a posse. As escolas e os meios de comunicação social, condicionados não raro pela ordem estabelecida, apenas permitem formar um tipo de pessoa que essa ordem deseja, isto é, uma pessoa à sua imagem; e não uma humanidade nova, mas uma reprodução da humanidade que ela tem sido”⁴⁰⁰.

Por isso, prossegue:

“Uma tal educação exige, porém, o renovamento do coração, fundado no reconhecimento do pecado nas suas manifestações individuais e sociais. Esse renovamento inculcará também um modo verdadeiro e totalmente humano de viver, na justiça, na caridade e na simplicidade. De igual modo, suscitará a faculdade crítica, que leva à reflexão sobre a sociedade em que vivemos e sobre os seus valores, tornando as pessoas disponíveis para abandonarem tais valores, sempre que eles deixam de favorecer a justiça para todos. O objectivo principal dessa educação para a justiça, nos ‘países em vias de desenvolvimento’, consiste no esforço em despertar a consciência, para que saiba reconhecer a situação concreta, e no convite para alcançar uma melhoria global; e assim se dá início a uma transformação do mundo”⁴⁰¹.

Assim sendo, consideram que

“este tipo de educação, dado que torna todos mais integralmente humanos, ajudará de futuro as pessoas a não permanecerem objecto de manipulações, nem por parte dos meios de comunicação social, nem por parte das forças políticas; pelo contrário, fará

³⁹⁸ IM 46.

³⁹⁹ IM 50.

⁴⁰⁰ IM 51.

⁴⁰¹ IM 52.

com que se tornem capazes de conduzir os próprios destinos e de construir comunidades verdadeiramente humanas”⁴⁰².

Porém, os padres sinodais não deixaram de sublinhar que esta educação para a justiça deve ser permanente e abrangente para todas as idades e também deve primar pela acção, isto significa ser mais prática que teórica e que também o seu primeiro lugar é a família⁴⁰³.

Dez anos depois, o Papa Paulo VI reconhecia a 10 de Dezembro de 1976, no *Motu proprio* “*Justitiam et Pacem*” o impacto do trabalho desenvolvido pela Comissão Justiça e Paz na defesa da dignidade humana e decidiu decretando:

“A Pontifícia Comissão ‘Justitia et Pax’ é um órgão da Santa Sé que tem como objectivo o estudo e aprofundamento, a partir de um ponto de vista doutrinal, pastoral e apostólico, os problemas relacionados com a justiça e a paz, a fim de estimular o Povo de Deus para o pleno entendimento destas questões e a consciência de seu papel e deveres no campo da justiça, do desenvolvimento dos povos, o desenvolvimento humano, a paz e os direitos humanos. Procurará contribuição especificamente cristã, que pode ser dada para a solução desses problemas, e vai chamar os membros do Povo de Deus a um testemunho cristão e tomar as medidas adequadas sobre esses vários pontos”⁴⁰⁴.

Tony Neves destaca a grande novidade deste documento: “Ao comprar estes dois documentos, notamos que entre 1967 e 1976, foi introduzida uma referência explícita aos direitos do homem e à promoção humana, duas dimensões a ter em linha de conta quando se trata de ‘justiça e paz’”⁴⁰⁵. Para o mesmo autor,

“a expressão ‘Justiça e paz’ revelou-se abrangente e mobilizadora porque captou, numa intuição, toda esta problemática, o tom reivindicativo da luta pela justiça, a pedagogia reconciliadora da paz, o apoio ao desenvolvimento, a promoção humana integral e a defesa intransigente dos direitos (incluindo a denúncia corajosa das suas violações)”⁴⁰⁶.

Explica: “O que caracteriza a ‘justiça e paz’ é o espírito que o envolve: a atenção aos sinais dos tempos, o respeito pelos humanos, sem excepção, a importância da justiça nacional e internacional, o lugar atribuído aos direitos humanos e à promoção da paz, o empenho pelo desenvolvimento, respeitando as culturas, a defesa do bem comum”⁴⁰⁷.

⁴⁰² IM 53.

⁴⁰³ Cf. IM 54-55.

⁴⁰⁴ Paulo VI, *Motu proprio* “*Justitiam et Pacem*”, 10 de Dezembro de 1976.

⁴⁰⁵ Neves, T., Angola. Justiça e Paz nas intervenções da Igreja Católica (1989-2002), Texto Editores, 2012, p. 124.

⁴⁰⁶ Ibidem, p. 124.

⁴⁰⁷ Ibidem, p. 125.

Por seu lado, João Paulo II na sua reorganização da cúria romana publicada na Constituição Apostólica *Pastor Bonus* a 29 de Junho de 1988 elevou a Comissão ao grau de Conselho Pontifício, confiado aos seus cuidados todas as acções da Igreja relacionadas com a justiça, a paz e os direitos humanos⁴⁰⁸. Por conseguinte, esta missão não se limita só a denunciar os abusos contra a justiça social, mas também, a sensibilizar, consciencializar e formar os cristãos para a promoção e defesa da justiça e paz; tornando-se, deste modo,

“o olho vigilante da Igreja local no seio da sociedade, no que toca a todos os problemas espinhosos com que ela se debate, de modo especial os relativos à justiça social, à equidade, aos direitos do homem, à promoção do bem comum, à coexistência democrática, à reconciliação, ao desenvolvimento (...); uma obra da Igreja que pensa em Igreja e para a Igreja; (...) uma comissão para a promoção da justiça e da paz segundo o espírito do Evangelho e do ensinamento da Igreja sobre tais valores; um instrumento indispensável para a execução de uma pastoral específica em matéria de reconciliação, justiça e paz”⁴⁰⁹.

Tendo em conta a dimensão dos problemas sociais que o território de Cabinda tem, é de estranhar a inacção ou, diríamos, a inexistência prática da Comissão de Justiça e Paz na diocese de Cabinda nesses últimos anos. Existe formalmente, com membros nomeados mas sem nenhum relatório sobre a situação socioeconómica, sociopolítica, sociocultural, nem um plano de formação e de consciencialização, nem projecto de actividades. É pena que esta comissão seja uma mera formalidade. Por este efeito, a sua dinamização e responsabilização tornam-se um desafio pastoral a ser encarrado com determinação para que seja, de verdade, em Cabinda, o “olho vigilante”, “uma sentinela”, “um instrumento indispensável para uma pastoral específica em matéria de reconciliação, justiça e paz” perante os clamores alarmantes.

Hoje, passados tantos anos, o mesmo apelo veio de novo do II Sínodo para África:

“Para a Igreja-Família de Deus em África, o vínculo que existe entre a missão evangelizadora e a promoção humana é um vínculo inseparável do seu ser e da sua missão, uma vez que a salvação em Jesus Cristo que ela anuncia diz respeito ao homem como um todo. Para ela, ‘evangelizar é desenvolver o homem em todas as dimensões da sua vocação de filho de Deus’. Este vínculo concretiza-se nos actos de empenho em favor da promoção humana, como são a educação, a saúde, a assistência aos necessitados, os projectos de desenvolvimento, a defesa dos Direitos do Homem e o compromisso na instauração da democracia e dos estados de direito. Separar a promoção humana do amor evangélico que a inclui, é negar a unidade profunda do

⁴⁰⁸ Cf. João Paulo II, Constituição Apostólica “*Pastor Bonus*” de 28 Junho 1988, art. 142-143.

⁴⁰⁹ *Lineamento* 57.

empenhamento humano, onde efectivamente se revela a profunda identidade do cristão”⁴¹⁰.

Só a formação de uma consciência crítica pode fazer do cristão de Cabinda uma pessoa não manipulada nem pela imprensa nem pelas forças políticas, como tem acontecido até ao momento. Para tal, o processo da inculturação deve procurar corresponder com o conteúdo adequado e a metodologia de consciencialização apropriada. Isto foi bem explícito no Lineamento do II Sínodo para África:

“A formação dos cristãos leigos deverá, por conseguinte, procurar, em primeiro lugar, torná-los capazes de enfrentar com eficácia as tarefas quotidianas nos domínios cultural, social, económico e político, desenvolvendo neles o sentido do dever cumprido ao serviço do bem comum. Um segundo aspecto dessa formação consistirá numa formação da consciência política para preparar os cristãos leigos ao exercício do poder político. Devem eles, com efeito, adquirir um conhecimento de qualidade da doutrina e da acção pastoral da Igreja no campo social e um vivo interesse pelas questões sociais do nosso tempo”⁴¹¹.

Assim, justifica-se a escolha do desafio da vivência da reconciliação no seio da nossa Igreja diocesana de Cabinda para a promoção da paz e da defesa da justiça. O novo processo da inculturação, em Cabinda, não pode passar ao lado desta realidade e deve colocá-la na sua agenda pastoral como prioridade das prioridades porque como alerta Bento XVI: “A paz dos homens, que se obtenha sem justiça, é ilusória e efémera: A justiça dos homens, que não tenha a sua fonte na reconciliação, através da verdade na caridade (cf. Ef 4,15), permanece incompleta; não é autêntica justiça”⁴¹². Por isso, para não minarmos a credibilidade da nossa Igreja ouçamos o desafio do mesmo Papa lançado à Igreja de África:

“O rosto que assume hoje a evangelização é o da reconciliação, condição indispensável para instaurar em África relações de justiça entre os homens e para construir uma paz equitativa e duradoura no respeito de cada indivíduo e de todos os povos; uma paz que (...) se abre à contribuição de todas as pessoas de boa vontade, independentemente das respectivas afiliações religiosas, étnicas, linguísticas culturais e sociais”⁴¹³.

⁴¹⁰ AM 41.

⁴¹¹ *Lineamenta* 60.

⁴¹² AM 18.

⁴¹³ Am 174.

4.2. Os desafios apontados por Bento XVI

Falando aos Bispos de Angola e São Tomé e Príncipe, no dia 29 de Outubro de 2012 por ocasião da visita *ad limina*⁴¹⁴, o Papa descreveu o drama da vivência da fé nesses dois países desta forma:

“Na verdade, os cristãos respiram o espírito do seu tempo e sofrem a pressão dos costumes da sociedade em que vivem; mas, pela graça do Baptismo, são chamados a renunciar às tendências nocivas imperantes e a caminhar contra-corrente guiados pelo espírito das Bem-aventuranças. Nesta linha, queria abordar três escolhos, onde naufraga a vontade de muitos santomenses e angolanos que aderiram a Cristo”⁴¹⁵.

São esses três escolhos do Papa que nós chamámos de desafios do segundo pote:

4.2.1. O “amigamento”

É chamado na linguagem comum o “juntar-se” ou o “viver junto”, isto é, o homem e mulher decidem iniciar a sua vida conjugal sem compromisso com o sacramento do matrimónio e, em muitos casos, nem vínculo civil, nem conforme à tradição⁴¹⁶. O Papa reconheceu que esta forma de viver contradiz o plano de Deus para a geração e a família humana e a sua consequência visível é o reduzido número de matrimónios católicos com impacto sobre a família, cujo valor insubstituível para a estabilidade do edifício social é conhecido. Não há dúvida que esta é a vida de muitos dos cristãos em Cabinda e basta olhar as estatísticas sobre o sacramento do matrimónio. As razões para não celebrar o matrimónio são de todas as ordens: tradicional, familiar, económica, social, mas menos religiosa. Perante este desafio, o Papa pediu aos bispos: “Ajudai os casais a adquirir a maturidade humana e espiritual necessária para assumirem de modo responsável a sua missão de esposos e pais cristãos, recordando-lhes que o seu amor esponsal deve ser único e indissolúvel como a aliança entre Cristo e a sua Igreja. Este tesouro precioso deve ser salvaguardado, custe o que custar”⁴¹⁷. A

⁴¹⁴ Cf. Bento XVI, “Discurso aos Bispos de Angola e São Tomé em visita ad limina”, 29 de Outubro de 2011.

⁴¹⁵ Ibidem.

⁴¹⁶ Em África e em particular em Cabinda, o casamento tem três etapas ou três maneiras de ser celebrado: casamento tradicional ao nível de família, isto é, a família do marido entrega o alambamento à família da mulher para oficializar o casamento; casamento pela conservatória comumente chamado casamento civil e casamento pela Igreja. Hoje, muitos não fazem nem um nem outro casamento e talvez limitam-se a fazer só o tradicional. O que pode ser considerado oficial ou de um verdadeiro casamento é quando as três etapas do casamento são cumpridas.

⁴¹⁷ “Discurso aos Bispos de Angola e São Tomé em visita ad limina”, cit.

CEAST respondeu dedicando um ano à família. Será que o facto de dedicar um ano à família é suficiente? O que é que foi feito para ajudar esses casais do “amigamento” a ter maturidade humana e espiritual necessária como pediu o Papa?

4.2.2. A duplicidade de vida

É o facto de haver muitos cristãos com coração ainda dividido entre o cristianismo e as religiões tradicionais africanas, isto é, aflitos com os problemas da vida, não hesitam em recorrer a práticas incompatíveis com o seguimento de Cristo (cf. Catecismo da Igreja Católica, 2117). Este modo de viver manifesta-se com frequência na prática de feitiçaria que tem o efeito abominável na marginalização e mesmo no assassinato de crianças e idosos, e que são acusados por falsos ditames de serem feiticeiros. Também os Bispos da CEAST abordaram com grande preocupação a mesma realidade de duplicidade de vida numa carta pastoral nesses termos:

“Entre as questões ligadas à nossa missão pastoral e às prementes necessidades do rebanho que Jesus Cristo nos confiou, figurou a abordagem da problemática da feitiçaria e das suas implicações na vida eclesial. Como todos sabem, a feitiçaria é um problema que vem de longe. Mas em nossos dias, ganhou proporções tão grandes que perturba a vida dos cristãos, destrói os laços familiares e afecta as relações entre as pessoas. Não raras vezes, vai ao ponto de até perturbar a ordem pública, devido à prática da justiça privada. De facto, a feitiçaria perturba a vida dos cristãos, porque está intimamente ligada ao diabo, o qual os tenta a praticar uma religião falsa”⁴¹⁸.

Este flagelo, tão sentido em todas as camadas da sociedade, mesmo nos chamados intelectuais, tem consequências graves na vida das pessoas como sublinhado pelos Bispos da CEAST:

“As consequências são evidentes. Uma vez que se troca Deus pelo dinheiro, a imagem de Deus, que é a pessoa humana, fica tratada da mesma maneira, e é trocada pelos bens materiais. E como se isso não bastasse, o feiticeiro não hesitará em sacrificar a vida dos outros, mesmo sem excluir a dos seus familiares. Realmente, quando atinge o ponto extremo, a tentação para os bens materiais torna-se assassina. A feitiçaria está ligada à soberba da vida, à grandeza isolada e cheia de presunção, e não admite outra grandeza além da própria (...). Feitiçaria e procura do domínio absoluto sobre os outros caminham de mãos dadas”⁴¹⁹.

E prosseguem sustentando:

“Finalmente a feitiçaria usa dos adivinhos e de envenenamento. Perante o problema do mal, nomeadamente o da morte; diante de acontecimentos cujas causas se desconhecem,

⁴¹⁸ Conselho Permanente da CEAST, “Nota pastoral sobre a feitiçaria”, 21 de Novembro de 2012. In: <http://www.ceastangola.org>.

⁴¹⁹ Ibidem.

a feitiçaria recorre aos adivinhos; estes constituem uma fonte inesgotável de crimes de vária espécie; têm como ponto central a mentira e a calúnia, os quais conduzem à destruição moral e física de inocentes, mesmo de crianças e até dos próprios filhos. Há envenenamentos que se fazem às escondidas e outros há que se realizam publicamente. Os envenenamentos públicos obedecem a uma cerimónia com que se finge descobrir o responsável de um crime passível de morte, constrangendo-o a ingerir o veneno em quantidade mortífera. Tal envenenamento possui diferentes nomes, segundo a diversidade das nossas línguas (...)"⁴²⁰.

Perante este flagelo, Bento XVI tinha exigido a responsabilidade dos Pastores: "Lembrados de que a vida humana é sagrada em todas as suas fases e situações, continuai, queridos Bispos, a levantar a vossa voz a favor das suas vítimas"⁴²¹. Contudo, o Papa adverte:

"Tratando-se dum problema regional, convinha um esforço conjunto das comunidades eclesiais provadas por esta calamidade, procurando determinar o significado profundo de tais práticas, identificar os riscos pastorais e sociais por elas veiculados e chegar a um método que conduza à sua definitiva erradicação, com a colaboração dos governos e da sociedade civil"⁴²².

E a maneira de combater escolhida pela CEAST foi punir com interdição ou suspensão temporárias todos aqueles fiéis leigos, religiosos e religiosas e sacerdotes que recorrem e fomentam a prática da feitiçaria⁴²³.

Também por atingir os intelectuais, sacerdotes e religiosos, o flagelo da feitiçaria deve ser encerrado com muita seriedade e grande sentido de responsabilidade pastoral. Os castigos e as ameaças não são respostas pastorais e não se enquadram na advertência do Santo Padre. Desta forma, nunca podem ser consideradas como solução ao problema profundo de feitiçaria que exige um estudo aprofundado das ciências humanas, capaz de encontrar soluções pastorais para a sua definitiva erradicação, como o Papa pediu. Este estudo aprofundado exigido pelo Santo Padre deve ter em conta a particularidade de cada área geográfica. Por exemplo, em Cabinda o flagelo da feitiçaria é mais no sentido de protecção, de sorte, de tratamento, de maldade e não de envenenamento, como no Sul de Angola.

⁴²⁰ Ibidem.

⁴²¹ "Discurso aos Bispos de Angola e São Tomé e Príncipe em Visita *ad limina*", cit.

⁴²² Ibidem.

⁴²³ Cf. CEAST, "Nota pastoral sobre a feitiçaria", cit.

4.2.3. O tribalismo

Por último, o Papa aponta o dedo ao tribalismo: “Queria referir os resquícios de tribalismo étnico palpáveis nas atitudes de comunidades que tendem a fechar-se, não aceitando pessoas originárias doutras partes da nação. Não deve haver lugar para qualquer tipo de divisão na Igreja”⁴²⁴. Infelizmente, em Cabinda, muitas vezes, este tribalismo é fomentado pelos responsáveis eclesiais e políticos. De facto, negar este fenómeno de dividir o Norte e Sul ou Centro e Leste, isto é, a divisão entre Ba Oyo e Ba Yombe e Ba Sundi é nocivo para evangelização, porque é uma realidade vivida e assumida.

Mas encará-la como flagelo a combater deve ser considerado um desafio pastoral como apontou o Papa João Paulo II:

“Outro desafio, evidenciado pelos Padres Sinodais, refere-se às diversas formas de divisão, que se hão-de resolver com a prática sincera do diálogo. Justamente foi assinalado que a coexistência de grupos étnicos, tradições, línguas e mesmo religiões diversas, dentro das fronteiras herdadas das potências coloniais, encontra frequentemente obstáculos, devido a graves hostilidades recíprocas. ‘As oposições tribais põem por vezes em perigo se não a paz, pelo menos a consecução do bem comum da sociedade no seu conjunto, e criam também dificuldades para a vida das Igrejas e o acolhimento dos Pastores de outras etnias’. Eis porque a Igreja em África se sente interpelada pelo preciso dever de reduzir tais fracturas”⁴²⁵.

E, citando João Paulo II, Bento XVI recomendou aos Bispos da CEAST “fazer da Igreja a casa e a escola da comunhão: eis o grande desafio que nos espera no milénio que começa, se quisermos ser fiéis ao desígnio de Deus e corresponder às expectativas mais profundas do mundo”⁴²⁶. E acrescentou: “Ao redor do altar, reúnem-se homens e mulheres de tribos, línguas e nações diversas, que, partilhando o mesmo corpo e sangue de Jesus-Eucaristia, se tornam irmãos e irmãs verdadeiramente consanguíneos (cf. Rm 8,29). Este vínculo de fraternidade é mais forte do que o das nossas famílias terrenas e o das vossas tribos”⁴²⁷. A nossa pastoral e a nossa catequese devem transmitir este vínculo de fraternidade como uma luta contra todo o espírito de tribalismo.

Não podemos esconder que Cabinda vive esses flagelos. Por ordem de gravidade o “amigamento” ocuparia o primeiro lugar. Muitos dos nossos cristãos vivem nessas condições, o que justifica o declínio do sacramento do matrimónio. Deste modo,

⁴²⁴ “Discurso já citado aos Bispos de Angola e São Tomé e Príncipe em Visita *ad limina*”, cit.

⁴²⁵ EA 49.

⁴²⁶ “Discurso aos Bispos de Angola e São Tomé e Príncipe em Visita *ad limina*”, cit.

⁴²⁷ *Ibidem*.

apresenta-se mesmo como um verdadeiro desafio para a nossa diocese. É preciso pensar uma catequese e uma pastoral e criar estruturas para a sua concretização. A feitiçaria e o tribalismo não podem ser ignorados e devem ser enfrentados com realismo na base de programas apropriados de formação direccionados nesta matéria como na criação de estruturas de convivência e de partilha em movimentos de apostolado ou em pequenas comunidades cristãs dos bairros para melhor chegar à dimensão paroquial e diocesana. Desta forma, lutar contra o “amigamento”, o tribalismo e a prática de feitiçaria deve ser encarrado como um desafio pastoral de primeira linha em Cabinda.

4.3. Outros desafios

A esses desafios já apresentados podemos acrescentar: a proliferação de seitas, a doença, a globalização, a ecologia como fazendo parte do terceiro pote dos novos desafios da inculturação em Cabinda.

4.3.1. A proliferação das seitas

A situação das seitas é dramática e preocupante. Por isso, deve constar nas prioridades das políticas pastorais da diocese sob pena de continuarmos a perder os nossos crentes como tem acontecido nesses últimos anos. Os dados que nos foram oferecidos pelo Secretariado da Cultura em Cabinda⁴²⁸ são alarmantes e exigem da parte da Igreja uma profunda reflexão e uma resposta pastoral adequada.

É verdade que o fenómeno das seitas é universal, vivido em todos os cantos do mundo, cada um com as suas particularidades. Contudo, este fenómeno é mesmo complexo e a sua confusão terminológica é grande, tendo em conta a diversidade de termos utilizados para o identificar, tais como “Igrejas”, “Cultos” (frequente nos países anglo-saxónicos), “Novas seitas” (em França), “Novas espiritualidades”, “Grupos”, “Novas religiões”, “Movimentos religiosos”, este último o preferido pelo Vaticano⁴²⁹ para tirar a carga pejorativa que pesa sobre o termo “seitas”. Bernos reconhece que mesmo a terminologia utilizada nos documentos do Vaticano é ambígua porque apresenta o risco de confundir as novas expressões duma religiosidade das crenças

⁴²⁸ Apresentaremos esses dados na segunda parte deste estudo no capítulo consagrado à situação religiosa em Cabinda.

⁴²⁹ Cf. Vernete (Org.), Dans Les sectes et l'Église catholique. Le document romain, nouv. éd. revue, Cerf, Paris, 1994.

estabelecidas, que devem ser respeitadas em nome da liberdade religiosa, e o desenvolvimento de associações totalitárias e coercitivas⁴³⁰. Quanto a nós optamos pelo termo “seita”, comumente utilizado em Cabinda para falar desta realidade e utilizá-lo-emos sem tendência pejorativa mas, pelo contrário, como representação de um fenómeno que interpela a nossa Igreja diocesana e que exige dela uma reposta pastoral.

Vernette reconhece a dificuldade de classificar as seitas em grupos ou famílias, segundo os seus traços específicos, e conclui que toda a classificação é já frágil, tendo em conta a sua estrutura genérica. Este autor faz a sua distinção na base de uma tipologia descritiva clássica desta forma⁴³¹:

- Os movimentos de despertar
- Os milenarismos
- As religiões sincretistas
- As religiões orientais

Por seu lado, o sociólogo Bryan apresenta a sua classificação na base duma tipologia específica⁴³²:

- Seitas “conversionistas”: aquelas que propõem a via da conversão interior e pessoal;
- Seitas “revolucionárias”: as que se organizam na convicção de que o mundo vai ser transformado por uma intervenção directa de Deus;
- Seitas “introversionistas” que procuram a salvação em uma recessão sobre a comunidade religiosa, depois duma ruptura total com a sociedade corrupta;
- Seitas “manipuladoras” que procuram meios sobrenaturais e ocultos ou técnicas puramente humanas para adquirirem a salvação;
- Seitas “taumatúrgicas” que esperam a salvação, a saúde da mão miraculosa de Deus;
- Seitas “reformistas” que propõem uma reforma do mundo pela reforma voluntária da consciência;
- Seitas “utopistas” propõem a reconstrução da sociedade a partir dos únicos princípios religiosos.

⁴³⁰ Cf. Bernos, M, “L’Eglise catholique et les sectes à la fin du XX^e siècle”. In: <http://rives.revues.org>. Acesso a 11/04/2013.

⁴³¹ Vernet, J., “Le foisonnement des sectes”: In: NRT 103/ 8 (1981)648-649.

⁴³² Cf. Citado por Vernet, art. cit., p. 648-849.

E olhando para a realidade africana, Santedi classifica as seitas em três grupos⁴³³:

- Seitas e movimentos espiritualistas importados, de carácter esotérico, iniciático e salvífico;
- O renascimento das religiões ancestrais e sociedades secretas tradicionais;
- Igrejas e seitas mais ou menos sincretistas fundadas pelos africanos no seio do cristianismo universal.

Todas essas classificações estão mais em função dos objectivos assumidos por cada seita e ajudam a compreender a sua natureza. Mas, duma maneira geral, Bernos resume os comportamentos distintivos comuns das seitas desta forma:

“São, na maior parte, autoritárias na sua estrutura; utilizam uma certa lavagem de cérebro e um controlo mental; mantêm uma colectiva contraente e inspiram sentimentos de culpabilidade e de medo e com consequências nefastas sobre a vida das pessoas, criando a desestabilização mental, o carácter exorbitante das exigências financeiras, a ruptura induta com o ambiente de origem, ataques à integridade física, arregimentação das crianças”⁴³⁴.

Quanto às causas da sua proliferação, Santedi situa-as a dois níveis: A industrialização (urbanização) das sociedades tradicionais africanos pós-coloniais e a forma da evangelização desenvolvida em África⁴³⁵. E justifica a sua posição:

“Por um lado, as pessoas estão perturbadas, porque surpreendidas num circuito onde estão apertados por uma série de problemas enquanto perderam o suporte comunitário do clã, as suas unidades sociais da vida colectiva, sinónimas de refúgio e de paz. No seio duma sociedade de anonimato, a distância mata, marginaliza, dá medo, enquanto a proximidade dá segurança, tranquiliza e anima. As pessoas não querem carregar sozinhas as interrogações, os problemas de existência. Procuram uma estrutura que traz a saúde das relações inter-humanas e ajuda engajar a sua dedicação ao serviço da felicidade que elas anseiam (...). Por outro lado, o cristianismo pintado de ultra racionalismo não conseguiu, depois de ter dessacralizado a África, responder às questões existenciais dos seus habitantes. Daí vem a decepção, até a irritação e revolta dos povos desencantados”⁴³⁶.

⁴³³ Cf. Santedi, L.K., *Les défis de l'évangélisation dans l'Afrique contemporaine*, Kathala, 2005, p. 29.

⁴³⁴ Art. cit., p. 3 (nossa tradução).

⁴³⁵ Cf. Op. cit., p. 30-31.

⁴³⁶ Ibidem, p. 30 (nossa tradução). Também o Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso, a Congregação para a Evangelização dos Povos e os Pontifícios Conselhos para a Promoção da Unidade dos Cristãos e para a Cultura estudam juntos o fenómeno dos Novos Movimentos Religiosos. Desde 1986, ano em que foi publicado o breve relatório provisório, intitulado “O fenómeno das seitas e novos movimentos religiosos: um desafio pastoral”, resultado de um questionário enviado dois anos antes às Conferências Episcopais, os Dicastérios mencionados continuaram o trabalho de reflexão publicando uma antologia de textos da Igreja Católica (1986-1994) sobre Novos Movimentos Religiosos, intitulado “As seitas e os novos movimentos religiosos: textos da Igreja Católica (1986-1994) “.

Eboussi Boulaga alinha: “Os africanos abandonam as Igrejas missionárias e o cristianismo burguês por causa do vazio de amor descoberto nos seus corações e querem fundar as Igrejas em termos de comunhão, de entreajuda, reconhecimento mútuo”⁴³⁷. Também Nyeme Tese corrobora: “Os africanos estão insatisfeitos com as doutrinas, ritos e práticas das nossas Igrejas e procuram crer e viver a fé doutra maneira”⁴³⁸.

Por seu lado, o relatório do Vaticano aponta nove razões para o florescimento das seitas⁴³⁹:

- **a procura de pertença** (o sentido da comunidade): é hoje uma ideia banal, mas verificada pelos factos de que muita gente sofre da destruição das comunidades tradicionais, começando pelo lar familiar e as pessoas sentem a necessidade de reencontro, de partilha, de comunidade, de calor, de solidariedade e de segurança. A seita traz uma maneira de ressocialização dos indivíduos marginalizados.

- **a procura de resposta às questões existenciais**: a seita oferece respostas simples às questões complicadas, das versões simplificadas de verdades e valores tradicionais, uma teologia pragmática e frequentemente sincretista, com directivas bem definidas, confortadas frequentemente por uma “nova revelação”.

- **a procura da integridade**: muita gente parece não se conformar nem com eles mesmos nem com os outros. Feridos pelos seus parentes, seus formadores, a Igreja ou a sociedade, sentem-se excluídos e aspiram a uma visão religiosa que harmonize o seu ser, um culto que faça bem tanto ao corpo como à alma. Ou seja, querem ser curados, desejo particularmente vivo em África, talvez por causa dum forte esforço dos marabus, feiticeiros e curandeiros.

- **a procura de identidade cultural**: os pais do Terceiro Mundo guardam sempre uma forte ligação à sua herança religiosa e à sua cultura ancestral. Assim as seitas dão-lhes um lugar, uma espontaneidade e um estilo de participação, estranhos à tradição ocidental.

- **a necessidade de ser reconhecido, de ser especial**: as grandes paróquias ou congregações, sobretudo lá onde reina ainda um certo clericalismo, não permitem ao fiel sair do seu anonimato e afirmar as suas potencialidades. As seitas, pelo contrário, parecem dar ao indivíduo uma atenção pessoal, elas dão-lhe a impressão de pertencer a

⁴³⁷ Citado por Santedi, *Les défis de l'évangélisation dans l'Afrique contemporaine*, p. 31.

⁴³⁸ Citado por Ibidem, p. 31.

⁴³⁹ Citado por Ibidem, p. 5.

uma elite e oferecem-lhe a possibilidade de aceder a um ministério, mesmo de participar na direcção do movimento.

- **a procura da transcendência:** a necessidade de encontrar respostas às perguntas últimas da vida, um sentido do mistério, um interesse para o profetismo e os efeitos do espírito parecem mais imediatamente satisfeitos pelas seitas, enquanto a Igreja continua a ignorar as riquezas da tradição mística e a insistir muito, unicamente, sobre as questões morais e institucionais.

- **a necessidade de direcção espiritual:** o lugar do guru é suficientemente conhecido, não somente no seu papel de acompanhamento espiritual, mas também pela sua presença carismática que pode levar a uma devoção quase histórica.

- **a necessidade de visão de futuro** e sobretudo de esperança de uma “nova era” harmoniosa num mundo sem violências e medo da destruição.

- **a necessidade de participação e de engajamento:** esta sociedade futura, muitos querem participar da sua realização e esta é concebida como uma verdadeira “missão”. Desta forma, a seita ajuda as pessoas a reinterpretar a sua experiência de vida num sistema abrangente instituindo-se como a “boa nova” num mundo caótico e ameaçado.

Este relatório do Vaticano sublinha que o sucesso das seitas está também ligado às suas técnicas de recrutamento sempre muito sofisticadas:

“É um verdadeiro teatro para atrair as pessoas, particularmente as mais frágeis: jovens, pessoas de idade ou em crise, inconscientes da natureza da manipulação mental, são mais afectadas. A adesão é feita com métodos de formação que fazem diminuir a vigilância responsável. Começam por uma abordagem ‘de atractivo positivo’, tal como o ‘teste de personalidade’. Em muitos casos, é exigido um abandono total do crente ao fundador ou ao líder. Para isso, é separado da sua família, rompe com o seu ambiente e seu passado, é isolado de toda a informação exterior (nem jornais, nem radio, nem televisão). Chegam, às vezes, à alteração da consciência pelo ‘bombardeamento intelectual’ a partir de clichés, impedindo todo espírito crítico. Mantêm os recrutados numa ocupação contínua, baixa sua resistência pela exortação, pela lisonja e pelo medo. Obtêm ao mesmo tempo uma exaltação pessoal e uma submissão às directivas do mentor que, no caso de ‘seitas cristãs’, vai até a substituir-se a Cristo, sob pretexto ou caução divina”⁴⁴⁰.

E, apesar de tudo isto, Bernos conclui, ao analisar este relatório do Vaticano, que ele procede a um exame lúcido, sem mascarar os erros e as responsabilidades do cristianismo em geral e da Igreja romana em particular na explosão das seitas que

⁴⁴⁰ Citado por Santedi, op. cit., p. 6.

aparecem, em primeiro lugar, como protesto e conseguem, habitualmente, lá onde a sociedade ou a Igreja não conseguiram oferecer respostas às intenções ou aos desejos das pessoas⁴⁴¹.

Para Santedi, as seitas, em África como no resto do mundo, parecem veicular o melhor e o pior: “Por um lado, uma fraternidade e uma solidariedade reais e, por outro lado, uma intolerância e uma exploração vergonhosas, um pietismo naïve, um fundamentalismo corrosivo, um obscurantismo tenaz”⁴⁴². Mas, o mesmo autor não deixa de salientar que as seitas, com as suas múltiplas ramificações, lembram às Igrejas oficiais a insuficiência de muitas das suas respostas, muitas vezes abstractas, face aos problemas concretos e existenciais dos homens⁴⁴³. Também Vernet alinha e considera que o regresso ao sentimento religioso, a necessidade do místico e o sentido do sagrado são pontos positivos a louvar. Mas também, as seitas são causas de confusão, como de patologia, é preciso saber discernir⁴⁴⁴. Por isso, a Igreja não deve só preocupar-se em condenar o negativo nas seitas, mas deve ter a humildade de aproveitar o positivo.

De facto, Santedi considera que o sucesso da acção pastoral das seitas encontra-se na sua capacidade para estar atentas, ao mesmo tempo, às aspirações do homem africano e às exigências do Evangelho⁴⁴⁵. Deste modo, sustenta Mgr Ngoyi:

“Face a este desafio que vem das seitas, é preciso prestar atenção aos fenómenos difíceis de identificar ou definir mas que têm um impacto sério na vida quotidiana de muitos africanos, mesmo dos baptizados e praticantes. É, por exemplo, a questão dos fenómenos da bruxaria, da magia, do papel dos espíritos e de mortos. A Igreja não pode pura e simplesmente ignorar essas realidades ou contentar-se em taxá-las de vãs crenças. Ela deve, à luz do Evangelho e da lei cristã, dar uma resposta válida aos homens e mulheres que consideram essas crenças”⁴⁴⁶.

Na segunda Assembleia Sinodal para a África, o problema foi abordado e o Papa Bento XVI fez o seu eco desta forma:

“Numerosos movimentos sincréticos e seitas surgiram na África durante os últimos decénios. Por vezes não é fácil discernir se são de inspiração autenticamente cristã ou simplesmente fruto de um entusiasmo por um líder, com pretensão de possuir dons excepcionais. A sua denominação e o seu vocabulário prestam-se facilmente à confusão e podem enganar fiéis de boa fé. Aproveitando-se de estruturas estatais ainda não estáveis, do desmoronamento das solidariedades familiares tradicionais e duma

⁴⁴¹ Cf. *L'Eglise catholique et les sectes à la fin du XX^e siècle*, p. 2.

⁴⁴² Ibidem, p. 35.

⁴⁴³ Cf. Ibidem, p. 36.

⁴⁴⁴ Cf. Art. cit., p. 644-645.

⁴⁴⁵ Cf. Ibidem, p. 32.

⁴⁴⁶ Citado por Santedi, op. cit., p. 34.

catequese insuficiente, essas numerosas seitas exploram a credulidade e oferecem uma caução religiosa a crenças. Destroem a paz dos casais e das famílias, por causa de falsas profecias ou visões. Seduzem mesmo responsáveis políticos”⁴⁴⁷.

O Papa reconhece, como uma das causas da proliferação das seitas em África, a insuficiência da nossa catequese não só no seu conteúdo mas também na sua metodologia por não responder às questões existenciais dos povos a evangelizar. Por exemplo em Cabinda, o método e o conteúdo da catequese são ainda do tempo da colonização e da teologia da salvação das almas.

Recentemente, os Bispos de Angola e São Tomé Príncipe reunidos na Primeira Assembleia ordinária deste ano, no Bié, pronunciaram-se também sobre o impacto negativo da proliferação das seitas:

“Assistimos hoje, no nosso país, a uma grande proliferação de seitas. Muitas delas proclamam-se autoras de milagres, abusando da boa-fé e da religiosidade popular das nossas gentes, a fim de propagarem falsas doutrinas e, tantas vezes, promotoras de intrigas e de divisões. Já há famílias que não podem comer juntas, porque alguns dos seus membros são considerados infiéis, embora a natureza e a história os tenham ligado por laços indeléveis. E se isto continuar, seremos levados a perguntar: *Quo vadis, mater Angola* – para onde vais, Mãe Angola? Outras até, são religiões de cariz inimigo, programaticamente adversas à Cruz de Cristo, Único Redentor do mundo; utilizando recursos financeiros, elas procuram impor alguns dos seus contravalores em relação à nossa tradição e à nossa identidade cristãs. Estejamos atentos!”⁴⁴⁸

Infelizmente, os nossos Bispos não assumiram a *mea culpa* dos métodos e conteúdos da evangelização como fez Bento XVI. Tentaram atribuir as causas da proliferação aos factores externos. Porém, a verdade é que os católicos, nomeadamente os que têm funções pastorais, temos de reconhecer a nossa parte de responsabilidade, porque o fenómeno das seitas é uma séria interrogação do nosso modo de evangelizar que não responde aos anseios dos nossos baptizados. Vendo este fenómeno desta maneira é fazer dele um desafio da inculturação para anunciar Jesus Ressuscitado como Salvador de todas as formas de opressão e agressão.

⁴⁴⁷ AM 91.

⁴⁴⁸ “A Igreja ao serviço da vida”, Mensagem pastoral, 1ª Plenária 2013 dos Bispos Católicos de Angola e S. Tomé e Príncipe, Carta Pastoral de 2 de Março de 2013, in: <http://ceastangola.org>. Falando de autoras de milagres como afirmaram os Bispos é de referir o caso de 16 mortos numa vigília organizada pela Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) em Luanda designada “Vigília da Virada - Dia do Fim” no Estádio da Cidadela, com a capacidade para 70 mil pessoas mas apareceram mais de 250 mil em consequência de esmagamento e asfixia provocados pela grande afluência de populares na noite de 31 de Dezembro (Cf. Notícia do Expresso in <http://expresso.sapo.pt>). As actividades desta Igreja foram suspensas mas em Março a suspensão foi levantada. Sem exagero, muitas dessas pessoas deviam ser católicas, vindas até das províncias e foram por acreditar na propaganda de que Jesus, naquela noite, ia acabar com todos os sofrimentos. Foi mera propaganda de promessas falsas em nome de Jesus mas que custou a vida das pessoas inocentes porque havia crianças nas vítimas.

De facto, muitas das seitas existentes na província de Cabinda encaixam-se nas classificações com as características e consequências graves nas vidas das pessoas aqui sublinhadas. A divisão das famílias parece tornar-se, hoje, numa consequência normal de quem adere às seitas. A acusação dos pais ou dos parentes como causas das desgraças é muito frequente e obriga a um afastamento total da família e ao refúgio na seita. Por isso, o quadro da realidade deste fenómeno em Cabinda é mesmo um drama para muitas pessoas e muitas famílias. Eis porque deve ser considerado como um sério desafio que exige uma reflexão e uma acção apropriadas, como aconselha Santedi: “É preciso renunciar ao bom senso para não reflectir sobre este assunto”⁴⁴⁹ porque “o número elevado destas seitas e movimentos independentes revela uma grande inquietação religiosa junto das populações”⁴⁵⁰.

Para enfrentar este desafio, o Papa Bento XVI alerta:

“A teologia e a pastoral da Igreja devem individualizar as causas deste fenómeno, não só para deter ‘a hemorragia’ dos fiéis que trocam as paróquias por elas, mas também para estabelecer as bases duma condigna resposta pastoral à atracção que estes movimentos e seitas exercem sobre aqueles. Por outras palavras, é previsto evangelizar em profundidade a alma africana”⁴⁵¹.

Aliás, adverte Vernet: “As explicações de tipo sociológico, psicológico, político são esclarecedoras mas não podem sozinhas esclarecer um fenómeno sectário na religião. Este deve ser apreendido segundo a sua própria modalidade à escala especificamente religiosa”⁴⁵². E acrescenta: “Ele questiona as nossas Igrejas e exige, em consequência, uma análise de ordem teológica: não se pode contentar com as explicações correntes, um pouco reductoras”⁴⁵³. Por isso, o fenómeno da proliferação das seitas deve ser encarado como um desafio da inculturação e a sua resposta deve ser pastoral.

⁴⁴⁹ Les défis de l'évangélisation dans l'Afrique contemporaine, p. 30 (nossa tradução).

⁴⁵⁰ Ibidem, p. 30.

⁴⁵¹ AM 91.

⁴⁵² Art. cit., p. 641 (nossa tradução).

⁴⁵³ Ibidem, p. 641.

4.3.2. A doença e a cura espiritual

O problema da doença fez surgir nos anos noventa em Cabinda as chamadas “Células de oração”⁴⁵⁴, um fenómeno que exige um estudo aprofundado porque é um sério desafio à nossa pastoral dos doentes. Seria um erro pastoral grave interpretar este fenómeno como uma solução encontrada face à falta das condições e recursos nos hospitais locais. Mas, como explicar os casos das pessoas com recursos financeiros suficientes para serem tratadas nas clínicas modernas e sofisticadas que, hoje, Cabinda ou Luanda têm ou que podiam ir tratar-se fora do país mas que preferem internar-se nas “Células de oração”?

Hoje florescem em Cabinda as “Células de oração”, e podemos considerá-las uma resposta da inculturação espontânea ou uma tentativa de resposta ao vazio (ou omissão) da Igreja perante o problema da doença. Os padres “curandeiros” fazem sucesso porque são os mais procurados pela multidão. Também muitos outros cristãos não hesitam em frequentar outros lugares de cura com o único objectivo de se libertarem das múltiplas formas de doenças pela cura tradicional ou uma terapia cristã ou doutra igreja. Assim sendo, os cristãos passam de igreja em igreja, de seita em seita, de célula de oração em célula de oração, à procura de cura, de sorte e de protecção.

Perante esta realidade, segundo Santedi,

“estamos na presença dum desejo que consagra a expressão de ‘darwismo espiritual’, tão pouco para que seja qualificado este fenómeno das nossas sociedades. As pessoas lutam para se manter em vida. Para este objectivo, tudo é possível e o essencial é curar-se, estar vivo, pouco importa a Igreja onde este benefício é adquirido”⁴⁵⁵.

Já os Bispos da SCEAM tinham manifestado a sua preocupação na 7ª Assembleia plenária realizada em Julho de 1984 em Kinshasa nesses termos: “Em África, estamos cada vez preocupados com problemas sociais. A questão número um,

⁴⁵⁴ É um grupo de pessoas que se reúne para orar pelos doentes, fundado por um líder carismático (mulher ou homem) que diz ter tido o dom da cura. Esses grupos (na sua maioria) internam os doentes. Neste momento, não se sabe o número exacto. Mas há muitos desses grupos nos bairros como nas aldeias em Cabinda e deviam merecer um estudo aprofundado por não serem só uma preocupação pastoral mas também sanitária porque está também em causa a saúde pública. As pessoas doentes e os seus acompanhantes estão internados sem condições higiénicas mínimas e muitas vezes encaminhadas para o hospital nos últimos, sem possibilidade de sobrevivência.

⁴⁵⁵ Ibidem, p. 35.

antes do problema da família e da segurança, é a saúde. Que resposta podemos dar à inquietação geral neste domínio?”⁴⁵⁶

Santedi encontra a causa da proliferação deste fenómeno na discordância entre o ideal sócio-cultural e a nossa prática pastoral⁴⁵⁷. Por seu lado, Kumbu acrescenta esta causa: a persistência das crenças ligadas à bruxaria como explicação cultural, dos fracassos profissionais ou afectivos e mesmo o reaparecimento de outras práticas conexas, tais como a pauperização e a marginalização duma parte importante da população africana em relação ao sistema educativo e sanitário moderno, a influência dos movimentos político-religiosos de inspiração tradicional retransmitida pelas seitas e Igrejas africanas independentes, a complexidade dos média africanos e certos órgãos do Estado na difusão dessas crenças tradicionais⁴⁵⁸.

Buetubela Balembo lamenta que o tema da “doença” seja a grande ausência nos tratados teológicos e mesmo das cogitações dos filósofos, apesar de impor-se como uma realidade omnipresente nas nossas sociedades africanas⁴⁵⁹. Não dar importância a este tema ou esquecer o seu impacto na vida das pessoas é a prova de não conhecer as pessoas a evangelizar porque

“não se pode separar da evangelização esta dimensão importante da vida porque os factos disponíveis para a leitura são deploráveis e que há manipulação dos dados da fé, uma atenção exagerada dos fiéis, esses sim, são muitas vezes tentados a considerar a doença mais como um absoluto do que um elemento de que o Senhor pode servir-se para cumprir a salvação”⁴⁶⁰.

Face a este desafio, Santedi alerta:

“Por um lado, pretender ignorar este facto massivo, é fazer prova de hipocrisia, de inconsciência ou de cinismo, mesmo evocando o racionalismo ou os progressos da psicanálise ou da medicina moderna em geral. E para os pregadores cristãos africanos, é mais a prova de não conhecimento da natureza dos povos a evangelizar. Por outro lado, estimamos que não se pode deixar esta pastoral ao livre arbítrio de alguns pastores que, infelizmente, e ávidos de jogar aos gurus ou aos agentes do maravilhoso, se apressam

⁴⁵⁶ SCEAM, L'Eglise et la promotion humaine en Afrique aujourd'hui. Exhortation Pastorale des Evêques d'Afrique et Madagascar, n° 115, Kinshasa, Secretariat de SCEAM, 1985, p. 32.

⁴⁵⁷ Cf. Op. cit., p. 35 (nossa tradução)..

⁴⁵⁸ Cf. Kumbu, E., “Chrétiens d'Afrique devant la maladie et la souffrance. Une alternative à la sorcellerie”, in La pratique de la théologie au Congo-Kinshasa d'une generation à une autre. Melanges à l'honneur de Professeur Van Bulen, L. de Saint Moulin et Ntedika Konde, FCK, Kinshasa, 2001, p. 210-211 (nossa tradução).

⁴⁵⁹ Cf. Citado por Santedi, Les défis de l'évangélisation dans l'Afrique contemporaine, p. 36-37 (nossa tradução).

⁴⁶⁰ Santedi, op. cit., p. 37.

perante todo o caso de sofrimento a proceder indistintamente às práticas intermináveis de libertação e de oração de cura, senão de exorcismo”⁴⁶¹.

Para contrariar esta confusão e evitar que o ministério de doentes se faça na improvisação e anarquia, Santedi exorta os Bispos africanos a encorajar a implementação duma teologia pastoral sólida de doença e de cura⁴⁶². Esta mesma ideia é defendida por Hebga: “É tempo de instituir uma diaconia inculturada dos doentes. Não nos refugiámos num verbalismo científico, em nome da psicanálise ou da desmitificação dos evangelizados. Tenhamos fé na palavra de Jesus, e assumamos o ministério que ele nos confiou”⁴⁶³. Esta diaconia de doentes, adverte Santedi, “deve ser assumida numa pastoral de inteligência, evitando o triunfalismo, o mercantilismo, a tendência propagandista, o gosto pelo patético para se manter fiel à perspectiva evangélica. É quando se absolutiza a doença que se chega a esses exageros muito prejudiciais para a saúde da fé”⁴⁶⁴.

Para tal, De Haes propõe que a resposta à interpelação das seitas no domínio da doença e da cura deva ser enquadrada numa visão holística e escatológica⁴⁶⁵. Desta forma, o cristão compreenderá que a sua cura não é só corporal mas deve ser também espiritual, isto é, a cura da alma, para ser uma cura total. Jesus não o fez com o paralítico trazido e introduzido pelo telhado? “Que é mais fácil, perguntou Jesus, dizer que os teus pecados são perdoados, ou dizer: Levanta-te e anda? Pois bem, para que saibais que o Filho do Homem tem, na terra, o poder de perdoar, ordeno-te, disse ao paralítico: ‘Levanta-te, paga na tua enxerga e vai para casa’” (Cf. Lc 4,17-26; Mt 9,1-8; Mc 2,1-12; Jo 5,1-6). Nesta óptica, Kipanza Tumwaka considera que “o ministério da cura é, antes de tudo, um lugar de oração pela vida e a saúde dos que estão doentes e sofrem. Fundamenta-se na fé em Jesus Cristo, vivo e sempre presente, agindo na vida das pessoas. É um desafio para o nosso tempo mais consciente do carácter

⁴⁶¹ Ibidem, p. 37.

⁴⁶² Cf. Op. cit. P. 37 (nossa tradução).

⁴⁶³ Citado por Santedi, *Les défis de l'évangélisation dans l'Afrique contemporaine*, p. 38. Hebga é autor de muitos livros e artigos sobre este tema: *Croyance et guérison* (ouvrage coll.), éd. CLE, Yaoundé, 1977; *Sorcellerie et Prière de délivrance*, coéd. INADES et Présence Africaine, 2e éd., 1982; *Sorcellerie, chimère dangereuse?* éd. INADES et Présence Africaine, 2e éd., 1982; “Sorcellerie et maladie en Afrique”. In: *Telema*, 4/82 (1987) 5-48; “Santé et salut “. In: *Christus*, 118 (avril 1983) 155-167; “La guérison en Afrique “. In: *Concilium* 234 (1991) 83-96.

⁴⁶⁴ Op. cit., p. 38 (nossa tradução).

⁴⁶⁵ Citado por Santedi, Op. cit., p. 38 (nossa tradução).

multidimensional da pessoa e mais aberto à globalidade dos tratamentos”⁴⁶⁶. Assim sendo, sublinha o mesmo autor: “O ministério da cura constitui um meio privilegiado de luta contra um grande flagelo em África, a saber, a bruxaria, como lugar de emergência e do desenvolvimento de perversidades e anti-valores (inveja, ódio, violência, maldade, assassinato, etc.)”⁴⁶⁷. De facto, Santedi tem razão ao afirmar: “Estamos aqui na presença de um problema massivo, omnipresente e essencial. A doença por feitiço (bruxaria ou magia negra) é uma preocupação obcecante para a maioria do nosso povo”⁴⁶⁸. Por isso, segundo o mesmo autor, deve merecer “um tratamento especial em razão da tragédia que ele causa. Sem dúvida, este desafio passa por um ponto nevrálgico a partir do qual inúmeros chefes espirituais não hesitam em alistar ao seu serviço as consciências dos crentes”⁴⁶⁹.

Então, Jesus não entregou este poder da cura à sua Igreja? Disse no momento de despedida aos seus discípulos antes de regressar para o Pai: “Estes sinais acompanharão aqueles que acreditarem: em meu nome expulsarão demónios, falarão línguas novas, apanharão serpentes com as mãos e, se beberem algum veneno mortal, não sofrerão nenhum mal; hão-de impor as mãos aos doentes e eles ficarão curados” (Mc 16,17-18). Deste modo, a Igreja de Cabinda deve procurar dar uma verdadeira resposta pastoral, catequética e até espiritual ao espinhoso problema da doença e da cura, evitando todas as tentativas simplistas e racionalistas que pretendem reduzi-lo à falta de estruturas e recursos sanitários. E a solução de fechar as “Células de oração” não pode ser encarada como resposta pastoral.

4.3.3. A globalização

Segundo Peelman,

“a cada época, vemos aparecer novos conceitos que estimulam o espírito humano numa reflexão em profundidade sobre a evolução da humanidade e do mundo, em teologia, a inculturação ocupa um lugar de preferência entre esses conceitos. No domínio das ciências sociais, a globalização é um desses conceitos-chave que se impôs com força, nas últimas décadas, a todos aqueles e aquelas que procuram compreender as grandes

⁴⁶⁶ Kipanza Tumwaka, B., “Le ministère de guérison en Afrique. Chance et défi pour l’Église”. In: NRT 122 (2000) 429 (nossa tradução).

⁴⁶⁷ Kipanza Tumwaka, B., “Le ministère de guérison en Afrique. Chance et défi pour l’Église”. p. 429 (nossa tradução).

⁴⁶⁸ Op. cit., p. 34 (nossa tradução).

⁴⁶⁹ Ibidem, p. 34

transformações que afectam o seu ambiente cultural e querem avaliar as implicações na sua vida quotidiana”⁴⁷⁰.

Desta forma, reconhece que, como o termo “inculturação”, a “globalização” é “um conceito operacional que procura explicar uma nova maneira de agir em todos os domínios da vida social, colectiva e individual. Esta novidade consiste indubitavelmente na mundialização, na internacionalização ou na desprovincialização das nossas relações humanas”⁴⁷¹.

De facto, essas transformações do mundo numa “aldeia global” atingem todos os níveis da vida social (economia, política, finanças, religião, tecnologia, ecologia...). Por isso, Peelman, como muitos autores, considera a globalização como um fenómeno complexo que transforma as relações entre os diversos povos e suscita questões profundas acerca da sobrevivência e do desenvolvimento das culturas particulares⁴⁷². Por essa razão, esta realidade não pode ser esquecida no processo da inculturação porque toca a vida das pessoas e elas sentem os seus efeitos na vida do dia-a-dia. Sendo assim, deve ser considerado como um desafio que interpela a acção pastoral da Igreja em Cabinda.

Valadier define a globalização ou a mundialização como

“grandes tendências económicas (maior intercâmbio de bens e serviços que ultrapassam as fronteiras nacionais e as relativizam); movimentos financeiros que multiplicam as transacções reais e sobretudo virtuais em todo o planeta e numa cronologia perturbada em relação ao tempo do senso comum; inovações tecnológicas que abrangem nas suas redes universais as mais diversas comunicações (internet sendo o símbolo mais revelador dessas inovações); fenómeno de modo e estilo de vida que parece impor-se um pouco por todo o lado no mundo, etc. Em suma, a globalização designa um conjunto de diversas práticas que desafiam as fronteiras nacionais e culturais para não falar das proibições éticas e defesas legais”⁴⁷³.

Perante esta realidade, o mesmo autor reconhece que as reacções são violentamente contraditórias entre admiração e críticas:

“Para uns, uma euforia e um entusiasmo extremos, fundados numa confiança nos actuais poderes tecnológicos (especialmente ao nível da informação), e nos recursos da inventividade humana em todos os domínios; para esses, a humanidade chegaria enfim ao cosmopolitismo sonhado por alguns filósofos ou mais exactamente a realização duma sociedade civil de troca generalizada. Um planeta dividido tornar-se-ia uma grande aldeia, onde cada um seria capaz de reconhecer o outro como o seu próximo, renovando, assim, com um outro sonho hegeliano, o de reconhecimento mútuo. A

⁴⁷⁰ Op. cit., p. 92 (nossa tradução).

⁴⁷¹ Ibidem, p. 93 e outros autores citados neste tema relativo à globalização.

⁴⁷² Cf. Ibidem, p. 91.

⁴⁷³ Valadier, P, “La mondialisation et les cultures”. In: Etudes 395 (2001/11) 506 8nossa tradução).

abertura universal fora das algemas das fronteiras, assinalaria o acontecimento de uma liberdade quase ilimitada nas trocas e na aproximação humana”⁴⁷⁴.

E para os outros a globalização suscita uma leitura negativa:

“Será que a uniformização tecnológica não traz uma erradicação dos sistemas políticos nacionais tornados impotentes e uma relativização das culturas desvalorizadas em benefício de um modelo único que seria o de todo o mundo e de ninguém? Não será que se estão substituir aos homens reais, enraizados nas culturas e religiões, pelos homens virtuais, tão móveis, sem ancoragem e transformados em objectos inconscientes de manipulações mais subservientes porque invisíveis? A servidão seria, então, o novo nome deste modo de vida onde na realidade ninguém conhece ninguém”⁴⁷⁵.

André Lukamba, sacerdote angolano, traduz este sentido ambíguo nesses termos:

“A globalização actua como aqueles fertilizantes que simultaneamente matam os vermes e/ou o joio e fazem crescer e revigorar o trigo ou outras plantas do campo. De facto, na globalização, o fraco morre e isto dá fôlego ao rico que se enriquece ainda mais. Trata-se de fazer comer mais quem já é (excessivamente) obeso, e deixar morrer à fome quem por sinal já não tem de comer. Em vez de dividir bem a torta por todos, não, deve-se garantir a parte do mais “nutrido” (o rico) e aumentá-la com o pouco que tocaria ao já desgraçado”⁴⁷⁶.

Para justificar a sua tese de ambiguidade, o mesmo autor interroga-se sobre os verdadeiros objectivos da globalização: o que se procura na globalização é a descentralização ou o imperialismo, a diversificação ou homogeneização, a interactividade ou a centralização, a pós-autoritarismo ou incontrollabilidade, a interdependência ou selecção e produtividade ou exclusão, a persuasão ou manipulação, a motivação ou competição, a interpretação ou estandardização?⁴⁷⁷

Para Milton Santos, a globalização tem três rostos que correspondem a três formas como o mundo é-nos apresentado: a globalização como fábula é o mundo tal como nos fazem vê-lo; a globalização como perversidade é o mundo tal como ele é; a outra globalização é o mundo como ele pode ser⁴⁷⁸. O autor explica que este mundo globalizado, visto como fábula, “erige como verdade um certo número de fantasias, cuja repetição, entretanto, acaba por se tornar uma base aparentemente sólida da sua interpretação. A máquina ideológica que sustenta as acções preponderantes da

⁴⁷⁴ Ibidem, p. 506-507.

⁴⁷⁵ Ibidem, p. 507.

⁴⁷⁶ Lukamba, A., A globalização e os conflitos no Sul. O caso angolano, Ceretec, 2ª edição, Huambo, 2012, p. 18.

⁴⁷⁷ Cf. Ibidem, p. 33-42.

⁴⁷⁸ Cf. Milton, S., Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal, Editora Record, São Paulo, 2001, p. 18-21.

actualidade é feita de peças que se alimentam mutuamente e põem em movimento os elementos essenciais à continuidade do sistema”⁴⁷⁹. E cita alguns exemplos concretos:

“Fala-se, por exemplo, em aldeia global para fazer crer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas. A partir desse mito e do encurtamento das distâncias – para aqueles que realmente podem viajar – também se difunde a noção de tempo e espaço contraídos. É como se o mundo se houvesse tornado, para todos, ao alcance da mão. Um mercado avassalador, dito global, é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos actores hegemónicos, mas o mundo torna-se menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado”⁴⁸⁰.

E conclui: “Esses poucos exemplos, recolhidos numa lista interminável, permitem indagar se, no lugar do fim da ideologia proclamada pelos que sustentam a bondade dos presentes processos de globalização, não estaríamos, de facto, diante da presença de uma ideologia maciça, segundo a qual, a realização do mundo actual exige como condição essencial o exercício de fabulações”⁴⁸¹.

De acordo com o mesmo autor, para a grande maioria da humanidade, a globalização está a impôr-se como uma fábrica de perversidades porque

“o desemprego crescente e torna-se crónico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo generalizam-se em todos os continentes. Novas enfermidades como a SIDA instalam-se e velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem o seu retorno triunfal. A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação da qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção”⁴⁸².

Desta forma, “a perversidade sistemática que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que actualmente caracterizam as acções hegemónicas. Todas essas mazelas são directa ou indirectamente imputáveis ao presente processo de globalização”⁴⁸³. É este o rosto da globalização como perversidade que atinge a dignidade humana e que deve ser combatida.

⁴⁷⁹ Ibidem, p. 18.

⁴⁸⁰ Ibidem, p. 18-19.

⁴⁸¹ Ibidem, p. 19.

⁴⁸² Ibidem, p. 19-20.

⁴⁸³ Ibidem, p. 20.

Para contrariar as fábulas e as perversidades, Milton propõe a construção de um outro mundo mediante uma globalização mais humana⁴⁸⁴. As mesmas bases técnicas como a unicidade de técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta que o grande capital utilizou para construir a globalização perversa podem servir a outros objectivos, se forem postas ao serviço de outros fundamentos sociais e políticos. Fundamenta, deste modo, a sua tese:

“Há fenómenos novos que facilitam a construção desta outra globalização. (...) No plano empírico, por exemplo, a enorme mistura de povos, raças, culturas, gestos, em todos os continentes, a ‘mistura’ da filosofia, em detrimento do racionalismo europeu, a produção de uma população aglomerada em áreas cada vez menores, o que permite um ainda maior dinamismo àquela mistura entre pessoas e filosofias. (...) Trata-se da existência de uma verdadeira sociodiversidade, historicamente muito mais significativa que a própria biodiversidade. (...) No plano teórico é a possibilidade de produção de um novo discurso, de uma nova metanarrativa, um grande relato”⁴⁸⁵.

Referindo-se concretamente a África e, de modo particular, a Angola, Lukamba considera que

“o lado negativo da globalização está quase todo virado contra os países pobres num ritmo progressivo que pode levá-los a um eclipse senão mesmo a um fatídico desaparecimento do mapa global. Fala-se pouco ultimamente da bomba a neutrões, que se diz matar apenas os seres vivos e deixar a natureza e os imóveis intactos, a globalização, porém, pode consegui-lo com métodos diferentes se os países do Sul em vez de despertarem da letargia em que foram propositadamente mergulhados continuarem nos seus conflitos habituais, que por sinal são fomentados e alimentados pelo Norte”⁴⁸⁶.

Por isso, o mesmo autor tem a razão quando lança esta advertência: “O sul precisa de reflectir no seu futuro se quiser sobreviver”⁴⁸⁷.

Apesar desta maneira contraditória de avaliar a globalização, Peelman considera que a globalização reflecte toda a riqueza e ambiguidade da modernidade⁴⁸⁸. E alerta para um olhar crítico sobre as interpretações simplistas que louvam de maneira não crítica os seus benefícios ilimitados, ou a condenam como desvio fatal e destrutivo na evolução da humanidade.

⁴⁸⁴ Cf. Ibidem, p. 20-21.

⁴⁸⁵ Ibidem, p. 20-21.

⁴⁸⁶ Op. cit., p. 67.

⁴⁸⁷ Ibidem, p., 69 (nossa tradução). Sobre o impacto da globalização em África e a resposta a dar também pode-se ler Kā Mana, “L’Afrique chrétienne à l’heure de la mondialisation”, in: Spiritus 166 (2002) 11-26; L’Afrique de la mondialisation, Malaika, Ottawa 2003.

⁴⁸⁸ Cf. Op. cit., p. 96.

No âmbito do nosso estudo, interessa-nos mais conhecer o impacto cultural da globalização e Schreier apresenta-o em dois aspectos: globalização como movimento de extensão e como movimento de compressão⁴⁸⁹. E explica:

“Como movimento de extensão, ela compreende o perigo real de uma uniformização ou de nivelamento das culturas, por meio da imposição programada de uma certa cultura ocidental, popular, que é, ela mesma, um desses primeiros produtos da globalização ou da modernização global da planeta. Portanto, o que deveria preocupar-nos mais, é que a globalização é também um movimento de compressão radical sem última visão. Graças às novas tecnologias de comunicação, a globalização permite-nos participar, de modo instantâneo, na história do mundo afectando a nossa consciência histórica. Temos cada vez menos tempo para reflectir sobre as nossas origens ou o nosso futuro. Tornamo-nos cativos do tempo presente, preocupados com a sobrevivência ‘quotidiana’, seres sem passado (herança) ou futuro (projecto), viajantes sem passaporte válido. Por este motivo, estamos numa situação crítica que afecta em profundidade a nossa identidade pessoal e as relações com outros”⁴⁹⁰.

Esta situação afecta, segundo o filósofo Ladrière, a nossa identidade de pertença:

“A nossa casa ancestral foi demolida. Os nossos pontos de referências tradicionais de pertença (língua, religião, território, etc.) recuam perante o assalto massivo do outro que tem cada vez mais o poder de dizer quem somos. Por outras palavras, estamos confrontados com uma forma de fenómeno de despossessão radical. Perdemos o controlo das mediações culturais que nos permitem situar em relação ao nosso companheiro e aos outros. Estamos cada vez conscientes de que as novas mediações culturais que se impõem a nós (a tecnologia científica, a economia capitalista e certos aspectos do direito moderno) são aspectos exteriores à nossa vida. Elas não nos permitem responder em profundidade às questões fundamentais: quem sou? Qual é o meu papel neste drama universal onde sou co-autor ou simples observador?”⁴⁹¹

Por isso, o sociólogo Grand Maison define esta situação global como um fenómeno de uma verdadeira desculturação que gera uma crise cultural, moral e espiritual muito profunda⁴⁹². Faz-nos lembrar a política de “*tabula rasa*” camuflada, já vivida no tempo dos primeiros missionários com a sua teologia da salvação das almas que impunha como condição da salvação a destruição da herança cultural do convertido e a aceitação da cultura ocidental com os seus princípios. Lukamba alinha ao afirmar:

“Em diversas partes do terceiro Mundo estas ideias assumiram um carácter puramente destrutivo. O mercado é visto como um poder inevitável e, por isso, tornou-se cada vez mais difícil limitar a sua expansão. Para a maior parte da população mundial, o desenvolvimento representa a destruição das suas identidades étnicas e representa a

⁴⁸⁹ Citado por Peelman, op. cit., p. 97 (nossa tradução).

⁴⁹⁰ Ibidem, p. 97.

⁴⁹¹ Citado por Peelman, op. cit., p. 98 (nossa tradução).

⁴⁹² Cf. Ibidem, p. 98.

destruição das redes de solidariedade com o objectivo de promover a legitimação do interesse pessoal como motivação de base dos seres humanos”⁴⁹³.

Deste modo, o mesmo autor sustenta: “É isto que a globalização, como uma verdadeira ocidentalização, quer impor a todo o planeta e que para os outros povos constitui uma autêntica morte cultural”⁴⁹⁴.

Para sair desta situação, Richard Filk propõe uma “globalização a partir da base” ou da participação dos movimentos sociais e religiosos na criação de uma nova ordem mundial:

“O futuro da globalização é, realmente, incerto e impor-se-á desigualmente nas diversas partes do mundo. Aliás, as respostas a esses fardos e os seus frutos serão diversas. O papel da religião como caminho, seja de confrontação com a globalização como nas mais extremas manifestações, seja de humanização da globalização pela defesa de uma ética global, permanece, felizmente importante para o futuro”⁴⁹⁵.

Valadier reforça a mesma ideia ao defender que a originalidade da cultura pode dar resposta aos problemas causados pela globalização porque

“a ilusão pode vir duma assimilação entre uma cultura e os objectos de fabricação corrente, transitória, descartável, de pouca duração como as técnicas elas mesmas em constante transformação. De facto, uma cultura tem uma resistência e uma ‘durabilidade’ infinitamente maior do que os objectos de consumo; neste sentido, as culturas têm um poder de resistência, mesmo de assimilação, muito mais forte de que se pensa”⁴⁹⁶.

Para apoiar esta sua tese, o autor cita Hannah Arendt, que tinha advertido contra a falsa identificação entre o universo de produtos encomendados pelas exigências da vida (como da produção de mercado e da técnica em constante transformação e assimilação) e o universo pelo qual o homem se refere ao mundo, se enraíza, se orienta graça a ele, dá-se referências para se situar em relação à natureza, à vida ou à morte, ao além⁴⁹⁷.

Aliás, Valadier sustenta que

“as culturas estruturam a relação do homem com o mundo, são como invenções pelas quais o homem se forma, opera um trabalho de apropriação e de sentido através do habitat, do trabalho, da organização familiar, social e política, das éticas, das artes e das religiões. Apesar das interferências existentes entre esses fenómenos e da entrada das técnicas numa cultura sem introduzir profundas modificações nas relações humanas, é preciso saber, sem dúvida, que o todo duma cultura não é necessariamente afectado, ou

⁴⁹³ Op. cit., p. 47.

⁴⁹⁴ Ibidem, p. 49.

⁴⁹⁵ Ibidem, p. 99-100.

⁴⁹⁶ Art. cit., p. 509 (nossa tradução).

⁴⁹⁷ Cf. Ibidem, p. 509.

ainda as culturas particulares têm poderes assimiladores que a ideologia tecnocrática ou medo fatalista, que induz, tendem a subestimar”⁴⁹⁸.

O mesmo autor prossegue com a sua explicação:

“Pelas culturas, os homens dão-se os meios para habitar o mundo, segundo as modalidades de riqueza duma inventividade extraordinária; este esforço, no princípio de toda a cultura, é-lhes comum. Em todos os lados e sempre a humanidade encontrou e encontra os mesmos problemas de sobrevivência, do sentido da diferença dos sexos, da passagem das gerações, do sofrimento e da morte. Se as respostas variam, os desafios de base e as interrogações são as mesmas. Eis o que fundamenta uma certa transversalidade entre as culturas, uma possibilidade de se compreender nas suas próprias diferenças. Essas marcam a identidade desta condição humana e da solidariedade confrontada com as mesmas exigências existenciais: abrigar-se, alimentar-se, comunicar, gerar, sofrer, gozar da vida, morrer... E se em certas circunstâncias as culturas (ou as civilizações) podem chocar-se, elas são mais esses enraizamentos graças aos quais os homens descobrem o que lhes é comum e ao qual respondem de maneira tão diversificada e inventiva”⁴⁹⁹.

É dentro desta dinâmica que deve ser encontrado o papel das religiões porque são o foco estabilizador de inspiração das culturas.

Então qual pode ser concretamente o papel das religiões neste contexto? Valadier responde que pode ser ambíguo, pois as religiões podem contribuir para o pior ou para o melhor:

“Para o pior quando elas servem de instrumentos às identidades nacionais em perigo e tornam assim irredutíveis e absolutos os conflitos limitados (nacionalismos religiosos); propõem um modelo político de organizações das sociedades e pretendem impô-lo à lei civil. No entanto, elas trazem também o melhor se são fiéis à mensagem que as atravessa; são chamadas a religar os homens entre eles e ao tudo das coisas, isto é, a pôr uma referência última que transcende as diversidades humanas e as liga ao destino comum. Assim, as religiões arrebatam o homem à futilidade inscrita no “animal *laborans*”; mostram-lhe que ele é mais do que um consumidor, mais do que um cidadão da sua cidade particular ou da sua nação, atestam que a sua grandeza se mantém no reconhecimento da sua própria transcendência, portanto, a este título, todo o homem é próximo de todo o homem”⁵⁰⁰.

Nesta perspectiva, o cristianismo tem vantagem, considera Valadier, porque

“o universal que ele veicula não é universal de dominação mas de reconhecimento universal: somos todos chamados por Um Deus Pai que nos reconheceu como filhos e filhas em Cristo, e esta vocação contesta radicalmente toda a uniformização. Como o babel da mundialização que pretende falar uma única língua, o Pentecostes do Espírito dá a cada pessoa e a cada cultura o direito de falar a sua própria língua e ser compreendida pelos outros, por lá o cristianismo eleva uma barreira decisiva contra a uniformização mortal de uma nova forma de prometeísmo liberal”⁵⁰¹.

⁴⁹⁸ Ibidem, p. 509.

⁴⁹⁹ Ibidem, p. 310.

⁵⁰⁰ Cf. Ibidem, p. 511.

⁵⁰¹ Ibidem, p. 511.

Continuando o seu raciocínio reforça o significado da universalidade do cristianismo que

“chama a uma comunicação entre diferenças assumidas. É portador de uma utopia mundial que não é de uniformização, mas de comunhão de pluralismos culturais, respeitados na sua diversidade e chamados a comunicar com todos os outros. De facto, é preciso apostar com razão que as religiões, de modo particular o cristianismo, saberão assumir plenamente a sua vocação de comunicação entre os homens e ajudar a uma abertura recíproca que não seja nem de fechar-se, nem de nivelamento destrutor das diversidades”⁵⁰².

É neste contexto que se impõe o processo da inculturação como resposta pastoral ao desafio da globalização.

Já do segundo Sínodo para África veio este mesmo alarme que Bento XVI exprimiu nesses termos:

“Os Padres sinodais manifestaram a sua perplexidade e preocupação perante a globalização. Já chamei a atenção para esta realidade, como sendo um desafio a enfrentar: ‘A verdade da globalização enquanto processo e o seu critério ético fundamental provêm da unidade da família e do seu desenvolvimento no bem. Por isso, é preciso empenhar-se sem cessar por favorecer uma orientação cultural personalista e comunitária, aberta à transcendência, do processo de uma integração mundial’. A Igreja espera que a globalização da solidariedade cresça até inscrever, ‘nas relações comerciais, o princípio de gratuidade e a lógica do dom, como expressão da fraternidade’, evitando a tentação do pensamento unidimensional sobre a vida, a cultura, a política, a economia, em benefício de um constante respeito ético pelas diversas realidades humanas, para uma efectiva solidariedade”⁵⁰³.

É desta forma que a Igreja de Cabinda deve encarar o desafio da globalização.

4.3.4. A ecologia

A situação ambiental em Cabinda é preocupante e exige uma intervenção. E a Igreja deve ser incentivadora, ocupando o primeiro plano na defesa da natureza e constituindo-a uma preocupação pastoral, por ser da vontade de Deus cuidar da natureza minorando o risco de sofrer impactos negativos na vida do dia-a-dia⁵⁰⁴. O que se passa

⁵⁰² Ibidem, p. 511.

⁵⁰³ AM 86.

⁵⁰⁴ Esta nossa preocupação veio a ser confirmada pela publicação da segunda Encíclica do Papa Francisco “*Laudato si*” sobre o cuidado da casa comum. Partindo da oração de louvor de São Francisco, o Santo Papa desafia-nos a proteger a nossa casa comum, isto é, a nossa terra: ““LAUDATO SI’, mi’ Signore – Louvado sejas, meu Senhor”, cantava São Francisco de Assis. Neste gracioso cântico, recordava-nos que a nossa casa comum se pode comparar ora a uma irmã, com quem partilhamos a existência, ora a uma boa mãe, que nos acolhe nos seus braços: “Louvado sejas, meu Senhor, pela nossa irmã, a mãe terra, que nos sustenta e governa e produz variados frutos com flores coloridas e verduras”. [1] Esta irmã clama contra o mal que lhe provocamos por causa do uso irresponsável e do abuso dos bens que Deus nela colocou. Crescemos a pensar que éramos seus proprietários e dominadores, autorizados a saqueá-la. A violência,

em Cabinda pode ser considerado de “terrorismo ambiental”. Este ataque permanente ao ambiente é um fenómeno visível, basta visitar as praias perto do local da exploração do petróleo.

Luemba apresenta alguns factos concretos que atingem o meio ambiente:

“A instalação de plataformas e de sondas e o pouso de oleodutos e *pipe-lines* tem exigido a destruição de muitos recifes naturais e, consequentemente, de vários ecossistemas. Nos últimos anos, sobretudo entre 1999 e 2001, foram registados numerosos derrames de petróleo que poluíram o mar e provocaram consideráveis danos nos recursos marinhos. Infelizmente, não houve nenhum estudo científico de impacto ambiental sério, completo e independente desse derrame sobre o meio ambiente”⁵⁰⁵.

E prossegue:

“Além disso, desde o início da exploração, faz-se a queima sistemática de gás, uma operação com consequências nas alterações climáticas registadas na região, no aquecimento global do planeta e na diminuição da camada de ozónio. As águas de descarga são devolvidas ao mar sem os exames laboratoriais indispensáveis. Há muitas fossas de descarga no Malongo que deitam resíduos, eventualmente tóxicos ou poluentes, para o mar. As estradas do Malongo são ‘pavimentadas’ com óleo que por vezes se infiltra e chega ao mar. Todos estes factos são alguns dos vários custos sociais da exploração do petróleo, com consequências igualmente negativas na economia”⁵⁰⁶.

Portanto, conclui o mesmo autor: “Em vez de construir, o petróleo contribui para a destruição, nomeadamente através da poluição do meio ambiente”⁵⁰⁷. Esses crimes são abafados, muitas vezes em troca de dinheiro que não corresponde aos danos causados.

O outro aspecto do “terrorismo ambiental” aparece no Maiombe. O corte de madeira é feito duma maneira selvagem, diríamos terrorista, ao serviço de interesses económicos ligados à exportação. Também alguns hábitos do povo precisam de ser corrigidos em prol da defesa do ambiente. Por exemplo, queimar o capim para fazer plantações a caça e pesca descontroladas põem em perigo a biodiversidade. Não há em Cabinda um estudo ambiental independente e credível sobre a exploração nem do petróleo nem da madeira. Uma situação caricata a ser explicada é que Cabinda, com a produção do petróleo e a vasta floresta de Maiombe, não tem no seu território nenhuma

que está no coração humano ferido pelo pecado, vislumbra-se nos sintomas de doença que notamos no solo, na água, no ar e nos seres vivos. Por isso, entre os pobres mais abandonados e maltratados, conta-se a nossa terra oprimida e devastada, que “geme e sofre as dores do parto” (Rm 8, 22). Esquecemo-nos de que nós mesmos somos terra (cf. Gn 2, 7). O nosso corpo é constituído pelos elementos do planeta; o seu ar permite-nos respirar, e a sua água vivifica-nos e restaura-nos” (LS 1-2).

⁵⁰⁵ Luemba, F. “A questão do petróleo, seu impacto sobre a situação social e económica e o papel das multinacionais”, in Conferência da Fundação Open Society “Sobre Visão Comum sobre Cabinda”, Centro Cultural Chiloango, Cabinda, 8-9 de Julho de 2003. In: <http://www.cabinda.net/conferencia1>. Consultado a 22/07/ 2013.

⁵⁰⁶ Ibidem.

⁵⁰⁷ Ibidem.

organização não-governamental de defesa do meio ambiente. Também é de admirar que Cabinda, com a floresta que tem, não tenha uma zona protegida⁵⁰⁸.

Por isso, a defesa do ambiente deve ser assumida pela Igreja de Cabinda como um desafio pastoral em nome da defesa da dignidade humana, porque o que está aqui em causa é a sobrevivência da vida humana. Esta situação é atestada por Bento XVI:

“Homens e mulheres de negócios, governos, grupos económicos lançam-se em programas de exploração que poluem o ambiente e causam uma desertificação nunca vista. Graves atentados são praticados contra a natureza e as florestas, a flora e a fauna, e inúmeras espécies correm o risco de desaparecer para sempre. Tudo isto ameaça o ecossistema global e, consequentemente, a sobrevivência da humanidade”⁵⁰⁹.

Esta tomada de posição do Papa é uma resposta ao pedido dos padres sinodais que tinham manifestado a sua preocupação com o meio ambiente nesses termos:

“A nossa fé cristã diz-nos que Deus Criador fez todas as coisas boas (cf. Gn 1), tendo-nos dado a terra, a nós, seres humanos, para que a cultivássemos e dela cuidássemos como bons administradores (cf. Gn 2,15). Vemos, porém, que muitos seres humanos continuaram a abusar da natureza a todos os níveis e a destruir este mundo tão belo de Deus, explorando os seus recursos naturais, muito além do que é sustentável e útil. Está em curso uma degradação irresponsável e uma destruição insensata da terra que é ‘nossa mãe’”⁵¹⁰.

E acrescentam:

“Em cumplicidade com os detentores do poder político e económico em África, alguns homens de negócios, governos, multinacionais e companhias transnacionais envolvem-se em negócios que poluem o meio ambiente, destroem a flora e a fauna, provocando, desta forma, uma erosão até agora inaudita e a desertificação de grandes superfícies de terra arável. Tudo isto ameaça a sobrevivência do género humano e de todo o ecossistema. Isto despertou nos cientistas e responsáveis a consciência dos efeitos destruidores das alterações climáticas, do aquecimento global e das catástrofes naturais (tais como terremotos, maremotos e suas consequências, como os tsunamis)”⁵¹¹.

Para contrariar esta situação de destruição da natureza e para que a terra possa continuar a ser habitável para além da actual geração e para garantir uma protecção sustentável e responsável da terra, os padres sinodais apelaram às Igrejas particulares de África para que⁵¹²:

- promovam uma educação e uma consciência ambiental;

⁵⁰⁸ Há um trabalho interessante sobre este assunto (o facto de não haver uma zona protegida no Maiombe), não publicado da tese de mestrado da sutoria de Bulali, Z.C. A desflorestação em Cabinda: causas e consequências socio-ambientais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova, 2012.

⁵⁰⁹ AM 80.

⁵¹⁰ *Propositio* 22.

⁵¹¹ *Ibidem*.

⁵¹² *Ibidem*.

- persuadam os seus governos local e nacional a adoptar políticas ambientais, a criar disposições legais destinadas à protecção do meio ambiente e a promover fontes alternativas e recicláveis de energia;

- incitem todos a plantar árvores e a lidar com a natureza e os seus recursos, respeitando o bem comum e a integridade da natureza, com transparência e no respeito pela dignidade humana.

Por isso, o Papa Bento XVI lançou este apelo claro e inequívoco: “Exorto a Igreja na África a encorajar os governantes para que protejam os bens fundamentais, como são a terra e a água, para a vida humana das gerações presentes e futuras e para a paz entre os povos”⁵¹³. Este é o desafio com a ecologia que a Igreja de Cabinda deve assumir na promoção duma educação e duma consciência ambiental, e na persuasão do governo local e nacional na adopção das políticas em defesa do ambiente, denunciando todos os crimes ambientais.

Em jeito de conclusão a esta primeira parte do nosso estudo, ficou bem claro que o processo da inculturação não é um fenómeno exclusivamente africano, mas é uma realidade ligada à missão da Igreja, uma realidade de todos os tempos: “De facto, a inculturação, bem entendida, deve acompanhar sempre toda a evangelização, sob todas as latitudes. Será sempre um retomar constante em relação com a evolução contínua das culturas e das situações”⁵¹⁴. Deste modo, será sempre um processo inacabado com novas preocupações, novos lugares teológicos e novas temáticas, exigindo novas iniciativas e novos projectos pastorais, pois, como dizia Mgr Sarah:

“A inculturação da fé é um desafio da santidade. Permite verificar o grau de santidade, o nível da penetração do Evangelho e da fé em Jesus Cristo numa comunidade cristã. A inculturação não é folclore religioso. Não se realiza essencialmente na utilização das línguas, instrumentos de música e das danças africanas na liturgia e nos sacramentos. Não é um simples ‘verniz africano’ sobre o mistério cristão. A inculturação é Deus que desce e entra na vida, nos comportamentos morais e na cultura dos homens para os libertar do pecado e os introduzir na sua vida e na sua santidade”⁵¹⁵.

Perante este desafio, o processo da inculturação não pode passar ao lado dos problemas reais que fazem parte da vida quotidiana do cristão de Cabinda e a Igreja não

⁵¹³ AM 80.

⁵¹⁴ Kabasele Mukenge, “Défis e exigences de la théologie africaine”, p. 69-70 (nossa tradução).

⁵¹⁵ Sarah, “Discurso de abertura da XIIª Assembleia Plenária da SCEAM”, In: DC 2301 (2 Novembro 2003) 968 (nossa tradução).

será “nem a luz nem o sal” se não der respostas concretas aos anseios e preocupações deste povo de Deus. Para tal, é preciso encontrar estruturas que possam facilitar a implementação do processo da inculturação que vai ao encontro da realidade de vida das pessoas e os movimentos de apostolado foram apontados no Primeiro Sínodo para África como uma dessas estruturas⁵¹⁶. Será este o objecto da segunda parte do nosso estudo, isto é, conhecer a realidade do fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda.

⁵¹⁶ Cf. EA 100-104. São chamadas estruturas de evangelização e que nós chamamos estruturas de inculturação: Paróquias, Movimentos e associações, Escolas, Universidades e Institutos superiores, Meios materiais.

Segunda parte:

**A PERCEPÇÃO DA REALIDADE DO FENÓMENO DOS NOVOS
MOVIMENTOS DE APOSTOLADO EM CABINDA**

O Papa João Paulo II, que assistiu com ternura e com uma solicitude pastoral muito especial estas novas realidades eclesiais, afirmou: “Um dos dons do Espírito Santo no nosso tempo é, certamente, o florescimento de movimentos eclesiais que, desde o início do meu pontificado, tenho notado e continuo a apontar como um motivo de esperança para a Igreja e para o povo”⁵¹⁷. Esta florescência é, para ele, a “expressão de uma multiforme variedade de carismas, métodos educativos, modalidades e finalidades apostólicas”⁵¹⁸. Por isso, “a sua presença é encorajadora, porque mostra que esta primavera progride, manifestando o vigor da experiência cristã sobre o encontro pessoal com Cristo”⁵¹⁹.

De facto, a diocese de Cabinda é um lugar onde este florescimento é visível como sublinhado por Tati: “Outra das apostas importantes foi a formação de um laicado comprometido com a evangelização. Neste sentido, foram engendrados inúmeros grupos de apostolado que passaram a coexistir com os movimentos clássicos, como Legião de Maria, Sagrado Coração de Jesus, Cruzada Eucarística, Vicentinos, Filhas de Maria, etc.”⁵²⁰. Este mérito deve ser atribuído ao primeiro Bispo de Cabinda, Dom Paulino Madeca, por ter permitido e encorajado este fenómeno, enquanto era proibido em algumas dioceses de Angola nos anos 90⁵²¹, compreendendo, assim, que era um direito fundamental dos fiéis⁵²² e a sua institucionalização⁵²³ era uma garantia para os

⁵¹⁷ João Paulo II, “Mensagem aos Participantes no Congresso mundial dos Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades”, 27 de Maio de 1998, cit.

⁵¹⁸ Ibidem, p. 19.

⁵¹⁹ Ibidem, p. 19.

⁵²⁰ Op. cit., p. 88.

⁵²¹ Nesta altura, por exemplo em Luanda era proibido o Movimento Carismático por ordem do Dom Alexandre de Nascimento, arcebispo de Luanda.

⁵²² O cânone 215 determina: “Os fiéis podem livremente fundar e dirigir associações para fins de caridade ou de piedade, ou para fomentar a vocação cristã no mundo, e reunir-se para prosseguirem em comum esses fins”. Neste cânone são enunciados dois direitos distintos: o de associação e o de reunião. O de associação compreende: fundar associações, inscrever-se nas existentes e a autonomia estatutária e de governo das associações (Cf. AA 19) e no cânone 299 enuncia o direito de constituir associações como um direito natural e fundamental no §1.

⁵²³ O direito de fundar exige um reconhecimento oficial enunciado no cânone 216: “Todos os fiéis, uma vez que participam na missão da Igreja, têm o direito de, com a iniciativa, segundo o seu estado e condição, promover ou manter a acção apostólica; contudo nenhuma iniciativa reivindique o nome de católica sem o consentimento da autoridade eclesiástica”.

seus membros se integrarem nas estruturas das comunidades, das paróquias e da diocese.

Portanto, Dom Paulino cumpria deste modo a recomendação do Concílio Vaticano II: “Compete à Hierarquia fomentar o apostolado dos leigos, fornecer os princípios e os auxílios espirituais, ordenar para bem comum da Igreja o exercício do mesmo apostolado, e vigiar para que se conservem a doutrina e a ordem”⁵²⁴. O fruto deste seu modo de governar a diocese foi o florescimento dos Novos Movimentos de Apostolado que Tati assim descreve: “São extremamente activos e estão empenhados na pastoral paroquial e diocesana e na liturgia. Do ponto de vista pastoral, nota-se um grande sentido de solidariedade cristã em termos de assistência caritativa; na catequese, houve uma grande dinâmica e, na liturgia, um grande esforço de inculturação da fé e de criatividade com cantos, gestos, danças e rituais que exibem a identidade cultural da nação cabindense”⁵²⁵. Por isso, o mesmo autor realça: “Como se pode ver, os movimentos de apostolado são a grande força da Igreja e a diocese de Cabinda durante vários anos pôde orgulhar-se dessa força do laicado”⁵²⁶. Pretendemos, nesta segunda parte do nosso estudo, descobrir a dimensão deste fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado em Cabinda e o seu sentido de ser a “grande força” desta Igreja particular.

Para alcançar esta finalidade, começaremos por esclarecer a conceptualização “Novos Movimentos de Apostolado”, por nós escolhida, para identificar esta forma de agregação dos leigos. A seguir será feita uma radiografia quer do contexto actual do território de Cabinda, focando-nos nos seus aspectos geopolítico, socioeconómico e religioso, quer do panorama da diocese de Cabinda. Servindo-nos do método qualitativo das Ciências Sociais com as suas técnicas de recolha e tratamento dos dados, tentaremos descobrir a verdadeira dimensão e a verdadeira realidade deste fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda. Lançamos ainda um olhar sobre alguns desses movimentos para percebermos melhor a sua organização e o seu modo de funcionamento.

⁵²⁴ AA 24.

⁵²⁵ Tati, R, Cabinda, Percurso histórico de uma Igreja entre Deus e César 1975-2012, Princípia, Cascais, 2013, p. 88.

⁵²⁶ Ibidem, p. 88.

Capítulo 1:

Tentativas de clarificação do conceito “Novos Movimentos de Apostolado”

Este capítulo procura compreender o próprio conceito dos “Novos Movimentos de Apostolado”, escolhido para identificar as agregações em estudo neste trabalho de investigação, já que a conceptualização mais utilizada é “Novos Movimentos Eclesiais”. Para a sua melhor compreensão, pensámos, em primeiro lugar, esclarecer a nossa opção pela escolha desta terminologia, menos utilizada quando se fala das novas agregações surgidas ultimamente na Igreja; a seguir vamos situar esta realidade dos “Movimentos” na história da Igreja para melhor nos apercebermos da sua característica de ser “novidade”. Por fim, procuraremos descobrir os critérios que facilitam a sua compreensão, tendo em conta a dificuldade de encontrar uma definição genérica, assim como o verdadeiro rosto do seu protagonista.

1.1. Opção pelo conceito “Novos Movimentos de Apostolado”

Esta opção justifica-se pela particularidade dos movimentos escolhidos para o nosso estudo. O conceito de “Novos Movimentos Eclesiais”, utilizado nos documentos oficiais da Igreja, engloba todas as novas formas de agregações que se reconhecem católicos e aprovados pela hierarquia ao nível diocesano ou da Igreja universal, com a diversidade das suas identidades ou vocações. A existência desses Novos Movimentos foi, para o Papa João Paulo II,

“um hino à unidade na pluriformidade querida pelo Espírito, e dela dá testemunho. Com efeito, no mistério de comunhão do Corpo de Cristo, a unidade jamais é homogeneidade monótona, negação da diversidade, assim como a pluriformidade jamais se deve tornar particularismo ou dispersão. Eis porque cada uma das vossas realidades merece ser valorizada pelo peculiar contributo que oferece à vida da Igreja”⁵²⁷.

O estudo deste fenómeno para a sua valorização levou-nos a distinguir dentro dos Novos Movimentos Eclesiais, nascidos em Cabinda, três categorias:

⁵²⁷ “Mensagem aos Participantes no Congresso Mundial dos Novos Movimentos Eclesiais de Novas Comunidades”, 27 de Maio de 1998, cit.

- Os “**Grupos Corais**”, uma nova realidade que surgiu nos anos oitenta, depois da criação da diocese de Cabinda e agrupa os membros com o único intuito de cantar nas celebrações litúrgicas. Podemos afirmar que esses grupos podem ser considerados como os primeiros Novos Movimentos Eclesiais, nascidos em Cabinda. Foi uma nova forma de agregação dos fiéis ao lado das agregações clássicas existentes (Legião de Maria, Sagrado Coração de Jesus...). Os seus membros eram fiéis sem condições exigidas para pertencer aos movimentos clássicos⁵²⁸. Deste modo, os grupos corais apareceram como novas formas de agregações de fiéis. Por esta razão, consideramo-los como Novos Movimentos Eclesiais. Alguns desses grupos corais ainda existem com a sua vocação de somente animar as celebrações litúrgicas. Mas, hoje esta actividade é também assumida pelos Novos Movimentos de Apostolado que contam quase todos no seu seio com um núcleo que anima nas celebrações litúrgicas das paróquias e quase-paróquias. De facto, neste momento é raro ter um Novo Movimento de Apostolado sem grupo coral. Esta diversidade de grupos corais fez crescer em muito as celebrações litúrgicas em Cabinda.

- As “**Células de Oração**”⁵²⁹, chamadas *Bilongos*⁵³⁰, são fundadas por um homem ou uma mulher que se reclama de um dom de cura e agrupam membros que se reúnem para rezar pelos doentes. Nesses últimos anos proliferaram essas formas de agregação de fiéis quase em todos os cantos da diocese e exigem hoje um estudo sério aprofundado para a sua inserção na pastoral de doentes. O seu surgimento é uma boa interrogação à nossa pastoral de doentes que não pode ser ignorada e até pode ser considerado como o referimos como um exemplo dum processo de inculturação espontânea⁵³¹. As suas actividades realizam-se na residência do fundador ou fundadora

⁵²⁸ Uma primeira condição exigida para fazer parte dum movimento “clássico” é ser casado pela Igreja e muitos desses fiéis não eram casados e, assim, não tinham nenhuma possibilidade de pertencer a um movimento. O grupo coral aparece como uma forma de agregação com a missão de cantar mas, depois foi adoptando outras actividades (rezar juntos, visitar doentes e outras praticas de caridade).

⁵²⁹ Esta terminologia é de origem protestante porque as primeiras casas de oração para doentes foram fundadas pelos protestantes e, como tinham uma grande aceitação na província, era necessário colmatar o vazio do lado da Igreja católica para poder acolher os seus doentes. Esse vazio foi preenchido pelos leigos católicos que fundaram também as suas Células de Oração e que depois foram toleradas pela autoridade eclesiástica. Fiz parte da comissão criada para o estudo deste fenómeno e depois nomeado para acompanhar durante um ano (em 1990) as actividades das primeiras “Células de Oração”. Neste momento não se sabe o seu número exacto na diocese porque nunca foi feito este levantamento e também é de sublinhar que a maioria dessas Células é fundada pelas mulheres. Este fenómeno exige um estudo aprofundado pelo impacto que tem nas vidas de muitas pessoas católicas e não católicas.

⁵³⁰ Tradução literal “Lugar de cura ou lugar de tratamento”.

⁵³¹ Cf. Eschilman, art. cit. Com a sua teoria de duas formas de inculturação: espontânea e consciente.

e também têm uma participação limitada na paróquia. São poucas vezes visitadas pelos párocos mas mais acompanhadas pelos catequistas, responsáveis das suas comunidades. A maioria dessas “Células de Oração” tem capelas particulares onde são feitas as orações e os seus membros são constituídos, na sua maioria, pelos doentes e seus familiares⁵³².

- Os **Novos Movimentos de Apostolado** são agregações de fiéis leigos com identidade e missão específicas, fundadas na sua maioria pelos sacerdotes nos anos 90 do século XX. É esta categoria de Novos Movimentos Eclesiais, a escolhida para o nosso estudo. A sua compreensão exige um esclarecimento terminológico das palavras que a compõem, isto é, movimento, apostolado e novo.

Há, de facto, uma diferença crucial entre essas três novas agregações laicais existentes na diocese de Cabinda. De acordo com Scola,

“a palavra movimento, na história da teologia, foi utilizada para designar fenómenos, geralmente caracterizados por um forte espírito de renovação, que tiveram uma influência na vida da Igreja, assim como na reflexão teológica. Esta influência estava em continuidade ou em contraste com a tradição. Pode-se citar a este respeito os chamados movimentos heréticos, cujo impulso inovador, estava em contraste com a tradição e, em continuidade com essa mesma tradição, o movimento litúrgico ou movimento ecuménico que constituem antecipações da renovação do Concílio Vaticano II”⁵³³.

Desta forma, conclui o mesmo autor: “O termo movimento, como tal, não é usado para descrever os elementos de conteúdo e de método da experiência cristã, por isso é, normalmente, ignorada pela teologia dogmática”⁵³⁴.

Entretanto, a escolha do conceito de “movimento” fundamenta-se na perspectiva da opção tomada pelo Papa João Paulo II: “A própria Igreja é um movimento e sobretudo um mistério, o mistério do amor eterno do Pai, do Seu coração paterno, do qual nasce a missão do Filho e a missão do Espírito Santo. A Igreja nascida desta missão encontra-se ‘*in statu missionis*’, ela é um movimento e penetra no coração e nas

⁵³² Muitos desses doentes estão internados na residência do fundador onde normalmente funcionam as actividades da “Célula de Oração” e o tratamento é feito na base de orações e plantas medicinais. As “Células de Oração” têm, como todos os movimentos, pontos negativos e positivos. Por isso, um estudo aprofundado poderá corrigir o negativo e aproveitar o positivo para a pastoral dos doentes.

⁵³³ Cf. Scola, A. “La réalité des mouvements dans l’Église Universelle et dans l’Église locale”. In: Don de l’Esprit, Espérance pour les hommes. Les mouvements ecclésiaux et les communautés nouvelles (Actes du Congrès du Conseil Pontifical pour les Laïcs), Editions des Béatitudes, Nouan-le-Fuzelier, 1999, p. 97, nota 9 (nossa tradução).

⁵³⁴ Ibidem, p. 97, nota 9.

consciências”⁵³⁵. Nesta linha, afirma o mesmo Papa: “O que se entende, hoje, por “Movimentos”? O termo é com frequência referido a realidades diversas entre si, às vezes, até por configuração canônica. Se, por um lado, ele não pode certamente exaurir nem fixar a riqueza das formas suscitadas pela criatividade vivificante do Espírito de Cristo, por outro, porém, está a indicar uma realidade eclesial concreta de participação maioritariamente laical, um itinerário de fé e de testemunho cristão, que assenta o próprio método pedagógico sobre um carisma preciso dado à pessoa do fundador, em circunstâncias e modos determinados”⁵³⁶. O Papa Bento XVI reforça: “São movimentos pela vida sob todos os aspectos porque contribuem para dar um novo sopro à evangelização de todos os sectores da sociedade, do mundo do trabalho e da família, da cultura e da educação, enfim em todos os domínios onde se desenha a vida dos homens de hoje”⁵³⁷. É nesta linha que se enquadra essa nova forma diversificada de agregação surgida em Cabinda com a sua pedagogia e a dinâmica da vivência da fé que pretendem contribuir na missão de evangelização, procurando formar membros capazes de dar testemunho de que Cristo continua vivo através da sua maneira de viver a fé. Por esta razão, consideramos adequada a denominação de movimento.

O termo “apostolado” enquadra-se na linha do Decreto sobre o Apostolado dos leigos que apresenta o apostolado como dever e direito dos leigos:

“O dever e o direito ao apostolado advêm aos leigos da sua mesma união com Cristo. Com efeito, inseridos pelo Baptismo no Corpo místico de Cristo, e robustecidos pela confirmação com a força do Espírito Santo, é pelo Senhor mesmo que são destinados ao apostolado. São consagrados em ordem a um sacerdócio real e um povo santo (cf. 1 Pe 2,4-10) para que dêem testemunho de Cristo. E os sacramentos, sobretudo a sagrada Eucaristia, comunicam e alimentam neles aquele amor que é a alma de todo o apostolado”⁵³⁸.

E define o apostolado como “o glorioso encargo de trabalhar para que a mensagem divina da salvação seja conhecida e recebida por todos os homens em toda a terra”⁵³⁹.

⁵³⁵ João Paulo II, “Homília na missa dos participantes no Congresso sobre os Movimentos na Igreja”, cit.

⁵³⁶ “Mensagem aos Participantes no Congresso Mundial dos Novos Movimentos Eclesiais e Novos comunidades”, 27 de Maio de 1998, cit.

⁵³⁷ Bento XVI, “Mensagem aos participantes no Encontro dos Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades de América Latina”, 13 de Maio de 2007.

⁵³⁸ AA3.

⁵³⁹ AA3.

Por isso, segundo Cattaneo, pode dizer-se que “o apostolado não é mais visto só como cooperação com a hierarquia, mas como específica missão de levar o Espírito de Cristo a todas as realidades temporais, uma missão que está aberta a inúmeras iniciativas sejam pessoais, sejam comunitárias”⁵⁴⁰. Concretamente, explicita Ratzinger: “Se a dimensão ‘apostólica’ é aquela na qual os movimentos encontram seu lugar na Igreja, então em cada período deve ser fundamental para eles o desejo de levar uma vida apostólica”⁵⁴¹. Portanto, ressalta o mesmo autor:

“Além disso, a vida apostólica, não é um fim em si mesma, mas dá a liberdade de servir. A vida apostólica apela à acção apostólica: em primeiro lugar – mais uma vez, de modos diversos – está o anúncio do Evangelho como o elemento missionário por excelência. Na esteira de Cristo, a evangelização é sempre principalmente *evangelizare pauperibus*, anunciar o Evangelho aos pobres. Mas isto nunca se faz apenas com palavras; a caridade, que é a sua fonte interior, o manancial ao mesmo tempo da sua verdade e da sua acção, tem que ser vivida de modo que se torne anúncio. É por isso que o serviço social, em qualquer de suas formas, está sempre unido à evangelização”⁵⁴².

É este espírito de caridade e entrelaçada que move e alimenta a espiritualidade desses novos movimentos nascidos em Cabinda, justificando deste modo a nossa opção pelo conceito de “Novos Movimentos de Apostolado”.

Finalmente, são “Novos” por ser uma nova realidade na vivência pastoral da diocese de Cabinda, caracterizada, segundo o Papa João Paulo II, pela “comum consciência da ‘novidade’ que a graça baptismal traz à vida, pelo singular anélito por aprofundar o mistério da comunhão com Cristo e com os irmãos, pela firme fidelidade ao património da fé transmitido pelo fluxo vivo da Tradição”⁵⁴³. Esta novidade, sublinha o mesmo Papa, “dá origem a um renovado impulso missionário, que leva a encontrar os homens e as mulheres da nossa época nas situações concretas em que vivem e a pousar um olhar repleto de amor sobre a dignidade, as necessidades e o destino de cada um”⁵⁴⁴. No entendimento de Coda,

⁵⁴⁰ Cattaneo, A. I Movimenti Ecclesiali: Aspetti Ecclesiologici, in *Annales Theologici*, vol 2/11 (1997) 404 (nossa tradução).

⁵⁴¹ Ratzinger, J. “Les mouvements ecclésiaux et leur lieu théologique”. In: *Don de l’Esprit, Espérance pour les hommes. Les mouvements ecclésiaux et les communautés nouvelles* (Actes du Congrès du Conseil Pontifical pour les Laïcs), Editions des Béatitudes, Nouan- le- Fuzelier, 1999, p. 47 (nossa tradução).

⁵⁴² *Ibidem*, p. 47-48 (nossa tradução).

⁵⁴³ “Mensagem aos participantes no Congresso mundial dos Movimentos eclesiais”, cit.

⁵⁴⁴ *Ibidem*.

“a novidade está no facto de que o Espírito Santo, de vez em quando – e sem um plano específico de amor do Pai – destaque, ilumine e torne operante um determinado aspecto do mistério inesgotável de Cristo. Este aspecto, na lógica do plano providencial que guia a história, é uma resposta superabundante ao pedido de uma época: pedido suscitado, em última instância, pelo mesmo Espírito Santo que orienta para o bem as deficiências e até mesmo os pecados dos homens. Assim, há uma realização de um novo *kairós* na história da vinda de Deus entre os homens em Cristo Jesus”⁵⁴⁵.

Por isso, denominamos essas novas formas de agregação, surgidas em Cabinda, de Novos Movimentos de Apostolado. São “Novos” pela sua dinâmica e seus métodos pedagógicos do conhecimento de Cristo propostos pelos seus fundadores; “Movimentos” pelo impulso missionário gerado na vida dos seus membros e de “Apostolado”, por ser esta a sua razão do seu ser, isto é, anunciar Cristo Ressuscitado com palavras e obras. Pois, sublinha o Concílio:

“O dever e o direito ao apostolado advêm aos leigos da sua mesma união com Cristo cabeça. Com efeito, inseridos pelo Baptismo no Corpo místico de Cristo, e robustecidos pela Confirmação com a força do Espírito Santo, é pelo Senhor mesmo que são destinados ao apostolado. São consagrados em ordem a um sacerdócio real e um povo santo (cf. 1 Pe 2,4-10) para que todas as suas actividades sejam oblações espirituais e por toda a terra dêem testemunho de Cristo. E os sacramentos, sobretudo a sagrada Eucaristia, comunicam e alimentam neles aquele amor que é a alma de todo o apostolado”⁵⁴⁶.

Todavia, Favale reconhece que “as realidades agregativas actuais, formadas ordinariamente por fiéis cristãos, e por isso, ditas laicais, recebem nomes diversos. Normalmente fala-se de grupos, comunidades, movimentos, associações. No uso corrente, esta conceptualização, não carente de uma certa indeterminação e ambiguidade, é variável. Pode acontecer que os termos – grupo, comunidade, movimento e associação – sejam usados de maneira equivalente e intercambiável, quase como se se tratasse de sinónimos”⁵⁴⁷. Em Cabinda esta ambiguidade é também notada nas terminologias utilizadas para identificar essas novas formas de agregação onde é atribuída a uma mesma agregação a denominação de grupo, associação e movimento⁵⁴⁸.

⁵⁴⁵ Coda, P. “Les nouvelles communautés ecclésiales et les nouveaux mouvements, don de l’Esprit”. In: Don de l’Esprit, Espérance pour les hommes. Les mouvements ecclésiaux et les communautés nouvelles (Actes du Congrès du Conseil Pontifical pour les Laïcs), Editions des Béatitudes, Nouan- le- Fuzelier, 1999, p. 75 (nossa tradução).

⁵⁴⁶ AA 3.

⁵⁴⁷ Favale, A. Movimenti ecclesiali contemporanei: Dimensioni storiche, teologico-spirituali, ed apostoliche, LAS, Roma, 1991, p. 14 (nossa tradução).

⁵⁴⁸ Por exemplo, veremos no capítulo III desta segunda parte do nosso trabalho sobre a percepção da realidade dos Novos Movimentos de Apostolado que os “Filhos do Reino” são chamados Movimento no Anuário, Associação nos seus estatutos e Grupo no inquérito de questionários e de entrevista.

Contudo, as tentativas de superar esta ambiguidade apareceram na Exortação do Sínodo sobre os Leigos, como podemos ler:

“Nestes tempos mais recentes, o fenómeno da agregação dos leigos entre si assumiu formas de particular variedade e vivacidade. Se na história da Igreja tal fenómeno representou sempre uma linha constante, como o provam até aos nossos dias as várias confrarias, as ordens terceiras e os diversos sodalícios, ele recebeu, todavia, um notável impulso nos tempos modernos que têm visto o nascer e o irradiar de múltiplas formas agregativas: associações, grupos, comunidades, movimentos”⁵⁴⁹.

Nota-se, nesta declaração, uma diferenciação que o Sínodo faz entre associação, grupo, comunidade e movimento mas sem especificar em que consiste esta diferença. Ahamos que é fundamental especificar esta diferença entre grupo, associação e movimento para percebermos melhor a particularidade ou especificidade dos movimentos. No nosso entender, existe uma diferença crucial entre esses três conceitos: grupo, associação e movimento⁵⁵⁰.

De acordo com Birou, “grupo, do italiano *gruppo* significa coisa ligada, unidade social dotada de certa duração cujos membros se consideram ligados entre si de forma concreta pela representação de um modelo de acção ou por esquemas semelhantes de conduta, um conjunto de pessoas ou coisas reunidas para uma finalidade comum a todas (p. ex. grupo político ou empresarial); ou conjunto de seres, ou coisas reunidos em função de certas características comuns (grupo social/ linguístico)”⁵⁵¹. São diversas as expressões que caracterizam os grupos, por exemplo: multidão, plateia, público, bando, associação, equipa, etc.

Em Sociologia, a palavra grupo aplica-se indiscriminadamente a conjuntos diferentes de pessoas, cujas relações se fundem numa série de papéis interligados, e que interagem de modo mais ou menos padronizado e formam os mais diversos grupos sociais, por exemplo: membros de uma igreja, grupo de professores, sócios de um clube, alunos de uma escola, etc.⁵⁵². A unidade de acção de um grupo social é fundamental e produz-se em virtude da conduta dos seus membros, a fim de que a acção do grupo, como um todo, tenha um propósito. Gurvitch define o grupo como “uma unidade colectiva real, mas parcial, directamente observável e baseada em atitudes colectivas,

⁵⁴⁹ CL 29.

⁵⁵⁰ Para esclarecer esta diferença, vamos recorrer a Birou, A., Dicionário de Ciências Sociais, Dom Quixote, Lisboa, 1988, p. 27; p. 135-137; p. 200.

⁵⁵¹ Cf. Op. cit., p. 135.

⁵⁵² Cf. Ibidem, p. 135.

contínuas e activas, tendo uma obra comum a realizar, unidade de atitudes, de obras e de condutas, constituindo um quadro social estruturável, que tende para um equilíbrio particular”⁵⁵³.

A sociologia, na análise dos grupos, classifica os grupos sociais em grupo primário e grupo secundário⁵⁵⁴:

- **Grupo primário** é aquele cujos componentes, em número relativamente pequeno, estão associados de maneira íntima, um grupo, geralmente espontâneo ou aceite, definido mais por motivações afectivas do que por objectivos utilitários. Os contactos são predominantemente pessoais, visando uma convivência estreita e integral dos seus membros. O grupo primário tem uma dimensão limitada; todos os elementos se conhecem e estabelecem entre si relações directas. Distinguem-se, geralmente, duas categorias dentro de grupos primários: de um lado, os grupos naturais, em que nos achamos sem tê-lo directamente procurado ou querido (a família, as ligações de parentesco, a vizinhança); e de outro lado, os grupos de associação a que se adere por afinidade ou comunidade de interesses (clube, sociedade desportiva ou cultural).

- **Grupo secundário** é o grupo social cujos membros, geralmente em número elevado, estão associados em virtude de interesses comuns ou para atingir metas pré-estabelecidas. São grupos de grande dimensão, mais organizada, menos espontâneos que os grupos primários. Neles os contactos são predominantemente impessoais. O grupo secundário é um macro grupo onde predominam as formas de controle social indirecto, chefiado, geralmente, por pessoas ou instituições especializadas. Entre os grupos secundários estão a grande empresa, os sindicatos, as associações, os partidos políticos, etc.

No conceito de “Associação”⁵⁵⁵, aparece a acção ou efeito de associar, entidade que congrega pessoas que têm interesses comuns: associação profissional, desportiva (acção de aproximar, de juntar). Segundo Birou,

“do latim *adsociare*, *associare* (reunir, ligar, associar), no sentido comum, uma associação é, em primeiro lugar, a operação ou o processo pelo qual indivíduos se organizam numa forma de vida social comum. É, em seguida, de maneira mais corrente,

⁵⁵³ Citado por Birou, op. cit., 135.

⁵⁵⁴ Cf. Borou, op. cit., p. 136-137.

⁵⁵⁵ O conceito de “associação” é o único empregado no Direito canónico para falar de agregações de fiéis no Título V: “Das Associações de fiéis” do Livro II: Do Povo de Deus, com três capítulos, de cânones 298 a 329 onde são definidas e classificadas as associações.

o resultado desta operação, isto é, todo o agrupamento organizado e voluntário de várias pessoas com determinado objectivo comum”⁵⁵⁶.

Do ponto de vista jurídico, a associação define-se segundo formas mais precisas e que variam com os países⁵⁵⁷. Por exemplo, nos países anglo-saxónicos, a associação é socio-económica e visa uma administração comum de bens ou de interesses económicos e pelo contrário em França, opõe-se associação à sociedade. A sua lei do 1º de Julho de 1901 define a associação como “a convenção pela qual duas ou várias pessoas reúnem de um modo permanente os seus conhecimentos ou a sua actividade com um objectivo que não seja o de partilhar lucros”⁵⁵⁸. E os seus sinónimos são: agregação, agremiação, aliança, assembleia, clube, coligação, confederação, corporação, federação, grémio, junta, reunião e sociedade.

De facto, esses dois conceitos “Grupo” ou “Associação” são mais próximos e quase sinónimos mas não exprimem melhor a realidade vivida nessas novas formas de agregação dos leigos porque elas são mais do que o simples associar-se ou agrupar-se. Assim, uma associação de estudantes universitários ou um grupo de médicos não é a mesma coisa que um movimento eclesial, como a “Comunhão e Libertação” ou o “Caminho Neocatecumenal”. Por isso, urge a necessidade do esclarecimento desses conceitos, pois associações, grupos e movimentos eclesiais são realidades diferentes.

Como contribuição para a clarificação desta terminologia, recorreremos à distinção feita por Ratzinger de três diversos tipos de movimentos na história recente:

“Chamá-los-ia movimentos, correntes e acções. Ao movimento litúrgico da primeira metade deste século, como também ao movimento mariano que tem estado a ganhar crescente proeminência na Igreja desde o século XIX, não os caracterizaria como movimentos, mas como correntes. Estas correntes podem ter adquirido posteriormente forma concreta em movimentos específicos tais como a Congregação Mariana ou as variadas associações da juventude católica, mas estenderam-se claramente, além delas. Os petítórios, ou as campanhas para reunir assinaturas, pedindo uma mudança no ensino ou na prática da Igreja, que hoje se estão a converter em costume, não podem descrever-se como movimentos, senão como acções”⁵⁵⁹.

E destaca a particularidade do conceito de movimento desta forma:

“O acordar franciscano no século XIII proporciona provavelmente o caso mais claro do que é um movimento: os movimentos, geralmente, derivam na sua origem de um líder carismático e configuram-se em comunidades concretas, inspiradas pela vida do seu

⁵⁵⁶ Cf. Op. cit., p. 27.

⁵⁵⁷ Cf. Ibidem, p. 27.

⁵⁵⁸ Ibidem, p. 27.

⁵⁵⁹ Art. Cit., p. 46-47.

fundador; tentam viver o Evangelho a fundo, na sua totalidade, e reconhecem, sem vacilação, a Igreja como a raiz da sua vida sem a qual não poderiam existir”⁵⁶⁰.

Por sua vez, Canavarro clarifica que “as associações podem classificar-se, segundo os aspectos predominantes na sua fisionomia, em algumas famílias. São três as principais, segundo a designação mais difundida: grupos, associações e movimentos. A divisão entre estas três não é muito precisa e, ao querer defini-las com precisão, podemos cair em algo de artificial”⁵⁶¹. Mesmo assim tenta apresentar a sua diferenciação:

“Grupos: tem como característica principal uma espontaneidade e liberdade na sua formação e desenvolvimento, na adesão e permanência dos membros, no ritmo e conteúdo das reuniões, nos objectivos concretos e imediatos, na disciplina.

Associações: são muito mais estruturadas no que se refere às bases institucionais, aos objectivos, à adesão dos membros e aos projectos de acção.

Movimentos: estão no meio entre grupo e associação. Têm estruturas institucionais, mas o mais importante e o que os define melhor é o facto de se constituírem a volta de uma ideia-força que continuamente impele a acção. Esta ideia-força é a mística que está nos membros e que os congrega à volta de uma figura carismática que primeiramente viveu essa mística e que continuamente a propõe. Muito mais que as normas dos estatutos, um movimento mantém-se e desenvolve-se por um ideal e por um corpo de doutrina que leva a acção”⁵⁶².

Por conseguinte, para o mesmo autor, “há uma variada natureza e um diferente estilo presente nas diversas associações e grupos. Os grupos têm uma grande liberdade, na sua configuração e no seu desenvolvimento; as associações são mais estruturadas. O que define um movimento é, precisamente, o facto de não ser algo de estático, rígido, mas algo que se move”⁵⁶³.

A mesma dificuldade aparece na distinção dos próprios movimentos. Segundo Pié-Ninot, para o canonista é comum classificar a realidade actual dos movimentos desta maneira (cf. J. Beyer, G. Ghirlanda, L. Martínez Sistach...) ⁵⁶⁴:

1. Os movimentos de leigos: compreendem apenas leigos que desejam viver a sua vocação dentro da Igreja no mundo, e, assim, a Acção Católica com os seus diversos

⁵⁶⁰ Ibidem, p. 47.

⁵⁶¹ Canavarro, A. “Novos Movimentos de Espiritualidade e interpretação pastoral”. In: Humanística e Teologia 25 (2004) 277-278, nota 13.

⁵⁶² Cf. Ibidem, p. 278, nota 13.

⁵⁶³ Ibidem, p. 277-278.

⁵⁶⁴ Cf. Pié-Ninot, S. “O Laicato: Os cristãos leigos, Igreja no mundo”. In: <http://www.acnsf.org.br>. Acesso a 07/06/2015 ou In: Lumen Veritatis - N. 7 - Abril/Junho 2009.

movimentos especializados (CIJOC, JECL, MIJARC, MMTTC, MIAMSI, Junior, Pax-Romana - MIIC/MIEC -, Movimento Escuteiro Católico...);

2. Os movimentos de espiritualidade: procuram promover primariamente uma espiritualidade específica (Equipes de Matrimónio...; Ordens terceiras religiosas...);

3. Os movimentos eclesiais: nome típico dos, assim chamados, “novos movimentos” formados por todas as condições de vida na Igreja (leigos e leigas, religiosos e religiosas e ministros ordenados) para viver um aspecto particular da Igreja como a unidade, a comunhão, o amor, o anúncio do Evangelho, a vida evangélica. Como podemos notar nesta distinção, os Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda não podem ser considerados como movimentos eclesiais por ter só como seus membros os fiéis leigos, mas movimentos de espiritualidade. Mas, isso não corresponde à nossa realidade em Cabinda, o que é mais uma prova da dificuldade que continua a existir na classificação destas novas agregações de leigos.

Portanto, no conceito de “Movimento”, aparece uma acção ou resultado de mover (-se) ou ser movido, isto é, deslocamento, troca de posição de um corpo de um lugar para outro, estado em que um corpo muda de lugar ou posição em relação a outro e tem como sinónimos deslocação, evolução ou alteração⁵⁶⁵. Deste modo, o conceito “Movimento” é uma realidade específica e diferente. Esta acção de ser movido e de deslocamento é a marca visível da realidade dos Novos Movimentos Eclesiais e em particular dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda.

Desta forma, reconhecemos que a particularidade de agregação dos fiéis em estudo enquadra-se bem na dinâmica de ser movimento por um acontecimento e, por esta razão, merece ser chamado movimento e não grupo nem associação. Deste modo, justifica-se a nossa opção pelo conceito “Novos Movimentos de Apostolado” ou “Novos Movimentos Apostólicos”, diferenciando-os assim dos outros Novos Movimentos Eclesiais de cariz litúrgico ou espiritual, como são os Grupos corais e as “Células de oração”. O facto de serem “novos” significa que esta novidade se faz em comparação a algo antigo ou do passado, que já tinha acontecido. Por isso, a seguir, vamos tentar situar este fenómeno na história da Igreja para compreendermos melhor a sua novidade.

⁵⁶⁵ Cf. Espinha. M. P. A (org.). Novo Dicionário integral de linguagem portuguesa conforme acordo ortográfico, Textos Editores, Alfragide, 2007, p. 1091.

1.2. Os Movimentos na história da Igreja

O fenómeno dos Movimentos na Igreja não é novo e sempre marcou o itinerário da vida da Igreja. A vontade de viver o Evangelho foi sempre o elemento impulsionador do aparecimento dos movimentos, considerados por Balthasar como “grandes dons de santidade que o Esposo (o Cristo) oferece à sua Esposa (Igreja) nos momentos de crise cultural e eclesial ou nos períodos de viragem histórica”⁵⁶⁶. É nesta perspectiva que González considera os Novos Movimentos Eclesiais como “dons oportunos”⁵⁶⁷. Deste modo, realça Ratzinger: “Um olhar retrospectivo para a história da Igreja ajudar-nos-á a constatar com gratidão que sempre se conseguiu, apesar de todas as dificuldades, dar lugar, na Igreja, às grandes realidades novas que nela germinam”⁵⁶⁸.

1.2.1. A influência do Monaquismo

Desde o século III apareceu um novo elemento na vida da Igreja, o qual pode ser chamado de “movimento”: o monaquismo⁵⁶⁹. Todavia, este movimento não tinha um carácter apostólico e missionário mas era uma fuga do mundo, um escape para ilhas de santidade. Por isso, “na etapa inicial do monaquismo, pode comprovar-se, sublinha Ratzinger, sem dúvida alguma, a ausência de uma tendência missionária, directamente orientada à propagação da fé pelo mundo”⁵⁷⁰.

Atanásio de Alexandria considera que o impulso predominante em Antão do Egipto, figura histórica nos começos do monaquismo, era, de facto, o desejo de viver a vida evangélica, o desejo de viver o Evangelho radicalmente e na sua totalidade⁵⁷¹. Foi esta a razão da sua retirada para o deserto, fugindo à realidade não conforme ao Evangelho vivida nesta época. Desta forma, Ratzinger considera que

“a história da sua conversão (Antão do Egipto) tem uma surpreendente analogia com a de Francisco de Assis. Encontramos em ambos o mesmo impulso de tomar o Evangelho a sério e rigorosamente ao pé da letra, de seguir a Cristo na pobreza total, e de

⁵⁶⁶ Citado por Gonzalez, F.F., *Charismes et mouvements dans l’histoire de l’Église*. In: *Pontificium Consilium Pro Laicis, Les mouvements ecclésiaux dans la sollicitude des évêques, Laïcs aujourd’hui*, Vatican, 2000, p. 71.

⁵⁶⁷ Cf. Idem, p. 71.

⁵⁶⁸ Art. Cit., p. 47.

⁵⁶⁹ Cf. Idem, p. 37.

⁵⁷⁰ Ibidem, p. 37.

⁵⁷¹ Cf. citado por Ratzinger, art. cit., p. 37.

conformar toda a sua vida à d'Ele. A retirada de Antão para o deserto foi um abandono deliberado da estrutura firmemente estabelecida da Igreja local, sair de uma cristandade que se acomodava progressivamente às necessidades da vida secular, para seguir sem compromissos as impressões de Cristo”⁵⁷².

Mas é Basílio que dará ao monaquismo o seu carácter missionário. Todavia, ele não tinha absolutamente nenhuma intenção de criar uma instituição separada, à margem da Igreja normal. Por isso, “a primeira, em sentido estrito, única regra que escreveu não foi concebida – para dizê-lo com von Baltazar – como a regra de uma ordem religiosa, mas pelo contrário como a regra eclesial, “o *Enchiridion* do cristão comprometido”⁵⁷³. Por isso, Gribomont comparou a comunidade monástica fundada por Basílio a uma espécie de fermento: um “pequeno grupo para a vitalização do conjunto”; e não vacilou em considerar Basílio “o pai fundador não somente das ordens educadoras e hospitalares, mas também das novas comunidades sem votos” “⁵⁷⁴. É por esta razão que Ratzinger afirma:

“Está claro, portanto, que o movimento monástico criou um novo centro de vida que não depende, nem da estrutura das comunidades eclesíásticas da Igreja pós-apostólica, nem se confunde com ela mas, na realidade, actua nela como uma força vivificante, e constitui ao mesmo tempo uma espécie de reservatório do qual a Igreja local poderia extrair o clero verdadeiramente espiritual, no qual a fusão de instituição e carismas fosse constantemente renovada. A propósito, é significativo que a Igreja Oriental vá buscar os seus bispos ao mundo monástico e, deste modo, defina o episcopado carismaticamente como um ministério que se renova incessantemente a partir da apostolicidade”⁵⁷⁵.

No mesmo sentido, alinha Sastre Santos:

“A experiência do monaquismo abalará a vida um pouco lânguida dos cristãos, dará um novo vigor à vida da Igreja, contribuirá a modelar a liturgia, favorecerá o desenvolvimento de novas formas de vida do padre e de novas formas de espiritualidade no meio dos fiéis e a aparição de associações eclesiais dum estilo diferente; enfim, consolidará as antigas instituições das virgens consagradas nas suas casas ou das viúvas”⁵⁷⁶.

De facto, depois do monaquismo da Igreja primitiva, a Igreja teve sucessivas ondas de movimentos que renovaram o aspecto universal da sua missão apostólica e serviram, assim, para fomentar a vitalidade espiritual e a autenticidade das Igrejas locais.

⁵⁷² Art. cit., p. 37.

⁵⁷³ Citado por Ibidem, p. 38.

⁵⁷⁴ Citado por Ibidem, p. 38.

⁵⁷⁵ Art. cit., p. 38-39.

⁵⁷⁶ Citado por González, art. cit., p. 81.

1.2.2. A época de São Bento e São Gregório Magno

No período entre o século V e o século VIII, a história da Europa está marcada por uma vasta e impetuosa migração dos povos para a zona mediterrânea. As invasões germânicas são consideradas no mundo romano como uma ameaça e a Igreja é desafiada a consolar as almas abatidas. Portanto,

“face a esta vaga de invasões, sublinha González, a Igreja tornou-se presente pela sua proposição missionária de comunhão. Ela interveio com toda a sua força a fim de limitar o mais possível os efeitos desastrosos dos graves acontecimentos que se passavam. Nesta construção, um papel fundamental deve ser reconhecido ao monaquismo, em particular ao monaquismo beneditino, que porá em marcha um dos movimentos mais incisivos do renovamento da vida da Igreja ao longo da história”⁵⁷⁷.

Deste modo,

“ao lançar o seu movimento, considera o mesmo autor, São Bento não esperava de certeza a enorme influência que ia exercer na história da Igreja e da Europa. Acolhendo nas suas fileiras os monges vindos das populações romanas e germânicas, o monaquismo beneditino incarnou em si o diálogo entre dois mundos, diálogo tornado possível à luz da óptica cristã. O monaquismo exerceu uma função educativa para os novos povos europeus, realizando assim, a partir deles, a verdadeira unificação do Ocidente”⁵⁷⁸.

Na opinião de Ratzinger, a primeira onda do monaquismo missionário floresceu especialmente nos períodos dos pontificados de Gregório Magno (590-604) até Gregório II (715-731) e Gregório III (731-741)⁵⁷⁹. Mas foi o Papa Gregório Magno que intuiu o verdadeiro potencial missionário no monaquismo e o expandiu, enviando o monge Agostinho (mais tarde arcebispo de Cantuária) e seus colegas a evangelizar os pagãos das ilhas britânicas. Já tinha tido lugar a missão irlandesa de São Patrício, que também tinha raízes espirituais monásticas. Assim, para o mesmo autor, “o monaquismo converteu-se num grande movimento missionário, pondo os alicerces da nova Europa cristã, unindo Oriente e Ocidente, no século IX, com grandes figuras missionárias como os irmãos e monges Cirilo e Metódio que levaram a fé cristã ao mundo eslavo”⁵⁸⁰.

⁵⁷⁷ Art. cit., p. 82.

⁵⁷⁸ Ibidem, p. 82-83.

⁵⁷⁹ Cf. Art. cit., p. 39.

⁵⁸⁰ Ibidem, p. 39.

1.2.3. O movimento de reforma de Cluny

Segundo González, “o longo reinado de Carlos Magno (768-814) inaugurou na história da Igreja uma nova época, resumida em dois desafios gravados sobre as moedas que ele mandou fabricar: *Religio christiana et renovatio romani imperi*. Carlos Magno chegou a imprimir na sociedade de novos reinos franco-germânicos a sabedoria da romanidade e o modelo de vida cristã, com ajuda dum novo movimento monástico e renovado, sobretudo graça aos monges beneditinos”⁵⁸¹. Este período compreendido entre o século X e uma parte do século XI foi marcado pela desagregação de muitas estruturas políticas, culturais e também eclesiais herdadas dos séculos precedentes. Foi chamado o “século de ferro” e González nomeia-o “inverno eclesial e social”, que veio suscitar um renascimento iniciado no limiar do século XI e culminou no século seguinte com uma reforma que atingiu todos os sectores da vida da Igreja⁵⁸².

Este mérito deve ser atribuído ao monaquismo renovado com as suas muitas iniciativas de reforma. Cluny foi impulsionador deste movimento de reforma: “No fim do século XI, o movimento monaquista beneditino de Cluny teve um papel fundamental na vida da Igreja. Deu lugar a um estilo de vida eclesial que os historiadores chamam de *Ordo Cluniacensis Ecclesiae*”⁵⁸³. Mediante um processo de associação dos mosteiros individuais numa só congregação, converteu-se no grande movimento de renovação da vida e da devoção cristãs, no qual tomou forma a ideia de Europa.

Mais adiante, no século XI, o dinamismo reformador de Cluny deu lugar à Reforma Gregoriana, que resgatou o papado dos perigos da mundanização e do redemoinho produzido pelas disputas entre os nobres romanos⁵⁸⁴. Em geral, a reforma gregoriana travou a batalha pela liberdade da Igreja, e pela salvaguarda da sua natureza espiritual distintiva, ainda que mais adiante tenha degenerado com frequência numa luta de poder entre o Papa e o Imperador. A este respeito, González sublinha: “É significativo que os novos carismas não pretendiam destruir ou esmagar os antigos. A forma dos novos carismas abalou a velha ordem monástica e, pelo seu testemunho,

⁵⁸¹ Art. cit., p. 83-84.

⁵⁸² Cf. Ibidem, p. 84.

⁵⁸³ Ibidem, p. 85.

⁵⁸⁴ Cf. Ratzinger, Art. cit., p. 41.

lembram a todos – monges, clérigos e leigos – o compromisso da vida cristã e eclesial que deve ser vivido de maneira global e radical”⁵⁸⁵.

Nota-se que todos esses movimentos do monaquismo tinham como grande objectivo reformar as instituições e a vida cristã. Por isso, o mesmo autor sublinha: “A vida eclesial deste período é rica de carismas e de movimentos de renovamento da vida cristã sob todos os aspectos. Considerando a diversidade das situações e de ministérios, vemos que não existe uma única forma de vida cristã. Apesar de ser possível encontrar coincidências de fundo e acentos comuns, essas diversas formas dependem muito do carisma e do temperamento dos seus fundadores e dos seus primeiros filhos e companheiros de carisma”⁵⁸⁶. E realça: “Chegamos, assim, ao fim duma era mas, ao mesmo tempo, ao princípio duma nova época, à qual Deus concederá novas formas oportunas de carismas eclesiais: O século XII será a era dos ‘mendigos’, das Universidades, das grandes crises do pensamento, a era das comunas, da burguesia nascente, pródromos da era moderna que se aproxima”⁵⁸⁷.

1.2.4. A força espiritual do movimento evangélico de Francisco de Assis e Domingos de Gusmão

González descreve, deste modo, o contexto que suscitou o movimento evangélico:

“A Europa abre-se plenamente à actividade comercial, ultrapassando as antigas fronteiras; o bem-estar da população cresce, uns enriquecem e outros permanecem na pobreza dum proletariado que começa a aparecer. O antigo monaquismo, os padres seculares, as ordens cavaleirescas e as estruturas eclesiásticas não percebem nada do novo contexto social. Essas instituições, no passado, florescentes, vivem isoladas, muitas vezes longe do mundo das novas cidades. A Igreja, através dos seus monges, dos seus cavaleiros cristãos e dos seus padres parece acomodada num esplendor enganador”⁵⁸⁸.

Perante este quadro triste aparecem alguns movimentos de reforma que oscilam entre a procura duma autenticidade evangélica e a fascinação das antigas doutrinas gnósticas como resposta ao ardente desejo de renovação do homem e da Igreja. Para ele, “é nesta situação de contradição e de procura sincera da vida evangélica que nascem

⁵⁸⁵ Art. cit., p. 85.

⁵⁸⁶ Ibidem, p. 88.

⁵⁸⁷ Ibidem, p. 88.

⁵⁸⁸ Ibidem, p. 89.

também os movimentos dos mendigos”⁵⁸⁹. E reconhece Moliner: “De facto, a Igreja tinha de resolver três problemas: a burguesia, a pobreza e o anticlericalismo. As novas ordens dos mendigos constituem um sopro de renovação que veio em socorro da Igreja; grupos de homens cheios de ilusões e de santas ambições são muitos a desejar combater por Cristo”⁵⁹⁰.

Por isso, González considera que “as respostas a esses desafios não foram encontradas discutindo à volta duma mesa, mas são milagres das intervenções de Deus na história dos homens”⁵⁹¹. Deste forma, os carismas de Domingos e Francisco e de outros mendicantes como “resposta oportuna às necessidades, são um dom singular, imprevisível e misterioso de Deus à sua Igreja”⁵⁹². Foi o ardente desejo de viver o Evangelho o elemento catalisador do movimento da “vida evangélica” e o recordar à Igreja a vivência do Evangelho para a sua renovação.

A este respeito, Ratzinger afirma:

“Até hoje permanece viva a força espiritual do movimento evangélico, que surgiu no século XIII com Francisco de Assis e Domingos. No que diz respeito a Francisco, é evidente que não queria fundar uma ordem nova, uma comunidade à parte. Só queria, simplesmente, recordar à Igreja a totalidade do Evangelho, reunir um ‘povo novo’, renovar a Igreja pelo Evangelho. Os dois significados da expressão ‘vida evangélica’ entrelaçam-se inseparavelmente: quem vive o Evangelho na pobreza, renunciando aos bens mundanos, deve, ao mesmo tempo, anunciá-lo. Naquele tempo, havia grande necessidade de anunciar o Evangelho, e Francisco considerou justamente que a tarefa essencial para ele e seus irmãos era de pregar aos homens o centro da mensagem de Cristo. Ele e seus queriam ser pregadores do Evangelho”⁵⁹³.

Desta forma, não há dúvida que o movimento evangélico foi um movimento verdadeiramente missionário e apostólico.

1.2.5. Os novos movimentos de evangelização do século XVI

A era moderna trouxe novos desafios para a Igreja com violentos conflitos políticos e sociais, guerras europeias e mundiais, ideologias racionalistas e materialistas. Para lhes fazer face, a Igreja contentou-se com atitudes defensivas através de decretos disciplinares dos concílios e dos tribunais coercivos como a inquisição. González

⁵⁸⁹ Ibidem, p. 89.

⁵⁹⁰ Citado por González, art. cit., p. 89.

⁵⁹¹ Ibidem, p. 89.

⁵⁹² Art. cit., p. 89.

⁵⁹³ Art. cit., p. 41.

reconhece que este modo de actuação nada trouxe de novo, de significativo, à vida interna da Igreja, nem contribuiu para expandir o anúncio missionário⁵⁹⁴.

Pelo contrário o mesmo autor reconhece que foram os movimentos eclesiais impulsionadores da reforma católica, obra dos seus fundadores e seguidores: “Os Santos desta época e as suas fraternidades encorajaram o renovamento da predicação e suscitaram todo um movimento de renovação eclesial que precedeu o Concílio de Trento e influenciou grupos, associações, fraternidades e movimentos sacerdotais”⁵⁹⁵. Este movimento de reforma da vida eclesial vai ter diversas manifestações ou fisionomias com diversas realidades eclesiais, novas associações de fiéis ou confrarias de leigos, novas ordens ou congregações religiosas. Entre elas destacam-se os Jesuítas, que empreenderam uma missão mundial nas novas terras descobertas na América, em África e na Ásia, os Dominicanos e os Franciscanos que tiveram um papel fundamental na história do impulso missionário⁵⁹⁶.

González descreve:

“A vida cristã, em particular a vida religiosa e dos clérigos, mergulhou em condições penosas. É neste contexto que o Espírito intervém na Igreja através de alguns cristãos, que apareceram como uma graça imprevista, mas sempre no momento oportuno: esses cristãos são os fundadores dos oratórios e dos ‘clérigos regulares’, como Santo António Maria Zacarias, São Caetano de Thiene, Santo Inácio de Loiola e tantos outros. Esses cristãos propuseram à Igreja novas formas de vida de comunhão e, muitas vezes, até mesmo sacerdotal, onde a dimensão fundamental que é sempre sublinhada, além da dimensão apostólica, é a da vida em companhia, da fraternidade e da amizade”⁵⁹⁷.

Podemos afirmar, usando a expressão do mesmo autor, que as iniciativas desses cristãos fundadores dos oratórios e dos clérigos foram também “dons oportunos” à Igreja desta época.

1.2.6. A nova onda de movimentos dos séculos XIX e XX

A nova onda de movimentos apostólicos do séc. XIX está marcada pelo aparecimento das congregações especificamente missionárias com impulso de propagar o Evangelho e servir à caridade. Foi mais uma experiência de graça oportuna que se

⁵⁹⁴ Ibidem, p. 91.

⁵⁹⁵ Ibidem, p. 91.

⁵⁹⁶ Cf. Ratzinger, art. cit., p. 43.

⁵⁹⁷ Ibidem, p. 92. Outros santos desta época foram por exemplo Filipe Néri, Camilo de Lélis, Carlos Borromeu, João de Ávila, Teresa de Jesus e como ordens religiosas Filhas de caridade de São Vicente de Paulo, Ordem da Visitação de São Francisco de Sales...

manifestou como reposta concreta dos cristãos aos problemas sociais da época: “A sua experiência carismática define uma modalidade de vida precisa e exprime-se pelas obras de misericórdia e de caridade cristã. Um tal compromisso não se limita simplesmente, para muitos deles, a sarar as feridas da sociedade liberal, mas situa-se como reposta concreta aos problemas sociais dramáticos do momento”⁵⁹⁸.

Desde o princípio, esses movimentos estiveram menos dirigidos à renovação interna da Igreja que à evangelização nesses continentes que mal tinham sido tocados pelo cristianismo. Ratzinger destaca que uma característica desta nova onda de movimentos é que “foi preeminentemente um movimento de mulheres. Caracterizou-se por uma forte ênfase na caridade, no cuidado dos pobres e enfermos”⁵⁹⁹. O período que se segue à primeira guerra mundial está marcado pelo surgimento de muitos movimentos de renovação cristã e duma diversidade de formas de vida consagrada. É a realidade dos novos movimentos eclesiais do século XX que começou a dar os seus primeiros passos. Foi a tomada de consciência da significação da missão cristã do leigo e da sua dimensão missionária que esteve na base deste florescimento dos novos movimentos eclesiais, fruto do encorajamento dos últimos papas dos séculos XX e XXI.

Canavarra resume esta história dos movimentos na Igreja em cinco momentos⁶⁰⁰:

1º Momento: o monaquismo missionário que surgiu nos primórdios da Igreja, levando ao deserto numerosos cristãos desejosos de viverem a perfeição evangélica que a cidade secular tornava difícil, tendo desembocado nas várias formas de monaquismo.

2º Momento: a Idade Media que foi palco de vários movimentos, diversos na sua inspiração e estruturação, mas todos referenciados a uma forma de evangelização procurando viver a pobreza ou a oração. Entre estes é impossível esquecer aqueles que deram origem às ordens mendicantes, especialmente aos Franciscanos e Dominicanos.

3º Momento: a Época Moderna, marcada pelo Renascimento, época assinalada por uma onda de grande humanismo antropocêntrico, misturado com a soberba e o prazer, de riquezas e grande desfrute, o gozar da vida, viu surgir vários movimentos de penitentes e flagelantes, assim como aqueles que procuravam o aprofundamento da

⁵⁹⁸ Ibidem, p. 99.

⁵⁹⁹ Cf. Art. cit., p. 44.

⁶⁰⁰ Cf. Canavarra, art. cit., p. 274-275.

Palavra de Deus. À volta de figuras como Vicente Ferrer, Catarina de Sena, reuniram-se grandes multidões de fervorosos fiéis.

4º Momento: Época Contemporânea, situada entre o séc. XIX e a 1ª metade do séc. XX, viu nascer, quase sempre sob a influência de um homem ou mulher possuídos pelo Espírito, bastantes movimentos, em forma de Fraternidades ou Pias Uniões, cuja acção foi importante, tanto na vida como na actividade da Igreja.

5º Momento: A segunda metade do séc. XX foi marcada em simultâneo com as formas associativas de vida cristã que vinham das épocas anteriores, pelo aparecimento dos chamados novos movimentos eclesiais e novas comunidades.

A conclusão de González merece um destaque para uma melhor compreensão do fenómeno dos novos movimentos na história da Igreja:

“Cada época da história tem verdadeiros movimentos eclesiais, que se manifestam como resposta oportuna às necessidades dos tempos e que florescem sob diversas formas. Muitas vezes, dão origem a ordens religiosas, associações ou fraternidades e companhias de padres e de leigos, homens e mulheres consagrados ou não na virgindade. As formas dessas realidades de comunhão nunca são idênticas e é precisamente a razão pela qual elas conhecem sempre dificuldades para encontrar um lugar específico no direito canónico da época. Apesar disso, todos esses movimentos exercem uma forte incidência na vida e actividade da Igreja”⁶⁰¹.

Por isso, o mesmo autor sublinha que “esses movimentos são historicamente os instrumentos através dos quais a Providência se esforça para tornar presente o acontecimento de Cristo com mais evidência na vida da Igreja e por conseguinte na vida do mundo”⁶⁰². Ratzinger remata: “É o que acontece nas origens de quase todos os movimentos, também e de modo especial no nosso século: o que procuram não é uma comunidade à parte, senão uma forma integral de cristianismo, uma Igreja que seja obediente ao Evangelho e que o viva”⁶⁰³.

De tudo isto, o mesmo autor sublinha que emergem claramente dois dos elementos constitutivos do que significa ser um “movimento”⁶⁰⁴:

a. O papado não criou os movimentos, mas foi o seu impulsionador importante dentro da estrutura da Igreja, o seu suporte eclesial. Foi da mão do papado que os

⁶⁰¹ Art. cit., p. 102.

⁶⁰² Ibidem, p. 102.

⁶⁰³ Art. cit., p. 43.

⁶⁰⁴ Cf. Ibidem, p. 40.

movimentos transcenderam os limites geográficos e estruturais das Igrejas particulares para se tornarem evangelizadores e missionários.

b. A motivação da vida evangélica, que fez surgir o movimento monástico com santo Antão do Egito, continua determinante, pondo em evidência a pobreza e liberdade como condições para um serviço ao Evangelho que vai além da sua própria pátria e da sua comunidade. Este serviço é a meta e o sentido da vida evangélica, característica fundamental dos movimentos apostólicos, a sua razão de ser como foi testemunhado ao longo da história da Igreja.

Por isso, conclui: “Neste ponto, para evitar mal-entendidos, deve-se dizer muito claramente que os movimentos apostólicos aparecem com formas sempre novas ao longo da história e isto necessariamente, porque são a resposta do Espírito Santo às situações sempre mutantes em que vive a Igreja”⁶⁰⁵. E já como Papa realçou: “Os Movimentos nasceram precisamente da sede da vida verdadeira; são Movimentos pela vida sob todos os aspectos”⁶⁰⁶. Por este motivo, a compreensão desta realidade, tendo em conta a sua diversidade, passa pelos seus elementos de convergência.

1.3. Critérios da leitura do fenómeno dos Novos Movimentos Eclesiais

O percurso feito ao longo destes 2000 anos da presença da Igreja no mundo fez-nos perceber que houve sempre novos movimentos como respostas aos grandes desafios para uma nova vida dentro da Igreja e na sociedade. Não é fácil definir “os Novos Movimentos Eclesiais”, uma posição sustentada por Borges Neto nesses termos: “Devemo-nos perguntar se, sendo as realidades em jogo ainda bastante jovens (tratamos de realidades eclesiais contemporâneas) e navegando num mar de vastas novidades, estamos já em condições de circunscrevê-las em claras definições, se isto é realmente conveniente ou se explicações muito estreitas neste momento não poderiam ser até mesmo perigosas e danosas”⁶⁰⁷.

Sobre este perigo já tinha alertado o então prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, o Card. Ratzinger: “Dever-se-ia ponderar também em não propor uma

⁶⁰⁵ Ibidem, p. 46.

⁶⁰⁶ Bento XVI. “Homília na vigília de Pentecostes no encontro dos Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades”, de 3 de Junho de 2006, cit.

⁶⁰⁷ Borges Neto, R.S., “Os Movimentos Eclesiais Contemporâneos e Comunidades Novas”. In: Actualidade Teológica, Ano XVI, nº42, (Set.-Dez de 2012) 566.

definição muito rigorosa, porque o Espírito Santo tem prontas surpresas em cada momento, e só retrospectivamente temos condições de reconhecer que por trás das grandes diversidades existe uma essência comum”⁶⁰⁸. E apresenta desta forma esta essência comum:

“Tudo isso pressupõe – na maioria das vezes, graças ao grande entusiasmo que vem do carisma originário – pressupõe um profundo encontro pessoal com Cristo. Tornar-se comunidade, construir-se como comunidade não exclui – antes exige – dimensão pessoal. Só quando a pessoa é atingida e marcada por Cristo na sua intimidade mais profunda é que se pode também tocar a intimidade dos outros, só então pode haver reconciliação no Espírito Santo, só então pode crescer uma verdadeira comunhão. É no âmbito desta estrutura cristológico-pneumatológica e existencial básica que podem ocorrer as mais diversas cambiantes e especificidades, nas quais incessantemente acontece a novidade do cristianismo e nas quais o Espírito renova incessantemente a juventude da Igreja (cf. Sl 103, 5)”⁶⁰⁹.

Por isso, o mesmo autor aconselhou o respeito da natureza de mobilidade e novidade própria dos movimentos eclesiais sem querer chegar apressadamente a uma definição muito precisa. E afirmou: “Esta tentativa de encontrar uma verdadeira classe de definição do que constitui um movimento eclesial é, sem nenhuma dúvida, muito insatisfatória. Mas ajuda-nos a isolar um número de critérios que podem, por assim dizer, tomar o lugar de uma definição”⁶¹⁰.

Deste modo, a melhor definição só pode ser feita na base da compreensão da identidade, a vocação e a missão de cada movimento, o que tornaria impossível uma definição genérica, tendo em conta a sua diversidade. A alternativa encontrada para ultrapassar este impasse da compreensão da realidade do fenómeno dos Novos Movimentos Eclesiais passa por encontrar neles elementos de convergência, como é sublinhado pelo Papa João Paulo II: “Encontram (neles) as linhas de uma vasta e

⁶⁰⁸ Art. cit. p. 47. Esta mesma dificuldade de definir os Novos Movimentos Eclesiais foi reconhecida em Dezembro de 2006, quando a comissão do leigo da Assembleia dos Bispos Católicos do Québec convidou os delegados dos movimentos das suas dióceses para reflectirem sobre a sua participação na missão da Igreja local. Perante a variedade desses movimentos, muitos participantes pediram à comissão do leigo para propor uma definição geral do que é um movimento e estabelecer a distinção entre os movimentos, os movimentos eclesiais, as novas comunidades e as associações de fiéis. Depois de consultar muitos documentos, como o Código de direito canónico e o Catecismo da Igreja ou outros livros de consulta de vocabulários e de dicionários sobre as palavras do catolicismo e outros textos de referência, a definição que aparece geralmente resume-se à palavra “associação”, apesar das características ou descrição dos movimentos ou associação. Portanto, o termo mais utilizado nos documentos oficiais recentes é a expressão “Movimentos eclesiais” que engloba as associações de leigos, diversos movimentos e grupos de vida cristã (cf. Comité de laïcité de l’assemblée des Evêques Catholiques du Québec ecq, Les mouvements dans l’Eglise locale, 2005. In <http://www.eveques.qc.ca>. Consultado a 23/03/2013).

⁶⁰⁹ Art. cit., p. 48.

⁶¹⁰ Ibidem, p. 46.

profunda convergência na finalidade que os anima: a de participar responsabilmente na missão da Igreja, de levar o Evangelho de Cristo, qual fonte de esperança para o homem e de renovação para a sociedade”⁶¹¹.

E apresentou estes elementos de convergência como critérios fundamentais para a sua leitura como fenómeno sempre presente na Igreja⁶¹²:

- **1º O primado dado à vocação de cada cristão à santidade** como missão dos movimentos eclesiais. Nesse sentido, toda e qualquer agregação de fiéis leigos é chamada a ser, sempre e cada vez mais, instrumento de santidade na Igreja, favorecendo e encorajando “uma unidade mais íntima entre a vida prática dos membros e a própria fé” como crescimento para a plenitude da vida cristã e para a perfeição da caridade.

- **2º A profissão da fé católica** pelo acolhimento e proclamação da verdade sobre Cristo, sobre a Igreja e sobre o homem, em obediência ao Magistério da Igreja, que autenticamente a interpreta. Por isso, toda a agregação de fiéis leigos deve ser lugar de anúncio e de proposta da fé e de educação na mesma, no respeito pelo seu conteúdo integral.

- **3º Obediência à hierarquia** que passa pelo testemunho de uma comunhão sólida e convicta com o Papa, centro perpétuo e visível da unidade da Igreja universal, e com o Bispo “princípio visível e fundamento da unidade” da Igreja particular, e aos seus colaboradores nas paróquias ou nas comunidades cristãs. Esta comunhão com o Papa e com o Bispo deve concretizar-se na disponibilidade leal em aceitar os seus ensinamentos doutrinários e orientações pastorais. Pois, a comunhão eclesial exige, além disso, que se reconheça a legítima pluralidade das formas agregativas dos fiéis leigos na Igreja e, simultaneamente, a disponibilidade para a sua recíproca colaboração.

- **4º A vocação ao apostolado** feito na conformidade e a participação na finalidade apostólica da Igreja, que é a evangelização e a santificação dos homens e a formação cristã das suas consciências, de modo a conseguir permear de espírito evangélico as várias comunidades e os vários ambientes. Nesta linha, exige-se de todas as formas agregativas de fiéis leigos, e de cada uma delas, um entusiasmo missionário que as torne, sempre e cada vez mais, sujeitos de uma nova evangelização.

⁶¹¹ CL 29.

⁶¹² Cf. CL 30.

- **5º O testemunho de vida**, isto é, o empenho de uma presença na sociedade humana que, à luz da doutrina social da Igreja, se coloque ao serviço da dignidade integral do homem. Assim, as agregações dos fiéis leigos devem converter-se em correntes vivas de participação e de solidariedade para construir condições mais justas e fraternas no seio da sociedade; por outras palavras, fazer dos seus membros testemunhas do Ressuscitado.

Para facilitar esta leitura do fenómeno dos Movimentos Eclesiais, o mesmo Papa enumera frutos concretos que devem acompanhar a vida e as obras dessas diversas novas formas associativas⁶¹³: o gosto renovado pela oração, a contemplação, a vida litúrgica e sacramental; a animação pelo florescimento de vocações ao matrimónio cristão, ao sacerdócio ministerial, à vida consagrada; a disponibilidade em participar nos programas e nas actividades da Igreja, tanto a nível local como nacional ou internacional; o empenhamento catequético e a capacidade pedagógica de formar os cristãos; o impulso em ordem a uma presença cristã nos vários ambientes da vida social e a criação e animação de obras caritativas, culturais e espirituais; o espírito de desapego e de pobreza evangélica em ordem a uma caridade mais generosa para com todos; as conversões à vida cristã ou o regresso à comunhão por parte de baptizados “afastados”. Esses frutos apareceram em épocas diferentes com formas diversas, provas da preocupação de viver o Evangelho, o verdadeiro impulso do surgimento dos movimentos na história da Igreja.

Deste modo, a nossa intenção ao optar estudar este fenómeno em Cabinda é procurar saber se tais frutos são produzidos pelos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda para serem também considerados como “resposta providencial” ou “dons oportunos” aos novos desafios da evangelização ou da inculturação. E se tais frutos não são produzidos, o que pode ser feito para que o sejam? Mas, antes de responder, é preciso descobrirmos o rosto do verdadeiro protagonista desses Movimentos Eclesiais que apareceram e continuam a aparecer na história da Igreja. Pois, não são fenómenos que surgiram ou que surgem por acaso e têm, todos eles, no seu aparecimento, um rosto que é o seu verdadeiro protagonista.

⁶¹³ Cf. CL30.

1.4. O Espírito Santo, Verdadeiro Protagonista dos Movimentos na Igreja

O Espírito Santo foi e será sempre o verdadeiro e surpreendente protagonista da história da salvação. Por isso, o Papa João Paulo II proclama-o protagonista da Missão porque o Espírito trabalha o coração dos apóstolos que anunciam e das pessoas que os escutam. Ele guia a missão da Igreja até ao fim do mundo, até aos confins da terra, derrotando os limites impostos pelo espaço e pelo tempo⁶¹⁴. O Espírito Santo torna a Igreja Missionária, de alcance universal. Ele sopra onde quer e está presente e operante em todo o tempo e lugar.

A acção do Espírito Santo está bem visível na Igreja primitiva: desce sobre os apóstolos e estes saem corajosos a anunciar o Cristo ressuscitado no dia de Pentecostes (Act 2,1-13), guia Filipe ao encontro do etíope (Act 8,29), leva Pedro a casa de Cornélio (Act 11,12), guia a Igreja de Antioquia no discernimento para reservarem Paulo e Barnabé para a missão aos gentios (Act 13,2-4), impede Paulo de ir para a Ásia (Act 16,6) e avisa-o das dificuldades que encontrará (Act 20,22). Perante as dificuldades e a incapacidade das instituições e estruturas para corresponder às necessidades dos indivíduos ou dos grupos, o Espírito Santo sempre sugeriu soluções em cada circunstância, como fez na Igreja primitiva na escolha dos diáconos (Act 6,14) e no conflito entre os judeus e pagãos convertidos com a convocação do “primeiro concílio de Jerusalém” de onde saiu esta convicção: “De facto, o Espírito Santo e nós decidimos não vos impor nenhum outro peso além destas coisas necessárias” (Act 15,28).

O Papa João Paulo II descreve a actuação do Espírito Santo desta maneira:

“Ele, na realidade, actuava já desde o início no mistério da criação e ao longo de toda a história da Antiga Aliança de Deus com o homem. A sua acção foi plenamente confirmada pela missão do Filho do homem como Messias, que veio pelo poder do Espírito Santo. No ápice da missão messiânica de Jesus, o Espírito Santo torna-Se presente no mistério pascal em toda a sua subjectividade divina: como Aquele que deve continuar agora a obra salvífica radicada no sacrifício da Cruz. Esta obra, sem dúvida, foi confiada por Jesus a homens: aos Apóstolos e à Igreja. No entanto, nestes homens e por meio deles, o Espírito Santo permanece o transcendente sujeito protagonista da realização desta obra, no espírito do homem e na história do mundo: Ele, o Paráclito invisível e, simultaneamente, onnipresente. O Espírito que ‘sopra onde quer’”⁶¹⁵.

Nesta perspectiva, o Espírito Santo é dom de Deus para todos. Não é monopólio de nenhum povo, nem de ninguém. Esta dimensão universal está patente na profecia de

⁶¹⁴ Cf. RM 21. 22. 26-27.

⁶¹⁵ RM 159.

Joel ao afirmar que Deus “vai derramar o Seu Espírito sobre todas as criaturas” (Jl 2,28). Deus não faz distinções de pessoas e tem total liberdade na escolha. Não é por acaso que os Judeus se admiraram “de que Deus concedesse o dom do Espírito Santo também aos gentios” (Act 10,45; 15,8). O plano de Deus manifestado em Jesus tornou-se universal, incluindo todas as nações.

Portanto, o Espírito Santo é dom de Jesus à sua Igreja: “Não vos deixarei sós e vos enviarei o Consolador” (Jo 14,18). Assim, a vida da Igreja, como a vida dos seus discípulos, é alimentada pelo Espírito Santo porque “é o Espírito que dá Vida” (Jo 6,63), uma dimensão bem explicitada por Paulo ao afirmar que “o Espírito de Jesus mora nos seus discípulos” (Rom 8,9-11 e 1 Cor 3,16), concedendo-lhes sabedoria, força e entendimento. João afirma que o Espírito ensina tudo aos discípulos (1 Jo 2,27) e os conduz à verdade plena (Jo 16,13). O Espírito Santo é apresentado como aquele que cura, defende, consola, ajuda do alto (Jo 15,25), favorece a auto-compreensão e concede a capacidade de perdão (Jo 20,22)⁶¹⁶.

Para o Papa João Paulo II, está posta em evidência também a estreita correlação de conteúdo e de intenção com o anúncio e a promessa feita por Jesus aos seus discípulos, nas palavras de São João: “Teria ainda muitas coisas para vos dizer, mas por agora não estais em condições de as compreender. Quando, porém, Ele vier, o Espírito da verdade, guiar-vos-á para toda a verdade; porque Ele não falará por si mesmo, mas de tudo o que tiver ouvido e anunciar-vos-á as coisas que estão para vir”⁶¹⁷. Com as palavras precedentes, considera o Papa, Jesus apresenta o Consolador, o Espírito da verdade, como Aquele que “ensinará e recordará”, como Aquele que “dará testemunho” dele; agora diz: “Ele guiar-vos-á para toda a verdade”. Este “guiar para toda a verdade”, em relação com aquilo que “os Apóstolos, por agora, não estão em condições de compreender”, está necessariamente em ligação com o despojamento de Cristo, por meio da sua paixão e morte de Cruz, que então, quando ele pronunciava estas palavras, já estava iminente⁶¹⁸.

Numa perspectiva mais ampla, afirmar a nossa fé no Espírito Santo significa afirmar a nossa prontidão em reconhecer as maneiras como o Espírito está activo e presente na história humana, na sociedade, na Igreja, nas pessoas, nas ideias, nas

⁶¹⁶ Cf. DV 5.

⁶¹⁷ Cf. DV 6.

⁶¹⁸ Cf. Idem.

iniciativas para a vivência do Evangelho. Por isso, não podemos permanecer surdos quando o Espírito fala, nem cegos quando Ele actua: já o profeta Isaías avisou no Antigo Testamento: “Não entristeçais o Espírito Santo” (Is 63,10) e no Novo Testamento adquirem particular eloquência as exortações do Apóstolo São Paulo: “Não extingais o Espírito!” (1 Tes 5,19), “Não contristeis o Espírito Santo!” (Ef 4,30). E nos nossos tempos o Papa Paulo VI afirmou: “Nunca será possível haver Evangelização sem a acção do Espírito Santo”⁶¹⁹; ou ainda: “Não foi por puro acaso que a grande abalada para a Evangelização sucedeu na manhã de Pentecostes, sob a inspiração do Espírito que é o agente principal da Evangelização”⁶²⁰.

De facto, o Espírito mostrou-se, como sempre, presente nas novas energias mentais e espirituais que deram origem a novas instituições, criaram uma nova onda de pensamento e acção, evocaram novas e radicais formas de empenho e compromisso, antes impensáveis; os leigos inspirados deram origem a novos movimentos eclesiais dedicados à partilha e ao testemunho do Evangelho, precisamente quando os institutos missionários tradicionais se encontravam um pouco perdidos em questionamentos internos.

Por isso, o Papa João Paulo II via esses novos movimentos e novas comunidades como uma resposta, suscitada pelo Espírito Santo a este dramático desafio de fim de milénio⁶²¹. E afirmou de voz alta: “Vocês são esta resposta providencial”⁶²². O então Cardeal Ratzinger concorda:

“Mas eis que surgiu, improvisamente, algo que ninguém tinha projectado. Eis que o Espírito Santo, por assim dizer, tinha pedido outra vez a palavra. E em jovens, homens e mulheres, reflorescia a fé, sem ‘ses’ nem ‘mas’, sem subterfúgios nem escapatórias, vivida na sua integralidade como dom, como um presente precioso que faz viver. É claro, não faltou quem visse isso como algo que incomodaria os seus debates intelectualistas e projectos de construção de uma Igreja diferente e feita à sua própria imagem. E como poderia ser diferente? Onde irrompe, o Espírito Santo desfaz sempre os projectos dos homens”⁶²³.

O mesmo autor, já como Papa, afirma:

“Se consideramos a história, se olhamos esta assembleia aqui na Praça de São Pedro, então compreendemos como Ele (o Espírito Santo) suscita sempre novas dádivas; observamos como são diferentes os órgãos que Ele cria; e como, sempre de novo, age

⁶¹⁹ EN 75.

⁶²⁰ Ibidem.

⁶²¹ RM 72.

⁶²² “Discurso no encontro de Pentecostes”, 30 de Maio de 1998, cit.

⁶²³ “Les mouvements ecclésiaux et leur lieu théologique”, p. 24.

corporalmente. No entanto, nele, a multiplicidade e a unidade caminham juntas. Ele sopra onde quer. E fá-lo de maneira inesperada, em lugares imprevisíveis e de maneiras precedentemente inimagináveis”⁶²⁴.

Neste momento de grande dinamismo eclesial, o desafio do discernimento em diálogo impõe-se, particularmente, aos líderes e às pessoas com autoridade na Igreja, porque ninguém tem o monopólio do Espírito: Ele “pertence” à comunidade de todos os que acreditam em Cristo, à Igreja. Por outras palavras, é o Espírito Santo o impulsionador da vontade de viver o Evangelho. Pois, como sublinha o Papa João Paulo II:

“Sempre é o Espírito que actua, quer quando dá vida à Igreja impelindo-a a anunciar Cristo, quer quando semeia e desenvolve os seus dons em todos os homens e povos, conduzindo a Igreja à descoberta, promoção e acolhimento desses dons, através do diálogo. Qualquer presença do Espírito deve ser acolhida com estima e gratidão, mas o discerni-la compete à Igreja, à qual Cristo deu o Seu Espírito para a guiar até à verdade total (cf. Jo 16,13)”⁶²⁵.

Deste modo, reconhecemos o sinal do brilho de Cristo no rosto da Igreja no surgimento desses Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades; neles identificamos os efeitos da acção criadora do Espírito Santo na Igreja do nosso tempo. Sendo assim, são frutos da índole carismática da própria Igreja. De facto,

“no meio dos problemas, das desilusões e das esperanças, das deserções e dos retornos desta nossa época, a Igreja continua fiel ao mistério do seu nascimento. Se é um facto histórico que a Igreja saiu do Cenáculo no dia do Pentecostes, também pode dizer-se que, em certo sentido, ela nunca o abandonou. Espiritualmente, o acontecimento do Pentecostes não pertence só ao passado: a Igreja está sempre no Cenáculo, que traz no seu coração”⁶²⁶.

O Concílio Vaticano II sublinhou a missão do Espírito Santo no dia de Pentecostes desta forma: “Consumada a obra que o Pai confiou ao Filho para Ele cumprir na terra (cf. Jo 17,4), foi enviado o Espírito Santo no dia de Pentecostes, para que santificasse continuamente a Igreja e deste modo os fiéis tivessem acesso ao Pai, por Cristo, num só Espírito (cf. Ef 2,18). Ele é o Espírito de vida, ou a fonte de água que jorra para a vida eterna (cf. Jo 4,14; 7,38-39); por quem o Pai vivifica os homens mortos pelo pecado, até que ressuscitem em Cristo os seus corpos mortais (cf. Rom. 8,10-11). O Espírito habita na Igreja e nos corações dos fiéis, como num templo (cf. 1 Cor 3,16;

⁶²⁴ Bento XVI, “Homilia na celebração das primeiras vésperas da vigília de Pentecostes no encontro com os movimentos eclesiais e as novas comunidades”, 3 de Junho de 2006, cit.

⁶²⁵ RM 29.

⁶²⁶ DV 66.

6,19), e dentro deles ora e dá testemunho da adopção de filhos (cf. Gl. 4,6; Rom. 8, 15-16.26)”⁶²⁷. E prossegue: “A Igreja, que Ele conduz à verdade total (cf. Jo 16, 13) e unifica na comunhão e no ministério, enriquece-a Ele e guia-a com diversos dons hierárquicos e carismáticos e adorna-a com os seus frutos (cf. Ef. 4,11-12; 1 Cor 12,4; Gl. 5,22). Pela força do Evangelho rejuvenesce a Igreja e renova-a continuamente e leva-a à união perfeita com o seu Esposo. Porque o Espírito e a Esposa dizem ao Senhor Jesus: “Vem” (cf. 22,17)”⁶²⁸. O fenómeno dos Novos Movimentos Eclesiais é a prova dos dons carismáticos para rejuvenescência e renovação da Igreja de Cristo.

O Papa João Paulo II descreve, deste modo, este viver permanente do acontecimento do Pentecostes na vida da Igreja: “A presença e acção do Espírito não atingem apenas os indivíduos, mas também a sociedade e a história, os povos, as culturas e as religiões. Com efeito, Ele está na base dos ideais nobres e das iniciativas benfeitoras da humanidade peregrina: ‘com admirável providência, o Espírito dirige o curso dos tempos e renova a face da terra’”⁶²⁹. Por esta razão, o mesmo Papa não hesitou em considerar essas novas formas de agregação laical como “resposta providencial aos novos desafios da evangelização” e “dom do Espírito Santo à Igreja”. Por outras palavras, o Papa afirma que o Espírito Santo é o verdadeiro protagonista dessas novas agregações surgidas na Igreja.

A forma de agregação por nós escolhida para este estudo enquadra-se na dinâmica da história do fenómeno dos “Novos Movimentos” na Igreja, um fenómeno sempre presente nos momentos cruciais da história da Igreja como “respostas oportunas” aos desafios de cada época em viver o Evangelho, tal como foi iniciado por Santo Antão do Egipto. Sendo assim, os “Novos Movimentos” serão sempre a obra do Espírito Santo, “dons providenciais” oferecidos à Igreja para responder aos novos desafios da evangelização de cada época.

Desta forma, vamos procurar aplicar a mesma lógica ao florescimento dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda, para verificamos se são também “dons do Espírito Santo”, oferecidos à diocese de Cabinda para responder aos novos desafios da inculturação. Para percebermos melhor esta “marca carismática” é

⁶²⁷ LG 4.

⁶²⁸ Ibidem.

⁶²⁹ RM 28.

preciso conhecermos os contornos do ambiente onde surgiu este fenómeno e fá-lo-emos através da radiografia da situação geopolítica, socio-económica e religiosa deste território.

Capítulo 2:

Caracterização da realidade de Cabinda

A realidade de Cabinda gira em volta da sua situação geográfica, o elemento-chave que explica a complexidade da sua história com implicações socio-políticas e religiosas. Esta importância da sua situação geográfica vem de longe, como mencionada por Almeida: “Graças à sua situação geográfica, sobretudo por estar relativamente perto do rio Zaire, Cabinda foi à época da Revolução Industrial um ponto de referência interessante para as grandes potências coloniais europeias”⁶³⁰. Cabinda tornou-se assim o lugar estratégico e de conflito de interesses entre grandes potências da época. E, hoje esta situação não se alterou, pois a mesma situação geográfica continua a determinar a sua situação política actual com os contornos e consequências na vida social e económica do seu povo e atingindo ao mesmo tempo a sua dimensão religiosa. Começamos por conhecer Angola para percebermos melhor a realidade do território de Cabinda.

2.1. Alguns dados sobre Angola

2.1.1. Dados geopolíticos de Angola

Angola tem uma área de 1.246.700 km², uma população de 18,4 milhões habitantes, estimada em 2009, localizada na região ocidental da África Austral, o seu território é mais de duas vezes maior do que o da França e o da Grã-Bretanha, e quase doze vezes maior do que o de Portugal. Faz fronteira, a Norte e Nordeste, com a República Democrática do Congo, a Leste com a Zâmbia e a Sul com a Namíbia, sendo banhada a Oeste pelo Oceano Atlântico.

Hoje, Angola, tendo em conta a sua posição geográfica, tornou-se uma peça política incontornável ao nível da África subsaariana, consequência do seu poder militar e também financeiro, que permitiram às elites angolanas negociarem os termos de sua

⁶³⁰ Almeida, E. C., “O Díficil Processo de Definição de Fronteiras e Pertenças Político-identitárias no Debate de Cabinda”, in *Cadernos de Estudos Africanos*, 25 (2013) 69 ou In <http://www.cea.revues.org>. Consultado a 29/01/2012.

integração política a partir de posições sólidas⁶³¹. Por isso, Sogge conclui: “O caso angolano ilustra os privilégios geopolíticos da indústria petrolífera, que detém uma espécie de *laissez-passer* através inclusive das fronteiras ideológicas mais bem fortificadas”⁶³². O mesmo autor ilustra:

“Quanto à política regional, Angola normalmente age de forma unilateral, por vezes utilizando a força armada. Alguns observadores notam ali um desejo de hegemonia regional, de um poder de influência que rivalize com o de África do Sul. Essas ambições não passaram despercebidas em Washington DC, onde soou o alarme ao entrarem as forças armadas angolanas nos dois Congos, e noutros lugares, para salvar regimes aliados. Outrora vista em Washington como fonte de “desestabilização regional”, hoje, cessadas essas preocupações, vê-se Angola benignamente como força instrumental de polícia na região”⁶³³.

E, prossegue, quanto à forma de governação:

“Constitucionalmente, Angola é uma democracia parlamentar. A separação dos poderes executivo, legislativo e judiciário propicia os freios e contrapesos ao sistema. Formalmente, o povo pode fazer-se ouvir por meio dos diversos partidos, organizações civis e meios de comunicação. Sem embargo, essa estrutura formal não reflecte o modo em que efectivamente funciona a política no país. Prevalecem as regras informais e as relações pessoais, normalmente por detrás de uma fachada de acordos formais e menos vinculantes de resolver disputas”⁶³⁴.

De facto, “a realidade é que a política angolana gravita em torno da Presidência, o *Futungo*⁶³⁵, donde se administram as estruturas clientelares, que em vários pontos se cruzam com o partido dominante, o MPLA. Esse monopólio de poder tem expressão oficial, haja vista os poderes de nomeação e demissão de quaisquer membros do poder judiciário, do Tribunal Supremo até ao Tribunal de Contas. Ainda, age também informalmente, a aparelhar importantes organismos oficiais, como a Comissão Nacional Eleitoral, com assecclas do partido governista”⁶³⁶. Por outras palavras, é uma democracia tecida ao gosto do poder em exercício, o que pode significar uma democracia parlamentar mascarada.

⁶³¹ Cf. Sogge, D. Angola: “Estado fracassado” bem-sucedido, Fride, 2009, p. 10.

In: <http://www.fride.org>. Consultado a 26/09/ 2013.

⁶³² Ibidem, p. 4.

⁶³³ Ibidem, p. 11.

⁶³⁴ Ibidem, p. 11.

⁶³⁵ Futungo foi a zona ou local da antiga residência presidencial e que agora mudou para a cidade alta. Em Angola esta terminologia era antigamente ligada à presidência da República com todos os seus serviços.

⁶³⁶ Sogge, art. cit., p. 15-16.

2.1.2. Dados socio-económicos de Angola

Angola dispõe das mais importantes reservas de petróleo⁶³⁷, gás natural e diamantes de África, além de outros valiosos recursos mineiros. A cascata de descobertas de petróleo em águas profundas, desde 1993, incrementou a produção ao nível actual de cerca de um milhão de barris/dia. A eventual criação de um novo pólo petrolífero ao largo do Lobito, na província de Benguela, vai transformar Angola num produtor ao nível da Nigéria e com um peso equivalente ao dos Emirados Árabes Unidos na balança petrolífera mundial⁶³⁸. Actualmente, 63% da produção petrolífera de Angola é exportada para os EUA (representando 8% das importações americanas) e para outros mercados, nomeadamente europeus (França, Portugal, etc.), asiáticos (China, Coreia do Sul, Filipinas, Índia e Japão) e africanos (ao nível dos países da África Austral).

O petróleo angolano está distribuído ao longo de três principais bacias sedimentares costeiras: bacia do Congo (englobando Cabinda), bacia do Kwanza e bacia do Namibe, que fazem parte da bacia marginal do Atlântico Sul. Aproximadamente dois terços das actuais reservas de hidrocarbonetos de Angola, estimadas para mais de 35 anos, encontram-se na costa marítima da província de Cabinda, estando o restante disperso na plataforma continental adjacente às províncias do Zaire, Luanda, Benguela e Namibe.

A costa marítima angolana estende-se por 1650 quilómetros e figura entre as mais ricas em pescado do continente africano. Dada a abundância dos seus recursos hidrográficos, a pesca é praticada em quase toda a extensão do território, constituindo uma actividade complementar à agricultura. A produção de pescado está concentrada na zona Sul, nas províncias do Kwanza-Sul, Benguela e Namibe. A zona Norte (Cabinda, Zaire, Bengo e Luanda) detém produções pesqueiras muito aquém das potencialidades das suas costas marítimas e da procura dos mercados locais e dos países vizinhos. O país possui imensos solos férteis (estimados em 3,5 milhões de hectares) e o seu clima é

⁶³⁷ As exportações de petróleo de Angola – segundo maior produtor da África subsariana – cifraram-se entre Janeiro e Abril de 2013 em 1,57 milhões de barris por dia, em termos médios, de acordo com dados do Ministério das Finanças, citados pelo relatório económico da Universidade Católica de Angola (UCAN), apresentado, no dia 12 de Junho de 2012, em Luanda, apontando que o crescimento da economia do país até 2017 será “insuficiente” para permitir “distribuir melhor” o rendimento nacional, essencialmente resultante da produção de petróleo.

⁶³⁸ Cf. Sogge, art. cit., p. 36.

favorável a uma grande variedade de culturas tropicais e semitropicais. Os seus numerosos cursos de água oferecem excelentes possibilidades de irrigação e conferem-lhe um relevante potencial hidroeléctrico, com extensão para a rede energética da África Austral.

O subsolo angolano é também rico em minerais⁶³⁹. A avaliação deste potencial mineiro ainda é incompleta, mas sabe-se, por exemplo, que as reservas de ferro estão estimadas em mais de um bilião de toneladas (Huila) e que as reservas de fosfato e potássio se elevam, respectivamente, a 150 milhões e 20 milhões de toneladas (Cabinda e Zaire). Para além destes, existem ainda em diversas províncias importantes reservas de minerais valiosos metálicos (ouro, bauxite, cobre, crómio, manganês, molibdénio, zinco, urânio, etc.) e não-metálicos (enxofre, feldspato, mica, potássio, quartzo, etc.), pedras ornamentais (granito, mármore, etc.), e materiais de construção (asfalto, calcário, caulino, gesso, etc.).

A maioria das províncias angolanas, nomeadamente Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cuando-Cubango, Kwanza-Norte e Kwanza-Sul, Huambo, Huila, Lundas, Malange, Moxico, Namibe e Zaire, é detentora de um potencial mineiro expressivo que compreende, entre outros, jazigos de minérios metálicos e não metálicos, incluindo diamantes, pedras preciosas e materiais de construção. Portanto, o potencial económico de Angola é elevado, diversificado e tem merecido uma especial atenção por parte da comunidade empresarial, nacional e estrangeira.

Perante esses dados, Angola é, de facto, uma terra dourada, um país riquíssimo. Mas nota-se na realidade que é uma riqueza sem muito impacto na vida da maioria da população, que vive em pobreza extrema sem acesso aos serviços básicos, como sublinhado por Oliveira: “Apesar dos esforços que têm sido empreendidos, os indicadores sociais para Angola ainda registam valores preocupantes, nomeadamente no sector da saúde, educação, nutrição e água e saneamento, determinados pelo deficiente acesso aos serviços sociais básicos”⁶⁴⁰. Baseando-se nos dados de 2011 do Ministério do Plano de Angola (MINPLAN 2011), o mesmo autor explica:

“Com uma população estimada em 18,8 milhões de habitantes, Angola apresentou em 2011 um índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0,486, ocupando a 148ª posição no mundo (PNUD 2011). Se tomarmos em comparação os dois anos anteriores,

⁶³⁹ Cf. Os minerais do subsolo angolano, In: <http://www.info-angola.ao>. Consultado a 27/11/2014.

⁶⁴⁰ Oliveira, S. “Modos de vida da pobreza em Angola”, in Revista Angolana de Sociologia, 9 (2012) 127 ou in: <http://www.ras.revues.org>. Consultado a 08/09/ 2014.

podemos concluir que tem havido uma regressão no IDH angolano. Para o ano de 2009 Angola apresentou um IDH de 0,564, ocupando a posição 143^a, com uma classificação de desenvolvimento humano considerada pelo PNUD ‘média’. No entanto, esses valores alteraram-se significativamente no ano de 2010, registando-se uma quebra para 0,403 e passando a ocupar a 146^a posição entre 169 países do mundo”⁶⁴¹.

Neste documento do Ministério do Plano foram identificados os seguintes factores como causas da pobreza em Angola⁶⁴²: o conflito armado, a pressão demográfica, a destruição e degradação das infra-estruturas económicas e sociais, o funcionamento débil dos serviços de educação, saúde e protecção social, a quebra muito acentuada da oferta interna de produtos fundamentais, a debilidade do quadro institucional, a desqualificação e desvalorização do capital humano e a ineficácia das políticas macroeconómicas. Mas de facto, no nosso entender, as verdadeiras causas são, sem dúvida, as políticas não adequadas às situações concretas e também, o verdadeiro cancro do mal angolano, a corrupção⁶⁴³.

Por isso, a saída desta gravíssima situação deve passar pela política da boa governação na transparência⁶⁴⁴. E a boa governação exige um olhar crítico da realidade do país para apresentação de propostas reais que visem superar as dificuldades e melhorar a vida da população. É dentro deste quadro geopolítico e socio-económico de Angola que devemos enquadrar a própria realidade de Cabinda.

⁶⁴¹ Ibidem, p. 128.

⁶⁴² Cf. Documento de Ministério do Plano de 2005, citado por Oliveira, art. cit., p. 126.

⁶⁴³ Num debate sobre a corrupção em Angola na Voz da América no dia 27/10/2014, o jurista e deputado do MPLA, João Pinto, considerou que a corrupção em Angola é tolerada por se tratar de “um problema cultural”, que apesar de tudo tem permitido o desenvolvimento do país”. Como é possível ouvir do homem da lei uma declaração tão aberrante. Esta declaração é um reflexo de como é encerrada a corrupção no sector do poder. Para esta matéria se pode ler as denúncias com casos concretos de Rafael Marques, o relatório, publicado pela Corruption Watch UK e Associação Mãos Livres de Angola, intitulado “*Deception in High Places: the corrupt Angola-Russia Debt Deal*” (Fraude em altas posições: o contrato corrupto da dívida de Angola à Rússia), o estudo “*The Main Institution in the Country is Corruption*” (A Principal Instituição no País é a Corrupção), da autoria do norte-americano John McMillan, da Universidade de Stanford.

⁶⁴⁴ Podemos encontrar a proposta da boa governação, defendida nos seguintes documentos:

- Relatório de avaliação final de 2012 de Norwegian Church e Conselho das Igrejas cristãs em Angola. In: <http://www.ceic.ucan.org>.

- Documento de Estratégia para o País e Programa indicativo nacional para período de 2008-2013 da Republica de Angola e União europeia. In: <http://www.eeas.europa.eu/angola>.

- Sogge, D. Angola: e onde está a “boa governação” do mundo? Fride (Junho de 2006). In: <http://www.fride.org>.

2.2. Situação geopolítica de Cabinda

A melhor maneira de percebermos com facilidade a situação geopolítica do território de Cabinda é olhar para o mapa da República de Angola.

2.2.1. Leitura do mapa de Angola

Não é preciso ter uma lupa para se perceber da situação geográfica de Cabinda.

Figura 1: Mapeamento das Províncias de Angola



Como pode ser notado neste mapa, Angola é composta por 18 províncias e Cabinda é a décima oitava, um minúsculo território sem fronteiras terrestres com o resto de Angola e chamado, com razão, a província mais ao norte de Angola⁶⁴⁵. Este facto

⁶⁴⁵ Esta denominação é a mais utilizada mas que é na realidade uma prova da sua situação geográfica específica. Pois, as províncias do Norte de Angola são Zaire e Uíge. Por isso, Cabinda fica mais ao Norte de Angola.

geográfico foi sublinhado deste modo: “A primeira e mais óbvia característica de Cabinda é a separação geográfica do território da Província face ao restante território nacional. Com efeito, a descontinuidade territorial de Cabinda é um facto incontornável, sobretudo pelas consequências sociais, económicas e até culturais que impõe, não só à escala local, como também à escala nacional e regional”⁶⁴⁶.

No mesmo estudo supracitado, é reconhecido que esta situação geográfica confere ao território de Cabinda a característica da insularidade que se reveste de um carácter especial a ter em conta para o seu desenvolvimento: “A província é uma ‘ilha’ continental, afastada territorialmente do centro de decisão, delimitada por fronteiras político-administrativas, com dupla subordinação (provincial e regional), mas que, contudo, desempenha um papel relevante, quer nas relações internacionais, quer na afirmação da soberania nacional”⁶⁴⁷. Por isso, Almeida define Cabinda como “uma província “encravada” geograficamente entre os dois Congos: o que foi colónia belga, actualmente denominado República Democrática do Congo, e o outro onde dominaram os franceses, a República do Congo. Não tem, por isso, qualquer fronteira física com a República angolana”⁶⁴⁸.

Esta situação geográfica tem consequências aqui reveladas: “Independentemente das causas histórico-políticas que assistiram à criação desta descontinuidade territorial,

⁶⁴⁶ CESO- CI- Consultores internacionais, Estudo de Mercado sobre a Província de Cabinda, Estudo desenvolvido, p. 4. In [http:// www.ceso.pt](http://www.ceso.pt). Consultado a 23/03/1013.

⁶⁴⁷ Ibidem, p. 4. Para superar esta realidade geográfica, existe um projecto do Governo angolano para ligar via terrestre Cabinda ao resto de Angola atravessando o território do Congo Democrático: “De acordo com o projecto desta importante e estratégica infra-estrutura, o percurso, que começa no Soyo, terá cerca de 150 quilómetros, incluindo uma ponte de 20 quilómetros de extensão e passará pelas regiões de Yema, Muanda e Banana (RDC), até Cabinda. O empreendimento, denominado “Cabinda Link”, avaliado em 2,55 biliões de dólares norte-americanos, vai fomentar as trocas comerciais com outras províncias do país, procurando complementaridade e vantagens comparativas, que visam contrapor o efeito do comércio transfronteiriço com os países vizinhos. A propósito do projecto, as autoridades angolanas e congoleas têm mantido encontros periódicos para analisar as várias fases de implementação, tais como a da escolha da planta, financiador e executante, além de visitas a todo o seu percurso. No quadro da intenção de se edificar essa infra-estrutura rodoviária, a “China Road and Bridge Corporation”, elaborou, a pedido do Governo angolano, quatro maquetas com orçamento, características e prazos de execução diferentes. Numa reunião realizada em Maio de 2009, as duas partes decidiram optar por uma combinação entre os modelos B e C, por serem teoricamente os menos onerosos, passando por localidades economicamente estratégicas. Defendida pelos angolanos, a variante B estava orçada em cerca de USD 2 biliões dólares norte-americanos, propondo a ligação entre a vila do Soyo e a localidade de Banana, República Democrática do Congo (RDC), através de uma ponte de 13 quilómetros sobre o rio Zaire. O restante percurso seria feito em auto-estrada até Cabinda, numa extensão total de 74 quilómetros, incluindo uma ponte de mais de 13 quilómetros, atravessando o território congolês, mormente as localidades de Muanda e Banana (cf. CESO- CI- Consultores internacionais, Estudo de Mercado sobre a Província de Cabinda, Estudo desenvolvido, p. 58-59).

⁶⁴⁸ Art. cit., p. 68.

a província manifesta os efeitos de insularidade característicos dos territórios de pequena dimensão que, por barreiras físicas, naturais e/ou político-administrativas, são votados à condição de territórios social e economicamente periféricos, com tendência para a formação de sistemas fechados, incapazes de auto-subsistir e cujos efeitos, à escala nacional, são traduzidos no aprofundamento de disparidades regionais”⁶⁴⁹. De facto, Cabinda é um enclave, localizado na costa ocidental africana, com cerca de 7.680 km², tendo como fronteiras terrestres, a Norte, a República do Congo-Brazzaville, numa extensão de 196 km, a Nordeste, Leste e Sul, a República Democrática do Congo, com 153 e 100 km, e a Oeste, o Oceano Atlântico com 103 km. Podemos confirmar esses dados bem visíveis nesta figura do mapa de Cabinda.

Figura 2: Mapa de Cabinda



⁶⁴⁹ Estudo de Mercado sobre a Província de Cabinda, p. 4, cit.

2.2.2. Leitura política da situação geográfica de Cabinda

A actual situação política de Cabinda só pode ser lida no quadro do seu contexto geográfico, que lhe confere o seu sentido e a sua legitimidade. Uma situação geográfica que, no passado, esteve na base da celebração de três tratados: Chinfuma (29 de Setembro de 1883), Chicamba (26 de Dezembro de 1884) e Simulambuco (1 de Fevereiro de 1885) para proteger e defender a sua soberania⁶⁵⁰. Esses três tratados, dos quais o de Simulambuco é o mais citado, constituem documentos jurídicos de extraordinária relevância⁶⁵¹.

⁶⁵⁰ Sobre a história dos tratados, podemos ler o depoimento de Almeida: “Ao mesmo tempo que Portugal dirimia as suas posições geográficas na região com os britânicos, franceses e, mais tarde, com os belgas, os representantes portugueses na região procuravam celebrar acordos com os régulos e príncipes locais, nomeadamente com Tali-e-Tali, Regente do Reino de Kakongo (Caongo), Mancoche de Muba, Rei do Encoche Luango, António Tiaba da Costa, Regente do Reino de Chinchôcho e representante da Rainha Samano, príncipe Mansange, do Massabi, Mangoge-Bembo da Costa, de Tenda, príncipe Mamimbache, do Kakongo e Mangoal, Regente do Mambuco, e seus sucessores, bem como os mais chefes dos territórios que do rio Massabi se estendem até Malembo, na costa ocidental de África. Destes singulares acordos resultou o Tratado de Chinfuma, celebrado e assinado a 29 de Setembro de 1883, no morro do mesmo nome, a norte do rio Chiloango. O local foi escolhido porque só por si corroborava o alcance do acordo. Assim, ficaram estabelecidos o protectorado e a soberania de Portugal sobre todos os territórios que se estendem do rio Massabi até ao Malembo, ou seja, os territórios de Lândana, Chinchôcho e Massabi. Portugal, de acordo com o articulado do documento, comprometia-se a garantir a continuidade e integridade das áreas bem especificadas no âmbito do protectorado (Artigo 3º do Tratado de Chinfuma), situação corroborada também pelo auto de posse que foi autenticado pelo rei do Caongo. (...) Pouco mais de um ano depois, a 26 de Dezembro de 1884, outros responsáveis da hierarquia social e política dos povos de Caio Chimisi, Suangili Mando, Buamongo, Guamongo, Chicambo Naeba e N’cula, consideraram favorável o Tratado de Chifuma, até então encarado como já tendo dado frutos no sentido da defesa dos interesses dos povos da região cabinda das margens da lagoa do Caio, e decidiram apostar na mesma estratégia, assinando, então, o Tratado de Chicambo, uma cópia fiel do de Chinfuma. (...) E o Tratado do Simulambuco foi celebrado entre os dignitários de Cabinda e um oficial da marinha portuguesa, o capitão-tenente Guilherme Augusto de Brito Capello, comandante da fragata Rainha de Portugal, que assumia ir a mando e autorizado pelo rei português Luís I, Sua Majestade Fidelíssima El-Rei de Portugal (quando na realidade, foi a mando do Governador-geral de Angola, e dos príncipes, régulos e governantes e cavaleiros locais representando o Reino de N’Goyo da tribo Woyo, antiga suserana do reino do Congo, em 22 de Janeiro de 1885). Este Tratado foi rubricado porque Portugal temia perder alguns dos seus territórios africanos devido à partilha de África, ocorrida com a Conferência de Berlim de 1884/85 que, entre outros itens, exigia “a liberdade de comércio na bacia do Congo e seus afluentes”, “neutralidade dos territórios da bacia do Congo”, e “livre navegação no Congo e Níger”. Ficou consagrado que todos os territórios dos reinos Loango, Caongo e N’Goyo ou de Cabinda, compreendidos entre o Rio Congo (Zaire) e uma parte do sul do então Congo francês, ou seja até ao paralelo 5º Sul (ligeiramente a sul do rio Loémé, perto de Ponta Negra, República do Congo) – ficariam sob a protecção do reino lusitano, conforme determinavam os onze articulados do documento, cujos devem ser ressalvados dois artigos que são importantes sendo que, por causa deles, há a actual polémica: No art.º 3º Portugal comprometia-se a manter a integridade dos territórios colocados sob seu protectorado e no art.º 9º o Estado português comprometia-se a respeitar e fazer respeitar os usos e costumes do povo de Cabinda”. (Cf. Almeida, E. C., art. cit., p. 72-75). Também pode consultar Madureira, A. D. Cabinda: De Chinfuma a Simulambuco. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.

⁶⁵¹ Cf. Uma tese defendida e argumentada por Luemba, F. O Problema de Cabinda exposto e assumido à luz do direito e da justiça, Papiro Editora, 2008 e também Castro, O. Cabinda, ontem protectorado, hoje colónia, amanhã nação, Letras de Ferro, Porto, 2011.

De acordo com Silva, uma cuidada análise a esses documentos revela que os mesmos obedeceram a três normas regulamentares básicas do direito internacional aplicadas nos tempos presentes: a negociação, a assinatura e ratificação ⁶⁵². E, o mesmo autor sublinha que foi com base no espírito desses tratados, que Portugal distinguiu, até ao “putch” militar de 25 de Abril de 1974, esse território e as suas gentes, com um tratamento diferente, em muitos aspectos, dos demais territórios de Além-Mar⁶⁵³. Todavia, Almeida esclarece a natureza “jurídica” desses tratados:

“Cabinda não era um território português, mas sob protecção do soberano português, pelo que não poderia ser considerado como um território com efectiva ocupação perante a feroz rivalidade política e geográfica que se verificava na zona e que se viria a desenvolver ainda mais com a presença na região de Brazza, que desenvolvia movimentações políticas e sociais na região a favor da França e colocava em causa quer a presença portuguesa, quer o comércio negreiro britânico”⁶⁵⁴.

O “Tratado de Simulambuco” foi o ponto de partida dum novo estatuto do território de Cabinda e Almeida descreve deste modo a razão da sua celebração:

“Mau grado estes Tratados (Chicamba e Chinfuma) e todas as garantias dadas pelas autoridades portuguesas em matéria de segurança, os cabindas continuavam a sentir-se sem segurança e sujeitos aos mesmos perigos protagonizados pelas outras potências coloniais. Confrontado com esta realidade que, inclusive, poderia levar a uma espécie de rebelião que anulasse os acordos anteriores, Portugal resolveu, com a anuência de um maior número de líderes de Cabinda, avançar para um outro Tratado mais amplo e abrangente que englobasse os anteriores e lhes desse outras mais-valias”⁶⁵⁵.

Desta forma, realça o mesmo autor: “Portugal adoptava então, quer perante os cabindas, quer perante o mundo, a obrigação de ser guardião, por todos os meios ao seu dispor, do novo Protectorado de Cabinda, que englobava não só os citados reinos de Loango, Kakongo e Ngoio e outros referidos, como os lugares conhecidos por Chinchcho, Luvula, Chilunga, Ombuco, Tenda, Muba, Bukameala, Mayumba, Pango, e Ganga-Muculo, todos a norte da foz do rio Zaire”⁶⁵⁶. O efeito claro deste tratado foi a sua validação pela Conferência de Berlim que reconheceu, como era desejado e condição *sine qua non* de Portugal, todos os direitos portugueses na região⁶⁵⁷.

⁶⁵² Cf. Silva, A, Cabinda. A Verdade oculta, Edição do autor, 1994, p. 14.

⁶⁵³ Ibidem, p. 14.

⁶⁵⁴ Art. cit., p. 71.

⁶⁵⁵ Art. cit., p. 73.

⁶⁵⁶ Ibidem, p. 74.

⁶⁵⁷ Cf. Idem, p. 73-74.

De acordo com Luemba, em Cabinda, este acordo é também interpretado como um instrumento “político-jurídico com relevância internacional”, que certifica a “autonomia do Enclave” face aos restantes territórios, tanto os do antigo Reino do Kongo, como os então colonizados por Portugal⁶⁵⁸. Por isso, constitui assim, segundo o mesmo autor, “o fundamento inequívoco para a sua autodeterminação e independência, no quadro do segundo ciclo do processo de autodeterminação e emancipação política e jurídica, estabelecido pelos processos de descolonização, que ocorreram sobretudo de 1945 a 1975, liderados pelas Nações Unidas (ONU)”⁶⁵⁹. É por esta razão que Cabinda continua a ser palco de reivindicação e a única província de Angola ainda sem paz desde a assinatura do Memorando de Entendimento de 4 de Abril de 2002 entre o MPLA e a UNITA, depois da morte de Jonas Savimbi em Fevereiro de 2002⁶⁶⁰.

Esta reivindicação define o convencionalmente chamado “Caso Cabinda”, “Problema de Cabinda” ou “Questão de Cabinda”, explicitado desta forma na chamada Carta aberta dos Padres autóctones de Cabinda:

“Consiste essencialmente na sua independência separada de Angola, aspiração que o povo de Cabinda considera justa e de direito, mas que os angolanos e o governo de Portugal se recusam a aceitar. As causas deste problema são exactamente algumas daquelas que o Papa Pio XII claramente denunciava nas suas mensagens de Natal de 1942 e 1943 quando falava das causas do mal-estar internacional. Será bom repeti-las. Elas são: a violação dos direitos e da dignidade da pessoa humana e o desprezo pelos direitos da família e do trabalho; a subversão da ordem jurídica e do justo concerto do Estado segundo o espírito do cristianismo; os atentados à liberdade, à integridade territorial e à segurança das outras nações, grandes ou pequenas; a opressão sistemática das minorias; os cálculos egoístas daqueles que pretendem monopolizar as fontes da economia e as matérias de uso comum em detrimento dos outros Povos”⁶⁶¹.

⁶⁵⁸ Cf. Luemba, F. Op. cit, p. 67-71.

⁶⁵⁹ Ibidem, p. 69. Este mesmo argumento foi sustentado também por Silva: “A Organização de Unidade Africana (OUA) ao inventariar, no “âmbito do programa de libertação total de África”, com base nos dados históricos e jurídicos, dos territórios sob domínio europeu, registou Angola com o número 35 e o de Cabinda sob o número 39” (op. cit., p. 44).

⁶⁶⁰ Almeida comprova a instabilidade política em Cabinda citando 2 exemplos: O ataque em inícios de Janeiro de 2010 a um autocarro transportando jogadores do Togo que iam participar na Copa das Nações Africanas (CAN) de Angola, escoltado por uma coluna militar das Forças Armadas Angolanas (FAA), resultando na morte do porta-voz da equipa togoleza, do assistente técnico e do motorista do autocarro, bem como ferindo vários atletas togolezes e a declaração no final de 2011, do Chefe de Estado-Maior das FAA, general Geraldo Sachipengo Nunda, que alertava para os problemas militares que se verificavam no Enclave – deserções de militares angolanos, confraternizações indevidas, captura de guerrilheiros independentistas – e anunciava que um dos objectivos prioritários das FAA era a pacificação da província de Cabinda. Esses factos são provas de que em Cabinda o acordo de paz celebrado em 4 de Abril não tem efeitos. Pois, vive-se uma situação de guerra (Cf. Art. cit., p. 87).

⁶⁶¹ Carta aberta “Reflexão sobre o momento político de Cabinda e a Igreja pelos sacerdotes autóctones de Cabinda”, citada por Tati, op. cit., p. 25-29.

Por isso, o problema de Cabinda resume-se na vontade da autodeterminação deste povo. É uma realidade que não pode ser escamoteada porque ela precisa de ser encarada para ser solucionada.

Já foi, segundo Bembe, a intenção manifestada pelo Presidente de Angola, em 26 de Fevereiro de 2002, ao afirmar que Cabinda seria também “uma questão a tratar no âmbito da reforma constitucional”⁶⁶². Para o mesmo autor a prova é que “a nova Constituição da República olvide o Estatuto Especial de Cabinda (EEC) e prefira furtar-se a este importante assunto político do país”⁶⁶³. Por isso, esta atitude foi considerada de uma “omissão-lacuna jurídica, decerto politicamente intencional relativamente ao histórico problema ‘interno’ de Angola”⁶⁶⁴. De facto, esta Lei Fundamental impede sistematicamente (à partida) a viabilização de princípios do autogoverno, que poderiam contribuir para conferir um acréscimo de sustentação teórica e de rigor metodológico ao modelo político instituído pelo Decreto-lei n.º 1/07 do Conselho de Ministros⁶⁶⁵. Assim o dito ficou por não ser dito e a reivindicação de auto-determinação persiste.

2.3. Situação socio-económica de Cabinda

2.3.1. Dados demográficos

Cabinda conheceu uma explosão demográfica sem precedentes nos últimos anos. Na ausência de um censo populacional, estima-se que a sua população ronde os 500 mil habitantes. Esta população está distribuída em quatro municípios e estes constituídos em doze comunas: Cabinda (Sede, Malembo e Tando-Zinze), Cacongo (Sede, Massabi e Dingé), Buco-Zau (Sede, Inhuca e Necuto) e Belize (Sede, Luali e Miconje). Os seus habitantes pertencem ao grupo etnolinguístico Kikongo e à etnia Bakongo da grande família Bantu. Os Cabindas são compostos maioritariamente por clãs, subdivididos em duas tribos. Uma tribo constituída pelo clã Basundi e outra composta por seis clãs (Bauoio, Bakongo, Balinge, Baluango/Baiombe, Bavili e Bakoki)⁶⁶⁶.

⁶⁶² Cf. Bembe, M. D. “Análise do processo de paz no Enclave de Cabinda”. In *Cadernos de Estudos Africanos*, 20 (2010) 37 ou in <http://www.cea.revues.org>. Consultado a 12/03/2014.

⁶⁶³ Ibidem, p. 39.

⁶⁶⁴ Guedes et al., citados por Bembe, art. cit., p. 39.

⁶⁶⁵ Cf. Bembe, art. cit., p. 39.

⁶⁶⁶ Cf. Bembe, art. cit., p. 7.

2.3.2. Quadro económico

Trata-se de uma das regiões africanas mais ricas que tem “petróleo em quantidade e qualidade que faz a vaidade dos angolanos e embriaga a avidez dos americanos”⁶⁶⁷. Entretanto, não obstante tudo isto, a realidade fica muito aquém desses fabulosos recursos. Para além das suas principais riquezas, o petróleo e a madeira da densa floresta equatorial do Maiombe⁶⁶⁸, o subsolo de Cabinda ainda não explorado possui urânio, ouro, diamante, fosfato, manganês, ferro, potássio, rochas asfálticas, entre outros minérios. A terra fértil de Cabinda produz café, cacau, banana, mamão, papaia, milho, mandioca, citrinos, feijão, batata, entre muitos outros produtos agrícolas. Ao longo da sua costa e em alguns rios e lagoas tem uma invulgar riqueza piscícola. Assim justifica-se esta afirmação de Silva: “A sua riqueza é, de longe, superior, na sua globalidade, à do Kuwait”⁶⁶⁹.

Infelizmente o reflexo das suas riquezas não é notado na vida social do seu povo como sustenta Luemba:

“No mínimo, qualquer país produtor de petróleo pode dotar-se de belas, vistosas e funcionais infra-estruturas, quantas vezes invejáveis. Alguns dão-se mesmo ao luxo de ‘criar’ elefantes brancos. Aqui a situação é totalmente diferente. Regista-se uma absoluta falta de tudo. Em Cabinda, não há nenhum investimento relevante financiado

⁶⁶⁷ Cf. Tati, op. cit., p. 89. A exploração é assegurada pela companhia Chevron Texaco com as suas associadas Sonangol, Agip e A Totalfina. Entre Janeiro e Outubro de 2011 Angola produziu cerca de 501 milhões de barris, sendo que cerca de 430 mil barris/dia eram provenientes de Cabinda. Hoje fala-se cerca de mais de 1 milhão de barris/dia e a maior parte do petróleo extraído nas plataformas offshore e onshore, esta última muito menos. As reclamações de falta de benefícios para as populações de Cabinda, provenientes da exploração do petróleo, são contínuas. O petróleo entrou na história de Cabinda no século passado, na década de cinquenta. Foi, com efeito, em 1957 que a Cabinda Gulf Oil Company obteve uma licença de prospecção de petróleo no território. Passados alguns anos, iniciou-se a exploração e dez anos depois da outorga da concessão, Cabinda começou a exportar petróleo (Cf. Tati, op. cit., p. 89).

⁶⁶⁸ Silva chama Maiombe de “um mar vegetal” sem fim de verdura, um estontecimento de beleza singular em África, de obsecção verde, aliada a centenas de espécies diferentes de lepidópteros que entusiasma qualquer pessoa. (...) A superfície da floresta equatorial do Maiombe é duas vezes superior à de S. Tomé, e a riqueza (quantidade, qualidade e diversidade) da flora é invulgar, existindo muitas manchas de difícil transposição” (op. cit., p. 20). De acordo com levantamentos recentes, Cabinda apresenta o seguinte potencial de exploração florestal:

- Áreas de potencial florestal: 238.600 ha - 33,6 %
- Áreas florestais activamente exploradas: 106.650 ha - 14,9 %
- Áreas florestais com aproveitamento potencial: 132.950 ha - 18,7 %

Os recursos florestais são, a seguir ao petróleo, os mais explorados, constituindo uma das principais receitas das exportações realizadas pela Província. Cabinda tem um potencial de produção na ordem dos 150.000 m³/ano. A parte do Maiombe que pertence a Cabinda abrange cerca de 200.000 hectares, dos quais tem interesse real 175.000 ha – o chamado Alto e Médio – Maiombe (Cf. Estudo de Mercado sobre a Província de Cabinda, p. 12).

⁶⁶⁹ Silva, op. cit., p. 11.

pelo petróleo. Os únicos investimentos de vulto são aqueles exigidos pela própria produção”⁶⁷⁰.

Para justificar as suas afirmações, Luemba dá dois exemplos simples e concretos como factos relevantes:

“A Cabgoc nem sequer tem um escritório de representação digno desse nome, já que, ao que parece, a sua sede deve estar junto à do seu parceiro estratégico e privilegiado. Aliás, nem mesmo a concessionária desse petróleo, a Sonangol, tem instalações condignas. Além da falta de estética, o seu pavilhão nem sequer é funcional: Mete água por todo o lado. E as grandes infra-estruturas indispensáveis a uma economia, Cabinda não as tem: Nem porto comercial, nem aeroporto condigno, estradas, empreendimentos industriais ou complexos energéticos. O petróleo não consegue sequer dar um porto a Cabinda, a despeito da sua falta gritante. Condena-a a contentar-se com a velha ponte cais não acostável”⁶⁷¹.

Por isso, conclui o mesmo autor: “O petróleo não contribui para o desenvolvimento; antes o impede e compromete”⁶⁷².

E, sustenta este impacto negativo na economia da província desta forma⁶⁷³:

- **1º A destruição da pesca e agricultura:** O petróleo tem estado a destruir gradualmente a economia local e já arruinou os pescadores, como consequência directa da exploração petrolífera. A pesca artesanal está em declínio; praticamente já não consegue alimentar o pescador e a sua família. Indirectamente, também está a arruinar a agricultura de subsistência, através da guerra que fomenta e sustenta, pois é o principal responsável pela instabilidade social e económica que se vive no território.

- **2º Uma produção sem impacto na economia local:** O rendimento do petróleo não financia a economia, pois não entra praticamente no circuito económico local: Primeiro, porque as empresas do ramo não pagam nenhum imposto localmente; segundo, porque os estrangeiros que trabalham no Malongo⁶⁷⁴ e ganham chorudos

⁶⁷⁰ Luemba, F. “A questão do petróleo, seu impacto sobre a situação social e económica e o papel das multinacionais”, in Conferência da Fundação Open Society “Sobre Visão Comum sobre Cabinda”, Centro Cultural Chiloango, Cabinda, 8-9 de Julho de 2003. In: <http://www.cabinda.net/>. Consultado a 22/07/2013.

⁶⁷¹ Ibidem.

⁶⁷² Ibidem.

⁶⁷³ Cf. Idem.

⁶⁷⁴ Malongo é considerado por muitos como “território americano”, separado do resto do território de Cabinda por uma fronteira clara, visível e intransponível, a mais protegida e mais bem defendida. Essa fronteira está assinalada por um cercado de arame e protegida por uma força policial, uma empresa de segurança privada e um cordão de minas, além de duas unidades militares instaladas nas suas imediações. Além do espaço terrestre, que alberga a base logística e administrativa e os tanques de armazenamento de crude, o Malongo tem ainda uma área marítima, de acesso igualmente vedado, onde se faz a exploração. Embora ali a fronteira não seja visível e intransponível como em terra, a navegação e as actividades piscatórias em toda a zona são interditas.

salários não gastam o seu rendimento no território; em terceiro lugar, porque os próprios trabalhadores locais devem adquirir – directa ou indirectamente – os bens de consumo corrente e industriais do estrangeiro, para onde vai praticamente todo o dinheiro do petróleo, dado que o mercado local não produz quase nada, por causa do petróleo e da situação por ele criada. Por isso, Luemba não tem dúvida ao concluir: “O petróleo desarticulou o embrionário sistema económico no território de Cabinda, que não produz mais nada para além do crude”⁶⁷⁵.

2.3.3. Quadro social

Para Luemba, socialmente o Malongo é “um autêntico gueto” que impede até o contacto, o conhecimento mútuo, o diálogo de culturas e a troca de experiências⁶⁷⁶. Por esta razão, se os trabalhadores estrangeiros dão algo ao Malongo, não dão absolutamente nada a Cabinda nem no aspecto cultural, nem económico, pois os trabalhadores estrangeiros chegam de avião de Luanda e são transportados na sua maioria de helicóptero para Malongo. Assim, conclui o mesmo autor: “o impacto social e económico do petróleo em Cabinda é absolutamente negativo”⁶⁷⁷. E realça: “Em alguns países, o petróleo fez jorrar água no deserto; noutros, tornou potável a água do mar. Mas, em Cabinda, apesar dos imensos recursos hídricos de que dispomos, o petróleo não consegue dar água potável à população. Cabinda não tem energia eléctrica, nem possui as mais elementares infra-estruturas sociais. Regista-se a falta de hospitais, escolas, redes de esgotos, alojamentos sociais, etc.”⁶⁷⁸.

Por seu lado, Tati descreve a situação social deste modo:

“Em Cabinda não há sinais de desenvolvimento. A saúde anda mais que doente: as estatísticas oficiais sobre a prevalência das principais endemias e pandemias e sobre a morbi-mortalidade escondem a verdade – são normalmente falseadas por razões políticas. Quem vive a realidade não precisa de estatísticas, e muito menos dessas fabricadas, para saber o que se passa. As crianças que morrem antes de atingir os cinco anos de idade ou a idade escolar são nossos filhos, sobrinhos, irmãos ou primos; os adultos que morrem por ineficácia do sistema de saúde e por falta de assistência médica e medicamentosa são nossos parentes ou pessoas do nosso convívio; as mulheres em

⁶⁷⁵ Ibidem.

⁶⁷⁶ Cf. Ibidem.

⁶⁷⁷ Ibidem.

⁶⁷⁸ Ibidem.

gestação que morrem antes, durante ou depois do parto são nossas mulheres, nossas mães, nossas irmãs, primas, etc.”⁶⁷⁹.

E, remata:

“O próprio sistema sanitário é precário no seu funcionamento, revelando deficiências graves na assistência médico-medicamentosa e na inexistência de programas específicos e consistentes de saúde pública. O reflexo imediato dessa realidade é a alta taxa de morbi-mortalidade (mortes provocadas por doenças) registada anualmente nas principais unidades sanitárias da região”⁶⁸⁰.

O mesmo autor prossegue:

“Ao nível da educação também há muito que se lhe diga. Foram construídas algumas escolas novas, tendo aumentado o número das salas de aulas, mas mesmo assim temos crianças de Cabinda que aprendem a ler e escrever debaixo das árvores ou em capelas precárias; muitas crianças sentam-se em latas de leite ou banquinhos que transportam diariamente de casa para a escola e vice-versa. O sistema educativo é precário. A corrupção e o compadrio tornaram-se uma gangrena generalizada quase sem antídoto. Numa palavra, o ensino não tem qualidade porque a mediocridade grassa em todos os níveis”⁶⁸¹.

É um quadro clara e totalmente caótico.

Perante esses factos Tati conclui:

“Contrariamente ao que se poderia esperar, a realidade social de Cabinda está muito aquém do seu potencial económico. Os índices de desenvolvimento em Cabinda são muito baixos, enquadrando-se perfeitamente no contexto dos países mais pobres do mundo onde o rendimento *per capita* atinge níveis infra-humanos, onde cada ser humano sobrevive com menos de 2 dólares diários. Em Cabinda, mais de metade da população ainda não tem acesso à água potável, à luz eléctrica e aos cuidados primários de saúde, nem possui as mais elementares infra-estruturas sociais. Regista-se a falta de hospitais, redes de esgotos, alojamentos sociais, etc.”⁶⁸²

Nesta mesma conferência, Luemba denuncia a postura da Chevron Texaco na violação dos direitos e liberdades. A acção da Chevron Texaco caracteriza-se pela prática constante de discriminações, injustiças e arbitrariedades, contrárias aos princípios da igualdade, da justiça e da liberdade, defendidos nos Estados Unidos⁶⁸³:

a) Regime laboral discriminatório

⁶⁷⁹ Op. cit., p. 89.

⁶⁸⁰ Ibidem, p. 383.

⁶⁸¹ Ibidem, p. 89-90.

⁶⁸² Ibidem, p. 383.

⁶⁸³ Cf. “A questão do petróleo, seu impacto sobre a situação social e económica e o papel das multinacionais”, cit.

Concretamente esta política de discriminação é notória, por um lado, no tratamento reservado aos africanos, em relação aos americanos; por outro lado, entre angolanos e cabindas.

“Para uma mesma função, afirma Luemba, igual competência e idêntico regime de responsabilidade, o americano ganha quatro ou cinco vezes mais do que o seu alternante africano. A mesma discriminação é feita entre trabalhadores angolanos ‘de gema’ e cabindas: os primeiros beneficiam de melhores condições de trabalho e de salário e gozam de excepcionais oportunidades de formação e de promoção. Por exemplo, os quadros angolanos são admitidos no grau salarial 12, com um contrato por tempo indeterminado, e são rápida e facilmente promovidos; enquanto os cabindas entram no grau 8 ou 9, têm um contrato por tempo determinado e só obtêm a estabilidade do emprego depois de darem bastantes provas do seu valor, competência e idoneidade; e são promovidos difícil e raramente. É este o ‘famoso’ programa de angolanização dos quadros”,⁶⁸⁴.

Por isso, Luemba está convencido de que a Chevron Texaco viola os princípios da igualdade de direitos e de oportunidades e o de “salário igual a trabalho igual”⁶⁸⁵.

b) Acção contra os direitos e as liberdades

No Malongo as actividades sindicais são proibidas. Deste modo, os trabalhadores não gozam dos seus direitos sindicais. Os trabalhadores, em particular os cabindas, não têm quaisquer direitos a reclamar ou a fazer valer os seus direitos: Devem apenas trabalhar depressa e bem e executar pronta e cegamente as ordens recebidas, ainda que pareçam flagrantemente injustas, desajustadas ou absurdas. Até o direito à privacidade é violado constantemente. Não só os trabalhadores se sentem sistematicamente vigiados por colegas, como são permanentemente controlados pelos meios cibernéticos que registam cuidadosamente os telefonemas que fazem ou recebem, os sites que visitam, os e-mails que recebem ou expedem.

A realidade deste contexto socio-económico caótico leva Almeida a fazer esta advertência:

“Se constitucionalmente é defendido e sustentado que Angola é uma nação una e indivisível de Cabinda ao Cunene, também há que reconhecer que a presente situação não poderá ser mantida, onde persiste uma contínua instabilidade e fruto indevido e desregrado de riquezas da província, com menor refluxo para a vida política e social desta como é frequente serem acusados o Governo nacional e os representantes na

⁶⁸⁴ Ibidem.

⁶⁸⁵ Ibidem.

província, pelos independentistas cabindenses, e, indirectamente, reconhecido por Bento Bembe em recentes declarações”⁶⁸⁶.

Ignorar este quadro caótico e dramático, como tinha acontecido até hoje, é alimentar a consciência de auto-determinação do povo de Cabinda que não deixa de gritar pelas condições dignas de vida. Já que “para Luanda, as reivindicações ‘aparentemente’ políticas, em Cabinda, afirma Bembe, “resultam fundamentalmente de uma falta de atenção à resolução de muitos problemas de natureza económica e social”⁶⁸⁷. Se Luanda tem esta consciência porque não resolve o problema? Os factos aqui apontados, atentam à dignidade da pessoa humana e a Igreja não lhes pode ficar indiferente. Eis a razão dos desafios da luta pela justiça social e pela defesa do meio ambiente que constam nos novos desafios da inculturação para a diocese de Cabinda.

2.4. Contexto religioso

O povo de Cabinda é muito religioso, fruto do impacto da sua religião tradicional que pode ser definida, de maneira simplista, a partir de três elementos: “dogma”, “culto” e “clero”⁶⁸⁸. Para Silva, “existe uma certa aproximação, neste contexto, ao que os missionários vieram encontrar em Cabinda no século XVI, isto é, uma religião com verdades a acreditar (p. ex. a vida depois da morte, a intercessão dos antepassados...), os ritos a celebrar (o nascimento, a morte, sacrifícios aos antepassados...), os ministros dos ritos (homens e mulheres)”⁶⁸⁹.

Sendo assim, o mesmo autor considera: “Poder-se-lhe-á chamar animismo, enquanto se considerar as coisas dotadas de espíritos capazes de influir nos acontecimentos naturais e sociais; feiticismo enquanto prestação de culto a imagens e outros objectos, embora o poder dos feitiços não lhes adviesse da própria natureza mas sim da consagração dos ‘sacerdotes’ do culto”⁶⁹⁰. De facto, a religião tradicional dos Cabindas estabelece uma estreita ligação entre a crença e a vida. Daí a sua enorme

⁶⁸⁶ Art. cit., p. 90-91. Bento Bembe foi presidente de FLEC Renovada que assinou o Memorando de Entendimento com o governo angolano, liderando o grupo de alguns dissidentes, agrupados no Fórum Cabindês para o Diálogo (FCD) e que acabou como ministro sem pasta no Governo de Angola e neste momento é um simples secretário dos direitos humanos. Se essas palavras lhe são atribuídas é mais uma prova da seriedade do assunto que devia merecer junto dos governantes uma atenção particular.

⁶⁸⁷ Art. cit., p. 37.

⁶⁸⁸ Cf. Silva, Op. cit., p. 32.

⁶⁸⁹ Ibidem, p. 32.

⁶⁹⁰ Ibidem, p. 32.

importância na sociedade, de modo que, não obstante uma intensa acção missionária de séculos, as velhas crenças continuam a manifestar-se na vida quotidiana dos povos de Cabinda, juntamente com práticas cristãs, justificando desta forma a urgência da inculturação. Acontece muitas vezes que o mesmo cristão que vai de manhã à missa, é encontrado no cair da noite a celebrar os ritos dos antepassados.

Contudo, apesar desta duplicidade de vida, pode-se considerar cristianizada a maior parte do povo de Cabinda, repartindo-se pelas Igrejas: Católica, Protestantes, e as novas seitas emergentes. A acção católica desenvolveu-se a partir de cinco missões masculinas e três femininas, a saber: Cabinda, Zenze do Lucula, Lândana, Belize, Necuto, Nossa Senhora do Mundo, além de muitas capelas espalhadas pelo território. E a actividade missionária protestante com os seus diversos ramos, iniciada por missionários não portugueses, introduziu-se na década de 50 do século XX em Cabinda, proveniente de Ponta-Negra (Loango) e teve as suas primeiras missões evangélicas na cidade de Cabinda e na aldeia de Luali (Município de Belize). Tal como os católicos, os protestantes também construíram capelas pelos povos de Cabinda. De facto, é raro encontrar uma povoação de Cabinda sem capela ou lugar destinado ao culto, mesmo sem paredes.

Quanto às seitas, apareceram nos anos 80 do século XX depois da independência de Angola, mas a afluência foi mais significativa nos anos 90 com o fim do comunismo, e muitas delas vindas sobretudo dos dois Congos e outras de Angola. A dimensão da sua proliferação é bem visível neste relatório do Secretariado da cultura em Cabinda onde são inventariadas as Igrejas reconhecidas e não reconhecidas⁶⁹¹:

Quadro 1: Igrejas reconhecidas

Designação	Doutrina	Reconhecimento jurídico	Sede nacional
Igreja Católica Apostólica Romana	Cristã romana	1987, Dec. Nº9/87 de 24 Janeiro	Luanda
Igreja Evangélica de Angola	Cristã protestante	1987, Dec. Nº9/87 de 24 de Janeiro	Luanda
Igreja Evangélica	Cristã protestante	1987, Dec. Nº 9/87	Luanda

⁶⁹¹ Neste relatório não é feita a diferença entre igrejas, seitas. A denominação é comum, isto é, igrejas divididas em igrejas reconhecidas oficialmente pelo poder político e as igrejas não reconhecidas mas com as suas actividades mais ou menos toleradas.

Baptista de Angola		de 24 de Janeiro	
Igreja Evangélica Congregacional	Cristã protestante	1987, Dec. Nº 9/87 de 24 de Janeiro	Luanda
Igreja Metodista Unida	Cristã protestante	1987, Dec. Nº 9/87 de 24 de Janeiro	Luanda
Igreja dos 12 Apóstolos	Cristã messiânica africana	1992, Dec. Nº28/92, de 12 de Junho	Luanda
Igreja Evangélica Pentecostal em Angola	Cristã protestante	1993, Dec. Nº 1/93, de 15 de Janeiro	Luanda
Missão Cristã Evangélica de Reconciliação em Angola	Cristã protestante	1992, Dec. Nº 31/92, de 19/96, de 19/Maio	Luanda
Mensagem do Último tempo	Cristã Mórmon	1992, Dec. Nº 40/92, de 19/Maio	Luanda
Igreja Cristã União do Espírito Santo	Messiânica africana	1992, Dec. Nº 45/96 de 14 de Outubro	Luanda
Igreja de Jesus Cristo sobre a Terra-Kimbanguista	Messiânica africana	1987, Dec. Nº 9/87 de 24 de Janeiro	Luanda
Missão Apostólica dos Crentes	Cristã protestante	1987, Dec. Nº 17/96	Luanda
Igreja Evangélica Luterana de Angola	Cristã protestante	1996, Dec. Nº 17/96, de 26 de Abril	Luanda
Igreja Evangélica Menonita em Angola	Cristã protestante	1992, Dec. Nº 42-E/92, de 9 de Setembro	Luanda
Congregação Cristã em Angola	Cristã protestante	1992, Dec. Nº 42/92, de 5 de Setembro	Luanda
Igreja Evangélica União Anglicana	Cristã anglicana	1992, Dec. Nº 12/92, de 14 de Fevereiro	Luanda
Igreja Bom Jesus (I.F.E.P.A.A)	Cristã protestante	1992, Dec. Nº 12/92, de 14 de Fevereiro	Luanda
Igreja Evangélica Peniel	Cristã protestante	1992, Dec. Nº 42/92, de 9 de Setembro	Luanda
Igreja de Nosso Senhor Jesus no Mundo (Tocoista)	Messiânica africana	1992, Dec. Nº 14/92, de 10 de Abril	Luanda
Igreja Exército de Salvação	Cristã protestante	1992, Dec. Nº 12/92, de 14 de Fevereiro	Luanda
Missão Evangélica Cristã da Reconciliação	Cristã protestante	1992, Dec. Nº 12/92, de 14 de Fevereiro	Luanda
Igreja Evangélica	Cristã protestante	1992, Dec. Nº 14/92,	Luanda

Sinodal de Angola		de 10 de Abril	
Assembleia de Deus Pentecostal em Angola	Cristã pentecostal	1987, Dec. Nº 9/92, de 24 de Janeiro	Luanda
Igreja de Jesus Cristo, Espírito de Verdade (BIMA)	Messiânica africana	1992, Dec. Nº 31B/92, de 17 de Julho	Luanda
Igreja Universal do Reino de Deus	Cristã protestante	1992, Dec. Nº 31B/92, de 17 de Julho	Luanda
Igreja Cheia da Palavra de Deus	Cristã protestante	1992, Dec. Nº 14/92, de 10 de Abril	Luanda
Igreja Evangélica Reformada de Angola	Cristã protestante	1987, Dec. Nº 9/92, de 24 de Janeiro	Luanda
Igreja Cristã da Aliança em Angola	Cristã protestante	1992, Dec. Nº 12/92, de 14 de Fevereiro	Luanda
Igreja Evangélica dos Irmãos em Angola	Cristã protestante	1992, Dec. Nº 14/92, de 10 de Abril	Luanda
Igreja Evangélica Pentecostal Poder de Deus em Angola	Cristã pentecostal	1992, Dec. Nº 42F/92, de 2 de Setembro	Luanda
Igreja Evangélica Unida/Comunidade Anglicana	Cristã anglicana	1992, Dec. Nº 12/92 de 14 de Fevereiro	Luanda
Igreja Messiânica Mundial	Não cristã, messiânica	2000, Dec. Nº 74/00 de 27 de Outubro 2000	Luanda
Assembleia Espiritual de Cristo em Angola, unificada com não reconhecida Igreja Espírito Santo em Angola C. Ascensão de Cristo, em 22/10/2008	Messiânica africana	1993, Dec. Nº 1/93 de 15 de Janeiro	Luanda
Igreja Adventistas do 7º dia	Protestante adventista	1998	Luanda
Igreja de Jesus	Messiânica africana	1994, Dec. Nº 15/94 de 24 de Maio	Luanda
Igreja da Fé Apostólica	Cristã protestante	1992, Dec. Nº 12/92 de 14 de Fevereiro	Luanda
Missão Evangélica Pentecostal	Cristã protestante	1996, Dec. Nº 17/96 de 26 de Abril	Luanda
Igreja Nova Apostólica	Cristã protestante	1992, Dec. Nº 13/92 de 28 de Fevereiro	Luanda

Igreja Evangélica Avivamento Bíblico	Cristã protestante	2000, Dec. Nº 74/00 de 27 de Outubro	Luanda
Missão Apostólica dos Crentes em Angola	Cristã protestante	1992, Dec. Nº 17/96, de 26 de Abril	Luanda
Igreja Baptista Livre em Angola	Cristã protestante	1996, Dec. Nº 28/96, de 12 de Junho	Luanda
Igreja (o Caminho em Angola)	Cristã protestante	1996, Dec. Nº 17/96, de 26 de Abril 1996	Luanda
Igreja Fé Bahai	Não cristã	1992, Dec. Nº 28/92, de 12 de Junho	Luanda
Igreja Metodista Independente Episcopal Africana	Cristã protestante	1992, Dec. Nº 13/92, de 28 de Fevereiro	Luanda
Igreja Profética vencedora no Mundo	Messiânica cristã	1994, Dec. Nº 32/94, de 10 de Agosto	Luanda
Igreja da Convenção Evangélica Pentecostal	Cristã pentecostal	1998, Dec. Nº 67/98, de 12 de Dezembro	Luanda
Igreja Pentecostal Deus é Amor	Cristã pentecostal	1996, Dec. Nº 40/96, de 19 de Maio	Luanda
Igreja de Deus em Angola – Church of God in Angola	Cristã protestante	1992, Dec. Nº 40/92, de 4 de Setembro	Luanda
Igreja de Deus vivo	Cristã messiânica	1994, Dec. Nº 15/94, de 24 de Maio	Luanda

Fonte: Secretaria provincial da Cultura/Governo provincial de Cabinda

A leitura deste quadro mostra que as igrejas reconhecidas na sua maioria têm matriz cristã, e o restante divide-se entre matriz da religião tradicional e não cristã, isto é, no total de cinquenta igrejas reconhecidas, quarenta e uma têm matriz cristã (divididas entre cristã romana, protestante e anglicana), oito de matriz mixta entre a religião tradicional africana e o cristianismo (igrejas messiânicas africanas) e uma de matriz não cristã (asiática). Nota-se a não existência de Islão em Cabinda. A seguir apresentamos as igrejas não reconhecidas mas que actuam neste espaço geográfico com suas actividades e suas estruturas físicas.

Quadro 2: Igrejas não reconhecidas

Designação	Líder provincial	Localização
Igreja Profética de Angola	António Sozinho Mambuco	Bairro Gika
2ª Igreja Profética de Angola	José António Bundo	Bairro 4 de Fevereiro
Igreja dos Profetas de Jesus Cristo em Angola	Dinis Muanda Gomes	Bairro 1º de Maio
Igreja Espírito Santo de Deus sobre a Terra	António Paca Raimundo	Bairro Gika
Igreja Cristã Pentecostal em Angola	Bispo Bernardo Bulezi	Bairro Chiweca
Igreja Católica Apostólica em Angola	Desidério Njimbi	Bairro 1º de Maio/Luvassa
Assembleia T. C. para Uma Fé Viva	Elias Ntabi Nkuni	Bairro Povo Grande
Assembleia Cristã Cristo Vencedor	Zeferino Luzolo Ngoma	Bairro Lombo Lombo
Comunidade das Assembleias de Deus Pentecostal em Angola	Justino Pambo	Bairro Lombo Lombo
Missão Evangélica Espírito de Vida	José Lua	Bairro Victória é certo
Igreja da Luz	Cláudio Estêvão Vango	Bairro 4 de Fevereiro
A Grandeza de Deus em Angola	Frederico Luvemba Liduena	Bairro Mpunji Zau
Convenção Baptista em Angola	Sebastião Sala Kiaku	Bairro Lombo Lombo
Igreja Pentecostal de Santa Maria em Angola	Bernardo Lumingo Veza	Bairro Marien Ngouabi
Igreja da Assembleia Cristã de Jesus Cristo		
Evangelistas sem Fronteiras	José Manuel Gomes	
Igreja de Jesus Cristo Salvador	Armando Judite Gervásio	Bairro 4 de Fevereiro
Igreja Evangélica das Testemunhas de Cristo	Luis Cumbo Matoto	Bairro Amilcar Cabral
Igreja Belém Efrata	Pedro Fingo Alfredo	Bairro a Luta Continua
Igreja Missionária da Aliança de Jesus Cristo em Angola	João Macaia Poba	Bairro 4 de Fevereiro
Igreja Cidade de Betel	Mieze Pembel Rogério	Bairro Gika
Igreja da Graça para a Vida Eterna	João Bete	Bairro 1º de Maio
Igreja Deus da Paz	Pedro Nsingi	Bairro 1º de Maio
Igreja Religião Profética de Cristo em África	Afonso Zau	Bairro Gika

Igreja Pentecostal Proclamação da Força de Deus no Mundo	Casimiro Nzau Zinga	Bairro a Luta Continua
Igreja dos Primogénitos Evangélica Universal	Manuel Inocêncio de Sousa	
Igreja Evangélica de Deus em Angola	José António Barros	Bairro Amilcar Cabral
Missão Evangélica para Perfeição e salvação das almas	Alexandre Tati Malonda Luemba	Bairro Tchimpindi
Igreja Evangélica Nova em Angola	Flor Nice Bamóquina Mulumbo	Bairro Santa Catarina
Igreja de Deus Anderson Indiana em Angola	João Conde António	Bairro Amilcar Cabral/Zona C
Comunidade Islâmica	João Kiala Abdulaziz	
Igreja Protestante Baptista Obra e Missão Internacional em Angola	João Mango	Bairro Povo Grande
Igreja Cristianismo Profético em África	Januário Tati	Bairro Lombo Lombo
Igreja Evangélica da Libertação em Angola	André Vicente Matos	Bairro a Victória é certa
Igreja Evangélica Luterana Universal de Angola	Simão Ntélca	Bairro Chiweca
Igreja Jesus Cristo Nosso Salvador	Alexandre Luamba Luemba	Bairro 4 de Fevereiro
Convenção Evangélica Baptista de Angola	Alberto Mbongo	S. Pedro
Congregação Evangélica do Espírito Santo	Manuel Luvumbo	
Missão Evangélica Cidade de David	Helena Rosa Baptista	Bairro 1 de Maio/zona Goma
Igreja Assembleia Aliança Evangélica	Ambrósio Malundama Kibukidi	
Igreja Pentecostal da Filadélfia	José Albertina Muntu Lemba	Bairro a Victória é certa
Igreja Evangélica Pentecostal da Filadélfia	Orlando Tando Tuba fernando	Bairro 1º de Maio/Luvassa
Igreja Jesus Cristo Luz do Mundo	Pascoal Mabanza Ntoto	Bairro Povo Grande
Igreja Evangélica dos Mensageiros em Angola	Álvaro Luvuabo Sangisa	Bairro Gika
Igreja Mundial da Fé Viva (Capela dos vencedores)	Rodrigues Paulino Benvindo	Bairro 4 de Fevereiro
Igreja Unida Evangélica em	André Vicente Matos	Bairro a Victória é certa

Angola		
Igreja Vitória do eterno, Comunidade Mundial de Aliança Cristã	André Muanda	
Comunidade Cristã os Abençoados	Guylain Nzita Kumbi	Bairro a Victória é certa
Ministério Internacional Evangélico, A Voz da Esposa de Cristo em Angola	Jonas Bundo Tsundo	Bairro Mpunji NZau
Igreja Espírito Santo de Jesus	Maria Madalena Simba	Bairro Amilcar Cabral
Igreja de Jesus Cristo como Meu Salvador	José Mango	
Assembleia Cristã de Jesus Cristo	Macucula Francisca	Bairro a Luta Continua
Centro Social de Evangelização e Ajudas de Angola “Pão da vida”	João Bundo Busaki	Bairro a Victória é certa
Igreja Espiritual de Cabinda	Elias Bueia Gomes	Bairro 1º de Maio/Imanha
Igreja para Despertar em Plena Acção	Lourenço Mambuco	Bairro Povo Grande
Igreja Evangélica Missionária em Angola	João Chicumbi	Aldeia de Chintando
Igreja da Voz de Deus em Angola	Jorge Ngoca João	Bairro Amilcar Cabral
Igreja Primitiva de Adonay Yeh!Sh!Wah Hamah!Sh!Yah Kehila de Luanda	João Zola	Bairro 4 de Fevereiro
Igreja Salem em Angola	António Jimbi Mavuvungo	Bairro a luta continua
Ministerio da Evangelização Assembleia de Restauração	Tomás Klebudi Conde	Bairro Povo Grande
Igreja Cristã Pentecostal a Luz do Mundo	Cláudio Alfredo Guimarães Zinga	Bairro 4 de Fevereiro
Igreja Cristã de Cabinda	Sérgio Capita	Bairro Mpunji NZau
Igreja o Louvor em Angola	José Bungo	Bairro Chiweca
Igreja Luterana Livre em Angola	Manuel Tati	Bairro 1º de Maio
Igreja Evangélica Nova Vida em Cristo	Silva Bungo Vemba	Bairro Lombo Lombo
Igreja Missão Profética para os Ngunza	André Tati	Bairro 4 de Fevereiro
Igreja Evangélica Confessional Luterana de Angola	João Pedro Muaca	Povoação de Tshizo/Ndoco
Comunidade Cristã Pentecostal de Angola	Joaquim Bônzela	Bairro a Resistência

Igreja Evangélica Leão da Tribo de Judas em Angola	Félix Ngonda Baveca	Bairro 1º de Maio
Igreja Boa semente no Mundo	João Baptista dos Santos Bachi	Bairro Gika
Comunidade das Assembleias de Deus em Angola	Adelino Mangovo	Bairro Gika
Igreja Comunidade Internacional de Libertação das Almas em Angola	Maria Ermelinda Rocha de Sousa	Bairro Lombo Lombo
Igreja Comunidade evangélica das Assembleias Cristãs em Angola	Pedro Tebo Volanga	Bairro Lombo Lombo/Zona C
Igreja Acção Evangélica da Restauração Pentecostal em Angola	Domingos Bazia	Bairro Mpunji NZau
Igreja Cristã de Filadélfia	Alberto Gimbi Tiago	Bairro Zangoio
Igreja Missionária Espírito e Vida	Moisés Caninda Muabi	Bairro Lombo Lombo/Lucola
Igreja Evangélica dos Apóstolos em Angola	Alexandre Sacatela	Bairro Chiweca
Missão Jesus Cristo pela Justiça	João Mbumba	Bairro Gika
Igreja Evangelho Gospel Church International Mission	José Paulo Muanda	Tchizo/Ndoko
Religião Profética de Cristo em África	Afonso Nzau	Bairro Gika
Congregação Evangélica do Espírito Santo		
Congregação Evangélica em Cabinda	Desideré Macosso	Bairro 4 de Fevereiro
Igreja Comunidade de Fraternidade cristã em Cabinda	Maria Madalena Nsilulo	Bairro Gika
Igreja Fraternidade Evangélica de Pentecostes em Angola - Deus é Bom	João Guilherme Lumu	
Missão Evangélica do Reino de Deus em África	João Mampuela Buba	Bairro Gika
Igreja Tradicional Negro Africana (Bungo Dia Kongo)	Mbuta Numbi	Bairro Povo grande
Igreja Missionária Canãa	Samuel Lando Kanza	Bairro 1º de Maio
Centro Evangélico Pentecostal em Angola	Mundo Alfredo	Bairro a Victória é certa
Igreja Reconciliação Evangélica de Pentecostes em	Henrique César Ondule	Bairro Povo grande- Chiweca

Angola no Mundo		
Assembleia de Despertamento Profético de Deus em Angola	Alexandre Capita Muendo Chimpuati	Tshimpindi
Igreja o Campo de Deus	Elisa Mandinefe Macambo	Bairro 4 de Fevereiro
Assembleia dos Resgatados do Senhor de Angola	Estevão Poba Macaia	Bairro Lombo Lombo
Assembleia Cristã Missionária	Jean Willy Tshibamba	Bairro Gika
Missão Cristã Sem Fronteiras	Ernesto Xavier Capita	Bairro Lombo Lombo
Igreja Evangélica Gólgota	Roberto Mulato Liberal	Bairro S. Pedro
Igreja Vem e Vê Cidade da Victória	Albertina Basílio Kitoko	Bairro 1º de Maio
Igreja Acção Profética e Apostólica de Cristo	Maria Simba Buca	Bairro Gika
Igreja Cristo e Companheiros	Francisco Lourenço Potchie	Bairro 1º de Maio
Igreja Luterana Confessional em Angola	Benjamin Nzuzi Mavungo	Bairro 1º de Maio
Igreja Evangélica a Fé das Águias	Pedro Tebo Volanga	Bairro Lombo Lombo
Igreja Cristã a Pomba	Rafael Macosso Mabiala	Bairro Gika
Cristianismo profético em África “Igreja Lassista”	Jacinto Gabriel Macosso	Bairro Chiweca/Luvassa
Missão a Paz do Senhor	Nogueira Eduardo	Bairro Simulambuco
Igreja Kimbango em África	José Mbuadi Lalo	Bairro Santa Catarina
Assembleia Missionária Evangélica em Angola	Gervásio Vubo	Bairro Amílcar Cabral
Ministério da Victória do Exército Cristão	Juize Zoule	Bairro Lombo Lombo
Igreja A Mão do Eterno em Angola	Inácio Goma Cocolo	Bairro 4 de Fevereiro
Comunidade Africana de Amor, Fraternidade, Realidade e Justiça	Zé Kabama Dezzy Mbangu	Bairro 4 de Fevereiro
Igreja Carismática a Luz de Deus	Eusébio Nionje Zau	Bairro a Victória é certa
Igreja Católica Ortodoxo Bizantina de Angola	João Bernardo Bueia	Bairro Santa Catarina
Igreja Pentecostal da Restauração das Almas	Francisco Zolandonge Miguel	Punji Nzau
Igreja Missão de Evangelização Mundial Cristo-Rei (MERC)	Armando Macaia	Aldeia de Buco- Ngoio
Igreja Josefatz	Bispo José Pascoal	Bairro a Resistência
Ministério o Poder do Nome	Pastor Paulo Bongo	Bairro Lombo Lombo

de Jesus Cristo em Angola		
Igreja Casa de Oleiro	Pastor Faustino Maria Capita	Bairro 1º de Maio
Igreja Mundial do Poder de Deus	Ricardo Lerbi Armando	
Igreja Assembleia Evangélica de Deus em Angola	Pastor Silva Bungo Vemba	Tchizo, Zona C
Igreja Cristã Evangélica Solidária em Angola- ICESA	Reverendo José Chipala	
Igreja Palavra de Deus	Reverendo Portácio Macosso	Bairro Gika
Igreja Evangélica Visão de Deus em Angola	Henrique César Ondule	Bairro Chiweca
Missão Internacional Evangélica da Reconciliação	Lutumba Sebastião Ismael	
Comunidade Evangélica Pentecostal de Ebenezer	Luzolo Ndongala	
Missão Evangélica Espiritual dos profetas em Angola (MEPA)	Jofete Bueia Ngoi	Bairro 1º de Maio/Luvassa
Igreja Apostólica Episcopal	Alberto Muanda Conde	Bairro 1º de Maio/Luvassa
Assembleia Espiritual Jesus Cristo Salvador	José Manuel Gomes	

Fonte: Secretaria provincial da Cultura/Governo provincial de Cabinda

Se já é impressionante o número das igrejas reconhecidas, o que podemos dizer do número de Igrejas não reconhecidas? São mais de cento e vinte igrejas não reconhecidas implementadas no solo dum território tão pequeno como Cabinda. E este número está concentrado no espaço específico e confinado, isto é, em torno da cidade de Cabinda, e em particular nos bairros mais habitados como “Victória é Certa”, 4 de Fevereiro, Lombo-Lombo, 1º de Maio, Gika e Luta Continua. A maioria da população desses bairros veio de fora da província de Cabinda (de Angola, os regressados do exílio ou ainda dos emigrantes dos dois Congos). Esta característica pode ser uma explicação da origem dessas igrejas que são quase todas “produto importado”, isto é, não fundadas em Cabinda, excepto uma ou duas que parecem ter uma origem local. Aparecem neste quadro de igrejas não reconhecidas as primeiras dissidências da Igreja Católica no território de Cabinda como a Igreja Católica Apostólica em Angola trazida pelo Padre Zati⁶⁹² e uma em via de aparecimento da autoria do Padre Jorge Congo⁶⁹³.

⁶⁹² Padre Zati, já falecido e foi elevado ao grau de bispo da Igreja Católica Apostólica em Cabinda, foi sacerdote do clero de Cabinda, ordenado em Dezembro de 1989.

Analisando este contexto religioso do enclave de Cabinda podemos afirmar que a verdadeira ameaça não é a secularização mas, pelo contrário, a exagerada sede do espiritual. De facto, lendo esses dados do Secretariado da Cultura, podemos concluir que Cabinda é uma terra muito fértil para a implementação do espiritual. Por isso, a diocese de Cabinda deve dar resposta não com as ameaças de suspensão ou de excomunhão mas com uma pastoral adequada à sede espiritual deste povo para poder contrariar a “invasão” e a “agressividade” das seitas.

2.5. Panorama da diocese de Cabinda

A realidade hoje vivida na diocese de Cabinda só pode ser compreendida através do itinerário da sua história. Percorrendo este itinerário percebe-se bem o verdadeiro sentido das suas reivindicações como Igreja particular.

2.5.1. Caminhada histórica

O Padre José da Rocha⁶⁹⁴ refere:

“O território da actual diocese de Cabinda fez parte da antiga Missão do Congo, confiada pela Congregação da Propaganda Fidei aos Capuchinhos italianos, em 25 de Julho de 1640, e depois entregue à Congregação do Espírito Santo, em 14 de Janeiro de 1866. E mais tarde, com a fundação da Missão de Lândana⁶⁹⁵, em 25 de Julho de 1873, dedicada ao Apóstolo S. Tiago, começou uma vida nova para a Prefeitura, que passou a ter como sede e residência do Prefeito Apostólico a vila de Lândana. Em 1886, esta Prefeitura do Congo era constituída pelas seguintes obras missionárias: Lândana, Nemelleu (Banana), Kwamonth (na confluência do Cassai com o Zaire), Loango e Linzolo (Brazzaville) e isto corresponde hoje a uma parte dos territórios de Angola, Congo Democrático e Congo-Brazzaville. Por causa da sua enorme extensão, a Congregação da Propaganda Fidei desmembrou as Missões de Loango e Linzolo, formando com elas o Vicariato Apostólico do chamado Congo Francês (hoje Congo-Brazzaville)”⁶⁹⁶.

⁶⁹³ Do clero de Cabinda, reduzido ao estado laical depois dos conflitos de não-aceitação do Dom Filomeno, figura carismática, grande fundador dos Novos Movimentos de Apostolado com mais de quatro da sua autoria.

⁶⁹⁴ Citado por Tati, op. cit., p. 69-71. Padre José da Rocha foi missionário da Congregação do Espírito Santo e trabalhou nas Missões de Cabinda e Lândana, e numa crónica descreve o grande acontecimento da tomada de posse do primeiro bispo da recém-criada diocese de Cabinda.

⁶⁹⁵ A partir de Lândana, a primeira missão de Cabinda, que se iniciou a evangelização do Sul de Angola com a construção da missão da Huila, dois anos depois de Lândana, em 1875. A igreja de Lândana é considerada património cultural nacional, pelo seu papel na evangelização das terras de Angola.

⁶⁹⁶ Citado por Tati, op. cit., p. 69. A Bula da erecção do novo vicariato data de 21 de Dezembro de 1886 e é assinada por S.S. Leão XII.

O tratado de Berlim, em 1885, definiu as fronteiras coloniais, ficando a Prefeitura do Congo reduzida ao território português, passando as Missões de Boma, Nemellau e Kwamonth a ser servidas pelos missionários de Scheut, desmembrando-se da Prefeitura do Congo que passou a denominar-se Prefeitura do Congo inferior ou Baixo Congo. A acção da Prefeitura do Congo passou a desenvolver-se dentro do território português e, em 1897, abrangia as Missões de Lândana, Cabinda, Lucula, Luali, Luanda, Libolo, Malanje e Canânboa. Devido à grande distância que separava a sede da prefeitura das Missões de Luanda e Malanje, o superior Geral da Congregação do Espírito Santo pediu à Congregação da Propaganda Fidei para formar uma nova circunscrição missionária e, em Janeiro de 1901, era reconhecida pela Congregação da Propaganda Fidei a chamada Missão da Lunda, com sede em Malanje, englobando as Missões espiritanas de Lunda, Libolo e Malanje.

Assim, a partir de 1901, a Prefeitura do Congo ficou limitada à actual província de Cabinda e a parte da província do Zaire, sendo constituída pelas Missões de Lândana, Cabinda e Luali, além do Seminário. Em 1940, são suprimidas as Prefeituras do Congo e do Cubango e as Missões de Malanje e do Cunene, ficando Angola dividida em três dioceses: Luanda, Silva Porto e Nova Lisboa⁶⁹⁷. A Prefeitura do Congo, realça o Padre Rocha, apesar do seu histórico, foi simplesmente absorvida pela Arquidiocese de Luanda. Assim terminou a longa e rica história da Prefeitura Apostólica do Congo, que durante 68 anos foi o centro de evangelização duma vasta área missionária⁶⁹⁸.

Esta anexação eclesiástica de Cabinda foi assim comentada pelos padres autóctones de Cabinda:

“É um facto com poucas vantagens e com muitos inconvenientes. Deu-se em 1940 com a abolição das Prefeituras Apostólicas existentes nos territórios sujeitos a Portugal, no número das quais estava Cabinda. Assim, este território passou, canonicamente, a fazer parte da Arquidiocese de Luanda. Fez-se a anexação eclesiástica numa total dependência. Por força das circunstâncias, cremos, a autoridade eclesiástica seguiu a política do governo para facilitar o trabalho missionário”⁶⁹⁹.

No entender desses sacerdotes esta anexação foi motivada mais por questões políticas do que religiosas.

⁶⁹⁷ Foi a consequência da Concordata entre Santa Sé e Portugal que surgiu a Bula “*Solemnibus Conventionibus*”, de 4 de Setembro de 1940, executada em 12 de Janeiro de 1941.

⁶⁹⁸ Cf. Citado por Tati, op. cit., p. 71.

⁶⁹⁹ Carta aberta citada por Tati, op. cit., p. 32.

Assim, baseando-se neste rico percurso histórico, os sacerdotes nativos de Cabinda numa carta aberta já citada pediram claramente a criação da diocese de Cabinda, apresentando esses argumentos:

“Os cem anos de Cristianismo, vividos neste território e celebrados dignamente há um ano e meio na Missão Católica de Lândana, só por si são bem merecedores duma diocese de Cabinda. Uma segunda razão se pode apresentar, além da sua situação especial: O facto de todas as antigas Prefeituras Apostólicas terem ascendido a bispado, com a excepção de Cabinda”⁷⁰⁰.

Perante esses factos, os cinco sacerdotes signatários exigiam que a Igreja se desligasse, quanto antes, de qualquer cumplicidade, mesmo aparente, tomando no seu âmbito medidas justas, sobretudo a criação da diocese de Cabinda, cujo bispo seja autóctone⁷⁰¹. O Vaticano veio a responder com a criação da diocese de Cabinda e a nomeação do seu primeiro bispo⁷⁰². O Reverendo Padre Rocha Ferreira resume deste modo esta caminhada histórica: “E enquanto a prefeitura do Cubango foi elevada a diocese com o nome de Nova Lisboa, a Missão do Cunene a diocese de Sá Bandeira, em 1955, e a Missão da Lunda a diocese de Malanje, em 1957, e a Prefeitura do Congo teve de esperar 43 longos anos para ser elevada a diocese de Cabinda, em 2 de Julho de 1984”⁷⁰³.

O mesmo padre descreve a vivência deste acontecimento nesses termos: “No dia 1 de Outubro, a população de Cabinda recebeu com justificado júbilo a notícia da criação da diocese de Cabinda e da nomeação do seu primeiro Bispo, na pessoa de um ilustre cabindense, Dom Paulino Fernandes Madeca. A tomada de posse foi no dia 21 de Outubro, na Igreja de Nossa Senhora Rainha do Mundo, agora elevada a Sé Catedral”⁷⁰⁴. Não é por acaso que este ilustre missionário fala de “justificado júbilo”.

Por isso, a releitura desta caminhada histórica pode explicar o verdadeiro sentido dos acontecimentos que surgiram com a nomeação de Dom Filomeno como bispo de Cabinda.

⁷⁰⁰ Ibidem, p. 33.

⁷⁰¹ Cf. Ibidem, p. 34.

⁷⁰² A diocese de Cabinda foi criada pela Bula “*Catolicae Prosperitas Communitatis*” de 2 de Julho de 1984, do Papa João Paulo II, e tendo como primeiro Bispo Dom Paulino Fernandes Madeca. A sua padroeira é Sta. Terezinha do menino Jesus, em cuja memória litúrgica, 1 de Outubro, celebrado como o dia da Diocese.

⁷⁰³ Citado por Tati, op. cit., p. 71.

⁷⁰⁴ Ibidem, p. 69.

Dom Paulino Madeca, o bispo emérito de Cabinda, descreveu nesses termos as verdadeiras causas desta crise:

“As pessoas preferem infelizmente não prestar atenção às causas, limitando-se por vezes a entreter-se com os fenómenos isolados. Tudo o que está a acontecer na diocese de Cabinda tem uma explicação, ou várias se quiser. O problema fulcral assenta na recusa de um bispo oriundo de Angola. Mas, que eu saiba, não estão em causa a idoneidade e a personalidade do Senhor D. Filomeno. Tudo o resto são vertentes de um mesmo e único problema. Efectivamente a contestação do meu sucessor desencadeou uma série de anomalias a nível da igreja diocesana de Cabinda. A causa da contestação assenta inequivocamente nos contornos sociais e políticos do conflito de Cabinda. Creio que não preciso de dar mais explicações sobre este assunto, pois a Santa Sé tem conhecimento deste dossier. Aliás os relatórios da diocese, sobretudo o último de 2004, documentam bem a situação política e social de Cabinda”⁷⁰⁵.

Desta vez, a Santa Sé desconsiderou o problema de Cabinda e hoje a Igreja Cabinda está dividida em alas rivais, situação sem precedentes na história da Igreja nesta parcela do continente africano⁷⁰⁶. Por isso, justifica-se o desafio pastoral de reconciliar os cristãos e seus pastores.

2.5.2. Dados estatísticos da diocese de Cabinda

Quadro 3: Dados estatísticos

Data de erecção: 02 de Julho de 1984
Superfície: 7120 Km2
Número dos católicos: 292.300
Paróquias: 10
Quase-Paróquias: 5
Estação Missionária: 1
Sacerdotes diocesanos: 39
Religiosos: 3
Religiosas: 52

Fonte: Agenda Pastoral 2014

⁷⁰⁵ Citado por Tati, op. cit., p. 389.

⁷⁰⁶ Cf. Ibidem, p. 234: A criação de Lubundunu (tradução literal união).

2.5.3. As estruturas da diocese

2.5.3.1. Arciprestados

A diocese está dividida em três arciprestados:

- Arciprestado de Lândana composto pelas paróquias de Lândana, Malembo, Estação Missionária de Dingi e Zenze Lucula.
- Arciprestado de Cabinda composto pelas paróquias da Sé Cadetral, Imaculada Conceição, São Pedro, Subatando e pelas quase-paróquias de São José de Lombo-Lombo, dos Mártires/ Simulambuco, Santa Catarina/ 1º Maio, Cristo Rei e Santa Bakhita.
- Arciprestado de Belize composto pelas paróquias de Santo António de Belize, São Carlos Lwanga de Buco-Zau e São Maria Vianey de Necuto.

A importância desta estrutura foi bem sublinhada e sustentada nas Conclusões e Recomendações saídas da última Assembleia de Pastoral onde foi nitidamente sublinhado e reforçado o seu papel⁷⁰⁷:

- a) São muito de encorajar as reuniões trimestrais dos Arciprestados envolvendo sacerdotes, religiosos, religiosas e leigos comprometidos na pastoral;
- b) As reuniões de Arciprestados são uma oportunidade de coordenação e animação da pastoral num determinado território;
- c) Cada Arciprestado procure promover, tanto quanto possível, em conjunto, retiros, cursos de formação de catequistas, de líderes da Pastoral Juvenil, de liderança dos Movimentos Apostólicos, cursos de Noivos, formação litúrgica e outros.

Desta forma, o arciprestado pode melhor dinamizar e facilitar a implementação e o acompanhamento de projectos pastorais. E no quadro deste estudo pode ser uma estrutura adequada para a dinamização da presença dos Novos Movimentos de Apostolado nas paróquias e quase-paróquias com um acompanhamento mais próximo.

2.5.3.2. Secretariados diocesanos

O funcionamento das actividades pastorais da diocese é feito através de muitos secretariados, como podemos notar neste quadro.

⁷⁰⁷ Agenda Pastoral 2014, p. 53.

Quadro 4: Secretariados

ORGANISMOS DIOCESANOS
Secretariado Diocesano de Pastoral
Secretariado de Apostolado dos Leigos
Secretariado da Bíblia
Secretariado da Catequese
Secretariado de Caritas
Secretariado da Comunicação Social
Secretariado do Ecumenismo
Secretariado da Educação
Secretariado da Evangelização
Secretariado da Família
Secretariado da Juventude
Secretariado da Liturgia e Cultura
Secretariado da Pastoral Social
Secretariado da Justiça e Paz
Secretariado da Pastoral da Criança
Secretariado da Pastoral das Migrações
Secretariado da Pastoral da Saúde
Secretariado da Pastoral Universitária
Secretariado da Pastoral das Vocações

Fonte: Agenda Pastoral 2014

A verdade é que essas estruturas são bem visíveis no papel, mas com trabalhos esporádicos e o funcionamento reduzido a alguns encontros dos seus responsáveis. Hoje, se alguém vai a Cabinda para contactar um desses secretariados, terá que deslocar-se às residências paroquiais ou às das Religiosas, pois a diocese de Cabinda continua a carecer de estruturas físicas para albergar esses serviços, apesar de um trabalho de pastoral bem organizado e estruturado exigir a criação de condições físicas mínimas.

Todavia, não é a falta de estruturas físicas o maior problema da diocese de Cabinda. O verdadeiro problema é a falta de criatividade e de tomada de consciência de que o estado da oralidade já passou e o estado da escrita impele a criação de estruturas físicas. Cabinda tem instalações e casas abandonadas que podem bem servir para o funcionamento dum serviço de secretariados digno e produtivo. Experienciámos esta dificuldade na nossa pesquisa, na procura dos estatutos e de literatura sobre a espiritualidade dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda. Foi

necessário ir à casa dos responsáveis desses movimentos para os encontrar, nem nas paróquias e quase-paróquias haviam estes documentos.

2.5.3.3. Paróquias e Quase-paróquias

A criação de estruturas de quase-paróquias foi uma boa aposta para a evangelização, facilitando a presença da Igreja no meio de grande afluência. A centralização nunca é uma boa ideia para quem deseja tornar-se mais próximo do povo. Por isso a descentralização da estrutura paroquial foi uma boa resposta que deve ser sublinhada, com a criação de algumas quase-paróquias no centro da cidade, que tinha só duas paróquias muito sobrecarregadas com área de jurisdição comparada a uma diocese da Itália, como era o caso da Paróquia da Imaculada Conceição⁷⁰⁸. A diocese deve esta criatividade ao actual Bispo de Cabinda, Dom Filomeno. Hoje, de facto, a Igreja na cidade está mais próxima das pessoas através dessas novas estruturas de quase-paróquias.

Quadro 5: Paróquias e Quase-paróquias

PARÓQUIAS	QUASE-PARÓQUIAS ⁷⁰⁹
Nossa Senhora Rainha do Mundo- Sé Catedral São Tiago/Lândana Imaculada Conceição Santo António/Belize Carlos Lwanga/Buco-Zau Nossa senhora das Victória/Zenze Lucula Nossa Senhora de Lourdes/Malembo São João Maria Vianney/Necuto Nossa Senhora de Fátima/Subatando São Pedro/Povo Grande	São José de Lombo-Lombo Dos Mártires/Simulambuco Santa Catarina/1º Maio Cristo Rei Zona pastoral Caio/Cabassango Santa Bakhita Estação missionária ⁷¹⁰

Fonte: Agenda Pastoral 2014, p. 48

⁷⁰⁸ A Paróquia da Imaculada Conceição, chamada também Missão de Cabinda, cobria uma área de três grandes linhas pastorais, além dos seus arredores da cidade. Uma dessas linhas estava a mais de 60 km da sede da Paróquia.

⁷⁰⁹ É a expressão para designar as comunidades em via de ser paróquias: “Se outra coisa não for determinada pelo direito, à paróquia equipara-se a quase-paróquia, que é uma certa comunidade de fiéis na Igreja particular, confiada a um sacerdote como pastor próprio e que, em virtude de circunstâncias peculiares, ainda não foi erecta em paróquia” (Cânone 516 §1).

⁷¹⁰ É a terminologia justificada no cânone 416§2: “Onde certas comunidades não possam ser erectas em paróquias ou quase-paróquias, providencie o Bispo diocesano de outro modo ao serviço pastoral das mesmas.

2.5.3.4. Congregações Religiosas

A diocese de Cabinda tinha pouca presença de congregações religiosas e contava depois da sua criação com uma congregação religiosa masculina do (Congregação do Espírito Santo) e duas femininas (S. José de Cluny e Irmãs Mercedárias da Caridade). Hoje este número cresceu, como demonstra o quadro a seguir:

Quadro 6: Congregações Religiosas

Congregações religiosas masculinas	Congregação do Espírito Santo Congregação dos Salesianos
Congregações religiosas femininas	Irmãs de S. José de Cluny Irmãs Mercedárias da Caridade Catequistas Franciscanas Irmãs de Maria Imaculada (Associação religiosa diocesana) Irmãs Predilectas de Jesus (Associação de vida apostólica) Irmãs Teresianas Irmãs Filhas de Maria Auxiliadora
Institutos seculares	Cooperadoras da Família

Fonte: Agenda Pastoral 2014, p. 49.

Dessas congregações femininas presentes em Cabinda, duas foram fundadas em Cabinda: As irmãs de Maria Imaculada⁷¹¹, chamadas Irmãs diocesanas, fundadas por Dom Paulino Madeca, primeiro Bispo de Cabinda, e as Irmãs Predilectas de Jesus⁷¹², fundadas pelo Padre Carlos Bambi, sacerdote do clero de Cabinda.

⁷¹¹ As Irmãs de Maria Imaculada com total de 10 irmãs (4 de votos perpétuos e 6 de votos temporários) têm hoje 3 comunidades (duas na cidade de Cabinda e uma no Buco-Zau) e o noviciado onde a formação é feita com o auxílio das irmãs diocesanas de Boma (Congo Democrático). Têm ao seu cargo dois creches.

⁷¹² As Irmãs Predilectas nasceram do “Novo Movimento de Apostolado”, chamado “Amigos de Jesus”, fundados por Pe Carlos Bambi na altura diácono na Sé Catedral, agrupando um grupo de adolescentes recém-crismados por ele preparados para este sacramento. Por isso, o núcleo de primeiras candidatas para o lançamento deste projecto foram antigas dos Amigos de Jesus. Hoje a congregação conta com 24 irmãs (10 de votos perpétuos e 14 de votos temporários), 5 comunidades (4 na cidade de Cabinda e uma recém-criada na paróquia de Necuto) e um noviciado. Ao seu cargo estão um grande colégio (primário e secundário só para as meninas) e também um orfanato.

2.5.3.5. Obras Sociais

As obras sociais foram e continuam a ser o verdadeiro rosto social da presença da Igreja católica em Cabinda no que diz respeito à formação dos filhos desta terra. Hoje, sem exagero, a maior parte dos quadros femininos ou masculinos que Cabinda se orgulha de ter no sector público ou privado é “produto” dessas obras sociais.

Quadro 7: Obras Sociais

Denominação	Responsável
Internato Masculino de Lândana	Padres Espiritanos
Internato Feminino de Lândana	Irmãs de S. José de Cluny
Internato Feminino de Malembo	Irmãs Teresainas
Internato Masculino de Malembo	Paróquia de Malembo
Internato Feminino de Cabinda	Irmãs de S. José de Cluny
Internato Feminino de Cabinda	Irmãs de Maria Imaculada
Orfanato de Cabinda	Irmãs predilectas
Internato Masculino de Lukula Zenze	Missão de Lukula
Centro HIV de Cabinda	Irmãs de Maria Imaculada

Fonte: Agenda Pastoral 2014, p. 51

Deve ser acrescentado a essas obras sociais o orfanato da Betânia a cargo das Irmãs Predilectas, que acolhem também as crianças recém-nascidas órfãs ou abandonadas. Deste orfanato já saíram senhoras hoje licenciadas e mães dos filhos. Por isso, num território de muitas dificuldades e privações, este orfanato é hoje a mais-valia das necessidades de recém-nascidos abandonados ou órfãos de mãe com o pai sem recurso para a sua sobrevivência.

2.5.3.6. Escolas Católicas

Para responder aos novos desafios de desenvolvimento do território de Cabinda no contexto de Angola, a Igreja veio assumindo como lhe é reconhecido um grande protagonismo na formação, com a recuperação das antigas escolas católicas e a criação de novas, comumente chamadas escolas missionárias no convénio de colaboração com o Ministério da Educação⁷¹³.

⁷¹³ É um protocolo de cooperação entre o Estado Angolano e Conferencia Episcopal Angolana, segundo qual a gestão da escola é confiada à igreja católica e o estado paga o salário. Este protocolo foi depois da queda do comunismo e do fim do marxismo como modelo de governação em Angola.

Quadro 8: Escolas Católicas

Denominação	Responsável
São Tiago Maior	Padres Espiritanos
São José de Cluny (Cabinda)	Irmãs de S. José de Cluny
São José de Cluny (Lândana)	Irmãs de S. José de Cluny
Bauveka	Paróquia de Malembo
Santa Bakhita	Missão do Lukula
Dom Paulino	Diocese de Cabinda
Santa Madalena	Irmãs Predilectas de Jesus
Instituto Politécnico João Paulo II	Diocese de Cabinda
Santa Mãe de Deus	Diocese de Cabinda
Nossa Senhora das Graças	Irmãs de Maria Imaculada
Centro Infantil Santa Teresinha	Irmãs de Maria Imaculada
Centro Infantil Maria Goretti	Irmãs de Maria Imaculada
Brazita	Cooperadoras da Família

Fonte: Agenda pastoral 2014, p. 51.

Vê-se neste quadro a presença duma escola missionária em quase todas as paróquias, faltando nas paróquias de Necuto e Belize, infelizmente. Esperamos que isso venha a acontecer nos próximos anos. Esta presença é uma prova da aposta desta Igreja particular na formação para o desenvolvimento do território. De facto, um cidadão bem formado é um bom indicador do desenvolvimento.

Terminando este percurso sobre a caracterização do contexto de Cabinda podemos considerar que ele fundamenta a razão dos novos desafios pastorais por nós apresentados na primeira parte deste estudo, e que a diocese de Cabinda deve enfrentar na sua missão de evangelização. O contexto geopolítico continua a ter o seu impacto na vida sócio-económica e religiosa do povo de Cabinda e, desta forma, torna-se incontornável a sua resolução. É esta a natureza real da cultura vivida hoje no enclave e a sua consideração enquadra-se na dinâmica da inculturação. A radiografia da diocese de Cabinda mostrou ser esta uma diocese em crescimento e em desenvolvimento tanto ao nível do pessoal como das estruturas organizacionais para dar respostas certas a esses desafios. Uma dessas estruturas é, de facto, a realidade dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda, cuja verdadeira dimensão procuraremos e seguida apontar.

Capítulo 3:

Diagnóstico da realidade do fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda

Para além da sua essencial componente religiosa, consideramos também o fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda como um fenómeno social⁷¹⁴. A expressão “fenómenos sociais” designa os fenómenos que decorrem da vida social e do comportamento humano⁷¹⁵. A sua melhor percepção obrigou-nos a recorrer às técnicas da metodologia das Ciências Sociais. Para Quivy e Campenhoudt, o trabalho de investigação em Ciências Sociais aspira a

“compreender melhor os significados de um acontecimento ou de uma conduta, a fazer inteligentemente o ponto da situação, a captar com maior perspicácia as lógicas do funcionamento de uma organização, a reflectir acertadamente sobre as implicações de uma decisão política, ou ainda, a compreender com mais nitidez como determinadas pessoas apreendem um problema e a tornar visíveis alguns dos fundamentos das suas representações”⁷¹⁶.

É o objecto deste capítulo, isto é, descobrir a verdadeira dimensão do fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda, compreender melhor o seu significado e captar as lógicas do seu funcionamento. Para tal, é preciso delinear a pesquisa, escolhendo o método e as técnicas para a colecta e tratamento de dados, as formas de análise desses dados com base nas definições constitutivas e operacionais das categorias de análise para a sua apresentação e interpretação.

3.1. Especificação da metodologia da pesquisa

No entendimento de Gil, a pesquisa tem por objectivo fundamental “descobrir respostas para problemas, mediante o emprego de procedimentos científicos”⁷¹⁷. Quivy

⁷¹⁴ Cf. COSTA, A.J., Sociologia dos novos movimentos eclesiais: Focolari, carismáticos e neocatecumenal em Braga, Afrontamento, Santa Maria da Feira, 2004.

⁷¹⁵ Cf. Pité, J. Dicionário breve de sociologia, 2ª ed., Presença, Lisboa, 2004, p. 27.

⁷¹⁶ Quivy, R. e Campenhoudt, L. V. Manual de Investigação em Ciências Sociais, Gradiva, 5ª edição, 2008, p. 19.

⁷¹⁷ Gil, A. C. Métodos e técnicas da pesquisa social, Atlas São Paulo: 1994, p. 42.

e Campenhoudt definem um procedimento como “uma forma de progredir em direcção a um objectivo. Expor o procedimento científico consiste em descrever os princípios fundamentais a pôr em prática em qualquer trabalho de investigação”⁷¹⁸. Por isso, a pesquisa deve ser planeada e executada em conformidade com as normas estabelecidas para cada método de investigação. Deste modo, a questão de investigação é o primeiro e vital passo do processo de investigação depois de escolha do tema. Pois, é ela que define os procedimentos a serem utilizados.

3.1.1. A questão da investigação

De acordo com Asti Vera, o tema de uma pesquisa é “o assunto que se deseja provar ou desenvolver; é uma dificuldade, ainda sem solução, que deve ser determinada com precisão, para intentar, em seguida, o seu exame, avaliação crítica e solução”⁷¹⁹. Determinar com precisão o tema significa enunciar um problema, isto é, determinar o objectivo central da investigação. Assim, enquanto o tema de uma pesquisa é uma proposição até certo ponto abrangente, a formulação do problema é mais específica, isto é, indica exactamente qual a dificuldade que se pretende resolver.

Rudio explicita: “Formular o problema consiste em dizer, de maneira explícita, clara, compreensível e operacional, qual a dificuldade com a qual nos defrontamos e que pretendemos resolver, limitando o seu campo e apresentando suas características. Desta forma, o objectivo da formulação do problema da pesquisa é torná-lo individualizado, específico, inconfundível”⁷²⁰. Por isso, Kerlinger considera que “o problema se constitui numa pergunta científica quando explicita a relação de dois ou mais fenómenos (factos, variáveis) entre si, adequando-se a uma investigação sistemática, controlada, empírica e crítica”⁷²¹.

Quivy e Campenhoudt frisam: “A melhor forma de começar um trabalho de investigação em Ciências Sociais consiste em esforçar-se por enunciar o projecto sob a forma de uma pergunta de partida. Com esta pergunta, o investigador tenta exprimir o mais exactamente possível aquilo que procura saber, elucidar, compreender melhor. A

⁷¹⁸ Op. cit., p. 25.

⁷¹⁹ Asti Vera, A. Metodologia da pesquisa científica, Globo, Porto Alegre, 1976, p. 97.

⁷²⁰ Rudio, V. V. Introdução a projectos de pesquisa, Vozes, Petrópolis, 1978, p. 75.

⁷²¹ Kerlinger, F. N. Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual. São Paulo: EPU, 1980, p. 126.

pergunta de partida servirá de primeiro fio condutor da investigação”⁷²². Para desempenhar correctamente esta sua função, a pergunta de partida ou questão de investigação deve apresentar qualidades de clareza, exequibilidade e pertinência⁷²³.

A nossa questão de investigação ou a pergunta de partida que guiou o nosso percurso de pesquisa baseou-se nas afirmações dos Papas João Paulo II e Bento XVI, segundo as quais as novas agregações dos fiéis são “resposta providencial aos novos desafios da nova evangelização” e “dom do Espírito” à Igreja. Desta forma, será que o fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda pode ser considerado também como “uma resposta providencial” aos novos desafios da inculturação ou da nova evangelização em Cabinda e assim “um dom do Espírito Santo” à Igreja particular de Cabinda? E caso não sejam, o que deve ser feito para que passem a sê-lo? A resposta a esta pergunta implica saber:

- 1ª Quais são os novos desafios da inculturação em Cabinda?
- 2ª Quais e o que são os Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda?
- 3ª Como valorizar e dinamizar os novos movimentos do apostolado para serem resposta providencial?

Uma vez formulado o problema (a questão de investigação), com a certeza de ser cientificamente válido, propõe-se uma resposta “suposta, provável e provisória”, isto é, uma hipótese⁷²⁴. Ambos, problemas e hipóteses, são “enunciados de relações entre variáveis (factos, fenómenos); a diferença reside em que o problema constitui sentença interrogativa e a hipótese, sentença afirmativa mais detalhada. Há várias maneiras de

⁷²² Op. cit., p. 44.

⁷²³ Cf. Quivy e Campenhoudt, Op. cit., p. 44. Para DALFOVO, LANA e SILVEIRA, o problema ou a questão de investigação, antes de ser considerado apropriado, deve ser analisado sobre o aspecto de sua valorização:

- a) Viabilidade. Pode ser eficazmente resolvido, por meio da pesquisa;
- b) Relevância. Deve ser capaz de trazer conhecimentos novos;
- c) Novidade. Estar adequado ao estágio actual da evolução científica e trazer novo enfoque e/ou soluções;
- d) Exequibilidade. Poder chegar a uma conclusão válida;
- e) Oportunidade. Atender a interesses particulares e gerais (cf. Dalfovo, M. S.; Lana, R. A.; Silveira, A. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. In Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, p.01-13, Sem II. 2008 ou Disponível em: <http://rica.unibes.com.br>. Consultado a 23/03/2013.

⁷²⁴ Cf. Marconi, M. A. e Lakatos, E. M. Fundamentos de metodologia científica, 5 ed., Altas, S. Paulo, 2003, p. 124.

formular hipóteses, mas a mais comum é ‘Se x, então y’, onde x e y são variáveis ligadas entre si pelas palavras ‘se’ e ‘então’”⁷²⁵.

Quivy e Campenhoudt frisam que

“a hipótese fornece à investigação um fio conductor particularmente eficaz que, a partir do momento em que ela é formulada, substitui nessa função a questão da pesquisa, mesmo que esta deva permanecer presente na nossa mente. O seguimento do trabalho consistirá, de facto, em testar as hipóteses, confrontando-as com dados da observação. A hipótese fornece o critério para seleccionar, de entre a infinidade de dados que um investigador pode, em princípio, recolher sobre um determinado assunto, os dados ditos ‘pertinentes’. Esse critério é a sua utilidade para testar a hipótese”⁷²⁶.

Foi esta a nossa resposta “suposta, provável e provisória” ou hipótese: se os Novos Movimentos Eclesiais e as Novas Comunidades são considerados pelo Papa João Paulo II como “resposta providencial” aos novos desafios da nova evangelização e pelo Papa Bento XVI como “dom do Espírito Santo” à sua Igreja, então os Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda podem ser também considerados como “resposta providencial” aos novos desafios de inculturação e “dom de Deus” à sua Igreja de Cabinda. Para confirmar esta hipótese, é preciso encontrar a forma de pesquisa adequada, tendo em conta as nossas questões de investigação.

3.1.2. Tipo de Pesquisa

O critério de classificação de pesquisa pode ser feito na base dos objectivos, dos procedimentos e das abordagens. Segundo os objectivos, Boente e Braga classificam a pesquisa⁷²⁷:

a) descritiva – estando dentro de análises quantitativas e qualitativas, quando há um levantamento de dados e o porquê destes dados;

b) exploratória – a investigação de algum objecto de estudo que possui poucas informações;

c) explicativa – informar e explicar a ocorrência de algum fenómeno.

E segundo os procedimentos de colecta de dados, a pesquisa pode ser:

a) experimental – envolve algum tipo de experimento que deve seguir um método a rigor científico para que a estrutura se faça eficiente;

⁷²⁵ Ibidem, p. 128.

⁷²⁶ Ibidem, p. 119-120.

⁷²⁷ Cf. Boente e Braga, citados por Dalfovo, Lana e Silveira, art. cit., p. 4-5.

b) ex-post-facto – é parecida com a experimental, mas aqui não é possível ter controle dos fenómenos que ocorrem durante o estudo;

c) levantamentos – foca-se a pesquisa em directrizes para se alcançar o objecto de estudo;

d) pesquisa-participante – os participantes são considerados um dos problemas da pesquisa;

e) estudo de caso – trabalha aspecto específico de um fenómeno e as suas decorrências;

f) pesquisa bibliográfica e documental – ponto de partida de toda a pesquisa, chamada a revisão de literatura.

Quanto à abordagem do problema, Bogdan e Biklen apresentam duas estratégias ou perspectivas ⁷²⁸:

a) a pesquisa quantitativa pelo uso da quantificação, tanto na colecta como no tratamento das informações, utilizando-se técnicas estatísticas, objectivando resultados que evitem possíveis distorções de análise e interpretação, possibilitando uma maior margem de segurança;

b) a pesquisa qualitativa, por sua vez, descreve a complexidade de determinado problema, sendo necessário compreender e classificar os processos dinâmicos vividos nos grupos, contribuir para o processo de mudança, possibilitando o entendimento das mais variadas particularidades dos indivíduos.

Na opinião de Afonso,

“as abordagens qualitativas concentram-se na descrição e análise de elementos específicos de informação, considerados individualmente, para compreender o seu significado e produzir uma visão da situação ou contexto em que foram gerados. Pelo contrário, as abordagens quantitativas centram-se na agregação de múltiplas informações em unidades substantivas, com o intuito de gerar frequências, medidas, comparações e inferências estatísticas”⁷²⁹.

Para Hübner, “o que define uma pesquisa como sendo qualitativa ou quantitativa não é o método de colecta, mas sim a forma de tratamento dos dados”⁷³⁰.

⁷²⁸ Cf. Bogdan; R; Biklen, S. Investigação qualitativa em educação. Porto editora, Porto, 1994, p. 50.

⁷²⁹ Afonso, N.. Investigação naturalista em educação. Um guia prático e crítico. Porto: Edições Asa, Porto, 2005, p. 140.

⁷³⁰ Hübner, M. Guia para elaboração de monografias e projectos de dissertação e doutoramento. Pioneira/Mackenzie, São Paulo, 1998, p. 56,

Por sua vez, Minayo considera que as relações entre abordagens qualitativas e quantitativas demonstram o seguinte⁷³¹:

a) as duas metodologias não são incompatíveis e podem ser integradas num mesmo projecto;

b) uma pesquisa quantitativa pode conduzir o investigador à escolha de um problema particular a ser analisado em toda sua complexidade, através de métodos e técnicas qualitativas e vice-versa;

c) a investigação qualitativa é a que melhor se coaduna com o reconhecimento de situações particulares, grupos específicos e universos simbólicos.

Sendo assim, podemos classificar a pesquisa utilizada neste estudo, tendo em conta os objectivos pretendidos e definidos pelas características da nossa questão de investigação, desta forma: segundo os objectivos, de explicativa; segundo os procedimentos de colecta de dados, de estudo de caso, e segundo a abordagem do problema, de qualitativa. Mas, baseando-nos na diferenciação dos métodos de Hübner e Minayo, usou-se a técnica do método quantitativo para nos apercebermos da dimensão da realidade do fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado em Cabinda para a sua melhor compreensão, isto é, a técnica do método quantitativo identificou-nos sujeitos para um estudo qualitativo. A investigação qualitativa tem, na sua essência, segundo os mesmos autores, cinco características⁷³²: (1) a fonte directa dos dados é o ambiente natural e o investigador é o principal agente na recolha desses mesmos dados; (2) os dados que o investigador recolhe são essencialmente de carácter descritivo; (3) os investigadores que utilizam metodologias qualitativas interessam-se mais pelo processo em si do que propriamente pelos resultados; (4) a análise dos dados é feita de forma indutiva; e (5) o investigador interessa-se, acima de tudo, por tentar compreender o significado que os participantes atribuem às suas experiências.

Depois de clarificar a questão da investigação, guia orientador do nosso estudo, de formular a hipótese, de escolher a forma de pesquisa a seguir e a sua abordagem, era preciso escolher as técnicas de recolha de dados e a identificação de quem devia fornecer-nos essas informações (dados) sobre a realidade do fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado em Cabinda.

⁷³¹ Minayo, M. C. S. (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade, ed. Vozes, ed. Petrópolis 2000, p. 17.

⁷³² Cf. Ibidem, p. 96-102.

3.2. Recolha dos dados

No entender de De Ketele e Roegiers, “no início de qualquer investigação ou qualquer avaliação, é importante perceber bem o papel da recolha de informações, as preocupações a tomar e a utilização que se pode fazer da informação”⁷³³. Assim evita-se trabalhar sobre más informações, informações insuficientes, informações deformadas, informações mal tratadas. Pois, segundo os mesmos autores, somos levados a procurar informação quando desejamos compreender mais de perto uma dada situação, quer seja para detectar necessidades, para fazer uma escolha ou tomar uma decisão, para melhorar um funcionamento, para formar, para resolver um problema, para circunscrever um fenómeno, para testar hipóteses científicas, etc.⁷³⁴. No nosso caso, era preciso identificar quem podia fornecer-nos informações necessárias para testar a nossa hipótese.

3.2.1. Caracterização das fontes de informações

Segundo Ghiglione e Matalon, a questão “quem inquirir?” desdobra-se em outras duas⁷³⁵:

- 1ª) Qual é a população (ou, talvez, as populações) que é necessário conhecer?
- 2ª) Como escolher, nessa população, as pessoas a inquirir efectivamente?

Usámos a técnica da amostra não-probabilística para a selecção dos elementos da amostra. Vergara destaca duas selecções da amostra não probabilística: uma feita por acessibilidade e a outra por tipicidade⁷³⁶. Explica: “Por acessibilidade: longe de qualquer procedimento estatístico, selecciona elementos pela facilidade de acesso a eles; e por tipicidade: constituída pela selecção de elementos que o pesquisador considere representativos da população. O que requer profundo conhecimento dessa população”⁷³⁷. Tendo em conta a distância do lugar do trabalho de campo de investigação, do tempo disponível, pela circunstância de o investigador viver em Portugal, a amostra que melhor se adequava às condições deste estudo era a amostra não-probabilística por tipicidade.

⁷³³ Op. cit., p. 11-12.

⁷³⁴ Cf. Ibidem, p. 12-13.

⁷³⁵ Cf. Op. cit., p. 27.

⁷³⁶ Cf. Op. cit., p. 48.

⁷³⁷ Ibidem, p. 49.

Esta escolha foi motivada pelos objectivos da nossa pesquisa. De facto, era necessário escolher as fontes, capazes de nos darem informações e as suas percepções sobre a realidade do fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda. Deste modo, escolhemos como fontes de informações: o Bispo da diocese de Cabinda, por ser responsável máximo da diocese; os responsáveis das paróquias ou quase-paróquias, por serem aqueles que trabalham directamente com esses Novos Movimentos de Apostolado; e os seus fundadores. Já que identificámos quem nos podia ajudar a encontrar respostas ao problema da nossa investigação, era chegado o momento de passar à acção, isto é, à recolha dessas informações. Para tal, era preciso escolher as técnicas de colecta de dados.

3.2.2. As técnicas de colecta de dados

De acordo com Quivy e Campenhoudt, “são vários os métodos de recolha de dados que se podem utilizar numa investigação e cabe ao investigador seleccionar os que respondam melhor aos objectivos da investigação, do modelo de análise e das características do campo de análise”⁷³⁸. Mas, especificando, Tuckman refere que as fontes de obtenção de dados que se podem utilizar num estudo de caso são normalmente de três tipos: (1) Inquérito, (2) documentos vários e (3) a observação⁷³⁹. A recolha de dados neste estudo foi exclusivamente feita pelo investigador, baseando-se fundamentalmente: (1) na observação; (2) nos inquéritos (entrevistas e questionários); (3) na análise documental.

A escolha dessas três técnicas foi motivada pela nossa preocupação de conseguir dados mais robustos, capazes de fornecer-nos informações necessárias para a compreensão do fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda, pois mais técnicas de recolha de informações, mais possibilidades temos com o seu cruzamento, de obter informações pertinentes, fiáveis e válidas, e assim, “evita-se trabalhar sobre más informações, informações insuficientes, informações deformadas, e informações mal tratadas”⁷⁴⁰.

⁷³⁸ Op. cit., p. 186.

⁷³⁹ Cf. Tuckman, B., *Manual de Investigação em Educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.2000, p. 516.

⁷⁴⁰ De Ketele e Roegiers, op. cit., p. 12.

3.2.2.1. A observação

Para Marconi e Lakatos, “a observação é uma técnica de colecta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar factos ou fenómenos que se desejam estudar”⁷⁴¹.

Na investigação científica são empregadas várias modalidades de observação, que variam de acordo com as circunstâncias e Ander-Egg apresenta quatro tipos⁷⁴²:

a) **Segundo os meios utilizados:** observação não estruturada (assistemática) e observação estruturada (sistemática);

b) **Segundo a participação do observador:** observação não-participante e observação participante;

c) **Segundo o número de observações:** observação individual e observação em equipa.

d) **Segundo o lugar onde se realiza:** observação efectuada na vida real (trabalho de campo) e observação efectuada em laboratório.

A observação feita neste estudo foi assistemática, participante, individual, efectuada na vida real porque o pesquisador foi pároco durante 8 anos numa paróquia onde nasceu, por iniciativa dum leigo, um novo movimento de apostolado chamado “Cristo Vence”⁷⁴³. Segundo Marconi e Lakatos, “a técnica da observação não estruturada ou assistemática, denominada espontânea, informal, ordinária, simples, livre, ocasional e acidental, consiste em recolher e registar os factos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas directas”⁷⁴⁴. É a mais empregada em estudos exploratórios e não tem planeamento e controle previamente elaborados. O que caracteriza a observação assistemática é “o facto de o conhecimento ser obtido através de uma experiência casual, sem que se tenha

⁷⁴¹ Op. cit., p. 190.

⁷⁴² Citado por Marconi e Lakatos, op. cit., p. 192.

⁷⁴³ O novo movimento de apostolado “Cristo Vence” foi fundado por Joaquim Madeca, já falecido, para congregar jovens adultos da Paróquia de Malembo que não faziam parte nos movimentos existentes ou andavam afastados da Igreja. Conseguiu expandir-se em duas paróquias (S.Tiago de Lândana e São Carlos Lwanga de Bucu-Zau, cf. Anexo 2).

⁷⁴⁴ Op. cit., p. 192.

determinado de antemão quais os aspectos relevantes a serem observados e que meios utilizar para observá-los”⁷⁴⁵.

Deste modo, consideramos que, apesar desta nossa participação, a observação foi mais assistemática e não estruturada por não termos, na altura dos factos, o objectivo de observar para um trabalho científico. Portanto, foi uma observação espontânea e informal mas que neste momento pode ser considerada como uma fonte de informações sobre o fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda.

3.2.2.2. *Inquérito por questionário*

Segundo Quivy e Campenhoudt, o inquérito por questionário consiste “em colocar a um conjunto de inqueridos, geralmente representativo de uma população, uma série de perguntas relativas à sua situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais, às suas expectativas, ao seu nível de conhecimentos ou ainda sobre qualquer outro ponto que interesse os investigadores”⁷⁴⁶. Esses mesmos autores sustentam que este método é aconselhado, quando se pretende conhecer uma população (modos de vida, costumes, comportamentos, valores e opiniões); analisar um fenómeno social e em todos os casos em que seja necessário questionar um número elevado de pessoas sobre uma dada questão⁷⁴⁷. E, sublinham que o inquérito por questionário de perspectiva sociológica, como é o nosso caso, distingue-se da simples sondagem de opinião porque visa verificar as hipóteses teóricas e a análise das correlações que essas hipóteses sugerem⁷⁴⁸. Pode ser de administração indirecta quando é o próprio inquiridor a preenchê-lo, a partir das respostas dadas pelo inquirido, e de administração directa quando preenchido pelo próprio inquirido.

No que diz respeito ao seu conteúdo, os mesmos autores distinguem duas categorias de questões: Aquelas que se debruçam sobre os factos e aquelas que se debruçam sobre opiniões, atitudes, preferências, etc.⁷⁴⁹. Quanto à forma, segundo

⁷⁴⁵ Rudio citado por Lakatos e Marconi, op. cit., p. 192.

⁷⁴⁶ Op. cit., p. 188.

⁷⁴⁷ Cf. Ibidem, p. 189.

⁷⁴⁸ Cf. Ibidem, p. 188.

⁷⁴⁹ Cf. Ibidem, p. 126.

Marconi e Lakatos, as perguntas, em geral, são classificadas em três categorias: abertas, fechadas e de múltipla escolha⁷⁵⁰.

As nossas questões foram abertas, debruçando-se ao mesmo tempo sobre os factos e sobre as opiniões e atitudes em relação ao fenómeno em estudo. Por um lado, tivemos o cuidado de elaborar um questionário equilibrado, nem longo nem curto, com questões claras e acompanhadas com uma nota explicativa, ressaltando a razão do trabalho solicitado e a sua importância para a vida pastoral da diocese (cf. Anexo 1). Este cuidado levou-nos a reformular o questionário depois de termos notado as primeiras dificuldades na primeira fase do inquérito. Por outro lado, tivemos o cuidado de envolver o Bispo, pedindo-lhe ajuda para sensibilizar os seus sacerdotes sobre a importância do inquérito. Fizemos questão de entregar a quase todos os inquiridos, em mão, o formulário, para o melhor envolvimento e sensibilização e só em dois casos não foi possível fazê-lo. A sua administração foi, na sua maioria, directa com o próprio inquirido a preencher mas também houve três casos onde fomos obrigados a utilizar a administração indirecta, preenchendo na presença do inquirido o formulário com as suas respostas; e noutros dois casos pelo telefone, e ainda num outro caso pelo correio electrónico. A razão foi falta de disponibilidade da parte dos inquiridos. Mas, como era importante conhecer as suas opiniões e percepções, tendo em conta o cargo ocupado nas estruturas da diocese, tivemos de usar a forma de administração indirecta.

Contudo, apesar de todo este nosso esforço cuidadoso de sensibilização e de correspondência às exigências para o êxito deste instrumento de recolha de dados, nem todos responderam (como reconhecido nas limitações desta técnica), alegando até que se tratava de inquérito a ser respondido pelos responsáveis dos Novos Movimentos de Apostolado ou dos seus membros (mesmo com a nota explicativa esclarecendo tratar-se do inquérito dirigido aos responsáveis das paróquias e quase-paróquias para saber das suas opiniões por serem aqueles que trabalham directamente com esses novos movimentos). Também vieram perguntas sem respostas ou respostas que não correspondem às perguntas. Por isso, em alguns casos, fomos mesmo obrigados a repetir o inquérito com mais esclarecimentos e explicações. Esta técnica de recolha de informações foi utilizada para os responsáveis das paróquias e quase-paróquias e para as outras dioceses de Angola.

⁷⁵⁰ Cf. Op. cit., p. 204.

3.2.2.3. *Inquérito por entrevista*

Para De Ketele e Roegiers, o inquérito por entrevista é “um método de recolha de informações que consiste em conversas orais, individuais ou de grupos, com várias pessoas seleccionadas cuidadosamente, a fim de obter informações sobre factos ou representações, cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado na perspectiva dos objectivos da recolha de informações”⁷⁵¹. Deste modo, a entrevista permite que, para além das perguntas que se sucedem de modo natural e no decorrer da conversa, se questionam os porquês e os esclarecimentos circunstanciais que possibilitam uma melhor compreensão das respostas, das motivações e da linha de raciocínio que lhes estão inerentes. Isso significa que esta técnica consegue mais o aprofundamento do objecto em estudo. Eis a razão da sua escolha, procurar junto dos entrevistados o maior aprofundamento do fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda.

Selltiz refere que dentro do seu objectivo geral, que é a obtenção de informação do entrevistado sobre determinado assunto, a entrevista pode apontar ainda, concretamente, seis tipos de objectivos⁷⁵²:

- 1. Averiguação de “factos”:** Saber o que na realidade sucede, dentro do assunto em estudo;
- 2. Averiguação de “opiniões”:** Conhecer qual é a opinião pessoal do entrevistado, sobre determinados factos;
- 3. Averiguação dos “sentimentos”:** Saber o que o entrevistado sente perante aqueles factos;
- 4. Averiguação de “atitudes”:** Conhecer qual a atitude do entrevistado em relação aos factos em estudo;
- 5. Averiguação de “decisões”:** Saber o que o entrevistado decide fazer, perante os factos;
- 6. Averiguação de “motivações”:** Conhecer os factores que influenciaram o entrevistado a tomar aquelas atitudes e decisões, e o porquê.

⁷⁵¹ De Ketele, J.-M. E Roegiers, X., Metodologia da Recolha de dados. Fundamentos dos Métodos de Observação, de Questionários, de Entrevistas e de Estudos de Documentos, Instituto Piaget, Lisboa, 1993, p. 22.

⁷⁵² Cf. Citada por Sousa, op. cit., p. 247.

Foram esses objectivos que orientaram as nossas entrevistas com o Bispo, para averiguar o facto do fenómeno em si e as suas opiniões e atitudes em relação ao facto, e com alguns fundadores dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda, para averiguar sobretudo as motivações que influenciaram a fundação e os seus sentimentos e opiniões sobre a realidade. Para termos informações válidas e fiáveis procurámos obedecer às exigências de uma boa entrevista nas suas fases de planificação e execução.

Todavia, Ghiglione e Matalon sublinham que a utilização deste instrumento de recolha de informação pressupõe um trabalho faseado em três momentos: planificação, execução e tratamento da informação⁷⁵³. De acordo com os mesmos autores, “as técnicas de entrevista devem ser compreendidas como o conjunto dos meios necessários e empregues de forma sistemática pelo entrevistador para levar a bom termo uma entrevista”⁷⁵⁴. Segundo eles, “a preparação da entrevista é uma etapa importante da pesquisa que requer tempo (o pesquisador deve ter uma ideia clara da informação de que necessita)”⁷⁵⁵. Por isso, é preciso tomar algumas medidas⁷⁵⁶:

- a) **Planeamento da entrevista:** deve ter em vista o objectivo a ser alcançado;
- b) **Conhecimento prévio do entrevistado:** objectiva conhecer o grau de familiaridade dele com o assunto;
- c) **Oportunidade da entrevista:** marcar com antecedência a hora e o local;
- d) **Condições favoráveis:** garantir ao entrevistado o segredo de suas confidências e de sua identidade;
- e) **Preparação específica:** organizar um roteiro ou formulário com as questões importantes.

Não nos foi possível cumprir alguns desses requisitos, como por exemplo, a oportunidade da entrevista (marcando com antecedência as entrevistas, a hora e o local e os entrevistados terem conhecimento prévio), devido ao tempo e à disponibilidade dos entrevistados, pois a recolha de informações foi feita durante o mês de férias. Por isso, o factor disponibilidade dos entrevistados foi o que mais primou na realização das nossas entrevistas. A condução da entrevista foi feita na base dum guião (cf. Anexo 3),

⁷⁵³ Cf. Op. cit., p. 70.

⁷⁵⁴ Op. cit., p. 98.

⁷⁵⁵ Op. cit., p. 111.

⁷⁵⁶ Cf. Ibidem, p. 111-115.

previamente preparado, que apenas serviu de eixo orientador ao desenvolvimento de cada entrevista, tendo em conta as características do inquirido. Não foi possível entrevistar directamente todos os escolhidos como fontes de informações por intermédio deste instrumento de recolha dos dados. Num caso, por questões de falta de disponibilidade, a entrevista foi realizada por meio do correio electrónico (enviámos as perguntas e o entrevistado remeteu-nos as respostas).

Para fase de execução, os mesmos autores aconselham a que o entrevistador não se deixe influenciar pelas suas próprias predisposições, as suas opiniões ou curiosidades; evite afastar-se do formato e do guião da entrevista; motivar o entrevistado a responder; impedindo, gentilmente, as divagações do entrevistado; gerir o tempo da entrevista de maneira a que o tempo previamente acordado não se prolongue; enquadrar as perguntas delicadas⁷⁵⁷. Portanto, a entrevista, que visa obter respostas válidas e informações pertinentes, é “uma verdadeira arte, que se aprimora com o tempo, com treino e com experiência”⁷⁵⁸. Deste modo, segundo Ghiglione e Matalon, exige habilidade e sensibilidade, duas atitudes essenciais para o maior êxito da entrevista⁷⁵⁹.

E citam essas técnicas para execução da entrevista que tivemos sempre cuidado de contemplar durante as nossas entrevistas⁷⁶⁰:

a) Contacto inicial. O pesquisador deve entrar em contacto com o informante e estabelecer, desde o primeiro momento, uma conversação amistosa, explicando a finalidade da pesquisa, o seu objecto e relevância, e fazendo ressaltar a necessidade da sua colaboração. É importante obter e manter a confiança do entrevistado, assegurando-lhe o carácter confidencial das suas informações.

b) Formulação de perguntas. As perguntas devem ser feitas de acordo com o tipo da entrevista: padronizadas, obedecendo ao roteiro ou formulário preestabelecidos; não padronizadas, deixando o informante falar à vontade e, depois, ajudá-lo com outras perguntas, entrando em maiores detalhes.

c) Registo de respostas. As respostas, se possível, devem ser anotadas no momento da entrevista, para maior fidelidade e veracidade das informações. O uso do

⁷⁵⁷ Cf. Op. cit., p. 71-73.

⁷⁵⁸ Op. cit., p. 73.

⁷⁵⁹ Cf. Ibidem, p. 93.

⁷⁶⁰ Cf. Ibidem, p. 98-109.

gravador é ideal, se o informante concordar com a sua utilização. O registro deve ser feito com as mesmas palavras que o entrevistado usar, evitando-se resumi-las. Se possível, anotar gestos, atitudes e inflexões de voz.

d) Término da Entrevista. A entrevista deve terminar como começou, isto é, em ambiente de cordialidade, para que o pesquisador, se necessário, possa voltar e obter novos dados, sem que o informante se oponha a isso.

Para correspondermos a essas exigências de uma boa execução da entrevista, demos em cada uma das entrevistas os passos representados neste quadro:

Quadro 9: Os passos dados nas entrevistas

1. Agradecer pela disponibilidade para ser entrevistado
2. Explicar a razão da entrevista e a importância da sua contribuição
3. Pedir licença para gravar
4. Garantir a confidencialidade
5. Colocar as perguntas orientadas pelo guião
6. Terminar agradecendo pela contribuição

Na opinião de Sousa, o principal problema que se levanta quando se pretende desenvolver uma entrevista refere-se à experiência do entrevistador no desempenho desta forma instrumental⁷⁶¹. Tivemos dificuldade por causa da nossa pouca experiência no manuseamento deste instrumento de recolha de dados, além da necessidade de nos adaptarmos às circunstâncias, às características do entrevistado, motivá-lo para poder conseguir a sua percepção sobre a realidade do fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda.

Há três tipos de entrevistas:

a) Entrevista estruturada ou dirigida que segue um guião rígido que estabelece antecipadamente as questões a serem formuladas; a ordem das perguntas respeita uma lógica pré-estabelecida.

b) Entrevista semi-estruturada ou semi-dirigida que assenta na combinação de perguntas abertas e fechadas. O guião, previamente preparado, apenas serve de eixo orientador ao desenvolvimento da entrevista. Não exige uma ordem rígida nas questões;

⁷⁶¹ Cf. Op. cit., p. 251.

c) Entrevista não estruturada ou não dirigida que convida o entrevistado a organizar o seu discurso a partir de um tema proposto, e o entrevistador só intervém para encorajar. O guião detém-se apenas no objectivo da entrevista e nas suas linhas orientadoras.

Foi a forma semi-estruturada ou semi-directiva que usámos neste estudo com a intenção de permitir aos sujeitos entrevistados responder de acordo com a sua percepção, apesar do roteiro previamente estabelecido; entretanto, eles tiveram liberdade para desenvolver as questões conforme a situação de cada um. Para Bogdan e Biklen, “a entrevista semi-directiva é portanto adequada para aprofundar um determinado domínio, ou verificar a evolução de um domínio já conhecido”⁷⁶². De acordo com De Ketele e Roegiers, uma entrevista semi-dirigida é identificada pela presença de duas características: o entrevistado produz um discurso que não é linear, o que significa que o entrevistador reorienta a entrevista em certos momentos; e nem todas as intervenções do entrevistador estão previstas antecipadamente⁷⁶³. No concreto, esclarecem os mesmos autores, a entrevista semi-dirigida é “em parte directiva (ao nível dos temas, dos objectos sobre os quais se quer recolher informações) e em parte não directiva (no interior dos temas)”⁷⁶⁴.

3.2.2.4. Pesquisa documental

De acordo com Oliveira, “a análise documental caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação”⁷⁶⁵. O mesmo autor esclarece que a pesquisa documental está muito próxima da pesquisa bibliográfica⁷⁶⁶. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as

⁷⁶² Op. cit., p. 97.

⁷⁶³ Cf. Op. cit., p. 193.

⁷⁶⁴ Ibidem, p. 193.

⁷⁶⁵ Oliveira, M.M. Como fazer pesquisa qualitativa, Vozes, Petrópolis, 2007, p. 69.

⁷⁶⁶ Cf. Ibidem, p. 70.

fontes primárias⁷⁶⁷. Na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico, como foi o nosso caso, assente em fontes primárias.

Outro aspecto da natureza dos documentos diz respeito ao carácter consciente e não consciente da informação que transmitem⁷⁶⁸. Para Marwick, informação consciente é “tudo o que o autor do documento quis transmitir e informação não consciente é tudo o mais que possa ser percebido a partir desse documento”⁷⁶⁹. E, segundo o mesmo autor, todos os documentos transmitem informações inconscientes, mas cabe ao investigador interpretar o seu significado⁷⁷⁰.

Perante o volume do material documental encontrado e tendo em conta o tempo que dispúnhamos, era preciso fazer uma selecção, e como aconselha Elton, uma “selecção controlada”, para assegurar que nenhuma categoria importante é deixada de fora⁷⁷¹. Por isso, tentámos não incluir demasiadas fontes deliberadas e procurámos seleccionar os documentos com base no problema da nossa investigação, isto é, relacionados com a realidade do fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado.

Para a análise desses documentos escolhidos, recorreu-se à técnica de análise crítica dos documentos. De acordo com Barzun e Graf, a análise crítica dos documentos divide-se em crítica externa e interna, embora estas possam sobrepor-se em grande medida⁷⁷². A crítica externa procura saber se um documento é genuíno (isto é, se não foi forjado) e autêntico (isto é, se é o que pretende ser e se o que diz sobre aquilo a que se refere é verdadeiro). E a crítica interna refere-se ao próprio conteúdo sujeito a uma análise rigorosa que procura respostas às seguintes perguntas: Que tipo do documento? Que diz de facto o documento? Quem o produziu? Porquê o produziu? Quando e em que circunstâncias foi produzido? Desta forma, é fundamental usar de cautela e avaliar adequadamente, com um olhar crítico, a documentação a que se pretende fazer análise.

⁷⁶⁷ Marconi e Lakatos dividem os documentos em fontes primárias e secundárias:

a) Fontes Primárias – dados históricos, bibliográficos e estatísticos; informações, pesquisas e material cartográfico; arquivos oficiais e particulares; registos em geral; documentação pessoal (diários, memórias, autobiografias); correspondência pública ou privada etc.

b) Fontes Secundárias – imprensa em geral e obras literárias (cf. Op. cit., p. 159).

⁷⁶⁸ Cf. Op. cit., p. 103.

⁷⁶⁹ Marwick, citado por Bell, op. cit., p. 106.

⁷⁷⁰ Ibidem, p. 106.

⁷⁷¹ Elton, citado por Bell, op. cit., p. 107.

⁷⁷² Cf. Barzun e Graf, citados por Bell, op. cit., p. 108.

Para tal, Cellard apresenta orientações que devem constituir a primeira etapa de toda a análise documental que se aplica em cinco dimensões: o contexto em que o documento socio-político foi produzido, o autor ou os autores (elucidar a identidade do autor ou dos autores), a autenticidade e a fiabilidade do texto (verificar a qualidade da informação transmitida e a procedência do documento), a natureza do texto (verificar a natureza do texto, ou o seu suporte, antes de tirar conclusões), os conceitos-chave e a lógica interna do texto (o sentido das palavras e dos conceitos e prestar atenção aos conceitos-chave presentes num texto e avaliar a sua importância e o seu sentido, segundo o contexto preciso em que eles são empregados)⁷⁷³.

Feita a selecção e análise preliminar dos documentos, procedemos à análise dos dados, baseada nessas cinco dimensões, propostas por Cellard, para fornecer uma interpretação coerente (cf. apresentação dos resultados), tendo em conta a temática ou o questionamento inicial. O critério fundamental na base desta escolha dos documentos para pesquisa documental foi a sua relação com o fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado em Cabinda. A seguir, apresentamos os documentos que foram submetidos à pesquisa documental.

Quadro 10: Os documentos seleccionados

Estatutos	Escritos de espiritualidade	Anuários da CEAST	Agenda Pastoral da diocese de Cabinda
Estatuto da Fraternidade Cristã Católica	“ <i>Lusalusu lu Zezu</i> ” (Linhas fundamentais da espiritualidade samaritana)	Anuário da CEAST 2006	Agenda Pastoral 2009
Estatuto da Espiritualidade Nossa Senhora das Dores	Linhas fundamentais da espiritualidade de <i>Lutâmbi</i>	Anuário da CEAST 2009	Agenda pastoral 2010
Estatuto dos Peregrinos de Cristo	O Livro do Consolador (Linhas fundamentais da espiritualidade <i>masuela</i>)		Agenda Pastoral 2011
	“ <i>Ilândulu</i> ” (Algumas linhas de orientação para os formadores, servos e responsáveis dos Filhos do Reino)		Agenda Pastoral 2014

⁷⁷³ Cf. Op. cit., p. 208.

Depois da recolha de informações com as quatro técnicas de colecta de dados por nós utilizadas, era preciso confirmar a sua validade e fiabilidade para melhor justificar as nossas conclusões, porque cada técnica de recolha tem as suas vantagens como os seus limites. As técnicas de validade e fiabilidade servem para superar as limitações, a fim de ter dados seguros para interpretação. Por isso, De Ketele e Roegiers aconselham: “Antes de tratar informações recolhidas, é preciso ter a certeza que estas informações são necessárias, suficientes e que reflectem bem a realidade estudada. É este o papel da validação da recolha de informações. Esta deve garantir a constituição de uma base de dados sólida, antes do seu tratamento”⁷⁷⁴.

3.3. Validade e fiabilidade das informações recolhidas

Aqueles dois autores definem a validação da recolha de informações como “processo pelo qual o investigador ou o avaliador se assegura que aquilo que quer recolher como informações, as informações que recolhe realmente e o modo como as recolhe servem adequadamente o objectivo da investigação (avaliação ou pesquisa)”⁷⁷⁵.

Por outras palavras, é preciso certificar três coisas:

- As informações recolhidas correspondem aos objectivos da investigação?
- São mesmo as informações desejadas para a investigação?
- Os meios utilizados para recolha dessas informações foram seguros para satisfazer as exigências do objectivo da investigação?

Essas perguntas correspondem à verificação da pertinência das informações recolhidas, à verificação da sua validade e por fim à verificação da fiabilidade dos procedimentos utilizados na recolha dessas informações. Os quadros a seguir apresentam essas etapas da validação *a priori* e *a posteriori* do processo de recolha de informações. Pois, a verificação deve se feita antes e depois da recolha de informações para mais fidedignidade e fiabilidade.

⁷⁷⁴ Op. cit., p. 220.

⁷⁷⁵ Ibidem, p. 220.

Quadro 11: Validação *a priori*

Validação *a priori* do processo de recolha de informações

Em relação ao objectivo visado, as informações a tratar são necessárias, suficientes e acessíveis?

Reflectem efectivamente a realidade?

Podemos fiar-nos nos procedimentos de recolha de informações

1. Pertinência da informação

As informações para recolher são necessárias, suficientes e acessíveis?

2. Validade do utensílio

As informações recolhidas serão mesmo as que declaro querer recolher?

3. Fiabilidade

As informações seriam as mesmas se estivessem sido recolhidas por outra pessoa ou num outro momento?

Fonte: De Ketele e Roegiers, op. cit., p. 228.

Depois de recolher as próprias informações devem passar para o mesmo processo de validação também em três etapas cujo esquema é representado no quadro a seguir.

Quadro 12: Validação *a posteriori*

Validação *a posteriori* do processo de recolha de informações

Em relação ao objectivo visado para pesquisa, as informações para tratar são necessárias, suficientes e acessíveis?

Reflectem efectivamente a realidade?

Podemos fiar-nos nos procedimentos de recolha de informações?

1. Pertinência da informação

As informações para recolher são necessárias, suficientes (em qualidade e em quantidade) relativamente ao objectivo?

2. Validade do utensílio

As informações recolhidas reflectem a realidade?

3. Fiabilidade dos procedimentos

As informações seriam as mesmas se fossem recolhidas por uma outra pessoa, num outro momento, num outro local, com a ajuda de um outro utensílio?

Fonte: De Ketele e Roegiers, op. cit., p. 245.

Uma vez cumpridas essas etapas antes e depois da recolha de dados ou das informações, podemos confirmar a sua validade e fiabilidade para o seu tratamento e a

sua interpretação. Lessard-Hébert, Goyette e Boutin propõem os seguintes parâmetros de validade no processo de investigação qualitativa⁷⁷⁶:

- **Tipos de validade:** validade aparente (os dados devem surgir como evidentes); validade instrumental (dois instrumentos devem produzir resultados semelhantes); e validade teórica (a teoria deve confirmar os factos);

- **Tipos de triangulação:** das técnicas; e das inferências ou conclusões entre vários investigadores e/ou investigadores e indivíduos observados.

Para assegurar a validade das nossas conclusões, usamos a técnica de triangulação no tratamento e interpretação das informações válidas, pertinentes e fiáveis recolhidas. De acordo com Sousa, o termo “triangulação” deriva da navegação marítima e da geografia militar, onde se localiza um determinado ponto pela sua direcção e distância em relação a três (ou mais) pontos diferentes, por diferentes observadores e com diferentes instrumentos⁷⁷⁷. Denzin e Lincoln afirmam que o “uso de múltiplos métodos, ou da triangulação, reflecte uma tentativa de assegurar uma compreensão em profundidade do fenómeno em questão”⁷⁷⁸. Para eles, a triangulação é “um caminho seguro para a validação da pesquisa. É a alternativa para se empreender múltiplas práticas metodológicas, perspectivas e observadores numa mesma pesquisa, o que garante rigor, riqueza e complexidade ao trabalho”⁷⁷⁹, pois “a debilidade de cada método simples se compensará com o contrapeso da força do outro”⁷⁸⁰.

Bisquerra fala de cinco tipos básicos de triangulação e uma combinação entre eles⁷⁸¹:

1. Triangulação de dados: Recolhem-se os dados de diferentes fontes para se compararem entre si:

a. Dados temporais recolhidos em diferentes momentos, para verificar a sua constância;

⁷⁷⁶ Cf. Lessard-Hébert, Goyette e Boutin, *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas*. Instituto Piaget, Lisboa, 1994, p. 32.

⁷⁷⁷ Cf. Sousa, op. cit., p. 172-173.

⁷⁷⁸ Denzin, N.K.; Lincoln, V.S., *O planeamento da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre, 2006, p. 17.

⁷⁷⁹ Ibidem, p. 17.

⁷⁸⁰ Jensen, K.B. e Jankowski, N. M. (eds.), *Metodologias cualitativas de investigación en comunicación de masas*, Bosch, Barcelona, 1993, p. 78 (nossa tradução).

⁷⁸¹ Cf. Bisquerra, citado por Sousa, p. 173.

b. Dados espaciais recolhidos a partir de localizações espaciais diferentes, para verificar as suas coincidências;

c. Dados pessoais: recolhidos por diferentes investigadores, para se estudar as suas convergências e divergências.

2. Triangulação de investigadores: Utilizam-se diferentes observadores para analisar no que estão em concordância, no que discordam e no que não diferem.

3. Triangulação teórica: Estudam-se teorias alternativas ou antagónicas sobre diferentes pontos de vista, pretendendo-se ter uma compreensão mais alargada do fenómeno.

4. Triangulação metodológica: Aplicam-se diferentes métodos e diferentes técnicas, para comparar entre si os resultados obtidos, procurando sobretudo convergências e divergências.

5. Triangulação múltipla: Combinam-se diferentes tipos de triangulação: dados, investigadores, teorias, metodologias e técnicas.

Por isso, sustenta Sousa que “a triangulação possui o mérito de conferir um certo robustecimento à validade de uma investigação de carácter qualitativo”⁷⁸². Baseando-nos nos parâmetros de validação do processo de investigação qualitativa de Lessard-Hébert, Goyette e Boutin e apoiando-nos nos tipos básicos de triangulação apresentados por Bisquerra, e depois de verificamos atentamente o caminho percorrido na recolha de informações, podemos confirmar o esforço de correspondermos à validade aparente (pela natureza das fontes diversificadas de informações sobre a realidade do fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado em Cabinda), validade instrumental (pelas quatro técnicas utilizadas para recolha dessas informações), e validade teórica (pela confirmação dos factos na base do quadro teórico) ou, por outras palavras, fizemos a triangulação múltipla, combinando triangulação de dados e de técnicas. Desta forma, superaram-se as limitações de cada técnica de recolha de dados. Assim, a partir da triangulação das nossas fontes de informações e da triangulação das técnicas para a recola dessas informações, considerou-se que era possível fazer inferências mais confiáveis e válidas sobre o fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado em Cabinda.

⁷⁸² Op. cit., p. 173.

Comprovada a validade das informações por nós colectadas a partir das fontes escolhidas e dos instrumentos utilizados, agora é o momento de tratá-las e apresentá-las como resultados da nossa pesquisa sobre a realidade do fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado em Cabinda.

3.4. Tratamento, apresentação dos resultados obtidos e a sua interpretação

De acordo com Bardin, “tratar o material é codificá-lo. A codificação corresponde a uma transformação efectuada segundo regras precisas dos dados em bruto do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índices”⁷⁸³. Para tal, recorreremos à técnica da análise de conteúdo.

3.4.1. Análise de conteúdo

De acordo com Esteves, a análise de conteúdo é “a expressão genérica utilizada para designar um conjunto de técnicas possíveis para tratamento de informações previamente recolhidas”⁷⁸⁴. Portanto, quando se fala em “análise de conteúdo”, estes conteúdos não são os textos ou discursos em si, são o que estes contêm de facto, o que existe na realidade dentro deles e não o que aparentam ser ou conter. Textos, discursos, descrições e outras formas documentais são modos de comunicação, códigos escritos ou falados, que não são em si senão elementos de transmissão, receptáculos de conteúdos significativos, estes sim com valor informativo. O objecto de análise de conteúdo é, por isso, este mesmo conteúdo que é a informação revestida de sentido, que aqueles documentos contêm⁷⁸⁵. Vergara sublinha que

“a análise de conteúdo refere-se ao estudo de textos e documentos. É uma técnica de análise de comunicações, tanto associada aos significados, quanto aos significantes da mensagem. Utiliza tanto procedimentos sistemáticos e ditos objectivos de descrição dos conteúdos, quanto inferências, deduções lógicas. Pratica tanto a hermenêutica, quanto categorias numéricas”⁷⁸⁶.

⁷⁸³ Op. cit., p. 129.

⁷⁸⁴ Esteves, M. “Análise de Conteúdo”. In Lima e Pacheco (orgs.). *Fazer Investigação: Contributo para a elaboração de dissertações e teses*, Porto, Porto Editora, 2006, p. 107.

⁷⁸⁵ Cf. Ibidem, p. 44.

⁷⁸⁶ Op. cit., p. 15.

Miles e Huberman propõem um modelo de análise de conteúdo na investigação qualitativa que consiste em três momentos⁷⁸⁷: a redução dos dados, a apresentação dos dados e as conclusões e verificação. A redução dos dados diz respeito ao processo de seleccionar, simplificar e organizar todos os dados obtidos, durante a investigação. A apresentação dos dados refere-se ao momento em que a informação é organizada e compactada para assim o investigador poder ver rápida e eficazmente o que se passa no estudo. O terceiro e último momento corresponde à extracção de conclusões de toda a informação recolhida, organizada e compactada, que está dependente da quantidade de notas tiradas, dos métodos usados e, principalmente, da experiência do investigador neste campo.

Henry e Moscovici distinguem, nas técnicas de análise de conteúdo, dois tipos de procedimentos, designando-os por “fechados” e “abertos”⁷⁸⁸. Os procedimentos fechados definem as categorias antes de darem início à análise, enquanto os procedimentos abertos efectuem primeiro uma exploração, definindo as categorias em conformidade com os conteúdos que foram encontrando.

Para facilitar esta compreensão das significações dos conteúdos recorre-se a técnica de codificação, definida por Holsti como “processo pelo qual os dados em brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exacta das características pertinentes do conteúdo”⁷⁸⁹.

Segundo Bardin, a organização da codificação compreende três escolhas⁷⁹⁰:

- **O recorte**: escolha das unidades;
- **A enumeração**: escolha das regras de contagem;
- **A classificação e agregação**: escolha das categorias.

A mesma autora define a “unidade de conteúdo” ou de “contexto”, às vezes também designada por “índice” como “uma unidade mínima possuidora de sentido, que por si só ou associada a outras poderá contribuir para se poder chegar à compreensão de uma dada ideia expressa (de modo manifesto ou oculto) no documento”⁷⁹¹. Esta unidade poderá ser uma palavra, uma frase, um parágrafo, um tema, etc.

⁷⁸⁷ Cf. Citados por Sousa, op. cit. p. 262-264.

⁷⁸⁸ Cf. Citados por Sousa, op. cit., p. 268.

⁷⁸⁹ Citado por Bardin, op. cit., p. 129.

⁷⁹⁰ Cf. Ibidem, p. 129.

⁷⁹¹ Op. cit., p. 129.

Após a codificação, segue-se para a categorização, a qual consiste

“na classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rúbricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registo, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão dos caracteres comuns destes elementos”⁷⁹².

O critério de categorização pode ser semântico, sintáctico, léxico e expressivo. É um processo de tipo estruturalista e comporta duas etapas: o inventário (isolar os elementos) e a classificação (repartir os elementos)⁷⁹³.

Como toda a técnica de investigação, a análise de conteúdo tem também as suas desvantagens aqui sublinhadas por Sousa:

“Residem essencialmente nos conteúdos, que sendo ‘palavras’ (temas, conteúdos semânticos, etc.), podem possuir significados e sentidos diversos, sendo difíceis de interpretar e organizar, o que não sucede quando os dados são de natureza numérica. Enquanto os números são mais objectivos e o seu tratamento mais claro e preciso, as palavras não adquirem sentido senão em ligação com outras palavras, pelo que alguns investigadores, em vez de referirem conclusões, se limitam nos seus relatórios à mera transcrição de citações. Por outro lado, sendo a codificação uma actividade subjectiva, em que o codificador interpreta o significado de cada unidade em conformidade com o seu referencial pessoal cognitivo e afectivo, sendo portanto mutável, mesmo durante o processo de análise, a validade desta poderá ser questionável”⁷⁹⁴.

Para remediar a essas desvantagens e conferir ao procedimento de análise de conteúdo uma segurança de validade e fiabilidade, Neto recomenda a conjugação de três fluxos concorrentes de actividades não sequenciais mas interactivas e cíclicas⁷⁹⁵:

1. Condensação: Mobilizando processos de selecção, contracção, abstracção, simplificação e transformação dos dados: “brutos” já existentes;

2. Apresentação: Correspondendo à organização matricial, gráfica ou tabular da informação (já transformada pela actividade anterior), de modo a facilitar a extracção de conclusões;

3. Elaboração e verificação das conclusões: Que se colocam em marcha logo desde o início da recolha dos dados, começando o investigador a partir daí a decidir o sentido das preposições, a anotar regularidades, a deduzir possíveis explicações, configurações e fluxos de causalidade.

⁷⁹² Bardin, op. cit., p. 145.

⁷⁹³ Cf. Ibidem, p. 146.

⁷⁹⁴ Op. cit., p. 266.

⁷⁹⁵ Cf. Citado por Sousa, op. cit., p. 266.

O procedimento utilizado para a análise dos dados recolhidos neste estudo foi aberto sem qualquer quadro categorial pré-estabelecido; as categorias foram surgindo à medida que íamos agrupando as respostas iguais ou próximas em unidades, associando-as em categorias. De facto, era difícil estabelecer à partida quaisquer categorias de respostas prováveis porque não podíamos adivinhar as respostas dos inquiridos. Portanto, para analisar as informações recolhidas nos inquéritos por questionário e por entrevista, era preciso a definição de categorias. Para tal, recorreu-se à técnica de codificação, de unidade de registo e de categorização.

No tratamento dessas informações, começou-se por analisar e tratar o conteúdo dos questionários aos responsáveis das paróquias e quase-paróquias, com o objectivo de conhecer a dimensão do fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado e das percepções que cada responsável tem na sua experiência de vivência pastoral com este fenómeno. A seguir, foram analisadas e tratadas as entrevistas ao Bispo e aos fundadores dos Novos Movimentos de Apostolado. Por fim, analisámos e tratámos os documentos seleccionados sobre este fenómeno (Estatutos, livros de espiritualidade, Agendas Pastorais da diocese de Cabinda e Anuários da CEAST).

3.4.2. Apresentação e interpretação dos resultados

Depois de se observar toda a informação compactada, elaboraram-se quadros-síntese dos resultados, estabelecendo assim, conclusões fundamentadas em forma de narrativa.

Desta forma, os dados brutos foram agrupados de forma sistematizada, visando possibilitar a sua interpretação. A análise desses dados esteve sempre relacionada com as questões levantadas e estabelecidas na base da questão de investigação, fio condutor do nosso estudo. Essas questões, bem como os instrumentos utilizados na recolha dos dados encontram-se sintetizadas neste quadro.

Quadro 13: Síntese das questões de investigações e técnicas de recolha de dados

Questões orientadoras da investigação	Instrumentos de recolha dos dados
<ul style="list-style-type: none"> - Quais são os Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda e quem os fundou? - Quais são os seus pontos positivos e negativos? - Como dinamizar a sua acção para fazer dos seus membros verdadeiras testemunhas de Jesus? 	<ul style="list-style-type: none"> - Observação - Inquéritos (por questionário aos párocos e quase-párocos, por entrevista aos fundadores e Bispo da diocese) - Documentos (Estatutos dos Novos Movimentos, cadernos ou escritos de espiritualidade, anuários)

A seguir apresentamos os resultados da nossa investigação depois de termos feito o tratamento das informações recolhidas, juntamente com as nossas conclusões em forma narrativa.

3.4.2.1. A dimensão da realidade do fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado em Cabinda

Como tínhamos sublinhado, era preciso, como primeiro passo, recorrer a uma técnica do método quantitativo para nos apercebermos da verdadeira dimensão do fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda. Para tal, fizemos duas perguntas no inquérito por questionário dirigido aos responsáveis das paróquias e quase-paróquias: Quais são os movimentos de apostolado que a sua paróquia ou quase-paróquia tem? E desses movimentos quais foram fundados em Cabinda?

Quadro 14: A dimensão do fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado

Paróquias e quase-paróquia	Os Movimentos de Apostolado na Paróquia ou Quase-paróquia	Os Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda
Rainha do Mundo/ Sé Catedral	Fraternidade, Espiritualidade Nossa Senhora das Dores, Carismáticos, Legião de Maria, São Miguel Arcanjo, Nova Vida, Espírito Santo, <i>Massuela</i> , <i>Lutambi</i> , Apostolado de Oração, São Paulo, Filhos do Reino, Filhos da Luz	Nossa Senhora das Dores, S. Miguel Arcanjo, Nova Vida, Espírito Santo, <i>Massuela</i> , <i>Lutambi</i> , Filhos do Reino, Filhos da Luz
Paróquia da Imaculada Conceição	Legião de Maria, Sagrado Coração de Jesus, Fraternidade, Sagrada Família,	<i>Massuela</i> , <i>Lutambi</i> , Samaritanos, São Miguel

	<i>Massuela, Lutambi</i> , Samaritanos, São Miguel Arcanjo, Nossa Senhora das Dores, Filhos do Reino, Peregrinos de Cristo, Filhas de Maria, São Vicente de Paulo, Carismáticos.	Arcanjo, Nossa Senhora das Dores, Filhos do Reino, Peregrinos de Cristo.
Paróquia de S. Tiago de Lândana	Casais, São Miguel, Legião de Maria, Filhos de Maria, Santo António Vincentinos, Patrícios, Vocacionados, Ana Maria Javouhey Carismáticos, Fraternidade Escuteiros, Nossa Sr ^a das Dores, Filhos do Reino, Serafins, Espírito Santo, <i>Masuela</i> , Associados de São José de Cluny, Coro central, Sagrado Coração de Jesus, Cristo Vence, Samaritanos, <i>Lutambi</i> .	São Miguel Arcanjo, Santo António, Nossa Senhora das Dores, Filhos do Reino, Serafins, Espírito Santo, <i>Massuela</i> , Cristo Vence, Samaritanos, <i>Lutambi</i> , Patrícios.
Paróquia de Santo António de Belize	Legião de Maria, Sagrado Coração de Jesus, Fraternidade, <i>Massuela</i> , São Miguel Arcanjo, Serafins, Samaritanos, <i>Lutambi</i> , Nossa Senhora das Dores, Carismáticos, Espírito Santo, Vicentinos, Escuteiros	<i>Massuela</i> , São Miguel Arcanjo, Serafins, Samaritanos, <i>Lutambi</i> , Nossa Senhora das Dores, Espírito Santo.
Paróquia de Nossa Senhora das Victórias de Zenze Lucula	Legião de Maria, Sagrado Coração de Jesus, Vicentinos, Fraternidade, Carismáticos, Família-Igreja doméstica, Filhos do Reino	Filhos do Reino
Paróquia de Senhora de Lourdes de Malembo		
Paróquia de São Carlos Lwanga de Bucu-Zau	Legião de Maria, Fraternidade, <i>Lutambi</i> , Carismáticos, <i>Massuela</i> , Samaritanos, Nossa Senhora das Dores, Espírito Santo, Filhas de Maria, Sagrado Coração de Jesus, Amigos de Jesus	<i>Lutambi</i> , <i>Massuela</i> , Samaritanos, Nossa Senhora das Dores, Espírito Santo, Amigos de Jesus
Paróquia de S. Pedro		
Paróquia de Nossa Senhora de Fátima de Subatando		
Paróquia de S. João Maria Vianey de Necuto		
Quase-paróquia Kristo M'bonde (Cristo Rei)	Fraternidade, Legião de Maria, Carismáticos, São Miguel, Nossa Senhora das Dores, Sagrado Coração de Jesus, <i>Lutambi</i> , <i>Massuela</i> ,	<i>Massuela</i> , São Miguel, Arcanjo, Nossa Senhora das Dores, <i>Lutambi</i> .

	Escuteiros.	
Quase-paróquia de Santa Catarina	Legião de Maria, Fraternidade, Renovamento Carismático, Nossa Senhora das Dores, Vicentinos, Nossa Senhora da Luz, Amigos de Jesus, Sagrada Família, Massuela.	Massuela, Amigos de Jesus, Nossa Senhora da Luz, Senhora das Dores, Amigos de Jesus, Massuela.
Zona pastoral Caio/Cabassango	Fraternidade, Renovamento Carismático, Sagrado Coração de Jesus, <i>Massuela</i> , <i>Lutâmbi</i> , Samaritanos, <i>Boscovitas</i> , <i>Bavunuissi</i> , Jerusalém <i>Imoona</i> , Santíssima Trindade, Vicentinos, Filhas de Maria, Nossa Senhora das Dores, Filhos do Reino, Escuteiros, São Miguel Arcanjo, Escuteiros, S. Rodrigues, Acólitos	<i>Masuela</i> , <i>Lutâmbi</i> , Filhos do Reino, <i>Bavunuissi</i> , Samaritanos, Jerusalém <i>Imoona</i> , S. Miguel Arcanjo, São Rodrigues, Santíssima Trindade, Nossa Senhora das Dores.
Estação Missionária do Dingi	Legião de Maria, Fraternidade, Carismáticos, <i>Lutâmbi</i> , <i>Massuela</i> , São Paulo, Cristo Vence, São Miguel	<i>Lutâmbi</i> , <i>Massuela</i> , S. Paulo, Cristo Vence, São Miguel, Fraternidade
Quase-paróquia dos Santos Mártires/ Simulambuco		
Quase-paróquia Santa Bakhita		
Quase-paróquia de S. José de Lombo-Lombo		

Não recebemos as respostas de quatro paróquias e três quase-paróquias. Mas, das respostas recebidas, vê-se, neste quadro, a verdadeira dimensão pelo impressionante número dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda e pela sua implementação em quase todas as paróquias e quase-paróquias. É um facto que, neste momento há pelo menos um “novo movimento de apostolado” fundado em Cabinda em cada paróquia ou quase-paróquia.

Contudo deve ser feito um esclarecimento sobre dois dos “Novos Movimentos de Apostolado”: a “Fraternidade”⁷⁹⁶ e os “*Boscovitas*”⁷⁹⁷, apesar de serem novos e com

⁷⁹⁶ Apesar da ideia defendida por Dom Filomeno, bispo de Cabinda, ao afirmar: “A fraternidade não veio do Congo-Brazzaville. Ela nasceu mesmo aqui” (E1/ anexo 4).

⁷⁹⁷ Boscovitas é um movimento de apostolado nascido na Diocese de Ponta-Negra (Congo-Brazzaville), pelo então seminarista Alain Luemba, hoje sacerdote e vicário geral da mesma diocese. Hoje temos boscovitas em Cabinda e não pode ser considerado como Novo Movimento de Apostolado fundado em Cabinda.

grande expressão, não constam do lote dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda, em estudo neste trabalho. De facto, entendemos que a Fraternidade pode ter nascido em Cabinda mas sob cobertura duma “cópia” daquilo que existe no Congo-Brazzaville, tal como o caso do outro Novo Movimento de Apostolado chamado “*Boscovitas*” (agrupando crianças, adolescentes e jovens com a espiritualidade inspirada de João Bosco mas sem ligação à congregação dos salesianos).

A nossa tese é sustentada pelo próprio estatuto da “Fraternidade” em Cabinda, como sublinhado no primeiro artigo sobre a criação e designação: “Desde 1964, nasceu no Congo, um movimento paroquial de oração, de apostolado e de ajuda mútua designado: Fraternidades Femininas Cristãs Católicas, conforme a Lei de 1 Julho de 1901” (art.º 1/anexo 19). Era por vocação um movimento só para as mulheres: “São admitidas todas mulheres católicas” (art.º 13/anexo 19). Em Cabinda, a Fraternidade foi fundada no dia 6 de Junho de 1982, pela Irmã Catarina das Irmãs Mercedárias de Caridade, ajudada pelo então Padre Filomeno Viera Dias, hoje Bispo de Cabinda. A diocese de Cabinda foi criada em Julho de 1984. Sendo assim, duas razões justificam a exclusão da “Fraternidade” do lote dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda: por um lado, por ser fundado antes da criação da diocese de Cabinda e por outro lado, por ser fundado, como indica o seu estatuto, ao modelo do Movimento de Apostolado “Fraternidade” do Congo-Brazzaville. Desta forma, consideramo-lo como um novo movimento “importado”.

Assim, tendo em conta os critérios por nós escolhidos para este estudo, a Fraternidade e os “*boscovitas*”, por terem uma origem fora da diocese de Cabinda, não os consideramos como Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda, apesar de serem considerados como Novos Movimentos de Apostolado e, por esta razão, não fazem parte do objecto do nosso estudo.

Outro ponto a sublinhar é a confirmação da confusão entre associação, grupo e movimento. Neste inquérito, há paróquias onde as associações como as de antigos seminaristas ou antigas alunas duma escola missionária, um grupo coral, foram considerados como Novos Movimentos de Apostolado. Por exemplo, em Lândana ou na Estação missionária do Dingé, um grupo coral é mencionado como um novo movimento de apostolado. Assim justifica-se a nossa preocupação de esclarecimento de terminologia: um grupo coral, uma associação de antigos seminaristas ou alunos e o

Masuela ou *Lutambi* não são a mesma realidade e por este motivo não podem pertencer à mesma forma de agregação laical. Tendo em conta os critérios por nós escolhidos para o tema em estudo, não consideramos os grupos corais e as associações de antigos alunos ou dos empresários católicos como novos movimentos de apostolado. Por isso, apesar de ser citados no inquérito como movimentos de apostolado, não os incluímos no lote dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda.

A leitura deste quadro permitiu também identificar movimentos com maior e menor expressão. Os da maior expressão são aqueles que neste momento estão em mais duma paróquia e quase-paróquia. Mas o nascimento de um novo movimento de apostolado acontece sempre dentro da realidade paroquial onde começa antes de expandir-se. De facto, esses novos movimentos nasceram todos como movimentos paroquiais.

Quadro 15. Novos Movimentos com maior ou menor expressão

Novos Movimentos de Apostolado com maior expressão	Novos Movimentos de Apostolado com menor expressão
Masuela Lutambi Samaritanos Filhos do Reino Nossa Senhora das Dores S. Miguel Arcanjo Cristo Vence Amigos de Jesus Peregrinos de Cristo Filhas de Maria Espírito Santo	Filhos da Luz Senhora da Luz Nova Vida Voz dos Anjos Jerusalém Imoona Bavunuisi São Rodrigues Santíssima Trindade

Esta distinção ajuda a compreender a razão da diferenciação entre os chamados “movimentos reconhecidos” e os “não reconhecidos” como sublinhado pelo Bispo de Cabinda: “Os grupos que existem são aqueles que constam neste livrinho⁷⁹⁸ e os que não estão aqui já desapareceram ou deixaram de existir” (E1/anexo 4). Mas, na realidade, muitos desses movimentos não desapareceram, nem deixaram de existir como pode ser visto neste quadro.

⁷⁹⁸ O livrinho é a Agenda Pastoral editada todos os anos e o último é de 2014 (cf. Anexo 13).

Quadro 16: Novos Movimentos de Apostolado reconhecidos e não reconhecidos

Novos Movimentos de Apostolado reconhecidos	Novos Movimentos de Apostolado não reconhecidos
Masuela Lutambi Espírito Santo Filhos do Reino Nossa senhora das Dores Nova Vida Patrícios Samaritanos São Miguel Arcanjo Serafins Filhas de Maria Peregrinos de Cristo	Filhos da Luz Cristo Vence Nova Vida Senhora da Luz Jerusalém Imoona Bavunuisi São Rodrigues Santíssima Trindade S. Paulo Voz dos Anjos Amigos de Jesus Família-Igreja doméstica Immosi

Esses movimentos, que não estão na Agenda Pastoral de 2014 (anexo 11), são quase todos da categoria de menor expressão. O inquérito por questionário confirma a sua existência nas comunidades onde eles continuam a empenhar a sua missão de congregar para viver a experiência de encontro com Cristo e anunciar esta experiência. Por isso, não devem ser ignorados ou suprimidos só por não fazerem parte da Agenda Pastoral. Também esta disparidade entre os “Novos Movimentos reconhecidos e não reconhecidos” levanta duas preocupações a ter em conta: a necessidade de um levantamento completo em todas as comunidades da verdadeira dimensão do fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado e a definição dos critérios consensuais para o reconhecimento “oficial” de um “Novo Movimento de Apostolado”. O não ter estatuto, não pode ser um critério de exclusão, isto é, do seu não reconhecimento pela autoridade eclesial⁷⁹⁹.

⁷⁹⁹ O Novo movimento eclesial “Caminho neocatecumenal”, por exemplo, só conseguiu aprovar o seu estatuto definitivo em 2008, enquanto nasceu em 1964 das mãos de Francisco (Kiko) Argüello, um pintor nascido em León (Espanha), e Carmen Hernández, licenciada em Química e formada no Instituto Missionárias de Cristo Jesus, encontram-se entre os favelados de Palomeras Altas, na periferia de Madrid. Três anos depois, neste ambiente composto sobretudo de pobres, forma-se uma síntese kerigmático – catequética que, sustentada pela Palavra de Deus, pela Liturgia e pela experiência comunitária, e sobre a trilha do Concílio Vaticano II, tornar-se-á a base daquilo que o Caminho Neocatecumenal levará a todo o mundo (cf. Nota histórica da página oficial do movimento/anexo 17). Foram mais ou menos 51 anos entre a data da fundação e a aprovação do estatuto.

No presente estudo são tanto considerados os “Novos Movimentos de Apostolado” reconhecidos como os não reconhecidos, os de maior e os de menor dimensão. Não olhamos o movimento somente pela sua dimensão e o critério por nós escolhido é o da existência ou da presença numa paróquia ou quase-paróquia desta forma nova de agregação, apesar da sua pequena ou grande expressão. Não temos dúvida que poderá ainda aparecer mais um ou outro novo movimento nessas paróquias ou quase-paróquias que não responderam ao nosso inquérito.

3.4.2.2. Identificação dos Novos Movimentos de Apostolado

Para testarmos a capacidade do conhecimento da organização e do funcionamento desses “Novos Movimentos” por parte dos responsáveis das paróquias e quase-paróquias, procurámos saber se conheciam o fundador e se sabiam que o Movimento tinha estatutos e se tinham lido tais estatutos ou escritos de espiritualidade do movimento.

Quadro 17: Identificação dos Novos Movimentos de Apostolado

Designação	Fundador	Ano da fundação	Com ou sem estatuto
Masuela	Padre Jorge Congo	1998	Com estatuto
Lutambi	Padre Jorge Congo		Com estatuto
Samaritanos	Padre Jorge Congo	30 de Setembro de 1998	Com estatuto
Filhos do Reino	Padre Silvino Mazunga	22 de Setembro de 1996	Com estatuto
Nossa Senhora das Dores	Dona Lurdes Artur	19 de Janeiro de 1996	Com estatuto
São Miguel Arcanjo			
Cristo Vence	Sr. Joaquim Madeca		Com estatuto
Amigos de Jesus	Padre Carlos Bambi		Com estatuto
Peregrinos de Cristo	Padre Gervásio Pucuta		Com estatuto
Filhas de Maria			
Espírito Santo			Com estatuto
Senhora da Luz			
Nova Vida			
Filhos da Luz			
Jerusalém Imoona			
Bavunuisi			

São Rodrigues			
Santíssima Trindade			
S. Paulo			
Família-Igreja doméstica			
Voz dos Anjos			
Patrícios			

Apesar das suas presenças nas paróquias e quase-paróquias, a maioria desses novos movimentos não são conhecidos, como se vê pelo quadro. Os responsáveis das paróquias e quase-paróquias não conhecem nem os seus fundadores, nem os seus estatutos, nem a sua espiritualidade, apesar de alguns deles terem estatutos escritos e escritos de espiritualidade⁸⁰⁰. Eis mais uma razão bem fundada da necessidade de fazer conhecer aos responsáveis das paróquias e quase-paróquias a realidade do fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda, e essa será uma das nossas propostas na terceira parte deste estudo.

3.4.2.3. Pontos positivos e pontos negativos dos Novos Movimentos de Apostolado

A apreciação do trabalho dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda foi pedida ao Bispo como Pastor da diocese e aos responsáveis das paróquias e quase-paróquias por trabalharem diariamente e directamente com eles. Para tal pedimos que nos apresentassem os seus pontos positivos e negativos.

Quadro 18: Apreciação dos Novos Movimentos de Apostolado

Denominação	Pontos positivos	Pontos negativos
Bispo de Cabinda	São formas de aglomeração e de participação activa na vida da Igreja da parte dos leigos, cristãos baptizados que de outra maneira viveriam o seu compromisso cristão no anonimato ou mesmo não assumiriam o seu	Uma das dificuldades que temos é devida à falta de acompanhamento desses movimentos que foram crescendo, uns bem estruturados ao nível de estatutos, ao nível diocesano, paroquial com os seus subgrupos, ao

⁸⁰⁰ No dia 27 de Setembro, dia oficial da celebração do nosso jubileu de prata da nossa ordenação sacerdotal, houve nesta celebração a recepção dos lenços dos novos membros do “Novo Movimento de Apostolado”, fundados em Cabinda, chamado “Samaritanos” e o próprio director espiritual que acompanha este movimento não sabia que era o seu fundador.

	<p>compromisso baptismal na Igreja numa forma activa, dinâmica e comprometida. A vantagem desses movimentos é que se tornam um espaço, uma oportunidade, um instrumento para que essas pessoas possam continuar a viver a sua vocação baptismal numa dimensão de evangelização, de anúncio, do testemunho, do compromisso com a vivência na Igreja. Os movimentos proporcionam convívios, amizades, ambientes salutareis, aprendizagem. A maior parte desses movimentos tem uma característica que é importante de notar que é a sua dimensão essencialmente social, isto é, ajudar nos óbitos, nas doenças, o aconselhamento do outro...(cf. E1/anexo 4)</p>	<p>nível das capelas com uma liderança que coordena por exemplo 2 a 3 capelas. Eles cresceram muito ao nível de organização, ao nível de membros mas não cresceram muito ao nível da espiritualidade. Portanto, falta em alguns uma mística temperada no Evangelho. Senão cresce de modo encéfalo ou cresce à volta do fundador ou à volta duma identidade pouco bem definida. Essas coisas assim não ajudam o amadurecimento espiritual e o crescimento humano e o empenho apostólico desses grupos. Os fundadores fundaram e não acompanharam ou não se nutriram para poder alimentar espiritualmente esses movimentos. Não há aquela preocupação de quem está no grupo ser habitualmente iluminado, instruído, fortificado por uma mística que leva a dizer que eu ajo assim porque tenho um compromisso no meu interior, independente de qualquer lei ou obrigação exterior que me leva a ser sempre justo, que me leva a ser sempre solidário. É esta dimensão que falta. Esses movimentos apostólicos são movimentos eclesiais, quer dizer que se desenvolvem na Igreja e estão ao serviço da Igreja, estão no mundo em nome da Igreja, são movimentos católicos e não devem aparecer aí fora como uma “oposição” (cf. E1/Anexo 4).</p>
Responsáveis das Paróquias e quase-paróquias	<p>São maneiras fortes de viver a fé; ajudam a anunciar a fé no seio da comunidade cristã e fora; favorecem o associativismo; promovem a solidariedade, a revitalização da vida espiritual das comunidades de base, a aproximação dos membros, o conhecimento da Palavra de Deus, a entrega para serviço da Igreja. A Igreja local assenta-se e apoia-se neles, ou seja, são esses movimentos que</p>	<p>Os membros privilegiam o grupo em detrimento da Paróquia, praticam o “simonismo”; os movimentos parecem ser lugar de comércio e de enriquecimento de alguns membros; os seus membros têm vida sacramental fraca; os movimentos têm tendência de se fechar em si mesmos; há ciúmes e rivalidades entre eles; são mais voltados para o fundador, têm pouca formação cristã, mais preocupados com</p>

	<p>mantêm a chama viva de Jesus; são forças e dinamismo desta Igreja local, a Igreja encontra nesses movimentos a sua expressão mais alta; Há neles o espírito de irmandade, de partilha, solidariedade e entreajuda; Ajudam a paróquia na evangelização, participação nos actos litúrgicos; São uma forte presença numérica; Manifestam empenho e responsabilidade (cf. anexo 2).</p>	<p>os lenços; não têm uma boa orientação da vida espiritual; parecem autónomos sem paróquia; a maior parte das pessoas nos movimentos de apostolado não frequentam a missa dominical (cf. anexo 2).</p>
--	--	---

A importância desses movimentos na vida pastoral da diocese em geral e das comunidades em particular é ressaltada nessas expressões dos inquiridos: “são espaços, instrumentos, formas de aglomeração e continuidade de participação activa na vida da Igreja da parte dos leigos; oportunidades para que os seus membros possam continuar a viver a sua vocação baptismal numa dimensão de evangelização, de anúncio, do testemunho, do compromisso com a vivência com a Igreja” (cf. Bispo/ E1/ anexo 4); “chamas vivas, forças de dinamismo da Igreja local, maneiras fortes de viver a fé, favorecem o associativismo, promovem a solidariedade, a revitalização da vida espiritual das comunidades de base, a aproximação dos membros, o conhecimento da Palavra de Deus, a entrega para serviço da Igreja, são esses movimentos que mantêm a chama viva de Jesus, são forças e dinamismo desta Igreja local, a Igreja encontra nesses movimentos a sua expressão mais alta” (cf. Responsáveis das paróquias e quase-paróquias/ anexo 2). Todos (bispo e responsáveis das paróquias e quase-paróquias) concordam que esses movimentos proporcionam convívios, amizade, ambientes salutareis, aprendizagem, solidariedade com ajuda nos óbitos e nas doenças, espírito de irmandade, o espírito de eclesialidade. Tudo isto corresponde aos critérios de eclesialidade sublinhados no Sínodo dos Leigos e apresentados pelo Papa João Paulo II para o reconhecimento de um verdadeiro movimento eclesial⁸⁰¹.

Todavia, nem tudo é tão linear, porque os Novos Movimentos de Apostolado têm os seus pontos negativos, por um lado, como a falta de acompanhamento da parte da autoridade eclesial, pouco amadurecimento espiritual sem mística temperada no evangelho, pouco crescimento humano, pouco empenho apostólico, pouca vida

⁸⁰¹ Cf. CL 30.

sacramental, aparecem de vez em quando como oposição à hierarquia (cf. Bispo/anexo 4); e por outro lado, privilegiam, por vezes, mais o movimento do que a paróquia; estão muitas vezes mais voltados para o fundador e mais preocupados com os lenços⁸⁰², demonstrando ciúmes e rivalidades entre si e com o perigo de sectarismo (cf. Responsáveis das paróquias e quase-paróquias/ anexo 2).

Contudo, a leitura global aponta mais para o lado positivo (a aproveitar para a dinamização do impulso apostólico desses novos movimentos nas paróquias e quase-paróquias, já que o negativo faz parte dos aspectos normais do funcionamento duma organização e constituem aspectos corrigíveis. Ratzinger chamou esses pontos negativos de “doenças da juventude”, frutos da fragilidade humana⁸⁰³. Por isso, é preciso valorizar a parte positiva e corrigir os aspectos negativos. Olhando este fenómeno neste ângulo, ele deixa de ser um perigo e é perspectivado como uma oportunidade e uma esperança para a verdadeira inculturação ou a nova evangelização. Para alcançar este objectivo é preciso encontrar propostas concretas de dinamização do seu empenho.

3.4.2.4. Propostas para melhoramento do impulso apostólico e missionário dos Novos Movimentos de Apostolado

O reconhecimento dos pontos negativos exige a necessidade da sua superação. Para tal, solicitámos ao Bispo e aos Responsáveis das paróquias e quase-paróquias algumas propostas concretas para a dinamização do impulso apostólico desses novos movimentos.

Quadro 19: Propostas para melhoramento do empenho dos novos movimentos

Bispo de Cabinda	Responsáveis das Paróquias e quase-paróquias
- É bom que tenham um estatuto bem definido e que vivam de acordo com este estatuto onde aparece bem identificada a natureza do movimento, a sua estrutura orgânica, a sua actividade, a sua relação com o assistente	- Mais acompanhamento; - Convidar os membros à vida sacramental, vida matrimonial e vida consagrada; - Trabalhar para a formação dos líderes, apostar na formação dos leigos para que

⁸⁰² O lenço é um símbolo distintivo de identificação ao movimento. Tem um ritual como veremos no capítulo 4 desta segunda parte do nosso estudo.

⁸⁰³ Cf. “Les mouvements ecclésiaux et leur lieu théologique”, p. 26.

<p>espiritual, a pastoral da diocese e a paróquia.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os movimentos, penso eu, devem ter como finalidade ajudar a pessoa a viver a sua condição de baptizado porque muitos deles têm membros que não são baptizados e que não vivem dos sacramentos, pessoas que se afastaram dos sacramentos, pessoas que não estão preocupadas em recuperar uma vida sacramental. - E outro aspecto também que deve ser acautelado é o acompanhamento desses movimentos. Deviam ter um assistente eclesialístico que devia com o fundador cuidar do aspecto espiritual desses grupos ou movimentos. - Esses grupos precisam dum modelo como o dos grupos antigos: Legião de Maria, Apostolado da Oração, Focolares, para dar só esses 3 exemplos. Para além de toda a sua estrutura orgânica, eles têm um manual de espiritualidade onde estão os seus conteúdos (cf. E/1Anexo 4). 	<p>assumam com maturidade e responsabilidade as suas tarefas;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tirar-lhes antes de tudo a iniciativa pastoral, através de várias actividades de formação que a paróquia deve programar, formação bíblica para tornar os membros desses movimentos mais aptos para a evangelização, fomentar sessões da doutrina social da Igreja para que estejam à altura de propagarem o ensino da Igreja, formação permanente e periódica ao nível diocesano, arciprestado e paroquial; - Mais espiritualidade, retiros, oração, missas por grupos; - Implementar a catequese no seio dos movimentos, formação forte, sólida e exhaustiva, da doutrina da Igreja e da vida da fé, uma análise aprofundada das motivações que levam alguém a fundar um movimento, formação dos membros para a consciência de pertença à Igreja e não primeiramente ao grupo, despertar a fé; - Dinamizar uma pastoral de conjunto, reforçar os laços de união, celebrar os grandes acontecimentos da vida paroquial; - Incentivar uma pastoral porta a porta (ir à procura das ovelhas perdidas) (cf. anexo 2).
---	--

Podemos resumir estas propostas do Bispo e Responsáveis das paróquias e quase-paróquias nestes pontos principais: proporcionar aos Novos Movimentos a possibilidade de ser lugar de encontro com Cristo, de ter um estatuto e uma espiritualidade bem definida, o acompanhamento dum director espiritual; proporcionar a recuperação da vida sacramental (aproximação aos sacramentos); proporcionar a formação permanente dos seus líderes e seus membros (formação bíblica, da doutrina da Igreja e da doutrina social); proporcionar mais espiritualidade, retiros, orações e missas por movimentos; proporcionar a implementação da catequese, a celebração dos grandes acontecimentos, dinamizar a pastoral de conjunto; incentivar a pastoral de “porta a porta”, etc.

Como concretizar essas propostas é um dos objectivos deste estudo, como veremos na última parte. As boas propostas nunca faltaram; o que tem faltado é o espírito criativo, capaz de conceber o mecanismo para a sua concretização. Já aconteceu

e continua a acontecer que muitas boas ideias ou propostas ficaram no nível das boas intenções. Esta é a grande falha no modo de governação das nossas dioceses, reflexo do modo de governação dos nossos países africanos. Por isso, é imperativo conceber estratégias pastorais, o próprio modo de funcionamento das estruturas paroquiais e diocesanas, capazes de oferecer aos membros dos Novos Movimentos de Apostolado um quadro propício para o seu crescimento humano e espiritual. E a quem competia proporcionar este crescimento?

Não há dúvida que é, em primeiro lugar, ao Bispo da diocese e a seguir aos responsáveis das paróquias e quase-paróquias, como sustentado pelo Concílio Vaticano II:

“Entre os principais encargos dos Bispos ocupa lugar proeminente a pregação do Evangelho. Os Bispos são os arautos da fé que para Deus conduzem novos discípulos. Dotados da autoridade de Cristo, são doutores autênticos, que pregam ao povo a eles confiado a fé que se deve crer e aplicar na vida prática; ilustrando-a sob a luz do Espírito Santo e tirando do tesouro da revelação coisas novas e antigas (cf. Mt 13,52), fazem-no frutificar e solícitamente afastam os erros que ameaçam o seu rebanho (cf. 2 Tim 4,1-4)”⁸⁰⁴.

Por isso, cabe-lhes assumir as suas responsabilidades de ajudar os membros dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda a crescerem espiritualmente e humanamente.

De facto, a diversidade colorida deste fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda só pode revelar a expressão da índole carismática desta Igreja particular.

3.4.2.5. A realidade dos Novos Movimentos de Apostolado, expressão concreta duma extraordinária riqueza “carismática” da Igreja de Cabinda

Para confirmar este carácter carismático da Igreja particular de Cabinda, era preciso fazer uma análise comparativa com as outras dioceses de Angola. Esta comparação foi feita na base dos dados do último anuário da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST) de 2009 para as restantes dioceses de Angola e para Cabinda. Tendo em conta a ausência dos dados actualizados sobre os Novos Movimentos de Apostolado neste anuário, recorreremos aos dados apresentados na última

⁸⁰⁴ LG 25.

Agenda Pastoral da diocese de Cabinda correspondente a 2014⁸⁰⁵. Mas, depois de termos notado a insuficiência dos dados neste anuário, e por causa da necessidade de actualização dos mesmos, fomos obrigados a recorrer à página da CEAST na internet e ao inquérito dirigido às dioceses. Infelizmente a página da CEAST não ofereceu nada de novo por não estar actualizado e também as dioceses nem todas responderam. Portanto, os dados a seguir apresentados são uma compilação de três fontes: Anuário de 2009, página da CEAST na internet e as respostas de duas dioceses.

Quadro 20: Comparação com outras dioceses de Angola

Dioceses de Angola	Movimentos de Apostolado	Novos Movimentos de Apostolado fundados nas dioceses
Benguela Data de erecção: 6 de Junho de 1970 Superfície: 49.920 Km2 Habitantes: 2.376.000 Católicos: 1.855.000 Paróquias: 35 Missões: 11 Sacerdotes diocesanos: 154 Religiosos: 57 Religiosas: 350	Criança da Eucaristia, Movimento Eucarístico Juvenil, Apostolado de Oração, Acólitos, Congregação Mariana, Equipas de Nossa Senhora, Esperança e Vida, Fraternidade de Nossa Senhora de la Salette, Legião de Maria, Movimento Teresiano de Apostolado, Movimento Missionário (Infância e adolescência missionária, liga missionária), Neo-catecumenais, Ordem Franciscana Secular,	Esperança e vida

⁸⁰⁵ A fonte dos dados da Diocese de Cabinda foi a sua Agenda Pastoral 2014 porque notou-se, no anuário da CEAST de 2009, a ausência de alguns “Novos Movimentos de Apostolado”, o facto justificado, pelo Bispo da diocese, de lapso: “A explicação pode ser que não foram enviados os dados completos. Há grupos que surgiram depois como por exemplo grupos “Nova Vida” ou não foram enviados os dados dos grupos que não tinham uma expressão significativa que justificasse constar no anuário. Penso eu assim porque não estive”. (Cf. E1/ anexo 4). No nosso entender, a razão pode ser outra. Se o factor “expressão significativa” fosse critério considerado, os movimentos como *Masuela*, *Lutambi* deveriam constar pela sua dimensão, como pode ser constatado no inquérito dirigido aos párocos e responsáveis de quase-paróquias. Parece ter sido uma omissão propositada, tendo em conta a crise que se viveu na diocese, porque esses Novos Movimentos omitidos estão no Anuário 2006 da CEAST. Deste modo, entendemos que a verdadeira razão foi o facto desses movimentos terem sido fundados por Padre Congo, hoje reduzido ao estado laical. Mas, na verdade, alguns membros desses movimentos como *Masuela*, *Lutambi* continuaram as suas actividades nas suas paróquias. Por isso, deviam ter o direito de continuar a constar como movimentos apostólicos da diocese num documento oficial da Igreja de Angola como o Anuário. Por isso, esta omissão não tem justificação.

	Renovamento Carismático, Sociedade de São Vicente de Paulo, Promaica	
Cabinda Data de erecção: 2 de Julho de 1984 Superfície: 7.120 Km2 Habitantes: 321.000 Católicos: 292.300 Paróquias: 9 Missões: 0 Sacerdotes diocesanos: 39 Religiosos: 5 Religiosas: 52	Apostolado de Oração, Legião de Maria, Escuteiros, Renovamento Carismático, Filhas de Maria, Filhos do Reino, Fraternidade, Leigos Mercedários, Lutambi, Masuela, Nossa Senhora das Dores, Nova Vida, Patrícios, Samaritanos, São Miguel Arcanjo, Serafins, Vicentinos, Jovens de Dom Bosco (boscovitas).	Espiritualidade Nossa Senhora das Dores, Associação dos Patrícios, Filhos do Reino, Samaritanos, Lutambi, Masuela, Nossa Senhora das Dores, Nova Vida, Patrícios, São Miguel Arcanjo, Serafins, Nova Vida, Espírito Santo.
Caxito Data de erecção: 6 de Junho de 2007 Superfície: 25.133 Km2 Habitantes: 800,000 Católicos: 400,000 Paróquias: 7 Sacerdotes: 02 Religiosos: 13 Religiosas: 62	Amizade e Simpatia, Equipas de Nossa Senhora, Legião de Maria, Movimento Eucarístico Juvenil, Escuteiros, Promaica, União dos cristãos da expressão kikongo (UCEK).	
Dundo Data de erecção: 9 de Novembro 2001 Superfície: 106.000 Km2 Habitantes: 770.000 Católicos: 40.000 Paróquias: 6 Missões: 1 Sacerdotes diocesanos: 3 Religiosos: 5 Religiosas: 16	Movimento Eucarístico Juvenil, Promaica	
Huambo Data de erecção: Diocese a 4 de Setembro 1940 e Arquidiocese a 3 de Fevereiro 1977 Superfície: 29.500 Km²	Renovamento Carismático, Focolares, Oficinas de Oração e Vida, Apostolado da Oração, Legião de Maria, Sociedade de S. Vicente de Paulo, Escuteiros, Promaica, Vicentinos, Fochos Ardentes	

<p>Habitantes: 2.150.000 Católicos: 1.700 000 Paróquias: 17 Missões: 26 Centros Missionários: 15 Sacerdote diocesano: 80 Religiosos: 16 Religiosas: 178</p>	<p>Paulistas, Congregação Mariana</p>	
<p>Kwito-Bié</p> <p>Data da erecção: 4 de Setembro 1940 Superfície: 71.000 Km2 Habitantes: 1.119.000 Católicos: 569.004 Paróquias: 10 Missão: 16 Sac. dioc.: 25 Religiosos: 13 Religiosas: 67</p>	<p>Legião de Maria, Apostolado de Oração, Congregação Mariana, Esperança e Vida, Escutismo, Antigos seminaristas</p>	<p>Esperança e Vida</p>
<p>Luanda</p> <p>Data de erecção: 1596 Elevação a Arquidiocese 4 de Setembro de 1940 Superfície: 1074 Km2 Habitantes: 2.164.681 Católicos: 2.700.000 Paróquias: 25 Missões: 0 Sacerdotes diocesanos: 26 Religiosos: 121 Religiosas: 355</p>	<p>Legião de Maria, Renovamento Carismático, Evangelização Fundamental, Pastoral da Criança, Neo-catecumenal, Obra de Maria, Kisitu, Ana Maria Javoele, Juvenil Salesiano, Cantemos ao Senhor, Acção Católica, Movimento Franciscano, Movimento Teresiano de Apostolado, Movimento Universitário, Os Nazarenos, Movimento UCEK, Mensageiros da paz, Filhas de Maria, Associação Amigos da Irmã Wilson, Movimento do Apostolado da Oração e MEJ, Focolares, Leigos Dominicanos, Leigos do Espírito Santo, Leigos da Divina Providência, Leigos de Jesus, Maria e José, Leigos da Sociedade do Verbo Divino, Leigos Claretianos de</p>	<p>Promaica (Promoção da mulher angolana na Igreja Católica),</p>

	Angola, Escuteiros, Misericórdia, Ordem Franciscana Secular, Amizade e Simpatia, Promaica	
Lubango Data de erecção: 25 de Julho 1955 Superfície: 140.380 Km2 Habitantes: 3.210.311 Católicos: 2.574.837 Paróquias: 17 Missões: 18 Sacerdotes diocesanos: 80 Religiosos: 30 Religiosas: 263	Renovamento Carismático, Focolares, Oficinas de Oração e Vida, Apostolado da Oração, Legião de Maria, Sociedade de S. Vicente de Paulo, Escuteiros, Promaica, Vicentinos, Fachos Ardentes Paulistas, Congregação Mariana, Solidariedade Nyaneka Humbi	Promaica, Solidariedade Nyaneka Humbi, Fachos Ardentes Paulistas.
Luená Data de erecção: 01 de Julho de 1963 Superfície: 223 023 Km2 Habitantes: 368.000 Católicos: 65.000 Paróquias: 9 Missões: 5 Sac. dioc.: 13 Religiosos: 11 Religiosas: 25	Apostolado de oração, Renovamento Carismático, Legião de Maria, Escutismo, Grupo dos Casais, Grupos de Vocacionados, Associação de Maria auxiliadora, Liga Missionária, Movimento Teresiano de Apostolado	
Malanje Data de erecção: 25 de Novembro de 1957 Elevação a arquidiocese a 12 de Abril de 2011 Superfície: 97.602 Km2 Habitantes: 1.090.000 Católicos: 500.000 Paróquias: 4 Missões: 10 Sacerdotes diocesanos: 29 Religiosos: 20 Religiosas: 120	Legião de Maria, Apostolado de oração, Renovamento Carismático, Escutismo, Infância Missionária	
M'Banza Congo	Legião de Maria, Ordem Franciscana Secular	

<p>Data de erecção: 6 de Dezembro de 1984 Superfície: 39.459 Km2 Habitantes: 676.400 Católicos: 339.258 Paróquias: 6 Missões: 0 Sac. dioc.: 6 Religiosos: 12 Religiosas: 33</p>		
<p>Menongue</p> <p>Data de erecção: 1975 Superfície: 20.929 km2 Habitantes: 774.000 Católicos: 60.000 Paróquias: 8 Missões: 4 Sacerdotes diocesanos: 23 Religiosos: 4 Religiosas: 27</p>	<p>Legião de Maria, Congregações Marianas, Conferência São Vicente de Paulo, Apostolado da Oração, Menino Jesus de Praga</p>	
<p>Namibe⁸⁰⁶</p> <p>Data de erecção: 21 de Março de 2009 Superfície: 97.097 km2: Habitantes: 1.202.928 Católicos: 272.154 Paróquias: 6 Sacerdotes diocesanos 11 Religiosos 4 Irmãos religiosos: 5 Religiosas: 30</p>		
<p>N'Dalatando</p> <p>Data de erecção: 26 de Março de 1990. Superfície: 19.357 Km2 Habitantes: 383.000 Católicos: 200.729 Paróquias: 8</p>	<p>Criança da Eucaristia, Movimento Eucarístico Juvenil, Apostolado da Oração, Congregação Mariana, Legião de Maria, Movimento Missionário, Promaica, Escutismo</p>	

⁸⁰⁶ Esses dados estatísticos foram tirados da página da Agenzia Fides (www.fides.org). Acesso a 29/12/14. Recorremos a esta página por não termos encontrado dados necessitados nem no Anuário de 2009, nem na página da CEAST da internet. Também sendo uma diocese erigida em 2009, não há dados sobre os movimentos no Anuário e mandámos o inquérito e não recebemos a resposta.

Missões: 0 Sacerdotes Diocesanos: 11 Religiosos: 27 Religiosas: 61		
Ondjiva Data de erecção: 10 de Agosto de 1975 Superfície: 83.900 Km2 Habitantes: 840.000 Católicos: 553.750 Paróquias: 5 Missões: 6 Sacerdotes diocesanos: 28 Religiosos: 8 Religiosas: 49	Apostolado da Oração, Legião de Maria, Promaica, Renovamento Carismático católico, Associação Católica de Gestores e Dirigentes (ACGD), Movimento Eucarístico Juvenil (MEJ), Liga Missionária Juvenil e Infância Missionária, Associação dos Escuteiros.	
Saurimo Data de erecção: 10 de agosto de 1975 Superfície: 77.6000 km2 Habitantes: 410.000 Católicos: 61.700	Apostolado da Oração, Legião de Maria, Movimento Eucarístico Juvenil, Renovamento Carismático, Promaica	
Sumbe Data de erecção: 10 de Agosto de 1975 Superfície: 60.000 Km2 Habitantes: 1.268.208 Católicos: 363.969 Paróquias: 10 Missão: 0 Sac. dioc.: 24 Religiosos: 9 Religiosas: 41	Apostolado da Oração, Congregação Mariana, Cruzada Eucarística, Legião de Maria, Movimento “Amigos de Jesus”, Grupos dos Casais, Grupos de Jovens.	
Uíje Data de erecção: 14 de Março de 1967 Superfície: 64.467 Km2 Habitantes: 380.000 Católicos: 699.834 Paróquias: 20 Missões: 5 Sacerdotes diocesanos: 40	Ajuda Mútua, Amizade e Simpatia, Apostolado de Oração, Escuteiros, Focolares, FID, Legião de Maria, Renovamento Carismático, Promaica, Família Igreja doméstica.	Ajuda mútua, Amizade e simpatia, FID.

Religiosos: 23 Religiosas: 74		
Viana Data de erecção: 6 de Junho de 2007 Superfície: 1.830,30 Km2 Habitantes: 575.000 Católicos: 1.200.000 Paróquias: 7 Missões: 0 Sacerdotes diocesanos: 2 Religiosos: 40 Religiosas: 134		

Fonte: Anuário católico de Angola e São Tomé (2009), Agenda Pastoral da diocese de Cabinda (2014), Site da CEAST, Inquérito às dioceses.

Neste quadro comparativo com as restantes dioceses de Angola, sobressai, a olho nu, esta “marca” carismática da Igreja de Cabinda pelo número elevado dos seus Novos Movimentos de Apostolado que coabitam com os outros novos movimentos e os antigos. Este é um factor que exige a sua valorização. Contudo, continua visível a confusão entre os conceitos de movimento, associação e grupo, como se nota neste quadro comparativo. Por exemplo, o caso da União dos cristãos da expressão Kikongo (diocese de Caxito) e da Promaica (Promoção da mulher angolana na Igreja Católica, presente em todas dioceses): aparecem como Novos Movimentos de Apostolado mas na realidade não obedecem aos critérios de um “novo movimento de apostolado” por não terem a figura carismática do fundador nem uma espiritualidade específica.

Deste modo, a “União dos cristãos da expressão Kikongo” e a “Promaica” devem ser consideradas como associação ou grupo e não movimento de apostolado. Sendo assim, qualquer mulher de qualquer movimento ou grupo pode pertencer à Promaica e do mesmo modo qualquer cristão de expressão kikongo de qualquer movimento de apostolado pode também pertencer à União dos cristãos da expressão Kikongo. Feito este esclarecimento, fica claro que Cabinda aparece como a diocese de Angola com mais movimentos de apostolado fundados no seu solo.

Quadro 21: Índole carismática da diocese de Cabinda

Novos movimentos fundados na diocese de Cabinda	Novos movimentos fundados em restantes dioceses de Angola
Espiritualidade Nossa Senhora das Dores, Associação dos Patrícios, Filhos do Reino, Os Samaritanos, Lutambi, Masuela, Nossa Senhora das Dores, Nova Vida, Patrícios, São Miguel Arcanjos, Serafins, Nova Vida, Espírito Santo.	Ajuda Mútua, Amizade e simpatia, FID. Promaica (Promoção da Mulher Angolana na Igreja Católica), Solidariedade Nyaneka Humbi, Fachos Ardentes Paulistas, Esperança e Vida

Fonte: Agenda 2014/Diocese de Cabinda e Anuário de 2009 da CEAST/Restantes dioceses de Angola

Este elevado número de Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda com a sua diversidade colorida nas suas espiritualidades constitui, de facto, uma particularidade a ser evidenciada, isto é, a sua índole carismática.

Depois do tratamento e interpretação dos dados recolhidos aparece bem claro que a realidade do fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda é um facto pela sua dimensão colorida de muita diversidade e de muita particularidade mas todos eles com o mesmo objectivo de fazer dos seus membros discípulos missionários de Cristo.

Contudo, duas palavras exprimem a verdadeira percepção que o Bispo e os Responsáveis das paróquias e quase-paróquias têm da realidade do fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado em Cabinda: esperança e perigo. Esperança, olhando o lado positivo trazido por esses novos movimentos à vida das comunidades onde estão presentes com as grandes manifestações de alegria de ser cristão e de solidariedade; e perigo pelas dificuldades de integração e convivência nas paróquias e quase-paróquias. No nosso entender, esta ameaça deve ser compreendida como um convite a repensar um quadro novo imposto pelo surgimento desta realidade à própria estrutura da paróquia e ao mesmo tempo à forma de fazer pastoral de conjunto. A seguir vamos conhecer alguns desses Novos Movimentos de Apostolado para termos a noção da sua organização e do seu funcionamento.

Capítulo 4:

Um olhar rápido sobre alguns Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda

O levantamento dos dados sobre a dimensão da realidade do fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado evidenciou a existência de muitos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda, cuja quantificação exacta está ainda por determinar. Esta florescência só pode ser fruto de Espírito Santo, verdadeiro protagonista dos movimentos na história da Igreja. Não nos será possível apresentar todos esses novos movimentos, tendo em conta o seu número e a sua diversidade, pois o seu melhor conhecimento exige um estudo aprofundado de cada um e este não é o objecto da nossa pesquisa.

Mas, para termos uma ideia do modo de funcionamento desses novos movimentos, vamos apresentar, em linhas gerais, a dinâmica de funcionamento e de organização de alguns deles. Dois critérios condicionaram esta escolha: a expressão do movimento na diocese e o facto de ter um estatuto aprovado pela autoridade eclesiástica. Este segundo critério – embora não seja uma exigência nem um critério-base para a existência dum movimento de apostolado – foi escolhido porque facilita a apresentação do movimento. Deste modo, escolhemos: Peregrinos de Cristo, Masuela, Lutambi, Samaritanos, Filhos do Reino e Nossa Senhora das Dores.

4.1. Peregrinos de Cristo

O Novo Movimento de Apostolado “Peregrinos de Cristo”, designado formalmente como “Associação de Peregrinos de Cristo”, pode ser considerado, no

nosso entender, como o primeiro “Novo Movimento de Apostolado”⁸⁰⁷, fundado em Cabinda, pelo Padre Gervásio Pucúta⁸⁰⁸. Ele próprio afirma:

“Tendo em conta que a Juventude já fazia parte da minha opção pastoral, senti a necessidade em criar uma Associação de Jovens Católicos que pudesse enquadrar jovens de diferentes espiritualidades/carismas ou grupos de apostolado das diversas Paróquias da diocese para se transformarem em apóstolos dos outros jovens, colegas seus nas escolas e nos serviços, vizinhos seus nos bairros e ruas, e, inclusive, dos seus próprios namorados, maridos ou esposas, a fim de se formar famílias líderes/fermento para um laicado forte, capaz de enfrentar os tempos da modernidade, assumindo a Igreja e a Sociedade, tendo como fundamento o Evangelho basificado na Doutrina Social da Igreja e enraizado na Encíclica *Christifideles Laici* – a “Missão do Leigo na Igreja e na Sociedade” de Sua Santidade o Papa João Paulo II. – Daqui surgem os Peregrinos de Cristo, em 1993, a partir de um núcleo de Jovens da Paróquia da Imaculada Conceição, que veio a crescer com outros da Paróquia Rainha do Mundo e da Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes do Malembo” (E4/anexo 7).

Nasceu na Paróquia de Imaculada Conceição, vulgarmente chamada “Missão católica de Cabinda”.

4.1.1. A dinâmica da espiritualidade

A sua espiritualidade é inspirada do amor de Deus que acompanhou o seu povo peregrino no deserto: “A base da espiritualidade da Associação dos peregrinos de Cristo é o Amor de Deus que se espelha na Aliança entre Deus e o Povo de Israel feita no deserto durante 40 anos, depois da libertação do Egipto para a Terra Prometida; Deus salva e acompanha o homem porque é um autêntico peregrino” (Art.º 23/ anexo 12).

Os fins deste movimento são sociais como estipula o segundo capítulo do seu estatuto: “Fim social”, especificado deste modo no art.º 5: “A ‘APC’ tem como fim social a formação integral do Homem para a civilização do amor nas seguintes vertentes: Amor a Deus (formação religiosa e moral); Amor ao Homem (formação cívica e promoção humana); Amor à Natureza (conservação e protecção da natureza)”.

⁸⁰⁷ Tendo em conta a razão por nós avançada pela opção da terminologia “Movimento” no primeiro capítulo desta segunda parte do nosso estudo, utilizaremos o conceito do “Movimento” e não de “Associação”.

⁸⁰⁸ Em 2002, o Padre Gervásio Pucúta, do clero de Cabinda, por razões pessoais, pediu a sua redução ao estado laical e continua a aguardar a confirmação do Vaticano. Neste momento trabalha no gabinete do Ministro da Reinserção Social. No momento da fundação, o Padre Pucuta era vigário da Paróquia da Imaculada Conceição, comumente chamada Missão de Cabinda, a sua paróquia, onde cresceu e onde conhecia bem a juventude com que iniciou o projecto da fundação deste movimento (cf. Estatutos da Associação dos “peregrinos de Cristo”/Anexo 14).

4.1.2. Condições de admissão

Basta ser cristão para ser membro (art.º 6 §1/ anexo 12) e cumprir os seguintes requisitos, segundo os escalões:

1. Juvenis: a) Ter idade compreendida entre os 14 e os 15 anos; b) Ser baptizado; c) Ter a 4ª classe como habilitação mínima; d) Ter o uso da razão.

2. Júniores: a) Ter a idade compreendida entre os 16 e os 24 anos; b) Ter a 4ª classe; c) Ser baptizado; d) Ter o uso da razão.

3. Seniores: a) Ter idade igual ou superior a 25 anos; b) Ter a 4ª classe como habilitação mínima; c) Ser baptizado; d) Ter o uso da razão.

Os membros são classificados em fundador, efectivo, honorário, aspirante e auxiliar (art.º 7/ anexo12):

- O “membro fundador” é quem subscreve a proclamação da Associação gozando dos mesmos direitos e deveres dos membros efectivos;

- O “membro efectivo” é quem participa assiduamente no cumprimento das linhas programáticas da Associação, integrando um dos grupos de trabalho e que paga regularmente as quotas;

- O “membro honorário” é a pessoa singular ou colectiva que presta serviços distintos à Associação;

- O “membro aspirante” é o associado que voluntariamente participa das actividades da Associação para conhecer, aceitar e aderir, devendo sujeitar-se a um acompanhamento de seis meses pela direcção, a qual deverá conduzir a sua proposta de admissão a membro efectivo à Assembleia geral.

- O “membro auxiliar” é o associado que, por motivo de doença prolongada, bolsa de estudo no exterior do País, cumprimento de serviço militar e/ou transferência de serviço, está fora do País.

4.1.3. Direitos e deveres dos membros

Os membros têm direito a:

- Participar nas actividades promovidas pela Associação;
- Usufruir de quaisquer benefícios devidos aos membros da associação;
- Usar da palavra na assembleia geral;
- Eleger e ser eleito para os órgãos da “APC”;

- Propor novos associados;
- Ser informados de todas as actividades da “APC”;
- Manifestar à Comissão de Disciplina as irregularidades constatadas no funcionamento da Associação;
- Recorrer das decisões tomadas pela direcção e/ou comissão da disciplina a Assembleia geral (art.º 11/ anexo 12).

Os membros têm deveres de:

- Cumprir as regras estatutárias e regulamentares;
- Respeitar os Órgãos de Direcção e aceitar as suas deliberações sem prejuízo do direito ao recurso;
- Aceitar os exercícios de cargos para que tenham sido eleitos ou nomeados, desempenhando-os com ordem e assiduidade;
- Representar a Associação sempre que lhes seja solicitado;
- Pagar as jóias e quotas mensais (art.º 12/ anexo 12).

4.1.4. Organização do Movimento

O movimento tem cinco órgãos directivos: a) Assembleia geral; b) Direcção, c) Conselho Eclesiástico; d) Conselho Fiscal; e) Conselho Consultivo.

Este mesmo artigo estipula que nenhum membro poderá pertencer simultaneamente a mais do que um órgão social e que o mandato é de 3 anos, não renováveis em mais de dois mandatos consecutivos (art.º 13§2.4/ anexo 12).

1) A Assembleia geral é o órgão deliberativo por excelência e é composta por um Presidente, um Vice-presidente, um vogal e um secretário eleitos por maioria absoluta dos votos validamente expressos (art.º 14/ anexo 12). Reúne-se semestral e extraordinariamente sempre que tal se justifique, mediante convocação do presidente sob proposta da Direcção ou do Conselho Fiscal ou a pedido dos membros associados com antecedência mínima de 15 dias, devendo mencionar a ordem de trabalhos, o local e a hora da sessão (art.º 15/ anexo 12). A sua realização exige o preenchimento do quórum de maioria simples dos associados, sendo conduzida pelo presidente da Mesa, pelo Vice-presidente, pelo vogal e pelo secretário e as suas deliberações em matérias de carácter importante requerem uma maioria qualificada de 2/3 dos votos (art.º 15§2.4/ anexo 12).

As competências da Assembleia Geral estão determinadas no art.º 16: a deliberação sobre todas as matérias que constituem objecto da “APC”; a apreciação, discussão e aprovação das actividades dos órgãos da Associação; a eleição dos membros da Associação, a suspensão ou demissão das suas funções, quando a sua conduta não se adequar aos ideais da “APC”; a homologação dos pedidos de admissão, readmissão ou demissão dos membros; a apreciação e votação do relatório das actividades, desenvolvidas durante determinado período pela Direcção; a apreciação da fusão ou dissolução da Associação; a aprovação da cooperação com outras associações congéneres; a aprovação e alteração dos estatutos e o regulamento interno; a aprovação da formação de distribuição dos resultados.

2) A Direcção é órgão de gestão da Associação e é constituída por sete membros sendo um presidente, um vice-presidente, um secretário para a área de projectos e planificação, um secretário para informação, um secretário para as relações públicas e protocolo, um secretário para administração e finanças (tesoureiro) e um vogal (art.º17/ anexo 12).

Compete à Direcção:

- a) administrar e orientar a dinâmica associativa reunindo ordinariamente de 30 em 30 dias e extraordinariamente sempre que o Presidente assim decidir;
- b) executar o plano de actividade anual;
- c) praticar todos os actos de gestão necessários à prossecução dos fins da Associação, administrando os bens e organizando o funcionamento dos serviços;
- d) proceder à arrecadação de receitas e liquidar as despesas devidamente comprovadas;
- e) elaborar anualmente e submeter ao parecer do Conselho Fiscal e à apreciação da Assembleia geral o relatório de gestão e as contas do exercício, bem como o plano de actividades e o orçamento para o ano seguinte;
- f) facultar aos membros os livros de escritura e todos os documentos comprovativos das operações sociais da Associação;
- g) nomear comissões ou grupos de estudos para tratar dos assuntos específicos relacionados com a actividade da Associação;
- h) velar pelo respeito dos estatutos, dos regulamentos interno e das deliberações dos órgãos da associação;

i) ouvir o Conselho Eclesiástico sobre assuntos da sua competência e sobre a aplicação de sanções previstas neste Estatuto;

l) exercer as demais atribuições que lhe sejam cometidas pelos presentes estatutos e demais regulamentação (art.º 18/ anexo 12).

3) O Conselho Eclesiástico é o órgão gestor dos recursos humanos da Associação, constituído por membros efectivos, sacerdotes, religiosos e leigos, que têm como função primordial acompanhar de perto a vida da Associação, velar pela sua espiritualidade, carisma, formação religiosa, moral e cívica e manter a disciplina no seio dos membros (art.º 21§1/ anexo 12). Este órgão é constituído por um presidente, um secretário, uma assistência eclesial, uma comissão pedagógica, uma comissão de espiritualidade e liturgia e uma comissão de disciplina (art.º 21§2/ anexo 12).

4) O Conselho Fiscal é órgão de fiscalização e de controlo da contabilidade em gestão da Associação sendo constituído por um Presidente, um vice-presidente, dois vogais (um efectivo e outro suplente), eleitos pela Assembleia geral de entre os associados efectivos, em pleno gozo dos seus direitos (art.º 24§1/ anexo 12) e os seus membros não podem ser sócios que integrem a Direcção (art.º 24§2/ anexo 12).

Compete ao Conselho Fiscal:

- Dar parecer sobre o relatório, balanço e contas anuais da direcção e sobre os orçamentos ordinários e suplementares;
- Fiscalizar os livros da contabilidade e os actos de gestão financeira praticados pela Direcção;
- Dar parecer sobre todas as matérias que lhe sejam submetidas pela Assembleia geral ou pela Direcção;
- Requerer a convocação da Assembleia geral sempre que entender conveniente;
- Assistir sempre que seja solicitado às reuniões da Direcção;
- Exercer todas as demais atribuições que lhe sejam conferidas por lei e pelos presentes Estatutos;
- Emitir parecer sobre o montante das jóias e das quotas mensais e elaborar o relatório anual da sua actividade de fiscalização (art.º 25/ anexo 12).

5) O Conselho Consultivo é o órgão de consulta da Associação e é composto pela Direcção e por cinco membros honorários escolhidos pela Direcção entre os antigos presidentes da Mesa da Assembleia geral, do Conselho Fiscal, do Conselho

Eclesiástico e por cinco membros representantes da comunidade convidados pelo presidente da Direcção sob proposta do assistente eclesiástico (art.º 28/anexo 12). Os estatutos não especificam as atribuições ou competências do Conselho Consultivo mas sublinham que seus encontros são semestrais por convocação do presidente da Direcção (art.º29/anexo 12).

Deve ser sublinhado que o novo movimento de apostolado “Peregrinos de Cristo” é o único que tem, como uma das exigências de adesão, a formação escolar mínima (4ª classe) e que é exclusivamente um movimento juvenil, sem escalões, sem uniforme, nem lenço.

4.2. *Masuela ma Kristu*⁸⁰⁹

Segundo o seu fundador Padre Jorge Congo⁸¹⁰, o então Pároco da Missão de Cabinda ou Paróquia da Imaculada Conceição, o Movimento eclesial *Masuela ma Kristu* nasceu de uma situação histórica e social bem determinada. A povoação de Fortaleza⁸¹¹ vivia no meio de militares e isso fomentava uma situação permanente de instabilidade. A 6 de Fevereiro de 1998, foram queimadas casas, populares foram espancados e torturados. Para além disso, a presença de militares e polícias tem originado um ambiente social com muitas mães precoces, visíveis pelas ruas e nas celebrações litúrgicas. É nesta situação que nasce o Movimento *Masuela*, o qual tinha como intenção inicial a protecção das jovens e o dar-lhes um sentido de futuro. Neste sentido, era importante infundir nelas um grande espírito de ajuda mútua⁸¹².

4.2.1. A dinâmica da espiritualidade

O fundamento da dinâmica de *Masuela* é o espírito de ajuda mútua. Esta espiritualidade tem como textos fundamentais: Lc 19,41 e Jo 11,33-35, onde Jesus chora

⁸⁰⁹ Tradução literal: “Lágrimas de Cristo” mas o movimento é chamado *Masuela* que significa simplesmente “lágrimas”.

⁸¹⁰ O Padre Congo, figura carismática do clero de Cabinda, foi punido pelo Vaticano e reduzido ao estado laical como consequência do conflito de não-aceitação da nomeação de Dom Filomeno como Bispo de Cabinda. Neste momento, está em via de implementar em Cabinda a Igreja Católica liberal, nascida nos Estados Unidos.

⁸¹¹ Povoação situada a caminho de Yema a poucos quilómetros da fronteira com Congo Democrático e cercada por dois grandes quartéis do Exército e da Polícia.

⁸¹² Cf. O Livro do Consolador, Linhas fundamentais da espiritualidade *masuela* (anexo 17), p. 26.

diante de uma Jerusalém empedernida e de um amigo que morrera. Nestas duas passagens assenta toda a espiritualidade e dinâmica vivencial dos *Masuela ma Kristo*. É necessário ter o coração humano de Jesus que se compadece, que tem piedade. Por isso, o caminho do *masuela* é de assumir o que Cristo tem de mais humano. Todos os gestos da sua profunda humanidade foram resumidos na palavra “*Masuela ma Kristo*”⁸¹³. O choro é das atitudes humanas mais comoventes e toca qualquer pessoa. Portanto, as lágrimas dos *masuela* vão buscar a sua fundamentação naquelas de Cristo. Essas lágrimas nascem duma dor que vem do fundo da alma e que atravessa toda a pessoa.

Na prática, a espiritualidade dos *Masuela* reside⁸¹⁴:

1º Em transformar os sinais e os gestos mais humanos em lugar da presença do Senhor e de vivência da fé. Por exemplo, um olhar de serenidade, um aperto de mão ou um sorriso podem dar a uma alma em problemas um novo alento.

2º Em fazer do desconhecido um irmão. Ninguém nasce irmão. Todos nos transformamos em irmão. É um processo dinâmico de aproximação e de esquecimento mútuo.

3º Em depositar um olhar especial no homem e na terra. A vivência da fé não nos deve retirar das realidades correntes da vida. O *Masuela* não deve andar distraído daquilo que atrapalha ou alegra o homem; daquilo que endireita ou descontrola a terra, a cidade ou a aldeia. Neste aspecto, o *Masuela* deve estar no mundo, mas sem ser do mundo.

4º Em ter consciência de que sozinho não se consegue nada. Por isso, é importante a ajuda de alguém. Este alguém, é o *chibuatana m’kûndi* (amigo de coração); este é um irmão dentro da irmandade como qual se caminha na vida, se organiza os projectos diários, se convive e se partilha no quotidiano os problemas até mais simples. É aquele que forma o “dois” para serem enviados junto dos homens.

5º Na cruz. Este é o elemento central na espiritualidade dos *Masuela*. A cruz não é só concebida como uma visão da dor, dos sofrimentos e das sevícias padecidas por Cristo, mas é uma realidade corrente e permanente em qualquer vida que se entrega para transformar as situações que tiram ao homem a dignidade e a alegria de viver.

⁸¹³ Cf. Ibidem, p. 5.

⁸¹⁴ Cf. Ibidem, p. 5-6.

E por isso, “‘consolar’ não é só limpar as lágrimas de quem chora mas, sobretudo, resolver aquelas situações que originam a dor e as lágrimas”⁸¹⁵. Para tal é preciso lutar contra os inimigos do *Masuela*⁸¹⁶:

- o egoísmo que nos faz olhar só para nós mesmos, sobretudo numa situação em que quase todos gemem e sofrem;
- a indiferença diante de situações que atormentam o homem;
- o exibicionismo que faz com que o “consolidado” se sinta rebaixado e até negue ser ajudado;
- a invasão na privacidade das pessoas, transformando-se em inoportuno. Por se exige do *masuela* a grande discrição.

4.2.2. Maria na vida do *Masuela*

A espiritualidade de *Masuela* destaca a figura de Maria na base de três atitudes fundamentais⁸¹⁷:

- A escuta de Maria é dinâmica, isto é, reflecte e interroga tudo o que escuta e vê. Neste sentido, como Maria, o *Masuela* deve saber pensar o que ouve.
- A procura de quem necessita: Sobe os montes de Judá para ir ter com a prima grávida e de idade avançada. Foi necessário viajar. Neste sentido, como Maria, os *Masuela* devem aprender a viajar. Viajar significa ir ao encontro dos lugares de angústia e não se deixar sentado ou acomodado, esperando que as situações os encontrem.
- A atitude de louvor: Maria, diante aquela exaltação de Isabel, responde com louvor ao Senhor, louva o Senhor a partir daquilo que Ele fez através dela. Neste sentido, os *Masuela*, como Maria, devem aprender a poisar a sua oração nas situações reais da vida.

Por isso, a oração dos *masuela* não deve ser somente uma constante gritaria, mas também um canto à força e providência do Senhor. Deste modo, “Maria é para os *Masuela* o modelo de todo aquele que chora pela terra e pelo amigo”⁸¹⁸. Para tal, exige-se que o dia do *masuela* comece com a leitura de uma passagem bíblica. Esta pode ser escolhida ou tirada ao acaso. Será esta passagem bíblica que alimentará todo o seu dia e

⁸¹⁵ Ibidem, p. 6.

⁸¹⁶ Cf. Ibidem, p. 6-7.

⁸¹⁷ Cf. Ibidem, p. 7.

⁸¹⁸ Ibidem, p. 8.

orientará todos os seus passos, recordando-se da sua razão de existir que é “consolar”. É exigido que “nenhum *masuela* chegue ao fim do dia com o saco roto diante de Deus e com a consciência pesada de ter deixado alguém a gemer sem um consolo”⁸¹⁹. No fim do dia, antes de se deitar, todo e qualquer *masuela* deve rezar o salmo 129 ou o salmo 50 para trazer à memória o que não esteve conforme ao Senhor.

4.2.3. Escalões

Os membros de *Masuela* estão divididos em quatro graus:

1º Os *Bikukudu* (pequeninos): são as crianças do *masuela*, extremamente necessárias para a vida do *Masuela* na medida em que representam uma espécie de futuro para o movimento. O Movimento tem obrigação de velar de uma maneira atenta, constante e responsável pela sua formação humana, religiosa e espiritual. Por isso, essas crianças devem frequentar a catequese e, pelo menos dominicalmente, participar na eucaristia paroquial ou em liturgias da palavra nas aldeias. Dentro deste grupo surge o grupo dos *Bikónzoka* (crescidos), são adolescentes que esperam a sua incorporação no movimento dos adultos.

2º *Basimini* (os admiradores): são aqueles que ainda estão a dar os primeiros passos e estão naquela etapa de entusiasmo inicial, ainda não sabem muito bem o motivo que os levou para o *Masuela*. A eles são exigidos a capacidade de escuta, o espírito de humildade e o espírito de obediência. A sua continuidade no movimento dependerá sobretudo da sua assiduidade nas assembleias de oração e no trabalho comunitário.

3º *Bajetesémani* (os *Getsémanis*): são aqueles que, depois dos primeiros tempos e do entusiasmo inicial, entram num período de interiorização dos valores de *Masuela*. Isto provoca uma grande luta interior para uma maior identificação com a espiritualidade. Aqui conta, sobretudo, o esforço de conhecer a fundo a espiritualidade dos *Masuela* e pô-la em prática.

4º *Babandua* (os crucificados): são aqueles que dão prova de terem assumido os valores essenciais dos *Masuela* e devem ser testemunhas quer desses mesmos valores quer da sua fundamentação. São esses que podem levar a cruz no peito. Só pode ser “crucificado” quem tiver uma idade superior a dezoito anos e tenha feito um tempo

⁸¹⁹ Ibidem, p. 8.

suficientemente longo no *Masuela*, uma vez verificado o seu crescimento espiritual e a sua dedicação na comunidade dos *Masuela*.

Portanto, “a escada de *Masuela* deve significar, indiscutivelmente, um caminho de crescimento e não mera imposição de símbolos. Neste sentido, é preciso que se dê tempo a fim de que a escada represente um desenvolvimento sereno, paulatino e faça transparecer em cada um dos degraus a vontade e a determinação de seguir e identificar-se com Ele naquilo que o *masuela* pensa ser a sua maior aproximação do Homem”⁸²⁰.

4.2.4. Órgãos sociais de *Masuela*

Masuela tem como órgãos directivos:

1º Comissão diocesana: é formada pelos responsáveis diocesanos e os locais (consolador, adjunto e o secretário). Terão encontros periódicos, a estabelecer, para estudo, análise e controlo da vida espiritual dos membros do movimento.

2º *Banduênje* (conselheiro): é um determinado número de irmãos (não mais de sete) escolhidos livremente para ajudar os consoladores a orientar os outros. Devem existir *banduênje* a nível diocesano e do tecto. Só podem ser “*banduênje*” aqueles que forem crucificados. No entanto, não impede que se institua dois ou mais irmãos para desempenharem este cargo de modo constante.

3º Os *Bakebi* (protectores): são membros escolhidos, Getsémani ou crucificado, para orientarem um grupo de *basímani* que devem ascender a Getsémani ou crucificado. Devem ser membros que saibam a fundo o carisma e sejam exemplos no seio da espiritualidade.

4º A equipa dos *Batátika* (cuidadores): é a equipa dos formadores. São responsáveis pela orientação espiritual, sobretudo a nível de conteúdos do *Masuela*. Terão uma ligação directa com o *M'kotoli* (Suscitador), sobretudo nos primeiros anos do *Masuela*.

5º O Grande cenáculo: é a reunião trienal do *masuela*, onde se discutem os problemas mais importantes, são traçadas as orientações e, se for o caso, a eleição do consolador diocesano e outros membros (o adjunto e o tesoureiro). Mas é, antes de tudo, um encontro de afecto entre os irmãos, lugar para a celebração do amor e da fraternidade. Assim como para Cristo, o cenáculo significou o descobrir-se, revelando

⁸²⁰ Ibidem, p. 13.

as suas preocupações, do mesmo modo os *masuela* farão do cenáculo o lugar da intimidade. É aí onde todos terão a ocasião de falar, sobretudo daquilo que pode afectar o crescimento espiritual dos irmãos.

Por isso, evitar-se-á a transformação do cenáculo numa praça pública para julgar e condenar, para maledicências que ferem e não curam, dividem e não unem. Exige-se grande discrição. Guardar segredo e ser circunspecto é sinal de maturidade e também sinal de amor.

E tem como responsáveis:

1º O consolador diocesano: é responsável de todos os *masuela*. Dele depende, em comunhão com os irmãos, a decisão dos casos mais importantes.

2º O Consolador local: é responsável de uma determinada área.

3º O Consolador do tecto: é responsável dum determinado número de *masuela*.

4º O Mano Consolador: é o responsável dos *masuela* juvenis.

5º O Secretário diocesano: é responsável pela vida administrativa do Movimento. Será eleito ou nomeado consensualmente pelos irmãos em reunião de Grande Cenáculo. Por outro lado, devem existir secretários a nível local e de tecto. Dependem do secretário diocesano. Terão, periodicamente, de fazer relatórios, que serão entregues ao Secretário Diocesano.

6º O ecónomo diocesano (tesoureiro): é o responsável pela vida económica e financeira do Movimento. Será eleito. Deverá periodicamente prestar contas, sobretudo durante os cenáculos. Deve haver ecónomo a nível local e do tecto. Eles dependem do ecónomo diocesano e a quem deverão prestar periodicamente as suas contas.

7º O animador espiritual: deve ser um sacerdote que velará pela formação mais acurada do movimento e seu conselheiro principal. No entanto, têm um lugar especial nesta formação os dois *Bakótoli* (Suscitadores) dos *Masuela*. Faz parte da maneira de estar dos *Masuela* o depender fundamentalmente do pároco para melhor integração e vivência eclesiais. Terão os responsáveis de *Masuela* o cuidado de jamais organizar programas à margem dos da paróquia.

4.2.5. Serviços ou actividades fundamentais

O *Masuela* tem como actividades fundamentais:

1º Serviço de discernimento: reflectir, seguir de perto e velar pelo andamento dos irmãos e de tudo o que acontece no seio dos *Masuela*. Este é orientado pelo responsável dos *banduênje*. A este serviço compete também a função de reconciliar irmãos desavindos.

2º Serviço dos irmãos: olhar pela ajuda que se deve prestar aos irmãos.

3º Serviço de *lubôndo* (consolação): organizar os funerais, sobretudo aqueles de membros de *masuela*. Para esses serviços os seus membros são eleitos democraticamente e têm vigência de três anos com a possibilidade de uma só renovação.

4.2.6. Os vários ritos

1º Recepção do lenço

Esta cerimónia realiza-se durante a eucaristia (ou liturgia da palavra) do Cenáculo: depois da homilia, o responsável do discernimento levanta-se e pede a admissão dos novos membros ao celebrante e segue-se um diálogo sobre as suas disposições e a garantia de estarem bem preparados para o novo desafio. Segue-se a fórmula de adesão da parte dos novos membros, a bênção do celebrante e por fim a imposição dos lenços por alguns membros escolhidos na ocasião e a oração de oferta.

2º A entrada para o Getsémani

Esta cerimónia celebra-se também durante a eucaristia do Cenáculo. Não pode ser realizada sem a presença do(a) consolador(a) diocesano(a). Depois da homilia, o consolador local levanta-se e pede ao celebrante a imposição do símbolo da entrada para o *Getsémani*, segue-se o diálogo sobre as disposições dos escolhidos, o chamamento e aceitação do compromisso, a bênção do símbolo do Getsémani e a sua recepção (o sacerdote ou o consolador diocesano impõe as línguas de lágrimas, fazendo-as primeiro beijar).

3º Subida para a crucifixão

Esta cerimónia deve ser, em princípio, celebrada pelo Bispo. Depois da homilia, o responsável pronuncia uma introdução ao ritual, em seguida são chamados os candidatos para o diálogo com o celebrante sobre as suas disposições, a bênção das

cruzes e a sua recepção (ajoelham-se diante do bispo. Este fá-la beijar e coloca-a no pescoço). No fim é feita a proclamação da promessa de consolar através da cruz. Todos os escolhidos, diante da cruz e de joelhos, com a mão no peito, dizem a oração de entrega.

4.2.7. Esquema do encontro de *Masuela*

Todos os encontros de *Masuela* são organizados desta forma: Invocação ao Espírito Santo; Acto penitencial; Leitura bíblica; Exortação e partilha da Palavra; Oração dos fiéis; Testemunho de consolador; *Makaba* (oferta ou esmola); Apresentação dos novos membros; Exortação final; Oração final.

4.3. *Lutâmbi lu Yezu*⁸²¹

O Novo Movimento de Apostolado “*Lutâmbi*” foi fundado pelo Padre Jorge Congo.

4.3.1. A dinâmica da espiritualidade

A espiritualidade de *Lutâmbi* desafia os seus membros a tornarem-se “anunciadores da Palavra de Deus”, isto é, evangelizadores no meio da sua vivência. Para tal, são-lhes exigidos dois crescimentos⁸²²:

a) O crescimento da consciência da fé: o crescimento da consciência da fé vem da formação, fundamentada na Palavra de Deus. Por isso, “nenhum *lutâmbi*, anunciador da palavra e esclarecedor da Palavra pode pôr-se a caminho da evangelização se ele próprio não conhece a Palavra e não se alimenta dela. A ignorância da Palavra gera confusão e transforma o *lutâmbi lu yezu* em *lutâmbi* pessoal”⁸²³. Desta forma, é exigido a cada *lutâmbi* “a leitura diária e frequente da Sagrada Escritura para aí buscar não só o conhecimento mas, sobretudo, a vida que deve transparecer nas palavras que proclama”⁸²⁴.

⁸²¹ Tradução literal “Os pés de Jesus”.

⁸²² Cf. Linhas fundamentais da espiritualidade de *Lutâmbi* (anexo 16), p. 5-6.

⁸²³ Ibidem, p. 5.

⁸²⁴ Ibidem, p. 5.

b) O crescimento da consciência da mudança: o crescimento da consciência a fé deve implicar “automaticamente” o crescimento da consciência da mudança. Por isso, “uma das grandes interrogações que cada *lutâmbi* deve pôr-se é esta: o que deixei desde que me decidi ser um *lutâmbi* visível de Jesus?”⁸²⁵.

Esses crescimentos implicam o assumir das seguintes atitudes: 1) Aceitar a cruz; 2) Tornar-se simples sem exibicionismo; 3) Atitude orante.

É por esta razão que o *lutâmbi* deve ser uma pessoa de oração: “A sua vida é uma contínua oração já que a palavra não ungida com a oração é vazia e seca; impessoal e sem vida, cheia de palavras bonitas mas vazia de calor espiritual”⁸²⁶. Duas atitudes fundamentais justificam a obrigação desta atitude orante⁸²⁷:

- **1ª A sua condição de “catequista”**, sempre disponível no meio onde estiver, a toda a hora e momento; a tempo e contra tempo, oportuna e inoportunamente “a fazer arder os corações através da revelação da Escritura” (Lc 24,32). A oração, neste sentido, faz com que o *Lutâmbi* ponha as suas palavras na dependência das de Jesus. Isto, em consequência, fá-lo-á humilde, colocando-se como simples instrumento nas mãos de Deus: eu também sou apenas um homem (Ac.10,26b).

- **2ª Para compreender, como Jesus, toda a dinâmica orante.** Quando Jesus orava? E como Jesus orava? Por isso, a oração deve tornar-se para o *lutâmbi* “conversão, discernimento, fortalecimento de *nkôko* (diálogo) entre Deus e ele”⁸²⁸.

4.3.2. Escalões

Os membros do *Lutâmbi* dividem-se em três categorias:

1º Bilalânda: São as crianças integradas na espiritualidade de *Lutâmbi*. Elas são “o presente e o futuro uma vez que representam a parte com a maior possibilidade de ir digerindo a alma do *Lutâmbi*”⁸²⁹. Por isso, devem merecer uma atenção redobrada e um bom acompanhamento através duma relação estreita: uma vez ou outra um encontro com os seus pais para uma verificação do seu crescimento humano, não como um pretenso inquérito mas uma possibilidade de estabelecer laços de amizade com as

⁸²⁵ Ibidem, p. 6.

⁸²⁶ Ibidem, p. 10.

⁸²⁷ Cf. Ibidem, p. 10.

⁸²⁸ Ibidem, p. 11.

⁸²⁹ Ibidem, p. 12.

famílias. Deste modo, é recomendado visitas do responsável às famílias dos *bilalânda*. Todas essas crianças *Lutambi* devem ser integradas na catequese da comunidade para preparação aos sacramentos.

2ª Bantâmba ou Batâmbi (cuidadores): São membros em tempo de preparação. É considerada como a primeira etapa de crescimento a nível da espiritualidade *Lutâmbi*.

Três atitudes orientam os primeiros passos dum *m'tâmbi* nesta fase de preparação⁸³⁰:

a) Mestre, onde moras? (Jo 1,26): o entusiasmo de conhecer a morada do mestre testemunha a vontade de se aproximar do mestre para melhor conhecê-lo. E para um *m'tambi*, o mestre visível é aquele *lutâmbi* mais velho que, pelo testemunho da sua vida, constitui o motivo de ânimo para os mais novos.

b) Que devemos então fazer? (Lc 3,10): esta pergunta exige da parte dos novos membros uma atitude de escuta e de humildade, manifestação da vontade de serem orientados. Esta atitude é deveras importante para alimentar no recém-chegado a necessidade de tomar uma nova decisão para a sua vida; ou sentir, pelo menos, esta necessidade de decidir pra abraçar o projecto da espiritualidade do movimento.

c) Quem não nascer do alto não pode entrar no reino dos céus (Jo 3,3): saber que “é necessário nascer do alto” para ser cidadão do céu deve suscitar no novo membro uma forte consciência daquilo que é preciso mudar para ser verdadeiro discípulo de Jesus e verdadeiro membro comprometido com a espiritualidade de *Lutâmbi*. Daí impõe-se a necessidade do novo-membro fazer um grande discernimento daquilo que verdadeiramente constitui a força do evangelho.

3ª Basíkama (firmes): São membros “efectivos”, embebidos na espiritualidade de *Lutâmbi*. Quatro atitudes são exigidas aos *basíkama*⁸³¹:

a) “Ter os olhos” em Jesus, isto é, colher a sua maneira de ser, de perdoar, de compreender, de pregar, de sofrer e de morrer. Para tal, é preciso uma leitura (pessoal e comunitária) assídua das Escrituras e transformá-las em comida pessoal, sempre disponível para alimentar-se e alimentar os outros.

b) Deixar-se maravilhar por Jesus: Esta atitude é o sinal visível do verdadeiro encontro com Jesus. Foi assim com os primeiros discípulos que deixaram tudo para

⁸³⁰ Cf. Ibidem, p. 12-13.

⁸³¹ Cf. Idem, p. 13-14.

seguí-lo depois se terem deixado tocado, pois, ninguém guarda no fundo de si o que lhe tem de alegria.

c) Deixar-se interrogar por Jesus: Jesus interroga os seus discípulos de duas maneiras: pela sua acção (aquilo que ele faz) e pelas palavras (aquilo que ele diz). Portanto, a acção e as palavras devem constituir “interrogações” permanentes para um *m'sikama*.

d) Deixar-se conduzir por Jesus: O “deixar-se conduzir por Jesus” deve ter influência no falar, agir e relacionar-se com o irmão e o mundo. Por isso, o *lutâmbi*, para verificar e verificar até que ponto se deixou “conduzir” pelo Mestre, deve ver o que deixou da sua vida passada e o que, realmente, assumiu, de forte, de santo na sua vida presente.

4.3.3. O lugar do *lutâmbi* na comunidade

O *lutâmbi* é o catequista por excelência. Por isso, ser catequista para o *lutâmbi* é “uma atitude permanente na sua vida”⁸³². A catequese deve ser entendida dum lado como transmissão de conteúdo e doutro lado como a vivência da fé (catequese da vida ou existencial). A catequese como “transmissão de conteúdo” é catequese como serviço na comunidade e à comunidade: porque “ela é muito importante na medida em que forma o ser e o agir do católico e é o meio mais eficaz de ir modelando as gerações segundo aqueles princípios”⁸³³. Mas a catequese existencial tem como base “uma grande unção espiritual que se mistura como uma grande experiência e maturidade humanas. Ela é para todos os lugares, todos os espaços e para qualquer homem. Ela é para o analfabeto e para o intelectual. É aquela catequese que se confunde com um bom conselho a um amigo ou amiga”⁸³⁴. Esta é a catequese existencial que fundamenta a espiritualidade “*lutambiana*”.

Assim, a grande pretensão do *lutâmbi* é a de ser o discípulo amado de Jesus, que encostou a cabeça no seu peito para lhe sentir as angústias, justificando deste modo a escolha de S. João como o padroeiro do *lutâmbi*, celebrado no dia 27 de Dezembro⁸³⁵. Neste sentido, como mensageiro de Jesus Cristo, o *lutâmbi* deve procurar a confrontar-

⁸³² Ibidem, p. 14.

⁸³³ Ibidem, p. 14.

⁸³⁴ Ibidem, p. 14.

⁸³⁵ Cf. Ibidem, p. 14.

se permanentemente com o seu Mestre. Daí a importância do dia de Cesareia (*Kilú ki Seza*), considerado como um dos momentos mais importantes na vida do *lutâmbi*.

4.3.4. O dia de Cesareia

Foi em Cesareia que Jesus quis esclarecer as coisas com seus discípulos e o dia de Cesareia é o dia de interrogações sobre a maneira de ser e de estar do *Lutâmbi*: “O *lutâmbi* deverá arranjar um dia de repouso para se interrogar, como movimento e como membro, o que dizem os homens que nós e eu somos? Neste sentido, o dia de Cesareia é um momento de revisão de vida, de reconciliação e de tomada de decisões pessoais e colectivas”⁸³⁶. É um encontro mensal quer a nível dos subgrupos quer a nível de todo o movimento. O seu objectivo é a revisão de vida pessoal e do grupo em função de uma verdadeira fraternidade. Por isso, deve ser um encontro de fraternização de alegria e não momentos de julgamentos sumários. É proibido revelar no exterior o que lá é tratado e quem o faz é suspenso de participar até dar prova de capacidade de segredo e discrição.

Há também encontro de Cesareia de eleição que se realiza-se de três em três anos para rever a espiritualidade do movimento e eleger os responsáveis. Esta revisão requer o tempo necessário para estudo e reflexão dos problemas e desafios que se põem ao movimento, fruto dos novos tempos e novas exigências.

4.3.5. Órgãos sociais

1º A Comissão diocesana: é aquela formada pelos responsáveis diocesanos e aqueles regionais [*m'sudikisi* (orientador), tesoureiro e o secretário]. Dependerá do próprio movimento a decisão da periodicidade das reuniões da Comissão diocesana.

2º A equipa dos evangelizadores: são os responsáveis pela formação dos membros no tocante à espiritualidade *lutambiana*.

3º Os Banduênje (conselheiros): é um órgão formado por alguns membros (não mais de três) escolhidos em Cesareia, mais os *misúdikisi* (orientadores), e são os responsáveis para discernir as questões mais importantes do Movimento. Também desempenham a função de reconciliadores a pedido dos litigantes ou, se, eventualmente, se verificar uma situação de difícil aproximação.

⁸³⁶ Ibidem, p. 15.

E tem como responsáveis:

1º *M'sudikisi* (Orientador) diocesano: é o responsável máximo do Movimento *Lutâmbi*. É escolhido através duma votação, durante o Cesareia de eleição. O seu mandato é de três anos, renováveis apenas uma vez.

2º *M'súdikisi* (orientador) regional: é o responsável de uma determinada área.

5º *M'súdikisi (basúlikisi) muânza (orientador do subgrupo)*: é o responsável dum subgrupo.

6º Secretário diocesano: é responsável pela vida administrativa do movimento. É eleito.

7º Tesoureiro diocesano: é o responsável pela vida económica e financeira do *Lutâmbi*. É votado. Este, em todos os “cesáreias”, deverá apresentar o estado das finanças do movimento. Procura, por outro lado, controlar toda a contabilidade dos subgrupos. E os subgrupos deverão ter também os seus secretários e tesoureiros nomeados pelo *M'sudikisi* diocesano, ouvido o *M'sudikisi* do subgrupo.

4.3.6. Os principais serviços ou actividades

1º Serviço de discernimento: vela pelo andamento da espiritualidade e também pode desempenhar a função de reconciliar irmãos desavindos. É orientado pelo responsável dos *Banduênje*.

2º Serviço de louvor: organiza e vela pela vida de oração e litúrgica da espiritualidade.

3º Serviço *luiámukusu* (conquistadores): prepara e organiza a campanha de evangelização e de intervenção evangélica em casos pontuais, como a resolução de problemas a nível de famílias e de grupos. É orientado pelo responsável dos evangelizadores.

4º Serviço *luzólo* (caridade): encarregue de ajudar os irmãos e os mais necessitados (visita aos hospitais, velhos, doentes, etc.).

Todos os responsáveis desses serviços devem, em princípio, ser eleitos, ou possivelmente, ter o consenso dos irmãos.

4.3.7. Ritos

Dois ritos marcam um dos momentos importantes na dinâmica da espiritualidade de *Lutâmbi*, ritos com ritual próprio e celebrado com solenidade. São ritos que atribuem aos membros um certo grau de pertença e de responsabilidade.

a. Rito da recepção do lenço

É o ritual importante do movimento que confere ao membro o direito de pertença e é celebrado durante a eucaristia. Depois da homília, o responsável *M'súdikisi* no diálogo com o sacerdote pode admissão dos novos membros. A seguir são chamados os candidatos para fazer pedido da sua admissão. O sacerdote faz algumas perguntas sobre as disposições e a vontade dos candidatos e depois confirma a sua admissão. Segue-se a bênção e a recepção dos lenços.

b. Rito da subida para o *Basíkama*

Esta cerimónia realiza-se durante a eucaristia, depois da homília. Começa com o chamamento dos candidatos, a sua apresentação, o seu juramento de servir o movimento, e termina com a oração e bênção da confirmação do juramento pelo sacerdote.

4.4. Espiritualidade Nossa Senhora das Dores

O Novo Movimento de Apostolado “Nossa Senhora das Dores” é comumente chamado “Espiritualidade Nossa Senhora das Dores”. É uma Associação de leigos que tem como objectivo rezar pelos que mais sofrem, pela conversão dos pecadores, pela igreja e seus ministros, por intercessão da Virgem, Mãe das Dores”⁸³⁷. Este Novo Movimento de Apostolado nasce do longo ciclo de revelações em sonhos e visões “reais” feitas à sua fundadora Maria Luísa de Lurdes Abreu onde lhe aparecia uma multidão de gente sofredora portadora de várias enfermidades⁸³⁸. A proposta e o convite de corresponder a essas revelações foram concretizados no dia 19 de Janeiro de 1986, por volta das 17h, quando começou a rezar o terço com um grupo de 4 amigas, em sua casa, pelos que sofrem. Mas foi sob a orientação do seu director espiritual, Padre Carlos

⁸³⁷ Estatutos da Espiritualidade Nossa Senhora das Dores de Setembro de 2011 (anexo 17), p. 2.

⁸³⁸ Cf. Ibidem, p. 3.

Bambi⁸³⁹, que a Espiritualidade Nossa Senhora das Dores se transformou em “Movimento de Apostolado”⁸⁴⁰ e por esta razão, não é considerado como o primeiro novo movimento de apostolado fundado em Cabinda.

4.4.1. Dinâmica da espiritualidade

A sua espiritualidade tem como finalidade a glorificação de Deus, por meio da santificação dos seus membros, pela oração, sob a poderosa intercessão de Maria, Mãe das Dores, mediante um compromisso profundo dos membros com um estilo de vida cristã próprio. Esta espiritualidade fundamenta-se em três pilares que constituem o lema do movimento: Amor, Fé e Missão⁸⁴¹. Para alimentar a sua espiritualidade, o movimento cumpre algumas devoções:

- Devoção à Eucaristia: os membros da Espiritualidade têm como primeira devoção a Eucaristia, sendo ela a fonte da vida, pois “quem come a minha carne e bebe o meu sangue tem a vida eterna” (Jo 6,54).

- Devoção às sete dores de Nossa Senhora.

- Devoção às cinco chagas de Cristo.

4.4.2. Escalões

O movimento tem 3 graus de compromisso ou 3 categorias de membros:

a) **Querubins:** são os que se dedicam especificamente à oração intercessora e estão sempre disponíveis para as actividades da Espiritualidade a qualquer hora e momento. A esta categoria, para ascensão, dever-se-á discernir a idoneidade espiritual do membro em causa (art.º 2§3/ anexo 15).

b) **Doritas:** são os que assumem os mesmos deveres dos Querubins, mas com menor comprometimento (art.º 2§4/ anexo 15).

⁸³⁹ Padre Carlos Bambi é sacerdote do clero de Cabinda sob alçada de um inquérito canónico instaurado pelo Bispo e neste momento vive quase como “exilado” em Ponta Negra/Congo-Brazzaville.

⁸⁴⁰ Em 90, fui convidado pelo Bispo a acompanhar o surgimento das primeiras células de oração com seminarista José Luembe, hoje sacerdote incardinado na diocese de Owando/Congo-Brazzaville e que neste momento está em Cabinda como “Fidei Donum” e a dar aulas na Universidade 11 de Novembro em Cabinda. Nesses encontros com as “Células de oração” aparecia também a Espiritualidade “Nossa Senhora das Dores”, representada pela sua fundadora Dona Luisa Artur.

⁸⁴¹ Cf. Estatutos da Espiritualidade Nossa Senhora das Dores de Setembro de 2011 (anexo 17), p. 3.

c) **Luzeiros:** são os *doritas* com idade inferior a 38 anos que, além da partilha geral, têm hora específica de formação e oração comunitária separada da dos demais, assumindo os restantes compromissos da Espiritualidade (art.º2§5/ anexo 15).

4.4.3. Condições de admissão

Podem ser membros das “Dores” todos os cristãos católicos, nacionais ou estrangeiros, que aceitem os seus estatutos e lutem pela implantação do Reino de Deus na terra (art.º 3§1/ anexo 15). Por isso, é membro efectivo quem participa e comunga das linhas programáticas da Espiritualidade “Nossa Senhora das Dores” (art.º4§3/ anexo 15). E a admissão de membros efectivos na Espiritualidade pode ser feita pela Direcção, sob proposta de qualquer membro em pleno gozo dos seus direitos e deveres, ou pelo interessado por escrito ou verbalmente (art.º 3§2/ anexo 15).

Reconhece-se a Dona Maria Luísa de Lurdes Abreu o estatuto de membro fundador da Espiritualidade, Zeladora Honorária e fica confirmada no seu múnus como Ânsia vitalícia da Espiritualidade (art.º4§1/ anexo 15). É membro fundador quem esteve presente na primeira reunião de partilha da espiritualidade, gozando dos mesmos direitos e deveres dos membros efectivos (art.º4§2/ anexo 15). O membro honorário é a pessoa singular ou colectiva que preste serviços distintos à Espiritualidade, sem que para tal sejam exigidas as presenças nos programas e actividades (art.º4§4/ anexo 15).

4.4.4. Deveres e direitos dos membros

Deveres

- Aceitar o exercício de cargos para o qual tenham sido eleitos ou nomeados, desempenhando-os com ordem e assiduidade.
- Representar a Espiritualidade sempre que lhe seja solicitado.
- Pagar as quotas mensais (art.º 5§1.2.3/ anexo 15).

Direitos

- Participar nas partilhas e actividades organizadas pela diocese (Paróquias) e pela Espiritualidade, bem como nas iniciativas a que é chamada a desenvolver.
- Usufruir de apoio espiritual, material e moral da Espiritualidade.
- Usar da palavra no Congresso.
- Eleger e ser eleito para os órgãos das “Dores”.

- Propor novos membros.
- Ser informado de todas as actividades das “Dores”.
- Todo o membro tem direito de manifestar ao Conselho de disciplina qualquer irregularidade verificada no funcionamento da Espiritualidade.

É bem sublinhado que uma das condições para ser eleito num cargo da Espiritualidade é ser alguém que comunga uma particularidade deste movimento. Todos os membros devem comprometer-se a viver e crescer habitualmente em graça, a rezar o terço todos os dias, a participar numa reunião de partilha semanal, a confessar-se com frequência, a comungar pelo menos semanalmente, a participar nos retiros anuais e vigílias programadas (art.º 2§1/ anexo 15).

Sendo movimento da Igreja, reconhecido pelo seu estatuto, os seus membros devem sentir-se em comunhão com todos os baptizados, com a cabeça visível da Igreja, concretamente o Bispo e os seus sacerdotes. Neste sentido, o novo movimento de apostolado “Nossa Senhora das Dores”, no cumprimento das suas actividades missionárias, submete-se à autoridade do Bispo, a quem todos os membros devem respeito e obediência, assim como ao Pároco da área de jurisdição.

4.4.5. Órgãos sociais

São órgãos de direcção da Espiritualidade: 1) Congresso; 2) Direcção; 3) Conselho de Disciplina (art.º7§1/ anexo 15)

1. Congresso: é o órgão deliberativo por excelência e de controlo das actividades da Espiritualidade, composto por um responsável, um responsável adjunto, um secretário, dois conselheiros (art.º 8§1.2/ anexo 15). Os responsáveis adjuntos são eleitos por todos os membros efectivos por sufrágio directo em Congresso (art.º 8/ anexo 15) e o secretário e demais membros integrantes são nomeados pelo responsável (art.º8§5/ anexo 15).

Funcionamento do Congresso

Reúne-se uma vez ao ano, extraordinariamente sempre que tal se justifica, mediante convocação do responsável, por escrito, com uma antecedência mínima de 30 dias, devendo mencionar-se a ordem de trabalhos, o local e a hora da sessão (art.º9§1/ anexo 15). A sessão terá lugar quando preenchido o quórum exigido (2/3), sendo conduzido pelo responsável, um secretário e um conselheiro (art.º9§2/ anexo 15).

Competências do Congresso:

- Servir de órgão deliberativo das “Dores”, reunindo bienalmente ou sempre que tal se exija, com a participação de todos os membros do corpo directivo e membros convocados.

- Traçar as linhas mestras de organização da Espiritualidade, tendo em conta os carismas.

- Apreciar, discutir e aprovar as actividades dos restantes órgãos das “Dores”.

- Eleger os membros dos Órgãos da Espiritualidade, assim como convidá-los a demitir-se das suas funções, quando a sua conduta não se coaduna com o espírito cristão.

- Homologar os pedidos de admissão, readmissão ou demissão dos membros.

- Velar pelo bom funcionamento da Espiritualidade e a utilização racional dos meios materiais e financeiros.

- Apreciar e votar o relatório trimestral e anual das actividades desenvolvidas durante determinado período, pelos órgãos (art.º 10/ anexo 15).

2. Constituição e competência da Direcção: A direcção é constituída por oito membros, e delibera por maioria dos seus membros, estruturando-se em secretariados coordenados pelo respectivo secretário para a referida área (art.º1§1/anexo 15). Integram a Direcção:

Órgão colegial: Responsável, dois responsáveis adjuntos, três conselheiros.

Órgão executivo: Secretário-geral, secretário para as finanças, Secretário para os luzeiros (art.º14§2/ anexo/ 15).

Compete à direcção administrar e orientar a vida da Espiritualidade, reunindo ordinariamente, uma vez por mês, e extraordinariamente sempre que o Ancião assim o decida, designadamente para:

- Dar execução às deliberações do Congresso.

- Representar a Espiritualidade em juízo e fora dele, podendo delegar esses poderes em mandatários;

- Proceder à recepção das quotas e liquidar as despesas relativas a aquisição de donativos que a Espiritualidade venha efectuar;

- Organizar as cartas da Espiritualidade juntamente com os relatórios anuais e o parecer do Conselho de Direcção, à apreciação e votação do Congresso (art.º 15/ anexo 15).

3. Constituição e competência do Conselho de disciplina: O Conselho de disciplina é composto por um responsável, e dois conselheiros, competindo-lhe, nomeadamente:

- Defender e representar a Espiritualidade em caso de litígio;
- Velar por todos os casos que dizem respeito a actos não virtuosos (art.º16/ anexo 15).

4.5. Filhos do Reino

A AFIR (Associação dos Filhos do Reino, vulgarmente chamada Filhos do Reino) foi fundada a 22 de Setembro de 1995 pelo Padre José Silvino Sambo Mazunga e aprovada pela autoridade eclesiástica a 8 de Setembro de 1998. Este projecto começou com um pequeno grupo de crianças na comunidade cristã de Lombo-Lombo⁸⁴² que depois gerou outros núcleos de adolescentes, jovens e adultos. A razão da fundação está explícita nessas palavras do seu fundador, padre Mazunga:

“Pensei em começar com esta experiência de caminhada espiritual por causa precisamente da educação dos mais novos, pois era preciso olhar para a formação humana, a formação intelectual e a formação cristã dos jovens e das crianças com apoio dos mais velhos. Partimos precisamente do nome ‘Filhos do Reino’, baseando-nos em Lc 7,22 que é o capítulo central da nossa espiritualidade. Educar mas educar para a libertação. Quem educa, educa para libertação e quem liberta está no caminho da felicidade” (cf. E2/ anexo 17).

4.5.1. Dinâmica da espiritualidade

A espiritualidade dos Filhos do Reino está centrada na construção do Reino de Deus, uma missão de cada baptizado, cada cristão. Por isso, o caminho do filho ou filha do Reino conduz os seus membros à transformação da vida, isto é, a transformação das atitudes e das relações interpessoais, dos simples gestos da vida quotidiana em momentos da presença do Reino e à vivência da própria relação profunda de um filho

⁸⁴² É um bairro da cidade de Cabinda onde existe uma comunidade de católicos que pertence à Paróquia Nossa Senhora Rainha do Mundo, Sé catedral.

ou de uma filha com o seu Pai⁸⁴³. Esta espiritualidade dos Filhos do Reino baseia-se em três textos bíblicos: Lc 7,22; Mt 5,1-7; Mt 11. Para tal, são exigidos aos filhos do Reino algumas atitudes perante este desafio de construção do reino de Deus.

O que se exige do filho do Reino⁸⁴⁴?

a) A certeza de ser amado pelo Pai

A vida do filho do Reino deve alicerçar-se na certeza de ser amado por Deus, não pelos méritos das suas obras, mas porque Ele é amor. Esta descoberta leva o filho do Reino a progredir na oração e no caminho da conversão, aceitando o Seu reinado na sua vida. Por isso, a certeza de ser amado, apesar das suas fragilidades, desperta no filho do Reino a vontade de estar com o Pai.

b) Estar com o Pai e escutá-l'O

O filho ou filha do Reino deve ter a preocupação primordial de estar sempre na presença do Pai. Esta preocupação brota do reconhecimento do amor gratuito do Pai. Só é possível apenas com a oração e a escuta da Palavra.

c) O reconhecimento de sermos filhos do mesmo Pai

Este reconhecimento exige do filho ou filha do Reino a participação na construção do Reino de Deus para um mundo de alegria, justiça e paz.

Essas atitudes para a construção do Reino de Deus devem despertar no filho do Reino a consciência da sua eleição e da importância do deserto⁸⁴⁵:

a) A consciência de ser eleito

Deus fez sempre eleição para concretizar os seus projectos da construção da humanidade ao seu gosto. Escolheu um povo, escolheu homens e mulheres. Hoje continua a escolher e esta eleição exige dos filhos do Reino a consciência de serem escolhidos por Deus para serem de Deus, para o serviço dos irmãos.

b) A consciência da importância do deserto

O deserto é lugar de provas, dor, luta, purificação, maturidade, sofrimento, sede, fome e de tentações. Jesus fez também esta experiência (Mt 4,1-11). Portanto, o filho ou filha do Reino deve estar preparado para passar também pelo deserto das provas duras de vida, pelo deserto das tentações onde será confrontado com a sede e a fome.

⁸⁴³ Cf. O caminho do filho (anexo 18), p. 4.

⁸⁴⁴ Cf. Ibidem, p. 6-8.

⁸⁴⁵ Cf. Ibidem, p. 12-13.

O que é preciso para a construção do Reino de Deus?

Assim sendo, o filho do Reino passará à acção que é a construção do Reino de Deus. Para esta missão, é exigido do filho do Reino um conjunto de acções⁸⁴⁶:

a) A exigência da conversão

Não há uma vida de “estar com Jesus” que não leve à mudança. Não se pode dizer “caminhar com Jesus” e continuar na mesma condição de vida. O filho do Reino deve ter a capacidade de descobrir que existe uma grande diferença entre o estar no grupo dos filhos do Reino e ser, verdadeiramente, filho do Reino. Pois alguém pode estar no movimento e não ser filho do Reino por não viver como filho do Reino.

b) O empenho na justiça e na paz

O encontro com Jesus impele para um empenho na luta pela justiça e pela paz, uma atitude que exige o abandono da justiça farisaica onde a vida só vale pela lei vivida exteriormente com o espírito do exibicionismo para outros verem. Lutar pela justiça e pela paz deve ser a primeira prioridade do filho do Reino.

c) Presença de perdão e de reconciliação

O filho do Reino não pode ficar indiferente às situações de contendas vividas pelos irmãos, amigos ou vizinhos, olhando passivamente ou instigando o ódio ou a vingança. Por isso, deve ser o primeiro a ser modelo de perdão e reconciliação, uma presença que não pode ser aquela de fomentar contendas, desavenças entre irmãos. Para ser presença reconciliadora, o filho do Reino deve ser o primeiro a dar o exemplo de perdão, perdando.

d) Ser humilde e saber morrer nos projectos pessoais

A humildade não é sinónimo de cobardia e de ter de aceitar tudo; é a capacidade de morrer para os projectos pessoais e dar prioridade aos projectos dos outros. Isto exige do filho do Reino uma nova maneira de pensar e de agir perante o espírito de ganância, do poder, de prepotência, apresentados hoje como sinais de glória e de felicidade.

e) A vivência das bem-aventuranças

As bem-aventuranças são o resumo da lei do Reino. Por isso, o filho do Reino deve esforçar-se por viver essas propostas de vida de santidade.

f) Servir e partilhar sem discriminação

⁸⁴⁶ Cf. Ibidem, p. 23-26.

É verdade que hoje, em muitos lugares do nosso mundo (hospitais, repartições públicas...), para atender alguém olha-se primeiramente para a cor, o sexo, a raça, a língua, a religião ou o *status* social. A realidade do Reino ou o compromisso com o Reino de Deus exige dos filhos do Reino um serviço e uma partilha sem discriminação.

4.5.2. O banquete dos irmãos

O banquete é a reunião mensal ou bimensal dos filhos onde partilham a Palavra de Deus, recebem Jesus sacramentado na Eucaristia e convivem como irmãos, pois “o estar à mesa com alguém é algo mais do que o simples consumir os alimentos. É também partilhar a vida. Os que não podiam estar juntos para o banquete agora podem estar juntos para uma refeição (Lc 14,15). O banquete destrói as barreiras”⁸⁴⁷. Daí o banquete representar para a filha ou filho do Reino, não somente o comer juntos, mas, sobretudo, a partilha da vida com o irmão. Neste sentido, o banquete é “um dos momentos privilegiados para a filha ou filho do Reino estar próximo do irmão mais esquecido ou afastado na sua vida”⁸⁴⁸.

Estrutura do banquete

A celebração do banquete tem 3 partes:

- Iª parte: Oração (ou canto apropriado); Leitura bíblica; Salmo 50
- IIª parte: Eucaristia (homilia e o realçar o significado do ósculo da paz)
- IIIª parte: Confraternização vivida no espírito de partilha em que cada membro traz algo para comer e tudo deve ser colocado numa mesa e partilhado. Ninguém pode comer às escondidas, revelando deste modo o espírito de egoísmo.

4.5.3. Escalações

Os “Filhos do Reino” estão agrupados em três escalões⁸⁴⁹: Crianças (*unona*); Jovens (juniores); Adultos (seniores). Cada escalão tem um coordenador paroquial.

⁸⁴⁷ Ibidem, p. 50.

⁸⁴⁸ Ibidem, p. 50-51.

⁸⁴⁹ Cf. Ilándulu (Algumas linhas de orientação para os formadores, servos e responsáveis dos Filhos do Reino/ anexo 19), p. 7.

4.5.4. Órgãos sociais⁸⁵⁰

Conselho diocesano é o órgão máximo do movimento, formado por servo diocesano ou responsável diocesano, servo diocesano adjunto, servos paroquiais, coordenadores dos escalões nas paróquias, dois formadores de cada paróquia, um representante de cada secretariado paroquial, um representante de cada conselho de disciplina e fiscalização paroquial, três membros do Conselho consultivo, uma religiosa, o assistente diocesano. O conselho diocesano decide as linhas de orientação para toda a associação a nível da diocese. É eleito para três anos de mandato.

A **direcção paroquial** é o órgão dirigente ao nível da paróquia ou quase-paróquia onde o movimento está presente e é composta por servo paroquial ou responsável paroquial, secretário-geral (servo adjunto), os coordenadores dos escalões da paróquia, secretário para a liturgia e espiritualidade, secretário para a Planificação e Finanças, secretário para as Relações Públicas e Informação, secretário para a saúde, secretário para o Desporto e Recreação, dois formadores nomeados pelo Conselho de Pastoral, dois filhos do Conselho de Disciplina e Fiscalização, assistente eclesiástico paroquial, três membros consultivos. A direcção paroquial faz os seus encontros trimestralmente para a avaliação e a programação da vida paroquial.

4.5.5. Formação e actividades⁸⁵¹

Os jovens têm semanalmente um dia de formação e um outro para oração. As crianças só têm um encontro semanal. A celebração mensal de uma missa é recomendada para todo o grupo, a nível da paróquia, e neste dia todos os Filhos do Reino devem ir de uniforme ou simplesmente com o lenço, dependendo das orientações do Servo paroquial ou diocesano. Esta celebração pode ser com a comunidade paroquial ou num lugar à parte somente com os Filhos do Reino. Aos responsáveis é exigido o incentivo a actos de piedade (como novenas, devoções à Virgem Maria, aos santos).

O mês de Setembro é mês da família dos Filhos do Reino e tem uma programação especial (jogos, visitas, limpezas, retiros, novenas...) que começa em Julho. Trimestralmente é aconselhado um encontro entre duas ou mais paróquias. Duas vezes por ano, os jovens têm uma formação intensiva de cinco dias seguidos. Durante

⁸⁵⁰ Cf. Ibidem, p. 8-15.

⁸⁵¹ Cf. Ibidem, p. 16-20.

este tempo de férias é realizado um acampamento de uma semana ou de 15 dias. O acampamento serve para a consolidação da formação da personalidade e do conhecimento mútuo e para a coesão do grupo, a ocupação do tempo livre dos jovens, a mudança de ambiente e a aquisição de novos conhecimentos.

No Advento e na Quaresma são programados retiros e, nesses tempos fortes da liturgia, também é celebrado o sacramento da reconciliação. Quanto às actividades caritativas e recreativas, são feitas visitas domiciliárias (casas dos membros do grupo, familiares, amigos, benfeitores), visitas nos hospitais e nas cadeias, campanhas de limpeza na paróquia, cemitérios, ruas da cidade ou do bairro, visitas aos lugares importantes da diocese, passeios. Uma particularidade a ser sublinhada deste movimento é a sua proposta da programação de encontros com outros grupos da paróquia ou da diocese.

4.6. *Lusalusu lu Zezu* (Samaritanos)

Segundo o seu fundador, Padre Jorge Casimiro Congo,

“o actual Movimento de apostolado Samaritanos nasceu dos Antigos Jovens. Vendo que a designação representava pouco e no seu seio estavam, sobretudo, senhoras mães, decidimos, em 1996, evoluir para um grupo de oração, cujo lema fosse ser solidário como o bom samaritano. Problemas houve que fizeram com que o projecto não tivesse o enraizamento pretendido. No entanto, em 1998 deu-se um outro impulso. Tentou-se, desta vez, dar-se um corpo mais sólido e foram consolidados os elementos essenciais da espiritualidade”⁸⁵².

Eis o carisma do *lusálsusu lu zezu* (samaritanos): “Antes de tudo revelar aos homens a face humana de Deus. Que os homens sintam na sua vida um Deus que se sinta com eles no banco da cozinha, que caminha com eles na confusão da praça, que está ao seu lado em todos os conflitos do lar, da família e do mundo do trabalho”⁸⁵³.

4.6.1. A dinâmica da espiritualidade samaritana

A espiritualidade dos samaritanos fundamenta-se em dois textos: Lc 10,25-37 (a etapa de encontro e de purificação) e Jo 4,1-42 (a etapa de exercício). A sua dinâmica parte do texto de João (4,1-42) para o de Lucas (10,25-37), isto é, pretende chamar a atenção para a dificuldade de qualquer pessoa “vencer-se” para “aproximar-se”, pois

⁸⁵² Ibidem, p. 20 (Nótula histórica/anexo 20).

⁸⁵³ O Livro do reconciliador/ Linhas gerais da espiritualidade samaritana (anexo 20), p. 2.

“humanamente, deve ser do mais duro e difícil, sobretudo, quando no meio existe qualquer coisa que endurece a vontade de ‘encontro’. Por isso, só um grande jejum interior, orientado pelo Mestre pode elevar a quebrar o que, eventualmente, separa pessoas (...)”⁸⁵⁴. Neste sentido, é importante que qualquer samaritano tenha em conta que a sua missão de aproximar-se para salvar deve ser um compromisso diário. Isto significa uma luta constante e permanente contra tudo que possa impedir ser ponte e momento de encontro.

O espírito samaritano é orientado pelas tentações de Jesus que dirigem a sua maneira de ser e de estar no mundo, na sociedade e na Igreja de Deus⁸⁵⁵. Elas pretendem sobretudo revelar a qualquer samaritano o que pode destruir a sua vocação de homem e mulher disponíveis a entregar-se ao homem, seu irmão. Por isso, o samaritano deve ser⁸⁵⁶:

a) O homem do jejum

Ninguém pode abrir-se para ajudar se não tem controlo sobre a sua sede de possuir. O egoísmo e a ganância matam no homem os sentimentos de ternura e de compaixão, realidade que impele qualquer pessoa a aproximar-se da dor.

b) O homem da simplicidade

Todos aqueles que se entregaram ao serviço dos outros tiveram como primeira disposição interior uma profunda simplicidade que os fez reconhecer as suas limitações humanas e deixar-se modelar pela força de Deus. Por isso, a simplicidade desconcerta os orgulhosos, os prepotentes, e abre as portas a todos para um encontro

c) O homem do desprendimento

Os males do mundo actual não derivam do “ter”, mas na maneira como se tem e como se usa. O homem de Deus, na pobreza, é o santuário onde cresce toda a entrega ao Senhor. Só um coração verdadeiramente pobre pode abrir-se inteiramente para Deus. Desta forma, o samaritano é chamado a ser uma pessoa do jejum, de simplicidade, de desprendimento, para poder servir os irmãos como Jesus servia.

A construção do homem samaritano é feita com base em dois textos:

Primeiro: Lc 10, 29-31: Bom samaritano

⁸⁵⁴ Ibidem, p. 3.

⁸⁵⁵ Cf. Ibidem, p. 6.

⁸⁵⁶ Cf. Ibidem, p. 7-8.

Para ser bom samaritano, como pediu Jesus: “Vai e faz o mesmo” (Lc 10,37), é preciso obedecer às seguintes atitudes⁸⁵⁷:

a) O movimento do coração

De facto, “o coração nunca deixa de falar e de advertir onde o amor é chamado a intervir ou em crise. O olho vê e o apelo chega, mas o coração pode ser traído pelo pé que passa”⁸⁵⁸. E o “passar” pode ter muitos nomes: indiferença, coração duro, insensibilidade, interesse próprio, etc. Tudo isto pode fazer com que o mal alheio não chegue ao coração.

Para tal, há atitudes a tomar para que a dor movimente os sentimentos:

1. Aproximar-se (chegou ao pé dele; Lc 10,37): Esta é a primeira atitude para escutar os gemidos dos outros. Pode haver muitas razões para não nos aproximarmos: pressa por razões muitas vezes inúteis, interesses pessoais em jogo, ódios escondidos, divisões familiares, tribalismo, racismo, incompatibilidade relacional, insegurança, etc. Mas, nada justifica a não aproximação para uma necessidade de alguém em perigo a necessitar de ajuda ou de socorro.

2. Ter compaixão (encheu-se de compaixão; Lc 10,33): O sentimento de ter compaixão não significa ter pena mas sim padecer (sofrer) junto (*com-passio*). Deste sentimento nasce a solidariedade com quem sofre e o dever de fazer algo para aliviar a dor do outro.

b) O movimento das mãos

De facto, “o Samaritano mostra que é um homem que teve compaixão e que se aproximou. Por isso, as mãos libertam-se para “ajudar”: ligou as feridas, colocou-o na sua própria montada e levou-o para uma estalagem e cuidou dele (Lc 10,34). Numa palavra: aproximou-se, tocou e curou”⁸⁵⁹.

Segundo: Jo 4, 1-42: A dinâmica do encontro

O samaritano é homem da aproximação. A aproximação tem como finalidade o encontro. E o poço de Jacob é “o lugar de referência da espiritualidade samaritana”⁸⁶⁰. Cada samaritano deve prepará-lo de uma maneira muito profunda, tendo em conta a sua

⁸⁵⁷ Cf. Ibidem, p. 10-11.

⁸⁵⁸ Ibidem, p. 10.

⁸⁵⁹ Ibidem, p. 11.

⁸⁶⁰ Ibidem, p. 13.

vida pessoal, a do movimento e a da própria comunidade. Neste sentido, “o poço de Jacob é o lugar da revelação de cada um ao outro, da purificação dos sentimentos e ponto de partida para mais uma experiência pessoal e comunitária com Jesus”⁸⁶¹.

Os lugares com água, sobretudo em terras onde ela é rara, são normalmente espaços de encontro, mas também de conflito e de reconciliação. Por isso, “é importante que a participação ao *Isima chi Yakob* (poço de Jacob) obedeça ao critério do crescimento da espiritualidade e da vida do movimento. Neste sentido, seria oportuno que os recém-entrados não participem nele assim como os adolescentes e crianças”⁸⁶².

Portanto, como no *Isima chi Yakob* se joga toda a vida do movimento, é “deveras importante que os irmãos mantenham o máximo de discrição. Que os irmãos se eduquem a manter em segredo tudo o que se tratar durante o Poço de Jacob”⁸⁶³.

É esta a estrutura do Poço de Jacob: Eucaristia; O encontro fraterno; O abraço de reconciliação; Compromisso comunitário e pessoal; A reza do salmo 69(68).

O “grande Poço” de Jacob: é a reunião trienal dos samaritanos e nela são discutidas a vida da espiritualidade do movimento e a eleição dos responsáveis.

4.6.2. Escalões

O Novo Movimento de Apostolado “Samaritanos” tem dois graus ou escalões:

- *Biliata*: é a etapa do encontro com a espiritualidade. Aqui se pretende acima de tudo que o membro tenha a capacidade de, paulatinamente, ir integrando na sua vida as exigências da vida samaritana. É importante que aprenda a parar e a escutar-se e a escutar os outros.

- *Babelama*: é a etapa de amadurecimento. Aqui exige-se ao membro que saiba parar, escutar, aproximar-se e ajudar.

4.6.3. Esquema de um encontro dos samaritanos

Os encontros dos samaritanos decorrem deste modo: 1. Canto de entrada; 2. Ritos iniciais (em nome...); 3. Acto penitencial; 4. Invocação do Espírito Santo; 5. Leitura Bíblica; 6. Pregação e partilha; 7. Oração dos fiéis; 8. Testemunho da

⁸⁶¹ Ibidem, p. 13.

⁸⁶² Ibidem, p. 14.

⁸⁶³ Ibidem, p. 14.

aproximação; 9. *Makaba* (colecta); 10. Apresentação dos novos membros; 11. Avisos; 12. Oração final (se estiver o director espiritual dá a bênção final).

4.6.4. Órgãos sociais

O movimento tem como órgãos sociais:

1º *Banduênji*: é formado pelo *Mvési* diocesano, pelos *Mvési* regionais do lar e por quatro irmãos escolhidos. Estes têm a missão de ajudar o trabalho do *Mvési* diocesano. A eles também compete resolver questões que exigem mediação.

2º Comissão diocesana: é formada por todos os responsáveis regionais, o Secretário diocesano e o Tesoureiro diocesano. Compete-lhes organizar, estudar e decidir as situações que exigem consenso. Reunem-se trimestralmente.

3º Os *Bamónisi*: são os formadores do movimento.

E tem como responsáveis:

1º *Mvési* diocesano: é o responsável de todos os samaritanos. É eleito durante o Grande *Isíma chi Yakob*.

2º *Mvési* regional: é responsável por uma determinada região.

3º *Mvési* do lar: é responsável por um subgrupo.

4º Secretário diocesano: é responsável pela vida administrativa do Movimento.

Será eleito. Em cada região e lar deve haver um secretário.

5º Tesoureiro: é responsável pela vida económica e financeira do Movimento. É eleito. Em cada divisão do movimento deve haver um tesoureiro.

6º O animador espiritual: é um sacerdote, sem função de mando, apenas de acompanhamento e animação espiritual.

7º *M'sûnji* (*m'sûnji*): é um responsável que não *babelama*. Todos esses cargos são eleitos democraticamente e nenhum responsável pode estar mais de seis anos no mesmo cargo. Para esses cargos é necessário o estatuto de *Babelema*.

4.6.5. Os serviços ou actividades

Existem dentro deste movimento alguns serviços ou actividades particulares confiados a alguns membros com uma certa maturidade para a dinamização da vida do movimento e o acompanhamento do crescimento espiritual e humano dos seus membros:

a) **O serviço de discernimento:** para acompanhar a vida espiritual e humana dos samaritanos.

b) **O serviço de louvor:** para organizar, dinamizar e velar pela vida litúrgica de oração.

c) **O serviço *luvêsi*:** para velar pela caridade no seio dos samaritanos, quer no seu interior, quer em relação aos irmãos. Também se ocupará dos óbitos, sobretudo dos membros.

Sendo um grande processo de conversão, a caminhada samaritana terá o dia da conversão de São Paulo, 25 de Janeiro, como dia da sua festa, a ser celebrado com muita profundidade e alegria espiritual. Por isso, São Paulo é “o Patrono” do Movimento.

Este rápido olhar deu-nos uma visão geral da realidade do funcionamento e da organização dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda onde é fácil identificar as suas diferenças e os seus pontos de convergência. As diferenças identificam melhor a especificidade ou a particularidade de cada um e exigem mais um estudo específico de cada um. Isso não é o objectivo do nosso estudo. A nós interessa-nos saber o que eles têm em comum.

4.7. Pontos de convergência

Podemos desde já afirmar que todos esses movimentos, aqui apresentados, coincidem nos objectivos gerais que são a vivência da espiritualidade proposta pelos seus fundadores e a vivência em comunidade com espírito de entreajuda. O que distingue um movimento do outro é a forma de realizar ou alcançar esses objectivos gerais. Daí justifica-se a diferença de metodologia e de espiritualidade.

Todavia, todos esses Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda apresentam as seguintes características:

- São realidades eclesiais novas, totalmente laicais;
- De origem carismática, pois pertencem à vida e dinamismo da Igreja, não à sua estrutura ou dimensão institucional. Surgem inesperadamente conforme a liberdade e a imprevisibilidade do Espírito Santo;

- Nasceram em torno de um fundador, de forte personalidade carismática, que exerce uma forte atração;

- Têm uma espiritualidade e metodologias próprias;

- Vivem em comunhão com a Hierarquia, de modo especial com o Bispo.

Essas características correspondem bem aos critérios exigidos para serem identificados como novos movimentos eclesiais⁸⁶⁴. Apesar das suas diversidades, eles têm alguns elementos de convergência que facilitam a tentativa da sua definição, da sua fácil percepção e compreensão como fenómeno da e na Igreja⁸⁶⁵.

4.7.1. A preponderância da figura do fundador

A iniciativa de fundar um novo movimento de apostolado parte de alguém (leigo ou sacerdote, homem ou mulher), como sublinhado pelo então Card. Ratzinger: “os movimentos nascem normalmente a partir de uma personalidade carismática guia, configuram-se em comunidades concretas que, em força de sua origem, conduzem ao Evangelho na sua inteireza e, sem hesitar, reconhecem na Igreja a razão de sua vida, sem a qual não poderiam existir”⁸⁶⁶. Esta personalidade carismática apresenta a sua iniciativa como uma resposta a uma necessidade ou realidade pastoral vivida na comunidade, como se pode verificar nos registos de alguns fundadores apresentados neste quadro:

Quadro 22: Motivações para a fundação

Denominação das motivações para fundar	Registos das razões para fundar
Revelação ou visão (motivação misterioso)	- Nunca tive imaginação de fundar um grupo, nunca pensei na minha vida fundar um grupo... Não foi até bem uma fundação e digo sempre isso às pessoas... Uma vez ouvi uma voz que me dizia para estender a mão e eu estendi a mão sobre as pessoas e elas recuperavam. Isto foi constantemente...Até um dia do nada disse a essas pessoas (amigas) para

⁸⁶⁴ Cf. CH 29. Foram essas características que nos levaram a considera-los como novos movimentos eclesiais (cf. Cap. I da II parte deste estudo).

⁸⁶⁵ Também foi a ideia sustentada pelo Sínodo sobre os leigos e Ratzinger, que tendo em conta a novidade dinâmica da realidade dos Novos Movimentos eclesiais e a sua diversidade, afirmou que toda tentativa de encontrar uma definição clássica ou genérica seria insatisfatória e a solução era encontrar elementos de convergência (cf. Capítulo 1/ 1.3.Critérios ...).

⁸⁶⁶ Art. Cit., p. 47.

	irmos rezar na minha casa, depois da costura, e isso foi no dia 19 de Janeiro de 1986 (...). Foi assim que nasceu esta espiritualidade (E3/Fundadora da Nossa Senhora das Dores/ anexo 6).
Necessidade pastoral	<p>- Pensei em começar com esta experiência de caminhada espiritual por causa precisamente da educação dos mais novos, que era preciso olhar para a formação humana, a formação intelectual e a formação cristã dos jovens e das crianças mas apoiados pelos mais velhos. Dali partimos e como se tratava dum grupo da Igreja tinha que se ter uma espiritualidade própria da Igreja. Partimos precisamente do nome “Filhos do Reino”, baseando-nos em Lc 7,22 que é o capítulo central da nossa espiritualidade (E3/ Fundador dos Filhos do Reino/ anexo 5).</p> <p>- O Movimento eclesial Masuela Ma Kristu nasceu de uma situação histórica e social bem determinada. A povoação de Fortaleza vive no meio de militares. Isto fomenta uma situação permanente de instabilidade. Uma delas ocorreu aos 6 de Fevereiro de 1998. Casas foram queimadas, populares espancados, torturados e muitos têm, até hoje, as marcas das baionetas e de balas (...) É nesta situação onde nasce o Movimento Masuela que tinha como intenção inicial a protecção das jovens, dar-lhes o sentido do futuro. Neste sentido, era importante infundir nelas um grande espírito de ajuda mútua. Aqui a necessidade de formar homens capazes de se esquecerem e de doarem-se. Numa palavra: que CONSOLEM (Fundador de Masuela/Anexo 13).</p> <p>- Assumi a pastoral juvenil da Paróquia da Imaculada Conceição e a coordenar, de 1992 a 1994, a Pastoral Juvenil da Diocese de Cabinda. A partir dessa Juventude, criei o núcleo da futura Associação dos Peregrinos de Cristo, para congregar jovens de diferentes Movimentos de Apostolado, cuja explicação se descreve no ponto a seguir, pois a intenção era criar uma Associação e não um Movimento de Apostolado (E/4Fundador dos Peregrinos/anexo 7)</p>

Confirma-se, nesses registos dos fundadores dos Novos Movimentos de Apostolado, a verdadeira razão na base da fundação pode ser explicada desta maneira: dum lado, uma razão motivada pela inspiração divina (numa visão perante uma necessidade de rezar pelos doentes, uma força misteriosa impele a fundar) e doutro lado, uma necessidade pastoral na base duma observação directa dos factos da vivência da fé na paróquia ou na comunidade. Deste modo, quer num caso quer noutro, o novo movimento aparece como uma “resposta” a uma necessidade pastoral, pois não surge por surgir ao gosto do seu fundador mas como resposta a um desafio pastoral concreto, verdadeira razão da sua diversidade.

Daí sobressai a figura carismática do fundador, homem ou mulher, sacerdote ou leigo, uma referência imprescindível com forte autoridade sobre os seus seguidores.

Este poder colide, muitas vezes, com o dos responsáveis das paróquias e quase-paróquias. Por isso, a influência da figura do fundador não pode ser subestimada mas, pelo contrário, considerada e aproveitada para uma melhor integração dos seus membros nas estruturas das comunidades cristãs. Toda a tentativa de ignorar ou abafar a preponderância da figura carismática do fundador resultará sempre em conflitos e desentendimentos, como foi sublinhado no quadro da apreciação negativa do empreendimento apostólico dos Novos Movimentos de Apostolado, feita pelos responsáveis das paróquias e quase-paróquias. Deste modo, urge a necessidade de valorização da figura do fundador num espírito de diálogo permanente, como factor facilitador de superação de conflitos de poderes vividos nas paróquias e nas comunidades.

4.7.2. Escolas da fé

Os Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda aparecem como “escolas da fé”, isto é, “lugares onde se ensina e se aprende a ser cristão”. Esta pode ser considerada uma marca importante, uma preocupação de cada novo movimento de apostolado. O ensinar e aprender justificam a dinâmica da espiritualidade escolhida e implementada com uma pedagogia própria de cada novo movimento, manifesto claro da preocupação de indicar o caminho do encontro pessoal com Cristo, tornando-se, deste modo, um lugar apropriado de formação para ser e viver como baptizado.

Deste feito, eles enquadram-se na perspectiva de Bento XVI de ser “lugares onde se aprendem a beleza de ser cristão e alegria de comunicá-la”⁸⁶⁷, “verdadeiras escolas onde se aprende a liberdade verdadeira dos filhos de Deus”⁸⁶⁸. Eles procuram assim apresentar uma dinâmica que facilita o verdadeiro conhecimento de Cristo como “verdade, caminho e vida” para um verdadeiro encontro que transforma as vidas. Para tal, cada um desses novos movimentos propõe um modelo pedagógico, de aprendizagem de ser cristão, chamado, comumente, a espiritualidade do movimento.

⁸⁶⁷ “Homilia na missa solene do início do seu ministério petrino”, cit.

⁸⁶⁸ “Homilia na vigília de Pentecostes”, Praça São Pedro, 3 de Junho 2006”, cit.

4.7.3. A tónica da eclesialidade

Segundo o Cardeal Rylko, “em nossos dias, uma das questões fundamentais a serem consideradas quando se fala em agregações laicais é a de sua identidade eclesial. Mas, os termos ‘católico’ ou ‘eclesial’ não devem, de facto, ser reduzidos a uma função decorativa. Estes indicam a natureza mais profunda de uma agregação e supõem um programa claro de vida e de acção que deve ser compatível com esta natureza”⁸⁶⁹. É a autoridade eclesial que tem o direito e a obrigação de velar por esta conformidade. Por isso, a obediência à hierarquia é um dos critérios recomendados para a legitimidade de qualquer forma de agregação como católica ou eclesial, uma obediência que passa pelo testemunho de uma comunhão sólida e convicta com o Papa, com o Bispo “princípio visível e fundamento da unidade” da Igreja particular, e os seus colaboradores nas paróquias ou nas comunidades cristãs⁸⁷⁰.

Esta comunhão com o Papa e com o Bispo deve concretizar-se na disponibilidade leal em aceitar os seus ensinamentos doutrinários e orientações pastorais. Este princípio está bem sublinhado e patente nos estatutos de todos os novos movimentos apresentados neste estudo como podemos ler no quadro:

Quadro 23: Princípio de obediência à autoridade eclesiástica

Denominação	Princípio de obediência à autoridade eclesial
Peregrinos de Cristo	De acordo com o seu estatuto, é constituída a Associação dos Peregrinos de Cristo de Cabinda, abreviadamente “APC” (art.º 1) e os seus membros são cristãos da Igreja que devem obediência doutrinária e carismática ao Bispo da diocese da área de implementação (art.º 2§1.2/ anexo 12).
Masuela	Faz parte da maneira de estar dos Masuela o depender fundamentalmente do pároco para melhor integração e vivência eclesiais. Terão os responsáveis de Masuela o cuidado de jamais organizar programas à margem daqueles da paróquia (cf. Anexo 13).
Filhos do Reino	O filho ou a filha deve ser fiel ao seu Bispo, Pastor da Igreja a que pertence; deve procurar amar a Igreja; conhecê-la cada vez mais, protegê-la e servi-la para que possa crescer (cf. Anexo 18). A direcção paroquial deverá apresentar sempre o seu programa ao Pároco do lugar antes de metê-lo em acção; o Servo paroquial trabalha com os membros da direcção paroquial, com o Pároco e com os outros membros da paróquia; o programa do

⁸⁶⁹ Rylko, S., “Le concile Vatican II, pierre milliaire sur le chemin du laïcat catholique”. In: Pontificium Consilium pro Laicis. Le Congrès du laïcat catholique, Libreria Editrice vaticana, Vatican, 2002, p. 138.

⁸⁷⁰ Cf. CL 30.

	Coordenador paroquial deve ser apresentado sempre ao Coordenador Diocesano do seu escalão, ao Servo Paroquial, ao Pároco e ao Servo Diocesano; Nas suas actividades, deverá ter sempre em consideração o programa da paróquia e da diocese onde estiverem os filhos (Anexo 17).
Nossa Senhora das Dores	Sendo movimento da Igreja, reconhecido pelo seu estatuto, os seus membros devem sentir-se em comunhão com os baptizados, com a cabeça visível da Igreja, na diocese, o Bispo e os seus sacerdotes. Neste sentido, o novo movimento de apostolado “Nossa Senhora das Dores”, no cumprimento das suas actividades missionárias, submete-se à autoridade do Bispo, a quem todos os membros devem respeito e obediência e devem também obediência ao Pároco da área de jurisdição (anexo 15).
Samaritanos	
Lutambi	

Não foi encontrado, de modo explícito, o princípio claro e patente de obediência nas linhas orientadoras dos Novos Movimentos de Apostolado *Lutambi* e Samaritanos, mas por terem o mesmo fundador que o *Masuela*, pensamos que o princípio de obediência seja o mesmo. Deste modo, não há problemas em considerar todos esses Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda, aqui apresentados, como “Movimentos Eclesiais”. Porém, a obediência à autoridade eclesiástica exige, além disso, que se reconheça a legítima pluralidade das formas agregativas dos fiéis leigos na Igreja e, simultaneamente, a disponibilidade para a sua recíproca colaboração⁸⁷¹. Por isso, a comunhão eclesial exige a reciprocidade, isto é, por um lado, o reconhecimento da autoridade eclesiástica por parte dos movimentos e, por outro lado, o reconhecimento da pluralidade dos novos movimentos por parte da autoridade eclesiástica.

Este aspecto pode melhor explicar a razão de problemas vividos nas paróquias e quase-paróquias a respeito da inserção dos Novos Movimentos de Apostolado. O princípio de reciprocidade da eclesialidade apresenta-se como a melhor solução desta forma de conflitos, isto é, os novos movimentos a respeitar a autoridade eclesiástica e esta última a respeitar também a particularidade ou especificidade de cada novo movimento, pois a Paróquia não pode ser considerada como uma estrutura de uniformidade mas, pelo contrário, de unidade na diversidade e pluralidade para ser, de facto, uma “comunidade de comunidades”.

⁸⁷¹ Cf. CL 30.

4.7.4. Uma nova auto-consciência eclesial

Para Trentin, “o que caracteriza os movimentos eclesiais hoje não é tanto a sua proliferação mais ou menos espontânea e inesperada, mas sim a sua consciência eclesial, a sua forma de viver e de comunicar a fé na história, sem renunciar a ser profecia, sinal de contradição, novidade”⁸⁷². Nota-se que os Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda demonstram ter uma notável capacidade de despertar a consciência eclesial nos fiéis cristãos, mesmo naqueles que se afastaram há muitos anos da Igreja. Esta consciência de fazer parte da Igreja, mais ainda, de ser também construtores da sua história, faz com que os seus membros sintam os problemas eclesiais como próprios, envolvendo-se em primeira pessoa e empenhando-se nos variáveis projectos da promoção da presença da Igreja no mundo.

O Card. Danneels já o tinha sublinhado: “É um facto que a maior parte das ‘conversões’ dos nossos dias regista-se nestes movimentos, enquanto as nossas estruturas clássicas parecem relegadas ao papel de entretenimento e de serviço”⁸⁷³. Podemos dizer o mesmo para esses Novos Movimentos de Apostolado: a maior parte das conversões em Cabinda é obra sua. Cabinda, como o resto de Angola, viveu longos anos de comunismo, que deixou marcas em muitos homens e mulheres que se afastaram da Igreja até ao ponto de renegar a sua fé em troca dos lugares do destaque no aparelho do estado comunista instaurado depois da independência de Angola em 1975, tornando-se mesmo inimigos da Igreja. Mas foram em muitos dos casos os Novos Movimentos de Apostolado que conseguiram recuperar esses homens e mulheres, hoje empenhados e comprometidos na Igreja, o que é comprovado pelo aumento da celebração do sacramento de matrimónio (que estava a passar por um certo declínio). Não seria exagerado afirmar que a maioria dos matrimónios, celebrados nos últimos anos na diocese de Cabinda, veio desses novos movimentos⁸⁷⁴.

⁸⁷² Trentin, G. “Movimenti ecclesiali tra fede e storia”. In: *Credere Oggi*, 5 (1983), n.17, p. 46 (nossa tradução).

⁸⁷³ Citado por Borges Neto, art. cit., p. 577.

⁸⁷⁴ Não fizemos o levantamento exaustivo mas os factos falam por si. Por exemplo, a celebração dum casamento dum membro dum novo movimento é animada pelo seu movimento e assim basta contabilizar os casamentos animados pelos movimentos para ter a noção das estatísticas quando os responsáveis afirmam que a maioria dos seus casamentos é animada pelos novos movimentos.

4.7.5. Alegria de pertença

A prova visível desta tomada de consciência eclesial é a alegria de pertença que aparece no rosto dos membros desses novos movimentos. O símbolo desta alegria de pertença é o lenço⁸⁷⁵, o indicador de identificação de cada um novo movimento de apostolado. Parece que quase todos os novos movimentos de apostolado têm o lenço. A sua importância justifica a instauração do rito da sua recepção celebrado numa maneira solene dentro da celebração eucarística. Cada membro novo tem um tempo de formação e adaptação à espiritualidade do movimento. A sua aprovação passa pela admissão celebrada numa eucaristia solene com o rito próprio da recepção do lenço consoante o movimento.

Deste modo, a recepção do lenço constitui um passo importante e um momento de orgulho de pertença, um momento de grande festa para o movimento e para os novos membros. Assim, em todos os domingos ou em grandes momentos de celebração na comunidade, na paróquia ou na diocese, os membros têm obrigação de pôr o lenço e pela cor já se identifica o membro com o seu movimento. Por isso, o lenço tornou-se o verdadeiro símbolo da alegria de pertença e orgulho do movimento e dos seus membros.

4.7.6. Grau de pertença

Nota-se nos movimentos clássicos a distinção entre movimentos de adultos, de crianças, adolescentes e jovens. Mas a novidade trazida pelos novos movimentos é que neles se encontram escalões ou graus de pertença, isto é, o mesmo movimento tem no seu seio crianças, adolescentes, jovens e adultos. Os escalões ou graus de pertença são uma das características essenciais dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda, correspondendo deste modo a um dos aspectos da eclesialidade: “são ‘eclesiais’, porque podem pertencer a estas – e, de facto, pertencem – todas as ordens de leigos na Igreja, homens e mulheres, crianças e adultos, pessoas de todas as classes sociais, em espírito de comunhão, que no Movimento ‘realizam a Igreja’ na variedade dos seus componentes”⁸⁷⁶.

⁸⁷⁵ Sinal distintivo do “Novo Movimento de Apostolado”, usado para cobrir a cabeça para as mulheres e enrolado no pescoço para os homens.

⁸⁷⁶ Trentin, art. cit., p. 49.

Assim, uma criança tem catequese na paróquia ou na comunidade mas tem o movimento onde é alimentada pela sua espiritualidade e na medida que vai crescendo vai passando de escalões ou de grau. E daqui a alguns anos teremos cristãos que nasceram, cresceram, casaram e morreram dentro da espiritualidade dum movimento. É um facto vantajoso para uma família pertencer ao mesmo movimento e ser alimentada para o seu crescimento cristão pela espiritualidade deste movimento. Era notório que, depois da preparação e recepção dos sacramentos, as crianças e os adolescentes entravam no anonimato e a sua vivência de fé reduzia-se às missas dominicais. Mas hoje, com a dinâmica introduzida pelos Novos Movimentos de Apostolado, as crianças e adolescentes cultivam a consciência de ser cristão no empenhamento em algumas actividades de ordem pastoral ou caritativa. Esta consciência vai crescendo a cada escalão.

4.7.7. Grande espírito de solidariedade

A solidariedade é a grande bandeira dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda. Todos eles têm uma grande preocupação na entreajuda. Os problemas, as dificuldades são sentidos e partilhados por todos. Desta forma, justificam-se as visitas frequentes aos doentes, membros ou não do movimento, no hospital ou em casa, aos velhos abandonados ou pessoas com uma ou outra dificuldade, aos presos nas cadeias; justificam-se as orações pelos e com os doentes, pelos e com presos, pelos e com os velhos; justifica-se a preocupação de limpar a Igreja ou outros lugares de culto e os cemitérios. E nas aldeias, este espírito de entreajuda ainda é mais vivido através de iniciativas concretas, por exemplo, ajudar na lavra do movimento ou da paróquia, de ajudar na lavra ou em casa dum membro doente ou impedido por outro motivo (como é o caso de trabalhar na lavra duma mulher do movimento grávida em estado avançado ou com bebé).

Outro exemplo de entreajuda a sublinhar é a celebração do velório. Antigamente, o velório era considerado como um grande momento de “festa” à custa da família enlutada que era obrigada a oferecer comidas e bebidas. Até há uma expressão vulgar segundo a qual a família que tem um óbito abriu o bar para dar de comer e beber. E as pessoas que iam ao óbito chegavam a levar consigo garrafinhas para trazer a bebida tradicional ou a aguardente. Era quase um direito depois da dormida no velório. Quem

não dava nada era mal falado. E para as famílias com poder de compra era momento de mostrar ou exibir o seu poder económico pela qualidade e quantidade de bebida e comida. Mas hoje é um facto que, graças aos Novos Movimentos de Apostolado, o velório se tornou o momento de oração com pouca preocupação para o comer e beber. Os seus membros passam a noite a cantar e rezar sem interrupção, sem exigir nada, e quando necessário apoiam, até chegam apoiar a família enlutada com bens alimentares. Este espírito de entreajuda atrai muita gente, hoje, para os novos movimentos.

Estes pontos comuns facilitam a compreensão ou a percepção da realidade do fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda, e demonstrando desta maneira a sua correspondência aos critérios fundamentais da sua eclesialidade. Desta forma, são, de facto, “Novos Movimentos Eclesiais” e por isso, reafirmamos a “suposta e provável” resposta à nossa questão de investigação, guia orientadora deste trabalho de investigação: os Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda são “Novos Movimentos Eclesiais” e, por esta razão, é evidente que, pela dinâmica da sua diversificada espiritualidade, são “resposta providencial”, “dons oportunos” que o Espírito Santo ofereceu e continua a oferecer à Igreja particular de Cabinda para responder aos novos desafios da inculturação. Portanto, devem ser valorizados e dinamizados

Podemos concluir esta segunda parte do nosso estudo fazendo nossas as palavras do então Prefeito da Congregação da Doutrina da Fé, Cardeal Ratzinger: “Depois de todas estas reflexões e considerações, em definitiva o que deve permanecer é sobretudo uma sensação de gratidão e a alegria. Gratidão de que é muito evidente que também hoje o Espírito Santo age na Igreja e lhe concede novos dons, graças nos quais ela revive a alegria de sua juventude (cf. Sal 42,4, segundo o texto latino da Vulgata). Gratidão pelas muitas pessoas, novas e velhas, que aderem ao chamamento do Espírito e, sem olhar em redor nem para trás, se lançam com alegria no serviço do Evangelho. Gratidão aos bispos que se abrem aos novos caminhos, que lhes dão um lugar nas suas respectivas igrejas e debatem pacientemente com os seus responsáveis para os ajudar a superar qualquer unilateralidade e os levar a uma verdadeira integração”⁸⁷⁷.

⁸⁷⁷ Art. cit., p. 50.

Olhando para a dimensão da realidade do fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda, somos convidados a ter a mesma atitude para com os seus fundadores, homens e mulheres, leigos e sacerdotes, por terem entendido os sinais dos tempos e terem aceitado ser instrumento da manifestação da presença do Espírito Santo na vida da Igreja de Cabinda, e também para o primeiro Bispo de Cabinda, Dom Paulino Madeca, por ter tolerado e acolhido esses novos movimentos, tratando-os pacientemente e conduzindo-os de forma correcta para a sua integração na diocese. Do mesmo modo, partilhamos a grande alegria por tudo que os Novos Movimentos de Apostolado trazem à vida dos seus membros, às suas famílias, às suas comunidades e à diocese, uma alegria de pertença e de presença activa, confirmada pelos responsáveis das paróquias e quase-paróquias. A prova desta alegria e desta gratidão está manifesta em algumas recomendações da última Assembleia de pastoral da diocese de Cabinda⁸⁷⁸:

a) Os Movimentos Apostólicos, necessários à vida espiritual dos fiéis leigos, são um bem na nossa diocese.

b) Animados e orientados pelos párocos são um precioso instrumento de evangelização e orientação e renovação da vida paroquial.

c) Que se cuide da continuidade da iniciação cristã dos membros dos grupos dos Movimentos apostólicos.

d) Que haja um programa de formação com conteúdos doutrinários de base para ajudar os fiéis a terem maior convicção e desestimular aqueles que se desviem para outras confissões religiosas (seitas).

Estas recomendações exprimem a preocupação da diocese e o seu empenho em aproveitar este dom de Deus à Igreja de Cabinda para responder aos novos desafios da inculturação e, deste modo, enquadram-se nos objectivos deste estudo. Para finalizar, recorreremos de novo às palavras sábias de Ratzinger:

“Para evitar equívocos, deve-se, agora, dizer claramente que, na história, os movimentos apostólicos aparecem sob formas sempre novas; isto necessariamente porque são precisamente a resposta do Espírito às situações mutáveis em que a Igreja se vai encontrando. Portanto, assim como as vocações para o sacerdócio não podem ser produzidas artificialmente, não podem ser estabelecidas administrativamente, ainda menos os movimentos podem ser estabelecidos e promovidos sistematicamente pela autoridade eclesial. Precisam de ser dados como presente, e são dados como presente. Compete-nos tão só estar solícitamente atentos a eles e, graças ao dom do

⁸⁷⁸ Cf. Agenda Pastoral de 2014, p. 56 (anexo 13).

discernimento, acolher tudo o que têm de bom e aprender a superar o que neles houver de menos adequado”⁸⁷⁹.

Será este o objecto da última parte deste estudo, isto é, apresentação de propostas pastorais concretas para corrigir os aspectos negativos e valorizar os positivos para que esses Novos Movimentos de Apostolado sejam, de facto, “dons oportunos” à Igreja particular de Cabinda para enfrentar e responder aos novos desafios da inculturação ou da nova evangelização.

⁸⁷⁹ Art. cit., p. 46.

Terceira parte:

**CONTRIBUTOS PARA A VALORIZAÇÃO E A DINAMIZAÇÃO
DO IMPLUSO MISSIONÁRIO DOS NOVOS MOVIMENTOS DE
APOSTOLADO FUNDADOS EM CABINDA**

Hoje, olhando pela realidade e pela dimensão do fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda, ficou evidente a urgência da sua valorização e a sua dinamização como pediu o Papa Bento XVI:

“A Igreja tem o dever de valorizar estas realidades e, ao mesmo tempo, deve orientá-las com sabedoria pastoral a fim de que, mediante os seus diversificados dons, possam contribuir da melhor maneira possível para a edificação da comunidade, sem jamais entrarem em concorrência umas com as outras construindo cada qual, por assim dizer, a sua própria igreja mas respeitando-se reciprocamente e colaborando em conjunto a favor da única Igreja, da única paróquia em vista de suscitar nos jovens a alegria da fé, o amor pela Igreja e a paixão pelo Reino de Deus. Na minha opinião, este é precisamente o outro aspecto importante: esta comunhão genuína, por um lado entre os diversos movimentos, cujas formas de exclusivismo devem ser eliminadas e, por outro entre as Igrejas locais e estes mesmos movimentos, de tal maneira que as Igrejas locais reconheçam esta particularidade, que para muitos parece estranha, e que a acolham em si como uma riqueza, conscientes de que na Igreja existem numerosos caminhos e que todos juntos formam uma sintonia da fé”⁸⁸⁰.

Corroborando o Santo Padre, pode-se afirmar que a valorização e a dinamização dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda devem ser encaradas pela autoridade eclesiástica de Cabinda (bispo e sacerdote) como um dever e um imperativo prioritário a ser concretizados com “sabedoria pastoral” e também com muita caridade para a sua maturidade eclesial.

A caridade exige paciência e compreensão, como ressalta Bento XVI:

“A caridade é o sinal distintivo do Bom Pastor: ela torna influente e eficaz a prática do ministério que nos foi confiado. Ir ao encontro dos movimentos e das novas comunidades com muito amor leva-nos a conhecer adequadamente a sua realidade, sem impressões superficiais ou juízos redutivos. Ajuda-nos também a compreender que os movimentos eclesiais e as novas comunidades não são um problema ou um risco a mais, que se junta às nossas já pesadas incumbências. Não! São um dom do Senhor, um recurso precioso para enriquecer com os seus carismas toda a comunidade cristã. Por isso não deve faltar um acolhimento confiante que lhes dê espaços e valorize as suas contribuições na vida das Igrejas locais. Dificuldades ou incompreensões sobre questões particulares não autorizam ao fechamento. O ‘muito amor’ inspire prudência e paciência. A nós, Pastores, é pedido que acompanhemos de perto, com solicitude paterna, de modo cordial e sábio, os movimentos e as novas comunidades, para que possam, generosamente, pôr ao serviço da utilidade comum, de modo ordenado e fecundo, os numerosos dons de que são portadores e que aprendemos a conhecer e a apreciar: o impulso missionário, os itinerários eficazes de formação cristã, o testemunho

⁸⁸⁰ Bento XVI, Discurso aos Bispos alemães por ocasião da XX jornada mundial da Juventude, Colónia, 21 de Agosto de 2005.

de fidelidade e de obediência à Igreja, a sensibilidade às necessidades dos pobres, a riqueza de vocações”⁸⁸¹.

Mas, o Papa adverte:

“Quem está chamado a um serviço de discernimento e de guia não pretenda ditar leis sobre os carismas, mas antes se preserve do perigo de os sufocar (cf. 1 Ts 5,19-21), resistindo à tentação de uniformizar o que o Espírito Santo quis multiforme para concorrer para a edificação e para a dilatação do único Corpo de Cristo, que o próprio Espírito torna firme na unidade. Consagrado e assistido pelo Espírito de Deus, em Cristo, Cabeça da Igreja, o Bispo deverá examinar os carismas e prová-los, para reconhecer e valorizar o que é bom, verdadeiro e belo, o que contribui para o incremento da santidade dos indivíduos e das comunidades. Quando forem necessárias intervenções de correcção, sejam também elas expressão de ‘muito amor’”⁸⁸².

De facto, para serem “dons oportunos”, os Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda devem ser, em primeiro lugar, acolhidos para a sua valorização e dinamização. Acolhidos, já são por estarem presentes em todas as paróquias e quase-paróquias, e agora chegou a hora da sua valorização e dinamização, tendo em conta os novos grandes desafios da inculturação que a diocese de Cabinda deve enfrentar. Esta valorização passa pelo acolhimento das suas contribuições e a dinamização do seu impulso apostólico para que sejam, de verdade, movimentos de apostolado com membros apóstolos e missionários de Cristo.

⁸⁸¹ Bento XVI “Discurso aos participantes no Seminário de formação dos Bispos organizados pelo Conselho Pontifício para os Leigos”, 17 de Maio de 2008, cit.

⁸⁸² Ibidem.

Capítulo 1:

Os fundamentos dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda

Já dissemos, na primeira parte deste estudo, que os Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda fazem parte das novas agregações dos fiéis leigos que o Papa João Paulo II fundamentou desta forma:

“Por motivos espirituais e apostólicos brota de várias fontes e vai ao encontro de diversas exigências: exprime, de facto, a natureza social da pessoa e obedece ao imperativo de uma mais vasta e incisiva eficácia operativa. Na verdade, a incidência ‘cultural’ fonte e estímulo e, simultaneamente, fruto e sinal de todas as demais transformações do ambiente e da sociedade, só se pode alcançar com a acção, não tanto dos indivíduos, mas de um ‘sujeito social’, isto é, com a acção de um grupo, de uma comunidade, de uma associação, de um movimento. E isso é particularmente verdade no contexto de uma sociedade pluralista e fragmentada – como é, em tantas partes do mundo, a actual – e perante os problemas tornados enormemente complexos e difíceis”⁸⁸³.

E acrescenta:

“Por outro lado, sobretudo num mundo secularizado, as várias formas agregativas podem representar para muitos uma ajuda preciosa em favor de uma vida cristã coerente, com as exigências do Evangelho e de um empenhamento missionário e apostólico. Para além destes motivos, a razão profunda que justifica e exige o agregar-se dos fiéis leigos é de ordem teológica: uma razão eclesiológica, como abertamente reconhece o Concílio Vaticano II, ao apontar o apostolado associado como um ‘sinal da comunhão e da unidade da Igreja em Cristo’”⁸⁸⁴.

Para sustentar a razão de ser dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda e justificar, desta forma, a sua valorização e dinamização, vamos recorrer à Bíblia, ao próprio modo de viver dos cabindas, à teologia sistemática; à teologia eclesiológica e ao direito canónico⁸⁸⁵.

⁸⁸³ CL 29.

⁸⁸⁴ CL 29.

⁸⁸⁵ Não foi feita referência à história para a fundamentação porque foi já tratado no capítulo II parte deste estudo para justificar a nossa opção terminológica de “Novos Movimentos de Apostolado”.

1.1. Fundamento bíblico

Da Bíblia, podemos afirmar que Jesus teve claramente vontade de fazer comunidade e que a sua mensagem é vincadamente comunitária, pois veio ao mundo para instaurar o Reino no qual se fizeram reais a paternidade de Deus e a fraternidade universal, isto é, todos viverem como filhos de um único Deus Pai.

Logo no início da sua missão profética, Jesus chamou alguns homens para formar o grupo dos Apóstolos e serem os seus companheiros que, mais tarde, viria a chamar “meus irmãos”. O esclarecimento de Lucas mostra que este grupo de doze foi escolhido no meio dum grupo mais alargado dos discípulos: “Num daqueles dias, Jesus saiu para o monte a fim de orar, e passou a noite orando a Deus. Ao amanhecer, chamou os seus discípulos e escolheu doze deles, a quem também designou apóstolos: Simão, a quem deu o nome de Pedro; seu irmão André; Tiago; João; Filipe; Bartolomeu; Mateus; Tomé; Tiago, filho de Alfeu; Simão, chamado Zelote; Judas, filho de Tiago; e Judas Iscariotes, que veio a ser o traidor” (Lc 6,12-16). Será este grupo estreito que terá a missão de iniciar o projecto da formação da grande família de Jesus.

O critério de pertença àquilo que seria a sua verdadeira família é a prova de que Jesus queria uma fraternidade universal, mostrando que a sua verdadeira família é feita dos discípulos que escutam a Palavra de Deus e fazem a vontade do Pai. Neste contexto, Marcos e Lucas têm textos mais significativos:

“Então chegaram a mãe e os irmãos de Jesus. Ficando do lado de fora, mandaram alguém chamá-lo. Havia muita gente sentada ao seu redor; e disseram-lhe: ‘A tua mãe e os teus irmãos estão lá fora e procuram-te’. ‘Quem é a minha mãe, e quem são os meus irmãos?’, perguntou ele. Então olhou para os que estavam sentados ao seu redor e disse: ‘Aqui estão a minha mãe e os meus irmãos! Quem faz a vontade de Deus, este é meu irmão, minha irmã e minha mãe’” (Mc 3,31-35);

e

“naquele tempo, a sua mãe e os seus irmãos vieram ter com ele, mas não podiam aproximar-se, por causa da multidão. Alguém lhe comunicou: Tua mãe e teus irmãos estão lá fora e querem ver-te. Ele respondeu: Minha mãe e meus irmãos são estes aqui, que ouvem a Palavra de Deus e a põem em prática” (Lc 8,19-21).

Nesses dois trechos do Evangelho aparece claramente a revolução copernicana de Jesus em relação ao conceito da família.

Deste modo, para entrar na verdadeira família instaurada por Jesus, não é preciso laços de sangue; não basta ser da família carnal de Jesus (os seus) ou de ser da descendência de Abraão como ele, mas pelo contrário há uma só condição: aderir ao

Evangelho cumprindo a vontade de Deus. Esta fraternidade, que liga os seguidores de Cristo, vai fortalecer-se com o acontecimento da Páscoa, isto é, Morte-Ressurreição-Pentecostes. Por isso, Jesus não hesitou em chamar aos seus discípulos “meus irmãos” como ilustrado por Mateus e João na manhã da Páscoa: “Então Jesus disse: Não temais! Ide dizer a meus irmãos que se dirijam para Galileia; lá me verão” (Mt 28,10) e “Jesus lhe disse: “Não me toques, pois ainda não subi ao Pai. Vai, porém, a meus irmãos e diga-lhes: Subo a meu Pai e vosso Pai, a meu Deus e vosso Deus” (Jo 20,17). Desta forma, “através deste êxodo pascal, a fraternidade em Jesus Cristo alarga-se e esclarece-se: o Ressuscitado presente e ausente, retira-se deixando os seus discípulos tornar-se Igreja”⁸⁸⁶. A constituição desta grande família vai exigir ruptura com os laços afectivos e provoca divisões e separação entre irmãos e irmãs da mesma família: “Não pensem que vim trazer paz à terra; não vim trazer paz, mas espada. Pois eu vim para fazer com que o homem fique contra o seu pai, a filha contra a sua mãe, a nora contra a sua sogra; os inimigos do homem serão os da sua própria família” (Mt 10,34-35); “E o irmão entregará à morte o irmão, e o pai o filho; e levantar-se-ão os filhos contra os pais, e os farão morrer” (Mc 13,12); “Sereis entregues até pelos pais, irmãos, parentes e amigos. Hão-de causar a morte a alguns de vós e sereis odiados por todos, por causa do meu nome” (Lc 21,16).

De facto, o espírito de se agregar ou associar será actualizado na experiência da primeira comunidade cristã nascida da manhã de Pentecostes como descrito nos Actos dos Apóstolos:

“Eles mostravam-se assíduos ao ensinamento dos apóstolos e à comunhão, à fracção do pão e às orações. Todos estavam cheios de temor, e muitas maravilhas e sinais eram feitos pelos apóstolos. Os que acreditavam mantinham-se unidos e tinham tudo em comum. Vendendo as suas propriedades e bens, distribuíam a cada um conforme a sua necessidade. Todos os dias, continuavam a reunir-se no pátio do templo. Partiam o pão em casa e juntos participavam das refeições, com alegria e sinceridade de coração, louvando a Deus e gozavam da simpatia de todo o povo. E o Senhor acrescentava cada dia ao seu número os que seriam salvos” (Act 2,42-47).

Foi o espírito de comunhão e de amor fraterno que vai inaugurar os novos tempos de agregação na Igreja fundada por Jesus Ressuscitado como Dupont afirma: “É

⁸⁸⁶ Bishwende Ramazani, A., *Eglise-famille-de-Dieu. Esquisse d'ecclésiologie africaine*, l' Harmattan, Paris, 2001, p. 106.

no modo de comportar-se como irmãos uns dos outros que os cristãos hão-de realizar o que eles são: membros duma única família de Deus e Jesus Cristo”⁸⁸⁷.

E continua a ser o mesmo espírito de comunhão fraterna e de solidariedade a estar na origem do florescimento dos “Novos Movimentos Eclesiais” como sublinha Monléon:

“A comunhão fraterna característica dos Movimentos, no desejo da radicalidade evangélica do ‘Olhai como se amam’, é também a dimensão importante duma humanidade transfigurada. Transfigurada não significa ideal, nem mudança de humanidade, trata-se, de facto, dos mesmos homens e mulheres, com o seu temperamento e as suas fraquezas, mas a vida fraterna faz aparecer uma humanidade diferente, aberta, atenciosa, amigável, uma comunidade onde a comunhão fraterna exerce uma atracção natural nos jovens, pois nela brilha algo da presença de Cristo”⁸⁸⁸.

É este mesmo espírito de fraternidade e solidariedade que anima a vivência do dia-a-dia dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda. Os seus membros unem-se para serem irmãos uns dos outros e formarem uma comunidade de comunhão fraterna.

1.2. Fundamento cultural

É evidente que, antropológicamente, a pessoa é um ser social com tendência a viver em comunidade. Mas, para os africanos, esta tendência tornou-se um factor cultural como sustentado pelo grande sociólogo francês Durkheim:

“A vida comunitária, nas sociedades africanas, impõe dinâmicas de solidariedade mecânica, com um controlo social do individualismo que o mantém dentro de determinados limites, que não ameaçam a estabilidade do sistema tradicional. Para ele, a solidariedade mecânica é feita nas zonas rurais onde as pessoas se conhecem entre si, partilham a vida em comum, estabelecem relações bastante estreitas, estáveis e a coesão social”⁸⁸⁹.

Por seu lado, Kenkou realça:

“As comunidades africanas favorecem a consciência comunitária, colectiva, pois é daí que surge a constituição das redes de solidariedade social, modos de cooperação baseada na confiança mútua entre as pessoas. Estruturam-se, com efeito, formas de reciprocidade que asseguram um certo equilíbrio social interno. O exercício desta

⁸⁸⁷ Dupont, J., Jésus et la famille dans les évangiles. Etudes sur les Evangiles synoptiques t.1, Bruxelles: University press leuven, 1985, p. 133 (nossa tradução).

⁸⁸⁸ Monléon, A-M., “Les mouvements comme lieu d’une humanité transfigurée”. In: Don de l’Esprit, Espérance pour les Hommes, Editions des Béatitudes, Nouan-le-Fuzelier, 199, p. 137 (nossa tradução).

⁸⁸⁹ Durkheim, E., A divisão do trabalho social, 2ª ed., Presença, Lisboa, 1977, p. 126.

reciprocidade desencadeia, por seu turno, formas de compensação (simbólicas ou reais), destinadas a promover e sustentar a coesão social”⁸⁹⁰.

Por isso, “as sociedades africanas são marcadas pela primazia do grupo sobre o indivíduo. Esta pode ser observada a partir da importância que é consagrada à família alargada, nessas sociedades”⁸⁹¹. De facto, o africano define-se melhor como um ser social, isto é, um ser virado para comunidade.

Este valor de sociabilidade foi sublinhado pelo Papa João Paulo II:

“As culturas africanas têm um sentido muito vivo da solidariedade e da vida comunitária. Em África, não se concebe uma festa que não seja compartilhada por toda a povoação. De facto, a vida comunitária nas sociedades africanas é expressão da família alargada. Com votos ardentes, rezo – e peço para rezarem – a fim de que a África conserve sempre esta preciosa herança cultural e para que não sucumba nunca à tentação do individualismo, tão estranho às suas melhores tradições”⁸⁹².

Corroborando, podemos dizer que os Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda são uma resposta a esta preocupação do Papa porque são uma forma de conservação e de defesa desta herança cultural de solidariedade e de vida comunitária. É este princípio que rege a vida das sociedades africanas e, de modo particular, do povo de Cabinda e sustenta o seu instinto de juntar-se ou associar-se como afirma Golinho: “Os africanos têm realmente uma predisposição natural para se reagruparem por diferentes razões: trabalho, vizinhança, educação, etc.”⁸⁹³.

A vivência em Cabinda não escapa a este princípio natural de solidariedade e de vida comunitária dos africanos. Para Silva, “os cabindas pertencem à vasta família dos Povos *Bantos*”⁸⁹⁴, e ao grupo linguístico *Quicongo*. Encontram-se repartidos, segundo a

⁸⁹⁰ Kenkou citado por Milando, J., *Desenvolvimento e Resiliência Social em África: Dinâmicas Rurais de Cabinda*. Lisboa: ed. Periploi, 2007, p. 107.

⁸⁹¹ *Ibidem*, p. 108.

⁸⁹² EA 42.

⁸⁹³ Galindo, M. D. “Les associations catholiques, les mouvements ecclésiaux et les communautés nouvelles: une approche du continent africain”. In: *Congrès panafricain des laïcs catholiques*, Yaoundé, 4-9 septembre 2012, p. 2 (nossa tradução).

⁸⁹⁴ Os Bantos (forma preferível a “*bantus*”, muitas vezes, utilizadas simultaneamente no mesmo texto como sinónimos) constituem um grupo etnolinguístico localizado principalmente na África subsariana e que engloba cerca de 400 subgrupos étnicos diferentes. A unidade desse grupo, contudo, aparece de maneira mais clara no âmbito linguístico, uma vez que essas centenas de grupos e subgrupos têm, como língua materna, uma língua da família *bantu*. Assim não se pode falar de raça *Bantu* mas de povos *Bantu*, isto é, comunidades culturais com civilização comum e línguas aparentadas. O radical “*ntu*” comum em muitas línguas *Bantu* significa pois, homens, seres humanos. Os *Bantu* além do nítido parentesco linguístico conservam um fundo de crenças, ritos e costumes similares, uma cultura com traços específicos e idênticos que os assemelha e agrupa independentemente da identidade racial. A sua formação e expansão migratória originaram uma enorme variedade de cruzamentos. Há aproximadamente 500 povos *Bantu*. Os *bantos* são provavelmente originários dos Camarões e do sudeste da Nigéria. Por

sua importância numérica, pelos seguintes grupos: *Lombe, Oio, Congo, Sundi, Cotchi, Vili e Linge*, para além de grupos de emigrados”⁸⁹⁵. Em Cabinda, o cultivo deste espírito de solidariedade veio desde a infância com a preocupação de formar grupos de interajuda e partilha. Por exemplo, as meninas nas aldeias são as primeiras a dar passos neste sentido formando grupo de convivência e partilha, chamado “Tchimeza”⁸⁹⁶ onde cada uma leva o seu farnel e juntam-se para comer partilhando. Este espírito cultivado vai depois alargar-se ao trabalho do campo (ou lavra), no sentido de que, cada dia, todas do mesmo grupo vão na lavra de cada uma para se entreatuar. Quanto aos rapazes, já começam com brincadeiras em grupos, caçar em grupo, pescar em grupo. Há um facto, que se nota, por exemplo, nas tardes de domingo nas aldeias, é frequente ver pessoas em pequenos grupos do mesmo sexo (crianças, jovens ou adultos), sinal da vitalidade da vida comunitária.

Ao nível dos adultos, Milando apresenta cinco modos da dinâmica de solidariedade:

“Tem em conta a sua relevância, no âmbito dos expedientes e modos de vida das populações locais, passa-se a descrever cinco dinâmicas (*Likêlemba, Kibúndila, Tchilongo, Muanza* e Comércio informal), institucionais de relacionamento horizontal entre indivíduos e grupos de indivíduos, em Cabinda, que podem ser apreendidas como recursos ao conceito de capital social, no seu sentido restrito, isto é, visto como normas partilhadas de confiança e que propiciam a cooperação para objectivos comuns entre indivíduos, num contexto social determinado”⁸⁹⁷.

Dessas cinco dinâmicas sobressaem duas na perspectiva do nosso estudo: *Likêlemba e Kibúndila*, deixando de lado o “*Tchilongo*” por já ter sido abordado na justificação do sentido terminológico de “Movimento de Apostolado”⁸⁹⁸.

volta de 2000 a.C., começaram a expandir seu território na floresta equatorial da África central. Mais tarde, por volta do ano 1000, ocorreu uma segunda fase de expansão mais rápida, para o leste, e finalmente uma terceira fase, em direcção ao sul do continente, quando os *bantos* se miscigenaram. Depois de tantos séculos em que se realizaram muitas deslocções, cruzamentos, guerras, e foram tão diversas as influências recebidas os grupos *Bantu* conservam ainda as raízes de um tronco originário comum. Os *Bantus* angolanos repartem-se por nove grandes grupos etnolinguísticos: *Quicongo, Quimbundo, Lunda-Quioico, Mbundo, Ganguela, Nhaneca-Humbe, Ambó, Herero, e Xindonga*: que por sua vez se subdividem em cerca de uma centena de subgrupos tradicionalmente designados por tribos (Fonte: Blogue Raízes *Bantu*).

⁸⁹⁵ Op. cit., p. 28.

⁸⁹⁶ Tradição literal “da mesa”. Normalmente são meninas entre 9 e 15 que juntam-se, sobretudo ao domingo, mas também pode ser durante a semana, para partilhar a comida trazida por cada uma e posta numa mesa ou num espaço preparado no chão em cima duma esteira. Vão comendo todas juntas dum prato ao outro. Esta prática vai, às vezes, para além da idade de adolescência (há adultos que também partilham).

⁸⁹⁷ Milando, op. cit., p. 117.

⁸⁹⁸ Cf. Capítulo 1 da II parte deste trabalho sobre as “Células de oração”.

a) *Likêlemba*⁸⁹⁹

É uma forma de agregação mais praticada com objectivo de entreaajuda financeira e económica dos seus membros. Desta forma, pode ser considerada como uma agregação de solidariedade. *Likêlemba* é feito na base de confiança e amizade entre os seus membros em geral do mesmo sexo ou raramente de sexo diferente. E funciona da seguinte forma: o número dos participantes é determinado pelos membros, a seguir é fixado por consenso o montante em dinheiro a dar mensalmente e, por fim, é escolhido o líder do grupo que passa a coordenar o funcionamento do grupo e assegurar a cobrança. No final de toda cobrança, ele entrega o dinheiro a um membro do grupo para satisfazer as suas necessidades. Isto é feito todos os meses e, em cada mês, há um membro escolhido para receber. O que se exige dos membros é a obrigatoriedade da contribuição mensal no prazo determinado.

Esta prática é assim justificada por Milando:

“Em Cabinda, determinados populacionais, que não podem contar com financiamento bancário oficialmente estabelecido, recorrem ao *Likêlemba* para satisfazerem as suas necessidades de curto prazo, em capital monetário, quando se trata de pequenos montantes. O *Likêlemba* permite, assim, o auto-financiamento de certos segmentos populacionais relativamente pobres e que, de outro modo ficariam socialmente ainda mais marginalizadas”⁹⁰⁰.

Para o mesmo autor, “a constituição do *Likêlemba* assenta nos princípios de voluntariedade, de confiança mútua, de amizade e de solidariedade entre indivíduos, geralmente do mesmo sexo, com mesmo *status* social e que partilham, conjuntamente, a necessidade de fazer poupanças e de obter crédito financeiro”⁹⁰¹. Assim, torna-se uma forma de ajudarem-se mutuamente para solucionar algumas necessidades e, deste modo, uma forma de solidariedade e de vida comunitária. É evidente que há muitos *likêlembe* em Cabinda formadas ao nível do lugar do trabalho, ao nível do bairro, até ao nível de nova ou antiga amizade. Também deve ser sublinhado que é uma forma de dinâmica de solidariedade mais praticada nas zonas urbanas do território de Cabinda.

b) *Kibúndila*⁹⁰²

⁸⁹⁹ É uma palavra de origem lingala (língua do Congo Democrático que significa Associação).

⁹⁰⁰ Op. cit., p. 108.

⁹⁰¹ Ibidem, p. 108.

⁹⁰² Tradução literal: dar-se a mão.

É uma outra forma de agregação com o objectivo de aumentar a produtividade dos seus membros em geral do mesmo sexo. Funciona da seguinte forma: por exemplo, se for um grupo de seis ou mais mulheres, cada semana ou cada dia deve trabalhar no campo (lavra) dum membro do grupo até contemplar todos os membros; se forem os homens o princípio é o mesmo, trabalharem juntos, por exemplo, derrubando as árvores num campo (lavra) de cada membro. Apesar de essa prática ser muito antiga, até hoje continua a ser praticada nas zonas rurais da província de Cabinda e tem ajudado muito para o aumento da produtividade na base da confiança mútua e da solidariedade social.

Segundo Milando, “o *Kibúndila* tem, no geral, os mesmos princípios regentes e constitutivos que o Likêlemba, mas o objecto de cooperação e o seu funcionamento são diferentes”⁹⁰³. E acrescenta,

“o *Kibúndila* mobiliza as pessoas no sentido de trabalharem, pontual e colectivamente, em cada uma das explorações agrícolas dos seus integrantes, especialmente nas épocas da preparação dos terrenos e das sementeiras (...). Essas associações são construídas apenas por homens ou mulheres. Esta associação funciona, pois, como um meio para criar e reforçar a confiança, aumentar a eficiência do trabalho, permitir o intercâmbio de experiências e de saberes, assim como ajudar a enfrentar, com melhor disposição, a dureza do trabalho, tirando proveito das sinergias resultantes da união de esforços (...). No *Kibúndila* nascem outros laços sociais de confiança mútua, que conduzem a outras formas de solidariedade”⁹⁰⁴.

E um desses laços sociais de confiança mútua é a apresentação de *Kibúndila* como uma associação informal em que os seus constituintes consomem, diariamente e em conjunto, alimentos confeccionados separadamente nas respectivas residências. Não existem quotas de participação nem regras específicas, além das normas de conduta enraizadas na tradição local. Como forma organizativa de consumo colectivo, o *Kibúndila* proporciona também outras vantagens aos seus membros, isto é, o reforço dos laços de solidariedade, de amizade, de aproximação entre as pessoas e a coesão social. Os integrantes destas associações ressaltam sobretudo a sociabilidade e valores como amizade, a confiança e os laços de boa vizinhança para justificar a necessidade de *Kibúndila*⁹⁰⁵.

Desta forma, o agregar-se, associar-se ou juntar-se, torna-se o modo de viver a solidariedade e a vida comunitária. Por isso, a vida em grupo faz parte da vida do dia-a-dia do povo de Cabinda. E a sua tendência de se agrupar torna-se, apesar de ser natural,

⁹⁰³ Ibidem, p. 112.

⁹⁰⁴ Ibidem, p. 113-114.

⁹⁰⁵ Cf. Ibidem, p. 114-115.

um princípio cultural. A nosso ver, pode ser este factor cultural a explicar o florescimento dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda, tendo em conta o seu impressionante número, comparando com outras realidades das restantes dioceses de Angola, como as dioceses limítrofes dos dois Congos (dioceses de Ponta Negra e de Dolisie/Congo Brazzaville e diocese de Boma/Republica Democrático do Congo)⁹⁰⁶.

1.3. Fundamento dogmático

Uma das grandes novidades saídas do Concílio Vaticano II é a proclamação da verdadeira igualdade entre todos os baptizados quanto à dignidade e à acção comum dos fiéis na edificação do corpo de Cristo: “Um só é, pois, o Povo de Deus: “um só Senhor, uma só fé, um só Baptismo (Ef 4,5); comum é a dignidade dos membros, pela regeneração em Cristo; comum a graça de filhos, comum a vocação à perfeição; uma só salvação, uma só esperança e uma caridade indivisa. Nenhuma desigualdade, portanto, em Cristo e na Igreja, por motivo de raça ou de nação, de condição social ou de sexo, porque “não há judeu nem grego, escravo nem homem livre, homem nem mulher: com efeito, em Cristo Jesus, todos vós sois um” (Gl 3,28 gr.; cf. Cl 3,11)”⁹⁰⁷.

É deste princípio que emana todos os direitos e deveres dos leigos, hoje reconhecidos e bem sublinhados nos vários documentos do Concílio Vaticano II: que todos participam na missão de todo o povo cristão na Igreja e no mundo (LG 33); que todos têm parte activa na vida e acção da Igreja (AA 10); que os leigos são agora “irmãos” dos pastores (LG 32.37); que absolutamente todos são chamados pelo Senhor para o incremento e a perene santificação da Igreja (LG 33; AA 2); que todos são destinados pelo próprio Senhor ao apostolado (LG 33); que a todos os leigos incumbe a magnífica tarefa de trabalhar para que o plano divino de salvação atinja sempre mais todos os homens de todos os tempos e de todos os lugares (LG 33); que todos os baptizados participam do múnus sacerdotal, profético e real de Cristo (LG 31; AA 2. 10); que também os leigos têm parte activa na acção eucarística, devendo eles oferecer-se a si mesmos e não só pelas mãos do sacerdote (SC 48).

⁹⁰⁶ Cf. Capítulo III da segunda parte deste trabalho sobre a percepção da realidade do fenómeno dos “Novos Movimentos de Apostolado” fundados em Cabinda.

⁹⁰⁷ LG 32.

Deste princípio de igualdade, “o dever e o direito ao apostolado advêm aos leigos da sua mesma união com Cristo cabeça. Com efeito, inseridos pelo Baptismo no Corpo místico de Cristo, e robustecidos pela Confirmação com a força do Espírito Santo, é pelo Senhor mesmo que são destinados ao apostolado. São consagrados em ordem a um sacerdócio real e um povo santo (cf. 1 Pe 2,4-10) para que todas as suas actividades sejam oblações espirituais e por toda a terra dêem testemunho de Cristo. E os sacramentos, sobretudo a sagrada Eucaristia, comunicam e alimentam neles aquele amor que é a alma de todo o apostolado”⁹⁰⁸. Por isso, a todos os fiéis incumbe, portanto, o glorioso encargo “de trabalhar para que a mensagem divina da salvação seja conhecida e recebida por todos os homens em toda a terra”⁹⁰⁹.

Para tal,

“o Espírito Santo – que opera a santificação do Povo de Deus por meio do ministério e dos sacramentos – concede também aos fiéis, para exercerem este apostolado, dons particulares (cf. 1 Cor 12,7), “distribuindo-os por cada um conforme lhe apraz” (1 Cor 12,11), a fim de que “cada um ponha ao serviço dos outros a graça que recebeu” e todos actuem, “como bons administradores da multiforme graça de Deus” (1 Pe 4,10), para a edificação, no amor, do corpo todo (cf. Ef 4,1). A recepção destes carismas, mesmo dos mais simples, confere a cada um dos fiéis o direito e o dever de actuá-los na Igreja e no mundo, para bem dos homens e edificação da Igreja, na liberdade do Espírito Santo, que: “sopra onde quer” (Jo 3,8) e, simultaneamente, em comunhão com os outros irmãos em Cristo, sobretudo com os próprios pastores; a estes compete julgar da sua autenticidade e exercício ordenado, não de modo a apagarem o Espírito, mas para que tudo apreciem e retenham o que é bom (cf. 1 Ts. 5,12.19.21)”⁹¹⁰.

Nesta perspectiva,

“o Baptismo significa e realiza uma incorporação, mística mas real, no corpo crucificado e glorioso de Jesus. Através do sacramento, Jesus une o baptizado à Sua morte para uni-lo à Sua ressurreição (Rom 6,3-5), despoja-o do ‘homem velho’ e reveste-o do ‘homem novo’, isto é, de Si mesmo: ‘Todos os que fostes baptizados em Cristo – proclama o apóstolo Paulo – vos revestistes de Cristo’ (Gl 3,27; cf. Ef 4,22-24; Col 3,9-10). Daí resulta que ‘nós, embora sendo muitos, constituímos um só corpo em Cristo’ (Rm 12,5). Usando uma outra imagem, a do edifício, o apóstolo Pedro define os baptizados como ‘pedras vivas’ edificadas sobre Cristo, a ‘pedra angular’, e destinadas à ‘construção de um edifício espiritual’ (1 Pe 2,4 ss.)”⁹¹¹.

Esta imagem introduz-nos num outro aspecto da novidade baptismal, e que o Concílio Vaticano II assim apresenta: “Na verdade, os baptizados, pela regeneração e pela unção do Espírito Santo, são consagrados para serem casa espiritual, sacerdócio

⁹⁰⁸ AA 3.

⁹⁰⁹ AA 3.

⁹¹⁰ Ibidem.

⁹¹¹ CL 12.

santo, para que, por meio de todas as obras próprias do cristão, ofereçam oblações espirituais e anunciem os louvores daquele que, das trevas, os chamou à sua admirável luz (cf. 1 Pe 2,4-10)”⁹¹².

Um novo aspecto da graça e da dignidade baptismal é que os fiéis leigos participam, por sua vez, no tríplice múnus – sacerdotal, profético e real – de Jesus Cristo, como formulado na oração da unção no baptismo: “Deus todo-poderoso, Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo, que vos libertou do pecado e vos deu uma vida nova pela água e pelo Espírito Santo, unge-vos com o crisma da salvação, para que, reunidos ao seu povo, permaneçais, eternamente, membros de Cristo sacerdote, profeta e rei”⁹¹³.

Com efeito, os fiéis leigos participam no múnus sacerdotal, pelo qual Jesus se ofereceu a Si mesmo sobre a Cruz e continuamente Se oferece na celebração da Eucaristia para glória do Pai e pela salvação da humanidade. Incorporados em Cristo Jesus, os baptizados unem-se a Ele e ao Seu sacrifício, na oferta de si mesmos e de todas as suas actividades (cf. Rom 12,1-2)⁹¹⁴. Por isso, ao falar dos fiéis leigos, o Concílio sublinha que

“todos os seus trabalhos, orações e empreendimentos apostólicos, a vida conjugal e familiar, o trabalho de cada dia, o descanso do espírito e do corpo, se forem feitos no Espírito, e as próprias incomodidades da vida, suportadas com paciência, se tornam em outros tantos sacrifícios espirituais, agradáveis a Deus por Jesus Cristo (cf. 1 Pe 2,5); sacrifícios estes que são piedosamente oferecidos ao Pai, juntamente com a oblação do corpo do Senhor, na celebração da Eucaristia. E deste modo, os leigos, agindo em toda a parte santamente, como adoradores, consagram a Deus o próprio mundo”⁹¹⁵.

Os fiéis leigos participam no múnus profético de Cristo,

“pelo testemunho da vida e pela força da palavra proclamando o Reino do Pai”. Assim, a graça baptismal habilita e empenha os fiéis leigos a aceitar, na fé, o Evangelho e a anunciá-lo com a palavra e com as obras, sem medo de denunciar corajosamente o mal. Unidos a Cristo, o “grande profeta” (Lc 7,16), e constituídos no Espírito “testemunhas” de Cristo Ressuscitado, os fiéis leigos tornam-se participantes quer do sentido de fé sobrenatural da Igreja que “não pode errar no crer” quer da graça da palavra (cf. Act 2,17-18; Ap 19,10); eles são igualmente chamados a fazer brilhar a novidade e a força do Evangelho na sua vida quotidiana, familiar e social, e a manifestar, com paciência e coragem, nas contradições da época presente, a sua esperança na glória ‘também por meio das estruturas da vida secular’”⁹¹⁶.

⁹¹² LG 10.

⁹¹³ Ritual Romano, celebração do Baptismo das crianças, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1994, p. 61.

⁹¹⁴ Cf. CL 14.

⁹¹⁵ LG 34.

⁹¹⁶ CL 14.

Os fiéis leigos participam no múnus real de Cristo porque “são chamados para o serviço do Reino de Deus e para a sua difusão na história. Concretamente devem viver a realidade cristã, sobretudo no combate espiritual para vencerem dentro de si o reino do pecado (cf. Rom 6,12), e depois, mediante o dom de si, para servirem, na caridade e na justiça, o próprio Jesus presente em todos os seus irmãos, sobretudo nos mais pequeninos (cf. Mt 25,40)”⁹¹⁷.

Em suma,

“a participação dos fiéis leigos no tríplice múnus de Cristo Sacerdote, Profeta e Rei encontra a sua raiz primeira na unção do Baptismo, o seu desenvolvimento na Confirmação e a sua perfeição e sustento dinâmico na Eucaristia. É uma participação que se oferece a cada um dos fiéis leigos, mas enquanto formam o único corpo do Senhor. Com efeito, é a Igreja que Jesus enriquece com os Seus dons, qual Seu Corpo e Sua Esposa. Assim, os indivíduos participam no tríplice múnus de Cristo enquanto membros da Igreja, como claramente ensina o apóstolo Pedro, que define os baptizados como ‘raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo que Deus adquiriu’ (1 Pe 2,9). Precisamente por derivar da comunhão eclesial, a participação dos fiéis leigos no tríplice múnus de Cristo exige ser vivida e actuada na comunhão e para o crescimento da mesma comunhão”⁹¹⁸.

Daí emana a vocação dos fiéis leigos à santidade como convite a olhar para as actividades da vida quotidiana como uma ocasião de união com Deus e de cumprimento da Sua vontade, e também como serviço aos demais homens, levando-os à comunhão com Deus em Cristo. Deste modo,

“a vocação à santidade deverá ser compreendida e vivida pelos fiéis leigos, antes de mais, como sendo uma obrigação exigente a que não se pode renunciar, como um sinal luminoso do infinito amor do Pai que os regenerou para a Sua vida de santidade. Tal vocação aparece, então, como componente essencial e inseparável de nova vida baptismal e, por conseguinte, elemento constitutivo da sua dignidade. Ao mesmo tempo, a vocação à santidade anda intimamente ligada à missão e à responsabilidade, confiadas aos fiéis leigos na Igreja e no mundo. Com efeito, a própria santidade já vivida, que deriva da participação na vida de santidade da Igreja, representa o primeiro e fundamental contributo para a edificação da própria Igreja, como ‘Comunhão dos Santos’”⁹¹⁹.

Para o mesmo Papa,

“não é um exagero dizer-se que toda a existência do fiel leigo tem por finalidade levá-lo a descobrir a radical novidade cristã que promana do Baptismo, sacramento da fé, a fim de poder viver as suas exigências segundo a vocação que recebeu de Deus. Para descrever a ‘figura’ do fiel leigo, vamos agora considerar de forma explícita e mais directa, entre outros, estes três aspectos fundamentais: o Baptismo regenera-nos para a

⁹¹⁷ CL 14.

⁹¹⁸ CL 14.

⁹¹⁹ CL 17.

vida dos filhos de Deus, une-nos a Jesus Cristo e ao Seu Corpo que é a Igreja, unge-nos no Espírito Santo, constituindo-nos templos espirituais”⁹²⁰.

Assim sendo, os baptizados são “Filhos no Filho” e “Tempos de Espírito”, “Pedras vivas” edificadas sobre Cristo, a Pedra angular, e destinadas à construção de um edifício espiritual” (1 Pe 2,4 ss.), “Despojados do homem velho e Revestidos do homem novo”, isto é, de Si mesmo: Revestidos de Cristo” (cf. Gl 3,27; Ef 4,22-24), “Constituídos um só corpo em Cristo” (cf. Rm 12,5).

Para este efeito, deve ser recordado a todo membro do novo movimento de apostolado que

“com o santo Baptismo tornamo-nos filhos de Deus no Seu Unigénito Filho, Jesus Cristo. Ao sair das águas da sagrada fonte, todo o cristão ouve de novo aquela voz que um dia se fez ouvir nas margens do rio Jordão: ‘Tu és o Meu Filho muito amado, em Ti pus todo o Meu enlevo’ (Lc 3,22), e compreende ter sido associado ao Filho predilecto, tornando-se filho de adopção (cf. Gl 4,4-7) e irmão de Cristo. Realiza-se, assim, na história de cada um o desígnio eterno do Pai: ‘Aqueles que de antemão conheceu, também os predestinou para serem conformes à imagem do Seu Filho, a fim de que Este seja o Primogénito de muitos irmãos’ (Rom 8,29)”.

Portanto, os Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda devem procurar trabalhar para este objectivo, isto é, despertar a vocação dos leigos à santidade e ao apostolado, emanada do sacramento do baptismo, alimentada pela eucaristia e fortificada pelo Espírito Santo, para que sejam, de facto, “respostas” aos novos desafios da inculturação, fazendo dos seus membros “luz e sal” da terra.

1.4. Fundamento eclesiológico

O Papa João Paulo II considerou a razão eclesiológica como a razão profunda que consagra o fenómeno do agregar-se ou associar-se dos fiéis leigos⁹²¹, pois a eclesiologia, no sentido de estudo da Igreja, desempenha um papel importante em explorar qual a compreensão da Igreja que pode estar por detrás duma imagem escolhida para apresentar a Igreja, sem pôr ao lado, o perigo de conceitos eclesiológicos perderem contacto com a realidade eclesial efectivamente vivida pelas igrejas.

Já o Concílio Vaticano II o tinha feito ao apontar o apostolado associado como um “sinal da comunhão e da unidade da Igreja em Cristo”:

⁹²⁰ CL 10.

⁹²¹ Cf. CL 29.

“Os fiéis são chamados a exercer o apostolado individual nas diversas condições da sua vida. Lembrem-se, contudo, que o homem é, por natureza, social, e que aprouve ao Senhor unir um Povo de Deus (cf. 1 Pe 2,5-10) e num corpo (cf. 1 Cor 12,12) os que crêem em Cristo. Portanto, o apostolado em associação responde com fidelidade à exigência humana e cristã dos fiéis e é, ao mesmo tempo, sinal da comunhão e da unidade da Igreja em Cristo que disse: ‘Onde estão dois ou três reunidos em meu nome, aí estou eu no meio deles’ (Mt 18,20)”⁹²².

Deste modo, o agregar-se, explicita João Paulo II,

“é um ‘sinal’ que deve ser manifestado em relação à “comunhão”, tanto no interior como no exterior das várias formas agregativas, no mais vasto contexto da comunidade cristã. É a própria razão eclesiológica apontada que explica, por um lado o “direito” de agregação próprio dos fiéis leigos e, por outro, a necessidade de “critérios” de discernimento sobre a autenticidade eclesial das suas formas agregativas. Antes de mais, é necessário reconhecer-se a liberdade associativa dos fiéis leigos na Igreja. Essa liberdade constitui um verdadeiro e próprio direito que não deriva de uma espécie de “concessão” da autoridade, mas que promana do Baptismo, qual sacramento que chama os fiéis leigos para participarem activamente na comunhão e na missão da Igreja”⁹²³.

De facto, a Igreja é a realização visível e misteriosa na terra da comunhão trinitária. A Trindade vive na terra, mediante o seu sinal, o seu sacramento, que é a Igreja. O que levou Congar a afirmar:

“Não só na Igreja Católica, mas em todas as Igrejas cristãs, a eclesiologia de comunhão é fundada em uma teologia trinitária. É uma graça grande do nosso tempo. Isto exige que à Igreja seja reconhecido o seu modelo trinitário: não puramente paternal, que iria promover uma autoridade patriarcal e paternalista; não puramente cristológico, o que poderia levar a uma visão piramidal e clerical; mas pneumatológico, que fundou a participação de todos e de tudo, na construção do Corpo de Cristo e num regime de sentido sinodal (conselhos, etc.)”⁹²⁴.

Para facilitar esta compreensão da vivência da comunhão trinitária, surgiu a imagem da Igreja como Povo de Deus, saída do Concílio Vaticano II.

A eclesiologia do “Povo de Deus” despertou a redescoberta do sentido radical da eclesialidade baptismal do leigo, que não é derivada da hierarquia, mas do Espírito de Jesus Cristo que age no cristão e na comunidade. O ideal desta imagem eclesiológica caminha justamente na direcção da definição do compromisso dos cristãos no mundo, não simplesmente a partir da hierarquia, mas a partir da fé. Trata-se de uma compreensão de Igreja que se percebe, ao mesmo tempo, como dom de Deus e realidade histórica e dinâmica⁹²⁵:

⁹²² Cf. AA 18.

⁹²³ CL 29.

⁹²⁴ Congar, Y. *Le Concile de Vatican II: son Eglise Peuple de Dieu et Corps du Christ*, Beauchesne, Paris, 1984, p. 82.

⁹²⁵ *Ibidem*, p. 115.

a) Uma Igreja sempre em processo de construção: ela está sempre refazendo a sua ligação com o seu fundamento, o mistério de Cristo, como resposta às exigências da realidade pelo poder do Espírito Santo. Por isso mesmo, esse processo eclesial exige, por um lado, uma contínua integração (conversão) dos ministérios tradicionais na caminhada do povo de Deus e por outro lado, um processo de acolhimento dos serviços emergentes da nova realidade eclesial, o reconhecimento da sua eclesialidade como dom de Deus à Igreja (são os ministérios “pneumatológicos” que atendem melhor à diversidade de situações dos cristãos na comunidade e no mundo).

b) Nesse processo, a Igreja redescobre a sua estrutura básica: a “comunidade dos fiéis” que vai formar uma “rede de comunidades” de dimensões humanas. Criam-se, então, as condições históricas para o fiel realmente tomar consciência de ser ele o sujeito da sua fé dentro da comunidade.

É nesta perspectiva que devemos entender, como já o sublinhámos, a imagem da Igreja como Família de Deus, novidade saída do Primeiro Sínodo para África. A noção de família exprime melhor para o africano a realidade da vivência no seio da Igreja como Povo de Deus e alinha-se na concretização dos desafios da teologia da inculturação defendida no mesmo Sínodo como é afirmado pelo Papa João Paulo II:

“O Sínodo não se limitou a falar da inculturação, mas aplicou-a concretamente também, assumindo como ideia-chave para a evangelização de África, a noção de Igreja como Família de Deus. Nela reconheceram os Padres Sinodais uma expressão da natureza da Igreja, particularmente apropriada para a África. Com efeito, a imagem acentua a atenção pelo outro, a solidariedade, as calorosas relações de acolhimento, de diálogo e de mútua confiança”⁹²⁶.

Deste modo, para o mesmo Papa,

“a nova evangelização tenderá, portanto, a edificar a Igreja como família, excluindo todo o etnocentrismo e excessivo particularismo, procurando, pelo contrário, promover a reconciliação e uma verdadeira comunhão entre as diversas etnias, favorecendo a solidariedade e a partilha de recursos e pessoas entre as Igrejas particulares, sem indevidas considerações de ordem étnica”⁹²⁷.

A fase mais importante é da edificação da Igreja como família na vivência em igreja e não de discurso sobre a Igreja-Família, pois esta imagem devia implicar um novo relacionamento dentro da Igreja que se quer como família de Deus. Este é ainda um longo caminho a percorrer e um verdadeiro desafio pastoral para as Igrejas de África.

⁹²⁶ EA 63.

⁹²⁷ EA 63.

À família, como modelo de vida, cabe transmitir à pessoa (filhos) os sentimentos de amor, solidariedade, amizade, carinho e respeito, sendo por isso, a principal estrutura de suporte de valores e da orientação da sua vida. Assim sendo, a família é criadora de identidade, pois é berço educativo com um sentido de pertença, implicando que alguém depende de nós, como nós precisamos dos outros, o que gera maturidade, responsabilidade e solidariedade. Por isso, a família, na tradição africana, é considerada célula vital da sociedade, e elemento base da sua estabilidade, porque tudo o que diz respeito à pessoa envolve toda a família⁹²⁸. Como acontece em Cabinda a pessoa nada faz nem decide sem a participação da família, pois “o importante mesmo para os cabindas é a família – parentela, o conjunto de indivíduos descendentes uns dos outros, pela linha maternal. Neste contexto – sistema matrilinear – o pai é mero progenitor”⁹²⁹. Portanto, “na família cabinda, a principal figura é a mãe, pois é ela que trabalha a terra, fonte básica do sustento da família, e gera os filhos que aumentam o poder do clã”⁹³⁰.

É evidente que esta imagem de família não pode ser aplicada à Igreja sem fazer alguns esclarecimentos, pois não há dúvida que a concepção que os africanos têm da família não tem equivalência no NT. A família africana está essencialmente fundada sobre a fraternidade carnal, de sangue e de interesse, enquanto a família, segundo o NT, está enraizada no mistério de Deus de Jesus-Cristo⁹³¹. Segundo Bishwende, na definição da Igreja e da família, três elementos aparecem evidentes⁹³²:

- a comunhão no seio da Igreja e a comunhão no seio da família,
- as relações no seio da Igreja e as relações familiares,

⁹²⁸ Cf. Milando, Op. cit., p. 105.

⁹²⁹ Silva, Cabinda. A Verdade oculta., p. 30.

⁹³⁰ Ibidem, p. 30.

⁹³¹ Bishwende, op. cit., p. 133. Sobre este tema “Igreja-família-Deus” foram publicados muitos trabalhos nesses últimos anos: Deve ser sublinhado o estudo interessante de Tyombe no contexto angolano: Tyombe, J.N., O modelo “Igreja-Família”. Para uma pastoral comunitária em contexto angolano a partir do Sínodo dos Bispos para África de 1994, Paulinas, Lisboa, 2014. Sendo Angola, um país com culturas muito diversificadas, a própria concepção de família não homogénea. Por isso, os jovens teólogos angolanos devem mais focar os seus estudos em contexto particular para mais proveito da imagem de Igreja como família-de-Deus. É esta dinâmica que se nota no trabalho de Bishwende (o esclarecimento da compreensão da imagem de família numa cultura e a sua aplicação à Igreja). Pois, se considerarmos a imagem de um pai de família patriarca, mandão, autoritário, venerado, pode melhor aproveitar aos bispos e párocos monarcas com poder absoluto como muitos temos do que a imagem de um pai de família bondoso e atencioso que Jesus veio apresentar-nos para a sua família, Igreja-Povo-de Deus onde o bispo ou o pároco deve ser um pastor ao serviço do seu rebanho (cf. Ratzinger, “Diálogo com os bispos”, cit., p. 250, onde pede aos bispos de serem menos monarca e muito mais pastor).

⁹³² Ibidem, p. 144-145.

- os membros da Igreja e os membros da família.

De facto, há uma clara diferença entre a comunhão eclesial e a comunhão familiar, entre as relações no seio da Igreja e as relações familiares, entre os membros da Igreja e os membros da família, que deve ser salvaguardada porque a Igreja é fundamentalmente “mistério”. Por um lado, Bishwende explica que,

“na realidade, a Igreja não é uma família porque é uma realidade ‘trans-histórica’, isto é, um ‘mistério’ (LG1) de comunhão trinitária que tira a sua unidade da unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo (LG 4). A Igreja não pode ser compreendida fora desta relação com o Cristo, seu fundador. Também, ao mesmo tempo, ela é uma realização sócio-histórica. Define-se localmente segundo os lugares e áreas culturais do agregar-se dos homens (LG 23,26)”⁹³³.

Por outro lado, considera que, “pelo contrário, uma família é este lugar vital, esta entidade social composta pelo Pai, mãe e filhos e de todos os membros da família alargada. É um lugar biológico de reprodução, de transmissão, de memória, de protecção, de relacionamento, de aprendizagem de valores culturais”⁹³⁴.

Por fim, conclui:

“É verdade que em África não se pode falar de famílias sem fazer referência a clã, à tribo, à etnia. Um clã está formado por um certo número de famílias com o mesmo antepassado comum; uma tribo é um conjunto de clãs com origem comum, o mesmo antepassado mítico com a mesma organização política, as mesmas crenças religiosas e mesma língua; uma etnia é um agrupamento de tribos com uma estrutura familiar, económica e social homogénea, e cuja unidade se baseia na comunidade de língua e cultura. Desta maneira, cada família africana pertence, ao mesmo tempo, a um clã, a uma tribo, e a uma etnia. E o agrupamento de famílias, clãs, tribos e etnias formam um povo. Este modelo, só por si, não é capaz de nos dar uma visão correcta da Igreja”⁹³⁵.

Por isso, Bishwenda aconselha que a Igreja-família-de-Deus seja fundada na fraternidade cristã, esta seiva espiritual que edifica o Corpo de Cristo e estabelece os cristãos numa comunhão da mesma fé e mesma esperança; que a Igreja-família-de-Deus não pode ser concebida fora duma eclesiologia de comunhão trinitária saída do Concílio Vaticano II: Igreja, Povo de Deus, Corpo de Cristo, templo do Espírito⁹³⁶. Deste modo, abrem-se o espaço e o terreno de entendimento onde os valores formais da família humana tomam sentido em referência à novidade evangélica inaugurada por Jesus, porque para ele, a minha mãe, o meu irmão e a minha irmã é aquele que faz a vontade do meu Pai (cf. Lc 8,19-21). Bishwende considera que esta atitude de Jesus em relação a

⁹³³ Ibidem, p. 143.

⁹³⁴ Ibidem, p. 142.

⁹³⁵ Ibidem, p. 142.

⁹³⁶ Ibidem, p. 142.

laços carnavais mostra que a família humana é relativa para exprimir a comunidade dos cristãos; até pode ser contra-valor se é absolutizada e apresentada como obstáculo à construção do Reino dos Céus⁹³⁷.

A relativização feita por Jesus torna-se benéfica porque abre a família judaica a um novo horizonte de fecundidade espiritual. Já em 1956 Thiam o tinha afirmado: “Ao espírito do clã sucederá o espírito cristão que é sempre princípio de ordem, de cooperação mútua e fraterna; à solidariedade, a caridade é a consciência de reconhecimento da unidade e da fraternidade de todos os homens”⁹³⁸. Por conseguinte, Atal Sa Angang sustenta que a família carnal não está suprimida mas pelo contrário, ela adquire em Jesus Cristo, um novo impulso de vitalidade que não é fundada nos laços de sangue mas no cumprimento da vontade de Deus⁹³⁹. Por isso, achamos que o modelo tradicional de família africana que melhor corresponde à imagem da Igreja como família-de-Deus é o da família alargada, uma família extensiva que não só se define na base de laços de sangue mas também pelos laços de amizade, fraternidade, solidariedade.

Uma das principais características da família alargada é a sua capacidade de congregar membros mais na base de comunhão fraterna do que simplesmente na base de laços de sangue. É nesta perspectiva que a vizinhança é vivida no espírito de família como também é o caso das amizades. Em África, a vizinhança, ou seja, os vizinhos, fazem parte da família e estabelecem laços de amizade muito fortes, partilham a vida em comum e a solidariedade é muito visível nesta forma de estrutura. Sendo assim, o vizinho é considerado como irmão a quem se pode confiar e contar com a sua ajuda em quaisquer momentos da vida (na doença, nos casamentos, nos óbitos, nas festas, etc.). Isto quer dizer que o vizinho está sempre presente nos momentos mais críticos e favoráveis da vida do vizinho. O vizinho é aquela pessoa que nos conhece bem e conhece toda a nossa família e está sempre por perto para nos ajudar. O vizinho é a pessoa de confiança que pode entrar na nossa casa quando e como quiser. Por exemplo, se tens um recém-nascido e se tiveres de sair, podes deixar o vizinho a tomar conta dele sem nenhuma cobrança. Portanto, essas relações são feitas na base de confiança mútua e

⁹³⁷ Cf. Bishwende, op. cit., p. 109.

⁹³⁸ Thiam, J. “Du clan tribal à la communauté chrétiennes”: In: Des prêtres noirs s’interrogent..., p. 52.

⁹³⁹ Cf. Citado por Bishwende, op. cit., p. 109.

de solidariedade. É uma vida comunitária bastante rica, feita através da amizade e de confiança mútua que cria verdadeiras estruturas de solidariedade.

Em definitivo, o projecto de eclesiologia em África só pode ser fecundo se se apoiar na teologia trinitária e na eclesiologia de comunhão saída do Concílio Vaticano II. Assim, fica legítimo que a Igreja em África viva doravante segundo a tradição da Igreja-família-de-Deus, de Igreja-fraternidade-de-Cristo, da Igreja-casa-de-Deus e da Igreja-comunhão-do-Espírito Santo⁹⁴⁰. E os Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda, estão animados pela mesma dinâmica de vida comunitária que assenta no espírito de solidariedade e de comunhão fraterna. Deste modo, são, de facto, uma concretização da vivência do modelo da imagem da Igreja como Família-de-Deus.

1.5. Fundamento canónico

Na constituição apostólica “*Sacrae disciplinae leges*” para a promulgação do Código de Direito Canónico revisto de 1983, João Paulo II escreveu:

“Um instrumento, como é o Código, corresponde totalmente à natureza da Igreja, sobretudo como é proposta pelo magistério do Concílio Vaticano II, considerado em geral, e de modo peculiar pela sua doutrina eclesiológica. Mais ainda, de algum modo, este novo Código pode ser entendido como um grande esforço de traduzir em linguagem canónica esta mesma doutrina, isto é, a eclesiologia conciliar. Se não se pode fazer com que a imagem da Igreja descrita pela doutrina do Concílio seja perfeitamente traduzida em linguagem canónica, todavia o Código deve ser sempre referido a esta mesma imagem como ao modelo primário, cujos traços, dentro do possível, deve por sua própria natureza exprimir em si”⁹⁴¹.

Por esta razão sublinha:

“Daqui derivam algumas normas fundamentais, pelas quais todo o novo Código é regulado, no âmbito da sua matéria própria bem como da própria linguagem, que está relacionada com esta matéria. Mais ainda, pode afirmar-se que daqui também deriva aquela nota, pela qual o Código é considerado como complemento do magistério proposto pelo Concílio Vaticano II, de modo peculiar no que diz respeito a duas Constituições, a saber, a dogmática e a pastoral. Daí se segue que aquela razão fundamental de novidade, que não se afastando nunca da tradição legislativa da Igreja, se encontra no Concílio Vaticano II, sobretudo no que se refere à doutrina eclesiológica, constitua também a razão de novidade no novo Código”⁹⁴².

Desta forma, o enquadramento canónico actual sobre a liberdade de associação na Igreja é o fruto do Concílio Vaticano II e oferece um quadro jurídico mais ou menos

⁹⁴⁰ Cf. Bishwende, op. cit., p. 190-191.

⁹⁴¹ João Paulo II, “*Sacrae disciplinae leges*”, Constituição apostólica, 28 de Janeiro de 1983.

⁹⁴² Ibidem, p. 43.

adequado à variedade de novas formas de agregação que hoje floresce na Igreja⁹⁴³. É neste enquadramento que os Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda adquirem o seu estatuto jurídico.

1.5.1. Natureza do direito de associação

O direito de associação é um direito natural ou direito fundamental da pessoa humana, afirmado por todas as instâncias, tanto a nível civil como religioso. O homem, ser social, tem necessidade de conviver com os outros e de, em comum, atingir determinados objectivos, aos mais variados níveis. Este direito é principalmente uma lei que decorre dos direitos sociais e da comunidade, o que tende a associar espontaneamente, a fim de conseguir objectivos comuns de vários tipos de comunidade: político, económico, cultural, religioso, etc. O artigo 20 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pelas Nações Unidas, em 1948, proclama o direito de associação, afirmando que cada indivíduo tem o direito de se associar de forma pacífica; também, o direito à imunidade de coerção (princípio de que ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação). Por sua vez, o art. 18 da mesma declaração assegura o direito de associação para a concretização da liberdade de pensamento e de religião.

De facto, o CIC de 1983, tendo como inspirador o Concílio Vaticano II, põe em relevo o papel do fiel leigo na Igreja⁹⁴⁴. O decreto conciliar *Apostolicam Actuositatem* apresenta o fundamento autêntico do direito de associação desta forma:

“Os fiéis são chamados a exercer o apostolado individual nas diversas condições da sua vida. Lembrem-se, contudo, que o homem é, por natureza, social, e que aprouve ao Senhor unir num Povo de Deus (cf. 1 Pe 2,5-10) e num corpo (cf. 1 Cor 12,12) os que crêem em Cristo. Portanto, o apostolado em associação responde com fidelidade à

⁹⁴³ A perplexidade e complexidade das novas formas de agregação chamadas “Novos Movimentos Eclesiais e Novas comunidades” levaram alguns canonistas a exigir mais um novo enquadramento jurídico por considerar o quadro jurídico do CIC de 1983 pouco esclarecedor e adequado à variedade de novas formas de agregação (Cf. Corecco, E., *Istituzione e carisma in riferimento alle strutture associative*, in: *L’elemento associativo nella Chiesa*, Otilien (1989) 79; Dortel-Claudot, M., *Les communautés nouvelles*, in: *Vie religieuse, érémitisme, consécration des vierges, communautés nouvelles*, Paris (1993) 225-226). Esses dois autores são citados por Sistach, “La liberté d’association dans l’Église”, in: *Pontificium Consilium Pro Laicis*, *Les mouvements ecclésiaux dans la sollicitude pastorale des évêques*, Laïcs aujourd’hui, Vatican, 2000, nota 4, p. 186. Mas Sistach rejeita esta objecção porque considera que o ordenamento jurídico oferecido pelo CIC de 1983 é bem abrangente, pois inspira-se no princípio de subsidiariedade e do fundamento de estabelecer margens flexíveis para a diversidade das novas agregações dos leigos (cf. art. cit., p. 186).

⁹⁴⁴ As normas sobre as obrigações e direitos de todos os fiéis e as obrigações e direitos dos fiéis leigos estão contidas no II Livro sobre o Povo de Deus e na sua I parte sobre os fiéis nos Títulos I e II (no total de 16 cânones: do c. 208-223 do Título I e de 8 cânones: do c.224-231 do Título II).

exigência humana e cristã dos fiéis e é, ao mesmo tempo, sinal da comunhão e da unidade da Igreja em Cristo que disse: ‘Onde estão dois ou três reunidos em meu nome, aí estou eu no meio deles (Mt 18,20)’”⁹⁴⁵.

Desta forma, a sociabilidade cristã dos fiéis torna-se um elemento constitutivo do ser batizado como sublinhado na LG: “Contudo, aprouve a Deus salvar e santificar os homens, não individualmente, excluía qualquer ligação entre eles, mas constituindo-os em povo que O conhecesse na verdade e O servisse santamente”⁹⁴⁶. Assim sendo, a constituição em povo revela a dimensão comunitária da salvação. É por esta razão, afirma Saturino, “a sociologia católica vê no grupo uma criação exigida pela natureza do homem, cuja finalidade é servir e não escravizar o homem. Entre todos os agrupamentos sociais, a associação é um daqueles onde mais claramente se vê este duplo carácter de enraizamento na natureza e de respeito da personalidade”⁹⁴⁷.

Para Marques, “não há dúvida que o CIC 1917 não reconhece expressamente o direito de associação. Todavia, só poderíamos dizer que o supõe, se interpretarmos que o CIC 1917 supõe o direito de associação para fins espirituais como supõe o direito dos fiéis de se associarem para fins humanos, como por exemplo, os desportivos”⁹⁴⁸. E justifica esta falta:

“Quando se levou a cabo a obra de codificação, não existia nem uma teoria do laicado nem certos fenómenos eclesiais que, movidos pelo Espírito Santo, haviam de traduzir-se em vida cristã eminentemente laical e, ao mesmo tempo, cheia de desejos de colaborar nas virtualidades de santificação e de acção apostólica que decorrem dos leigos do baptismo. O Codex de 1917 não tratou suficientemente dos leigos precisamente porque não o podia fazer. Nem existiam fenómenos sociais suficientemente vigorosos que reclamassem regulamentação, nem uma técnica jurídica que permitisse enfrentá-la, nem bases teológicas suficientemente firmes para lhes poderem servir de fundamento”⁹⁴⁹.

Assim, fica evidente o impacto do florescimento das novas agregações para o seu enquadramento jurídico na revisão do CIC de 1983.

⁹⁴⁵ AA 18.

⁹⁴⁶ LG 9.

⁹⁴⁷ Saturino, M.C.G., “O direito de associação; um direito fundamental na Igreja”, in: *Didaskalia XIX* (1989) 251-252.

⁹⁴⁸ Marques, J.A.G.S. “O direito de associação e as associações de fiéis”. In: *Deveres e direitos dos fiéis na Igreja*, *Lusitania Canónica* 5 (1999) 136. Para se ter uma ideia, no que diz respeito à questão do laicado, no CIC de 1917 existem, ao todo, 2.414 cânones, sendo que somente dois se referem explicitamente aos leigos: o cânone 682 afirma o direito dos leigos de receber os “bens espirituais”, sobretudo aqueles necessários à salvação e o cânone 683 proíbe os leigos de usarem as “vestes clericais”. Era nitidamente uma eclesiologia hierarcológica, em que a Igreja Católica se identificava como Igreja do clero e os leigos tinham uma presença passiva, entendidos simplesmente como fiéis que somente deveriam receber os bens espirituais, sempre dentro de uma rígida disciplina eclesiástica.

⁹⁴⁹ *Ibidem*, p. 140.

Segundo Saturino,

“é de conhecimento notório que o CIC 1983 se inspira na eclesiologia do Vaticano II, inspiração que se vê reflectida no livro II, coincidente com o capítulo II da *Lumen Gentium*. Aliás, a comissão central de revisão do CIC, e o Sínodo dos Bispos de 1967, aprovando os princípios que deveriam reger a revisão do texto codicial, afirmavam que ele deveria ter em conta a eclesiologia do Concílio e as preocupações pastorais do povo de Deus”⁹⁵⁰.

Note-se, segundo o mesmo autor, como na concepção do *christifideles* do CIC está bem patente a LG do Concílio Vaticano II: eles (fiéis leigos) configuram-se a Cristo pelo baptismo; pelo baptismo entram no Povo de Deus com direitos e deveres; participam no múnus profético, sacerdotal e real de Cristo; todos são corresponsáveis, segundo a condição jurídica de cada qual, em vista de uma missão na Igreja; entre eles há uma verdadeira igualdade na dignidade e agir, cooperando todos para a edificação do Corpo de Cristo; dentro da condição de *christifideles*, distinguem-se funcionalmente os ministros sagrados (que juridicamente são os clérigos) e os outros fiéis que são os leigos; estão em plena comunhão com a Igreja católica – “*Ecclesia subsistit in Ecclesia catholica*” (os baptizados que estão ligados pela fé, sacramentos e governo eclesiástico); por força da regeneração em Cristo, os fiéis têm direitos e deveres, sejam leigos ou clérigos⁹⁵¹. Por isso, Dalla Torse conclui: “Pela primeira vez é formulado um corpo de direitos fundamentais, predominando um espaço de liberdade e não de ‘autoritarismo’ como talvez se pudesse deduzir do Código anterior”⁹⁵².

Desta feita,

“supera-se a antiga concepção de Igreja-sociedade que era baseada em estados jurídicos diferenciados; agora passa-se a uma concepção bíblica de Igreja-comunhão, fundada sobretudo na igualdade fundamental e sobre a diversidade funcional derivante dos carismas e ministérios. Leigos, religiosos e clérigos são Povo de Deus, chamados à santidade, cada qual com os seus carismas e funções diferentes”⁹⁵³.

Por isso, “hoje é pacífico afirmar a existência do direito de associação, bem como de outros direitos derivados da natureza pessoal do homem, que deve ser reconhecido a todos os homens”⁹⁵⁴. Assim sendo, o direito de se associar fundamenta-se como um direito natural de todo o homem.

⁹⁵⁰ Saturino, art. cit., p. 251-252.

⁹⁵¹ Cf. Ibidem, p. 242-253.

⁹⁵² Citado por Ibidem, p. 254.

⁹⁵³ Ibidem, p. 252.

⁹⁵⁴ Ibidem., p. 141.

1.5.2. O cânone fundamental do direito de associação

Para Saturino, o cânone 215 é “o cânone fundamental sobre o direito de associação dos fiéis, havendo depois a sua enunciação também nos direitos dos leigos e clérigos”⁹⁵⁵. Explica desta forma:

“... *ut libere condant...*’: reconhecem-se direitos ao cristão, um destes é fundar associações. É um direito natural de todo o homem meter em prática os seus dotes e qualidades ao serviço da comunidade.

‘... *atque moderentur ...*’: é um outro direito acrescentado ao primeiro, completando-o. Ele poderia fundar uma associação e depois ser-lhe retirada a responsabilidade de a dirigir. Aqui, o cristão é responsável e digno de confiança para exercer a sua autoridade.

‘... *ad fines caritatis vel pietatis, aut ad vocationem christianam in mundo fovendam...*’: estes são os objectivos permitidos nas associações. São fins já conhecidos, excepto o ‘*ad vocationem christianam in mundo*’, que traz consigo enormes consequências no campo do apostolado.

‘... *utque conventus habeant ad eosdem fines...*’: não basta reconhecer o direito de associação, é necessário facilitar os meios para que se possam realizar, isto é, o direito de reunião e outros instrumentos”⁹⁵⁶.

“Como se vê, afirma Marques, este cânone enuncia dois direitos diferentes: o de associação e o de reunião. O direito de associação compreende: fundar associações, inscrever-se nas existentes e a autonomia estatutária e de governo das associações, de acordo com o nº 19 do Decreto *Apostolicam actuositatem*. Quanto aos fins de tais associações, são aqueles que correspondem à vocação do fiel, excluindo – pela sua própria índole – tanto os que dizem respeito a meras questões temporais (cujo objecto é um direito natural, não um direito fundamental do fiel) como os que referem às actividades específicas da Hierarquia. O estatuto destas associações pode ser civil ou canónico”⁹⁵⁷.

Desta forma, explica Saturino:

“Aos fiéis é garantido o direito de associação, direito fundamental para a vida do cristão e da Igreja. Os fiéis, independentemente da autoridade da Igreja (não é somente a ela que compete fundar associações), têm a liberdade de reunir-se, fundar associações e dirigi-las desde que tenham por objectivo: fins de religião ou de piedade, incremento da vocação cristã no mundo”⁹⁵⁸.

Portanto, “o direito de associação, como todos os direitos do fiel, está em consonância com o anúncio da salvação, isto é, o bem da Igreja, a *salus animarum*, promovendo obras de apostolado e santificação dos cristãos”⁹⁵⁹.

⁹⁵⁵ Ibidem, p. 255. A parte dedicada às associações de fiéis está inserida no livro II – De populo Dei –, na parte I – De Christifidelium Consociationibus (cc. 298-329).

⁹⁵⁶ Art. cit. p. 255.

⁹⁵⁷ Art. cit., p. 161-162.

⁹⁵⁸ Ibidem, p. 254.

⁹⁵⁹ Ibidem, p. 255.

Por isso, Del Portillo ressalta: “Trata-se de um *ius nativum* e não de uma *facultas* da autoridade eclesiástica. E um ‘*ius*’ que nasce da configuração baptismal, da inserção do cristão na Igreja”⁹⁶⁰.

1.5.3. Modalidades de associações

O direito canónico faz a divisão das associações segundo três critérios⁹⁶¹: os membros, a extensão territorial e a natureza canónica. Sendo assim, de acordo com os seus membros, é possível distinguir as associações de leigos, associações sacerdotais e associações mistas. Associações de leigos são aquelas compostas apenas por fiéis leigos; associações sacerdotais congregam sacerdotes seculares; finalmente, pertencem a associações mistas, leigos, clero e membros de institutos religiosos que expressam um desejo de fazer parte da mesma associação, tendo estes últimos recebido o consentimento dos seus superiores.

Dependendo da sua extensão territorial, associações dos fiéis podem ser diocesanas, nacionais ou internacionais. As associações diocesanas são aquelas que têm a sua actuação restrita ao espaço territorial de uma diocese; as associações nacionais são aquelas que existem ao nível do território nacional de um país, isto é, em mais dioceses de um país; e as associações internacionais abrangem muitos países em diferentes continentes.

De acordo com a sua natureza canónica, associações dos fiéis podem ser distinguidas em associações de facto, associações públicas e associações privadas. As associações de facto são aquelas que, existindo por força do direito de liberdade de associação dos fiéis, no entanto, não têm o reconhecimento formal da parte das autoridades eclesiásticas, pelo menos na fase inicial da sua existência. Estas associações, no entanto, têm a obrigação de viver em comunhão com a Igreja, e o bispo da diocese, onde elas estão inseridas, deve exercer, sobre elas, o seu ministério pastoral.

⁹⁶⁰ Citado por Saturino, art. cit., p. 250.

⁹⁶¹ As normas sobre as associações de fiéis preenchem o Título V do segundo livro sobre o Povo de Deus na sua primeira parte sobre os fiéis, num total de 31 cânones: do cc. 298-329. São quatro os capítulos:

Caput I – *Nortnae Communes* = cc. 298-311.

Caput II – *De Christifidelium Consociationibus Publicis* – cc. 312-320.

Caput III – *De Christifidelium Consociationibus Privatis* = cc. 321-326.

Caput IV – *Normae Speciales De laicorum Consociationibus* – cc. 327-329.

As associações públicas de fiéis são erigidas pela autoridade eclesiástica competente (bispo diocesano, Conferência Episcopal, a Santa Sé) para exercer as finalidades que são, ou reservadas por natureza à autoridade eclesiástica – como o ensino da doutrina cristã em nome da Igreja, a promoção do culto público e outros – ou espirituais, não reservadas à autoridade eclesiástica, mas que não estão suficientemente fornecidas através de iniciativas privadas de fiéis (Cân. 301). O decreto de erecção confere personalidade jurídica à associação pública que a recebe, assim, como a missão de alcançar, em nome da Igreja, os objectivos pretendidos (can. 313), comprometendo, directamente, a autoridade eclesiástica. Pelo facto de que as associações públicas ajam *in nomine Ecclesiae*, a sua direcção está confiada à autoridade eclesiástica (can. 315) que tem também amplas faculdades de vigilância.

As associações privadas são associações constituídas por iniciativa livre e privada dos fiéis e formadas por comum acordo entre os fiéis para alcançar os objectivos espirituais e apostólicos compatíveis com a sua condição baptismal, e o exercício do sacerdócio comum na Igreja (can. 299), à excepção dos fins que são reservados à autoridade eclesiástica, em algumas associações de fiéis, pode ser encontrado, tal recurso, um carisma inicial recebido por um dos fundadores desses novos movimentos eclesiais e novas comunidades. Para constituir uma associação privada, o direito canónico estabelece duas condições: os fins da associação devem estarem conformes aos fins estabelecidos pelo cânone 298§1 (excepto aqueles assinalados no cânone 301§ 1) para as associações públicas, e os seus estatutos devem ser reconhecidos pela autoridade eclesiástica (cf. cânone 299§1 e 2). Contudo, Sistach esclarece: “O que constitui a associação não é a intervenção da autoridade eclesiástica, mas a vontade comum dos fiéis que se associam porque os actos cumpridos pela hierarquia (louvor, aprovação, erecção da associação em pessoa jurídica) não constituem nem criam as associações privadas”⁹⁶².

Assim sendo, podemos considerar os Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda como associações de leigos, pelos seus membros, na sua totalidade leigos; pela extensão territorial, de associações, na sua maioria, diocesanas (excepto duas que podem ser consideradas nacionais por existirem já em Luanda e Viana); pela sua natureza canónica, de associações de facto e associações privadas (de

⁹⁶² Art. cit., p. 195.

facto, são aquelas agregações ainda não reconhecidas ou aprovadas mas com actividades nas paróquias e quase-paróquias e privadas são aquelas com estatutos e aprovadas pelo Bispo diocesano).

1.5.4. Relação com hierarquia

O decreto AA estabelece a regulamentação do exercício do direito de associação e a função própria da autoridade eclesiástica na base da comunhão eclesial. Por um lado, aos leigos é exigido o respeito da autoridade eclesiástica⁹⁶³ e por outro lado, da Hierarquia é exigido fomentar o apostolado dos leigos, fornecer os princípios e os auxílios espirituais, ordenar para bem comum da Igreja o exercício do mesmo apostolado, e vigiar para que se conserve a doutrina⁹⁶⁴. Segundo Sistach,

“esta relação com a autoridade eclesiástica, tal como nos é apresentado pelo Concílio, está baseada em dois grandes princípios sociais e eclesiais que são o princípio de subsidiariedade e o do bem comum. Por um lado, há a personalidade estática e dinâmica de todo o baptizado, protegida nesta comunhão hierárquico-eclesial pelo princípio de subsidiariedade. Não é por acaso que o texto conciliar citado começa por recordar à hierarquia que ela deve promover o apostolado dos leigos e fornecer ajuda espiritual e os princípios doutrinais que eles necessitam para a realização da sua vocação eclesial. Por outro lado, todas as iniciativas e obras eclesiais promovidas pela graça do Espírito Santo com a ajuda da hierarquia devem ser orientadas para o cumprimento da única missão do povo de Deus”⁹⁶⁵.

Então, são esses dois princípios que devem estar na base da regulamentação da relação entre o direito da associação e a autoridade eclesiástica.

Contudo, o mesmo autor esclarece:

“Baseando-se nesses dois princípios, o Código enuncia a lista dos direitos e deveres dos fiéis, começando pela proclamação do princípio que deve presidir a toda a actividade eclesial individual e associada: ‘Os fiéis têm obrigação de, com o seu modo de proceder, manterem sempre a comunhão com a Igreja’ (can. 209) e terminando com o ordenamento genérico dos direitos dos fiéis estabelecendo que esses direitos não são absolutos e ilimitados porque ‘devem ter em conta o bem comum da Igreja como os direitos dos outros e os seus deveres para com outros’ (can. 223§1) e também ‘em consideração ao bem comum, compete à autoridade regular o exercício dos direitos próprios aos fiéis’ (can. 223§2)”⁹⁶⁶.

⁹⁶³ Cf. AA 19: “Respeitada a devida relação com a autoridade eclesiásticas, os leigos têm o direito de fundar associações, governá-las, e, uma vez fundadas, dar-lhes um nome”.

⁹⁶⁴ Cf. AA 24: “Compete à Hierarquia fomentar o apostolado dos leigos, fornecer os princípios e os auxílios espirituais, ordenar para bem comum da Igreja o exercício do mesmo apostolado, e vigiar para que se conservem a doutrina e a ordem”.

⁹⁶⁵ Art. cit., p. 191.

⁹⁶⁶ Ibidem, p. 191. As obrigações e os direitos de todos os fiéis constam nos cânones 208-223.

Por conseguinte, “as relações entre os pastores e os movimentos eclesiais devem sempre ser recolocados num contexto de comunhão que é o único que lhes permite encontrar o seu justo valor. O direito de associação, numa vida de comunhão eclesial, exerce-se antes de tudo em comunhão com a hierarquia, como garantia de liberdade e de unidade”⁹⁶⁷. Esta relação com a hierarquia está dependente da natureza canónica das associações.

Deste feito, a relação das associações públicas com a Hierarquia está assim determinada: são erectas pela autoridade competente, a qual constitui a associação em pessoa jurídica e lhe dá a missão; estão sob a direcção superior da autoridade eclesiástica; a elaboração, revisão e mudança dos estatutos deve ter a aprovação da autoridade competente; a associação administra os bens sob a autoridade eclesiástica; a autoridade pode confirmar, instituir ou nomear o director da associação; tem direito a nomear o capelão ou assistente eclesiástico e a removê-lo⁹⁶⁸.

Quanto às associações privadas, são presididas e dirigidas pelos fiéis, segundo os seus estatutos. Se a associação não tiver personalidade jurídica, não pode ser sujeita de direitos e de deveres. Contudo, os seus membros podem exercer direitos e deveres através de mandatário ou procurador. Se a associação é legitimamente constituída tem a faculdade, segundo os estatutos, de emanar normas peculiares sobre a própria associação, de fazer reuniões e de designar os seus dirigentes e oficiais. Para tudo isso, terá de possuir os meios necessários e ser conhecida por um título ou nome. As suas relações com a autoridade eclesiástica são assim determinadas⁹⁶⁹: mesmo que essa autoridade louve e recomende a associação, ela não deixa de ser privada; a associação fica sob a vigilância da autoridade em tudo aquilo que respeita a fé, costumes, disciplina eclesiástica, governo e bens; a autoridade poderá conceder-lhes personalidade jurídica; a autoridade deve vigiar para que a associação não disperse as suas forças, mas tenha um trabalho comum no apostolado; o conselheiro espiritual, escolhido pela associação, deve ser confirmado pelo Ordinário do Lugar.

A relação entre a autoridade e as associações privadas requer um certo esclarecimento. Segundo, Marques,

⁹⁶⁷ Ibidem, p. 192.

⁹⁶⁸ Cf. Saturino, art. cit., p. 258.

⁹⁶⁹ Ibidem, p. 258-259.

“importa ter em conta a correlação existente entre o princípio de autonomia e o princípio de subsidiariedade. O princípio de subsidiariedade, no que diz respeito às actividades da organização pública da Igreja, é fruto da concepção personalista da comunidade eclesial, que exige dar a primazia à pessoa sobre a organização. Por isso, tem-se podido falar de uma “primazia da pessoa” e de uma “função ministerial da hierarquia” (entendida como Organização ou Ministério Eclesiástico). Esse duplo aspecto deve ficar assegurado e garantido pela constituição da Igreja. A primazia da pessoa está protegida pelos direitos fundamentais que servem de vida constitucional à liberdade de autonomia dos fiéis (princípio de autonomia). A função ministerial da Organização Eclesiástica garante-se, entre outros meios, com uma delimitação do poder de governo (estabelecendo a distinção de funções, a formalização dos mandatos normativos, o princípio de legalidade e de hierarquia normativa, concedendo os recursos oportunos perante os abusos, etc.)”⁹⁷⁰.

Prossegue:

“Por outro lado, também a liberdade de autonomia pode ser exercida abusivamente pelos fiéis. Em alguns casos, do exercício dessa liberdade pode proceder um perigo para a unidade. Para evitar esse abuso e este perigo, tem a hierarquia eclesial uma função que, neste caso, poderia ser chamada a ‘função jurisdicional da hierarquia relativamente à iniciativa privada dos fiéis’. É uma função de vigilância com finalidade de controlo hierárquico dos carismas privados”⁹⁷¹.

E conclui:

“Isto significa que o princípio de autonomia tem, também, uns limites que compete à função jurisdicional do governo eclesial estabelecer, de forma que, ao mesmo tempo que se reconhece a autonomia privada, se impeça que o seu exercício atente contra a unidade ou os fins da Igreja. Este exercício é *ad utilitatem Ecclesiae* e, por isso, não pode atentar contra a sua unidade nem contra a *salus animarum* como fim da Igreja”⁹⁷².

Marques faz algumas precisões acerca dos limites do exercício do direito de associação e os fins das mesmas:

“Antes de mais, convém recordar a existência de três planos na pessoa humana: 1º um âmbito pessoal incomunicável; 2º um âmbito pessoal, mas com dimensão comunitária; 3º o plano público, no qual surge a Hierarquia, titular da autoridade pública e responsável pelo bem comum. É no primeiro e no segundo plano que se situam as esferas de autonomia da pessoa e, acima de tudo, o que integra estas esferas, existem determinados *iura subjectiva nativa*, a que se juntam outros outorgados pelo Direito positivo”⁹⁷³.

Podemos resumir os limites do direito de associação em dois tipos:

“- 1º Um limite de fins, pois os fiéis não podem propor-se, nem pessoalmente, nem através de associações, os fins próprios da Hierarquia;

- 2º Um limite no modo ou modalidade de actuar, pois não podem atribuir-se, nem a si mesmos, nem às associações por eles constituídas, uma autoridade nem uma

⁹⁷⁰ Marques, art. cit., p. 149.

⁹⁷¹ Ibidem, p. 150.

⁹⁷² Ibidem, p. 150.

⁹⁷³ Ibidem, p. 157.

representação de tipo público (*nomine Christi Capitis et Ipsius potestate*). Este segundo limite é sumamente importante e compete à Hierarquia realizar um trabalho de vigilância atenta para que nenhum fiel ou associação tentem actuar desse modo autoritário, ostentando uma representação que não lhes compete e faltando ao respeito à liberdade dos outros componentes do Povo de Deus”⁹⁷⁴.

Desta forma, fica esclarecido que a liberdade associativa dos fiéis leigos na Igreja é reconhecida como um direito fundamental. Essa liberdade constitui um verdadeiro e próprio direito que não deriva de uma espécie de “concessão” da autoridade, mas que promana do Baptismo, sacramento que chama os fiéis leigos para participarem activamente na comunhão e na missão da Igreja. Trata-se de uma liberdade reconhecida e garantida pelo ordenamento canónico mas que deve ser exercida sempre e só na comunhão da Igreja. Nesse sentido, o direito dos fiéis leigos em agregar-se deve ser defendido, protegido e promovido como sustenta Sistach:

“É necessário encorajar e promover a institucionalização das realidades associativas de fiéis que nascem na Igreja ou que já estão presentes, por várias razões: porque é um direito fundamental dos fiéis, reconhecido na programação canónica; porque os movimentos actuam nas igrejas como realidades associativas de facto e a sua institucionalização é uma garantia para os seus membros e para os fins prosseguidos; porque o facto de ter uma configuração jurídica adequada serve a necessária planificação pastoral de conjunto; porque a institucionalização permite-lhes fazer parte do corpo eleitoral de organismos pastorais como conselhos diocesanos, presbiterais e pastorais”⁹⁷⁵.

Por isso, o mesmo autor sublinha que o CIC de 1983 não só estimou as novas agregações dos fiéis mas também recomendou-as vivamente a todos (cf. can. 278§2 2 327) e exortou os pastores a reconhecê-las, promovendo o seu papel no empenhamento dos leigos na missão da Igreja (can. 529§2)⁹⁷⁶. Desta forma, impõe-se, do lado da autoridade eclesiástica, o reconhecimento de todos os Novos Movimentos de Apostolado que estão no terreno a trabalhar, apesar de não terem o estatuto, e do lado das associações dos fiéis, o respeito da comunhão eclesial.

Ficou claro que os fundamentos, aqui apresentados, justificam a razão de ser dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda porque são a concretização da vontade de Jesus de agregar os irmãos que escutam a Palavra do Pai e procuram pô-la em prática; são a concretização da vivência em grupo da comunhão fraterna e do

⁹⁷⁴ Ibidem, 157-158.

⁹⁷⁵ Art. cit., p. 186.

⁹⁷⁶ Cf. Ibidem, p. 189.

espírito de solidariedade, sempre assumidos no dia-a-dia da vida do cabinda; são a manifestação do desejo de viver a graça baptismal em comunhão com a Santa Igreja; são formas de viver a imagem de Igreja-família-de-Deus, novidade eclesiológica saída do Primeiro Sínodo para África; por fim, são frutos de um direito fundamental de todo homem e, ainda mais, do cristão e não uma concessão da autoridade eclesiástica. Mas este direito deve ser exercido na comunhão eclesial e compete à autoridade eclesiástica o dever de vigiar para salvaguardar a unidade e não de impedir.

Portanto, pela graça do baptismo, todo o fiel tem a missão de ir anunciar a Boa Nova da salvação, mandato confiado por Jesus Ressuscitado à Igreja no dia da sua despedida antes de subir para o Pai. O florescimento dos “Novos Movimentos Eclesiais e Novas comunidades”, defendido e promovido pelos últimos Sumos Pontífices, surge como fruto deste despertar da consciência da graça baptismal que cria e conforma o corpo eclesial, na sua totalidade, como povo de Deus.

Capítulo 2:

Os impulsionadores dos Novos Movimentos Eclesiais

O resultado hoje visto do impacto do fenómeno dos “Novos Movimentos” na vida da Igreja e dos seus membros deve ser reconhecido como fruto de grandes impulsionadores (pessoas e estruturas que muito fizeram para defender e promover as novas agregações dos fiéis). O seu papel foi decisivo no desenvolvimento da chamada teologia do laicado. Neste capítulo, vamos descobrir, por um lado, os sumos pontífices que muito contribuíram para a promoção deste fenómeno e, por outro lado, os acontecimentos ou as estruturas que apoiaram e facilitaram o seu desenvolvimento. Vamos circunscrever esta contribuição aos últimos pontificados, começando por Pio IX, tendo em conta o seu empenho nos pronunciamentos sobre a promoção do laicado, até Paulo VI, a quem foi incumbida a graça de concluir o Concílio Vaticano II e de iniciar a implementação das suas propostas; a seguir, veremos o impacto trazido pelo próprio Concílio Vaticano II e o contributo do trabalho do Conselho Pontifício para os Leigos, estrutura importante e decisiva na promoção do fenómeno dos “Novos Movimentos Eclesiais” e por fim, destacaremos as duas figuras importantes da recente história dos “Novos Movimentos”, os Papas João Paulo II e Bento XVI.

2.1. O laicado nos pontificados de Pio IX a Paulo VI

É verdade que o Concílio Vaticano II veio coroar o esforço lançado para a compreensão do lugar do fiel leigo na vida da Igreja, iniciada desde do pontificado de Pio IX. Assim, embora ainda dentro de uma Igreja entendida como “sociedade perfeita” e de uma teologia “apologética”, pode-se constatar que houve uma contribuição específica no que diz respeito à questão do laicado, dos papas do período que antecede a realização do Concílio Vaticano II (partindo de Pio IX)⁹⁷⁷. Contudo deixamos fora deste leque dois papas deste período, isto é, Pio X e Bento XV por não ter tido

⁹⁷⁷ Cf. Scopinho, S. C. D. “Abordagem etimológica e histórica do leigo no catolicismo”. In: Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor., Curitiba, v. 3, n. 2 (Jul./Dez. 2011) 571-597 e também cf. Saturino, Art.cit., p. 193-197.

pronunciamentos claros de incentivo para promoção do laicado. A este período, acrescentamos os dois papas do Concílio, João XXIII que o convocou e Paulo VI que o concluiu. Todos esses Sumos Pontífices referidos estão situados no contexto da modernidade e tiveram pronunciamentos que convocavam o laicado a agir, fazendo oposição aos elementos considerados nocivos, tanto para a Igreja Católica como para a própria sociedade. Tal convocação apresentou importantes elementos para a elaboração de uma experiência fundamental na Igreja, que viria a ganhar expressividade e reconhecimento eclesial, tanto do ponto de vista jurídico como teológico e pastoral no Concílio Vaticano II.

2.1.1. Pio IX (1846-1878)

Partimos do pontificado de Pio IX porque, com ele, deu-se início às primeiras experiências mais concretas no que diz respeito à participação do leigo como colaborador do ministério sacerdotal. Ele enfatizou a acção do laicado como fundamental para a vida da Igreja, mas esta acção deveria estar estritamente vinculada à hierarquia.

A temática do laicado, no seu pontificado, pode ser caracterizada por duas acções concretas: por um lado, uma acção de combate (a convocação dos leigos para combater os erros da modernidade), uma acção não de diálogo, mas de oposição ao mundo moderno; e, por outro lado, uma acção directamente subordinada à hierarquia eclesiástica.

2.1.2. Leão XIII (1878-1903)

Leão XIII procurou seguir os mesmos parâmetros de interpretação adoptados por Pio IX, embora o seu pontificado tivesse apresentado algo novo no que diz respeito à tradicional visão da Igreja em relação ao mundo.

No seu pontificado, a expressão “Acção Católica” adquiriu carácter de cidadania, tanto no meio eclesial como no contexto social, com o aparecimento de grande multiplicidade de associações de todo o género, principalmente de associações operárias como certamente em nenhuma outra época se viu.

Os seus pronunciamentos sobre a importância das associações foram fundamentados antropologicamente e biblicamente. Considerou que viver em

comunidade é um facto social que está acima da vontade de cada um, é uma tendência que lhe foi dada pelo Criador. Deste modo, defendia o direito de associação como fundamental. Para Leão XIII, a razão pela qual os homens se unem é a salvação do homem do isolamento. Citando duas passagens da Sagrada Escritura, reforça a ideia da congregação de forças para atingir um determinado objectivo:

“A experiência que o homem adquire todos os dias da exiguidade das suas forças, obriga-o e impele-o a agregar-se a uma cooperação estranha. É nas Sagradas Letras que se lê esta máxima: ‘Mais valem dois juntos que um só, pois tiram vantagem da sua associação. Se um cai, o outro sustenta-o. Desgraçado do homem só, pois; quando cair, não terá ninguém que o levante’. Esta outra: ‘O irmão que é ajudado por seu irmão, é como uma cidade forte’. Desta propensão natural, como dum único germe, nasce, primeiro, a sociedade civil; depois, no próprio seio desta, outras sociedades que, por serem restritas e imperfeitas, não deixam de ser sociedades verdadeiras”⁹⁷⁸.

Por isso, o Estado não pode proibir a formação de associações entre os cidadãos, porque o direito de associação não provém do Estado mas sim da natureza humana:

“O direito de existência foi-lhes outorgado pela própria natureza; e a sociedade civil foi instituída para proteger o direito natural, não para o aniquilar. Por esta razão, uma sociedade civil que proibisse as sociedades públicas e particulares, atacar-se-ia a si mesma, pois todas as sociedades públicas e particulares tiram a sua origem dum mesmo princípio: a natural sociabilidade do homem”⁹⁷⁹.

Desta forma, o direito de associação é considerado como um direito natural.

Por esta razão, o Papa defende as associações existentes dentro da Igreja e afirma que, pelo direito natural, elas são legítimas desde que tenham fim honesto:

“Aqui, apresentam-se ao nosso espírito as confrarias, as congregações e as ordens religiosas de todo o género, nascidas da autoridade da Igreja e da piedade dos fiéis. Quais foram os seus frutos de salvação para o género humano até aos nossos dias, a história o diz suficientemente. Considerando simplesmente o ponto de vista da razão, estas sociedades aparecem como fundadas com um fim honesto, e, conseqüentemente, sob os auspícios do direito natural: no que elas têm de relativo à religião, não dependem senão da Igreja. Os poderes públicos não podem, pois, legitimamente, arrogar-se nenhum direito sobre elas, atribuir-se a sua administração; a sua obrigação é antes respeitá-las, protegê-las e, em caso de necessidade, defendê-las”⁹⁸⁰.

O seu protesto vai contra todas as intromissões do poder civil nas associações eclesiais, contra a sua proibição por parte do Estado, violando claramente o direito de associação.

Recomendou aos bispos e o clero para apoiar as associações: “Os Bispos, por seu lado, animam estes esforços e colocam-nos sob a sua protecção: por sua autoridade

⁹⁷⁸ RN 30.

⁹⁷⁹ Ibidem.

⁹⁸⁰ RN 31.

e sob os seus auspícios, membros do clero tanto secular como regular se dedicam, em grande número, aos interesses espirituais das corporações”⁹⁸¹. Portanto,

“tudo quanto se pode dizer em geral é que se deve tomar como regra universal e constante o organizar e governar por tal forma as cooperações que proporcionem a cada um dos seus membros os meios aptos para lhes fazerem atingir, pelo caminho mais cómodo e mais curto, o fim que eles se propõem, e que consiste no maior aumento possível dos bens do corpo, do espírito. Mas é evidente que se deve visar, antes de tudo, o objecto principal, que é o aperfeiçoamento moral e religioso. E principalmente este fim que deve regular toda a economia destas sociedades; doutro modo, elas degenerariam bem depressa e cairiam, por pouco que fosse, na linha das sociedades em que não tem lugar a religião”⁹⁸².

Desta forma,

“tomando a Deus por ponto de partida, dê-se amplo lugar à instrução religiosa a fim de que todos conheçam os seus deveres para com Ele; o que é necessário crer, o que é necessário esperar, o que é necessário fazer para obter a salvação eterna, tudo isto lhes deve ser cuidadosamente recomendado; premunam-se com particular solicitude contra as opiniões erróneas e contra todas as variedades do vício”⁹⁸³.

Vê-se que Leão XIII confia aos movimentos a missão de formar os seus membros para serem testemunhas de Cristo Ressuscitado.

2.1.3. Pio XI (1922-1939)

Foi chamado o “Papa da Acção Católica” porque, com ele, a Acção Católica foi legitimamente reconhecida como espaço de actuação do laicado e oficializada na sua primeira Encíclica *Ubi arcano Dei Consilio*.

Nesta encíclica, ele não hesitou em comparar o empenho de Acção Católica a uma “santa batalha”:

“Os frutos de tal piedade são manifestos, a difusão generalizada e grande actividade do apostolado que, pela oração, a palavra, pela imprensa religiosa, por exemplo pessoal, por obras de caridade, procura de toda forma possível para conduzir as almas ao Sagrado Coração de Jesus e para restaurar para o mesmo Sagrado Coração o seu governo soberano sobre a família e sobre a sociedade. Também nos referimos à batalha santa travada em tantas frentes para reivindicar para a família e para a Igreja os direitos naturais e divinos que eles possuem sobre a educação e a escola. Finalmente, incluímos entre esses frutos de piedade, todos os movimentos, organizações, e funciona tão caro ao nosso coração de pai que passa sob o nome de ‘Acção Católica’, e em que temos sido tão intensamente interessado”⁹⁸⁴.

⁹⁸¹ RN 32.

⁹⁸² RN 33.

⁹⁸³ Ibidem.

⁹⁸⁴ UADC 54.

Deixou a recomendação da sua promoção e do seu desenvolvimento: “Todas estas organizações e movimentos devem não só continuar a existir, mas deve ser desenvolvido mais e mais, sempre é claro como as condições de tempo e lugar parecem exigir”⁹⁸⁵. Para tal, incumbiu aos bispos a responsabilidade de dizer aos fiéis do laicado que,

“quando, juntamente com os seus pastores e os seus bispos, participam nas obras de apostolado, tanto individuais como sociais, o objectivo final que é tornar Jesus Cristo conhecido e melhor amado, então, eles estão mais do que nunca “a geração eleita, o sacerdócio real, a nação santa, o povo adquirido”, dos quais São Pedro falou em termos elogiosos (I Pedro II, 9). Então, também, eles são mais do que nunca unidos a nós e com Cristo, e se tornar grandes factores em trazer a paz ao mundo, porque eles trabalham para a restauração e difusão do Reino de Cristo”⁹⁸⁶.

Na sua Encíclica *Quadragesimo Anno*, celebrando o quadragésimo aniversário da publicação da Encíclica *Rerum Novarum*, defendeu o direito de se associar, criticando aqueles que impedem a sua realização, pois é um direito natural porque as associações têm como finalidade o bem-estar físico, económico e moral, não esquecendo o objectivo especial que é o aperfeiçoamento religioso e moral. Faz distinção entre associações operárias, associações não operárias, associações de industriais. A primeira e a mais importante condição é que, ao lado dos sindicatos, existam sempre outros grupos com o fim de dar aos seus membros uma séria formação religiosa e moral, para que eles, depois, infiltrem nas organizações sindicais o bom espírito que deve animar toda a sua actividade.

Para este efeito, a Acção Católica tornava-se, para Pio XI, um meio eficaz da acção da Igreja no mundo, sempre sob a subordinação à hierarquia católica. Esta missão do leigo na relação com o mundo permitiu à Igreja começar a penetrar ambientes a que ainda não tinha acesso dentro do mundo moderno. Com ele, definiu-se, com mais precisão jurídica e pastoral, a actividade dos leigos, entendida como colaboração no apostolado hierárquico. Essa postura doutrinal e pastoral abriu espaço para novas posturas teológicas, doutrinárias e pastorais que possibilitaram uma actuação laical com novas perspectivas e possibilidades. Foi, assim, dado um grande salto no fundamento dogmático do sacerdócio dos leigos, sustentado por uma base doutrinal e actuação pastoral, que se foram consolidando nos pontificados posteriores. Assim, era possível

⁹⁸⁵ UADC 55.

⁹⁸⁶ UADC 58.

perceber uma viva consciência do leigo como corresponsável na missão da Igreja, sempre em colaboração com a hierarquia.

Em 1938, instituiu o Office “*Actio Catholica*” para coordenar as acções de todos os movimentos ligados à Acção Católica. Mais um ponto marcante do seu pontificado foi a introdução da festa litúrgica de Cristo Rei, a ser celebrada anualmente no último domingo do mês de Novembro, como convite aos católicos para a tarefa da recristianização da sociedade, estendendo e incrementando o Reino de Cristo. “A celebração desta festa, afirmava Pio XI, constituirá também uma admoestação para as nações, de que o dever de venerar publicamente Cristo e de Lhe prestar obediência, diz respeito não só aos particulares, mas também aos magistrados e aos governantes”⁹⁸⁷.

Por isso, podemos dizer que o pontificado do Papa Pio XI foi marcado por uma transformação na eclesiologia com surgimento de novas concepções que superavam o modelo de Igreja entendida como sociedade perfeita e também por um despertar do laicado à participação e à responsabilidade na missão da Igreja, contribuindo para a promoção do próprio laicado.

2.1.4. Pio XII (1939-1958)

O pontificado de Pio XII foi marcado pelo fortalecimento da Acção Católica e, consequentemente, uma maior participação do laicado na Igreja e na sociedade. No que diz respeito à Acção Católica, cabe ressaltar a importância da promulgação da Constituição Apostólica *Bis Saeculari* onde foi afirmada a existência de uma multiplicidade de formas e métodos no interior da própria Acção Católica, que não pode ser desprezada mas que exige o respeito das especificidades de cada estrutura.

Desta forma, o Papa defende a ideia da unidade nas diversidades no seio da Acção católica e condena toda a tentativa da uniformização:

“De facto, como muitas vezes declarou esta Sé Apostólica, a Acção católica não se exerce num círculo fechado, como que circunscrita rigidamente dentro de determinados limites invioláveis, nem pelo facto de ter um objectivo, faz por alcançá-lo por um caminho e processo exclusivo, a ponto de suprimir e absorver as outras associações activas dos católicos; pelo contrário, deve ter como dever seu unir e amistosamente coordenar estas associações de tal forma que umas beneficiem o progresso das outras, com inteira concórdia de ânimos, união e caridade. Pois, como recentemente advertimos, neste exímio fervor de apostolado, que nos é tão grato, deve haver precaução contra o erro de alguns que desejam reduzir a uma única forma de apostolado

⁹⁸⁷ QP 33.

tudo o que se faz para bem das almas. Este procedimento é inteiramente contrário ao pensamento e sentir da Igreja, a qual de modo nenhum aprova esta espécie de coarctação da vida que espontaneamente brota e floresce coarctação que leva a confiar todas as obras de apostolado apenas a uma determinada associação ou paróquia”⁹⁸⁸.

Prossegue:

“A Igreja, pelo contrário, favorece a multiforme unidade, na direção dessas obras, por meio da colaboração fraterna, sob a orientação dos prelados, na união e conjugação de todas as forças para um único fim. E esta concorde harmonia de sentimentos, ordenada colaboração e entendimento mútuo, que inúmeras vezes recomendamos, tanto mais facilmente a conseguirão essas associações, quanto mais profundamente se persuadirem de que então se avantajarão às demais, quando aprenderem a dar-lhes o primeiro lugar, desterrando qualquer contenda acerca de primazias, amando-se uns aos outros com fraterna caridade e dando-se mutuamente a preferência, procurando só a glória de Deus”⁹⁸⁹.

A Constituição Apostólica *Bis Saeculari* confirmava, assim, o conceito jurídico da Acção Católica, apresentando as quatro notas que a constituíam: a laicidade, o apostolado universal, a organização hierárquica e o mandato.

Numa outra ocasião tornou a insistir:

“É necessário prevenir o erro em que alguns, movidos pelo zelo do bem, podem cair, de querer uniformizar as actividades em benefício das almas e submetê-las todas a uma forma comum, com miopia de concepção de todo alheia às tradições e ao espírito suave da Igreja, herdeira da doutrina de São Paulo: ‘Há variedade de dons, mas o espírito é o mesmo’ (1 Cor 12,4)”⁹⁹⁰.

E explica:

“Como nos exércitos da terra, armas e corpos diversos, com a sua diversidade, asseguram a harmoniosa cooperação comum que leva à vitória, da mesma maneira, junta a outras formas de zelo, por importantes e principais que sejam, a Igreja deseja e anima a existência de organizações de apostolado leigo, (...) que prosperem e se desenvolvam nas suas formas e métodos, sendo no exército de Cristo um belo exemplo da fecundidade do apostolado católico, manifestado em diversas obras e organizações, que trabalham todas intensamente sob a direcção e a protecção do Chefe supremo da Igreja”⁹⁹¹.

Assim, foi possível a realização de novas experiências eclesiais e pastorais que aconteceram em todo o mundo católico.

Podemos dizer que, na primeira fase do pontificado de Pio XII (1939-1950), foram dados passos decisivos para aprofundar algumas propostas eclesiológicas e teológicas, fundamentais para a realização do Concílio Vaticano II e para os

⁹⁸⁸ BID 15.

⁹⁸⁹ Ibidem.

⁹⁹⁰ Pio XII, “Radiomensagem ao Congresso das Congregações Marianas em Barcelona”, 7 de Dezembro de 1947.

⁹⁹¹ Ibidem.

pontificados posteriores. O principal deles foi a elaboração do conceito de Igreja, entendida como Corpo Místico de Cristo e não sociedade perfeita como era anteriormente, presente na Carta Encíclica *Mystici Corporis*. Esta temática foi uma contribuição importante para a valorização do laicado no entendimento da Igreja como Povo de Deus. Esta concepção de Igreja, entendida como povo de Deus, foi importante para a superação das várias visões dicotômicas como laicado e hierarquia, sagrado e profano, natural e sobrenatural, entre outras que estavam solidificadas e fortalecidas com a ideia de totalidade eclesial.

Um acontecimento importante no pontificado de Pio XII foi, em 1952, a instituição do Comité Permanente dos Congressos Internacionais para o Apostolado dos Leigos para organização dos Congressos Mundiais para o Apostolado dos Leigos que foram um espaço alcançado pelo leigo, por meio da sua participação efectiva no interior da Igreja e na relação com o mundo. Os dois Congressos organizados (1951 e 1957 em Roma) no seu pontificado ofereceram vários elementos para a preparação do Concílio Vaticano II, realizado pouco tempo depois. Neles participaram delegados de todos os continentes do mundo e membros das várias associações de apostolado do leigo. Esses Congressos também possibilitaram uma reflexão para compreender a actuação do laicado nas diferentes áreas da vida social, como a família, a escola, a política, entre outras, e fizeram surgir uma imagem de Igreja que compreendia melhor as diversas funções do apostolado do leigo, tanto dos homens como das mulheres.

Deve ser sublinhado que o Office “*Actio Catholica*” foi, no seu pontificado em 1955, definido como um organismo da Santa Sé ao serviço do episcopado, uma base para organizações que operam a nível internacional para estimular a criação da Acção Católica nos diferentes países, bem como para a troca de experiências, etc.; consolidando, assim, “uma entidade jurídica diferente das abrangidas pelo Código de Direito Canónico de 1917.

2.1.5. João XXIII (1958-1963)

Seguiu os parâmetros do seu predecessor e menos de 90 dias após a sua eleição como Sumo Pontífice, fez anúncio da convocação, para surpresa de muitos, do Concílio Vaticano II, cuja promulgação e posterior realização se tornaram um marco importante na vida da Igreja, e pode ser visto como uma nova etapa na relação da Igreja com o

mundo moderno. Considerado, inicialmente, um Papa de transição, depois do longo pontificado de Pio XII, manifestou o seu desejo dum “Concílio da Igreja sobre a Igreja”, mais do que preocupar-se com os problemas externos à realidade eclesial, “embora não tenha deixado de se preocupar com a realidade social”, isto é, um Concílio que visava a renovação da Igreja e a formulação de uma nova forma de explicar pastoralmente a doutrina católica ao mundo moderno⁹⁹². No seu curto pontificado de cinco anos, escreveu oito encíclicas, sendo as principais a *Mater et Magistra* (Mãe e Mestra) e a *Pacem in Terris* (Paz na Terra).

Na sua Encíclica *Mater et Magistra*, refere-se expressamente à socialização como um dos aspectos característicos da nossa época: consiste na multiplicação progressiva das relações dentro da convivência social, e comporta a associação de várias formas de vida e de actividade, e a criação de instituições jurídicas⁹⁹³. Sublinha que ela é “fruto e expressão de uma tendência natural, quase irreprimível, dos seres humanos: tendência a associarem-se para fins que ultrapassam as capacidades e os meios de que podem dispor os indivíduos em particular”⁹⁹⁴. Salienta que ela é “obra dos homens, seres conscientes e livres, levados por natureza a agir como responsáveis, ainda que nas suas acções sejam obrigados a reconhecer e respeitar as leis do progresso económico e social, e não possam subtrair-se de todo à pressão do ambiente”⁹⁹⁵. Por isso, defende que “a socialização pode e deve realizar-se de maneira que se obtenham as vantagens que ela traz consigo e se evitem ou reprimam as consequências negativas”⁹⁹⁶.

Na última parte desta encíclica, elogia o papel e a importância das associações e organizações de apostolado dos leigos, sobretudo as que se destinam a cristianizar a ordem temporal, dentro das orientações da hierarquia; e destaca a importância da instrução e da educação para a dinamização do apostolado dos leigos das associações a fim de actuar cristãmente no campo económico e social⁹⁹⁷. E pede uma educação através da acção:

“Para actuar cristãmente no campo económico e social, a educação deve mostrar-se eficaz, se os que a recebem não tomam nela parte activa e se não for dada também

⁹⁹² Cf. João XXIII, “Discurso na abertura solene do SS. Concílio”, cit.

⁹⁹³ Cf. MM 59.

⁹⁹⁴ Ibidem 60.

⁹⁹⁵ Ibidem 63.

⁹⁹⁶ Ibidem 64.

⁹⁹⁷ Cf. Ibidem 221-234.

através da acção. Justamente se costuma dizer que não é possível chegar a usar bem da liberdade senão por meio do bom uso da liberdade. De modo análogo, proceder cristãmente no campo económico e social não se consegue senão por meio da acção cristã concreta nesse domínio. Por isso, na educação social, corresponde uma função importante às associações e organizações de apostolado dos leigos, especialmente às que se propõem, como objectivo próprio, impregnar de cristianismo um ou outro sector da ordem temporal. Efectivamente, não poucos membros destas Associações podem utilizar as suas experiências quotidianas para se educarem a si próprios cada vez melhor e contribuir para a educação social dos jovens”⁹⁹⁸.

Para isso, propõe o método para acção:”

“Para levar a realizações concretas os princípios e as directrizes sociais, passa-se ordinariamente por três fases: estudo da situação; apreciação da mesma à luz desses princípios e directrizes; exame e determinação do que se pode e deve fazer para aplicar os princípios e as directrizes à prática, segundo o modo e no grau que a situação permite ou reclama. São os três momentos que habitualmente se exprimem com as palavras seguintes: “ver, julgar e agir”. Convém, hoje, mais que nunca, convidar com frequência os jovens a reflectir sobre estes três momentos e a realizá-los praticamente, na medida de possível. Deste modo, os conhecimentos adquiridos e assimilados não ficarão, neles, em estado de ideias abstractas, mas torná-los-ão capazes de traduzir na prática os princípios e as directrizes sociais”⁹⁹⁹.

Por isso, considera que as associações devem ser aproveitadas para a implementação da educação social porque “uma doutrina social não se enuncia apenas; aplica-se na prática, em termos concretos”¹⁰⁰⁰. Desta forma, “a educação cristã deve ser integral; quer dizer, deve compreender a totalidade dos deveres. Há de, pois, fazer nascer e fortificar nas almas a consciência de terem de exercer cristãmente as actividades de natureza económica e social”¹⁰⁰¹. Assim, não basta fazer despertar e formar a consciência da obrigação de proceder cristãmente no campo económico e social. A educação deve pretender também ensinar o método que torne possível o cumprimento desta obrigação. Assim podemos dizer que João XXIII queria que as associações se tornassem “escolas” ou “lugares” onde se aprende a praticar a doutrina social para melhor preparar os leigos na sua intervenção no mundo.

Na sua segunda importante Encíclica *Pacem in Terris*, defendeu claramente o direito de associação como intrinsecamente ligado à natureza humana: “Da sociabilidade natural da pessoa humana provém o direito de reunião e de associação; bem como o de conferir às associações a forma que, aos seus membros, parecer mais

⁹⁹⁸ Ibidem 229-232.

⁹⁹⁹ Ibidem 235-236.

¹⁰⁰⁰ Ibidem 225.

¹⁰⁰¹ Ibidem 227.

idónea à finalidade em vista, e de agir dentro delas por conta própria e risco, conduzindo-as aos almejados fins”¹⁰⁰². Explica a razão da importância das associações:

“É de todo indispensável que se constitua uma vasta rede de agremiações ou organismos intermediários, adequados a fins que os indivíduos por si sós não possam conseguir de maneira eficaz. Semelhantes agremiações e organismos são elementos indispensáveis para salvaguardar a dignidade e a liberdade da pessoa humana, sem lhe comprometer o sentido de responsabilidade”¹⁰⁰³.

Portanto, reforça o princípio de colaboração mútua como o elemento incentivador da vivência em associação:

“Sendo os homens sociais por natureza, é mister que convivam uns com os outros e promovam o bem mútuo. Por esta razão, é exigência de uma sociedade humana bem constituída que mutuamente sejam reconhecidos e cumpridos os respectivos direitos e deveres. Segue-se, igualmente, que todos devem trazer a sua própria contribuição generosa à construção de uma sociedade na qual direitos e deveres se exerçam com solércia e eficiência cada vez maiores”¹⁰⁰⁴.

Assim sendo, “a convivência humana, além de bem organizada, há-de ser vantajosa para os seus membros. Requer-se, pois, que estes não só reconheçam e cumpram direitos e deveres recíprocos, mas que todos colaborem, também, nos múltiplos empreendimentos que a civilização contemporânea permite, sugere, ou reclama”¹⁰⁰⁵. Desta forma, se evita toda a tentativa de rivalidades entre as agregações dos leigos.

Através desses pronunciamentos, fica evidente o contributo impulsionador do Papa João XXIII em relação às formas de agregações laicais que ele defendeu e promoveu, propondo-as como “lugares” de formação dos leigos na prática da doutrina social da Igreja. Apesar do seu curto pontificado, o Papa João XXIII deixou um legado que muito valorizou o direito de associação dos leigos para o apostolado no mundo que o Concílio Vaticano II veio fundamentar e legitimar.

2.1.6. Paulo VI (1963-1978)

O Papa Paulo VI teve a responsabilidade de continuar os trabalhos do Concílio Vaticano II depois da morte de João XXIII e de velar na aplicação das suas conclusões. Ele teve um apreço pelo laicado católico, valorizando a sua actividade mesmo antes de

¹⁰⁰² PT 23.

¹⁰⁰³ PT 24.

¹⁰⁰⁴ PT 31.

¹⁰⁰⁵ PT 33.

ser eleito; até foi animador, testemunho e mestre de alguns “Novos Movimentos”, e chamou alguns leigos para participar no Concílio, como observadores. Teve vários pronunciamentos e acções que se referem directamente à questão do laicado.

2.1.6.1. Alguns acontecimentos marcantes

- 1º **A criação do Conselho Pontifício para os Leigos** foi uma exigência das decisões conciliares e continua a ser uma estrutura importante na compreensão do lugar e papel do leigo no interior da Igreja e na sua relação com o mundo moderno. Esta estrutura pode ser considerada como consequência de um processo de consciencialização da Igreja e do próprio laicado, tornando-se lugar de referência para a reflexão teológica e para a acção pastoral. Mais além, veremos a importância do seu contributo no desenvolvimento da realidade do fenómeno dos “Novos Movimentos”.

- 2º **A realização do Terceiro Congresso Mundial para o Apostolado dos Leigos**, o primeiro depois da realização do Concílio que aconteceu entre os dias 11 e 18 de Outubro de 1967 e cujo conteúdo se encontra nas Actas do mesmo Congresso com o título “O povo de Deus no itinerário dos homens”¹⁰⁰⁶. Este Congresso contou com a participação de 107 países, com 64 organizações católicas internacionais, somando um total de mais de 3.000 participantes, expressando um profundo sentido de universalidade e de interesse em aprofundar as deliberações conciliares.

- 3º **A instituição do Sínodo dos Bispos** foi também um desses recursos recomendados pelo Concílio Vaticano II¹⁰⁰⁷, cuja finalidade era actualizar, tanto do ponto de vista pastoral quanto teológico e doutrinal, os temas conciliares diante das novas situações históricas. Assim, concluídos os trabalhos conciliares, foi anunciada a instituição dos sínodos, com a elaboração do regulamento sinodal nos anos de 1965 e 1966. Aprovado o regulamento, deu-se início à preparação imediata, entre os meses de Janeiro e Setembro de 1967, e em seguida aconteceu a abertura solene do Primeiro Sínodo, na Basílica de São Pedro, no dia 29 de Setembro de 1967. No pontificado de Paulo VI, realizaram-se, portanto, três sínodos, sendo dois ordinários e um extraordinário. No que diz respeito ao laicado, os seus resultados não foram

¹⁰⁰⁶ *Pontificium Consilium Pro Laicis*, O povo de Deus no itinerário dos homens, Libreria Editrice Vatican, Vatican, 1968.

¹⁰⁰⁷ Cf. CD 5 e AG 29.

significativos, por não ter sido considerado um tema importante nas reflexões sinodais mas pelo contrário, os sínodos não deixaram de ser importantes espaços de discussão onde, implicitamente, o laicado aparecia como uma preocupação.

- 4º **A realização do Sínodo dos Bispos de 1974 e a publicação da Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Evangelii Nuntiandi***, documento que foi de fundamental importância para entender a missão evangelizadora da Igreja e, conseqüentemente, o papel do laicado nessa mesma missão. Percebe-se que essa Exortação Apostólica oferece importantes elementos para reflectir sobre a questão do laicado porque apresenta uma proposta evangelizadora importante para o debate teológico actual e para a acção pastoral da Igreja. Neste sentido, este documento apresenta uma contribuição para reflectir sobre o papel do laicado na Igreja e na sociedade, quando reforça as ideias conciliares e propõe um modelo de vida comunitária, fundamentado nas comunidades eclesiais de base.

2.1.6.2. Alguns pronunciamentos

Quanto aos pronunciamentos, Paulo VI afirmou que

“os leigos, a quem a sua vocação específica coloca no meio do mundo e à frente de tarefas as mais variadas na ordem temporal, devem também eles, através disso mesmo, actuar uma singular forma de evangelização. A sua primeira e imediata tarefa não é a instituição e o desenvolvimento da comunidade eclesial, esse é o papel específico dos Pastores, mas sim, o pôr em prática todas as possibilidades cristãs e evangélicas escondidas, mas já presentes e operantes, nas coisas do mundo”¹⁰⁰⁸.

Deste modo,

“o campo próprio da sua actividade evangelizadora é o mesmo mundo vasto e complicado da política, da realidade social e da economia, como também o da cultura, das ciências e das artes, da vida internacional, dos ‘mass media’ e, ainda, outras realidades abertas para a evangelização, como sejam o amor, a família, a educação das crianças e dos adolescentes, o trabalho profissional e o sofrimento. Quanto mais leigos houver impregnados do Evangelho, responsáveis em relação a tais realidades e comprometidos claramente nas mesmas, competentes para as promover e conscientes de que é necessário fazer desabrochar a sua capacidade cristã, muitas vezes escondida e asfixiada, tanto mais essas realidades, sem nada perder ou sacrificar do próprio coeficiente humano, mas patenteando uma dimensão transcendente para o além, não raro desconhecida, se virão a encontrar ao serviço da edificação do reino de Deus e, por conseguinte, da salvação em Jesus Cristo”¹⁰⁰⁹.

¹⁰⁰⁸ EN 70.

¹⁰⁰⁹ EN 70.

No período de 1970 a 1973, nota-se o intensificar dos encontros de agregações dos leigos com Paulo VI e a aprovação das suas actividades, com expressões de encorajamento para prosseguir o caminho segundo as orientações do Concílio Vaticano II como podemos ler:

“É bom que lembremos o grande princípio, reafirmado pelo Concílio e já enunciado, não nos esqueçamos, pelo nosso grande predecessor Pio XI, de venerável memória: “Por natureza, a vocação cristã é igualmente vocação ao apostolado”. No corpo do Cristo, que é a Igreja – diz o Concílio – ‘todo o corpo trabalha pelo seu crescimento, conforme a tarefa de cada membro’ (Ef 4,16). Importante princípio, cuja aplicação deve provocar a renovação e expansão da Igreja. Verdade belíssima, mas arriscada, em particular para vós, os leigos, que vos vedes honrados, ao sentir assim reafirmado este critério constitucional da Igreja”¹⁰¹⁰.

E considerou este princípio do apostolado dos leigos ao mesmo tempo como um dever e um direito:

“todo leigo católico, todo o filho fiel da Igreja pode, e deve, ser activo no seio dela, levando, generosamente, a Boa-nova da salvação pelo mundo, e onde quer que esteja, nas famílias, nas cidades e aldeias, nas fábricas e escritórios; nos laboratórios e secretarias, nos negócios e fazendas, por todo o mundo, enfim, sejam testemunhas vivas, ardentes, generosas, alegres e comunicativas, do amor do Senhor”¹⁰¹¹.

Por isso, não se cansou de incitar a que “o apostolado se organize em forma associativa a fim de que melhor se expresse a comunidade da Igreja e para que se obtenham melhores frutos. Esta recomendação vale tanto para leigos como para sacerdotes: nas comunidades e nas paróquias”¹⁰¹². Lamentou que “muitos, na Igreja, prefiram o isolamento e detestem a comunidade, o espírito associativo. Ora, o cristão deve viver sempre imbuído de clima comunitário, de espírito de solidariedade e simpatia”¹⁰¹³. Desta forma, “as associações são focos de comunidade e comunhão, de amizade, de identidade de fé e ideais, de unidade e de amor”¹⁰¹⁴.

Nesta linha, a Acção Católica tornava-se um paradigma importante para a realização do apostolado na Igreja e no mundo. Por isso, apelou a convivência pacífica e a estima recíproca: “Sim, queridos filhos, sede sempre mais disponíveis à graça de Cristo e dóceis às suas inspirações, a todas elas: às que vos são mais familiares, certo, mas também àquelas que animam outras famílias espirituais, outros movimentos de

¹⁰¹⁰ “Alocução numa audiência geral”, 27 de Dezembro de 1967 (nossa tradução).

¹⁰¹¹ “Discurso aos Membros do Conselho dos Leigos”, 15 de Março de 1969 (nossa tradução).

¹⁰¹² “Alocução numa audiência geral”, 11 de Setembro de 1968 (nossa tradução).

¹⁰¹³ “Discurso aos participantes de l’assembleia nacional da Acção Católica Italiana”, 25 de Abril de 1977.

¹⁰¹⁴ “Alocução numa audiência geral”, 11 de Agosto de 1971.

apostolado, diversos dos vossos”¹⁰¹⁵. Foi um apelo à colaboração mútua e estima recíproca contra toda a tendência de concorrência e rivalidades.

A partir do que foi anteriormente apresentado, são importantes duas interpretações sobre o laicado no pontificado de Paulo VI: a criação de instâncias que tornaram possível a continuidade das reflexões conciliares (a criação do Conselho Pontifício para os Leigos e a realização do Sínodo dos Bispos de 1974 e a publicação da Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Evangelii Nuntiandi*, documento que foi de fundamental importância para entender a missão evangelizadora da Igreja e, consequentemente, o papel do laicado nessa mesma missão) e o surgimento de novas experiências de agregações dos leigos, que tiveram uma influência significativa na Igreja e na sociedade.

Olhando para esse breve panorama histórico dos últimos pontificados, ficou claro que o Magistério da Igreja, especialmente a partir do pontificado de Pio IX até à realização do Concílio Vaticano II, excepto os pontificados de Pio XI e Bento XV como tínhamos sublinhado, defendeu e encorajou claramente o direito natural de associação de pessoas, preparando, deste modo, o terreno ao Vaticano II que viria a assumir definitivamente a defesa do direito natural dos leigos a congregar-se ou associar-se, dando-lhes novas atribuições, como a de fundar e governá-las.

2.2. O Concílio Vaticano II, verdadeiro elemento catalizador do fenómeno dos Novos Movimentos Eclesiais

Não foi por acaso que o Papa João Paulo II afirmou que o fenómeno da realidade dos “Novos Movimentos Eclesiais e as Novas comunidades” era “um dos frutos mais significativos daquela primavera da Igreja já prenunciada pelo Concílio Vaticano II”¹⁰¹⁶.

De facto, é evidente que o Vaticano foi um elemento verdadeiramente catalizador da realidade dos “Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades” pelos seus ensinamentos em favor do laicado e as suas agregações.

¹⁰¹⁵ “Discurso aos Membros do Conselho dos Leigos”, cit.

¹⁰¹⁶ “Mensagem do Papa João Paulo II aos participantes do Congresso Mundial dos Movimentos Eclesiais”, cit.

2.2.1. Princípios fundamentais da teologia do laicado

A intenção de restituir plena dignidade à condição laical, e promover assim uma definição positiva da vocação e missão dos leigos, era o projecto da que era conhecida como “a teologia do laicado” que o Concílio Vaticano II veio consagrar¹⁰¹⁷. De acordo com Pié-Ninot,

“a ela dedica o capítulo IV da *Lumen Gentium*, que recolhe a decisiva focalização teológica da identidade do leigo na eclesiologia do Povo de Deus desenvolvida no capítulo II. Por sua vez, a *Gaudium et Spes* assume amplamente a maior parte dos temas que, até então, eram típicos da teologia do laicado na sua relação com a realidade do mundo (família, trabalho, educação, cultura, economia, política...). Por fim, o Decreto *Apostolicam Actuositatem* comporta elementos operativos sobre o apostolado concreto dos leigos, mesmo se não tem sempre em conta a perspectiva eclesiológica renovada da *Lumen Gentium*, e por isso, posiciona-se mais como um ponto de chegada do que como um ponto de partida para uma renovação pastoral”¹⁰¹⁸.

Para este mesmo autor,

“o contributo mais decisivo do Vaticano II em relação à teologia do laicado de um ponto de vista teológico é, então, a sua re-centralização cristológica: de fato, em primeiro lugar, a *Lumen Gentium* afirma que aquilo que une todos os cristãos é o fato de estarem ‘incorporados a Cristo pelo batismo’ (n.31); como consequência, em segundo lugar, se pode distinguir entre ministros ordenados, religiosos e leigos, sendo estes últimos aqueles que têm a vocação de ‘procurar o Reino de Deus tratando das realidades temporais e ordenando-as segundo Deus’ (n. 31). Esta re-centralização cristológica comporta dois aspectos decisivos: primeiro, que a vocação à santidade não está reservada a um sector da Igreja, mas é um chamado universal voltado para todos os baptizados sem excepção; segundo, que a relação entre pastores e laicado deve ser repensada, não tendo como base uma lógica ‘vertical’, mas sim uma lógica de ‘comunhão’ e relacional, porque o ministério pastoral não deve ser concebido como uma hierarquia superior, mas como uma diakonia e serviço a todo o Povo de Deus”¹⁰¹⁹.

E acrescenta:

“Nesta questão cristológica e eclesiológica se posiciona o texto central da *Lumen Gentium* (n. 31) que é uma descrição ‘tipológica’, em dois pontos, do que é um leigo: Por leigos entendem-se aqui todos os cristãos que não são membros da sagrada Ordem ou do estado religioso reconhecido pela Igreja, isto é, os fiéis que, incorporados em Cristo pelo Baptismo, constituídos em Povo de Deus e tornados participantes, a seu modo, da função sacerdotal, profética e real de Cristo, exercem, pela parte que lhes toca, a missão de todo o Povo cristão na Igreja e no mundo. É própria e peculiar dos leigos a

¹⁰¹⁷ Sobre a teologia do laicado, a figura mais sonante foi, sem dúvida, o dominicano francês Y. Congar, grande especialista do Vaticano II, com a sua célebre obra de 1953, *Por uma teologia do laicado*, notável também pela sua ampla bibliografia eclesiológica numa linha prioritariamente eclesiológico-histórica. Com ele, acrescentamos os estudos de orientação mais eclesiológica-pastoral do teólogo de Lovaina e depois redator principal da *Lumen Gentium*, G. Philips, que entre outros, deixou o melhor comentário a esta Constituição Conciliar sobre a Igreja. Análoga perspectiva pode encontrar-se em outros importantes teólogos, como K. Rahner, E. Schillebeeckx, R. Spiazzi, G. Thils, M. D. Chenu, H. U. von Balthasar...

¹⁰¹⁸ Pié-Ninot, art. Cit., p. 14.

¹⁰¹⁹ Ibidem, p. 15.

característica secular [índoles saecularis]. [...] [Esses têm a vocação específica de] ‘procurar o Reino de Deus tratando das realidades temporais e ordenando-as segundo Deus’¹⁰²⁰.

Na mesma linha, coloca-se Scopinho ao reconhecer que a teologia do laicado foi verdadeiramente decisiva no Concílio Vaticano II, tanto pela sua presença significativa no capítulo IV da *Lumen Gentium*, dedicado completamente aos leigos, quanto pelo decreto específico sobre o apostolado dos leigos (*Apostolicam Actuositatem*), e também pelas suas importantes reflexões na *Gaudium et Spes*, considerada no seu todo, e na *Ad Gentes*¹⁰²¹. Por conseguinte, conclui:

“De facto, a partir deste conceito, o laicado passa de objecto-súbdito a sujeito protagonista da Igreja: vem afirmada a dignidade comum a todos os membros do Povo de Deus pelo baptismo, vem também posta em relevo a missão ‘secular’ mais específica, que é de ser, pela sua natureza, ‘Igreja no mundo’ e, ao mesmo tempo, a afirmação da importância do associativismo laical com particular referência à Acção Católica, concebida de modo amplo como laicado organizado para o apostolado na Igreja’¹⁰²². Por isso, o mesmo autor afirma: ‘Quando Paulo VI reflectia sobre a dignidade do leigo, com seus direitos e deveres, chamava à Igreja, família eclesial, enfatizando que os direitos estariam descritos na Constituição Dogmática *Lumen Gentium* e os deveres, no Decreto *Apostolicam Actuositatem*’¹⁰²³.

Vê-se, sem dúvida, que no Concílio Vaticano II, aconteceu uma reviravolta teológica e eclesial fundamental, deslocando, totalmente, o eixo da “teologia do laicado” para uma “teologia do povo de Deus” que possibilitou a presença de um novo espírito, uma nova vitalidade teológica e eclesial, e, portanto, também nova identidade, missão e dinamismo organizacional dos leigos na Igreja. Por isso, o impacto do Concílio Vaticano II na promoção do fenómeno dos Novos Movimentos Eclesiais impõe-se pelo facto de que, até ao Concílio Vaticano II, o direito fundamental de associação de fiéis na Igreja não era proclamada explicitamente, isto é, não há o direito explícito de fundar uma associação. Este direito era exclusivamente reservado à autoridade eclesiástica, a quem era reconhecida a capacidade de formar e governar as associações dos fiéis. E o direito dos fiéis de se associar era, somente, de se inscrever em associações estabelecidas pela autoridade eclesiástica. Nesta perspectiva, está bem claro que o princípio da sociabilidade era realizado sob o cuidado da relação hierárquica

¹⁰²⁰ Ibidem, 15-16.

¹⁰²¹ Scopinho, S.C.D., “O laicato nos pontificados de Paulo VI e João Paulo II”. In: Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor., Curitiba, v. 5, n. 2 (jul./dez. 2013) 499.

¹⁰²² Ibidem, p. 499.

¹⁰²³ Ibidem, p. 499.

e, portanto, o fenómeno associativo era uma das formas de estruturas de organização da Igreja.

Mas com o Concílio Vaticano II, o direito de associação foi confirmado como direito natural para todo o baptizado, fundamentado na dignidade humana: “Finalmente, na natureza social do homem e na própria índole da religião se funda o direito que os homens têm de, levados pelas suas convicções religiosas, se reunirem livremente ou estabelecerem associações educativas, culturais, caritativas e sociais”¹⁰²⁴. Ainda salienta: “A consciência mais sentida da dignidade humana dá origem em diversas regiões do mundo ao desejo de instaurar uma ordem político-jurídica em que os direitos da pessoa na vida pública sejam melhor assegurados, tais como os direitos de livre reunião e associação, de expressão das próprias opiniões e de profissão privada e pública da religião”¹⁰²⁵.

Portanto, a eclesiologia renovada do Concílio Vaticano II foi o lugar propício para aprofundar a reflexão sobre o direito de associação eclesial. O resultado dessa reflexão foi a declaração explícita do direito dos crentes a agregar-se, associar-se ou juntar-se como encontrado no Decreto *Apostolicam Actuositatem* sobre o apostolado dos leigos (n. 18-20), e *Presbyterorum Ordinis* sobre o ministério e vida dos Presbíteros (n. 8).

O Decreto *Apostolicam Actuositatem*, além de salientar a importância do exercício do apostolado individual, reconhece também, que “o apostolado em grupo corresponde, assim, à condição do humano e cristão fiel; ele tem, ao mesmo tempo, o sinal da comunhão e da unidade na Igreja de Cristo, que disse: ‘Onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome, eu estarei no meio deles’ (Mt 18,20)”¹⁰²⁶. Para a eclesiologia do Concílio, afirma Marques, “o princípio da sociabilidade na Igreja é exactamente em *communio fidelium*, isto é, na união de todos os baptizados para alcançar o único propósito da Igreja”¹⁰²⁷. Eis a razão da proclamação do direito da pessoa humana a associar-se para o bem individual e público, defendido no Concílio Vaticano II. Os Padres conciliares deixaram bem claro que o direito de associação dos fiéis faz parte da natureza do fiel e está inserido nos fins sobrenaturais da Igreja e, por

¹⁰²⁴ DH 4.

¹⁰²⁵ GS 73.

¹⁰²⁶ Cf. AA 18.

¹⁰²⁷ Art. cit., p. 137.

consequente, no ordenamento canônico. E desses fiéis fazem parte leigos, presbíteros e religiosos, cada qual segundo o estado que lhe é próprio, que gozam do direito de associar-se para melhor atingir a realização da vocação cristã.

Para a vivência desta vocação, há diferentes carismas. Por isso, o Vaticano II dedicou especial atenção aos carismas e de maneira geral, à dimensão pneumática da Igreja, sendo sublinhada em diferentes documentos, a importância dos carismas na estrutura e na missão da Igreja¹⁰²⁸. Portanto, são dispensados diversos dons e carismas, tanto ordinários como extraordinários:

“Além disso, este mesmo Espírito Santo não só santifica e conduz o Povo de Deus por meio dos sacramentos e ministérios e o adorna com virtudes, mas ‘distribuindo a cada um os seus dons como lhe apraz’ (1 Cor 12,11), distribui, também, graças especiais entre os fiéis de todas as classes, as quais os tornam aptos e dispostos a tomar diversas obras e encargos, proveitosos para a renovação e cada vez mais ampla edificação da Igreja, segundo aquelas palavras: ‘a cada qual se concede a manifestação do Espírito em ordem ao bem comum’ (1 Cor 12,7). Estes carismas, quer sejam os mais elevados, quer também os mais simples e comuns, devem ser recebidos com acção de graças e consolação, por serem muito acomodados e úteis às necessidades da Igreja. Não se devem porém, pedir temerariamente, os dons extraordinários nem deles se devem esperar com presunção os frutos das obras apostólicas; e o juízo acerca da sua autenticidade e recto uso, pertence àqueles que presidem na Igreja e aos quais compete de modo especial não extinguir o Espírito mas julgar tudo e conservar o que é bom (cf. 1 Ts 5,12.19-21)”¹⁰²⁹.

2.2.2. A essência e o conteúdo do direito de associação

O direito de associação é defendido claramente neste decreto e assim determinado:

“Respeitada a devida relação com a autoridade eclesiástica, os leigos têm o direito de fundar associações, governá-las, e, uma vez fundadas, dar-lhes um nome. Deve-se, contudo, evitar a dispersão de forças que se verifica se se promovem, sem razão suficiente, novas associações e obras, ou se se mantêm, sem utilidade, associações ou métodos obsoletos. Nem sempre será oportuno que formas criadas numas nações sejam trasladadas, sem critério, para outras”¹⁰³⁰.

Esta declaração é central para o fenómeno dos “Novos Movimentos” e a sua novidade consiste na atribuição aos leigos o direito não só de fundar mas também de governar as suas agregações.

¹⁰²⁸ Cf. LG 4, 7, 12, 30; AA 3, 30; PO 9.

¹⁰²⁹ LG 12.

¹⁰³⁰ AA 19.

Deste direito de associação declarado pelo Concílio Vaticano II, Marques tira essas suas características gerais¹⁰³¹:

- 1º É um direito *in Ecclesia*;
- 2º É um direito dos fiéis, próprio da sua condição geral e fundamental, derivado da sua dignidade de filhos de Deus, e da sua igualdade comum quanto à vocação cristã e à realização do mistério salvífico da Igreja. É um direito fundamental;
- 3º De forma nenhuma, deve ser considerado, pois, como uma faculdade concedida aos fiéis pela Hierarquia;
- 4º Por conseguinte, o exercício do direito de associação implica que os fiéis constituem as associações que não dependem a este respeito de um acto da autoridade com força constitutiva.

Portanto, o mesmo autor apresenta os fundamentos deste direito¹⁰³²:

- 1º Todo fiel tem o direito a exercer o apostolado;
- 2º A associação é um caminho natural à pessoa para desenvolver os seus fins;
- 3º A associação para fins apostólicos corresponde às exigências humanas e cristãs de todos os fiéis. Além disso, o direito de associar-se funda-se na dignidade comum, que iguala todos os fiéis também em ordem à acção apostólica, à edificação do Corpo de Cristo. Deste modo, considera o mesmo autor, “a intenção do Concílio é de reconhecer o *ius associationis* como um *ius nativum* dos fiéis”¹⁰³³.

Esta declaração termina com uma advertência que deve ser sublinhada: “Deve-se, contudo, evitar a dispersão de forças que se verifica se se promovem, sem razão suficiente, novas associações e obras, ou se se mantêm, sem utilidade, associações ou métodos obsoletos. Nem sempre será oportuno que formas criadas numa nação sejam trasladadas, sem critério, para outras”¹⁰³⁴. Em Cabinda, necessitamos de ouvir esta advertência para conter a hemorragia de fundar novas agregações como continua a acontecer com o grande risco da dispersão das forças ou também a tentação de querer a todo custo trasladar sem discernimento nem critério novos movimentos de uma comunidade ou de uma paróquia para outra. É tempo de dar prioridade à organização e

¹⁰³¹ Cf. Art. cit., p. 156.

¹⁰³² Cf. Ibidem, p. 157.

¹⁰³³ Ibidem, p. 153.

¹⁰³⁴ AA 19.

ao acompanhamento mais de perto dos novos movimentos já fundados, tendo em conta a dimensão da diocese.

Outro aspecto importante focado nesta declaração é a sua relação com a autoridade eclesiástica. O respeito da autoridade eclesiástica estabelecida consta das exigências no direito de associação: “Respeitada a devida relação com a autoridade eclesiástica...”¹⁰³⁵. Apesar de ser um direito fundamental dos leigos fundarem associações, eles não poderão ser independentes no seu apostolado, sem um relacionamento com a hierarquia; pois está em causa o bem comum, a fé e a doutrina; por isso, os pastores terão o cuidado de vigiar para que todas as associações se integrem no espírito eclesial. Por outras palavras, o direito de fundar não pode ofuscar o dever de respeito da autoridade (Os bispos e os párocos) e a autoridade não deve esquecer o seu dever de colaborar com os leigos nas formas de apostolado, vigiando e não impedindo-as, pois o apostolado associativo terá a sua validade na medida em que se interessa pelo bem espiritual e humano de todos.

2.2.3. O papel do estatuto

Será indispensável o estatuto para que “um novo movimento” seja reconhecido pela autoridade eclesiástica? Sobre a obrigatoriedade de ter estatuto para ser reconhecido, um argumento até referido em Cabinda, Marques esclarece que foi uma das discussões surgidas na elaboração do AA:

“A um *modus* dum Padre que é de opinião que o texto concede demasiada liberdade aos leigos, a Comissão lembra que tal texto agradou à maioria dos Padres. Não é uma liberdade ‘concedida’ mas própria dos leigos, e com uma margem definida pelo próprio Direito natural, que não depende da maior ou menor indulgência da Hierarquia. A outro *modus* que desejava que se acrescentasse a ‘*invigilare*’ a fórmula ‘*et pro rei opportunitate etiam praecepta afferre*’, a Comissão rejeitou-o, alegando a ambiguidade da fórmula proposta. Quanto a um terceiro *modus* que sugeria a supressão de ‘*in Ecclesia*’, a Comissão negou-se a fazê-la, alegando que estas associações podem existir na Igreja sem estatuto próprio. Este *modus* e a sua resposta revestem-se de particular interesse”¹⁰³⁶.

E acrescenta:

“O texto diz que se encontram na Igreja iniciativas apostólicas que são constituídas por livre iniciativa dos leigos. E um padre sugere a supressão das palavras ‘*in Ecclesia*’, com o pretexto de que não têm ‘estatuto jurídico’ na Igreja. Quer dizer com isto que a única forma de que uma associação exista, em sentido jurídico, na Igreja, é a de possuir

¹⁰³⁵ AA 19.

¹⁰³⁶ Art. cit., p. 153.

um determinado estatuto jurídico, uma regulação determinada para ela no ordenamento canónico. Tal era o sentido do cân. 685 do CIC 17”¹⁰³⁷.

Foi uma tentativa de querer impor o estatuto como a única condição para a legitimização de um novo movimento e, como podemos ver na declaração do Concílio esta tentativa não resultou, deixando bem claro que o direito de fundar é um direito fundamental que só emana da graça baptismal.

A este respeito diz o mesmo autor:

“A comissão responde que as associações podem existir, na Igreja, sem um estatuto jurídico especial. Parece-me que a resposta teria sido mais clara, se se tivesse afirmado abertamente que as associações livres existem juridicamente na Igreja, no Direito Canónico, como fruto do exercício de um direito canónico, pois são isso. Sem que a existência na Igreja tenha de trazer necessariamente consigo a exigência de que o Direito as tipifique de uma maneira determinada, ou estabeleça para elas um estatuto jurídico nas suas normas positivas, pois tal coisa opor-se-ia inclusive à autonomia dessas associações, que se podem reger por estatutos próprios. O seu estatuto canónico é, precisamente, o de não ter uma regulação determinada para elas pelo ordenamento positivo”¹⁰³⁸.

Desta resposta da Comissão, segundo Marques, pode deduzir-se que

“na verdade, à sugestão de um Padre que pretendia que se dissesse são ‘aprovadas’ ou ‘erigidas’, em vez de ‘*agnitio*’, a Comissão respondeu negativamente, alegando que se omitiu propositadamente uma ulterior determinação jurídica. Com efeito, o Concílio quis evitar uma determinação jurídica demasiada precisa desse reconhecimento que a autoridade pode fazer das associações livres”¹⁰³⁹.

Por isso, reconhece que “estamos diante de um suposto novo no Direito Canónico, que devia ser regulado pelo futuro Código. Em qualquer caso, tal sugestão ia mal encaminhada, pois, a “aprovação” e a “erecção” são instituições consagradas na legislação e na doutrina canónica, e referem-se apenas às associações eclesíásticas, que fazem parte da estrutura jurídico-administrativa da Igreja”¹⁰⁴⁰. Por fim, conclui: “A intenção do Concílio é reconhecer o *ius associationis* como um *ius nativum* dos fiéis, consagrando deste modo o direito do leigo a associar-se, criar e fundar associações, não desligado da autoridade eclesíastica”¹⁰⁴¹. Fica claro que o estatuto não pode ser imposto como condição para o reconhecimento oficial de um novo movimento. Mas além,

¹⁰³⁷ Ibidem, p. 153.

¹⁰³⁸ Ibidem, p. 153.

¹⁰³⁹ Ibidem, p. 153.

¹⁰⁴⁰ Ibidem, p. 152-153.

¹⁰⁴¹ Ibidem, p. 152-153.

descobriremos a função ou o papel de um estatuto para qualquer novo movimento nos pronunciamentos do Bento XVI.

Foi evidente que o decreto AA vem consagrar o papel do leigo na vida da Igreja, como fiel e como membro do Povo de Deus e as associações ou as agregações laicais são, na sua constituição, um meio e não um fim. Elas servem a favorecer a expansão do Reino de Deus, para o testemunho da Igreja e para o crescimento da fé dos seus membros. De facto, a associação não poderá alcançar os seus fins se aqueles que a compõem não forem capazes de ter uma vida coerente com o Evangelho e se não actuarem segundo as finalidades indicadas pela Igreja.

Desta forma, fica esclarecido que podemos, em muitos sentidos, considerar o Concílio Vaticano II como o grande catalisador das iniciativas para o “despertar” da vocação e da missão do leigo que vinham marcando a Igreja nos últimos tempos como foi sublinhado por João Paulo II, numa das primeiras reuniões de seu pontificado com as forças activas do laicado organizado: “Vocês sabem muito bem como o Concílio Vaticano II assumiu esta grande corrente histórica de promoção contemporânea dos leigos, aprofundando-a em seus fundamentos teológicos e iluminando-a completamente na eclesiologia da *Lumen Gentium*, convocando e atraindo a participação activa dos leigos na vida e na missão da Igreja”¹⁰⁴². E reforçado por Bento XVI: “Reconheço realmente a novidade dos movimentos como um gesto de Deus: Eu vi que o Concílio estava a dar os seus frutos, que o Senhor estava presente na sua Igreja, e lá onde todos os nossos esforços, embora fossem bem intencionados, tanto em faculdades de teologia que nas burocracias eclesiais, não davam frutos, mas, em vez disso, tornavam-se contra produtivos, o Senhor encontrava as portas e abria-as amplamente pela sua presença lá onde os únicos recursos eram os da fé e da graça”¹⁰⁴³. Desta forma, confirma-se que o Vaticano II foi, de facto, um impulsionador dos “Novos Movimentos Eclesiais e as Novas Comunidades”.

¹⁰⁴² “Mensagem aos participantes no I Congresso mundial dos Novos Movimentos eclesiais e Novas comunidades”, cit.

¹⁰⁴³ “Mensagem aos participantes no II Congresso Congresso mundial dos Novos Movimentos eclesiais e Novas comunidades”, Mensagem aos Participantes no II Congresso Mundial dos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades”, 22 de Maio de 2006.

2.3. O impulso decisivo do Conselho Pontifício para os leigos

É reconhecido o empenho deste órgão da Santa Sé na promoção do fenómeno dos “Novos Movimentos Eclesiais” e as “Novas comunidades”. A sua dedicação é evidente na integração dos novos movimentos nas dioceses e nas paróquias. Para tal, investiu muito na formação dos bispos e dos fundadores para alcançar a convivência pacífica.

2.3.1. Histórico da criação do Conselho Pontifício para os Leigos

Tinha ficado bem claro, no texto final do decreto *Apostolicam Actuositatem*, o ardente desejo da criação duma estrutura encarregue de tomar conta da situação das agregações dos leigos na Igreja:

“Além disso, crie-se junto da Santa Sé algum Secretariado especial para ajudar e impulsionar o apostolado dos leigos, como centro que, por meios aptos, forneça informações sobre as várias iniciativas apostólicas dos leigos, se dedique a investigar os problemas actuais neste campo, e preste ajuda com o seu conselho à Hierarquia e aos leigos, nas suas obras de apostolado. Neste Secretariado, deverão participar os diversos movimentos e iniciativas apostólicas de leigos existentes em todo o mundo, colaborando com os leigos também os clérigos e religiosos”¹⁰⁴⁴.

A função do desejado secretariado foi claramente desenhada para ajudar e impulsionar o apostolado dos leigos. Na realidade vê-se que o decreto conciliar pensa mais num corpo de natureza consultiva, se não principalmente para dar informações: um organismo que espalha notícias, promove actividades e reuniões, estuda questões de interesse geral, etc.

Todavia, este pedido da criação duma estrutura junto da Santa Sé surge como uma exigência para uma melhor coordenação do acompanhamento do apostolado dos leigos ao nível paroquial, diocesano, nacional ou internacional:

“Enquanto for possível, haja em todas as dioceses conselhos que ajudem a obra apostólica da Igreja, quer no campo da evangelização e santificação quer no campo caritativo, social e outros, onde os clérigos e os religiosos colaborem dum modo conveniente com os leigos. Tais órgãos poderão servir para coordenar as diversas associações de leigos e suas iniciativas apostólicas, respeitando a índole e autonomia própria de cada uma. Se for possível, haja também organismos semelhantes no âmbito paroquial, interparoquial, interdiocesano, bem como no plano nacional ou internacional”¹⁰⁴⁵.

¹⁰⁴⁴ AA 26.

¹⁰⁴⁵ AA 26.

Para responder a este desejo, o Papa Paulo VI, em 06 de Janeiro de 1967, com o *Motu Proprio* “*Catholicam Christi Ecclesiam*”, instituiu o “*Consilium de Laicis*”, num período experimental de cinco anos para trabalhar em prol do serviço e da promoção do apostolado dos leigos. Em 15 de Agosto 1967, com a Constituição Apostólica *Regimini Ecclesiae*, o “*Consilium de Laicis*” foi incluída entre os órgãos da Cúria. Dez anos após a sua criação, com *Motu proprio* “*Apostolatus Peragendi*” de 10 de Dezembro de 1976, Paulo VI procedeu à sua reforma, colocando-o entre os departamentos permanentes da Cúria Romana, ampliando a sua missão e dando-lhe também uma nova designação: “Conselho Pontifício para os Leigos”.

Esta nova designação, apesar de ter solicitado algumas interpretações erradas, expressa o “valor superior” dado a este Conselho:

“O título de ‘Pontifícia’ (...) tem uma intenção, neste caso, bastante clara: ele quer ser a expressão de ‘*praestantior formam*’ que é-lhe atribuída (...). Por outro lado, o ‘*de Laicis*’ foi alterado para ‘*pro Laicis*’. A designação ‘*de Laicis*’ (referente a Leigos) deu origem a alguma confusão: traduzindo erroneamente nas línguas modernas ‘os leigos’ (por ‘dei laici’, ‘de los laicos’, etc...). Alguns, menos informados, queriam ver no ‘Concilium’ não o que era, por sua própria natureza, mas um órgão de representação, quase de reivindicação do laicado do mundo inteiro, um ‘parlamento dos leigos’ junto à Santa Sé (...). É preciso evitar que a designação deu lugar a outra confusão de outro género, por exemplo, ver nela a intenção escondida de dominação, de tutela ou de paternalismo. O significado mais profundo da preposição ‘*pro*’ é aqui muito diferente: ele indica uma vontade de disponibilidade e de serviço. Ela exprime basicamente, que este departamento só não existe e só tem sentido em função dos leigos. O título de ‘*pro Laicis*’ também tem um segundo significado, de quer aproximar o Conselho das congregações, acompanhadas com a mesma preposição ‘*pro Episcopi*’, ‘*pro Clero*’, ‘*pro Religiosis*’”¹⁰⁴⁶.

Depois de crescer “na experiência e maturidade e depois de ver os “sinais evidentes de serviço fiel, a importância das suas tarefas para a vida da Igreja e do ministério do Papa”¹⁰⁴⁷, João Paulo II viria reforçar a sua competência criando a sua actual estrutura básica no contexto da Constituição Apostólica *Pastor Bonus* sobre a Cúria Romana, de 28 de Junho de 1988.

¹⁰⁴⁶ Le Conseil Pontifical pour les Laïcs, Histoire et objectifs, 1997, p. 17-18. Neste documento, são citados G. Carriquiry, Il Pontificio Consiglio per i laici, em “Tabor”, Roma 1981, 5-7 e O. Rossi, Paolo VI e il Pontificio Consiglio per i laici, em “Lateranum”, Roma 1978, n. 2, 373-383, que abordam este esclarecimento da confusão criada pela nova designação “*Pontificio Consiglio per i Laici*”.

¹⁰⁴⁷ São expressões do próprio Papa João Paulo na Constituição Apostólica *Pastor Bonus* sobre a Cúria Romana, de 28 de Junho de 1988.

2.3.2. As suas competências específicas

As primeiras funções do Conselho, no *Motu Proprio Catholicam Christi Ecclesiam*, foram definidas nestes termos: trabalhar para o serviço e promoção do apostolado dos leigos, visando, em especial, assegurar a coordenação do apostolado dos leigos, a nível internacional e sua crescente inserção no apostolado geral da Igreja; estabelecer contactos com o apostolado a nível nacional; ser um lugar de encontro e de diálogo na Igreja entre a hierarquia e os leigos e as diferentes formas de actividade dos leigos; promover congressos internacionais para o apostolado dos leigos; ajudar com seus conselhos a hierarquia e os leigos em suas obras apostólicas; promover estudos para contribuir para o aprofundamento das questões doutrinárias sobre o laicado, especialmente considerando os problemas do apostolado com especial referência para a associação dos leigos na pastoral de conjunto; criar um centro de documentação para receber e dar informações sobre os problemas relacionados com o apostolado dos leigos, proporcionar orientações para a formação dos leigos e dar uma ajuda eficaz para a Igreja¹⁰⁴⁸.

Essas funções foram ampliadas no seu segundo *Motu proprio “Apostolatus Peragendi”*, assim resumidas: incentivar os leigos a participar na vida e na missão da Igreja como membros de associações que tenham por objectivo o apostolado; avaliar, dirigir e promover as iniciativas sobre o apostolado dos leigos, nos vários sectores da vida social; lidar com todas as questões relativas a todas as agregações; favorecer a participação activa dos leigos no campo catequético, litúrgico e sacramental, educacional e semelhante, cooperando para o efeito, com os vários departamentos da Cúria Romana, que lidam com os mesmos problemas; garantir que as leis eclesiais relativas aos leigos são rigorosamente observados; em pleno acordo com a Congregação para o Clero para lidar com todas as questões relativas aos conselhos pastorais, para encorajar os leigos a participar no ministério pastoral de conjunto¹⁰⁴⁹. Note-se um acréscimo de responsabilidade e o Conselho não só se ocupava da promoção do apostolado dos leigos mas também da disciplina, vigiando o cumprimento da legislação eclesial.

¹⁰⁴⁸ Cf. Paulo VI, o *Motu Proprio Catholicam Christi Ecclesiam*, 6 de Janeiro de 1967.

¹⁰⁴⁹ Cf. Paulo VI, *Motu proprio Apostolatus Peragendi*, 10 de Dezembro de 1976.

Sua competência e estrutura básica actuais foram definidas no contexto da Constituição Apostólica *Pastor Bonus* sobre a Cúria Romana, de 28 de Junho de 1988, resumindo somente em quatro artigos ¹⁰⁵⁰:

Art. 131: O Conselho é competente nestas matérias, que são atribuíveis à Sé Apostólica para a promoção e coordenação do apostolado dos leigos e, em geral, nessas questões que dizem respeito à vida cristã dos leigos como tal.

Art. 132: Assiste o seu Presidente um Comité de Presidência, composto de Cardeais e Bispos; entre os membros do Conselho são incluídos sobretudo os fiéis leigos empenhados nos diversos campos de actividade.

Art. 133: § 1. Compete-lhe animar e sustentar os leigos a fim de que participem na vida e na missão da Igreja do modo que lhes é próprio, quer como indivíduos quer como membros de associações, sobretudo para que cumpram a sua missão peculiar de permear de espírito evangélico a ordem das realidades temporais.

§ 2. Favorece a cooperação dos leigos na instrução catequética, na vida litúrgica e sacramental e nas obras de misericórdia, de caridade e de promoção social.

§ 3. O mesmo acompanha e dirige reuniões internacionais e outras iniciativas atinentes ao apostolado dos leigos.

Art. 134: No âmbito da própria competência o Conselho trata tudo o que se refere às associações laicais dos fiéis; erige as que têm um carácter internacional e aprova ou reconhece os seus estatutos, salvaguardada a competência da Secretaria de Estado; quanto às Terceiras Ordens Seculares, cuida apenas daquilo que se refere à sua actividade apostólica.

Esta nova configuração da estrutura do Conselho Pontifício para os Leigos saída da Constituição *Pastor Bonus* e reafirmada no Novo Código de Direito Canónico foi reforçada, no entanto, nos seus aspectos concretos, com o trabalho da sétima reunião do Sínodo dos Bispos, dedicado aos leigos.

2.3.3. Modo de funcionamento

A actividade ordinária do Conselho Pontifício para os Leigos é assim apresentada:

¹⁰⁵⁰ Cf. Papa João Paulo II, Constituição Apostólica *Pastor Bonus*, 28 de Junho de 1988.

“Passa por uma extensa rede de contactos, correspondência, visitas, reuniões, sessões de estudo. Ao mesmo tempo, o departamento é responsável pela definição, organização e execução de programas mais desafiadoras, como grandes encontros (Encontro dos Novos Movimentos Eclesiais e Novas comunidades, Jornadas Mundiais da Juventude), o Congresso de leigos de diferentes continentes ou regiões, reuniões internacionais sobre temas de especial interesse e actualidade (a mulher na Igreja e na sociedade, testemunho cristão no mundo do trabalho, ministério campus, etc.), as reuniões mundiais com representantes de associações internacionais e movimentos eclesiais”¹⁰⁵¹.

As sessões plenárias, que são os mais importantes encontros do departamento e um forte momento de participação dos membros – de todo o mundo – no serviço e da orientação do departamento, são projectadas para¹⁰⁵²:

- Aprofundar, à luz do magistério papal, as questões de interesse particular;
- Aumentar a consciencialização sobre as questões da vida dos fiéis leigos, através do diálogo e da reflexão comum;
- Fazer sugestões e propostas para o estabelecimento de programas do departamento;
- Proceder à análise dos documentos que forneceu;
- Envolver os membros na divulgação das iniciativas e programas do Conselho nas igrejas locais e entre os movimentos e associações leigas Internacionais.

No desempenho das suas actividades, o Conselho Pontifício para os Leigos faz uso de diálogo e de colaboração com as partes interessadas (os outros departamentos da Cúria Romana; os bispos diocesanos; as Conferências Episcopais, especialmente através de suas respectivas comissões para os Leigos; os conselhos nacionais dos leigos; as Associações internacionais e movimentos eclesiais dos leigos), cuja contribuição é de grande ajuda para a realização dos seus objectivos. Muitos outros contactos surgem também no contexto do seu trabalho com o Ministério da Juventude, a universidade e o mundo do trabalho; a promoção das mulheres; a participação dos leigos nos conselhos pastorais e ministérios não ordenados; as escolas de formação.

Este trabalho do Conselho Pontifício para os leigos é documentado por uma série de publicações periódicas: o Serviço de Informação, que fornece uma visão geral das actividades do Conselho; o Serviço de Documentação e Leigos *Today Magazine*, que têm, respectivamente, os actos das conferências mais importantes e a síntese

¹⁰⁵¹ Le conseil pontifical pour les laïcs, Histoire et objectifs 2012, Libreria Editrice Vaticana, Cité du Vatican, 2012, p. 15-16 (nossa tradução).

¹⁰⁵² Cf. Ibidem, p. 16.

monográfico de estudos e experiências no contexto de questões específicas; revista da Juventude Igreja Esperança, relativa ao ministério da juventude e aos dias da jornada mundial da juventude.

Podemos concluir que o modo de funcionamento do CPL é o do diálogo com todos os que estão ligados ao fenómeno dos “Novos Movimentos Eclesiais e as Novas Comunidades”.

2.3.4. A sua Estrutura

O CPL está organizado em secretariado e quatro secções (Secção de Associações e Movimentos, Secção de Mulher, secção da Juventude e secção de Igreja e desporto). O secretariado é seu órgão máximo e cada secção tem o seu responsável.

a) Secretariado

O Conselho Pontifício para os Leigos é liderado por um presidente, assistido por um secretariado. A Comissão de Presidência, composta de Cardeais e Bispos, reúne periodicamente para analisar as questões mais importantes. Os membros do Conselho, são 32, bispos, sacerdotes e leigos, homens e especialmente as mulheres de todo o mundo que se reúnem em sessão plenária uma vez por ano para tratar dos assuntos mais urgentes que aparecem na vida e missão da Igreja. O Conselho também tem a colaboração de 30 consultores, que são convocados para sessões de trabalho ou pessoalmente convidados a dar as suas opiniões sobre questões específicas. Como parte do secretariado, operam secções que tratam, respectivamente, dos movimentos e associações internacionais de fiéis leigos; da vocação e missão da mulher na Igreja e na sociedade; da Juventude. Cerca de quinze pessoas leigas empregadas em tempo integral, prestam os serviços de secretariado e tradução, trabalhando em administrativas, publicações, garantir o funcionamento da biblioteca, arquivo e protocolo, etc.

b) Membros e Consultores

Ao contrário das congregações cujos membros são principalmente cardeais e bispos, aos quais são adicionados, conforme o caso, “alguns clérigos e outros fiéis”, o Conselho Pontifício para os leigos tem membros e consultores em sua maioria leigos, nomeados pelo Santo Padre em conjunto com alguns bispos (geralmente escolhidos por causa de seu trabalho, especialmente nos secretariados de outros departamentos da Cúria) por cinco anos. A sua composição é a expressão da universalidade com a

participação de membros de diferentes continentes, culturas diferentes, diferentes idades. O Conselho Pontifício para os Leigos torna-se, assim, um lugar de especial presença dos leigos na Cúria Romana, o espaço de expressão, no coração da Igreja universal, das suas preocupações e esperanças.

Os membros são convocados regularmente em sessões plenárias que, com base em experiências, necessidades e expectativas dos leigos de todo o mundo, estudam as grandes linhas de orientação e programas do departamento. Muitas vezes os especialistas são normalmente chamados para dar a opinião sobre questões de carácter teológico, canónico, pastoral e similar.

2.3.5. Alguns feitos significativos

Só serão realçados os acontecimentos mais relacionados com o fenómeno dos “Novos Movimentos Eclesiais e Novas comunidades”.

2.3.5.1. Grandes encontros dos membros dos “Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades”

a) Pentecostes de 1998

O encontro do Papa João Paulo II, com os “Novos Movimentos” e “Novas Comunidades” no dia de Pentecostes de dias 30 e 31 de Maio de 1998, foi um grande evento que mostrou aos olhos do mundo a imagem de uma Igreja que é Mãe que acolhe cada carisma, manifestando deste modo a sua capacidade de reunir a diversidade na unidade, a vitalidade missionária dos leigos, a catolicidade dos movimentos eclesiais e novas comunidades. Neste dia, o Papa João Paulo II lançou os alicerces da nova época da história dos “Novos movimentos eclesiais e novas comunidades” convidando-os à maturidade eclesial.

b) Pentecostes de 2006

O encontro do Papa Bento XVI, com os membros das “Novas realidades eclesiais” nos dias 3 e 4 de Junho de 2006, foi um novo “marco” do empenho do Conselho Pontifício para os Leigos. Foram centenas de milhares de pessoas de todo o mundo que se reuniram na Praça de São Pedro, a ponto de encher a via della Conciliazione até ao Largo Giovanni XXIII e além, respondendo ao convite da pessoa do Sucessor de Pedro. Neste encontro, Bento XVI convidou os membros desses novos

movimentos a renovar o zelo missionário em que se manifesta a presença do Espírito Santo, no anúncio e no testemunho em sua própria família, no seu próprio local de trabalho e em cada meio de existência, sem desânimo nem fronteiras da beleza de ser cristão.

c) Pentecostes de 2013

No quadro da celebração do Ano da Fé, foi a vez do Santo Padre Francisco se reunir com os novos movimentos, novas comunidades e associações leigas nos dias 18 e 19 de Maio de 2013. Foi mais uma maré de gente que o Papa convidou a ser missionária de Cristo pela vida de testemunho e pelo anúncio do Evangelho.

2.3.5.2. Congressos

O congresso é uma oportunidade única de fazer a descoberta recíproca, de escutar os outros, de conhecer melhor os outros, de compartilhar e trocar as respectivas experiências, de aprender uns com os outros, de criar laços de comunhão e de amizade. Assim, podemos dizer que o congresso é lugar onde se aprende a estima recíproca. Há congressos mundiais, continentais, regionais e nacionais sob a égide do Conselho Pontifício para os Leigos.

Já foram organizados três congressos mundiais e cada congresso precedeu ao encontro de Pentecostes com o Papa.

a) Iº Congresso Mundial dos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades de Maio 1998

Tinha como tema “Os Movimentos Eclesiais: comunhão e missão no lumiar do terceiro milénio” com a participação de representantes de cerca de cinquenta movimentos e novas comunidades. Foi um acontecimento eclesial com a intenção de permitir um melhor conhecimento dessas novas agregações laicais no aprofundamento da reflexão teológica sobre a sua natureza específica e no troco de experiências entre os seus representantes e também entre estes últimos e alguns bispos e outras pessoas convidadas, engajadas nas diferentes formas de vida e de testemunho cristão. Esta experiência inesquecível de 27-29 de Maio de 1998 contribuiu muito para uma consciência mais profunda da natureza do serviço e obras destas diversas realidades que

constroem a Igreja e a renovam na sua missão. Os trabalhos deste Congresso encontram-se nas actas publicadas pelo Conselho Pontifício para os leigos¹⁰⁵³.

b) IIº Congresso Mundial dos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades de Junho de 2006

Foi realizado em Rocca di Papa, perto de Roma, de 31 de Maio a 02 de Junho de 2006 para reflectir sobre o tema inspirado pelas palavras de Bento XVI na sua homilia da missa do início do seu ministério petrino, a 24 de Abril 2005: “Não há nada mais belo do que ser surpreendido pelo Evangelho, por Cristo. Não há nada mais belo do que conhecê-Lo e comunicar aos outros a amizade com ele”, isto é, “A beleza de ser cristão e alegria de anunciá-lo”¹⁰⁵⁴.

Este Congresso foi para reflectir sobre a própria natureza do acontecimento cristão, sobre a forma como deve ser vivido nos movimentos e novas comunidades, sobre a educação para vivê-la e sobre a maneira de ser comunicado para ir ao encontro dos anseios e expectativas das pessoas do nosso tempo. Foram dias para descobrir o que isso significa a beleza de ser cristão num mundo marcado pelo niilismo, por várias formas de pobreza e da violência e a redução da fé, de uma religiosidade vaga que se afasta da realidade. Os trabalhos deste Congresso encontram-se nas Actas publicadas pelo Conselho Pontifício para os leigos sob o título: “A beleza de ser cristão e a alegria de anunciá-lo”¹⁰⁵⁵.

c) IIIº Congresso Mundial dos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades de Novembro de 2014

Organizado em Roma, de 20 a 22 Novembro de 2014, tinha como tema “A alegria do Evangelho: uma alegria missionária” para responder ao desafio da conversão missionária lançado pelo Papa Francisco a todos os cristãos na sua Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, onde lemos:

“A alegria do Evangelho, que enche a vida da comunidade dos discípulos, é uma alegria missionária. Experimentam-na os setenta e dois discípulos, que voltam da missão cheios de alegria (cf. Lc 10,17). Vive-a Jesus, que exulta de alegria no Espírito Santo e louva o Pai, porque a sua revelação chega aos pobres e aos pequeninos (cf. Lc 10, 21). Sentem-na, cheios de admiração, os primeiros que se convertem no Pentecostes, ao ouvir ‘cada

¹⁰⁵³ Pontificium Consilium *Pro Laicis*, Don de l’Esprit, esperance pour les hommes, Editions des beatitudes, Nouan-le-Fuzelier, 1998.

¹⁰⁵⁴ BENTO XVI, “Homilia na missa solene do início do seu ministério petrino”, 5 juin 2005.

¹⁰⁵⁵ Pontificium Consilium *Pro Laicis*, La beauté d’être chrétien, Les mouvements dans l’Eglise, Libreria Editrice Vaticana, Vatican, 2007.

um na sua própria língua' (Act 2,6) a pregação dos Apóstolos. Esta alegria é um sinal de que o Evangelho foi anunciado e está a frutificar. Mas contém sempre a dinâmica do êxodo e do dom, de sair de si mesmo, de caminhar e de semear sempre de novo, sempre mais além. O Senhor diz: 'Vamos para outra parte, para as aldeias vizinhas, a fim de pregar aí, pois foi para isso que Eu vim' (Mc 1,38). Ele, depois de lançar a semente num lugar, não se demora lá a explicar melhor ou a cumprir novos sinais, mas o Espírito leva-O a partir para outras aldeias"¹⁰⁵⁶.

Assim a ideia principal do III Congresso deve ser considerado como uma resposta para a transformação em Igreja Missionária. Nesta tarefa requer-se um forte contributo dos "Novos Movimentos Eclesiais e as Novas Comunidades" e deve-se ressaltar que muitos deles já estão engajados num esforço missionário. Neste Congresso, procurou-aprofundar a fundamentação, as diversas dimensões e aspectos da alegria missionária. Foi, como sempre, um evento do diálogo e de escuta mútua para renovar o impulso missionário¹⁰⁵⁷.

2.3.5.3. Os Congressos internacionais ou Nacionais

O Conselho Pontifício para os Leigos organiza também congressos ao nível continental, regional ou nacional como foi na Ásia, Oceania, América Central, África, Europa e Médio Oriente. Por exemplo, o Congresso Internacional de Leigos Católicos da Europa Oriental em Kiev sobre o tema: "Kiev encruzilhada de esperança e renovado ardor missionário" que reuniu, pela primeira vez, cerca de 300 pessoas de 14 países da ex-União Soviética, liderados por seus respectivos pastores e com os membros de associações e movimentos eclesiais que trabalham nesta região da Europa e observadores fraternos de outras Igrejas; o Congresso dos leigos Católicos de Ásia no Seul na Coreia do Sul, de 31 de Agosto a 5 de Setembro de 2010, sobre o tema: "Anunciar hoje Jesus Cristo na Ásia". Para Rylko, "esses encontros têm também como objectivo de promover a educação cristã e a participação dos leigos na vida da Igreja e à sua edificação"¹⁰⁵⁸.

Nesta linha, sem dúvida, deve ser sublinhada a realização do Congresso Pan-Africano de Leigos Católicos com o tema "Ser testemunhas de Jesus Cristo na África de

¹⁰⁵⁶ EG 21.

¹⁰⁵⁷ Infelizmente os seus trabalhos ainda não foram publicados.

¹⁰⁵⁸ Rylko, S., Préface, in: Pontificium Consilium pro Laicis, Être témoins de Jesus-Christ en Afrique aujourd'hui, "Sel dela terre...lumière du monde" (Mt 5,13.14), Congrès Panafricain des Laïcs Catholiques, Libreria Editrice Vaticana, Vaticano, 2013, p. 8.

hoje, “Sal da terra e Luz do mundo” (Mt 5,13-14), de 4 a 9 Setembro 2012 em Yaunde, Camarões, que reuniu leigos e bispos das várias áreas geográficas e culturais de África para reflectir sobre os desafios actuais da nova evangelização e partilhar as suas experiências como testemunhas de Jesus Cristo¹⁰⁵⁹. Na sequência das duas assembleias sinodais dos Bispos de África, o Congresso foi um momento de esperança para reforçar a identidade de Leigos Católicos do continente africano e ajudar a sustentar a sua co-responsabilidade na tarefa de construir a Igreja nos diferentes campos de apostolado, como a educação e formação cristã, pastoral familiar, o papel das mulheres e dos jovens na construção da comunidade cristã e na sociedade e a participação dos fiéis leigos no mundo do trabalho e na política e e testemunhando a sua fé cristã. Como sublinhou Rylko no seu discurso de abertura: “Este Congresso continental inscreve-se na tradição de Conselho Pontifício para os Leigos que organiza muitas vezes encontros dos leigos católicos ao nível regional ou continental, em diferentes partes do mundo, a fim de compreender e analisar as questões, as prioridades e os desafios aos quais devem enfrentar na Igreja e na sociedade”¹⁰⁶⁰.

Os principais temas abordados pelos oradores da conferência foram: “Os fiéis leigos Africanos: sal da terra e luz do mundo novo na Exortação Apostólica *Africae Munus*” pelo cardeal Peter Turkson KA; “África hoje: dimensões sociais, geopolíticas, económicas e culturais” pela Professora Marie Therese Mengue; “Jesus Cristo em solo Africano: prioridades, problemas e desafios para a Igreja em África” pelo bispo Bartolomeu Adoukonou; “A vocação e a missão dos fiéis leigos” pelo Dom Josef Clemens; “Educação e formação dos leigos em África” pelo cardeal Robert Sarah. Estas questões, entre outras, destinaram-se a incentivar a participação activa dos leigos na Igreja universal e local e estreitar o relacionamento com os pastores locais e o Sucessor de São Pedro.

Para África, foi uma primeira experiência da valorização da vocação e missão do leigo africano mas admiramos como não foi aproveitado este momento para fazer conhecer também tantos novos movimentos eclesiais e novas comunidades fundados em

¹⁰⁵⁹ Os trabalhos estão reunidos in: Pontificium Consilium pro Laicis, Être témoins de Jesus-Christ en Afrique aujourd’hui, “Sel dela terre...lumière du monde” (Mt 5,13.14), Congrès Panafricain des Laïcs Catholiques, Libreria Editrice Vaticana, Vaticano, 2013. Angola foi representada mas infelizmente com uma conferência ou comunicação muito modesta (p. 341-343)

¹⁰⁶⁰ Ibidem, p. 8.

África e que continuam a desempenhar um papel importante no desafio da inculturação ou da nova evangelização, destacando o seu impulso missionário.

2.3.5.4. Seminários de formação

Os Seminários de formação são escolas de formação para os responsáveis dos movimentos bem como para os pastores onde se aprende e se ensina a conhecer a realidade dos “Novos Movimentos Eclesiais e das Novas Comunidades” e os mais destacados foram os dois seminários organizados pelo CPL em colaboração com a Congregação para a Doutrina da Fé e a Congregação para os Bispos.

O primeiro, com o tema “Os novos movimentos na solicitude pastoral dos bispos”, foi realizado em Roma de 16 a 18 de Junho e a participação era reservada aos bispos diocesanos e aos responsáveis de diferentes dicastérios da cúria romana convidados pelo CPL¹⁰⁶¹. Durante o seminário, houve palestras e trabalhos em grupo, bem como testemunhos e discussões. Deve ser sublinhado, neste seminário, o diálogo directo com os Bispos, um intercâmbio franco e fraterno sobre tantas questões importantes do então Cardeal Perfeito Ratzinger respondendo às perguntas dos bispos sobre as questões relacionadas com a realidade dos “Novos Movimentos”¹⁰⁶².

Incentivado por Bento XVI, o Conselho Pontifício para os Leigos organizou, de 15 a 17 de Maio de 2008, um segundo seminário de estudo com a presença de um número significativo de bispos para reflectir e discutir de novo sobre a realidade dos Novos Movimentos Eclesiais e as Novas Comunidades como um dom do Espírito Santo à Igreja do nosso tempo. O trabalho do Seminário de estudo foi inspirado pelas suas palavras dirigidas aos bispos alemães: “Peço-vos para ir ao encontro dos movimentos com muito amor”¹⁰⁶³.

¹⁰⁶¹ As Actas deste seminário estão reunidas neste volume: Pontificum Consilium Pro Laicis, Les mouvements ecclésiaux dans la sollicitude pastorale des évêques, Laïcs aujourd’hui, Cité du Vatican, 2000.

¹⁰⁶² Cf. “Dialogue avec le cardinal Joseph Ratzinger”, in: Pontificum Consilium Pro Laicis, Les mouvements ecclésiaux dans la sollicitude pastorale des évêques, Laïcs Aujourd’hui, Cité du Vatican, 2000, p. 223-255.

¹⁰⁶³ As Actas estão reunidas in: Consilium Pontificum Pro Laicis, Je vous demande d’aller avec beaucoup d’amor à la rencontre des mouvements, Laïcs aujourd’hui, Cité du Vatican, 2009.

Os seminários foram uma oportunidade para os bispos expressarem e compartilharem suas experiências, preocupações e expectativas quanto à participação de novos movimentos na vida de várias Igrejas locais.

2.3.5.5. Apreciação do trabalho do Conselho Pontifício para os leigos

Hoje, olhando para o percurso realizado pelo CPL, tornou-se, mais do que evidente, a “casa comum”, “o ponto de referência natural” para os leigos, concretizando deste modo a “profecia” de Paulo VI: “É do conhecimento geral que o Conselho de Leigos está destinado a ter um lugar privilegiado na Igreja”¹⁰⁶⁴. Hoje, este lugar privilegiado na Igreja está comprovado, por ser “cada vez mais um instrumento insubstituível e eficiente para a promoção dos leigos na Igreja”¹⁰⁶⁵. Durante esses anos da sua existência, o Conselho procurou sempre manter, através da secção reservada aos novos movimentos, um relacionamento próximo com esta realidade das agregações dos leigos, seguindo a sua evolução, história, as suas pedagogias e os seus impulsos apostólicos, incentivando cada vez mais o conhecimento mútuo entre eles, criando oportunidades de encontro e cooperação, promovendo concretamente a colaboração entre diferentes realidades associativas e incentivando os Pastores das igrejas locais a reconhecer a riqueza da sua presença na missão da Igreja, e a tornar cada vez mais viva a comunhão eclesial na diversidade e complementaridade.

Este empenho já foi definido por João Paulo II como uma característica fundamental do estilo de serviço prestado pelo Conselho Pontifício:

“Por um lado, pela escuta e diálogo, prestar especial atenção às aspirações, necessidades e desafios que ocorrem na vida dos leigos como indivíduos, em suas famílias, em seus movimentos, em suas comunidades cristãs e também em seus diversos compromissos sociais e culturais (...). Por outro lado, avaliar as variadas experiências dos leigos à luz da Revelação e Tradição Cristã, garantindo que elas são realizadas num espírito de fidelidade à Palavra de Deus e do Magistério da Igreja”¹⁰⁶⁶.

Este serviço aos leigos de todo o mundo, chamados a construir a Igreja, fundada e continuamente renovada pelos dons sacramentais, hierárquicos e carismáticos, tem um

¹⁰⁶⁴ “Discours aux Participants à la x assemblée générale du Conseil des Laïcs, 2 décembre 1971 (nossa tradução).

¹⁰⁶⁵ “Discours aux Participants à la sixième session plénière du Conseil des Laïcs”, 9 octobre 1972 (nossa tradução).

¹⁰⁶⁶ “Discurso aos Participantes na IV Assembleia plenária do Pontifício Conselho para os Leigos e à Comissão para a Família, 22 de Setembro de 1980.

grande impacto no desenvolvimento e na dinamização dos “Novos Movimentos”. Por isso, Paulo VI não hesitou a considerar este Conselho como “um dos melhores frutos do Vaticano II”,¹⁰⁶⁷.

Contudo, achamos que, sendo um Conselho Pontifício para os leigos, devia também preocupar-se com a dinamização e desenvolvimento dos outros movimentos “antigos” como, por exemplo, Legião de Maria e outros a caminho do desaparecimento, e não somente os “Novos movimentos e Novas Comunidades”.

2.4. João Paulo II, o “bom Pastor” dos “Novos Movimentos”

O pontificado de João Paulo II foi marcado, desde o início, por intensas actividades pastorais e pela promulgação de diversos documentos doutrinários relativos à questão do laicado. Por isso, consideramo-lo como “o bom pastor” dos “Novos Movimentos Eclesiais e das Novas Comunidades” pela sua solicitude pastoral, pela sua afeição e pelos seus ensinamentos. Dois factores podem explicar esta sua dedicação para promoção das novas agregações dos leigos: por um lado, a sua experiência como arcebispo de Cracóvia onde conviveu mais perto com este fenómeno e, por outro lado, a sua experiência como consultor durante muitos anos do Conselho Pontifício para os Leigos. Procuraremos conhecer melhor o seu contributo através de alguns acontecimentos significativos do seu pontificado relacionados com o fenómeno dos Novos Movimentos Eclesiais e Novas comunidades e também através de alguns dos seus pronunciamentos.

2.4.1. Acontecimentos significativos

Os Sínodos Episcopais e as Exortações Apostólicas Pós-Sinodais são acontecimentos significativos que marcaram o pontificado do Papa João Paulo II na sua relação com o fenómeno dos “Novos Movimentos”. Com a morte prematura de João Paulo I, sucessor de Paulo VI, João Paulo II tinha que concluir uma missão deixada por seus predecessores, que era apresentar o resultado do Sínodo dos Bispos, realizado em 1977 sobre a catequese e assim promulgou a Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Catechesi Tradendae* no dia 16 de Outubro de 1979 onde apresentou um estudo sobre a

¹⁰⁶⁷ *Motu Proprio “Apostolatus Peragendi”*, 10 de Dezembro de 1976.

situação da catequese no mundo contemporâneo, focando na catequese paroquial e propondo uma reflexão sobre o conteúdo doutrinal, bíblico e metodológico da catequese. Neste documento fala da acção do leigo, quando, no capítulo IX, afirma que a catequese é uma responsabilidade de todos, inclusive dos catequistas leigos. Cita, de maneira explícita, as catequistas leigas, que trabalham nas paróquias, a quem dirigiu um agradecimento especial; destaca o papel importante dos catequistas que se fazem presentes em terras de missão, assumindo a função de catequizar; por fim apresenta também a família, a escola e outras instituições como importantes meios de actuação e participação do leigo no processo de evangelização¹⁰⁶⁸.

O seu segundo Sínodo ocorreu entre os dias 26 de Setembro e 25 de Outubro de 1980, dedicado à família, e sistematizou as suas principais conclusões, publicando a Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Familiaris Consortio*, promulgada no dia 22 de Novembro de 1981, onde é reconhecida a importância da pastoral com a família, entendida como Igreja doméstica. Neste documento, é enfatizada a importância dos leigos especializados, mencionando várias categorias de profissionais, como os médicos, os juristas, os psicólogos, as assistentes sociais, entre outros.

A promulgação do Novo Código de Direito Canónico, no ano de 1983, apresenta uma regulamentação eclesial a partir das reflexões conciliares, inclusive sobre o laicado. É uma renovação do Código de Direito Canónico de 1917, com vários avanços que não podem ser negligenciados, principalmente no que se refere aos deveres e direitos fundamentais dos cristãos (cc. 208 a 223). Na promulgação do Novo Código de Direito Canónico, João Paulo II salientou que “o Código, não só pelo seu conteúdo, mas também já no seu nascimento manifesta o espírito deste Concílio, em cujos documentos a Igreja, sacramento universal da salvação (cf. Const. *Lumen Gentium*, n.ºs 9 e 48) é apresentada como Povo de Deus, e a sua constituição hierárquica aparece fundada no Colégio dos Bispos unido com a sua Cabeça”¹⁰⁶⁹. Este conceito “povo de Deus” foi sistematizado pela legislação canónica e encontra-se nos cânones 204 a 746, do Livro II, que coloca uma ampla legislação sobre a Igreja entendida como povo de Deus. Os Livros III e IV abordam, respectivamente, a função de ensinar (cc. 747-833) e a função de santificar (cc. 834-1253). No cânone 204, por exemplo, afirma-se a participação dos

¹⁰⁶⁸ Cf. CT 66.

¹⁰⁶⁹ Constituição apostólica “*Sacrae disciplinae leges*” de promulgação do código de direito canónico, 25 de Janeiro de 1983.

fiéis cristãos no tríplice múnus de Cristo e, em particular, dos leigos, cujo fundamento sacramental tem como referência o sacramento do batismo. Por meio do batismo, os fiéis cristãos, integrantes do povo de Deus, são considerados membros de um povo sacerdotal, profético e real; por sua vez, estão configurados a Cristo sacerdote, profeta e rei.

O Sínodo dos Bispos de 1987 e a Exortação Apostólica *Christifideles Laici* são, sem dúvida, a marca importante e decisiva do pontificado de João Paulo II na sua relação com a realidade dos “Novos Movimentos Eclesiais”. Ele trouxe importantes contribuições, sendo que a sua realização não só retomou as temáticas conciliares, mas abriu espaços para novas iniciativas e experiências. Apesar de ser um encontro dos bispos, este sínodo contou com a participação, sem direito a voto, do laicado. Era um total de 60 leigos (seis entre “experts” ou ajudantes do secretariado especial, sendo três mulheres, duas leigas e uma religiosa) e 54 como “auditores”. No final do sínodo foram apresentadas as proposições ao Papa para elaboração da Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Christifideles Laici*, considerada como “*Carta Magna*” do laicado e de modo particular das novas agregações dos leigos, um “dom providencial” para o serviço do Conselho Pontifício para os leigos.

A promulgação do Catecismo da Igreja Católica foi também um acontecimento significativo do pontificado de João Paulo II em relação à questão do laicado. A proposta da sua elaboração surgiu durante a realização do Sínodo Extraordinário de 1985. A partir daquele momento, encaminhou-se um processo de consultas, redação e reflexão, que culminou no texto oficial, promulgado em 1992. A promulgação do documento ocorreu por meio da Constituição Apostólica *Fidei Depositum* apresenta-se como uma exposição orgânica e sintética do conteúdo essencial da doutrina católica, tanto sobre a fé quanto sobre a moral, tendo presentes o Concílio Vaticano II e a tradição da Igreja. No conjunto, o Catecismo da Igreja Católica não apresenta novidades no que se refere à sistematização sobre a teologia do laicado. Sua reflexão retoma temas já tratados no Concílio Vaticano II e na Exortação Apostólica *Christifideles Laici*.

O Pentecostes de 98, já referido, foi a outra marca importantíssima do pontificado de João Paulo II e deve ser considerado como uma etapa fundamental na vida dos vários “Novos Movimentos” como confirmam os pronunciamentos que a seguir vamos apresentar. Ele marca a passagem a uma fase de maturidade e de uma

maior inserção na vida pastoral da Igreja. Podemos também dizer que o Pentecostes de 98 abriu um novo caminho de comunhão entre os diferentes movimentos eclesiais.

2.4.2. Alguns pronunciamentos

O Papa João Paulo II apresentou várias reflexões com os principais aspectos sobre o laicado: o itinerário histórico do leigo, o papel do leigo na Igreja, quem é o leigo, qual sua relação com o sacerdócio ministerial, a questão da “índole secular”, as associações e os movimentos, entre outros. Perante o conjunto de suas reflexões, é importante destacar principalmente os *Angelus*, que antecederam a realização do Sínodo, entre os meses de Fevereiro e Setembro de 1987. Eles abordaram um conjunto de temas que foram aprofundados nas reflexões sinodais. Sobre os pronunciamentos de João Paulo II, existem também os diversos discursos feitos em várias partes do mundo, em diferentes situações e contextos históricos específicos. Da nossa parte, vamos procurar circunscrever os seus pronunciamentos a dois momentos importantes da história recente dos “Novos Movimentos”, isto é, a sua mensagem dirigida ao Congresso mundial dos “Novos Movimentos Eclesiais” e o seu discurso na vigília de Pentecostes de 1998.

Começamos pela mensagem dirigida aos participantes no Congresso Mundial que precedeu o famoso encontro de Pentecostes de 1998 onde desejou que esses dois momentos sejam aproveitados para evidenciar “a vitalidade fecunda dos Movimentos no seio do Povo de Deus, que se prepara a cruzar o limiar do terceiro milénio da era cristã”¹⁰⁷⁰ e ressaltando a característica comum dos movimentos,

“embora na diversidade das formas, os Movimentos caracterizam-se pela comum consciência da ‘novidade’ que a graça baptismal traz à vida, pelo singular anelo de aprofundar o mistério da comunhão com Cristo e com os irmãos, pela firme fidelidade ao património da fé transmitido pelo fluxo vivo da Tradição. Isto dá origem a um renovado impulso missionário que leva a encontrar os homens e as mulheres da nossa época, nas situações concretas em que vivem e a pousar um olhar repleto de amor sobre a dignidade, as necessidades e o destino de cada um”¹⁰⁷¹.

Destacou o seu contributo à Igreja:

“Os carismas reconhecidos pela Igreja representam vias para aprofundar o conhecimento de Cristo e para se dar com mais generosidade a Ele, enraizando-se

¹⁰⁷⁰ “Mensagem aos participantes no I Congresso mundial dos Movimentos Eclesiais promovido pelo pontifício conselho para os leigos”, cit.

¹⁰⁷¹ Ibidem.

contemporaneamente, sempre mais, na comunhão com o inteiro povo cristão. Eles merecem, por isso, atenção da parte de cada membro da Comunidade eclesial, a começar pelos Pastores, aos quais é confiado o cuidado das Igrejas particulares, em comunhão com o Vigário de Cristo. Os Movimentos podem, assim, oferecer um contributo precioso à dinâmica vital da única Igreja, fundada sobre Pedro, nas diversas situações locais, sobretudo naquelas regiões onde a *‘implantatio Ecclesiae’* ainda está no início ou submetida a não poucas dificuldades”¹⁰⁷².

Por isso, não deveria haver rivalidades entre a dimensão institucional e a dimensão carismática: porque como ressaltou muitas vezes

“na Igreja não existe contraste ou contraposição entre a dimensão institucional e a dimensão carismática, da qual os Movimentos são uma expressão significativa. Ambas são co-essenciais à constituição divina da Igreja fundada por Jesus, porque concorrem juntas para tornar presentes o mistério de Cristo e a sua obra salvífica no mundo. Juntas, além disso, têm em vista renovar, segundo os seus modos próprios, a autoconsciência da Igreja, que, se pode dizer, num certo sentido, ela mesma ‘Movimento’ enquanto acontecimento, no tempo e no espaço, da missão do Filho, por obra do Pai no poder do Espírito Santo”¹⁰⁷³.

Deixou esses recados ao Congresso mundial para que alcance o seu objectivo, isto é, por um lado, o aprofundamento da natureza teológica e da tarefa missionária dos Movimentos, e por outro lado, o favorecimento da edificação recíproca através de troca de testemunhos e de experiências¹⁰⁷⁴.

Três dias depois no encontro da vigília de Pentecostes de 1998, desafiou a assembleia reunida na praça de S. Pedro a viver o acontecimento vivido há mais dois mil anos em Jerusalém:

“Como os Apóstolos então, nós também estamos reunidos em um grande Cenáculo de Pentecostes, esperando com impaciência a efusão do Espírito. Aqui queremos professar com toda a Igreja que é o mesmo Espírito, [...] é o mesmo Senhor [...] é o mesmo Deus que opera tudo em todos (1 Cor 12,4-6). Este é o clima que queremos reviver, implorando os dons do Espírito Santo por cada um de nós e para todo o povo dos batizados”¹⁰⁷⁵.

E sublinhou que quando o Espírito Santo intervém, deixa sempre espantado. Suscita acontecimentos cuja novidade surpreende; muda radicalmente as pessoas e a história. Esta foi a experiência inesquecível do Concílio Ecuménico Vaticano II durante o qual, sob a direcção do mesmo Espírito, a Igreja redescobriu a dimensão carismática como parte integrante de sua natureza:

¹⁰⁷² Ibidem.

¹⁰⁷³ Ibidem.

¹⁰⁷⁴ Cf. Ibidem.

¹⁰⁷⁵ “Discurso na vigília de oração no encontro dos Novos Movimentos Eclesiais e das Novas Comunidades”, cit.

“Além disso, este mesmo Espírito Santo não só santifica e conduz o Povo de Deus por meio dos sacramentos e ministérios e o adorna com virtudes, mas ‘distribuindo a cada um os seus dons como lhe apraz’ (1 Cor 12,11), distribui também graças especiais entre os fiéis de todas as classes, as quais os tornam aptos e dispostos a tomar diversas obras e encargos, proveitosos para a renovação e cada vez mais ampla edificação da Igreja (LG 12)”¹⁰⁷⁶.

Olhando para aquela multidão reunida na praça de São Pedro exclamou:

“Vós todos, aqui presentes, sois a prova tangível desta ‘efusão’ do Espírito. Cada movimento difere doutro, mas todos estão unidos na mesma comunhão e para a mesma missão. Alguns carismas suscitados por Espírito surgiram como um vento impetuoso, que atinge e leva as pessoas a novas formas de compromisso missionário ao serviço radical do Evangelho, proclamando incessantemente as verdades da fé, acolhendo como um dom o fluxo vivo da tradição e despertando em cada um o ardente desejo de santidade”¹⁰⁷⁷.

Reconheceu que o surgimento e a difusão dessas novas realidades trouxeram uma novidade inesperada e às vezes explosiva na vida da Igreja porque não deixou de suscitar interrogações, o mal-estar, as tensões, as perseguições, de excessos dum lado, e de muitos prejuízos e reservas doutro lado¹⁰⁷⁸. Para ele, foi “um período de prova para a sua fidelidade, uma ocasião importante para verificar a autenticidade do seu carisma”¹⁰⁷⁹ e lançou, nesta noite, os alicerces duma nova e desafiadora etapa de maturidade¹⁰⁸⁰.

Mas advertiu os fundadores:

“Acolhei com gratidão e obediência os carismas que o Espírito não cessa de dispensar! Não esqueçais que cada carisma é dado para o bem comum, isto é, em benefício de toda a Igreja! Pela sua natureza, os carismas são comunicativos e fazem nascer aquela ‘afinidade espiritual entre as pessoas’ (cf. *Christifideles laici*, 24) e aquela amizade em Cristo que dá origem aos ‘Movimentos’. A passagem do carisma originário ao

¹⁰⁷⁶ Ibidem.

¹⁰⁷⁷ Ibidem.

¹⁰⁷⁸ Ibidem.

¹⁰⁷⁹ Ibidem.

¹⁰⁸⁰ Cf. Ibidem, p. 213-214. Segundo Canavaro, o Papa Joao Paulo II fala de três etapas: Etapa da prova, caracterizada pelas interrogações, o mal-estar, as tensões, as perseguições, os prejuízos e as reservas em relação aos movimentos em geral, seja da hierarquia ou das instituições da Igreja...; Etapa do discernimento, realizada pelas autoridades eclesiais; Etapa da maturidade, nova e definitiva etapa, iniciada no Pentecostes de 1998 (art. cit., p. 257, nota 18). O período de gestação deve situar-se entre as duas guerras até à realização do Concílio Vaticano II. João Paulo II, referindo-se a este período, afirma que paralelamente ao associativismo tradicional, e até às suas próprias raízes, germinaram novos movimentos, novos grupos e novas associações. Por isso, Canavaro considera que “na sua maioria, os novos movimentos nasceram no contexto do Vaticano II e os que nasceram antes foram renovados e adaptados ao espírito conciliar e à nova eclesiologia” (Ibidem, p. 276). O período de crescimento e desenvolvimento vai de 1967, ano em que foi criado o Conselho Pontifício para os Leigos, até 1998, encontro do Pentecostes de 1998. O período de maturidade tem o seu início no Pentecostes de 1998. Este dia marca um antes e um depois na vida dos novos movimentos de espiritualidade (cf. Ibidem, p. 275-276).

Movimento acontece pela misteriosa atracção exercida pelo Fundador sobre quantos se deixam envolver na sua experiência espiritual. Desse modo, os movimentos reconhecidos oficialmente pelas autoridades eclesiais propõem-se, como formas de auto-realização e reflexos da única Igreja”¹⁰⁸¹.

Por isso,

“é fundamental, a respeito disso, que cada movimento se submeta ao discernimento da Autoridade eclesial competente. Por esta razão, nenhum carisma dispensa a referência e a submissão aos Pastores da Igreja. Com palavras claras, o Concílio escreve: ‘O juízo acerca da sua autenticidade e recto uso pertence àqueles que presidem na Igreja e aos quais compete de modo especial não extinguir o Espírito, mas julgar tudo e conservar o que é bom (cf. 1 Ts 5,12.19-21)’ (*Lumen Gentium*, 12). Esta é a necessária garantia de que a estrada que percorreis é justa!”¹⁰⁸².

Porém, deixou essas recomendações:

“Na confusão que reina no mundo de hoje é fácil errar, ceder às ilusões. Na formação cristã cuidada pelos movimentos jamais falte o elemento desta confiante obediência aos Bispos, sucessores dos Apóstolos, em comunhão com o Sucessor de Pedro! Conheceis os critérios de eclesialidade das agregações laicais, presentes na Exortação Apostólica *Christifideles laici* (cf. n. 30). Peço-vos que lhes deis adesão, sempre com generosidade e humildade, inserindo as vossas experiências nas Igrejas locais e nas paróquias, sempre permanecendo em comunhão com os Pastores e atentos às suas indicações”¹⁰⁸³.

E acrescentou:

“Não se esqueça que cada carisma é dado para o bem comum, isto é, que para o benefício de toda a Igreja. Pela sua natureza, os carismas são comunicadores e fazem nascer “afinidades espirituais entre as pessoas” e suscitam a amizade em Cristo que dá origem aos “movimentos”. A passagem do carisma original para o movimento ocorre sob misteriosa atracção exercida pelo Fundador sobre aqueles que deixem tocados por sua experiência espiritual. Desta forma, os movimentos, reconhecidos oficialmente pela autoridade eclesial, apresentam-se como formas de auto-realização e reflexos da única Igreja”¹⁰⁸⁴.

E lançou este desafio aos membros dos “Novos Movimentos eclesiais e Novas Comunidades”:

“Hoje, deste cenáculo da Praça de São Pedro, eleva-se uma grande oração: Vinde Espírito Santo, vinde e renovai a face da terra! Vinde com os vossos sete dons! Vinde Espírito de vida, Espírito de verdade, Espírito de comunhão e de amor! A Igreja e o mundo têm necessidade de Vós. Vinde Espírito Santo e tornai sempre mais fecundos os carismas que concedeis. Dai nova força e impulso missionário a estes vossos filhos e filhas aqui reunidos. Dilatai o coração deles, reavivai o seu empenho cristão no mundo. Tornai-os corajosos mensageiros do Evangelho, testemunhas de Jesus Cristo ressuscitado, Redentor e Salvador do homem. Fortalecei o seu amor e a sua fidelidade à Igreja. A Maria, primeira discípula de Cristo, Esposa do Espírito Santo e Mãe da Igreja, que acompanhou os Apóstolos no primeiro Pentecostes, dirigimos o nosso olhar para

¹⁰⁸¹ Ibidem.

¹⁰⁸² Ibidem.

¹⁰⁸³ Ibidem.

¹⁰⁸⁴ Ibidem.

que nos ajude a aprender do seu Fiat a docilidade à voz do Espírito. Hoje, desta Praça, Cristo repete a cada um de vós: ‘Ide pelo mundo inteiro e anunciai o Evangelho a todas as criaturas’ (Mc 16,15). Ele conta com cada um de vós, a Igreja conta convosco. ‘Eis – assegura o Senhor – Eu estarei sempre convosco, até ao fim do mundo’ (Mt 28,20). Estou convosco. Amen!’”¹⁰⁸⁵.

Assim esses pronunciamentos deixaram boas indicações para a nova etapa da maturidade eclesial, um caminho a trilhar com muita humildade. São recomendações concretas dirigidas aos novos movimentos para o alcance da maturidade eclesial.

2.4.3. A “*Carta Magna*” dos Novos Movimentos

A VII Assembleia do Sínodo dos Bispos sobre “A vocação e missão dos leigos” (Outubro de 1987) forneceu ao Conselho Pontifício para os Leigos um panorama da realidade complexa dos leigos no mundo, vinte anos após o final do Concílio Vaticano II e a sua Exortação Apostólica inspira e guia os seus programas. Nos números 29 a 31 fala-se explicitamente dos movimentos eclesiais e isto significa o reconhecimento público e oficial dos “Novos Movimentos Eclesiais e Novas comunidades” por parte da Igreja. Alias, este documento é a primeira tomada de posição oficial da Igreja a favor dos novos movimentos.

As directrizes desta Exortação são, hoje, o principal ponto de referência em relação à vocação dos fiéis leigos e sua participação na vida e na missão da Igreja. A importância deste documento está em ter sido capaz de combinar três objectivos importantes: Primeiro, ele fornece um resumo orgânico dos ensinamentos do Concílio Vaticano II sobre o laicado, feitos à luz da doutrina e da prática da Igreja. Em segundo lugar, na sua abordagem a novos movimentos e problemas que tomaram forma depois do Concílio, ele procede a um discernimento delicado e necessário de experiências, tendências e formas de participação dos leigos que caracterizaram o primeiro período pós-conciliar. Em terceiro lugar, dá novos impulsos direccionados para desenvolver e promover uma consciência mais profunda do dom e da responsabilidade de todos os fiéis na comunhão e na missão da Igreja¹⁰⁸⁶. O texto em si está estruturado com uma introdução, cinco capítulos, uma conclusão e uma oração final, pautado numa perspectiva de Igreja entendida como mistério, comunhão e missão.

¹⁰⁸⁵ Ibidem.

¹⁰⁸⁶ Cf. Scopinho, “O laicato e os pontificados de Paulo VI e João Paulo II”, cit., p. 516.

O grande contributo impulsionador do João Paulo II como “bom Pastor” “dos Novos Movimentos Eclesiais e Novos Comunidades”, fica resumido nessas palavras de Bento XVI:

“João Paulo II foi grande evangelizador da nossa época, ele acompanhou-vos e orientou-vos durante todo o seu Pontificado; várias vezes definiu ‘providenciais’ as vossas Associações e Comunidades, sobretudo porque o Espírito santificador se serve delas para despertar a fé nos corações de numerosos cristãos e para fazer com que eles redescubram a vocação recebida mediante o Baptismo, ajudando-os a serem testemunhas de esperança, repletas daquele fogo de amor que é precisamente o dom do Espírito Santo”¹⁰⁸⁷.

Corroborando Ryko ressalta que o Papa João Paulo II tratou com muito carinho e muita solicitude pastoral os “Novos Movimentos Eclesiais e Novos Comunidades” e soube os convidar a inserirem-se com humildade nas dioceses e paróquias e aos pastores de os acolher com muita humildade¹⁰⁸⁸.

Da nossa parte podemos dizer que as mensagens de João Paulo II são dirigidas mais aos movimentos, isto é, aos fundadores e membros dos “Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades” para sua inserção nas estruturas permanentes da Igreja, isto é, a diocese e a paróquia.

2.5. Bento XVI, “o teólogo” dos “Novos Movimentos”

O título do “teólogo” dos “Novos Movimentos” pode melhor exprime o que foi o contributo de Bento XVI na história recente dos “Novos Movimentos”. Sem uma reflexão teológica apropriada, o fenómeno dos “Novos Movimentos” teria encontrado grandes dificuldades para a sua afirmação. Por isso, foi evidente o impacto da reflexão teológica na afirmação da realidade dos “Novos Movimentos Eclesiais” e este mérito deve ser atribuído, sem dúvida, ao teólogo Joseph Ratzinger, na sua qualidade do guardião da doutrina da Igreja, sendo o Cardeal Perfeito da Congregação para a Doutrina da Fé e ao Papa Bento XVI. Vamos restringir a sua contribuição a três momentos:

- 1º A sua intervenção no Primeiro Congresso Mundial dos Novos Movimentos Eclesiais de 1998, organizado pelo CPL e o seu diálogo no Seminário da formação de

¹⁰⁸⁷ Bento XVI, “Homilia na celebração das primeiras vésperas da vigília de Pentecostes no encontro com os Movimentos Eclesiais e as Novas comunidades”, 3 de Junho de 2006.

¹⁰⁸⁸ Ryko, s., “L’événement du 30 mai 1998 et ses conséquences ecclésiologiques et pastorales”, in: Pontificium Consilium pro Laicis, La beauté d’être chrétien, Collection Laïcs aujourd’hui, Libreria Editrice Vaticana, Cité du Vatican, 2007, p. 27.

alguns bispos organizado pelo CPL em colaboração com os dicastérios da Doutrina da Fé e dos Bispos;

- 2º Os seus pronunciamentos, já como Papa, na sua mensagem dirigida aos participantes do Segundo Congresso mundial e no encontro de Pentecoste des 2006;

- 3º Alguns outros pronunciamentos dispersos. Como podemos notar o contributo do Bento XVI será abordado no primeiro momento ainda como Cardeal Perfeito da Congregação para Doutrina da Fé e nos dois outros momentos já como Papa.

2.5.1. A conferência com o título “Os Movimentos eclesiais e a sua colocação teológica” e “o diálogo franco com os bispos” no seminário de formação

No primeiro Congresso Mundial dos “Novos Movimentos Eclesiais”, organizado pelo CPL, coube ao então Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, Cardeal Joseph Ratzinger, inaugurar os trabalhos com uma conferência que se transformou, por sua vez, em um marco da explicitação teológica do fenómeno dos “Novos Movimentos Eclesiais” como forma de ultrapassar o conflito instalado entre a realidade dos “Novos Movimentos” e as chamadas estruturas permanentes da vida da Igreja. Podemos afirmar que esta conferência pousou os primeiros pilares do aprofundamento teológico do fenómeno dos “Novos Movimentos Eclesiais”.

A sua experiência como Arcebispo de München e Freising foi um factor facilitador do conhecimento da realidade dos “Novos Movimentos Eclesiais” como ele próprio o afirmou:

“Para mim, pessoalmente, foi uma maravilhosa experiência a primeira vez que entrei em contacto mais estreitamente – nos inícios dos anos setenta – com movimentos como o Caminho Neocatecumenal, Comunhão e Libertação, e o Movimento dos Focolares, e assim experimentei o impulso e entusiasmo com que viviam sua fé, e a alegria de sua fé, que os impulsionava a compartilhar com outros o dom que tinham recebido. Naquele tempo, Karl Rahner e outros falavam do ‘inverno’ na Igreja; e em realidade parecia que depois do grande florescimento do Concílio, a primavera tivesse sido recuperada pelo gelo, e que o novo dinamismo tivesse sucumbido à fadiga”¹⁰⁸⁹.

Dividida em três partes, a conferência baseia-se no princípio segundo o qual, existe a estrutura básica permanente da vida eclesial, que se expressa na continuidade de seu ordenamento institucional através da história e também existem as sempre novas irrupções do Espírito Santo, que continuamente revitalizam e renovam a dita estrutura

¹⁰⁸⁹ Les Mouvements Eclésiaux et leur lieu théologique, p. 25 (nossa tradução).

permanente. Mas esta renovação quase nunca ocorre completamente livre de sofrimentos e fricções. Isso acontece com a realidade dos “Novos Movimentos Eclesiais”. A explicação encontrada, numa perspectiva dialéctica, dificulta a compreensão deste fenómeno e favorece mais a conflitualidade porque as três categorias de princípios da perspectiva dialéctica não deveriam ser considerados de opostos mas coexistentiais na vida da Igreja, isto é, instituição e carisma, cristologia e pneumatologia, hierarquia e profecia.

A relação entre as estruturas permanentes da ordem eclesial e as sempre novas irrupções carismáticas não pode ser entendida numa dialéctica de duas realidades opostas porque elas não são opostas mas coexistentes. A partir deste princípio de coexistência, se pode deduzir essas orientações¹⁰⁹⁰:

a. O ministério sagrado ou o sacerdócio, deve ser entendido e vivido como um carisma. Por isso, o próprio sacerdote deveria ser um “pneumático”, um carismático, um *homo spiritualis*, um homem suscitado e impulsionado pelo Espírito Santo.

b. Lá onde o ministério sagrado se vive assim, pneumática e carismaticamente, não ocorre nenhum endurecimento institucional: o que existe, em mudança, é uma disposição interior ou mesmo uma capacidade interior de resposta ao carisma, uma espécie de instinto para o Espírito Santo e a sua obra.

c. Assim, a Igreja não deve institucionalizar-se a mais, mas deve permanecer sempre aberta as chamadas do Senhor, que são imprevisíveis e para as quais não pode preparar planos porque em situações de dificuldade a Igreja deve criar estruturas de emergência.

Por isso, a Igreja como Instituição é diferente da Igreja como comunidade, mas os aspectos, instituição e comunidade, estão unidos e misturados no único Povo de Deus. É verdade que se deve fazer, sem dúvida, a distinção entre Cristo e o Pneuma porque não se pode tratar as três pessoas da Trindade como uma comunhão de três deuses, senão como o único Deus trino, assim também a distinção entre Cristo e o Espírito pode entender-se correctamente só quando a sua diversidade nos ajuda a entender melhor sua unidade. Deste modo, não é possível compreender correctamente o Espírito sem Cristo, mas também, do mesmo modo o Cristo sem o Espírito. Por isso, não são realidades opostas mas completam-se e são coexistentes as duas dimensões da

¹⁰⁹⁰ Cf. Ibidem, p. 29-30.

Igreja. Qualquer tentativa de dividir a Igreja numa “esquerda” e uma “direita”, na classe profética dos movimentos ou das ordens religiosas por um lado, e a hierarquia por outro lado, não encontra fundamento na Escritura. A Igreja não está edificada dialecticamente, senão organicamente.

Para o Perfeito da Congregação para a Doutrina da Fé, está bem claro que “com esta perspectiva dialéctica não é possível esclarecer o significado da natureza e da missão dos movimentos. Os mesmos movimentos não entendem-se assim”¹⁰⁹¹. Os princípios de instituição e carisma, cristologia e pneumatologia e bem como de hierarquia e profético não são opostos mas coexistenciais para a sobrevivência da própria Igreja. Por isso, ele sugere que a solução de explicação seja encontrada num enfoque histórico: “Em vez de seguir o caminho de uma tal dialéctica, penso que é melhor escolher uma leitura histórica, mais coerente com a natureza histórica da Fé e da Igreja”¹⁰⁹²

Com zelo de pastor e de profundidade de teólogo, o futuro Bento XVI enquadrou os Movimentos Eclesiais e seus carismas num ponto de vista da história da Igreja e da Teologia. Por isso, situa a leitura do fenómeno dos “Novos Movimentos” naquilo que ele chama de “sucessão apostólica” que “implica, sobretudo, uma ideia familiar: garantir a continuidade e a unidade da fé, numa continuidade que chamamos ‘sacramental’”¹⁰⁹³. Explica que a noção de “sucessão apostólica” significa que a “estrutura sacramental da Igreja se deve conservar como a base deste conceito. Nesta estrutura, a Igreja recebe, sempre renovada, a herança dos Apóstolos, o legado de Cristo. É mediante o sacramento, no qual Cristo actua pelo Espírito Santo, que a Igreja se distingue do resto das instituições. O sacramento significa que a Igreja vive e é continuamente recreada pelo Senhor como ‘criatura do Espírito Santo’”¹⁰⁹⁴. Aqui aparece o componente cristológico e pneumatológico, que garante ao mesmo tempo a novidade e a continuidade da Igreja viva.

Deste modo, sublinha:

“Se o Senhor nos concede novos dons, devemos estar agradecidos, ainda que às vezes eles sejam incómodos. E é algo bonito que, sem iniciativa de hierarquia, com uma iniciativa da base, como se diz, mas também como uma iniciativa realmente do alto,

¹⁰⁹¹ Ibidem, p. 33.

¹⁰⁹² Ibidem, p. 33.

¹⁰⁹³ Ibidem, p. 36.

¹⁰⁹⁴ Ibidem, p. 44.

quer dizer, como dom do Espírito Santo, nasçam novas formas de vida na Igreja, como, de facto, nasceram em todos os séculos”¹⁰⁹⁵.

É nesta perspectiva que os novos movimentos encontram-se o seu fundamento e a sua razão de ser. Por isso ressalta: “A este ponto, para evitar mal-entendidos, deve-se dizer muito claramente que os movimentos apostólicos aparecem com formas sempre novas ao longo da história e isto necessariamente, porque são a resposta do Espírito Santo às situações sempre mutantes em que vive a Igreja”¹⁰⁹⁶.

Por fim, clarifica o sentimento de ser movimento, fazendo distinção em três diversos tipos de movimento: movimentos, correntes, e acções¹⁰⁹⁷. Os movimentos geralmente têm a sua origem num líder carismático e se configuram em comunidades concretas, inspiradas pela vida de seu fundador; tentam viver o Evangelho a fundo, em sua totalidade, e reconhecem sem vacilação à Igreja como a raiz de sua vida sem a qual não poderiam existir. Apesar de sua grande diversidade, os movimentos têm uma essência comum: “Tudo isto pressupõe um encontro profundo e pessoal com Cristo. Esta experiência é “contagiosa” porque é partilhada, isto é, quando a pessoa é comovida e penetrada por Cristo até as profundidades de seu ser, sente-se a alegria de convidar os outros também a deixarem-se tocados”¹⁰⁹⁸. Por isso, “o critério essencial é o afínco na fé da Igreja. Portanto, se a dimensão “apostólica” é aquela na qual os movimentos encontram seu lugar na Igreja, então em cada período deve ser fundamental para eles o desejo de levar uma vida apostólica”¹⁰⁹⁹. Portanto, Ratzinger conclui que “a vida apostólica chama à actividade apostólica”¹¹⁰⁰. Esta conferência foi um ponto de viragem na abordagem do fenómeno da realidade das novas agregações dos fiéis e abriu as portas para a hoje chamada a “teologia dos novos movimentos”.

Do primeiro Congresso mundial tinha surgido a necessidade da formação dos pastores para facilitar a integração dos novos movimentos nas dioceses. A concretização desta necessidade foi a organização, um ano depois, do primeiro seminário de formação

¹⁰⁹⁵ Ibidem, p. 50.

¹⁰⁹⁶ Ibidem, p. 46.

¹⁰⁹⁷ Cf. Ibidem, p. 46-49.

¹⁰⁹⁸ Ibidem, p. 47.

¹⁰⁹⁹ Ibidem, p. 48.

¹¹⁰⁰ Ibidem, p. 48.

dos bispos, já referido neste trabalho. Um dos oradores convidados era, de novo, o cardeal Ratzinger¹¹⁰¹ que justificou deste modo a forma da sua intervenção:

“Começo por desculpar por não ter tido o tempo de preparar uma conferência por causa dos meus números compromissos, mas é também verdade – e digo isto por experiência – de que um diálogo vivo, muitas vezes faz com que seja mais fácil de se entender e também permite de aprender àquele que devia dar uma lição, porque em um diálogo, na realidade, não há nenhuma declaração unilateral onde um só pergunta e outro só responde, mas, respondendo, aprendemos e fazendo perguntas ensinamos. Agradeço-vos por esta possibilidade de diálogo”¹¹⁰².

A seguir sublinhámos algumas afirmações importantes deste diálogo. Do seu contacto com a realidade dos “Novos movimentos”, Ratzinger reconhece

“uma novidade, por exemplo com Caminho neocatecumenal, a redescoberta que a Igreja precisava de um novo catecumenado pós-baptismal, capaz de permitir de realizar de novo a apropriação pessoal e comunitária do baptismo numa caminhada comum. Reflectindo sobre o Baptismo, apercebi-me há muito tempo que era um sacramento quase esquecido na Igreja, enquanto é o fundamento do nosso ser de cristãos. Tendo estudado os Padres, especialmente, eu aprendi com eles que o sacramento realiza-se em caminho de iniciação e é por isso que fiquei feliz que tenha dado um novo começo para esta experiência. O que o Caminho neocatecumenal tinha entendido, na verdade, foi justamente que, apesar de sermos baptizados como crianças, temos de entrar na realidade do nosso Baptismo, temos durante toda a nossa vida, de acordo com várias etapas, naturalmente, de entrar nesta iniciação em comunhão com Cristo na Igreja. Então, fiquei contente de ver abrir-se um caminho de renovação dessa experiência fundamental da Igreja e isso, sobretudo, à uma época em que a família e a escola deixaram, como no passado, de serem lugares de iniciação na fé e na comunhão com Cristo na Igreja”¹¹⁰³.

Da sua experiência com os carismáticos, testemunhou a alegria de serem cristãos da parte dos jovens:

“Então eu tive a alegria e a graça, de ver jovens cristãos tocados pela força do Espírito Santo, ao ver que a um momento cansaço da Igreja, numa altura em que se falava de ‘Inverno da Igreja’, o Espírito Santo criava uma nova primavera e, entre os jovens, manifestava-se a alegria de serem cristãos, uma experiência de fé viva, a alegria de serem católicos, de viver na Igreja que é o Corpo vivo de Cristo, o Povo de Deus em peregrinação”¹¹⁰⁴.

Para Ratzinger, os novos movimentos assumem o papel de educação que era da família e da escola e tornam-se desta forma, lugares de iniciação cristã.

Abordou o problema da necessidade de cada novo movimento possuir o seu estatuto aprovado pela autoridade eclesiástica e considerou o estatuto como um

¹¹⁰¹ Cf. “Dialogue avec le cardinal Joseph Ratzinger”, cit., p. 223-255.

¹¹⁰² Ibidem, p. 223.

¹¹⁰³ Ibidem, p. 224.

¹¹⁰⁴ Ibidem, p. 225.

instrumento que pode facilitar a integração dos novos movimentos nas estruturas permanentes e não uma condição para o seu reconhecimento:

“Espero não trair um segredo, ao dizer por exemplo que o Caminho neocatecumenal, até ainda recentemente, opunha-se à ideia de ter uma estrutura: ‘Não! Nós somos o caminho da iniciação na Igreja, nós não somos uma associação’. Os carismáticos também dizem o mesmo: ‘Não, é apenas a renovação das comunidades paroquiais’. Mas também eles começam a compreender que uma certa estruturação é necessária, que uma estrutura limita obviamente até certo ponto, o impulso inicial, mas, por outro lado, canaliza as forças e, portanto, permite um efeito mais ordenado e facilita a integração em todo o conjunto da vida da Igreja, na paróquia e na diocese. Uma certa institucionalização é sempre inevitável. Devemos somente estarmos muito atentos para evitar que a institucionalização torna-se uma armadura que acabaria por esmagar a vida e fazer nossos possível para que a o elemento institucional fica simples, por assim dizer, de tal maneira que não estinga o espírito”¹¹⁰⁵.

Deste ponto de visto, como já o tínhamos sublinhado, o estatuto não é a condição para o reconhecimento dum novo movimento mas um instrumento facilitador da sua integração porque

“a relação entre instituição eclesiástica e movimentos obedece às regras específicas que devem serem formuladas nos estatutos, mas exige, acima de tudo, uma compreensão espiritual e humana que saiba misturar direcção, gratidão e uma certa abertura e disponibilidade para aceitar para aprender. Penso que esta ligação entre as grandes regras já existentes ou em elaboração para os diferentes movimentos e o carisma pessoal do bispo e do pároco que reconhecem o dom e, ao mesmo tempo, reconhecem o seu dever de fazer introduzir os movimentos na vida da diocese e da paróquia, é um elo importante. Deste modo, será possível encontrar soluções, mesmo nas situações difíceis”¹¹⁰⁶.

Ressaltou de novo o papel dos pastores na promoção dos “Novos Movimentos”:

“Fico feliz que a última reunião do ano passado com os movimentos seja agora seguido por um encontro de pastores porque em definitivo, como eu demonstrei na minha palestra há um ano, são os pastores que devem garantir a eclesialidade dos movimentos. Os pastores não são apenas pessoas que têm um cargo, mas eles também são carismáticos, são responsáveis pela abertura da Igreja à acção do Espírito Santo. Nós, os bispos, no sacramento somos ungidos com o Espírito Santo e, portanto, o sacramento nos garante também abertura aos dons do Espírito”¹¹⁰⁷.

Não deixou de reconhecer a existência de dificuldades trazidas por esta novidade dos “Novos Movimentos” e de admitir que não há receitas antecipadas mas é um desafio a enfrentar com regras porque tudo depende mais de pessoas, pois se as pessoas (o pároco, os grupos e também o bispo), estão disponíveis, haverá sempre soluções¹¹⁰⁸.

¹¹⁰⁵ Ibidem, p. 229.

¹¹⁰⁶ Ibidem, p. 230-231.

¹¹⁰⁷ Ibidem, p. 223.

¹¹⁰⁸ Cf. Ibidem, p. 230.

Contudo, destacou a importância, no primeiro plano, do papel do bispo na resolução das dificuldades trazidas pelos novos movimentos:

“O bispo, em particular, é responsável pela Igreja na sua diocese e é a ele a última palavra sobre a forma como o movimento deve comportar-se, como eles devem integrar-se (...) Mas, em mesmo tempo, presume-se, correctamente, que o bispo sente a responsabilidade de não extinguir o Espírito, responsabilidade sublinhada por São Paulo: ‘Não extingais o Espírito’, ‘mas verificar tudo’ (1 Ts 5,19.21)”¹¹⁰⁹.

Por fim, reconhece que as novas agregações dos leigos oferece um ambiente familiar desejado por muitos:

“Se o motivo de passar para os grupos protestantes é a falta de uma identidade clara, o outro é precisamente a de procurar na sociedade de massa, uma “casa” para fazer a experiência de viver como irmãos na comunhão com Cristo. Os movimentos, me parece, possuem esta especificidade de ajudar a reconhecer na grande Igreja, o que poderia aparecer como uma grande organização internacional, a casa onde se encontra o ambiente da família de Deus e, ao mesmo tempo, onde se permanece em grande família dos santos de todos os tempos”¹¹¹⁰.

2.5.2. “Mensagem aos Participantes no Segundo Congresso Mundial dos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades” e “Homilia na vigília no encontro de Pentecostes 2006”

Um ano depois de ser eleito Papa, Bento XVI convocou os “Novos Movimentos Eclesiais e as Novas Comunidades” para a celebração do Pentecoste de 2006. Esta convocação foi a prova do seu apreço pelas novas agregações dos fiéis, assumido desde do seu múnus episcopal na Alemanha. Mas este encontro foi precedido pelo Segundo Congresso Mundial dos “Novos Movimentos Eclesiais”.

O tema deste Segundo Congresso, “A beleza de ser cristão e a alegria de o comunicar”, inspira-se numa afirmação da homilia na missa de início do ministério petrino de Bento XVI que ele próprio explica: “É um tema que convida a reflectir sobre o que caracteriza essencialmente o acontecimento cristão: de facto, nele vem ao nosso encontro Aquele que em carne e sangue, visível e historicamente trouxe o esplendor da glória de Deus à terra. A Ele aplicam-se as palavras do Salmo 44: “Tu és o mais belo dos filhos dos homens!”. E a Ele, paradoxalmente, fazem referência também as palavras do profeta:

¹¹⁰⁹ Ibidem, p. 230.

¹¹¹⁰ Ibidem, p. 239.

“... sem figura nem beleza. Vimo-lo sem aspecto atraente’ (Is 53,2). Em Cristo encontram-se a beleza da verdade e a beleza do amor; mas o amor, sabemo-lo, requer também a disponibilidade para sofrer, uma disponibilidade que pode chegar até à doação da vida por quem se ama (cf. Jo 15, 13)! Cristo, que é ‘a beleza de qualquer beleza’, como costumava dizer São Boaventura (Sermones dominicales 1, 7), torna-se presente no coração do homem e atrai-o à sua vocação que é amor”¹¹¹¹.

A seguir, reforça a sua tese de sucessão apostólica, já defendida no primeiro Congresso mundial, para fundamentar a razão de ser dessas novas realidades de agregação:

“Ao longo dos séculos, o cristianismo foi comunicado e difundiu-se graças à novidade de vida de pessoas e de comunidades capazes de dar um testemunho incisivo de amor, de unidade e de alegria. Precisamente esta força pôs tantas pessoas em ‘movimento’ no suceder-se das gerações. Não foi porventura a beleza que a fé gerou no rosto dos santos a estimular muitos homens e mulheres a seguir as suas pegadas? No fundo, isto é válido também para vós: através dos fundadores e dos iniciadores dos vossos Movimentos e Comunidades individuastes com singular luminosidade o rosto de Cristo e pusestes-vos a caminho. Também hoje Cristo continua a fazer ressoar no coração de muitos aquele ‘vem e segue-me’ que pode decidir o seu destino. Isto acontece normalmente através do testemunho de quem fez uma experiência pessoal da presença de Cristo. No rosto e na palavra destas “criaturas novas” torna-se visível a sua luz e ouve-se o seu convite”¹¹¹².

E pede para que os novos movimentos sejam, de facto, lugares onde se aprende a comunhão e a caridade:

“Portanto digo-vos, queridos amigos dos Movimentos: fazei com que eles sejam sempre escolas de comunhão, companheiros a caminho nos quais se aprende a viver na verdade e no amor que Cristo nos revelou e comunicou por meio do testemunho dos Apóstolos, no seio da grande família dos seus discípulos. Ressoe sempre no vosso coração a exortação de Jesus: ‘Assim brilhe a vossa luz diante dos homens, de modo que, vendo as vossas boas obras, glorifiquem o vosso Pai que está no céu’ (Mt 5,16). Levai a luz de Cristo a todos os ambientes sociais e culturais em que viveis. O impulso missionário é comprovação da radicalidade de uma experiência de fidelidade sempre renovada ao próprio carisma, que leva além de qualquer fechamento cansado e egoísta em si. Iluminai a obscuridade de um mundo transtornado pelas mensagens contraditórias das ideologias!”¹¹¹³.

O segredo deste impulso está

“na extraordinária fusão entre o amor de Deus e o amor do próximo torna a vida bela e faz florescer o deserto no qual com frequência vivemos. Onde a caridade se manifesta como paixão pela vida e pelo destino do próximo, irradiando-se nos afectos e no trabalho e tornando-se força de construção de uma ordem social mais justa, ali constrói-se a civilização capaz de enfrentar o avanço da barbaridade. Tornai-vos construtores de

¹¹¹¹ “Mensagem aos Participantes no II Congresso Mundial dos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades”, cit.

¹¹¹² Ibidem.

¹¹¹³ Ibidem.

um mundo melhor segundo a *ordo amoris* na qual se manifeste a beleza da vida humana”¹¹¹⁴.

Por esta razão, Bento XVI considera que

“não há beleza que tenha valor se não há uma verdade a ser reconhecida e seguida, se o amor se limita a sentimento passageiro, se a felicidade se torna miragem inalcançável, se a liberdade degenera em instintividade. Quanto mal é capaz de produzir na vida do homem e das nações a vontade do poder, da posse, do prazer! Levai a este mundo perturbado o testemunho da liberdade com que Cristo nos libertou (cf. Gl 5,1). A extraordinária fusão entre o amor de Deus e o amor do próximo torna a vida bela e faz florescer o deserto no qual com frequência vivemos. Onde a caridade se manifesta como paixão pela vida e pelo destino do próximo, irradiando-se nos afectos e no trabalho e tornando-se força de construção de uma ordem social mais justa, ali constrói-se a civilização capaz de enfrentar o avanço da barbaridade. Tornai-vos construtores de um mundo melhor segundo a *ordo amoris* na qual se manifeste a beleza da vida humana”¹¹¹⁵.

Por fim, reconhece que os “Novos Movimentos Eclesiais e as Novas Comunidades” são hoje “sinal luminoso da beleza de Cristo e da Igreja, sua Esposa e pertencem à estrutura viva da Igreja”¹¹¹⁶. Por isso, a Igreja “agradece-vos pelo vosso compromisso missionário, pela acção formativa que desempenhais de modo crescente sobre as famílias cristãs, para a promoção das vocações ao sacerdócio ministerial e à vida consagrada que desenvolveis no vosso âmbito. Agradece-vos também pela disponibilidade que demonstrais ao receber as indicações operativas não só do Sucessor de Pedro, mas também dos Bispos das diversas Igrejas locais, que são, juntamente com o Papa, guardas da verdade e da caridade na unidade”¹¹¹⁷.

Três dias depois do Congresso, na vigília de Pentecostes de 2006, Bento XVI centrou a sua homília sobre o Espírito Santo que cria e continua a criar filhos de Deus livres, chamados a testemunhar esta liberdade genuína neste mundo de muitas contrariedades. Começa para lembrar a importância do encontro de Pentecostes 1998:

“Volta com emoção à nossa memória o encontro análogo que teve lugar nesta mesma Praça, no dia 30 de Maio de 1998, com o amado Papa João Paulo II. Grande evangelizador da nossa época, ele acompanhou-vos e orientou-vos durante todo o seu Pontificado; várias vezes definiu ‘providenciais’ as vossas Associações e Comunidades, sobretudo porque o Espírito santificador se serve delas para despertar a fé nos corações de numerosos cristãos e para fazer com que eles redescubram a vocação recebida

¹¹¹⁴ Ibidem.

¹¹¹⁵ Ibidem.

¹¹¹⁶ Ibidem.

¹¹¹⁷ Ibidem.

mediante o Baptismo, ajudando-os a serem testemunhas de esperança, repletas daquele fogo de amor que é precisamente o dom do Espírito Santo”¹¹¹⁸.

Salienta que

“o Pentecostes não é apenas a origem da Igreja e por isso, de modo especial, a sua festa; o Pentecostes é também uma festa da criação. O mundo não existe por si mesmo; provém do Espírito criativo de Deus, da Palavra criadora de Deus. E por este motivo reflecte inclusive a sabedoria de Deus. Na sua vastidão e na lógica omnicompreensiva das suas leis, ela deixa entrever algo do Espírito Criador de Deus. Exorta-nos ao temor reverencial”¹¹¹⁹.

Como prova de força deste poder criador do Espírito, o Papa convida-nos a contemplar

“a história para vermos que em redor dos mosteiros a criação conseguiu prosperar, assim como com o despertar do Espírito de Deus nos corações dos homens voltou o fulgor do Espírito Criador também sobre a terra um esplendor que tinha sido ofuscado, e por vezes até quase extinto, pelas barbáries da avidez de poder. E a mesma coisa acontece de novo em redor de Francisco de Assis acontece em toda a parte onde às almas chega o Espírito de Deus, este Espírito que o nosso hino qualifica como luz, amor e força. Deste modo encontramos uma primeira resposta à pergunta sobre o que é o Espírito Santo, o que Ele põe em acção e como é que podemos reconhecê-lo. Ele vem ao nosso encontro através da criação e da sua beleza”¹¹²⁰.

Logo,

“o Pentecostes é isto: Jesus, e através dele o próprio Deus, vem a nós e atrai-nos para dentro de si. ‘Ele envia o Espírito Santo’ assim se expressa a Escritura. Qual é o efeito disto? Em primeiro lugar, gostaria de relevar dois aspectos: o Espírito Santo, por meio de quem Deus vem a nós, dá-nos a vida e a liberdade. Observemos ambas um pouco mais de perto. ‘Eu vim para que tenham vida, e a tenham em abundância’, diz Jesus no Evangelho de João (10,10). Todos nós aspiramos à vida e à liberdade”¹¹²¹.

De facto,

“prescindindo do contexto sociológico daquela época, é válido sempre este princípio: a liberdade e a responsabilidade caminham juntas. A verdadeira liberdade demonstra-se na responsabilidade, num modo de agir que assume sobre si a co-responsabilidade pelo mundo, por si mesmo e pelos outros. Livre é o filho, a quem pertencem as coisas e que por isso não permite que as mesmas sejam destruídas. Todas as responsabilidades mundanas, de que falamos, são contudo responsabilidades parciais, por um determinado âmbito, por um certo Estado, etc. O Espírito Santo, pelo contrário, torna-nos filhos e filhas de Deus. Ele compromete-nos nesta mesma responsabilidade de Deus pelo seu mundo, pela humanidade inteira. Ensina-nos a contemplar o mundo, o próximo e nós mesmos com os olhos de Deus”¹¹²².

¹¹¹⁸ “Homília na celebração das Primeiras Vésperas da Vigília de Pentecostes”, 3 de Junho de 2006.

¹¹¹⁹ Ibidem.

¹¹²⁰ Ibidem.

¹¹²¹ Ibidem.

¹¹²² Ibidem.

Desta forma, Bento XVI desafia os novos movimentos a serem lugares onde se aprende a verdadeira liberdade:

“Os Movimentos eclesiais querem e devem ser escolas de liberdade, desta liberdade genuína. Ali queremos aprender esta verdadeira liberdade, e não aquela dos escravos, que visa cortar para si mesma uma fatia do bolo de todos, mesmo que venha a faltar aos demais. Nós desejamos a liberdade verdadeira e grande, a dos herdeiros, a liberdade dos filhos de Deus. Neste mundo, tão repleto de liberdades simuladas que aniquilam o meio ambiente e o homem, queremos com a força do Espírito Santo aprender em conjunto a liberdade autêntica; construir escolas de liberdade; demonstrar aos outros, com a vida, que somos livres e como é bonito ser verdadeiramente livres na autêntica liberdade dos filhos de Deus”¹¹²³.

Esta liberdade justifica a diversidade que é uma legítima e necessária expressão de vivacidade e catolicidade da Igreja:

“Se consideramos a história, se olhamos esta assembleia aqui na Praça de São Pedro então compreendemos como Ele suscita sempre novas dádivas; observamos como são diferentes os órgãos que Ele cria; e como, sempre de novo, age corporalmente. No entanto, nele a multiplicidade e a unidade caminham juntas. Ele sopra onde quer. E fá-lo de maneira inesperada, em lugares imprevisíveis e de maneiras precedentemente inimagináveis. E com que multiformidade e corporeidade o faz! É também precisamente aqui que a multiplicidade e a unidade são inseparáveis entre si. Ele quer a vossa multiformidade, e deseja que sejais o seu único corpo, na união com as ordens duradouras as junturas da Igreja, com os sucessores dos Apóstolos e com o Sucessor de São Pedro”¹¹²⁴.

É por esta razão que

“o Espírito Santo deseja a unidade, quer a totalidade. Por este motivo, a sua presença demonstra-se finalmente também no impulso missionário. Quem encontrou algo de verdadeiro, de belo e de bom na sua própria vida o único tesouro autêntico, a pérola inestimável, corre para o compartilhar em toda a parte, na família e no trabalho, em todos os âmbitos da sua existência. E fá-lo sem qualquer temor, porque sabe que recebeu a adopção de filho; sem qualquer presunção, porque tudo é dádiva; e sem desânimo, porque o Espírito de Deus precede a sua acção no “coração” dos homens e como semente nas mais diversificadas culturas e religiões. Fá-lo sem fronteiras, porque é portador de uma boa notícia destinada a todos os homens e a todos os povos”¹¹²⁵.

2.5.3. Outros pronunciamentos

Há tantos outros pronunciamentos sobre a realidade dos “Novos Movimentos Eclesiais” do Papa Bento XVI feitos em diversas ocasiões e diversos lugares e vamos tentar descobrir alguns deles.

¹¹²³ Ibidem.

¹¹²⁴ Ibidem.

¹¹²⁵ Ibidem.

Por exemplo, aquando da sua visita apostólica a Portugal em 2010, abordou este tema ao dirigir-se aos Bispos portugueses:

“Na verdade, os tempos que vivemos exigem um novo vigor missionário dos cristãos chamados a formar um laicado maduro, identificado com a Igreja, solidário com a complexa transformação do mundo. Há necessidade de verdadeiras testemunhas de Jesus Cristo, sobretudo nos meios humanos onde o silêncio da fé é mais amplo e profundo: políticos, intelectuais, profissionais da comunicação que professam e promovem uma proposta mono-cultural com menosprezo pela dimensão religiosa e contemplativa da vida. Em tais âmbitos, não faltam crentes envergonhados que dão as mãos ao secularismo, construtor de barreiras à inspiração cristã. Entretanto, amados Irmãos, aqueles que lá defendem com coragem um pensamento católico vigoroso e fiel ao Magistério continuem a receber o vosso estímulo e palavra esclarecedora para, como leigos, viverem a liberdade cristã. Na verdade”¹¹²⁶.

Não hesitou a comparar o surgimento das novas agregações dos fiéis à uma nova primavera como já o tinha feito no Primeiro Congresso Mundial dos Novos Movimentos:

“A propósito, confesso-vos a agradável surpresa que tive ao contactar com os movimentos e novas comunidades eclesiais. Observando-os, tive a alegria e a graça de ver como, num momento de fadiga da Igreja, num momento em que se falava de ‘inverno da Igreja’, o Espírito Santo criava uma nova primavera, fazendo despertar nos jovens e adultos a alegria de serem cristãos, de viverem na Igreja que é o Corpo vivo de Cristo. Graças aos carismas, a radicalidade do Evangelho, o conteúdo objectivo da fé, o fluxo vivo da sua tradição comunicam-se persuasivamente e são acolhidos como experiência pessoal, como adesão da liberdade ao evento presente de Cristo”¹¹²⁷.

Como também não deixou de alertar os pastores e os fundadores:

“Condição necessária, naturalmente, é que estas novas realidades queiram viver na Igreja comum, embora com espaços de algum modo reservados para a sua vida, de maneira que esta se torne depois fecunda para todos os outros. Os portadores de um carisma particular devem sentir-se fundamentalmente responsáveis pela comunhão, pela fé comum da Igreja e devem submeter-se à guia dos Pastores. São estes que devem garantir a eclesialidade dos movimentos. (...). Assim, por um lado, devemos sentir a responsabilidade de aceitar estes impulsos que são dons para a Igreja e lhe dão nova vitalidade, mas, por outro, devemos também ajudar os movimentos a encontrarem a estrada justa, com correcções feitas com compreensão – aquela compreensão espiritual e humana que sabe unir guia, gratidão e uma certa abertura e disponibilidade para aceitar aprender. Iniciais ou confirmas nisto mesmo os presbíteros”¹¹²⁸.

Falando aos membros de Comunhão e Libertação, afirmou de novo que os “Novos Movimentos” são dons do Espírito à Igreja:

“Queridos amigos, o vosso Movimento insere-se assim no amplo florescimento de associações, movimentos e novas realidades eclesiais providencialmente suscitados pelo

¹¹²⁶ Bento XVI, “Discurso aos Bispos de Portugal”, na viagem apostólica a Portugal no 10º aniversário da beatificação de Jacinta e Francisco, pastorinhos de Fátima, 13 de Maio de 2010.

¹¹²⁷ Ibidem.

¹¹²⁸ Ibidem.

Espírito Santo na Igreja depois do Concílio Vaticano II. Cada dom do Espírito encontra-se originária e necessariamente ao serviço da edificação do Corpo de Cristo, oferecendo um testemunho da imensa caridade de Deus pela vida de cada homem. Portanto, a realidade dos Movimentos eclesiais é sinal da fecundidade do Espírito do Senhor, para que se manifeste no mundo a vitória de Cristo ressuscitado e se cumpra o mandato missionário confiado a toda a Igreja”¹¹²⁹.

Sendo dons de Deus, devem serem acolhidos, apesar das dificuldades que podem trazer:

“Depois do Concílio, o Espírito Santo deu-nos os ‘movimentos’. Por vezes eles podem parecer um pouco estranhos ao Pároco ou ao Bispo, mas são lugares de fé em que os jovens e os adultos experimentam um modelo de vida na fé como oportunidades para a vida de hoje. Por isso peço-vos para irdes ao encontro dos movimentos com muito amor. Em certos aspectos devem ser corrigidos, inseridos no conjunto da paróquia ou da diocese. Mas devemos respeitar o carácter específico dos seus carismas e ser felizes por nascerem formas comunitárias de fé em que a Palavra de Deus se torna vida”¹¹³⁰.

Para este acolhimento e a sua integração, Bento XVI apresenta duas regras fundamentais aos párocos e clero de Roma:

“Parece-me que temos duas regras fundamentais, das quais o senhor falou. A primeira regra foi-nos dada por São Paulo, na primeira Carta aos Tessalonicenses: não apagar os carismas. Se o Senhor nos oferece novos dons, devemos ser gratos, embora às vezes eles sejam incómodos. E é bom que, sem iniciativas da hierarquia, com uma iniciativa a partir da base, como se diz, mas também com uma iniciativa realmente a partir do Alto, ou seja, como dom do Espírito Santo, nasçam novas formas de vida na Igreja, como de resto nasceram em todos os séculos. Inicialmente, eram sempre incómodas: também São Francisco era muito incómodo e para o Papa era muito difícil dar, finalmente, uma forma canónica a uma realidade que era muito maior do que os regulamentos jurídicos. Para São Francisco, era um enorme sacrifício deixar-se encerrar nesta estrutura jurídica, mas no final nasceu uma realidade que vive ainda hoje, e que viverá no futuro: ela dá força e novos elementos à vida da Igreja. Só quero dizer isto: em todos os séculos nasceram Movimentos. Também São Bento, inicialmente, era um Movimento. Inserem-se na vida da Igreja com sofrimentos, com dificuldades. O próprio São Bento teve que corrigir a orientação inicial do monaquismo. E assim também no nosso século o Senhor, o Espírito Santo, nos deu novas iniciativas, com novos aspectos da vida cristã: vividos por pessoas humanas com os seus limites, elas criam inclusive dificuldades”¹¹³¹.

Prossegue:

“A segunda regra é esta: a Igreja é una; se os Movimentos são realmente dons do Espírito Santo, inserem-se e servem a Igreja e, no diálogo paciente entre Pastores e Movimentos, nasce uma forma fecunda onde estes elementos se tornam elementos edificantes para a Igreja de hoje e de amanhã. Este diálogo é a todos os níveis.

¹¹²⁹ Bento XVI, “Discurso aos participantes à peregrinação promovida pela Fraternidade Comunhão e Libertação”, 24 de Março de 2007.

¹¹³⁰ Bento XVI, “Discurso ao segundo grupo de Bispos da República Federal da Alemanha em visita “ad limina apostolorum””, 18 de Novembro de 2006.

¹¹³¹ Bento XVI, “Discurso no encontro com os párocos e o clero da Diocese de Roma no início da quaresma”, 22 de Fevereiro de 2007.

Começando pelo pároco, pelo Bispo e pelo Sucessor de Pedro, está em acto a busca de estruturas oportunas: em muitos casos, a busca já deu os seus frutos”¹¹³².

Podemos dizer que a primeira regra diz respeito à autoridade eclesiástica e a segunda refere-se aos fundadores e os seus membros.

Bento XVI exortou os Bispos de Moçambique a considerar os “Novos Movimentos eclesiais” como “meio providencial para um renovado impulso missionário”:

“Mas, ao menos, procurai que o anúncio missionário se mantenha a prioridade das vossas prioridades e fazei saber a quantos têm a graça de ser cristãos que devem concorrer para a sua realização. Meio providencial para um renovado impulso missionário são os Movimentos eclesiais e novas Comunidades: acolhei-os e promovei-os nas vossas dioceses, pois o Espírito Santo serve-Se deles para despertar e aprofundar a fé nos corações e proclamar a alegria de crer em Jesus Cristo”¹¹³³.

Falando aos Bispos da América Latina, deixou como desafios aos novos movimentos:

“Por se tratar de um Continente de baptizados, convém preencher a notável ausência no âmbito político, comunicativo e universitário, de vozes e iniciativas de líderes católicos de forte personalidade e de vocação abnegada, que sejam coerentes com as suas convicções éticas e religiosas. Os movimentos eclesiais têm aqui um amplo campo para recordar aos leigos a sua responsabilidade e a sua missão de levar a luz do Evangelho para a vida pública, cultural, económica e política”¹¹³⁴.

Apesar de ser curto o seu pontificado, pareceu-nos, ser um pontificado com mais pronunciamentos profundos sobre a natureza, o papel, a importância e a missão questão dos “Novos Movimentos Eclesiais e as Novos Comunidades” na Igreja e no mundo. O seu contributo foi importante na colocação teológica desta realidade e suscitou muitos estudos que facilitaram a sua compreensão e sobretudo a sua integração nas chamadas estruturas permanentes da Igreja. Por esta razão, consideramo-lo “o teólogo” das novas agregações dos leigos. E podemos dizer que o grosso desses seus pronunciamentos está, contrariamente ao seu predecessor, dirigidos sobre aos pastores, isto é, os bispos e sacerdotes para o acolhimento e acompanhamento das novas realidades de agregações dos fiéis com muita caridade.

¹¹³² Ibidem.

¹¹³³ Bento XVI, “Discurso aos Bispos de Moçambique por ocasião da visita “ad limina apostolorum” “, 26 de Maio de 2007.

¹¹³⁴ Bento XVI, “Discurso na sessão inaugural dos trabalhos da vª conferência geral do episcopado da América Latina e do Caribe”, Santuário de Aparecida, 13 de maio de 2007.

Foi evidente a contribuição dos últimos sumos Pontífices na promoção e no desenvolvimento do fenómeno dos “Novos Movimentos Eclesiais e das Novas Comunidades” como sublinha Bento XVI:

“Ao mesmo tempo, como não aperceber-se de que uma tal novidade ainda espera ser adequadamente compreendida à luz do desígnio de Deus e da missão da Igreja nos cenários do nosso tempo? Precisamente por isso sucederam-se numerosas intervenções de chamada de atenção e de orientação por parte dos Pontífices, que deram início a um diálogo e a uma colaboração cada vez mais aprofundados a nível de tantas Igrejas particulares. Foram superados não poucos preconceitos, resistências e tensões. Falta cumprir a importante tarefa de promover uma comunhão mais madura de todas as componentes eclesiais, para que todos os carismas, no respeito da sua especificidade, possam contribuir plena e livremente para a edificação do único Corpo de Cristo”¹¹³⁵.

De facto, esses incentivos dos últimos Sumos Pontífices, que precederam o Concílio Vaticano II, foram decisivos. Por esta razão, consideramo-los de impulsionadores daquilo que vimos hoje como a realidade do fenómeno das novas agregações com o seu impulso missionário.

O Concílio Vaticano II veio coroar este empenho dos Papas com a sua nova eclesiologia do Povo de Deus onde foi confirmado e fundamentado o papel do leigo na Igreja e no mundo. O trabalho desenvolvido pelo Conselho Pontificio para os Leigos, estrutura desejada no Concílio para promover e acompanhar mais de perto a realidade das novas agregações dos fiéis, deve ser ressaltada como um verdadeiro instrumento impulsionador no desenvolvimento do despertar da vocação do leigo para o impulso missionário. É evidente que o papel de todos esses impulsionadores foi decisivo em encorajar, promover, acolher e discernir a imprevista irrupção das novas realidades laicais que, em formas variadas e surpreendentes, deram e continuam a dar vitalidade, fé e esperança a toda a Igreja e de modo particular aos seus membros.

É esta a prova da sua maturidade eclesial, manifesta no despertar de um impulso missionário vigoroso, movido pelo desejo de comunicar a todos a preciosa experiência do encontro com Cristo, a beleza de ser cristão. É este o caminho que os Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda devem trilhar para que os seus membros testemunhem a sua beleza de serem cristãos. Por isso, agora chegou, para esses novos movimentos de Cabinda, a hora de assumir o desafio da vivência da maturidade eclesial desejada pelo Papa João Paulo II, para que sejam, de facto, lugares

¹¹³⁵ Bento XVI, “Discurso aos participantes no seminário de estudo para bispos” promovido pelo Conselho Pontificio para os Leigos, cit.

onde se aprende o apostolado para testemunhar a presença do Ressuscitado. Para tal, há um processo a assumir, um caminho a seguir com exigências, critérios a cumprir e frutos a produzir.

Capítulo 3:

A maturidade eclesial: um desafio e um caminho a percorrer

“Hoje, diante de vós, abre-se uma etapa nova, a da maturidade eclesial. Isto não quer dizer que todos os problemas tenham sido resolvidos. É, antes, um desafio. Uma via a percorrer. A Igreja espera de vós frutos ‘maduros’ de comunhão e empenho”¹¹³⁶. Foi este desafio lançado aos Novos Movimentos em 1998 pelo Papa João Paulo II e hoje deve ser assumido pelos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda para serem, de facto, “uma resposta providencial” aos novos desafios da inculturação. Este desafio não pode ser entendido como uma responsabilidade somente dos Novos Movimentos de Apostolado, mas ela deve ser partilhada com a autoridade eclesiástica. Por um lado, o bispo e os seus colaboradores sacerdotes devem assumir o desafio de conduzir os novos movimentos a atingir, na sua experiência de fé e de vivência na Igreja, a sua maturidade eclesial; por outro lado, os fundadores e os membros dos novos movimentos devem deixarem-se conduzir no caminho da maturidade eclesial. Este processo é doloroso e exige muita humildade e muita paciência.

O seu alcance será feito na base de alguns critérios e a sua medição na base dos frutos. Por isso, falamos de critérios a cumprir para alcançar a maturidade eclesial e os mesmos critérios alcançados tornam-se frutos da prova da maturidade eclesial. Tendo em conta a realidade do contexto da diocese de Cabinda, consideramos como critérios e frutos de maturidade eclesial: a santidade, o apostolado, o testemunho, a

¹¹³⁶ “Discurso na Vigília de oração no encontro dos movimentos eclesiais e das novas comunidades”, cit. A comunhão e empenho englobam, para o Papa João Paulo II, todos os frutos de maturidade. Esta afirmação do Papa foi assim comentada por RYlko: “Há dois índices ou frutos de maturidade: o primeiro sinal eloquente da maturidade eclesial dos Movimentos, como dizia João Paulo II, é o senso da comunhão. Uma comunhão sempre mais estreita com o Papa e com os pastores, compartilhando dentro dela suas riquezas carismáticas, e uma comunhão fraterna entre as diversas realidades agregativas, chamadas a se abrirem para um conhecimento recíproco sempre mais profundo e a colaborar em projectos comuns. O segundo índice de maturidade eclesial é o empenho missionário (Extratos das palavras de Dom Stanislaw Rylko, “Nouveaux fruits de maturité ecclésiale”, In: La beauté d’être chrétien, Les mouvements dans l’Eglise, Libreria Editrice Vaticana, Vatican, 2007, p. 22). Por exemplo, para os Bispos de Canadá, há três aspectos principais que essa maturidade eclesial deve comportar: a) o sentido da comunhão com o Papa e com os pastores, e da comunhão fraterna com os outros Movimentos; b) o compromisso missionário; c) o desenvolvimento pleno da alegria do coração e do entusiasmo (cf. Conférence des évêques catholiques du Canada – Rapport sommaire du Forum de la CECC avec les mouvements, In: <http://www.cccb.ca>. Acesso a 15/11/2014).

complementaridade e o ecumenismo. Não consideramos a eclesialidade como critério ou fruto de maturidade eclesial por ser a condição para a legalização dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda, pois o facto de ser legalizado é a prova da sua maturidade no cumprimento do critério de eclesialidade.

3.1. Critério e fruto de santidade

Todo o novo movimento eclesial deve ser considerado como o lugar onde se aprende a encontrar-se com Cristo como Senhor e Salvador. E todo o novo movimento de apostolado fundado em Cabinda deve assumir esta responsabilidade de ser um instrumento facilitador deste encontro com Cristo. Isso deve ser encarado como prioridade e ao mesmo tempo como desafio, caso contrário se perderia o verdadeiro sentido da razão de ser dum novo movimento eclesial ou de modo particular dum novo movimento de apostolado como foi sublinhado por Papa Bento XVI: “Ao início do ser cristão, não há uma decisão ética ou uma grande ideia, mas o encontro com um acontecimento, com uma Pessoa que dá à vida um novo horizonte e, desta forma, o rumo decisivo”¹¹³⁷. Por isso, todos os membros dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda devem ser ajudados a tomar esta consciência, isto é, de serem chamados à santidade, reflexo do encontro verdadeiro com o Ressuscitado.

O chamamento à santidade é uma vocação para todos os fiéis, como foi sublinhado pelo Concílio Vaticano II:

“A nossa fé crê que a Igreja, cujo mistério o Sagrado Concílio expõe, é indefectivelmente santa. Com efeito, Cristo, Filho de Deus, que é com o Pai e o Espírito ao único Santo, amou a Igreja como esposa, entregou-Se por ela, para a santificar (cf. Ef 5,25-26) e uniu-a a Si como Seu corpo, cumulando-a com o dom do Espírito Santo, para glória de Deus. Por isso, todos na Igreja, quer pertençam à Hierarquia quer por ela sejam pastoreados, são chamados à santidade, segundo a palavra do Apóstolo: ‘esta é a vontade de Deus, a vossa santificação (1 Ts 4,3; cf. Ef 1,4)’. Esta santidade da Igreja incessantemente se manifesta, e deve manifestar-se, nos frutos da graça que o Espírito Santo produz nos fiéis; exprime-se de muitas maneiras em cada um daqueles que, no seu estado de vida, tendem à perfeição da caridade, com edificação do próximo; aparece dum modo especial na prática dos conselhos chamados evangélicos. A prática destes conselhos, abraçada sob a moção do Espírito Santo por muitos cristãos, quer privadamente quer nas condições ou estados aprovados pela Igreja, leva e deve levar ao mundo um admirável testemunho e exemplo desta santidade”¹¹³⁸.

¹¹³⁷ DCE 1.

¹¹³⁸ LG 39.

Esta vocação de todos à santidade encontra o seu fundamento no apelo de Jesus aos seus seguidores:

“Jesus, mestre e modelo divino de toda a perfeição, pregou a santidade de vida, de que Ele é autor e consumidor, a todos e a cada um dos seus discípulos, de qualquer condição: ‘sede perfeitos como vosso Pai celeste é perfeito’ (Mt 5,48). A todos enviou o Espírito Santo, que os move interiormente a amarem a Deus com todo o coração, com toda a alma, com todo o espírito e com todas as forças (cf. Mc 12,30) e a amarem-se uns aos outros como Cristo os amou (cf. Jo 13,34; 15,12). Os seguidores de Cristo, chamados por Deus e justificados no Senhor Jesus, não por merecimento próprio mas pela vontade e graça de Deus, são feitos, pelo Baptismo da fé, verdadeiramente filhos e participantes da natureza divina e, por conseguinte, realmente santos”¹¹³⁹.

Desta forma, fica claro que

“os cristãos de qualquer estado ou ordem, são chamados à plenitude da vida cristã e à perfeição da caridade. Na própria sociedade terrena, esta santidade promove um modo de vida mais humano. Para alcançar esta perfeição, empreguem os fiéis as forças recebidas segundo a medida em que as dá Cristo, a fim de que, seguindo as Suas pisadas e conformados à Sua imagem, obedecendo em tudo à vontade de Deus, se consagrem com toda a alma à glória do Senhor e ao serviço do próximo. Assim crescerá em frutos abundantes a santidade do Povo de Deus, como patentemente se manifesta na história da Igreja, com a vida de tantos santos”¹¹⁴⁰.

Portanto,

“nos vários géneros e ocupações da vida, é sempre a mesma a santidade que é cultivada por aqueles que são conduzidos pelo Espírito de Deus e, obedientes à voz do Pai, adorando em espírito e verdade a Deus Pai, seguem a Cristo pobre, humilde, e levando a cruz, a fim de merecerem ser participantes da Sua glória. Cada um, segundo os próprios dons e funções, deve progredir sem desfalecimentos pelo caminho da fé viva, que estimula a esperança e que actua pela caridade”¹¹⁴¹.

Por conseguinte, a vocação à santidade deve ser encarada como uma redescoberta da graça baptismal, como atestado pelo Papa João Paulo II:

“A vocação à santidade mergulha as suas raízes no Baptismo e volta a ser proposta pelos vários sacramentos, sobretudo pelo da Eucaristia: revestidos de Jesus Cristo e impregnados do Seu Espírito, os cristãos são ‘santos’ e, por isso, são habilitados e empenhados em manifestar a santidade do seu ser na santidade de todo o seu operar. O apóstolo Paulo não se cansa de advertir todos os cristãos para que vivam ‘como convém a santos’ (Ef 5,3)”¹¹⁴².

¹¹³⁹ LG 40.

¹¹⁴⁰ Ibidem.

¹¹⁴¹ LG 41.

¹¹⁴² CL 16.

Daí a importância da vivência dos sacramentos e não se justifica os movimentos ter membros que não se preocupam da vida sacramental¹¹⁴³. De facto,

“a vida segundo o Espírito, cujo fruto é a santificação (Rom 6,22; cf. Gl 5,22), suscita e exige de todos e de cada um dos baptizados o seguimento e imitação de Jesus Cristo, no acolhimento das Suas Bem-aventuranças, na escuta e meditação da Palavra de Deus, na consciente e activa participação na vida litúrgica e sacramental da Igreja, na oração individual, familiar e comunitária, na fome e sede de justiça, na prática do mandamento do amor em todas as circunstâncias da vida e no serviço aos irmãos, sobretudo os pequeninos, os pobres e os doentes”¹¹⁴⁴.

Por isso, “a dignidade do fiel leigo revela-se em plenitude quando se considera a primeira e fundamental vocação que o Pai, em Jesus Cristo por meio do Espírito Santo, dirige a cada um deles: a vocação à santidade, isto é, à perfeição da caridade. O santo é o testemunho mais esplêndido da dignidade conferida ao discípulo de Cristo”¹¹⁴⁵.

Nesta linha coloca-se o desafio lançado aos cristãos de hoje por João Paulo II:

“Hoje como nunca, urge que todos os cristãos retomem o caminho da renovação evangélica, acolhendo com generosidade o convite apostólico de ‘ser santos em todas as acções’. O Sínodo extraordinário de 1985, a vinte anos do encerramento do Concílio, insistiu com oportunidade sobre essa urgência: ‘Sendo a Igreja em Cristo um mistério’, ela deve ser vista como sinal e instrumento de santidade... Os santos e santas foram sempre fonte e origem de renovação nas circunstâncias mais difíceis em toda a história da Igreja. Hoje temos muitíssima falta de santos, que devemos pedir com assiduidade”¹¹⁴⁶.

E Justifica a razão deste desafio:

“Todos na Igreja, precisamente porque são seus membros, recebem e, por conseguinte, partilham a comum vocação à santidade. A título pleno, sem diferença alguma dos outros membros da Igreja, a essa vocação são chamados os fiéis leigos: ‘Todos os fiéis, de qualquer estado ou ordem, são chamados à plenitude da vida cristã e à perfeição da caridade’; ‘Todos os fiéis são convidados e têm por obrigação tender à santidade e à perfeição do próprio estado’”¹¹⁴⁷.

Deste modo,

“a vocação à santidade deverá ser compreendida e vivida pelos fiéis leigos, antes de mais, como sendo uma obrigação exigente a que não se pode renunciar, como um sinal luminoso do infinito amor do Pai que os regenerou para a Sua vida de santidade. Tal vocação aparece então como componente essencial e inseparável de nova vida baptismal e, por conseguinte, elemento constitutivo da sua dignidade. Ao mesmo tempo, a vocação à santidade anda intimamente ligada à missão e à responsabilidade confiadas

¹¹⁴³ Foi um dos pontos negativos sublinhados pelo Bispo e responsáveis das paróquias e quase-paróquias. Por isso, é a vocação dos movimentos indicar aos seus membros os grandes benéficos da vida sacramental para um cristão.

¹¹⁴⁴ CL 16.

¹¹⁴⁵ CL 16.

¹¹⁴⁶ Ibidem.

¹¹⁴⁷ Ibidem.

aos fiéis leigos na Igreja e no mundo. Com efeito, a própria santidade já vivida, que deriva da participação na vida de santidade da Igreja, representa o primeiro e fundamental contributo para a edificação da própria Igreja, como ‘Comunhão dos Santos’¹¹⁴⁸.

Ainda bem constata o Papa

“um cenário maravilhoso se abre aos olhos iluminados pela fé: o de inúmeros fiéis leigos, homens e mulheres, que, precisamente na vida e nas ocupações do dia-a-dia, muitas vezes inobservados ou até incompreendidos e ignorados pelos grandes da terra, mas vistos com amor pelo Pai, são obreiros incansáveis que trabalham na vinha do Senhor, artífices humildes e grandes – certamente pelo poder da graça de Deus – do crescimento do Reino de Deus na história”¹¹⁴⁹.

Desta forma, a vida segundo o Espírito se exprima de forma peculiar na sua inserção nas realidades temporais e na sua participação nas actividades terrenas:

“A vocação dos fiéis leigos à santidade comporta que a vida, segundo o Espírito, se exprima de forma peculiar na sua inserção nas realidades temporais e na sua participação nas actividades terrenas. É ainda o apóstolo que adverte: ‘Tudo quanto fizerdes por palavras e obras, fazei tudo no nome do Senhor Jesus, dando, por meio d'Ele, graças a Deus Pai’ (Cl 3,17). Aplicando as palavras do apóstolo aos fiéis leigos, o Concílio afirma categoricamente: ‘Nem os cuidados familiares nem outras ocupações profanas devem ser alheios à vida espiritual’. Por sua vez, os Padres sinodais afirmaram: ‘A unidade de vida dos fiéis leigos é de enorme importância, pois eles têm que se santificar na normal vida profissional e social. Assim, para que possam responder à sua vocação, os fiéis leigos devem olhar para as actividades da vida quotidiana como uma ocasião de união com Deus e de cumprimento da Sua vontade, e também como serviço aos demais homens, levando-os à comunhão com Deus em Cristo’¹¹⁵⁰.

É esta razão que levou João Paulo II a afirmar que “nos movimentos e nas novas comunidades aprendestes que a fé não é questão abstracta, nem vago sentimento religioso, mas vida nova em Cristo, suscitada pelo Espírito Santo”¹¹⁵¹ e porque

“as verdades eclesiais a que aderis ajudaram-vos a redescobrir a vocação baptismal, a valorizar os dons do Espírito recebidos na Confirmação, a confiar-vos à misericórdia de Deus no Sacramento da Reconciliação e a reconhecer na Eucaristia a fonte e o ápice da inteira vida cristã. E de igual modo, graças a essa forte experiência eclesial, surgiram esplêndidas famílias cristãs abertas à vida, verdadeiras ‘igrejas domésticas’, desabrocharam muitas vocações ao sacerdócio ministerial e à vida religiosa, assim como novas formas de vida laical inspiradas nos conselhos evangélicos”¹¹⁵².

Foi este desafio que veio do Primeiro Sínodo como atesta o Papa João Paulo II:

“O Sínodo reafirmou que todos os filhos e filhas da África são chamados à santidade e a ser testemunhas de Cristo em qualquer canto do mundo. ‘A lição da história confirma

¹¹⁴⁸ CL 17.

¹¹⁴⁹ Ibidem.

¹¹⁵⁰ Ibidem.

¹¹⁵¹ “Discurso na Vigília de oração no encontro dos movimentos eclesiais e das novas comunidades”, cit.

¹¹⁵² Ibidem.

que, pela acção do Espírito Santo, a evangelização se realiza sobretudo por meio do testemunho de caridade, do testemunho de santidade'. Por isso, desejo repetir a todos os cristãos da África as palavras que escrevi, há alguns anos: 'Todo o missionário só o é autenticamente, se se empenhar no caminho da santidade. (...) Todo o fiel é chamado à santidade e à missão. (...) O renovado impulso para a missão ad gentes exige missionários santos. Não basta renovar os métodos pastorais, nem organizar e coordenar melhor as forças eclesiais, nem explorar com maior perspicácia as bases bíblicas e teológicas da fé: é preciso suscitar um novo 'ardor de santidade' entre os missionários e em toda a comunidade cristã'”¹¹⁵³.

De facto, os Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda podem suscitar nos seus membros este “ardor de santidade” que passa pelo desejo e vontade de encontrar-se com Cristo como lembra o Papa Francisco no seu convite lançado aos todos cristãos:

“Convido todo o cristão, em qualquer lugar e situação que se encontre, a renovar hoje mesmo o seu encontro pessoal com Jesus Cristo ou, pelo menos, a tomar a decisão de se deixar encontrar por Ele, de O procurar dia a dia sem cessar. Não há motivo para alguém poder pensar que este convite não lhe diz respeito, já que ‘da alegria trazida pelo Senhor ninguém é excluído’. Quem arrisca, o Senhor não o desilude; e, quando alguém dá um pequeno passo em direcção a Jesus, descobre que Ele já aguardava de braços abertos a sua chegada”¹¹⁵⁴.

E reforça a razão deste convite:

“Somente graças a este encontro – ou reencontro – com o amor de Deus, que se converte em amizade feliz, é que somos resgatados da nossa consciência isolada e da auto-referencialidade. Chegamos a ser plenamente humanos, quando somos mais do que humanos, quando permitimos a Deus que nos conduza para além de nós mesmos a fim de alcançarmos o nosso ser mais verdadeiro. Aqui está a fonte da acção evangelizadora. Porque, se alguém acolheu este amor que lhe devolve o sentido da vida, como é que pode conter o desejo de o comunicar aos outros?”¹¹⁵⁵

Neste sentido, a procura do encontro com Cristo deve tornar-se a primeira motivação que os Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda devem oferecer aos seus membros. Para tal, devem ser lugares onde se aprende a encontrar-se com uma Pessoa (Jesus Cristo) através da redescoberta da graça baptismal para a vivência de uma vida de santidade nas actividades quotidianas porque como dizia João Paulo II:

“A Igreja tem necessidade sobretudo de grandes correntes, movimentos e testemunhos de santidade entre os fiéis, porque é da santidade que nasce toda a autêntica renovação da Igreja, todo o enriquecimento da fé e do seguimento cristão, uma re-actualização

¹¹⁵³ EA 136.

¹¹⁵⁴ EG 3.

¹¹⁵⁵ EG 8.

vital e fecunda do cristianismo com as necessidades dos homens, uma renovada forma de presença no coração da existência humana e da cultura das nações”¹¹⁵⁶.

Fica sem equívoco que a vocação à santidade é, “um pressuposto fundamental e uma condição totalmente insubstituível da realização da missão de salvação na Igreja. A santidade da Igreja é a fonte secreta e a medida infalível da sua operosidade apostólica e do seu dinamismo missionário”¹¹⁵⁷.

Desta forma, a vida de santidade dos fiéis dependem da sua inserção na videira, assim explicada por esta imagem bíblica: “Como a vide não pode dar fruto por si mesma se não estiver na videira, assim acontecerá convosco se não estiverdes em Mim. Eu sou a videira, vós as vides. Quem permanece em Mim e Eu nele, esse dá muito fruto; porque sem Mim nada podeis fazer” (Jo 15,4-5). E os Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda devem ser este lugar onde se aprende as obras de santidade: “amor, alegria, paz, paciência, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão, auto-domínio” que são fruto do Espírito (Gl 5,22-23) e as obras contra a santidade: “São estas: fornicção, impureza, devassidão, idolatria, feitiçaria, inimizades, contenda, ciúme, fúrias, ambições, discórdias, partidarismos, invejas, bebedeiras, orgias e coisas semelhantes a estas” (Gl 5,19-21) Dizia São Paulo: “Mas os que são de Cristo Jesus crucificaram a carne com as suas paixões e desejos. Se vivemos no Espírito, sigamos também o Espírito. Não nos tornemos vaidosos, a provocar-nos uns aos outros, a ser invejosos uns dos outros Ga. 5, 25-26).

3.2.Critério e fruto de apostolado

O Papa Francisco sublinha que a experiência verdadeira do encontro é sempre comunicativa:

“O bem tende sempre a comunicar-se. Toda a experiência autêntica de verdade e de beleza procura, por si mesma, a sua expansão; e qualquer pessoa que viva uma libertação profunda adquire maior sensibilidade face às necessidades dos outros. E, uma vez comunicado, o bem radica-se e desenvolve-se. Por isso, quem deseja viver com dignidade e em plenitude, não tem outro caminho senão reconhecer o outro e buscar o seu bem. Assim, não nos deveriam surpreender frases de São Paulo como estas: ‘O amor de Cristo nos absorve completamente’ (2 Cor 5,14); ‘ai de mim, se eu não evangelizar!’ (1 Cor 9,16)”¹¹⁵⁸.

¹¹⁵⁶ João Paulo II, “Discurso no XX aniversário da promulgação do Decreto conciliar “Apostolicam actuositatem””, 18 de Novembro de 1985 (nossa tradução).

¹¹⁵⁷ CL 17.

¹¹⁵⁸ EG 9.

Nesta linha, o apostolado deve ser entendido como o anúncio ou partilha da experiência vivida no encontro com Cristo, isto é, a evangelização.

O Concílio Vaticano II, tendo em conta a importância do apostolado na vida da Igreja e do cristão, consagrou-lhe um decreto conciliar que começa destacando o fundamento da razão de ser do apostolado dos leigos:

“O sagrado Concílio, desejando tornar mais intensa a actividade apostólica do Povo de Deus, volta-se com muito empenho para os cristãos leigos, cujas funções próprias e indispensáveis na missão da Igreja já em outros lugares recordou. Com efeito, o apostolado dos leigos, que deriva da própria vocação cristã, jamais poderá faltar na Igreja. A mesma Sagrada Escritura demonstra abundantemente como foi espontânea e frutuosa esta actividade no começo da Igreja (cf. Act 11,19-21:18,26; Rom 16,1-16; Fil 4,3)”¹¹⁵⁹.

Justifica a urgência da sua importância:

“Os nossos tempos, porém, não exigem um menor zelo dos leigos; mais ainda, as condições actuais exigem deles absolutamente um apostolado cada vez mais intenso e mais universal. Com efeito, o aumento crescente da população, o progresso da ciência e da técnica, as relações mais estreitas entre os homens, não só dilataram imenso os campos do apostolado dos leigos, em grande parte acessíveis só a eles, mas também suscitaram novos problemas que reclamam a sua atenção interessada e o seu esforço. Este apostolado torna-se tanto mais urgente quanto a autonomia de muitos sectores da vida humana, como é justo, aumentou, por vezes com um certo afastamento da ordem ética e religiosa e com grave perigo para a vida cristã. Além disso, em muitas regiões onde os sacerdotes são demasiado poucos ou, como acontece por vezes, são privados da liberdade de ministério, a Igreja dificilmente poderia estar presente e activa sem o trabalho dos leigos”¹¹⁶⁰.

Por fim, reconhece que o “sinal desta múltiplice e urgente necessidade é a evidente actuação do Espírito Santo que hoje torna os leigos cada vez mais conscientes da própria responsabilidade e por toda a parte os anima ao serviço de Cristo e da Igreja”¹¹⁶¹.

De facto, o apostolado fundamenta-se no mandato recebido do Ressuscitado como sublinha o Concílio Vaticano II:

“Assim como o Filho foi enviado pelo Pai, assim também Ele enviou os Apóstolos (cf. Jo 20,21) dizendo: ‘ide, pois, ensinai todas as gentes, baptizai-as em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, ensinai-as a observar tudo aquilo que vos mandei. Eis que estou convosco todos os dias até à consumação dos séculos’ (Mt 28,19-20). A Igreja recebeu dos Apóstolos este mandato solene de Cristo, de anunciar a verdade da salvação e de a levar até aos confins da terra (cf. Act 1,8). Faz, portanto, suas as palavras do Apóstolo: ‘ai de mim, se não prego o Evangelho’ (1 Cor 9,16), e por isso continua a

¹¹⁵⁹ AA 1.

¹¹⁶⁰ Ibidem.

¹¹⁶¹ Ibidem.

mandar incessantemente os seus arautos, até que as novas igrejas se formem plenamente e prossigam, por sua vez, a obra da evangelização”¹¹⁶².

Prossegue:

“Pois é impelida pelo Espírito Santo a cooperar para que o desígnio de Deus, que fez de Cristo o princípio de salvação para todo o mundo, se realize totalmente. Pregando o Evangelho, a Igreja atrai os ouvintes a crer e confessar a fé, dispõe para o Baptismo, liberta da escravidão do erro e incorpora-os a Cristo, a fim de que n'Ele cresçam pela caridade, até à plenitude. E a sua acção faz com que tudo quanto de bom encontra no coração e no espírito dos homens ou nos ritos e cultura próprios de cada povo, não só não pereça mas antes seja sanado, elevado e aperfeiçoado, para glória de Deus, confusão do demónio e felicidade do homem”¹¹⁶³.

Deste modo, “a todo o discípulo de Cristo incumbe o encargo de difundir a fé, segundo a própria medida”¹¹⁶⁴.

“Por consequência, ressalta o Vaticano II, devem os fiéis conhecer a natureza íntima e o valor de todas as criaturas, e a sua ordenação para a glória de Deus, ajudando-se uns aos outros, mesmo através das actividades propriamente temporais, a levar uma vida mais santa, para que assim o mundo seja penetrado do espírito de Cristo e, na justiça, na caridade e na paz, atinja mais eficazmente o seu fim. Na realização plena deste dever, os leigos ocupam o lugar mais importante. Por conseguinte, com a sua competência nas matérias profanas, e a sua actuação interiormente elevada pela graça de Cristo, contribuam eficazmente para que os bens criados sejam valorizados pelo trabalho humano, pela técnica e pela cultura para utilidade de todos os homens, sejam melhor distribuídos entre eles e contribuam a seu modo para o progresso de todos na liberdade humana e cristã, em harmonia com o destino que lhes deu o Criador e segundo a iluminação do Verbo. Deste modo, por meio dos membros da Igreja, Cristo iluminará cada vez mais a humanidade inteira com a Sua luz salvadora”¹¹⁶⁵.

E acrescenta:

“Além deste apostolado, que diz respeito a todos os fiéis, os leigos podem ainda ser chamados, por diversos modos, a uma colaboração mais imediata no apostolado da Hierarquia, à semelhança daqueles homens e mulheres que ajudavam o apóstolo Paulo no Evangelho, trabalhando muito no Senhor (cf. Fil. 4,3; Rom 16,3 ss.). Têm ainda a capacidade de ser chamados pela Hierarquia a exercer certos cargos eclesiais, com finalidade espiritual”¹¹⁶⁶.

Por isso,

“incumbe, portanto, a todos os leigos a magnífica tarefa de trabalhar para que o desígnio de salvação atinja cada vez mais os homens de todos os tempos e lugares. Esteja-lhes, pois, amplamente aberto o caminho, a fim de que, segundo as próprias forças e as

¹¹⁶² LG 17.

¹¹⁶³ LG 17.

¹¹⁶⁴ Ibidem.

¹¹⁶⁵ LG 36.

¹¹⁶⁶ LG 33.

necessidades dos tempos, também eles participem com ardor na acção salvadora da Igreja”¹¹⁶⁷.

Sendo assim,

“a missão da Igreja tem como fim a salvação dos homens, a alcançar pela fé em Cristo e pela sua graça. Por este motivo, o apostolado da Igreja e de todos os seus membros ordena-se, antes de mais, a manifestar ao mundo, por palavras e obras, a mensagem de Cristo, e a comunicar a sua graça. Isto realiza-se sobretudo por meio do ministério da palavra e dos sacramentos, especialmente confiado ao clero, no qual também os leigos têm grande papel a desempenhar, para se tornarem ‘cooperadores da verdade’ (3 Jo 8). É sobretudo nesta ordem que o apostolado dos leigos e o ministério pastoral se completam mutuamente”¹¹⁶⁸.

O dever e o direito ao apostolado, derivados da sua vocação e missão como baptizados, justificam o direito de agregar dos leigos como foi sublinhado pelo Concílio Vaticano II:

“O apostolado em associação é de grande importância também porque, nas comunidades eclesiais e nos vários meios, o apostolado exige com frequência ser realizado mediante a acção comum. As associações criadas para a acção apostólica comum fortalecem os seus membros e formam-nos para o apostolado. Além disso, distribuem ordenadamente e orientam o seu trabalho apostólico, de modo que se podem esperar daí frutos muito mais abundantes do que se agisse cada um por sua conta”¹¹⁶⁹.

Deste modo, “a comunhão eclesial, já presente e operante na acção do indivíduo, encontra uma expressão específica no operar associado dos fiéis leigos, isto é, na acção solidária que eles desenvolvem ao participar responsabilmente na vida e na missão da Igreja”¹¹⁷⁰.

Por este motivo, “os fiéis leigos (...) pertencem àquele Povo de Deus que é representado na imagem dos trabalhadores da vinha, de que fala o Evangelho de Mateus: ‘O Reino dos Céus é semelhante a um proprietário, que saiu muito cedo, a contratar trabalhadores para a sua vinha. Ajustou com eles um denário por dia e mandou-os para a vinha’ (Mt 20,1-2)”¹¹⁷¹.

Esta parábola do Evangelho abre aos nossos olhos a imensa vinha do Senhor e a multidão de pessoas, homens e mulheres, que Ele chama e envia para trabalhar nela. A vinha é o mundo inteiro (cf. Mt 13,8), que deve ser transformado segundo o plano de Deus em ordem ao advento definitivo do Reino de Deus. Por isso,

¹¹⁶⁷ Ibidem.

¹¹⁶⁸ AA 6.

¹¹⁶⁹ AA 18.

¹¹⁷⁰ CL 29.

¹¹⁷¹ CL 1.

“a voz do Senhor ressoa sem dúvida no íntimo do próprio ser de cada cristão que, graças à fé e aos sacramentos da iniciação cristã, torna-se imagem de Jesus Cristo, insere-se na Igreja como seu membro vivo e é sujeito activo da sua missão de salvação. A voz do Senhor, porém, também se faz sentir através dos acontecimentos históricos da Igreja e da humanidade, como nos lembra o Concílio: ‘O Povo de Deus, movido pela fé com que acredita ser conduzido pelo Espírito do Senhor, o qual enche o universo, esforça-se por discernir nos acontecimentos, nas exigências e aspirações, que compartilha juntamente com os homens de hoje, quais são os verdadeiros sinais da presença e do desígnio de Deus. Pois a fé ilumina todas as coisas com uma luz nova, e faz conhecer o desígnio divino acerca da vocação integral do homem e, dessa forma, orienta o espírito para soluções plenamente humanas’”¹¹⁷².

O Concílio Vaticano II reconhece que “o apostolado dos leigos é participação na própria missão salvadora da Igreja, e para ele todos são destinados pelo Senhor, por meio do Baptismo e da Confirmação. E os sacramentos, sobretudo a sagrada Eucaristia, comunicam e alimentam aquele amor para com Deus e para com os homens, que é a alma de todo o apostolado”¹¹⁷³. E acrescenta:

“Mas os leigos são especialmente chamados a tornarem a Igreja presente e activa naqueles locais e circunstâncias, em que só por meio deles, ela pode ser o sal da terra. Deste modo, todo e qualquer leigo, pelos dons que lhe foram concedidos, é ao mesmo tempo testemunha e instrumento vivo da missão da própria Igreja, ‘segundo a medida concedida por Cristo’ (Ef 4,7)”¹¹⁷⁴.

Por isso,

“o dever e o direito ao apostolado advêm aos leigos da sua mesma união com Cristo cabeça. Com efeito, inseridos pelo Baptismo no Corpo Místico de Cristo, e robustecidos pela Confirmação com a força do Espírito Santo, é pelo Senhor mesmo que são destinados ao apostolado. São consagrados em ordem a um sacerdócio real e um povo santo (cf. 1 Pe 2,4-10) para que todas as suas actividades sejam oblações espirituais e por toda a terra dêem testemunho de Cristo. E os sacramentos, sobretudo a sagrada Eucaristia, comunicam e alimentam neles aquele amor que é a alma de todo o apostolado”¹¹⁷⁵.

Assim,

“o Supremo e Eterno Sacerdote Cristo Jesus, querendo também por meio dos leigos continuar o Seu testemunho e serviço, vivifica-o pelo Seu Espírito e sem cessar os incita a toda a obra boa e perfeita. E assim, àqueles que intimamente associou à própria vida e missão, concedeu também participação no seu múnus sacerdotal, a fim de que exerçam um culto espiritual, para glória de Deus e salvação dos homens. Por esta razão, os leigos, enquanto consagrados a Cristo e ungidos no Espírito Santo, têm uma vocação admirável e são instruídos para que os frutos do Espírito se multipliquem neles cada vez mais abundantemente. Pois todos os seus trabalhos, orações e empreendimentos apostólicos, a vida conjugal e familiar, o trabalho de cada dia, o descanso do espírito e

¹¹⁷² CL 3.

¹¹⁷³ LG 33.

¹¹⁷⁴ Ibidem.

¹¹⁷⁵ AA 3.

do corpo, se forem feitos no Espírito, e as próprias incomodidades da vida, suportadas com paciência, se tornam em outros tantos sacrifícios espirituais, agradáveis a Deus por Jesus Cristo (cf. 1 Pe 2,5); sacrifícios estes que são piedosamente oferecidos ao Pai, juntamente com a oblação do corpo do Senhor, na celebração da Eucaristia. E deste modo, os leigos, agindo em toda a parte santamente, como adoradores, consagram a Deus o próprio mundo”¹¹⁷⁶.

E, portanto,

“do mesmo modo que os sacramentos da nova lei, que alimentam a vida e o apostolado dos fiéis, prefiguram um novo céu e uma nova terra (cf. Ap 21,1), assim os leigos se tornam valorosos arautos da fé naquelas realidades que esperamos (cf. Heb 11,1), se juntarem sem hesitação, a uma vida de fé, a profissão da mesma fé. Este modo de evangelizar, proclamando a mensagem de Cristo com o testemunho da vida e com a palavra, adquire um certo carácter específico e uma particular eficácia por se realizar nas condições ordinárias da vida no mundo”¹¹⁷⁷.

É evidente que

“este apostolado, contudo, não consiste apenas no testemunho da vida; o verdadeiro apóstolo busca ocasiões de anunciar Cristo por palavras, quer aos não crentes para os levar à fé, quer aos fiéis, para os instruir, confirmar e animar a uma vida fervorosa; ‘com efeito, o amor de Cristo estimula-nos’ (2 Cor 5,14); e devem encontrar eco no coração de todos, aquelas palavras do Apóstolo: ‘ai de mim, se não prego o Evangelho’ (1 Cor 9,16). E dado que no nosso tempo surgem novos problemas e se difundem gravíssimos erros que ameaçam subverter a religião, a ordem moral e a própria sociedade humana, este sagrado Concílio exorta ardentemente os leigos a que, na medida da própria capacidade e conhecimentos, desempenhem com mais diligência a parte que lhes cabe na elucidação, defesa e recta aplicação dos princípios cristãos aos problemas do nosso tempo, segundo a mente da Igreja”¹¹⁷⁸.

Portanto, há vários campos do apostolado dos leigos:

“Os leigos exercem o seu apostolado multiforme tanto na Igreja como no mundo. Em ambos os planos se abrem vários campos de actividade apostólica de que queremos aqui lembrar os principais. São: as comunidades eclesiais, a família, a juventude, o meio social, as ordens nacional e internacional. E como hoje a mulher tem cada vez mais parte activa em toda a vida social, é da maior importância que ela tome uma participação mais ampla também nos vários campos do apostolado da Igreja”¹¹⁷⁹.

E acrescenta:

“Porque participam no múnus sacerdotal, profético e real de Cristo, têm os leigos parte activa na vida e acção da Igreja. A sua acção dentro das comunidades eclesiais é tão necessária que, sem ela, o próprio apostolado dos pastores não pode conseguir, a maior parte das vezes, todo o seu efeito. Porque os leigos com verdadeira mentalidade apostólica, à imagem daqueles homens e mulheres que ajudavam Paulo na propagação do Evangelho (cf. Act 18,18-20; Rom 16,3), suprem o que falta a seus irmãos e revigoram o espírito dos pastores e dos outros membros do povo fiel (cf. 1 Cor 16,17-18). Pois eles, fortalecidos pela participação activa na vida litúrgica da comunidade,

¹¹⁷⁶ LG 34.

¹¹⁷⁷ LG 35.

¹¹⁷⁸ AA 6.

¹¹⁷⁹ AA 9.

empenham-se nas obras apostólicas da mesma. Conduzem à Igreja os homens que porventura andem longe, cooperam intensamente na comunicação da palavra de Deus, sobretudo pela actividade catequética, e tornam mais eficaz, com o contributo da sua competência, a cura de almas e até a administração dos bens da Igreja”¹¹⁸⁰.

O Concílio Vaticano II catalogou alguns lugares onde este apostolado deve ser assumido:

“A paróquia dá-nos um exemplo claro de apostolado comunitário porque congrega numa unidade toda a diversidade humana que aí se encontra e a insere na universalidade da Igreja. Acostumem-se os leigos a trabalhar na paróquia intimamente unidos aos seus sacerdotes, a trazer para a comunidade eclesial os próprios problemas e os do mundo e as questões que dizem respeito à salvação dos homens, para que se examinem e resolvam no confronto de vários pareceres. Acostumem-se, por fim, a prestar auxílio a toda a iniciativa apostólica e missionária da sua comunidade eclesial na medida das próprias forças”¹¹⁸¹.

Ainda mais, prossegue:

“Cultivem o sentido de diocese, de que a paróquia é como que uma célula, e estejam sempre prontos, à voz do seu pastor, a somar as suas forças às iniciativas diocesanas. Mas, para responder às necessidades das cidades e das regiões rurais, não confinem a sua cooperação dentro dos limites da paróquia ou da diocese, mas esforcem-se por estendê-la aos campos interparoquial, interdiocesano, nacional ou internacional. Tanto mais que a crescente migração de povos, o incremento de relações mútuas e a facilidade de comunicações já não permitem que parte alguma da sociedade permaneça fechada em si. Assim devem interessar-se pelas necessidades do Povo de Deus disperso por toda a terra. Em primeiro lugar, façam suas as obras missionárias, prestando auxílios materiais ou mesmo pessoais. Pois é dever e honra dos cristãos restituir a Deus parte dos bens que d'Ele recebem”¹¹⁸².

A família foi também destacada como lugar de apostolado:

“Nesta obra, desempenha grande papel, aquele estado de vida que é santificado por um sacramento próprio: a vida matrimonial e familiar. Aí se encontra um exercício e uma admirável escola de apostolado dos leigos, se a religião penetrar toda a vida e a transformar cada vez mais. Aí encontram os esposos a sua vocação própria, de serem um para o outro e para os filhos, as testemunhas da fé e do amor de Cristo. A família cristã proclama em alta voz as virtudes presentes do reino de Deus e a esperança na vida bem-aventurada. E deste modo, pelo exemplo e pelo testemunho, argui o mundo do pecado e ilumina aqueles que buscam a verdade”¹¹⁸³.

Justifica esta importância da família para o apostolado pelo facto de que

“foi a própria família que recebeu de Deus a missão de ser a primeira célula vital da sociedade. Cumprirá essa missão se se mostrar, pela piedade mútua dos seus membros e pela oração feita a Deus em comum, como que o santuário doméstico da Igreja; se toda a família se inserir no culto litúrgico da Igreja e, finalmente, se a família exercer uma hospitalidade actuante e promover a justiça e outras boas obras em serviço de todos os

¹¹⁸⁰ AA10.

¹¹⁸¹ AA 10.

¹¹⁸² AA 9.

¹¹⁸³ LG 35.

irmãos que sofrem necessidade. Podem enumerar-se, entre as várias obras de apostolado familiar, as seguintes: adoptar com filhos crianças abandonadas, receber com benevolência estrangeiros, coadjuvar no regime das escolas, auxiliar os adolescentes com conselhos e meios materiais, ajudar os noivos a prepararem-se melhor para o matrimónio, colaborar na catequese, auxiliar os esposos e as famílias que se encontram em crise material ou moral, proporcionar aos velhos não só o necessário, mas também fazê-los participar, com equidade, dos frutos do progresso económico”¹¹⁸⁴.

E, acrescenta:

“As famílias cristãs, pela coerência de toda a sua vida com o Evangelho e pelo exemplo que mostram do matrimónio cristão, oferecem ao mundo um preciosíssimo testemunho de Cristo, sempre e em toda a parte, mas sobretudo naquelas regiões em que se lançam as primeiras sementes do Evangelho ou em que a Igreja está nos começos ou atravessa alguma crise grave”¹¹⁸⁵.

Por isso, o Concílio Vaticano II considerou a família como um exercício e uma admirável escola de apostolado dos leigos. Assim sendo, a paróquia e a família apresentam-se como estruturas para o apostolado dos leigos.

Não basta ter as estruturas, é necessário também que haja actores para o apostolado e o Concílio Vaticano II começa por exortar os jovens a exercer o seu apostolado:

“Os jovens exercem na sociedade de hoje um influxo da maior importância. As condições em que vivem, os hábitos mentais e até as relações com a própria família estão profundamente mudadas. É frequente passarem com demasiada rapidez a uma condição social e económica nova. Por um lado, cresce cada vez mais a sua importância social e até política; por outro, parecem incapazes de assumir convenientemente as novas tarefas”¹¹⁸⁶.

Desta forma,

“este acréscimo de influência na sociedade exige deles uma actividade apostólica correspondente. Aliás, a sua própria índole natural os dispõe para ela. Com o amadurecimento da consciência da própria personalidade, estimulados pelo ardor da vida e pela actividade transbordante, assumem a própria responsabilidade e desejam tomar a parte activa que lhes compete na vida social e cultural. Se este zelo é penetrado pelo espírito de Cristo e animado pela obediência e pelo amor para com os pastores da Igreja, podemos esperar dele frutos muito abundantes. Eles mesmos devem ser os primeiros e imediatos apóstolos da juventude e exercer por si mesmos o apostolado entre eles, tendo em conta o meio social em que vivem”¹¹⁸⁷.

Quanto aos adultos devem “procurar estabelecer com os jovens um diálogo amigo que permita a ambas as partes, superando a distância de idades, conhecerem-se mutuamente e comunicarem uns aos outros as próprias riquezas. Estimulem os adultos a

¹¹⁸⁴ Ibidem.

¹¹⁸⁵ Ibidem.

¹¹⁸⁶ AA 12.

¹¹⁸⁷ Ibidem.

juventude ao apostolado, primeiro pelo exemplo e, dada a ocasião, por conselhos prudentes e ajuda eficaz”¹¹⁸⁸. E por fim, “as crianças têm a sua própria actuação apostólica. Segunda as suas forças, são em verdade testemunhos vivos de Cristo entre os companheiros”¹¹⁸⁹. Fica bem claro que o apostolado é para todos, adultos, jovens e crianças. Cada um deve assumir a sua responsabilidade de anunciar Cristo com palavras e também acções. A dinâmica da organização dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda com seus escalões divididos em crianças, jovens e adultos, traduzem melhor esta forma de fazer o apostolado.

Portanto,

“os leigos realizam esta missão da Igreja no mundo, antes de tudo, por aquela coerência da vida com a fé, pela qual se tornam luz do mundo; pela honestidade nos negócios, com a qual a todos atraem ao amor da verdade e do bem e, finalmente, a Cristo e à Igreja; pela caridade fraterna que, fazendo-os participar das condições de vida, dos trabalhos, dos sofrimentos e aspirações de seus irmãos, prepara insensivelmente todos os corações para a acção da graça salutar; por aquela plena consciência da participação que devem ter na construção da sociedade, a qual os leva a esforçarem-se por desempenhar, com magnanimidade cristã, a actividade doméstica, social e profissional. Assim, o seu modo de agir penetra pouco a pouco no meio de vida e de trabalho”¹¹⁹⁰.

Por isso, “este apostolado deve abranger todos aqueles que aí se encontram e não excluir nenhum bem espiritual ou temporal que possam fazer. Mas os verdadeiros apóstolos não se contentam só com esta acção e esforçam-se por anunciar Cristo ao próximo também por meio da palavra. É que muitos homens só por meio de seus companheiros leigos podem ouvir o Evangelho e conhecer Cristo”¹¹⁹¹.

Olhando para o empenho dos novos movimentos eclesiais e novas comunidades, o Papa Bento XVI afirmou que

“eles efectivamente prestam um grande serviço à missão evangelizadora da Igreja. Sua força de despertar nas pessoas ímpeto e coragem missionária é espantosa. Como espantosa é sua ‘inspiração missionária’, a capacidade de encontrar sempre novas vias para fazer chegar o anúncio de Cristo aos corações dos homens de nosso tempo. Os carismas dos quais nasceram essas realidades geram itinerários pedagógicos de iniciação cristã de extraordinária força persuasiva, e percursos de educação cristã que levam a viver a fé com radicalismo evangélico e a um empenho missionário alimentado por uma sólida e profunda espiritualidade”¹¹⁹².

¹¹⁸⁸ Ibidem.

¹¹⁸⁹ Ibidem.

¹¹⁹⁰ AA 13.

¹¹⁹¹ Ibidem.

¹¹⁹² Bento XVI, “Discurso aos Participantes à Peregrinação Promovida Pela Fraternidade Comunhão e Libertação”, 24 de Março de 2007.

É este empenho missionário que levou o Papa Francisco a querer uma Igreja “em saída”, uma Igreja em permanente apostolado:

“Na Palavra de Deus, aparece constantemente este dinamismo de ‘saída’, que Deus quer provocar nos crentes. Abraão aceitou a chamada para partir rumo a uma nova terra (cf. Gn 12,1-3). Moisés ouviu a chamada de Deus: ‘Vai; Eu te envio’ (Ex 3,10), e fez sair o povo para a terra prometida (cf. Ex 3,17). A Jeremias disse: ‘Irás aonde Eu te enviar’ (Jr 1,7). Naquele ‘ide’ de Jesus, estão presentes os cenários e os desafios sempre novos da missão evangelizadora da Igreja, e hoje todos somos chamados a esta nova ‘saída’ missionária. Cada cristão e cada comunidade há-de discernir qual é o caminho que o Senhor lhe pede, mas todos somos convidados a aceitar esta chamada: sair da própria comodidade e ter a coragem de alcançar todas as periferias que precisam da luz do Evangelho”¹¹⁹³.

Desta forma, reconhece o mesmo Papa:

“Em virtude do Baptismo recebido, cada membro do povo de Deus tornou-se discípulo missionário (cf. Mt 28,19). Cada um dos batizados, independentemente da própria função na Igreja e do grau de instrução da sua fé, é um sujeito activo de evangelização, e seria inapropriado pensar num esquema de evangelização realizado por agentes qualificados enquanto o resto do povo fiel seria apenas receptor das suas acções. A nova evangelização deve implicar um novo protagonismo de cada um dos batizados. Esta convicção transforma-se num apelo dirigido a cada cristão para que ninguém renuncie ao seu compromisso de evangelização, porque, se uma pessoa experimentou verdadeiramente o amor de Deus que o salva, não precisa de muito tempo de preparação para sair a anunciá-lo, não pode esperar que lhe dêem muitas lições ou longas instruções”¹¹⁹⁴.

Assim sendo, considera o mesmo Papa, que

“cada cristão é missionário na medida em que se encontrou com o amor de Deus em Cristo Jesus; não digamos mais que somos ‘discípulos’ e ‘missionários’, mas sempre que somos ‘discípulos missionários’. Se não estivermos convencidos disto, olhemos para os primeiros discípulos, que logo depois de terem conhecido o olhar de Jesus, saíram proclamando cheios de alegria: ‘Encontrámos o Messias’ (Jo 1,41). A Samaritana, logo que terminou o seu diálogo com Jesus, tornou-se missionária, e muitos samaritanos acreditaram em Jesus ‘devido às palavras da mulher’ (Jo 4,39). Também São Paulo, depois do seu encontro com Jesus Cristo, ‘começou imediatamente a proclamar (...) que Jesus era o Filho de Deus’ (Act 9,20). Porque esperamos nós?”¹¹⁹⁵.

Por isso, deve ser esta a linha orientadora da razão de ser dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda, tornando-se lugar onde se ensine e se aprende que o apostolado é um dever e ao mesmo tempo um direito para o todo membro independentemente da sua idade e que cada batizado é chamado a ser “discípulo missionário”. E como afirma o Papa Francisco: “Ser discípulo significa ter a

¹¹⁹³ EG 20.

¹¹⁹⁴ EG 120.

¹¹⁹⁵ Ibidem.

disposição permanente de levar aos outros o amor de Jesus; e isto sucede espontaneamente em qualquer lugar: na rua, na praça, no trabalho, num caminho”¹¹⁹⁶.

Deste modo, “os fiéis exerçam, por conseguinte, o seu apostolado trabalhando para um só fim. Sejam apóstolos, assim nas suas comunidades familiares como nas paróquias e dioceses, as quais exprimem a índole comunitária do apostolado. Exerçam-no também nas associações livres que resolverem formar”¹¹⁹⁷. Por isso, “o fim imediato de tais organizações é o fim apostólico da Igreja, isto é, ordenam-se à evangelização e santificação dos homens e à formação cristã da sua consciência, de modo a poderem imbuir do espírito do evangelho as várias comunidades e os vários ambientes”¹¹⁹⁸.

Podemos dizer com o mesmo Papa que

“na vida da Igreja não há lugar para o ócio, uma vez que é tanto o trabalho que a todos espera na vinha do Senhor. Por isso, o convite do proprietário ‘Ide vós também para a minha vinha’ continua, desde esse longínquo dia, a fazer-se sentir ao longo da história: dirige-se a todo o fiel, seguidor de Cristo. A Sagrada Escritura demonstra, abundantemente, como foi espontânea e frutuosa esta actividade no começo da Igreja (cf. Act 11,19-21: 18, 26; Rom 16,1-16; Fil 4,3)”¹¹⁹⁹.

É evidente que o verdadeiro e frutuoso apostolado exige uma vida de testemunho, uma vida de coerência com os princípios evangélicos.

3.3. Critério e fruto de testemunho

O baptizado, chamado a anunciar a Boa Nova da salvação, deve ter a consciência de que esta missão exige uma vida de testemunho. Antes de voltar para o Pai e tendo cumprido a sua missão na terra, Jesus convidou os seus discípulos a ser a partir daquele momento as testemunhas de tudo que viram e ouviram:

“Então os que estavam reunidos lhe perguntaram: ‘Senhor, é neste tempo que vais restaurar o reino a Israel?’ Ele lhes respondeu: ‘Não vos compete saber os tempos ou as datas que o Pai estabeleceu pela sua própria autoridade. Mas receberão poder quando o Espírito Santo descer sobre vós, e sereis as minhas testemunhas em Jerusalém, em toda a Judeia e Samaria, e até os confins da terra’” (Act 1,6-8).

Pedro, em nome dos apóstolos no dia de Pentecostes, assumiu este mandato de serem testemunhas: “A este Jesus, Deus o ressuscitou: do que todos nós somos

¹¹⁹⁶ EG 127.

¹¹⁹⁷ AA18.

¹¹⁹⁸ AA 20.

¹¹⁹⁹ CL 2.

testemunhas. Exaltado pela direita de Deus, havendo recebido do Pai o Espírito Santo prometido, derramou-o como vós vedes e ouvis” (Act 2,32-33). E João ressalta:

“O que era desde o princípio, o que ouvimos, o que vimos com os nossos olhos, o que contemplamos e o que nossas mãos apalpam do Verbo da vida, porque a vida manifestou-se: nós a vimos e damos testemunho e vos anunciamos esta Vida eterna, que estava voltada para o Pai e que nos apareceu, o que vimos e ouvimos vo-lo anunciamos, para que estejais também em comunhão connosco. Ora, a nossa comunhão é com o Pai e com o seu Filho Jesus Cristo” (Jo 1,1-3).

De facto, o verdadeiro encontro com Ressuscitado implica uma vida de testemunho, o dar a conhecer aos outros a beleza do encontro e o mostrar pelo exemplo da própria vida o que Paulo afirmou:” Neste momento não sou eu que vivo mas Cristo que vive em mim” (cf. Ga 2,20).

Nesta perspectiva, o testemunho torna-se uma forma de apostolado que mais cativa e atrai como foi sublinhado pelo Concílio Vaticano II:

“Inúmeras oportunidades se oferecem aos leigos para exercerem o apostolado de evangelização e santificação. O próprio testemunho da vida cristã e as obras, feitas com espírito sobrenatural, têm eficácia para atrair os homens à fé e a Deus; diz o Senhor: ‘Assim brilhe a vossa luz diante dos homens, de modo que vejam as vossas boas obras e dêem glória ao vosso Pai que está nos céus’ (Mt 5,16)”¹²⁰⁰.

E justifica:

“Cristo, o grande profeta, que pelo testemunho da vida e a força da palavra proclamou o reino do Pai, realiza a sua missão profética, até à total revelação da glória, não só por meio da Hierarquia, que em Seu nome e com a Sua autoridade ensina, mas também por meio dos leigos; para isso os constituiu testemunhas, e lhes concedeu o sentido da fé e o dom da palavra (cf. Act 2,17-18; Ap 19,10) a fim de que a força do Evangelho resplandeça na vida quotidiana, familiar e social. Os leigos mostrar-se-ão filhos da promessa se, firmes na fé e na esperança, aproveitarem bem o tempo presente (cf. Ef 5,16; Cl 4,5) e com paciência esperarem a glória futura (cf. Rom 8,25). Mas não devem esconder esta esperança no seu íntimo, antes, pela contínua conversão e pela luta ‘contra os dominadores deste mundo tenebroso, contra os espíritos do mal’ (Ef 6,12), manifestem-na também nas estruturas da vida secular”¹²⁰¹.

O Papa Paulo VI alinha ressaltando também a importância primordial do testemunho da vida:

“Esta Boa Nova há-de ser proclamada, antes de mais, pelo testemunho. Suponhamos um cristão ou punhado de cristãos que, no seio da comunidade humana em que vivem, manifestam a sua capacidade de compreensão e de acolhimento, a sua comunhão de vida e de destino com os demais, a sua solidariedade nos esforços de todos para tudo aquilo que é nobre e bom. Assim, eles irradiam, de um modo absolutamente simples e espontâneo, a sua fé em valores que estão para além dos valores correntes, e a sua esperança em qualquer coisa que se não vê e que não se seria capaz sequer de imaginar.

¹²⁰⁰ AA 6.

¹²⁰¹ LG 35.

Por força deste testemunho sem palavras, estes cristãos fazem aflorar no coração daqueles que os vêem viver, perguntas indeclináveis: Por que é que eles são assim? Por que é que eles vivem daquela maneira? O que é, ou quem é, que os inspira? Por que é que eles estão connosco?”¹²⁰²

Porém, acrescenta:

“Pois bem: um semelhante testemunho constitui já proclamação silenciosa, mas muito valiosa e eficaz da Boa Nova. Nisso há já um gesto inicial de evangelização. Daí as perguntas que talvez sejam as primeiras que se põem muitos não-cristãos, quer se trate de pessoas às quais Cristo nunca tinha sido anunciado, ou de baptizados não praticantes, ou de pessoas que vivem em cristandades mas segundo princípios que não são nada cristãos. Quer se trate, enfim, de pessoas em atitudes de procurar, não sem sofrimento, alguma coisa ou Alguém que elas adivinham, sem conseguir dar-lhe o verdadeiro nome”¹²⁰³.

É nesta perspectiva que o Papa Bento XVI desafiou os cristãos africanos a serem testemunhas de Cristo Ressuscitado:

“O Senhor Jesus continua hoje a exortar os cristãos da África a pregarem, em seu Nome, ‘a conversão para o perdão dos pecados a todos os povos’ (Lc 24,47). Por isso, são chamados a ser testemunhas do Senhor ressuscitado (cf. Lc 24,48). Os Padres sinodais sublinharam que a evangelização ‘consiste essencialmente em dar testemunho de Cristo com a força do Espírito através da vida, e depois por meio da palavra, num espírito de abertura aos outros, de respeito e diálogo com eles, atendo-se aos valores do Evangelho’. No caso específico da Igreja na África, este testemunho deve estar ao serviço da reconciliação, da justiça e da paz”¹²⁰⁴.

E aos profissionais deixou uma recomendação particular:

“Queria deixar uma palavra mais sobre o carácter particular da vida profissional do cristão. Em suma, trata-se de testemunhar Cristo no mundo, mostrando, pelo exemplo, que o trabalho não é primariamente um meio de granjeio mas pode ser também um espaço muito positivo de realização pessoal. O trabalho consente que tomeis parte na obra da criação e estejais ao serviço dos vossos irmãos e irmãs. Agindo assim, sereis ‘o sal da terra’ e ‘a luz do mundo’, como nos pede o Senhor. Qualquer que seja a vossa posição na sociedade, na vida diária, praticai a opção preferencial pelos pobres, segundo o espírito das Bem-aventuranças (cf. Mt 5,3-12), para verdes neles concretamente o rosto de Jesus que vos chama a servi-Lo (cf. Mt 25,31-46)”¹²⁰⁵.

Assim deve ressoar também para os Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda o apelo de Bento XVI aos “Novos Movimentos Eclesiais e Novas comunidades”:

“Portanto digo-vos, queridos amigos dos Movimentos: fazei com que eles sejam sempre escolas de comunhão, companheiros a caminho nos quais se aprende a viver na verdade e no amor que Cristo nos revelou e comunicou por meio do testemunho dos Apóstolos, no seio da grande família dos seus discípulos. Ressoe sempre no vosso coração a

¹²⁰² EN21.

¹²⁰³ Ibidem.

¹²⁰⁴ EA 163.

¹²⁰⁵ EA 130.

exortação de Jesus: ‘Assim brilhe a vossa luz diante dos homens, de modo que, vendo as vossas boas obras, glorifiquem o vosso Pai que está no céu’ (Mt 5,16). Levai a luz de Cristo a todos os ambientes sociais e culturais em que viveis. O impulso missionário é comprovação da radicalidade de uma experiência de fidelidade sempre renovada ao próprio carisma, que leva além de qualquer fechamento cansado e egoísta em si. Iluminai a obscuridade de um mundo transtornado pelas mensagens contraditórias das ideologias!”¹²⁰⁶

Este apelo justifica-se pelo facto de que

“não há beleza que tenha valor se não há uma verdade a ser reconhecida e seguida, se o amor se limita a sentimento passageiro, se a felicidade se torna miragem inalcançável, se a liberdade degenera em instintividade. Quanto mal é capaz de produzir na vida do homem e das nações a vontade do poder, da posse, do prazer! Levai a este mundo perturbado o testemunho da liberdade com que Cristo nos libertou (cf. Gl 5,1). A extraordinária fusão entre o amor de Deus e o amor do próximo torna a vida bela e faz florescer o deserto no qual com frequência vivemos. Onde a caridade se manifesta como paixão pela vida e pelo destino do próximo, irradiando-se nos afectos e no trabalho e tornando-se força de construção de uma ordem social mais justa, ali constrói-se a civilização capaz de enfrentar o avanço da barbaridade. Tornai-vos construtores de um mundo melhor segundo a *ordo amoris* na qual se manifeste a beleza da vida humana”¹²⁰⁷.

Este apelo a testemunhar da experiência do encontro com o Ressuscitado foi sempre assumido na história da Igreja como afirma o mesmo Papa:

“Ao longo dos séculos, o cristianismo foi comunicado e difundiu-se graças à novidade de vida de pessoas e de comunidades capazes de dar um testemunho incisivo de amor, de unidade e de alegria. Precisamente esta força pôs tantas pessoas em ‘movimento’ no suceder-se das gerações. Não foi porventura a beleza que a fé gerou no rosto dos santos a estimular muitos homens e mulheres a seguir as suas pegadas? No fundo, isto é válido também para vós: através dos fundadores e dos iniciadores dos vossos Movimentos e Comunidades individuastes com singular luminosidade o rosto de Cristo e pusestes-vos a caminho. Também hoje Cristo continua a fazer ressoar no coração de muitos aquele ‘vem e segue-me’ que pode decidir o seu destino. Isto acontece normalmente através do testemunho de quem fez uma experiência pessoal da presença de Cristo. No rosto e na palavra destas “criaturas novas” torna-se visível a sua luz e ouve-se o seu convite”¹²⁰⁸.

Por isso, a cada membro dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda, Bento XVI deixa este convite:

“O Senhor confiou-nos uma missão particular, não nos deixando desprovidos de meios para a cumprir. Não só enriqueceu cada um de nós com dons pessoais para a edificação do seu Corpo que é a Igreja, mas entregou também a toda a comunidade eclesial dons particulares para lhe permitir continuar a sua missão. O dom por excelência é o Espírito Santo. É graças a Ele que formamos um só corpo e, ‘só na força do Espírito Santo, podemos encontrar aquilo que é recto e depois pô-lo em prática’. Embora necessários para nos permitir agir, os meios permanecem insuficientes, se, através das ‘nossas

¹²⁰⁶“Mensagem aos Participantes no II Congresso Mundial dos Movimentos Eclesiais e das Novas Comunidades”, cit.

¹²⁰⁷ Ibidem.

¹²⁰⁸ Ibidem.

capacidades de pensar, falar, sentir, agir’, não for o próprio Deus que nos predispõe a colaborar na sua obra de reconciliação. É graças ao Espírito Santo que nos tornamos verdadeiramente ‘o sal da terra’ e ‘a luz do mundo’ (Mt 5,13.14)”¹²⁰⁹.

Desta forma, os Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda devem ser lugar onde os membros aprendem a testemunhar a beleza do encontro com o Ressuscitado para serem verdadeiramente “sal da terra e luz do mundo”, pois como apela o Papa Francisco: “O testemunho de fé, que todo o cristão é chamado a oferecer, implica dizer como São Paulo: ‘Não que já o tenha alcançado ou já seja perfeito; mas corro para ver se o alcanço, (...) lançando-me para o que vem à frente’ (Fl 3,12-13)”¹²¹⁰.

3.4.Critério e fruto de complementaridade

Uma das dificuldades da diversidade dos “Novos Movimentos” é a convivência entre eles. Muitas vezes, nota-se grandes rivalidades entre os novos movimentos e a realidade de Cabinda não escapa a esta tendência como foi sublinhado no inquérito aos responsáveis das paróquias e quase-paróquias¹²¹¹. Esta atitude manifesta a falta de maturidade eclesial porque a Igreja é a casa para comunhão e união e não para concorrência e rivalidades. Para tratar esta doença de rivalidades, o Concílio Vaticano II apresentou a receita da vivência da caridade fraterna: “Com efeito, para promover o espírito de união, que fará brilhar em todo o apostolado da Igreja a caridade fraterna e levará à consecução dos fins comuns evitando as emulações tão perniciosas, requer-se a estima recíproca de todas as formas de apostolado na Igreja, e a sua apta coordenação no respeito pela índole própria de cada uma”¹²¹². Esta caridade fraterna pode ser chamada a complementaridade para uma convivência pacífica e fraterna.

Por isso, “a comunhão eclesial é, portanto, um dom, um grande dom do Espírito Santo, que os fiéis leigos são chamados a acolher com gratidão e, ao mesmo tempo, a viver com profundo sentido de responsabilidade. Isso é concretamente realizado através da sua participação na vida e na missão da Igreja, a cujo serviço os fiéis leigos colocam os seus variados e complementares ministérios e carismas”¹²¹³. Desta forma,

¹²⁰⁹ AM 132.

¹²¹⁰ EG 121.

¹²¹¹ Cf. Anexo 2.

¹²¹² AA 23.

¹²¹³ CL 20.

“o fiel leigo ‘não pode nunca fechar-se em si mesmo, isolando-se espiritualmente da comunidade, mas deve viver num contínuo intercâmbio com os outros, com um vivo sentido de fraternidade, na alegria de uma igual dignidade e no empenho em fazer frutificar ao mesmo tempo o imenso tesouro recebido em herança. O Espírito do Senhor dá-lhe, como aos outros, múltiplos carismas, convida-o a diferentes ministérios e funções, recorda-lhe, como também recorda aos outros em relação a ele, que tudo o que o distingue não é um suplemento de dignidade, mas uma especial e complementar habilitação para o serviço... Deste modo, os carismas, os ministérios, as funções e os serviços do fiel leigo existem na comunhão e para a comunhão. São riquezas complementares em favor de todos, sob a sábia orientação dos Pastores”¹²¹⁴.

Nesse sentido, a Igreja deve ser considerada como uma comunhão orgânica onde convivem e coexistem a diversidade e a complementaridade. O Concílio Vaticano II sublinha que

“a comunhão eclesial configura-se, mais precisamente, como uma comunhão ‘orgânica’, análoga à de um corpo vivo e operante: ela, de facto, caracteriza-se pela presença simultânea da diversidade e da complementaridade das vocações e condições de vida, dos ministérios, carismas e responsabilidades. Graças a essa diversidade e complementaridade, cada fiel leigo encontra-se em relação com todo o corpo e dá-lhe o seu próprio contributo”¹²¹⁵.

E numa outra passagem, o Concílio explica o aspecto de constante crescimento da “organicidade” própria da comunhão eclesial para a comunhão perfeita:

“Consumada a obra que o Pai confiou ao Filho para Ele cumprir na terra (cf. Jo 17,4), foi enviado o Espírito Santo no dia de Pentecostes, para que santificasse continuamente a Igreja e deste modo os fiéis tivessem acesso ao Pai, por Cristo, num só Espírito (cf. Ef 2,18). Ele é o Espírito de vida, ou a fonte de água que jorra para a vida eterna (cf. Jo 4,14; 7,38-39); por quem o Pai vivifica os homens mortos pelo pecado, até que ressuscite em Cristo os seus corpos mortais (cf. Rom 8,10-11). O Espírito habita na Igreja e nos corações dos fiéis, como num templo (cf. 1 Cor 3,16; 6,19), e dentro deles ora e dá testemunho da adopção de filhos (cf. Gl 4,6; Rom 8,15-16.26). A Igreja, que Ele conduz à verdade total (cf. Jo 16,13) e unifica na comunhão e no ministério, enriquece-a Ele e guia-a com diversos dons hierárquicos e carismáticos e adorna-a com os seus frutos (cf. Ef 4,11-12; 1 Cor 12,4; Gl 5,22). Pela força do Evangelho rejuvenesce a Igreja e renova-a continuamente e leva-a à união perfeita com o seu Esposo”¹²¹⁶.

O Papa Francisco define a complementaridade na Igreja como a “mística” de viver juntos:

“Neste tempo em que as redes e demais instrumentos da comunicação humana alcançaram progressos inauditos, sentimos o desafio de descobrir e transmitir a ‘mística’ de viver juntos, misturar-nos, encontrar-nos, dar o braço, apoiar-nos, participar nesta maré um pouco caótica que pode transformar-se numa verdadeira experiência de fraternidade, numa caravana solidária, numa peregrinação sagrada. Assim, as maiores

¹²¹⁴ Ibidem.

¹²¹⁵ LG 4.

¹²¹⁶ AA 20.

possibilidades de comunicação traduzir-se-ão em novas oportunidades de encontro e solidariedade entre todos. Como seria bom, salutar, libertador, esperançoso, se pudéssemos trilhar este caminho! Sair de si mesmo para se unir aos outros faz bem. Fechar-se em si mesmo é provar o veneno amargo da imanência, e a humanidade perderá com cada opção egoísta que fizermos”¹²¹⁷.

E justifica o convite de viver juntos como um ideal cristão:

“O ideal cristão convidará sempre a superar a suspeita, a desconfiança permanente, o medo de sermos invadidos, as atitudes defensivas que nos impõe o mundo actual. Muitos tentam escapar dos outros fechando-se na sua privacidade confortável ou no círculo reduzido dos mais íntimos, e renunciam ao realismo da dimensão social do Evangelho. Porque, assim como alguns quiseram um Cristo puramente espiritual, sem carne nem cruz, também se pretendem relações interpessoais mediadas apenas por sofisticados aparatos, por ecrãs e sistemas que se podem acender e apagar à vontade. Entretanto o Evangelho convida-nos sempre a abraçar o risco do encontro com o rosto do outro, com a sua presença física que interpela, com o seu sofrimentos e suas reivindicações, com a sua alegria contagiosa permanecendo lado a lado. A verdadeira fé no Filho de Deus feito carne é inseparável do dom de si mesmo, da pertença à comunidade, do serviço, da reconciliação com a carne dos outros. Na sua encarnação, o Filho de Deus convidou-nos à revolução da ternura”¹²¹⁸.

Os Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda podem oferecer aos seus membros condições para estima recíproca como sublinha o Papa Francisco que

“o modo de nos relacionarmos com os outros que, em vez de nos adoecer, nos cura é uma fraternidade mística, contemplativa, que sabe ver a grandeza sagrada do próximo, que sabe descobrir Deus em cada ser humano, que sabe tolerar as moléstias da convivência agarrando-se ao amor de Deus, que sabe abrir o coração ao amor divino para procurar a felicidade dos outros como a procura o seu Pai bom. Precisamente nesta época, inclusive onde são um ‘pequenino rebanho’ (Lc 12,32), os discípulos do Senhor são chamados a viver como comunidade que seja sal da terra e luz do mundo (cf. Mt 5,13-16). São chamados a testemunhar, de forma sempre nova, uma pertença evangelizadora. Não deixemos que nos roubem a comunidade!”¹²¹⁹.

Para não deixar roubar a comunidade, é preciso compreender que

“as diferenças entre as pessoas e as comunidades por vezes são incómodas, mas o Espírito Santo, que suscita esta diversidade, de tudo pode tirar algo de bom e transformá-lo em dinamismo evangelizador que actua por atracção. A diversidade deve ser sempre conciliada com a ajuda do Espírito Santo; só Ele pode suscitar a diversidade, a pluralidade, a multiplicidade e, ao mesmo tempo, realizar a unidade. Ao invés, quando somos nós que pretendemos a diversidade e nos fechamos em nossos particularismos, em nossos exclusivismos, provocamos a divisão; e, por outro lado, quando somos nós que queremos construir a unidade com os nossos planos humanos, acabamos por impor a uniformidade, a homologação. Isto não ajuda a missão da Igreja”¹²²⁰.

Por isso, é preciso compreender que

¹²¹⁷ EG 87.

¹²¹⁸ EG 88.

¹²¹⁹ EG 92.

¹²²⁰ EG 131.

“a comunhão eclesial configura-se, mais precisamente, como uma comunhão ‘orgânica’, análoga à de um corpo vivo e operante: ela, de facto, caracteriza-se pela presença simultânea da diversidade e da complementaridade das vocações e condições de vida, dos ministérios, carismas e responsabilidades. Graças a essa diversidade e complementaridade, cada fiel leigo encontra-se em relação com todo o corpo e dá-lhe o seu próprio contributo”¹²²¹.

Desta forma, a estima recíproca apresenta-se como solução contra as rivalidades: “Com efeito, para promover o espírito de união, que fará brilhar em todo o apostolado da Igreja a caridade fraterna e levará à consecução dos fins comuns evitando as emulações tão perniciosas, requer-se a estima recíproca de todas as formas de apostolado na Igreja, e a sua apta coordenação no respeito pela índole própria de cada uma”¹²²².

É nesta perspectiva que deve ser proporcionado aos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda não só a formação para convivência pacífica mas também ambientes e estruturas que promovem a estima recíproca para a vivência da “fraternidade mística e contemplativa”.

3.5. Critério e fruto de espírito de ecumenismo

O decreto conciliar *Unitatis Redintegratio* possui um significado histórico único por ser o primeiro documento do Magistério católico sobre o ecumenismo. Foi uma espécie de confirmação, por parte de toda a Igreja católica, de um movimento ecuménico que se vinha a intensificar há décadas, iniciado no seio da tradição anglicana e no qual se envolveram vários católicos muito conhecidos, mesmo membros da hierarquia. É evidente que este movimento não foi acolhido de modo pacífico pela tradição católica, não por falta de boa vontade, mas sobretudo pela força da convicção de que a verdadeira Igreja se identificava exclusivamente com a Igreja católica romana. Foi necessário o desenvolvimento de argumentos teológicos e pastorais que permitiram e até aconselharam a pensar na possibilidade e mesmo na necessidade de percorrer um caminho de aproximação entre as tradições cristãs separadas. O resultado desse trabalho preparatório foi assumido pelo referido decreto conciliar, que assim transforma em doutrina aceite pela Igreja, o desejo de aproximação entre os irmãos divididos. A afirmação inicial deste decreto é mais do que peremptória: “Promover a restauração da

¹²²¹ CL 20.

¹²²² AA 37.

unidade entre todos os cristãos é um dos principais propósitos do sagrado Concílio Ecuménico Vaticano II”¹²²³. Foi assim assumido o desafio da aproximação e da convivência entre cristãos que deve ser encarado, no contexto de Cabinda, como um desafio e também um caminho de maturidade eclesial.

De facto, é verdade, como considerou o Papa João Paulo II, na sua encíclica sobre o ecumenismo, a divisão dos cristãos como um acto escandaloso e um estado grave:

“De qualquer modo, é claro que a divisão dos cristãos está em contradição com a Verdade que têm a missão de difundir, comprometendo gravemente o seu testemunho. Bem o compreendia e afirmava o meu Predecessor, o Papa Paulo VI, na sua Exortação apostólica *Evangelii nuntiandi*: ‘Como evangelizadores, nós devemos apresentar aos fiéis de Cristo, não já a imagem de homens divididos e separados por litígios que nada edificam, mas sim a imagem de pessoas amadurecidas na fé, capazes de se encontrar para além de tensões que se verifiquem, graças à procura comum, sincera e desinteressada da verdade. Sim, a sorte da evangelização anda sem dúvida ligada ao testemunho de unidade dado pela Igreja (...). Nisto há-de ser vista uma fonte de responsabilidade, como também de conforto. Quanto a este ponto, nós quereríamos insistir sobre o sinal da unidade entre todos os cristãos, como caminho e instrumento da evangelização. A divisão dos cristãos entre si é um estado de facto grave, que chega a afectar a própria obra de Cristo’”¹²²⁴.

Daí urge o desafio do trabalho ecuménico.

Os princípios fundamentais de todo este processo ecuménico encontram-se bem definidos neste decreto conciliar *Unitatis Redintegratio* e o primeiro centra-se na noção de que a Igreja, una, é única, correspondendo essa unidade e essa unicidade à vontade de Cristo:

“Não rogo somente por eles, mas pelos que, por meio da sua palavra, crerão em mim: a fim de que todos sejam um. Como tu, Pai, estás em mim e eu em ti, que eles estejam em nós, para que o mundo creia que tu me enviaste. Eu lhes dei a glória que me deste para que sejam um, como nós somos um: Eu neles e tu em mim, para sejam perfeitos na unidade e para que o mundo reconheça que me enviaste e os amaste como amaste a mim” (Jo 17,20-23).

Essa unidade não se consegue pela simples conversão dos “irmãos separados” à Igreja católica, mas sim por um processo de aproximação mútua, denominado trabalho ecuménico e aconselhado claramente pelo Concílio Vaticano II: “Este sagrado Concílio, portanto, exorta todos os fiéis a que, reconhecendo os sinais dos tempos, solicitamente participem do trabalho ecuménico”¹²²⁵.

¹²²³ UR 1.

¹²²⁴ UUS 133.

¹²²⁵ UR 4.

O trabalho mais importante é a oração, pois só o Espírito pode construir verdadeira unidade. Essa oração é mais fortemente originante de unidade se for uma oração conjunta com irmãos de comunhões separadas, como acontece exemplarmente durante a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, iniciada em 1911, muito antes do Concílio. Neste sentido, a oração será sempre o primeiro passo a assumir em todas as tentativas de aproximação dos cristãos como foi sublinhado pelo Papa João Paulo II:

“O poder do Espírito de Deus faz crescer e edifica a Igreja através dos séculos. Com o olhar voltado para o novo milénio, a Igreja pede ao Espírito a graça de reforçar a sua própria unidade e de a fazer crescer até à plena comunhão com os outros cristãos. Como consegui-lo? Em primeiro lugar, com a oração. A oração sempre deveria incluir aquela inquietação que é anelo pela unidade, e portanto uma das formas necessárias do amor que nutrimos por Cristo e pelo Pai, rico de misericórdia. A oração deve ter a prioridade neste caminho que empreendemos com os outros cristãos rumo ao novo milénio. Como consegui-lo? Com a acção de graças, porque não nos apresentamos a esse encontro de mãos vazias: ‘Mas o próprio Espírito vem em ajuda da nossa fraqueza (...) e intercede por nós com gemidos inefáveis’ (Rom 8,26), para nos dispor a pedir a Deus aquilo de que temos necessidade. Como consegui-lo? Com a esperança no Espírito, que sabe afastar de nós os espectros do passado e as recordações dolorosas da separação; Ele sabe conceder-nos lucidez, força e coragem para empreender os passos necessários, de modo que o nosso empenho seja cada vez mais autêntico”¹²²⁶.

Para além da oração, o verdadeiro diálogo pressupõe o conhecimento do outro, na sua diferença e João Paulo II destaca os benéficos do conhecimento mútuo:

“Ao longo do caminho que leva à plena unidade, o diálogo ecuménico esforça-se por suscitar uma recíproca ajuda fraterna, por meio da qual as Comunidades se dedicam a dar mutuamente aquilo de que cada uma tem necessidade para crescer segundo o desígnio de Deus que leva à plenitude definitiva (cf. Ef 4,11-13). Como disse, nós, enquanto Igreja Católica, estamos conscientes de ter recebido muito do testemunho, da procura e mesmo até da maneira como foram sublinhados e vividos, pelas outras Igrejas e Comunidades eclesiais, certos bens cristãos comuns. Entre os progressos realizados durante os últimos trinta anos, há que atribuir um lugar de destaque a essa recíproca influência fraterna. Na etapa a que chegámos, tal dinamismo de mútuo enriquecimento deve ser tomado seriamente em consideração. Baseado sobre a comunhão que já existe, graças aos elementos eclesiais presentes nas Comunidades cristãs, tal dinamismo não deixará de impelir para a comunhão plena e visível, meta suspirada do caminho que estamos realizando. É a forma ecuménica da lei evangélica da partilha. Isto me incita a repetir: ‘É preciso em tudo demonstrar o cuidado de ir ao encontro daquilo que os nossos irmãos cristãos, legitimamente, desejam e esperam de nós, conhecendo o seu modo de pensar e a sua sensibilidade (...). É necessário que os dons de cada um se desenvolvam para a utilidade e proveito de todos’”¹²²⁷.

Porém, clarifica a natureza deste diálogo:

“O diálogo não se articula exclusivamente à volta da doutrina, mas envolve toda a pessoa: é também um diálogo de amor. O Concílio afirmou: ‘É mister que os católicos

¹²²⁶ UUS 102.

¹²²⁷ UUS 87.

reconheçam com alegria e estimem os bens verdadeiramente cristãos, oriundos de um património comum, que se encontram nos irmãos de nós separados. É digno e salutar reconhecer as riquezas de Cristo e as obras de virtude na vida dos outros que dão testemunho de Cristo, às vezes até à efusão do sangue. Deus é, com efeito, sempre admirável e digno de admiração em suas obras”¹²²⁸.

Deste modo,

“este testemunho comum da santidade, como fidelidade ao único Senhor, é um potencial ecuménico extraordinariamente rico de graça. O Concílio Vaticano II ressaltou que os bens presentes nos outros cristãos podem contribuir para a edificação dos católicos: ‘Nem se passe por alto o facto de que tudo o que a graça do Espírito Santo realiza nos irmãos separados pode também contribuir para a nossa edificação. Tudo o que é verdadeiramente cristão jamais se opõe aos bens genuínos da fé, antes sempre pode fazer com que mais perfeitamente se compreenda o próprio mistério de Cristo e da Igreja’”¹²²⁹.

O outro aspecto do trabalho ecuménico é a colaboração por causa comum para glória de Deus e para bem da humanidade, fruto do conhecimento mútuo, sinal verdadeiro diálogo de salvação:

“O comum património evangélico, e o dever comum do testemunho cristão que daí nasce, aconselham e com frequência exigem a colaboração dos católicos com os outros cristãos. Esta há-de exercer-se pelos indivíduos e pelas comunidades, em actuações singulares e em associações, tanto no plano nacional como no internacional. Os valores humanos comuns pedem com frequência uma cooperação semelhante dos cristãos, que procuram fins apostólicos, com outros que, embora não professem a religião cristã, reconhecem, contudo, esses valores. Por meio desta cooperação dinâmica e prudente, de grande importância nas actividades temporais, dão os leigos testemunho de Cristo, Salvador do mundo, e da unidade da família humana”¹²³⁰.

Na mesma encíclica sobre o ecumenismo, o Papa João Paulo II amplia a forma desta colaboração:

“As relações entre os cristãos não tendem somente ao recíproco conhecimento, à oração comum e ao diálogo. Prevêem e exigem, desde já, toda a colaboração prática possível aos diversos níveis: pastoral, cultural, social, e ainda no testemunho da mensagem do Evangelho. ‘A cooperação de todos os cristãos exprime vivamente aquelas relações pelas quais já estão unidos entre si, e apresenta o rosto de Cristo Servo numa luz mais radiante’. Tal cooperação baseada na fé comum não só aparece densa de comunhão fraterna, mas é uma epifania do próprio Cristo. Além disso, a cooperação ecuménica é uma verdadeira escola de ecumenismo, um dinâmico caminho em direcção à unidade. A unidade de acção conduz à plena unidade de fé: ‘Por essa cooperação, todos os que crêem em Cristo podem mais facilmente aprender como devem entender-se melhor e estimar-se mais uns aos outros, e assim se abre o caminho que leva à unidade dos cristãos’. Aos olhos do mundo, a cooperação entre os cristãos assume as dimensões de

¹²²⁸ Ibidem 47.

¹²²⁹ Ibidem 48.

¹²³⁰ AA 27.

um testemunho cristão comum, tornando-se instrumento de evangelização proveitoso a uns e a outros”¹²³¹.

E apresentou casos concretos da colaboração já realizada:

“O terreno, agora delineado, é fértil não apenas para o diálogo, mas também para uma activa colaboração: a ‘fé operosa produziu não poucas instituições para aliviar a miséria espiritual e corporal, promover a educação da juventude, tornar mais humanas as condições sociais da vida e estabelecer por toda a parte a paz’. A vida social e cultural oferece amplos espaços de colaboração ecuménica. Com uma frequência sempre maior, os cristãos aparecem juntos a defender a dignidade humana, a promover o bem da paz, a aplicação social do Evangelho, a tornar presente o espírito cristão nas ciências e nas artes. Eles encontram-se cada vez mais unidos, quando se trata de ir ao encontro das carências e misérias do nosso tempo: a fome, as calamidades, a injustiça social”¹²³².

E especifica:

“Esta cooperação, que recebe inspiração do próprio Evangelho, deixa de ser uma mera acção humanitária, para os cristãos. Mas tem a sua razão de ser na palavra do Senhor: ‘Tive fome e destes-Me de comer’ (Mt 25,35). Como já sublinhei, a cooperação de todos os cristãos manifesta claramente aquele grau de comunhão que existe já entre eles. Assim, aos olhos do mundo, a acção concorde dos cristãos na sociedade reveste o valor transparente de um testemunho prestado unanimemente ao nome do Senhor. Aquela assume também as dimensões de um anúncio, porque revela o rosto de Cristo”¹²³³.

Deixou esta recomendação:

“Exorto, portanto, os meus Irmãos no episcopado a darem toda a atenção a tal empenho. Os dois Códigos de Direito Canónico incluem, entre as responsabilidades do Bispo a de promover a unidade de todos os cristãos, apoiando toda a acção ou iniciativa, tendente a promovê-la, na certeza de que a Igreja a isso está obrigada por expressa vontade de Cristo. Isto faz parte da missão episcopal e é uma obrigação que deriva directamente da fidelidade a Cristo, Pastor da Igreja. Todos os fiéis, porém, são convidados pelo Espírito de Deus a fazer o possível, para que se recomponham os laços de união entre todos os cristãos e cresça a colaboração entre os discípulos de Cristo: ‘A solicitude na restauração da união vale para toda a Igreja, tanto para os fiéis como para os pastores. Afecta a cada um em particular, de acordo com a sua capacidade’”¹²³⁴.

Deste modo, o ecumenismo em Cabinda deve ser encarado como um desafio para que cresça o conhecimento mútuo, a colaboração entre os discípulos de Jesus através de actos concretos e não de discursos, tendo em conta a dimensão da presença das igrejas cristãs.

Este compromisso é justificado por este apelo do Papa João Paulo II aos católicos africanos:

¹²³¹ UUS 40.

¹²³² Ibidem 74.

¹²³³ Ibidem 75.

¹²³⁴ UUS 101.

“Unidos a Cristo no seu testemunho em África, os católicos são convidados a desenvolver um diálogo ecuménico com todos os irmãos baptizados das outras Confissões cristãs, a fim de que se realize a unidade pela qual Cristo rezou, de maneira que o seu serviço às populações do Continente torne o Evangelho mais credível aos olhos daqueles e daquelas que procuram a Deus’. Esse diálogo poder-se-á concretizar em iniciativas como a tradução ecuménica da Bíblia, o aprofundamento teológico de um ou outro aspecto da fé cristã, ou ainda oferecendo juntos um testemunho evangélico em prol da justiça, da paz e do respeito da dignidade humana. Por isso, procurar-se-á criar comissões nacionais e diocesanas para o ecumenismo. Os cristãos são conjuntamente responsáveis pelo testemunho a prestar ao Evangelho no Continente. Os progressos ecuménicos têm também como objectivo dar maior eficácia a esse testemunho”¹²³⁵.

Da experiência saída do segundo Sínodo, Bento XVI reforçou o mesmo desafio de ecumenismo e exortou os movimentos de leigos a se empenharem em viver o ecumenismo:

“Com o convite para participarem na assembleia sinodal feito aos nossos irmãos cristãos ortodoxos, coptas ortodoxos, luteranos, anglicanos e metodistas – e de modo particular a Sua Santidade Abuna Paulos, Patriarca da Igreja Ortodoxa Tewahedo da Etiópia, uma das mais antigas comunidades cristãs do continente africano – quis significar que o caminho para a reconciliação passa, antes de mais, pela união dos discípulos de Cristo. Um cristianismo dividido permanece um escândalo, porque contradiz realmente a vontade do Divino Mestre (cf. Jo 17,21). Por isso o diálogo ecuménico visa orientar o nosso caminho comum rumo à unidade dos cristãos, sendo assíduos na escuta da Palavra de Deus, fiéis à união fraterna, à fracção do pão e às orações (cf. Act 2,42). Exorto toda a família eclesial – as Igrejas particulares, os institutos de vida consagrada, as associações e movimentos de leigos – a prosseguir de forma ainda mais convicta por este caminho, no espírito e com base nas indicações do Directório Ecuménico, e através das diversas associações ecuménicas existentes. E convido a formar novas, onde elas possam representar uma ajuda para a missão. Oxalá possamos empreender, juntos, obras de caridade e proteger os patrimónios religiosos em virtude dos quais os discípulos de Cristo encontram as forças espirituais de que necessitam para a edificação da família humana”¹²³⁶.

Todavia, adverte que este diálogo ecuménico deve ter em conta a particularidade do contexto africano:

“Ao longo destes últimos decénios, a Igreja na África tem-se interrogado, com insistência, sobre o nascimento e a expansão de comunidades não católicas, por vezes chamadas também autóctones africanas (African Independent Churches). Frequentemente derivam de Igrejas e Comunidades eclesiais cristãs tradicionais e adoptam aspectos das culturas tradicionais africanas. Recentemente estes grupos fizeram a sua aparição no panorama ecuménico. Os pastores da Igreja Católica deverão ter em conta esta nova realidade para a promoção da unidade dos cristãos na África e, consequentemente, deverão encontrar uma resposta adaptada ao contexto, tendo em vista uma evangelização mais profunda para fazer chegar, de maneira eficaz, a Verdade de Cristo aos africanos”¹²³⁷.

¹²³⁵ EA 65.

¹²³⁶ AM 89.

¹²³⁷ AM 90.

De facto, a realidade do contexto religioso de Cabinda deve ser considerado e bem estudado, tendo em conta a diversificação das igrejas e comunidades cristãs, para um bom trabalho ecuménico¹²³⁸. Este contexto religioso oferece um grande desafio para o trabalho de ecumenismo. Os cristãos convivem nos mesmos bairros, são os irmãos do sangue e até amigos mas partilham adesão diferente à fé cristã. Esses factores podem ser aproveitados para uma vivência real do ecumenismo. Neste sentido, impõe-se, sem dúvida, a urgência de uma formação ecuménica para um frutuoso trabalho ecuménico.

Ultimamente o Papa Francisco seguiu os passos dos seus predecessores denunciando também a divisão dos cristãos:

“Dentro do povo de Deus e nas diferentes comunidades, quantas guerras! No bairro, no local de trabalho, quantas guerras por invejas e ciúmes, mesmo entre cristãos! O mundanismo espiritual leva alguns cristãos a estar em guerra com outros cristãos que se interpõem na sua busca pelo poder, prestígio, prazer ou segurança económica. Além disso, alguns deixam de viver uma adesão cordial à Igreja por alimentar um espírito de contenda. Mais do que pertencer à Igreja inteira, com a sua rica diversidade, pertencem a este ou àquele grupo que se sente diferente ou especial”¹²³⁹.

Perante este desastre, faz um pedido aos cristãos:

“O mundo está dilacerado pelas guerras e a violência, ou ferido por um generalizado individualismo que divide os seres humanos e põe-nos uns contra os outros visando o próprio bem-estar. Em vários países, ressurgem conflitos e antigas divisões que se pensavam em parte superados. Aos cristãos de todas as comunidades do mundo, quero pedir-lhes de modo especial um testemunho de comunhão fraterna, que se torne fascinante e resplandecente. Que todos possam admirar como vos preocupais uns pelos outros, como mutuamente vos encorajais, animais e ajudais: ‘Por isto é que todos conhecerão que sois meus discípulos: se vos amardes uns aos outros’ (Jo 13,35). Foi o que Jesus, com uma intensa oração, pediu ao Pai: ‘Que todos sejam um só (...) em nós [para que] o mundo creia’ (Jo 17,21). Cuidado com a tentação da inveja! Estamos no mesmo barco e vamos para o mesmo porto! Peçamos a graça de nos alegrarmos com os frutos alheios, que são de todos”¹²⁴⁰.

E destaca a força do perdão para alcançar um verdadeiro ecumenismo:

“Para quantos estão feridos por antigas divisões, resulta difícil aceitar que os exortemos ao perdão e à reconciliação, porque pensam que ignoramos a sua dor ou pretendemos fazer-lhes perder a memória e os ideais. Mas, se virem o testemunho de comunidades autenticamente fraternas e reconciliadas, isso é sempre uma luz que atrai. Por isso me dói muito comprovar como nalgumas comunidades cristãs, e mesmo entre pessoas consagradas, se dá espaço a várias formas de ódio, divisão, calúnia, difamação, vingança, ciúme, a desejos de impor as próprias ideias a todo o custo, e até perseguições

¹²³⁸ Cf. O contexto religioso de Cabinda (cap. 2 da IIª Parte deste trabalho).

¹²³⁹ EG 98.

¹²⁴⁰ EG 99.

que parecem uma implacável caça às bruxas. Quem queremos evangelizar com estes comportamentos?”¹²⁴¹

Para o Papa Francisco,

“dada a gravidade do contratestemunho da divisão entre cristãos, sobretudo na Ásia e na África, torna-se urgente a busca de caminhos de unidade. Os missionários, nesses continentes, referem repetidamente as críticas, queixas e sarcasmos que recebem por causa do escândalo dos cristãos divididos. Se nos concentrarmos nas convicções que nos unem e recordarmos o princípio da hierarquia das verdades, poderemos caminhar decididamente para formas comuns de anúncio, de serviço e de testemunho. A imensa multidão que não recebeu o anúncio de Jesus Cristo não pode deixar-nos indiferentes. Por isso, o esforço por uma unidade que facilite a recepção de Jesus Cristo deixa de ser mera diplomacia ou um dever forçado para se transformar num caminho imprescindível da evangelização”¹²⁴².

Porém, acrescenta:

“Os sinais de divisão entre cristãos, em países que já estão dilacerados pela violência, juntam outros motivos de conflito vindos da parte de quem deveria ser um activo fermento de paz. São tantas e tão valiosas as coisas que nos unem! E, se realmente acreditamos na acção livre e generosa do Espírito, quantas coisas podemos aprender uns dos outros! Não se trata apenas de receber informações sobre os outros para os conhecermos melhor, mas de recolher o que o Espírito semeou neles como um dom também para nós. Só para dar um exemplo, no diálogo com os irmãos ortodoxos, nós, os católicos, temos a possibilidade de aprender algo mais sobre o significado da colegialidade episcopal e sobre a sua experiência da sinodalidade. Através dum intercâmbio de dons, o Espírito pode conduzir-nos cada vez mais para a verdade e o bem”¹²⁴³.

Deste modo, os Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda devem ajudar os seus membros a

“empenharem-se em cooperar com todos os homens de boa vontade para promover tudo o que é verdadeiro, tudo o que é justo, tudo o que é santo, tudo o que é digno de ser amado (cf. Fl 4,8). Dialoguem com eles, indo ao seu encontro com prudência e bondade. E investiguem, em conjunto, o modo de organizar as instituições sociais e públicas segundo o espírito do Evangelho. Entre os sinais do nosso tempo, é digno de especial menção aquele crescente e inelutável sentido de solidariedade entre todos os povos que o apostolado dos leigos tem por encargo promover activamente e converter em sincero e verdadeiro afecto fraterno”¹²⁴⁴.

Para tal, esses Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda devem tornar-se lugares onde se aprende a rezar juntos como irmãos, a dialogar para um conhecimento mútuo e estima recíproca, a cooperar e trabalhar juntos em prol da paz e da justiça para o bem-estar do povo de Cabinda.

¹²⁴¹ EG 100.

¹²⁴² EG 246.

¹²⁴³ EG 246.

¹²⁴⁴ AA 14.

A maturidade eclesial apresenta-se como um processo de amadurecimento a ser encarado como um desafio prioritário para os Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda. O seu alcance justificará a verdadeira razão de ser desses novos movimentos, cujo verdadeiro motivo de se agregar deve ser o de encontrar-se com Cristo. Por esta razão, os seus métodos devem proporcionar este acontecimento, isto é, fazer tudo para que os seus membros façam a experiência do encontro com Cristo, uma experiência que transforma, toca para uma vida de santidade, de testemunho, de apostolado, de convivência pacífica com todos os homens criados à imagem de Deus. Para tal, é preciso pensar numa pedagogia de encontro. É um processo que exige tempo e meios, por ser profundo e complexo.

“Para que este esforço se torne cada vez mais eficaz, dizia o Papa Bento XVI, a *missio ad gentes* deve caminhar lado a lado com a nova evangelização. Não são raras, mesmo na África, as situações que requerem uma nova apresentação do Evangelho, ‘nova no seu entusiasmo, nos seus métodos e nas suas expressões’. De modo particular, a nova evangelização deve integrar a dimensão intelectual da fé na experiência viva do encontro com Jesus Cristo presente e operante na comunidade eclesial (...) Por isso a catequese deve integrar a parte teórica, constituída por noções aprendidas de memória, com a parte prática, vivida ao nível litúrgico, espiritual, eclesial, cultural e caritativo, a fim de que a semente da Palavra de Deus, caída num terreno fértil, lance profundas raízes e possa crescer e chegar à maturação”¹²⁴⁵.

“Mas, para que isto aconteça, considera o mesmo Papa, é indispensável empregar os novos métodos que hoje temos à nossa disposição. Quando se trata dos meios de comunicação social, de que já falei, é preciso não esquecer um ponto por mim sublinhado recentemente na Exortação apostólica pós-sinodal *Verbum Domini*: ‘São Tomás de Aquino, mencionando Santo Agostinho, insiste vigorosamente: ‘A letra do Evangelho também mata, se faltar a graça interior da fé que cura’’. Cientes desta exigência, é preciso ter sempre presente que nenhum meio pode nem deve substituir o contacto pessoal, o anúncio verbal, bem como o testemunho de uma vida cristã autêntica. Este contacto pessoal e este anúncio verbal devem exprimir a fé viva, que compromete e transforma a existência, e o amor de Deus, que alcança e toca cada um tal como é”¹²⁴⁶.

Perante este objectivo que deve constituir a vocação e missão dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda, faz, de facto, falta o que Papa Francisco chamou de “uma pedagogia que introduza a pessoa passo a passo até chegar à plena apropriação do mistério”. Para se chegar a um estado de maturidade, isto é, para

¹²⁴⁵ AM 165.

¹²⁴⁶ AM 166.

que as pessoas sejam capazes de decisões verdadeiramente livres e responsáveis, é preciso dar tempo ao tempo, com uma paciência imensa”¹²⁴⁷.

É nesta linha que enquadra-se este último capítulo do nosso estudo onde pretendemos apresentar algumas iniciativas ou propostas pastorais concretas que podem valorizar e dinamizar os Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda, para alcançar um estado de maturidade eclesial, a fim de tornarem-se este lugar onde se aprende a fazer a experiência do encontro com o Ressuscitado, que fará dos seus membros, personalidades cristãs amadurecidas, conscientes da própria identidade baptismal, da própria vocação e missão na Igreja e no mundo, capazes de decisões verdadeiramente livres e responsáveis. Para tal, é necessário criar as condições e as estruturas que permitem este crescimento para a maturidade eclesial.

¹²⁴⁷ EG 171.

Capítulo 4:

Chaves para a valorização e dinamização dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda

Ao chegarmos a este último capítulo, ficou evidente que a dimensão do fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda é uma realidade que exige hoje uma resposta adequada da autoridade eclesial para a sua valorização e a sua dinamização. A primeira autoridade eclesial é o bispo da diocese. Depois do primeiro passo dado por Dom Paulino, primeiro Bispo de Cabinda, ao acolher esta novidade e recomendando a sua integração nas comunidades paroquiais e quase-paroquiais, cabe ao próximo bispo assumir o compromisso da sua maturidade eclesial porque “é o dever do bispo de discernir e também de ajudar esses movimentos a purificar-se na medida em que isto é necessário. Se é verdade que a fonte vem do Espírito Santo, as concretizações incluem também um elemento humano, de modo que a fonte precisa de ser canalizada para melhor servir e também de ser purificada”¹²⁴⁸.

Por conseguinte,

“o bispo deve, por um lado, sentir a responsabilidade de aceitar esses impulsos, que são dons para a Igreja e que lhe conferem uma nova vitalidade, mas, por outro lado, deve também ajudar os movimentos a encontrar a sua justa via, com ajuda de correcções dispensadas com muito amor, com muita compreensão, com a consciência de que não se pode recusar um dom do Espírito Santo, mas também com a responsabilidade da unidade pacífica no interior da Igreja. O bispo deve depois ajudar os párocos a abrirem-se a essas realidades e a guiá-las”¹²⁴⁹.

É nesta linha que se enquadra este capítulo como uma perspectiva contributiva da nossa parte. Não apresentamos projectos pastorais mas, pelo contrário, propostas pastorais para o novo bispo e para Igreja particular de Cabinda, pois entendemos que um projecto pastoral é um “pronto a executar” e uma proposta é um “ponto a discutir”. Olhando para o caso em estudo neste trabalho, há pressupostos necessários ou desafios sérios a assumir para a valorização e a dinamização dos Novos Movimentos de

¹²⁴⁸ Cf. “Dialogue avec le cardinal Joseph Ratzinger”, cit., p. 230 (nossa tradução).

¹²⁴⁹ Ibidem, p. 230.

Apostolado fundados em Cabinda. E o primeiro desafio é uma renovação eclesial para a diocese de Cabinda.

4.1. Uma renovação eclesial inadiável

A dimensão da realidade do fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado exige uma nova postura à Igreja particular de Cabinda, uma postura recomendada pelo Papa Francisco perante o desafio da alegria do anúncio do Evangelho:

“Não ignoro que hoje os documentos não suscitam o mesmo interesse que noutras épocas, acabando rapidamente esquecidos. Apesar disso, sublinho que aquilo que pretendo deixar expresso aqui, possui um significado programático e tem consequências importantes. Espero que todas as comunidades se esforcem por actuar os meios necessários para avançar no caminho duma conversão pastoral e missionária, que não pode deixar as coisas como estão. Neste momento, não nos serve uma ‘simples administração’”¹²⁵⁰.

Esta renovação já foi desejada e recomendada pelo Concílio Vaticano II:

“O Concílio Vaticano II apresentou a conversão eclesial como a abertura a uma reforma permanente de si mesma por fidelidade a Jesus Cristo: ‘Toda a renovação da Igreja consiste essencialmente numa maior fidelidade à própria vocação. (...) A Igreja peregrina é chamada por Cristo a esta reforma perene. Como instituição humana e terrena, a Igreja necessita perpetuamente desta reforma’”¹²⁵¹.

De facto, uma verdadeira renovação eclesial implica uma conversão pastoral e missionária¹²⁵².

O Papa Paulo VI já tinha feito o mesmo apelo:

“A Igreja deve aprofundar a consciência de si mesma, meditar sobre o seu próprio mistério (...). Desta consciência esclarecida e operante deriva espontaneamente um desejo de comparar a imagem ideal da Igreja, tal como Cristo a viu, quis e amou, ou

¹²⁵⁰ AE 25.

¹²⁵¹ UR 6.

¹²⁵² A conversão pastoral exige novos métodos para alcançar o objectivo da evangelização. É neste sentido que podemos compreender o desafio por exemplo da pastoral de gestação capaz de “gerar” pessoas para o Evangelho: “A pastoral de gestão acolhe as múltiplas iniciativas que germinam a nível local, tendo o cuidado de integrá-las na pastoral de conjunto de uma unidade pastoral mais alargada. Ela sustenta as pequenas realizações parcelares e diversificadas, que ela considera outras tantas emergências do Reino. Não hesita em suscitá-las e coordena-as entre si. Fia-as, por assim dizer, num tecido que tem mais a ver com o artesanato do que com o fabrico em série: ela pensa-se como uma pastoral do “cosido à mão”. Isto é assim porque a pastoral de gestação tem a ver com a identidade das pessoas. É um dos seus principais traços. Não pretende, em primeiro lugar, oferecer uma doutrina, uma mensagem, ou propor uma prática sacramental ou outra. Deseja, pelo contrário, fazer cada um chegar à sua identidade própria e vela por que cada indivíduo seja coerente consigo próprio nas decisões que toma. Para ela, a verdade de consciência é primordial, como o é no Evangelho, como o era para os bispos reunidos no Concílio Vaticano II (...) A pastoral de gestação reconhece que cada um (a) é único e visa promover-lo (a) naquilo que ele (a) tem de mais pessoal” (Bacq, P., “Para uma pastoral de gestação”, in: Bacq, P.; Theobald, C. (org), Uma nova oportunidade para o Evangelho, Paulinas, Lisboa, 2013, p. 24-25).

seja, como sua Esposa santa e imaculada (Ef 5,27), com o rosto real que a Igreja apresenta hoje. (...) Em consequência disso, surge uma necessidade generosa e quase impaciente de renovação, isto é, de emenda dos defeitos, que aquela consciência denuncia e rejeita, como se fosse um exame interior ao espelho do modelo que Cristo nos deixou de Si mesmo”¹²⁵³.

As coisas não podem ficar na mesma, reconhece o Papa Francisco perante o desafio da renovação porque “há estruturas eclesiais que podem chegar a condicionar um dinamismo evangelizador; de igual modo, as boas estruturas servem quando há uma vida que as anima, sustenta e avalia. Sem vida nova e espírito evangélico autêntico, sem ‘fidelidade da Igreja à própria vocação’, toda e qualquer nova estrutura se corrompe em pouco tempo”¹²⁵⁴.

Para tal, “a Igreja ‘em saída’ deve ‘primeiro, envolver-se, acompanhar, frutificar e festejar’, isto é, tomando sempre a iniciativa, sem medo, de ir ao encontro, envolvendo-se e envolvendo os seus com obras e gestos de caridade, acompanhando a humanidade em todos os seus processos com muita paciência, frutificando porque o Senhor quer uma Igreja fecunda, festejando e celebrando cada pequena conquista, cada passo em frente na evangelização”¹²⁵⁵. Deste modo, é precisa a mudança que o Papa Francisco apresenta com seu sonho:

“Sonho com uma opção missionária capaz de transformar tudo, para que os costumes, os estilos, os horários, a linguagem e toda a estrutura eclesial se tornem um canal proporcionado mais à evangelização do mundo actual que à auto-preservação. A reforma das estruturas, que a conversão pastoral exige, só se pode entender neste sentido: fazer com que todas elas se tornem mais missionárias, que a pastoral ordinária em todas as suas instâncias seja mais comunicativa e aberta, que coloque os agentes pastorais em atitude constante de ‘saída’ e, assim, favoreça a resposta positiva de todos aqueles a quem Jesus oferece a sua amizade”¹²⁵⁶.

É evidente que a dimensão da realidade do fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda impele a renovação das estruturas eclesiais.

Neste quadro, a paróquia continuará a ser uma estrutura importantíssima para evangelização. Por isso, deve implicar-se também na dinâmica da renovação eclesial.

A realidade do fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda impele esta mudança paradigmática na função da paróquia. É nesta óptica que o Papa Francisco considerou que

¹²⁵³ EN 10-12.

¹²⁵⁴ EG 26.

¹²⁵⁵ EG 24.

¹²⁵⁶ EG 27.

“a paróquia não é uma estrutura caduca; precisamente porque possui uma grande plasticidade, pode assumir formas muito diferentes que requerem a docilidade e a criatividade missionária do Pastor e da comunidade. Embora não seja certamente a única instituição evangelizadora, se for capaz de se reformar e adaptar constantemente, continuará a ser ‘a própria Igreja que vive no meio das casas dos seus filhos e das suas filhas’. Isto supõe que esteja realmente em contacto com as famílias e com a vida do povo, e não se torne uma estrutura complicada, separada das pessoas, nem um grupo de eleitos que olham para si mesmos”¹²⁵⁷.

Portanto,

“a paróquia é presença eclesial no território, âmbito para a escuta da Palavra, o crescimento da vida cristã, o diálogo, o anúncio, a caridade generosa, a adoração e a celebração. Através de todas as suas actividades, a paróquia incentiva e forma os seus membros para serem agentes da evangelização. É comunidade de comunidades, santuário onde os sedentos vão beber para continuarem a caminhar, e centro de constante envio missionário. Temos, porém, de reconhecer que o apelo à revisão e renovação das paróquias ainda não deu suficientemente fruto, tornando-as ainda mais próximas das pessoas, sendo âmbitos de viva comunhão e participação e orientando-as completamente para a missão”¹²⁵⁸.

A expressão “comunidade de comunidades” exclui toda a tendência de uniformização na estrutura da paróquia, isto é, o querer que tudo seja o mesmo; mas pelo contrário exprime a unidade na diversidade porque

“é necessário reconhecer que, se uma parte do nosso povo baptizado não sente a sua pertença à Igreja, isso deve-se também à existência de estruturas com clima pouco acolhedor nalgumas das nossas paróquias e comunidades, ou à atitude burocrática com que se dá resposta aos problemas, simples ou complexos, da vida dos nossos povos. Em muitas partes, predomina o aspecto administrativo sobre o pastoral, bem como uma sacramentalização sem outras formas de evangelização”¹²⁵⁹.

Por isso, urge a renovação eclesial desta estrutura tão importante que é a paróquia para a valorização e a dinamização dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda.

Ao lado da paróquia, estrutura importante para a evangelização, o Papa Francisco afirmou também que

“as outras instituições eclesiais, comunidades de base e pequenas comunidades, movimentos e outras formas de associação são uma riqueza da Igreja que o Espírito suscita para evangelizar todos os ambientes e sectores. Frequentemente trazem um novo ardor evangelizador e uma capacidade de diálogo com o mundo que renovam a Igreja. Mas é muito salutar que não percam o contacto com esta realidade muito rica da paróquia local e que se integrem de bom grado na pastoral orgânica da Igreja particular.

¹²⁵⁷ EG 28.

¹²⁵⁸ Ibidem.

¹²⁵⁹ EG 63.

Esta integração evitará que fiquem só com uma parte do Evangelho e da Igreja, ou que se transformem em nómadas sem raízes”¹²⁶⁰.

Perante este desafio,

“cada Igreja particular, porção da Igreja Católica sob a guia do seu Bispo, está, também ela, chamada à conversão missionária. Ela é o sujeito primário da evangelização, enquanto é a manifestação concreta da única Igreja num lugar da terra e, nela, ‘está verdadeiramente presente e opera a Igreja de Cristo, una, santa, católica e apostólica’. É a Igreja encarnada num espaço concreto, dotada de todos os meios de salvação dados por Cristo, mas com um rosto local (...) Para que este impulso missionário seja cada vez mais intenso, generoso e fecundo, exorto também cada uma das Igrejas particulares a entrar decididamente num processo de discernimento, purificação e reforma”¹²⁶¹.

Então, cabe ao Bispo como pastor da Igreja particular, o dever de

“favorecer sempre a comunhão missionária na sua Igreja diocesana, seguindo o ideal das primeiras comunidades cristãs, em que os crentes tinham um só coração e uma só alma (cf. Act 4,32). Para isso, às vezes, pôr-se-á à frente para indicar a estrada e sustentar a esperança do povo, outras vezes manter-se-á simplesmente no meio de todos com a sua proximidade simples e misericordiosa e, em certas circunstâncias, deverá caminhar atrás do povo, para ajudar aqueles que se atrasaram e sobretudo porque o próprio rebanho possui o olfacto para encontrar novas estradas. Na sua missão de promover uma comunhão dinâmica, aberta e missionária, deverá estimular e procurar o amadurecimento dos organismos de participação propostos pelo Código de Direito Canónico e de outras formas de diálogo pastoral, com o desejo de ouvir a todos, e não apenas alguns sempre prontos a lisonjeá-lo. Mas o objectivo destes processos participativos não há-de ser principalmente a organização eclesial, mas o sonho missionário de chegar a todos”¹²⁶².

De facto, a realidade do fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda exige essas “outras formas de diálogo pastoral”, capazes de facilitar o desejo de “ouvir a todos” para uma vivência diocesana da renovação eclesial. Para tal, fica mais este convite do Papa Francisco: “A pastoral em chave missionária exige o abandono deste cómodo critério pastoral: “fez-se sempre assim”. Convido todos a serem ousados e criativos nesta tarefa de repensar os objectivos, as estruturas, o estilo e os métodos evangelizadores das respectivas comunidades. Uma identificação dos fins, sem uma condigna busca comunitária dos meios para os alcançar, está condenada a traduzir-se em mera fantasia”¹²⁶³. Para escolher os meios, é preciso identificar as necessidades e os fins. E a melhor maneira de o fazer é escutar ou ouvir os anseios, as

¹²⁶⁰ EG 29.

¹²⁶¹ EG 30.

¹²⁶² EG 31.

¹²⁶³ EG 33.

necessidades e as preocupações dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda. Por isso, urge a necessidade de pôr-se à sua escuta.

4.2. À escuta da realidade do fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado

A dimensão da realidade do fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda exige que a Igreja de Cabinda se ponha à sua escuta para descobrir aquilo que os seus membros precisam para viver a sua vocação de baptizados, chamados à santidade e serem discípulos missionários de Jesus-Cristo. Desta forma, descobre-se as aspirações, as riquezas e as limitações, as pedagogias e métodos de cada um. Escutar os Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda é prestar atenção ao movimento concreto para responder aos seus problemas, as suas preocupações, tendo em conta a particularidade de cada um. E também é o reconhecimento da sua existência para a sua valorização. Trata-se de conhecer o novo movimento por dentro. Esta preocupação é profundamente pastoral porque só conhecendo melhor a verdadeira realidade vivida dentro desses novos movimentos é que poderão ser vantajosas as propostas pastorais que correspondam às suas aspirações.

Hoje mais do que nunca, a arte de escutar torna-se importante para evangelização como ressalta o Papa Francisco:

“Precisamos de nos exercitar na arte de escutar, que é mais do que ouvir. Escutar, na comunicação com o outro, é a capacidade do coração que torna possível a proximidade, sem a qual não existe um verdadeiro encontro espiritual. Escutar ajuda-nos a individuar o gesto e a palavra oportunos que nos desinstalam da cómoda condição de espectadores. Só a partir desta escuta respeitosa e compassiva é que se pode encontrar os caminhos para um crescimento genuíno, despertar o desejo do ideal cristão, o anseio de corresponder plenamente ao amor de Deus e o anelo de desenvolver o melhor de quanto Deus semeou na nossa própria vida”¹²⁶⁴.

A necessidade de escutar implica um processo de acompanhamento para dar devidas respostas. Deste modo, o acompanhamento pessoal dos processos de crescimento é um factor a ser incentivado no compromisso de maturidade eclesial dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda. Foi o Papa Francisco que lançou este desafio: “A Igreja deverá iniciar os seus membros – sacerdotes, religiosos e leigos – nesta “arte do acompanhamento”, para que todos aprendam a descalçar sempre

¹²⁶⁴ EG 171.

as sandálias diante da terra sagrada do outro (cf. Ex 3,5). Devemos dar ao nosso caminhar o ritmo salutar da proximidade, com um olhar respeitoso e cheio de compaixão, mas que ao mesmo tempo cure, liberte e anime a amadurecer na vida cristã”¹²⁶⁵. E deixa este esclarecimento:

“O acompanhamento espiritual autêntico começa sempre e prossegue no âmbito do serviço à missão evangelizadora. A relação de Paulo com Timóteo e Tito é exemplo deste acompanhamento e desta formação durante a acção apostólica. Ao mesmo tempo que lhes confia a missão de permanecer numa cidade concreta para ‘acabar de organizar o que ainda falta’ (Tt 1,5; cf. 1 Tm 1,3-5), dá-lhes os critérios para a vida pessoal e a actividade pastoral. Isto é claramente distinto de todo o tipo de acompanhamento intimista, de auto-realização isolada. Os discípulos missionários acompanham discípulos missionários”¹²⁶⁶.

Por isso, “quem acompanha sabe reconhecer que a situação de cada pessoa diante de Deus e a sua vida em graça são um mistério que ninguém pode conhecer plenamente a partir do exterior. O Evangelho propõe-nos que se corrija e ajude a crescer uma pessoa a partir do reconhecimento da maldade objectiva das suas acções (cf. Mt 18,15), mas sem proferir juízos sobre a sua responsabilidade e culpabilidade (cf. Mt 7,1; Lc 6,37)”¹²⁶⁷. Deve ser esta atitude que a Igreja de Cabinda deve assumir perante o desafio da dimensão do fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado, pois segundo o mesmo Papa,

“seja como for, um válido acompanhante não transige com os fatalismos nem com a pusilanimidade. Sempre convida a querer curar-se, a pegar no catre (cf. Mt 9,6), a abraçar a cruz, a deixar tudo e partir sem cessar para anunciar o Evangelho. A experiência pessoal de nos deixarmos acompanhar e curar, conseguindo exprimir com plena sinceridade a nossa vida a quem nos acompanha, ensina-nos a ser pacientes e compreensivos com os outros e habilita-nos a encontrar as formas para despertar neles a confiança, a abertura e a vontade de crescer”¹²⁶⁸.

Vê-se que este processo de acompanhamento deve ser proposto como um serviço eclesial a que podemos chamar, por exemplo, ministério de acompanhamento dos Novos Movimentos de Apostolado e ser assumido até pelos leigos idóneos.

Nesta busca do melhor conhecimento deste fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado, é benéfico recorrer aos métodos das Ciências humanas como sublinhado pelo Papa Francisco: “Uma vez que não basta a preocupação do evangelizador por chegar a cada pessoa, mas o Evangelho também se anuncia às culturas no seu conjunto,

¹²⁶⁵ EG 169.

¹²⁶⁶ EG 171.

¹²⁶⁷ EG 172.

¹²⁶⁸ EG 173.

a teologia – e não só a teologia pastoral – em diálogo com outras ciências e experiências humanas, tem grande importância para pensar como fazer chegar a proposta do Evangelho à variedade dos contextos culturais e dos destinatários”¹²⁶⁹. Neste caso em estudo, o recurso às técnicas de recolha e de tratamento de dados das Ciências Sociais justifica-se para melhor percepção das necessidades dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda.

Desta forma, o primeiro passo da escuta passa por um levantamento exaustivo ou um recenseamento da realidade dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda. Durante a nossa investigação deparámo-nos, como indicámos, com os dados contraditórios sobre a dimensão deste fenómeno na diocese¹²⁷⁰. Para corrigir esta falha, é necessário um levantamento com certo rigor científico na base de indicadores a determinar que podiam ser por exemplo, o nome do movimento, a justificação da escolha do nome, o seu fundador, ano da fundação, lugar da fundação, as motivações para fundação, a sua espiritualidade, com ou sem estatuto, a dimensão do movimento do ponto de vista territorial, número de membros (pode ser dividido por escalões), etc. Na primeira fase, este passo já dá uma ideia que pode ajudar a conhecer a verdadeira dimensão deste fenómeno na diocese.

O segundo passo é mais uma entrada por dentro de cada movimento. Este trabalho é melhor que seja realizado, ao nível das paróquias e quase-paróquias, com as técnicas de inquérito ou mesmo de entrevistas com perguntas precisas e simples, como por exemplo: como são feitos os encontros dos movimentos? Será que a formação é suficiente para a viver a fé segundo a vontade de Deus? Será que a vossa vida de cada dia dá testemunho da vossa pertença a Cristo? Quais são as dificuldades do movimento? O que pode esperar da diocese ou da paróquia? Qual é a formação que vos faz falta? Porque é que alguns membros dos movimentos frequentam os curandeiros e os feiticeiros? Propomos que sejam perguntas que interrogam a vida real das pessoas e as respostas servem melhor para o estudo das propostas pastorais a apresentar. Este trabalho não é fácil como pode ser imaginado. É muito exigente e científico. O seu êxito exige um certo rigor científico porque os dados recolhidos devem serem tratados e

¹²⁶⁹ EG 133.

¹²⁷⁰ Cf. Capítulo 3 da IIª Parte deste trabalho. Este levantamento justifica-se pelo facto de termos encontrado dados diferentes acerca do número exacto dos “Novos Movimentos de Apostolado” fundados em Cabinda na Agenda pastoral de 2014 e nas respostas ao inquérito dirigido aos responsáveis das paróquias e quase-paróquias (cf. Anexo 13 e anexo 2).

apresentados, justificando, desta forma, o recurso às técnicas de metodologia em Ciências Sociais Para tal, é preciso uma estrutura com a missão de acompanhar a promoção deste fenómeno como foi sugerido e desejado no Concílio Vaticano e cumprido por Paulo VI ao criar o Conselho Pontifício para os leigos¹²⁷¹.

4.3. A Criação e a dinamização de uma estrutura para os leigos

Não importa a sua apelação, que seja chamada secretariado ou comissão diocesana para os leigos mas o mais importante é a sua vocação e missão. Já sublinhámos neste estudo o grande contributo dado à Igreja pelo Conselho Pontifício para os Leigos na promoção e no desenvolvimento das novas agregações dos leigos que hoje prestam um grande serviço na Igreja¹²⁷². Por isso, a dinâmica de funcionamento deste órgão da Santa Sé pode servir de modelo para a nova estrutura a ser criada em Cabinda para acompanhar o processo de maturidade eclesial dos Novos Movimentos de Apostolado.

Então, o primeiro passo seria a criação oficial desta estrutura com atribuições claras e bem definidas para acompanhar e promover as agregações dos leigos e até a sua definição podia inspirar naquelas que o Papa João Paulo II deu ao Conselho Pontifício para os Leigos no seu *Motu Proprio* “*Pastor Bonus*” mas adaptadas ao contexto da diocese de Cabinda. Tendo em conta a realidade dos outros movimentos antigos presentes no território, seria conveniente que esta estrutura incluísse também, no seu trabalho de promoção laical, esses movimentos para a sua vitalização.

A criação desta estrutura implica a sua organização para o seu funcionamento. A constituição do núcleo directório da coordenação é o segundo passo para não ser criado um órgão de “fachada” sem poder de acção e nem de empenho. Pensamos num órgão directivo de 5 a 8 membros. A escolha do seu presidente deve ser cuidadosa e exigente como aconselha o Concílio Vaticano II: “Para ajudar os leigos nas suas diversas formas de apostolado, escolham-se diligentemente sacerdotes idóneos e bem formados”¹²⁷³. A idoneidade e a formação aparecem como principais critérios para escolha do responsável deste órgão de acompanhamento, pois é verdade que nem todos os

¹²⁷¹ Cf. Capítulo 2 desta III parte do nosso trabalho.

¹²⁷² Cf. CPL como estrutura impulsionadora/Cap. 2 desta III parte do nosso trabalho.

¹²⁷³ AA 25.

sacerdotes podem assumir um cargo deste tamanho de responsabilidade. Para Cabinda com a dimensão da realidade das agregações dos leigos (antigas e novas), esses dois critérios são importantíssimo a considerar. Pode ficar em consideração este princípio de escolha de responsáveis de Bento XVI:

“Tento encontrar a pessoa cewrta, quer seja um padre religioso, quer seja, um padre diocesano. O factor determinante é que ele possua as qualidades, seja uma pessoa religiosa, um verdadeiro crente e sobretudo, um homem corajoso. Penso que a coragem é uma das principais qualidades que um bispo e um responsável da Cúria têm de ter hoje. Para tal, é preciso não se vergar perante a ditadura das opiniões, mas antes agir a partir do conhecimento interior, ainda que isso traga aborrecimentos. Naturalmente que também têm de ser pessoas que possuam qualidades intelectuais, profissionais e humanas que as tornem capazes de liderar e de envolver os outros numa comunidade familiar”¹²⁷⁴.

Para ser mais concreto, deu o seu testemunho: “Enquanto chefe da Congregação para a Doutrina da Fé, por exemplo, atribuía muito importância ao facto de sermos uma comunidade, de não termos nem discussões entre nós nem discussões paralelas, a que houvesse família. Considero que esta capacidade de aproximar uns dos outros e de criar espírito de equipa é muito importante”¹²⁷⁵. O que acabamos de ouvir de Bento XVI pode servir de critérios para escolha dos responsáveis como também para o modo de trabalhar com o fenómeno tão complexo como o dos “Novos Movimento de Apostolado” que exige coragem e humildade no diálogo para ter uma comissão que trabalha como uma família.

Aos escolhidos na base desses dois critérios, o Concílio Vaticano II recomenda:

“Os que se consagram a este ministério, por missão recebida da Hierarquia, representam-na na sua acção pastoral. Fomentem, pois, as convenientes relações dos leigos com a mesma, permanecendo sempre fiéis ao espírito e doutrina da Igreja. Dediquem-se a fomentar a vida espiritual e o sentido apostólico das associações católicas que lhes foram confiadas. Assistam com prudente conselho as suas actividades apostólicas e favoreçam as suas iniciativas. Investiguem atentamente por meio do diálogo contínuo com os leigos quais as formas de tornar mais frutuosa a sua acção apostólica; e promovam o espírito de união dentro da mesma associação, e desta com as demais”¹²⁷⁶.

Assim ficam desenhados a missão do órgão directivo e o seu método de funcionamento: aconselhar e favorecer as iniciativas dos leigos por meio do diálogo contínuo e não pelo autoritarismo. Neste sentido será pensado a maneira como este

¹²⁷⁴ Bento XVI, Luz do Mundo – O Papa, a Igreja e os Sinais dos Tempos (Uma conversa com Peter Seewald), Lucerna, Cascais, 2010, p. 90.

¹²⁷⁵ Ibidem, p. 90.

¹²⁷⁶ Ibidem.

diálogo pode ser feito para produzir frutos, isto é, a necessidade de criar estruturas para diálogo contínuo. Essas estruturas de diálogo podem ser criadas ao nível de arceprelado, ao nível das paróquias e quase-paróquias como ao nível das comunidades de base ou dos bairros. A constituição deste órgão pode ser discutido mas a nossa proposta é de haver dois ou três fundadores dos “Novos Movimentos” com mandato rotativo, uma religiosa com experiência e o resto sejam leigos idóneos e formados das antigas e novas agregações dos leigos. Também é verdade que o bom funcionamento deste órgão exige a criação de estruturas físicas.

Daí vem o terceiro passo. O funcionamento dum órgão com tamanha responsabilidade exige a criação dum espaço físico, lugar de referência para qualquer informação, lugar de trabalho. Hoje em Cabinda quase todas as comissões diocesanas ou secretariados funcionam sem estruturas físicas¹²⁷⁷. Sem esta estrutura física, o empenho deste órgão directivo fica condicionado e até pode estar condenado ao fracasso. Então onde encontrar este espaço físico? Não é necessário construir novos espaços físicos porque há ainda muitas estruturas físicas não aproveitadas na diocese e quase abandonadas. Na primeira fase, este órgão podia funcionar numa das antigas casas de residência do antigo Seminário Propedêutico onde também há salas de aulas e uma capela abandonadas à deterioração. Não basta ter um bom órgão directivo e lindas estruturas físicas, é também necessário os recursos financeiros para garantir o êxito do seu funcionamento.

É outro passo a dar, a criação dos meios de auto-financiamento. Hoje sem recursos financeiros é difícil realizar um trabalho de qualidade. A estrutura de acompanhamento dos leigos deve ter um orçamento. Parece estranho porque nunca se ouviu falar de orçamento das comissões ou dos secretariados diocesanos. Assim para ter uma simples resma de papel deve-se pedir dinheiro ao bispo. Por isso, outro desafio para o êxito da missão de valorizar e dinamizar os Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda passa pela criação dos meios financeiros para a sustentabilidade de funcionamento da comissão ou do secretariado para os leigos. Da nossa parte, a nossa primeira proposta passa pela criação duma contribuição por membro ou por movimentos ao nível da diocese ou das paróquias e quase-paróquias com o montante a

¹²⁷⁷ Cf. Cap. 3 da IIª parte do nosso trabalho, referente às dificuldades encontradas na recolha das informações. Para conseguirmos os estatutos dos novos movimentos, fomos obrigados a andar em casas dos responsáveis porque nem na Cúria diocesana havia.

determinar. A segunda proposta pode ser a criação duma loja onde se pode vender alguns artigos religiosos diversos, livros e outros que neste momento não existe na diocese. A terceira proposta pode ser a criação duma escola de formação religiosa que pode ser chamada “Escola de fé” onde são administrados diversos cursos e organizados seminários, congressos e sessões para os membros dos movimentos de apostolado (antigos e novos). Esta ideia foi defendida por Bento XVI:

“É preciso que se organizem, nas dioceses, escolas ou centros de formação bíblica, espiritual, litúrgica e pastoral. É meu vivo desejo que os leigos com responsabilidades de ordem política, económica e social sejam dotados dum sólido conhecimento da doutrina social da Igreja, que proporciona princípios de acção conformes com o Evangelho. De facto, os fiéis leigos são ‘embaixadores de Cristo’ (2 Cor 5,20) no espaço público, no coração do mundo. O seu testemunho cristão só será credível, se forem profissionais competentes e honestos”¹²⁷⁸.

Esta escola pode gerar receitas com alguns cursos técnicos tendo em conta as necessidades do terreno. Por exemplo, neste momento em Cabinda, há muitas creches e muitos dos seus funcionários carecem de formação apropriada para um trabalho tão delicado como educar os pequeninos. Neste sentido, esta “Escola de fé” podia organizar cursos para esses funcionários e dava por um lado, um grande contributo à formação dos futuros quadros deste território e doutro lado, era uma fonte de receitas para o órgão. Há muitas maneiras de arranjar receitas e o necessário é a criatividade.

Por fim, outro passo a dar corresponde às exigências do nosso mundo actual que é a informatização dos serviços deste órgão de coordenação e promoção das agregações dos leigos. Hoje, a informática é o canal de comunicação, isto é, de formação e informação. Por isso, é também uma prioridade criar um *site* onde constam as informações sobre o trabalho ou empenho em prol da promoção do leigo na diocese, as informações sobre a Igreja em geral, com destaque as actividades e pronunciamentos do Papa, as informações do Conselho Pontifício para os Leigos, as actividades da diocese e dos próprios movimentos.

¹²⁷⁸ AM 128. Já no primeiro sínodo foi feita a mesma exigência como atesta João Paulo II: “Os leigos hão-de ser ajudados a tomar cada vez maior consciência do papel que devem ocupar na Igreja, honrando assim a missão que lhes é peculiar enquanto baptizados e crismados, em conformidade com o ensinamento da Exortação Apostólica pós-sinodal *Christifideles laici* e da Encíclica *Redemptoris missio*. Para tal, têm de ser preparados, através de apropriados centros ou escolas de formação bíblica e pastoral. Numa linha idêntica, os cristãos que ocupam lugares de responsabilidade têm de ser cuidadosamente preparados para a sua tarefa política, económica e social, através de uma sólida formação na doutrina social da Igreja, para serem fiéis testemunhas do Evangelho no seu âmbito de acção” (EA 90).

Criando as condições para um bom funcionamento com êxito da estrutura encarregue de promover o laicado nas suas agregações, a aposta na formação sólida e direccionada aos desafios da inculturação deve ser considerada como outra prioridade a implementar para a dinamização do impulso missionários dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda.

4.4. Aposta forte na formação sólida e permanente para o apostolado

A própria designação desses novos movimentos escolhidos para o nosso estudo exige uma aposta séria na formação para o apostolado. No nosso inquérito dirigido aos responsáveis das paróquias e quase-paróquias, e até na própria entrevista com Bispo, foi sublinhada a falta de formação sólida para justificar algumas atitudes negativas assumidas pelos membros desses novos movimentos¹²⁷⁹.

Façamos nossa esta pergunta de João Paulo II:

“A Igreja em África (a diocese de Cabinda) formou suficientemente os leigos para assumirem, com competência, as suas responsabilidades civis e para considerarem os problemas de ordem sócio-política à luz do Evangelho e da fé em Deus? Este é seguramente um dever que interpela os cristãos: exercer sobre o tecido social uma influência que leve a transformar não só as mentalidades, mas também as próprias estruturas da sociedade, de modo que aí se espelhem melhor os desígnios de Deus acerca da família humana. Por isso mesmo, invoquei para os leigos uma formação completa que os ajude a levar uma vida plenamente coerente. A fé, a esperança e a caridade não podem deixar de orientar o comportamento do autêntico discípulo de Cristo, em toda a sua actividade, situação e responsabilidade. Visto que evangelizar significa ‘levar a Boa Nova a todas as parcelas da humanidade, em qualquer meio e latitude, e pelo seu influxo transformá-las a partir de dentro e tornar nova a própria humanidade’, os cristãos devem ser formados para viver as implicações sociais do Evangelho, de tal modo que o seu testemunho se torne um desafio profético perante tudo aquilo que lese o verdadeiro bem dos homens e mulheres da África ou de qualquer outro continente”¹²⁸⁰.

De facto, o Papa João Paulo II já o tinha afirmado que

“em África, hoje, ‘a formação da fé (...) fica-se, muitas vezes, pela fase elementar, e as seitas facilmente se aproveitam desta ignorância’. Torna-se, assim, urgente um sério aprofundamento da fé, porque a rápida evolução da sociedade fez surgir novos desafios, ligados particularmente com os fenómenos de desenraizamento familiar, urbanização, desemprego, e ainda com as múltiplas seduções materialistas, uma certa secularização, e aquela espécie de trauma intelectual provocado pela avalanche de ideias insuficientemente ponderadas, difusas pelos mass-media”¹²⁸¹.

¹²⁷⁹ Cf. Anexos 2 e 4. Podemos até afirmar que os pontos negativos detectados no seio dos “Novos Movimentos de Apostolado” foram atribuídos à falta de formação.

¹²⁸⁰ EA 54.

¹²⁸¹ EA 76.

Por isso, “a formação missionária não pode deixar de ocupar um lugar privilegiado. Ela é ‘obra da Igreja local, com a ajuda dos missionários e dos seus Institutos, bem como dos cristãos das jovens Igrejas. Este trabalho não deve ser visto como marginal, mas sim central na vida cristã’”¹²⁸².

Em Cabinda, esta falta ou pouca formação não pode ser incutida somente aos responsáveis dos novos movimentos porque, segundo o Concílio Vaticano II, “compete à Hierarquia fomentar o apostolado dos leigos, fornecer os princípios e os auxílios espirituais, ordenar para o bem comum da Igreja o exercício do mesmo apostolado, e vigiar para que se conservem a doutrina e a ordem”¹²⁸³. Esta recomendação vai ao encontro do mandato confiado aos apóstolos: “Ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulos, baptizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo e ensinando-as a observar tudo quanto vos ordenei...” (Mt 28,19-20). Por isso, a missão de ensinar é, antes de tudo, uma tarefa prioritária da autoridade eclesiástica.

É nesta linha que o Papa Francisco entende que

“o mandato missionário do Senhor inclui o apelo ao crescimento da fé, quando diz: ‘ensinando-os a cumprir tudo quanto vos tenho mandado’ (Mt 28,20). Daqui se vê claramente que o primeiro anúncio deve desencadear também um caminho de formação e de amadurecimento. A evangelização procura também o crescimento, o que implica tomar muito a sério em cada pessoa o projecto que Deus tem para ela. Cada ser humano precisa sempre mais de Cristo, e a evangelização não deveria deixar que alguém se contente com pouco, mas possa dizer com plena verdade: ‘Já não sou eu que vivo, mas é Cristo que vive em mim’ (Gl 2,20)”¹²⁸⁴.

Aí surge o papel das agregações dos leigos, ressaltado pelo Concílio Vaticano II:

“Do mesmo modo, os grupos e as associações de leigos, quer se dediquem ao apostolado, quer a outros fins sobrenaturais, devem fomentar com diligência e assiduidade a formação para o apostolado, segundo o próprio fim e modalidades. São elas, muitas vezes, o caminho ordinário duma preparação conveniente em ordem ao apostolado. Com efeito, nelas se realiza uma formação doutrinal, espiritual e prática. Os seus membros, constituindo pequenos grupos com os companheiros e amigos, consideram os métodos e os frutos da sua actividade apostólica, e confrontam com o Evangelho a sua vida quotidiana. Deve-se orientar esta formação de modo a ter-se em conta todo o apostolado dos leigos, que deverá ser exercido não só entre os grupos das associações, mas também, em todas as circunstâncias, através de toda a vida, sobretudo profissional e social”¹²⁸⁵.

E explicita:

¹²⁸² EA 75.

¹²⁸³ AA 24.

¹²⁸⁴ EG 160.

¹²⁸⁵ AA 30.

“A plena eficácia do apostolado só se pode alcançar com uma formação multiforme e integral. Exigem-na tanto o contínuo progresso espiritual e doutrinal do próprio leigo, como as diversas circunstâncias de coisas, pessoas e encargos a que a sua actividade se deve acomodar. Esta formação deve-se apoiar sobre os fundamentos afirmados e expostos por este sagrado Concílio noutros lugares. Além da formação comum a todos os cristãos, não poucas formas de apostolado requerem uma formação peculiar e específica, por causa da diversidade de pessoas e circunstâncias”¹²⁸⁶.

Desta forma, a aposta na formação torna-se prioritária e urgente para a valorização e dinamização dos Novos Movimentos de Apostolado. Deve ser uma formação dirigida e concebida na base das necessidades, das aspirações e das preocupações vividas pelos membros desses movimentos, isto é, uma formação que traga respostas às perguntas da vida real do dia-a-dia.

Neste contexto, a formação ao apostolado deve ser diversificada segundo os objectivos pretendidos, pois as diversas formas de apostolado exigem também uma preparação particularmente adequada¹²⁸⁷:

a) O apostolado em ordem à evangelização e santificação dos homens exige, para os leigos, uma formação especial para estabelecerem o diálogo com os outros, quer crentes quer não crentes, e comunicarem a todos a mensagem de Cristo. Para tal, é preciso uma formação da doutrina católica e uma formação de métodos de comunicação. Nesta linha, convém que os leigos não só aprendam com maior diligência a doutrina católica, especialmente aqueles pontos que são objecto de controvérsia, mas também dêem testemunho de vida evangélica contra qualquer forma de materialismo.

b) O apostolado à edificação cristã da ordem temporal exige uma formação sobre o verdadeiro significado e valor dos bens temporais, quer em si mesmos considerados, quer no que diz respeito a todos os fins da pessoa humana. Nesta área, a formação é mais sobre os princípios da doutrina social e moral da Igreja para o exercício do recto uso das coisas e na organização das instituições, atendendo sempre ao bem comum. Deste modo, os leigos aprendem, antes de mais, os princípios da doutrina social e as suas conclusões, de modo a tornarem-se aptos quer para prestarem o seu contributo ao progresso da doutrina quer para aplicá-los convenientemente aos casos particulares.

c) O apostolado para as obras de caridade e de misericórdia exige uma formação que ensine a dar um esplêndido testemunho de vida cristã e em que os fiéis aprendam,

¹²⁸⁶ AA 28.

¹²⁸⁷ Cf. AA 33.

logo desde a infância, a compadecer-se dos pobres e necessitados e a ajudá-los com generosidade.

Há muitas formas, muitas maneiras de organizar esta formação dos leigos e o Concílio Vaticano II apresenta algumas:

“Para os leigos consagrados ao apostolado, existem já muitos meios, por exemplo, sessões, congressos, colecções, exercícios espirituais, reuniões frequentes, conferências, livros, revistas para se conseguir um mais perfeito conhecimento da Sagrada Escritura e da doutrina católica, para alimentar a vida espiritual e ainda para conhecer o estado do mundo e para encontrar e cultivar métodos adaptados”¹²⁸⁸.

E louva as iniciativas já lançadas e recomenda:

“O sagrado Concílio alegra-se com essas iniciativas, já florescentes nos ambientes em que este se exerce. Para este fim, que sejam criados, “centros de documentação e de estudo não só de teologia, mas também de antropologia, psicologia, sociologia, metodologia, para fomentar mais as qualidades dos leigos, homens e mulheres, jovens e adultos, em todos os campos do apostolado”¹²⁸⁹.

O Concílio não se descuidou a delinear os princípios que devem reger a formação dos leigos para o apostolado:

“Uma vez que os leigos têm um modo próprio de participar na missão da Igreja, a sua formação apostólica recebe uma característica especial que lhe vem da mesma índole secular própria do laicado e da sua espiritualidade. A preparação para o apostolado supõe uma formação humana completa e adaptada à maneira de ser e circunstâncias próprias de cada um. Com efeito, o leigo, conhecendo bem o mundo actual, deve ser um membro da sociedade em que vive e ao nível da sua cultura. Primeiro que tudo, aprenda o leigo a realizar a missão de Cristo e da Igreja, vivendo da fé no mistério divino da criação e da redenção, guiado pelo Espírito Santo vivificador do Povo de Deus, que impele todos os homens a amar a Deus Pai, e n'Ele, o mundo e os homens. Esta formação deve ser considerada como fundamento e condição de todo e qualquer apostolado fecundo”¹²⁹⁰.

Esta exigência em “adaptar a formação à maneira de ser e circunstâncias próprias de cada um” fundamenta a nossa perspectiva de uma formação direccionada às necessidades dos membros das agregações dos leigos.

Neste sentido, o Concílio Vaticano II recomenda:

“Além da formação espiritual, requer-se uma sólida preparação doutrinal, teológica, ética e filosófica, de harmonia com a idade, condição e capacidade. Nem se descure de modo nenhum a importância da cultura geral e da formação prática e técnica. Para cultivar as boas relações humanas, é necessário promover os valores verdadeiramente

¹²⁸⁸ AA 32.

¹²⁸⁹ Ibidem.

¹²⁹⁰ AA 29.

humanos, a começar pela arte de conviver e cooperar fraternalmente, bem como a de estabelecer diálogo com os outros”¹²⁹¹.

Nesta linha da formação prática e técnica pode ser pensada, por exemplo no nosso caso concreto de Cabinda e no quadro da pastoral dos doentes, a formação de higiene e de cuidados na prevenção de algumas doenças, a fim de desmistificar as suas causas, em muitos casos atribuídos aos problemas familiares.

Contudo,

“visto que a formação para o apostolado não pode consistir unicamente na instrução teórica, devem ir aprendendo gradual e prudentemente, desde o começo da formação, a ver, julgar e agir em todas as coisas à luz da fé, a formar-se e aperfeiçoar-se com os outros por meio da acção e a entrar assim ao serviço activo da Igreja. Esta formação, que deve aperfeiçoar-se continuamente por causa da crescente maturidade da pessoa humana e em razão da evolução dos problemas, exige um conhecimento cada vez mais profundo e uma acção adaptada. Ao realizar todas estas exigências da formação, devem ter-se sempre em conta a unidade e a integridade da pessoa humana, de tal modo que se ressalve e desenvolva a sua harmonia e equilíbrio”¹²⁹².

A exigência da eficiência da formação vai implicar a criação de novos ministérios confiados aos leigos como um serviço eclesial. Podemos chamá-los ministérios de formadores ou pode ser uma outra apelação, até podemos chamar catequistas dos Novos Movimentos de Apostolado mas com a missão de serem formados para formar. Esta catequese deve ser querigmática e mistagógica como recomenda o Papa Francisco. É querigmática porque é o primeiro anúncio ou querigma, que deve ocupar o centro da actividade evangelizadora e de toda a tentativa de renovação eclesial como ele explica:

“Ao designar-se como ‘primeiro’ este anúncio, não significa que o mesmo se situa no início e que, em seguida, se esquece ou substitui por outros conteúdos que o superam; é o primeiro em sentido qualitativo, porque é o anúncio principal, aquele que sempre se tem de voltar a ouvir de diferentes maneiras e aquele que sempre se tem de voltar a anunciar, duma forma ou doutra, durante a catequese, em todas as suas etapas e momentos. Por isso, também ‘o sacerdote, como a Igreja, deve crescer na consciência da sua permanente necessidade de ser evangelizado’”¹²⁹³.

Outra característica da catequese é

“a iniciação mistagógica, que significa essencialmente duas coisas: a necessária progressividade da experiência formativa na qual intervém toda a comunidade e uma renovada valorização dos sinais litúrgicos da iniciação cristã. Muitos manuais e planificações ainda não se deixaram interpelar pela necessidade duma renovação mistagógica, que poderia assumir formas muito diferentes de acordo com o

¹²⁹¹ Ibidem.

¹²⁹² Ibidem.

¹²⁹³ EG 164.

discernimento de cada comunidade educativa. O encontro catequético é um anúncio da Palavra e está centrado nela, mas precisa sempre duma ambientação adequada e duma motivação atraente, do uso de símbolos eloquentes, da sua inserção num amplo processo de crescimento e da integração de todas as dimensões da pessoa num caminho comunitário de escuta e resposta”¹²⁹⁴.

Esta formação deve contemplar também a doutrina da Igreja sobre as questões sociais porque “a tarefa da evangelização implica e exige uma promoção integral de cada ser humano”¹²⁹⁵. A situação sociopolítica de Cabinda exige uma aposta forte na formação da doutrina social da Igreja porque como ressalta o Papa Francisco:

“Ninguém pode exigir-nos que releguemos a religião para a intimidade secreta das pessoas, sem qualquer influência na vida social e nacional, sem nos preocupar com a saúde das instituições da sociedade civil, sem nos pronunciar sobre os acontecimentos que interessam aos cidadãos. Quem ousaria encerrar num templo e silenciar a mensagem de São Francisco de Assis e da Beata Teresa de Calcutá? Eles não o poderiam aceitar. Uma fé autêntica – que nunca é cómoda nem individualista – comporta sempre um profundo desejo de mudar o mundo, transmitir valores, deixar a terra um pouco melhor depois da nossa passagem por ela”¹²⁹⁶.

E acrescenta:

“Embora ‘a justa ordem da sociedade e do Estado seja dever central da política’, a Igreja ‘não pode nem deve ficar à margem na luta pela justiça’. Todos os cristãos, incluindo os Pastores, são chamados a preocupar-se com a construção dum mundo melhor. É disto mesmo que se trata, pois o pensamento social da Igreja é primariamente positivo e construtivo, orienta uma acção transformadora e, neste sentido, não deixa de ser um sinal de esperança que brota do coração amoroso de Jesus Cristo. Ao mesmo tempo, ‘une o próprio empenho ao esforço em campo social das demais Igrejas e Comunidades eclesiais, tanto na reflexão doutrinal como na prática’”¹²⁹⁷.

Esta formação social deve despertar nos cristãos, neste caso nos membros dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda a consciência de que

“cada cristão e cada comunidade são chamados a ser instrumentos de Deus ao serviço da libertação e promoção dos pobres, para que possam integrar-se plenamente na sociedade; isto supõe estar docilmente atentos, para ouvir o clamor do pobre e socorrê-lo. Basta percorrer as Escrituras, para descobrir como o Pai bom quer ouvir o clamor dos pobres: ‘Eu bem vi a opressão do meu povo que está no Egito, e ouvi o seu clamor diante dos seus inspetores; conheço, na verdade, os seus sofrimentos. Desci a fim de os libertar (...). E agora, vai; Eu te envio...’ (Ex 3, 7-8.10). E Ele mostra-Se solícito com as suas necessidades: ‘Os filhos de Israel clamaram, então, ao Senhor, e o Senhor enviou-lhes um salvador’ (Jz 3, 15). Ficar surdo a este clamor, quando somos os instrumentos de Deus para ouvir o pobre, coloca-nos fora da vontade do Pai e do seu projecto, porque

¹²⁹⁴ EG 166.

¹²⁹⁵ EG 182.

¹²⁹⁶ EG 183.

¹²⁹⁷ EG 183.

esse pobre ‘clamaria ao Senhor contra ti, e aquilo tornar-se-ia para ti um pecado’ (Dt 15,9)”¹²⁹⁸.

É nesta linha que a Igreja reconheceu que a exigência de ouvir este clamor deriva da própria obra libertadora da graça em cada um de nós, pelo que não se trata de uma missão reservada apenas a alguns:

“A Igreja, guiada pelo Evangelho da Misericórdia e pelo amor ao homem, escuta o clamor pela justiça e deseja responder com todas as suas forças. Nesta linha, se pode entender o pedido de Jesus aos seus discípulos: ‘Dai-lhes vós mesmos de comer’ (Mc 6,37), que envolve tanto a cooperação para resolver as causas estruturais da pobreza e promover o desenvolvimento integral dos pobres, como os gestos mais simples e diários de solidariedade para com as misérias muito concretas que encontramos”¹²⁹⁹.

Esta recomendação “Dar-lhes de comer” deve ser entendido como um acto de solidariedade, a palavra que significa “muito mais do que alguns actos esporádicos de generosidade; supõe a criação duma nova mentalidade que pense em termos de comunidade, de prioridade da vida de todos sobre a apropriação dos bens por parte de alguns”¹³⁰⁰.

O mesmo Papa esclarece que

“a solidariedade é uma reacção espontânea de quem reconhece a função social da propriedade e o destino universal dos bens como realidades anteriores à propriedade privada. A posse privada dos bens justifica-se para cuidar deles e aumentá-los de modo a servirem melhor o bem comum, pelo que a solidariedade deve ser vivida como a decisão de devolver ao pobre o que lhe corresponde. Estas convicções e práticas de solidariedade, quando se fazem carne, abrem caminho a outras transformações estruturais e tornam-nas possíveis. Uma mudança nas estruturas, sem se gerar novas convicções e atitudes, fará com que essas mesmas estruturas, mais cedo ou mais tarde, se tornem corruptas, pesadas e ineficazes”¹³⁰¹.

E deixou este desafio:

“Em cada nação, os habitantes desenvolvem a dimensão social da sua vida, configurando-se como cidadãos responsáveis dentro de um povo e não como massa arrastada pelas forças dominantes. Lembremo-nos que ‘ser cidadão fiel é uma virtude, e a participação na vida política é uma obrigação moral’. Mas, tornar-se um povo é algo mais, exigindo um processo constante no qual cada nova geração está envolvida. É um trabalho lento e árduo que exige querer integrar-se e aprender a fazê-lo até se desenvolver uma cultura do encontro numa harmonia pluriforme”¹³⁰².

Deste modo, os membros dos Novos Movimentos de Apostolado compreenderão que

¹²⁹⁸ EG 187.

¹²⁹⁹ EG 188.

¹³⁰⁰ Ibidem.

¹³⁰¹ EG 189.

¹³⁰² EG 220.

“a paz também ‘não se reduz a uma ausência de guerra, fruto do equilíbrio sempre precário das forças. Constrói-se, dia a dia, na busca duma ordem querida por Deus, que traz consigo uma justiça mais perfeita entre os homens’. Enfim, uma paz que não surja como fruto do desenvolvimento integral de todos, não terá futuro e será sempre semente de novos conflitos e variadas formas de violência”¹³⁰³.

A promoção e defesa da justiça é o pilar da construção da paz verdadeira e faz sentido no contexto de Angola, de modo ainda mais particular de Cabinda onde se continua a pensar que a ausência da guerra é sinal da paz.

Para enfrentar o desafio da proliferação das “Células de Oração”, surgida como uma resposta da inculturação espontânea ao problema de doenças, a Igreja de Cabinda deve redescobrir o trabalho da pastoral de saúde, superando, deste modo, um modelo de pastoral de doente, puramente assistencial. Isto implica, no entender de Pagola, passar de uma pastoral de doentes a uma pastoral de saúde, de pastoral de sacramentos a uma pastoral de evangelização, de uma pastoral da morte a uma pastoral da vida, de uma pastoral de uma compaixão a uma pastoral de justiça, de uma pastoral do enfermo comum a uma pastoral dos enfermos mais necessitados e mais desamparados, de uma pastoral de visita a uma pastoral de acompanhamento fraterno, de uma pastoral isolada a uma pastoral coordenada, de uma pastoral de improvisação a uma pastoral de projecto partilhado¹³⁰⁴. Para o funcionamento deste tipo de pastoral, Pagola propõe a transformação das nossas paróquias em paróquias sãs e sanadoras para que sejam lugares privilegiados em “impulsionar uma nova evangelização sendo ‘foco de vida mais saudável e humana no meio das nossas aldeias e cidades’”¹³⁰⁵. Isto implica “um esforço decidido para criar para os doentes um espaço mais real e significativo na vida da comunidade paroquial”¹³⁰⁶.

Entendemos que os Novos Movimentos de Apostolado podem ser este lugar são e sanador onde os doentes poderão encontrar a mesma atenção que tinha no coração compassivo de Jesus. Para tal, Pagola propõe a criação da equipa de pastoral da saúde; a formação dos seus membros (uma formação cristã: sobre a visão cristã da doença, atitude de Jesus diante do doente, etc.; uma formação específica no campo dos enfermos: o mundo do enfermo, a sua problemática, a sua psicologia, o trato com o

¹³⁰³ EG2 19.

¹³⁰⁴ Cf. Pagola, J.A., *Ide e curai. Evangelizar o mundo da saúde e da doença*, Paulus, Lisboa, 2015, p. 248-257.

¹³⁰⁵ *Ibidem*, p. 247.

¹³⁰⁶ *Ibidem*, p. 248.

doente e a sua família, etc.); a animação cristã da mesma equipa porque é importante que os seus membros alimentem bem a sua fé e a sua vida cristã para não correr o risco de cair no activismo. Esta animação deve, sem dúvida, em primeiro lugar, ser feita com a eucaristia, e depois se pode organizar encontros de oração, retiros, etc.¹³⁰⁷.

E como actividades desta equipa da pastoral da saúde, Pagola propõe: a) conhecer os doentes (a sua realidade, o seu ambiente, as necessidades); b) aproximar-se dos doentes (uma presença amistosa, discreta e respeitosa); c) servir os doentes (nas suas necessidades materiais e económicas, orientação e assessoria como aconselhar a ir ao médico, a tomar medicamentos e a ter alguns cuidados sanitários); d) ajudar as famílias dos doentes (em muitos casos pode acontecer que é a família do doente que precisa mais de uma presença e de uma ajuda, do que o próprio doente e até esta aproximação pode ser feita e ser mais produtiva através de pessoas mais próximas, mais chegadas da família do doente: vizinhos, conhecidos, companheiros e amigos); e) sensibilizar a comunidade (a orar pelos doentes, a implicar-se nos preparativos para a celebração da unção dos enfermos ou do dia do doente, a cuidar dos doentes, a proteger-se contra as doenças, a proteger a natureza, a ter cuidados de prevenção contra as doenças, etc.)¹³⁰⁸. Esta equipa precisa de uma formação adequada para melhor cumprir essas actividades.

Essas mesmas actividades da equipa da saúde são o cumprimento do Evangelho que é, no entender do Papa João Paulo II,

“a negação da passividade diante do sofrimento. O próprio Cristo, neste aspecto, é sobretudo activo. E assim, realiza o programa messiânico da sua missão em conformidade com as palavras do Profeta: ‘O Espírito do Senhor está sobre mim; porque me conferiu a unção e me enviou para anunciar aos pobres a Boa Nova, para anunciar aos cativos a libertação e aos cegos o dom da vista; para pôr em liberdade os oprimidos e promulgar um ano de graça da parte do Senhor’. Cristo realiza de modo superabundante este programa messiânico da sua missão: passa ‘fazendo o bem’; e o bem resultante das suas obras assumiu grande realce sobretudo diante do sofrimento humano. A parábola do Bom Samaritano está em profunda harmonia com o comportamento do próprio Cristo”¹³⁰⁹.

O mesmo Papa considera que

“a parábola do Bom Samaritano pertence ao Evangelho do sofrimento. Ela indica, de facto, qual deva ser a relação de cada um de nós para com o próximo que sofre. Não nos é permitido ‘passar adiante’, com indiferença; mas devemos “parar” junto dele. Bom

¹³⁰⁷ Ibidem, p. 260-262.

¹³⁰⁸ Cf. Ibidem, p. 262-266.

¹³⁰⁹ SD 30.

Samaritano é todo o homem que se detém junto ao sofrimento de um outro homem, seja qual for o sofrimento. Parar, neste caso, não significa curiosidade, mas disponibilidade. Esta é como que o abrir-se de uma disposição interior do coração, que também tem a sua expressão emotiva. Bom Samaritano é todo o homem sensível ao sofrimento de outrem, o homem que ‘se comove’ diante da desgraça do próximo. Se Cristo, conhecedor do íntimo do homem, põe em realce esta comoção, quer dizer que ela é importante para todo o nosso modo de comportar-nos diante do sofrimento de outrem. É necessário, portanto, cultivar em si próprio esta sensibilidade do coração, que se demonstra na compaixão por quem sofre. Por vezes esta compaixão acaba por ser a única ou a principal expressão do nosso amor e da nossa solidariedade com o homem que sofre”¹³¹⁰.

Eis a razão de ser pensado uma pastoral da saúde e de ser criada uma equipa da pastoral de saúde para melhor responder ao desafio da doença ou da saúde, assim travar a hemorragia do florescimento das “Células de oração”. Esta equipa pode ser criada dentro do movimento, na comunidade ou na paróquia

O desafio do ecumenismo exige também uma formação adequada, uma formação sobre os princípios e regras de convivência e estima recíproca, pois não é possível aproximação entre comunhões separadas se não se desenvolver conhecimento mútuo, seja em perspectiva histórica ou teológica, seja também do ponto de vista pessoal. Nesse sentido, a formação ecuménica passa a ser a peça fundamental para superar um ecumenismo de superfície ou folclórico, que abafa as identidades e diferenças em diálogo. Deste modo,

“é preciso conhecer a mente dos irmãos separados. Para isso, necessariamente se requer um estudo, a ser feito segundo a verdade e com ânimo benévolo. Católicos devidamente preparados devem adquirir um melhor conhecimento da doutrina e história, da vida espiritual e litúrgica, da psicologia religiosa e da cultura própria dos irmãos. Muito ajudam para isso as reuniões de ambas as partes para tratar principalmente de questões teológicas, onde cada parte dever agir de igual para igual, contanto que aqueles que, sob a vigilância dos superiores, nelas tomam parte, sejam verdadeiramente peritos. De tal diálogo também se ver mais claramente qual é a situação real da Igreja católica. Por esse caminho se conhecer outrossim melhor a mente dos irmãos separados e a nossa fé lhes ser mais aptamente exposta”¹³¹¹.

Para isso, “a sagrada teologia e as outras disciplinas, principalmente as históricas, devem ser ensinadas também sob o ponto de vista ecuménico, de modo que respondam mais exactamente à verdade das coisas”¹³¹².

Perante o desafio da ecologia, o Papa Francisco escreveu uma encíclica sobre o tema e convida-nos a uma conversão ecológica que só é possível através da educação ou

¹³¹⁰ Ibidem 28.

¹³¹¹ UR 9.

¹³¹² UR 10.

formação para cuidar do meio ambiente¹³¹³. Esta educação ambiental deve criar uma “cidadania ecológica” que não só se limita a informar mas preocupa-se em fazer maturar novos hábitos no tratamento da natureza. Por isso, ressalta o Papa Francisco:

“É muito nobre assumir o dever de cuidar da criação com pequenas acções diárias, e é maravilhoso que a educação seja capaz de motivar para elas até dar forma a um estilo de vida. A educação na responsabilidade ambiental pode incentivar vários comportamentos que têm incidência directa e importante no cuidado do meio ambiente, tais como evitar o uso de plástico e papel, reduzir o consumo de água, diferenciar o lixo, cozinhar apenas aquilo que razoavelmente se poderá comer, tratar com desvelo os outros seres vivos, servir-se dos transportes públicos ou partilhar o mesmo veículo com várias pessoas, plantar árvores, apagar as luzes desnecessárias”¹³¹⁴.

Para o Papa,

“compete à política e às várias associações um esforço de formação das consciências da população. Naturalmente compete também à Igreja. Todas as comunidades cristãs têm um papel importante a desempenhar nesta educação. Espero também que, nos nossos Seminários e Casas Religiosas de Formação, se eduque para uma austeridade responsável, a grata contemplação do mundo, o cuidado da fragilidade dos pobres e do meio ambiente”¹³¹⁵.

Portanto, os Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda devem ser lugares onde se aprende a admirar a beleza:

“Neste contexto, ‘não se deve descurar nunca a relação que existe entre uma educação estética apropriada e a preservação de um ambiente sadio’. Prestar atenção à beleza e amá-la ajuda-nos a sair do pragmatismo utilitarista. Quando não se aprende a parar a fim de admirar e apreciar o que é belo, não surpreende que tudo se transforme em objecto de uso e abuso sem escrúpulos. Ao mesmo tempo, se se quer conseguir mudanças profundas, é preciso ter presente que os modelos de pensamento influem realmente nos comportamentos. A educação será ineficaz e os seus esforços estéreis, se não se preocupar também por difundir um novo modelo relativo ao ser humano, à vida, à sociedade e à relação com a natureza. Caso contrário, continuará a perdurar o modelo consumista, transmitido pelos meios de comunicação social e através dos mecanismos eficazes do mercado”¹³¹⁶.

Contudo, o suporte de toda esta formação deve ser a Palavra de Deus porque

“toda a evangelização está fundada sobre esta Palavra escutada, meditada, vivida, celebrada e testemunhada. A Sagrada Escritura é fonte da evangelização. Por isso, é preciso formar-se continuamente na escuta da Palavra. A Igreja não evangeliza, se não se deixa continuamente evangelizar. É indispensável que a Palavra de Deus ‘se torne cada vez mais o coração de toda a actividade eclesial’. A Palavra de Deus ouvida e celebrada, sobretudo na Eucaristia, alimenta e reforça interiormente os cristãos e torna-os capazes de um autêntico testemunho evangélico na vida diária”¹³¹⁷.

¹³¹³ *Laudato Si*, Carta Encíclica, 24 de Maio de 2015.

¹³¹⁴ LS 211.

¹³¹⁵ LS 214.

¹³¹⁶ LS 215.

¹³¹⁷ EG 174.

Por isso,

“o estudo da Sagrada Escritura deve ser uma porta aberta para todos os crentes. É fundamental que a Palavra revelada fecunde radicalmente a catequese e todos os esforços para transmitir a fé. A evangelização requer a familiaridade com a Palavra de Deus, e isto exige que as dioceses, paróquias e todos os grupos católicos proponham um estudo sério e perseverante da Bíblia e promovam igualmente a sua leitura orante pessoal e comunitária. Nós não procuramos Deus tacteando, nem precisamos de esperar que Ele nos dirija a palavra, porque realmente ‘Deus falou, já não é o grande desconhecido, mas mostrou-Se a Si mesmo’. Acolhamos o tesouro sublime da Palavra revelada!”¹³¹⁸

Desta forma, a Palavra de Deus deve ter um lugar de destaque na vivência da espiritualidade de cada novo movimento.

Já o Bento XVI tinha feito o mesmo apelo à África:

“Segundo São Jerónimo, ‘a ignorância das Escrituras é ignorância de Cristo’. A leitura e a meditação da Palavra de Deus não só nos proporcionam ‘a maravilha que é o conhecimento de Jesus Cristo’ (Flp 3,8), mas também nos radicam mais profundamente em Cristo e orientam o nosso serviço de reconciliação, de justiça e de paz. A celebração da Eucaristia, cuja primeira parte é a liturgia da Palavra, constitui a fonte e o ápice de tal leitura e meditação. Por isso recomendo que se promova o apostolado bíblico em cada comunidade cristã, na família e nos movimentos eclesiais”¹³¹⁹.

Tinha deixado este desejo:

“Possa cada fiel de Cristo ganhar o hábito da leitura diária da Bíblia. Uma leitura atenta da recente Exortação apostólica *Verbum Domini* fornecerá úteis indicações pastorais. Ter-se-á, pois, o cuidado de iniciar os fiéis na venerável e frutuosa tradição da *lectio divina*. É a Palavra de Deus que pode contribuir para o conhecimento de Jesus Cristo e realizar as conversões que levam à reconciliação, pois aquela discerne ‘os sentimentos e as intenções do coração’ (Heb 4,12). Os Padres sinodais encorajam as paróquias, as pequenas comunidades cristãs (S.C.C./C.E.V.), as famílias, as associações e os movimentos eclesiais a terem momentos de partilha da Palavra de Deus. Assim tornar-se-ão antes de mais lugares onde a Palavra de Deus, que edifica a comunidade dos discípulos de Cristo, é lida em conjunto, meditada e celebrada. Esta Palavra regenera continuamente a comunhão fraterna (cf. 1 Pe 1,22-25)”¹³²⁰.

Porém, o ideal de toda esta formação para os membros dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda deve ser, como disse João Paulo II, o de

“dar aos cristãos não apenas uma habilitação técnica para transmitir melhor os conteúdos da fé, mas também uma convicção pessoal profunda para os testemunhar eficazmente na vida. Assim, todos aqueles que são chamados a proclamar o Evangelho, esforçar-se-ão por agir com docilidade total ao Espírito, o qual, ‘hoje ainda, como nos inícios da Igreja, age em cada um dos evangelizadores que se deixa possuir e conduzir por Ele’. ‘As técnicas de evangelização são boas, obviamente; mas ainda as mais aperfeiçoadas não poderiam substituir a acção discreta do Espírito Santo. A preparação

¹³¹⁸ EG 175.

¹³¹⁹ AM 150.

¹³²⁰ AM 151.

mais apurada do evangelizador nada faz sem Ele. De igual modo, a dialéctica mais convincente, sem Ele permanece impotente para com o espírito dos homens. E, ainda, os mais elaborados esquemas com base sociológica e psicológica, sem Ele, em breve se demonstram desprovidos de valor”¹³²¹.

Desta forma, será uma formação sólida, abrangente, direccionadas às exigências dos novos desafios da inculturação em Cabinda, Assim sendo, será uma formação capaz de educar e formar os membros dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda para uma vida de testemunho, de santidade, de apostolado, de convivência pacífica com todos, de defesa da justiça e da paz. Por isso, o Papa Francisco ressaltou que “a educação e a catequese estão ao serviço deste crescimento”¹³²².

4.5. Aposta na vivência da fé celebrada ou da celebração da fé

A outra proposta pastoral concreta para a valorização e a dinamização dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda é uma forte aposta na vivência da fé celebrada, isto é, a vivência numa liturgia fortemente inculturada, capaz de despertar o compromisso com as exigências da fé, uma liturgia que compromete, diferente numa liturgia folclórica ou liturgia de “aparecer” ou de “cumprir ritos”. Bento XVI afirma: “A liturgia é o acto no qual nós cremos que Ele (Deus) entra e O tocamos. É o acto onde ocorre o essencial: nós entramos em contacto com Deus. Ele chega até nós – nós somos iluminados por Ele. Recebemos aqui instruções e força de duas maneiras: primeiro, ao ouvir a sua Palavra, ao ouvi-lo realmente falar e assim, recebermos instruções d’Ele”¹³²³. Para o mesmo Papa, a liturgia revela-nos o verdadeiro sentido da Igreja, isto é, “voltarmo-nos para Deus e deixarmos entrar Deus no mundo”¹³²⁴. Desta forma, a liturgia torna-se “o lugar onde a Igreja é a maior parte das vezes verdadeiramente vivida como igreja”¹³²⁵. Nessas afirmações sobressai a importância da liturgia para a Igreja e também para o cristão, justificando, deste modo, a nossa aposta na liturgia no sentido da vivência da fé celebrada.

¹³²¹ EA 77.

¹³²² EG 164.

¹³²³ Luz do Mundo – O Papa, a Igreja e os Sinais dos Tempos (Uma conversa com Peter Seewald), Lucerna, p. 151-152.

¹³²⁴ Ibidem, p. 151.

¹³²⁵ Ibidem, p. 151.

A celebração da fé ou a vivência da fé celebrada pode ser considerada como um componente da formação para a maturidade eclesial, pois a liturgia bem vivida toca, cativa, interpela, compromete e impulsiona como ressalta o Papa Francisco: “A Igreja evangeliza e se evangeliza com a beleza da liturgia, que é também celebração da actividade evangelizadora e fonte dum renovado impulso para se dar”¹³²⁶. A liturgia é, antes de tudo, acção que supõe movimentos e expressa-se mediante palavras e gestos. Celebrar é festejar em massa, solenizar, honrar, exaltar, cercar de cuidado e de estima. Celebrar supõe que haja momentos especiais, momentos privilegiados porque não se celebra a toda hora. Celebrar requer motivação e os motivos podem ser os mais variados. Celebrar depende de ritos, gestos que se repetem. Celebrar requer tempo e espaço. Deste modo, os Novos Movimentos de Apostolado devem ser lugares onde se aprende a celebrar a sua fé.

Neste sentido, pensamos em primeiro lugar na celebração da missa dominical como um momento de festa que anima e cria e que a sua falta seja sentida, isto é, deixar de ir a missa para cumprir uma obrigação social mas por sentir a sua necessidade. Para tal, Bento XVI recomenda

“a necessidade de dar prioridade, nos programas pastorais, à valorização da Missa dominical. Temos de motivar os cristãos para que participem nela activamente e, se possível, melhor, com a família. A participação dos pais com seus filhos na celebração eucarística dominical é uma pedagogia eficaz para comunicar a fé e um estreito vínculo que mantém a unidade entre eles. O domingo significa, ao longo da vida da Igreja, o momento privilegiado do encontro das comunidades com o Senhor ressuscitado. É necessário que os cristãos sintam que não seguem um personagem da história passada, mas Cristo vivo, presente no hoje e no agora de suas vidas. Ele é o Vivente que caminha ao nosso lado, mostrando-nos o sentido dos acontecimentos, da dor e da morte, da alegria e da festa, entrando nas nossas casas e permanecendo nelas, alimentando-nos com o Pão que dá a vida”¹³²⁷.

E prossegue:

“Por isso a celebração dominical da Eucaristia tem que ser o centro da vida cristã. O encontro com Cristo na Eucaristia suscita o compromisso da evangelização e o impulso à solidariedade; desperta no cristão o forte desejo de anunciar o Evangelho e de o testemunhar na sociedade para que seja mais justa e humana. No decorrer dos séculos, da Eucaristia brotou um imenso caudal de caridade, de participação nas dificuldades dos outros, de amor e de justiça”¹³²⁸.

¹³²⁶ EG 24.

¹³²⁷ “Discurso na sessão inaugural dos trabalhos da vª conferência geral do episcopado da América Latina e do Caribe”, cit..

¹³²⁸ Ibidem.

Podemos dizer o mesmo para os “Novos Movimentos de Apostolado” fundados em Cabinda, que “somente da Eucaristia brotará a civilização do amor”, que transformará a vida dos seus membros. Deste modo, não se justifica ter membros que não valorizam a missa dominical como foi dito pelos párocos e responsáveis de quase-paróquias.

A vida dominical deve estar no centro da vida desses novos movimentos. Para tal, é necessária a catequese apropriada sobre o valor e a importância da eucaristia na vida do cristão, pois ressalta Bento XVI: “Na Eucaristia, os homens podem ser moldados de forma a criar algo novo. Por isso as grandes personagens, que trouxeram realmente revoluções do Bem ao longo de toda a História, foram santos, foram tocados por Deus e trouxeram ao mundo novos impulsos”¹³²⁹. Por isso, exortou “toda a Igreja na África a cuidar de modo particular a celebração da Eucaristia, memorial do Sacrifício de Jesus Cristo, sinal de unidade e vínculo de caridade, banquete pascal e penhor da vida eterna. A Eucaristia deve ser celebrada com dignidade e beleza, seguindo as normas estabelecidas”¹³³⁰. E

“para que o mistério eucarístico seja respeitado, afirma Bento XVI, os Padres sinodais recordam que as igrejas e as capelas são lugares sagrados que se hão-de reservar unicamente para as celebrações litúrgicas, evitando, na medida do possível, que se tornem simplesmente espaços de socialização ou espaços culturais. Convém promover a sua função primária: ser um lugar privilegiado de encontro entre Deus e o seu povo, entre Deus e a sua criatura fiel”¹³³¹.

A outra celebração a valorizar é a adoração eucarística. Na expressão “Adoração Eucarística”, a palavra “Adoração” é usada, de forma ampla, para significar qualquer espécie de oração, qualquer espécie de união com Deus. “Eucarística” significa rezando directamente a Jesus presente na Eucaristia ou de forma centrada n’Ele. É uma oração de intimidade e de diálogo directo com Jesus ali presente como Ressuscitado e Glorificado. É um encontro muito profundo, verdadeiramente íntimo e caloroso que pode facilitar a aproximação a Jesus e despertar maior entrega por seu amor. Por isso, Bento XVI considera que a Adoração Eucarística, pessoal e comunitária como meio de aprofundamento do grande mistério da Eucaristia, capaz de sustentar o esforço dos cristãos na sua solicitude por testemunhar os valores fundamentais de comunhão¹³³²

¹³²⁹ Ibidem, p. 153.

¹³³⁰ AM 153.

¹³³¹ AM 154.

¹³³² Cf. AM 153.

Corroborar o Papa Francisco ao afirmar que

“a primeira motivação para evangelizar é o amor que recebemos de Jesus, aquela experiência de sermos salvos por Ele que nos impele a amá-Lo cada vez mais. Com efeito, um amor que não sentisse a necessidade de falar da pessoa amada, de a apresentar, de a tornar conhecida, que amor seria? Se não sentimos o desejo intenso de comunicar Jesus, precisamos de nos deter em oração para Lhe pedir que volte a cativar-nos. Precisamos de o implorar cada dia, pedir a sua graça para que abra o nosso coração frio e sacuda a nossa vida tibia e superficial. Colocados diante d’Ele com o coração aberto, deixando que Ele nos olhe, reconhecemos aquele olhar de amor que descobriu Natanael no dia em que Jesus Se fez presente e Lhe disse: ‘Eu vi-te, quando estavas debaixo da figueira!’ (Jo 1,48)”¹³³³.

E ressalta:

“Como é doce permanecer diante dum crucifixo ou de joelhos diante do Santíssimo Sacramento, e fazê-lo simplesmente para estar à frente dos seus olhos! Como nos faz bem deixar que Ele volte a tocar a nossa vida e nos envie para comunicar a sua vida nova! Sucede então que, em última análise, ‘o que nós vimos e ouvimos, isso anunciamos’ (1 Jo 1,3). A melhor motivação para se decidir a comunicar o Evangelho é contemplá-lo com amor, é deter-se nas suas páginas e lê-lo com o coração. Se o abordamos desta maneira, a sua beleza deslumbra-nos, volta a cativar-nos vezes sem conta. Por isso, é urgente recuperar um espírito contemplativo, que nos permita redescobrir, cada dia, que somos depositários dum bem que humaniza, que ajuda a levar uma vida nova. Não há nada de melhor para transmitir aos outros”¹³³⁴.

Deste modo, os Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda devem ser preparados para oferecer aos seus membros esta possibilidade de recuperar este espírito contemplativo.

Para tal,

“é preciso cultivar sempre um espaço interior que dê sentido cristão ao compromisso e à actividade. Sem momentos prolongados de adoração, de encontro orante com a Palavra, de diálogo sincero com o Senhor, as tarefas facilmente se esvaziam de significado, quebrantamo-nos com o cansaço e as dificuldades, e o ardor apaga-se. A Igreja não pode dispensar o pulmão da oração, e alegra-me imenso que se multipliquem, em todas as instituições eclesiais, os grupos de oração, de intercessão, de leitura orante da Palavra, as adorações perpétuas da Eucaristia”¹³³⁵.

A adoração eucarística pode oferecer esta “possibilidade de recuperar o espírito contemplativo”. Desta forma, os Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda devem oferecer aos seus membros este espaço de oração contemplativa, de leitura orante e da adoração eucarística.

A celebração da Palavra de Deus deve merecer também um lugar de destaque nas actividades dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda. Ela deve

¹³³³ EG 264.

¹³³⁴ Ibidem.

¹³³⁵ EG 262.

ser meditada e partilhada para permitir aos membros familiarizarem-se com ela. Até pode ser organizada, em certos momentos, nesses novos movimentos, só a celebração da Palavra de Deus com simples esquema que começa com a proclamação, silêncio para interiorizar, partilha, intenções, momento de acção de graças, etc. Que se procure sempre mostrar como esta Palavra deve ser vivida ou cumprida para que os membros não sejam só ouvintes mas praticantes, lembrando-se desta forma da exortação de São Tiago: “Recebei com humildade a Palavra que em vós foi implantada, e que é capaz de salvar as vossas almas. Todavia, sede praticantes da Palavra e não meros ouvintes, enganando-vos a vós mesmos” (Tg 1,21b-22).

Dentro desta dinâmica da celebração da fé, devia-se aproveitar a celebração dalguns momentos da vida cristã, como por exemplo, a celebração do dia do baptismo que pode ser aproveitado para despertar a redescoberta da graça baptismal, um passo importante para viver como discípulo missionário. Seria momento para ser lembrado que o baptizado é um filho de Deus, chamado a ser profeta, sacerdote e rei e explicar o que significa hoje ser profeta, sacerdote e rei. Também a celebração do dia do crisma pode ser aproveitado para lembrar a missão dum crismado. A celebração do aniversário do casamento pode incentivar na promoção do sacramento do matrimónio. Entendemos que essas celebrações podem ser aproveitadas como momentos de catequese no crescimento para a maturidade eclesial. Em Cabinda, já se celebra o dia do nascimento com a bênção dos aniversariantes durante a eucaristia. É um momento hoje muito desejado e muitas gentes procuram, no seu dia do aniversário ou no domingo a seguir, ir a missa para receber a bênção, uma atitude de reconhecimento da vida como dom de Deus, apesar de ainda não ter um ritual próprio que já merecia.

A celebração da fé pode ser vivida também na celebração dos outros momentos da vida dos novos movimentos como já acontece no dia da fundação ou do padroeiro mas podem ser pensados outros momentos como por exemplo no modelo do encontro da vigília do Pentecostes, iniciado por João Paulo II. É um momento que facilita a aproximação de diferentes movimentos para conhecimento mútuo e estima recíproca. Este momento pode ser vivido ao nível das comunidades, das paróquias e quase-paróquias e da diocese. O seu formato e a sua organização podem ser discutidos para o seu melhor enquadramento na realidade da diocese. Todavia, a dimensão da realidade

dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda merece a celebração do dia do leigo, já que há o dia dos consagrados, o dia do clero.

O desafio da reconciliação exige uma resposta urgente para ser um ponto de partida de uma vivência em Igreja-Família. Nesta linha, a celebração do ano da Misericórdia pode ser oportuna para desafiar a Igreja de Cabinda a reconciliar-se. Para uma Igreja ferida pelas divisões instigadas pela luta de poder e de interesses pessoais, este é o momento de graça. Não seremos sinceros se continuarmos a negar o facto tão evidente que não precisa de microscópio mais sofisticado para ser detectado. Basta lembrarmos as famosas expressões “padres de dentro e padres de fora” ou “cristãos de dentro e cristãos de fora” ou ainda “padres pro e contra-bispo”. Este ambiente ainda é sentido e vivido. Também para as famílias feridas pelas divisões provocadas pelas acusações frequentes dos culpados, responsabilizados pelas desgraças dos familiares (doenças, insucessos, etc.), até alguns espancados até a morte como já o sublinhámos, esta oportunidade pode ser aproveitada para reconciliar as famílias.

O viver, de facto, um ano de Misericórdia apela à reconciliação verdadeira e profunda, capaz de sarar as feridas. Por isso, urge a valorização e dinamização da celebração do ano da Misericórdia porque

“precisamos sempre de contemplar o mistério da misericórdia. É fonte de alegria, serenidade e paz. É condição da nossa salvação. Misericórdia: é a palavra que revela o mistério da Santíssima Trindade. Misericórdia: é o acto último e supremo pelo qual Deus vem ao nosso encontro. Misericórdia: é a lei fundamental que mora no coração de cada pessoa, quando vê com olhos sinceros o irmão que encontra no caminho da vida. Misericórdia: é o caminho que une Deus e o homem, porque nos abre o coração à esperança de sermos amados para sempre, apesar da limitação do nosso pecado”¹³³⁶.

Para o Papa Francisco, “há momentos em que somos chamados, de maneira ainda mais intensa, a fixar o olhar na misericórdia, para nos tornarmos nós mesmos sinal eficaz do agir do Pai. Foi por isso que proclamei um Jubileu Extraordinário da Misericórdia como tempo favorável para a Igreja, a fim de se tornar mais forte e eficaz o testemunho dos crentes.”¹³³⁷. Por isso,

“a Igreja tem a missão de anunciar a misericórdia de Deus, coração pulsante do Evangelho, que por meio dela deve chegar ao coração e à mente de cada pessoa. A Esposa de Cristo assume o comportamento do Filho de Deus, que vai ao encontro de todos sem excluir ninguém. No nosso tempo, em que a Igreja está comprometida na nova evangelização, o tema da misericórdia exige ser reproposto com novo entusiasmo

¹³³⁶ Papa Francisco, “*Misericordiae Vultus*”, bula de proclamação do jubileu extraordinário da misericórdia, 11 de Abril de 2015.

¹³³⁷ Ibidem.

e uma acção pastoral renovada. É determinante para a Igreja e para a credibilidade do seu anúncio que viva e testemunhe, ela mesma, a misericórdia. A sua linguagem e os seus gestos, para penetrarem no coração das pessoas e desafiá-las a encontrar novamente a estrada para regressar ao Pai, devem irradiar misericórdia”¹³³⁸.

Portanto, “onde a Igreja estiver presente, aí deve ser evidente a misericórdia do Pai. Nas nossas paróquias, nas comunidades, nas associações e nos movimentos – em suma, onde houver cristãos –, qualquer pessoa deve poder encontrar um oásis de misericórdia. É um convite a ser o rosto da misericórdia de Deus, porque somos convidados a “sermos misericordiosos, como o vosso Pai é misericordioso” (Lc 6,36)”¹³³⁹. Disse o Papa Francisco: “É um programa de vida tão empenhativo como rico de alegria e paz”¹³⁴⁰. E indica como este programa pode ser concretizado: “O Senhor Jesus indica as etapas da peregrinação através das quais é possível atingir esta meta: ‘Não julgueis e não sereis julgados; não condeneis e não sereis condenados; perdoai e sereis perdoados. Dai e ser-vos-á dado: uma boa medida, cheia, recalcada, transbordante será lançada no vosso regaço. A medida que usardes com os outros será usada convosco’ (Lc 6,37-38)”¹³⁴¹.

De facto, a Igreja deve ser grande sacramento de reconciliação, pois,

“tem a missão de anunciar esta reconciliação e de ser o seu sacramento no mundo. A Igreja é sacramento, isto é, sinal e instrumento de reconciliação, por diversos títulos, de valor diferente, mas todos convergentes para a obtenção daquilo que a iniciativa divina de misericórdia quer conceder aos homens. É-o, acima de tudo, pela sua própria existência de comunidade reconciliada, que testemunha e representa no mundo a obra de Cristo. É-o, depois, pelo seu serviço de guardião e intérprete da Sagrada Escritura, que é Boa Nova de reconciliação, na medida em que faz conhecer de geração em geração o desígnio de amor de Deus e indica a cada um as vias da reconciliação universal em Cristo. É-o, por fim, pelos sete Sacramentos que, de um modo peculiar a cada um deles, ‘perfazem a Igreja’. Efectivamente, uma vez que comemoram e renovam o mistério da Páscoa de Cristo, todos os Sacramentos são fonte de vida para a Igreja e, nas mãos dela, instrumento de conversão a Deus e de reconciliação dos homens”¹³⁴².

A iniciativa “24 horas para o Senhor”, lançada por Francisco, enquadra-se na valorização e dinamização do sacramento da Penitência ou da Reconciliação como uma experiência para voltar ao Senhor, viver um momento de intensa oração e redescobrir o sentido da sua vida, que permite tocar sensivelmente a grandeza da misericórdia. Será,

¹³³⁸ Ibidem.

¹³³⁹ Ibidem.

¹³⁴⁰ Ibidem.

¹³⁴¹ Ibidem.

¹³⁴² RP 11.

para cada penitente, fonte de verdadeira paz interior¹³⁴³. Deste modo, impõe-se a aposta na promoção da penitência e da reconciliação porque este sacramento suscita

“no coração do homem a conversão e a penitência e proporcionar-lhe o dom da reconciliação é a missão conatural da Igreja, como continuadora da obra redentora do seu divino Fundador. Trata-se de uma missão que não será cumprida só com algumas afirmações teóricas e com a proposta de um ideal ético não acompanhado por energias operativas; mas está destinada a expressar-se em funções ministeriais bem precisas, em ordem à prática concreta da penitência e da reconciliação”¹³⁴⁴.

Esta promoção exige falar de pastoral da penitência e da reconciliação, como afirma João Paulo II, que

“equivale a referir-se ao conjunto das tarefas de que a Igreja está incumbida, a todos os níveis, para a promoção de uma e de outra. Mais concretamente, falar desta pastoral significa recordar todas as actividades práticas, mediante as quais a Igreja, em todas e cada uma das suas componentes – Pastores e fiéis, a todos os níveis e em todos os campos – e com todos os meios à sua disposição – palavra e acção, ensino e oração – procura levar os homens, individualmente ou em grupo, à verdadeira penitência e introduzi-los assim no caminho da plena reconciliação”¹³⁴⁵.

Este caminho deve levar o penitente a saber que

“o fruto mais precioso do perdão, obtido pela Penitência, consiste na reconciliação com Deus, a qual se verifica no segredo do coração do filho pródigo, e reencontrado, que é cada penitente. Mas é preciso acrescentar que tal reconciliação com Deus tem como consequência, por assim dizer, outras reconciliações, que vão remediar outras tantas rupturas, causadas pelo pecado: o penitente perdoado reconcilia-se consigo próprio no íntimo mais profundo do próprio ser, onde recupera a própria verdade interior; reconcilia-se com os irmãos, por ele de alguma maneira agredidos e lesados; reconcilia-se com a Igreja; e reconcilia-se com toda a criação. A tomada de consciência de tudo isto faz nascer no penitente, no final da celebração, um sentimento de gratidão para com Deus pelo dom da misericórdia que recebeu; e a Igreja convida-o à acção de graças”¹³⁴⁶.

Há três formas de celebração: a primeira forma é a reconciliação individual dos penitentes, considerado como o único modo normal e ordinário da celebração sacramental; a segunda é a reconciliação de vários penitentes com confissão e absolvição individual, precedida de actos preparatórios, a terceira é a reconciliação de vários penitentes com a confissão e a absolvição geral e reveste-se de carácter excepcional e não é, por isso, deixada à livre escolha, mas é regulada por uma disciplina especial¹³⁴⁷. Nesta linha da vivência do ano da misericórdia, achamos que a segunda forma oferece mais possibilidade de aprofundamento e aproveitamento da graça do

¹³⁴³ Cf. *Misericordiae Vultus*”, cit.

¹³⁴⁴ Ibidem.

¹³⁴⁵ RP 23.

¹³⁴⁶ RP 30.

¹³⁴⁷ Cf. Ibidem 32.

sacramento da Reconciliação e Penitência. Essas celebrações podem ser organizadas ao nível das paróquias ou arciprestado com mais catequese.

Mas há “certas situações, reconhece João Paulo II, hoje não infrequentes, em que, vêm a encontrar-se cristãos desejosos de continuarem a prática religiosa sacramental, mas que disso estão impedidos pela própria condição pessoal, em contraste com os compromissos assumidos livremente diante de Deus e da Igreja. São situações que se apresentam particularmente delicadas e quase inextricáveis”¹³⁴⁸. Por isso, o Papa recorre a dois princípios complementares (o princípio da compaixão e da misericórdia e o outro é o princípio da verdade e da coerência, pelo qual a Igreja não aceita chamar bem ao mal e mal ao bem), para responder que “a Igreja mais não pode do que convidar os seus filhos, que se encontram nessas situações dolorosas, a aproximarem-se da misericórdia divina por outras vias, mas não pela via dos Sacramentos, especialmente da Penitência e da Eucaristia, até que não tenham podido alcançar as condições requeridas”¹³⁴⁹. Desta forma,

“para todos aqueles que não se encontrem actualmente nas condições objectivas requeridas pelo Sacramento da Penitência, as demonstrações de maternal bondade por parte da Igreja, o apoio de actos de piedade diversos dos actos sacramentais, o esforço sincero por se manter em contacto com o Senhor, a participação na Santa Missa, a repetição frequente de actos de fé, de esperança, de caridade e de contrição quanto for possível perfeitos, poderão preparar o caminho para uma plena reconciliação no momento que só a Providência conhece”¹³⁵⁰.

Este momento pode ser aproveitado para falar das obras de misericórdia como pede o Papa Francisco:

“É meu vivo desejo que o povo cristão reflita, durante o Jubileu, sobre as obras de misericórdia corporal e espiritual. Será uma maneira de acordar a nossa consciência, muitas vezes adormecida perante o drama da pobreza, e de entrar cada vez mais no coração do Evangelho, onde os pobres são os privilegiados da misericórdia divina. A pregação de Jesus apresenta-nos estas obras de misericórdia, para podermos perceber se vivemos ou não como seus discípulos. Redescubramos as obras de misericórdia corporal: dar de comer aos famintos, dar de beber aos sedentos, vestir os nus, acolher os peregrinos, dar assistência aos enfermos, visitar os presos, enterrar os mortos. E não esqueçamos as obras de misericórdia espiritual: aconselhar os indecisos, ensinar os ignorantes, admoestar os pecadores, consolar os aflitos, perdoar as ofensas, suportar com paciência as pessoas molestas, rezar a Deus pelos vivos e defuntos”¹³⁵¹.

¹³⁴⁸ Ibidem 34.

¹³⁴⁹ Ibidem.

¹³⁵⁰ Ibidem.

¹³⁵¹ “*Misericordiae Vultus*”, cit.

Esta pastoral da penitência pode ser feita nos novos movimentos para ajudar os seus membros a serem impulsionadores da vivência da misericórdia nas suas famílias, no lugar do trabalho, nos seus bairros e nas suas comunidades, correspondendo deste modo ao desafio do Papa Francisco:

“Será, portanto, um Ano Santo extraordinário para viver, na existência de cada dia, a misericórdia que o Pai, desde sempre, estende sobre nós. Neste Jubileu, deixemo-nos surpreender por Deus. Ele nunca Se cansa de escancarar a porta do Seu coração, para repetir que nos ama e deseja partilhar connosco a Sua vida. A Igreja sente, fortemente, a urgência de anunciar a misericórdia de Deus. A sua vida é autêntica e credível, quando faz da misericórdia seu convicto anúncio. Sabe que a sua missão primeira, sobretudo numa época como a nossa cheia de grandes esperanças e fortes contradições, é a de introduzir a todos no grande mistério da misericórdia de Deus, contemplando o rosto de Cristo. A Igreja é chamada, em primeiro lugar, a ser verdadeira testemunha da misericórdia, professando-a e vivendo-a como o centro da Revelação de Jesus Cristo”¹³⁵².

Para enfrentar o desafio da doença, a celebração da unção dos enfermos deve ser estudada e pensada. Podia ser uma celebração periódica, precedida de uma preparação catequética, uma preparação espiritual com retiro, novena ou confissão. Deve ser uma celebração paroquial com a participação activa dos membros dos novos movimentos. A celebração do dia do doente devia merecer uma outra atenção. Nessas celebrações, devem ser implicados não só a comunidade ou os membros dos novos movimentos, mas também os próprios doentes e os seus familiares. Esta pode ser uma maneira de contrariar o contágio das “células de oração”.

Como já o dissemos, essas são propostas e não projectos pastorais e podem bem servir de matéria para a elaboração de projectos pastorais em prol da valorização e dinamização dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda, para que sejam, de facto, “dom providencial” para a diocese de Cabinda, a fim de dar respostas adequadas aos seus novos desafios da inculturação ou da nova evangelização. Portanto fica este alerta do Papa Francisco: “Do ponto de vista da evangelização, não servem as propostas místicas desprovidas de um vigoroso compromisso social e missionário, nem os discursos e acções sociais e pastorais sem uma espiritualidade que transforme o coração”¹³⁵³.

¹³⁵² Ibidem.

¹³⁵³ EG 262.

É evidente que o processo da valorização e dinamização dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda precisará de tempo. As nossas propostas não são mágicas. Bento XVI já tinha advertido a cada bispo para

“estar aberto ao novo, mesmo que extrapole organizações e programações pastorais, pois não se deve extinguir o Espírito (1Ts 5,19), mas examinar e discernir se a novidade contribui para o bem da comunidade eclesial. Este procedimento pode requerer tempo para que seus frutos amadureçam. Talvez este tempo seja marcado por tensões e conflitos, que deverão ser suportados na fé até que ambas as partes cresçam no mútuo conhecimento e respeito, bem como na vivência dos valores evangélicos. Sem dúvida, compete ao bispo a última palavra na sua diocese por exercer o carisma supremo da unidade”¹³⁵⁴.

Perante esta novidade das novas agregações dos leigos, fez esta recomendação:

“Cabe-lhe (bispo) ajudar os próprios movimentos a se purificarem ao traduzirem concretamente os impulsos do Espírito, caso seja necessário. Deve fazê-lo, mesmo com correcções, mas com muito amor, compreensão e respeito por um dom do Espírito, sem descurar a sua responsabilidade pela unidade do rebanho. Este espírito deve passar a seus párocos. Certamente não bastam aqui os estatutos e as normas eclesiais, como nos comprovam os factos, para se chegar a um enriquecimento e fortalecimento da unidade eclesial. Faz-se necessária uma atitude humana e espiritual que saiba unir liderança, gratidão, abertura e disponibilidade para aprender, tanto da parte do bispo como do pároco”¹³⁵⁵.

Por isso, dissemos que essas nossas propostas serão apresentadas ao novo bispo de Cabinda.

O princípio do Papa Francisco, segundo qual o tempo é superior ao espaço,

“permite trabalhar a longo prazo, sem a obsessão pelos resultados imediatos. Ajuda a suportar, com paciência, situações difíceis e hostis ou as mudanças de planos que o dinamismo da realidade impõe. É um convite a assumir a tensão entre plenitude e limite, dando prioridade ao tempo. Um dos pecados que, às vezes, se nota na actividade sociopolítica é privilegiar os espaços de poder em vez dos tempos dos processos. Dar prioridade ao espaço leva-nos a proceder como loucos para resolver tudo no momento presente, para tentar tomar posse de todos os espaços de poder e auto-afirmação. É cristalizar os processos e pretender pará-los. Dar prioridade ao tempo é ocupar-se mais com iniciar processos do que possuir espaços. O tempo ordena os espaços, ilumina-os e transforma-os em elos duma cadeia em constante crescimento, sem marcha atrás. Trata-se de privilegiar as acções que geram novos dinamismos na sociedade e comprometem outras pessoas e grupos que os desenvolverão até frutificar em acontecimentos históricos importantes. Sem ansiedade, mas com convicções claras e tenazes”¹³⁵⁶.

Desta forma, é tempo de iniciar o grande desafio da renovação eclesial da diocese de Cabinda, imposta pela dimensão da realidade do fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado para melhor escutar as suas necessidades através de uma

¹³⁵⁴ Bento XVI, “Discurso aos participantes no Seminário de formação dos Bispos”, cit.

¹³⁵⁵ Ibidem.

¹³⁵⁶ EG 223.

estrutura capaz de incentivar para a redescoberta da vocação e missão de ser baptizado. A sua valorização e dinamização passam, sem dúvida, por “acções que geram novos dinamismos e comprometem pessoas”. Assim serão, de facto, por “escolas de fé”, “escola de formação cristã”, “escolas de vivência da fé”, “laboratório da fé”.

CONCLUSÃO

O percurso seguido neste trabalho de investigação demonstrou que a realidade do fenómeno dos “Novos Movimentos de Apostolado” fundados em Cabinda é e deve ser considerado como “uma resposta providencial” aos novos desafios da inculturação em Cabinda e, desta forma, “um dom do Espírito Santo”. Por isso, é uma realidade eclesial que deve merecer uma atenção particular pela sua dimensão e pelo contributo que pode dar à Igreja de Cabinda perante os novos desafios da inculturação, porque esses novos movimentos são a concretização da vontade de Jesus de “agregar os irmãos que escutam a Palavra do Pai e procuram pô-la em prática”, da “vivência em grupo da comunhão fraterna e do espírito de solidariedade, sempre assumidos no dia-a-dia da vida do cabinda”, da “manifestação do desejo de viver a graça baptismal em comunhão com a Santa Igreja”, do “viver a imagem de Igreja-família-de-Deus, novidade eclesiológica saída do Primeiro Sínodo para África”, por fim, são frutos de um direito fundamental de todo homem e, ainda mais, do cristão, e não uma concessão da autoridade eclesiástica. Mas este direito deve ser exercido na comunhão eclesial e compete à autoridade eclesiástica o dever de vigiar para salvaguardar a unidade e não de impedir para “não extinguir o Espírito” (2Tess. 5, 19).

Apesar da sua diversidade colorida, encontram neles, porém, as linhas de uma vasta e profunda convergência na finalidade que os anima: são realidades eclesiais novas, inteiramente laicais; de origem carismática por iniciativa de um fundador de forte personalidade carismática que exerce uma forte atracção; com uma espiritualidade e metodologias próprias; em comunhão afectiva e efectiva com a Hierarquia, de modo especial com o Bispo. Assim, encaixam-se nesta tentativa de definição de Galindo: são “realidades associativas carismáticas precisas, essencialmente laicais, estruturadas em comunidades dos fiéis, com o seu próprio método de ensino da fé que exige um compromisso existencial por parte dos membros, para a realização da vocação cristã, e apresentam um dinamismo missionário”¹³⁵⁷. Por isso, eles não são estruturas paralelas porque estão todos integrados nas paróquias e quase-paróquias, embora com algumas

¹³⁵⁷ Art. cit., p. 8.

dificuldades normais na vida de convivência das pessoas e dos grupos e que podem ser bem superadas com espírito de humildade do lado dos responsáveis das paróquias e quase-paróquias, como do lado dos responsáveis dos próprios novos movimentos.

De facto, este fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado põe algumas questões à nossa reflexão: Como a diocese pode ajudar os Novos Movimentos de Apostolado a crescer para a maturidade eclesial? Como pode a diocese formar os responsáveis das paróquias e quase-paróquias para lidarem com a novidade trazida pelo fenómeno dos novos movimentos? Como pode a diocese ajudar os Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda a formar suficientemente os seus membros para assumirem, com competência, as suas responsabilidades religiosas e civis, e para considerarem os problemas de ordem sócio-política à luz do Evangelho e da fé em Deus? Será que as Paróquias se entendem como comunhão de comunidades? De que maneira os leigos dos Novos Movimentos encontram espaço para actuar nas suas paróquias e quase-paróquias? Como evitar os riscos de espiritualismo e sentimentalismo ou exclusivismo?

Estas perguntas apontam para a necessária valorização e a dinamização dos Novos Movimentos de Apostolado. Por isso, esta realidade do fenómeno dos novos movimentos interroga e interpela a diocese de Cabinda no seu modo de evangelizar e exige uma resposta adequada. Para tal, torna-se imperativo escutar esses novos movimentos para lhes poder indicar o caminho da maturidade eclesial, a fim de serem “verdadeiros laboratórios da fé”, “autênticas escolas de vida de santidade e de missão”, “itinerários pedagógicos de formação dos cristãos adultos na fé” e “itinerários de descoberta de Cristo como único Mestre e Senhor”, “escolas de oração e de formação para a missão”, isto é, lugar de encontro verdadeiro com Cristo e de escuta da Palavra de Deus, de conscientização e responsabilização dos leigos da sua vocação e da sua missão, de aprendizagem da vida na Igreja, de reflexão sobre diversos problemas humanos à luz do Evangelho, respondendo, deste modo, aos novos desafios da inculturação.

É neste sentido que se coloca o desafio da sua valorização e da sua dinamização. Para isso, há apostas prioritárias a implementar: a criação de um órgão ou uma estrutura eficaz de coordenação com potencialidades em recursos humanos e materiais para promoção e desenvolvimento das actividades dos “Novos Movimentos do Apostolado”

fundados em Cabinda, o investimento na formação sólida, profunda e permanente em função das necessidades desses novos movimentos e a celebração da fé através da liturgia evangelizadora com a celebração activa e participativa de alguns momentos da vida do baptizado e do Movimento.

O Papa Francisco reconhece que

“a imensa maioria do povo de Deus é constituída por leigos. Ao seu serviço, está uma minoria: os ministros ordenados. Cresceu a consciência da identidade e da missão dos leigos na Igreja. Embora não suficiente, pode-se contar com um numeroso laicado, dotado de um arreigado sentido de comunidade e uma grande fidelidade ao compromisso da caridade, da catequese, da celebração da fé. Mas, a tomada de consciência desta responsabilidade laical que nasce do Baptismo e da Confirmação, não se manifesta de igual modo em toda a parte; nalguns casos, porque não se formaram para assumir responsabilidades importantes, noutros por não encontrarem espaço nas suas Igrejas particulares para se poderem exprimir e agir por causa dum excessivo clericalismo que os mantém à margem das decisões”¹³⁵⁸.

Além disso, prossegue o mesmo Papa,

“apesar de se notar uma maior participação de muitos nos ministérios laicais, este compromisso não se reflecte na penetração dos valores cristãos no mundo social, político e económico; limita-se, muitas vezes, às tarefas no seio da Igreja, sem um empenhamento real pela aplicação do Evangelho na transformação da sociedade. A formação dos leigos e a evangelização das categorias profissionais e intelectuais constituem um importante desafio pastoral”¹³⁵⁹.

Podemos corroborar afirmando que a imensa maioria do povo de Deus da diocese de Cabinda é, como já o dissemos, constituída pelos membros dos Novos Movimentos de Apostolado, ainda sem consciência da sua responsabilidade laical que nasce do Baptismo e da Confirmação, por isso, sem reflexo na implementação dos valores cristãos no mundo familiar, social, político e económico.

Por conseguinte, ressalta o Papa Francisco, “torna-se necessária uma educação que ensine a pensar criticamente e ofereça um caminho de amadurecimento nos valores”¹³⁶⁰.

E, na mesma linha, “torna-se necessária uma evangelização que ilumine os novos modos de se relacionar com Deus, com os outros e com o ambiente, e que suscite os valores fundamentais”¹³⁶¹, pois “os desafios existem para ser superados. Sejam realistas, mas sem perder a alegria, a audácia e a dedicação cheia de esperança. Não

¹³⁵⁸ EG 102.

¹³⁵⁹ Ibidem.

¹³⁶⁰ EG 64.

¹³⁶¹ EG 74.

deixemos que nos roubem a força missionária!”¹³⁶². Eis foi a razão deste estudo: o aprofundar a realidade do fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda, “dom do Espírito Santo” a esta Igreja particular, por serem realidades carismáticas, para que sejam, de facto, “respostas oportunas” aos novos desafios da inculturação, isto é, às necessidades, anseios e preocupações da vida do dia-a-dia do povo de Cabinda para que os seus membros sejamos, de facto, testemunhas de Cristo Ressuscitado e anunciadores da beleza de ser cristão.

Neste sentido, esses movimentos podem ser de uma grande ajuda graça ao seu impulso missionário. Como afirmava Ratzinger:

“São pequenos, sabem que os pequenos mundam o mundo. Os marxistas diziam que para fazer a revolução num país basta uma a dois por cento de minorias activas: No fim a humanidade depende sempre de minorias activas. O essencial é que haja uma minoria activa no sentido positivo. Parece-me que este é o verdadeiro desafio e que esses grupos – que possuem um impulso missionário, apesar da pequenez do seu número – podem encorajar-nos a todos a sermos o fermento da vida do Evangelho no mundo”¹³⁶³.

De facto, os Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda, valorizados e dinamizados podem dar também à diocese de Cabinda essa “minorias activa no sentido positivo”, fermento da vida do Evangelho no seu território.

“Os bons teólogos têm o odor do povo e da rua e, com a sua reflexão, derrama azeite e vinho sobre as feridas dos homens.”
(Papa Francisco)

¹³⁶² EG 109.

¹³⁶³ “Dialogo com os bispos”, p. 242.

BIBLIOGRAFIA

1.Textos do Magistério

1.1. Documentos conciliares (por ordem cronológica)

Lumen Gentium, Constituição dogmática sobre a Igreja, 11 de Novembro de 1964.

Unitatis Redintegratio, Decreto sobre o ecumenismo, 21 de Novembro de 1964.

Apostolicam Actuositatem, Decreto sobre o Apostolado do leigo, 18 de Novembro de 1965.

Ad Gentes, Decreto sobre a actividade missionária da Igreja, 5 de Dezembro de 1965.

Guadium et Spes, Constituição pastoral sobre a Igreja no mundo actual, 7 de Dezembro de 1965.

Presbyterorum ordinis, Decreto sobre o ministério e a vida dos sacerdotes, 7 de Dezembro de 1965.

1.2. Encíclicas e Exortações Apostólicas (por ordem cronológica)

LEÃO XIII, *Rerum Novarum*, Carta Encíclica, 15 de Maio de 1891.

BENTO XV, *Maximum Illud*, 30 de Novembro de 1919.

PIO XI, *Ubi Arcano Dei*, Carta Encíclica, 23 de Dezembro de 1922.

-----, *Quas Primas*, Carta Encíclica, 11 de Dezembro de 1925.

-----, *Rerum Ecclesiae* (28 de Fevereiro de 1926).

PIO XII, *Summi Pontificatus*, Carta Encíclica, 20 de Outubro de 1939.

-----, *Evangelii praecones*, Carta Encíclica, 2 de Janeiro de 1951.

JOÃO XXIII, *Princeps Pastorum*, Carta Encíclica, 28 de Novembro de 1959.

-----, *Mater et Magistra*, Carta Encíclica, 15 de Maio de 1961.

-----, *Pacem in terris*, Carta Encíclica, 11 de Abril de 1963.

PAULO VI, *Ecclesiam Suam*, Carta Encíclica, 6 de Agosto de 1964.

-----, *Evangelii Nuntiandi*, Exortação Apostólica Pós-sinodal, 8 de Dezembro de 1975.

JOÃO PAULO II, *Catechesi Tradendae*, Exortação Apostólica Pós-sinodal, 16 de Outubro de 1979.

-----, *Salvifici Doloris*, Carta Apostólica, 11 de Fevereiro 1984.

-----, *Reconciliatio et Paenitentia*, Exortação Apostólica Pós-sinodal, 2 de Dezembro de 1984.

-----, *Slavorum Apostoli*, Carta Encíclica, 2 de Junho de 1985.

-----, *Dominum et Vivificantem*, Carta Encíclica, 18 de Maio de 1986.

-----, *Christifideles Laici*, Exortação Apostólica Pós-sinodal, 30 de Dezembro de 1988.

-----, *Redemptoris Missio*, Carta Encíclica, 7 de Dezembro de 1990.

-----, *Ut Unum Sint*, Carta Encíclica, 25 de Maio de 1995.

-----, *Ecclesia in Africa*, Exortação Apostólica Pós-sinodal, 14 de Setembro de 1995.

BENTO XVI, *Deus Caritas Est*, Carta Encíclica, 25 de Dezembro de 2005.

-----, *Caritas in Veritate*, Carta Encíclica, 29 de Junho de 2009.

-----, *Africae Munus*, Exortação Apostólica Pós-sinodal, 19 de Novembro de 2011.

FRANCISCO, *Evangelii Gaudium*, Exortação Apostólica Pós-sinodal, 24 de Novembro de 2013.

-----, *Laudato Si*, Carta Encíclica, 24 de Maio de 2015.

1.3. Constituições Apostólicas, Motu Proprio, Bula (por ordem cronológica)

PIO XII, *Bis saeculari die*, Constituição Apostólica; 27 de Dezembro de 1948.

PAULO VI, *Catholicam Christi Ecclesiam*, *Motu Proprio*, 6 de Janeiro de 1967.

-----, *Apostolatus Peragendi*, *Motu Proprio*, 10 de Dezembro de 1976.

-----, *Justitiam et Pacem*, *Motu Proprio*, 10 de Dezembro de 1976.

JOÃO PAULO II, *Sacrae disciplinae leges*, Constituição Apostólica, 25 de Janeiro de 1983.

-----, *Pastor Bonus*, Consituição Apostólica, 28 de Junho 1988.

FRANCISCO, “*Misericordiae Vultus*”, bula de proclamação do jubileu extraordinário da misericórdia, 11 de Abril de 2015.

1.4. Discursos e homílias (por ordem cronológica)

PIO XII, “Radiomensagem ao Congresso das Congregações Marianas em Barcelona”, 7 de Dezembro de 1947.

JOÃO XXIII, “Discurso na sessão inaugural do Concílio Ecuménico Vaticano II”, 11 de Outubro de 1962.

PAULO VI, “Alocução numa audiência geral”, 27 de Dezembro de 1967.

-----, “Alocução numa audiência geral”, 11 de Setembro de 1968.

-----, “Discurso aos Membros do Conselho dos Leigos”, 15 de Março de 1969.

-----, “Homília na missa de encerramento do simpósio organizado pelos bispos africanos”, Kampala, Uganda, 31 de Julho de 1969.

-----, “Alocução numa audiência geral”, 11 de Agosto de 1971.

-----, “Discurso aos Participantes na X Assembleia geral do Conselho dos Leigos”, 2 de Dezembro de 1971.

-----, “Discours aux Participants à la sixième session plénière du Conseil des Laïcs”, 9 octobre 1972.

- , “Alocução no Simpósio das Conferências Episcopais de África e Madagascar”, 26 de Setembro de 1975.
- , “Discurso aos participantes da Assembleia Nacional da Acção Católica Italiana”, 25 de Abril de 1977.
- JOÃO PAULO II, “Discurso aos membros da Pontifícia Comissão Bíblica”, 22 de Março de 1979.
- , “Discurso aos Participantes na IV Assembleia plenária do Pontifício Conselho para os Leigos e à Comissão para a Família, 22 de Setembro de 1980.
- , “Discurso aos membros do Conselho Pontifício para a cultura”, 18 de Janeiro de 1983.
- , “Discurso à Curia Romana”, 21 de Dezembro de 1985.
- , “Discurso nas Nações Unidas”, 5 de Outubro 1995.
- , “Mensagem aos Participantes no Congresso mundial dos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades”, 27 de Maio de 1998.
- , “Discurso na Vigília de oração no encontro dos movimentos eclesiais e das novas comunidades”, 30 de Maio de 1998.
- , “Discurso na Universidade de Coimbra”, 15 de Maio de 1982.
- , “Discurso no XX aniversário da promulgação do Decreto conciliar ‘Apostolicam actuositatem’”, 18 de Novembro de 1985.
- , “Discurso inaugural da IV Conferência Geral do Episcopado Latino-americano”, Santo Domingos, 12 de Outubro, 1992.
- BENTO XVI, “Homília na missa solene do início do seu ministério petrino”, 5 jun 2005.
- , “Discurso aos Bispos alemães por ocasião da XX jornada mundial da juventude, Colónia”, 21 de Agosto de 2005.
- , “Mensagem aos participantes no Encontro dos Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades de América Latina”, 17 de março de 2006.
- , “Mensagem aos participantes no II Congresso Mundial dos Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades”, 22 de maio de 2006.
- , “Homília na vigília de Pentecostes no encontro dos Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades”, de 3 de Junho de 2006.
- , “Discurso ao segundo grupo de Bispos da República Federal da Alemanha em visita ‘ad limina apostolorum’”, 18 de Novembro de 2006.
- , “Discurso no encontro com os párocos e o clero da diocese de Roma no início da quaresma”, 22 de Fevereiro de 2007.
- , “Discurso aos participantes à peregrinação promovida pela Fraternidade Comunhão e Libertação”, 24 de Março de 2007.
- , “Discurso na sessão inaugural dos trabalhos da V conferência geral do episcopado da América Latina e do Caribe”, Santuário de Aparecida, 13 de Maio de 2007.

- , “Discurso aos Bispos de Moçambique por ocasião da visita ‘ad limina apostolorum’”, 26 de Maio de 2007.
- , “Discurso aos participantes no Seminário de formação dos Bispos organizado pelo Conselho Pontifício para os Leigos”, 17 de Maio de 2008.
- , “Discurso à Cúria Romana por ocasião da apresentação dos votos de Natal”, 21 de Dezembro de 2009.
- , “Discurso aos Bispos de Portugal, viagem apostólica a Portugal no 10º aniversário da beatificação de Jacinta e Francisco, pastorinhos de Fátima”, 13 de maio de 2010.
- , “Discurso aos Bispos de Angola e São Tomé e Príncipe em Visita ad limina”, 29 de Outubro de 2011.

1.5. Outros documentos

Catecismo da Igreja católica, 20 de Marco de 2005.

Código de direito canónico, 21 de Janeiro de 1983.

2. Livros e artigos

- AFONSO, N., *Investigação naturalista em educação. Um guia prático e crítico*, Asa, Porto, 2005.
- AGOSSOU, J. M., *Christianisme africain. Une fraternité au-delà de l’ethnie*, Karthala, Paris, 1987.
- , “Le phénomène de libération en Afrique”, In: *Savanes-Forêts* 12 (1977) 21-47.
- , “Realité africaine, méthode et verité”. In: *Savanes-Forêts* 32-33 (1985).
- AIRES, L., *Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional*. Lisboa, Universidade Aberta, 2011.
- ALMEIDA, E. C., “O Difícil Processo de Definição de Fronteiras e Pertenças Político-identitárias no Debate de Cabinda”. In: *Cadernos de Estudos Africanos*, 25 (2013)
- AMALADOSS, M., *A la rencontre des cultures. Comment conjuguer unité et pluralité dans les Églises?*, Éditions de l’Atelier, Paris, 1997.
- AMALORPAVADASS, D. S., “Évangélisation et culture”. In: *Concilium* 134 (1978)
- , “Réflexions Théologiques sur l’inculturation”. In: *LMD* 179 (1989) 57-66.
- ARRUPE, P., *Lettre sur l’inculturation*, du 14 mai 1978, in: *Écrits pour Évangéliser*, présentés par J.-Y Calvez. Paris, Desclée de Brouwer/Bellarmin, 1985, pp. 169-175.
- , “Catéchèse et inculturation”. In: *Lumen vitae* 32 (1977) 444-453.
- , *A obra da inculturação*, Loyola, São Paulo, 1980.
- ASTI VERA, A., *Metodologia da pesquisa científica*, Globo, Porto Alegre, 1976.

- AZEVEDO, M., Comunidades Eclesiais de Base e Inculturação da Fé, Loyola, São Paulo, 1986.
- , Modernidade e Cristianismo. O desafio à inculturação, Loyola, São Paulo, 1981.
- BACON, J., Les cultures à la rescousse de la foi, Médiaspaul, Montréal, 2001.
- BALTHASAR, V., De l'intégration. Aspects d'une théologie de l'histoire, Desclée de Brouwer, Paris 1970.
- BARBETTA, P. A., Estatística aplicada às Ciências Sociais. 5.ed. rev., Ed. Da UFSC, Florianópolis, 2005.
- BARBOSA, A. F., A nova evangelização, Paulinas, São Paulo, s.d.
- BARDIN, L. Análise do conteúdo, Edições 70, Lisboa, 2009.
- BAUR, J., 2000 anos de Cristianismo em África. Uma história da Igreja Africana, Paulinas, Lisboa, 2002.
- BEAUCHAMP, P., "Bible et rencontre interculturelle". In: Lumière et vie 168 (1985) 461-466.
- , P. Le récit, la lettre et le corps, Cerf, Paris, 1982.
- BELL, Como Realizar um Projecto de Investigação, Grávida, Lisboa, 1997.
- BEMBE, M. D. "Análise do processo de paz no Enclave de Cabinda". In: Cadernos de Estudos Africanos, 20 (2010).
- BENTO XVI, Luz do Mundo – O Papa, a Igreja e os Sinais dos Tempos (Uma conversa com Peter Seewald), Lucerna, Cascais, 2010.
- (Joseph Ratzinger), Os Movimentos na Igreja. Presença e Esperança para os homens, Lucerna, Cascais, 2007.
- BERNOS, M., "L'Eglise catholique et les sectes à la fin du XX^e siècle". In: <http://www.rives.revues.org>.
- BIKLEN, S. K., E BOGDAN, R. C., Investigação qualitativa em educação – Uma Introdução à teoria e aos métodos, Porto, Porto Editora, 1994.
- BIROU, A. Dicionário de Ciências Sociais, Dom Quixote, Lisboa, 1988.
- BIMWENYI KWESHI, K. O., Discours théologique négro-africain: Problèmes des Fondements, Presence africaine, Paris, 1981.
- BITOTO ABENG, N., "Échec des efforts d'inculturation du christianisme en Afrique?" In: Concilium 231 (1990) 120-129.
- BISHWENDE RAMAZANI, A., Eglise-famille-de-Dieu. Esquisse d'ecclésiologie africaine, l' Harmattan, Paris, 2001.
- , "Le synode africain, dix ans après. Enjeux et défis". In: NRT 127 (2005) 541-556.
- BORGES NETO, R.S., "Os Movimentos Eclesiais Contemporâneos e Comunidades Novas". In: Actualidade Teológica, Ano XVI, nº42, (Set.-Dez de 2012) 563-586.
- BRULS, J., "L'attitude de l'Eglise devant les cultures non-chrétiennes". In: Mission et Cultures non-chrétiennes, Desclée de Brouwer, Louvain 1960.
- BUJO, B., "Nos ancêtres, ces saints inconnus". In: BTA 1 (1979) 165-178.

- , Les exigences du message évangélique. De l'orthodoxie à l'orthopraxie, Kinshasa, 1980.
- , "Dangers de bourgeoisie dans la théologie africaine. Un examen de conscience", in: Select 7 (1982) 8-15.
- , "Ce que je crois. La confession d'un théologien africain", in Select 14/15 (1984) 177-189.
- , "La théologie africaine: Quelle direction et quelle méthode?", in Select 17 (1984) 135-139.
- , Le diaire d'un théologien africain, Kinshasa, 1987.
- , "La formation théologique et ses implications en Afrique", in: Etudes, 4 (1988) 75-106.
- , Dieu devant home en Afrique Noire, Kinshasa, 1996.
- , "Les Eglises africaines et le développement: Jalons pour une nouvelle ecclésiologie". In: Select 19 (1985) 8-15.
- BUNGE, M. Epistemologia. Edusp, São Paulo, 1976
- BÜHLMANN, W., La tierce Église est là. Saint-Paul Afrique, Kinshasan, 1978.
- BULALI, Z.C. A desflorestação em Cabinda: causas e consequências socio-ambientais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova, 2012 (não editada mas no portal da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa)
- CAMISASCA, M., VITALI, M., (a cura), "I movimenti nella chiesa negli anni 80", Jaca Book, Milano, 1981.
- CANAVARRO. A. "Novos Movimentos de Espiritualidade e interpretação pastoral". In: Humanística e Teologia 25 (2004) 269-289.
- CARRIER, H., Guide pour l'inculturation de l'Évangile, Editrice Pontificia Università Gregoriana, Roma, 1997.
- , Évangile et cultures. De Léon XIII à Jean- Paul II, Médiaspaul, Paris, 1987.
- , Lexique de la culture pour l'analyse culturelle et l'inculturation, Desclée, Paris, 1992.
- , Cultures, notre avenir, Press de l'Université gregorienne, Roma, 1985.
- , Évangélisation et Développement des Cultures. Presses de l'Université Grégorienne, Roma, 1990.
- CATTANEO, A., "I movimenti Ecclesiali: Aspetti ecclesiologici", in: Annales Theologici 2 (1997) 401-427.
- , La verità dei carismi nella chiesa una e cattolica, San Paolo Edizioni, Roma, 2007.
- , "Inculturazione e chiesa locale: Valore e limiti di una sinergia". In: Annales Theologici 1 (2001) 201-238.
- , "Per un proficuo rapporto fra parrocchia e movimenti". In: Annales theologici 2 (2005) 397-417.

- , “Il ruolo dei sacerdoti nel promuovere la libertà e la responsabilità dei laici”. In: *Annales Theologici* 1 (2005) 213-237.
- CASTRO, O., Cabinda, ontem protectorado, hoje colónia, amanhã nação, Letras de Ferro, Porto, 2011.
- CEAST. “Nota Pastoral sobre a Feitiçaria”, 21 de Novembro de 2012. In: <http://www.ceastangola.org>.
- , “A Igreja ao serviço da vida”, Mensagem pastoral, 2 de Março de 2013, In: <http://www.ceastangola.org>.
- , Anuário católico de Angola e São Tomé, 1998.
- , Anuário católico de Angola e São Tomé, 2009.
- CEI, Criteri di ecclesialità dei gruppi, movimenti e associazioni dei fedeli nella chiesa, Roma 1981.
- CESO- CI- Consultores internacionais, Estudo de Mercado sobre a Província de Cabinda, Estudo desenvolvido. In: <http://www.ceso.pt>.
- CHARLES, P., “Missiologie et acculturation”. In: *NRT* 75 (1953) 15-32
- CHENU, B., “L’évangélisation dans ses défis africains”. In: VV.AA., *Inculturation et Conversion. Africains et Européens face au synode des Églises d’Afrique*, Karthala, 1994, pp.21-28.
- , “Glissements de l’agir missionnaire”. In *Lumière et vie* 168 (juillet-août-Septembre 1984) 69-86.
- , *Théologies chrétiennes des tiers-mondes: latino-américaine, noire-Américaine, noire sud-africaine, africaine, asiatique*, Le centurion, Paris 1987.
- CILUMBA CIBUMBA, “La contribution de l’exégèse biblique à la tâche de l’inculturation”. In: *R.A.T.*, vol. 27, n° 53 (avril 2003) 45-62.
- NBB, Igreja particular, Novos eclesiais e Novas comunidades, Subsídios doutrinários 3, Edições CNBB, Brasília, 2005.
- CODA, P. “Les nouvelles communautés ecclésiales et les nouveaux mouvements, don de l’Esprit”. In: *Pontificium Consilium Pro Laicis, Don de l’Esprit, esperance pour les hommes*, Editions des beatitudes, Nouan-le-Fuzelier, 1998.
- COMITÉ DE LAÏCAT DE L’ASSEMBLÉE DES EVÊQUES CATHOLIQUES DU QUÉBEC, *Les mouvements dans l’Eglise locale*, 2005. In <http://www.eveques.qc.ca>.
- COMMISSION THEOLOGIQUE INTERNATIONALE, “La foi et l’inculturation”. In: *DC* 1980 (1989) 283-302.
- COMMUNIO 1 (Janeiro/Fevereiro 1991) dedicado aos Movimentos eclesiais
- CONGAR, Y., *Jalons pour une théologie du laïc, 2éd.* Cerf, Paris, 1954.
- , *Le sacerdoce chrétien dans les laïcs et des prêtres*, Office general du livre, Paris, 1967.
- , *Os leigos na Igreja: escalões para uma teologia do laicado*, Herder, São Paulo, 1966.
- CONSELHO PONTIFÍCIO «JUSTIÇA E PAZ», *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 29 de Junho de 2004.

- COSTA, A.J., Sociologia dos Novos movimentos Eclesiais: Focolari, Carismáticos e Neocatecumenais em Braga, Afrontamento, Santa Maria da Feira, 2006.
- DALFOVO, M. S., LANA, R. A., SILVEIRA, A. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. In Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, p.01-13, Sem II. 2008 ou in: <http://rica.unibes.com.br>.
- DANIELOU, J., Théologie du judéo-christianisme, Desclée, Tournai, 1958
- , Message évangélique et culture helénistique aux II^e et III^e siècles, Desclée, Tournai, 1961.
- , Le mystère du salut des nations, Seuil, Paris, 1946.
- DE HAES, R., Les sectes: une interpellation, Kinsahasa, 1982.
- DELHAYE, R., “Études sur l’inculturation de la foi chrétienne d’après certains documents du Magistère”. In: *Espirit et Vie* 98 (1988) 1-11, 23-32, 40-45.
- DE LA POTTERIE, I., L’origine et le sens primitif du mot «laïc». In: *NRT* 80 (1958) 840-853.
- DEMO, P. Metodologia Científica em Ciências Sociais, Atlas, São Paulo, 1995.
- DENZIN, N.K.; LINCOLN, V.S., O planejamento da pesquisa qualitativa. Porto Alegre, 2006
- DERROITTE, H., “Des conditions nouvelles pour l’évangélisation en Afrique. Voeux pour un concile africain (1977-1989)”. In: *NRT* 115 (1993) 560-576.
- DURKHLEIM, E. A divisão do trabalho social, 2^a ed., Presença, Lisboa, 1977, p. 126.
- DORÉ, J., “Les courants de la théologie française depuis Vatican II”. In: JOSSUA, J.P. e *alii*, *Interpreter. Homenage amical à Claude Geffré*, Cerf, Paris, 1992.
- DUPUIS, J., “Les religions comme voies de salut”. In *Spiritus* 126 (1992) 5-15.
- , “Parole de Dieu et Ecritures sacrées”. In *Spiritus* 126 (1992) 59-65.
- , “Méthode théologique et théologies locales: adaptation, inculturation, contextualisation”. In *Seminarium* 32 (1992) 61-74.
- , *Homme de Dieu. Dieu des homes. Introduction à chrstologie*, Cerf, Paris, 1995.
- DUPONT, J., Jésus et la famille dans les évangiles. Etudes sur les Evangiles synoptiques t.1, Bruxelles: University press leuven, 1985.
- EBOUSSI BOULAGA, *Christianisme sans fétiche: Révélation et Domination*, Presence Africaine, Paris, 1981.
- , *A contre-temps: L’enjeu de Dieu en Afrique*, Kathala, Paris, 1991.
- ELA, J. M., *Le cri de l’homme africain. Questions aux chrétiens et aux Eglises d’Afrique*, L’Harmattan, Paris, 1980.
- , *Ma foi d’africain*, l’Harmattan, Paris, 1985.
- , *De l’assistance à la libération: Les taches actuelles de l’Eglise en milieu africain*, Kinshasa, 1981.
- , *L’Afrique des villages*, L’Harmattan, Paris, 1982.
- , “Identité propre d’une théologie africaine”. In: VV.AA., *Théologie et choc des cultures*, Cerf, Paris 1984, pp. 23-54.

- , Repenser la théologie africaine. Le Dieu qui libère, Karthala, Paris, 2003.
- ESCHILIMANN, J.P., “L’impensé de l’inculturation”. In: *Lumière et vie* 205 (199) 17-32.
- ESTEVEES, M. “Análise de Conteúdo”. In Lima e Pacheco (orgs.). *Fazer Investigação: Contributo para a elaboração de dissertações e teses*, Porto, Porto Editora, 2006
- ESPINHA, M. P. A (org.). *Novo Dicionário integral de linguagem portuguesa conforme acordo ortográfico*, Textos Editores, Alfragide, 2007.
- FANSAKA, B., “Mgr MONSEGWO et l’inculturation”. In: *NRT* 123 (2001) 46-61.
- FARIAS, D., *Il laicato nella chiesa nel magistero di Giovanni Paolo II*, Ave, Roma, 1982.
- FAVALE, A.(a cura), *Movimenti ecclesiali contemporanei*, LAS, Roma, 1980.
- , *Movimenti ecclesiali contemporanei: Dimensioni storiche, teologico-spirituali, ed apostoliche*, LAS, Roma, 1991.
- FEREIRA, L.C., “Igreja Ministerial em Moçambique”. *Caminho de hoje e de amanhã*, Lisboa, Silvas-C.T.G, Lisboa, 1987, pp.270-285.
- , “Ministérios Reconhecidos e Instituídos nas comunidades”. In: *Cadernos de Estudos Africanos* 2-3 (1988) 101-1153.
- FLORISÁN, C., *Vaticano II. Um concílio pastoral*, Paulistas, Lisboa, 1990.
- , *Para compreender a Paróquia*, Editorial Verbo Divino, Navarra, 1995.
- , *Para compreender o catecumenado*, Editorial Verbo Divino, Navarra, 1995.
- GADOU D., “Les religions africaines face au défi de la mondialisation”. In: *Spiritus* 166 (mars 2002) 65-78.
- GALINDO, M. D. “Les associations catholiques, les mouvements ecclésiaux et les communautés nouvelles: une approche du continent africain”. In: *Pontificium Consilium pro Laicis*, Être témoins de Jesus-Christ en Afrique aujourd’hui, “Sel de la terre...lumière du monde” (Mt 5,13.14), Congrès panafricain des laïcs catholiques, Yaoundé, 4-9 septembre 2012, Libreria Editrice Vaticana, Vaticano, 2013.
- GEFFRÉ, CL., *Le christianisme au risque de l’interprétation*, Cerf, Paris, 1983.
- , “Mission et inculturation”, in: *Spiritus* 109 (1987) 406-427.
- , *Croire et interpreter. Le tournant hermeneutique de la théologie*, Cerf, Paris, 2001.
- , *De Babel à Pentecôte. Essais de théologie interreligieuse*, Cerf, Paris, 2006.
- GIL, A. C., *Métodos e técnicas da pesquisa social*, Atlas São Paulo: 1994
- CELLARD, “A análise documental”. In: Poupard, J et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodologias*, Vozes, Petrópolis, 2008.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas da pesquisa social*, Atlas São Paulo, 1994.
- GONZÁLEZ, F.F., *Charismes et mouvements dans l’histoire de l’Église*. In: *Pontificium Consilium Pro Laicis*, les mouvements ecclésiaux dans la sollicitude des évêques, Laïcs aujourd’hui, vatican, 2000, pp. 68-81.

- GRUEN, W., "Jesus-Christ, modele pour la catéchèse inculturée". In: *Lumen Vitae* 3 (1995) 287-305.
- HEBGA, M., *Emancipation d'Eglises sous tutelle. Essai sur l'Eglise post-missionnaire, Presence africaine*, Paris, 1976.
- , *Dépassements, Presence africaine*, Paris, 1978.
- , *Sorcellerie, chimère dangereuse?*, INADES, Abidjan, 1982.
- , *Sorcellerie et prière de deliverance*, Paris, 1982.
- , *La rationalité d'un discours africain sur les phénomènes paranormaux*, Paris, 1998.
- HÜBNER, M. *Guia para elaboração de monografias e projectos de dissertação e doutoramento. Pioneira/Mackenzie*, São Paulo, 1998.
- JAOUEN, R., "Conditions d'une inculturation fiable". In: *Lumière et Vie* 168 (1984) 43-49.
- , *L'Eucharistie du mil. Langages d'un peuple, expression de la foi*, Karthala, Paris, 1995.
- JENSEN; N.M. E JANKOWSKI (eds.), *Metodologias cualitativas de investigación en comunicación de masas*, Bosch, Barcelona, 1993.
- JOLY, R., "Inculturation et vie de foi". In *Spiritus* 98 (1985) 3-32.
- KABASELE LUMBALA, *Alliances avec le Christ en Afrique: Inculturation des rites Religieux au Zaïre*, Athènes, 1987.
- , *Liturgies Africaines: L'enjeu culturel, ecclesial et théologique*, Kinsahasa, 1996.
- KABASELE, F., - DORE, J. - LUNEAU, R., (dir.), *Chemins de la christologie africaine*, Paris. 1986.
- KABASELE MUKENGE, "Défis de la théologie africaine". In: *La théologie entre deux siècles. Bilan et Perspectives. Actes du colloque organisé à L'occasion du 575^e anniversaire de l'UCL*, Louvain-la-Neuve, 2002.
- KALAMBA SAPU, S., *Théologie africaine. Questions de méthode aujourd'hui*, Éd.Société ouverte, Bruxelles, 2003.
- KÄ MANA, *Foi chrétienne, crise africaine et reconstruction de l'Afrique: sens et enjeux des théologies africaines contemporaines*, Ed. Ceta-Haho-Clé, Lomé, 1992.
- , *L'Afrique va-t-elle mourir?* Kathala, Paris, 1993.
- , *Théologie africaine pour temps de crise*, Kathala, Paris, 1993.
- , *La nouvelle évangélisation africaine en Afrique*, Kathala, Paris, 2000.
- , "L'Afrique chrétienne à l'heure de la mondialisation". In: *Spiritus* 166 (2002) 11-26.
- KERLINGER, F. N., *Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual*. São Paulo: EPU, 1980.
- De KETELE, J.-M. e ROEGIERS, X., *Metodologia da Recolha de dados. Fundamentos dos Métodos de Observação, de Questionários, de Entrevistas e de Estudos de Documentos*, Instituto Piaget, Lisboa, 1993.

- KIPANZA TUMWAKA, B., “Le ministère de guérison en Afrique. Chance et défi pour l’Église”. In: NRT 122 (2000) 416-431.
- KUMBU, E., “Chrétiens d’Afrique devant la maladie et la souffrance. Une alternative à la sorcellerie”. In: La pratique de la théologie au Congo-Kinshasa d’une génération à une autre. Melanges à l’honneur de Professeur Van Bulen, L. de Saint Moulin et Ntedika Konde, FCK, Kinshasa, 2001.
- LESSARD-HÉBERT, GOYETTE E BOUTIN, Investigação qualitativa: fundamentos e práticas. Instituto Piaget, Lisboa, 1994.
- LUEMBA, F., O Problema de Cabinda exposto e assumido à luz do direito e da justiça, Papiro Editora, 2008.
- , A questão do petróleo, seu impacto sobre a situação social e económica e o papel das multinacionais, In: Conferência da Fundação Open Society “Sobre Visão Comum sobre Cabinda”, Centro Cultural Chiloango, Cabinda, 8-9 de Julho de 2003. In: <http://www.cabinda.net/conferencia>.
- LUKAMBA, A., A globalização e os conflitos no Sul. O caso angolano, Ceretec, 2ª edição, Huambo, 2012.
- LUNEAU, R., Laisser aller mon peuple: églises africaines au-delà des modèles, Karthala, Paris, 1987.
- MABUNDU MASAMBA, F., Lire la bible en milieu populaire, Karthala, Paris 2003.
- MADRE, PH., Guérison et exorcisme, Ed. Des Beatitudes, Paris, 2005.
- MADUREIRA, A. D. Cabinda: De Chinfuma a Simulambuco. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.
- MAGESA, L., “Pour une mission inculturée: Eglises d’Afrique Orientale”, in Spiritus 116 (1989) 270-281.
- MALULA, J., L’Église à l’heure de l’africanité, Saint-Paul, Kinshasa, s.d.
- , L’église de Dieu qui est à Kinshasa vous parle, Saint-Paul, Kinshasa 1976.
- MARCONI, M. A. E LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica, 5 ed. Atlas, S. Paulo, 2003.
- MARQUES, J.A.G.S. “O direito de associação e as associações de fiéis”. In: Deveres e direitos dos fiéis na Igreja”, Lusitania Canónica 5 (1999) 127-184.
- MASSON, J., “L’Église ouverte sur le monde- Aux dimensions du Concile”. In: NRT 84 (1962) 1032-1043.
- METENA M’NTEBA, “L’inculturation dans la Tierce-Eglise. Pentecôte de Dieu ou revanche des cultures?”, in Concilium 239 (1992) 171-191.
- MESSI METOGO, E., Théologie africaine et ethnophilosophie: Problèmes de méthode en théologie africaine, l’Harmattan, Paris, 1986.
- MILANDO, J., Desenvolvimento e Resiliência Social em África: Dinâmicas Rurais de Cabinda, ed. Periploi, Lisboa, 2007.
- MILTON, S., Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal, Editora Record, São Paulo, 2001.

- MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade, ed. Vozes, Petrópolis, 2000.
- MIRANDA, M. F., Inculturação da fé. Uma abordagem teológica, Paulinas, São Paulo
- MONLÉON, A-M., “Les mouvements comme lieu d’une humanité transfigurée”. In: Don de l’Esprit, Espérance pour les Hommes, Editions des Béatitudes, Nouan-le-Fuzelier, 199.
- MONSENGWO PASINYA, “Interpretation africaine de la Bible. Racine herméneutique et biblique”. In: RAT 2 (1977) 145-16.
- , L’inculturation du message à l’exemple du Zaïre, Saint-Paul Afrique, Kinshasa, 1979.
- , “Exégèse biblique et questions africaines, conférence à l’Inst. Bibl. Pontifical (Rome), 06.03.82. In: RAT 6 (1982) 165-175.
- , “L’inculturation dans le livre des Actes”. In: RAT 13 (1989) 31-40.
- MUANAMOSI MATUMONA, Cristianismo e Mutações sociais. Elementos para uma Teologia Africana da Reconstrução, Sedipu, Uije, 2005.
- , Teologia Africana da Reconstrução como novo paradigma epistemológico. Contributo lusófono num mundo em mutação, Roma Editora, Lisboa 2008.
- MUSEKA NTUMBA, La nomination africaine de Jesus-Christ: Quelle christologie? Université Catholique de Louvain, Louvain-la-Neuve, 1988.
- MVENG, E., LIPAWING, B.L., Théologie, Libération et Cultures Africaines: Dialogue sur l’anthropologie négro-africaine, Yaoundé – Paris 1996.
- MVENG, E., Si quelqu’un...Chemin de Croix, Mame, Paris 1962.
- , Art nègre, art Chrétien? , Rome 1967.
- , L’art d’Afrique noire, Mame, Paris 1979.
- , L’Afrique dans l’Eglise: paroles d’un croyant, l’Harmattan, Paris 1985.
- , “De la mission à l’inculturation”. In: Ndi-okalla e alii, Inculturation et conversion. Africains et Européens face au synode des Églises d’Afrique, Karthala, Paris, 1994.
- NECKEBROUCK, V., L a Tierce Eglise devant le problème de la culture, Immensee, 1987.
- , Paradoxes de l’inculturation. Les nouveaux habits Yanomami, University Press, Leuven 1994.
- , Inculturation et identité”. In: Cultures et developpement, vol.16.
- NEVES,T., Angola. Justiça e Paz nas intervenções da Igreja Católica (1989-2002), Texto Editores, 2012.
- NTAKARUTIMANA, E., Vers une théologie africaine. La théologie et les théologiens au Congo: Projets et défis dans la Période de l’Après-Indépendance (1960-1990), Editions Universitaires Fribourg, Fribourg, 2002.
- NUNES, J., Pequenas comunidades cristãs. O Ondjango e a inculturação em África/Angola, UCP, Porto, 1991.

- , “Os movimentos na cidade”. In: O Espírito na cidade, paulinas, Lisboa, 2005.
- , Teologia da missão. Notas e Perspectivas, Ed. Obras Missionárias Pontificias, Liboa, 2008.
- ORTEGAT, X., “L’annonce de l’Évangile aux cultures. Vers une incluration? Études de documents du Magistère: 1962-1977”. In: NRT 113 (1991) 864-881.
- OLIVEIRA, M.M. Como fazer pesquisa qualitativa, Vozes, Petrólis, 2007.
- OLIVEIRA, S. “Modos de vida da pobreza em Angola”. In: Revista Angolana de Sociologia, 9 (2012).
- PAGOLA, J.A., Ide e curai. Evangelizar o mundo da saúde e da doença, Paulus, Lisboa, 2015.
- PEELMAN, A., L’inculturation, l’Église et cultures, Desclée/Novalis, Paris/ Ottawa 1989.
- , Nouveaux défis de l’inculturation, Lumen Vitae, Bruxelles 1986.
- PENOUKOU, E.J. Églises d’Afrique. Propositions pour l’avenir, Kathala, Paris, 1983,
- PIÉ-NINOT, S.”O laicato: os leigos e a Igreja no mundo”, in: Lumen Veritatis, nº7 (Abril/Junho 2009) ou <http://www.acnsf.org.br>.
- PITÉ, J. Dicionário breve de sociologia, 2ª ed., Presença, Lisboa, 2004.
- PONTIFICIUM CONSILIUM PRO LAICIS, O povo de Deus no itinerário dos homens, Libreria Editrice Vatican, Vatican, 1968.
- , Histoire et objectifs, , Libreria Editrice Vatican, Vatican, 1997.
- , Don de l’Esprit, esperance pour les hommes, Editions des beatitudes, Nouan-le-Fuzelier, 1998.
- , Redécouvrir le Baptême, Libreria Editrice Vaticana, Vatican, 1998.
- , Redécouvrir la Confirmation, Libreria Editrice Vaticana, Vatican, 2000.
- , Les mouvements ecclésiaux dans la sollicitude pastorale des Évêques, Libreria Editrice Vaticana, Cidade do Vaticano 2000.
- , Le Congrès du laïcat catholique, Libreria Editrice Vaticana, Vatican, 2002.
- , Témoins du Christ pour le nouveau millénaire, Libreria Editrice Vaticana, Vatican, 2002.
- , Redécouvrir l’Eucharistie, Libreria Editrice Vaticana, Vatican, 2005.
- , Répertoire des Associations Internationales de Fidèles, Libreria Editrice Vaticana, Vaticano 2004.
- , La beauté d’être chrétien, Les mouvements dans l’Eglise, Libreria Editrice Vaticana, Vatican, 2007.
- , Histoire et objectifs, Libreria Editrice Vatican, Vatican, 2012.
- , Être témoins de Jesus-Christ en Afrique aujourd’hui, “Sel dela terre...lumière du monde” (Mt 5,13.14), Congrès Panafricain des Laïcs Catholiques, Libreria Editrice Vaticana, Vaticano, 2013.
- POUPARD, P., L’Église au défi des cultures. Inculturation et Evangélisation, Desclée, Paris 1989.

- , "L'Eglise, la culture et les cultures", in: DC 1837 (1982) 887-893.
- , Théologie de l'évangélisation des cultures, in Stromata 3-4 (1985) 277-299.
- POUCUTA, P., Les lettres aux Églises d'Afrique. Apocalypse 1-3, Kathala, Paris 1997.
- , "Engelbert Mveng: une lecture africaine de la Bible", in: NRT 120 (1998) 32-45.
- , La Bible en terres d'Afrique: Quelle est la fécondité de la Parole, Paris, 1999.
- , Lectures africaines de la Bible, PUCAC, Yaoundé 2002.
- , Afrique, quelles alternatives à la mondialisation. In: Spiritus 166 (2002) 40-53.
- RAMAZANI, A. B., L'Église-famille-de-Dieu. Esquisse d'une ecclésiologie africaine, L'Harmattan, Paris, 2001.
- RATZINGER, J., O sal da terra, Edições Tenacitas, Coimbra, 2005.
- , "Les mouvements ecclésiaux et leur lieu théologique". In: Don de l'Esprit, Espérance pour les hommes. Les mouvements ecclésiaux et les communautés nouvelles, Editions des Béatitudes, Nouan-le-Fuzelier, 1999.
- , "Dialogue avec le cardinal Joseph Ratzinger". In: Pontificium Consilium pro Laicis, Les mouvements ecclésiaux dans la sollicitude pastorale des évêques, Editrice Vaticana, Vatican, 2000.
- RITUAL ROMANO, celebração do Baptismo das crianças, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1994.
- ROSNY, E., L'Afrique des guérisons, Karthala, Paris, 1992.
- RUDIO, V. V. Introdução a projectos de pesquisa, Vozes, Petrópolis, 1978.
- RYLKO, S., "L'événement du 30 mai 1998 et ses conséquences ecclésiologiques et pastorales", in: Pontificium Consilium pro Laicis, La beauté d'être chrétien, Libreria Editrice Vaticana, Vatican, 2007.
- , Préface, in: Pontificium Consilium pro Laicis, Être témoins de Jesus-Christ en Afrique aujourd'hui, "Sel de la terre... lumière du monde" (Mt 5,13.14), Congrès Panafricain des Laïcs Catholiques, Libreria Editrice Vaticana, Vaticano, 2013
- , "Le concile Vatican II, pierre milliaire sur le chemin du laïcat catholique". In: Pontificium Consilium pro Laicis. Le Congrès du laïcat catholique, Libreria Editrice vaticana, Vatican, 2002.
- QUIVY, R. E CAMPENHOUDT, L. V. Manual de Investigação em Ciências Sociais, Gradiva, 5ª edição, 2008.
- SANTEDI, K., Dogme et l'inculturation en Afrique. Perspective d'une théologie de l'invention, Karthala, Paris, 2003.
- , Les défis de l'évangélisation dans l'Afrique contemporaine, Karthala, Paris, 2005.
- , L'actualité des ministères laïcs dans l'Église: Hommage au Cardinal Malula. In: Telema 2-3 (1999) 66-87.

- , “Quelques déplacements récents dans la pratique des théologies contextuelles. L’inculturation como orthopraxis chrétien et l’inventivité”. In: RTL 34 (2003) 155-186.
- SANTEDI, K.L.; BISSAINTHE, G.; HEBGA, M., Des prêtres noirs s’interrogent. Cinquante ans après..., Karthala, Paris, 2006.
- SANTEDI, K. L., (dir.), L’avenir des ministères laïcs. Enjeux ecclesiologiques et perspectives pastorales, Actes du colloque célébrant le 20^e anniversaire de l’institution des Ministères des laïcs à Kinshasa (du 19 au 24 nov. 1995); Editions “Signes des temps”, Kinshasa, 1997.
- SANON, P., “Point de vie”. In: VDS 96 (1987) 9-21.
- SATURINO, M.C.G., “O direito de associação; um direito fundamental na Igreja”. In: Didaskalia XIX (1989) 191-262.
- SARAH, “Discurso de abertura da XII^a Assembleia Plenária da SCEAM”. In: DC 2301 (2 Novembro 2003).
- SCOLA, A., “La réalité des mouvements dans l’Église Universelle et dans l’Église locale”. In: Don de l’Esprit, Espérance pour les hommes. Les mouvements ecclésiaux et les communautés nouvelles, Editions des Béatitudes, Nouan-le-Fuzelier, 1999.
- SCOPINHO, S. C. D., “Abordagem etimológica e histórica do leigo no catolicismo”. In: Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor., Curitiba, v. 3, n. 2 (Jul./Dez. 2011) 571-597.
- , “O laicato nos pontificados de Paulo VI e João Paulo II”. In: Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor., Curitiba, v. 5, n. 2 (Jul./Dez. 2013) 493-528.
- SEGURA, D., “L’initiation, valeur permanente en vue de l’inculturation”. In: Mission et cultures non-chrétiennes – Rapport et compte rendu de la XXIX^e semaine de missiologie de Louvain 1959, Desclée de Brouwer, Louvain 1960, pp. 219-235.
- SESBOUÉ, B., Pensar e viver a fé no terceiro milénio, Gráfica de Coimbra, Coimbra 1999.
- SILVA, A, Cabinda. A Verdade oculta, Edição do autor, 1994.
- SILVA, J.A., Inculturação. Desafio à Igreja de hoje, Ed. São Paulo, Lisboa, 1994.
- SINDAYIGAYA, J., Mondialisation. Le nouvel esclavage de l’Afrique, L’Harmattan, Paris/Montreal, 2000.
- SISTACH, L. M., “La liberté d’association dans l’Église”. In: Pontificium Consilium Pro Laicis, Les mouvements ecclésiaux dans la sollicitude pastorale des évêques, Laïcs aujourd’hui, Vatican, 2000.
- SHORTER, A., Théologie chrétienne africaine: Adaptation ou Incarnation?, Cerf, Paris, 1980.
- SOGGE, D., Angola: “Estado fracassado” bem-sucedido, Fride, 2009, pp.10. In: <http://www.fride.org>.
- , Angola: e onde está a “boa governação” do mundo? Fride (Junho de 2006). In: <http://www.fride.org>.
- SOULETTE, J. L., La croix de Dieu. Eschatologie et histoire dans la perspective christologique de Jurgen Moltman, Cerf, Paris, 1997.
- SOUSA. A. Investigação em Educação, Livros Horizonte, Lisboa, 2005.

- STANDAERT, N., "Histoire d'un néologisme. Le terme 'inculturation' dans les documents romains". In: NRT 110 (1988) 555-570.
- TATI, R., Cabinda. Percorso histórico de uma Igreja entre Deus e César 1975-2012, Princípa, Cascais, 2013.
- , Crise Africana e processo de democratização em África. Pertinência e Implicações Ético-Antropológicas, Colorestúdio, Leiria, 1999.
- THIAM, J. "Du clan tribal à la communauté chrétiennes". In: Des prêtres noirs s'interroge, Cerf, Paris, 1956.
- TILLICH, P., Théologie de la culture, Ed. Planète, Paris, 1968.
- TRENTIN, G. "Movimenti ecclesiali tra fede e storia". In: Credere Oggi", 5 (1983) 46-56.
- TSHIAMALENGA NTUMBA, "Exégèse biblique et philosophie du langage". In: RAT 1 (1977) 165-184.
- TSHIBANGU, T. – VANNESTE, A., "Débat sur la Théologie Africaine", in Revue du Clergé Africain, t.15 (Juillet 1960) 333-352.
- TSHIBANGU TSHISHIKU, "Deux milles ans d'évangélisation. Les nouvelles formes d'évangélisation pour le XXI^e siècle", in: RAT 53 (avril 2003).
- , La Théologie Africaine: Manifeste et Programme pour le development des activités théologiques en Afrique, Kinshasa 1987.
- TUCKMAN, B. Manual de Investigação em Educação, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2000.
- UKPONG, J., "Bibliografia teológica africana", in Concilium 219 (1988) 257-266.
- UGEUX, B., Les petites communautés chrétiennes, une alternative aux paroisses? L'expérience zaïroise, Cerf, Paris, 1988.
- VALA, J. "A análise de conteúdo". In: Silva, A. S. Pinto, J. M (org.). Metodologia das Ciências sociais, 14^a edição, Afrontamento, Porto, 2007.
- VALADIER, P., "La mondialisation et les cultures". In: Etudes 395 (2001/11) 505-416.
- VANIER, J., A Comunidade lugar do perdão e da festa, Edições Paulista, Lisboa 1983.
- VEIGH, M., "La notion de religion dans les theologies chrétiennes africaines". In: Concilium 156 (1980) 396-402.
- VERNETE (org.), Dans Les sectes et l'Église catholique. Le document romain, nouv. éd. revue, Cerf, Paris, 1994.
- VILLEMIN, L., "La paroisse, les dioceses et les nouveaux mouvements", In: Etudes 405/6 (déc.2006) 635-646.
- VV.AA., Des prêtres noirs s'interroge, Cerf, Paris, 1956.
- , Le service théologique dans l'église. Mélanges offerts au père Y.Congar, Cerf, Paris, 1974.
- , La théologie africaine s'interroge. Colloque d'Accra, L'Harmattan, Paris 1978.
- , Gruppi, Movimenti e Associazioni per un dialogo ecclesiale, Presenza Pastoral, Roma, 1980.
- , Vocazione comune e vocazioni specifiche, LAS, Roma 1981.

- , Théologie et choc des cultures, Cerf, Paris, 1984.
- , Théologie et choc des cultures, Cerf, Paris 1984.
- , Les laïcs. Leur mission dans l'Église et dans le monde. Les dossiers de la Documentation catholique, centurion, Paris 1985.
- , La réception de Vatican II, Cerf, Paris ,1985.
- , Chemins de la christologie africaine, Desclée, Paris, 1986.
- , Vatican II. Bilan et Perspectives. Vingt-cinq ans après (1962-1987). Montréal-Paris, Bellarmin-Cerf, 1988.
- , Le Christ et les cultures dans le monde et l'histoire. Montréal, Bellarmin, 1991.
- , Interpreter. Homenage amical à Claude Geffré, Cerf, Paris 1992.
- , Inculturation et conversion. Africains et Européens face au synode des Églises d'Afrique, Karthala, Paris, 1994.
- , Inculturation et Conversion. Africains et Européens face au synode des Églises d'Afrique, Karthala,
- , La pratique de la théologie au Congo-Kinshasa d'une generation à une autre. Melanges en l'honneur des professeurs L. VAN BAELEN, L. de SAINT MOULIN, J. NTEDIKA KONDE, FCK, Kinshasa 2001.
- , La théologie entre deux siècles. Bilan et Perspectives. Actes du colloque organisé à L'occasion du 575^e anniversaire de l'UCL, Louvain-la-Neuve, 2002.
- , Une Theologie prophetique pour l'Afrique. Melanges en l'honneur des Professeurs Dosithée Atal Sa ANGANG et René De HAES, FCK, Kinshasa, 2004.
- , L'effervescence religieuse en Afrique, Karthala, Paris 2004.
- , Autonomie financière et gestion des biens dans les jeunes Eglises d'Afrique, L'Harmattan, Paris 2006.
- , La théologie au service de la société. In memoriam Professeur René De Haes, FCK, Kinshasa, 2007.
- , Metodologia das Ciências sociais, 14^a edição, Afrontamento, Porto, 2007.
- , Uma oportunidade para o Evangelho, Paulinas, Lisboa, 2013.

3. Documentação africana

3.1. Colóquios internacionais

1. La théologie africaine s'interroge. Colloque d'Accra, L'Harmattan, Paris 1978.
2. Mediations africaines du sacré: Colloque international de Kinshasa du 16 au 22 février 1986.
3. Spiritualité et libération en Afrique, AOTA, L'Harmattan, Paris 1987.
4. Sectes, cultures et sociétés: Les enjeux spirituels du temps: Quatrième colloque international du CERA (Kinshasa 14-21 Novembre 1992), N° Spécial des Cahiers des Religions Africaines, vol. 31, n°61-62, 1997.

5. Justice et sorcellerie. Actes d'un colloque consacré aux procès en sorcellerie en certains pays africains et en particulier le Cameroun (mars 2005), Karthala, Paris 2006.

3.2. Semaines théologiques de Kinshasa

1. L'Évangélisation dans l'Afrique d'aujourd'hui, Actes de la Dixième Semaine Théologique de Kinshasa, 1980.
2. Libération en Jésus-Christ, Actes de la XII^e Semaine théologique de Kinshasa, 1977.
3. Justice chrétienne et Promotion Humaine, Actes de la XIII^e Semaine Théologique de Kinshasa, 1979.
4. Les intellectuels africains et l'Eglise, Actes de la XIV^e Semaine Théologique de Kinshasa, 1981.
5. Théologie Africaine: Bilan et Perspectives, Actes de la XVII^e Semaine Théologique de Kinshasa, 1989.
6. Quelle Eglise pour l'Afrique du Troisième Millénaire? Contribution au Synode Spécial des évêques pour l'Afrique, Actes de la XVIII^e Semaine Théologique de Kinshasa, 1991.
7. Eglises et Démocratisation en Afrique, Actes de la XIX^e Semaine Théologique de Kinshasa, 1993.
8. Eglise-Famille: Eglise-Fraternité. Perspectives post-synodales, Actes de la XX^e Semaine Théologique de Kinshasa, 1995.
9. L'eucharistie dans l'Eglise-Famille en Afrique à l'aube du troisième millénaire, Actes de la XXII^e Semaine Théologique de Kinshasa, 2001.
10. Repenser le salut chrétien dans le contexte africain, Actes de la XXIII^e Semaine Théologique de Kinshasa, 2003.
11. Maladie et souffrance en Afrique. L'Eglise interpellée par la pandémie du sida. Actes de la XXIV^e Semaine Théologique de Kinshasa, 2007

3.3. Publicações da Sceam

1. Promouvoir l'évangélisation dans la responsabilité. In: DC 1664 (1974) 995-996.
2. La paix et la justice. In DC 1751 (1978) 927-929.
3. Reconciliation et Pénitence en Afrique. In: DC 1864 (1983) 1182-1183.
4. La mission de l'Eglise au sein de la société. In: DC 1913 (1986) 263-268.
5. L'Eglise et la promotion humaine en Afrique aujourd'hui. In: DC 1913 (1986) 268-272.
6. Christ est vivant: nous vivons. In: DC 2095 (1994) 526-534.

Índice de figuras e quadros

Figura 1: Mapeamento das Províncias de Angola.....	194
Figura 2: Mapa de Cabinda.....	196
Quadro 1: Igrejas reconhecidas	207
Quadro 2: Igrejas não reconhecidas	211
Quadro 3: Dados estatísticos	220
Quadro 4: Secretariados	222
Quadro 5: Paróquias e Quase-paróquias	223
Quadro 6: Congregações Religiosas.....	224
Quadro 7: Obras Sociais	225
Quadro 8: Escolas Católicas	226
Quadro 9: Os passos dados nas entrevistadas	241
Quadro 10: Os documentos seleccionados	244
Quadro 11: Validação <i>a priori</i>	246
Quadro 12: Validação <i>a posteriori</i>.....	246
Quadro 13: Síntese das questões de investigações e técnicas de recolha de dados	253
Quadro 14: A dimensão do fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado.....	253
Quadro 15: Novos Movimentos com maior ou menor expressão	257
Quadro 16: Novos Movimentos de Apostolado reconhecidos e não reconhecidos	258
Quadro 17: Identificação dos Novos Movimentos de Apostolado.....	259
Quadro 18: Apreciação dos Novos Movimentos de Apostolado.....	260
Quadro 19: Propostas para melhoramento do empenho dos novos movimentos.	263
Quadro 20: Comparação com outras dioceses de Angola	266
Quadro 21: Índole carismática da diocese de Cabinda.....	273
Quadro 22: Motivações para a fundação	310
Quadro 23: Princípio de obediência à autoridade eclesiástica	313

Índice dos anexos*

Anexo 1: Formulário do Inquérito aos Párocos e Quase-párocos

Anexo 2: Respostas dos Párocos e Quase-párocos

Anexo 3: Guião de entrevista ao Bispo e Fundadores dos “Novos Movimentos de Apostolado”

Anexo 4: Entrevista do Bispo (E1)

Anexo 5: Entrevista do Fundador dos “Filhos do Reino” (E2)

Anexo 6: Entrevista do Fundadora da “Nossa Senhora das Dores” (E3)

Anexo 7: Entrevista do Fundador dos “Peregrinos” (E4)

Anexo 8: Formulário do Inquérito às Dioceses de Angola

Anexo 9: Respostas das Dioceses

Anexo 10: Relatório da situação das Igrejas em Cabinda da Secretaria Provincial da Cultura

Anexo 11: Agenda Pastoral 2014/ Diocese de Cabinda

Anexo 12: Estatutos da Associação dos “Peregrinos de Cristo”

Anexo 13: Livro do Consolador, Linhas fundamentais da espiritualidade *masuela*

Anexo 14: Linhas fundamentais da espiritualidade de *Lutâmbi*

Anexo 15: Estatutos da Espiritualidade Nossa Senhora das Dores

Anexo 16: O Caminho do filho

Anexo 17: *Ilândulu*. Algumas linhas de orientação para os formadores, servos e responsáveis dos Filhos do Reino

Anexo 18: O Livro do reconciliador. Linhas gerais da espiritualidade samaritana

Anexo 19: Estatutos da Fraternidade

* Os anexos referenciados encontram-se em formato electrónico (pdf) em CD que acompanha a versão impressa deste trabalho.

Índice geral

SIGLAS E ABREVIATURAS.....	11
INTRODUÇÃO	13
Primeira parte: O PROCESSO DA INCULTURAÇÃO E OS SEUS NOVOS DESAFIOS EM CABINDA	19
Capítulo 1: O conceito de inculturação: abordagem etimológica e histórica	23
1.1. A gênese histórica do conceito da inculturação.....	23
1.2. Tentativas terminológicas.....	26
1.2.1. Aculturação	27
1.2.2. Enculturação	28
1.2.3. Transculturação.....	29
1.2.4. Adaptação e acomodação.....	29
1.2.5. Implantação da Igreja.....	31
1.2.6. Indigenização	32
1.2.7. Incarnação	32
1.2.8. Contextualização.....	35
1.2.9. Africanização	35
1.3. Ensaio de definição da inculturação	36
1.3.1. Duas definições descritivas.....	37
1.3.2. O significado semântico.....	38
1.3.2.1. <i>A cultura</i>	38
1.3.2.2. <i>Noção de “fé”</i>	40
1.4. Agentes do processo da inculturação	41
1.5. Critérios para a fiabilidade do processo da inculturação	43
1.5.1. Distinguir Evangelho e cultura	43
1.5.2. Preservar a identidade da Igreja	43
1.5.3. A unidade e o pluralismo	44
1.5.4. Discernimento e investigação	44
1.6. Orientações e exigências para o processo fiável da inculturação	45
Capítulo 2: Fundamentos do processo da inculturação	49
2.1. Fundamento Antropológico	49
2.2. Fundamento Bíblico	52
2.2.1. A inculturação no Novo Testamento	53
2.2.2. Jesus Cristo, modelo para a inculturação	55
2.2.3. S. Paulo, defensor da inculturação	59
2.3. Fundamento histórico	61
2.3.1. As três inculturações cristãs primitivas.....	61

2.3.2. Algumas grandes figuras da inculturação na história da evangelização dos povos	64
2.3.2.1. <i>São Bento</i>	64
2.3.2.2. <i>Cirilo e Metódio</i>	64
2.3.2.3. <i>Matteo Ricci (1532-1610) e outros missionários nos “novos mundos”</i>	65
2.3.3. A herança das directivas papais do século XX	67
2.3.3.1. <i>Bento XV</i>	67
2.3.3.2. <i>Pio XI</i>	68
2.3.3.3. <i>Pio XII</i>	68
2.3.3.4. <i>João XXIII</i>	69
2.3.3.5. <i>Paulo VI</i>	70
2.3.3.6. <i>João Paulo II</i>	71
2.3.4. A contribuição do Concílio Vaticano II.....	73
2.4. Fundamento teológico	74
2.4.1. Incarnação redentora como modelo da inculturação	74
2.4.2. A Missão da Igreja	77
2.4.3. Teologia como hermenêutica	78
Capítulo 3: A Realidade do processo da inculturação	83
3.1. Rito Zaireense	83
3.2. Valorização da arte cristã africana.....	85
3.3. A Cristologia africana.....	86
3.4. Ecclesiologia	88
3.4.1. Noção da Igreja como família de Deus.....	89
3.4.2. As comunidades vivas	89
3.4.3. Ministério de Bakambi.....	90
3.4.4. A experiência moçambicana dos ministérios dos leigos	92
3.5. A leitura africana da Bíblia.....	93
3.6. A urgência de uma nova inculturação da fé	96
3.6.1. As críticas ao primeiro processo da inculturação	96
3.6.2. Os défices a combater	100
3.7. Para um melhor estudo da inculturação.....	104
Capítulo 4: Os novos desafios da inculturação em Cabinda	109
4.1. A reconciliação, a paz e a justiça.....	109
4.1.1. A Reconciliação	110
4.1.2. A paz	115
4.1.3. A justiça	118
4.2. Os desafios apontados por Bento XVI	127
4.2.1. O “amigamento”	127
4.2.2. A duplicidade de vida	128
4.2.3. O tribalismo	130
4.3. Outros desafios	131
4.3.1. A proliferação das seitas	131
4.3.2. A doença e a cura espiritual	139
4.3.3. A globalização	142
4.3.4. A ecologia	150

**Segunda parte: A PERCEPÇÃO DA REALIDADE DO FENÓMENO DOS
NOVOS MOVIMENTOS DE APOSTOLADO EM CABINDA..... 155**

**Capítulo 1: Tentativas de clarificação do conceito “Novos Movimentos de
Apostolado” 159**

1.1. Opção pelo conceito “Novos Movimentos de Apostolado”	159
1.2. Os Movimentos na história da Igreja.....	170
1.2.1. A influência do Monaquismo	170
1.2.2. A época de São Bento e São Gregório Magno	172
1.2.3. O movimento de reforma de Cluny	173
1.2.4. A força espiritual do movimento evangélico de Francisco de Assis e Domingos de Gusmão	174
1.2.5. Os novos movimentos de evangelização do século XVI.....	175
1.2.6. A nova onda de movimentos dos séculos XIX e XX.....	176
1.3. Critérios da leitura do fenómeno dos Novos Movimentos Eclesiais.....	179
1.4. O Espírito Santo, Verdadeiro Protagonista dos Movimentos na Igreja.....	183

Capítulo 2: Caracterização da realidade de Cabinda 189

2.1. Alguns dados sobre Angola.....	189
2.1.1. Dados geopolíticos de Angola	189
2.1.2. Dados socio-económicos de Angola.....	191
2.2. Situação geopolítica de Cabinda	194
2.2.1. Leitura do mapa de Angola.....	194
2.2.2. Leitura política da situação geográfica de Cabinda	197
2.3. Situação socio-económica de Cabinda	200
2.3.1. Dados demográficos	200
2.3.2. Quadro económico	201
2.3.3. Quadro social	203
2.4. Contexto religioso	206
2.5. Panorama da diocese de Cabinda	217
2.5.1. Caminhada histórica	217
2.5.2. Dados estatísticos da diocese de Cabinda.....	220
2.5.3. As estruturas da diocese.....	221
2.5.3.1. <i>Arciprestados</i>	221
2.5.3.2. <i>Secretariados diocesanos</i>	221
2.5.3.3. <i>Paróquias e Quase-paróquias</i>	223
2.5.3.4. <i>Congregações Religiosas</i>	224
2.5.3.5. <i>Obras Sociais</i>	225
2.5.3.6. <i>Escolas Católicas</i>	225

**Capítulo 3: Diagnóstico da realidade do fenómeno dos Novos Movimentos de
Apostolado fundados em Cabinda 227**

3.1. Especificação da metodologia da pesquisa.....	227
3.1.1. A questão da investigação.....	228
3.1.2. Tipo de Pesquisa	230
3.2. Recolha dos dados	233
3.2.1. Caracterização das fontes de informações	233

3.2.2. As técnicas de colecta de dados	234
3.2.2.1. A observação.....	235
3.2.2.2. Inquérito por questionário	236
3.2.2.3. Inquérito por entrevista.....	238
3.2.2.4. Pesquisa documental.....	242
3.3. Validade e fiabilidade das informações recolhidas	245
3.4. Tratamento, apresentação dos resultados obtidos e a sua interpretação	249
3.4.1. Análise de conteúdo.....	249
3.4.2. Apresentação e interpretação dos resultados	252
3.4.2.1. A dimensão da realidade do fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado em Cabinda	253
3.4.2.2. Identificação dos Novos Movimentos de Apostolado.....	259
3.4.2.3. Pontos positivos e pontos negativos dos Novos Movimentos de Apostolado	260
3.4.2.4. Propostas para melhoramento do impulso apostólico e missionário dos Novos Movimentos de Apostolado	263
3.4.2.5. A realidade dos Novos Movimentos de Apostolado, expressão concreta duma extraordinária riqueza “carismática” da Igreja de Cabinda.....	265
Capítulo 4: Um olhar rápido sobre alguns Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda.....	275
4.1. Peregrinos de Cristo	275
4.1.1. A dinâmica da espiritualidade.....	276
4.1.2. Condições de admissão.....	277
4.1.3. Direitos e deveres dos membros	277
4.1.4. Organização do Movimento.....	278
4.2. <i>Masuela ma Kristu</i>	281
4.2.1. A dinâmica da espiritualidade.....	281
4.2.2. Maria na vida do <i>Masuela</i>	283
4.2.3. Escalões	284
4.2.4. Órgãos sociais de <i>Masuela</i>	285
4.2.5. Serviços ou actividades fundamentais	287
4.2.6. Os vários ritos	287
4.2.7. Esquema do encontro de <i>Masuela</i>	288
4.3. <i>Lutâmbi lu Yezu</i>	288
4.3.1. A dinâmica da espiritualidade.....	288
4.3.2. Escalões	289
4.3.3. O lugar do <i>lutâmbi</i> na comunidade.....	291
4.3.4. O dia de Cesareia	292
4.3.5. Órgãos sociais	292
4.3.6. Os principais serviços ou actividades	293
4.3.7. Ritos.....	294
4.4. Espiritualidade Nossa Senhora das Dores	294
4.4.1. Dinâmica da espiritualidade.....	295
4.4.2. Escalões	295
4.4.3. Condições de admissão.....	296
4.4.4. Deveres e direitos dos membros	296

4.4.5. Órgãos sociais	297
4.5. Filhos do Reino.....	299
4.5.1. Dinâmica da espiritualidade.....	299
4.5.2. O banquete dos irmãos.....	302
4.5.3. Escalações	302
4.5.4. Órgãos sociais	303
4.5.5. Formação e actividades.....	303
4.6. <i>Lusalusu lu Zezu</i> (Samaritanos).....	304
4.6.1. A dinâmica da espiritualidade samaritana	304
4.6.2. Escalões	307
4.6.3. Esquema de um encontro dos samaritanos	307
4.6.4. Órgãos sociais	308
4.6.5. Os serviços ou actividades	308
4.7. Pontos de convergência	309
4.7.1. A preponderância da figura do fundador	310
4.7.2. Escolas da fé	312
4.7.3. A tónica da eclesialidade	313
4.7.4. Uma nova auto-consciência eclesial	315
4.7.5. Alegria de pertença	316
4.7.6. Grau de pertença	316
4.7.7. Grande espírito de solidariedade.....	317

Terceira parte: CONTRIBUTOS PARA A VALORIZAÇÃO E A DINAMIZAÇÃO DO IMPLUSO MISSIONÁRIO DOS NOVOS MOVIMENTOS DE APOSTOLADO FUNDADOS EM CABINDA 321

Capítulo 1: Os fundamentos dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda 325

1.1. Fundamento bíblico	326
1.2. Fundamento cultural	328
1.3. Fundamento dogmático	333
1.4. Fundamento eclesiológico	337
1.5. Fundamento canónico.....	343
1.5.1. Natureza do direito de associação.....	344
1.5.2. O cânone fundamental do direito de associação	347
1.5.3. Modalidades de associações	348
1.5.4. Relação com hierarquia.....	350

Capítulo 2: Os impulsionadores dos Novos Movimentos Eclesiais 355

2.1. O laicado nos pontificados de Pio IX a Paulo VI.....	355
2.1.1. Pio IX (1846-1878).....	356
2.1.2. Leão XIII (1878-1903).....	356
2.1.3. Pio XI (1922-1939).....	358
2.1.4. Pio XII (1939-1958).....	360
2.1.5. João XXIII (1958-1963)	362
2.1.6. Paulo VI (1963-1978)	365
2.1.6.1. <i>Alguns acontecimentos marcantes</i>	366
2.1.6.2. <i>Alguns pronunciamentos</i>	367

2.2. O Concílio Vaticano II, verdadeiro elemento catalizador do fenómeno dos Novos Movimentos Eclesiais.....	369
2.2.1. Princípios fundamentais da teologia do laicado.....	370
2.2.2. A essência e o conteúdo do direito de associação.....	373
2.2.3. O papel do estatuto	375
2.3. O impulso decisivo do Conselho Pontifício para os leigos	378
2.3.1. Histórico da criação do Conselho Pontifício para os Leigos	378
2.3.2. As suas competências específicas.....	380
2.3.3. Modo de funcionamento	381
2.3.4. A sua Estrutura.....	383
2.3.5. Alguns feitos significativos	384
2.3.5.1. <i>Grandes encontros dos membros dos “Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades”</i>	384
2.3.5.2. <i>Congressos</i>	385
2.3.5.3. <i>Os Congressos internacionais ou Nacionais</i>	387
2.3.5.4. <i>Seminários de formação</i>	389
2.3.5.5. <i>Apreciação do trabalho do Conselho Pontifício para os leigos</i>	390
2.4. João Paulo II, o “bom Pastor” dos “Novos Movimentos”.....	391
2.4.1. Acontecimentos significativos	391
2.4.2. Alguns pronunciamentos	394
2.4.3. A “ <i>Carta Magna</i> ” dos Novos Movimentos	398
2.5. Bento XVI, “o teólogo” dos “Novos Movimentos”	399
2.5.1. A conferência com o título “Os Movimentos eclesiais e a sua colocação teológica” e “o diálogo franco com os bispos” no seminário de formação	400
2.5.2. “Mensagem aos Participantes no Segundo Congresso Mundial dos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades” e “Homilia na vigília no encontro de Pentecostes 2006”.....	406
2.5.3. Outros pronunciamentos	410
Capítulo 3: A maturidade eclesial: um desafio e um caminho a percorrer	417
3.1. Critério e fruto de santidade	418
3.2. Critério e fruto de apostolado	423
3.3. Critério e fruto de testemunho	433
3.4. Critério e fruto de complementaridade.....	437
3.5. Critério e fruto de espírito de ecumenismo	440
Capítulo 4: Chaves para a valorização e dinamização dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda	451
4.1. Uma renovação eclesial inadiável	452
4.2. À escuta da realidade do fenómeno dos Novos Movimentos de Apostolado	456
4.3. A Criação e a dinamização de uma estrutura para os leigos	459
4.4. Aposta forte na formação sólida e permanente para o apostolado	463
4.5. Aposta na vivência da fé celebrada ou da celebração da fé.....	475
CONCLUSÃO.....	487
BIBLIOGRAFIA	491

Índice de figuras e quadros.....	509
Índice dos anexos	511
Índice geral	513

Índice dos anexos

Anexo 1: Formulário do Inquérito aos Párocos e Quase-párocos

Anexo 2: Respostas dos Párocos e Quase-párocos

Anexo 3: Guião de entrevista ao Bispo e Fundadores dos “Novos Movimentos de Apostolado”

Anexo 4: Entrevista do Bispo (E1)

Anexo 5: Entrevista do Fundador dos “Filhos do Reino” (E2)

Anexo 6: Entrevista do Fundadora da “Nossa Senhora das Dores” (E3)

Anexo 7: Entrevista do Fundador dos “Peregrinos” (E4)

Anexo 8: Formulário do Inquérito às Dioceses de Angola

Anexo 9: Respostas das Dioceses

Anexo 10: Relatório da situação das Igrejas em Cabinda da Secretaria Provincial da Cultura

Anexo 11: Agenda Pastoral 2014/ Diocese de Cabinda

Anexo 12: Estatutos da Associação dos “Peregrinos de Cristo”

Anexo 13: Livro do Consolador, Linhas fundamentais da espiritualidade *masuela*

Anexo 14: Linhas fundamentais da espiritualidade de *Lutâmbi*

Anexo 15: Estatutos da Espiritualidade Nossa Senhora das Dores

Anexo 16: O Caminho do filho

Anexo 17: *Ilândulu*. Algumas linhas de orientação para os formadores, servos e responsáveis dos Filhos do Reino

Anexo 18: O Livro do reconciliador. Linhas gerais da espiritualidade samaritana

Anexo 19: Estatutos da Fraternidade

Anexo 1: Formulário do Inquérito aos Párocos e Quase-Párocos

PESQUISA SOBRE A REALIDADE DOS NOVOS MOVIMENTOS DE APOSTOLADO EM CABINDA.

O fenómeno dos chamados “Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades” é hoje reconhecido e considerado como uma “resposta providencial” aos novos desafios da nova evangelização como podemos ler nesta afirmação do Papa João Paulo II: “ No mundo, frequentemente dominado por uma cultura secularizada que cria e promove modelos de vida sem Deus, a fé de tantas pessoas é posta à dura prova e frequentemente asfixiada e apagada. Sente-se por conseguinte com urgência a necessidade de um anúncio forte e uma formação cristã sólida e exaustiva. Temos necessidade hoje de pessoas cristãs maduras, conscientes da sua identidade, de comunidades cristãs vivas. Eis então os movimentos eclesiais e as comunidades novas: São a resposta suscitada pelo Espírito Santo a este desafio dramático de fim de milénio. Sois esta resposta providencial”¹. Por sua vez, Bento XVI, num discurso para os bispos alemães, viu neles o «dom do Espírito Santo» à Igreja: “Depois do Concílio, o Espírito Santo deu-nos os “movimentos”².

Por isso, a realidade dos “Novos Movimentos” fundados em Cabinda não pode escapar a esta exigência de ser também uma «resposta providencial» aos novos desafios da inculturação. É o objectivo deste estudo: Fazer uma reflexão aprofundada sobre a realidade dos Novos Movimentos de Apostolado nascidos em Cabinda e apresentar algumas propostas de orientação teológico-pastoral para que sejam, de facto, esta “resposta providencial” aos novos desafios da inculturação em Cabinda, processo considerado pelo primeiro Sínodo para África como “uma prioridade e uma urgência na vida das Igrejas particulares, para a real radicação do Evangelho em África”³.

Para tal, contamos com a sua colaboração como responsável da paróquia ou quase-paróquia. Porém, interessa-nos saber a sua percepção da realidade dos “Novos Movimentos de Apostolado”, fundados em Cabinda na sua área de jurisdição. Portanto, este inquérito é dirigido exclusivamente aos párocos ou quase-párocos. Desde já os nossos agradecimentos antecipados.

¹ João Paulo II, “Discurso de João Paulo II aos membros dos Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades”, 30 de Maio de 1998.

² Bento XVI, “Discurso aos Bispos alemães na sua visita “*ad limina Apostolorum*”, 18 de Novembro de 2006.

³ *Ecclesia in Africa* 56.

1. Como está organizada a sua paróquia ou quase-paróquias? Em comunidades ou centros? Em outros termos, qual é a composição da sua paróquia ou quase-paróquias?
2. Quais são os Movimentos de Apostolado que a sua Paróquia ou quase-paróquia tem?
3. Desses Movimentos que a sua paróquia ou quase-paróquia tem quais são fundados em Cabinda? Quem é fundador? Tem o estatuto?
4. O que acha do seu trabalho? E da sua integração na vida da paróquia ou quase-paróquia?
5. Tem algumas propostas para dinamizar o seu papel na pastoral da paróquia ou quase-paróquia e fazer dos seus membros testemunhas de Cristo Ressuscitado?

Paróquia ou quase-paróquia.....

Cabinda, 07-10-10.

PESQUISA SOBRE A REALIDADE DOS NOVOS MOVIMENTOS DE APOSTOLADO EM CABINDA.

O fenómeno dos chamados “Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades” é hoje reconhecido e considerado como uma “resposta providencial” aos novos desafios da nova evangelização como podemos ler nesta afirmação do Papa João Paulo II: “ No mundo, frequentemente dominado por uma cultura secularizada que cria e promove modelos de vida sem Deus, a fé de tantas pessoas é posta à dura prova e frequentemente asfixiada e apagada. Sente-se por conseguinte com urgência a necessidade de um anúncio forte e uma formação cristã sólida e exaustiva. Temos necessidade hoje de pessoas cristãs maduras, conscientes da sua identidade, de comunidades cristãs vivas. Eis então os movimentos eclesiais e as comunidades novas: São a resposta suscitada pelo Espírito Santo a este desafio dramático de fim de milénio. Sois esta resposta providencial”¹. Por sua vez, Bento XVI, num discurso para os bispos alemães, viu neles o «dom do Espírito Santo» à Igreja: “Depois do Concílio, o Espírito Santo deu-nos os “movimentos”².

Por isso, a realidade dos “Novos Movimentos” fundados em Cabinda não pode escapar a esta exigência de ser também uma «resposta providencial» aos novos desafios da inculturação. É o objectivo deste estudo: Fazer uma reflexão aprofundada sobre a realidade dos Novos Movimentos de Apostolado nascidos em Cabinda e apresentar algumas propostas de orientação teológico-pastoral para que sejam, de facto, esta “resposta providencial” aos novos desafios da inculturação em Cabinda, processo considerado pelo primeiro Sínodo para África como “uma prioridade e uma urgência na vida das Igrejas particulares, para a real radicação do Evangelho em África”³.

Para tal, contamos com a sua colaboração como responsável da paróquia ou quase-paróquia. Porém, interessa-nos saber a sua percepção da realidade dos “Novos Movimentos de Apostolado”, fundados em Cabinda na sua área de jurisdição. Portanto, este inquérito é dirigido exclusivamente aos párocos ou quase-párocos. Desde já os nossos agradecimentos antecipados.

¹ João Paulo II, “Discurso de João Paulo II aos membros dos Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades”, 30 de Maio de 1998.

² Bento XVI, “Discurso aos Bispos alemães na sua visita “*ad limina Apostolorum*”, 18 de Novembro de 2006.

³ *Ecclesia in Africa* 56.

1. A sua paróquia ou quase-paróquias está dividida em centros ou comunidades? Quantos ou quantas?
2. Quais são os Movimentos de Apostolado que a sua Paróquia ou quase-paróquia tem?
3. Desses Movimentos que a sua paróquia ou quase-paróquia tem quais são fundados em Cabinda? Conhece o seu fundador? Quem é?
4. Conhece a espiritualidade desses Moimentos? Qual é?
5. Existem esses Movimentos também nos centros ou comunidades da sua paróquia ou quase-paróquia?
6. O que acha do seu empenho? Da sua integração na vida da paróquia ou quase-paróquia?
7. Pode dizer os aspectos positivos e negativos que esses Novos Movimentos de Apostolado fundados em cabinda trouxeram na vida do dia-a-dia da sua paróquia ou quase-paróquia?
8. Tem algumas propostas para dinamizar o empenho desses Novos Movimentos na paróquia ou quase-paróquia?
9. Acha que esses Novos Movimentos de Apostolado são «lugares que favorecem um encontro com Cristo que transforma a vida das pessoas, acendendo nelas um impressionante impulso evangelizador», «lugares onde se aprende a beleza de ser cristão e alegria de anunciá-la? Pode dar alguns exemplos concretos?
10. Pode fazer algumas considerações gerais sobre a realidade dos Novos Movimentos de Apostolado na diocese?

Paróquia ou quase-paróquia.....

Data.....

Pároco ou quase-pároco.....

PESQUISA SOBRE A REALIDADE DOS NOVOS MOVIMENTOS DE APOSTOLADO EM CABINDA.

O fenómeno dos chamados “Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades” é hoje reconhecido e considerado como uma “resposta providencial” aos novos desafios da nova evangelização como podemos ler nesta afirmação do Papa João Paulo II: “ No mundo, frequentemente dominado por uma cultura secularizada que cria e promove modelos de vida sem Deus, a fé de tantas pessoas é posta à dura prova e frequentemente asfixiada e apagada. Sente-se por conseguinte com urgência a necessidade de um anúncio forte e uma formação cristã sólida e exaustiva. Temos necessidade hoje de pessoas cristãs maduras, conscientes da sua identidade, de comunidades cristãs vivas. Eis então os movimentos eclesiais e as comunidades novas: São a resposta suscitada pelo Espírito Santo a este desafio dramático de fim de milénio. Sois esta resposta providencial”¹. Por sua vez, Bento XVI, num discurso para os bispos alemães, viu neles o «dom do Espírito Santo» à Igreja: “Depois do Concílio, o Espírito Santo deu-nos os “movimentos”².

Por isso, a realidade dos “Novos Movimentos” fundados em Cabinda não pode escapar a esta exigência de ser também uma «resposta providencial» aos novos desafios da inculturação. É o objectivo deste estudo: Fazer uma reflexão aprofundada sobre a realidade dos Novos Movimentos de Apostolado nascidos em Cabinda e apresentar algumas propostas de orientação teológico-pastoral para que sejam, de facto, esta “resposta providencial” aos novos desafios da inculturação em Cabinda, processo considerado pelo primeiro Sínodo para África como “uma prioridade e uma urgência na vida das Igrejas particulares, para a real radicação do Evangelho em África”³.

Para tal, contamos com a sua colaboração como responsável da paróquia ou quase-paróquia. Porém, interessa-nos saber a sua percepção da realidade dos “Novos Movimentos de Apostolado”, fundados em Cabinda na sua área de jurisdição. Portanto, este inquérito é dirigido exclusivamente aos párocos ou quase-párocos. Desde já os nossos agradecimentos antecipados.

¹ João Paulo II, “Discurso de João Paulo II aos membros dos Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades”, 30 de Maio de 1998.

² Bento XVI, “Discurso aos Bispos alemães na sua visita “*ad limina Apostolorum*”, 18 de Novembro de 2006.

³ *Ecclesia in Africa* 56.

1. A sua paróquia ou quase-paróquias está dividida em centros ou comunidades? Quantos ou quantas?
2. Quais são os Movimentos de Apostolado que a sua Paróquia ou quase-paróquia tem?
3. Desses Movimentos que a sua paróquia ou quase-paróquia tem quais são fundados em Cabinda? Conhece o seu fundador? Quem é?
4. Conhece a espiritualidade desses Movimentos? Qual é?
5. Têm estatutos? Conhece esses estatutos?
6. Existem esses Movimentos também nos centros ou comunidades da sua paróquia ou quase-paróquia?
7. O que acha do seu empenho? Da sua integração na vida da paróquia ou quase-paróquia?
8. A sua paróquia ou quase-paróquia tem um conselho paroquial ou um conselho pastoral? Quais são as suas atribuições? Quem fazem parte? Como são escolhidos os seus membros?
9. Pode dizer os aspectos positivos e negativos que esses Novos Movimentos de Apostolado fundados em cabinda trouxeram na vida do dia-a-dia da sua paróquia ou quase-paróquia?
10. Tem algumas propostas para dinamizar o empenho desses Novos Movimentos na paróquia ou quase-paróquia?
11. Acha que os seus membros são «cristãos maduros, conscientes da sua identidade, isto é, testemunhas de Cristo ressuscitado, luz e sal da terra»? Pode dar alguns exemplos concretos.
12. Será que esses Novos Movimentos são mais «folclore», «exibicionismo» sem impacto na vida dos membros? O que propõe para remediar?
13. Algumas considerações gerais?

Paróquia ou quase-paróquia.....

Data.....

Anexo 2: Respostas dos Párocos e Quase-Párocos

PESQUISA SOBRE A REALIDADE DOS NOVOS MOVIMENTOS DE APOSTOLADO EM CABINDA.

O fenómeno dos chamados “Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades” é hoje reconhecido e considerado como uma “resposta providencial” aos novos desafios da nova evangelização como podemos ler nesta afirmação do Papa João Paulo II: “ No mundo, frequentemente dominado por uma cultura secularizada que cria e promove modelos de vida sem Deus, a fé de tantas pessoas é posta à dura prova e frequentemente asfixiada e apagada. Sente-se por conseguinte com urgência a necessidade de um anúncio forte e uma formação cristã sólida e exaustiva. Temos necessidade hoje de pessoas cristãs maduras, conscientes da sua identidade, de comunidades cristãs vivas. Eis então os movimentos eclesiais e as comunidades novas: São a resposta suscitada pelo Espírito Santo a este desafio dramático de fim de milénio. Sois esta resposta providencial”¹. Por sua vez, Bento XVI, num discurso para os bispos alemães, viu neles o «dom do Espírito Santo» à Igreja: “Depois do Concílio, o Espírito Santo deu-nos os “movimentos”².

Por isso, a realidade dos “Novos Movimentos” fundados em Cabinda não pode escapar a esta exigência de ser também uma «resposta providencial» aos novos desafios da inculturação. É o objectivo deste estudo: Fazer uma reflexão aprofundada sobre a realidade dos Novos Movimentos de Apostolado nascidos em Cabinda e apresentar algumas propostas de orientação teológico-pastoral para que sejam, de facto, esta “resposta providencial” aos novos desafios da inculturação em Cabinda, processo considerado pelo primeiro Sínodo para África como “uma prioridade e uma urgência na vida das Igrejas particulares, para a real radicação do Evangelho em África”³.

Para tal, contamos com a sua colaboração como responsável da paróquia ou quase-paróquia. Porém, interessa-nos saber a sua percepção da realidade dos “Novos Movimentos de Apostolado”, fundados em Cabinda na sua área de jurisdição. Portanto, este inquérito é dirigido exclusivamente

¹ João Paulo II, “Discurso de João Paulo II aos membros dos Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades”, 30 de Maio de 1998.

² Bento XVI, “Discurso aos Bispos alemães na sua visita “ad limina Apostolorum”, 18 de Novembro de 2006.

³ Ecclesia in Africa 56.

1. A sua Paróquia ou quase-paróquia está dividida em centros ou comunidades?

Quantos ou quantas? *Esta' dividida em centros.*
São 3 centros.

2. Quais são os Movimentos de Apostolado que a sua Paróquia ou quase-paróquia tem?

1. *Fraternidade*
2. *Espiritualidade N. S. das dores*
3. *Carismáticos*
4. *Região de Maria*
5. *S. Miguel Arcanjo*
6. *Nova Vida*
7. *Espírito Santo*
8. *Matsuela*
9. *Lutambi*
10. *Apostolado de oração de S. Paulo*
11. *Filhos do Reino*
12. *Filhos da Luz... etc*

3. Desses Movimentos que a sua paróquia e quase-paróquia tem quais são fundados em Cabinda? Conhece o seu fundador? Quem é?

1. *Fraternidade - Dom Filomeno e Ir. Catarina*
2. *Espiritualidade N. S. das dores - Louisa Abreu*
3. *S. Miguel Arcanjo -*
4. *Matsuela - Maximino Congo*
5. *Lutambi -*
6. *Filhos do Reino - Silvério Matunga*
- 7.
- 8.

4. Conhece a espiritualidade desses Movimentos? Qual é?

Parece tudo igual.

5. Têm estatutos? E conhece estes estatutos?

Alguns têm estatutos. A maior parte deles não aprovados pelo bispo

6. Existem esses Movimentos também nos centros ou comunidades da sua paróquia ou quase-paróquia?

Existem sim.

7. O que acha do seu empenho? Da sua integração na vida da paróquia ou quase-paróquia?

O maior empenho que é dado circunstancia-
- se no âmbito do grupo. Estão na
paróquia, mas não têm a consciência
de serem paroquianos

8. A sua paróquia ou quase-paróquia tem um conselho paróquial ou um conselho pastoral? Quais são as suas atribuições? Quem faz parte? Com são escolhidos os seus membros?

*Tem sim um conselho paróquial.
Não sei bem o q. fazem. Fazem parte os
paroquianos, homens e mulheres. Não
sei como foram escolhidos.*

9. Pode dizer os aspectos positivos e negativos que esses Novos Movimentos de Apostolado trouxeram na vida do dia a dia da sua paróquia ou quase-paróquia?

*É um forte presença numérica. Não
têm uma boa orientação da vida
do espiritual na paróquia. Parecem
autônomos sem paróquia.*

10. Tem algumas propostas para dinamizar o empenho desses Novos Movimentos na paróquia ou quase-paróquia?

Tirar-lhes antes de tudo a iniciativa pastoral, através de várias ~~at~~ actividades de formação que a paróquia deve programar.

11. Acha que os seus membros são «cristãos maduros, conscientes da sua identidade, isto é, testemunhas de Cristo Ressuscitado, luz e sal da terra? Pode dar alguns exemplos concretos?

Alguns sim, outros não. A maior parte das pessoas nos movimentos de apostolado não frequentam a missa dominical.

12. Será que esses movimentos são mais «folcloro», «exibicionismo» sem impacto claro na vida dos membros? O que propõe para remediar?

Maior formação relativamente à vida Xta.

13. Algumas considerações gerais

A presença dos movimentos na vida da Igreja tem de ser considerada como uma nova primavera da ação do Espírito que sopra onde quer e como quer.

Os pastores devem prestar uma maior atenção para evitar que dentro da Igreja não haja tantas seitas quanto são os movimentos.

Paróquia de S.º Catoldino

7-10-2012

PESQUISA SOBRE A REALIDADE DOS NOVOS MOVIMENTOS DE APOSTOLADO EM CABINDA.

O fenómeno dos chamados “Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades” é hoje reconhecido e considerado como uma “resposta providencial” aos novos desafios da nova evangelização como podemos ler nesta afirmação do Papa João Paulo II: “ No mundo, frequentemente dominado por uma cultura secularizada que cria e promove modelos de vida sem Deus, a fé de tantas pessoas é posta à dura prova e frequentemente asfixiada e apagada. Sente-se por conseguinte com urgência a necessidade de um anúncio forte e uma formação cristã sólida e exaustiva. Temos necessidade hoje de pessoas cristãs maduras, conscientes da sua identidade, de comunidades cristãs vivas. Eis então os movimentos eclesiais e as comunidades novas: São a resposta suscitada pelo Espírito Santo a este desafio dramático de fim de milénio. Sois esta resposta providencial”¹. Por sua vez, Bento XVI, num discurso para os bispos alemães, viu neles o «dom do Espírito Santo» à Igreja: “Depois do Concílio, o Espírito Santo deu-nos os “movimentos”².

Por isso, a realidade dos “Novos Movimentos” fundados em Cabinda não pode escapar a esta exigência de ser também uma «resposta providencial» aos novos desafios da inculturação. É o objectivo deste estudo: Fazer uma reflexão aprofundada sobre a realidade dos Novos Movimentos de Apostolado nascidos em Cabinda e apresentar algumas propostas de orientação teológico-pastoral para que sejam, de facto, esta “resposta providencial” aos novos desafios da inculturação em Cabinda, processo considerado pelo primeiro Sínodo para África como “uma prioridade e uma urgência na vida das Igrejas particulares, para a real radicação do Evangelho em África”³.

Para tal, contamos com a sua colaboração como responsável da paróquia ou quase-paróquia. Porém, interessa-nos saber a sua percepção da realidade dos “Novos Movimentos de Apostolado”, fundados em Cabinda na sua área de jurisdição. Portanto, este inquérito é dirigido exclusivamente

¹ João Paulo II, “Discurso de João Paulo II aos membros dos Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades”, 30 de Maio de 1998.

² Bento XVI, “Discurso aos Bispos alemães na sua visita “ad limina Apostolorum”, 18 de Novembro de 2006.

³ Ecclesia in Africa 56.

Por isso, caríssimos colegas, conto a vossa colaboração e peço o favor de responder a estas perguntas:

1. Como é organizada a sua paróquia? Em comunidades ou centros? ou em outros termos qual é a composição da sua paróquia ou quase-paróquia?

A nossa paróquia pela sua grande extensão está organizada por 8 Visitadoiras ou seja cada qual com uma grande Comunidade que tem como responsável um Catequista. - Chefe que é o Visitador

2. Quais são os movimentos de apostolado que a Paróquia ou quase-paróquia tem?

A nossa paróquia tem os seguintes movimentos de apostolado:

- 1 - São Miguel Arcanjo
- 2 - Serafins
- 3 - Samaritanos
- 4 - Massuels
- 5 - Toutambé du Yesu
- 6 - Nossa Senhora dos Dores
- 7 - Fraternidade
- 8 - Legião de Maria
- 9 - Apostolado de Orações

3. Quais são os movimentos de apostolado fundados em Cabinda?
Quem é o fundador? Tem estatuto?

Os Movimentos de apostolado fundados em Cabinda:

- Fraternidade — tem estatuto
- Nossa Senhora das Dores — tem estatuto
- Samantanos — tem estatuto
- Kutambi — tem estatuto
- Massuela — tem estatuto

4. O que achas do seu trabalho? E da sua integração na vida da paróquia?

O nosso trabalho tem sido bom uma vez que estamos no seio duma comunidade paroquial viva e dinâmica que já caminha com convicção duma fé viva e profunda que lhe vem de há muito tempo.

A minha integração em pouco tempo (4 meses) é boa e foi fácil graças as outras experiências adquiridas em paróquias em onde já colaborei. Fácil porque os fiéis desta paróquia são receptivos, simpáticos, humildes e ávidos da palavra de Deus.

5. Tens algumas propostas para a dinamizar o seu papel na pastoral da paróquia e fazer dos seus membros testemunhas de Cristo Ressuscitado?

- Despertar a fé
- dinamizar uma pastoral de conjuntos
- Reforçar os laços de união
-

Paróquia ou quase-paróquia de Santo António do Beluz

Cabinda, 07-10-10

PESQUISA SOBRE A REALIDADE DOS NOVOS MOVIMENTOS DE APOSTOLADO EM CABINDA.

O fenómeno dos chamados “Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades” é hoje reconhecido e considerado como uma “resposta providencial” aos novos desafios da nova evangelização como podemos ler nesta afirmação do Papa João Paulo II: “ No mundo, frequentemente dominado por uma cultura secularizada que cria e promove modelos de vida sem Deus, a fé de tantas pessoas é posta à dura prova e frequentemente asfixiada e apagada. Sente-se por conseguinte com urgência a necessidade de um anúncio forte e uma formação cristã sólida e exaustiva. Temos necessidade hoje de pessoas cristãs maduras, conscientes da sua identidade, de comunidades cristãs vivas. Eis então os movimentos eclesiais e as comunidades novas: São a resposta suscitada pelo Espírito Santo a este desafio dramático de fim de milénio. Sois esta resposta providencial”¹. Por sua vez, Bento XVI, num discurso para os bispos alemães, viu neles o «dom do Espírito Santo» à Igreja: “Depois do Concílio, o Espírito Santo deu-nos os “movimentos”².

Por isso, a realidade dos “Novos Movimentos” fundados em Cabinda não pode escapar a esta exigência de ser também uma «resposta providencial» aos novos desafios da inculturação. É o objectivo deste estudo: Fazer uma reflexão aprofundada sobre a realidade dos Novos Movimentos de Apostolado nascidos em Cabinda e apresentar algumas propostas de orientação teológico-pastoral para que sejam, de facto, esta “resposta providencial” aos novos desafios da inculturação em Cabinda, processo considerado pelo primeiro Sínodo para África como “uma prioridade e uma urgência na vida das Igrejas particulares, para a real radicação do Evangelho em África”³.

Para tal, contamos com a sua colaboração como responsável da paróquia ou quase-paróquia. Porém, interessa-nos saber a sua percepção da realidade dos “Novos Movimentos de Apostolado”, fundados em Cabinda na sua área de jurisdição. Portanto, este inquérito é dirigido exclusivamente

¹ João Paulo II, “Discurso de João Paulo II aos membros dos Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades”, 30 de Maio de 1998.

² Bento XVI, “Discurso aos Bispos alemães na sua visita “ad limina Apostolorum”, 18 de Novembro de 2006.

³ Ecclesia in Africa 56.

Por isso, caríssimos colegas, conto ^{com} a vossa ^{especial} colaboração e peço o favor de me responder a estas perguntas:

1. Como ^{está} organizada a sua paróquia? Em comunidades ou centros? ou em outros termos qual é a composição da sua paróquia ou quase-paróquia?

A Paróquia de Nossa Senhora das Victórias de Lucula-Zenye, tem a sua área pastoral organizada em Visitadorias ou Zonas pastorais, Centros das Comunidades Cristãs e as respectivas Comunidades ou Catequises. Cada Catequista-Visitador tem uma área onde exerce a sua maior influência no tocante à animação pastoral.

2. Quais são os movimentos de apostolado que a Paróquia ou quase-paróquia tem?

A Paróquia de Lucula-Zenye dispõe-se dos seguintes movimentos de apostolado de Oração:

1. A Legião de Maria
2. O Grupo do Sagrado Coração de Jesus
3. O Grupo de São Vicente de Paulo
4. O Grupo da Fraternidade
5. O Grupo Carismático
6. O Grupo « Família, Igreja-doméstica »
7. Os Filhos do Reino

Obs. Estes dois últimos são de fundação recente

3. Quais são os movimentos de apostolado fundados em Cabinda?
Quem é o fundador? Tem estatuto?

São vários os movimentos de apostolado fundados em Cabinda. - Peço que vos digneis manter contacto com os Rev. párocos da Cidade de Cabinda nesta matéria. - Porém, quero referir-me apenas aos seguintes:

1. O grupo "Matsuela"

2. O grupo "Lutambi"

Ambo's da fundação do Rev. P. Jorge C. Congo quando então pároco do Imaculado C. Cabinda,

3. Os Samaritanos.

4. O grupo "a Nova Vida", em que a senhora Madalena Macaca Zau é responsável na 1ª.

4. O que achas do seu trabalho? E da sua integração na vida da paróquia?

O meu trabalho corresponde a um Chamamento, conforme ao que muitos outros sacerdotes existentes no mundo inteiro tiveram. É um testemunho contínuo que exige perseverança, muita audácia e força de vontade para continuar a dizer sempre "Sim" ao Senhor dos Altos Céus...

- Quando se conhece mais ou menos a mentalidade local, alguns usos e costumes e até a própria tradição, a inculturação da mensagem torna-se muito mais eficaz com o conhecimento amplo da língua.

5. Tens algumas propostas para a dinamizar o seu papel na pastoral da paróquia e fazer dos seus membros testemunhas de Cristo Ressuscitado?

As propostas são inevitáveis tendo também em alta consideração as circunstâncias que os meios a evangelizar oferecem. - No Zenge Onde me encontro, apesar de não existirem outras seitas religiosas, porém não faltam desafios...

- Uma certa secularização de valores cristãos.

Os filmes incuteu novos estilos nas mentalidades quer de alguns adultos como nas de jovens, adolescentes e até crianças. - O fenómeno do surgimento de vários agrupamentos de música e dança "Kintuene" cria rivalidades entre os adeptos e até escândalos em certas formas rítmicas próprias à vida da depravação.

Muita facilidade de se conseguir bebida alcoólica nas cantinas e lojas existentes nas aldeias. Jovens há que se dão à prática do aborto e consumo de drogas... - Sou Suma,

Paróquia ou quase-paróquia de

Alguns jovens não descobrem o valor da Graça

Cabinda, 07-10-10

e nem tão pouco o da prática religiosa.

Paróquia de Nossa Senhora
das Vitórias
Zenge - Luanda

PESQUISA SOBRE A REALIDADE DOS NOVOS MOVIMENTOS DE APOSTOLADO EM CABINDA.

O fenómeno dos chamados “Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades” é hoje reconhecido e considerado como uma “resposta providencial” aos novos desafios da nova evangelização como podemos ler nesta afirmação do Papa João Paulo II: “ No mundo, frequentemente dominado por uma cultura secularizada que cria e promove modelos de vida sem Deus, a fé de tantas pessoas é posta à dura prova e frequentemente asfixiada e apagada. Sente-se por conseguinte com urgência a necessidade de um anúncio forte e uma formação cristã sólida e exaustiva. Temos necessidade hoje de pessoas cristãs maduras, conscientes da sua identidade, de comunidades cristãs vivas. Eis então os movimentos eclesiais e as comunidades novas: São a resposta suscitada pelo Espírito Santo a este desafio dramático de fim de milénio. Sois esta resposta providencial”¹. Por sua vez, Bento XVI, num discurso para os bispos alemães, viu neles o «dom do Espírito Santo» à Igreja: “Depois do Concílio, o Espírito Santo deu-nos os “movimentos”².

Por isso, a realidade dos “Novos Movimentos” fundados em Cabinda não pode escapar a esta exigência de ser também uma «resposta providencial» aos novos desafios da inculturação. É o objectivo deste estudo: Fazer uma reflexão aprofundada sobre a realidade dos Novos Movimentos de Apostolado nascidos em Cabinda e apresentar algumas propostas de orientação teológico-pastoral para que sejam, de facto, esta “resposta providencial” aos novos desafios da inculturação em Cabinda, processo considerado pelo primeiro Sínodo para África como “uma prioridade e uma urgência na vida das Igrejas particulares, para a real radicação do Evangelho em África”³.

Para tal, contamos com a sua colaboração como responsável da paróquia ou quase-paróquia. Porém, interessa-nos saber a sua percepção da realidade dos “Novos Movimentos de Apostolado”, fundados em Cabinda na sua área de jurisdição. Portanto, este inquérito é dirigido exclusivamente

¹ João Paulo II, “Discurso de João Paulo II aos membros dos Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades”, 30 de Maio de 1998.

² Bento XVI, “Discurso aos Bispos alemães na sua visita “ad limina Apostolorum”, 18 de Novembro de 2006.

³ Ecclesia in Africa 56.

Por isso, caríssimos colegas, conto a vossa colaboração e peço o favor de responder a estas perguntas:

1. Como é organizada a sua paróquia? Em comunidades ou centros? ou em outros termos qual é a composição da sua paróquia ou quase-paróquia?

A nossa comunidade paroquial compõe-se de pequenos vestígios de núcleos em algumas áreas, pois outrora estava organizada em centros circulares. Actualmente, circunscrevem-se apenas na sede paroquial.

2. Quais são os movimentos de apostolado que a Paróquia ou quase-paróquia tem?

- Legião de Maria
- Renovamento Carismático
- Fraternidade
- Nossa Senhora das Dores
- Lutambri
- Samaritanos
- S. Miguel Arcanjo
- Sagrada família
- Legião de Maria

3. Quais são os movimentos de apostolado fundados em Cabinda?
Quem é o fundador? Tem estatuto?

Lutãmbi	→	Estatuto	Sim	-	Pe Jorge Congo
Masseba	→	??	??		?? ??
Samaritanos		??	??		?? ??
S. Miguel Arcanjo	—	—	—		Rosária
filhos do Reino	—				Pe Silvino S. Nazungu
Amigos de Jesus					Pe. M. Capela Samli

4. O que achas do seu trabalho? E da sua integração na vida da paróquia?

— É um desafio. Inicialmente considerei-o como uma provocação. Incapaz. Encorajado pelos colegas vou-me integrando paulatinamente na medida em que realizamos ou celebramos eventos paroquiais...

5. Tens algumas propostas para a dinamizar o seu papel na pastoral da paróquia e fazer dos seus membros testemunhas de Cristo Ressuscitado?

Propostas

- Diálogo permanente com os fiéis
- Ouvir dos outros algo relevante
- Celebrar os grandes acontecimentos da vida paroquial com zelo
- Ser solícito aos fiéis
- Ser disponível
- fazer uma pastoral porta a porta (ir a procura das ovelhas perdidas)
-

Paróquia ou quase-paróquia de

Imaculada Conceição

Cabinda, 07-10-10

PESQUISA SOBRE A REALIDADE DOS NOVOS MOVIMENTOS DE APOSTOLADO EM CABINDA.

O fenómeno dos chamados “Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades” é hoje reconhecido e considerado como uma “resposta providencial” aos novos desafios da nova evangelização como podemos ler nesta afirmação do Papa João Paulo II: “ No mundo, frequentemente dominado por uma cultura secularizada que cria e promove modelos de vida sem Deus, a fé de tantas pessoas é posta à dura prova e frequentemente asfixiada e apagada. Sente-se por conseguinte com urgência a necessidade de um anúncio forte e uma formação cristã sólida e exhaustiva. Temos necessidade hoje de pessoas cristãs maduras, conscientes da sua identidade, de comunidades cristãs vivas. Eis então os movimentos eclesiais e as comunidades novas: São a resposta suscitada pelo Espírito Santo a este desafio dramático de fim de milénio. Sois esta resposta providencial”¹. Por sua vez, Bento XVI, num discurso para os bispos alemães, viu neles o «dom do Espírito Santo» à Igreja: “Depois do Concílio, o Espírito Santo deu-nos os “movimentos”².

Por isso, a realidade dos “Novos Movimentos” fundados em Cabinda não pode escapar a esta exigência de ser também uma «resposta providencial» aos novos desafios da inculturação. É o objectivo deste estudo: Fazer uma reflexão aprofundada sobre a realidade dos Novos Movimentos de Apostolado nascidos em Cabinda e apresentar algumas propostas de orientação teológico-pastoral para que sejam, de facto, esta “resposta providencial” aos novos desafios da inculturação em Cabinda, processo considerado pelo primeiro Sínodo para África como “uma prioridade e uma urgência na vida das Igrejas particulares, para a real radicação do Evangelho em África”³.

Para tal, contamos com a sua colaboração como responsável da paróquia ou quase-paróquia. Porém, interessa-nos saber a sua percepção da realidade dos “Novos Movimentos de Apostolado”, fundados em Cabinda na sua área de jurisdição. Portanto, este inquérito é dirigido exclusivamente

¹ João Paulo II, “Discurso de João Paulo II aos membros dos Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades”, 30 de Maio de 1998.

² Bento XVI, “Discurso aos Bispos alemães na sua visita “ad limina Apostolorum”, 18 de Novembro de 2006.

³ Ecclesia in Africa 56.

Por isso, caríssimos colegas, conto a vossa colaboração e peço o favor de responder a estas perguntas:

1. Como é organizada a sua paróquia? Em comunidades ou centros? ou em outros termos qual é a composição da sua paróquia ou quase-paróquia?

CENTROS

2. Quais são os movimentos de apostolado que a Paróquia ou quase-paróquia tem?

- Legião de Maria
- Fraternidade
- Renascimento Carismático
- Nsa Senhora das Dores
- Vicentinos
- Nsa Senhora da Luz
- Amigos de Jesus
- Sagrada Família
- Matusela

3. Quais são os movimentos de apostolado fundados em Cabinda?
Quem é o fundador? Tem estatuto?

- | | | |
|----------------------|----------|-----------|
| • Matsuela | Pe _____ | Pe Congo |
| • Lutambi | | |
| • Samaritanos ? | | |
| • Peregrinos de Xsto | _____ | Pe Pícuta |
| • Filhos do Reino | _____ | " Hazunga |
| • Amigos de Jesus | _____ | Pe Wambri |

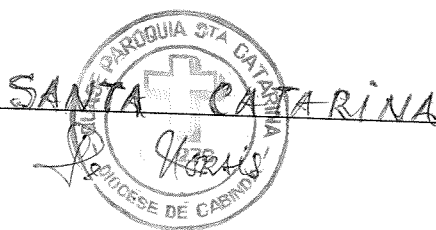
4. O que achas do seu trabalho? E da sua integração na vida da paróquia?

Cada Paróquia é um mundo novo e diferente do outro. Às vezes há continuidade ou discontinuidade sobretudo no actual contexto da diocese que exige de nós muita esperança e fé e amor à própria vocação.

5. Tens algumas propostas para a dinamizar o seu papel na pastoral da paróquia e fazer dos seus membros testemunhas de Cristo Ressuscitado?

Com certeza, para o efeito, é preciso apostar muito na formação dos leigos para que assumam com maturidade e responsabilidade as suas tarefas.

Paróquia ou quase-paróquia de



Cabinda, 07-10-10

F. L. "

PESQUISA SOBRE A REALIDADE DOS NOVOS MOVIMENTOS DE APOSTOLADO EM CABINDA.

O fenómeno dos chamados “Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades” é hoje reconhecido e considerado como uma “resposta providencial” aos novos desafios da nova evangelização como podemos ler nesta afirmação do Papa João Paulo II: “ No mundo, frequentemente dominado por uma cultura secularizada que cria e promove modelos de vida sem Deus, a fé de tantas pessoas é posta à dura prova e frequentemente asfixiada e apagada. Sente-se por conseguinte com urgência a necessidade de um anúncio forte e uma formação cristã sólida e exaustiva. Temos necessidade hoje de pessoas cristãs maduras, conscientes da sua identidade, de comunidades cristãs vivas. Eis então os movimentos eclesiais e as comunidades novas: São a resposta suscitada pelo Espírito Santo a este desafio dramático de fim de milénio. Sois esta resposta providencial”¹. Por sua vez, Bento XVI, num discurso para os bispos alemães, viu neles o «dom do Espírito Santo» à Igreja: “Depois do Concílio, o Espírito Santo deu-nos os “movimentos”².

Por isso, a realidade dos “Novos Movimentos” fundados em Cabinda não pode escapar a esta exigência de ser também uma «resposta providencial» aos novos desafios da inculturação. É o objectivo deste estudo: Fazer uma reflexão aprofundada sobre a realidade dos Novos Movimentos de Apostolado nascidos em Cabinda e apresentar algumas propostas de orientação teológico-pastoral para que sejam, de facto, esta “resposta providencial” aos novos desafios da inculturação em Cabinda, processo considerado pelo primeiro Sínodo para África como “uma prioridade e uma urgência na vida das Igrejas particulares, para a real radicação do Evangelho em África”³.

Para tal, contamos com a sua colaboração como responsável da paróquia ou quase-paróquia. Porém, interessa-nos saber a sua percepção da realidade dos “Novos Movimentos de Apostolado”, fundados em Cabinda na sua área de jurisdição. Portanto, este inquérito é dirigido exclusivamente

¹ João Paulo II, “Discurso de João Paulo II aos membros dos Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades”, 30 de Maio de 1998.

² Bento XVI, “Discurso aos Bispos alemães na sua visita “ad limina Apostolorum”, 18 de Novembro de 2006.

³ Ecclesia in Africa 56.

Para tal, contamos com a sua colaboração como responsável da paróquia ou quase-paróquia. Pois, interessa-nos saber a sua opinião sobre a realidade dos Novos Movimentos de Apostolado na sua área de jurisdição. Portanto, este inquérito é dirigido exclusivamente aos párocos ou quase-párocos. Desde já os nossos agradecimentos antecipados.

1. A sua paróquia ou quase-paróquia está dividida em centros ou comunidades?

Quantos ou quantas? Quais?

Esta é dividida em Comunidades,
são dezoito (18) Comunidades

2. Quais são os Movimentos de Apostolado que a sua Paróquia ou quase-paróquia tem?

- Legião de Maria (Patrícios)
- Fraternidade
- Carismáticos
- Luta mbili
- Mossuela
- S. Paulo
- Cristo Vence
- S. Miguel

3. Desses Movimentos que a sua paróquia ou quase-paróquia tem quais são fundados em Cabinda? Conhece os seus fundadores?

- Luta mbili
- Mossuela
- S. Paulo
- Cristo Vence
- S. Miguel
- Fraternidade

4. Conhece a espiritualidade e o estatuto desses Movimentos?

Não

5. Existem esses Novos Movimentos de Apostolado também nos centros ou comunidades da sua paróquia ou quase-paróquia? Quais são?

Esses movimentos estão nas Comunidades.

6. O que acha do seu empenho? Da sua integração na vida da paróquia ou quase-paróquia?

O seu empenho é positivo na vida da nossa Estação Missionária.

7. Pode dizer os aspectos positivos e negativos que esses Novos Movimentos de Apostolado trouxeram na vida do dia-a-dia da sua paróquia ou quase-paróquia?

Aspectos positivos;

- São maneiras fortes de viver a fé.
- ajudam a anunciar a fé no seio das comunidades cristãs e fora.
- favorecem o associativismo, o que favorece a ajuda aos indigentes e as mais necessidades.
- A presença desses movimentos ajudam facilmente a organizar a Paróquia em vários âmbitos.

Aspectos negativos;

- A maior ³ parte dos membros privilegia o grupo em detrimento da paróquia.
- O Simonismo, o Movimento é lugar de

8. Acha que esses Novos Movimentos de Apostolado são «lugares que favorecem um encontro verdadeiro com Cristo que transforma a vida das pessoas, acendendo neles um impressionante impulso evangelizador», «lugares onde se aprende a beleza de ser cristão e alegria de anunciá-la? Pode dar alguns exemplos concretos?

Sim // porque até os Protestantes começaram a imitar a Igreja Católica neste sentido
2) O crescimento destes movimentos em número com adesão dos independentes e não praticantes / vid. cristos

9. Tem algumas propostas para dinamizar o empenho desses Novos Movimentos na sua paróquia ou quase-paróquia?

- Implementar a Catequese no seio destes movimentos.
- Por os membros destes movimentos numa formação forte, sólida e clara. Tiver da doutrina da Igreja e da vida da fé.
- Uma análise aprofundada dos motivos que levam alguém a aderir a um Movimento

10. Pode fazer algumas considerações gerais sobre a realidade dos Novos Movimentos de Apostolado na diocese?

- Esses Movimentos é uma "resposta providencial" aos novos desafios de Evangelização a nível da nossa Diocese, visto que com o que trouxe o processo da globalização (o secularismo por exemplo) Calvin do não escapa. Os Movimentos estão a ajudar na divulgação do Evangelho na Paróquia ou quase-paróquia. Estação Missionária Sta Amélia Dioc. - Fátima

Data... 25 de Novembro de 2014

Pároco ou quase-pároco... Pe. Felix Pedro Novomelo

PESQUISA SOBRE A REALIDADE DOS NOVOS MOVIMENTOS DE APOSTOLADO EM CABINDA.

O fenómeno dos chamados “Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades” é hoje reconhecido e considerado como uma “resposta providencial” aos novos desafios da nova evangelização como podemos ler nesta afirmação do Papa João Paulo II: “No mundo, frequentemente dominado por uma cultura secularizada que cria e promove modelos de vida sem Deus, a fé de tantas pessoas é posta à dura prova e frequentemente asfixiada e apagada. Sente-se por conseguinte com urgência a necessidade de um anúncio forte e uma formação cristã sólida e exaustiva. Temos necessidade hoje de pessoas cristãs maduras, conscientes da sua identidade, de comunidades cristãs vivas. Eis então os movimentos eclesiais e as comunidades novas: São a resposta suscitada pelo Espírito Santo a este desafio dramático de fim de milénio. Sois esta resposta providencial”¹. Por sua vez, Bento XVI, num discurso para os bispos alemães, viu neles o «dom do Espírito Santo» à Igreja: “Depois do Concílio, o Espírito Santo deu-nos os “movimentos”².

Por isso, a realidade dos “Novos Movimentos” fundados em Cabinda não pode escapar a esta exigência de ser também uma «resposta providencial» aos novos desafios da inculturação. É o objectivo deste estudo: Fazer uma reflexão aprofundada sobre a realidade dos Novos Movimentos de Apostolado nascidos em Cabinda e apresentar algumas propostas de orientação teológico-pastoral para que sejam, de facto, esta “resposta providencial” aos novos desafios da inculturação em Cabinda, processo considerado pelo primeiro Sínodo para África como “uma prioridade e uma urgência na vida das Igrejas particulares, para a real radicação do Evangelho em África”³.

Para tal, contamos com a sua colaboração como responsável da paróquia ou quase-paróquia. Porém, interessa-nos saber a sua percepção da realidade dos “Novos Movimentos de Apostolado”, fundados em Cabinda na sua área de jurisdição. Portanto, este inquérito é dirigido exclusivamente

¹ João Paulo II, “Discurso de João Paulo II aos membros dos Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades”, 30 de Maio de 1998.

² Bento XVI, “Discurso aos Bispos alemães na sua visita “ad limina Apostolorum”, 18 de Novembro de 2006.

³ Ecclesia in Africa 56.

Para tal contamos com a sua colaboração como responsável da paróquia ou quase-pároco ao responder a este inquérito dirigido exclusivamente aos párocos ou quase-párocos: Pois, interessa-nos saber a sua opinião sobre a realidade dos Novos Movimentos de Apostolado na sua área de jurisdição. Desde já os nossos agradecimentos antecipados.

1. A sua Paróquia ou quase-paróquia está dividida em centros ou comunidades?

Quantos ou quantas? Quais?

Temos dois centros (total - cinco comunidades)

2. Quais são os Movimentos de Apostolado que a sua Paróquia ou quase-paróquia tem?

Legião de Maria, Sagrado Coração de Jesus, Maswela, Movimento Carismático, Vicentinos, escuteiros, Lufaneli, Bernu-núsi, Voz dos Anjos, Fraternidade Santíssima Grinaldele

3. Desses Movimentos que a sua paróquia ou quase-paróquia tem quais são fundados em Cabinda? Conhece o seu fundador? Quem é?

Alguns. Outros são de âmbito univer-sal.

4. Conhece a espiritualidade desses Movimentos? Qual é?

Alguns. Legião de Maria, Apostolado de Orações (Sagrado Coração de Jesus), Escutares

5. Têm estatutos? E conhece estes estatutos?

Alguns. Fraternidade, Barnabise,

6. Existem esses Novos Movimentos de Apostolado também nos centros ou comunidades da sua paróquia ou quase-paróquia? Quais são?

A Comunidade só existe há um ano. Os grupos (este), muitos deles estão a ser formados agora, partilhando dentro das paróquias.

7. O que acha do seu empenho? Da sua integração na vida da paróquia ou quase-paróquia?

Manifestam empenho e responsabilidade para a vida da Igreja, não obstante haver necessidade de mais adesão à vida sacramental.

8. Pode dizer os aspectos positivos e negativos que esses Novos Movimentos de Apostolado trouxeram na vida do dia-a-dia da sua paróquia ou quase-paróquia?

Têm muito sentido de solidariedade entre os membros, cumprimento dos seus programas. Existe o perigo de sectorismo, colocando em questão a direcção eclesial.

9. Tem algumas propostas para dinamizar o empenho desses Novos Movimentos na sua paróquia ou quase-paróquia?

Convidar os membros à vida sacramental - vida matrimonial e vida consagrada. Trabalhar para a formação dos líderes.

10. Acha que os seus membros são «cristãos maduros, conscientes da sua identidade», isto é, testemunhas de Cristo Ressuscitado, luz e sal da terra? Pode dar alguns exemplos concretos?

Sim, sim. No entanto tem de haver mais formas e mais consciências de vida sacramental.

11. Será que esses movimentos são mais «folclore», «exibicionismo» sem impacto claro na vida dos membros? O que propõe para remediar?

Conferir números 9 e 10. Tem algo de isso. No entanto, o caminho a percorrer é longo.

12. A sua paróquia ou quase-paróquia tem um conselho paroquial ou um conselho pastoral? Quais são as suas atribuições? Quem faz parte? Como são escolhidos os seus membros?

Sim. Fazem parte as pessoas dos grupos, os catequistas das comunidades e alguns membros escolhidos pelo pároco sob o parecer de alguns membros da comunidade.

13. Pode fazer algumas considerações gerais sobre a realidade dos Novos Movimentos de Apostolado na diocese?

São uma força da vida da Igreja. Todavia, devem ser bem acompanhados para que não venham a ser ilhas dentro da própria comunidade. Os movimentos devem ser apoiados e acompanhados nos programas que elaboram. Levá-los cada vez mais à consciência que o grupo é um espaço de encontro pessoal com Cristo que nos chama à vida de intimidade com Ele.

PESQUISA SOBRE A REALIDADE DOS NOVOS MOVIMENTOS DE APOSTOLADO EM CABINDA.

O fenómeno dos chamados “Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades” é hoje reconhecido e considerado como uma “resposta providencial” aos novos desafios da nova evangelização como podemos ler nesta afirmação do Papa João Paulo II: “ No mundo, frequentemente dominado por uma cultura secularizada que cria e promove modelos de vida sem Deus, a fé de tantas pessoas é posta à dura prova e frequentemente asfixiada e apagada. Sente-se por conseguinte com urgência a necessidade de um anúncio forte e uma formação cristã sólida e exaustiva. Temos necessidade hoje de pessoas cristãs maduras, conscientes da sua identidade, de comunidades cristãs vivas. Eis então os movimentos eclesiais e as comunidades novas: São a resposta suscitada pelo Espírito Santo a este desafio dramático de fim de milénio. Sois esta resposta providencial”¹. Por sua vez, Bento XVI, num discurso para os bispos alemães, viu neles o «dom do Espírito Santo» à Igreja: “Depois do Concílio, o Espírito Santo deu-nos os “movimentos”².

Por isso, a realidade dos “Novos Movimentos” fundados em Cabinda não pode escapar a esta exigência de ser também uma «resposta providencial» aos novos desafios da inculturação. É o objectivo deste estudo: Fazer uma reflexão aprofundada sobre a realidade dos Novos Movimentos de Apostolado nascidos em Cabinda e apresentar algumas propostas de orientação teológico-pastoral para que sejam, de facto, esta “resposta providencial” aos novos desafios da inculturação em Cabinda, processo considerado pelo primeiro Sínodo para África como “uma prioridade e uma urgência na vida das Igrejas particulares, para a real radicação do Evangelho em África”³.

Para tal, contamos com a sua colaboração como responsável da paróquia ou quase-paróquia. Porém, interessa-nos saber a sua percepção da realidade dos “Novos Movimentos de Apostolado”, fundados em Cabinda na sua área de jurisdição. Portanto, este inquérito é dirigido exclusivamente

¹ João Paulo II, “Discurso de João Paulo II aos membros dos Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades”, 30 de Maio de 1998.

² Bento XVI, “Discurso aos Bispos alemães na sua visita “ad limina Apostolorum”, 18 de Novembro de 2006.

³ Ecclesia in Africa 56.

Por isso, caríssimos colegas, conto a vossa colaboração e peço o favor de responder a estas perguntas:

1. Como é organizada a sua paróquia? Em comunidades ou centros? ou em outros termos qual é a composição da sua paróquia ou quase-paróquia?

De momento, a nossa quase-paróquia de Cristo Rei está dividida em duas (2) comunidades: A sede da comunidade (no Cristo Rei) e ~~na~~ comunidade de Nazareth. Todos os responsáveis dos movimentos da Quase-Paróquia fazem parte do Conselho da Quase-paróquia.

2. Quais são os movimentos de apostolado que a Paróquia ou quase-paróquia tem?

São estes:

- 1) Fraternidade
- 2) Legião de Maria
- 3) Carismáticos
- 4) São Miguel Arcanjo
- 5) Nossa Senhora das dores
- 6) Sagrado Coração de Jesus
- 7) Lutambô
- 8) Masuela
- 9) Escuteiros

**3. Quais são os movimentos de apostolado fundados em Cabinda?
Quem é o fundador? Tem estatuto?**

- 1) Masuela ma Kristu - Pe Conço, tem estatuto
- 2) Lutambi de Yezu - Pe Conço, tem
- 3) Samaritano - Pe Conço, tem
- 4) Filhos do Reino - Pe Magunza, tem
- 5) Filhos da Luz - Sr Manda-Fama, in rei
- 6) Nossa Sra das dores - Pe Mbambi " "
- 7) Espírito Santo - Dona Rosa " "
- 8) São Miguel Arcanjo. ->
- 9) Amigos de Jesus - Pe Mbambi " "
- 10) Serafins. - Pe Conço. " "

4. O que achas do seu trabalho? E da sua integração na vida da paróquia?

Mesmo estando numa Quase Paróquia, a maioria dos grupos novos já andam integrados pois correspondem activa e positivamente as necessidades da comunidade.

5. Tens algumas propostas para a dinamizar o seu papel na pastoral da paróquia e fazer dos seus membros testemunhas de Cristo Ressuscitado?

Que haja mais acompanhamento
dos membros.

Paróquia ou quase-paróquia de Cristo Rei

Cabinda, 07-10-10

Por: _____

PESQUISA SOBRE A REALIDADE DOS NOVOS MOVIMENTOS DE APOSTOLADO EM CABINDA.

O fenómeno dos chamados “Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades” é hoje reconhecido e considerado como uma “resposta providencial” aos novos desafios da nova evangelização como podemos ler nesta afirmação do Papa João Paulo II: “ No mundo, frequentemente dominado por uma cultura secularizada que cria e promove modelos de vida sem Deus, a fé de tantas pessoas é posta à dura prova e frequentemente asfixiada e apagada. Sente-se por conseguinte com urgência a necessidade de um anúncio forte e uma formação cristã sólida e exaustiva. Temos necessidade hoje de pessoas cristãs maduras, conscientes da sua identidade, de comunidades cristãs vivas. Eis então os movimentos eclesiais e as comunidades novas: São a resposta suscitada pelo Espírito Santo a este desafio dramático de fim de milénio. Sois esta resposta providencial”¹. Por sua vez, Bento XVI, num discurso para os bispos alemães, viu neles o «dom do Espírito Santo» à Igreja: “Depois do Concílio, o Espírito Santo deu-nos os “movimentos”².

Por isso, a realidade dos “Novos Movimentos” fundados em Cabinda não pode escapar a esta exigência de ser também uma «resposta providencial» aos novos desafios da inculturação. É o objectivo deste estudo: Fazer uma reflexão aprofundada sobre a realidade dos Novos Movimentos de Apostolado nascidos em Cabinda e apresentar algumas propostas de orientação teológico-pastoral para que sejam, de facto, esta “resposta providencial” aos novos desafios da inculturação em Cabinda, processo considerado pelo primeiro Sínodo para África como “uma prioridade e uma urgência na vida das Igrejas particulares, para a real radicação do Evangelho em África”³.

Para tal, contamos com a sua colaboração como responsável da paróquia ou quase-paróquia. Porém, interessa-nos saber a sua percepção da realidade dos “Novos Movimentos de Apostolado”, fundados em Cabinda na sua área de jurisdição. Portanto, este inquérito é dirigido exclusivamente

¹ João Paulo II, “Discurso de João Paulo II aos membros dos Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades”, 30 de Maio de 1998.

² Bento XVI, “Discurso aos Bispos alemães na sua visita “ad limina Apostolorum”, 18 de Novembro de 2006.

³ Ecclesia in Africa 56.

Para tal contamos com a sua colaboração como responsável da paróquia ou quase-pároco ao responder a este inquérito dirigido exclusivamente aos párocos ou quase-párocos: Pois, interessa-nos saber a sua opinião sobre a realidade dos Novos Movimentos de Apostolado na sua área de jurisdição. Desde já os nossos agradecimentos antecipados.

1. A sua Paróquia ou quase-paróquia está dividida em centros ou comunidades?

Quantos ou quantas? Quais?

1 Centro ^{dominical} / São Tiago
^{Autóctono} ~~encanetico~~
 Santo Antão, Nossa Senhora do Ray, Senhora do Rosário,
 Santa Adelaide, Cristo Rei (Sabado)

2. Quais são os Movimentos de Apostolado que a sua Paróquia ou quase-paróquia tem?

Capela de Nam
 Grupo de canto de Ray
 Fraternidade
 Sociedade Rainha
 Namula
 Lukambi
 Samantans
 S. Miguel Arcanjo

Sociedade das Dores
 Filhos de Reino
 Peregrinos de Cristo
 Filhos de Nam
 S. Vicente de Paulo
 Consumat'os

3. Desses Movimentos que a sua paróquia ou quase-paróquia tem quais são fundados em Cabinda? Conhece o seu fundador? Quem é?

Rainha / P. Congo / Tem estatuto e ainda não há
 Lukambi " "
 Samantans " "
 S. Miguel Arcanjo / Fundada por uma mulher, cunhada da sr.
 Senhora das Dores / Dona Maria / pensar que era P. Carlos Bento
 Filhos de Reino / P. Raymundo
 Peregrinos de Cristo / P. Paulo
 (Filhos de Nam)

4. Conhece a espiritualidade desses Movimentos? Qual é?

Não conhece ~~essa~~ espiritualidade e
conceito.

5. Têm estatutos? E conhece estes estatutos?

Não

6. Existem esses Novos Movimentos de Apostolado também nos centros ou comunidades da sua paróquia ou quase-paróquia? Quais são?

Existem, quem sabe.

7. O que acha do seu empenho? Da sua integração na vida da paróquia ou quase-paróquia?

Depende dos grupos. Há grupos mais empenhados
do que os outros.

8. Pode dizer os aspectos positivos e negativos que esses Novos Movimentos de Apostolado trouxeram na vida do dia-a-dia da sua paróquia ou quase-paróquia?

Positivos	Negativos
- Ajuda à paróquia na evangelização	- Mais trabalhos ao pendurar
- Participativos (nos atos litúrgicos)	- Pouca presença costeira
- Solidariedade (entre eles e com os outros)	- Mais preocupação com o futuro (sentido do movimento)
- Generosidade	

9. Tem algumas propostas para dinamizar o empenho desses Novos Movimentos na sua paróquia ou quase-paróquia?

- Formação da liderança (interpretação é fundamental, leuana, etc...)
(boa presença do líder resulta na boa presença dos membros). Resolvendo problema de presença do líder resolve-se no mesmo tempo a presença dos membros). Bem se um grupo pensando e periodicamente pode ir ao nível diocesano, provincial ou nacional.

10. Acha que os seus membros são «cristãos maduros, conscientes da sua identidade», isto é, testemunhas de Cristo Ressuscitado, luz e sal da terra? Pode dar alguns exemplos concretos?

Pouco impacto sobre a vida cristã. Mesmo a paróquia é impetuosa. Exemplo: Sai de circunstâncias e vive a vida cristã (além da paróquia).

11. Será que esses movimentos são mais «folclore», «exibicionismo» sem impacto claro na vida dos membros? O que propõe para remediar?

Não é tanto «folclore» e pouco os custos (poucos contínuos)

12. A sua paróquia ou quase-paróquia tem um conselho paroquial ou um conselho pastoral? Quais são as suas atribuições? Quem faz parte? Como são escolhidos os seus membros?

- Tem conselho paroquial → auxilia o pároco na gestão da paróquia (lado material), ~~decretos~~
- Tem conselho pastoral → comunidade, ~~decretos~~
colegistas, responsáveis da comunidade
são presidentes dos grupos de apostolado.

13. Pode fazer algumas considerações gerais sobre a realidade dos Novos Movimentos de Apostolado na diocese?

- São ~~os~~ movimentos que estão a crescer, ~~em~~
em termos de número, apesar de ~~alguns~~
negativos.

grandes desafios pastorais!

Paróquia da Imaculada
Conceição

2-02-2013

PESQUISA SOBRE A REALIDADE DOS NOVOS MOVIMENTOS DE APOSTOLADO EM CABINDA.

O fenómeno dos chamados “Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades” é hoje reconhecido e considerado como uma “resposta providencial” aos novos desafios da nova evangelização como podemos ler nesta afirmação do Papa João Paulo II: “No mundo, frequentemente dominado por uma cultura secularizada que cria e promove modelos de vida sem Deus, a fé de tantas pessoas é posta à dura prova e frequentemente asfixiada e apagada. Sente-se por conseguinte com urgência a necessidade de um anúncio forte e uma formação cristã sólida e exaustiva. Temos necessidade hoje de pessoas cristãs maduras, conscientes da sua identidade, de comunidades cristãs vivas. Eis então os movimentos eclesiais e as comunidades novas: São a resposta suscitada pelo Espírito Santo a este desafio dramático de fim de milénio. Sois esta resposta providencial”¹. Por sua vez, Bento XVI, num discurso para os bispos alemães, viu neles o «dom do Espírito Santo» à Igreja: “Depois do Concílio, o Espírito Santo deu-nos os “movimentos”².

Por isso, a realidade dos “Novos Movimentos” fundados em Cabinda não pode escapar a esta exigência de ser também uma «resposta providencial» aos novos desafios da inculturação. É o objectivo deste estudo: Fazer uma reflexão aprofundada sobre a realidade dos Novos Movimentos de Apostolado nascidos em Cabinda e apresentar algumas propostas de orientação teológico-pastoral para que sejam, de facto, esta “resposta providencial” aos novos desafios da inculturação em Cabinda, processo considerado pelo primeiro Sínodo para África como “uma prioridade e uma urgência na vida das Igrejas particulares, para a real radicação do Evangelho em África”³.

Para tal, contamos com a sua colaboração como responsável da paróquia ou quase-paróquia. Porém, interessa-nos saber a sua percepção da realidade dos “Novos Movimentos de Apostolado”, fundados em Cabinda na sua área de jurisdição. Portanto, este inquérito é dirigido exclusivamente

¹ João Paulo II, “Discurso de João Paulo II aos membros dos Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades”, 30 de Maio de 1998.

² Bento XVI, “Discurso aos Bispos alemães na sua visita “ad limina Apostolorum”, 18 de Novembro de 2006.

³ Ecclesia in Africa 56.

Para tal, contamos com a sua colaboração como responsável da paróquia ou quase-paróquia. Pois, interessa-nos saber a sua opinião sobre a realidade dos Novos Movimentos de Apostolado na sua área de jurisdição. Portanto, este inquérito é dirigido exclusivamente aos párocos ou quase-pároco. Desde já os nossos agradecimentos antecipados.

1. A sua paróquia ou quase-paróquia está dividida em centros ou comunidades?

Quantos ou quantas? Quais?

A Zona Pastoral Caio/Cabassengo está dividida em comunidades. São cinco, a saber: Santa Teresinha do Menino Jesus (Cabassengo), São João Baptista (Mbucó), Santa Laura (Chinga), São José (Chiazi) e Cristo Rei (Caio Litoral).

2. Quais são os Movimentos de Apostolado que a sua Paróquia ou quase-paróquia tem?

Gratunidade, Renascimento Carismático, Legião de Maria, Sacrado Coração de Jesus, Massela, Lutambé, Samaritanos, Boscovitas, Barumisi, Jerusalém Imoena, Santíssima Trindade, Vicentinos, Filhas de Maria, Nossa Senhora das Dores, Filhos do Reino, Esenteiros (Voz dos Anjos - Coral), São Miguel, "Aelites", São Rodrigues.

3. Desses Movimentos que a sua paróquia ou quase-paróquia tem quais são fundados em Cabinda?

Massela, Lutambé, Filhos do Reino, Barumisi, Samaritanos, Jerusalém Imoena, Voz dos Anjos, São Miguel, São Rodrigues, Santíssima Trindade, Nossa Senhora das Dores

4. Conhece a espiritualidade e o estatuto desses Movimentos?

De todos os movimentos, não. Posso dizer que conheço alguns mais profundamente, outros superficialmente, pois na medida em que vamos nos instalando na comunidade, vamos também conhecendo. A comunidade

15. Existem esses Novos Movimentos de Apostolado também nos centros ou

comunidades da sua paróquia ou quase-paróquia? Quais são?

tem somente dois anos de existência como Zona Pastoral. Sim, existem. Excepto voz dos Anjos, Santíssima Trindade, Jerusalém Triunfante e São Rodrigues que não tenho a certeza de existirem em outras paróquias.

6. O que acha do seu empenho? Da sua integração na vida da paróquia ou quase-paróquia?

Dão um bom contributo à comunidade, mas é uma caminhada que se deve ainda fazer para que cada grupo não se feche em si mesmo e tenha cada vez mais a consciência de comunidade paroquial.

7. Pode dizer os aspectos positivos e negativos que esses Novos Movimentos de Apostolado trouxeram na vida do dia-a-dia da sua paróquia ou quase-paróquia?

Positivos: a revitalização da vida espiritual das comunidades de base; a aproximação dos membros; o conhecimento da Palavra de Deus; a entrega para o serviço da Igreja.

Negativos: o perigo de se fechar em si mesmo

8. Tem algumas propostas para dinamizar o empenho desses Novos Movimentos na sua paróquia ou quase-paróquia?

É preciso que se continue a trabalhar na formação de líderes e de outros membros para a consciência de pertença à Igreja e não primeiramente de grupo.

9. Acha que esses Novos Movimentos de Apostolado são «lugares que favorecem um encontro verdadeiro com Cristo que transforma a vida das pessoas, acendendo neles um impressionante impulso evangelizador», «lugares onde se aprende a beleza de ser cristão e alegria de anunciá-la? Pode dar alguns exemplos concretos?

Realmente é. No entanto, ainda leva tempo para que possam ter mais frutos (bons). Começam a surgir matrimónios nos movimentos, mas ainda em número muito reduzido.

10. Pode fazer algumas considerações gerais sobre a realidade dos Novos Movimentos de Apostolado na diocese?

Os movimentos precisam de mais acompanhamento e orientação clara por parte da diocese. Mais formação humana e cristã; trabalhar-se mais para a consciência de uma Igreja ~~mais~~ não voltada só para a realidade de grupo, mas no seu todo.

Paróquia ou quase-paróquia: Zona Pastoral do Rio/Cabussang

Data: 25. Nov. 2014

Pároco ou quase-pároco: P. José Silvano Sampaio Mazunga

PESQUISA SOBRE A REALIDADE DOS NOVOS MOVIMENTOS DE APOSTOLADO EM CABINDA.

O fenómeno dos chamados “Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades” é hoje reconhecido e considerado como uma “resposta providencial” aos novos desafios da nova evangelização como podemos ler nesta afirmação do Papa João Paulo II: “ No mundo, frequentemente dominado por uma cultura secularizada que cria e promove modelos de vida sem Deus, a fé de tantas pessoas é posta à dura prova e frequentemente asfixiada e apagada. Sente-se por conseguinte com urgência a necessidade de um anúncio forte e uma formação cristã sólida e exaustiva. Temos necessidade hoje de pessoas cristãs maduras, conscientes da sua identidade, de comunidades cristãs vivas. Eis então os movimentos eclesiais e as comunidades novas: São a resposta suscitada pelo Espírito Santo a este desafio dramático de fim de milénio. Sois esta resposta providencial”¹. Por sua vez, Bento XVI, num discurso para os bispos alemães, viu neles o «dom do Espírito Santo» à Igreja: “Depois do Concílio, o Espírito Santo deu-nos os “movimentos”².

Por isso, a realidade dos “Novos Movimentos” fundados em Cabinda não pode escapar a esta exigência de ser também uma «resposta providencial» aos novos desafios da inculturação. É o objectivo deste estudo: Fazer uma reflexão aprofundada sobre a realidade dos Novos Movimentos de Apostolado nascidos em Cabinda e apresentar algumas propostas de orientação teológico-pastoral para que sejam, de facto, esta “resposta providencial” aos novos desafios da inculturação em Cabinda, processo considerado pelo primeiro Sínodo para África como “uma prioridade e uma urgência na vida das Igrejas particulares, para a real radicação do Evangelho em África”³.

Para tal, contamos com a sua colaboração como responsável da paróquia ou quase-paróquia. Porém, interessa-nos saber a sua percepção da realidade dos “Novos Movimentos de Apostolado”, fundados em Cabinda na sua área de jurisdição. Portanto, este inquérito é dirigido exclusivamente

¹ João Paulo II, “Discurso de João Paulo II aos membros dos Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades”, 30 de Maio de 1998.

² Bento XVI, “Discurso aos Bispos alemães na sua visita “ad limina Apostolorum”, 18 de Novembro de 2006.

³ Ecclesia in Africa 56.

1. A sua Paróquia ou quase-paróquia está dividida em centros ou comunidades?

Quantos ou quantas?

A Paróquia de S. Carlos Lwanga está dividida em sete visitações que se desdobram em comunidades, são elas (as visitações): Visitação do Centro A e B, Visitação do Mbundu, Visitação do Quissamano, Visitação dos Micumas e Visitação de Alziq.

2. Quais são os Movimentos de Apostolado que a sua Paróquia ou quase-paróquia tem?

1. Legião de Maria
2. Fraternidade
3. Lutambi lu Zezu
4. Carismáticos
5. Massuela ma Kristu
6. Samantanos
7. Nossa Senhora das Dores
8. Espírito Santo
9. Filhas de Maria
10. Sagrado Coração de Jesus
11. Amigos de Jesus

3. Desses Movimentos que a sua paróquia e quase-paróquia tem quais são fundados em Cabinda? Conhece o seu fundador? Quem é?

1. Massuela ma Kristu
2. Lutambi lu Zezu
3. Samantanos
4. Amigos de Jesus
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.

4. Conhece a espiritualidade desses Movimentos? Qual é?

Ainda estou a explorar pouco a pouco a sua espiritualidade.

5. Têm estatutos? E conhece estes estatutos?

Sim; têm estatutos, estão sendo explorados.

6. Existem esses Movimentos também nos centros ou comunidades da sua paróquia ou quase-paróquia?

Sim; na sua maior parte das comunidades esses Movimentos têm a sua expansão, ou melhor, esses Movimentos estendem-se em todas as Comunidades periféricas.

7. O que acha do seu empenho? Da sua integração na vida da paróquia ou quase-paróquia?

Sem medo de errar, digo que a igreja local se assenta e se apóia neles, ou seja, são esses Movimentos que mantêm a chama viva de Jesus. São força e dinamismo desta igreja local. A igreja encontra nesses Movimentos a sua expressão mais alta.

8. A sua paróquia ou quase-paróquia tem um conselho paróquial ou um conselho pastoral? Quais são as suas atribuições? Quem faz parte? Com são escolhidos os seus membros?

A paróquia tem um Conselho paróquial e pastoral. Nele fazem parte, os catequistas, visitadores, responsáveis do Movimento de Apostolado, responsáveis das Comissões e responsáveis do grupo Coraj.

9. Pode dizer os aspectos positivos e negativos que esses Novos Movimentos de Apostolado trouxeram na vida do dia a dia da sua paróquia ou quase-paróquia?

- Espírito de irmandade, de partilha, solidariedade, de entrega (aspectos positivos).
- Ciúmes (aspectos negativos) e rivalidade.

10. Tem algumas propostas para dinamizar o empenho desses Novos Movimentos na paróquia ou quase-paróquia?

- Inseri-los na formação bíblica, tornando - os deste modo mais aptos para a evangelização, fomentar sessões da doutrina social da Igreja para que estejam à altura de propagarem o Ensino da Igreja.

11. Acha que os seus membros são «cristãos maduros, conscientes da sua identidade, isto é, testemunhas de Cristo Ressuscitado, luz e sal da terra? Pode dar alguns exemplos concretos?

- Acho que sim. As próprias actividades que levam a cabo espelham a luz de Cristo e reflectem de algum modo sinais vivos de Cristo Ressuscitado.

12. Será que esses movimentos são mais «folcloro», «exibicionismo» sem impacto claro na vida dos membros? O que propõe para remediar?

São presença actuante embora existam alguns atropelos e pequenos desvios. Mas no cómputo geral esses movimentos exprimem de modo inequívoco a fé da vida das primeiras comunidades.

13. Algumas considerações gerais

Vale a pena que esses movimentos se mantenham e continuem a dar a sua força no rio da igreja. Entretanto, devem ser dotados de meios capazes de torná-los mais eficientes e maduros na sua acção!

Paróquia de S. Carlos
Lixanga

Buco-Zau

10-11-2013

PESQUISA SOBRE A REALIDADE DOS NOVOS MOVIMENTOS DE APOSTOLADO EM CABINDA.

O fenómeno dos chamados “Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades” é hoje reconhecido e considerado como uma “resposta providencial” aos novos desafios da nova evangelização como podemos ler nesta afirmação do Papa João Paulo II: “ No mundo, frequentemente dominado por uma cultura secularizada que cria e promove modelos de vida sem Deus, a fé de tantas pessoas é posta à dura prova e frequentemente asfixiada e apagada. Sente-se por conseguinte com urgência a necessidade de um anúncio forte e uma formação cristã sólida e exaustiva. Temos necessidade hoje de pessoas cristãs maduras, conscientes da sua identidade, de comunidades cristãs vivas. Eis então os movimentos eclesiais e as comunidades novas: São a resposta suscitada pelo Espírito Santo a este desafio dramático de fim de milénio. Sois esta resposta providencial”¹. Por sua vez, Bento XVI, num discurso para os bispos alemães, viu neles o «dom do Espírito Santo» à Igreja: “Depois do Concílio, o Espírito Santo deu-nos os “movimentos”².

Por isso, a realidade dos “Novos Movimentos” fundados em Cabinda não pode escapar a esta exigência de ser também uma «resposta providencial» aos novos desafios da inculturação. É o objectivo deste estudo: Fazer uma reflexão aprofundada sobre a realidade dos Novos Movimentos de Apostolado nascidos em Cabinda e apresentar algumas propostas de orientação teológico-pastoral para que sejam, de facto, esta “resposta providencial” aos novos desafios da inculturação em Cabinda, processo considerado pelo primeiro Sínodo para África como “uma prioridade e uma urgência na vida das Igrejas particulares, para a real radicação do Evangelho em África”³.

Para tal, contamos com a sua colaboração como responsável da paróquia ou quase-paróquia. Porém, interessa-nos saber a sua percepção da realidade dos “Novos Movimentos de Apostolado”, fundados em Cabinda na sua área de jurisdição. Portanto, este inquérito é dirigido exclusivamente

¹ João Paulo II, “Discurso de João Paulo II aos membros dos Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades”, 30 de Maio de 1998.

² Bento XVI, “Discurso aos Bispos alemães na sua visita “ad limina Apostolorum”, 18 de Novembro de 2006.

³ Ecclesia in Africa 56.

1. A sua Paróquia ou quase-paróquia está dividida em centros ou comunidades?

Quantos ou quantas?

Cinco Centros

2. Quais são os Movimentos de Apostolado que a sua Paróquia ou quase-paróquia tem?

1. Legião de Maria
2. Fraternidade de
3. Patrícios
4. Filhos de Maria
5. S. Miguel
6. Lutãmbi
7. Mossuela
8. Cristo-Vence
- 9.
- 10.

3. Desses Movimentos que a sua paróquia e quase-paróquia tem quais são fundados em Cabinda? Conhece o seu fundador? Quem é?

1. Lutãmbi
2. Mossuela } Pa. Congo
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.

4. Conhece a espiritualidade desses Movimentos? Qual é?

Ajudar e Consolar os mais desfor-
cidos

5. Têm estatutos? E conhece estes estatutos?

Têm estatutos

6. Existem esses Movimentos também nos centros ou comunidades da sua paróquia ou quase-paróquia?

sim existem

7. O que acha do seu empenho? Da sua integração na vida da paróquia ou quase-paróquia?

Contribuem para animação litúrgica, a espiritualidade e os trabalhos manuais

8. A sua paróquia ou quase-paróquia tem um conselho paróquial ou um conselho pastoral? Quais são as suas atribuições? Quem faz parte? Com são escolhidos os seus membros?

Tem um Conselho. Ajuda o
programação e também
os trabalhos

9. Pode dizer os aspectos positivos e negativos que esses Novos Movimentos de Apostolado trouxeram na vida do dia a dia da sua paróquia ou quase-paróquia?

- Crescimento das Comunidades

10. Tem algumas propostas para dinamizar o empenho desses Novos Movimentos na paróquia ou quase-paróquia?

- mais espiritualidade - Reti-
nos, orações, missas por
grupos

11. Acha que os seus membros são «cristãos maduros, conscientes da sua identidade, isto é, testemunhas de Cristo Ressuscitado, luz e sal da terra? Pode dar alguns exemplos concretos?

Sim. Visita aos doentes.
Perseverança na oração
mesmo nos momentos
difíceis

12. Será que esses movimentos são mais «folcloro», «exibicionismo» sem impacto claro na vida dos membros? O que propõe para remediar?

mais exercícios espirituais

13. Algumas considerações gerais

- Crescimento das comunidades.

Anexo 3: Guião de entrevista ao Bispo e Fundadores dos “Novos Movimentos de Apostolado”

GUIÃO DE ENTREVISTA AO BISPO E FUNDADORES DOS “NOVOS MOVIMENTOS DE APOSTOLADOS” FUNDADOS EM CABINDA

APRESENTAÇÃO E OBJECTIVOS DA ENTREVISTA

Estamos a contactá-lo(a) no quadro de uma investigação para uma tese de doutoramento em Teologia da Universidade Católica em Lisboa no sentido de nos facultar uma entrevista sobre a realidade do fenómeno dos “Novos Movimentos de Apostolado” fundados em Cabinda. O objectivo deste estudo é ver se esses “Novos Movimentos de Apostolado” podem ser considerados como «resposta providencial» aos novos desafios da inculturação nesta diocese. Pois, o Papa João Paulo II apresentou-nos a realidade dos “Novos Movimentos eclesiais” como «uma resposta providencial» para a nova evangelização e Bento XVI como «dom do Espírito» à Igreja.

ENTREVISTA

O guião de entrevista será uma listagem das perguntas com conteúdos definidos em função dos entrevistados. O ponto de partida será a hipótese da consideração dos “Novos Movimentos de Apostolado” fundados em Cabinda como «resposta providencial» aos novos desafios da inculturação e assim «um dom do Espírito» à Igreja particular de Cabinda.

1. Perguntas-chave

- 1ª Quais são os novos desafios da inculturação em Cabinda?
- 2ª Quais são os Novos Movimentos de Apostolado, fundados em Cabinda?
- 3ª Será que esses Novos Movimentos de Apostolado, fundados em Cabinda podem ser uma “resposta providencial” aos novos desafios da inculturação e um dom de Deus à Igreja de Cabinda? Caso não sejam o que deve ser feito para que sejam?

2. Perguntas detalhadas ou pormenorizadas

Assim, pretende-se que a entrevista forneça os dados sobre:

- a) A verdadeira dimensão do fenómeno dos “Novos Movimentos de Apostolados” fundados em Cabinda (quais são os novos movimentos de apostolado?).
- b) Os seus fundadores (Quem são os fundadores?).
- c) As motivações para a fundação (O que levou a fundar um “Novo Movimento de Apostolado?”).
- d) Apreciação do empenho desses novos movimentos nas paróquias e nas comunidades (Quais são os seus aspectos positivos e negativos?).
- e) Propostas para melhoramento do seu empenho (Quais são as propostas para corrigir os seus aspectos negativos e valorizar os aspectos positivos?).
- f) Os novos desafios da inculturação (Quais são os desafios hoje da inculturação ou a nova evangelização?).
- g) Como os “Novos Movimentos de Apostolado” podem ser uma resposta a esses desafios.

AGRADECEMOS IMENSO A SUA CONTRIBUIÇÃO

Anexo 4: Entrevista do Bispo (E1)

ENTREVISTA AO DOM FILOMENO/E1

Data: 05-10-2014

Hora: 15h05'

Duração: 57 min.

Lugar: Escritório

Agradeço a sua disponibilidade.

Senhor Bispo tem conhecimento da dimensão da realidade dos Novos Movimentos de Apostolado na diocese?

Temos uma denominação dos “Novos Movimentos Eclesiais”. Será com dimensão universal ou os “Novos Movimentos Eclesiais” como aqueles que nasceram apenas aqui na diocese de Cabinda porque temos aqueles grandes movimentos como Comunhão e Libertação, Focolari, Comunidade Emanuel. Temos muitas outras expressões de movimentos laicais que estão hoje espalhados pelo mundo inteiro. Temos por exemplo esses movimentos que aparecem ligados às grandes congregações como por exemplo SJR (Serviço Jesuíta para refugiados), Jovens sem fronteiras ligadas à Congregação dos Espiritanos, Jovens para evangelização das comunidades da Boa Nova. Há congregações que criaram ao seu lado grupos de leigos que estão envolvidos em compromisso de evangelização. Se falamos desses movimentos nós não os temos aqui na nossa diocese.

A minha pergunta é sobre os Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda.

Naturalmente aqui temos vários: temos a Fraternidade (o mais numeroso), temos o Movimento juvenil Filhos do Reino, temos os Peregrinos de Cristo, temos Grupo Nova vida. São vários que temos aqui na nossa diocese (pega num livrinho sobre a diocese para mostrar a lista dos Novos Movimentos de Apostolado e depois prossegue...) uns mais activos ou outros menos activos. Todos eles estão aqui. Temos grupo Espirito Santo, *Masuela*, *Lutambi*, Nossa Senhora das Dores, Samaritanos, S.Miguel Arcanjo, Serafins etc...Portanto há um bom número pelo menos mais de dez.

O que é que o Senhor Bispo acha do seu empenho na diocese?

Esses grupos têm um aspecto positivo que são formas de aglomeração e de continuidade de participação activa na vida da Igreja da parte dos leigos, cristãos baptizados que doutra maneira viveriam o seu compromisso cristão no anonimato ou mesmo não assumiriam o seu compromisso baptismal na Igreja duma forma activa, dinâmica e comprometida. A vantagem desses movimentos é que se torna um espaço, uma oportunidade, um instrumento para que essas pessoas possam continuar a viver a sua vocação baptismal numa dimensão de evangelização, de anúncio, do testemunho, do compromisso com a vivência com a Igreja. Têm outros aspectos negativos que devem ser devidamente acompanhados primeiro ao nível diocesano e depois ao nível paroquial. É bom que tenham um estatuto bem definido e que vivam de acordo com este estatuto onde aparece bem identificada a natureza do movimento, a sua estrutura orgânica, a sua actividade apostólica, a sua vida espiritual, a sua relação com o assistente espiritual, a sua relação com a pastoral da diocese e da paróquia. Tendo isto bem definido é fácil para diocese ou paróquias de acompanhá-los. Senão cresce de modo encéfalo ou cresce à volta do fundador ou à volta duma identidade pouca bem definida e não precisa. Essas coisas assim não ajudam o amadurecimento espiritual e o crescimento humano e o

empenho apostólico desses grupos. Podem caminhar um pouco por si mesmos mas com pouca incidência naquilo que é a pastoral orgânica da paróquia ou da diocese. Como bem sabes uma diocese tem um plano pastoral orgânico que olha por todo, estabelecendo as prioridades a ser desenvolvidas ao longo dos anos sucessivos. Como o movimento está muito mais voltado naquilo que ele identifica como prioridades ou objectivos, é preciso que o movimento seja um braço da acção pastoral da paróquia ou da diocese. Este é o aspecto que deve ser considerado para evitar que o movimento se volte mais para dentro de si do que para a pastoral eclesial. E outro aspecto também que deve ser acautelado é o acompanhamento desses movimentos. Muitos deles têm membros que não são baptizados e que não vivem dos sacramentos, pessoas que se afastaram dos sacramentos, pessoas que não estão preocupados a recuperar uma vida sacramental. Até podemos encontrar movimentos em que os núcleos deles são actividades que eles desenvolvem e não tanto esses outros aspectos. O objectivo é só as actividades dos movimentos. Por exemplo se é promover o canto isto basta e não há mais nada. Agora se os membros têm a base da formação das exigências da vida cristã, têm compromisso coma fé católica, já isto não é prioridade. Pois, a vida cristã é uma vida que se estrutura com base numa fé. Isto deve estar presente no cristão. Os movimentos, penso eu, devem ter como finalidade ajudar a pessoa a viver a sua condição de baptizado, a sua própria vocação. Os movimentos proporcionam convívios, amizades, ambientes salutareis, aprendizagem (se o grupo está ligado ao canto, ao teatro, desporto, ajuda aos doentes, apoio aos presos ou a pessoas com dificuldades duma ou doutra natureza). Tudo isto é muito importante mas não pode deixar de lado o fundamental da vida do baptizado que é uma vida em Cristo e com Cristo, que deve desenvolver-se em nós para a nossa salvação, para a nossa redenção. A nossa actividade junto dos outros é a explicitação, é o prolongamento, a concretização daquilo que é a fé em que nós acreditamos. Por isso a nossa união com Cristo leva-nos a um compromisso com os irmãos que é a apostolicidade. Portanto, não pode prescindir desta raiz que é Cristo, senão ficamos apenas no mero activismo. Assim deixamos de sermos o movimento apostólico. São Novos Movimentos Apostólicos, isto é, movimento de apostolado que tem a sua fonte na acção dos Apóstolos e em nome de Cristo. “É o que ouvimos, vimos e experimentamos e nos vos anunciamos” como afirma São João no seu Evangelho. Se esses movimentos, priorizando ou valorizando ou limitando ou reduzindo a sua acção de modo exclusivo ao fazer sem essa fonte de vida que é o viver em Cristo e com Cristo, facilmente se identifiquem com vários movimentos

filantrópicos que existem no mundo, mas cuja novidade é a maior solidariedade, filantropia. Nós devemos saber que o agir do cristão neste âmbito é o prolongar do amor de Deus que redime, restaura, refaz e constrói a própria humanidade. É isto que a Igreja procura ser no mundo, num espaço onde homem pode sentir-se renovado pela força da graça.

É este objectivo do meu estudo. Em termos concretos o que a Igreja diocesana pode fazer para ajudar os membros dos “Novos Movimentos de Apostolado” a beber desta fonte que é Cristo?

Uma das dificuldades que temos é devida da falta de acompanhamento desses movimentos que foram crescendo, cresceram, uns bem estruturados ao nível de estatutos, ao nível diocesano, paroquial com os seus subgrupos, ao nível das capelas com uma liderança que coordena por exemplo 2 a 3 capelas. A partir dessas capelas ou zona pastoral sai a liderança paroquial, e a partir das lideranças paroquiais sai a liderança diocesana. Há outros que não chegaram a este nível de tão aperfeiçoada organização. Como digo, eles cresceram muito ao nível de organização, ao nível de membros mas não cresceram muito ao nível da espiritualidade. Portanto falta em alguns uma mística temperada no Evangelho. Os fundadores fundaram e não acompanharam ou não se nutriram para poder alimentar espiritualmente esses movimentos. Há 2 situações a ser consideradas: 1º No acto da aprovação deve saber qual é a figura do fundador? Quais são os meios que ele tem para continuar a acompanhar. Mesmo assim logo devia ter um assistente eclesiástico que devia com o fundador continuar a cuidar do aspecto espiritual desses grupos ou movimentos. Este trabalho não foi feito na maior parte dos casos. Em alguns casos o fundador deixou de frequentar a Igreja, deixou de participar activamente ao nível da Igreja ou por razões de saúde ou de trabalho ou foi transferido ou por outros motivos. E o grupo ficou a ser dirigido por outras pessoas que fazendo o que podem com os meios que podem sem devido apoio ou suporte pastoral dum sacerdote ou duma equipa pastoral da diocese. E daí a dificuldade que se regista ou tem neste campo em que são corpos fisicamente bem estruturados com alma cheia de boa vontade mas não devidamente trabalhada ainda.

Será que esta “falha” de ser trabalhado é a falta da catequese talvez ao nível dos movimentos?

Evidentemente esses grupos precisam dum modelo como dos grupos antigos Legião de Maria, Apostolado de oração, Focolares para dar só esses 3 exemplos. Para além de toda a sua estrutura orgânica que têm, eles têm manual de espiritualidade onde estão os seus conteúdos. Pois, um movimento de apostolado é fruto duma espiritualidade. Uma actividade pastoral pode ser muito boa e eficiente mas sem espiritualidade facilmente se desemboca numa filantropia. Até pode ser muito eficiente na ajuda aos outros mas os seus membros não crescem naquilo que fazem. Não estão a crescer com toda a actividade que eles promovem e desenvolvem porque é actividade pela actividade, quando deveria ser justamente o contrário a partir da própria actividade ia-se renovando, ia-se crescendo, ia-se fortificando na prática do bem porque estamos unidos fisicamente a Deus que nunca deixa de se comprometer com o bem. É um compromisso definitivo com o bem, a felicidade e a redenção do homem. Portanto, este trabalho deve ter um final que é restaurar, resgatar a pessoa humana. A maior parte desses movimentos têm uma característica que é importante de notar que é a sua dimensão essencialmente social, isto é, ajudar nos óbitos, nas doenças, o aconselhamento do outro mas falta o aspecto “em nós”, nós que estamos ao serviço dos outros como nos alimentamos, como nos restauramos? Geralmente o Movimento volta-se para nós quando temos um problema, sim vem aconselhar, procura resolver um conflito familiar mas não há aquela preocupação de quem está no grupo ser habitualmente iluminado, instruído, fortificado por uma mística que leva a dizer que eu ajo assim porque tenho um compromisso no meu interior, independente de qualquer lei ou obrigação exterior que me leva a ser sempre justo, que me leva a ser sempre solidário. É esta dimensão que falta. As pessoas não tendo este Manual de espiritualidade é difícil lançar uma formação ao nível da liderança desses movimentos de acordo com a especificidade, de carisma de cada um desenvolver uma determinada espiritualidade para que eles possam caminhar nesta linha. Até têm palavras muito bonitas, por exemplo Oração, Penitência e Conversão ou Amor, Paz e perdão. Tudo isto é muito bom mas (devem ser desenvolvidas para facilitar

a sua compreensão e ser assumidas como um compromisso, uma orientação da vida), devem ser desenvolvidas ao nível da espiritualidade.

Um outro ponto que precisa de ser esclarecido é do conflito que existe muitas vezes entre a autoridade eclesiástica e o fundador. Para ser concreto entre o pároco e o fundador ou o responsável do movimento e o catequista. Isto faz-me pensar na discussão entre o poder instituído e o poder carismático vivido ao nível das paróquias e das comunidades. Este conflito já foi vivido entre os bispos e os fundadores dos novos movimentos eclesiais e novas comunidades. Qual é a sua opinião?

Posso dizer o seguinte: há dois níveis. Problema teológico de base é a relação entre o carisma e o poder. Sabemos que o Senhor concedeu à Igreja vários carismas, este é o texto paulino e vários ministérios. No tempo Ele constituiu uma Igreja hierárquica naquela também instituiu na base do mesmo texto de São Paulo apóstolos, profetas, etc. mas confiou aquele núcleo de apóstolos na pessoa de Pedro a responsabilidade de confirmar os irmãos na fé. E Vaticano II percebe isso quer no *Dei Verbum* ou no *Lumen Gentium*, numa dessas constituições, ambas são dogmáticas que a hierarquia tem carisma da verdade, isto quer dizer que a Igreja é uma estrutura acéfala onde qualquer pessoa pode pensar da sua maneira, mas passa pela autentificação, pela confirmação, pela verificação daqueles que na Igreja são colocados a frente como pastores, mestres da vida, da doutrina da própria Igreja. Portanto, a pessoa pode ter toda iluminação, toda a criatividade, mesmo os fundadores das congregações ninguém fundou por si mesmo, nem as congregações não existem por si mesmas mas exigem a aprovação: primeiro ao nível diocesano e depois ao nível da conferência episcopal e depois ao nível da Igreja universal que é Santa Sé. É só com essas aprovações que um instituto de vida religiosa pode se desenvolver e se apresentar na Igreja e diante dos cristãos como tal. Fora disto não há legitimidade. Esses movimentos internacionais como neocatecumenado, Comunhão e Libertação, Comunidade Emanuel etc. já têm estatuto aprovado internacionalmente pela Santa Sé. Quando se chega numa diocese ou numa paróquia são simplesmente recebidos porque já têm o conhecimento da Igreja Universal e deve desenvolver a sua actividade. Se um pároco disse que na sua paróquia não considera

oportuno ou um bispo dizer o mesmo deve se respeitar. Mas têm outros lugares onde podem trabalhar e serem aceites.

Pode ser uma diocese que não é favorável ao desenvolvimento do tipo de movimento mas é favorável ao outro tipo porque esses movimentos já têm um reconhecimento da Igreja universal, da aprovação pontifícia, nós não podemos de modo nenhum ao nível local interferir no seu normal funcionamento. Tem um funcionamento, um estilo de vida, um estatuto autónomo na sua orgânica interna. Quando o movimento surge na diocese ou na paróquia deve fazer-se esta confrontação, desta verificação, desta aprovação por parte do Bispo na primeira instância da parte do pároco que está a acompanhar os primórdios, o início deste grupo deve então verificar o que está conforme à tradição e à doutrina da Igreja, na vida da própria Igreja. O que é necessário ajustar, o que é necessário orientar, o que é necessário talvez aperfeiçoar para que seja de facto um movimento eclesial. Esses movimentos apostólicos são movimentos eclesiais, quer dizer que se desenvolvem na Igreja e estão ao serviço da Igreja, estão no mundo em nome da Igreja, são movimentos católicos. Não aparecem aí fora como uma “oposição”. Nós somos da Igreja, quem é o nosso fundador? É fulano tal. Se nós vemos coisas assim não há conflitos. Quando não vemos coisas assim ou quem recebe não reconhece que o movimento tem uma personalidade própria reconhecida pela Igreja porque tem um estatuto pontifício e não acolher localmente aquilo que foi oficialmente foi reconhecido é um erro. Quando ao nível local o movimento não se deixa ajudar por não ser de direito pontifício, é um movimento que quer impor à força, ignorando aqueles que o Senhor colocou a frente da sua Igreja como guias e pastores. O diálogo é necessário.

Quais são as razões que levam ou podem levar um Bispo a recusar um movimento aprovado oficialmente o direito de implantar-se na sua diocese ou dum pároco na sua paróquia?

Eu creio num caso como noutro deve aproveitar as motivações fundadas que levam a tomar esta posição. A nível dum movimento que nasce na diocese eu acho que muito mais difícil o pároco a rejeitar porque o Bispo ao aceitar um movimento olhou ou deve

olhar pelo todo da diocese, é algo que ele está a acompanhar a sua estruturação, a sua organização nos seus começos, então ele tem a possibilidade de dizer o que deve ser feito. Por exemplo há práticas que podem ser boas numa comunidade com uma tradição cristã muito antiga, enraizada... e há outras comunidades que são comunidades novas, comunidades a começar ainda fazer este caminho de fé cristã, pode ser que seja uma paróquia que tem ou vem duma experiência dolorosa e marga de conflitos entre os movimentos de apostolado. Também temos casos desses. Por exemplo o movimento carismático aqui na nossa diocese não mas numa outra diocese houve problemas de liderança justamente por causa desta situação, cada um pensa que ser carismático é ter uma linha telefónica aberta e permanente com Deus. Ele tem aquela linha dele e pensa que as coisas devem ser assim. Toda a Igreja é conduzida pelo Espírito Santo, toda a Igreja tem a dimensão carismática. Esta dimensão carismática não diz subjectivismo ou subjectividade pura. É uma possibilidade da presença do Espírito santo na nossa vida da Igreja mas isto tem de ser aprovado como disse a Tradição. Nós temos o que chamamos de “*Depositum Fidei*”, senão teríamos novas revelações, uma doutrina que cresceria não em compreensão mas que seria um contributo de novos elementos. A fé católica disse respeito a um crescer na compreensão da própria fé, aí sim mas com compreensão com elementos novos.

Acho que não é bom nem para bispo nem para pároco impedir os novos movimentos a implantar-se no seu território de jurisdição. Pois, não há motivos que podem justificar esta tomada de posição contra um direito fundamental defendido no Código do direito canónico. Por isso pede-se, aos bispos e, diria o mesmo, aos párocos, uma atitude de humildade e solicitude para com os novos movimentos. Deste modo o caminho a seguir é do diálogo. Tive uma entrevista com uma fundadora dum desses novos movimentos de apostolado que me disse que formaram impedidos a implantar-se numa comunidade por um pároco que afirmou do altar numa missa que enquanto ele estiver a frente desta paróquia nunca acertaria este movimento.

Esta não foi uma boa atitude porque não é do púlpito que uma afirmação com esta não deve ser feita. O pároco devia fundamentar a sua posição. Em princípio aquele que tem

a autorização pontificia deve ser aceite por toda a Igreja. Isto depende de cada lugar e do desenvolvimento de cada comunidade cristã. Há comunidades que podem funcionar bem numa diocese e não funcionam numa outra... Um bispo ao dizer não, não está a reprovar a apreciabilidade do valor pastoral do movimento mas está só a dizer que este não serve aqui por razões fundamentadas. Por exemplo um carro pode ser bom mas não prestar para algumas estradas.

Não sei se esta imagem pode corresponder à realidade dos “Novos movimentos de apostolado”. Muitas vezes as razões de não aceitar são mais de ordem autoritária, subjectiva e não propriamente pastoral. Nunca podemos ter medo de arriscar, de dar novas oportunidades. Tivemos um caso desses nesta diocese em 1991 com o grupo carismático que não foi aceite por ter corrido mal a sua implantação em Luanda. Fui um daqueles que como Gamaliel defenderam a sua aceitação em Cabinda com um bom acompanhamento eclesial porque a experiência de Luanda não era motivo suficiente para o impedir em Cabinda. E hoje posso dizer que é um dos movimentos mais activos na diocese. Outro problema: neste momento estou encontrar dificuldade para fazer um levantamento dos “Novos Movimentos de Apostolado” fundados em Cabinda. Os documentos que deviam fornecer a informação têm dados diferentes até contraditórios, como é o caso dos anuários. Como o Senhor Bispo explica esta situação?

A explicação pode ser que não foram enviados todos os dados completos. Há grupos que surgiram depois como por exemplo Grupo Nova vida ou não foram enviados os dados dos grupos que não tinham uma expressão significativa que justificasse constar no anuário. Penso eu assim porque não estive.

Foi ainda um dado importante na minha investigação porque sempre pensei que a fraternidade é uma importância da experiência do Congo-Brazzaville. Agradeço este esclarecimento (Pois, o Sr Bispo foi um impulsionador ou diria “fundador” da Fraternidade quando era padre em serviço em Cabinda).

A fraternidade não veio do Congo-Brazzaville. Ela nasceu mesmo aqui. Talvez pode ter posteriormente buscar alguma coisa da Fraternidade do Congo mas ela nasceu aqui.

Mas nota-se esta grande diferença entre os dois anuários. Por exemplo há movimentos que estavam no anuário de 1998 e desaparecem no anuário 2008 mas que ainda estão presentes nas comunidades.

Os grupos que existem, são aqueles que constam neste livrinho e os que não estão aqui já desapareceram ou deixaram de existir. Estão aqui todos eles.

Para o Senhor Bispo, quais são hoje os grandes desafios que a Igreja de Cabinda deve enfrentar na sua missão de evangelizar?

Nós quando chegamos aqui na diocese, vimos que uma comunidade com mais de trezentos mil fiéis era assistida por duas paróquias. Por isso, dividimos o território da cidade em várias áreas e dissemos que movimento tal vai para evangelizar tal área, o movimento tal parte para outra área, aqui em diante. Há movimento que assumiram com êxito esta actividade e há um ou outro que não correspondeu àquilo que nós equacionávamos. Uma das coisas que acho que os movimentos devem fazer é ver não para si mesmo mas viver para fora. É aquela missão *ad extra*, ir ao encontro daqueles que ainda não ouviram falar de Jesus Cristo ou se afastaram da prática da vida cristã por qualquer razão, ou instalaram-se no comodismo ali onde se encontram. É reavivar o ânimo a esse último grupo e propor Jesus como caminho, verdade e vida aos primeiros. Aqui devemos aproveitar os membros desses novos movimentos, por exemplo, a paróquia precisa de catequistas, Secretariados diocesanos precisam do pessoal, leigos comprometidos para trabalhar e dinamizar a acção dos secretariados; nós precisamos em grupo como caritas de leigos que estejam empenhados e os movimentos são também uma reserva de energia, de força para evangelização; são também um viveiro, uma

reserva, dizia eu, de pessoas com aparência de vida cristã, um caminho da vida eclesial, que são capazes de serem operadores pastorais na diocese. Quanto à pergunta em si mesma no ano da fé, quais os desafios da evangelização? Eu olhando para a realidade da diocese de Cabinda, eu diria que a prioridade das prioridades é anunciar Jesus Cristo como caminho, verdade e vida. Não há outra coisa. Anunciar a todo o mundo.

Como concretizar este mandato de anunciar Jesus Cristo como caminho, vida e verdade?

É atrás da catequese das crianças até catequese dos adultos. A catequese em todos os níveis mesmo dentro dos movimentos apostólicos. Fazer uma espécie de itinerário da fé para os movimentos apostólicos para os jovens e adultos desses movimentos. Nós temos movimentos apostólicos aqui na diocese que têm sector juvenil e sector dos adultos e até outros com sector das crianças. Mas esta catequese deve estar aí atrás duma ideia vaga ou atrás duma lema mas deve ser evangelizadora porque toda evangelização leva a uma certa conversão. O que é ser cristão? É alguém que se apaixona por Jesus Cristo e deixa-se transformado por Ele e conduz a sua vida de acordo com a Palavra de Jesus Cristo em todos os níveis. E aí temos um grande défice.

Só pode agradecer pela sua disponibilidade e sobretudo por partilhar a nossa preocupação de valorizar e dinamizar os “Novos Movimentos de Apostolado” fundados em Cabinda para que sejam de facto «resposta providencial» aos novos desafios da inculturação. Obrigado.

Anexo 5: Entrevista do Fundador dos “Filhos do Reino” (E2)

ENTREVISTA AO PADRE MAZUNGA, FUNDADOR DOS “FILHOS DO REINO”/E2

Data: 17/10/ 2013

Hora: 11h22

Duração: 22 min

Local: Escritório

Vou falar com Padre Mazunga, fundador dos “Filhos do Reino”, Novo Movimento de Apostolado fundado em Cabinda. Desde já os nossos agradecimentos por ter aceite colaborar. No momento da fundação dos “Filhos do Reino” existiam na diocese outros movimentos de apostolado porque ter pensado fundar um novo movimento?

Pensei em começar com esta experiência de caminhada espiritual por causa precisamente da educação dos mais novos, que era preciso olhar para a formação humana, a formação intelectual e a formação cristã dos jovens e das crianças mas apoiados pelos mais velhos. Dali partimos como se tratava dum grupo da Igreja, tinha que se ter uma espiritualidade própria da Igreja. Partimos precisamente do nome “Filhos do Reino”, baseando-nos em Lc7,22 que é o capítulo central da nossa espiritualidade. Educar mas educar para a libertação. Quem educa, educa para libertação e quem liberta, ajuda da libertação e este está no caminho da felicidade.

Lembro-me que naquela altura trabalhava na Sé Catedral e certamente lá existiam movimentos de apostolado dedicados à educação das crianças e adolescentes e minha pergunta é de saber qual foi a necessidade de fundar mais um movimento?

É verdade que havia Movimentos “tradicionais” como Legião de Maria, Sagrado Coração de Jesus e ainda “Boscovitas”, vindos de Ponta Negra, mais próximos aos jovens e crianças mas havia muito fervor. O movimento dos “boscovitas” era só para os jovens e nós queríamos que fosse uma coisa onde entrassem precisamente os jovens

principalmente mas apoiados pelos mais velhos que deviam assumir o papel de transmissão de experiência de fé.

Isto significa no seu entender que nesses outros grupos não havia esta ligação entre novos e mais velhos?

Havia sim, mas sentia que faltava alguma coisa que deveria responder a este apelo porque estávamos a sair duma situação de vivência de comunismo e que era preciso que se falasse mais concretamente sobre o Reino de Deus, proposta trazida por Jesus Cristo, mas levássemos esta proposta na vida.

Deste modo achava que os outros grupos “tradicionais” não levavam a proposta do reino na vida dos jovens e crianças? Ou por outras palavras não falavam do Reino de Deus?

Falava sim mas por exemplo “Boscovitas” têm Dom Bosco como patrono e nós assumimos esta designação “Filhos de Reino” para assumirmos Cristo, e só Cristo como caminho para salvação.

Neste momento quando olha o caminho percorrido acha que o objectivo foi alcançado, isto é, os mais velhos a transmitir a sua experiência de fé aos mais novos ou foi obrigado a alterar a dinâmica da vossa espiritualidade tendo em conta os novos desafios ou exigências pastorais?

Alterar como tal não. Nós estamos desde de 22 de Setembro de 1996. O grupo já se alastrou até a Luanda na diocese de Viana. Estamos em quase todas as paróquias da diocese neste momento. É preciso uma reestruturação mas mais na dinâmica da pastoral e não tanto na espiritualidade porque esta mantém-se que é a busca do Reino de Deus, Jesus disponíveis para serviço e serviço dos irmãos.

Então, o movimento é mais direccionado para os jovens?

Não. Temos também crianças que chamamos de “*Nona*”, quer dizer “formiguinhas”, aquelas formigas pequenas mas sempre juntas, sem barulhos quando estão a trabalhar. O Reino deve ser buscado na simplicidade e deve ser uma coisa de entrega, de serviço aos irmãos mas sempre com simplicidade, sempre com os irmãos.

A dificuldade que os Novos Movimentos de Apostolado encontram que é a sua integração nas estruturas das dioceses ou das paróquias. Até o Papa João Paulo II aconselhava aos Novos Movimentos de ser humildes para a sua integração. Será que tem encontrado a mesma dificuldade na vossa dinâmica de expansão?

Grande dificuldade não tivemos graças a Deus porque antes de se ir numa paróquia nós levamos a proposta ao pároco, apresentamos o manual de espiritualidade que é o caminho do filho, temos “*Ilandulu*” onde estão algumas linhas de orientações para formadores, servos e responsáveis e depois temos estatutos. Depois disso começa-se uma experiência não para ser já um grupo aí, pode se trabalhar seis meses ou um ano com aval do pároco porque no dia da promessa ou da erecção do grupo o pároco deve assinar a acta da erecção. Em todas as paróquias temos trabalhado assim praticamente. A dificuldade que temos é mais na formação dos formadores. Temos de formar os líderes que possam estar a frente para ajudar os irmãos no caminho da felicidade.

E como é feita esta formação?

Temos tido cursos de formação de liderança que chamamos de formadores ou servos. De seis em seis meses ou de três em três nós temos a reciclagem destes formadores. Temos os núcleos como o grupo é grande em muitas paróquias. Formamos pequenos grupos de formação dentro do próprio grupo.

E como é a organização do seu grupo?

Nós temos a direcção diocesana e a direcção paroquial. Os membros das direcções paroquiais fazem parte da direcção diocesana.

Como é feita a formação dos formadores?

Por esta razão é trimestral ou semestral mas eles têm formação permanente.

Sabe dizer se os párocos conhecem a espiritualidade do seu grupo?

Não posso dizer porque não tenho conversado sobre o assunto com os novos párocos. No entanto, para a nossa espiritualidade nós entregamos normalmente os manuais necessários para o conhecimento do grupo e da sua espiritualidade ao pároco ou à irmã que está acompanhar o grupo.

Já houve uma vez um encontro entre os responsáveis do grupo e os párocos ou as irmãs que acompanham para aprofundar junto a espiritualidade?

Um encontro como tal não. Nós tivemos agora uma assembleia extraordinária porque só agora que o grupo se abriu para as outras paróquias. Primeiramente estava em duas paróquias mas agora estamos quase em todas faltando-nos a paróquia de Belize. Mas já está a se formar lá um grupo. Também falta a paróquia de Malembo. Zenze já temos como Landâna também. Aqui ao nível da cidade estamos quase em todos os lados. Só falta-nos numa quase- paróquia que é S. Pedro.

Notei no terreno como dizia que muitos párocos não conhecem a espiritualidade, dos Novos Movimentos, nem os seus estatutos. Será que da sua parte tem evidenciado o esforço para fazer conhecer o seu grupo e como tem feito?

Normalmente nós entregamos os instrumentos necessários para o conhecimento da espiritualidade da nossa associação. O grupo tem uma programação anual ao nível da diocese que é entregue a todos os párocos e depois temos a programação própria paroquial que é entregue a cada pároco. Todos eles têm. Cabe então ao pároco ler para o melhor acompanhamento.

Sabe que existe uma diferença mesmo em termos canónicos entre a terminologia de grupo e associação. Porque fala da associação?

Associação porque é um associado, um grupo de gente, cristãos católicos que pretendem seguir uma determinada espiritualidade.

A terminologia mais utilizada é “movimento” e não associação, nem grupo porque há uma diferença clara entre associação, movimento e grupo? Será que tem conhecimento disto?

Apesar de ter a designação de associação mas não deixa de ser um movimento de apostolado ou movimento eclesial.

O que pode propor para o conhecimento por exemplo do seu grupo junto dos responsáveis das paróquias?

Talvez endereçar uma carta, agora que estamos a rever os estatutos, já estão revistos depois da última Assembleia. Já foram entregues ao Senhor Bispo, já que é ele que tem a última palavra. Eu recebi as propostas da Assembleia que já aprovei como fundador e agora devo entregá-las ao Sr Bispo já no próximo mês para a sua aprovação e promulgação. A partir dali remetemos os manuais novos e os estatutos, manual de orientação dos formadores aos párocos e religiosas. Esperemos que neste momento tenham mais atenção de conhecer através desses manuais a própria espiritualidade do grupo.

Esta ideia é boa porque sabe que os novos movimentos eclesiais tiveram muitas dificuldades de serem aceites em muitas dioceses e me lembro o caso dos carismáticos que tiveram muitas dificuldades de se implementar nas dioceses de Angola como foi o caso na diocese de Cabinda. O Vaticano através do conselho pontifício para os leigos teve a iniciativa de chamar alguns bispos em representação das conferências episcopais para vir conhecer as espiritualidades dos novos movimentos eclesiais através das intervenções dos seus fundadores. Foi

uma iniciativa que facilitou em muito a implementação de muitos novos movimentos eclesiais em muitas dioceses do mundo inteiro. Por isso eu seguirei a mesma linha: Convocar os padres para um seminário de informação e formação da espiritualidade dos Novos Movimentos de Apostolado em Cabinda. Já fui pároco e nunca tive aquela preocupação de conhecer a espiritualidade dos movimentos de apostolado e só me interessava autorizar e confiar a uma irmã para a acompanhar. Esta ideia deve ter um “cunho” da autoridade máxima da diocese para ter o seu impacto nas paróquias. Pois, uma iniciativa solta dum movimento sempre terá dificuldade de se impor.

Ainda uma questão sobre os estatutos. Disse que na última assembleia os estatutos foram revistos. O que foi na base desta mudança? A própria situação actual da diocese no seu crescimento ou da própria realidade da vida do movimento de se adaptar às novas exigências pastorais?

São as duas coisas. O grupo se adapta às novas exigências da vida da diocese e também nós éramos só da paróquia da Sé Catedral onde nascemos. Mas, agora o grupo expandiu-se, estamos na Imaculada, Lândana e Zenze, em Viana (Luanda). Isto requer uma reestruturação ao nível da direcção porque na sua fundação o seu estatuto era para um grupo paroquial. A expansão do movimento é que exigiu mais esta reformulação dos Estatutos

Uma questão de curiosidade. Como o movimento chegou a Viana?

Porque muitos foram lá estudar e pediram aos párocos de Viana para fazer os seus encontros. O padre viu e gostou.

Em que paróquia de Viana estão?

Na paróquia de São Francisco.

Tens notícias do seu crescimento? Tem novos membros?

Tenho sim. Já fizeram promessas e os daqui foram para lá assistir.

O seu movimento tem níveis de pertença?

Tem sim. Tem das crianças, Jovens e adultos. Para os jovens é dos 15 a 30 anos. Basta ser baptizado. Quem estiver matizado passa para escalão de adultos, mesmo sem ter a idade exigida.

Ao nível das paróquias tem pequenos grupos?

Elas têm núcleos. Tem grupo paroquial e depois há núcleos ao nível da paróquia.

E esses núcleos são das pequenas comunidades ou como nós chamamos as capelas?

Não. São núcleos de formação ao nível da paróquia e não das pequenas comunidades.

Todos os adultos têm responsabilidade de acompanhar as crianças e os jovens?

Grande parte sim.

Obrigado pela sua disponibilidade de colaborar nesta pesquisa. Como sabes o Papa João Paulo II e Bento XVI consideram os Novos Movimentos Eclesiais como dom de Deus. Por isso, procuro com este trabalho dar aos nossos Novos Movimentos de Apostolado, aqui fundados esta dimensão profética de ser para a nossa diocese este dom de Deus para respondermos aos novos desafios pastorais. Pois, comparado às restantes dioceses de Angola, Cabinda é a diocese onde se nota o surgimento de Novos Movimentos de Apostolado.

Também agradeço pelo interesse mostrado para conhecer os “Filhos do Reino”. Bem-haja para o seu trabalho e desejo-lho êxito porque é um trabalho para o bem da Igreja e da humanidade.

**Anexo 6: Entrevista do Fundadora da “
Nossa Senhora das Dores” (E3)**

ENTREVISTA A DONA LUIZA ARTUR/ E3

Data: 17/10/13

Hora: 11h05

Duração: 33 min.

Local: Sala de espera da sua residência

Vou falar com a Dona Luiza Artur, fundadora do Novo Movimento de Apostolado “Nossa Senhora de Lurdes”, um dos primeiros novos movimentos, nascidos em Cabinda. Desde agradecemos adua disponibilidade

O que levou a Dona Luísa a fundar este novo movimento, já que havia outros movimentos de apostolado em Cabinda como por exemplo a Legião de Maria ou Sagrado Coração de Jesus?

Até não foi pensamento. Nunca tive imaginação de fundar um grupo, nunca pensei na minha vida fundar um grupo. Não nos chamamos grupo mas uma espiritualidade e foi o responsável eclesialístico nomeado pelo Dom Paulino que definiu, depois de estudar e de nos acompanhar nos retiros e ver-nos rezar, que não era grupo mas sim uma espiritualidade da Senhora das Dores. Isto como surgiu? Não foi até bem uma fundação e digo sempre isso às pessoas. Eu adoeci bastante e não digo que conheci agora a Igreja. Eu conheci a Igreja desde da infância porque fui criada nas missões das irmãs de S. José de Cluny. E a partir dos 7 anos fui formando-me na Palavra de Deus. Casei-me depois de sair do magistério religioso onde tirei um curso que tenho até hoje. Ao casar-me continuei a frequentar a Igreja. E quando adoeci comecei a afastar da Igreja e da Bíblia não queria saber. Ia só a missa vespertina e não era aquela entrega até que um dia uma religiosa convida-me para lhe ajudar, como não estava a dar aulas devido da doença, a abrir um centro de costura. Assim fui ajudando mas antes disto já como criança tinha, não sei como chamar, a noite normalmente, algumas visões ou sonhos ou revelações. Não sei como intitular isso mas andava a ver muitas coisas. Entre essas coisas era a ver frequentemente eu a rezar para muitas pessoas com males graves de saúde e diversas dificuldades. E uma vez ouvi uma voz que me dizia de estender a mão e eu estendi a mão sobre as pessoas e recuperavam. Isto foi constantemente. Vou tentar resumir

porque a história é longa até um dia na costura as senhoras vinham ter comigo para contar os seus problemas muitas vezes graves e chorávamos juntas. Assim comecei a me lembrar aquilo que sonhava no passado. Dizia-me a mim própria que Deus não podia me pedir isso com tipo do marido que tenho e que suporta eu ter amigas e como é será? Eu chorava com estas pessoas e dava conselhos. E começamos a ser amigas.

Até um dia fui ter com a irmã da costura pedindo-lhe que rezasse por mim entregando-lhe uma minha vela. A irmã não aceitou a vela mas encorajou-me a ir sozinha rezar na Igreja. Fiquei um pouco chocada pela resposta da irmã mas ao mesmo tempo senti em mim a força de rezar porque também sou baptizada. Infelizmente não fui rezar na Igreja naquele dia e fui para casa mal disposta. Até um dia do nada disse a essas pessoas para irmos rezar na minha casa depois da costura e isso foi no dia 19 de Janeiro de 1986. Ficamos na minha sala nós cinco a rezar o terço. E neste primeiro dia comecei a fazer petições fortes que punham todo o mundo a chorar. Por isso o nosso director espiritual entendeu que era o dom das lágrimas. Foi assim que começamos. Havia neste grupo uma mulher casada pela Igreja que estava para perder o seu lar por falta de filhos e o marido já tinha arranjado uma outra mas felizmente depois de dez meses esta mulher veio a conceber. Foi assim que começaram a surgir muitos milagres quase em todos os lados. Foi assim que nasceu esta espiritualidade, não foi pensamento nenhum. Nunca sonhei a ter preocupações fora do meu lar. Mas felizmente tenho hoje essas preocupações por causa de Cristo. Não fundei mas surgiu assim.

Agora como a Dona Luiza prefere chamar a espiritualidade neste momento só se limita a rezar ou já tem outras preocupações?

Temos grupo coral, outras actividades na Igreja e estamos enquadrados como outros grupos. Fazemos tudo para estarmos presentes em tudo que a diocese ou a paróquia programa. Além disso, temos as visitas nos hospitais, nas cadeias, levando algumas coisas e rezando com eles. Procuramos mais os doentes abandonados, sem família, buscando as receitas para comprar medicamentos. Através desta espiritualidade muitas mulheres mudaram aquela vida de 3 ou mais homens. Hoje são mulheres comungantes de missa diária.

Dona Luiza sabe que o grande milagre é a conversão, a mudança de vida?

É verdade. Na nossa espiritualidade temos muitos desses milagres de conversão, até os jovens. Tínhamos as crianças e como a oração era forte elas não conseguiam aguentar e foram afastando-se. Nunca proibi ninguém. A nossa espiritualidade é aberta a todos. Temos de tudo, jovens, adultos, mais velhos, mulheres e homens.

Há condições para fazer parte da espiritualidade?

Não há condição nenhuma, qualquer pessoa que deseja pode fazer parte. Por exemplo no retiro que vamos ter agora de 3 dias vamos ouvir as pessoas a dar testemunho, da sua conversão.

Neste momento quando a Dona Luiza olha para a espiritualidade acha que os objectivos que suscitaram o seu nascimento foram alcançados? Pensa que há coisas para corrigir?

É verdade que na espiritualidade há de tudo, há grupo de cabritos e de cordeiros. Por isso, haverá sempre coisas para corrigir. Só, às vezes, choca-me algumas situações que não deviam acontecer. Não há cento por cento perfeitos como não cento por cento diabos. Somos pessoas que caminham a busca da salvação. Fico triste de ver situações em que, em todos cantos, os mais fracos são arrastados porque muitos vão a procura de milagres. E quando chega aqui e vê que a prioridade não é procurar milagres recuam.

Como acaba dizer que há pessoas que são atraídos pelos conseguir milagres, será que a espiritualidade está preparada para a catequese e ajudar essas pessoas naquilo que o mais importante Deus espera delas? Há espaço para catequese ou formação?

Todas as segundas feiras temos antes da oração a partilha da palavra de Deus, baseada na preparação da liturgia da Palavra do domingo a seguir, somente o Evangelho. Eu própria sou animadora bíblica. Tirei a formação bíblica. Além disso temos a formação no seu geral, até culinária e relações humanas. Isto é para dizer que a formação faz parte das nossas prioridades.

Foi decisivo o apoio recebido do Dom Paulino, Bispos de Cabinda?

Foi muito importante porque tinha a certeza absoluta que era Jesus que me confiava esta missão. Seria muito frustrante se não tivesse tido este apoio. O apoio foi mesmo decisivo e estimulante. Algumas vezes veio ver-nos rezar.

Como tem sido a relação com outros movimentos?

Acho que há falta de formação ao nível dos grupos e de líderes de pôr os membros a se amar e entender-se. Evito no meu grupo de trabalhar para exibicionismo. É verdade que há mesmo rivalidades entre grupos na diocese. Atribuo isto à falta da formação.

E como os párocos? Eles conhecem a vossa espiritualidade?

Nem sempre fácil. Já tivemos situações gravíssimas. Naquela Igreja de Cabassango tivemos uma situação terrível, ainda bem que este grupo não é meu mas do Senhor. Há mais de nove anos que houve a vontade de criar um núcleo naquela comunidade por ter lá membros a viver. Era o dia de missa campal e o padre que celebrava nos correu em publico, durante a pregação da Palavra. Isto aconteceu. Mas antes disso havia lá outro padre que tinha deixado tudo assinado para implementação da espiritualidade. Foi choque muito grande. Foi o único lugar onde encontrei impedimento..

O que pode dizer dos novos movimentos em Cabinda?

É uma bênção do céu que deve ser aproveitado.

Obrigado Dona Luiza pela sua colaboração. O objectivo deste trabalho é vermos como podemos melhor aproveitar essas benções do Céu.

Anexo 7: Entrevista do Fundador dos “Peregrinos” (E4)

ENTREVISTA DO GERVÁSIO PUCUTA /E4

Enviamos as perguntas por mail.

Considero, a meu ver, os “Peregrinos de Cristo” como o primeiro “Novo Movimento de Apostolado, fundado em Cabinda. Quais foram os motivos ou razões que o levaram a fundar este movimento, já que existiam na altura da sua fundação alguns movimentos de apostolado “antigos” como Legião de Maria, Sagrado Coração de Jesus e também alguns “novos” como Fraternidade, Nossa Senhora das Dores?

No dia 1 de Janeiro de 1979, os cerca de 35 seminaristas do Seminário Menor de Cabinda foram para as suas famílias, porque o MPLA-Partido do Trabalho, de ideologia Marxista-Leninista, decidiu fechar as Missões e os Seminários, em todo o País, com a intenção de acabar com a religião em Angola, porque a *“Religião era ópio do povo”* e obscurantista. Assim, o nosso Mestre, Pai e Reitor, o então Padre Paulino Fernandes Madeca, arrendou uma casa, na cidade, e nós, os seminaristas, em regime de turnos ora quinzenais ora mensais, íamo-nos substituindo, vivendo com ele, como forma de continuarmos na senda da descoberta ou discernimento vocacional, em regime de internato alternado, o que fez com que muitos fossem desistindo.

Nesse contexto, no conjunto dos 35, o Padre e então Pároco da Igreja Rainha do Mundo, enquadrrou 3 destes, nomeadamente, Joaquim dos Santos José, Pedro Sevo Agostinho e Gervásio André Púcuta, em várias frentes da Pastoral, designadamente: na Catequese, Legião de Maria (presidium dos jovens), grupo coral, grupo de dança e no grupo de jovens. Assim, fomos desenvolvendo a veia da pastoral juvenil.

Em Agosto de 1981, os 3, na companhia de mais 5, nomeadamente, José Henrique Biquele, Luís da Graça Rodrigues Franque, Francisco Marques de Jesus Tati, José Mampua André e Afonso Liberal, fomos continuar o Seminário Menor, em Luanda, onde continuei com a pastoral catequética, até 1983, no Seminário Maior.

De 1984 a 1991, ano em que terminei a formação, assumi a pastoral juvenil, a pastoral litúrgica e a pastoral vocacional. É neste enquadramento que, o Rafael Gime, jovem da Sé Catedral de Cabinda, que estava em Luanda a estudar, me contactou para criarmos a Associação dos Jovens Estudantes Católicos (AJEC), que ao chegarmos a Cabinda, enquanto Diáconos, foi entregue ao colega de carteira e ordenação, o Raúl Tati, visto que a Sede era na Sé Catedral, onde ele residia, pois era Secretário do Bispo, e que, com a sua saída para Luanda, desapareceu, e eu na Direcção do Seminário Propedêutico, com o outro colega Carlos Bambi, que, por sua vez, criou o projecto dos Filhos de Jesus, que veio a tornar-se congregação religiosa, assumi a pastoral juvenil da Paróquia da Imaculada Conceição e a coordenar, de 1992 a 1994, a Pastoral Juvenil da Diocese de Cabinda.

A partir dessa Juventude, criei o núcleo da futura Associação dos Peregrinos de Cristo, para congregar jovens de diferentes Movimentos de Apostolado, cuja explicação se descreve no ponto a seguir, pois a intenção era criar uma Associação e não um Movimento de Apostolado.

No seu estatuto os “Peregrinos de Cristo” são considerados como uma associação e não um movimento. Pode dizer-nos a razão desta denominação?

Tendo em conta que a Juventude já fazia parte da minha opção pastoral, senti a necessidade em criar uma Associação de Jovens Católicos que pudesse enquadrar jovens de diferentes espiritualidades/carismas ou grupos de apostolado das diversas Paróquias da Diocese para se transformarem em apóstolos dos outros jovens, colegas seus nas escolas e nos serviços, vizinhos seus nos bairros e ruas, e, inclusivé, dos seus próprios namorados, maridos ou esposas, a fim de se formar famílias líderes/fermento para um laicado forte, capaz de enfrentar os tempos da modernidade, assumindo a Igreja e a Sociedade, tendo como fundamento o Evangelho basificado na Doutrina Social da Igreja e enraizado na Encíclica “**CristiFidelis Laici**” – a “**Missão do Leigo na Igreja e na Sociedade**” de Sua Santidade o Papa João Paulo II. – Daqui surgem os **Peregrinos de Cristo**, em 1993, a partir de um núcleo de Jovens da Paróquia da Imaculada Conceição, que veio a crescer com outros da Paróquia Rainha do Mundo e da Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes do Malembo.

Espero que ainda tenha ligação com os “Peregrinos de Cristo”. E, avaliando hoje o seu empenho, acha que corresponda aos desafios da sua fundação? Pode dar alguns exemplos?

Muitos se interrogam, querendo saber se ainda tenho ligação com os Peregrinos de Cristo. Sim, tenho e com maior profundidade, agora, que antes, porque estou a trabalhar para corresponder aos desafios da fundação, pois se tivesse continuado a exercer o sacerdócio, os Peregrinos de Cristo não teriam futuro. E digo mais: a suspensão do exercício sacerdotal foi uma necessidade pastoral, espiritual, social, económica e política. Foi o Espírito Santo quem preparou o caminho para tudo quanto está acontecer na minha vida, digam o que disserem. É uma experiência de fé muito forte. A minha fé em Deus e na Igreja cresceu bastante, estando deste lado da vida. Essas experiências são entendidas por quem as tem e nem sempre são explicadas e entendidas por quem não as vive, porque fazem parte do “existencial” (só se sente e se vive e nem sempre se explicar).

A história dos Peregrinos e o seu fundador tem três fases: **primeira**, de 1992 a 1994, os Peregrinos tiveram o seu nascimento de facto e viveram a experiência directa com o seu fundador; foi criado um forte grupo de colaboradores/benfeitores para apoiar o movimento juvenil; **segunda**, de 1994 a 1997, o fundador foi transferido para a Sé Catedral da Diocese do Uíge e, posteriormente para a Sede da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), em Luanda, onde se criou um núcleo; nesta fase, alguns Padres, usando até

leigos, entenderam destruir e perseguir os Peregrinos, copiando alguns dos seus métodos e estratégias de pastoral para os adaptar aos movimentos de apostolado (por exemplo: as constantes e longas peregrinações nos tempos fortes da liturgia, as vigílias permanentes às primeiras sextas-feiras do mês; os benfeitores foram recrutados para apoiarem alguns movimentos de apostolado; com o regresso do fundador, reavivou-se o movimento juvenil e, através do acto de proclamação oficial, ocorrido no Cine Chiloango, com o apoio presencial do núcleo de Luanda, foi transformado em **“Associação Peregrinos de Cristo”**, de carácter filantrópica e religiosa, com publicado em Diário da República; **terceira**, de 1997 a 1998: o fundador foi transferido da CEAST, Luanda, para a Sé Catedral de Cabinda, como Administrador Apostólico, e, depois, regressou, no ano seguinte, para a CEAST; em Cabinda, aproveitou a fase para enraizar a Associação naquela Paróquia, tendo aí se despoletado, com a sua saída, a segunda perseguição, acabando por dispersar os membros; **quarta**, de 1999 a 2004: com a nomeação do fundador como Pároco da Nossa Senhora de Lourdes, no Malembo, diocese de Cabinda, no período de 1999 a 2002, os membros da Associação dos Peregrinos da cidade de Cabinda criaram um núcleo nessa Paróquia; **quinta**, em 2004, o fundador foi transferido para o Seminário Maior de Cabinda, onde a Associação passou a ter os seus encontros; foi nessa fase em que se teve a iniciativa de se criar um Centro de formação de carácter educacional e cultural para a juventude, na povoação do Caio-Cabinda, que não terminou e que o Governo solicitou para ser transformado num Centro Infantil, esperando, um dia que a Associação o tenha.

Parece que os “Peregrinos de Cristo” não tiveram uma expansão na diocese. Como justifica? Ou por outras palavras, quais foram as dificuldades para expansão? Soube que havia um núcleo em Luanda. Ainda existe?

A expansão na Diocese e fora dela: teve, sim. Basta reconhecer as etapas descritas na resposta à terceira pergunta da entrevista. A expansão, em tudo, foi sempre difícil, até do Cristianismo ou do Evangelho. E que o diga o Apóstolo São Paulo ou o Martirológio da Santa Igreja Católica e Apostólica. É preciso FÉ, LIDERANÇA CARISMA E VISÃO.

Estamos, no silêncio, com prudência e inteligência, a preparar as ideias e condições para a celebração das Bodas de Prata, com duas nuances: **criação “de facto”** – em 1993, na Praia do Caio-Cabinda, e **criação “de jure”** – em 1997, no Salão do Simulambuco, sendo: a abertura, em 2018, e o encerramento, em 2022, o requerer programar as etapas desse período que intermedeia espaço temporal de um ano ao outro.

Já não pensamos de Luanda, somente, porque muitos dos co-fundadores residem lá. A intenção é estender os Yayas para as 18 Províncias do País para apoiar a Igreja e a Sociedade com respostas integradas para a formação, educação, ensino, emprego e o discernimento vocacional para as diversas opções fundamentais ou estados de vida, com presença no social, no político, no pastoral, no económico e no cultural e desportivo. Abrir caminhos que apoiem os jovens a realizarem os seus legítimos sonhos

CARISMA: AMOR A DEUS, AMOR À NATUREZA E AMOR AO HOMEM.

GERVÁSIO ANDRÉ PÚCUTA – em Luanda, aos 15 de Março de 2015

Nota: Gervásio André Púcuta já deixou o sacerdócio ministerial. Não respondeu a todas perguntas e justificou alegando por não exercer não lhe fazia sentido avaliar o empenho e fazer propostas. Respeitamos a sua opção e para nós como cristão tinha direito dar o seu contributo para a valorização e dinamização com propostas concretas.

Anexo 8: Formulário do Inquérito às Dioceses de Angola

INQUÉRITO ÀS DIOCESES DE ANGOLA

Objecto: Pesquisa sobre os Novos Movimentos de Apostolado

Sou sacerdote do clero de Cabinda, doutorando em Teologia na Universidade Católica de Lisboa sobre o tema dos “Novos Movimentos de Apostolado em Cabinda”.

O fenómeno dos chamados “Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades” é hoje reconhecido e considerado como uma “resposta providencial” aos novos desafios da nova evangelização como podemos ler nesta afirmação do Papa João Paulo II: “ No mundo, frequentemente dominado por uma cultura secularizada que cria e promove modelos de vida sem Deus, a fé de tantas pessoas é posta à dura prova e frequentemente asfixiada e apagada. Sente-se por conseguinte com urgência a necessidade de um anúncio forte e uma formação cristã sólida e exaustiva. Temos necessidade hoje de pessoas cristãs maduras, conscientes da sua identidade, de comunidades cristãs vivas. Eis então os movimentos eclesiais e as comunidades novas: São a resposta suscitada pelo Espírito Santo a este desafio dramático de fim de milénio. Sois esta resposta providencial”¹. Por sua vez, Bento XVI, num discurso para os bispos alemães, viu neles o «dom do Espírito Santo» à Igreja”².

Deste modo, a realidade dos “Novos Movimentos de Apostolado” fundados em Cabinda não pode escapar a esta exigência de ser também «resposta providencial aos novos desafios da nova evangelização» e «dom do Espírito Santo» à Igreja de Cabinda. É o objectivo do nosso estudo: fazer uma reflexão sobre a realidade dos Novos Movimentos de Apostolado fundados em Cabinda e apresentar algumas linhas de orientação teológico-pastoral para que sejam, de facto, esta “resposta providencial” aos novos desafios da inculturação nesta Igreja particular, pois, a inculturação continua a ser considerada como uma prioridade, uma urgência, uma exigência para a real radicação do Evangelho em África, uma exigência da evangelização³.

E uma parte deste estudo é uma análise comparativa com as outras dioceses de Angola sobre o fenómeno dos novos movimentos eclesiais fundados na diocese. Os únicos dados disponíveis são do Anuário de 2009 e mesmo assim incompletos. A única via para ter dados actualizados era perguntar às dioceses. Eis a razão deste inquérito.

1. Quais são os movimentos de apostolado que a sua diocese tem?

¹ Discurso de João Paulo II aos membros dos novos movimentos eclesiais e novas comunidades na Praça de São Pedro, in DC2186 (Julho de 1991) 625.

² Bento XVI, “Discurso aos Bispos alemães na sua visita “ad limina Apostolorum”, 18 de Novembro de 2006.

³ Cfr. *Ecclesia in Africa* 56.

2. Desses movimentos de apostolado quais foram fundados na diocese e quem foi o fundador?

Peço o grande favor de me responder por este meu endereço electrónico: mutefu@hotmail.com. Desde já os meus agradecimentos antecipados.

Cascais, 29-12-14

Padre Paulino Mulamba

Anexo 9: Respostas das Dioceses

Caríssimo Padre Mulamba

Antes de mais peço penitência pela resposta tardia.

Na minha Diocese estão presentes os seguintes movimentos apostólicos:

1. Apostolado da Oração
2. Legião de Maria
3. Promaica - Promoção da mulher na Igreja Católica
4. Renovamento carismático católico
5. Associação Católica de Gestores e Dirigentes (ACGD)
6. Movimento Eucarístico Juvenil (MEJ)
7. Liga Missionária Juvenil e Infância Missionária
8. Associação dos Escuteiros.

Nenhum deles foi fundando na Diocese.

Com os melhores cumprimentos'

+ Pio Hipunyati

Bispo de Ondjiva

ARQUIDIOCESE DE LUANDA
CHANCELARIA
Largo do Palácio, nº 11; Cxp. 87
Telefs: 2223334640; 921172194
E-mail: chancelaria.chancelariaarquidi@gmail.com
LUANDA - ANGOLA

- 12 10- MOVIMENTO CANTEMOS AO SENHOR (ÁREA SOCIAL E FORMATIVA) - Arquitecto CELSO e Dr. ANTÓNIO ALVES
- 15 11- MOVIMENTO ACÇÃO CATÓLICA- Senhores TCHICOLOMUENHO; ADELINO ANTÓNIO e Dr. MORAIS VIEIRA
- 2 12- MOVIMENTO FRANCISCANO – Frei AFONSO NTEKA; 923663496
- 7 13- MOVIMENTO TERESIANO DE APOSTOLADO (MTA) – TERESIANAS e Paróquia SANTA ANA Irmã TERESA KATUMBU (923850641/912307264)
- 19 14- MOVIMENTO ACGD – Senhor ZEFERINO ESTEVÃO JULIÃO e JULIÃO ANTÓNIO, 924519173; CONSTANTINO JOSE (926076841).
- 18 15- MOVIMENTO UNIVERSITÁRIO – Revendo Padre ANTÓNIO BENGUI, 933884551
- 11 16- MOVIMENTO OS NAZARENOS - Revendo Padre AUGUSTO MALENGUE (923253363) Paróquia de S. FRANCISCO XAVIER e Leigos
- 3 17- MOVIMENTO UCEK – Cônego ANTERO (926161192-ngengeya92@gmail.com) e Dona LUTUNARIO HELENA (ACÇÃO FEMININA)
- 13 18- MOVIMENTO MENSAGEIROS DA PAZ – Revendo Padre BELMIRO TCHISSENGUETI, CCSP – Paróquia de S. PEDRO) -912520817/923540702
- 19- MOVIMENTO FILHAS DE MARIA – Párcos de (FÁTIMA, SÉ, NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS E SANTA ANA) Irmã FERNANDA - 937288750
- 17 20- ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA IRMÃ WILSON- Irmãs Vitorianas (S. Marcos e Imac. Coração de Maria) Irmã ZÉLIA – 923009281; 222351430 /ifnsvluanda@gmail.com
- 4 21- MOVIMENTO DO APOSTOLADO DA ORAÇÃO E MEJ- Reverendo Padre EUGÉNIO LUMINGU (Sagrada Família) -923492798; CLAUDIO FRANCISCO (Coord. Arq. – 921184939).
- 14 22- MOVIMENTO DOS FOCOLARES- Irmã FÁTIMA da CONCEIÇÃO SILVA (943032588)

ARQUIDIOCESE DE LUANDA
CHANCELARIA
Largo do Palácio, nº 11; Cxp. 87
Telefs: 2223334640; 921172194
E-mail: chancelaria.chancelariaarquidi@gmail.com
LUANDA - ANGOLA

4- PASTORAL DA CRIANÇA- Reverendo Pe. CRISTOPHER, SDB e
(Pároco S. José de Nazaré)

5- CÁRITAS - Sr. Paulo

6- PASTORAL DA SAÚDE -

C – MOVIMENTOS E GRUPOS

1 - MOVIMENTO “ LEGIÃO DE MARIA “- Reverendo Padre CÂNDIDO SAYENGUE SITONGUA, do Clero diocesano secular de Luanda e Pároco da Paroquia São José Operário em Luanda: – 928504111 e Senhores AGOSTINHO e JOSÉ MARIA.

2 – MOVIMENTO DE RENOVAÇÃO CARISMÁTICA- Reverendo Cónego APOLÓNIO ALBERTO ANTÓNIO GRACIANO - agra@nexus.ao, do Clero diocesano de Luanda, Pároco da Paroquia São Carlos Lwanga, em Luanda: – 923400131; Pe. PASCOAL e Equipe Coordenadora

3 - MOVIMENTO DA “EVANGELIZAÇÃO FUNDAMENTAL- Reverendo Padre MIGUEL SONDJAMBA SV; Francisca do Cacuo (933991396)

4 -MOVIMENTO DA PASTORAL DA CRIANÇA- Reverendo Pe. CRISTOPHER, SDB e (Pároco S. José de Nazaré)

5 – MOVIMENTO DO CAMINHO NEO-CATECUMENAL – Reverendo Pe. PACO, Sr. FRANCISCO e Sra. AURITA, 923450391

6 – MOVIMENTO OBRA DE MARIA- Reverendos Padres SEVERINO; ERIVALDO ARRUDA DE MELO-severino@obrademaria.com. 947011617 e Sr. _____ 923410684

7- MOVIMENTO KISITU- Reverendo Padre JOSEPH; 918654167 / 931454111 diandefi@yahoo.fr (Beata Anuarite); Irmã Severina.

8 - MOVIMENTO ANA MARIA JAVOELE (Cluny)

9- MOVIMENTO JUVENIL SALESIANO – Reverendo Pe. Martin Lasarte e Sr. Abel Tchapu e Irmã Isabel Crine, FMA.

ARQUIDIOCESE DE LUANDA
CHANCELARIA
Largo do Palácio, nº 11; Cxp. 87
Telefs: 2223334640; 921172194
E-mail: chancelaria.chancelariaarquidi@gmail.com
LUANDA - ANGOLA

23-LEIGOS DOMINICANOS – Frei LOURENÇO e Sr. LIATUNGA

24-LEIGOS DO ESPÍRITO SANTO – Reverendo Padre FELIX CHICOLE
E KI

25-LEIGOS DA DIVINA PROVIDÊNCIA- Reverendo Pe. NELLO VANZO
(912510422-937997071) - delegado@odpangola.org

26-LEIGOS JESUS, MARIA E JOSÉ (JMJ) - Irmã KATAMBI e Ir.
Margarida - margaridajmj@gmail.com / 923501117

27-LEIGOS DA SOCIEDADE DO VERBO DIVINO (SVD) – Sr.
MIGUEL (Cristo Rei) - 929080044

28-MOVIMENTO DE LEIGOS CLARETIANOS DE ANGOLA
(MLCA) -Reverendo Padre JOSÉ ALVES, CMF - (Imaculado Coração de Maria)
Prof. JOSÉ INÁCIO /923343936

29-ASSOCIAÇÃO DOS ESCUTEIROS DE ANGOLA (A.E.A) -
Reverendos Padres RUFINO TCHITUE, 927553094 – rufinochitue@hotmail.com; Pe.
SILVANO STIÃO, Pe. JOSÉ JOÃO (do clero Diocesano de Luanda)

30 – MISERICÓRDIA – Pe. CESÁRIO, 923402993; FRANCISCO BANGUI,
Irmã ISABEL JOÃO (929109060) isapanzo@yahoo.com.br e Equipe

31 - ORDEM FRANCISCANA SECULAR – Ministro DOMINGOS A. da
SILVA (924401258) e Frei TOMAS GINGA SUVA (923938579).

32 – PASTORAL BIBLICA

+ AMIZADE E SIMPATIA
(Sede Sto. António (Cuca))

Luanda, 25 de Setembro de 2013

+ PROMAICA

Anexo 10: Relatório da situação das
Igrejas em Cabinda da Secretaria
Provincial da Cultura



REPÚBLICA DE ANGOLA
GOVERNO PROVINCIAL DE CABINDA
SECRETARIA PROVINCIAL DA CULTURA

IGREJAS RECONHECIDAS

Nº	DESIGNAÇÃO	DOCTRINA	RECONHECIMENTO JURÍDICO	LÍDER PROVINCIAL	SEDE NACIONAL	LOCALIZAÇÃO
01	Igreja Católica Apostólica Romana	Cristã A. Romana	1987, Dec. Nº 9/87 de 24 de Janeiro	Bispo Filomeno Vieira Dias	Luanda	Bº Deolinda Rodrigues
02	Igreja Evangélica de Angola	Cristã Protestante	1987, Dec. Nº 9/87 de 24 de Janeiro	Pastor Próspero Ngaca	Luanda	Bº Lombo Lombo
03	Igreja Evangélica Baptista de Angola	Cristã Protestante	1987, Dec. Nº 9/87 de 24 de Janeiro	Pastor Joaquim Gime Lelo	Luanda	Bº 4 de Fevereiro
04	Igreja Evangélica Congregacional	Cristã Protestante	1987, Dec. Nº 9/87 de 24 de Janeiro	Pastor Augusto Prata	Luanda	Bº 1º de Maio
05	Igreja Metodista Unida	Cristã Protestante	1987, Dec. Nº 9/87 de 24 de Janeiro	Pastor José da Silva	Luanda	Bº A Vitória é Certa
06	Igreja dos 12 Apóstolos	C. Messiânica Africana	1992, Dec. Nº 28/92, de 12/06	Pastor Isaac Simba Longo	Luanda	Bº 4 de Fevereiro
07	Igreja Evangélica Pentecostal em Angola	Cristã Pentecostal	1993, Dec. Nº 1/93 de 15/Janerio	Pastor Filomão Mavungo	Luanda	Povo Grande
08	Missão Cristã Evangélica de Reconciliação em Angola	Cristã Protestante	1992, Dec. Nº 31/92 de 17/Julho	Pastor Victor da Conceição Toco	Luanda	Bº Gika
09	Mensagem do Último Tempo	Cristã Mórmon	1992, Dec. Nº 40/96, de 19/Maio	Pastor Nuno André	Luanda	Bº Chiweca
10	Igreja Cristã União do Espírito Santo	Messiânica Africana	1992, D. Nº 45/92	?	Luanda	Bº 1º de Maio

11.	Igreja de Jesus Cristo sobre a Terra - Kimbanguista	Messianica Africana	de 14/Outubro 1987, Dec. Nº 9/87 de 24/Janeiro	Pastor Luemba Casimiro	Luanda	Bº Gilka
12	Missão Apostólica dos Crentes	Cristã Protestante	1996, Dec. Nº 17/96 de 26/Abril	Pastor Albino Cassinda	Luanda	Bº 1º de Maio
13	Igreja Evangélica Luterana de Angola	Cristã Protestante	1996, Dec. Nº 17/96, de 26 de Abril	Pastor Paulo António Sumbo	Luanda	Bº 1º de Maio
14	Igreja Evangélica Menonita em Angola	Cristã Protestante	1996, Dec. Nº 42-E/92, de 9/Setembro	Joana Tanta Garcia	Luanda	Bº A Resistência, Zona B
165	Congregação Cristã em Angola	Cristã Protestante	1992, Dec. Nº 42/92, de 5/Setembro	Pastor João Cláudio Bungo	Luanda	Bº A Resistência
16	Igreja Evangélica União Anglicana	Cristã Anglicana	1992, Dec. Nº 12/92, de 14/02	Pastor Simão Teleia	Luanda	
17	Igreja Bom Deus (I.F.E.P.A.A.)	Messianica Africana	1992, Dec. Nº 12/92, de 14/Fevereiro	Pastor Domingos dos Santos Lelo	Luanda	Bº 1º de Maio
18	Igreja Evangélica Peniel	Cristã Protestante	1992, Dec. Nº 42/92, de 9/Setembro	Pastor Jeremias Rosário	Luanda	Bº 1º de Maio
19	Igreja N.S.J Mundo (Tocoista)	Messianica Africana	1992, Dec. Nº 14/92, de 10/Abril	Pastor José Carlos Pinto	Luanda	
20	Igreja Exército de Salvação	Cristã Protestante	1992, Dec. Nº 12/92, de 14/02	Nlando Diantelo	Luanda	São Pedro, Zona E
21	Missão Evangélica Cristã da Reconciliação	Cristã Protestante	1992	Pastor Luis Elinda Simba	Luanda	Bº 1º de Maio
22	Igreja Evangélica Sinodal de Angola	Cristã Protestante	1992, Dec. Nº 14/92	Pastor António David	Luanda	Bº Mpunji Nzau
23	Assembleia de Deus Pentecostal em Angola	Cristã Pentecostal	1987, Dec. Nº 9/92, de 24/Janeiro	Pastor Filipe Forquilha	Luanda	Bº 1º de Maio
24	Igreja de J. C. Espírito de Verdade - BIMA Evangelizada	Messianica Africana	1992 Dec. Nº 31B/92, de 17 de Julho	Pastor João Baptista Gomes	Luanda	Chimpindi
25	Igreja Universal do Reino de Deus	Cristã Protestante	1992, Dec. Nº 31B/92, de 17 de Julho	Pastor Fernel António Datala	Luanda	Bº 1º de Maio
26	Igreja de	Cristã Messianica	1994, Dec. Nº 23/94 de 10/Agosto	Pastor Tino Pedro António	Luanda	Bº Mpunji Nzau
27	Igreja Cheia da Palavra de Deus	Cristã Protestante	1992, Dec. Nº 14/92 de 10/Abril	Pastor Abilio Biquito	Luanda	Bº 1º de Maio
28	Igreja Evangélica Reformada de Angola	Cristã Protestante	1987, Dec. Nº 9/92, de 24/Janeiro	Pastor João Alberto	Luanda	Bº 4 de Fevereiro
29	Igreja Cristã da Aliança em Angola	Cristã Protestante	1992, Dec. Nº 12/92, de 14/02	Pastor André Corga da Costa	Luanda	Bº 4 de Fevereiro
30	Igreja Evangélica dos Irmãos em	Cristã Protestante	1992, Dec. Nº 14/92	Pastor Manuel Severino	Luanda	Bº 1º de Maio

31	Angola Igreja Evangélica Pentecostal Poder de Deus em Angola	Cristã Pentecostal	de 10/Abril 1992, Dec. Nº 42F/92, de 2/Setembro	Pastor Alexandre Quimino António	Luanda	Bº 1º de Maio/Luvassa Sul
32	Igreja Evangélica Unida Comunitária Anglicana	Cristã Anglicana	1992, Dec. Nº 12/92 de 14/Fevereiro	Pastor Alfredo Muanda	Luanda	Bº Cabassango
33	Igreja Messiânica Mundial	Não Messiânica Cristã	2000, Dec. Nº 74/00 de 27/Octubre	Ministro Assistente Miguel António	Luanda	Bº 1º Maio / Zangóio
34	Assembleia Espiritual de Cristo em Angola, unificada com não reconhecida I. Espírito Santo em Angola C. Ascensão de Cristo, em 22/10/2008	Messiânica Africana	1993, Dec. Nº 1/93 de 15/Janeiro	Pastor Jofete Bueta Ngoi	Luanda	Bº Luvassa Sul
35	Igreja Adventistas do 7º Dia	Protestante Adventista	1998	Pastor Dungunhonga Estêvão	Luanda	Bº Povo Grande
36	Igreja de Jesus	Messiânica Africana	1994, Dec. Nº 15/94 de 24/Maio		Luanda	Bº Chiweca
37	Igreja da Fé Apostólica	Cristã Protestante	1992, Dec. Nº 12/92, de 14/02	Evangelista Afonso Lucas	Luanda	Bº Cabassango – Mabel
38	Missão Evangélica Pentecostal	Cristã Protestante	1996, Dec. Nº 17/96, de 26 de Abril	Pastor Bernardo Emília Joaquim	Luanda	Bº 1º de Maio
39	Igreja Nova Apostólica	Cristã Protestante	1992, Dec. Nº 13/92, de 28/Fev.	Pastor Mbuta Manuel Eduardo	Luanda	Bº Gika
40	I. Evangélica Avivamento Bíblico	Cristã Protestante	2000, Dec. Nº 74/00, de 27/Out.	Pastor Luis Cumbo Bueta	Luanda	Bº 1º de Maio
41	Missão Apostólica dos Crentes em Angola	Cristã Protestante	1996, Dec. Nº 17/96, de 26/Abril	Pastor Flaviano Capitango	Luanda	Bº 1º de Maio
42	Igreja Baptista Livre em Angola	Cristã Protestante	1992, Dec. Nº 28, de 12/Jun.	Pastor António Diassonuma Kiaku	Luanda	Povo-Grande
43	Igreja (O Caminho em Angola)	Messiânica Africana	1996, Dec. Nº 17/96, de 26/Abril	Pastor Bruno Puati	Luanda	Bº 1º de Maio Luvassa Sul
44	Igreja Fé Bahai i	Não Cristã	1992, Dec. Nº 28/92, de 12/Jun.	Alberto Mbungo	Luanda	Bº A Resistência
45	I. Metodista Independente Episcopal Africana	Cristã Protestante	1992, Dec. Nº 13/92, de 28/Fev.	Pastor António Baveca	Luanda	
46	Igreja Profética Vencedora no Mundo	Messiânica Africana	1994, Dec. Nº 32, de 10/Agosto		Luanda	
47	Convenção Evangélica Pentecostal I.	Cristã Pentecostal	1998 Dec. Nº 67, de 12 de	Pe. Elisa Mandinefe	Luanda	Bº 4 de Fevereiro

48	Angola Igreja Pentecostal Deus é Amor	Cristã Pentecostal	Dezembro Dec. Nº 40/96, de 19 de Maio	Macambo Belarmino Cassile 926 56 81 23 - 923 34 96 22	Luanda	Mpunji Nzau
49	Igreja de Deus em Angola - Church of God in Angola	Cristã Protestante	1992, Dec. Nº 40, de 4 de Setembro	Pastor Ledrino Augusto da Cunha	Luanda	Fútila
50	Igreja de Deus Vivo	Cristã Messiânica	1994, Dec. Nº 15 de 24 de Maio	Pastor Manuel Neves Ndombaxe	Luanda	

O SECRETÁRIO PROVINCIAL,

Dr. EUCLIDES BARROS DA LOMBA



REPÚBLICA DE ANGOLA
GOVERNO PROVINCIAL DE CABINDA
SECRETARIA PROVINCIAL DA CULTURA

IGREJAS NÃO RECONHECIDAS

Nº	DESIGNAÇÃO	LÍDER PROVINCIAL	LOCALIZAÇÃO
01	Igreja Profética de Angola	António Sozinho Mambuco	Bº Gika
02	2ª Igreja Profética em Angola *	José António Bundo	Bº 4 de Fevereiro
03	Igreja dos Profetas de J. Cristo em Angola	Dinis Muanda Gomes	Bº 1º de Maio
04	I. Espírito Santo de Deus Sobre a Terra	António Paca Raimundo	Bº Gika
05	Igreja Cristã Pentecostal em Angola	Bispo Bernardo Bulezi	Chiweca
06	Igreja Católica Apostólica em Angola	Desidério Njimbi	Bº 1º de Maio/Luvassa
07	Assembleia T. C. para Uma Fé Viva	Elias Ntabi Nkuni	Povo Grande
08	Assembleia Cristã Cristo Vencedor	Zeferino Luzolo Ngoma	Lombo Lombo
09	Comunidade das Assembleias de Deus Pentecostal em Angola	Justino Pambo	Lombo Lombo
10	Missão Evangélica Espírito de Vida	José Lua	Bº A Vitória é Certa
11	Igreja da Luz	Cláudio Estêvão Vango	Bº 4 de Fevereiro
12	A Grandeza de Deus em Angola	Fredrico Luvenba Lidenha	Bº Mpunji Nzau
13	Convenção Baptista em Angola	Sebastião Sala Kiaku	Bº Lombo Lombo
14	Igreja Pentecostal de Santa Maria em Angola	Bernardo Lumingo Veza	Bº Marien Ngouabi
15	Igreja da Assembleia Cristã de Jesus Cristo	Macula Francisca	
16	Evangelistas sem Fronteira	José Manuel Gomes	

17	Igreja Jesus Cristo Salvador	Armando Judite Gervásio	4 de Fevereiro
18	Igreja Evangélica das Testemunhas de Cristo	Luís Cumbo Matoto	Bº Amílcar Cabral
19	Igreja Belém Efrata	Pedro Fingo Alfredo	Bº A Luta Continua
20	Igreja Missionária da Aliança de Jesus-Cristo em Angola	João Macaia Poba	Bº 4 de Fevereiro
21	Igreja Cidade de Betel	Mieze Penbel Rogério	Bº Gika
22	Igreja da Graça para a Vida Eterna	João Bete	Bº 1º de Maio
23	Igreja Deus da Paz	Pedro Nsingi	Bº 1º de Maio
24	Igreja Religião Profética de Cristo em Africa	Afonso Nzau	Bº Gika
25	I. Pentecostal Proclamação da Força de Deus no Mundo	Casimiro Nzau Zinga	Bº A luta Continua
26	Igreja dos Primogénitos Evangélica Universal •	Manuel Inocêncio de Sousa	
27	Igreja Evangélica de Deus em Angola	José António Barros	Bº Amílcar Cabral
28	Missão Evangélica para Perfeição e Salvação das Almas	Alexandre Tati Luemba	Bº Tchimpindi
29	Igreja Evangélica Nova em Angola	Flor Nice Mulumbo	Santa Catarina
30	Igreja de Deus Anderson Indiana em Angola	João Conde António	Bº Amílcar Cabral Zona E
31	Comunidade Islâmica	João Kiala Abdulaziz	
32	I. Protestante Baptista Obra e Missão Internacional em Angola	João Mango	Povo Grande
33	I. Cristianismo Profético em Africa	Januário Tati	Bº Lombo Lombo
34	Igreja Evangélica da Libertação em Angola	André Vicente Matos	Bº A Vitória É Certa
35	I. Evangélica Luterana Universal de Angola	Simão Ntélca	Bº Chiwecca
36	I. Jesus Cristo Nosso Salvador	Alexandre Luamba Luemba	Bº 4 de Fevereiro
37	Convenção Evangélica Baptista de Angola	Alberto Mbongo	S. Pedro
38	Congregação Evangélica do Espírito Santo	Manuel Luvumbo	
39	Missão Evangélica Cidade de David	Helena Rosa Baptista	Bº 1º de Maio- Zona

40	Igreja Assembleia Aliança Evangélica	Ambrósio Kibukidi	Malundama	Ngoma Bº 1º de Maio/Luvassa
42	Igreja Pentecostal da Filadélfia	José Albertina Muntu Lembu		Bº A Vitória é Certa
43	Igreja Evangélica Pentecostal da Filadélfia	Orlando Tando Fernando	Tuba	Bº A Vitória É Certa
44	Igreja de Jesus Cristo Luz do Mundo	Pascoal Mabanza Ntoto		Povo Grande
45	1ª Igreja do Profeta Jesus Cristo em Angola	Arnel Gelos Sangola		Bº 4 de Fevereiro
46	I. Evangélica dos Mensageiros em Angola	Alvaro Luvualo Sangisa		Bº Gika
47	Igreja Mundial da Fé Viva (Capela dos Vencedores)	Rodrigues Paulino Benvindo		Bº 4 de Fevereiro
48	Igreja Unidade Evangélica em Angola	André Vicente Matos		Bº A Vitória É Certa
49	Igreja Vitória do Eterno, Comunidade Mundial de Aliança Cristã	André Muanda		
50	Comunidade Cristã os Abençoados	Guylain Nzita Kumbi		Bº A Vitória É Certa
51	Ministério Internacional Evangélico, A Voz da Esposa de Cristo em Angola	Jonas Bundo Tsundo		Bº Mpunji Nzau
52	I. dos Primogénitos Evangélica Universal	Nestor Sambo		Bº Gika
53	I. Espírito Santo de Jesus	Maria Madalena Simba		Bº Amílcar Cabral
54	I. Jesus Cristo Como Meu Salvador	José Mango		
55	Assembleia Cristã de Jesus Cristo	Macucula Francisca		Bº A Luta Continua
56	Centro Social de Evangelização e Ajudas de Angola "Pão da Vida"	João Bundo Busaki		Bº A Vitória É Certa
57	Igreja Espiritual em Cabinda	Elias Bueia Gomes		Bº 1º de Maio-Imanha
58	Igreja para Despertar em Plena Acção	Lourenço Mambuco		Povo Grande/Chiweca
59	Igreja Evangélica Missionária em Angola	João Chicumbi		Aldeia de Chintando
60	Igreja da Voz de Deus em Angola	Jorge Ngoca João		Bº Amílcar Cabral
61	Congregação Evangélica do Espírito Santo	Mateus Tedila		Bº 4 de Fevereiro
62	I. Primitiva de Adonay Yeh! Sh! Wah Hamah!Sh!Yah Kehla de Luanda	João Zola		

62	Igreja Salem em Angola		António Jimbi Mavuvungo	B° A luta Continua
63	I. do Profeta Jesus Cristo em Angola		Dinis Muanda Gomes	B° 1° de Maio, Z E Imanha
64	Ministério da Evangelização e Restauração	Assembleia de	Tomás Klebudi Conde	Povo Grande
65	I. Espírito Santo em Angola Congregação de Ascensão de Cristo Cabinda, anexada à Assembleia Espiritual de Cristo em Angola, em 22/10/2008		Eduardo Comba Buti	Chiweca/Coqueiros
66	Igreja Cristã Pentecostal a Luz do Mundo		Cláudio Alfredo Guimarães Zinga	4 de Fevereiro
67	Igreja Cristã de Cabinda		Sérgio Capita	Mpunji Nzau
68	I. Evangélica das Testemunhas de Cristo		Luís Kumbo Matoto	B° Amílcar Cabral
69	Igreja o Louvor em Angola		José Bungo	B° Chiweca
70	Igreja Luterana Livre em Angola		Manuel Tati	B° 1° de Maio
71	Igreja Evangélica Nova Vida Em Cristo		Silva Bungo Vemba	B° Lombo Lombo Zona C. Nº 133
72	I. Missão Profética para os Ngunza		André Tati	B° Chiweca
73	I. Evangélica Confessional Luterana de Angola		João Pedro Muaca	Povoação de Tshizo/Ndoco
74	Igreja do Espírito Santo de Cabinda		André Tati Futi	B° 4 de Fevereiro
75	Comunidade Cristã Pentecostal de Angola		Joaquim Bônzela	B° A Resistência
76	I. Pentecostal da Nova Aliança em Angola		Fernando Paulo Conve	B° 4 de Fevereiro
77	I. Evangélica Leão da Tribo de Judas em Angola		Félix Ngonda Baveca	B° 1° de Maio
78	Igreja Boa Semente no Mundo		João Baptista dos Santos Bachi	B° Gika
79	Comunidade das Assembleias de Deus em Angola		Adelino Mangovo	B° Gika
80	I. Comunidade Internacional de Libertação das Almas em Angola		Maria Ermelinda Rocha de Sousa	B° Lombo Lombo
81	I. Comunidade Evangélica das Assembleias Cristãs em Angola		Pedro Tebo Volanga	B° Lombo Lombo Z C
82	I. Acção Evangélica da Restauração Pentecostal em Angola		Domingos Bazia	Mpunji Nzau

83	I. Cristãos de Filadélfia	Alberto Gimbi Tiago	Bº Zangóio
84	I. Missionária Espírito e Vida	Moisés Caninda Muabi	Bº Lombo lombo/Lucola
85	I. Evangélica dos Apóstolos em Angola	Alexandre Sacatela	Bº Chiweca
86	Missão Jesus Cristo pela Justiça	João Mbumba	Bº Gika
87	I. Evangelho Gospel Church International Mission	José Paulo Muanda	Tchizo / Ndoko
88	Religião Profética de Cristo em África	Afonso Nzau	Bº Gika
89	Congregação Evangélica do Espírito Santo		
90	Congregação Evangélica em Cabinda	Desideré Macosso	Bº 4 de Fevereiro
91	I. Comunidade da Fraternidade Cristã em Cabinda	Maria Madalena Nsilulo	Bº Gika
92	I. Fraternidade Evangélica de Pentecostes em Angola - Deus é Bom	João Guilherme Lumu	
93	Missão Evangélica do Reino de deus em África	João Mampuela Buba	Bº Gika
94	I. Tradicional Negro Africana (Bundo Dia Kongo)	Mbuta Numbi	Povo Grande
95	I. Evangélica a Fé das Águas	Pedro Tebo Volanga	Lombo Lombo
96	I. Luterana Confessional em Angola	Benjamim Nzuzi Mavungo	Bº 1º de Maio
97	Igreja Cristo e Companheiros	Francisco Lourenço Potchie	Bº 1º de Maio
98	I. Acção Profética e Apostólica de Cristo	Maria Simba Buca	Bº Gika
99	Igreja Missionária Canaã	Samuel Lando Kanza	Bº 1º de Maio
100	Centro Evangélico Pentecostal em Angola	Mundo Alfredo	Bº A Vitória é Certa
101	I. Reconciliação Evangélica de Pentecostes em Angola no Mundo	Henrique César Ondule	Povo Grande - Chiweca
102	Assembleia de Despertamento Profético de Deus em Angola	Alexandre Capita Muendo Chimpuati	Tshimpindi
103	Igreja o Campo de Deus	Elisa Mandinefe Macambo	Bº 4 de Fevereiro
104	Assembleia dos Resgatados do Senhor de Angola	Estêvão Poba Macaia	Lombo-Lombo
105	Assembleia Cristã Missionária	Jean Willy Tshibamba	Bº Gika
106	Missão Cristã Sem Fronteiras	Ernesto Xavier Capita	Lombo-Lombo
107	Igreja Evangélica Golgota	Roberto Mulato Liberal	S. Pedro
108	Vem E Vê Cidade da Vitória	Albertina Basílio Kitoko	Bº 1º de Maio

109	Igreja Cristã a Pomba	Rafael Macosso Mabiala	B° Gika
110	Cristianismo Profético em África "Igreja Lassista"	Jacinto Gabriel Macosso	B° Chiweca/Luvassa
111	Igreja Kimbango em África	José Mbuadi Lalo	Santa Catarina
112	Missão a Paz do Senhor	Nogueira Eduardo	Simulambuco
113	Assembleia Missionária Evangélica em Angola	Gervásio Vubo	Amfiscar Cabral
114	Ministério da Vitória do Exército Cristão	Juize Zoule	Lombo - Lombo
115	Assembleia Cristã	Jean Willy Tshibamba	Tshimpindi
116	Igreja A Mão do Eterno em Angola	Inácio Goma Cocolo	B° 4 de Fevereiro
117	Comunidade Africana de Amor, Fraternidade, Realidade e Justiça	Zé Kabama Dezzy Mbangu	B° 4 de Fevereiro
118	Igreja Carismática A Luz de Deus	Eusébio Nionje Zau	B° A Vitória é Certa
119	Igreja Universal Pentecostal em Cabinda	Eusébio Ninje Zau	1° de Maio
120	Igreja Católica Ortodoxa Bizantina de Angola	João Bernardo Bueia	Santa Catarina
121	Igreja Pentecostal da Restauração das Almas	Francisco Zolondonga Miguel	Punji Nzau
122	I. Missão de Evangelização Mundial Cristo-Rei (MERC)	Armando Macaia	Aldeia de Buco-Ngóio
123	I. JOSAFAT	Bispo José Pacoal	A Resistência
124	Ministério o Poder do Nome de Jesus Cristo em Angola	Pastor Paulo Bongo	Lombo Lombo
125	Igreja Casa de Oleiro	Pastor Faustino Maria Capita	1° de Maio
126	Igreja Mundial do Poder de Deus	Ricardo Lerbi Armando	
127	I. Assembleia Evangélica de Deus em Angola	Pastor Silva Bungo Vemba	Tchizo, zona C
128	I. Cristã Evangélica Solidária em Angola - ICESA	Reverendo José Chipala	
129	Igreja Palavra de Deus	Reverendo Portácio Macosso	Gika
130	Igreja Evangélica Visão de Deus em Angola	Henriques César Ondulo	Chiweca
131	Missão Internacional Evangélica da Reconciliação	Latumba Sebastião Ismael	
132	Comunidade Evangélica Pentecostal de Ebenezzer	Luzolo Ndongala	
133	Missão Evangélica Espiritual dos Profetas em Angola (MEPA)	Jofete Bueia Ngoi	B° 1° de Maio/Luvassa
134	Igreja Apostólica Episcopal	Alberto Mbanda Conde	
135	Assembleia Espiritual Jesus Cristo Salvador	José Manuel Gomes	B° 1° de Maio/Luvassa

**Anexo 11: Agenda Pastoral 2014/
Diocese de Cabinda**

✓
AGENDA PASTORAL

2014

A NOVA EVANGELIZAÇÃO

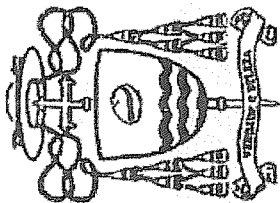
**MISSIONÁRIOS ENRAIZADOS
EM CRISTO**

**Diocese de Cabinda
Comunidade de Paróquias**

✓ Plano Pastoral 2014—2016

“A NOVA EVANGELIZAÇÃO”

- 2014—Missionários enraizados em Cristo
- 2015—Reavivar a fé em Cristo nos fiéis
- 2016—Tornar a paróquia centro da evangelização



DIOCESE DE CABINDA

Caixa Postal 276

CABINDA - Angola

Telef. 2312-22237

FELIZ 2014

ANO A

JANEIRO

seg	ter	qua	qui	sex	sáb	dom
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

FEVEREIRO

seg	ter	qua	qui	sex	sáb	dom
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28		

MARÇO

seg	ter	qua	qui	sex	sáb	dom
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

ABRIL

seg	ter	qua	qui	sex	sáb	dom
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

MAIO

seg	ter	qua	qui	sex	sáb	dom
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

JUNHO

seg	ter	qua	qui	sex	sáb	dom
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

JULHO

seg	ter	qua	qui	sex	sáb	dom
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

AGOSTO

seg	ter	qua	qui	sex	sáb	dom
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

SETEMBRO

seg	ter	qua	qui	sex	sáb	dom
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

OUTUBRO

seg	ter	qua	qui	sex	sáb	dom
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

NOVEMBRO

seg	ter	qua	qui	sex	sáb	dom
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

DEZEMBRO

seg	ter	qua	qui	sex	sáb	dom
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

SECRETARIADO DIOCESANO DE PASTORAL

AGENDA PASTORAL

2014

IMPRIMATUR

Cabinda, 08 de Março de 2014

+ Filomeno do Nascimento Vieira Dias, Bispo de Cabinda

Execução gráfica:

IMPJP II-Gráfica, Cab

2000 Exemplares

SECRETARIADO DIOCESANO DE PASTORAL

2016

Janeiro				Fevereiro				Março			
seg	ter	qua	qui	sex	sáb	dom		seg	ter	qua	qui
				1	2	3		1	2	3	4
4	5	6	7	8	9	10		5	6	7	8
11	12	13	14	15	16	17		14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24		21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31		28	29	30	31
Abril				Maio				Junho			
seg	ter	qua	qui	sex	sáb	dom		seg	ter	qua	qui
				1	2	3		1	2	3	4
4	5	6	7	8	9	10		5	6	7	8
11	12	13	14	15	16	17		12	13	14	15
18	19	20	21	22	23	24		19	20	21	22
25	26	27	28	29	30			26	27	28	29
								30	31		
Julho				Agosto				Setembro			
seg	ter	qua	qui	sex	sáb	dom		seg	ter	qua	qui
				1	2	3		1	2	3	4
4	5	6	7	8	9	10		5	6	7	8
11	12	13	14	15	16	17		12	13	14	15
18	19	20	21	22	23	24		19	20	21	22
25	26	27	28	29	30	31		26	27	28	29
								30			
Outubro				Novembro				Dezembro			
seg	ter	qua	qui	sex	sáb	dom		seg	ter	qua	qui
				1	2			1	2	3	4
3	4	5	6	7	8	9		5	6	7	8
10	11	12	13	14	15	16		12	13	14	15
17	18	19	20	21	22	23		19	20	21	22
24	25	26	27	28	29	30		26	27	28	29
31								30	31		

Janeiro						
seg	ter	qua	qui	sex	sáb	dom
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

Fevereiro						
seg	ter	qua	qui	sex	sáb	dom
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	

Março						
seg	ter	qua	qui	sex	sáb	dom
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

Abril						
seg	ter	qua	qui	sex	sáb	dom
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

Maio						
seg	ter	qua	qui	sex	sáb	dom
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

Junho						
seg	ter	qua	qui	sex	sáb	dom
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

Julho						
seg	ter	qua	qui	sex	sáb	dom
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

Agosto						
seg	ter	qua	qui	sex	sáb	dom
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

Setembro						
seg	ter	qua	qui	sex	sáb	dom
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

Outubro						
seg	ter	qua	qui	sex	sáb	dom
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

Novembro						
seg	ter	qua	qui	sex	sáb	dom
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

Dezembro						
seg	ter	qua	qui	sex	sáb	dom
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

Caros Diocesanos,

A complexidade da sociedade moderna, a emergência do mundo urbano com seus inúmeros desafios que, sem dúvida, repercutem na evangelização e desafiam a presença da Igreja no mundo, para que ela possa visibilizar o mais que puder o Reino de Deus, do qual ela é sacramento e instrumento, exigem cada vez mais que se dê a devida atenção ao Planeamento Pastoral Participativo.

Aos sacerdotes, religiosas e leigos confio esta Agenda Pastoral. Esperamos muito das Comissões diocesanas, Arciprestados, Paróquias e movimentos; todos juntos, como um só corpo, comprometidos com a Missão.

Sirva a presente Agenda de memorando e guia da nossa caminhada de conjunto e seja expressão do nosso querer comum. Pois, não basta calendarizar actividades é necessário promover-las e dinamizá-las de modo activo de tal modo que se tornem vida das nossas comunidades.

Este ano, dando sequência ao que nos é proposto pela Conferência Episcopal e pela Assembleia Pastoral Diocesana, sem secundarizar nenhum outro sector da pastoral, daremos uma atenção toda especial ao tema “Nova Evangelização”. Assim, missionários enraizados em Cristo, daremos também atenção especial na nossa diocese à organização dos seguintes sectores de pastoral: catequese, juventude, família e caritas.

Neste primeiro ano do triénio pastoral dedicado à Nova Evangelização, em que somos chamados a viver em Cristo, a anunciar Cristo e a testemunhar Cristo, peçamos a Deus, o dom do Espírito Santo, para “sermos evangelizadores enraizados verdadeiramente em Cristo”.

+ Filomeno do Nascimento Vieira Dias, Bispo de Cabinda

Plano pastoral 2014-2016

“A Nova Evangelização”

"Tão há evangelizadores; e não há evangelizados!"

2014 – Missionários enraizados em Cristo

2015 – Reavivar a fé em Cristo nos fiéis

2016 – Tomar a Paróquia centro da evangelização

1

Plano pastoral 2014

“Missionários enraizados em Cristo”

TRÍPLICE DIMENSÃO



Chamados a viver em
Chamados a anunciar
Chamados a testemunhar

“Não deixemos que nos roubem a
alegria da evangelização!”
(Papa FRANCISCO)

SECRETARIADOS

Apostolado dos leigos: Sr. João Barros, Sra. Maria Pitra Chocolate, Sr. Estêvão Ngimbi, Dona Margarida Cabral, Dona Maria de Jesus Lelo, Sr. Constantino Nhito.

Bíblica: P. Carlos Mbambi, Ir. Paulina de Jesus, Sr. António Muniz Congo, Sr. Samuel Cutilhamba, Sr. Celestino.

Caritas: P. Francisco Sunda, P. Valério Pambo, Ir. Teresa José, Ir. Maria Maria Tembo, Ir. Amélia Esteves, Sr. Pedro Muica, Sr. Teófilo Mavinga Conde, Sr. Dimokono, Sra. Filipina Lando, Sr. António Bobo.

Catequese: Ir. Cecília, Ir. Anastácia, Ir. Teresinha Rinaldi, Maria de Fátima Nandundo, Ir. Madalena de Jesus, Ir. Maria das Graças, Sra. Maria de Fátima Teço, Sr. Lother Brás Luemba, Sra. Antonieta Buca.

Comunicação Social: P. Francisco Nionje, Ir. Angelina de Jesus, Sr. Xavier Brás, Sr. Gabriel Yombo, Sra. Mónica Massiala, Sr. João Cabeche, Sr. Luís Lázaro, Sr. Tiago.

Ecumenismo: P. Francisco Sunda, Ir. Anacleto de Jesus, Sr. Estêvão Bambi, Sr. Paulo Sambo, Sr. David Ernesto Feche.

Educação: P. Barnabé Lelo Tubi, Dr. Raul Lello, Dr. Ernesto Milando Futi, Ir. Maria das Graças de Souza, Sra. Maria da Graça Capita Luis.

Evangelização: P. Francisco Nionje, P. Policarpo Futi, Ir. Olívia de Jesus, Ir. Teresinha Rinaldi, Sr. Alberto Cadula, Sra. Luísa Abreu, Sr. Bernardo Nguimbi, Sra. Rosa Napoleão, Sr. Afonso Congo, Sr. Simão Silva, Sr. João Baptista Neto.

Família: P. Joaquim Bumba, P. Félix Mavambo, Ir. Lídia Gomes, Ir. Carla de Jesus, Casal Ernesto Conde, Casal Pedro Barros, Casal Alberto Lando Púcuta, Casal Raul Lello, Casal Lando, Casal Brás, Casal Filipe Rosa, Casal Jacinto Púcuta.

Juventude: P. Chimbembe, Sr. Nicolau Fernando Vindo, Sra. Joana dos Santos, Ir. Tecla, Ir. Madalena de Jesus, Ir. Assunção, Ir. Solange, Irmão Fernando Mungole, Sr.ª Cristina Maqueca, Sr. Luís Avelino Yebo, Sr.ª Emiliana das Dores Muaca.

Liturgia e cultura: P. Nicolau Cuebo, Ir. Elisa, P. Zau da Costa, Sr. Sebastião Sambo, Ir. Isabel, Ir. Carla de Jesus, Sra. Catarina Buanga, Sr. José Calixto Bungo, Sr. Jorge Bakissi Umba, José Silvino Mazunga (Cultura), Sr. Joaquim Mawombo, Sr. João Evangelista Sr. Simão Chiendo, Sr. Alberto Pucuta, Sr. João Fuca, Sr.ª Margarida dos Santos, Dona Amélia de Assunção, Dona Maria José, Sr. Pedro Fumba, Sr. Augusto Matoca.

- c) Que se reveja o processo de recrutamento de professores para as Escolas Católicas (AS).

6. Sobre a Pastoral da consolação e da misericórdia

- a) A Igreja mostra a sua solicitude pelos doentes através do Sacramento da União dos Enfermos.
- b) «Lembre-se os Sacerdotes, principalmente os párocos, de que é seu dever visitar os doentes por si mesmos, com toda a solicitude, e ajudá-los com maior cuidado».
- c) Que entre os Sacerdotes haja máxima disponibilidade para a União dos Enfermos (AS).
- d) Que as Paróquias assegurem a celebração bimensal da Eucaristia nos hospitais da sua área de jurisdição (AS).
- e) Cada Paróquia cuide da celebração do Dia do Doente (11 de Fevereiro), da Quarta-feira das Cinzas, da Páscoa e do Natal nos hospitais e cadeias da sua jurisdição.
- f) Ali onde tal não exista que se prepare ministros extraordinários da Eucaristia que se ocupam em nome do Pároco da assistência semanal dos doentes domiciliários.

NOTAS

- 1. As visitas pastorais são acertadas previamente com o Bispo.
- 2. Os crismas são acertados dois meses previamente com o Bispo.

LECCIONÁRIO A UTILIZAR

- 1. Leccionário dominical: **Ano A**
- 2. Leccionário ferial do Tempo Comum: a primeira leitura é a dos anos pares (I)

MISSAS DE DEFUNTOS

1. Entre as missas dos defuntos, está em primeiro lugar a missa exequial, que pode celebrar-se todos os dias, excepto nas solenidades de preceito, na quinta-feira da Semana Santa, no Tríduo Pascal e nos domingos do Advento, Quaresma e Tempo Pascal (IGMR 380; EDREL 619).
2. Só são permitidas em lugares habitualmente reservados ao culto divino e reunião litúrgica dos fiéis.

DATAS

1. Último Domingo de cada mês Comitium da Legião de Maria.
2. Encontros de Missionários nos meses pares.
3. Encontro do Clero nos meses ímpares.
4. Encontro dos Arciprestados a convocar pelo Arcipreste.
5. Encontro dos secretariados (Janeiro a Junho).
6. Último sábado do mês: reunião da Promaica (S. Mártires e S. José)
7. Reuniões diocesanas de pastoral (bimensais)

Agradecemos a maior solicitude em tornar realidade esta agenda de vida eclesial. Na elaboração das agendas Paroquiais tenha-se em conta este Guia Maior que, como uma bússola, nos indica a rota a seguir. A qualidade do nosso serviço pastoral depende também da nossa capacidade de programação e observância do programado.

Nota Histórica da Diocese de Cabinda

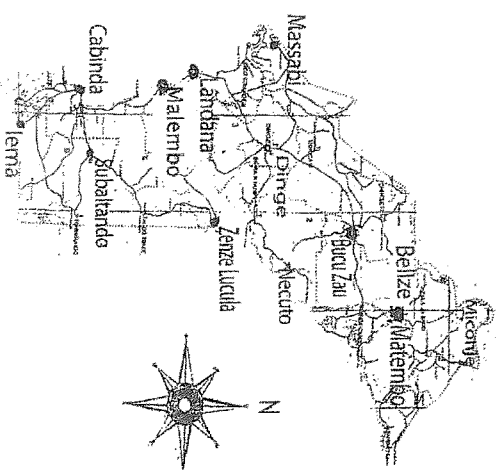
O primeiro registo da presença de um missionário por Cabinda é a do frei Bernardo Húngaro, capuchinho, que até 1664 evangeliza a região de Kakongo, e baptiza o rei com 300 pessoas da sua família. Em 1673 frades recolectos belgas encontram em Malembu um convento (antigo e desabitado) dos capuchinhos.

A fundação da Missão de Lândana em 1873 pelos missionários do Espírito Santo foi o verdadeiro início da evangelização de Cabinda. Lândana torna-se o ponto de irradiação de toda evangelização no território. É a Missão mãe.

A Diocese de Cabinda, coincidindo com o território da Vigararia Episcopal de Cabinda já formada na Arquidiocese de Luanda em 29 de Maio de 1973, foi criada pela Bula, *Catholicæ Prosperitas Communitatis* de 2 de Julho de 1984, do Papa João Paulo II, tendo como primeiro Bispo Dom Paulino Fernandes Madeca.

Actualmente a Diocese de Cabinda, com uma população a rondar os 500.000 habitantes, possui 10 Paróquias, 5 Quase Paróquias e uma Estação Missionária, agrupada em 3 Arciprestados (Belize, Lândana e Cabinda).

A Diocese tem como padroeira Sta. Terezinha do Menino Jesus, em cuja memória litúrgica, 1 de Outubro, é celebrado o dia da Diocese.



AGENDA PASTORAL 2014

“Missionários enraizados em Cristo”

JANEIRO		2014	
	Evento	Local	Organiza
1	Q	Santa Maria Mãe de Deus Dia Mundial da Paz Sta. Bakhita – Padreiroira	Q/ Paróquia
2	Q		
3	S		
4	S		
5	D	Epifania do Senhor	
6	S		
7	T		
8	Q		

- e) A Comissão Paroquial da Catequese deverá organizar com a participação da comunidade paroquial a abertura e o encerramento do Ano Catequético.
- f) No Tempo Pascal e no Natal, a Comissão Paroquial da Catequese promoverá actividades lúdicas que ajudam à uma mais interiorização do Mistério celebrado.

4. 3. Sobre a Família

- a) Sente-se a necessidade de uma maior atenção à esta comissão nuclear para a vida da Igreja e da Sociedade.
- b) Recomenda-se aos Párocos o acompanhamento directo deste sector da Pastoral, constituindo-se em cada Paróquia uma equipa que auxilie o pároco nessa grande tarefa.
- c) Que as comissões paroquias da família trabalham em sintonia com o Secretariado da Família (encontros de formação, retiros, convívios).
- d) Por ocasião do próximo Sinodo dos Bispos sobre a Família, propõe-se a realização em cada Paróquia de uma cadeia de oração pelos bons frutos do Sinodo (AS).
- e) Que a festa da Sagrada Família seja aberta a todas outras famílias e não apenas às que estão constituídas pelo sacramento de matrimónio (AS).
- f) Que se elabore um esquema de preparação para o matrimónio a ser utilizado em todas as Paróquias.

4. 4. Sobre a Juventude

- a) Recomenda-se o funcionamento efectivo da CPJ cujos membros devem participar do Conselho paroquial e das reuniões do Secretariado Diocesano da Juventude
- b) Que se ofereça à Pastoral Juvenil subsídios doutrinais específicos que possibilitem um aprofundamento e amadurecimento na intimidade com Jesus Cristo.
- c) Que em cada grupo haja um programa temático a ser desenvolvido ao longo do ano.

- d) Mantém-se o princípio segundo o qual a Pastoral Juvenil é destinada a jovens sem qualquer tipo de compromisso familiar e com a idade inferior aos 25 anos.
- e) Os animadores da Pastoral Juvenil devem ser cristãos comungantes (que recebem a Comunhão) e com idade inferior aos 35 anos.
- f) Cabe ao Secretariado Diocesano da Juventude anunciar atempadamente o tema da Páscoa e da Festa do Cristo Rei, permitindo deste modo uma celebração maior frutuosa destas datas.
- g) Que se trabalhe para que evite o uso excessivo do álcool durante nas actividades juvenis e não só (AS).

4. 5. Sobre os Movimentos

- a) Os Movimentos Apostólicos, necessários à vida espiritual dos fiéis leigos, são um bem na nossa Diocese.
- b) Animados e orientados pelos párocos são um precioso instrumento de evangelização e renovação da vida paroquial.
- c) O perfil do líder. Que os líderes dos Movimentos Apostólicos sejam fiéis comungantes e gozam de boa reputação.
- d) Que não se admitam nos grupos pessoas sem a devida preparação e sem o sacramento do baptismo (AS).
- e) Que se cuide da continuidade da iniciação crista dos membros dos grupos dos Movimentos apostólicos (AS).
- f) Que haja um programa de formação com conteúdos doutrinais de base para ajudar os fiéis a terem maior convicção e desestimular aqueles que se desviem para outras confissões religiosas (seitas) (AS).

5. Sobre as Escolas Católicas

- a) Uma atenção cuidada seja dada às disciplinas de Educação Moral e cívica e de Religião e Moral.
- b) Cuida-se a preparação da comunidade educativa (professores, alunos e funcionários) para a celebração condigna e consciente dos actos de natureza religiosa.

Pastoral Social: Ir. Anástácia Pemba, P. Afonso Ernesto, Sra. Maria Judite, Sr. José Domingos, Sr. Fernando Puna, Sr. Damas Macaia, Sra. Maria Muanza, Sr. Joaquim Macosso, Dr. Gabriel, Sra. Maria Emilia Nzango, Sra. Cristina Cambizi, Sr. Pitra Congo, Joana Suquilia Malonda.

Justiça e Paz: P. Afonso Ernesto, Sr. António Avelino, Sr. Vicente Sérgio, Dona Ana, Sr. Ricardo Henrique.

Pastoral da Criança: Ir. Benedita Munga, Ir. Maria Cecília Fuiú, Américo Afonso Paka, Maria Angelina Pula Supa, Maria Isabel Pola Zau, Paulina Sassa, Cristina Joana Adriana.

Pastoral das Migrações: Sr. Francisco, Dona Cristina Cambizi, Ir. Filomena de Moraes, Sr. Maimbi William, Sr. João Franque Barros, Dona Virginia Leu, Sr. Bartolomeu António, Ir. Angelina de Jesus.

Pastoral da Saúde: Sr. António Puna, Dona Beua, Sr. Vicente Buanga, Dona Júlia Pemba Manuel, Ir. Carla de Jesus, Ir. Ester de Jesus, Dona Maria Ngimbi, Dona Aurora Ngola, Dona Sídónia Lutchenia, Dr. Alberto Tembo, Drª Maria Lina Sambo, Drª Fátima Reis, Drª Lili.

Pastoral Universitária: Dr. João Conde, Sr. Casimiro Tuba, Sebastião Brás, Abel Barros, P. Herman.

Vocações: P. José Bassanza, Ir. Christelle, Ir. Rita, Ir. Paulina de Jesus, Ir. Leonor, P. Herman.

Director das Obras Missionais Pontifícias: P. Joaquim Bumba.
Director do Centro Cultural da Diocese de Cabinda: P. Barnabé Lelo Tubi.

“É enorme a contribuição da Igreja no mundo actual. A nossa tristeza e vergonha pelos pecados de alguns membros da Igreja, e pelos próprios, não devem fazer esquecer os inúmeros cristãos que dão a vida por amor: ajudam tantas pessoas seja a curar-se seja a morrer em paz em hospitais precários, acompanham as pessoas que caíram escravas de diversos vícios nos lugares mais pobres da terra, prodigalizam-se na educação de crianças e jovens, cuidam de idosos abandonados por todos, procuram comunicar valores em ambientes hostis, e dedicam-se de muitas outras maneiras que mostram o imenso amor à humanidade inspirado por Deus feito homem.”

(FRANCISCO, Exort. ap. pós-sinodal *Evangelii Gaudium* – A Alegria do Evangelho, [24 de Novembro de 2013], 76)

- Juventude assessoradas por um Sacerdote, Religioso ou leigo indicado pelo Pároco (AS).
- c) Que nas Paróquias se providencie o acompanhamento dos grupos de apostolado (AS).
 - d) Que se organize um arquivo fotográfico e multimédia (AS).
 - e) Que não se altere o horário das Missas dominicais sem a prévia aprovação do Bispo diocesano
 - f) Recomenda-se: a colocação de portas e janelas nas capelas há muito edificadas; a renovação das alfaias litúrgicas e paramentos; a realização das Assembleias Paróquias.

4. Sobre as Comissões

4. 1. Sobre a Cáritas

- a) A constituição ou revitalização em cada Paróquia da Comissão paroquial da Cáritas que promova e dinamize a Cáritas paroquial.
- b) Que se mantenha a prática da recolha e distribuição mensal de bens aos mais necessitados.

4. 2. Sobre a Catequese

- a) A constituição ou revitalização em cada Paróquia da Comissão paroquial da Catequese que efectivamente promova, coordene e dinamize a Catequese paroquial.
- b) Compete ainda à Comissão Paroquial da Catequese o recrutamento e formação dos catequistas; a realização pelos menos duas vezes ao ano de encontros dos catequistas da Paróquia.
- c) A Comissão Paroquial da Catequese em coordenação com o Secretariado Diocesano de Catequese deverá cuidar da selecção dos Catecismos para os diferentes níveis de iniciação cristã.
- d) A Comissão Paroquial da Catequese deverá seleccionar, preparar e apresentar os catecúmenos para os sacramentos.

9	Q			
10	S			
11	S	<i>Ord. Episcopal D. Filomeno</i>	Paróquias	Paróquias
12	D	<i>Baptismo do Senhor Dia Mundial do Migrante Bodas de Prata sacerdotais -P. João M. Futi</i>		
13	S			
14	T			
15	Q			
16	Q			
17	S			
18	S			

ORIENTAÇÕES PASTORAIS 2014

«Compete às Igrejas particulares poder estabelecer as linhas programáticas concretas – objectivos e métodos de trabalho, formação e valorização dos agentes, busca dos meios necessários – que permitam levar o anúncio de Cristo às pessoas, plantar as comunidades, permeiar em profundidade, através do testemunho dos valores evangélicos, a sociedade e a cultura africanas».

(BENTO XVI, Exort. ap. pós-sinodal *Africæ Munus* – O Serviço da África, [19 de Novembro de 2011], 14)

1. Sobre a Diocese

- a) A constituição do Arquivo fotográfico e multimédia dos principais eventos diocesanos (AS)¹.

2. Sobre os Arciprestados

- a) São muito de encorajar as reuniões trimestrais dos Arciprestados envolvendo sacerdotes, religiosos, religiosas e leigos comprometidos na pastoral paroquial.
- b) As reuniões de Arciprestados são uma oportunidade de coordenação e animação da pastoral num determinado território;
- c) Cada Arciprestado procure promover, tanto quanto possível, em conjunto, retiros, cursos de formação de catequistas, de líderes da Pastoral Juvenil, de liderança dos Movimentos Apostólicos, cursos de Noivos, formação litúrgica e outros.

3. Sobre a Paróquia

- a) Que cada Comunidade/Paróquia tenha o seu Plano de Pastoral até ao dia 5 Março de 2014 (AS).
- b) Que se crie e/ou se faça funcionar em todas as Paróquias as comissões paroquiais de Liturgia, Catequese, Caridade, Família e

19	D			
20	S			
21	T			
22	Q			
23	Q			
24	S			
25	S			
26	D			
27	S	Início Curso de formação para Catequistas <i>Henrique de Osso</i>	IMPJPII <i>Malemba</i>	C. Catequese <i>Teresianas</i>
28	T			

¹ AS = Conclusões e Recomendações da Assembleia de Pastoral 2014.

CENTRO CULTURAL DA DIOCESE DE CABINDA

(C.C.D.C.)

Director:

Pe. Barnabé Lelo Tubi

O Centro Cultural da Diocese de Cabinda (C.C.D.C.) desenvolve as suas competências com base num plano anual de actividades em articulação com agentes pastorais, investigadores e instituições.

29	Q				
30	Q				
31	S	S. João Bosco XXVº Aniversário dos Boscovitas em Cabinda		Salesiano(a)s Boscovitas	
FEVEREIRO 2014					
1	S	Encerramento Curso de formação para Catequistas	IMPJPII	C. Catequese	
2	D	Dia da Vida Consagrada	Malembo	UIRFA	
3	S				
4	T				
5	Q				
6	Q				

OBRAS SOCIAIS

7	S			
8	S	Abertura do Ano Catequético		
9	D	V do Tempo Comum <i>Ordenação Sacerdotal</i>	Sé Catedral	Diocese
10	S			
11	T	N. Sra. de Lourdes <i>Dia do doente Malembo /Padroeira</i>	Paróquias	Paróquias
12	Q			
13	Q	S. Valentin <i>Dia dos Namorados</i>	Paróquias	Paróquias
14	S			
15	S			
16	D			

DENOMINAÇÃO	RESPONSÁVEL
Internato Masculino de Landana	Padres Espiritanos
Internato Feminino de Landana	Irmãs de S. José de Cluny
Internato Feminino de Malembo	Irmãs Teresianas
Internato Masculino de Malembo	Paróquia de Malembo
Internato Feminino de Cabinda	Irmãs de S. José de Cluny
Internato Feminino de Cabinda	Irmãs de Maria Imaculada
Orfanato de Cabinda	Irmãs Predilectas de Jesus
Internato Masculino de Lukula Zenze	Missão de Lukula
Centro HIV de Cabinda	Irmãs de Maria Imaculada

DENOMINAÇÃO	RESPONSÁVEL
São Tiago Maior	Padres Espiritanos
São José de Cluny (Cabinda)	Irmãs de S. José de Cluny
São José de Cluny (Landana)	Irmãs de S. José de Cluny
Bauveka	Paróquia de Malembo
Santa Bakita	Missão do Lukula
Dom Paulino	Diocese de Cabinda
Santa Madalena	Irmãs Predilectas de Jesus
Instituto Politécnico João Paulo II	Diocese de Cabinda
Srª Mãe de Deus	Diocese de Cabinda
Nossa Senhora das Graças	Irmãs de Maria Imaculada
Centro Infantil Santa Teresinha	Irmãs de Maria Imaculada
Centro Infantil Santa Maria Goretti	Irmãs de Maria Imaculada
Brazila	Cooperadoras da Família

INSTITUTOS DE VIDA CONSAGRADA

INSTITUTO	LUGAR	SUPERIOR /A
S. José de Cluny	Lândana	Ir. Cecília Jambela
S. José de Cluny	Cabinda	Ir. Luzia Pedro
Teresianas	Malembo	Ir. Arminda Namuenho
Mercedárias da Caridade	Cabinda	Ir. Matilde Chianica Ngola
Mercedárias da Caridade	Zenze Lucula	Ir. Anastácia P. Manuel
Catequistas Franciscanas	Cabinda	Ir. Solange Ivonet Schmitt
Cooperadoras da Família	Malembo	Ir. Amélia de Jesus E.
Maria Imaculada - Associação	Cabinda	Ir. Charlena Buanga
Maria Imaculada - Associação	Buco Zau	Ir. Christelle Nzambi Kilondo
Maria Imaculada - Associação	Sé Catedral	Ir. Cecília Conde
Predilectas de Jesus - Associação	Cabinda	Ir. Olívia de Jesus
Filhas de Maria Auxiliadora	Cabinda	Ir. Isabel Mira Serrano
Missionários do Espírito Santo	Lândana	P. Eugénio C. Cassussuma
Salesianos de Dom Bosco	Cabinda	P. Mário Quisbert

27	Q		
28	S	Congresso das Direcções Diocesanas dos Movimentos Apostólicos e Catequistas	
MARÇO			
1	S		
2	D	VII do Tempo Comum Dia Mundial do Turismo Criação do Comitium N.S. Maria Concebida sem Pecado Original	Buco -Zau Legionários
3	S		
4	T		
5	Q	Quarta-feira de Cinzas Início da Quaresma	Paróquias Paróquias
6	Q	Recoleção da Quaresma para o Clero (8h30)	Seminário C. Clero
7	S		

MOVIMENTOS APOSTÓLICOS

NOME	COORDENADOR	ASSISTENTE
Apostolado da Oração	Alberto Cadula	P. João B. Ngimbi
Carismáticos	João Baptista Neto (int.)	P. João Luemba
Escuteiros	Chefe Manuel G. Macaia	P. Zau da Costa
Espírito Santo	Maria Beua	Ir. Isabel, sjc
Filhas de Maria	Maria de J. S. da Paixão	P. Herman
Filhos do Reino	Magda da Graça Sungo Manuel	Ir. Solange
Fraternidade	Maria P. F. Issango	P. Nicolau Cuebo
Legionários	Ernesto Tigre	P. José Bassanza
Leigos Mercedários	Vicente Sérgio Tati	Ir. Rita
Lutambi	José Pedro Bily	P. João Luemba
Masuela	Ana Maria Funzi	P. Felix Mavambo
N.S. das Dores	Maria A. de Assunção	P. Paulo Nzita João
Nova Vida	Maria M. Macaca	Ir. Maria Teresa
Patricios	Armandio Tsasa	P. José Bassanza
Samaritanos	Estêvão Bambi	P. Cimbenbe
São Miguel Arcanjo	Mama Rosaria	P. Gabriel Zau
Serafins	Filipe e José Barros	P. Francisco Nionje
Vicentinos	Dinis Lubota	P. Roberto Cubola
Jovens de Dom Bosco	João Tati	P. Mário

17	S			
18	T			
19	Q			
20	Q			
21	S			
22	S	Cadeira de S. Pedro <i>Dia do Escuteiro</i>	Paróquias Imac. Conceição	Paróquias Escuteiros
23	D			
24	S			
24	T			
26	Q			

PARÓQUIAS E QUASE-PARÓQUIAS

NOME	Local	Fundação	PÁROCO
Rainha do Mundo	Cabinda	19.12.1958	P. Celestino Roque V.
Imaculada Conceição	Cabinda	08.12.1891	P. João Maria Futi
S. José	Cabinda	25.03.2008	P. Francisco Nionje
S. Pedro	Cabinda	25.03.2008	P. Mário
S. Catarina	Cabinda	25.03.2008	P. João Maria Futi
Cristo Rei	Cabinda	25.03.2008	P. João de B. Luemba
Santos Mártires	Cabinda	25.03.2008	P. Francisco Nionje
S. Tiago Maior	Lândana	25.07.1873	P. Eugénio
N.S. das Vitórias	Lucula Zenze	12.06.1893	P. José Chiânica
S. António	Belize	25.01.1922	P. Manuel F. Nhanji
S. João M. Vianey	Necuto	01.10.1986	P. Gabriel Nzau
N.S. de Lourdes	Malembo	01.10.1986	P. Carlos Gime
S. Carlos Lwanga	Buco Zau	08.06.1992	P. Policarpo Futi
S.N. de Fátima	Subantando	06.01.2002	P. Carlos Bambi
Est. Missionária	Dinge	25.04.2010	P. Félix Mavambo
S ^a Bakhita	Cabinda	01.01.2012	P. João Baptista
SEMINÁRIO			
P. José Bassanza		Reitor	
P. José Chimbembe		Ecónomo	
P. Nicolau Cuevo		Prefeito dos Estudos	
P. Herman José e P. Ernesto Afonso		Director Espiritual	
P. Ernesto Afonso, P. Francisco Nionje e P. Mário Quisbert, P. Bernardo		Confessores	
Minorista Miguel B. Pambo			
Minorista Victor Fuafo Macaia			
Propedéutico - 42	Filosofia - 25		Teologia - 09

8	S	Dia Internacional da Mulher	Paróquias	Paróquias
9	D	I da Quaresma – Ciclo A		
10	S			
11	T			
12	Q			
13	Q			
14	S			
15	S	Formação dos casais	S. José S. Mártires Caio/Cabassango	P. Família
16	D	II da Quaresma – Ciclo A		
17	S			

18	T			
19	Q	S. José Dia do Pai Festa Padroeira	Paróquias	Paróquias
20	Q			
21	S	IV Assembleia Diocesana de Liturgia	Imaculada Conceição	C. Liturgia
22	S	Dia da Água	Paróquias	Paróquias
23	D	III da Quaresma – Ciclo A		
24	S			
25	T	Anunciação do Senhor Dia das “Filhas de Maria” Encontro de Pastoral Sacerdotes, Religioso(a)s	Sé Catedral	
26	Q			
27	Q			

24	Q			
25	Q	NATAL DO SENHOR		
26	S	Passeio Missionário	A indicar	C. Clero
27	S	Natal para Idoso e Deficiente físico	Paróquias	Paróquias
28	D	Festa da Família	Malambo	C. Família
29	S			
30	T			
31	Q	Missa de acção de graças	Sé Catedral	R. do Mundo

“Para se manter de pé com dignidade, a África tem necessidade de ouvir a voz de Cristo que, hoje, proclama o amor pelo outro, incluindo o inimigo, até ao dom da própria vida e que, hoje, reza pela unidade e a comunhão de todos os homens de Deus (cf. Jo 17, 20-21)”

(BENTO XVI, Exort. ap. pós-sinodal *África Munus* – O Serviço da África,
[19 de Novembro de 2011], 13)

14	D			
15	S			
16	T			
17	Q			
18	Q			
19	S			
20	S	Natal para o doente	Paróquias	Paróquias
21	D			
22	S	Cumprimentos de fim de Ano (11h00)	C. Episcopal	Cúria
23	T			

28	S	Recolecção da Quaresma para o Clero (8h30)	Seminário	C. Clero
29	S			
30	D			
31	S			
ABRIL				
1	T			2014
2	Q			
3	Q			
4	S			
5	S			

6	D	V da Quaresma – Ciclo A		
7	S	Dia Mundial da Saúde	Paróquias	Paróquias
8	T			
9	Q			
10	Q			
11	S	<i>Dia do “Masueta ma Zezu”</i>		
12	S	Inauguração da Sede da Legião de Maria (1ª fase)	Chibodo	Legionário(a)s
13	D	DOMINGO DE RAMOS	Paróquias	Paróquias
14	S			
15	T			

4	Q			
5	S	<i>Recoleção do Advento para o Clero</i>	Lucula Nzenze	C. Clero
6	S			
7	D			
8	S	Imaculada Conceição (S) <i>Irmãs de Maria Imaculada</i> Dia da Rádio Ecclesia	Paróquias	Paróquias Irmãs de MI P. Com. Social
9	T			
10	Q	<i>Dia Mundial dos Direitos Humanos</i>		P. Social
11	Q			
12	S			
13	S	Natal para o recluso <i>Confraternização de todos os colaboradores da Paróquia</i>	Paróquias	Paróquias

25	T			
26	Q			
27	Q	ASSEMBLEIA DE PASTORAL	Imaculada	C. Pastoral
28	S			
29	S	Encerramento do Ano Catequético Estação Missionária - Domingo Dia dos Pescadores		C. Catequese E. M. - Domingo P. Social
30	D	I do Advento		
DEZEMBRO 2014				
1	S	Dia Internacional de Luta contra o HIV		P. Saúde
2	T			
3	Q			

16	Q	Confissões (08h00)	Sé Catedral	C. Liturgia
17	Q	Missa Crismal (10h00)		
18	S			
19	S			
20	D	DOMINGO DE PÁSCOA DA RESSURREIÇÃO DO SENHOR		
21	S	Passeio Missionário	A indicar	Religiosas
22	T			
23	Q			
24	Q			
25	S			

26	S			
27	D	Canonização de João Paulo II e João XXIII	Roma	Santa Sé
28	S			
29	T	S. Catarina de Sena Q/ Santa Catarina – Padroeira	Imanha	Q/Paróquia
30	Q			

MAIO

(Mês do Rosário)

2014

1	Q			
2	S			
3	S			6
4	D	PÁSCOA JUVENIL	A indicar	P. Juvenil

15	S			
16	D			
17	S			
18	T			
19	Q	<i>Último dia de entrega dos relatórios pastorais dos Secretariados</i>		C. Pastoral
20	Q			
21	S	Encerramento do Ano no Seminário Médio	Seminário Propedêutico	Seminário Propedêutico
22	S	Dia do Educador	Escolas	C. Educação
23	D	CRISTO REI <i>Dia da Juventude Católica</i>		
24	S			

5	Q			
6	Q			
7	S			
8	S			
9	D			
10	S			
11	T	FERIADO NACIONAL		
12	Q			
13	Q			
14	S			

5	S	<i>Dia da Mãe</i>	Paróquias	Paróquias
6	T			
7	Q			
8	Q			
9	S			
10	S			
11	D	V da Páscoa – Domingo das Vocações Abertura da 1ª Semana da Família: <i>Família/Evangelização</i>	A indicar	C. Vocações P. Família
12	S			
13	T	N. Sra. de Fátima P. Substantando - Padroeira	Paróquias Substantando	Paróquias
14	Q			

15	Q	Missa das Famílias		
16	S			
17	S			
18	D			
19	S	Abertura da Semana Social (Os Binlóngos)		P. Social
20	T			
21	Q			
22	Q	Dia Mundial da Biodiversidade	Paróquias	Paróquias
23	S	Encerramento da Semana Social		P. Social
24	S			

27	S			
28	T			
29	Q			
30	Q	Aniversário da ordenação sacerdotal do Bispo	Paróquias	Paróquias
31	S			

NOVEMBRO

(Mês dos Defuntos)

2014

1	S	Todos os Santos <i>Início da campanha de recolha de donativos para o Natal dos mais necessitados (C.O)</i>	Paróquias	Paróquias P. Social
2	D	<i>Fieis Defuntos</i>	Paróquias	Paróquias
3	S			
4	T			

17	S			
18	S			
19	D	Encerramento do Sínodo: "Família e Evangelização"	Roma	Santa Sé
20	S			
21	T			
22	Q			
23	Q			
24	S			
25	S	PADROEIRA DE ANGOLA		
26	D			

25	D	DIA DE ÁFRICA	Paróquias	Paróquias
26	S			
27	T			
28	Q	Dia da Cidade de Cabinda	Missa na Sé (8hs)	C. Liturgia
29	Q			
30	S			
31	S			
JUNHO 2014				
1	D	ASCENSÃO DO SENHOR Dia da comunicação social Dia Mundial da Criança		
2	S			

23	S			
24	T			
25	Q			
26	Q			
27	S	Sagrado Coração de Jesus <i>Jornada de santificação do Clero</i>		
28	S			
29	D	S. Pedro e S. Paulo	S. Pedro	S. Pedro
30	S			
JULHO				
1	T	Dia da Comunicação Social		

6

2014

18	Q			
19	S			
20	S			
21	D			
22	S	<i>Dia da Associação dos Filhos do Reino (AFIR)</i>		AFIR
23	T			
24	Q	N. Sra. das Mercês		Ir. Mercedárias
25	Q	<i>Dia dos "Samaritanos"</i>		
26	S			
27	S	S. Vicente de Paulo <i>Dia dos Vicentinos</i>		

20	Q			
21	Q			
22	S	N. Sra. Rainha do Mundo <i>Dia do grupo JML</i>	Sé Catedral	Sé Catedral
23	S			
24	D			
25	S			
26	T			
27	Q	S. Mónica <i>Dia da Espiritualidade Amigos de Jesus</i>		
28	Q	S. Agostinho <i>Dia do Educador Católico I Fórum das Esc. Católicas Dia do Protocolo - Serviço</i>		P. Educação
29	S			

22	T	<i>Dia do Lutámbi lu Zezu</i>		
23	Q			
24	Q			
25	S	S. Tiago – Lândana - Padroeiro	Lândana	Paróquia
26	S			
27	D			
28	S			
29	T			
30	Q			
31	Q			

AUGUSTO			2014
1	S		
2	S		
3	D		
4	S	S. João Maria Vianey Dia do Pároco Necuto – Padroeiro	C. Clero Paróquia
5	T		
6	Q		
7	Q		
8	S		
9	S		

10	D	Encontro geral de Acolitos com Bispo	A indicar	
11	S			
12	T	Dia do Emigrante		P. Social
13	Q			
14	Q			
15	S	Assunção de N. Senhora Bodas de Prata da Ir. Matilde, mercedária		Ir. Mercedárias
16	S	Encontro dos Crismados com Bispo (9h00)	Sé Catedral	C. Catequese
17	D			
18	S			
19	T			

8	S			
9	T			
10	Q			
11	Q			
12	S			
13	S			
14	D			
15	S	N. Sra. das Dores		
16	T			
17	Q			

2	Q			
3	Q			
4	S	Secção de formação para catequistas visitantes	A indicar	P. Evangelização
5	S			
6	D	Encontro Família Jovem	A indicar	P. Juvenil
7	S			
8	T			
9	Q			
10	Q			
11	S			

12	S			
13	D			
14	S			
15	T	S. Ana Maria Javouhey	Ir. S. José	Ir. S. José
16	Q			
17	Q			
18	S			
19	S	Assembleia Pastoral da Saude	A indicar	P. Saude
20	D			
21	S			

30	S	Dia Mundial dos desaparecidos		P. Social
31	D			
SETEMBRO <i>(Mês da Bíblia)</i> 2014				
1	S			
2	T			
3	Q			
4	Q			
5	S			
6	S			
7	D			

**Anexo 12: Estatutos da Associação dos “
Peregrinos de Cristo”**

ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DOS PEREGRINOS DE CRISTO

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º (Criação e Denominação Social)

1. É constituída a Associação dos peregrinos de Cristo de Cabinda, abreviadamente "APC".
2. A "APC" rege-se pelas disposições dos presentes Estatutos e demais legislação aplicável.

ARTIGO 2.º (Constituição)

1. A Associação dos Peregrinos de Cristo é uma Associação de adesão livre (voluntária) de cristãos da Igreja, dotada de personalidade jurídica.
2. A "APC" deve obediência doutrinária e carismática ao Bispo da Diocese da área de implantação da Associação.

ARTIGO 3.º (Âmbito e Sede)

A "APC" é uma Associação de âmbito local com sede em Cabinda podendo ter representações em qualquer parte do território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 4.º (Duração)

A duração da Associação é por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II FIM SOCIAL

ARTIGO 5.º (Fins sociais)

1. A "APC" tem como fim social a Formação Integral do Homem para a civilização do amor nas seguintes vertentes:
 - a) Amor a Deus (formação religiosa e moral);
 - b) Amor ao Homem (formação cívica e promoção humana);
 - c) Amor à Natureza (conservação e protecção da natureza).

2. A Associação colaborará estreitamente com a Igreja Católica, órgãos da Administração do Estado e entidades nacionais e estrangeiras de idêntica finalidade.

CAPÍTULO III CONDIÇÕES DE ADMISSÃO

SECÇÃO I DOS MEMBROS

ARTIGO 6.º (Condições de admissão)

1. Podem ser membros da "APC" todos os cristãos católicos, nacionais ou estrangeiros que aceitem os seus estatutos e lutem pela concretização dos seus objectivos.
2. *A adesão à Associação é voluntária desde que o candidato reúna os requisitos exigidos no artigo 7.º dos presentes estatutos.*
3. A admissão de membros efectivos à Associação pode ~~também~~ ser feita sob proposta escrita de qualquer ^{em} pleno gozo de seus direitos e ~~deveres~~ à Direcção sendo susceptível de recurso para a Assembleia Geral.
4. O pedido de readmissão de determinado membro deve ser formulado por escrito, dirigido à Direcção da Associação.

ARTIGO 7.º (Classificação)

1. É membro *fundador* quem subscreve a proclamação da Associação gozando dos mesmos direitos e deveres dos membros efectivos.
2. É membro *efectivo* quem participa assiduamente no cumprimento das linhas programáticas da Associação, integrando um dos grupos de trabalho e que paga regularmente as quotas.
3. É membro *honorário* a pessoa singular ou colectivo que preste serviços distintos à Associação.
4. É membro *aspirante* o associado que voluntariamente participa das actividades da Associação para conhecer, aceitar e aderir a ela, devendo sujeitar-se a um acompanhamento de seis meses pela Direcção que deverá conduzir a sua proposta de admissão a membro efectivo à Assembleia Geral.
5. O Associado que por motivo de doença prolongada, bolsa de estudo no exterior do País, cumprimento de serviço militar e/ou transferência de serviço para fora do País, será considerado membro *auxiliar*.

ARTIGO 8º (Categoria)

Na categoria de membros efectivos, é exigido que cada membro reúna cumulativamente os seguintes requisitos:

1. Juvenis:

- a) Ter idade compreendida entre os 14 e os 15 anos;
- b) Ser baptizado;
- c) Ter a 4ª Classe como habilitações mínimas
- d) Ter o uso da razão.

2. Juniores:

- a) Ter a idade compreendida entre os 16 e os 24 anos
- b) Ter a 4ª classe;
- c) Ser Baptizado;
- d) Ter o uso da razão.

3. Seniores:

- a) Ter a idade igual ou superior a 25 anos;
- b) Ter a 4ª classe como habilitações mínimas;
- c) Ser Baptizado;
- d) Ter o uso da razão.

ARTIGO 9º:
(Demissão do Membro)

- 1. Qualquer membro pode desvincular-se voluntariamente ou sobre proposta de qualquer outro membro, devendo comunicar por escrito a Direcção ou, a Assembleia Geral fundamentando as razões da sua decisão ;
- 2. Nenhum membro pode considerar-se efectivamente desvinculado sem que o seja comunicado pela Direcção ou pela Assembleia Geral por escrito no prazo de 10 dias a contar da data da entrega do requerimento.

ARTIGO 10º
Readmissão

A Readmissão de qualquer membro deve ser feita nos termos do nº04 do Artigo 6º dos presentes estatutos.

SECÇÃO II
DIREITOS E DEVERES

ARTIGO 11º
(Direitos)

1. São direitos ^{dos} associados:
- a) Participar nas actividades promovidas pela Associação;
 - b) Usufruir de quaisquer benefícios devidos aos membros da associação;
 - c) Usar da palavra na assembleia Geral;
 - d) Eleger e ser eleito para os órgãos da "APC";
 - e) Propor novos associados;
 - f) Ser informado de todas as actividades da "APC";
 - g) Manifestar a Comissão de Disciplina as irregularidade constatadas no funcionamento da Associação;
 - h) Recorrer das decisões tomadas pela direcção e/ou comissão disciplina a Assembleia Geral.

2. A capacidade eleitoral activa e passiva é um direito atribuído aos associados nas categorias previstas no Artigo 8º.

ARTIGO 12º (Deveres)

1. São deveres dos associados:

- a) Cumprir as regras estatutárias e regulamentares;
- b) Respeitar os Órgãos de Direcção e aceitar as suas deliberações sem prejuízo do direito à recurso;
- c) Aceitar os exercícios de cargos para que tenham sido eleitos ou nomeados, desempenhando-os com ordem e assiduidade;
- d) Representar Associação sempre que lhe seja solicitado;
- e) Pagar as jóias e quotas mensais.

2. O disposto nas alíneas c), d) e e) do número anterior, só se aplicam aos membros efectivos nas categorias de Juniores e Seniores.

CAPÍTULO IV DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

SECÇÃO I

ARTIGO 13º

1. São órgãos directivos da Associação:

- a) Assembleia Geral;
- b) Direcção;
- c) Conselho Eclesiástico;
- d) Conselho Fiscal;
- e) Conselho consultivo.

2. Nenhum membro poderá pertencer simultaneamente mais do que um órgão social da Associação.

3. O mandato dos membros dos órgãos acima ~~eleitos~~ ^{mandatados} é de 3 anos, não podendo o mesmo ser renovado por mais de duas vezes consecutivas.

4. Os cargos são exercidos gratuitamente mas a Assembleia Geral, mediante proposta de Direcção, pode deliberar sobre eventuais remunerações a determinados membros por actividades de qualidade, especialidade ou importância extrema.

SECÇÃO II DA ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 14º (Composição e convocatória)

1. A Assembleia Geral é o órgão deliberativo por excelência e é composta por um Presidente, um Vice-presidente, um vogal e um secretário eleitos por maioria absoluta dos votos validamente expressos.

2. A convocatória é feita com antecedência mínima de 15 dias através de carta, telecópia, fax, e-mail ou pelos meios de comunicação social mais difundidos.

ARTIGO 15.º
(Funcionamento)

1. A Assembleia Geral reúne-se ~~semestralmente~~ e extraordinariamente sempre que tal se *justifique, mediante convocação do Presidente, por iniciativa da Direcção ou do Conselho Fiscal*, por escrito, com antecedência mínima de 15 dias, devendo mencionar a ordem de trabalho, o local e a hora da sessão.
2. A sessão terá lugar quando preenchido o quorum de maioria simples dos associados, sendo conduzida pelo Presidente da Mesa, pelo Vice-presidente, pelo vogal e pelo secretário.
3. Na ausência ou impedimento do Presidente da Mesa o seu directo adjunto assumirá todas as responsabilidades, gozando dos mesmos deveres na Assembleia.
4. Para deliberações de matérias de carácter importante será requerido uma maioria qualificada de 2/3 dos votos.
5. Considera-se matérias de carácter importante as relativas a alteração dos estatutos, regulamento interno, eleição, dentre outros.

ARTIGO 16.º
(Competências)

1. Compete à Assembleia Geral:
 - a) deliberar sobre todas as matérias que constituem objecto da “APC”;
 - b) apreciar, discutir e aprovar as actividades dos órgãos da Associação;
 - c) eleger os membros dos órgãos da Associação, suspendê-los ou demiti-los das suas funções, quando a sua conduta não se adequar com os ideais da “APC”;
 - d) homologar os pedidos de admissão, readmissão ou demissão dos membros;
 - e) apreciar e votar o relatório das actividades desenvolvidas durante determinado período pela Direcção;
 - f) aprovar a fusão ou dissolução da Associação;
 - g) aprovar a cooperação com outras associações congéneres;
 - h) aprovar e alterar os estatutos e o regulamento interno;
 - i) aprovar a forma de distribuição dos resultados.
2. Os órgãos sociais são eleitos pela Assembleia Geral, por escrutínio livre, universal e directo devendo as listas sujeitas a votação especificar os cargos a preencher pelos respectivos candidatos.
3. A organização do processo eleitoral e o funcionamento da respectiva assembleia eleitoral será objecto de regulamentação própria a aprovar por este órgão.

SECÇÃO III
DA DIRECÇÃO

ARTIGO 17.º

(Constituição)

A Direcção é o órgão de gestão da Associação e é constituída por sete membros sendo um presidente, um vice-presidente, um secretário para a área de projectos e planificação, um secretário para a informação, um secretário para as relações públicas e protocolo, um secretário para a administração e finanças(tesoureiro) e um vogal.

ARTIGO 18.º (Competências)

1. Compete à Direcção:
 - a) administrar e orientar a dinâmica associativa reunindo ordinariamente de 30 em 30 dias e extraordinariamente sempre que o Presidente assim decidir;
 - b) executar o plano de actividades anual;
 - c) praticar todos os actos de gestão necessários à prossecução dos fins da Associação, administrando os bens e organizando o funcionamento dos serviços;
 - d) proceder à arrecadação de receitas e liquidar as despesas devidamente comprovadas;
 - e) elaborar anualmente e submeter ao parecer do Conselho Fiscal e à apreciação da Assembleia Geral o relatório de gestão e as contas do exercício, bem como o plano de actividades e o orçamento para o ano seguinte;
 - f) facultar aos membros os livros de escritura e todos os documentos comprovativos das operações sociais da Associação;
 - g) nomear comissões ou grupos de estudos para tratar dos assuntos específicos relacionados com a actividade da Associação;
 - h) velar pelo respeito dos Estatutos, dos regulamento interno e das deliberações dos órgãos da Associação;
 - i) ouvir o Conselho Eclesiástico sobre assuntos da sua competência ou outros que entenda conveniente;
 - j) deliberar sobre a admissão de novos membros e sobre a aplicação de sanções previstas nestes Estatutos;
 - l) exercer as demais atribuições que lhe sejam cometidas pelos presentes estatutos e demais regulamentação.
2. As competências dos secretariados assim como as normas específicas de funcionamento da Direcção constam no regulamento interno.

ARTIGO 19.º (Competências do Presidente)

1. Compete ao Presidente da Direcção:
 - a) representar a Associação em juízo e fora dele;
 - b) convocar os membros da Associação para propor medidas organizativas;
 - c) supervisionar o cumprimento dos princípios estatutários, linhas programáticas e regulamentos internos;
 - d) exercer outras competências que lhe sejam conferidas pelos presentes Estatutos.

2.o Presidente tem direito de voto de desempate, na tomada de decisões no âmbito da Direcção.

ARTIGO 20.º
(Competências do Vice-presidente)

Compete ao Vice-presidente substituir o Presidente nos impedimentos ou ausências deste e exercer as demais competências que lhe sejam conferidas pelos Estatutos e regulamentos.

SECÇÃO IV
DO CONSELHO ECLESIASTICO

ARTIGO 21.º
(Composição)

1. O Conselho Eclesiástico é o órgão gestor do recurso humano da Associação constituído por membros efectivos, sacerdotes, religiosos e leigos que têm como função primordial acompanhar de perto a vida da Associação, velar pela sua espiritualidade, carisma, formação religiosa, moral e cívica e manter a disciplina no seio dos membros.
2. O Conselho Eclesiástico é constituído por um Presidente, um Secretário, uma Assistência Eclesiástica, uma Comissão Pedagógica, uma comissão de Espiritualidade e Liturgia, uma Comissão de Disciplina.

ARTIGO 22.º
Competências

1. Compete ao Presidente:
 - a) coordenar o trabalho do Conselho Eclesiástico;
 - b) convocar o Conselho Eclesiástico;
 - c) gerir o recurso humano da Associação, desde a fase de mobilização; ou enquadramento dos membros....
 - d) propor a realização da Assembleia Geral;
 - e) gerir os centros escolares da Associação e a formação de base e permanente dos membros.
2. Compete ao Secretário:
 - a) tratar das actas e dos demais documentos do Conselho Eclesiástico;
 - b) representar o Presidente
 - c) organizar o protocolo do Conselho Eclesiástico

ARTIGO 23.º
(Espiritualidade)

1. A base da espiritualidade da Associação dos Peregrinos de Cristo é o Amor de Deus (~~Deus é Amor~~) que se espelha na Aliança entre Deus e o Povo de Israel feita no Deserto durante 40 anos, depois da libertação do Egito para a Terra Prometida; Deus salva e acompanha o homem porque é um autêntico Peregrino;

SECÇÃO VI DO CONSELHO FISCAL

ARTIGO 24.º (Constituição)

1. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização e de controlo da contabilidade e gestão da Associação sendo constituído por um Presidente, um Vice-presidente, dois vogais (um efectivo e outro suplente), eleitos pela Assembleia Geral dentre os associados efectivos, em pleno gozo dos seus direitos.
2. Não podem ser membros do Conselho Fiscal os sócios que integram a Direcção.

ARTIGO 25.º (Competências)

1. Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Dar parecer sobre o Relatório, Balanço e Contas anuais da Direcção e sobre os orçamentos ordinários e suplementares;
- b) Fiscalizar os livros da contabilidade e os actos de gestão financeira praticados pela Direcção;
- c) Dar parecer sobre todas as matérias que lhe seja submetido pela Assembleia Geral ou pela Direcção;
- d) Requerer a convocação da Assembleia Geral sempre que entender conveniente.
- e) Assistir sempre que seja solicitada as reuniões da Direcção;
- f) Exercer todas as demais atribuições que lhe sejam conferidas por lei por pelos presentes Estatutos;
- g) Emitir parecer sobre o montante das jóias e das quotas mensais e elaborar o relatório anual da sua actividade de fiscalização.

ARTIGO 26.º (Funcionamento)

1. O Conselho Fiscal reunirá ordinariamente, pelo menos, uma vez por semestre, quando o presidente o convocar.
2. O Conselho Fiscal reunirá extraordinariamente sempre que o presidente o convocar, por sua iniciativa ou a pedido da maioria dos seus membros.
3. Os membros do Conselho Fiscal podem assistir, por direito próprio, as reuniões da Direcção.
4. Para uma melhor execução das suas competências, poderá o Conselho Fiscal solicitar a colaboração de peritos nas matérias que lhe compete fiscalizar.

ARTIGO 27.º (Quorum)

O Conselho Fiscal só poderá tomar deliberação com a presença de três dos seus membros.

SECÇÃO V DO CONSELHO CONSULTIVO

ARTIGO 28.º (Composição)

O Conselho Consultivo é o órgão de consulta da Associação e é composto pela Direcção e por cinco membros honorários escolhidos pela Direcção, pelos antigos presidentes da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal; pelos presidentes da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho Fiscal e do Conselho Eclesiástico e por cinco membros representantes da comunidade convidados pelo presidente da Direcção sob proposta do assistente eclesiástico.

ARTIGO 29.º (Funcionamento)

O Conselho Consultivo reunir-se-á semestralmente por convocação do presidente da Direcção.

CAPÍTULO V SECÇÃO I DAS MEDIDAS DISCIPLINARES E SANÇÕES

ARTIGO 30.º (Infracções)

Constituem infracções disciplinares:

- a) O não cumprimento das disposições estatutárias e regulamentares ou orientações e decisões da Associação;
- b) O comportamento indigno que lese e prejudique o prestígio e o bom funcionamento da Associação;
- c) A falta reiterada de pagamento das quotas;
- d) Qualquer outro comportamento passível de censura.

ARTIGO 31.º (Sanções)

1. Constituem sanções disciplinares:

- a) Advertência verbal;
- b) Advertência escrita;
- c) Suspensão temporária graduada entre um e três meses, três e seis meses;
- d) Expulsão.

2. As medidas disciplinares previstas no número anterior serão sempre precedidas de competente processo disciplinar.

SECÇÃO II DA EXCLUSÃO, SUSPENSÃO E DEMISSÃO

ARTIGO 32.º

1. A exclusão, suspensão e demissão de um membro poderá ser aprovada pela Direcção sob proposta da Comissão de Disciplina.
2. A exclusão de um membro só poderá ser decidida nos casos seguintes:
 - a) Quando seja condenado por crime punível com pena de prisão;
 - b) Quando lhe seja imputada violação grave e reiterada das normas estatutárias;
 - c) Quando se torne impossível prestar serviços a que ficou obrigado.
3. Estando em curso qualquer processo de exclusão, de suspensão ou havendo um pedido de demissão deverá a Direcção decidir o caso num prazo máximo de dez dias.
4. Sempre que uma violação dos Estatutos ou de qualquer outra norma regulamentar não assumir aquela gravidade punível com exclusão, deverá o membro ser suspenso por um período mínimo de um a três mês com a consequente perda dos seus direitos.
5. A exclusão ou a demissão só produzem efeitos depois de aprovada em Assembleia Geral.

SECÇÃO III DA PERDA DA TITULARIDADE DE MEMBRO

ARTIGO 33.º

O direito de ser membro caduca com a expulsão ou morte do associado.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

SECÇÃO I DO MANDATO

ARTIGO 34.º

1. Os órgãos sociais têm um mandato de três anos.
2. Os membros da Associação só terão direito a dois mandatos findo os quais não poderão ser reeleitos.
3. Os órgãos sociais prestarão contas anualmente aos seus membros em Assembleia Geral.

4. Em caso de exclusão, demissão ou morte de um membro director de qualquer órgão social deverá o presidente da Direcção, no prazo de 90 dias, convocar uma Assembleia Geral extraordinária para eleição de um novo membro que preencha a vaga.

SECÇÃO II DOS FUNDOS

ARTIGO 35.º

1. Consideram-se rendimentos da Associação:
 - a) O produto das jóias e das quotas mensais dos associados;
 - b) As receitas pela prestação de serviços remunerados;
 - c) As rendas dos seus bens patrimoniais e as doações ou legados de toda a espécie;
 - d) Quaisquer outras receitas que resultem da sua actividade.
2. O valor da quota mensal é o valor fixado pela Assembleia Geral, susceptível de modificação de acordo com as oscilações da moeda nacional.
3. Constituem despesas da Associação as que se efectuem para a realização dos seus fins de harmonia com os presentes Estatutos.

ARTIGO 36.º (Vinculação)

1. A Associação apenas se vincula com a assinatura do presidente da Direcção ou, nas suas faltas ou impedimentos, do vice-presidente que o substitua.
2. Nos actos de gestão são necessários e suficientes as assinaturas de dois membros da Direcção, sendo uma do presidente ou do vice-presidente e outra do tesoureiro.
3. O presidente da Direcção pode delegar nos outros membros, ou em procuradores, os actos de vinculação específica.
4. A Associação não pode, em caso algum, considerar-se obrigado por compromissos assumidos por membros da Direcção fora do âmbito das suas funções.

ARTIGO 37.º (Tesoureiro)

É da competência do tesoureiro:

- a) Dirigir a contabilidade da Associação;
- b) Preparar e apresentar à Direcção, o balanço e contas de cada exercício, para que sejam apresentados na Assembleia Geral;
- c) Elaborar o cálculo de entradas e saídas para o próximo ano.

SECÇÃO III DA EXTINÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

ARTIGO 38.º

1. Em caso de liquidação e extinção da associação terão de ser observadas as normas prescritas a seguir nos presentes Estatutos, e nos casos omissos, as disposições da lei geral aplicável.
2. A extinção deverá ser deliberada em Assembleia Geral extraordinária convocada exclusivamente para o efeito.
3. As deliberações relativas à extinção da Associação só poderão ser validamente aprovadas em Assembleia Geral extraordinária quando votadas pela maioria qualificada de $\frac{3}{4}$ dos associados.
4. Em caso de extinção da Associação a Direcção será a liquidatária.
5. Deliberada a extinção, o património existente que não esteja sujeito a finalidades especiais, e uma vez cumpridas todas as obrigações, será entregue, por deliberação da Assembleia Geral, a uma instituição que tenha finalidade idêntica ou semelhante à da Associação.

SECÇÃO IV DAS DÚVIDAS E OMISSÕES

ARTIGO 39.º (Disposições omissas)

1. Os esclarecimentos e as dúvidas de interpretação dos presentes Estatutos serão da competência da Assembleia Geral, atendendo ao disposto na Lei n.º 14/91 de 11 de Maio e demais legislação aplicável.
2. Estes Estatutos entram em vigor à data da sua publicação.

Cabinda, aos de de 2003.

Anexo 13: Livro do Consolador, Linhas
fundamentais da espiritualidade
masuela

O LIVRO DO CONSOLADOR

MASUELA MA KRISTU

NÓTULA HISTÓRICA

O Movimento eclesial MASUELA MA KRISTU nasceu de uma situação histórica e social bem determinada. A povoação de FORTALEZA vive no meio de militares. Isto fomenta uma situação permanente de instabilidade. Uma delas ocorreu aos 6 de Fevereiro de 1998. Casas foram queimadas, populares espancados, torturados e muitos têm até hoje as marcas das baionetas e de balas. Para além disso, a presença de militares e polícias têm desequilibrado moralmente quer a população quer o ambiente eclesial com mãos precoces fazendo desfile nas ruas e nas celebrações. É nesta situação onde nasce o Movimento Masuela que tinha como intenção inicial a protecção das jovens. Dar-lhes o sentido do futuro. Neste sentido, era importante infundir nelas um grande espírito de ajuda mútua. Aqui a necessidade de formar homens capazes de se esquecerem e de doarem-se. Numa palavra; que CONSOLEM. Aqui se circunscreve toda a espiritualidade masuelina, centrada em dois textos fundamentais: Lc. 19,41 e Jo. 11, 33-35: Jesus chora diante de uma Jerusalém empedernida e de um amigo que já cheira.

Imaculada 1998
Padre Jorge Casiniro Congo

(Com a aprovação eclesialística)

Paulino Inpadu

Deus Jesus para o Homem

De facto, a qual dos anjos Deus disse: 'Tu és meu Filho, eu hoje te gerei?' Ou ainda: 'eu lhe serei pai, e ele me será filho?' E ao introduzir o Primogénito no mundo, diz novamente: 'adorei-no todos os anjos de Deus.'

Jesus é, para o Pai, o seu Filho mais amado. Ele esteve também quando eram criadas todas as coisas e nada foi feito sem Ele (Jo 1, 1-4). Ora, esta união tão profunda entre o Pai e o Filho faz d'Ele o caminho sem dúvida para o Pai (Mt. II, 28); a luz que não treme para ver o Pai e o programa de todos os desígnios do Pai para o Homem e para o Mundo.

A vinda de Cristo ao Mundo dos Homens obedece a uma preocupação eterna de Deus que quis o Homem sempre diante d'Ele para possibilitar que Deus fizesse do Homem a sua shekiná, isto é, sua morada. Só neste estar diante e shekiná de Yahvé é que faz do homem feliz.

A ausência de Deus para quem se viu um dia envolvido pelo amor de Deus é sentida duma maneira muito intensa. Um vazio interior atravessa todos os momentos em que a respiração se torna pesada e o controlo da própria vida quase que impossível. A pergunta corrente é esta: por que me sinto tão mal? Por que a vida me corre tão mal? Por que perdi a minha espontaneidade e aquela vontade genuína de viver?

Pode-se dar tantas respostas e culpabilizar a este ou aquele a causa da nossa infelicidade. As respostas podem ser até pertinentes. Os culpados até podem arcar muito do que

sofremos: relações difíceis, incompreensões, perseguições.

No entanto, ao verificar-se no profundo de nós mesmos, notamos que algo que nos descontrola faz com que o encontro com o Outro seja ainda mais dificultado ou não encontre remédio para o mitigar.

Este vazio chama-se estar longe do Caminho e da Luz da Vida: Cristo.

O sentir o Vazio de Deus é, de certa maneira, sinal positivo. Indica que já teve uma relação mais íntima com o Pai ou que tem sede de tê-la. Por isso, foi possível aperceber-se desse afastamento. Nesse sentido, faz antes de tudo uma pergunta a si mesmo: por que estou diferente na minha relação com Deus? Tenha coragem, porque a resposta que virá de si mesmo é a mais importante. Se tem alguma dúvida, recorre a alguém que estima e que pensa ter feito uma experiência de Deus mais intensa para o ajudar a discernir.

Não pense que o facto de estar sempre nas eucaristias e nos encontros de oração dos irmãos seja sinal de uma relação íntima com Deus. É um bom passo e, de certo modo, necessário, mas não o suficiente. As missas podem ser rotina e os encontros com os irmãos fuga dos problemas da escola, do lar, do serviço. Então, qual o caminho para regressar ao Pai e sentir aquele entusiasmo tão necessário para afrontar os momentos de crise? A resposta é só uma: como estou eu com o Pai?

□

II capítulo

Os gestos de salvação de Cristo

S. João, ao falar dos milagres de Jesus, usa a palavra semeia, isto é, sinais. Sinais que marcam a sua presença e a sua passagem pelo mundo dos homens. Segundo S. João, o primeiro sinal nasce de uma situação da vida corrente do homem: o casamento. No casamento, ontem como hoje, para além da alegria que envolve quer os acabam por se casar quer familiares e amigos, paira, e de que maneira, o nervosismo para dar de comer a convidados. O vinho não era essencial mas importante. Podia descontrolar o ambiente e destruir a felicidade daqueles que acabavam de pôr as suas vidas numa mesma barca. Ora, aí intervém Jesus em favor de duas criaturas que até podiam não saber se o vinho bastava ou não. Qual a conclusão desse gesto de Jesus?

A primeira é que estava integrado na vida real do seu povo. Não estava à margem até das alegrias mais comuns e dos momentos mais normais da vida como é o facto de responder a um convite e participar a um óbito. São estes lugares os motivos para a sua pregação. Não procures os primeiros lugares; não convides os grandes. São estes encontros sacramentais que foram ocasiões para os grandes anúncios da sua morte e ressurreição; para a demonstração da sua potência em palavras e obras.

Segundo, para a felicidade das pessoas não é preciso muito. Às vezes, basta um bom-dia. É nestas circunstâncias que Deus actua e que Deus se revela através dos seus mensageiros. Procurar actos de heroísmo para demonstrar que se ama, pode ser exibicionismo. Quando é assim, os

resultados podem ser muito negativos e as frustrações não têm cura ao esperar-se que toda a gente lhe agradeça e este agradecimento, às vezes, jamais aparecer. O amor que se revela no quotidiano da vida tem mais sabor e mais agrada ao Senhor que querer que a mão esquerda saiba o que faz a direita. É no normal da vida onde a ajuda de mãos amigas revela-se muito precisa. À volta da mesa, sentimo-nos todos dependentes daquele que deu o dinheiro para se fazer a praça; de quem fez a praça e finalmente de quem procurou a comida. Sentimo-nos todos dependentes e, por isso, o sentimento normal de agradecimento mesmo que o não façamos de um modo explícito. Num óbito, sentimo-nos todos atravessados por uma corrente tão forte de solidariedade que é superior às lágrimas que eventualmente se possa deitar.

É nestas circunstâncias que o Masuela deve ser o espelho desses gestos simples de Cristo e testemunhar que é possível estar junto das pessoas e fazê-las felizes sem tocar batuque. A discrição é importantíssima para que aquele que recebe não se acanhe. Ser ajudado é sempre difícil. É uma situação de diminuição e ninguém gosta disto.

Os gestos de salvação passam e atravessam o quotidiano para atingir o homem fora do quotidiano e introduzi-lo no quotidiano de todos os homens. Por isso, o cego recobra a vista; o leproso é purificado; o surdo-mudo readquire a capacidade de comunicar e finalmente o coxo e o doente podem levantar o catre e andar.

Sabe-se perfeitamente que somos simples homens apesar da força da palavra que carregamos que é possível mandar que o monte se desloque de um lado para o outro. Mas, mesmo assim, estaremos sempre longe da força daquele que é a Força, por isso, o que Deus pede não é de fazer milagres mas sim de deixar sinais de salvação por onde passarmos. Estes

sinais são invisíveis, porém mais brilhantes que a noite escura; são pequenos, no entanto, mais altos que o Chizu; silenciosos, mas que falam alto. Esta é a linguagem do Filho de Deus, que evitava que propalassem os seus milagres.

III capítulo

Coração humano de Jesus

Numa passagem muito simples, Marcos revela o coração humano de Jesus: "depois subiu ao monte e chamou a si os que ele queria, e estes foram até ele. E constituiu doze, para que ficassem com ele" (Mc 3, 13-24). A caminhada seria longa, dura e difícil. Não podia fazê-la sozinho. Jesus escolhe amigos para andarem com Ele e, no futuro, serão as testemunhas privilegiadas por comerem e beberem com Ele. Sim, um coração tão humano que recusa terminantemente caminhar só, fazendo demonstrações da sua potência divina. Esta sua profunda humanidade leva-O a ter compaixão das multidões abatidas, como ovelhas sem pastor; compadece-se duma viúva que perdeu o filho único e tem piedade do cego que, à beira do caminho, grita por Ele apesar da repreensão e do barulho da multidão. É mesmo este coração que se dá e não dá; se oferece e não oferece que sente, por outro lado, a necessidade que alguém se dê a Ele; se oferece a Ele. É neste sentido:

- a) que Ele tem um afecto especial por João, que tem o privilégio, no momento mais duro da sua vida, de declinar a sua cabeça no peito e senti-lhe o "chizitu".
- b) que tem uma casa e uma terra, Betânia, onde passa as refeições e encontra os amigos mais íntimos: Lázaro, Marta e

Maria e tem tempo para conversar longe dos conflitos dos fariseus e escribas.

Jesus sabe gerir muito bem essas suas amizades. Os seus amigos não devem ser obstáculo à sua caminhada até Jerusalém, onde vai oferecer-se. Por isso, educa-os e fá-los crescer na fé no seu poder e na sua palavra. Neste sentido, foi importante educar João. Primeiro, a redimensionar o poder para descobrir o caminho da cruz; "não sabeis o que estais pedindo. Podeis beber o cálice que eu vou beber e ser baptizados com o baptismo com que serei baptizado?" (Mc. 10,38). Segundo, a dominar a sua intolerância para melhor compreender que a comunidade que Jesus construíra, ia para além do seu reduzido grupo: "Senhor, queres que ordenemos que desça fogo do céu para os consumir? Ele, porém voltando-se, repreendeu-os (Lc. 9,54-55). Depois de purificado, João foi capaz de confessar com tanta certeza e amor que: 'o que era desde o princípio, o que ouvimos, o que vimos com os nossos olhos, o que contemplamos, e o que as nossas mãos apalparam do Verbo da Vida, porque a vida manifestou-se; nós a vimos e lhes damos testemunho e vos anunciamos a vida eterna' (1Jo. 1-2). Ao perder um deles, tinha a atitude normal a qualquer homem: Quando Jesus a viu chorar e também os judeus que a acompanhavam, comoveu-se interiormente e ficou conturbado. E Jesus chorou (Jo. 11,33-35a).

Marta e Maria tiveram que aprender a rever a escala de valores. Receber bem Jesus e preparar-lhe a comida é bom. Mas para que este trabalho não ficasse na banalidade, era preciso escutar Jesus. Só escutando a sua palavra, o trabalho e a visita não cansavam.

Todos os amigos, finalmente, num determinado momento,

tiveram que optar entre a sua palavra e aquela do mundo: "Não quereis vós também partir? (Jo. 6, 67). A estas amizades se acresce um amor profundo pela sua terra, principalmente:

a) Nazaré. Aí tinha crescido. Deste modo, mantinha recordações profundas daquela pequenina terra. Foi onde, segundo Lucas, fez o anúncio do seu messianismo e proclamou o «hoje» da salvação que era Ele próprio. É interessante verificarmos o amor genuíno que cada um de nós nutre pela sua terra e creio, sem dúvida, que o mesmo acontecia com Jesus. Devia ter na memória de um modo muito afectivo a sinagoga, as ruas, os lugares de cultivo, os fontanários, os montes, os homens e as mulheres etc. Nazaré era a sua terra e o lugar dos seus conterrâneos que até faziam clímax por sentirem que a preocupação de Jesus estava longe deles.

b) Jerusalém. Esta cidade representava muito para Jesus quer no âmbito da sua missão de Filho de Deus, isto é, senhor dum projecto de vida quer como cidadão. Jesus ia às festas mais significativas do Povo de Israel como a Páscoa e a festa dos Tabernáculos. Devia vibrar, sempre naquele jeito de neutralidade, a proclamação da história do seu povo. Admirava as belezas de Jerusalém, sobretudo, o seu templo. Jerusalém era o lugar privilegiado para a consagração de qualquer profeta.

E maneira de ser de Jesus o colocar-se criticamente diante daquilo que ama profundamente. Se com os amigos fazia-os crescer e traçava para eles um caminho de mudança de mentalidade e uma escala de valores para serem instrumento da sua presença no meio dos homens, com os lugares da sua predilecção seguia os mesmos critérios. No entanto, um dos seus momentos mais angustiantes da sua vida foi verificar

quer a dureza do coração dos seus conterrâneos quer a estultícia e violência dos jerosolimitanos. Nazaré conhecia-o como miúdo, adolescente e adulto. Sabiam perfeitamente os pais, os irmãos d'Ele. Isto foi um autêntico empecilho para acreditar em n'Ele e até se escandalizaram d'Ele (Mc. 6,3). Jesus, naquela linguagem simples mas directa de Marcos, "admirou-se da incredulidade deles e disse: um profeta é só desprezado em sua pátria, pelos seus parentes e em sua casa (Mc. 6,64).

Humano que era, via, no futuro, as consequências deste fechar-se aos novos tempos, aos novos caminhos que o Senhor sempre quis abrir à sua frente: "Jerusalém, Jerusalém, que matas os profetas e apedrejas os que te foram enviados, quantas vezes quis eu reunir teus filhos como a galinha recolhe seus pintinhos debaixo das asas, mas não quisestes (Lc13,34).

Jesus deita lágrimas: 'E, como estivesse perto, viu a cidade e chorou por ela, dizendo: "Ahi Se neste dia também tu conhecesses a mensagem de paz. Agora, porém, isto está escondido a teus olhos. Pis dias virão sobre ti e os teus inimigos te cercarão com trincheiras, te rodearão e te apertarão por todos os lados. Deitarão por terra a ti e aos teus filhos no meio de ti, e não deixarão de ti pedra sobre pedra, porque não reconheceste o tempo em que foste visitada' (Lc. 19, 41-44)

IV capítulo O Caminho do masuela.

É a dinâmica dos Masuela assumir o que Cristo tem de mais humano. Todos esses gestos que revelam a sua profunda

humanidade foram resumidos na palavra "Masuela ma Kristu"² O choro é das atitudes humanas mais comovedoras e que toca a qualquer pessoa. As lágrimas que surgem da dor de qualquer mal-estar da carne é qualquer coisa de normal na vida de qualquer pessoa e pouco comove. As lágrimas dos masuela vão buscar a sua fundamentação naquelas de Cristo. Sim, Cristo poderia ter-se queixado e inclusive chorado durante a sua paixão e morte por causa dos castigos, da tortura e das sevícias, mas os evangelistas não ressaltam isso. Em nenhum evangelho fala que Jesus chorou no alto da cruz ou durante todo o processo violento no Sinédrio. Revelam isto sim o grito que nascia da dor interior ao sentir-se totalmente abandonado até por próprio Deus: 'éli, éli lemá sabtiánni' (Mt. 24, 46; Sl 22,2). No entanto, Lucas e João revelam que Cristo chorou pela perda do amigo Lázaro (Jo. 11, 33-35) e ao ver o futuro de Jerusalém cheio de escombros e comprometido (Lc. 19,41). Nestas duas passagens assenta toda a espiritualidade e dinâmica vivencial dos Masuela ma Kristu

Essas lágrimas nascem duma dor que vem dos fundo da alma e que atravessa toda a pessoa. Em consequência, a espiritualidade dos Masuela reside:

1º Em transformar os sinais e os gestos mais humanos em lugar da presença do Senhor e de vivência da fé. A vivência da fé dá um outro sentido e um outro calor todo o que o mundo faz inadvertidamente ou que esvaziou todo o sentido. Um olhar de serenidade; um aperto de mão ou um sorriso podem dar a uma alma em problemas um novo alento. Basta que Deus insuffle nesses pequenos gestos o seu espírito.

2º em fazer do desconhecido um irmão. Ninguém nasce irmão. Todos nos transformamos em irmão. É um processo dinâmico de aproximação e de esquecimento mútuo. Esta

realidade é que explica o por que de dois irmãos de sangue odiarem-se até à morte. Não se transformaram em irmão.

3º Em depositar um olhar especial no homem e na terra. A vivência da fé não nos deve retirar das realidades correntes da vida. O Masuela não deve andar distraído daquilo que atralha ou alegria o homem; daquilo que endireita ou descontrola a terra, a cidade ou a buala. Neste aspecto, o Masuela deve estar no mundo, mas sem ser do mundo.

4º Ter consciência que sozinho não se consegue nada. Por isso, é importante a ajuda de alguém. Este alguém, obrigatório é o chibuatana, m'kündi.

Este chibuatana é um irmão dentro da imandade com o qual se caminha na vida, se organiza os projectos diários, se convive e se partilha no quotidiano os problemas até mais simples. É aquele que forma o "dois" para serem enviados junto dos homens. A realidade "chibuatana" faz parte integrante do dinâmica espiritual dos Masuela. São duas motivações desta necessidade: primeiro porque onde houver um grupo que ultrapasse as centenas, corre-se sempre o risco de um outro ser desconhecido e permanecer no anonimato. Neste aspecto, a comunidade dos masuela é formada a partir dos bibuatana (bakündi). Portanto, não conta o número de elementos mas sim, as várias famílias de bibuatana. Neste sentido, a comunidade dos masuela está construída sobre relações pessoais. Segundo, com a disposição pelas casas e bairros, a comunidade pode não saber da doença, ou outra qualquer desgraça que possa ter batido à porta de algum membro. Ora, neste caso, o chibuatana é um elemento importantíssimo de união entre a comunidade e cada um dos membros.

Não há dúvida que onde houver uma mão humana, ela te

uma capacidade enorme para deteriorar até as coisas mais justas, honestas, puras e santas. Por isso, a base do relacionamento no interior dos Masuela, os bibuatana, pode degenerar-se e ao invés de unir pode separar. Para que isto não aconteça, os Masuela devem consciencializar-se que o 'chibuatana' não é uma figura decorativa no interior da comunidade. O chibuatana é um anjo que está na vida de cada membro e o acompanha nas viagens mais longas como na vida de Tobite. Por isso, o chibuatana não deve ser uma escolha pessoal, pondo de lado, deste modo, critérios pessoais, tribais, raciais e inclusive de interesses, o que poderia engendrar grupelhos que se fecham e auto-excluem, formando ilhotas no interior da comunidade.

57 Na cruz. Este é o elemento central na espiritualidade dos Masuela. A cruz não só concebida como uma visão da dor, dos sofrimentos e das sevícias padecidas por Cristo. Mas realidade corrente e permanente em qualquer vida que se entrega para transformar as situações que tiram ao homem a dignidade e a alegria de viver. Por outro lado, a cruz é a única realidade que pode unir, quando é vivida na verdade e até às últimas consequências: quando for levantado atrairei a mim todos os povos. Neste sentido, a cruz não é só um momento da vida de Cristo, mas toda a vida de Cristo até ao Calvário. O Calvário é um monte. Um monte onde, segundo as Escrituras, Jesus foi crucificado. No entanto, o Calvário e a cruz simbolizam todos os lugares onde a verdade entra em contradição com a mentira, e a verdade é sacrificada; a luz entra em contradição com as trevas, e a luz é apagada; a coragem entra em contradição com a cobardia, e a coragem é silenciada; o poder atinge a máxima intolerância, marginalização, crueldade e o homem desaparece; o barulho da multidão abafa os gemidos de tantos que sofrem.

que significa isto para os Masuela?

Ninguém pode assumir a missão de mitigar e minimizar o sofrimento humano sem passar por um constante padecimento. Este padecer tem duas fontes: a primeira é aquela interior. Ninguém pode encarar o gemer dum homem sem que o coração entre em profundo constrangimento. A Segunda, é aquela do contacto com a dor que não deve deixar ninguém indiferente, e que gera o "conflito" com os que a produzem e a mantêm. Por isso, "consolar" não é só limpar as lágrimas de quem chora mas, sobretudo, resolver aquelas situações que originam a dor e as lágrimas. Daí que o Masuela deve ter consciência que não basta 'não fazer aos outros aquilo que não queres que te façam'. É ir para além disso e 'fazer aos outros aquilo que gostaria que lhe fizessem'. "Ninguém pode consolar se não morrer para dar a vida àquele que está a morrer". Diante disto, a espiritualidade masuelina assume as Cinco Chagas de Jesus do Senhor, como sua padroeiro. Ter-se-á este dia em conta na vida de Masuela. Terá antes de tudo uma grande preparação espiritual e uma vivência interior intensa. Isto difere do dia da fundação que é, sobretudo, de acção de graças e de festa.

V capítulo

X X Os inimigos do Masuela.

Ao projecto dos Masuela de olhar para o sofrimento de Cristo, muitos inimigos podem opor-se. São eles:

egoísmo que nos faz olhar só para nós mesmos, sobretudo, numa situação em que quase todos gemem e sofrem.

A indiferença diante de situações que atormentam o homem.

exibicionismo que faz com que o "consolidado" se sinta rebaixado e até negue ser ajudado.

A invasão na privacidade das pessoas, transformando-se em oportunismo.

Neste sentido, o Masuela deve ser a pessoa mais discreta, que mais escuta e só se aproxima se vir que a sua presença será um elemento de apaziguamento e não de mal-estar.

VI

capítulo

Maria na vida do Masuela.

A vida de Maria, logo no início, é marcada por três atitudes fundamentais:

a) A escuta

A escuta de Maria é dinâmica isto é, reflecte e interroga tudo o que gira à volta dessa palavra que a exalta e a envia em missão se mãe do Salvador. Maria, como fizeram Moisés, Isaias, Jeremias e todos aqueles que foram escolhidos por Deus para uma missão, vê-se confusa e quase que sem forças para uma missão tão excelsa. É desta dúvida donde nasce o discernimento e o acto de fé consciente: "Eu sou a serva do Senhor, faça-se em mim segundo a tua palavra (Lc. 1,38). Neste sentido, como Maria, o Masuela deve saber pensar o que ouve. Esta atitude é, deveras, importante para evitar dizer 'eu também ouvi' ou então 'me disseram'. Isto só gera grupos à volta da lareira ou do copo, alimentando-se da mentira

b) A procura de quem necessita.

Dessa escuta nasce a viagem para a Elizabete. Uma mulher de idade limite grávida, contra toda a lógica humana que, necessariamente, vai precisar de cuidados para além de um parto de riscos incontáveis. Maria compreende e sobe os montes de Judá à procura da Elizabete. Ir ao encontro significa disponibilidade e não fazer pesar quem precisa de ajuda. Esperar que o "pobre" bata à porta pode gerar uma situação de humilhação para ele e de arrogância para quem o assiste. Neste sentido, como Maria, os Masuela devem aprender a viajar. Viajar significa ir ao encontro dos lugares de angústia e não se deixar sentado ou acomodado, esperando que as situações os encontrem. Esta atitude pode gerar indiferentes e corações empedernidos que olham somente para si mesmos. É o encontro com esses lugares e situações que o próprio 'carisma' (maneira de estar, ser e agir dentro da Igreja) do Masuela se vê confrontado, reconhecido e aceite; Elizabete disse: "feliz daquele que acreditou, pois o que lhe foi dito da parte do Senhor será cumprido" (Lc. 1, 45).

c) A atitude de louvor

Maria, diante daquela exaltação de Elizabete, louva o Senhor a partir daquilo que o Senhor fez através dela. Quais os elementos essenciais da oração de Maria?

Louva o Senhor toda Ela. Uma entrega total à maneira do "shemá: amarás a Yavé com todo o teu coração, com toda a tua alma e com toda a tua inteligência" (Dt. 6,7). Nesta entrega total, Ela reconhece que foi de uma predilecção especial da parte de Deus, graças à sua atitude de simplicidade e humilde. No entanto, não se deixa no prédio, mas desce à aldeia como

fez Moisés para descobrir os irmãos judeus que sofriam. Por isso, Maria faz toda a sua profecia e preces a partir das situações que carecem de justiça para fazer nascer a justiça para os pobres e os oprimidos; dispôs os homens de coração orgulhoso; depôs os poderosos de seus tronos e despediu os ricos de mãos vazias. Numa palavra; nova terra e novo céu, onde ninguém vive situações de humilhações; onde haja poderes que se esquecem da igual dignidade e finalmente onde falte pão, porque alguns usurpam o que é de todos. Neste sentido, os Masuela, como Maria, devem aprender a poisar a sua oração nas situações reais da vida. Lutar por uma vida melhor para todos os homens. O Masuela não deve rezar para se esquecer das amarguras da vida, mas para reunir forças a fim de melhor lutar contra essas mesmas situações. Não deve deixar-se abater pelos "bizitu", mas fazer os "bizitu" sede para um mundo e vida melhores. Por isso, a oração dos Masuela não deve ser somente uma constante gritaria, mas também um canto à força e providência do Senhor.

São essas três atitudes que fizeram de Maria a Mãe forte e a discipula fiel que foi até ao Calvário sem olhar a zombaria da multidão, a troça dos fariseus e escribas de ontem e de hoje. Maria é para os Masuela o modelo de todo aquele que chora pela terra e pelo amigo.

VII capítulo

O quotidiano do Masuela

O dia do masuela começa com a leitura de uma passagem bíblica. Esta pode ser escolhida ou tirada ao acaso. Será esta

passagem bíblica que alimentará todo o seu dia e orientará todos os seus passos.

Procurará, sem desanimar, fazer algo que o faça recordar que a sua razão de existir é 'consolar'. Esta atitude permanente em 'passar fazendo o bem' poderá concretizar-se melhor assumindo alguém que precisa duma mão fraterna.

Que nenhum masuela chegue até ao fim do dia com o saco roto diante de Deus e com a consciência pesada de ter deixado alguém a gemer sem um consolo. No fim do dia, antes de se ditar, todo e qualquer masuela deve rezar: 1º O salmo 129 ou 50 para trazer à memória o que não esteve na via do Senhor; 2º o salmo 150 e o m'sambu lubôndo. Afinal de contas, mesmo em momentos mais difíceis a mão de Deus está sempre sobre a cabeça daquele que confia nEle e é preciso reacender a chama da entrega.

VIII capítulo A escada do Masuela

Nenhuma árvore se tornou grande de noite para o dia. Tudo na vida do homem nasce e cresce paulatinamente. O que acontece com o que vemos passa-se, da mesma maneira, com o que não se vê, mas que se sente de um modo muito vivo. Qualquer homem ou mulher, jovem ou adolescente que procura o Senhor através do caminho do 'Masuela' leva dentro de si uma inquietação: problemas pessoais, necessidade de uma ajuda, solidão, abandono. No entanto, uns podem aproximar-se somente pelo facto de ser moda o pertencer a um movimento eclesial. *Porém, o problema não são as motivações que trouxeram este ou aquele para o 'Masuela', mas sim a sua atitude uma vez dentro do 'Masuela'.* Esta

atitude é que diferencia cada um dos masuela e que determina o seu crescimento ou a sua estagnação espiritual. Por isso, acreditando que todos os masuela assumiram Cristo e querem crescer, a escada, com os consequentes deveres e grau de compromisso, está disposta deste modo:

1º Os Bikukudu – são as crianças do masuela.

Estes são extremamente necessários para a vida do Masuela na medida em que representam uma espécie de futuro para o movimento e por outro lado, a parte mais risonha e humana. A isto se acresce o que a experiência já começa a determinar: o encontro de toda a família no Masuela, passando deste modo a ser mais um elo de ligação afectiva no lar e uma ajuda na grande missão de educar e formar. O Movimento não pode, sob pena de comprometer o seu futuro, tomar a presença dos Bikukudu como qualquer coisa de dispensável. Por isso, tem que se velar de uma maneira atenta, constante e responsável pela sua formação humana, religiosa e espiritual. Procurar que frequentem a catequese e que, pelo menos dominicalmente, estejam presentes na eucaristia paroquial ou em liturgias da palavra nas aldeias. Dentro dos grupos dos Bikukudu, surge aquele dos **Bikónzoka**. Estes são os adolescentes que esperam a sua incorporação no movimento dos adultos. No futuro é também possível que se fomente um movimento juvenil com função vocacional.

2º Basimini (os admiradores)

São aqueles que ainda estão naquela etapa de entusiasmo inicial, ainda não sabem muito bem o motivo que os levou para o Masuela. Daí lutarem entre o continuar ou desistir. Aqui, conta fundamentalmente a sua presença nas assembleias de oração e no trabalho comunitário. É

importante, porém, que logo, no início, os responsáveis pela espiritualidade velem pelas disposições dos basimini: sua maneira de falar, de estar, sua participação, sua entrega às tarefas, sua generosidade nas contribuições. É possível, antever o tipo de masuela que teremos num m'simani. Os formadores não hesitem em dispensar alguém, que presente, logo nos primeiros momentos, comportamentos passíveis de fomentar intrigas, chatices e relacionamentos difíceis no interior do Masuela. Para um m'simani, sobretudo, nos primeiros meses, são exigidos os seguintes valores:

1: *a capacidade de escuta*. É deveras importante uma vez que tem de ouvir para se ir compenetrando da maneira de ser de um masuela. Para S. Lucas, a escuta é a disposição interior mais importante para um discípulo de Cristo. Daí a diferença entre Maria e Marta. A vivência profunda com Cristo nasce da escuta. Ninguém pode segui-lo, anunciá-lo sem o escutar.. É preciso, que um m'simani aprenda a ouvir os mais antigos no masuela. Só assim, pode apreender aquilo que é comum a todos os masuela e começar, pouco a pouco, a *revestir-se daquele jeito próprio de um masuela: modo de estar, de falar e de rezar.*

2: *Espírito de humildade*. Aprender a colocar-se no seu lugar, tendo em conta que é, precisamente, isso que prepara o masuela para um aproximar-se a qualquer pessoa. Não há disposição externa que mais atraia as pessoas do que aquela humilde; é a outra face da mansidão. Nenhum orgulhoso pode deixar-se consolar ou consolar. A arrogância é a causa de muitas situações desagradáveis no interior do masuela e no mundo dos homens.

3. *Espírito de obediência*. Capacidade de integrar a vontade pessoal naquela do Consolador ou de qualquer outro

responsável e na da comunidade toda. Isto é muito importante para o cumprimento sereno dos programas e deveres da espiritualidade. Paulo aconselha mesmo isso ao dizer que é importante que se obedeça sem murmurar para se ser filho de Deus, no meio de uma geração perversa. Seria saudável que se dispense um membro que, continuamente, recusa as determinações. Para facilitar o exercício destas virtudes fundamentais evite-se, onde houver getsémanis e crucificados, que ele faça pregações; apenas lhe é permitido fazer petições (zi nkánu).

3º Bajetesémani (Os Getsémanis)

são aqueles que, depois dos primeiros tempos e do entusiasmo inicial, entram num período de interiorização dos valores de 'Masuela'. Isto provoca uma grande luta interior para uma maior identificação com a espiritualidade. *Aqui conta, sobretudo, o esforço de conhecer a fundo a espiritualidade dos 'Masuela', pô-la em prática.*

a) Qual é a via dum Getsémani?

As atitudes fundamentais dum getsémani encontram-se na leitura daquelas de Jesus:

1º *Jesus um homem entre os homens.*

Antes de tudo, um getsémani tem de ter consciência que ninguém pode viver sozinho. Isto revela-se continuamente na vida de Jesus. Este, nos momentos mais difíceis, procura sempre retirar-se mas acompanhado dos seus três bibuatanas: Pedro, Tiago e João. A atitude dos bibuatanas de Jesus durante o seu momento de angústia (dormindo e insensíveis aos gemidos) devem educar o getsémani a ser chibuatana e a educar o seu chibuatana. Por outro lado, Ter a

capacidade de incorporar no seu drama pessoal alguém que o possa verdadeiramente estar ao seu lado.

2º *Jesus sua sangue e água.*

Diante do drama da cruz, sofre como qualquer homem. Mas duas atitudes o distanciam do comum dos homens:

a) a sua entrega ao Pai numa profunda oração.

b) O pôr à disposição do Pai da sua própria vontade.

É, interessante que, humanamente, a experiência nos mostra que quanto mais se sofre mais se afasta de Deus. Ora, este afastamento dá-se de dois modos: *primeiro*, revoltando-se contra Deus. Abandona-se a Igreja, as eucaristias e muitas vezes mudam para outras confissões religiosas. Segundo, procurando falsos deuses. Neste aspecto, o getsémani deverá ser a testemunha fiel da cruz que salva. É indispensável que qualquer getsémani cultive um são equilíbrio nos momentos mais difíceis da sua vida, evitando, as soluções e as atropelações que se vêem na vida corrente: *recurso ao feiticismo, aos ngangas, aos advinhos e charlatões e finalmente aos binlongos. Neste sentido, é importante, que o getsémani se esforce em ter uma oração pessoal. É importante que encontre momentos de recolhimento muito pessoais. Neste sentido, o getsémani será o masuela que vela pelo chibuatana e cresce com ele e o discípulo que sofre como Jesus. Quais os valores exigidos a um getsémani? A aceitação do programa de Deus na sua vida pessoal, familiar e social; a capacidade de controlo de si mesmo; a serenidade nos momentos mais duros da vida, a necessária ponderação para intervir em situações de aflição; a resposta certa nos momentos difíceis em que é preciso uma tomada de posição; a devida força espiritual quando se sentir só.*

○

4º Babandua (os Crucificados)

São aqueles que dão mostra de terem assumido os valores essenciais dos 'Masuela' e podem ser testemunhas quer desses mesmos valores quer da sua fundamentação. São esses que podem levar a cruz no peito. Só pode ser crucificado quem tiver uma idade superior os dezoito anos e que tenha feito um tempo suficientemente longo no Masuela uma vez verificado o seu crescimento espiritual e sua dedicação na comunidade dos Masuela.

Qual a via de um crucificado?

Assim como foi na vida de Cristo, a cruz representa o sinal da máxima contradição e da humilhação total de quem a sofre ou a sofreu, por que exposto quer à piedade dos homens quer à ira, ao escárnio e ao gozo da multidão ou de grupos.

A cruz de Cristo apresenta-se sob dois modos ou em duas etapas: *aquela da própria vida e aquela da carne.*

a) a cruz da própria vida

Neste aspecto, a cruz coincide com os problemas e conflitos próprios de quem vive no meio dos homens. Estes conflitos dependem da situação social de cada um dos viventes; dos seus compromissos com o homem, com a sociedade e finalmente com Deus. É na resposta a esses conflitos onde se mede o homem: a sua capacidade de manter as próprias decisões e convicções. Verifiquemos como Jesus viveu essa cruz:

1. A incompreensão da família

É indiscutível que a família tem uma força muito grande sobre a pessoa, sobretudo, a nossa família africana. Jesus não foi diferente. A sua família foi, para Ele, um grande peso. S. Marcos é muito claro nisso. Logo, no princípio, da sua vida, Jesus tem de afrontar os receios da sua família: *e quando os*

seus familiares ouviram isto, saíram para o deter, porque diziam: enlouqueceu (3,21). No entanto, Jesus não se atrapalha. Procura colocá-la no seu devido lugar. Este lugar é no seio da vida e da sua missão junto dos homens. Por isso, ser parente de Jesus ultrapassa os laços simplesmente de sangue. São aqueles espirituais: *quem são minha e meus irmãos. E percorrendo com o olhar os que estavam sentados à volta d'Ele, disse: aí estão minha mãe e os meus irmãos. Aquele que fizer a vontade de Deus, esse é que é meu irmão, minha irmã e minha mãe (Mc. 3,34).* Na verdade, a experiência mostra-nos que quanto menos os nossos familiares são de Deus, menos são nossos familiares. Sim, porque os conflitos relacionais estarão sempre presentes, provocando choques e divisões, às vezes não chegam mais a uma reconciliação. Neste aspecto, S. João tem uma maneira especial de chamar Maria; essa maneira é "mulher". Maria é mulher para Jesus porque ela deve fazer parte deste povo que esperou as promessas de Yavé e que se incorporou na nova esperança e realização dessas promessas. Maria é mulher (Jo. 2) que acredita e pede que todos acreditem. *Fazei o que Ele vos disser (2,5).* Maria é mulher que, na cruz, assume toda a maternidade: *mulher, eis o teu filho (Jo. 19, 26).* Deste modo, Maria torna-se a mãe e o parente mais próxima de Jesus.

O que significa isto para um crucificado? Jamais alguém exigirá que alguém abandone o seu sangue. Mas é indiscutível que as nossas famílias, se não controladas, acabam sempre por intrometer-se na nossa vida de fé. A relação familiar africana é rica pela sua aproximação e seu calor humano, mas também se intromete exageradamente nas nossas vidas. As famílias condicionam-nos a nível económico, afectivo e relacional. Neste sentido, é importante para o masuela discernir os elementos mais importantes e tomar-se o primeiro apóstolo. Por isso, terá o máximo

cuidado, *primeiro*, em não alinhar nas disputas internas, tomando partido por este ou aquele parente; *segundo*, em não aceitar soluções que não passem pela fé; *terceiro*, em não ser causa de divisão; finalmente em ser testemunha de fé. Que o crucificado tenha consciência que ao deixar-se embarcar uma única só vez em soluções que não obedeçam a critérios de Cristo jamais terá liberdade em dizer "não".

2. as exigências das multidões

Jesus vê-se em pouco tempo cercado de multidões que O acompanham cheio de entusiasmo. Trazem-lhe os doentes; seguem-no dia e noite sem olhar para a própria barriga. No entanto, elas não conhecem Jesus e pretendem outra coisa de Jesus; fazê-lo rei, depois de comer pão à fartura (Jo. 6). Neste sentido, Jesus tomava a sua relativa distância porque: *enquanto Ele estava em Jerusalém, durante as festas da Páscoa, muitos creiam nEle ao verem os sinais miraculosos que realizava. Mas Jesus não se fiava deles, porque os conhecia a todos e não precisava de que ninguém o elucidassem acerca das pessoas, pois sabia o que há dentro delas.* (Jo. 2,22-25) *O que significa isto para um crucificado?* Podemos deixarmo-nos engolir pela multidão sem termos a devida liberdade para verificar e decidir. É fácil seguir o que todos fazem, é, porém, difícil, ser diferente. A multidão detesta quem não se mistura com ela, porque a irrita a maneira diferente de comportar-se (Jr.20). Neste sentido, impõe-se ao masueiro o esforço de encontrar o equilíbrio entre a casa e o bairro. Nem sempre o que todos fazem é o mais correcto. Quando alguém se deixa dominar pela multidão, a primeira coisa que perde é o sentido do discernimento e da crítica. Daí ser arrastado por este ou aquele mais inteligente ou mais poderoso; por este ou aquele mais ambicioso ou mais malicioso. O resultado é, indiscutivelmente, a falta de personalidade; de dignidade, de ideias próprias. Deste modo,

com muita facilidade se toma parte no grupo daqueles que preferem Barrabás, assassino; e engrossam os berros daqueles que mandam crucificar. Quantas vezes um masueiro terá que "consolar" alguém que todos condenam e atiram pedras. Esta atitude significa que o masueiro cristificou-se verdadeiramente, por isso, é capaz de dizer às multidões: atira a primeira pedra quem se sente sem pecado (Jo. 8).

b) A cruz na carne

A cruz vivencial de Jesus termina naquela da carne isto é, onde o corpo é directamente provado. Aí misturam-se elementos de ordem espiritual, que intensificam a dor e a solidão próprias de um justiciado.

Não há dúvida que o ambiente de Getsémani é o resumo da dor que um homem pode sentir. Sozinho, por que os discípulos mais aconchegados dormem. Sozinho enfrentando uma multidão que vem com varapaus e soldados munidos de espadas para prenderem um simples desarmado. Tanta gente que o seguia e que agora se revolta contra Ele leva Pilatos a lavar as mãos e a ordenar que os militares O açoitem. Tinham-se esquecido dos milagres, da multiplicação dos pães e dos belos discursos em favor dos simples, dos pobres, das viúvas e dos órfãos; contra a tirania da lei, da prepotência dos governantes e da arrogância dos ricos. Estavam aí, todos aqueles, ao pé do sinédrio exigindo a sua condenação. Segue para o Calvário entre alaridos da massa. Vai só carregando consigo o abandono dos seus amigos mais íntimos: Pedro nega-O diante de uma pobre rapariga: Judas vende-O e todos os outros procuram outro refúgio. Finalmente na cruz no meio de malfeteiros um deles impenitente, entre os insultos de espectadores. O que significa isto para um masueiro? A segurança de um homem de fé só está em Deus por que na riqueza tudo é efêmero e no homem gera dependência. Deste modo, é importante, pedir todos os dias a graça da

perseverança e o equilíbrio nos momentos mais duros da vida. A força para sobreviver está dentro de nós. Por isso, é necessário alimentá-la e fazê-la sair antes que alguém te inspire força. É esta disposição espiritual onde reside toda a capacidade de perdoar e de sofrer com dignidade. Em resumo: o crucificado é a coluna do Masuela. Por isso, tem de ser o espelho daquilo que tem de ser um Masuela. Neste sentido, é importante que se repense seriamente a permanência de alguém no Masuela que tenha sido crucificado e que leve uma vida medíocre no seio da espiritualidade.

A escada de Masuela deve significar, indiscutivelmente, um caminho de crescimento e não mera imposição de símbolos. Neste sentido, é preciso que se dê tempo a fim de que a escada represente um desenvolvimento sereno, paulatino e faça transparecer em cada um dos degraus a vontade e a determinação de seguir e identificar-se com Ele naquilo que o Masuela pensa ser a sua maior aproximação do Homem. É importante que os irmãos do serviço de discernimento sigam de perto a conversão de cada um dos irmãos para decidirem quer a passagem de um degrau para o outro quer um possível afastamento de um irmão, que pela sua conduta dá mostras de querer ser sempre o que foi. Neste sentido, é deveras urgente rever o tempo que vai de um degrau a outro. Por isso, propomos, passível de futuras outras decisões, se os irmãos acharem conveniente, o seguinte espaçamento: *Dois anos entre o m'slmani e o getsémani; dois anos entre Getsémani e Crucifixão*. Por outro lado, é também de suma importância que haja um tempo de eleição dos candidatos, onde participam, mormente, os getsémani e os babândua para uma selecção mais afinada dos membros que saem dum degrau a outro. Deve-se prever, depois de cinco anos de vivência da espiritualidade, um tempo em que os crucificados

devem fazer uma profissão dos seus compromissos.

X capítulo

A Organização Masuela

- 1º O *consolador diocesano*
É o responsável de todos os masuela. Dele depende, em comunhão com os irmãos, a decisão dos casos mais importantes.
- 2º O *Consolador local*
é o responsável de uma determinada área.
- 3º O *Consolador do tecto*
é o responsável dum determinado número de masuela.
- 4º O *Mano Consolador*
é o responsável dos masuela juvenis.
- 5º O *Secretário diocesano*
Este é o responsável pela vida administrativa do Movimento. Será eleito ou nomeado consensualmente pelos irmãos em reunião de Grande Cenáculo. Por outro lado, devem existir secretários a nível local e de tecto. Dependem do secretário diocesano. Terão, periodicamente, de fazer relatórios, que serão entregues ao Secretário Diocesano.
- 6º O *ecónomo diocesano (tesoureiro)*
Este é o responsável pela vida económica e financeira do Movimento. Será eleito. Deverá periodicamente prestar contas, sobretudo, durante os cenáculos.

Deve haver ecónomo a nível local e do tecto. Estes dois dependerão daquele diocesano. Deverão, periodicamente, prestar contas àquele diocesano.

7º *Banduénje*

É um determinado número de irmãos (não mais de sete) escolhidos livremente pelos irmãos para ajudarem os consoladores a orientar os irmãos. Devem existir badiuénje a nível diocesano e do tecto. Só podem ser 'banduénje' os que forem crucificados. No entanto, não impede que se institua dois ou mais irmãos para desempenharem este cargo de um modo constante.

8º *Os Bakebi*

São membros escolhidos, getsémani ou crucificado, para orientarem um grupo de basimani que devem ascender a getsémani ou crucificado. Devem ser membros que saibam a fundo o carisma e sejam exemplos no seio da espiritualidade.

9º *A equipa dos Batátika*

Esta é a equipa de formadores. São responsáveis pela orientação espiritual, sobretudo, a nível de conteúdos do Masuela. Terão uma ligação directa com o (*M'kotoli*) **Suscitador**, sobretudo, nos primeiros anos do Masuela.

n. b. Num subgrupo, onde todos sejam basimani, procurar-se-á um getsémani ou um crucificado para o orientar. Normalmente, nomeia-se um m'simani que se chamará *M'lûnji* (m'sûngi).

10º *O animador espiritual*

Este deve ser um sacerdote. Velará pela formação mais acurada do movimento e seu conselheiro principal. No

entanto, têm um lugar especial nesta formação os dois (*Bakótoi*) **Suscitadores** dos Masuela. Faz parte da maneira de estar dos Masuela o depender fundamentalmente do pároco para uma melhor integração e vivência eclesiais. Terão os responsáveis de Masuela o cuidado de jamais organizar programas à margem daqueles da paróquia.

11º *Comissão diocesana*

É aquela formada pelos responsáveis diocesanos e aqueles locais (consolador, adjunto e o secretário). Terão encontros periódicos, a estabelecer, para estudo, análise e controlo da vida da espiritualidade.

12º *O Grande Cenáculo*

É a reunião trienal do masuela, onde se discute os problemas mais importantes, são traçadas as orientações e, se for o caso, a eleição do consolador diocesano e outros membros (o adjunto e o tesoureiro). Os irmãos devem evitar dar cargos aos recém-entrados e, sobretudo, quem não foi ainda crucificado.

a) *O sentido da autoridade*

São consoladores, os responsáveis de Masuela. Ora, esta maneira de ver a vida e a responsabilidade no Masuela influencia profundamente como se vive o exercício da autoridade. Mandar no Masuela é antes de tudo uma preocupação de estar próximo daqueles que estão sob a nossa autoridade: *conhecer a sua situação social, familiar, laboral e humana (como reage)*. Saber isto, pode facilitar o exercício da obediência. Faz parte de um bom dirigente orientar de tal modo as suas determinações sem fazer pesar muito sobre quem tem de cumprir. *Isto é possível dialogando sempre e jamais impor, mantendo uma postura de simplicidade e jamais de arrogância; falando sempre num tom*

baixo e jamais gritar. Saiba o responsável de masuela que não é elegante alterar com o dirigido. Quanto mais a ordem for clara, dialogada e quase assumida comunitariamente, mais se vive em harmonia. . No entanto, isto não retira a força da autoridade que é preciso em determinados momentos pôr em evidência. Porém, Ninguém deve esquecer-se que todos entraram no Masuela de livre vontade. A permanência dos mesmos dependerá também do modo como serão significados dentro do Masuela. Por outro lado, é urgente que todos compreendam que a multiplicação de leis e de determinações revela falta de fé, de amor e de compreensão. A lei jamais poderá resolver o cansaço espiritual que pode, eventualmente, instalar-se quer individualmente quer comunitariamente. Neste sentido, é importante que os responsáveis tenham em conta que não há método mais seguro para orientar as ovelhas de Cristo que aquele que o próprio Pastor deixou: a escuta das preocupações, a compreensão, a paciência, a espera paciente do crescimento humano e espiritual, o perdão contínuo, a aproximação discreta. Ninguém é responsável no Masuela para benefício pessoal. Por isso, evitar-se-á a convocação abusiva dos membros para trabalhos pessoais qu fazer pesar sobre os mesmos de uma maneira descomunal os problemas pessoais. Neste sentido, os irmãos terão muito cuidado em escolher os melhores masuela para os orientar. É perigoso ter à frente dos irmãos, membros que escutam pouco e falam muito; que fomentam situações passíveis de dividir os irmãos; irritadiços, lamentosos, incapazes de forjar consenso; de tomar decisão, pouco profundos e pouco preocupados em crescer espiritualmente; desconhecedores da espiritualidade masuelina, muito preocupados em aparecer e muito tímidos, receados de respeito humano. É importante que os responsáveis sejam homens suficientemente equilibrados humano e espiritualmente.

X Capítulo A teologia do cenáculo

a) O Cenáculo de Jesus

Os evangelistas dizem-nos que o cenáculo representa o momento mais importante de Jesus com os seus discípulos. Queria comer a Páscoa com eles e fazer-se, naquele momento, para eles, a verdadeira Páscoa; o Cordeiro imolado. Neste lugar, temos dois momentos:

1º o encontro amoroso e cheio de afecto com os seus discípulos, vendo-se quase completamente desamparado, sente-se só. Os confidentes são aqueles que Ele próprio escolheu. A grande angústia é o sentir-se traído pelos 'mesmos': "um de vós que come comigo há-de me entregar" (Mc. 14, 18).

2º A eucaristia, Jesus dá-se aos seus através do pão, sua carne, e do vinho, seu sangue. Numa palavra, entrega-se totalmente. É esta a grande memória que deve perpetuar-se até à eternidade. Para Lucas, este também é o lugar privilegiado para se aprender a 'humilhação', através do serviço fraterno representado pelo lava-pés.



A vida do masuela tem as suas pausas na reunião do cenáculo. Tendo os olhos naquele que foi o cenáculo de Jesus, todos os masuela terão a máxima preocupação em estar presente, sobretudo, os crucificados e os getsemani. É o momento mais importante. Os masuela deverão ter uma

preparação pessoal em função desse encontro de irmãos. Deve soar em cada coração o apelo de Jesus. Quis ardentemente comer convosco esta Páscoa.

b) Como deve ser o cenáculo?

Antes e acima de tudo, o cenáculo, mesmo aquele para a eleição dos membros responsáveis, deverá ser um encontro de afecto entre os irmãos, lugar para a celebração do amor e da fraternidade. Só numa estima recíproca é que alguém pode escutar. Por isso, assim como para Cristo o cenáculo significou o descobrir-se, revelando as suas maiores preocupações, do mesmo modo os masuela farão do cenáculo o lugar da intimidade. É aí onde todos terão a ocasião de falar, sobretudo, daquilo que pode afectar o crescimento espiritual dos irmãos. Neste sentido, evitar-se-á, na medida do possível, a presença dos Basímini sem lenço e dos Blikukudu Os primeiros para que não sejam envolvidos em situações que possa fazer desanimar e os últimos porque podem até scandalizar-se por causa de algo um bocado mais azedo que possa surgir. Por outro lado, proíbe-se a participação de um masuela que tenha participação irregular. Isto porque não é capaz de dar um testemunho sério do movimento já que vive espiritualmente fora do mesmo. Daí incapaz de compreendê-lo os problemas e de guardar sigilo. Neste sentido, o secretário deverá comunicar ao consolar todos os masuela que não estão em condições de participar. No entanto, evitar-se-á, terminantemente, transformar o cenáculo numa praça pública para julgar este ou aquele. No cenáculo fala-se de todos e não de alguém. Se, eventualmente, algum irmão tiver problemas pessoais com um outro, que chame os irmãos reconciliadores, mas não se aproveite do cenáculo para lançar piadas. As piadas ferem e não curam, dividem e não unem; resultam e não se desculpam, provocam e não explicam.

Enfim, a piada é o cheiro do diabo. As piadas são, neste sentido, proibidas na vida dos masuela. Quem não tiver coragem de confrontar-se com o irmão, cale-se. É proibido, nesta óptica, comentar com alguém que não é da comunidade dos masuela assuntos e questões abordados no cenáculo. O irmão apanhado a fazê-lo ser-lhe-á vetado participar noutros cenáculos até nova ordem. Por outro lado, fica também proibido continuar a discutir fora do cenário questões levantadas durante o cenáculo para se evitar especulações e fuga de informações. Por outro lado, onde houver intimidade mais se exige a capacidade para o segredo. Guardar segredo; ser circunspecto é:

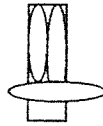
1º sinal de maturidade. Ninguém, diz s. Tiago, pode dizer que tem religião verdadeira religião se não consegue dominar a língua. Sim, aquele que não peca no falar é realmente um homem perfeito, capaz de refrear todo o seu corpo (Tg. 3,2).

2º sinal de amor. O amor verdadeiro leva a proteger o amado. Uma protecção que abrange o homem todo (a sua fama, o seu trabalho, a sua vida privada e a sua intimidade). Isto não significa aceitar os seus males e desvios, mas dar-lhe a possibilidade de regenerar-se com serenidade e ajudado pelos irmãos. Por isso, faz parte do masuela assumir o drama do pecado do irmão ou dos irmãos e da comunidade toda, no silêncio, e viajar, de noite, para ajudar a nascer de novo. Isto exige muito domínio, mas sobretudo, muito amor e caridade. A caridade como diz S. Paulo, é paciente, é prestativa, não é invejosa; não se ostenta, não se incha de orgulho. Nada faz de inconveniente; não procura o seu próprio interesse, não se irrita, não guarda rancor. Não se alegra com injustiça, mas se regozija com a verdade. Tudo se desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta (1cor. 13).

O cenáculo da Igreja

Este é-se num momento muito difícil para os apóstolos. Eles subiu ao céu e sentem-se muito sós. O que dizer? O medo volta outra vez para a sala, onde eles estavam a voz e as palavras de Jesus. Casa objecto recordava-se. Mas estavam aí simplesmente sós e cheios de medo por parte dos judeus. No entanto, não ficam a olhar para o céu, onde Jesus foi (Act. 1,10b) mas, todos estes, unânimes, perseveravam na oração com algumas mulheres, entres as quais Maria, a mãe de Jesus e com os irmãos deles (Act. 1,14).

O Cenáculo do Masuela que encontra o seu modelo e a sua força no de Jesus, deve sentir a necessidade da unidade, que nasce da verdade (Jo. 8,32) e o dever de construí-la. Tudo isto se consegue todos juntos e em oração, onde cada Masuela se descobre diante de Deus e se entrega totalmente ao Pai. No fim de qualquer cenáculo, todos devem sentir uma profunda alegria espiritual e chegar a exclamar com Pedro: "Mestre, é bom estarmos aqui". Finalmente, temos o ágape, isto é, a refeição. Não se exige muito; qualquer coisa que simboliza a partilha e a solidariedade. Não pode faltar. No fim do cenáculo que inicia com a Eucaristia, canta-se o salmo



Buna bukalili ubóte
Zi nkómba uzínga va chimueka.

Dede mafúta ma mónico m'tú
Mlamba um zi ndévu
Mu zi ndévu zi Arãu
Mlamba mu m'tu mvuātu andi.

Dede bimi bi Élemo bilamba
Vana mónico Slau
Ibila vavana Yave kidukulilla lusému luandi
Ai luzingu lukuelambanga



A estrutura do cenáculo
Eucaristia (liturgia da palavra)
Diálogo entre os irmãos
Ágape
Salmo 133



XI
capítulo

Os serviços fundamentais

1º Serviço de discernimento

Compete reflectir, seguir de perto e velar pelo andamento dos irmãos e de tudo o que acontece no seio dos Masuela. Este é orientado pelo responsável dos banduênje. A este serviço

compete também a função de reconciliar irmãos desavindos.

3º Serviço de louvor

Compete organizar e animar liturgicamente os irmãos.

4º Serviço dos irmãos

Compete olhar pela ajuda que se deve prestar aos irmãos.

5º Serviço de lubôndo

Compete organizar os funerais, sobretudo, aqueles de membros de masuela.

Todos esses cargos são eleitos democraticamente e têm uma vigência de três anos (3). **Poderão ser reeleitos para mais um mandato, mas jamais para um terceiro.**

XII

capítulo

A fraternidade que não tem fim

A comunidade de Masuela tem como base a construção de uma grande fraternidade (os bibuatanas) que se colocam ao serviço dos irmãos e do homem. Esta condição de bibuatana para além do que ficou determinado atrás¹, o masuela não pode esquecer que o bibuatana tem uma profunda intenção bíblica. Ao longo da Bíblia jamais Deus deixou alguém só. Para Jesus aconteceu a mesma coisa. Na sua acção de mandar todos a pregar a Boa-Nova, ideia muito importante em Lucas, Ele utiliza a mesma fórmula: *Depois disto, o Senhor*

¹ Ao ler este capítulo, procure relembrar o que se disse sobre os bibuatanas. Por isso confere IV capítulo "o caminho do masuela nº4" pg. 5.

designou outros setenta e dois discípulos e enviou-os dois a dois à sua frente, a todas as cidades e lugares aonde Ele havia de ir (Lc.10, 1-2). Ora, neste sentido, ao que se disse no IV Capítulo, acrescenta-se que a condição de bibuatana tem também uma função missionária. Esta acção missionária tem dois espaços:

1. o espaço mútuo

Este compreende a relação entre os bibuatana. Ela tem de ser de um crescimento mútuo por que uma comunhão de sentimentos que não faz crescer acaba sempre por degenerar-se em defeitos que podem transformar um dos corações da vida masuelina, num autêntico lugar de mediocridade, de futilidade e de morte espiritual, comprometendo até a harmonia da vida interna e a boa fama da espiritualidade. Um chibuatana que deixa o outro chibuatana estar longe da maneira de estar e de ser de um cristão maduro, e faz desacreditar a vida dos outros irmãos, não desempenha esta sua função importante. Em outras palavras, não é "irmão espiritual". O respeito humano termina sempre por fazer mais mal a quem temos o dever de ferir para depois se curar. O masuela deve aprender a sair de si mesmo para se encontrar com o irmão, que, sem ele saber, precisa de si. Neste sentido, é importante que os bibuatana compreendam a profundidade da relação harmoniosa. Só uma pessoa que se estima pode ser escutada. Só pessoas de comunhão perfeita podem entrar em diálogo de correcção fraterna. S. Mateus no capítulo 18,² traça as linhas mais importantes para esse serviço espiritual.



² É importante que se leia e se comente este capítulo.

2. O espaço entre os homens

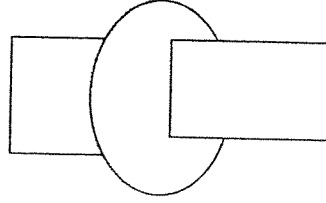
Este, é de certa forma o mais fácil humanamente. No entanto, o mais exigente já que se exige um verdadeiro testemunho de vida. Daí que Lucas propõe a verdadeira disposição interior dos bibulatana em missão: *não leveis bolsa nem alforje, nem sandálias e não vos detenhaiis a saudar ninguém pelo caminho* (Lc. 10,4). A pobreza é a mãe de toda a força espiritual. O esvaziar-se de tudo o que é humano, carnal e de interesses abre, no coração e na vontade um grande espaço para Deus. Assim, o cristão e o masuela a caminhar segundo a lei do espírito que é contrária àquela da carne, no dizer de S. Paulo. *É preciso que o masuela viva uma sã e santa dependência de Deus e dos irmãos*. Deve-se desconfiar do irmão que gosta da opulência e da ostentação, comendo com os olhos todas as modas e jóias. Isto é a mãe de muitos vícios, infidelidade e duplicidade de vida. Paulo nos aconselha: o tempo é breve. *De agora em diante, os que têm mulher, vivam como se não a tivessem, e os que choram como se não chorassem, os que se alegam como se não se alegrassem; os que compram, como se não possuíssem, os que usam deste modo, como se não usufruíssem plenamente. Porque este mundo de aparências está a terminar* (1Cor. 7, 29-31).

Toda esta dinâmica espiritual está em função de ter Deus mais próximo, cimentando deste modo esta fraternidade masuelina que não conhece hora, chuva ou sol; noite ou dia, vida ou morte.

a) A questão dos irmãos falecidos

Ora, esta fraternidade deve ter na morte uma atitude especial. Neste sentido cada subgrupo, local ou tecto deverá ter o seu dia mensal que deverá recordar os seus irmãos falecidos com orações e missas. Por outro lado, que cada masuela tenha em

conta que o grande consolo para alguém com o peso da morte é fazer-lhe aquilo que ele está incapaz de fazer e não com discursos vazios. Por isso, os masuela, sobretudo, na morte de um membro, deverá assumir tudo o que é possível fazer-se. A comissão diocesana verá a oportunidade de se organizar uma comissão que se encarregará somente dos óbitos. Esta poderá chamar-se **Serviço Iubôndo**. Trabalhará em união com aquele de Serviço dos irmãos e aquela da tesouraria. Saibam todos os masuela que o ambiente de óbito é um lugar propício à evangelização por que estão aí todo o género de gente; se discute toda a espécie de problemas. É importante que o masuela tenha uma postura de homem maduro e de masuela convicto, disposto a corrigir o que fere sensibilidades e engendra boatos.



XIII

capítulo

Os vários rituais

(I)

RECEPÇÃO DO LENÇO

Esta cerimónia realiza-se durante a eucaristia (ou liturgia da palavra) do cenáculo. Depois da homília, o responsável do discernimento, levanta-se diz:

Senhor Padre ou (irmão consolador), pedimos que imponhais a esses nossos irmãos o símbolo da nossa comunidade dos Masuela.

Tata mpêlo (jáia m'bondi) tukulinda buinji tutétika zi nkômba zitu azi chia isinsu chi ikába chitu chi Masuêla.

Padre: meu irmão, durante este tempo, eles deram testemunho de assiduidade na escuta da palavra, no ensino e na fracção do pão?

Mp. Iâia, buna zabizi monti bau muna ntângu bene oio babêle chimbânji ochio chikûa liambu, chi lônga e china chimbúkuna limpá?

Rd.: sim Padre, recebemo-los, vimo-los, seguimo-los e exortamo-los. Por isso, pensamos que podem a partir de agora levar o nosso símbolo.

Ngéte, tâta m'pêlo, tubatâmbula, tubasíchika ntálu, tubafiongana nzua tubalônga. Buau, tuibála ti ton'âbu unáta

kuau chia ilimbu chitu.

Padre: matondo, matondo, ke Tâta Nzâmbi. Agora, pode chamá-los.

M'p: matôndo, matôndo ke Tâta Nzâmbi. Buau, ubatéla kuaku.

Rd. *Chamará nominalmente os candidatos. O candidato responderá: túba kuaku Muêne. No fim, o responsável do discernimento diz:*

Meus irmãos, temos acompanhado o vosso ser e agir nesta nossa fraternidade dos masuela. Verificamos, neste tempo, que tendes sido uma presença constante na oração e no serviço dos irmãos. Por isso, decidimos pedir à (ao) irmã (ão) consoladora que vos desse a possibilidade de levar o símbolo dos Masuela. Por isso, dizei-me:

Nkômba ziami, tuikóngânga mpângulu inu nzua ndiatulu inu amu ikaba chitu chi Masuela. Tumuêne muna zi ngonda bene azi ti ti luibânga muna m'sambu ai mun'isálu chisázia zi nkômba. Buau, tulindili ke bakuluntu b'ikába chitu, kati ----- M'bondi kala vâna ntângu ina inátina isinsu chi ikába chitu.

Rd. Buau, luzóleze unáta luzíngu luinu dede buna bitúmina chia ikába chi masuela?

Cd. Ngete nzolêze.

Rd: Luaa chinzika ilimbu ochio buinji na Nzâmbi ai chia ikába bakâmbua udésukuela?

Cd: Ngete tuála chichinzika.

Rd: Tuvútlánu matôndo ke Tâta Nzâmbi

Benção dos lenços

A Muene Nzâmbi, séma () ulimbu abi ai dúkululila Mfúzi monho aku um bána bála kubináta, buinji babá zi mbânji bubémbele , zi bubufsu bu mêso, zi bubufsu bu maîndu: Um Zêzu Kristu, Muan'Aku, um lubundunu lu Muela Sântu.

Todos: Amén.

Os lenços são impostos por alguns irmãos escolhidos na ocasião.

Oração de oferta:

A Muene minu kuau
Unsímba um kóko illáta,
Umbuáta um m'tima izóla,
Unzibulila nzila imóna,
Ikálilila va lûmbu luaku

Todos: Amén.

(II)

A ENTRADA PARA O GETSÉMANI

Esta cerimónia celebra-se também durante a eucaristia do cenáculo. Não pode ser realizada sem a presença do (a) consolador (a) Diocesano. Depois da homília, o consolador local levanta-se e diz:

Cl.: Senhor Padre (ou Irmão consolador), pedimos que imponhais a estes nossos irmãos o símbolo da entrada para o Getsémani.

Mb. Tâta m'pêlo (M'bondi) tukulînda buinji utétika zi nkômba

zitu chia isínsu chi lisuêla, buinji bakóta mu Getsémani.

P. meu irmão, será que eles já sabem o que significa e o que comporta ser masuela? Podem, neste momento, explicar aos que não nos conhecem a razão da nossa existência.

Mp. Nkomb'ami, buna bau bazábizi mun'uzâba nsûndu uchítuka masuela? Usúndula kuau, abubu, mana malêle masuêla ke bana bakâmbuizi kutuzâba ai ibila china chilêle muna nzíngulu itu?

Cl. Sim, Padre, uma vez que demonstraram não só na vida como também na proclamação da mensagem dos Masuela que assumiram e vivem alegremente a força de seguir Jesus naquilo que é o mais normal no quotidiano das pessoas.

Cl – Ngéte, tâta mpêlo', ibila bamêne umónisia kuilu mu nzíngulu au kuilu mun'ukuámikisia sângo i masuêla oioi bavuête mun'úvuâta . Ivândi bizínga muna liiânji mangólo malándangana Zêzu um china chi chibúntu chiandi.

Padre: Matôndo ke Tâta Nzâmbi.

O consolador chama-os e eles respondem: minu kuau itíémuna.

Cl. Manos, seguimos o vosso crescimento. Entrastes talvez sem saber os motivos. Vimos o vosso compromisso. Decidimos, depois de discernimos a vossa caminhada de fé, de oração e de trabalho comunitário, propormos à vossa subida para o "Getsémani"

Cl – Baiâia, tusíchikízi ntálu ai tumuêne buna luikónzokoela. Lukóta lêmba benu luzâba. Tumuêne lutátiminu luinu. Buau tubúndízi ntúlu vana mbusa ukônga ndiátulu inu um mãna, um m'sâmbu e um isálu chi libúndu, lumáka kuna Getsémani.

Virando-se para a comunidade dos masuêla interroga-a:

Cl. Luivítika tumáchia zia nkómba zitu azi vana ibuângu chi bagetsémani?

Cd Ngete tuivítika.

Cl. Buna buau, kúbânu fu kûlu ku m'tuala, dede isînsu chi luchichininu luinu.

Os escolhidos dão um passo à frente.

Cl. Nkómba ziami, luzábizi ti Zêzu vána kakóta ku Getsémani umóna nkáma mpási ai makúma tânu. Ntête, unuâna nzua luzôlo luandi ai luna lu Tâta. Vanji, vana mbusa, uvítika luna lu Tâta. Buna benu ivînu luivítika uvânga mána ma Tâta?

Gt. Ngéte tuivítika.

Cl. limmuâli, Zêzu bannhécula ke balándangani bandi. Usiála uvêka. Buau, luivítika ukála vána valêle si mpási sidedangánha zina zi Zezu?

Gt. Ngéte tuivítika.

Cl. Nkómba ziami, Zêzu udóla mênga vana kába índula zi mpási zi chintándu-bú. Buau, ivinu luzábizi mun'uzâba ti abu lumakóta mu Getsémani, zabânu ti navêka Mfúzi mônho uála kulunhíkuna maîndu buinji lumóna zi mpási zina zilándangana Zêzu mu nzila masuêla. Euau, luivítika utóvula nhitu buinji mônho kavítika ulándangana Zêzu?

Gt. Ngéte tuivítika.

Benção do símbolo do Getsémani.

Padre: Tâta, m'kua busântu ai buvênje buonso, séma () ifuânha achi chi masuêla, buinji chitébulanga mônho ono uináta chiau, ka izîngu chiandi ifuikulu china chi Zêzu. Mu Zêzu Kristu, Muan'aku, mu lubúndunu lu Muêla Sântu.

Todos: Amén.

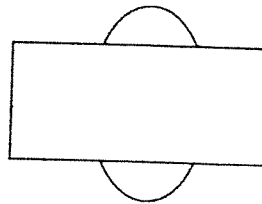
O sacerdote ou o Consolador diocesano impõe as línguas de lágrimas, fazendo-as primeiro beijar. No fim, dizem:

A Muêne, tumêne ukóta.

Tuivítika luzólo luaku

Tuisámbe buinji tukámbe uvukumúka

Tuisímbe nzila Kalvariu. Amén.



(III)

SUBIDA PARA A CRUCIFIXÃO

A (O) responsável pronuncia estas palavras:

Irmãos Masuela, o Espírito que sopra na sua Igreja e que separa a luz das trevas, trouxe-vos, pela força da palavra a esta comunidade. Sabeis perfeitamente que devemos trazer nas nossas vidas as lágrimas de muitos homens. Lágrimas escondidas no interior dos corações por causa da cidade do homem sem Deus, que mata o amor e a solidariedade. Assumimos como caminho, verdade e vida junto dos transviados, dos enganados e dos moribundo o próprio Caminho, a própria verdade e a própria Vida que é Cristo.

Nkomba ziami zi masuela, ua Muêla uifûla mu eklësia andi ai uivása muinda nzua chia itômbe, ulunête, muna mangólo ma liambu laiandi ava ibuângu achi. Luzábizi kuinu ti tufuêne uméne um luzíngu luitu na masuêla ma bântu baombo. Masuêla maméne usuâma m'ímtima um ibila chi buâla buitúngua vâka Nzâmbi. Um ibil'óchio bivônda luzólo nzua lusálsu. Tumána uvuâta mun'uvuata mangólo mána mibá nzíla, lichielika nzua luzíngu v'ibuângu chi bazimbala, chi bána bivúnuka, bana bidáka, ia nzíla, lia chielika lua luzíngu bene kati Kristu.

Em seguida, chama, nominalmente, os candidatos. Estes respondem:

Ms. Minu kua ibônda.

Bp. Meu filho, serão eles capazes de levar para além da

própria cruz aquela dos outros sem desanimarem nem desfalecerem?

Bp – Muan'ami, bála náta kua chintânda chiau ai china chingána kabavônga vo ti kabebetomoka?

Rp. Senhor Bispo, a presença deles nas situações difíceis das suas ruas, bairros e na ajuda mútua, levaram os responsáveis a confiarem nos mesmos para daqui adiante porem as suas vidas ao serviço do sofrimento que gera vida.

Rp – Tâta bispu, nkálulu au vana valêle zi mpási vana bizíngililânga ai buna bisaziânga, bavángizi banânga b'ikába kumasíla liána buinji ku m'tuâla-ikuíza batúla luzíngu lua mun'ísálu chi mpási chibúta luzíngu.

Bp. Meus filhos, diante da cruz pessoal muitos fogem ou a deixam cair. Diante da cruz carregada por um outro muitos desviam o rosto ou escamecem. Eis-vos, portanto, diante de toda a comunidade para testemunhardes a vossa determinação em limpar o rosto de Cristo em qualquer homem que sofre. Por isso, respondi-me:

Bp. Bâna bami, vana lusélu lu chitânda chi muntu-i-muntu, baombo ufina bitinânga vo ti ubiembika. Vana lusélu lu chitânda chi náta bamka, baombo ufila ndünzi kumká vo ti udésukuela. Buau, benu kóbo, vana lusélu lu libûndu lionso buinji lutelamena chiñbânji bunkánha buinu bufiôna ndünzi i Krístu ilêle mu onsoko mûntu uifóvoka. Buau, ntâmbululilânu.

Bp. Estais dispostos, entre tantos ódios, proclamar. "amai-vos uns aos outros?"

Bp. Lukubaméze ukuámikisia ti luzólaziananu lemba ti lulêndu

lumesába?

Ms. Sim, estou.

Ms. Ngéte muéne.

Bp. Estais dispostos, entre tantos conflitos de poder, dizer: "se a semente não morrer fica só?"

Bp. Lukubamêze ukuámikisia ti "ia mbôngo ia kâmbua ubóla isiála ia-vêka lémba ti inuânha chitúma chia chimeviôka?

Ms. Sim, estou.

Ms. Ngéte muéne.

Bp. Estais dispostos, entre tantos respeitos humanos, proclamar "Jerusalém, Jerusalém tu que matas os profetas e apedrejas aqueles que te são enviados?

Bp. Lukubamêze ukuámikisia ti "Jerusalémé, Jeruzaléme nje uivondânga balubúli ai ukumbulikânga mamánha bána bakuvêka", lemba ti bôma bu mûntu buau bumeviôka?

Ms. Sim, estou.

Ms. Ngéte muéne.

Bp. Estais dispostos, entre tanta discriminação, dizer "Zaqueu, Zaqueu, hoje vou ficar em tua casa"?

Bp. Lumêne ukúbama buinji ukuámikisia "Zakeu, Zakeu, ibubu

achi ikála v'ilázi " lemba ti ivéngula chi bântu chiau chimeviôka.

Ms. Sim, estou.

Ms. Ngéte muéne.

Bp. Estais dispostos, entre tantos exibicionismos, proclamar "só a Deus adoraráis"?

Bp. Lukúbamêze ukuámikisia ti " uála buongeména Nzâmbi mimueka" lemba ti chia ivázi chiau chimeviôka?

Ms. Muene ngete, mu mangolo ma Nzâmbi Mvenje.

Bp. Chindamânu ai vutulanu matôndo ke Naveka Táta Nzâmbi.

Bp. Meus filhos, sabeis perfeitamente que o espírito estaria sempre pronto, mas a carne tem sempre outras contrárias intenções. Mas acredito, porque ressuscitastes com Cristo, que ides olhar para o alto para não vos misturardes com tudo aquilo que enche o mundo de lágrimas. Agora, proclamai a vossa missão de seguides Cristo crucificado:

Bp. Bána bami, luzabízi kuinu mun'uzába ti ua muêla nkánu ukubamêze kuandi, vanji ua m'súnha maîndu mamká maké iandi. Vanji ntélelele kuami mána ibila luvulubúka nzua Krístu luála síchika ntálu inu buinji lukâmbua uvotangána nzua biabionso bina biuázia masuêla chia ikálulu-chi-bântu. Buau, iámikisiánu isálu chinu chilândangana Krístu batânda:

Ms. Befu tuikuámikisia lubôndo mu mangólo ma

chintándu-bu chi Zêzu.

Benção das cruzeiras e sua recepção

Tata, m'kua busantu buonso, séma () ifuanha achi chi chintándu-bú chi Zêz, Babá zi banji zi lufua ai luvulubuku lu Muan'aku. Um Zêzu Kristu.

Ajoelham-se diante do bispo. Este fá-la beija e coloca-a no pescoço. No fim, a proclamação da promessa de consolar através da cruz. Todos, diante da cruz e de joelhos, com a mão no peito dizem:

Ms. Mamuene Táta, vânga tutina ufúndisla, utélíka bintânda ai ubanda Zêzu mu zi nkomba zitu. Tubá babônda, bandémbama, bafiábulu al baluzolo. Amén.

M'sambu lubôndo

Mamuene Táta, ntálu aku ikálílla um muntu.

Nandi na ivângu chiku chi luzólo.

Unvâna buvênje, chifúmu al chingânga vana môngo usângala bionso.

Vanji, na muntu, ua m'tu andi u ngólo,

Muna uvengama-vengama kuandi

Utina, udésukuela al ufiêza.

lekuebilânga usíma bikámbuizi m'lângu.

Kaza Táta Nje unnhékula kó.

Buau, Mfumu ami I Nzâmbi ami, utufúla luzólo luaku:

Meso mitu mibákula on'uivônga,

Zi nhuûlu zitu zilêka on'uivânga,

Unâma bitu bíchikachika ono zimbéle,

Mioko itu isimba ono uibûba

M'tim'itu uaonso uaku.

A Muéne, utuchiénga, utusázia, utubônda. Amén.

A oração comunitária

1. *Invocação ao Espírito Santo*

2. *Acto penitencial*

3. *Leitura bíblica*

4. *Exortação e partilha da palavra*

5. *Oração dos fiéis*

6. *Testemunho de consolação*

7. *Makaba*

8. *Apresentação dos novos*

9. *Exortação final*

10. *Oração final.*

Este texto representa as linhas fundamentais do Movimento eclesial Masuela ma Kristu. Este texto poderá ser alterado tendo em conta o tempo e o lugar. No entanto, isto far-se-á somente durante o *Grande Cenáculo*. Porém, jamais se tocará naquilo que constitui o "fundamental" do carisma.

Imaculada, Sábado Santo de 1998 (11ABRIL)

Padre Jorge Casimiro Congo

Anexo 14: Linhas fundamentais da
espiritualidade de *Lutâmbi*

Lutâmbi Lu yesu

I

capítulo

Deus precisa do Homem

Deus ao criar não precisou de ninguém e de nada. Tudo nasce pela força da sua Palavra e ao simples mando da sua voz. No entanto, enquanto com os outros seres Deus usa a palavra (faça-se), no momento de criar o Homem, Deus convoca uma reunião (nkóto) para deliberar como ele será: *Façamos o homem à nossa imagem, como nossa semelhança* (Gen. 1,26).

Deus implica-se todo no momento de trazer o homem à existência. Por isso, Yhwh age quase como o próprio homem; quase que já não basta só a voz e a palavra: *então Yhwh Deus modelou o homem com a argila do solo, insuflou em suas narinas um hálito de vida e o Homem se tornou um ser vivente* (Gen. 2,7). Daí que não há criatura feita por Deus superior ao homem: *fizeste-o pouco menos que um deus, coroando-o de glória e beleza* (Sl. 8,6). Neste sentido, é importante que um *lutâmbi* tenha em conta esta realidade. As desordens sociais, políticas e económicas nascem por não se ter isto em conta. Daí o perigo de submeter o homem às criaturas que lhe são inferiores e fazê-lo escravo. Esta consciência não deve ser um simples conhecimento ou constatação, mas algo que orienta a sua maneira de se confrontar com a vida e de relacionar-se com qualquer homem. Na verdade, aos olhos de Deus, nenhum homem é superior ao outro. Porém nem sempre isto é posto em prática. Aos olhos do mundo, as bem-aventuranças é um absurdo; é qualquer coisa de incompreensível. A vida dita-nos outra

coisa: só é importante quem é grande aos olhos das pessoas. Enquanto o Senhor da vida nos manda nunca distinguir as pessoas, incitam-nos a discriminar, mesmo dentro da comunidade. Por isso, S. Tiago chama esta grande atenção: *meus irmãos, a vossa fé em nosso Senhor Jesus Cristo glorificado não deve admitir distinção de pessoas* (Tg. 2,1). É nessa postura que qualquer *lutâmbi* se coloca diante de tantos homens que passam pela rua, pelo trabalho, pela roça, pela lavra, pela casa e pela sua vida pessoal. Qualquer Homem é homem que nasceu da palavra do Senhor (uosoko mûtu mûtu)

Ora, esta distinção está em função da própria missão do Homem: dominar sobre tudo o que Deus fez. (Gen. 1,26) e a única possibilidade para iniciar a vida (Gn. 2,46). Disto conclui-se que Deus precisa do homem para a sua actividade entre os homens. Ele aparece como aquele que deve continuar a obra da criação de Deus. Por isso, a grande preocupação pelo seu trabalhador e por aquele que representa a sua imagem visível.

II

capítulo

As atitudes do homem

Deus preocupa-se antes de tudo que o homem esteja perto de si. Por isso, actue segundo as suas orientações, mantendo o lugar que o próprio Deus lhe concedeu. Só isto justifica que lhe tenha proibido comer “daquela árvore” do jardim. Este era meio e sinal para manter esta unidade. No entanto, a história e a vida demonstram que o homem nem sempre ou quase sempre tem consciência desta sua condição. *Neste*

sentido, a primeira tentação do homem é aquela de escapar-se da influência de Deus e construir a sua vida sem Ele. Assim foi, no princípio, com Adão e Eva e assim foi acontecendo ao longa da história entre Deus e o Homem. Este sente a falta de Deus, mas Deus atrapalha-o e atrapalha os seus programas. Porém, a preocupação de Deus aumenta quando o homem mais se afasta dEle, porque sabe perfeitamente que o homem, nestas condições, acaba sempre por fugir dos caminhos da justiça, da fraternidade e do amor: *ouvistes, Senhor, os desejos dos humildes, confortastes o seu coração e os atendestes. Defendestes o direito do órfão e do oprimido, para que o homem nascido da terra não volte a espalhar o terror* (Sl.9). Sabendo perfeitamente que o homem longe de Deus tortura-se e tortura o outro, o *lutâmbi* deve ter em conta que tudo parte de si. *Uma verificação constante e permanente da distância que o separa de Deus é um exercício espiritual do carisma do Lutâmbi lu Yêzu. Todo o homem tem consciência que pode ser causa de felicidade ou de infelicidade.* Muitas vezes, descarrega-se sobre os outros a própria infelicidade, gerando um mal-estar que acaba por destruir todas as possibilidades de consolação. Por outro lado, uma razão mais forte impõe ao *lutâmbi* essa verificação: a sua condição de proclamar a Palavra. Sem essa contínua verificação, corre-se o perigo de reduzir a Palavra à própria dimensão pessoal e não a de Deus.

Dai impor-se uma dinâmica de verificação.

Ora, neste aspecto, uma pergunta é deveras importante fazer-se todos os dias: *“Que dizem os homens que eu sou?”* (Mc. 8,27b).

Jesus mesmo depois de tanto fazer, sobretudo, em obras e palavras, vê-se diante de homens e mulheres que não O

compreendem. Mesmo depois de multiplicar os pães (Mt. 15,32-39), Os fariseus e saduceus exigem um sinal vindo do céu (Mt. 16,1ss). Isto atrapalha Jesus, visto que este mal pode atingir até os discípulos. Por isso, chama-os atenção: *cuidado, acautelai-vos do fermento dos fariseus e dos saduceus.* Depois precisa: *dos seus ensinamentos* (Mt. 16,5.12). Efectivamente, a maneira de encarar Jesus por parte dos fariseus e saduceus punha em perigo toda a formação que Jesus ia dando aos seus discípulos. Esta formação só tinha em vista um objectivo: *fazer com que eles descobrissem a realidade da sua pessoa e o seu projecto.* Ora isto atrapalhava quer os discípulos quer a sua missão junto duma sociedade tão controversa como aquela judaica. Quem, por isso, podia acreditar na sua pessoa e na sua missão de enviado pelo Pai? Marcos, com uma maneira de comunicar muito simples, depois de tanta discussão à volta da personalidade de Jesus, propõe a cura do cego de Betsaida. Jesus não cura só com a sua voz e sua palavra. Leva-o, pela mão, longe das multidões. Cuspe nos olhos. Impõe-lhes as mãos. A primeira pergunta se ele via, o cego responde: *vejo as pessoas como árvores a andar.* Desta vez, Jesus coloca as mãos sobre os olhos. *O cego já via distintamente* (cf. Mc. 8, 22-26).

Nestes sinais, podemos ver o baptismo que a todos incorpora nesta Igreja de Jesus Cristo. Só entra nesta Igreja quem Jesus abre os olhos para ver a sua pessoa. No entanto, como homens que somos, isto tem uma graduação. Leva tempo. *O caminho da iluminação obedece a momentos e cada homem que se aproxima de Cristo tem o seu.* O senhor reconhece este caminho de cada uma das suas criaturas e espera, com paciência, a sua caminhada: gatinha (*utânvula*), levanta-se

(*utelama*) e anda (*uliáta*). Mas para isso, é importante que cada um dê primeiro uma resposta à pergunta de Jesus.

a) Resposta das pessoas

Todos acorremos às mesmas igrejas; andamos quase nas mesmas ruas e praças; frequentamos os mesmos hospitais e temos mais ou menos os mesmos problemas, sobretudo, aqueles vindos da situação social e política. Quase que sem querer nos encontramos todos com a mesma maneira de rezar e sentir Deus. A resposta dos discípulos fundamenta-se nas figuras de fé que eles conheciam: João Baptista, Elias ou qualquer outro profeta. João Baptista pelas suas obras e pelas suas palavras que congregavam multidão de pessoas de toda a espécie. Ele confundia-se com Jesus. Elias era quem o povo esperava para trazer a libertação final ao povo de Judeu; finalmente os discursos de Jesus podiam parecer a dos profetas que, no passado, se opunham aos desvios da lei, ao culto dos ídolos, a tirania e ditadura dos reis. *Jesus era isso tudo, mas mais do que isso; o Filho de Deus; a presença do Pai; a revelação dos desígnios de Deus, escondidos desde os tempos passados.* No entanto, a multidão que corria desenfreada atrás de Jesus, à procura de milagres, jamais conseguiu apreender quem era Jesus. Havia muita confusão nas suas palavras. Por isso, se chateava com as suas palavras e nos momentos mais cruciais misturou-se com os seus inimigos e gritou com eles para que o matassem. Esta é a multidão do tempo de Jesus. Hoje, cada aldeia, vila ou cidade tem o seu Jesus Cristo; cada bairro ou casa tem o seu Jesus Cristo e todos pensam que a sua maneira é a mais certa, sobretudo, se daí recebeu alguma graça.

Muitas são as causas dos desvios e da manutenção duma maneira falsa de ver, sentir e rezar Jesus Cristo. Quais são na nossa multidão?

1º A maneira do povo pensar a vida

O encontro com Cristo deve levar o homem a pensar seriamente a sua vida. Isto aconteceu com todos que tiveram uma experiência muito forte com Ele. Isto levou Paulo a afirmar que não era ele que vivia, mas Cristo que vivia nele. No entanto, isto tem-se verificado dum modo assaz reduzido na medida em que muitos pensam que é capa ou coberta que se põe por cima. Daí que os pontos de referência da vida, sobretudo, em momentos difíceis, permanecem os mesmos: sofro porque alguém me fez mal. Não tenho sorte porque alguém anda atrás de mim. Não existe morte natural. Neste aspecto, continuam intactos no coração de muitos as forças das trevas: *isômbe; thuâdi, libuka, baktsi ba m'lango, m'tambu, bakulu, likambi li pânha, ndóchie, uvêla, etc.* Todas estes ídolos continuam a ter as suas velas bem acesas no coração de muitos que se dizem cristãos e católicos; frequentam as igrejas e estão bem firmes nos movimentos de apostolado e carregam o lenço em qualquer actividade da comunidade; confessam e comungam. Neste sentido, entra em crise o sentido da cruz, a morte e a ressurreição de Jesus Cristo. A cruz traduz antes de tudo uma condição natural da vida das pessoas. Cada homem carrega na sua vida quotidiana a semente da própria cruz isto é, o peso deste corpo, que, a qualquer momento, desfunciona; os desafios da própria incompreensão de outrem. *Cada época cria as suas cruzes e ergue os seus calvários.* Ora, a maneira de vivê-la, a cruz, varia de pessoa a pessoa. São elementos importantes o equilíbrio humano e aquele psicológico ou interior. Neste

sentido, no âmbito da formação do *Lutâmbi lu Yêzu*, deve-se-á ter em conta esta parte do homem para não se ter pessoas desequilibradas no seu seio que possam, futuramente, dar origem a problemas graves ou que não possam evoluir a nível humano e espiritual. No entanto, uma atitude fundamental é importante ter-se aquela de Jesus: a cruz em função da vida: quem quiser salvar a própria vida, vai perdê-la, mas o que perder a sua vida por causa de mim, vai encontrá-la. *De facto, que aproveitará ao homem se ganhar o mundo inteiro mas arruinar a sua vida?* (Mt. 16, 24-26). Isto parece incompreensível e difícil de aceitar-se: *quem quiser ganhar, perde e quem perde, ganha*. No entanto, a própria vida nos ensina e mostra: todas as soluções que parecem resolver os problemas da nossa vida e, sobretudo, aqueles que passam pelos “caminhos das trevas”, acabam sempre por matar quem as pratica porque nunca dão solução definitiva e trazem divisões e mais outros males. Por outro lado, a mesma vida nos ensina que nem sempre os que têm são os mais felizes; aqueles que dão mostras de transformar Deus em algo inútil são os mais alegres e nem sempre quem mais se preocupa ou se afana está melhor ou consegue mais na vida. Ora, aqueles que acreditam e não chegam às últimas consequências acabam por ter os maiores conflitos: não recebem o que pedem a esse Deus que dizem que acreditam mas que, efectivamente, não acreditam. Por isso, *a fé não se compadece com os meios termos, a meia alma, o meio compromisso, a meia doação*. Em consequência, a cruz, sem Cristo, gera desânimo, revolta e desespero. Com Cristo, faz brotar a paciência, a força, a determinação, a compreensão, o discernimento. Finalmente, a morte e a ressurreição entram em crise porque se a cruz não gera a vida todo o sacrifício que, eventualmente, tivermos feito é desvalorizado porque

acaba por não ter sentido. Enfim, as forças do mal continuarão a ter muito poder sobre a mente, a alma, a vida porque não se acredita que Cristo submeteu tudo aos seus pés, inclusive a morte. Ora, sabe-se perfeitamente que todos estes desvãos a finalidade é viver. *No entanto, se viver não está em função da vida para os outros também não tem sentido. Paulo diz que: para mim o viver é Cristo e o morrer é lucro. Mas, se o viver na carne me dá ocasião para o trabalho frutífero, não sei bem o que escolher. Sinto-me num dilema: o meu desejo é partir e ir estar com Cristo, pois isso é me muito melhor. Mas o permanecer na carne é mais necessário por vossa causa.* (Flp. 1, 21-25). É verdade, que os impulsos da tradição nos oprimem não só porque pertencemos a essa cultura mas também pela influência dos problemas pessoais e pela pressão do meio e das nossas famílias. No entanto, uma coisa é certa que deixar-se nas mãos de Cristo é o caminho mais certo. Todo o membro do *Lutâmbi* deve ter em mente que não deve deixar sombra de dúvida na sua maneira de actuar em relação a essa questão. Cristo é sim a Verdade.

Isto exige convicção na Palavra. Esta é a força do *Lutâmbi* no meio de testemunhos tão convincentes dos filhos das trevas. Mas esta Palavra deve ser defendida com atitudes muito claras e determinadas. Isto parte do seio familiar que, frequentemente, recorrem a práticas obscuras à procura de soluções para os problemas que afligem a família. Por outro lado, é necessário que a doutrina do *lutâmbi*, instruído pela palavra, seja sem ambiguidade. Enfim, é importante que o *Lutâmbi* se prepare para viver só; suportar a exclusão e finalmente aguentar acusações directas e infundadas. A Palavra gera a cruz. A cruz vivida com dignidade gera a ressurreição.

2º Os falsos profetas

Sabemos que Deus fala a quem quer e como quer. Porém diz S. João: *não acrediteis em qualquer espírito, mas examinai os espíritos para ver se são de Deus, pois muitos falsos profetas vieram ao mundo. Nisto reconhecemos o espírito de Deus: todo o espírito que confessa que Jesus Cristo veio na carne é de Deus e todo o espírito que não confessa Jesus não é de Deus* (1Jo.4,1-3). Não há dúvida, que Cristo é a referência para sabermos onde pomos o pé. Porém, não basta só o nome de Cristo, porque muitos desses pregoeiros pronunciavam antes de tudo e acima de tudo este nome. No entanto, falsificam-no, transformando-o à dimensão dos seus interesses e da sua concupiscência (2Pd. 3,1s). Neste aspecto S. Pedro chama atenção: *houve, contudo, no passado falsos profetas no seio do povo, como haverá entre vós falsos mestres, os quais trarão heresias perniciosas, negando o senhor que os resgatou e trazendo sobre si repentina destruição. Muitos seguirão as suas doutrinas dissolutas e, por causa deles, o caminho da verdade cairá em descrédito. Por avareza, procurarão, com discursos fingidos, fazer de vós objecto de negócios* (2Pd. 2,1-3).

A confusão e a força desses falsos mestres encontra terreno fértil em homens atrapalhados com a vida; desprovidos de raízes e sem fé esclarecida. Neste sentido, o *lutâmbi* deve ter isto em conta quando olha para o homem; quando fala com o conhecido e o desconhecido e finalmente quando contacta com tantos homens com os quais se sente solidário em tantas situações. Por isso, a qualquer *lutâmbi* se exige, primeiro, e antes de tudo **que se afaste da confusão dos desesperados que pensam ser a única solução recorrer a essas casas onde Cristo nunca ressuscitou**. Segundo, diante dessa

situação, é a cada *lutâmbi* que Cristo dirige a segunda pergunta: *E vós quem dizeis que eu sou?* (Mc.8,29).

A resposta é pessoal e colectiva. Pessoal na medida em que cada *lutâmbi* tem o dever de verificar até que ponto chegou a assumir uma imagem mais esclarecida de Jesus Cristo. Colectiva, tendo em conta que um carisma só tem sentido se houver também um testemunho da própria comunidade na sua maneira de encarar o mundo e a sociedade; o bairro e a família e finalmente no seu modo de viver e estar na Igreja. A resposta tem de vir de duas realidades:

1º O crescimento da consciência da fé.

Esta vem da formação. Ninguém pode amar aquilo que não conhece. Nenhum *lutâmbi*, anunciador da palavra e esclarecedor da palavra pode pôr-se a caminho da evangelização se ele próprio não conhece a palavra e não se alimenta dela. **A ignorância da palavra gera confusão e transforma o *lutâmbi* lu Yêzu em *lutâmbi* pessoal**. Aí o perigo de entrar no caminho dos falsos profetas que se pretende combater. Neste sentido, impõe-se a cada *lutâmbi* a **leitura diária e frequente da Sagrada Escritura** para aí buscar não só o conhecimento mas, sobretudo, a vida que deve transparecer nas palavras que proclama. As pessoas apercebem-se rapidamente se as palavras são pessoais ou são do Espírito. Isto vê-se logo do modo como reflectimos e respondemos às suas inquietações. Todo o homem em aflição corre o risco de querer ouvir o que ele quer que lhe digam. Normalmente, a tentação que muitos têm, principalmente, os pregoeiros do falso deus, é precisamente fazer isso para cativar corações e serem famosos. Certamente que pode colher e têm colhido resultados, mas duram muito pouco já que, a um determinado momento, sentem-se frustrados e

cansados com a mesma linguagem e as mesmas soluções: *chama o tio, chama a família, marido nocturno; mulher nocturno; bakilu etc...*

2º O crescimento da consciência da mudança.

Se a resposta de Pedro não foi fruto da carne nem do sangue, a mesma coisa será para um verdadeiro *lutâmbi* que anuncia a palavra. Efectivamente, se ela for fruto da revelação do Pai, o *lutâmbi* não pode ficar indiferente com a sua própria vida. Uma das grandes interrogações que cada *lutâmbi* deve pôr-se é esta: *o que deixei desde que me decidi ser um lutâmbi visível de Jesus?* A resposta é pessoal, porque só nós mesmos sabemos o que realmente somos. No entanto, é importante o que os outros que caminham connosco pensam de nós. Neste sentido, é benéfico que haja espaços de confidência com alguém que se confia para lhe dizer: *meu irmão que dizes que eu sou?* Por isso, a correcção fraterna, no segredo e no silêncio é um factor de estabilidade emocional no seio do *Lutâmbi lu Yêzu*. Diante de tantos desafios que os falsos profetas nos colocam, é importante que nenhum *lutâmbi* duvide como Pedro que pode andar sobre a água ou que nenhum *lutâmbi* se assuste durante a calema, pensando que Jesus dorme.

**

III Capítulo

As etapas da transformação do discípulo

O *Lutâmbi lu Yêzu* tem como fonte de inspiração da palavra que proclama a própria figura de Jesus Cristo. Ele o grande Libertador (Jo.8,32) que nos conduz a Ele próprio que é o **Caminho**, a **Verdade** e a **Vida** (Jo.14,6). Se Cristo é a meta, o grupo dos discípulos é a experiência vivida de todo e qualquer discípulo.

O encontro de qualquer discípulo com Jesus foi sempre uma grande novidade e seguido de um grande gesto de generosidade. Deixaram tudo e seguiram-no, dizem os evangelistas. Mas isto não basta. Todos os discípulos passaram por uma grande escola para descobrir quem era Jesus. Isto não foi fácil nem para Cristo nem para os discípulos.

Vamos traçar as **etapas de transformação** através deste grande grupo (setenta e dois Lc.10), que ficou reduzido a doze e depois a onze.

Os evangelista mostram-nos que Jesus, ao iniciar a sua missão, era seguido por uma grande multidão, que até atrapalhava a sua família. Uma multidão entusiasta, que se sacrificava durante três ou mais dias sem comer e em pleno deserto. Em todos os evangelhos, vemos que pouco a pouco ela vai diminuindo. Num determinado momento até O abandonam: Muitos dos seus discípulos, ouvindo-o disseram: *essa palavra é dura! Quem pode escutá-la? Compreendendo que seus discípulos murmuravam por causa disso, Jesus lhes disse: isto vos escandaliza?* (Jo. 6, 60). Diante disto S. João diz que a partir daí muitos discípulos **voltaram atrás** e não

andavam mais com Ele. (Jo. 6,66). No entanto, Pedro proclama: *Senhor, a quem iremos? Tens palavras de vida eterna e nós cremos e reconhecemos que tu és o santo de Deus* (Jo. 6, 68). No entanto, para Pedro chegar até a essa confissão de fé muito caminho andou. Diante disto, a multidão foi diminuindo e os encontros de Jesus com o seus doze discípulos foi aumentando. Jesus sentia a necessidade de estar a sós com eles. É precisamente aí que se verificam as grandes transformações que Jesus, pacientemente, esperava deles. Esta transformação era em função da sua missão, visto que Ele não veio para fazer a sua vontade mas aquela do Pai. A sua missão ficou já clara e determinada logo no início da sua obra: *o Filho do Homem deve sofrer muito, ser rejeitado pelos anciãos, pelos chefes dos sacerdotes e pelos escribas, ser morto e, depois de três dias, ressuscitar* (Mc. 8, 31). Neste sentido, a transformação era em função da aceitação ou não da cruz.

IV

capítulo

Tornar-se simples

Marcos mostra-nos, neste capítulo, que logo no início, Jesus faz a *segunda multiplicação dos pães* (8,1-10) e *cura um cego em Betsaida* (8, 22-26). Por isso, este anúncio da paixão foi precedida por uma grande manifestação da palavra forte e potente de Jesus. Portanto, era qualquer coisa de incompreensível que um homem daqueles tão poderoso se deixasse dominar. Pedro e os outros não entendiam. A recusa dos discípulos, tendo Pedro como porta-voz, é

compreensível, humanamente falando, mas sem sentido tendo em conta a sua profissão de fé.

Estava em jogo a **fama** e esta incompatível com a cruz. A procura da fama pessoal é origem de muitos males; desde a megalomania ao uso de métodos duvidosos para a conseguir. Jesus sentiu profundamente, na sua vida, esta tentação, quando satanás lhe pede para se colocar sobre o pináculo do templo e dar um espectáculo a todos que estavam no pátio do mesmo. Porém, Jesus tem uma resposta que lhe vem da própria Escritura: *não tentarás ao Senhor teu Deus* (Mt. 4, 5-7). O **exibicionismo** que acompanha normalmente o caçador da fama, leva-o a expor-se constantemente. Esta atitude faz-lo prisioneiro de si mesmo e escravo da sua própria carne e torna-se medíocre ao viver de superficialidade; des preocupado em cultivar o interior, ficando-se só na exterioridade. Neste sentido, ele é satanás (Mc. 8,33b) visto que transporta consigo mesmo a semente da divisão. *O que significa isto tudo para um lutâmbi?*

A vida constrói-se seguindo o normal da vida. Esta é a grande mensagem que um anunciador do evangelho pode apresentar sem muita dificuldade e fonte para, interiormente, estar disponível a aceitar os grandes imprevistos da vida. É difícil atingir a profundidade da bem-aventurança que diz: *bem-aventurados os mansos porque herdarão a terra* (Mt.5,4). Não há dúvida, que é ilusória a primazia daqueles que se expõem e se mostram a toda a hora e momento e que dão a impressão de dominarem tudo e todos. É falsa a segurança que mostram.

está só em ter vendido Jesus aos seus inimigos mas, sobretudo, em não ter acreditado em Jesus. A traição não foi pontual, mas preparada por uma série de atitudes que o conduziram até à acção final e dramática: *vender Jesus por trinta moedas*. João, como bom examinador de consciências, dita o que levou Judas a trair Jesus: *então Judas Iscariotes, um dos discípulos, (disse): Por que não se vendeu este perfume por trezentos denários para os dar aos pobres? Ele disse isso, não porque se preocupasse com os pobres, mas porque era ladrão e, tendo a bolsa comum, roubava o que aí era colocado* (12, 4-8).

O que significa isto tudo para um lutâmbi?

Todos aqueles que se puseram ao serviço do evangelho e não se tornaram servos, acabaram por servir-se do mesmo evangelho, fazendo das ovelhas de Cristo suas ovelhas que matam e comem quando bem lhes apetece. Porém, a vida nos mostra que têm pouca dura. Daí que Jesus propõe o espírito de pobreza e de desprendimento como disposição exterior e interior para um verdadeiro anunciador da palavra (Lc. 10)

VII

capítulo

A atitude orante

O Lutâmbi é o homem de oração. A sua vida é uma contínua oração já que a Palavra não ungida com a oração é vazia e seca; impessoal e sem vida; cheia de palavras bonitas mas vazia de calor espiritual.

Duas atitudes fundamentais obrigam o *Lutâmbi* a ter esta atitude orante: primeiro, a sua condição de “catequista”, sempre disponível no meio em que estiver, a toda a hora e momento; a tempo e contra tempo, oportuno e inoportunamente a *fazer arder os corações através da revelação da Escritura* (Lc.24, 32). A oração, neste sentido, faz com que o Lutâmbi ponha as suas palavras dependentes daquelas de Jesus. Isto, em consequência, fã-lo-á humilde colocando-se como simples instrumento nas mãos de Deus: *eu também sou apenas um homem* (Act. 10, 26b) . Isto é muito importante na medida em que coloca o orante à disposição de Deus que tem o seu tempo, momento e soluções.

Segundo, para compreender, como Jesus, toda a dinâmica orante. Quando Jesus ora? Como Jesus ora?

Estas duas perguntas são fundamentais para situar o *Lutâmbi* que ora.

a) Quando Jesus ora?

Passando os olhos pelos evangelhos vemos que Jesus procura a oração para fugir ao entusiasmo da multidão que lhe pretendem que saia do programa do Pai. Um caminho de simplicidade e de humildade. Instado a assumir uma posição de comandante e de líder, foge para o monte e metes-se só com o Pai em oração. A mesma humildade, por isso, sempre nas mãos do Pai. Depois de tanto milagre, de tanta lição, Jesus encontra-se só diante de tantas dúvidas dos discípulos. Não acreditam nEle. Sobe ao monte para estar com o pai. Ora. Finalmente, quando Judas tem já o seu programa organizado e o aperto dos inimigos de Jesus tinham já preparado a sua morte, a Jesus não lhe chegam o afecto de Pedro, Tiago e João. Separa-se deles. Pede-lhes que orem

VIII capítulo

Os membros do *Lutâmbi*

O tempo e assunção do carisma contam na vida pessoal de cada membro. Daí que eles se dividem em três categorias:

1º Bilalânda

São as crianças incorporadas na espiritualidade de Lutâmbi. É evidente, que entram no Lutâmbi levadas por alguém da espiritualidade. Não têm a mínima consciência das exigências. Mas cheias de entusiasmo, talvez pela beleza do lenço e pela possibilidade de novas relações com pessoas da mesma idade, fora do âmbito de bairro e talvez da escola. Neste sentido, é importante que se mantenha uma relação muito estreita com elas. É salutar que, uma vez ou outra, se faça um encontro com os pais das crianças para uma verificação do seu crescimento humano. Porém, que estes encontros não sejam simplesmente para um pretensão inquérito, mas uma possibilidade para estabelecer laços de amizade com as famílias. Neste sentido, seria bom pensar em organizar visitas às famílias dos **bilalânda**, feitas pelo responsável. Deste modo, ter-se-á a imagem do lugar onde vivem e dos seus reais problemas. Por outro lado, todas elas devem estar integradas na catequese da comunidade. Procure-se que aquelas com mais de sete anos façam a primeira comunhão. Isto ajuda de sobremaneira o seu crescimento humano e espiritual. Que nenhum membro pense que os bilalânda são uma peça decorativa no interior da

espiritualidade. São o presente e o futuro uma vez que representam a parte com maior possibilidade de ir digerindo a alma do Lutâmbi.

2º Bantâmba (Batâmbi)

São aqueles membros que pelo tempo ainda não conhecem a espiritualidade do *Lutâmbi*. É um tempo de preparação. É a primeira etapa de crescimento a nível da espiritualidade *Lutâmbi*. Por isso, é importante que a sua integração se faça de um modo gradual. Por isso, que eles compreendam antes de tudo quais os elementos essenciais da espiritualidade. Por outro lado, é necessário que, logo no princípio, a comissão de *Banduênje* faça um discernimento dos novos membros. Esta verificação pode ser feita durante os primeiros meses. Quais as atitudes de um *m'itâmbi*?

1º Mestre, onde moras? (Jo. 1,26)

Esta é a interrogação e o pedido que os discípulos de João fazem a Jesus. Desligam-se do seu passado e das suas seguranças e certezas e querem seguir Jesus que não tem toca nem ninho como as raposas e os passarinhos. Esta atitude é importante num *m'itâmbi* na medida em que o prepara para uma nova caminhada. É salutar que um *m'itâmbi* tenha este entusiasmo inicial. Isto leva-os a contagiar outros que deixou no bairro, no ambiente de serviço etc. *Quem é o mestre para um m'itâmbi?* É indiscutível que seja Jesus, mas, visivelmente, está aquele “lutâmbi” mais antigo. Neste sentido, o testemunho de vida dos mais-velhos na espiritualidade é importante para a entrada e permanência dos mais novos. Daí as responsabilidades acrescidas dos mais antigos, sobretudo, dos basíkama.

permanentes do evangelho, continuará sempre o mesmo e não trará nada de novo à espiritualidade.

4º *Deixar-se conduzir por Jesus*

Ora, é através destas interrogações de Jesus que o lutâmbi se abre à voz e as orientações dEle. Para o lutâmbi verificar e verificar-se até que pondo se deixou “conduzir” pelo Mestre deve ver o que deixou da sua vida passada e o que, realmente, assumiu, de forte, de santo na sua vida. Isto tem influência no falar, agir e relacionar-se com os irmãos e o mundo.

IX

capítulo

O lugar do *lutâmbi* na comunidade

A Igreja de Cristo é imensa e os carismas do Espírito são muitos. No entanto, é importante que cada um na Igreja assuma o seu lugar e o seu serviço para o enriquecimento e a unificação da mesma Igreja. Neste sentido, o Lutâmbi é o **catequista** por excelência. Por isso, ser catequista para o lutâmbi é uma atitude permanente na sua vida. No entanto, é preciso distinguir duas coisas assaz importantes:

a) **A catequese como (transmissão de) conteúdo.** Esta é aquela através da qual se transmite os ensinamentos básicos da nossa fé e valores de um modo sistemático. É a catequese como serviço na comunidade e à comunidade Ora, esta catequese é mais organizada, mais centrada sobre temas, métodos e paroquial ou melhor eclesial. Para este

trabalho, são escolhidos alguns membros da comunidade para desempenharem esta função. Ela é muito importante na medida em que forma o ser e o agir do católico e é o meio mais eficaz de ir modelando as gerações segundo aqueles princípios. Por outro lado, já que a catequese é fundamentalmente para adultos, ela não deixa de ser meio imprescindível para a transmissão dos valores essenciais da fé cristã às gerações que se vão sucedendo no interior da comunidade católica.

b) **A catequese da vida (existencial)**

Esta tem como base uma grande unção espiritual que se mistura como uma grande experiência e maturidade humanas. Se a primeira catequese é organizada com e conteúdos bem definidos, esta, a existencial, ultrapassa-a na medida em que não tem lugar, nem espaço ou grupos determinados, onde o espiritual influencia todo o agir e ser humanos. Ela é para todos os lugares, todos os espaços e para qualquer homem. Ela é para o analfabeto e para o intelectual. É aquela catequese que se confunde com um bom conselho a um amigo ou amiga. Aqui a grande importância da espiritualidade lutambiana. Isto parece fácil, mas é o mais difícil na medida em que tem de ultrapassar a maneira popular, amiguista e familiarista de encarar os problemas. Por outro lado, isto exige do lutâmbi uma grande capacidade de “estar” e “não estar” entre os homens; uma grande capacidade de discernimento e de não se meter na confusão das multidões. Neste sentido, o *lutâmbi* pretende ser o discípulo amado de Jesus, que reencostou a sua cabeça no peito de Jesus para lhe sentir as angústias. Por isso, o padroeiro do *Lutâmbi* é *S. João, celebrado no dia 27 de Dezembro*. Por outro lado, este discípulo é enviado para

proclamar o seu testemunho e fazer com que o Mundo acredite que Jesus é a **última solução** para os problemas dos homens e o **Único** Salvador.

Neste sentido, todo o *lutâmbi*, como mensageiro de Jesus Cristo, é obrigado a confrontar-se permanentemente com o seu Mestre. Daí que o *dia de Cesareia e Filipe ou simplesmente Cesareia (kilú ki Seza)* é um dos momentos mais importantes na vida do *Lutâmbi*.

X capítulo

O dia de Cesareia

a) Sua teologia

Olhando para os evangelhos, verificamos, em pequenos detalhes, o sofrimento de Jesus; a sua amargura diante dos seus discípulos. Estes, duros de cabeça e de memória; longe do Filho do homem. Frequentemente, Jesus tenta levá-los a conhecerem-no melhor e aceitarem a sua pessoa e o seu programa que recebeu do Pai. Neste caso, o *encontro de Cesareia* é muito importante. No evangelho de Marcos, é um momento muito importante. A mesma coisa em Mateus (16,12) e em Lucas (9,18). Uma enorme multidão seguia Jesus com grandes milagres (cfr. Mc.8,1s). Mas também surgiam os problemas de desconfiança sobre a pessoa de Jesus e os ataques dos fariseus: *apareceram os fariseus e começaram a discutir com Ele, pedindo-lhe um sinal do céu para o pôr à prova* (Mc. 8,11). Marcos pressentiu o perigo da influência destes problemas e doutrinas no meio do povo mas, sobretudo, no meio dos discípulos. Por isso, Jesus chama atenção para o perigo do “fermento” dos fariseus que

pode influenciar toda a comunidade dos discípulos (8,14-22). Neste sentido, Marcos propõe a cura do cego de Betsaida (8,22-26): Jesus usa as mãos como jávê fez no início na criação do homem. O cego recupera gradualmente a vista. Conclusão: *só segue Jesus quem* Ele abre os olhos e se deixa ir educando. Depois disto, Jesus põe os seus discípulos à prova: Quem dizem os homens que eu sou? Jesus é como os famosos israelitas do passado. A mesma pergunta, agora para os discípulos. Pedro responde realmente quem era Jesus. Messias. No entanto, a resposta de Pedro é vazia, quando não assume o programa da paixão de Jesus e pretende transformar Jesus no Messias político. Tem os interesses de satanás.

Uma vez proclamada a messianidade de Jesus por Pedro, apesar da sua relutância em aceitar que era diferente daqueles que surgiram na história de Jesus como Teudas e outros, os discípulos, aqueles a quem Ele bem quis (Mc. 3) entram numa longa caminhada de formação. Era necessário que se conformassem com a Palavra e o Programa do Mais velho e se habituassem ao confronto com Ele.

b) Cesareia e Lutâmbi/celebração

A vida comunitária é um contínuo confronto com os irmãos e cada membro consigo mesmo tendo em conta a maneira de ser e de estar do *Lutâmbi* isto é, o seu **carisma**. Por isso, todos os membros são postos à prova para uma caminhada mais fraterna na medida em que cada membro se renova e a comunidade também: Daí que o *Lutâmbi* deverá arranjar um dia de repouso para se interrogar, como movimento e como membro, o “**que dizem os homens que nós e eu somos**.” Neste sentido, o dia de Cesareia é um momento de revisão de vida, de reconciliação e de tomada de decisões pessoais e colectivas.

c) A escala de Cesareia

O Cesareia divide-se duas partes

c.1 Mensal

Este realiza-se mensalmente quer a nível dos subgrupos quer a nível de todo o movimento. Serve fundamentalmente para uma revisão de vida pessoal e do grupo em função de uma verdadeira fraternidade. Deve ser um dia de encontro fraterno e de alegria. Ninguém queira transformar este dia numa ocasião para piadas e para julgamentos sumários. É proibido tirar para fora de Cesareia qualquer assunto que aí se tenha tratado. Quem for apanhado a fazê-lo ser-lhe-á vetado a participação até que se corrija e tenha a capacidade para o segredo e para a discrição.

d) A estrutura do Cesareia

- 1 - Eucaristia ou (liturgia da palavra)
 - 2 - Assembleia
 - 3 - Abraço da paz
 - 4 - Benção (se estiver o capelão)
- No fim reza-se, em comum, o salmo 1.

Kasémua na mûtu

Uimânga lândangana lilônje li baváda

Vo ti kisi sikama mu nzila i Basúmuka

Vo ti kisi kála va ngânda badésuka

Vanji xi nhênze ziandi muna m'kâka u Yâve

Ai ukueíndulânda m' siku andi.

M'sambu mônho

Mamuêne Tâta

Nje utîla va lusêlu luitu;

Luzîngu ai lifua;

Mbôte ai mbi.

Tuibîla luzîngu , vanji tuisôla lifua;

Tuitômba mbôte, vanji tuisálila mbi.

Kaza Tâta, befu kuaba.

Tuilêka mbêmbu aku, buinji tusichika

Maîndu mitu; tulânda nziláku

buinji tivua mônho.

A Muêne, mu muîndáku tumóna u muînda.

Bá mu muá'aku ai mu Muêla Sântu lichielika ai luzîngu luitu:Amên.



A2. De eleição

Este realizar-se de três em três anos para se rever a espiritualidade do movimento e eleger os responsáveis. Deverá ser minuciosamente preparado pela equipa que estiver a orientar o movimento. Tomar-se-á o tempo necessário para o estudo e reflexão dos problemas e desafios que se põem ao movimento. Só poderão participar na referida reunião e serem eleitos os basíkama.

**

IX capítulo

A Organização Lutâmbi

1º *M'sudikisi (Orientador) Diocesano*

É o responsável do Movimento *Lutâmbi*. É escolhido através de uma votação livre dos seus membros, durante o Cesareia de eleição. O seu mandato é de três anos, renováveis apenas uma vez.

2º *M'sudikisi regional*¹

É o responsável de uma determinada área. Por questões de ordem prática, o M'sudikisi da área de Chiôa será automaticamente o adjunto daquele diocesano.

3º *A Comissão diocesana*

É aquela formada pelos responsáveis diocesanos e aqueles regionais (m'sudikisi, tesoureiro e o secretário). Dependerá do próprio movimento a decisão da periodicidade das reuniões da CD.

4º *A equipa dos evangelizadores*

São os responsáveis pela formação dos membros no tocante à espiritualidade lutambiana.

¹ O M'sudikisi regional da área de Chiôa, uma vez próximo daquele diocesano e seu adjunto, às vezes, perde espaço e autoridade, dominado pela figura do diocesano. Por isso, é importante que se determine muito bem quer a área regional quer aquela diocesana.

5º *M'sudikisi (basúlikisi) muânza*
É o responsável dum subgrupo.

6º *Secretário diocesano*

É o responsável pela vida administrativa do movimento. Será votado.

7º *Tesoureiro diocesano*

É o responsável pela vida económica e financeira do *Lutâmbi*. Será votado. Este, em todos os cesareias, deverá apresentar o estado das finanças do movimento. Procurará, por outro lado, controlar toda a contabilidade dos subgrupos.

N.b. *Os subgrupos deverão ter também os seus secretários e tesoureiros nomeados pelo M'sudikisi diocesano, ouvido o M'sudikisi do subgrupo.*

8º *Os Banduênje*

Formado por alguns membros (não mais de três) escolhidos em Cesareia, mais os misúdikisi. Estes são os responsáveis para discernir as questões mais importantes do Movimento. Poderão, por outro lado, desempenhar a função de reconciliadores a pedido dos litigantes ou, se, eventualmente, verificar-se uma situação de difícil aproximação.

X

Os principais serviços

1º Serviço de discernimento

Tem a função de velar pelo andamento da espiritualidade. Por outro lado, pode e deve desempenhar a função de reconciliar irmãos desavindos, sobretudo, quando os intervenientes pedirem-no. É orientado pelo responsável dos Banduênje.

2º Serviço de louvor

Compete organizar e velar pela vida de oração e litúrgica da espiritualidade.

3º Serviço luiámukusu

Compete preparar, organizar a campanha de evangelização e de intervenção evangélica em casos pontuais, como a resolução de problemas a nível de famílias e de grupos. Será orientado pelo responsável dos evangelizadores.

4º Serviço luzólo

É aquele que se encarregue pela ajuda aos irmãos e os mais necessitados (visita aos hospitalares, velhos, doentes etc).

n.b. Todos os responsáveis desses serviços deverão, em princípio, ser eleitos, ou, possivelmente, terem o consenso dos irmãos.

**

XI

Capítulo

Os vários rituais

(I)

Recepção do lenço

Ms. Tâta M'pelu tukulômba m'sua buingi tuthétika zi khomba zitu azibezi kidîmbu ki kikâba ki *Lutâmbi*

Ms. Tâta M'pêlu, *tukulînda m'sua buinji tuthétika zi nkómba zitu azi chia ilîmbu chi Lutâmbi.*

Mp. Tâta M'sudikisi, bo tîdi batâmbula kidîmbu beni, zebi moti basikama mu diâmbu di Nzâmbi?

Mp. Tâta M'sulikisi, obo zolêze batâmbula ilîmbu bene, zabizi monti basikama muna liâmbu li Nzâmbi?

Ms. Ibazêbi, tâta M'pêlu.

Ms. Ibazâbizi, tâta m'pêlu

Mp. Bâmbânga mu zi khutukunu na bansâlânga kisálu ki dibûndu?

Mp. Bibânga um tukutunganu ai bisilânga isálu chi libûndu?

Ms. Bambânga na bansâlânga.

Ms. *Bibānga ai bisálānga.*

Mp. Matôndo, ie matôndo kuidi Tâta Nzâmbi

Mp. Matôndo, matôndo ke Tâta Nzâmbi.

Segue depois o chamamento dos candidatos. Estes respondem: minu kuau ilānda.

Mp. Buna bana bama, dibundu didi mukuāngalala mu kibila kinu. Vangi, muiekhāmbanu: mutidi kutôna na kitzírika kisálu ki Nzâmbi?

Mp. *Bâna bami, lia bāndu likuāngalala um ibila chinu. Vanji, nkambānu: luzóleze utôna ai uzítika isálu chi Nzâmbi?*

Bt. Tutîdi.

Bt. Tuzóleze.

Mp. Muzêbi ti kukota mu *Lutâmbi* buna luembá muînda va khati bâtu. Buau, lunkíkinina kumónisa muînda beni kuidi bó badi ku kitômbi?

Mp. *Luzábizi ti ukóta mu Lutâmbi buna luek'ibá muînda va kâti bāntu? Buau, luichichina umómisia uau ke bana baké ku itômbe?*

Bt. Tunkíkinina.

Bt. *Tuichichinai.*

Mp. Tunvútula matôndo. Tunlômba kuidi Nzâmbi, buingi kamukindisa, buingi mavânga minu mavúmusu. Mu Yêzu, Muan áku, um lubúndunu lu Muêla Sântu.

Mp. *Tuivútula matôndo. Tuilinda ke Nzâmbi buinji kaluchindisia, buinji mavânga minu mavúmusu. Mu Yêzu, Muan'aku, mu lubúndunu lu Muêla Sântu.*

Bb. Amén.

Segue-se depois a bênção dos lenços

Mamuêne, Tâta, séma (+) ngie-fêka bidîmbu abibebi. Dükudila um biau na Mfûzi mônho. Mu Yêzu, Muan'Áku, mu lubúndunu lu Muêla Sântu.

Mamuene, Tâta, séma (+) Nje-vêka ulîmbu abi. Bükuluila mu bâu ua Mfûzi mônho. Mu Yêzu Krîstu, Muan'aku, mu lubúndunu lu Muêla Sântu.

Segue depois a recepção dos lenços. Depois ajoelham-se e rezam.

Bt. Mamuêne, bá muînda u mavânga mitu mambóti. *Lutâmbi* luaku lubá nzila i luvélo lu mônho. Amén.

Bt. *Mamuêne, bá muînda u mavânga mitu mabóte. Lutâmbi* luaku lubá nzila i luvélo lu mônho. Amén.

*

(II)

SUBIDA PARA O BASÍKAMA

Esta cerimônia deve ser realizada, durante a eucaristia, depois da homilia.

Ms. Tata M'pelu, minu ai ikába chi bunduênji tuitelamena
chibânji zi nkomba zitu azi.
Tôna vana bakóta mu ikába chi *lutâmbi*, luzîngu
lukuebalukânga buna bitúmina nzila mônho kati Zêzu Kristu.

Mp. Tata M'sulikisi, Nje vêka zabîzi mamême maku ai
uivítuka chimbânji chiauku. Vanji nkambâbu.

Mp. Zabîzi mun'uzâba ti obo bik'imáka v'ibuângu chi
busíkama bau isíkimunu chi ikába chi *Lutâmbi*?

Ms. Ngete nzabîzi.

Mp. Monti zabîzi liaolio, buna zâba ivandi ti bakâmbua
usíkama bála bá itîti chibí chikúnua muna ntâdu mbôngo
imbóte?

Ms. Ngéte nzabîzi.

MP. Buna Tâta M'sulikisi ubatêla kuaku.

Ao chamamento, cada membro responderá *Kuma mbisi iála
buekuênda*

Mp. Bana bâmi iamikisianu ava lusêlu lu libûndu litêla mâna
muna lutâmbi lu Zêzu

Bas

Tuitêla mâna ti Nje utusôla buinji tukála iaku

Tuisi buekuênda kuma kumká. Ko

Tuiliâta iaku

Tuisi buetômba m'kûndi umká ko

Tuivítika liâmbu liaku

Tuisi buechiênga muînda umká ko

Tuikuênda iaku kama Kalvariu

Tuisi bûba ko nkâma bué

Vanji Mfumu ami utubuêla mâna

Mp. Matôndo ke Tâta zâmbi.

Mp. Bana bâmi, bikabu isisimika mâna minu. Benu luzábizi
ti Satana uála kulutônta muna nzála.

Ba Tuála síngama.

Mp. Uála kulutônta muna lungúndai

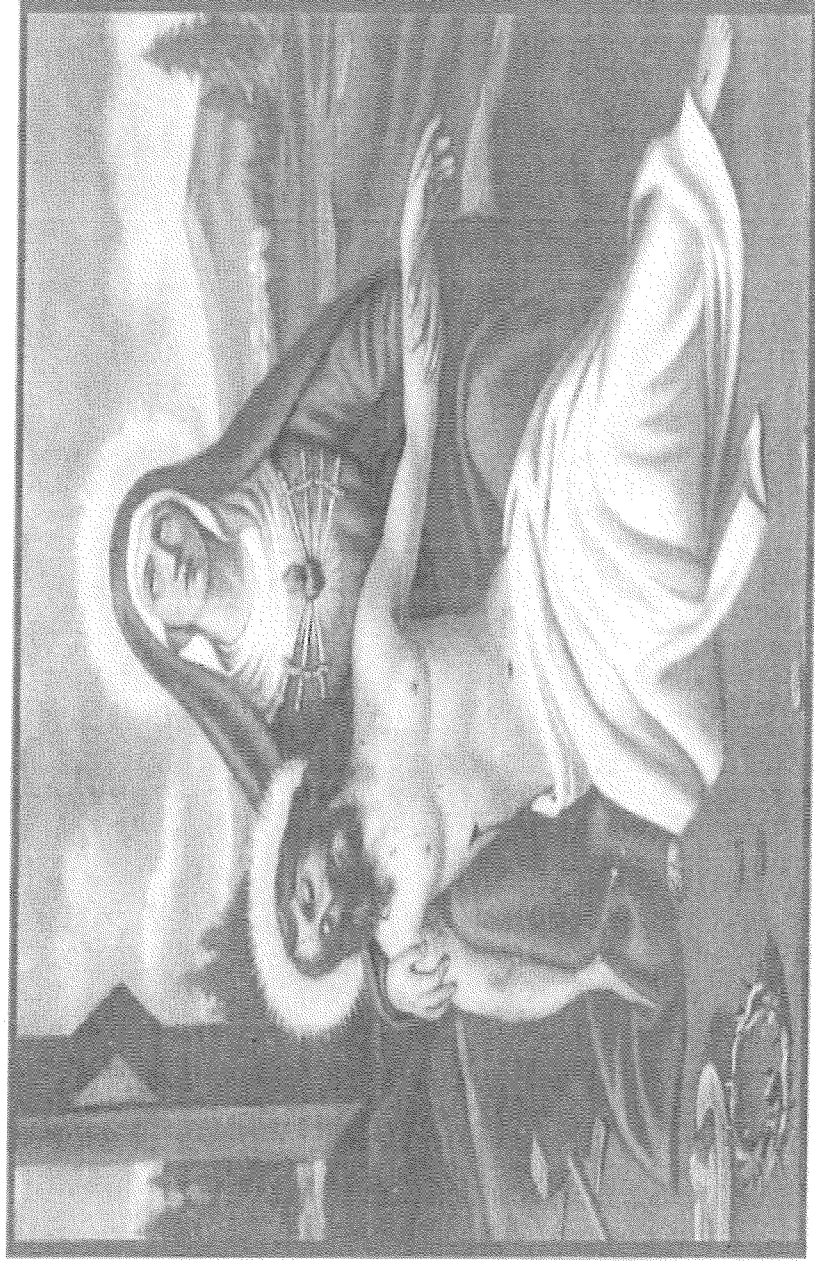
Ba . Tuála vumbama

Mp. Uála kulutônda mun'ivázi

Ba. Tuála bémbama.

Anexo 15: Estatutos da Espiritualidade
Nossa Senhora das Dores

DIOCESE DE CABINDA
ESPIRITUALIDADE NOSSA SENHORA DAS DORES



ESTATUTOS SETEMBRO/2011.

INDICE

PÁGINA

A – O PAPEL DA ESPIRITUALIDADE	2
B – HISTÓRICO	3
C – MOVIMENTO DA IGREJA	5
D – ESTATUTOS	5
FINALIDADE	5
A MISSÃO DA ESPIRITUALIDADE	5
GRAUS E COMPROMISSOS	6
ADMISSÃO DOS MEMBROS	6
CATEGORIAS	7
DEVERES.....	7
DIREITOS.....	7
ORGANIGRAMA	8
COMPOSIÇÃO DO CONGRESSO	8
FUNCIONAMENTO	8
COMPETÊNCIAS.....	9
DELIBERAÇÕES	9
DOS FUNDOS	10
MANDATO	10
DAS ORAÇÕES E DEVOÇÕES	10
INSÍGNIAS	13
CÂNTICOS	13

A. O PAPEL DA ESPIRITUALIDADE

- 1.- A Espiritualidade Nossa Senhora das Dores é uma Associação de Leigos, que tem como objectivo rezar pelos que mais sofrem, pela conversão dos pecadores, pela Igreja e seus ministros, pela intercessão da Virgem, Mãe das Dores.
2. Oração, Caridade e Amor, constituem os três pilares que sustentam todos quanto nela oram, sofrem e se dedicam para que Cristo reiune nos corações.
3. Oração, constitui o alimento da acção cristã, o caminho para encontrar Deus Pai em Cristo Jesus e, a energia capaz de transformar o homem velho em novo, A Sagrada Escritura revela-nos, que a misericórdia que Deus concede a todos quanto Nele esperam, vem da oração tal como os filhos de Israel por intercessão de Moisés, quando desceram a pé enxuto para o meio do mar vermelho, (Ex. 14,22-25), ou Ana na angústia (I Sam. 1,11;2,1-10). A oração, que os Membros das Dores depositam nas mãos de Deus Pai para alívio das suas aflições deve construir um selo de fé (Jdt. 9,2-18 ; Est. 13,9-17). A oração deve possuir a dimensão de diálogo (Actos. 2,42). Através da oração, os Membros das Dores procuram a Deus para os socorros necessários, a sua santificação e bem como a salvação de toda humanidade.
4. No Novo Testamento, Cristo, recomenda a oração aos seus Apóstolos em diversas ocasiões (), afirmando ainda que onde se encontrarem reunidos dois ou três em seu nome, lá estará Ele no meio deles (Mt. 19,19-20). Como diz Santo Agostinho “A oração é a força do homem e a fraqueza de Deus” Ela constitui a divisa que anima a vida da Espiritualidade.
5. Aderindo ao bem, a Espiritualidade, deve revestir-se de caridade para aborrecer o mal e porque com a caridade terá alegria na esperança, paciência na tributação, perseverança na oração, socorrendo os que gemem e padecem necessidades, exercendo hospitalidade, fazendo-se servidora do próximo. Nisto deve resumir a vida da Espiritualidade e dos seus membros.
6. “Junto á Cruz de Jesus estava de pé sua Mãe” (Jo. 19,29). Todo o membro das Dores, deve ter a atitude típica dos pobres de Deus: abandono, busca humilde, disponibilidade confiante, peregrinação na fé, buscar pouco a pouco o Rosto e a vontade do Pai, e deve estar ao lado do seu próximo sobretudo no sofrimento, levando alegria, porque para Deus nada é impossível (Lc. 1,37). Os membros da Espiritualidade vivem anunciando o amor de Deus aos homens e trabalhando para que se apresse no mundo o Reino de Deus. Tal atitude só será possível com amor sincero despido de artificios.

Espiritualidade Nossa Senhora Das Dores

7. Os membros da Espiritualidade têm como a primeira devoção a Eucaristia, sendo ela a fonte da vida, pois diz Cristo: ‘ ‘ Quem come a minha carne e bebe o meu sangue tem a vida eterna ‘ ‘ (Jo.6,54). Comprometem-se viver segundo o espírito de Maria e crescer em graça, rezando rosário diariamente, tendo devoção filial à Mãe das Dores, a quem devem submissão sincera, escuta total, bebendo da fonte da humildade no espírito ‘ ‘ faça-se em mim segundo a tua palavra ‘ ‘ (Lc.1,38).

8. Maria é o modelo para todo membro das Dores, cuja coragem, fortaleza e fé adulta, livra-nos também de qualquer asfixia espiritual.

9. A segunda devoção da Espiritualidade são as Lágrimas e Dores sentidas por Maria durante o suplício de Nosso Senhor Jesus Cristo na Paixão.

10. A terceira devoção são as cinco chagas de Cristo, em correspondência as cinco mulheres que participaram na primeira oração de partilha, no início da Espiritualidade.

11. São considerados como objectivos da Espiritualidade os seguintes:

- a) Oração pela Igreja e seus ministros;
- b) Oração pelos que mais sofrem e pela conversão dos pecadores;
- c) Oração pela santificação dos seus membros;
- d) Devoção a Nossa Senhora, Mãe Auxiliadora;
- e) Devoção as sete Dores de Nossa Senhora;
- f) Devoção as cinco chagas de Cristo.

12. Há três graus de compromisso na Espiritualidade, a que correspondem três categorias de membros: *Querubins, Doritas e Luzeiros*.

B. HISTÓRICO

A Espiritualidade Nossa Senhora das Dores, nasce em virtude de sua fundadora, Maria Luísa Lurdes Abreu, ter vivido alguns constrangimentos a nível de saúde e que ao longo desse tempo foi tendo revelações em sonhos e visões reais, pois tudo era místico quando ela em visões se achava a frente de uma multidão sobretudo de gente sofredora portadora de várias enfermidades. No entanto, a essa gente de todas idades se denominaria “ Nossa Senhora das Dores”.

Entretanto, anos mais tarde, sendo ela auxiliar da Irmã Catarina, nas aulas de costura numa turma de mulheres na Paróquia Nossa Senhora Rainha do Mundo e, quando se aproximasse de delas, eis que algumas em particular iam se abrindo de suas dificuldades e dores que vivia. Portanto, no inimaginável pensamento, esta, ao levar uma vela e solicitar ajuda de oração a Ir. Catarina, na comunidade Mercedária, da conversa que teve e da resposta recebida impulsionou-a a tomar atitude e convidar as Sras. Cecília Nhanje, Fátima Madia, Fátima Pereira e Rosalina Liambo, que viviam sérios problemas, para começarem a rezar o Terço em sua casa logo após as aulas de Costura. A proposta e convite foram aceites e iniciaram a rezar no dia 19 de Janeiro de 1986, por volta das 17 horas, na sala da sua casa, na rua de Moçambique.

No entanto, a partir daquela data, os encontros de oração foram sendo de segunda a sexta-feira no mesmo horário, até que em menos de 2) dois meses estranhamente começou-se a verificar algumas manifestações que se podia chamar-se de milagres, pois, era a manifestação da misericórdia de Deus e infusão do Espírito Santo no grupo. E daí em diante, aconteceram as primeiras graças, dentre elas a concepção da Sra. Rosalina, que até então, conheceu muitas dificuldades para alcançar a segunda gestação após o nascimento do seu primogénito. Com essa manifestação de Deus, começou a crescer o número de pessoas, dia a pós dia o que obrigou que saíssem da sala para um quarto que havia no fundo do quintal.

Portanto, o crescimento vertiginoso de membros no grupo era constante e os milagres eram sucessivos até, de casos que a medicina na altura não se achava solução e que só a mão de Deus pode! E como tudo era estranho, de tantos milagres num período não mais de 2 (dois) meses, a Dona Luísa, comunica o facto à Igreja a partir do Ordinário de lugar nessa altura, Dom Paulino Madeca, de feliz memória que respondeu perguntando, onde se rezava e o tempo e disse que havia de lá estar para

observar. É assim que no curto espaço de tempo, o mesmo, faz uma visita no local e acompanha toda a cessão de oração e no fim falou com a responsável dizendo: “ - Dona Luísa, continua”. Entretanto, o mesmo, fez mais 2 (duas) visitas e na terceira, disse: “ - Dona Luísa, eu te conheço desde criança e tenho confiança! Prossiga com o projecto de Deus”. Foi assim que a longa estrada se abriu.

3. Pouco – a- pouco, o grupo começou a crescer e, a maioria dos membros que aparecem apresentam graves problemas na vidas espiritual e social. A exemplo de Maria, que acompanhou a Paixão do seu Filho, também as Doritas guardavam a dor no silêncio de seus corações, o que justificou o nome de Nossa Senhora das Dores, dado ao Grupo.
4. A Espiritualidade Nossa Senhora das Dores tem como finalidade a glorificação de Deus, por meio da santificação dos seus membros, pela oração, sob a poderosa intercessão de Maria, Mãe das Dores, mediante um compromisso profundo dos membros com um estilo de vida cristã próprio. E porque a salvação de Cristo conheceu a participação de Maria e, é pelo seu “sim” no mistério da encarnação que o mundo conheceu a salvação, Maria é pois, a figura privilegiada pela qual Deus quis exaltar a sua criatura, (Lc. 1,35).
5. Orar à Deus Pai por Cristo Jesus e sob o impulso do Espírito Santo, por intercessão da Virgem Santa Maria, Mãe das Dores pelos pobres pecadores e aqueles que mais sofrem. Pois Maria, não ocupa o lugar de Deus, mas abre o caminho para Deus como nos mostra nas bodas de Caná “fazei tudo o que Ele vos mandar (Jo. 2,2-5).”
6. Porque Cristo é o anuciado pelos profetas, o Salvador do mundo (Is. 12, 1-9), por Ele todas coisas foram feitas (Jo. 1,1-3) e no baptismo e na transfiguração Deus Pai o atesta. Cristo diz com efeito “Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida [...] ninguém vai ao Pai senão por Mim” (Jo. 10,1-18). S. Paulo na Epístola aos Filipenses (2,5-11), também confirma que o caminho a seguir é Cristo, os membros das Dores devem ajudar-Lo, tal como Simão de Cirine, durante a caminhada ao calvário, a carregar a cruz (Lc. 23,26).
7. Para simbolizar as dores sentidas por Maria e, as das primeiras cinco mulheres que participaram na primeira oração de partilha da Espiritualidade, adopta-se como uniforme cerimonial: camisa ou blusa de cor branca, e calças ou saias de cor azul escura, lenço de cor azul escura, e como efígie a Sexta Dor da Coroa das Lágrimas,

Espiritualidade Nossa Senhora Das Dores

para vivificar a cena das mulheres que se encontravam junto à cruz de Jesus Cristo (Jo. 19,25).

8. Deus dá vários carismas em função das necessidades (material e espiritual) da comunidade. Entretanto, os dons são vários. Mas o espírito é o mesmo como está escrito na carta de S. Paulo aos Coríntos. (12,1-3). De Deus a Espiritualidade N^a S^a das Dores, recebe os carismas de Amor, Fé e Missão em benefício dos fiéis.

9. Amor: O amor é o elo de ligação entre Deus e o homem. Os membros Doritas devem revestir-se da armadura do amor para servir o próximo em Cristo, com Cristo e por Cristo.

10. Por Cristo, os membros das Dores tudo farão para a instalação definitiva do reino de Deus na terra, porque Deus amou tanto os homens que enviou o Seu Filho Unigénito que viria morrer na cruz, manifestando o Seu extremo amor.

11. Com Cristo, par atear as chamas de amor nos irmãos cuja vida o pecado deixou insensíveis ao sofrimento do próximo, convertendo-os a Deus Pai.

12. Em Cristo porque, durante a Sua permanência humana na terra. Jesus disse “ Como o Pai Me amou, também Eu vos amei; permaneci no Meu amor. Se guardardes os Meus mandamentos, permanecereis no Meu amor, do mesmo modo que Eu tenho guardado os mandamentos de Meu Pai, e permaneço no Seu amor” (Jo. 15, 9-10). Para isso o membro das Dores tudo fará para permanecer no amor de Cristo como o ramo na videira.

13. Fé: - pela fé Abraão, escutou o chamamento de Deus e deixou a terra de seus pais e partiu para a terra de Canaã (Gn. 12, 1-5); pela fé Mar4ia aceitou a vontade de Deus Pai, acolher Jesus no seu ventre, contra toda a expectativa (Lc. 1, 38). As Dores , devem primar por uma fé de escuta total semelhante a de Maria, despida de artifícios e de compensações; uma fé que sabe amar com desprendimento numa atitude contemplativa.

14. Missão: - E porque a própria Igreja diz que todo baptizado é missionário, pois é nobre missão de todo membro das dores evangelizar. Cristo em Mc. 16, 15-18, delega-nos anunciar a Boa Nova todos. Portanto os membros das Dores devem viver a sua vida cristã levando o amor por intermédio do evangelho a todos os irmãos (Jo. 15, 16-17).

C – MOVIMENTO DE IGREJA

1. O espírito da Espiritualidade é o Espírito do dinamismo de Maria que emana do seu silêncio para maior intimidade com a presença do Espírito Santo para que ao caminharmos tenhamos uma meta: a Casa do Pai.

Espiritualidade Nossa Senhora Das Dores

2. Para tal os membros das Dores devem sentir-se em comunhão com os baptizados, com a cabeça visível da Igreja, na Diosece com o Bispo e sacerdotes.
3. A Espiritualidade no cumprimento das actividades missionárias submete-se a autoridade do Bispo a quem todos os membros devem respeito e obediência; igualmente deve obediência ao Pároco da área de jurisdição;
4. A Espiritualidade segue as orientações do seu Director Espiritual, devidamente nomeado pelo ordinário do lugar.

D – ESTATUTOS

CAPITULO I

Finalidade

1. A Espiritualidade N^a S^a das Dores abreviadamente “DAS DORES” é um grupo de oração que tem como objectivos rezar pelos que mais sofrem. Pela conversão dos pobres pecadores à Igreja e seus ministros, com a poderosa intercessão da Mãe das Dores.
2. É uma Espiritualidade Mariana, porque tem como padroeira a Santíssima Virgem Maria, de quem busca a humildade, obediência, sob a mediação da Mãe das Dores.

A Missão da Espiritualidade

- 3.- As pessoas que fazem parte a esta Espiritualidade, tomam como dito aquele preceito de Cristo “vigiai e orai” e procuram imitar o Seu exemplo de oração, para isso realizam orações comunitárias e individuais. As Novenas na Espiritualidade são realizadas por núcleos
- 4.- A missão destes grupos de novena é não só reparar o Senhor pelos nossos 5 pecados, dos do mundo inteiro e pelas dores sentidas por Maria Santíssima, mas também, por essas mesmas dores, implorar graças para a humanidade inteira.
- 5.- A novena é feita levando com amor uma vida verdadeiramente cristã, pedida a todos os perfilhados da Espiritualidade, devendo viver em estreita união com Maria, Mãe e Auxiliadora dos cristãos.

ARTIGO II

Graus e Compromissos dos Membros

Espiritualidade Nossa Senhora Das Dores

1. Todos os membros devem comprometer-se a viver e crescer habitualmente em graças, a rezar o terço todos os dias, a participar numa reunião de partilha semanal, a confessar-se com frequência, a comungar pelo menos semanalmente, a participar nos retiros anuais e vigílias programadas.
2. Há três graus de membros na Espiritualidade a saber:
3. Os Querubins: são os que se dedicam especificamente à oração intercessora (Ex. 14, 22-25; 1º Sam. 1,11; 2,1-10; Jdt. 9, 2-18 ; Est. 13, 9-17; Jo. 17, 1-26) e estão sempre disponíveis às actividades da Espiritualidade a qualquer hora e momento. À esta categoria, para ascensão dever-se-á discernir a idoneidade espiritual do membro em causa.
4. Os Doritas: são os que assumem os mesmos deveres dos Querubins, mas com menor comprometimento.
5. Os Luzeiros: são os membros doritas com idade inferiores à 38 anos que, além da partilha geral. Têm hora específica de formação e oração comunitária separada a dos demais, assumindo os restantes compromissos da Espiritualidade.
6. A disposição de ascensão é que, com a entrega de cada um, os Luzeiros vão evoluindo a Doritas e destes a Querubins.
7. Se comprovar-se que algum membro está a comprometer a Espiritualidade com a sua conduta, depois de avisado com amor, se não houver emenda, será convidado a abandonar a Espiritualidade.

ARTIGO III

Admissão dos Membros

1. Podem ser membros das “DORES” todos os cristãos católicos, nacionais ou estrangeiros que, aceitam os seus estatutos e lutem pela implantação do Reino de Deus na Terra.
2. A admissão de membros efectivos na Espiritualidade pode ser feita pela Direcção, sob proposta de qualquer membro em pleno gozo dos seus direitos e deveres, ou pelo interessado por escrito ou verbalmente.
3. O pedido de readmissão de determinado membro deve ser formulado por escrito em reunião de partilha, dirigida à Espiritualidade. Antes de ser readmitido, porém, serão analisadas as razões da sua saída pelo Conselho de Disciplina.

ARTIGO IV

Categorias

Espiritualidade Nossa Senhora Das Dores

1. Reconhece-se a Dona Maria Luisa de Lurdes Abreu, o estatuto de Membro fundadora da Espiritualidade, Zeladora Honorária e fica confirmada no seu múnus como Ânsia vitalícia da Espiritualidade.
2. É membro fundador quem esteve presente na primeira reunião de partilha da espiritualidade, gozando dos mesmos direitos e deveres dos membros efectivos.
3. É membro efectivo quem participa e comunga das linhas programáticas da Espiritualidade, Nª Sª das Dores.
4. É membro Honorário a pessoa singular ou colectiva que preste serviços distintos à Espiritualidade sem que para tal sejam exigidos as presenças nos programas e actividades.

ARTIGO V

Deveres

1. São deveres dos Membros:

- a) Aceitar o exercício de cargos porque tenham sido eleitos ou nomeados, desempenhando-os com ordem e assiduidade.
- b) Representar a Espiritualidade sempre que lhe seja solicitado.
- c) Pagar as quotas mensais.

ARTIGO VI

Direitos

São direitos dos Membros:

- a) Participar nas partilhas e actividades organizadas pela Diocese (Paróquias) e pela Espiritualidade, bem como nas iniciativas a que é chamada a desenvolver.
- b) Usufruir de apoio espiritual, material e moral da Espiritualidade.
- c) Usar da palavra no Congresso.
- d) Eleger e ser eleito* para os órgãos das "Dores".

*Desde que participa na sagrada Comunhão.

- d) Propor novos Membros.

- e) Ser informado de todas as actividades das "DORES".
- f) Todo o membro tem o direito de manifestar ao Conselho de Disciplina, toda irregularidade verificada no funcionamento da Espiritualidade.

CAPITULO II
Dos Órgãos Sociais
ARTIGO VII
Organigrama

1. São órgãos de Direcção da Espiritualidade:

- a) Congresso
- b) Direcção
- c) Conselho de Disciplina

Os membros de Direcção da Espiritualidade devem ser aqueles que têm compromisso com a Sagrada Comunhão.

2. Os cargos são exercidos gratuitamente.

ARTIGO VIII

Composição do Congresso

1. O Congresso é o órgão deliberativo por excelência e de controlo das actividades da Espiritualidade.

2. É composto por um(a) Responsável, ~~dois~~ ^{um} Responsáveis Adjuntos, um Secretário e dois Conselheiros.

3. Os Responsáveis Adjuntos são eleitos por todos os membros efectivos por sufrágio directo em Congresso.

4. Para a Reunião do Congresso, os Membros deverão ser convocados, com pelo menos, 30 dias de antecedência.

5. O Secretariado e demais membros integrantes serão nomeados pelo Responsável.

ARTIGO IX
Funcionamento

1. O Congresso reúne uma vez ao ano, e extraordinariamente sempre que tal se justificar, mediante convocação do Responsável, por escrito com uma antecedência mínima de 30 dias, devendo mencionar-se a ordem de trabalhos, o local e a hora da sessão.
2. A sessão terá lugar quando preenchido o quorum exigido (2/3), sendo conduzido pelo Responsável, um secretário e um Conselheiro.
3. Na ausência ou impossibilidade do Responsável, um dos Adjuntos assumirá todas as responsabilidades, gozando dos mesmos poderes no Congresso.

ARTIGO X
Competências

1. Compete ao Congresso:

- a) Servir de órgão deliberativo das "DORES", reunindo bienalmente ou sempre que tal se exija, com a participação de todos os membros do corpo directivo e membros convocados.
- b) Traçar as linhas mestras de organização da Espiritualidade, tendo em conta os carismas.
- c) Apreciar, discutir e aprovar as actividades dos restantes órgãos das "DORES".
- d) Eleger os membros dos órgãos da Espiritualidade, assim como convidá-los a demitir-se das suas funções, quando a sua conduta não se coaduna com o espírito cristão.
- e) Homologar os pedidos de admissão, readmissão ou demissão dos membros.
- f) Velar pelo bom funcionamento da Espiritualidade e a utilização racional dos meios materiais e financeiros.
- g) Apreciar e votar o relatório trimestral e anual das actividades desenvolvidas durante determinado período, pelos órgãos executivos.

ARTIGO XI
Competências do Responsável do Congresso

Espiritualidade Nossa Senhora Das Dores

1. Ao responsável máximo da Espiritualidade compete:
 - a. Convocar a Espiritualidade e dirigir os seus trabalhos.
 - b. Representar a Espiritualidade em todos os actos oficiais.
 - c. Propor medidas organizativas e normativas ao Congresso de membros.
 - d. Delegar um de entre os responsáveis da Direcção para o representar em caso de indisponibilidade.

ARTIGO XIII

Competência do(a) Responsável Adjunto(a)

1. Compete a(o) Responsável Adjunta(o):
 - . Substituir o Responsável em caso de impedimento ou na ausência deste.
 - . Outras competências que lhe sejam conferidas pelos estatutos e demais regulamentos.

ARTIGO XIV

Constituição da Direcção

1. A Direcção é constituída por oito (9) membros, e delibera por maioria dos seus membros, estruturando-se em secretariados coordenados pelo respectivo secretário para a referida área.
2. Integram a Direcção:

A. ÓRGÃO COLEGIAL:

- . Responsável.
- . Dois Responsáveis Adjuntos.
- . Três Conselheiros

B. ÓRGÃO EXECUTIVO

- . Secretário Geral.
- . Secretário para as Finanças.
- . Secretário para os Luzeiros.

ARTIGO XV

Competências

Espiritualidade Nossa Senhora Das Dores

Compete á Direcção administrar e orientar a vida da Espiritualidade, reunindo ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente, sempre que o Ancião assim o decida, designadamente:

- a) Dar execução às deliberações de Congresso;
- b) Representar a Espiritualidade em juízo e fora dele, podendo delegar esses poderes em mandatários;
- c) Proceder a recepção das quotas e liquidar as despesas relativas a aquisição de donativos que a Espiritualidade venha efectuar;
- d) Organizar as cartas da Espiritualidade juntamente com os relatórios anuais e o parecer do Conselho de Direcção, à apreciação e votação do Congresso.

ARTIGO XVI

Do Conselho de Disciplina Composição e Competências

O Conselho de Disciplina é composto por um Responsável, e dois conselheiros, competindo-lhe, nomeadamente:

- a) Defender e representar a Espiritualidade em caso de litígio;
- b) Velar por todos casos que dizem respeito à actos não virtuosos.

ARTIGO XVII

Deliberações

Não são validas as deliberações do conselho Directivo tomadas sem a presença e o voto da maioria dos seus membros, na qual se deverá incluir obrigatoriamente o seu Zelador o qual além do seu voto terá direito ao voto do desempate.

ARTIGO XVIII

Dos Fundos

1. Os fundos da Espiritualidade provêm do pagamento de quotas, contribuições e outros donativos dos seus membros ou terceiros.
2. O valor da quota mensal é estabelecido pela Mesa do Congresso.
3. Constitui património da Espiritualidade todos os imóveis, móveis e valores adquiridos em nome da mesma.

ARTIGO XIX

Mandato

Os órgãos sociais têm um mandato permanente, tendo em consideração ao perfil, finalidade e carisma da Espiritualidade, de modos que não se confunda o espiritual do civil.

- a) Em caso de morte ou resignação da fundadora da Espiritualidade, o seu representante (Ancião) nos órgãos directivos, passa para o lugar de Ancião Zelador e os Adjuntos assumem a Direcção em mútua colaboração até a realização do Congresso. Porém, o mesmo é antecedido de 30 dias de oração intercessora que culminam com a confirmação do (a) Ancião (ã) Zelador (a), sendo que os adjuntos assumem a Direcção, em coordenação espiritual e administrativo.

Outrossim, no caso de morte ou resignação de algum membro de Direcção, o Zelador deverá no período de trinta dias convocar o Congresso Extraordinariamente para a eleição de um novo membro que ocupará o lugar vago.

E - ARTIGO XX
ORAÇÕES E DEVOÇÕES
ORAÇÕES

Adopta-se na oração colectiva e individual a reza do terço do Rosário, seguido de um terço de libertação e o de misericórdia com a Salve-Rainha para posteriormente rezar-se o acto de Consagração desta Terra e das famílias à protecção de Maria Santíssima, Auxiliadora dos cristãos. As intenções e/ ou petições são intercaladas entre as dezenas durante a reza do terço.

A Espiritualidade adopta as seguintes orações e rituais para as sessões de partilha e reza diária dos seus membros:

Orações iniciais da partilha e nas meditações individuais:

1º Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Amém.

V/ Deus, vinde em nosso auxílio.

R/ Senhor, socorrei-nos e salvai-nos

V/ Gloria ao Pai e ao Filho e ao Espírito Santo.

R/ Como era no princípio, agora e para sempre. Amém.

V/ Vinde, Espírito Santo,

R/ Enchei os corações dos Vossos fiéis e acendei neles o fogo do Vosso amor.

V/ Enviai, Senhor, o Vosso Espírito e tudo será criado.

R/ E renovareis a face da terra.

2º Oração: Far-se-á aqui uma breve oração espontânea para propiciar o ambiente da partilha dos membros pelo orientador do dia.

Segue-se leitura e reflexão de temas bíblicos do dia, conforme o ano Litúrgico ou do livro de Imitação de Cristo ou qualquer outro livro de instrução religiosa.

3º Acto contínuo, far-se-á dois terços do Rosário, seguida de um terço de libertação com a Salve-Rainha para posteriormente rezar-se o acto de consagração desta Terra e sa famílias à protecção de Maria Santíssima, Auxiliadora dos cristãos. As intenções e/ ou petições são intercaladas entre as dezenas durante a reza do terço.

A finalizar, reza-se Ângelos e algumas jaculatórias dentre as quais:

V/ A Vossa protecção.

R/ Nos acolhemos Santa Mãe de Deus, não desprezeis as nossas súplicas nas nossas necessidades, mas livrai-nos de todo mal. Amém.

V/ Rogai por nós Santa Mãe de Deus para que sejamos dignos das promessas de Cristo.

Em seguida recitam-se três vezes:

V/ Deus Santo, Deus forte e Deus imortal.

R/ Tende piedade de nós e do mundo inteiro.

V/ Doce coração de Jesus.

R/ Sede o meu amor.

V/ Doce coração de Maria.

R/ Sede a minha salvação.

V/ Jesus, manso e humilde de coração.

R/ Fazei, meu coração semelhante ao vosso.

V/ Meu Jesus, meu Amigo, eu te amo e quero ser teu amigo para sempre.

R/ Meu Jesus, meu Amigo, eu te amo e quero ser teu amigo para sempre.

V/ Coração de Jesus que tanto nos amais.

R/ Fazei que eu Vos ame cada vez mais.

V/ Tudo por Vós Sagrado Coração de Jesus.

R/ Pelo Coração Imaculado de Maria.

Para fechar a oração da partilha recita-se:

V/ Minha Mãe e minha Senhora ou Meu Jesus e meu Senhor.

(Levantando as mãos ao alto em atitude suplicante e humilde)

R/ Sobre esses Vossos filhos, lançai a Vossa benção carinhosa, a Vossa graça e benção nos dai, (daqui faz-se a persignação e em seguida o sinal da cruz, dizendo em

Espiritualidade Nossa Senhora Das Dores

simultâneo) pelo sinal da Santa cruz ☩, livra-nos Deus nosso Senhor ☩ dos inimigos ☩. Em Nome do Pai ☩, e do Filho e do espírito Santo. Amém.

A Espiritualidade leva em consideração as orações e jaculatórias que a Santa Igreja Católica Romana, coloca à disposição dos seus fiéis nos actos de louvor.

Os perfilhados da Espiritualidade adoptam as seguintes orações de Consagração ao Santíssimo Coração de Jesus e ao Imaculado Coração de Maria.

CONSAGRAÇÃO SOLENE AOS CORAÇÕES DE JESUS E DE MARIA

Nas aparições a Santa Margarida Maria Alacoque, o Coração de Jesus pediu a consagração dos indivíduos e famílias ao Seu divino Coração, oferecendo as mais consoladoras promessas.

Por outro lado, em Fátima, Nossa senhora convida-nos igualmente a fazer a consagração ao seu Coração Imaculado. Esta consagração deve ser assumida conscientemente por constituir a arca de Noé em que se devem encerrar todos os membros das Dores para escapar ao dilúvio do pecado e das suas trágicas consequências.

Designamos consagração solene àquela que, além de uma preparação conveniente da alma a consagrar-se circunscrita na realização de uma novena, seguida de um tríduo, haja precedida de uma confissão e comunhão e tem a presença de um sacerdote que em nome da Igreja ratifica essa consagração.

RITUAIS DE CONSAGRAÇÃO CONSAGRAÇÃO AO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

Sagrado Coração de Jesus, Invadi-me plenamente, de modo que os meus sentimentos sejam os Vossos sentimentos; os meus desejos sejam os Vossos desejos; as minhas palavras sejam as Vossas palavras; os meus pensamentos sejam os Vossos pensamentos.

Depois deixa-me entrar no mais íntimo do Vosso Sagrado Coração; aniquilai-me completamente. Adorarei o Vosso Sagrado Coração do mais profundo do meu coração; prometo servir o vosso Sagrado Coração com um fogo interior: servir-Vos-ei com zelo mais fervoroso que nunca. Sou fraco, mas sei que a Vossa forã me ajudará. Não permitais que eu Vos perca de vista nem que o meu coração volte para outro lado. Procurarei apenas o Vosso Sagrado Coração e só Vos desejarei a Vós.

Sagrado Coração de Jesus, fazei-me detestar tudo aquilo que é contrário à Vossa santidade e à Vossa vontade. Purificai-me rapidamente e fazei que nenhum rival permaneça dentro de mim. A partir de hoje, apertai-os laços de amor com que me prendeste, e fazei que a minha alma tenha sede de Vós e o meu coração desfaleça de amor por Vós.

Espiritualidade Nossa Senhora Das Dores

Sagrado Coração de Jesus, não espereis mais: vinde consumir todo o meu ser com as chamas do Vosso ardente amor. Tudo o que faça, de ora em diante, seja realizado pelos Vossos interesses e pela Vossa glória, e nada se faça para mim.

Consagro-Vos a minha vida a Vós e, a partir de hoje, quero ser o escravo do Vosso amor, a vítima dos Vossos ardentes desejos e da Vossa Paixão; um bem para a Vossa Igreja e o brinquedo da Vossa alma. Fazei que o meu porte seja reflexo da Vossa crucificação, pela amargura que sentir diante da surdez das almas que eu irei ver cair. Daí a minha alma o que ela puder suportar.

Sagrado Coração de Jesus, não me poupeis a Vossa cruz, como o pai Vo-la não poupou a Vós.

Tomai os meus olhos, os meus pensamentos, e os meus desejos, para que sejam prisioneiros do Vosso Sagrado Coração. Eu sou indigno e não mereço nada; mas Vós, ajudai-me a viver o acto de consagração de um modo leal, invocando, incansavelmente, o Vosso santo nome. Fazei que o meu espírito rejeite tudo aquilo que Vós não sois.

Sagrado Coração de Jesus, fazei que a minha alma suporte melhor as chagas do Vosso corpo, pela conversão das almas. Submeto, voluntariamente, a minha vontade à Vossa agora e sempre. Amém.

Consagração ao Imaculado Coração de Maria

Ó Maria, Virgem poderosa e Mãe de misericórdia, Rainha do céu e Refúgio dos pecadores, nós nos consagramos ao Vosso coração Imaculado.

Consagramos-vos o nosso ser e toda a nossa vida; tudo o que temos, tudo o que estimamos, tudo o que somos.

Para vós são os nossos corpos, os nossos corações, as nossas almas.

Para vós, os nossos lares, as nossas famílias, a nossa pátria.

Queremos que, tudo em nós e a roda de nós, vos pertença, e participe das vossas bênçãos maternais.

E para que esta consagração seja verdadeiramente eficaz e duradoura, renovamos hoje a vossos pés, ó Maria, as promessas do nosso baptismo e da nossa primeira comunhão.

Prometemos professar corajosamente as verdades da fé, e viver como católicos práticos, inteiramente submisso(a)s a todas as direcções do papa, e dos Bispos em comunhão com Ele.

Espiritualidade Nossa Senhora Das Dores

Prometemos observar os mandamentos de Deus e os da Igreja, e particularmente a santificação do Domingo.

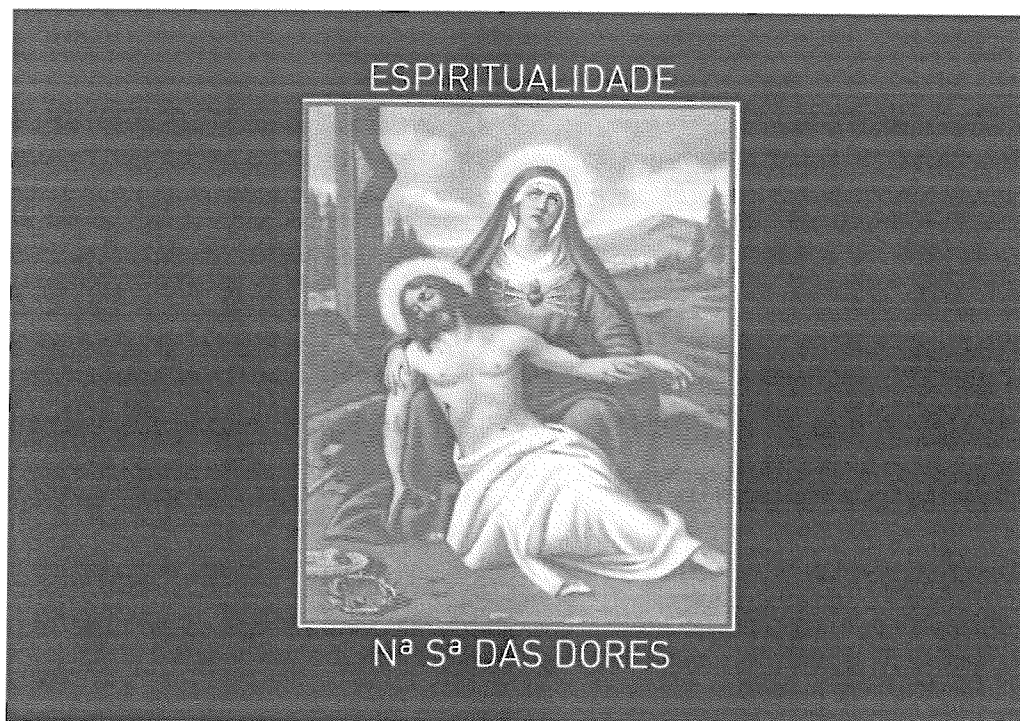
Prometemos introduzir na nossa vida, - tanto quanto possível, - as consoladoras práticas da religião cristã e , principalmente, a da Sagrada Comunhão.

Prometemos, enfim, ó Gloriosa Mãe de Deus e terna Mãe dos homens, dedicarmos-nos inteiramente ao serviço do vosso culto bendito, para acelerar e assegurar, mediante o reinado do vosso purríssimo coração, o reinado do vosso adorável Filho, em nossas almas e em todas as almas, no nosso querido País, e em todo o mundo, na terra e no céu. Amém.

Aos membros das Dores pede-se a reza diária o terço das Chagas, como meio para melhor se unir ao Senhor e dele obter perdão e conversão para toda humanidade.

Insígnias

A Espiritualidade adopta como insígia a efígie a Sexta Dor da Coroa das Lágrimas, inserta sob um fundo azul com as inscrições: Espiritualidade N^a S^a das Dores.



CÂNTICOS BENDITA SEJAIS

1. Virgem dolorosa,

2. Que duras espadas,

Espiritualidade Nossa Senhora Das Dores

Oh! Quanto penais!
Virgem magoada,
Bendita sejais.

Que duros punhais
Ferem vosso peito.
Bendita sejais.

Refrão. Bendita sejais,
Senhora das Dores!
Ouvi nossos rogos
Mãe dos pecadores.

3. Tragédia das dores,
Já vós presenciais,
No Monte Calvário,
Bendita sejais.

4. Bendita sejais.
Sem Ele ficais!
Virgem solitária,
Bendita sejais.

5. Das lágrimas ternas
Que assim derramais
Nós somos a causa!
Bendita sejais!

SE ME FALTA O AMOR

Refrão: Se me falta o amor, não me serve de nada.
Se me falta o amor nada sou.

1. Mesmo que eu dominasse as línguas estranhas e a linguagem do céu eu pudesse expressar. Eu apenas seria bronze que ressoa, se me falta o amor.
2. E se todos os bens entregasse aos pobres, e meu corpo no fogo quisesse imolar, tudo isto seria uma inútil façanha. se me falta o amor.
3. Caridade é amor que reúne e constrói, e supera os conflitos que a vida contém. Esse amor vem de Deus, leva a fraternidade, é caminho da paz.
4. Caridade é bondoso, é humilde e paciente, olha ao bem dos demais adiante do seu, esse amor é perdão realiza a harmonia- é caminho da paz.

NO SILÊNCIO TE ENCONTRAREI

Refrão: Meu Deus meu Senhor/ Meu Pai meu Amigo
Como é bom esperar em Ti na sinceridade.
Como é bom esperar em Ti.

1- Na palavra procurei, rezando saboreei.
No silêncio Te encontrei. Como é bom esperar em Ti.
Meditando eu Te buscava contemplando Te olhava
No silêncio Te encontrei, Como é bom esperar em Ti.

2- No trabalho me doava no descanso repousava.
No silêncio Te encontrei. Como é bom esperar em Ti.
Caminhando las comigo, sentado sempre estava
No silêncio Te encontrei, Como é bom esperar em Ti.

3- Um conselho nos faltava, uma ajuda encontrava.
No silêncio Te encontrei. Como é bom esperar em Ti.
Dia e noite estais comigo a cada hora ao meu lado
No silêncio Te encontrei, Como é bom esperar em Ti.

4- Obrigada oh meu Deus, obrigada meu Senhor
porque nunca me abandonas, Louvor e eterna gratidão.
Obrigada oh meu Pai, obrigada meu Amigo
porque sempre me ajudas, louvor eterna gratidão.

ÂVÉ, ÂVÉ

1-Nossa Senhora das Dores de Cabinda
Tui nata ke mama zimpassizituê
Tala kwaku massuela o o Mama ngie nkêbitû...

Âvé Maria, Âvé...
Âvé Maria.

2-Mama das Dores dê Cabinda} bis

Anexo 16: O Caminho do filho

DUAS PALAVRAS

Somos todos irmãos.

No Mundo há falta de Amor!
Precisamos do teu Amor.

No Mundo há falta de Sorriso!
Precisamos da tua Alegria.

No Mundo há falta de Paz!
Precisamos da tua Reconciliação.

No Mundo há muitos necessitados!
Precisamos da tua Ajuda!

Já descobriste que o Mundo precisa de Ti?

O mundo precisa do teu sorriso, da tua voz, da tua mão, da tua inteligência... Tu podes fazer muita coisa para tornar o Mundo melhor.

Nós precisamos de ti, para juntos, fazermos mais pela Humanidade.

*Estamos nas escolas, comunidades religiosas, hospitais, repartições públicas, lares, praças... Queremos...
Educar para libertar; libertar para dignificar.*

Comprometer-se com a vida do irmão exige do filho o saber morrer nos projectos pessoais.

Poço medir quanto amo, quanto ajudo a libertar!
Somos arautos do Reino de Deus.

*A grandeza do teu coração está na tua capacidade de servir.
Servir é amar.*

O PROJECTO DO PAI PARA COM AS SUAS CRIATURAS É DE VIDA.

Irmãos e amados por Deus,

É com muita alegria que escrevo para todos vós, procurando comunicar-vos alguns aspectos que devem marcar toda a nossa vida como filhos do Reino. Não é um tratado de teologia nem um livro científico. É a experiência de vida nova que juntos partilhamos e que agora vos recordo para que possamos caminhar firmes num mundo onde o filho ou a filha deve procurar ser fiel ao Pai e servir, criando espaços para que o irmão possa viver..

Foi há seis anos que começamos com esta vida, reunindo, primeiramente, um pequeno grupo de crianças do Lombo-Lombo que, de imediato, gerou outros núcleos de adolescentes, jovens e adultos, membros e força, actualmente desta família.

Os entusiastas, como sempre aconteceu na história, entraram e acabaram por abandonar a família. Aos que perseveraram, dirijo esta minha carta que intitulei: "O Caminho do Filho".

Jesus apresenta-se como o caminho para todos aqueles que buscam o rosto do Pai. E os filhos do Reino são todos aqueles que aceitam a proposta de vida trazida por Jesus; são aqueles que aceitam caminhar com Jesus.

O Povo de Israel caminhou numo à Terra Prometida. Passou pelo deserto e teve fome, sede, tentações, provas. Foi um tempo difícil. No entanto, Yavé estava sempre com eles.

Maria caminhou para ir ajudar a sua prima Elisabete que se encontrava grávida. Maria caminhou para servir.

Jesus, passando por Samaria, caminhou até Jerusalém (Lc 9, 51-19, 28).

Zaqueu, pelo caminho, encontra-se com Jesus. Dialoga com Ele e muda de vida.

O Senhor ressuscitado caminha com os discípulos de Emaús. Pelo caminho, os discípulos conversam com o Senhor e Ø descobrem a partir das Escrituras e da fracção do pão. Enchem-se de alegria e O anunciam(Lc 24, 13-35).

Paulo, a caminho de Damasco, muda de vida (Act. 9, 1-30).

O caminho do filho ou da filha leva à transformação; transformar as nossas atitudes e relações interpessoais; transformar os simples gestos da vida quotidiana em momentos da presença do Reino e de vivência da própria relação profunda de um filho ou ^Muma filha com o seu Pai. Assim, o bem que realizamos já não é um simples acto, mas um tornar presente o Reino e a vontade do Pai nas nossas vidas.

Na vida, encontramos tentações, sede, fome, provas e tantas outros obstáculos, mas o importante é saber perseverar na amizade com o Senhor. Procurar ser obediente ao Pai, colocando toda a nossa vida nas suas mãos.

A vida do Reino é exigente, pois, quem não for capaz de carregar a sua cruz e seguir o Senhor não pode entrar no Reino. Exige de nós o morrer nos projectos pessoais para que o irmão também possa viver; exige de nós uma disponibilidade para o serviço do irmão na humildade. A vida dos filhos deve ser alimentada com a oração e os sacramentos.

Permanecem com o Senhor aqueles que descobrem o Seu Reino como fonte de felicidade para a vida; aqueles que se entregaram para serem transformados por Ele pela força do Espírito Santo. O compromisso no Reino faz-se para toda a vida.

Procuremos, nas alegrias e nas tristezas, no sofrimento, na doença e na saúde, na abundância e na escassez, ser sempre filhos do Reino. O filho ou a filha deve ser fiel ao seu Bispo, Pastor da Igreja a que pertence; deve procurar amar a Igreja; conhecê-la cada vez mais, protegê-la e servi-la para que possa crescer.

Esta carta, que denominei "O Caminho do Filho", deve ser uma ajuda para todos nós na vivência do Evangelho e no serviço aos irmãos.

Roma, 15 de Abril de 2002

O vosso irmão,

José Silvino Sambo Mazunga, Padre.

I CAPÍTULO

COMO DEUS ANDA COM OS HOMENS

1. O PAI MOSTRA-NOS O SEU AMOR.

a) O rosto do Pai é o seu amor eterno

No decorrer da história de salvação, Deus aparece como aquele que ama. Todo o agir de Deus revela o seu amor para com a humanidade. Deus cria porque ama. Deus salva porque ama.

A realidade do amor coloca-nos numa situação de vida que a grande maioria das pessoas já experimentou – a de amar ou de ser amado. O amor produz alegria, paz, felicidade. S. João diz-nos que Deus é amor (*1Jo 4,8*); todo aquele que ama está em Deus. O amor faz-nos próximos de Deus, participantes da sua vida. É este Deus que Jesus nos revela.

Nas nossas maneiras de comunicar Deus aos irmãos, muitas vezes, a imagem que damos é de um Deus que julga e castiga. Não. A primeira e a fundamental atitude de Deus-Pai é a de amar. Deus chama-nos à vida e a uma vida de comunhão com Ele. Por isso, já no A.T. Ele escolhe um povo ao qual revela Se e liberta (*Ex 19-20*).

b) O Pai é fiel às suas promessas

Este Yavé caminha com o seu povo no deserto. Apesar da infidelidade do povo, Yavé permanece sempre fiel às suas promessas. E ao chegar a plenitude dos tempos enviou o Seu

Filho - Jesus (*Gal 4,4*). Ele é a manifestação plena do amor de Deus. Ele revela aos homens a atitude do Pai; Ele está intimamente ligado ao Pai. Por isso, Ele se torna o caminho para o Pai (*Jo 14, 6*).

c) Num caminho que escandaliza

A vida nova que Jesus traz escandaliza, incomoda aqueles que não precisam de mais ninguém. Por outro lado, esta vida é felicidade para os desprezados, marginalizados, coxos porque agora podem ter a dignidade de pessoas. A presença do Reino na pessoa de Jesus escandaliza (*faz-se filho de Deus; perdoa os pecados, come com os pecadores...*). Jesus, na relação com as pessoas, não coloca em primeiro lugar as normas religiosas vazias de amor e carregadas de legalismo, mas sim a capacidade de a pessoa acolher o Reino e de estar no caminho da conversão (*Jo 8, 1-11; Lc 19, 1-10*).

2. O TESTEMUNHO DO FILHO

a) A certeza de ser amado pelo Pai

A vida do filho deve alicerçar-se na certeza de ser amado por Deus com um amor e uma amizade de Pai. Ele nos ama não pelos méritos das nossas obras, mas porque Ele é amor. Ele olha para o seu filho com afecto. Esta certeza de sermos amados nos torna felizes. E somente esta descoberta de sermos amados pode fazer-nos progredir na oração e no caminho da conversão; somente este amor pode levar-nos a aceitar o seu reinado nas nossas vidas.

Sim, é este amor do Pai que sinto e que me faz voltar à casa d'Ele (*Lc 15, 11-32*).

Quem perde a relação com o Pai perde a sua dignidade.

Porque o estar longe do Pai cria no coração do filho um vazio. Só quem estiver no caminho da vida pode sentir-se feliz. Jesus é o Caminho e a vida. A atitude do Pai é sempre a do acolhimento. Deus nunca rejeita as suas criaturas. Todo aquele que volta a casa do Pai é recebido por Ele. Aí está a misericórdia do Pai, a grandeza do seu amor.

b) Estar com o Pai e escutá-l'O

O filho ou a filha do Reino terá como preocupação primordial o estar sempre na presença do Pai. Isto será possível somente com a oração e a escuta da Palavra. O estar próximo do Pai e escutá-l'O será sempre uma das atitudes fundamentais do filho ou da filha do Reino. Este proceder deve brotar do reconhecimento do amor gratuito do Pai. Se não estiver com o Pai e escutar a sua voz como pode o filho ou a filha cultivar uma vida de amizade com o Pai? Como poderá seguir a sua Palavra se não a escuta? Para que o ramo tenha vida e dê bons frutos é preciso que esteja ligado ao tronco. Assim será a vida da filha ou do filho.

c) Filhos do mesmo Pai, chamados à mesma dignidade

O reconhecimento de sermos filhos do mesmo Pai, irmãos uns dos outros, chamados à mesma dignidade e à comunhão de vida deve levar o filho a construir o Reino de Deus; um mundo onde os irmãos encontram um espaço para viver e não mais subjugados pelas injustiças, e ganâncias que causam o maior escândalo neste mundo. Como posso dizer 'Pai nosso' senão aceito o outro como irmão? Se temos o mesmo Pai, devemos procurar viver como irmãos que se amam.

Quando o mundo procurar honras, ganâncias de poder para se fazer valer diante dos marginalizados e dos que sofrem toda a espécie de padecimento humano, a vida do filho será de

disponibilidade para que o meu irmão tenha vida e vida em abundância.

Quando o mundo procurar só para si, e vive na surdez ao clamor do irmão, a atitude do filho será a de partilhar a alegria e a vida porque o meu irmão também é digno da vida na casa do Pai.

II CAPÍTULO

ELEMENTOS ESSENCIAIS DO REINO (sua preparação)

1. A RELAÇÃO DO POVO DE ISRAEL COM YAVÉ

A eleição, a aliança, a lei e a terra são quatro aspectos importantes que marcam fortemente a relação do povo de Israel com Yavé.

a) A eleição

Deus escolheu o povo de Israel para com ele começar a história de salvação da humanidade. A eleição do povo de Israel é um dom de Deus; é a manifestação do amor gratuito de Yavé. Com este povo Yavé fez uma aliança eterna (Dt7,6-8). A eleição exige que somente Yavé seja adorado como Deus Verdadeiro. Israel devia deixar os outros cultos pagãos e colocar toda a sua confiança em Yavé, porque Ele é um Deus ciumento. A partir deste povo, a salvação chega aos confins do universo; todos os povos são chamados à santidade; à uma vida de comunhão com Deus. São eleitos de Deus todos aqueles que aceitam a vida nova trazida por Jesus Cristo.

b) A aliança

A história da criatura humana é um caminho de aliança com Deus. Deus está presente na vida do seu povo e promete ser fiel à sua aliança (Gn17, 3-8).

Os grandes momentos da história do povo de Israel foram marcados pela sua relação com Yavé. Israel, quando se sentisse no desespero, gritava pelo Senhor da vida, pois Ele é um Deus que escuta os clamores dos seus filhos e defende a vida dos seus filhos. A aliança é a garantia da vida do povo. Yavé procura que Israel não mais repita a história do Egito e da Babilônia, porque Ele fez uma aliança com o seu povo. A aliança de Yavé é eterna.

No entanto, nem sempre Israel foi fiel à aliança. Rompeu-a e destruiu a vida. Mas o Deus da vida nunca abandonou o seu povo. Yavé permanece sempre fiel. Constituiu reis para estarem com o seu povo. Mas também estes nem sempre souberam conduzir o povo. Começa então a esperança num messias que Yavé vai enviar para conduzir o seu povo. Os profetas anunciam que Yavé quer a vida e não a morte (Ez 18, 32); denunciam o comportamento daqueles que converteram a terra de todos em propriedade pessoal; daqueles que só a força os garante e que transformaram o poder (até religioso) numa espada de opressão, de morte e de destruição da verdade e da vida. O poder deixou de ser serviço para a vida dos irmãos. Cresce o desespero na confiança em reis mundanos. Só Yavé pode salvar o seu povo.

A realza de Yavé é esta capacidade que Ele possui de intervir na história e na vida das pessoas. Deus pode mudar o percurso da história em favor do seu povo. Ele próprio vai reinar no meio do seu povo para o conduzir pelo caminho da vida. O caminho da vida leva-nos à justiça, à paz; a assumir a vida do irmão marginalizado, desprezado e esmagado pelo peso da discriminação. Este caminho leva-nos à cidade da vida onde não haverá mais pranto, nem choro, nem guerra, nem violência, nem morte (Is 60, 17-18). Deus promete e realiza, pois Ele é a fonte da vida (Sl 36, 10) e a vida plena manifestou-se em Jesus.

c) A lei

A lei faz parte da história e da religiosidade do povo de Israel. Deus fez uma aliança com o povo de Israel e deu-lhe uma lei. A lei (torá) serviu de ensinamento e de guia para o povo. Israel sentia-se feliz e orgulhava-se na presença dos outros povos porque tinha uma lei recebida de Yavé. Esta lei os tornava felizes. *"Escuta Israel! O Senhor é nosso Deus; O Senhor é único! Amarás o Senhor, teu Deus, com todo o teu coração, com toda a tua alma e com todas as tuas forças. Estes mandamentos que hoje te imponho estarão no teu coração. Repeti-los-ás aos teus filhos e reflectirás sobre eles, tanto sentados em tua casa, como ao caminhar, ao deitar ou ao levantar. Atá-los-ás, como símbolo, no teu braço e usá-los-ás como filactérias entre os teus olhos. Escrevê-lo-ás sobre os ombreiras da tua casa e nas tuas portas"* (Dt. 6,4-9).

d) A terra

Yavé é fiel às suas promessas. No entanto, o povo de Israel faz a dura experiência do êxodo. O êxodo é a experiência da libertação; a saída da terra da escravidão para a terra prometida. Aí Yavé mostra a sua fidelidade; Ele é um Deus que ama a justiça e que cumpre com o que promete. O povo faz também a dura experiência do deserto onde encontra fome, sede, a dor. O povo faz a experiência da libertação (Ex.3; 24; 32ss). Depois de uma longa experiência, entra na terra prometida.

2. O CAMINHO DE TRANSFORMAÇÃO DO FILHO

a) A consciência de ser eleito

Assim como Deus escolheu Abraão, Isaac, Jacob; assim como Deus escolheu Amós, Ezequiel, Jeremias; assim como Deus escolheu Maria, José; assim como Deus escolheu Pedro, João, Mateus, Bartolomeu, Paulo e tantos outros, Deus te escolheu para contigo fazer uma aliança, uma caminhada.

A eleição exige de nós a consciência de sermos escolhidos por Deus para sua propriedade; nós já não somos nossos, somos de Deus, para o serviço dos irmãos.

Deus escolheu-nos para o seu Reino, para o seu serviço. Resta ao coração do (a) filho (a) aceitar esta eleição.

A eleição exige de nós fidelidade. No dia da nossa promessa, na presença da comunidade nós prometemos a fidelidade à aliança de Deus na nossa vida.

A eleição exige de nós um empenho pessoal para o testemunho na vida concreta. No mundo de hoje, encontramos muitos obstáculos para testemunhar a nossa eleição de filhos amados por Deus. A nossa grande interrogação deverá ser sempre esta: O que estou a fazer é o que Deus quer de mim?

b) O filho ou a filha no deserto da vida

Paulo percorre o caminho de Damasco. Enquanto caminha, uma luz forte aparece e cai por terra. A partir daquele momento, Paulo já não vê. Procura recuperar a vista e converte-se. (Act 9). Zaqueu, no encontro com Jesus que passa, muda de vida. O nosso encontro com Jesus transforma a nossa vida.

O filho assumiu a vida nova de Cristo pelo baptismo e mais ainda com a sua promessa pública.

Quando o filho ou a filha faz a sua promessa pública é filha ou filho do Reino para sempre; para toda a vida.

Deus escolheu-nos como filhos eleitos e conosco quer levar a salvação até aos confins da terra. Por isso, faz uma aliança conosco. A sua aliança é eterna.

O deserto é o lugar de provas, dor, luta, purificação, maturidade, sofrimento, sede, fome e de tentações. Jesus também fez a experiência do deserto, mas venceu (Mt 4, 1-11; Lc 4, 1-13; Mc 1, 12-13).

O filho é chamado a fazer a mesma experiência: passar pelas provas duras da vida; pelo deserto das tentações onde encontra fome e sede. Somente aqueles que perseveraram podem ultrapassar o deserto da vida e entrar na terra prometida onde corre água e mel.

As provas fazem parte da vida; o deserto faz parte da vida. O importante é não desanimar na dura caminhada. Por parte nossa, é difícil a fidelidade à aliança, mas Deus permanece sempre fiel e protege o seu povo, os seus filhos. É importante descobrir a presença silenciosa de Deus que age nos momentos difíceis da nossa vida.

III CAPÍTULO

CRISTO: A FACE DO REINO DE DEUS

1. O PROJECTO DO PAI É DE VIDA.

a) A manifestação da vida em Jesus.

Deus quer a vida para todas as suas criaturas. O seu projecto é de vida. E a vida se manifestou em Jesus Cristo (*1Jo 1, 2*). Ele é a nossa vida (*Cl 3, 4*). Deus cria porque ama e cria para a vida. A nossa história de salvação começa no paraíso, onde encontramos a árvore da vida (*Gn 2, 9*) e termina no paraíso celeste onde a morte foi vencida (*Ap. 21, 4*). Por isso, não é em vão que Marcos apresenta Jesus no início da sua missão proclamando o reinado de Deus (*1,15*). Jesus com o seu reinado exprime o que é preciso fazer e a relação do filho com o Pai.

O Reino de Deus não é uma realidade geográfica ou política, mas transforma a realidade social injusta; transforma as reacções entre as pessoas. Deus muda a história da humanidade. Por isso, será difícil para Pedro (e tantos outros), mesmo andando com o mestre, compreender esta realidade. Num primeiro momento, foi difícil para os discípulos de Emaús compreender a missão do Messias (*Lc 24, 13-35*).

O Reino de Deus é a presença da vida no meio dos homens. Jesus manifesta a vida, o amor do Pai para com as suas criaturas. Ele é a revelação plena do rosto do Pai (*Heb 1,1-4*;

Jo 14, 1-14). Todo aquele que aceita Cristo Jesus está sob o influxo do Espírito Santo e a graça de Deus está nele. Aceitar Jesus é colocar-se sob o reinado de Deus, é caminhar segundo o Espírito. E todo aquele que acredita n'Ele tem a vida eterna (*Jo 11, 25*).

b) Reconciliados com o Pai

Cristo reconciliou-nos com o Pai. Com o pecado dos nossos primeiros pais, nós perdemos a vida da graça; perdemos a felicidade. No entanto, Deus não abandona as suas criaturas, apesar da aliança que haviam quebrado. Yavé permanece fiel às suas promessas.

Jesus Cristo é a nova aliança de Deus com a humanidade. Yavé envia o Seu Filho para a nova vida. Diante da pessoa de Jesus, as reacções são diferentes: uns aceitam a sua mensagem; outros a rejeitam; outros até o matam. Basta lermos os evangelhos e vemos o que aconteceu com Jesus no seu contacto com as pessoas.

Jesus reconciliou-nos entre irmãos e nos reconciliou com o Pai.

Ele tem o poder de perdoar os pecados (*Mt 9, 3-7*; *Lc 7,48-49*). Todos aqueles que aceitam com fé o caminho de Jesus recebem o perdão dos pecados, são reconciliados com o Pai. Cristo realiza a reconciliação entre os irmãos e com o Pai. As criaturas que estavam mortas pelo pecado agora vivem pela graça.

Por isso, S. Pedro nos diz: "*Vós, porém, sois linhagem escolhida, sacerdócio régio, nação santa, povo adquirido em propriedade, a fim de proclamardes as maravilhas daquele que vos chamou das trevas para a sua luz admirável; a vós que outrora não éreis um povo, mas sois agora povo de Deus, vós que não tínheis alcançado misericórdia e agora alcançastes misericórdia*" (*1Pe 2, 9-10*).

2. O CAMINHO DA TRANSFORMAÇÃO DO FILHO

a) O filho ou a filha como presença de reconciliação

A nossa atitude normal seria aquela de responder de igual modo àquele a quem nos ofende. Jesus vem com a sua nova lei e ensina ao filho ou à filha do Reino a corresponder com o bem ao mal que nos é feito. Não é nada fácil este modo de pensar e de agir.

Na comunidade, a filha ou o filho deve ser capaz de se tornar uma presença de reconciliação quando houver contendas entre irmãos. No entanto, o fará com muita prudência e ponderação. A nossa presença não pode ser aquela de fomentar contendas, desavenças entre irmãos. É exigida ao filho ou à filha a máxima discrição e delicadeza na abordagem de alguns assuntos.

b) Ser capaz de perdoar e amar sempre

Em Cristo não há barreiras entre os irmãos. Todos somos irmãos porque temos o mesmo Pai. Entre os filhos, não há '*judeus nem gregos*'. Todos formamos uma só família: a família dos filhos do Reino.

O filho é chamado a ser presença de paz e de reconciliação. A filha ou o filho deve levar o perdão entre os irmãos. (Mt 5, 14-15; Lc 11, 4; 2Cor 2, 5-11). No bairro, no serviço, na comunidade não é fácil perdoar a quem nos faz mal. No entanto, o ser filho ou filha leva a esta atitude de perdão e de amor sem limite ao irmão. É este Amor-Jesus, é este Perdão-Jesus que, em toda a sua vida, proclama a vida nova.

O filho ou a filha deve ser capaz de perdoar e de amar o seu irmão como o Senhor fez. Ele amou os que estavam no

mundo, amou-os até ao fim. O extremo do amor de Jesus é a doação da sua vida por nós (Jo 15, 9-17; Mc 14).

Assim como para Pedro não foi fácil a mudança de mentalidade, assim é para muitos de nós. A compreensão da realidade do reinado do Deus em nossas vidas exige tempo, mas sobretudo a aceitação da força do Espírito que transforma a nossa vida.

Pelo baptismo, recebemos a vida nova e somos chamados a caminhar conforme a graça que recebemos (Rm 6, 4) e a entregar os nossos membros como armas da justiça, ao serviço de Deus (Rm 6, 13).

IV CAPÍTULO

O QUE É SER FILHO DO REINO

1. QUEM PODE FAZER PARTE DO REINO DE DEUS?

a) Todos são convidados para o Reino

Jesus a caminho de Jerusalém, alguém lhe colocou esta interrogação: “Senhor, são poucos os que se salvam?”. Jesus respondeu-lhes dizendo somente: “Esforçai-vos por entrardes pela porta estreita” (*Lc 13, 22-24*).

Jesus oferece o seu amor a todas as criaturas. Ele dá a todos a possibilidade de entrarem no seu Reino. Porém, tal possibilidade não exclui que Jesus se dirija directamente a determinados grupos como é o caso dos pobres: “Fui enviado para anunciar a boa nova aos pobres” (*Lc 4, 18; 7, 22; Mt 11, 5*). Jesus proclama felizes os pobres, porque deles é o Reino de Deus (*Mt 5*). Estas palavras são fundamentais para compreender a realidade do Reino de Deus em Jesus.

b) O Reino é dos pobres de Yavé

No entanto, é de extrema importância que o filho do Reino entenda bem o sentido de pobreza. De que pobres se trata? São aqueles que necessitam de alguma coisa fundamental para as suas vidas; são os desprezados pela sociedade, os pecadores, os publicanos (*Mt 11, 19*); são os marginalizados nas relações sociais; àqueles a quem foram negadas as possibilidades de viver dignamente e que levam uma vida duríssima de falta de emprego, alimentação, luz e água; falta

de possibilidade de estudar; àqueles a quem o oikòs (casa), expressão fundamental de vida, lhes foi negado pelos que podem e determinam a economia e o destino de muitos neste mundo; são os que choram, os prisioneiros, os que têm fome e sede de justiça, os esmagados pela violência, os enfermos; são os que carregam o chizitu (peso) da vida.

Estes são os primeiros destinatários da mensagem do Reino. A todos Deus os defende e ama porque o Reino de Deus fundamenta-se na vida e na dignidade de todos sem distinção de raça, cor, sexo, tribo, língua, povo ou nação.

c) Ser do Reino de Deus é aceitar a vida de Jesus.

Todo aquele que aceita a proposta de vida nova trazida por Jesus Cristo pode entrar no seu Reino. Todo aquele que sentir a necessidade de Deus na sua vida e aceitar que Yavé reine, oriente a sua vida, este pode entrar no Reino de Deus.

O Reino de Deus é uma oferta, uma graça, um presente de Deus aos seus filhos. No entanto, podíamos colocar a interrogação: Qual é a primeira condição para entrar no Reino de Deus? O Reino exige da parte do filho a conversão. A conversão é a primeira condição para a entrada no Reino de Deus.

d) A obediência ao Pai leva-nos ao Reino

Uma outra virtude não menos importante para a entrada no Reino é a obediência. Quem não obedece à voz do Pai não pode estar em sua casa. A obediência leva-nos a descobrir a nova família formada já não pelos laços sanguíneos, mas pela mesma fé em Yavé que cria e salva. E esta fé que leva o filho a erguer os olhos em cada manhã e a dizer: “*Venha a nós o vosso Reino, seja feita a tua vontade*”. Não há coisa maior na

vida do filho que desejar a presença do Reino em cada dia da sua existência, porque o Reino é vida.

2. O TESTEMUNHO DO FILHO DO REINO.

A nossa interrogação continua a ser a mesma: Senhor, quem pode ser filho ou filha do Reino?

É filho ou filha do Reino (Mt 13, 38) aquele que aceita a proposta de vida trazida por Jesus Cristo; aquele que aceita o reinado de Deus na sua vida; aquele que é:

a) Transformado pela força do Espírito que santifica

O ser filho do Reino não se confunde com as práticas religiosas: ir todos os dias à missa; rezar o terço; fazer as orações do (a) filho (a); estar sempre presente nos encontros. Tudo isto já é muito bom, mas não basta. É preciso uma mudança da mente, um deixar-se transformar pela força do Espírito que santifica.

b) Atento ao clamor do irmão

O ser filho do Reino implica estar atento à vida do irmão para servir, pois o Senhor virá e poderá dizer-te: "Não vos conheço"; ou ainda: "Afastai-vos de Mim". (Mt 25, 12.41). É verdade que Deus transforma a história, mas o filho deve fazer um esforço de obediência à vontade do Pai: que o coração de pedra se transforme em coração de carne (Ez 36, 26).

c) Empenhado na transformação social

O ser filho do Reino implica esforçar-se pela transformação da sociedade onde o lobo e o carneiro passam a comer juntos; a espada é transformada em enxada e a guerra em

-20-

paz (Is 2, 4; 11, 6); e que a justiça seja possível para todo o irmão (Is 65, 17-21). O Reino exige de nós o carregar todos os dias a nossa cruz e assumir o caminho do calvário até à ressurreição. Pois Ele próprio o diz: *O meu Reino não é deste mundo*. A transformação não passa pela multidão, mas pela actuação pessoal do filho ou da filha. A filha ou o filho não espera pela multidão (Jer.31,31).

d) Testemunha de esperança e de vida nova

O filho do Reino testemunha a *vida nova (Rm 6,4)*, a esperança para aqueles que caminham desesperados e esmagados pela realidade caduca que oprime e destrui a vida humana. O filho deve ser capaz de dizer ao irmão que, apesar de tudo, há uma esperança numa vida melhor, porque o nosso Deus é um Deus da vida; ele é fiel às suas promessas.

Ser filho (a) também significa reconhecer que tem um Pai a quem deve obediência à sua vontade. Assim viveu Jesus: "Obediente até à morte e morte de cruz" (Filp 2,8).

-21-

Reino e ser, verdadeiramente, filho do Reino. Uma pessoa pode estar no grupo dos filhos e não ser filho do Reino. Não é filho do Reino porque não se coloca no caminho da conversão. Para ser filho (a) é preciso caminhar com Jesus, escutar a sua voz, comprometer-se com a vida do irmão e aceitar o caminho da cruz para a conversão, a vida nova. O bom para o filho é pertencer ao grupo e ser filho (a) do Reino. Cada dia o filho deve ressuscitar para a vida nova.

b) O empenho na justiça e na paz

O encontro com Jesus leva o filho a abandonar a justiça farisaica. Pois, não é possível estar na dinâmica do Reino de Deus com uma mentalidade caduca, onde na vida só vale a lei vivida exteriormente para exibicionismo. Não se trata de puritanismo, desprezando os outros, considerando-se o juiz do irmão. Se o filho soubesse quanto precisa para a sua conversão, não teria tempo para as fofocas que o afastam do Reino. O empenho na justiça exige de nós o dar a cada um aquilo que merece para a vida. Se não reinar a justiça, a paz não será possível.

c) Presença de perdão e de reconciliação

Onde estiver, o filho saberá levar o perdão a quem lhe ofender para que o Reino esteja presente. Não é fácil perdoar ou pedir perdão. Só é possível com a graça de Deus. Nos bairros, nas comunidades de oração e de partilha encontramos irmãos em contendas. A nossa atitude mais cómoda é aquela de olhar passivamente ou de instigar a continuarem separados pelo ódio e vingança. É ali, onde, com ponderação, o filho há-de trabalhar para reconciliar os irmãos. O coração do filho não pode continuar tranqüilo enquanto estiver zangado com o irmão.

d) Ser humilde e saber morrer nos projectos pessoais

Uma das atitudes não menos importantes na vida da filha ou do filho é a humildade. Esta virtude não é sinónima de cobardia, de aceitar tudo. Não. É ser capaz de morrer nos seus projectos pessoais para que os outros também possam viver; é saber calar-se, muitas vezes, quando o desejo do coração é partilhar de uma conversa entre amigos ou amigas que não edifica a vida. Quando o mundo apresenta a ganância, o poder, a prepotência como sinais de glória e de felicidade, a filha ou o filho será capaz de ter um coração manso e humilde como a criança no colo de quem a protege. Tudo isto exige da filha ou do filho uma nova maneira de pensar e de agir.

e) A vivência das bem-aventuranças

S. Mateus (5, 1-20) mostra-nos claramente que a descoberta do Reino leva-nos à novas atitudes de vida. Aqui encontramos o resumo da nova lei do Reino. Só os que vivem nesta nova lei serão capazes de construir um novo céu e uma nova terra. Por isso, são felizes porque acolheram este dom. Mas quem são estes? São aqueles que reconhecem em suas vidas uma pobreza interior e que necessitam de Deus para os salvar; são os que choram, os que vivem na esperança de terem alguém que enxugue as suas lágrimas (Ap. 21, 4; Is 61, 2); são os que têm fome e sede de justiça, aqueles que trabalham por uma vida melhor entre os irmãos; são os simples, os mansos, os que trabalham pela paz e não pela destruição silenciosa e sistemática da vida do irmão; aqueles que são capazes de estender a sua mão ao irmão depois de tantas zangas; os que são perseguidos e que sofrem humilhações por causa do bem comum. A todos estes Yavé dá como herança a terra prometida - Jerusalém celeste. Estes são grandes no Reino.

f) Servir e partilhar sem discriminações

No nosso mundo ainda encontramos muitos irmãos que são levados ao calvário pela ganância, arrogância, injustiça, mentira e pelo egoísmo. Tudo isto porque os homens fabricam ídolos para adorarem e abandonam o Deus da vida. Hoje, na vida da filha ou do filho, torna-se urgente a luta constante contra tais ídolos. Todas as vezes que o homem ou a mulher abandona o Deus da vida destrói a sua própria vida e aquela do irmão (*Rom 1, 25-32*).

Em muitos lugares do nosso mundo (nos hospitais, nas repartições públicas...) para a pessoa ser acolhida olha-se primeiramente para a cor, o sexo, a raça, a língua, a religião ou o statu social. O Reino leva o filho ou a filha a tratar a todos por igual.

A descoberta do Reino leva-nos a partilhar a vida com o irmão. O filho ou a filha não pode manter-se tranqüilo, indiferente enquanto o seu irmão padece com o peso da vida. Por isso, resulta difícil para quem não chora com os que choram e alegra-se com os que se alegram compreender as fraquezas, as tristezas e as alegrias do irmão. Terá sempre uma das atitudes negativas: ou a de inveja pelo bem estar do outro ou a de zombar-se do irmão pelas suas fraquezas. Nenhuma dessa será atitude do filho que descobriu a realidade do Reino em sua vida, ou ainda de indiferença diante do clamor do irmão.

VI CAPÍTULO

OS SINAIS DA PRESENÇA DO REINO DE DEUS NO MUNDO

1. A PRESENÇA DO REINO É VIDA PARA TODOS

a) A vida nova para os marginalizados

A chegada do Reino de Deus faz ressurgir a vida para os que andam na morte. Todo o agir de Jesus situa-se nesta dinâmica da chegada de uma vida nova. Por isso, Lucas diz que a chegada do Reino de Deus traz consequências para a vida das pessoas: *“Os cegos vêem, os coxos andam, os leprosos ficam curados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam, a boa nova é anunciada aos pobres”* (*Lc 7, 22*). Jesus cura e dá a possibilidade de participação na vida social. Ele coloca de lado todas as tradições humanas que vão contra a vida.

b) A dor do irmão partilhada

Os sinais da presença do Reino são sinais de vida. Jesus realiza milagres porque se sente comovido pela dor do irmão. Ele chora por causa da morte do seu amigo Lázaro (*Jo 11, 1-14*); escuta o clamor do cego: “Tende piedade de mim” (*Mt 20, 29-38; Lc 17, 13*).

c) A esperança na vida

O Reino de Deus é a presença do amor de Deus. Quando tudo parece sem futuro e a morte nos invade, Deus tem poder de suscitar vida nova no meio da morte, porque ele é o fundamento da vida e da esperança. Pois Ele próprio diz: "Introduzirei em vós o meu espírito e vivereis" (Ez 37, 14).

No meio de tanta angústia, desespero, sofrimento, morte, vida sem sentido, Jesus diz-nos: "Eu sou a ressurreição e a vida. Quem crê em Mim, mesmo que tenha morrido, viverá" (Jo 11, 25). A primeira palavra de Deus sobre as suas criaturas é a vida; a última palavra de Deus sobre as suas criaturas é a vida. Toda a história da humanidade está marcada por este projecto de vida que o Pai tem para com os seus filhos.

2. O CAMINHO DA TRANSFORMAÇÃO DO FILHO

a) O renascimento da fé e da confiança

S. Marcos, no seu evangelho, apresenta-nos um dado muito importante para a vida da filha ou do filho: a fé (9, 23; 11, 22s). Para reconhecermos que Deus age no meio do seu povo é preciso a fé. Só se aproxima de Jesus para ser curado quem tiver fé. "Jesus, filho de David, tende piedade de mim", "Salva-nos Senhor, porque perecemos" todos estes gritos de dor, de angústia e de desespero que ainda se fazem ouvir nas ruas, nos lares, nas repartições de serviço, nas escolas... Ma a fé neste Deus da Vida abre novos horizontes para o irmão que se sente destruído pelo chizitu (*peso*) da vida. Quando tudo parece perdido, sem possibilidades de recuperação, Jesus vem e diz-te: *Levanta-te e anda*; ou ainda: *Foi a tua fé que te salvou. Vai e estás curado*.

-28-

A vida da filha ou do filho do Reino deve ser uma presença de esperança para o irmão que sofre, que geme na dor. Da boca de um filho ou de uma filha não podem sair expressões como: "Se não fosse eu a ajudar aquela pessoa, não sei o que seria dela!" É Deus que se serviu de ti para o bem do irmão. Só fizeste o que devias fazer. É feio a comunidade receber a *publicidade* do teu bem feito. A presença do filho ou da filha deve ser humilde e silenciosa no fazer o bem, no servir.

Trabalhar sem tornar as pessoas dependentes de nós. Trabalhar para o Reino sem esperar recompensas humanas, honras humanas. Só Deus nos pode recompensar pela nossa doação ao Reino.

b) A libertação de tudo o que destrui a vida

Os sinais da presença do Reino de Deus são sinais de vida, de libertação, porque a chegada do Reino é a possibilidade que Deus oferece ao homem para viver numa sociedade de fraternidade, de solidariedade, de justiça; é a possibilidade de construir uma sociedade nova baseada na lei suprema da edificação da vida.

Em Lucas 7, 22 está fundamentada a espiritualidade do filho ou da filha do Reino. Jesus fica comovido com a dor e o sofrimento do seu povo. Os milagres realizados por Ele são sinais da presença do Reino; são sinais de esperança de libertação. Sim, é possível uma vida nova, uma vida de felicidade.

Aceitar o reinado de Deus em nós implica uma luta permanente contra o anti-reino. Hoje, o milagre do filho deve ser realizado diante de tudo aquilo que escraviza e destrui a vida do irmão. Daqui brota a espiritualidade de disponibilidade para o serviço em favor da vida do irmão, porque se a semente não morrer não pode germinar para dar vida nova; se o filho ou a filha não for capaz de morrer nos

-29-

VII CAPÍTULO

seus projectos pessoais, não haverá vida para os outros. Não é fácil colocar-se ao lado dos mais desfavorecidos, daqueles que precisam de viver, sobretudo quando a grande maioria da sociedade, com a sua maneira de ser e de agir grita: "Crucifica-o! Crucifica-o". (Lc 23, 23).

A VIDA DO FILHO

1. PROCURAR VIVER COMO FILHO DO REINO

a) Todos os dias realizar uma obra como sinal da presença do Reino

Em cada dia, o filho há-de procurar realizar pequenos sinais da presença do Reino na sua vida e na sociedade onde estiver. Nenhum filho ou nenhuma filha do Reino pode terminar o dia e descansar tranquilo sem se interrogar: *Hoje, qual foi o sinal da presença do Reino na minha vida?* Sim, o Reino é como o grão de mostarda, a mais pequena semente que se torna a maior árvore na horta. São os pequenos sinais de vida que constróem, realizam a nossa existência. Por isso, o filho ou a filha não procura fazer grandes coisas para espantar o mundo que o rodeia. Isto seria exibicionismo.

O filho ou a filha procura trabalhar na simplicidade, na discrição, seguindo o ensinamento do Mestre. O importante para o filho ou a filha é saber escrever o seu nome no coração das pessoas que tanto deve servir e amar. A presença do filho ou da filha será de serviço para que os outros possam também viver.

Hoje, tu és o sinal da presença do Reino que Jesus coloca no caminho doloroso do irmão para que possas ajudá-lo a levar a cruz.

b) O serviço e a partilha numa atitude de humildade

Os discípulos ficaram fascinados com a vida de Jesus e seguiram-n'O.

Caminhar com Jesus exige deixar tudo, isto é, ser capaz de colocar como valor supremo o reinado de Deus em mim. Assim aconteceu na vida dos apóstolos e continua a ser o itinerário de todo o discípulo de Cristo.

A espiritualidade do filho deve fundamentar-se na disponibilidade para o serviço do irmão; na partilha e na humildade. Diante da fome e da impossibilidade de alimentar numerosa multidão, a primeira reacção dos discípulos é a de mandarem embora a multidão para comprar alguma coisa de comer. No entanto, Jesus opõe-se e diz: "Dai-lhes vós de comer". (Mc 6,36ss). A atitude dos discípulos é a mais fácil para todos nós: mandá-los embora.

Para Jesus, o importante não é o muito para dar, mas o saber partilhar e servir. Qual é o coração com que se partilha o que se tem? O pouco que temos é muito para Jesus. Ele pode fazer milagres com o pouco que possuímos. Basta apresentares o que tens a Jesus. Por isso, Ele apresenta-nos um programa de vida: as Bem-aventuranças (*Mt 5, 3-12; Lc 6, 20-26*). Jesus proclama a felicidade e a posse do Reino que resultam não dos valores que a sociedade tornou ídolos adoráveis, mas o contrário.

c) Os pensamentos dos homens e os desígnios de Deus

A vida do Reino traz consigo uma mudança de categorias mentais, de hierarquia de valores. A sociedade proclama como valores: o dinheiro, o poder, a honra, a força. Jesus proclama como beato o homem ou a mulher que, no seu caminho para o Pai, coloca como valor da vida a pobreza, ou

seja, Yavé como único Senhor da vida; só a Ele se deve adorar. A maneira de pensar dos homens é diferente daquela de Deus.

Assim, os que choram são consolados, porque os lágrimas, a dor e a morte do meu irmão ou da minha irmã também me fazem sofrer.

Por isso, a presença de um filho ou de uma filha num óbito não é para um café ou para exibicionismo de cantar e de fazer orações longas, mas sim de consolar, de partilhar a dor do irmão e de dar esperança em uma vida nova. É esta presença humilde, silenciosa e de serviço que edifica a família. É difícil para o filho porque a lógica de Deus é diferente daquela do mundo.

d) Quem é grande no Reino?

Os discípulos a caminho com Jesus, discutiam entre eles sobre quem seria o primeiro entre eles. Jesus, escutando a conversa deles, disse-lhes: "*Se alguém quiser ser o primeiro, há-de ser o último de todos e o servo de todos*" (*Mc 9, 33-37; Lc 9, 46-48; Jo 13, 20*). A grandeza do filho está na sua capacidade de servir ao irmão, de criar espaços para que o irmão também possa viver.

A grandeza no Reino consiste em ser como criança, simples, humilde e confiante (*Mt 18, 3-5*). No Reino o poder é serviço (*Mt 20, 20-28; Lc 22, 24-30*). Por isso, todo o encargo assumido na vida do filho, quer dentro da associação quer fora, será sempre assumido com o espírito de serviço ao irmão.

c) A obediência ao Pai como fonte de fidelidade

A vida do filho e da filha do Reino só é possível na fidelidade a Deus e ao irmão. E a fidelidade só é possível se for baseada numa atitude de obediência à voz do Pai e se o filho ou a filha se deixar conduzir pelo Espírito que dá a vida. Tudo aquilo que coloca a vida do filho em perigo será rejeitado no caminho do filho.

O agir do filho brota da experiência que tem da sua relação com o Pai e que o leva a entregar toda a sua vida das Suas mãos. Quando tudo parece impossível, o filho ou a filha será capaz de dizer: '*Pai nas tuas mãos entrego o meu espírito*' (Lc 23, 46). Este grito só pode sair dum coração que já experimentou Deus na sua vida. É um acto de confiança, de entrega total ao Pai.

f) Viver para servir e partilhar a vida com o irmão

A mensagem do Reino leva a filho ou o filho a um compromisso na vida; leva a filha ou o filho a trabalhar pela transformação da sociedade, até que Jesus reine na vida do irmão; leva a filha ou o filho a comprometer-se com a vida do irmão. Daí nasce a estruturação e os serviços na AFIR (Associação dos Filhos do Reino).

2. O TESTEMUNHO DO FILHO

a) Ser de Jesus, com Jesus e para Jesus.

Todo o itinerário da espiritualidade do filho ou da filha do Reino baseia-se nestas três passagens: Lc 7, 22 ; Mt 5, 1-7; Mt 11.

A vida da filha ou do filho é:

- De abandono nas mãos do Pai. Esta confiança renova no filho a esperança de uma vida nova;

- Feita de pequenos sinais da presença do Reino. Ou seja, ser capaz de assumir a vida do irmão nos momentos de dor e de alegria; procurar ser sempre presença de vida para o irmão;
- De empenho pela transformação das estruturas que destroem a vida do irmão. A indiferença e a cobardia são sinais evidentes da não presença do espírito de Jesus no coração da filha ou do filho. O filho é chamado a preocupar-se pela terra onde vive; a desejar os novos céus e a nova terra onde reina a paz e a justiça. A pobreza cultural e material, a pobreza intelectual e a pobreza espiritual são formas de não dignidade da pessoa humana.
- De proclamação dos valores do Reino. São, entre tantos, valores do Reino: o colocar Deus acima de todas as criaturas, a justiça, a paz, a liberdade, a dignidade da pessoa humana; a humildade, a oração, a capacidade de partilhar a vida e de sentir a dor do irmão;
- Uma vida de solidariedade; uma vida que leva o filho ou a filha a estar sempre com o irmão, pois caminhar sozinho ninguém consegue. Só na fraternidade, na amizade e na partilha se pode construir o mundo de paz e de justiça;
- Uma vida onde a cruz é assumida como sinal de entrega total para o bem dos irmãos. Pois, onde a vida é sacrificada, a verdade esmagada, o filho ou a filha será capaz de assumir a cruz para transformar as realidades terrenas e apresentar ao homem e à mulher do seu tempo a possibilidade de uma vida

nova que nasce da cruz assumida por Cristo. A cruz de Cristo para a filha ou o filho do Reino não deve ser tomada como simples sinal onde Jesus foi crucificado, mas o elemento central da vida do filho. A cruz é toda a vida de Jesus. É esta entrega total de si para que os irmãos tenham vida nova. Quem não se compromete com a vida nunca pode assumir a cruz para uma vida nova.

- **Uma vida de compromisso.** O comprometer-se com a vida exige de nós uma violência com tudo aquilo que coloca em perigo a vida. Jesus afirma que o Reino é dos violentos. Se a semente não morrer não pode germinar e dar fruto.

- **De renúncia a tudo o que destrui a vida.** Ninguém pode comprometer-se com a vida se não morrer nos seus projectos pessoais. É difícil este caminho, mas é possível com a graça do Senhor. Por isso, a oração é o segredo da força e da perseverança da filha do ou do filho. A eucaristia é a fonte da vida, onde o filho recebe a graça para a vida. Nenhum filho pode pensar em construir uma sociedade nova sem esta vida em Cristo. É preciso o compromisso pessoal que brota dum testemunho de fé da vida com Jesus.

VIII CAPÍTULO

OS INIMIGOS DO REINO

1. OS OBSTÁCULOS NA CAMINHADA PARA O REINO

a) Os sete conquistadores do teu coração

- **A inconstância** – reina no coração quando a filha ou do filho já não encontra momentos para estar com os irmãos, partilhar a vida, rezar e cumprir com os seus deveres. Encontra desculpas para tudo. A preguiça subtilmente apodera-se da nossa vontade; é ela quem decidi aquilo que não se deve fazer. Se hoje apareceu para uma actividade, amanhã já fará cálculos para não estar presente e ocupar-se de outras coisas que não sejam da vida do grupo. Com os inconstantes não se pode fazer programa de vida, porque não se sabe quando é que estão presentes. Estes não se comprometem firmemente.

- **A sedução das riquezas** – um dos maiores perigos do nosso tempo. A riqueza em si é boa, mas quando estiver acima da vontade de Deus, ela torna-se deusa. Aquilo que devia ser ajuda para a felicidade torna-se motivo de separação da nossa amizade com Deus Pai. Deus já não tem lugar na nossa vida; muito menos a vida do seu irmão. Tudo é relativo aos bens materiais. Onde Deus desaparece não há possibilidade para a vida.

- O egoísmo -- não é o menos importante entre os conquistadores do coração do filho. O egoísmo leva o filho ou a filha ao esquecimento do irmão. Tudo é para mim. Não há partilha nem esperanças de solidariedade com aquele que necessita da minha presença

- O farisaísmo e o exibicionismo -- é a tentação de querer aparecer sempre. O bem que tivermos feito não precisa de publicidade; ele propaga-se por si mesmo. Jesus nos aconselha: *'Que a tua mão esquerda não saiba o que faz a tua mão direita'*. Ao filho ou à filha se exige um pouco de discrição.

- A prepotência e a arrogância -- o orgulho e o pensar que sabe tudo são formas evidentes de prepotência e de arrogância. O filho ou a filha perde a capacidade de escuta; escuta-se a si próprio e não mais a Deus nem ao irmão. Elas matam a humildade.

- A fome do poder -- os discípulos quando eram a caminho com Jesus, discutiam entre si sobre quem seria o maior. Jesus, atento à sua conversa, perguntou-lhes sobre o que discutiam pelo caminho. Jesus aproveitava-se desta ocasião para ensinar aos seus amigos que no Reino o poder se converte em serviço. O poder não é para mandar; fazer e desfazer como quer e quando quer. O poder se converte em autoridade para ajudar os irmãos a crescerem como pessoas dignas. Por isso, na família dos filhos do Reino não existe a terminologia - presidente, mas servo. O animador, o responsável é servo dos irmãos.

- A indiferença ao clamor do irmão -- é insensibilidade; surdez, cegueira diante da vida do irmão. A atitude do filho ou da filha do Reino perante o sofrimento, o desespero, a fome e a morte do irmão não é outra senão aquela de consolar e de assumir a dor do seu irmão. Jesus comoveu-se por causa da morte do seu amigo Lázaro (Jo 11, 33); Jesus assumiu a dor humana para a transformar em vida.

Para o filho ou a filha do Reino, a vida do irmão deve ser uma interpelação para o seu coração. O seu clamor é uma preocupação para mim, como diz o profeta: *"Por amor de Sião, não me calarei, por amor de Jerusalém não descansarei, até que apareça a aurora da sua justiça, e a sua salvação brilhe como chama."* (Is 62,1).

O filho deve estar preparado porque estes obstáculos caminham sempre na nossa vida. Jesus deixou-nos o exemplo quando foi tentado pelo demónio.

2. O CAMINHO DA TRANSFORMAÇÃO DO FILHO

a) A força que os vence

A única força que os pode vencer é a graça de Deus, a oração, a perseverança e o domínio de si. Jesus diz-nos: *"Velai, pois, orando continuamente, a fim de terdes força para escapar a tudo o que vai acontecer e aparecerdes firmes diante do Filho do Homem"* (Lc 21, 36).

A nossa vida de amizade com o Pai não é possível sem esta relação interpessoal com Ele. A amizade com o Pai se cultiva com a Eucaristia e a vivência dos sacramentos. É na Eucaristia onde o filho ou a filha alicerça a sua relação com Jesus. *Os sacramentos são um encontro pessoal com o Senhor.* Se na vida do filho ou da filha não há estes momentos como se pode falar de crescimento espiritual? E se não há crescimento espiritual como se pode combater para vencer?

O filho ou a filha deve cultivar dentro de si o domínio de si mesmo. Dentro de nós há algumas tendências que nos podem afastar da amizade com o Senhor. É preciso um esforço interior, pedindo sempre a ajuda do Senhor, para que possamos sair vitoriosos destas situações. É um empenho para toda a vida.

A prática dos retiros trimestrais, as orações de piedade e as novenas também ajudam a vencer muitos obstáculos na nossa caminhada como filhos.

Os retiros são feitos trimestralmente. Alguns destes retiros podem coincidir com aqueles que são feitos nos tempos fortes (advento - natal e quaresma - páscoa).

b) A via segura na vida do filho ou da filha

O primeiro elemento para a vitória é a obediência ao Pai. Quem for capaz de seguir a voz do Pai estará sempre no caminho da graça. E a graça derruba os inimigos do Reino. O filho ou a filha deve colocar-se sempre esta interrogação: 'O que estou a fazer neste momento é conforme à vontade do Pai?'

O segundo aspecto não menos importante é o da oração. Como veremos adiante, a oração bem feita coloca-nos sempre em sintonia com o Pai. Do Pai, pela escuta da Palavra meditada na oração, recebemos graça sobre graça.

Não há tristeza tão grande como aquela de um pai que vê o filho ou a filha que muito ama caminhar contra a vontade deste pai! Assim acontece com o nosso Pai Celeste. A sua maior preocupação é a felicidade dos seus filhos.

O filho ou a filha do Reino há-de pedir sempre a força ao Senhor a fim de testemunhar o seu nome: "Senhor Jesus, eu quero ser todo vosso; Senhor Jesus, ajudai-me a vencer o mal." Os inimigos do Reino só são vencidos com a fidelidade ao Pai e ao irmão.

IX CAPÍTULO

A ORAÇÃO NA VIDA DO FILHO

1. A ORAÇÃO COMO FONTE DE VIDA

b) A oração como momento de encontro com o Pai

A oração é o momento de diálogo do filho com o Pai. Na oração o filho ou a filha escuta a voz do Pai e entrega toda a sua vida a Ele para a transformar e a fortificar com a sua graça.

A oração do filho ou da filha leva consigo a dimensão comunitária e aquela individual. O filho ou a filha encontra momentos para estar com os irmãos e com eles rezar. O próprio Senhor nos diz que onde estiverem dois ou três reunidos em seu nome, Ele estará no meio deles (Mt 18, 19ss). Por outro lado, o filho ou a filha tem necessidade de estar a sós com o Pai.

Jesus rezou sempre e ensinou-nos a rezar (Lc11, 1-4; Mt 6,9-13; Jo 17). A oração é uma exigência para a fidelidade. Nenhum filho pode manter-se fiel ao Pai se não cultivar o espírito de oração pessoal e comunitária.

A oração ajuda-nos a descobrir o desejo do Pai para as nossas vidas. Uma das grandes tentações na nossa vida é fazermos aquilo que queremos fazer e não tanto a vontade do Pai. A nossa atitude deve ser aquela de Jesus quando nos ensina a pedir a realização da vontade do Pai nas nossas vidas: “Venha a nós o vosso Reino; seja feita a vossa vontade”. Sem

a oração, o nosso trabalho, por mais generoso que seja, facilmente se converte em um simples operar humano, sem o espírito de serviço em Deus.

Este nosso diálogo com o Pai deve ser num espírito de humildade e não de orgulho (Mt 18, 9-14), reconhecendo as nossas limitações, confiando sempre na força do espírito que intercede por nós como nos ensina Paulo: “*O Espírito vem em auxílio da nossa fraqueza, pois não sabemos o que havemos de pedir, para rezarmos como deve ser; mas o próprio Espírito intercede por nós com gemidos inefáveis*”(Rm 8, 26).

a) A oração como atitude

O filho é chamado a cultivar um gosto especial pela oração. A oração para o filho ou a filha não deve tornar-se um peso, uma obrigação exterior, mas uma necessidade do seu ser filho ou filha do Reino.

O nosso encontro com o Pai na oração deve ser espontâneo, não forçado. A oração deve brotar de um coração livre e confiante; de um coração que sente um vazio dentro de si quando ela não é feita. O filho ou a filha pode cair no risco de somente rezar no momento em que precisa de uma graça. Esta oração seria aquela de forçar a Deus para fazer o que nós queremos. A nossa oração deve ser constante; nas alegrias e nas tristezas.

Diz-nos o livro dos Actos dos Apóstolos: “Eram assíduos ao ensino dos Apóstolos, à união fraterna, à fracção do pão e às orações” (Act 2,42). O segredo das suas vidas era a perseverança.

Somente a fidelidade ao Senhor pode levar o filho ou a filha a ser perseverante na sua acção e ao seu compromisso.

O excesso de trabalho, a distração, a preguiça e a inconstância podem afastar-nos da vida de oração. Quando estes se apoderam do nosso coração, apresentamos muitas desculpas para justificar a nossa ausência nos encontros de oração. O filho ou a filha do Reino dever saber que todos os trabalhos feitos só serão bem feitos se forem acompanhados de uma oração fervorosa.

2. O TESTEMUNHO DO FILHO

a) A Eucaristia como centro da vida

A oração, como dissemos acima, ajuda-nos a descobrir que coisa o Senhor pede ao seu filho que faça. Ela não deve converter-se em lugar de fuga da vida fatigada, angustiada, mas fonte de vigor para o testemunho do Reino.

A nossa vida precisa de ser alimentada. Assim acontece com a vida espiritual. Ela precisa de ser nutrida para crescer e manter-se no meio das dificuldades deste mundo. E ninguém pode crescer se não estiver ligado a Jesus (15, 1-17).

Toda a nossa vida deve ter como centro a Eucaristia. A partir da Eucaristia, nós ganhamos força para o testemunho do Reino; é na Eucaristia onde depositamos tudo quanto temos e somos. Na Eucaristia entregamos tudo a Jesus e recebemos tudo de Jesus.

Por isso, na celebração da Eucaristia, o filho ou a filha deve encontrar este momento para entregar de tudo ao Senhor e para receber d'Ele o que é necessário para a vida.

b) A vivência do dia como criança

A criança, durante o dia, brinca, diverte-se, mas sempre com o olhar atento à mãe. Por vezes, vai à mãe para desafogar, pedir, chorar, alegrar-se. Ela sente a presença da mãe na sua vida. Por sua vez, a atitude da mãe será aquela de atenção para com o filho ou a filha. Assim é Deus para conosco. Ele está presente em todos os momentos da nossa vida: na aflição, na dor, na alegria e no sofrimento.

A oração do filho pode assumir várias formas:

- **Oração de louvor ou de acção de graças:** louvar, agradecer ao Senhor pelo dom da vida, da fé, do grupo e de todos os benefícios d'Ele recebidos;
- **Oração de perdão:** ser capaz de reconhecer as próprias limitações. Um filho ou uma filha que não reconhece o seu pecado não pode crescer nem em comunidade nem pessoalmente. Saber perdoar para ser perdoado é uma virtude.
- **Oração de petição ou de súplica:** é o momento em que entregamos tudo ao Senhor, pedindo-Lhe que escute as nossas pobres preces.
- **Oração de consagração ou de confiança:** é uma das orações mais belas do filho ou da filha. Entrega tudo ao Pai, esperando que se faça somente a Sua vontade. Esta deve ser a oração de todas as manhãs e principalmente nos momentos difíceis da vida. Quando não compreendemos muita coisa que acontece conosco, a nossa atitude será aquela de entregar tudo nas Suas mãos.

Como passar o dia?

Ao despertar-se: o filho começa o dia com a oração diária do filho; o Pai nosso e a leitura bíblica de um texto à sua escolha ou das leituras da eucaristia do dia. Consagra o seu dia ao Senhor. Que Jesus reine no seu coração.

Durante o dia: o filho preocupa-se para levar à presença do Pai qualquer sinal de serviço para o bem do irmão. Procura deixar claro o testemunho do Reino no meio onde se encontrar.

Antes de se deitar: a inquietação continua a ser a mesma: como apresentar-se ao Pai?

- Faz a oração do filho e o exame de consciência.
- Agradece ao Pai pelo dia e pede perdão por tudo o que não foi do seu agrado, rezando o salmo 50
- Entrega a noite nas mãos do Pai.

X CAPÍTULO

MARIA NA VIDA DO FILHO

1. MARIA, MODELO DE VIDA

b) Maria, mulher que escuta

As situações do tempo presente, muitas vezes, não nos permitem escutar a voz do Senhor que nos chama. A escuta do Senhor requer de nós um saber colocar de lado muitas outras preocupações que estorvam a nossa vida.

Uma das grandes preocupações de Maria é a de estar atento à voz do Senhor que a chama para uma missão, um compromisso.

Maria escuta a voz do Senhor que a interpela para uma missão. Ela não percebe e duvida. É o momento de discernimento, de reflexão sobre tão grande responsabilidade! No entanto, responde com fé e entrega de si ao plano do Pai: "Eis a seiva do Senhor" (Lc 1, 38). Esta disponibilidade faz dela uma mulher que coloca tudo nas mãos do Senhor.

c) Maria, mulher de fé e de oração

A fé é esta atitude de resposta à chamada do Pai. Maria responde, entregando-se nas mãos de Yavé. Esta atitude humilde e confiante leva-a a exaltar o nome do Senhor com o seu magnificat. Maria reconhece as maravilhas que Yavé realiza na sua vida e exalta a sua justiça, pois, Yavé derrubou

os poderosos e exaltou os humildes; aos famintos encheu de bens e aos ricos despediu de mãos vazias (Lc 1, 46-55).

Maria, nas bodas de caná, não se exalta. Ela mantém-se silenciosa. No entanto, preocupa-se para que não falte vinho. Pede ao Filho que interceda (Jo2).

Não é fácil para uma mãe ver o único filho suportar a morte como aquela de Jesus. É preciso fé e confiança total em Deus. Maria tudo suportou e entregou ao Pai.

a) Maria, mulher de serviço

Quando ouviu que a sua prima estava para ser mãe, foi ajudá-la durante um tempo. Maria não se contenta somente com a notícia. Não era fácil também para Maria deixar a sua casa para ir até onde estava a sua prima. Mas ela caminha, vai ao encontro de quem precisa de ajuda. A atitude de serviço marca toda a sua vida.

Maria coloca-se ao serviço de Deus, esperando que Yavé cumpra com o seu plano.

2. O TESTEMUNHO DO FILHO

a) Aprender a viver como Maria

Parece-me que os nossos ouvidos estão mais atentos para escutar e apreciar o que dizem sobre a vida das outras pessoas. No mundo de hoje, não é fácil calar-se diante da 'focá' (mentira) que destrói o irmão. Dizeres como: "Ouvi no mercado;" "Ouvi no hospital", são frequentes entre nós. E sem fundamento, tu levas e contas a uma outra pessoa. Ouviste e nem sabes quem falou!

O filho é chamado a cultivar a atitude de saber escutar e, por vezes, calar-se diante de algumas situações.

Quantas coisas acontecem na nossa vida e que nos levam a profundas interrogações que não encontram respostas? Maria ensinou-nos a depositar tudo nas mãos de Deus. É uma atitude de fé e de confiança em Yavé.

O filho ou a filha deve aprender de Maria a sair de si mesmo para ir ao encontro do irmão que necessita da nossa presença. Quantos irmãos sofrem sem nenhuma ajuda! Isto acontece porque a insensibilidade entrou fortemente nos nossos corações.

Maria é modelo de fidelidade a Jesus. Nos momentos de alegria e naqueles de dificuldades, até à morte, Maria foi sempre fiel ao seu Filho.

XI CAPÍTULO

O BANQUETE DOS IRMÃOS

2. À VOLTA DO MESMO PÃO

a) O banquete é partilha e serviço.

Jesus assume um símbolo central na vida: a refeição – o banquete. Ele come com os publicanos (Mc 2, 15-17); multiplica os pães e dá de comer aos que têm fome (Jo. 6) e ensina-nos a pedir sempre o pão ao Pai celeste (Mt 6, 11; Lc 11,3).

O estar à mesa com alguém é algo mais do que o simples consumir os alimentos. E também partilhar a vida. Os que não podiam estar juntos para o banquete agora podem estar juntos para uma refeição (Lc 14, 15). O banquete destrói as barreiras. Já não há discriminação.

Ninguém fica à vontade numa mesa quando estiver em conflitos com o irmão que contigo partilha uma refeição; ninguém convida alguém para a refeição de um baptismo, casamento ou aniversário quando sabe que esta pessoa não partilha contigo a vida. Jesus toma a refeição com os pecadores e marginalizados porque pretende assumir as suas vidas e transformá-las; Jesus quer comunicar-lhes a sua experiência de vida com o Pai.

Daí que o banquete para a filha ou o filho do Reino representa não somente o comer junto, mas, sobretudo a

partilha da vida com o irmão. O banquete é um dos momentos privilegiados para a filha ou o filho do Reino estar próximo do irmão mais esquecido ou afastado na sua vida.

Jesus tornou-se alimento. Ele, à mesa com os seus, transforma o pão em seu corpo e o vinho em seu sangue.

b) Cristo que se manifesta e que se oferece

No evangelho de João, o primeiro milagre que Jesus realiza foi nas bodas de Caná (Jo 2,1ss). Jesus manifesta a sua atenção para com a aflição da sua Mãe (*não têm vinho* – Jo 2, 1-12).

O gesto de Jesus no banquete revela a sua sensibilidade para com a nova família sem vinho.

Jesus manifesta-se como o presença vida da reconciliação da humanidade com o Pai. Quando os homens constróem barreiras que os separam uns dos outros, Jesus vem com a sua palavra e a sua vida dizer a todos: aqui está a proposta de uma vida nova onde as pessoas têm como linguagem única – o amor. Assim, Jesus foi capaz de assumir a vida dos pobres, dos marginalizados, dos coxos e dos cegos e dar-lhes esperança de vida.

Jesus, no seu último, banquete antes de morrer, ofereceu-se como alimento para todo o caminhante neste mundo. Neste banquete, Ele lava os pés dos seus discípulos (Jo 13,120). E com este gesto, Jesus ensina aos seus amigos a servirem e a amarem a todos por igual.

1. O CAMINHO DE TRANSFORMAÇÃO DO FILHO

a) Todos nos sentimos um só.

Jesus traça um caminho para os seus seguidores. O banquete leva o filho ou a filha a descobrir o rosto de Jesus escondido no irmão. Por isso, não é possível para o filho ou a filha do Reino sair dum banquete de irmãos com barreiras, inimizades, zangas e ciúmes. O banquete derruba os inimigos do Reino; derruba as barreiras entre os irmãos e faz de todos uma só família. No banquete não há marginalizados; todos são irmãos e com os mesmos privilégios de filhos. O banquete leva-nos a um compromisso na vida concreta.

Depois do banquete dos irmãos se uma filha ou um filho do Reino ainda sair com rancores, inimizades, ciúmes, invejas contra o seu irmão, que diga este filho ou esta filha: "Eu não celebrei o banquete dos filhos; o meu banquete foi um fracasso porque os inimigos do Reino ainda estão em mim". Quão triste deve ficar o coração desta filha ou deste filho por não ter celebrado dignamente o banquete dos irmãos! Esta mágoa deve levar a minha vida a um compromisso para a mudança.

b) O que é o banquete e como se realiza?

O banquete é a reunião mensal ou bimensal dos filhos onde partilham da palavra, recebem Jesus sacramentado na Eucaristia e convivem como irmãos.

Estrutura do banquete:

I parte

1. Oração do filho (*ou um canto apropriado*)
2. Leitura bíblica – comentário
3. Sl 50
4. preces

II parte

Eucaristia (breve homília e realçar o ósculo de paz))

III Parte

Confraternização:

Cada filho ou filha deve ser portador (a) de qualquer coisa para comer; um simples pão, gasosa ou lanche para manifestar a partilha. Tudo deve ser colocado à mesa e partilhado. Ninguém deve comer às escondidas o que é seu. Isto só revela egoísmo. Nenhum filho deve ser marginalizado. Mesmo que não tragas nada não te sintas marginalizado. Aconchega-te aos teus irmãos. No entanto, todos devem fazer o esforço de sempre levar qualquer coisa para animar, colorir o ambiente do banquete.

Anexo 17: *Ilándulu*. Algumas linhas de orientação para os formadores, servos e responsáveis dos Filhos do Reino

DIOCESE DE CABINDA
ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS DO REINO

ILÁNDULU

Algumas linhas de orientação para
os formadores, servos e responsáveis
dos Filhos do Reino

Vol I
Ad usum privatum

Roma, Outubro de 2003

DIOCESE DE CABINDA
ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS DO REINO

ILÁNDULU

Algumas linhas de orientação para
os formadores, servos e responsáveis
dos Filhos do Reino

Vol I

Ad usum privatum

Roma, Outubro de 2003

Aos irmãos responsáveis, servos e formadores na famílias dos filhos do Reino,

Entrego este pequeno guia que vos poderá ser útil nas vossas actividades e no crescimento da vossa amizade com Cristo.

Reconheço e louvo o trabalho que tendes feito para o bem dos irmãos. O meu muito obrigado ao Pai Celeste que vos concedeu este tão grande dom para caminhardes com os irmãos na busca do Reino de Deus.

Que Deus continue a coroar-vos de bênçãos.

Confiai sempre no amor infinito do Pai.

Bika Nzâmbi kalusálisa.

Roma, 9 de Outubro de 2003.-

O vosso irmão


Silvino Mazunga, padre.-

ORIENTAÇÕES PARA OS RESPONSÁVEIS DOS FILHOS DO REINO

A ORGANIZAÇÃO DO GRUPO

A FIGURA DO RESPONSÁVEL OU SERVO

O responsável deve saber como está organizado o grupo, como deve organizá-lo para melhor trabalhar com os seus irmãos.

O grupo não é uma propriedade do responsável. Por isso, terá sempre em consideração que está a trabalhar com pessoas e não com objectos. O respeito, a prudência, a paciência, o perdão, o espírito de serviço aos irmãos, a coragem, o espírito de oração, a compreensão das limitações do

outro e das suas fraquezas serão atitudes permanentes na vida do responsável sem dispensar aquelas ~~outras~~ que devem fazer parte de todo o membro responsável dos filhos do Reino.

O responsável deverá procurar sempre animar o grupo. Estar próximo dos membros que mais faltam ou que estão a desanimar; criar amizades entre os membros do grupo; ser sinal de unidade e não de contendas ou de divisões.

Evitar discussões no grupo. Ser ponderado nas críticas; saber aconselhar os membros.

Estar atento às necessidades dos irmãos no grupo.

Procurar a boa imagem de todos os irmãos. Nunca falar mal dum membro aos outros.

Ter sempre um programa de acção para o grupo e não improvisar os encontros.

Trabalhar com todos e não descriminar ninguém no grupo. Nunca trabalhar sozinho.

O GRUPO É FORMADO POR TRÊS ESCALÕES:

- * Crianças (*unona*)
- * Jovens (*juniores*)
- * Adultos (*seniores*)

Cada escalão tem um coordenador paroquial.

O Coordenador Paroquial responde por um determinado escalão. Ele deve reunir-se com os formadores para fazerem os programas e avaliarem o andamento do seu escalão.

O programa do Coordenador Paroquial deve ser apresentado sempre ao

Coordenador Diocesano do seu escalão, ao Servo Paroquial, ao pároco e ao Servo Diocesano.

O Coordenador Paroquial deve reunir-se com os membros representantes dos secretariados do seu escalão.

O Coordenador Paroquial é nomeado ou eleito pelos membros formadores e pelos representantes dos secretariados.

O Coordenador Diocesano é o responsável de um escalão a nível da diocese. Ele é escolhido (eleito) de entre os Coordenadores paroquiais.

Por exemplo: O Coordenador Diocesano para os jovens é escolhido entre os três coordenadores paroquiais dos jovens (*Sé Catedral, Imaculada e Lândana*).

Há um pequeno grupo de filhos do Reino que formam o que se chama de grupo de formadores ou animadores dos núcleos.

Os formadores ou animadores são membros do grupo escolhidos para animarem os encontros de formação nos escalões.

O trabalho dos formadores ou animadores:

1. Cada formador (a) ou animador (a) é responsável por um núcleo. O núcleo é uma subdivisão (**25 membros no máximo**) dentro do escalão entregue a um animador para o seu acompanhamento, evitando a massificação da Associação.

2. O formador deve conhecer pelo nome os seus irmãos do grupo.

Prepara os encontros de formação com os outros formadores.

3. Anima os membros do grupo a não desfalecerem. Faz o controlo dos membros com uma lista própria.

4. O formador (a) ou animador (a) faz o programa paroquial com os outros formadores e o Coordenador Paroquial.

5. O formador não deve substituir o lugar do Coordenador Paroquial nem este por aquele.

6. O número de formadores depende da quantidade de membros da associação em cada escalão.

7. Um formador de uma paróquia pode ir a uma outra paróquia para dar

formação. No entanto, só o fará com a autorização do seu coordenador paroquial ou a pedido do Servo Diocesano.

8. Os formadores (as) de cada paróquia reúnem-se semanalmente para a preparação dos encontros de formação. Também podem reunir-se em conjunto com os formadores das outras paróquias para uma preparação conjunta.

9. O formador deve obedecer ao programa paroquial e diocesano. Este não deve inventar nada fora do que está proramado para não haver desarmonia entre os irmãos.

10. O seu trabalho é servir e não mandar. Ele deve ser exemplar no

cumprimento do que está programado para a vida dos filhos.

COMPOSIÇÃO DA DIRECÇÃO PAROQUIAL DOS FILHOS DO REINO

SERVO PAROQUIAL: é o responsável de toda a Associação em uma determinada paróquia onde a mesma se encontra instalada.

Este responde por tudo a respeito da associação nesta paróquia.

O Servo Paroquial trabalha com os membros da direcção paroquial, com o Pároco e com os outros membros da paróquia. Ele faz a ligação da paróquia com a associação.

SÃO MEMBROS DA DIRECÇÃO PAROQUIAL:

-) O Servo Paroquial.
-) Secretário Geral (Servo adjunto).
-) Os Coordenadores dos escalões da paróquia.
-) O secretário para a Liturgia e Espiritualidade.
-) O Secretário para a Planificação e Finanças.
-) O Secretário para as Relações Públicas e Informação.
-) O Secretário para a Saúde.
-) O Secretário para o Desporto e Recreação.
-) Dois formadores nomeados pelo Conselho de Pastoral.
-) Dois filhos do Conselho de Disciplina e fiscalização.
-) O Assistente Eclesiástico Paroquial.
-) Três membros Consultivos.

A DIRECÇÃO PAROQUIAL faz os seus encontros trimestralmente para a avaliação e a programação da vida paroquial. Nas suas actividades, deverá ter sempre em consideração o programa da paróquia e da diocese onde estiverem os filhos.

O Servo Paroquial deverá apresentar sempre o seu programa ao Pároco do lugar antes de metê-lo em acção.

Os secretariados devem apresentar sempre um relatório trimestral.

Em cada trimestre deve apresentar um relatório ao Servo Diocesano e ao Assistente eclesiástico.

O Padre Assistente acompanha e anima toda a vida dos filhos. Procura dialogar com todos.

14

OS MEMBROS DO CONSELHO DIOCESANO

FAZEM PARTE DO CONSELHO DIOCESANO:

Servo Diocesano

Servo Diocesano Adjunto

Servos paroquiais

Coordenadores dos escalões nas paróquias

Dois formadores de cada paróquia

Um representante de cada secretariado paroquial.

Um representante de cada conselho de Disciplina e Fiscalização paroquial

Três membros do Conselho consultivo

Uma religiosa

O Assistente Diocesano

Este órgão decide as linhas de orientação para toda a associação a nível da diocese. É eleito para três anos de mandato.

15

FORMAÇÃO E ACTIVIDADES LITÚRGICO-ESPEIRITUAIS

Os jovens têm semanalmente um dia de formação e um outro para a oração.

As crianças só têm um encontro por semana.

Haverá mensalmente uma missa para todo o grupo a nível da paróquia. De preferência que seja num domingo. Nesta celebração os filhos devem vir uniformizados ou simplesmente com o lenço, dependendo das orientações do Servo Paroquial da Associação ou do Servo Diocesano. Tal celebração pode ser com toda a comunidade paroquial ou num lugar a parte.

Os responsáveis devem procurar promover actos de piedade (*novenas, devoções aos santos, à Virgem Maria*). Felicitar os filhos nos dias dos seus aniversários.

16

O mês de Setembro - mês da família dos Filhos do Reino - tem uma programação especial (*jogos, visitas, limpezas, retiros, novenas...*) que começa em Julho.

Trimestralmente pode haver um encontro entre duas ou mais paróquias.

Duas vezes por ano, os jovens têm uma formação intensiva de cinco dias seguidos. Evita-se que seja no tempo de provas ou de exames escolares. O tempo de formação para cada dia não deve superar duas horas.

Os assuntos abordados nestes encontros de formação são de carácter diverso. Os padres e as madres, normalmente, são convidados para este tempo de formação. No entanto, é preciso uma preparação antecipada por parte dos responsáveis. Também podem ser convidados leigos, desde que salvaguardem o espírito doutrinal da Igreja Católica e da Associação.

17

TEMPO DE FÉRIAS

Durante o tempo de férias, os jovens realizam um acampamento de uma semana ou de 15 dias. O acampamento serve para a consolidação da formação da personalidade e do conhecimento mútuo. Também ajuda para a coesão do grupo; a ocupação do tempo livre dos jovens; a mudança de ambiente; a aquisição de novos conhecimentos.

Os orientadores do acampamento deverão procurar ajudar os jovens a fazerem brotar as potencialidades pessoais que têm para a sua formação integral. Este momento, também deve ser oportuno para a oração e o discernimento vocacional.

Actualmente o acampamento é realizado em Fevereiro (*logo no princípio*).

18

ADVENTO E QUARESMA

São programados alguns retiros nos tempos fortes (advento e quaresma). Durante este tempo também é realizado o sacramento da reconciliação para o grupo.

Para pregadores de retiros ou exercícios espirituais podem ser convidados alguns padres, seminaristas ou algumas religiosas. É aconselhável que os jovens sejam separados das crianças. O tempo de formação para as crianças deve ser breve.

Evitar actividades nocturnas para o grupo todo.

ACTIVIDADES CARITATIVAS E RECREATIVAS

Devem ser programadas algumas visitas: visitas domiciliarias (*casas dos membros do grupo, familiares, amigos,*

19

benfeitores); visitas nos hospitais e nas prisões.

Devem ser programados encontros com os outros grupos da paróquia ou da diocese.

Campanhas de limpeza na paróquia; cemitérios; ruas da cidade ou do bairro.

Visitas aos lugares importantes da diocese. Passeios. Evitar o banho na praia.

Salão

Devem ser programados alguns encontros de jogos de futebol onze e salão. O jogo ~~são~~ é mais para as meninas, pois para os rapazes resulta muito agressivo.

As IRMÃS RELIGIOSAS encarregadas pelo acompanhamento dos jovens poderão programar alguns encontros somente para a formação das meninas; são também responsáveis pela promoção vocacional à vida consagrada e ao sacerdócio ministerial.

ORAÇÃO DIÁRIA DO FILHO

Senhor, Nosso Deus! Tu és o nosso guia!
Graças te damos pelo amor com que nos amaste,
estando ainda no pecado!
Fazei-nos mensageiros do Reino de paz,
onde cada homem se sinta amado
e se encontre consigo na oração.
Oh meu Senhor, que sejamos como Tu
que vieste para servir e não para ser servido.
Amém.
(com aprovação eclesialística - 1998)

000 = 000 = 000

AFIR - Associação dos Filhos do Reino, vulgarmente chamada *Filhos do Reino*, é um grupo de crianças, jovens e adultos que aceitaram a proposta de vida trazida por Jesus Cristo.

Fundação: 22. Setembro de 1995 - Fútila, Diocese de Cabinda.
Aprovação do Bispo Diocesano: 08. Setembro de 1998.

"Os cegos vêem, os coxos andam, os leprosos ficam limpos, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam, a boa-nova é anunciada aos pobres" (Lc 7, 22). Capítulo central da espiritualidade.

REINO - VIDA NOVA

Disponíveis para servir ao irmão.
Partilhar a vida com o irmão
E viver na humildade de coração

O HINO DOS FILHOS

1. Oh Pai Celestial,
Os seus filhos ouviram a Palavra
Sereis testemunhas da vida
E da ressurreição no Mundo

NÓS SOMOS FILHOS DO REINO
FILHOS ELEITOS POR DEUS
SOMOS DO REINO
ONDE HÁ FELICIDADE

3. Ide pelo mundo
Anunciando o Evangelho
Sereis mensageiros do Reino
E da vida nova no mundo
4. Oh Cristo, nosso Rei
Com humildade e obediência
Construiremos o mundo novo
E como irmãos viveremos

OS MANDAMENTOS DO FILHO

1. O filho é obediente
2. O filho é orante
3. O filho é irmão e amigo
4. O filho é diligente
5. O filho partilha
6. O filho é estudioso, pontual, ordeiro e asseado
7. O filho tem tempo para silêncio
8. O filho é respeitoso, escuta e aceita a repreensão
9. O filho corrige e dialoga sem discutir
10. O filho tudo faz por amor

Anexo 18: O Livro do reconciliador.
Linhas gerais da espiritualidade
samaritana

O LIVRO DO RECONCILIADOR

BR

11/12/20

1922 M USMAYO
KALAMAYO

I

capítulo

Entre o homem e Deus

Os problemas e situações que o Homem vive constantemente na sua vida, fazem-no esquecer que é possível viver-se num mundo diferente. Olha para si mesmo e constrói o mundo à dimensão da sua própria vida pessoal. Mas o próprio homem não se reconhece neste seu mundo por reflectir-se nele o que ele próprio recusa: *doença, tristeza, incompreensões, divisões, tribalismos, racismo, guerras, relações difíceis* etc. Neste sentido, o homem sente-se vítima do Mundo que quer mas que ao mesmo tempo nega.

a) Os projectos do Homem

É aqui onde se interferem todas as tentativas para se resolver essa situação. A história do Homem revela-nos muitas dessas: muitos quiseram acabar com a pobreza, mas deixaram outros na extrema miséria à beira da miséria; outros procuraram acabar com a guerra, mas geraram estruturas onde quase ninguém pode respirar. Por isso, conclui-se que tudo o que o homem quer construir ou constrói acaba sempre por tomar uma parte do homem por causa dos seus conflitos que entram nos seus membros. Daí Paulo dizer que: *verifico pois esta lei: quando eu quero fazer o bem, é o mal que me se apresenta. Eu me comprazo na lei de Deus segundo o homem interior, mas percebo outra lei em meus membros, que luta contra a lei da minha razão e que me acorrenta à lei do pecado que existe em meus membros* (Rm.

7, 21-23). Por isso, todos os projectos humanos falham em parte ou totalmente porque o homem é um mistério que só Deus conhece. Por outro lado, o Homem é um eterno insatisfeito que só se satisfaz em Deus e com Deus.

b) O projecto de Deus

Deus, porém, tem um projecto e um plano que diferem daqueles humanos. As linhas fundamentais desse plano e projecto podem ler-se em todas as situações onde o Homem recusa o programa de Deus e gême, em consequência, debaixo desta negação. Diante disso, o Senhor recua e torna a reconstruir o programa. Toda a vida do êxodo resume-se neste permanente conflito entre o programa de libertação de Yahwh e a incompreensão do homem diante desse projecto, engendrando situações de autêntica recusa do mesmo e erguendo bezerros de ouro (Ex.32). Yhwh irrita-se e promete castigar. Porém, Moisés faz esta oração: *Por que, o Yhwh, se acende a tua ira contra o teu povo, que fizeste sair do Egipto com grande poder e mão forte? Por que os egípcios haveriam de dizer: Ele os fez sair com engano, para os matar na montanha e exterminá-los da face da terra? Abranda o furor da tua ira e renuncia ao castigo que pretendias impor ao teu povo. Lembra-te dos teus servos Abraão, Isaac e Israel, aos quais juraste por ti mesmo. Dizendo: multiplicarei a tua descendência como as estrelas do céu e toda a terra que vos prometi, dá-la-ei a vossos filhos para que a possuam para sempre Yahwh, então, destituiu do castigo com o qual havia ameaçado o povo. Esta atitude de Deus muda completamente o que pensamos de Deus. Um Deus que não muda e só para castigar não consta dos planos da revelação do nosso Deus. O nosso Deus está sempre pronto para dialogar com o homem e disponível para discutir os seus planos com o Homem orante. O dia da ira de*

Deus, elemento importante da mentalidade do Povo de Israel desaparece com a vinda de Cristo. Ele veio para "proclamar o ano da graça do Senhor" (Lc. 4, 19).

Ora, neste sentido, aqui se coloca o carisma do *Iusulusu lu Zêzu* (samaritanos). Este pretende antes de tudo revelar aos homens a face humana de Deus. Que os homens sintam na sua vida um Deus que se sente com eles no banco da cozinha; que caminha com eles na confusão da praça, que está ao seu lado em todos os conflitos do lar, da família e do mundo do trabalho.

C) O conteúdo do projecto de Deus

O Senhor descobre deste modo o seu projecto: *Yahwh dos Exércitos prepara para todos os povos um banquete de carnes gordas, um banquete de vinhos finos, de carnes suculentas, de vinhos depurados. Destruíu neste monte o véu que envolvia todos os povos e a cortina que se estendia sobre todas as nações; destruiu a morte para sempre. O Senhor Yahwh enrugou a lágrima de todos os rostos; ele há de remover de toda a terra o opróbrio do seu povo, porque Yahwh disse (Is. 25, 6-8). Numa palavra; Ele olha para o homem todo e para as suas necessidades mais concretas, sobretudo, aquela de alimentar o corpo. Este, sem dúvida, não subsiste sem comer. Onde não houver comida tudo se descontrola. Nada é verdadeiro e nada é seguro onde as pessoas padecem e morrem de fome. Em situações de extrema miséria, o nome de Deus é pão. Isto significa para o samaritano que o evangelho é vazio se o estômago se cola à pele. Neste sentido, são claras as palavras de João: se alguém possuindo os bens deste mundo, vê o seu irmão na necessidade e lhe fecha o coração, como permanecerá nele o amor de Deus? Filhinhos, não amemos com palavras nem*

com a língua, mas com acções e em verdade. (1Jo. 3, 17-18) É indiscutível que a palavra pão envolve todo o homem. É fácil dar algo a alguém. Muitas vezes até não se perde nada por que não se precisa ou tem-se a mais. Por isso, nestas circunstâncias, ao samaritano impõe-se-lhe que não dê mas que se dê. Isto muda totalmente a maneira de dar. Neste sentido, se enquadra toda a dinâmica samaritana que, neste âmbito, se apoia em dois textos fundamentais (Lc. 10, 25-37; Jo. 4, 1-42).

Neste aspecto, duas atitudes se impõe a cada membro. A primeira, é aquela que nos coloca numa determinada condição e a segunda a atitude que se assume diante de situações de indignência. Neste sentido, as tentações de Jesus resumem-nos os pontos essenciais do drama humano. O evangelista Marcos apenas diz que Jesus foi tentado (1, 12-13). Esta é a condição de qualquer homem guiado pelo Espírito. O perigo dum desvio do caminho, como diz Lucas nos Actos, está sempre presente. No entanto, Mateus e Lucas descrevem as várias tentações:

II

Capítulo

A providência de Deus

1º *Se és Filho de Deus, diz a estas pedras que se transformem em pão. Jesus está no deserto. Jejuou. Diz Mateus. No entanto, Lucas só diz que não comeu nada. Por isso teve fome. As circunstâncias estão organizadas para a tentação. O jejuar só por jejuar não dá força a quem jejuar. Mateus chama atenção para a necessidade de ser discreto quando se jejuar: tu quando jejuares, perfuma a cabeça e leva o rosto para que o teu jejum não seja conhecido dos homens*

(6,17). O jejum só fortalece o espírito e agrada a Deus quando tem uma dimensão social e humana; numa palavra, quando se jejua para se libertar o homem. Neste sentido, Isaías é muito claro: *o jejum que me agrada é este: libertar os que foram presos injustamente, livrá-los do jugo que levam às costas, pôr em liberdade os oprimidos, quebrar toda a espécie de opressão, repartir o teu pão com os esfomeados, dar abrigo aos infelizes sem casa, atender e vestir os nus e não desprezar o teu irmão.* (58,6-8). Por isso, o jejum é a força contra o egoísmo que gera a fome nos mais debilitados socialmente, erguendo o muro das injustiças sociais. É importante, em consequência, sentir fome por que se jejuou para se matar a fome ao necessitado. Ora, para isso, duas coisas são necessárias: primeiro, é importante ter consciência que não é a abundância que gera a solidariedade. Dar do que nos sobra não significa nada espiritualmente. Segundo, quem padece de fome tem outra fome: exclusão social e comunitária, orfandade, solidão etc. É preciso, porém, ter em conta a sua vida. Não basta dar um pão, mas é preciso cuidar de quem se dá o pão. Por isso, Mateus diz muito bem: *não só de pão vive o homem mas de toda a palavra que sai da boca de Deus* (4,4). Dar só de comer gera pessoas dependentes, ostentação e aborrecimentos em quem dá.

Qual a atitude de um samaritano diante disto? Muito se descontrola neste mundo por que não se tem e não se come e não se veste. O povo de Israel perdeu o sentido da presença de Deus e a sua acção no seu meio por causa da fome e da sede. Ergueu ídolos e perdeu o sentido da libertação da escravidão (trabalhos forçados, humilhação e extermínio dos natos do sexo masculino) e a intervenção do Senhor. Preferiram pensar naquelas realidades que, enquanto lá se encontravam, não os enchia o coração (panelas de carne e

cebolas). Por isso, o samaritano é, sobretudo, o apóstolo, da vida que ultrapassa o que se vê e a satisfação das necessidades essenciais. Deus não pede a ninguém que não trabalhe para seu bem. Aliás, isto se exige para a construção deste mundo que ficou a cargo do trabalho criativo do homem, feito à sua imagem e semelhança. No entanto, espiritualmente, Jesus ao responder a satanás que não só de pão vive o homem, e a isto acrescenta "mas de toda a palavra que sai da boca do Senhor", coloca-se nas mãos do Pai. Ele depende do Pai. Faz a vontade do Pai e aceita o trajecto da sua vida: recusa a missão messiânica numa perspectiva espectacular e prodigiosa, mas vive-a numa relação de fidelidade a Deus, como todo o homem justo e crente. Numa palavra: Deus alimenta o seu servo até quando dorme, diz o salmista. Ora, neste sentido, é importante que o samaritano aprenda a viver o seu dia-a-dia na maior entrega ao Senhor da vida: *"não vos inquieteis quanto à vossa vida, com que haveis de comer, nem quanto ao vosso corpo. Com que haveis de vestir. Porventura não é a vida mais do que o alimento e o corpo mais do que o vestido? Não vos preocupeis, portanto, com o dia de amanhã, pois o dia de amanhã, já terá as suas preocupações. Basta a cada dia os seus problemas.* (Mt. 6, 25.34b). Perante esta realidade, ao samaritano se exige que assuma uma dimensão missionária. É importante que no seu lar e na própria vida tenha uma postura de acolhimento e de despreocupação. Deve ser uma das características dum samaritano: *a serenidade com que vive os momentos mais difíceis da vida. Saber viver, no dizer de Paulo, na abundância e na carência.*

III

capítulo

Entregar-se às mãos de Deus

O mandamento da lei de Deus que diz: *não invocar o santo nome de Deus em vão*” tem uma dimensão que, às vezes, não nos apercebemos. O que fundamentalmente se pretende é que o homem assuma a sua dimensão de contingência: *Yavé não se eleva soberbo o meu coração, nem se levantam altivos os meus olhos. Não ambiciono riquezas, nem coisas superiores a mim* (Slm. 130(131), 1-2). O Homem., por conseguinte, é o que é com as suas limitações. A interiorização desta realidade leva o homem a não colocar-se acima das suas possibilidades e, sobretudo, que depende de outros e de Deus. Esta necessidade de reconhecer as próprias possibilidades, ajuda a construir: *primeiro* uma imagem mais real de si mesmo e a orientar-se para uma vida mais humilde. *Segundo*, a adoptar uma maneira de estar com alicerces na prudência. Esta não é uma virtude mas uma necessidade com uma dimensão evangélica: *envio-vos como ovelhas para o meio de lobos, sede, pois, prudentes como as serpentes e simples como as pombas* (Mt. 10, 17).

É nesta situação humana e espiritual onde se enquadra a segunda tentação (Mt. 4,6): *“se és Filho de Deus, delta-te daqui para abaixo, pois está escrito: ordenará aos teus anjos que olhem por ti, e eles tomar-te-ão nas mãos para que não magoes o teu pé nalguma pedra*. Jesus encontra-se no ponto mais alto e central de Jerusalém, onde a multidão da rua, a multidão das trocas comerciais e o povo que veio para o templo aí se encontra. Lugar privilegiado para o espectáculo e aplausos e fomentar adeptos. Satanás apoia-se na Escritura

para justificar a acção de Jesus. /cfr. Slm. 91(90), 11-12. Esta atitude de chamar Deus a intervir até em condições das mais absurdas da nossa vida não é cristã e pode provocar um esfriamento do entusiasmo espiritual ao sentir-se constantemente não atendido. Diante disto, uns afastam-se da igreja, procurando outros caminhos à espera duma resposta que pretendem certa e rápida para os seus problemas pessoais. Este é o terreno fértil, onde os falsos profetas actuam, alimentando esperanças vãs. É tão nefasto para a vida espiritual quer os que ostentam esta maneira de relacionar-se com Deus quer os que, seguros economicamente, se gabam não precisarem de Deus. Os primeiros acabam sempre por entrar num desânimo total quando se virem sempre na mesma condição e, às vezes, até pior. Isto por que não dão margem a que Deus faça o que ele não pode fazer. Os segundos embrutecem-se humana e espiritualmente ao se cansarem do ritmo muito material; da incapacidade de se sentirem satisfeitos, finalmente ao não encontrarem saída para os problemas não ligados ao dinheiro mas à alma. S. Paulo adverte aos tessalonicenses para o perigo de uma fé sem discernimento de vida; sem consciência e que só olha para o céu e não põe os pés na terra onde a fé deve mergulhar as suas raízes na construção do dia-a-dia: *ora constou-nos que alguns vivem no meio de vós desordenadamente, não se ocupando de nada mas vagueando preocupados. A esses tais ordenamos e exortamos no Senhor Jesus Cristo a que ganhem o pão que comem, com um trabalho tranquilo* (3, 11-12).

Jesus, pessoalmente, orienta a resposta do crente: *não tentarás ao Senhor, teu Deus* (Mt. 4). Assim como satanás tenta Jesus a partir da Bíblia, a mesma coisa faz Jesus ao respondê-lo. Onde Jesus busca a sua resposta? Do Deuterónimo 6,16: *não tenteis o Senhor vosso Deus, como*

o tentaste em Massa e (Meriba Ex.17,7) . Sim, Jesus coloca esta parte para abrir o espaço a todos os tempos e para, ao mesmo tempo, ser também um modelo de resposta para o povo de Israel. Este não soube comportar-se diante da falta de água, pondo Deus à prova: Ele deu àquele lugar o nome de Massa e Meribá. *Por causa do litígio dos filhos de Israel, e por terem posto o Senhor à prova, dizendo: está o Senhor no meio de nós ou não?* (Ex.17,7). Por isso cada samaritano tome consciência de que toda a ostentação é uma heresia. um corte com Deus. Deus não está. Ora, a presença de Deus leva-nos a redimensionar quer a nossa própria pessoa quer as situações pessoais. Uma entrega verdadeira ao Senhor dá-nos uma outra segurança e uma outra maneira de ver a nossa vida.

IV

Capítulo

Deus acima de tudo

No meio de tantos valores que se vêem, sobretudo, aqueles de ordem material e que tocam o ter e o possuir, acreditar em Deus é mesmo um dom do Senhor. Há, na verdade, muita coisa que pode arrancar do homem a fé e a confiança em Deus. É neste lugar onde enquadrámos a terceira tentação: *O demónio levou-o ainda a um monte muito alto, mostrou-lhe todos os reinos do mundo com a sua grandeza. E disse-lhe: tudo isto te darei se, prostrado, me adorares* (Mt. 4,8-9). Jesus é posto na mesma condição de Moisés: sobe para o cume do Pisga, olha para o ocidente e para o norte, para o sul e para o oriente, e contempla tudo com os seus olhos... (Dt. 3,27). No entanto, enquanto Moisés está no fim da sua missão, vê a promessa de Jahwhé cumprida, Jesus é posto diante da tentação de pôr fim a missão do Pai,

sob o mandato de satanás. Lucas diz que satanás "mostrou-lhe num só momento" todos os reinos da terra" (4,3b). Era muita coisa vista em pouco tempo. Era preciso decidir. Jesus toma posição a partir da própria Escritura: não farás imagens esculpidas... não te prostrarás diante delas e não as adorarás, porque Eu, o Senhor, sou o teu Deus, um Deus ciumento (Dt. 5, 9). Sem dúvida, que há muitas almas entregues ao projecto do demónio e a projectos demoníacos por causa do possuir.

O que significa isto para um samaritano?

O que é normal a qualquer homem é o que ele vê. Esta realidade humana foi a causa principal de todos os problemas entre Israel e Yahve. O bezerro de ouro (Ex. 32), o fastio etc... vieram tudo daí. Humanamente, ninguém pode fugir à tentação de fazer subir o coração para o desejo de possuir todo o mundo. O educar-se para a aceitação do "dia-a-dia" leva tempo e fruto de grandes penitências. Mas Mateus é muito forte nesta necessidade de um controlo de si mesmo: *que aproveita ao homem ganhar o mundo inteiro, se perder a própria vida? Ou que poderá dar o homem em troca da sua vida?* (16,26). Sem isto ninguém pode ser discípulo de Jesus.

Entre o subir ao monte de Moisés para ver toda a grandeza da promessa de Yahvé e o subir ao monte de Jesus para ver a grandeza de um mundo à imagem de satanás duas coisas são importantes:

a) *subir ao monte depois*. Este é o caso de Moisés. Sobe depois de uma grande caminhada. Porém, não entra e é obrigado a deixar o resto a Josué que deve continuar a conduzir o povo até tomar posse da terra. Qual a conclusão? A vida constrói-se aos bocados e em função do -

futuro. Esta é a única maneira de retirar do coração do homem a preocupação dos resultados e frutos imediatos. É nesta condição que se coloca o salmista ao dizer: *ensinai-nos a contar os nossos dias, para chegarmos à sabedoria do coração* (Slm. 89(90)). Esta atitude dá ao homem a possibilidade de aceitar o tempo que corre e amadurecer com este, evitando a *pressa*, inimiga do que é sério e duradouro; a *preguiça*, inimiga do empenho; a *mediocridade*, inimiga do profundo. Neste sentido, subir o monte significa estar no monte: primeiro para se verificar o que se fez. Segundo, para tomar decisões. Terceiro, para, finalmente, descansar e desfrutar do trabalho realizado.

b) Subir ao monte antes

Jesus foi posto nesta condição. Estava em jogo a missão que recebera do Pai e o modo como a sua messianidade deveria realizar-se. Esta na humildade; *Ele que é de condição divina não considerou como uma usurpação ser igual a Deus, no entanto, esvaziou-se a si mesmo tomando a condição de servo. Tornando-se semelhante aos homens e sendo, ao manifestar-se, identificando como homem, rebaixando-se a si mesmo, tornando-se obediente até à morte e morte de cruz* (Flp. 2, 7-8). Os problemas frequentes e permanentes na vida de qualquer mortal revelam-nos que é ilusório esperar que tudo se consiga serenamente ou sem esforço na vida. A vida é uma luta contínua e permanente. Job lamenta-se dessa maneira: *a vida do homem sobre a terra, não é ela uma luta? Não são os seus dias como os de um assalariado?* (7,1-2) Esta é a trajetória própria de qualquer homem para conseguir algo de importante e sério na vida. Porém, isto não está na memória nem nas intenções do homem. Este pretende sempre fugir às situações de cruz para atingir a ascensão. Ora, esta maneira de pensar e de agir gera homens

sem escrúpulo. Dispostos a sacrificar a alma; insensíveis à dor humana e aos gritos dos mais pobres e desfavorecidos. Neste sentido, Jesus recusa este subir "antes o monte", aquele da ascensão (Lc. 24; Act. 1,6) sem passar pelo monte "Calvário".

No "Calvário" estão todas as situações do homem condenado; do homem que é instigado a matar; do homem que é incapaz de intervir; do homem que não se reconhece culpado e do homem que sucumbe sob o peso da injustiça. As multidões são incitadas pelos chefes que com os seus gritos acabam por abafar os gemidos de Jesus, da família e dos seus discípulos. Jesus mantém-se na sua condição de condenado e como cordeiro levado ao matadouro não diz nada. Finalmente, os familiares e amigos estão ali incapazes de algo fazer por ele. Tudo, enfim, termina com as trevas a cobrirem o dia. Por outro lado, o dia abre-se com a ressurreição e com todo o poder que é dado a Jesus Cristo. Sobe ao monte depois. No entanto, neste monte depois, assim como aconteceu com Moisés, deixa a continuação da sua obra nas mãos dos discípulos.

V

Capítulo O espírito samaritano

As tentações de Jesus orientam todo o espírito samaritano. Elas dirigem a sua maneira de ser e de estar no mundo, na sociedade e na Igreja de Deus. As tentações de Jesus pretendem, sobretudo, revelar a qualquer samaritano o que pode destruir a sua vocação de homem e mulher disponíveis a entregar-se ao homem, seu irmão. Por isso, eis o samaritano:

a) *o homem do jejum.*

Ninguém pode abrir-se para ajudar se não tem controlo sobre a sua sede de possuir. Como Paulo, é importante que o samaritano saiba viver na abundância e na penúria. É neste equilíbrio onde o samaritano pode olhar para o céu e revestir-se da ressurreição e finalmente discernir entre as obras do espírito e aquelas da carne, *porque a carne deseja o que é contrário ao Espírito e o Espírito deseja o que é contrário à carne* (Gal. 5,17). O egoísmo e a ganância matam no homem os sentimentos de ternura e de compaixão, realidades que impelem qualquer pessoa a aproximar-se da dor. A ambição retira do homem o sentido do fim do mundo e de si mesmo, *porque mesmo que um homem viva na abundância, a sua vida não depende dos seus bens* (Lc. 12,15).

b) *o homem da simplicidade*

Moisés, diz a Escritura, era o homem mais simples. Daí o poder dialogar cara-a-cara com o Senhor. Foi a partir deste diálogo que foi capaz de mudar os seus critérios, as suas formas de encarar e ver as realidades para assumir e orientar-se por aquelas de Deus. Só assim, foi possível escutar os conselhos do seu sogro. Conclusão: todos aqueles que se entregaram ao serviço dos outros tiveram como primeira disposição interior uma profunda simplicidade que os fez reconhecer as suas limitações humanas e deixar-se modelar pela força de Deus. Por isso, Isaías, reconhece-se pecador (Is.6); Jeremias sente que é jovem demais (Jr. 1); o próprio Moisés sabe que não tem dom de palavra e precisa de alguém para o ajudar; duvida da realidade que estava a viver e quer saber tudo sobre Deus. A simplicidade desconcerta os orgulhosos, os prepotentes e abre as portas a todos para um encontro. Com Jesus todos

os discípulos foram obrigados a fazer o mesmo caminho: Pedro com as suas quedas; os irmãos Zebedeu com a sua intolância e todos os outros. A tentação de subir para o pináculo e fazer espectáculo está depositado em todos os corações cada um a seu modo. Daí ser importante que cada samaritano se descubra diante de Deus e Este, no silêncio, lhe revele o regresso à planície. Ali onde se vive a vida na sua normalidade. Não há maior felicidade que quando levamos a vida na sua naturalidade. Finalmente, é só na simplicidade que podemos ler os mistérios profundos do Senhor, incompreensíveis a todos aqueles com coração cheio de certezas humanas (cfr. Mt. 11, 26-30). Neste sentido, seria salutar que, periodicamente, os samaritanos fizessem um exame pessoal e comunitário da vivência da simplicidade por que não há coisa que mais nos separa dos irmãos que a ostentação e o narcisismo. A estes não pertence o reino dos céus (Mt. 18,1.5.10)

c) *o homem do desprendimento*

Vale mais o pouco com justiça do que muitos bens repletos de iniquidade (Pr. 16,8). Os males do mundo actual não estão no ter, mas na maneira como se tem e como se usa. Mas para o homem de Deus a pobreza é o santuário onde cresce toda a entrega ao Senhor. Só um coração verdadeiramente pobre pode abrir-se inteiramente para Deus. O jovem rico não era assassino, adúltero, gatufo, fofoqueiro, caluniador (Mt. 19, 18s), no entanto, estava preso a muito que possuía. Isto não deixa de ser perigoso, sobretudo, quando o separava dos pobres. Em verdade vos digo: dificilmente um rico entrará no Reino do céu. Repito-vos: é mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no Reino dos céus (Mt. 19,23-24).

O samaritano deve, porém, saber que para além da riqueza material, todos podemos fazer sementeiras de desejos intermináveis de ter no interior dos corações, vivendo em contínua frustração já que não podemos satisfazê-los. Daí, provém toda a espécie de males no dizer de Tiago: *De onde vêm as guerras e as lutas que há entre vós? Não vêm precisamente das vossas paixões que se servem dos vossos membros para fazer a guerra? Cobiçais e nada tendes? Então, matais. Roéis-vos de inveja e nada podeis conseguir? Então, lutais e guerrealis-vos! Não tendes porque não pedis. Pedis e não recebeis, porque pedis mal, para satisfazer os vossos prazeres* (4, 1-3).

A tentação de adorar satanás para ter tudo é o caminho mais certo para toda a espécie de depravação. Por isso, o samaritano terá um controlo diário sobre o seu coração e os seus desejos. Ninguém estará disponível a ajudar se eventualmente se vir constantemente inseguro e permanentemente a lamentar-se do seu estado de vida. Há pessoas que nunca têm e de todos exigem. Os pedinçães pensam serem mais espertos ao aldrabarem os outros com as suas lamentações e ao arrancarem dos outros a compaixão. Mas esquecem-se que jamais alguém depositará confiança neles. Sentir-se-á sempre mais pobre de todos os pobres porque não é capaz de partilhar a sua pobreza com os outros naquele seu pouco, como fez a viúva que da sua penúria, deitou tudo quanto possuía, todo o seu sustento (Mc. 12,44).



VI Capítulo A construção do homem samaritano

O samaritano tem a sua espiritualidade na leitura do modo como Jesus viveu neste mundo, fazendo bem (Act. 10,38). Numa palavra, toda a vida samaritana é marcada pelas atitudes de Jesus em relação às situações onde o homem padece e precisa de libertar-se ou de uma mão amiga. Todas as atitudes de Jesus podem resumir-se numa só: *a liberdade pessoal*.

Jesus apresenta-se livre diante dos chefes, (políticos e religiosos) da sinagoga, da lei e das multidões. Só isto pode explicar a paciência e o afecto pelas multidões abandonadas; a defesa e a compreensão pelos pecadores, a liberdade com que escolheu os seus discípulos; a solicitude pelos órfãos e viúvas. É indiscutível que esta é a atitude fundamental para qualquer homem que pretenda ser sinal de presença de salvação. Isto porque as influências do meio acabam sempre por influenciar a maneira de julgar e as decisões a tomar. Sabemos que nenhum mortal pode atingir a liberdade de Jesus, mas podemos, sem dúvida, deixarmo-nos orientar pelos seus princípios e pela força da sua Palavra.

Onde o samaritano vai-se construindo?

São dois textos principais:

A. Lc. 10, 29-31

Lucas acha que a evangelização não é só para os Doze (os Apóstolos). Neste capítulo, são setenta e dois que devem preparar a viagem de Jesus até Jerusalém. É a eles que é dirigido a necessidade de rezar para que o Senhor envie operários para a sua lavra. São eles que recebem o mandato

da pobreza evangélica. Enfim, são eles que se alegram com as maravilhas operadas durante a missão. São eles que entram no grupo dos pequenos e os "felizes porque vêem e ouvem o que muitos, no passado, quiseram mas não puderam ouvir" (10,23)

Toda esta mensagem evangélica é vazia se não se encher do amor sério e profundo, como diz João por que "*Deus é amor*" (1Jo.4,8). Neste sentido, a evangelização começa e termina no amor.

Esta maneira de ver Deus ultrapassa aquela dos fariseus e é a primeira disposição interior que Israel deve ter em conta. Qual é? *Escuta Israel* (Dt.6,4).

O homem, como experiência pessoal de cada vivente, sabe que está cheio de "barulhos" que lhe impedem muitas vezes de escutar o mais importante da sua vida. Por isso, misturam-se no seu dia-a-dia uma série de mensagens que acabam muitas vezes por distraí-lo. Isto não lhe permite fazer escolhas para a vida mas sim para a morte e para a destruição pessoal. Ora, aí se coloca a necessidade de escutar.

Toda esta escuta está centrada, segundo o Deuterónimo, num amor exclusivo a Deus, onde nenhum dos sentidos fique longe de Deus. Só isto pode salvaguardar a escolha para a vida: eis que hoje estou colocando diante de ti a vida e a felicidade, a morte e a infelicidade. Se ouves os mandamentos de Yahweh, teu Deus, que hoje te ordeno, amando a Yahweh, teu Deus, andando em seus caminhos e observando seus mandamentos, seus estatutos e suas normas, viverás e te multiplicarás. Hoje tomo o céu e a terra como testemunhas contra vós: eu te propus a vida e a morte, a bênção ou a maldição. Escolhe, pois, a vida, para que vivas tu e a tua descendência (Dt. 30,15-16,29).

O que significa isto para um samaritano?

Ao samaritano se impõe uma atenção especial para escutar e discernir. É importantíssimo que alguém cuja vocação é aproximar-se para "ajudar" tenha o máximo cuidado em preservar o coração de depósitos de ódio e de má-vontade que geram a impossibilidade de se comunicar isto é de se encontrar. Consequentemente, O samaritano deve educar-se: primeiro, a controlar os seus sentimentos mais profundos para saber julgar os homens e as situações, como diz Isaías: não julgará pelas aparências (11, 3^o). Segundo, a fazer violência sobre o pecado que, às vezes, se sobrepõe, à santidade. Por conseguinte, os irmãos terão em conta todos os membros que, permanentemente, revelam uma incapacidade crónica em "controlar-se". A primeira atitude a tomar é, através dos *bandueje*, procurar levá-lo a compreender-se para melhor entender a sua situação pessoal e a nível do movimento. A Segunda, é ajudá-lo a libertar-se do seu peso espiritual, que o leva a não ter consciência que ter razão humanamente nem sempre significa fortalecer espiritual. É bom que se tenha mais ou menos em conta os irmãos de contacto difícil para os facilitar a vida no interior do movimento, dando-lhes muitas vezes a possibilidade de se explicarem. No entanto, é importante não dar lugar a maníacos que pensam que toda a gente os deve compreender e eles jamais dão um passo. Quando é assim, é melhor, finalmente, dispensá-los da espiritualidade. A esta escuta que se apoia no amor sem reserva a Deus, Jesus dá o último conselho: *faz isto e viverás* (Lc. 10,28).

a) A disposição interior

A exclusividade do amor a Deus impõe um complemento importante: "e ao teu próximo como a ti mesmo" (Lc. 10,27b). Este é tão necessário que João faz dele o espaço de

quem está na luz: Quem diz que está na luz, mas odeia o seu irmão ainda está nas trevas (1Jo.2,9) e, finalmente, o espelho de quem ressuscitou: quem não ama permanece na morte. Todo aquele que tem ódio a seu irmão é um homicida. E vós sabeis que nenhum homicida mantém dentro de si a vida eterna (1Jo. 3,14b-15). Neste sentido, a vida com Deus significa "amar". Este amor exige, contudo, uma profunda purificação: não ameis o mundo nem o que há no mundo. Se alguém ama o mundo, o amor do pai não está nele (1Jo. 2,15). Tudo isto não é uma opção do homem, mas sim, de Deus. Sem dúvida, o que mais espanta qualquer crente que reflecte o amor com que o Pai nos amou é a realidade que "não fomos nós que amámos a Deus, mas foi Ele mesmo que nos amou e enviou o seu Filho como vítima de expiação pelos nossos pecados (1Jo.4,15).

Esta consciência de que fomos amados antes e gratuitamente por Deus provoca em todos nós: primeiro, uma atitude de agradecimento pelo dom; segundo, uma atitude de louvor e finalmente uma atitude de profunda humildade; somos simplesmente filhos da misericórdia de Deus. Somos o que somos não pelos nossos méritos, mas pela força do Pai. Dai o amor ao irmão.

b) As etapas da manifestação do amor fraterno

Lucas depois apresenta-nos a seguinte constatação muito dura: *ninguém nasce irmão*. Aliás, só isto explica tanto ódio entre pessoas de laços familiares muito próximos; as guerras fratricidas e outros desastres no relacionamento entre os homens. Só isto pode explicar tantas desavenças que jamais encontram solução ou uma reconciliação mais ou menos conseguida. Todos, por conseguinte, tornámo-nos irmãos; é uma dinâmica e um processo que ocupa toda a vida, sem excluir ninguém. Ora, neste processo, só entra quem é capaz

de esquecer os seus próprios interesses e obedecer às seguintes atitudes:

1. o movimento do coração

O coração nunca deixa de falar e de advertir onde o amor é chamado a intervir ou em crise. O olho vê e o apelo chega, mas o coração pode ser traído pelo pé que passa. Isto podem fazer até as pessoas que, pela força da Palavra, deveriam estar mais disponíveis como é o caso do sacerdote e do levita. O passar pode ter muitos nomes: *indiferença, coração duro, insensibilidade, interesse próprio* etc. Isto tudo pode fazer com que a mal alheio não chegue ao coração. Ora para que a dor movimente os sentimentos é importante:

a) *Aproximar-se* (chegou ao pé dele).

Esta é a primeira atitude para escutar os gemidos. Sem isto não nos apercebemos de tanta coisa que gira à nossa volta. Há motivos óbvios para muitas vezes não nos determo-nos: *pressa por razões iníteis, interesses pessoais em jogo; ódios escondidos, divisões familiares; tribalismo, racismo; incompatibilidade relacional* etc. Por isso, quem não se aproxima, em princípio, está doente humana espiritualmente. Se não o faz por motivos pessoais então é preciso que encontre um momento de pausa para repensar a vida. Não é correndo sempre que se resolve tudo na vida. Por outro lado, o correr só por correr acaba sempre por matar a atenção por aqueles que temos o dever de estar "juntos". Neste sentido, entram em crise valores o que é perigoso. A corrida permanente leva a procurar pousadas erradas que não são aquelas onde se dá e se recebe.

Se não se aproxima por razões que têm origem no coração, o problema torna-se, em certo sentido, muito mais difícil visto estar em jogo todo o homem. Em Ibinda um provérbio

diz: *sêmba sîsu iek'usêmba ibâla*¹. Isto significa que em qualquer situação de incompatibilidade, de dificuldade relacional ou de inimizade ninguém, em princípio, tem toda a razão. Cada um tem uma parte do problema que fomentou o mau ambiente. A primeira cura é procurar encontrar as razões e distribuir-se as culpas. A isto se segue a aceitação mútua e finalmente iniciar uma aproximação lenta, continuada, feita de pequenos gestos de apaziguamento. Tudo isto tem um remédio que se chama:

b) Ter compaixão (encheu-se de compaixão)

Esta foi atitude permanente de Jesus; compaixão pelas multidões abatidas como ovelhas sem pastor; compaixão pela viúva que perdeu o filho. O sentimento de ter compaixão não é ter pena, mas sim *padecer (sofrer) junto* (cum- passio). Ora, neste sentido, nasce uma solidariedade com quem sofre. Daí nasce o dever de intervir; de fazer algo. Eis então o movimento das mãos que significa que o compadecer-se de uma maneira séria não deixa ninguém sem nada fazer ou melhor inativo.

2. O movimento das mãos

O samaritano mostra-nos que é um homem que teve compaixão e que se aproximou. Por isso, as mãos libertam-se para "ajudar": ligou as feridas, colocou-o na sua própria montada e levou-o para uma estalagem e cuidou dele. Numa palavra: *aproximou-se, tocou e curou*.

O que significa isto para o samaritano

O homem samaritano é aquele que está sempre disponível a "aproximar", lutando contra tudo o que eventualmente o

¹ Sêmba sîsu iek'usêmba ibâla = chame atenção (ralhe) quer à galinha quer à ave de rapina.

possa impedir a fazê-lo. Abandona-se e curva-se: inclina para mim os vossos ouvidos, apressai-vos em libertar-me (sl.30, 2). *O curvar-se*, como diz o salmista, é a posição de solicitude e de atenção e de aproximação, deixando a verticalidade (*ficar de pé*) que pode significar estar longe, despreocupação ou finalmente arrogância e insensibilidade. Por isso, que se tenha em conta esta maneira de estar e de se apresentar. Ninguém pode escutar alguém se não se curvar humanamente e espiritualmente: *bem-aventurados os simples porque possuído a terra*. (Mt. 5,6).

VII

Capítulo

x A dinâmica do encontro

O samaritano é o homem da aproximação. A aproximação tem como finalidade o encontro. É aqui onde temos o segundo texto fundamental da espiritualidade samaritana:

Mat. 5, 1-42

É sobejamente sabido que o encontro pode ser programado. Este tem pouco de mistério: as pessoas conhecem-se e têm muito de comum (negócio, interesses, programas, amizade etc). No entanto, já não é a mesma coisa quando este é improvisado e, sobretudo, entre pessoas que não só são diferentes, mas que entre elas existe uma situação conflituosa, às vezes, sem culpa, mas envolvidos por outros. Ora, esta leitura de João é a lição para qualquer samaritano. Jesus foge das multidões e, principalmente, da luta entre Ele e João Baptista. Quem era o maior! Isto queriam os fariseus. Por isso, Jesus abandona a Judeia, terra dos crentes e vai para a Galileia, terra dos pagãos. Aí sentia-se sempre mais

seguro. Parece mentira! Durante esta viagem tem de passar pela terra dos samaritanos. Judeus e samaritanos detestavam-se; o Norte e o Sul há muito separados já nos reinados de Robão e Jeroboão. Era preciso unir.

1. O poço de Jacob

Os lugares com água, sobretudo em terras onde ela é rara, são normalmente espaços de encontro, mas também de conflito e de reconciliação.² Jesus ali apresenta-se com toda a sua humanidade. Simplesmente homem. Tem sede. Está só porque os discípulos foram à buia comprar comida. Tinha fome. É o lugar do seu encontro com a samaritana que também veio buscar água. Ela tinha o balde. Jesus não tinha nada para poder cartar água. Estavam separados: primeiro, tribalmente: um judeu e uma samaritana; segundo, um homem e uma mulher. Já sabemos que judeus e samaritanos não se podiam ver e por outro lado homem e mulher a sós dava o que os apóstolos disseram: *nisto chegaram os seus discípulos e ficaram admirados de Ele estar a falar com uma mulher* (v. 27). Por isso, não havia possibilidade de aproximação para um encontro.

A vida é mesmo assim; muita coisa se interpõe entre as pessoas que as impede de se encontrarem. Às vezes, nem são culpadas. Jesus, no entanto, ensina-nos como ultrapassar: κ

a) A força de romper a divisão

Se a divisão é resultado de uma situação colectiva (incomunicação familiar, tribal, racial, social, política etc) a superação depende fundamentalmente da capacidade de cada um de integrar esta "divisão" ou de recusá-la. Há realidades que ajudam a diminuir, mitigar ou a acabar este tipo de divisão. São elas: *casamentos, experiências pessoais,*

² Cfr. Gn. 21,25; 26, 15-22

ambiente de serviço, educação, formação etc.) Mas se a divisão depende de motivos pessoais a solução depende sempre de uma grande capacidade de relativizar a dor, a ofensa e deixar repousar a cabeça e o coração. Porém, esta atitude até humana não é suficiente. É importante recomençar a relação. Quem dá o primeiro passo não é o mais fraco mas sim, o mais forte. Assim fez Jesus: *dá-me de beber* (v.7). Afinal para um *recomeçar* não é preciso muita palavra; apenas algo que possa chamar a atenção deste OUTRO: um olhar afectuoso, um cumprimento, uma preocupação em dar uma mãozinha, um dar prioridade de uma maneira mais ou menos amigável. Nenhum reencontro se faz sem pequenos passos de aproximação; anúncios antecipados de boa vontade para um perdão mútuo. Aos apelos de encontro, a outra parte pode não aceitar: *tu judeu me pedes água eu que sou samaritano?* A primeira resposta é deixar cair, porque *"eu fiz tudo, e ele não me quis ligar"*. Isto é suficiente para muitos calar a consciência diante dos compromissos do perdão.

b) Jesus descobre-se para o homem

O perdão mútuo só é obra de Deus. Normalmente o homem acaba sempre por reforçar as paredes da separação. Neste sentido, Lucas é muito duro para quem não se abre para o perdão. Ora, neste sentido, o grande caminho é aquele de aceitar a acolher Jesus que se abre para o homem.. Dá-se depois o diálogo. Neste diálogo, Jesus pretende:

1. Que cada um se descubra

Este viagem para dentro é ajudado por próprio Jesus. Ele vai precisamente para o que é mais importante na vida de cada um: *vai, chama o teu marido e volta cá* (v.16).

2. Aceitar confrontar-se com a verdade isto é com Jesus

"*Eu não tenho marido*" (v.17). É duro encontrar-se consigo mesmo. No entanto, a atitude mais humana é fugir; deitar culpas a terceiros ou tentar encontrar motivos para justificar-se. A samaritana fez o que qualquer carnal devia fazer: esquivar-se, procurando motivos a partir da divisão religiosa: os nossos antepassados adoraram Deus neste monte e vós dizeis que o lugar onde se deve adorar está em Jerusalém (v. 18)

3. O estado de purificação

Uma vez descoberto Jesus pela sua verdade, o profeta, o homem que faz a ligação entre os separados "porque Ele é a nossa paz" (Ef. 2, 14); a água que mata definitivamente a sede; o pão que não acaba mais (Jo. 6), a Samaritana torna-se missionária. Esta missão é proclamada a partir de si mesma e na verdade, porque só ela liberta (Jo. 8,32): *vinde ver um homem que me disse tudo o que eu fiz!* (v.28). Através dela e pela experiência pessoal, os samaritanos abriram um espaço para que Jesus ficasse com eles e fizessem o seu caminho pessoal de fé: então muitos creram nEle por causa da sua pregação, e diziam à mulher: Já não é pelas tuas palavras que acreditamos; nós próprios ouvimos e sabemos que Ele é verdadeiramente o salvador do mundo (vv. 41-41)

4. Então quem é o samaritano?

Os males de qualquer sociedade, comunidade, família, centros de oração etc. vêm da incapacidade de aproximação ou quando a ligação para a aproximação se rompe. Por outro lado, as dores e a perdição de muitos homens não são escutados porque as pessoas não estão disponíveis a aproximarem. Neste sentido, o samaritano é o homem e a mulher da aproximação. Esta é a pastoral dos samaritanos. Por isso, qualquer samaritano terá em conta que esta tarefa é

muito difícil humanamente e espiritualmente. Todos podemos fugir ao esforço de nos aproximarmos de nós mesmos e das situações onde o homem precisa doutro homem..

4.1. O poço de Jacob

O Poço de Jacob é o lugar de referência da espiritualidade samaritana. Ninguém pode aproximar-se de alguém e fazê-lo irmão se não se confronta antes com Jesus isto é, descobrir o que pode travá-lo a aproximar-se, purificar-se e tornar-se missionário. Por isso, o encontro mais importante de um samaritano chama-se **Poço de Jacob**. Cada samaritano deve prepará-lo de uma maneira muito profunda, tendo em conta a sua vida pessoal, a do movimento e a da própria comunidade.

Quais as atitudes fundamentais de uma participação ao Isima chi Yakob? Assim como as águas do poço só se revelam quando tiradas para fora com um balde, o mesmo sucede com o interior de cada um de nós. Este só se apresenta aos homens, nossos irmãos, quando nos manifestamos (palavras, obras, gestos e atitudes). Assim como o poço de Jacob representa um passado, a mesma coisa a vida de cada um de nós inclusive aquela do movimento tem um passado. Este passado é mais ou menos pobre, rico, conflituoso ou sereno. Por isso, no poço de Jacob se resume o passado, o presente e o futuro de cada participante. Aí nos entregamos totalmente para que a aproximação entre os irmãos seja completa e salvaguardada a fraternidade. Neste sentido, o poço de Jacob é o lugar da revelação de cada um ao outro, da purificação dos sentimentos e ponto de partida para mais uma experiência pessoal e comunitária com Jesus: "*o que existia desde o princípio, o que ouvimos, o que vimos com os nossos olhos, o*

que contemplamos e as nossas mãos tocaram relativamente ao Verbo da Vida; de facto a vida manifestou-se; nós vimos-a, dela damos testemunho e anunciamo-vos a Vida eterna (1Jo.1.1-2).

É importante que a participação ao Isima, chi Yakob obedeça ao critério do crescimento da espiritualidade e da vida do movimento. Neste sentido, seria oportuno que os recém entrados não participem assim como os adolescente e crianças. Finalmente, como no Isima chi Yakob se joga toda a vida do movimento, é deveras importante que os irmãos mantenham o máximo de disciplina. Que os irmãos eduquem-se a manter em segredo tudo o que se tratar durante o Poço de Jacob. Em consequência, os responsáveis do movimento terão em conta a capacidade de segredo de cada um dos participantes. Uma vez verificado alguém que tenha dificuldade em exercê-lo, seria oportuno que fosse dispensado do movimento para que não contamine os demais, e não engendre situações de permanente desconfiança, originando instabilidade relacional. Em conclusão, como o Isima chi Yakob é o findar e reiniciar de uma etapa é importante que não tomem parte nele os irmãos cuja participação seja deficiente visto não estarem a corrente da vida real do movimento: ansias, problemas, projectos etc.

A ESTRUTURA DO POÇO DE JACOB

1. Eucaristia
2. O encontro fraterno
3. O abraço de reconciliação
4. Compromisso comunitário e pessoal
5. A reza do salmo 69(68)
6. M'sambu mangólo

linhas gerais da espiritualidade samaritana

Muène, Nje zabízi m'tu ami ngólo
Zi nzimbala ziami zabízi
Buau, bakámbua ubúba um ibíla chiami
Bana bafíete, a Muène m'vánji.
Bakámbua ubúba um ibíla chiami
Bana bakuchikachika, Nje Nzámbi Israel.
(Salmo 69(68), 6-7)

VIII

Capítulo

A organização samaritana

1. *Mvési diocesano*

É o responsável de todos os samaritanos. Será eleito durante o Grande Isima chi Yakob,

2. *Mvési regional*

É o responsável por uma determinada região.

3. *Mvési do lar*

É o responsável por um subgrupo.

4. *Secretário diocesano*

É o responsável pela vida administrativa do Movimento. Será eleito. Em cada região e lar deverá haver também um secretário. Estes dependerão do SD.

5. *Tesoureiro*

É o responsável pela vida económica e financeira do Movimento. Será eleito. Em cada divisão, deverá haver um tesoureiro. Dependem daquele diocesano.

6. *Banhiénje*

É formado pelo Mvési diocesano, os Mvesi regionais, do lar e mais quatro irmãos escolhidos. Estes têm a missão de ajudar o trabalho do Mvési diocesano. A eles também compete resolver questões que exigem mediação.

7. *Comissão diocesana*

É formada por todos os responsáveis regionais, o Secretário diocesano e o Tesoureiro diocesano. Compete organizar, estudar e decidir as situações que exigem consenso. Reunir-se-ão trimestralmente.

8. *O animador espiritual*

Deve ser um sacerdote. Não desempenha uma função de mando; apenas de acompanhamento e animação espiritual.

9. *Os Bamónisi*

São os formadores do movimento.

10. *M'sanyi (m'singi)*

É um responsável que não babelama.

11. *O grande Poço de Jacob*

É a reunião trienal dos samaritanos. Nela serão discutidos a vida da espiritualidade e serão eleitos os responsáveis.

N.B. Todos esses cargos serão eleitos democraticamente. Nenhum responsável poderá estar mais de seis anos no

mesmo cargo. Só um Babelama pode assumir determinados cargos de responsabilidade.

IX

Capítulo

Os serviços samaritanos

1. *O serviço de discernimento*

Compete acompanhar a vida espiritual e humana dos samaritanos.

2. *O serviço de louvor*

Compete organizar, dinamizar e velar pela vida litúrgica e de oração.

3. *O serviço luvési*

Compete velar pela caridade no seio dos samaritanos. Esta quer no seu interior quer em relação aos irmãos. Também se ocupará dos óbitos, sobretudo, dos membros.

♦

X

capítulo

As etapas samaritanas

À dinâmica samaritana parte do texto de João para aquele de Lucas. O que é que significa isto? Isto pretende chamar atenção para a dificuldade de qualquer pessoa vencer-se para

aproximar-se. Humanamente, deve ser do mais duro e difícil, sobretudo, quando no meio existe qualquer coisa que endurece a vontade de "encontro". Por isso, só um grande jejum interior, orientado pelo Mestre pode levar a quebrar o que, eventualmente, separa pessoas. O texto de Lucas diz-nos que há *funcionários* de Deus e *servidores* de Deus. Quando somos funcionários, o evangelho não influencia a vida e não brilhamos como Moisés quando se encontrava com Yavé. Apenas fazemos. Apenas imitamos. Apenas fazemos teatro. Este é o grande problema de um crente. Por outro lado, Lucas nos diz que Deus, às vezes, tem cara daqueles que parecem não acreditar, Isto por causa da sua vida a favor dos homens. Neste sentido, é importante, que qualquer samaritano tenha em conta que a sua missão: de se aproximar para salvar deve ser um compromisso diário. Isto significa uma luta constante e permanente contra tudo que o possa impedir de ser *ponto* e *momento* de encontro. A cada samaritano, logo no primeiro dia de contacto com a espiritualidade, se vai exigindo: primeiro, ir fazendo um estudo de si mesmo para melhor compreender os seus sentimentos mais profundos. Aliás, pode ser através de uma ajuda mútua entre irmãos; diálogo pessoal e comunitário. Segundo, renunciar com todas as suas forças tudo o que o possa impedir fazer a caminhada de aproximação. Isto quer dizer que o texto de João é a etapa de encontro e de purificação e o texto de Lucas é a etapa de exercício. Aqui se coloca a etapa da caminhada samaritana que, em parte, deve revelar o crescimento de cada membro. Neste sentido, é importante que se dê tempo ao amadurecimento de cada membro. Ter-se-á isto em conta para a passagem de uma etapa à outra. O tempo de espaçamento dependerá de membro a membro e do Grande Poço de Jacob. Este estabelecerá os anos requeridos para a passagem. Tendo em

conta esta grande violência que o samaritano tem de exercer sobre a sua alma e seu corpo, o dia da Conversão de S. Paulo, 25 de janeiro, será o patrono do Movimento. Será celebrado com muita profundidade e alegria espiritual

a) Biliata

É a etapa do encontro com a espiritualidade. Aqui se pretende acima de tudo que o membro tenha a capacidade de, paulatinamente, ir integrando a sua vida nas exigências da vida samaritana. É importante, que aprenda a parar e a escutar-se e a escutar os outros.

b) Babelama

É a etapa do amadurecimento. A este se exige que saiba parar, escutar, aproximar-se e ajudar.

O COMPROMISSO DE VIDA

Este deverá ser quotidiano, no início do dia. Por outro lado, deverão fazê-lo durante o Isima de Jacob os recém incorporados na espiritualidade.

Minu N.....ibúndu ntúlu mu mangólo ma Nzâmbi ubîka chionsoko china chikumpânga ukâmbua ubélama vána valêie uonsoko mântu, nkómb'ami. Iînda mangólo ma Mfúmu, ibila minu véka chinavângikisi ko.

Eu, n..... comprometo-me com a força de Deus deixar tudo o que possa fazer-me não aproximar do homem, meu irmão. Peço que o Senhor me fortifique, porque só nada consigo. Amém.



XI Capítulo

Os vários rituais

(I)

UKOTA MU BULIATA

Esta celebração é realizada durante a eucaristia, depois da homilia, ou durante uma liturgia da palavra.

O Mvési colocando-se diante da comunidade diz:

Mv. Tâta m'pêlo, tukulinda utuvâna m'sua utéika mu zi nkômba zitu azi chia ilimbu chi bânâ um ikâba chitu biliâta buinji uzíngila buna befu tuizíngila, tuisálila ai tuiuvéllila miôko mu Libûndu li Krîstu.

X Cl. Tâta Mvési, baké kuan mangólo buinji ukâmbua uvânga libûndu litu udésukuela? Baké kuan mangólo mavibiluila?

Mv. Muene ngéte, tâta m'pêlo, ibila zi nkômba zina zizingânga iau ai bilândangana bumsi andi biliâta, bibûnda ntûlu ti ukóonzoka bikóonzoka ka bisi kéva ko..

X Pd. Matôndo ke Tâta Nzâmbi

O Mvési chama os candidatos. Estes respondem: Mfumu ibélama.

X Pd. Buau, nkômba ziami; nkambânu, luivítika ubika bina binu buinji umóna Zêzu

Bi. Muene ngéte.

X Cl. Luivítika ubélama ono ke mu mpási buinji lunlikila m'sunha nzua mônho?

Bi. Muene ngéte.

X Cl. Matôndo ke Tâta Nzâmbi. Buau natânu lilénsu bene olio dedé ilimbu chi bana bitômba usékuka ai bitômba usázia zi nkômba.

Bi. Amén

Benção dos lenços

X Mamuêne Tâta, séma (+) malénsu bene âma nzua bana bináta mian. Ubachítula zi mbanji zi liambu liaku. Mu Zezu Krîstu, muan'aku, uu libûndu lu Muêla Santu, Amén.

Os candidatos ajoelham-se e impõe-se-lhes os lenços. No fim, de pé, rezam:

Tuméne ukúbama buiji kuímona ai umóna zi nkómba. A Muéne tukutónda. Utuchindisia tukámbua uvútuka mbuza. Amén.

◆
(III)

UCHITUKA BABELAMA

Depois da homilia, proceda-se à seguinte cerimónia:

Mv. Tata M'pélo (bispu) tukulinda m'sua buinji tusichika zi nkómba zitua azi mun'ibuángu chi babelama.

Cl. Monho ami uvokoka táta Mvési. Mamónso mu m'tu aku ibila nje zabízi maméme mana uivésia.

MV. Táta m'pélo tumazábizi ai tumabélíka,

Cl Buna umatúmisia.

Segue a chamada à qual responderão: *Nje toka Muéne*

Mv. Nkómba ziami, tuiútula matóndo mu ibila chi nsekukulu inu, mangolo minu ai mpíbululu inu. Buau, mu ilumbu bene achi lia bündu lionso likuángala abu luitélamena chimbánji isálu chinu chi bubélama.

Cl. Matóndo ke Táta Nzâmbi.

Cl. Táta Mvése, tuiúúzi obo lusóléze, vanji nkambábu: bakubeméze buinji kuimânga bavéka?

Mv. Ngéte Táta

Cl. Buau, bána bami, yalânu mióko ai yámikisianu likánha linu li bakua-ubélama.

Ba. Befu kuaba Mfumu Zézu, utusúkula m'tíma buinji tumóna ai tubélama.

Cl. Bana bámi, matóndo lia bündu kivútula mu ibila chi mangólo minu. Vanji, ntámbuluilanu:

Cl. Luivítika ukúa mbémbu Zézu, buinji kalusunjikila china luifuéne uvónda mu bēnu, buinji lusámisia mâna minu?

Ba. Ngéte Táta.

Cl. Luivítika ukúkuluila m'tíma Zézu u vumbama ei u bumbele buinji lusíchika luzólo luinu?

Ba. Ngéte táta..

Cl. Luivítika ubónga mfuna u Zézu buinji lumónisia lubóndo luinu?

Ba. Ngéte táta,

Cl. Matóndo ke Táta Nzâmbi.. Bika lubá ubútu bi Zézu ibila luisálila mâna ma Táta.

Ba. Amén.

Segue a bênção do símbolo do Babelama

Táta Mvânji ai Mvéne, séma (+) ulumbu abi ai dúkululuila Mfúzi mônho um bána bakuiza bitámbula. Babá bāntu bibélama uonsoko muntu.

Depois da recepção do símbolo, ajoelham-se e dando-se as mãos, rezam a seguinte oração.

A Muêne Tâta, tuitomba ubá bâna baku bizibula meso buinji umóna. Bisichika ndâtulu buini ukûûa ai bibélama buinji usázia. Muêne utuvâna mangólo maku, bakana mána miti buinji tukâmbua uvônga. Amén,

Os babelama levantam-se de mãos dadas e dão-se o abraço de comunhão e de alegria.

M'SÂMBU MANGÓLO

Manuêne, Tâta, utuvâna mâna tuzâba umóna luzólo buaku.

Mun'itômba ubatékila,

Muna mvúsusku ubavâna ndémbama

Varia ntângu iéla, Tâta utuvâna Muan'aku u luzólo:

Uzibula méso ma mpófo,

Uvana mâlu ké ikâta,

Ai ufiona m'kânda buâzi.

Eezu Tâta, bônga m'tim'itu usúkula, tuzóla,

Mioko itu ukândula, tuzázia,

Tubá bânú bilékila mônho ai m'súnha.

Amén.

A assembleia samaritana

1. Canto de entrada
2. Ritos iniciais (em nome do Pai...)
3. Acto penitencial

4. Invocação do Espírito Santo

5. Leitura Bíblica

6. Pregação e partilha da palavra

7. Oração dos fiéis (zi nkánu)

8. Testemunho da aproximação(Palavra)

9. Makaba

10. Apresentação dos novos

11. Avisos

12. Oração final

(Se estiver o director espiritual dá a bênção final)



Este texto é provisório. Pretende-se com isso que, ao longo de anos de experiência, se possa enriquecer elementos que sejam importantes. Isto far-se-á somente durante o Grande Poço de Jacob.

Imaculada, 23 de Setembro de 1998


Padre Jorge Casimiro Congo

NÓTULA HISTÓRICA

O actual Movimento de apostolado Samaritanos ou Lusitanos nasceu dos Antigos Jovens. Vendo que a designação representava pouco e no seu seio estavam, sobretudo, senhoras mães, decidimos, em 1996, evoluirmos para um grupo de oração, cujo lema fosse ser solidário como o bom samaritano. Problemas houve que fizeram com que o projecto não tivesse o enraizamento pretendido. No entanto, em 1998 deu-se um outro impulso. Tentou-se, desta vez, dar-se um corpo mais sólido e foram consolidados os elementos essenciais da espiritualidade.

Imaculada, 30SET
Padre Jorge Casimiro Congo

(Com a aprovação eclesialística)



+ *Paulino Impasse*

Anexo 19: Estatutos da Fraternidade

DIOCESE DE CABINDA

ESTATUTO DA FRATERNIDADE CRISTÃS CATÓLICAS

~~~~~JHS~~~~~

Nota da Fundação da Fraternidade  
na Diocese de Calinda 6/Junho/1984  
dada da Irmã Catarina, das  
Mercedárias da Caridade

ESTATUTOS DAS FRATERNIDADES  
FEMININAS CRISTÃS

CAPÍTULO 1/ CRIAÇÃO - DESIGNAÇÃO

- Artigo 1. Desde 1964, nasceu no Congo, um movimento paroquial de oração, de apostolado e de ajuda mútua designado: FRATERNIDADES FEMININAS CRISTÃS CATÓLICAS e conforme a Lei de 1 de Julho de 1901.
- Artigo 2. As fraternidades são um movimento de oração e de apostolado e, por isso, estão sempre enraizadas numa paróquia.
- Artigo 3. Todas as actividades missionárias das Fraternidades decorrem dentro dos limites da Paróquia e nunca fora destes, salvo em casos de uma opinião contrária proveniente da Paróquia de origem.
- Artigo 4. As Fraternidades, sendo um movimento de oração, de apostolado e que pratica o auxílio espiritual, material e moral mútuos, se sustentam todas em caso de acontecimentos felizes ou infelizes. Neste caso, elas saem para um momento das suas Paróquias para estarem mais próximas da Fraternidade Irmã duma outra Paróquia. ( Trata-se de festas de padroeiros ou lutos. )

CAPÍTULO 2/ NATUREZA - OBJECTIVO

Mc I, 14-20; Jo 15, 16-17; At 2, 42-47./

- Artigo 5. As Fraternidades são um movimento de apostolado que congrega numa comunidade fraterna mulheres

ser concedida à irmã pela secretaria da fraternidade de origem.

✓ b/ Dum bairro a um outro ou duma Paróquia a uma outra: uma transferência lhe pode ser concedida à seu pedido.

✓ Artigo 12. A Fraternidade não deve servir de pretexto para faltar às exigências cívicas, familiares e profissionais.

#### CAPITULO 4/ CONDIÇÕES DE ADMISSÃO

Mt 28, 16-19; Jo 3, 3; At 9, 17-19;

At 10, 1-48.

1374 Artigo 13. São admitidas nas Fraternidades todas as mulheres cristãs católicas.

Artigo 14. As postulantes que desejam ser membros das Fraternidades devem ser batizadas católicas tendo já participado aos sacramentos da eucaristia e da penitência.

Artigo 15. Todo o futuro membro das Fraternidades deve dar, aquando do seu pedido de inscrição, as seguintes informações:

- Nome completo
- Data e lugar de nascimento
- Nomes dos pais ( vivos ou mortos )
- Situação da família ( casada ou não, número de filhos número e nomes dos parentes vivos.)
- Sacramentos recebidos e não ainda recebidos.
- Nome do tutor ou tutora.
- Nome do marido e sua profissão.

Artigo 16. Para ser postulante, um pedido manuscrito deve ser dirigido à presidente( responsável) e preencher as seguintes condições:

a/ Ser baptizada católica e ter recebido a eucaristia.

b/ Ter ao menos 28 anos de idade.

c/ Ter um cartão de contribuição cristã do bairro, ou comunidade eclesial de base, como é hábito chamar-se noutras dioceses.

*Junta  
C. B. de A. A.  
C. B. de A. A.  
C. B. de A. A.  
C. B. de A. A.  
C. B. de A. A.  
C. B. de A. A.*

Artigo 17. A postulante torna-se membro da Fraternidade pela promessa que faz depois de ter preenchido as seguintes condições: ter pago o direito de adesão estimado à 5000 Frs para cobrir as despesas da promessa ( compra duma Biblia, dum terço e dum ciro).  
-ter a licença do marido, do tutor ou daquele que os representa.  
-ter pago a contribuição cristã do ano em curso.

*Apresenta  
M. A. de A. A.*

Artigo 18. O período de prova para a admissão dum membro postulante é de um ano. Durante este tempo, o futuro membro é iniciado à vida da Fraternidade, aprende todas as orações( orações usuais e as da Fraternidade e de todas as fraternidades) e toma conhecimento dos estatutos das fraternidades. X

Artigo 19. Três meses depois da inscrição da postulante, a Secretaria apresenta-a à toda a fraternidade. Depois do exame das condições requeridas, a fraternidade aceita ou nega a sua adesão.

#### CAPITULO 5/ ORGANIZAÇÃO-FUNCIONAMENTO

I Sam 8, 1; Mat 16, 19; Jo 21, 1-9;  
I Cor 12, 12-30; Rom 12, 3-16.

Artigo 20. A Fraternidade é constituida por membros que já fizeram a promessa, os quais são dirigidos por uma secretaria.

Artigo 21. A equipa da Direcção é eleita para um mandato de cinco anos renovável uma só vez. Nas em caso de falha, a referida equipa pode ser reestruturada no decorrer do seu mandato.

Artigo 22. Um membro da Direcção pode ser mudado quando se mostra inactivo.

Artigo 23. Antes de mudar uma equipa da Direcção (em caso de falha) ou antes substituir um membro da Direcção por um outro, é preciso avisar a COMISSÃO DIRECTORA DIOCESANA. Depois do voto, ela deverá ser informada também dos novos ou do novo membro.

Artigo 24. A equipa da Direcção compõe-se de seguinte modo:

- I Presidente
- I Vice-Presidente
- I Secretária Geral
- I Secretária Adjunta
- I Tesoureira Geral
- I Tesoureira Adjunta
- I Conselheira
- I Encarregada do material
- 2 Animadoras
- 2 Informadoras

Artigo 25. A Fraternidade elige a sua equipa da Direcção durante uma reunião de todos os membros com a maioria de 2/3, na presença do capelão paroquial ou do seu vigário e na presença dum representante da Comissão Directora Diocesana na pessoa da Primeira Vice-Presidente encarregada das relações interiores.

X - Poder ou de Conselho Paroquial da Fraternidade

Artigo 47. A Fraternidade a nível de Boia Formosa  
deve ser administrada dum Capelão Paroquial  
representante da Fraternidade em conjunto com  
o Conselho Diocesano, e que deve promover  
sua actividade no âmbito da  
da Fraternidade.

Artigo 26. Funções Dos Membros Da Equipa Da Direcção

(I) Presidente

- Ela é a primeira responsável da Fraternidade.
- Dirige os debates durante as reuniões de toda a Fraternidade.
- Pode convocar reuniões extraordinárias para toda a Fraternidade ou só a Direcção.

Preside a todas as reuniões e orações da Fraternidade.

- Coordena e supervisa todas as actividades da Fraternidade.

(2) A Vice-Presidente:

- Auxilia a Presidente em todas as suas actividades no seio da Fraternidade.

- Controla as presenças.

- Encarrega-se da organização e do apostolado dos membros.

(3) A Secretária

Assiste a Presidente em todas as suas actividades.

- Toma apontamentos de todas as reuniões, elabora os processos verbais e as actas.

- Assegura a administração (correio e arquivos).

(4) A Tesoureira

- Ocupa-se de todas as cotizações no seio da Fraternidade.

- Apresenta a situação financeira à Direcção no fim de cada mês e uma vez por trimestre à toda a Fraternidade.

- Efectua recolha sob as ordens da Direcção ou da Presidente se a quantia for superior a 10.000 rrs.

*Controla a situação financeira da Fraternidade, os depósitos e o movimento da caixa da Fraternidade.*



(5) A Animadora

- Encarrega-se da vida litúrgica da Fraternidade ( missas e outras orações comunitárias.)
- Anima a Fraternidade em todos os encontros de alegria e de tristeza ( veladas mortuárias, vigílias de oração, tirada de luto, casamentos
- ( - *funciona o de Conselho do bairro e do distrito*

(6) A Encarregada do Material

- prepara a sala de reuniões.
- Guarda todos os instrumentos de animação, os bens móveis e imóveis da Fraternidade e vela pela sua conservação.

(7) A Informadora

- Encarrega-se de informar os membros acerca de todos os acontecimentos felizes e infelizes ( doenças, lutos, nascimentos.)
- Trabalha com as informadoras dos bairros.

(8) A Conselheira:

- Intervém em casos de conflito na Direcção; entre os membros e a Direcção e entre duas ou mais irmãs.
- *funciona o de Conselho do bairro e do distrito*  
- dá a conhecer às postulantes os estatutos e o *para o grupo* método de adesão à Fraternidade. *e na prática*
- trabalha em colaboração com a Vice-Presidente e as responsáveis do bairro.

Artigo 27. A Presidente é auxiliada pela Vice-Presidente e na falta desta pela Secretária ou ainda pelo membro que segue imediatamente.

Artigo 28. A Presidente e os outros membros da equipa da Direcção são responsáveis da Fraternidade em colaboração com o capelão paroquial ( Pároco ou vigário).

*\* para seguir ao grupo Secretária*

Artigo 29. AS QUALIDADES DOS MEMBROS DA EQUIPA DA DIRECÇÃO

A/ Plano Humano

- ser uma irmã disponível
- Dinâmica, sociável
- Discreta, humilde e paciente.

B/ Plano Cristão

- ter todos os sacramentos de iniciação cristã (baptismo, confirmação, eucaristia).
- Praticar o sacramento da reconciliação (penitência ou confissão) e o sacramento da eucaristia.
- Ser apóstolo (ter a preocupação da salvação dos outros).
- ter fé, caridade e esperança.
- conhecer e viver a palavra de Deus.
- viver plenamente a sua vida cristã e pagar a sua contribuição cristã.

Artigo 30. Cada Fraternidade reúne os seus membros segundo os os bairros, isto para melhor realizar esta vida de fraternidade, de oração e de auxílio mútuo entre irmãs do bairro e melhor exercer o seu apostolado no seu meio de vida.

Artigo 31. Cada equipa de bairro terá duas responsáveis nomeadas pela equipa da Direcção da Fraternidade para fazer resplandecer a vida fraterna entre irmãs e as impulsionar ao apostolado também.

CAPITULO 6 A DIRECÇÃO DAS FRATERNIDADES

I Sam 8, 1; Mt 18, 15-18; Jo 21, 1-19

I Cor 5, 11-13; I Cor 12, 12-30; Rom 12, 3-16.

Artigo 32. As Direcções das fraternidades constituem a Comissão Directora a qual é a defensora do ideal que veiculam os estatutos. Vela pelo bom andamento de todas as Fraternidades e assegura o seu dinamismo. Tem o poder de arbitrar os conflitos que ultrapassam a competência da Direcção duma Fraternidade. Ela é o órgão máximo da Direcção de todas as Fraternidades.

Artigo 33. Para cobrir as necessidades financeiras da Comissão Directora, cada Fraternidade dará uma contribuição de 2.000 Frs por mês.

Artigo 34. A sede da Comissão Directora é fixada na Sé Catedral.

Artigo 35. A Comissão Directora elege a sua equipa de Direcção que é a Comissão Coordenadora. Esta prepara as reuniões plenárias da Comissão Directora.

Artigo 36. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO COORDENADORA

- 1 Presidente
- 2 Vice-Presidentes
- 2 Secretárias
- 2 Tesoureiras
- 2 Animadoras
- 2 Encarregadas do Material e Uniforme.
- 2 Encarregadas do protocolo.

Artigo 37. Nomeadas pelo Bispo, a Presidente e a Primeira Vice-Presidente da Comissão Coordenadora são as primeiras responsáveis da fraternidade. A Presidente da Comissão Coordenadora é Presidente Geral e a Vice-Presidente é Vice-Presidente Geral das Fraternidades ao nível diocesano.

Artigo 38. O mandato da Comissão Directora é de cinco anos renováveis uma vez só.

(Artigo 39. Caso houver uma falta de respeito dos estatutos ou em caso duma indisciplina notória, a Comissão Coordenadora com a Comissão Directora podem suspender uma fraternidade ou dissolver a sua Direcção.

(Artigo 40. A Comissão Coordenadora visita cada fraternidade uma vez por ano.

#### CAPITULO 7/ OS CAPELÃES E AS CONSELHEIRAS DIOCESANOS E PAROQUIAIS.

Mt, 16, 18-20; Jo 20, 19-23; Jo 21, 15-17;  
Rom 1, 1-15; Rom 15, 14-33; I Cor 1, 1-3;  
2 Cor 1, 1-II; Ef. 3, 14-20; I Tim 6, 11-I  
2 Tim 4, 1-5; Tito 2, 1-10; 3, 1-II.

Artigo 41. O capelão geral, os outros capelães e as religiosas  
(7) . conselheiras diocesanas são nomeadas pelo bispo.  
*podendo ser proposto pela C. D. Diocesana*

(X) Artigo 42. Os capelães e as conselheiras diocesanas estão nas fraternidades para pôr em prática as diretrizes pastorais do bispo. Estão nas fraternidades para anunciar o Evangelho e para velar pela vida sacramental de cada membro.

(7) Artigo 43. Os capelães e as conselheiras diocesanas são obreiros de unidade e da paz nas fraternidades. Eles trabalham fraternalmente com todas as irmãs e as suas relações têm como base a fé e a caridade.

(7) Artigo 44. Os capelães e as conselheiras diocesanas, tendo sido escolhidos pelo bispo para ocupar-se deste movimento de apostolado dos leigos, são responsáveis deste perante o bispo.

Artigo 51. Para tudo o que não foi previsto nestes estatutos no tocante ao papel que desempenham os capelães e as conselheiras paroquiais, <sup>devem ser definidos</sup> é desejável referir-se <sup>pel. P. M. Dias</sup> ao órgão supremo da direcção das fraternidades que é a comissão Directora.

Artigo 52. Fora da presença dos capelães diocesanos e paroquiais, nenhuma presença masculina será admitida nas fraternidades femininas católicas.

#### CAPÍTULO 8/ A VIDA DA FRATERNIDADE

Mt 13, 19-20; At 2, 42-47; 3, 4.

Artigo 53. As fraternidades têm férias, excepto a Comissão Directora, no espaço de tempo compreendido entre Julho-Setembro. As actividades retomam com a novena que prepara a festa de Nossa Senhora das Sete Dores.

#### Artigo 54. AS REUNIÕES

##### A/ 1ª Reunião

##### 1- Saudação

##### 2- Invocação do Espírito Santo

##### 3- Chamada ( é feita logo no início para se tomar conhecimento das irmãs ausentes por razões graves afim de se rezar por elas.)

##### 4- Oração ao Santo Padroeiro ou Santa Padroeira.

##### 5- Aclamação da Palavra de Deus.

##### 6- Leitura da Palavra de Deus.

##### 7- Breve meditação da Palavra de Deus ( dirigida ou silenciosa).

##### 8- Oração com intenções.

##### 9- Recitação duma dezena do Rosário.

##### 10- Oração de todas as fraternidades.

##### II- Formação ( vida espiritual, vida de fraternidade (estatutos), vida apostólica, vida litúrgica, vida humana.)

- 12- Relatório( leitura do processo verbal).
- 13- Relatório das equipes do bairro.
- 14- Leitura da ordem do dia .
- 15- Distribuição do trabalho a realizar dentro e fora da Fraternidade ( visita aos doentes, aos pobres, aos velhos e aos diminuídos físicos. )
- 16- Relatório financeiro
- 17- Correspondência e diversos.
- 18- Orações a S. Francisco de Assis e a Jesus Misericordioso.
- 19- Canto final
- 20- Saudação

B/ 2ª Reunião

- (1)- Saudação.
- (2)- Invocação do Espírito Santo.
- (3)- Chamada.
- (4)- Oração ao Santo Padroeiro ou Santa Padroeira
- 5- Aclamação da Palavra de Deus
- (6)- Leitura da Palavra de Deus
- (7)- Meditação comunitária ( dirigida ou silenciosa ).
- 8- Oração com intenções
- (9)- Terço com meditação dos mistérios
- (10)- Avisos e diversos
- (11)- Oração de todas as Fraternidades
- (12)- Canto
- (13)- Saudação - Dispersão.

Artigo 55. REUNIÃO DA COMISSÃO DIRECTORA

- 1- Saudação
- 2- Invocação do Espírito Santo
- 3- Chamada
- 4- Novidades das fraternidades
- 5- Aclamação da Palavra de Deus
- 6- Leitura da palavra de Deus pelo capelão diocesano
- 7- Meditação da Palavra de Deus dirigida pelo capelão diocesano
- 8- Oração com intenções.

- 9- Recitação duma dezena do Rosário
- 10- Oração de todas as Fraternidades
- 11- Relatório da última reunião
- 12- Agenda do dia com discussões
- 13- Diversos
- 14- Oração a S. Francisco de Assis e a Jesus Misericordioso
- 15- Canto
- 16- Bênção do Capelão diocesano
- 17- Saudação - Dispersão.

Artigo 56. A Direcção das Fraternidades prepara sempre as reuniões gerais de todas as Fraternidades, assim como a Comissão Coordenadora deve também preparar as reuniões da Comissão Directora.

#### CAPITULO 9/ A VIDA ESPIRITUAL DAS FRATERNIDADES

Jo 4, 21-30; Rom 8, 1-17; 12, 10-17;  
Ef 5, 1-20; Col 3-4; I Tim 5, 12-22;  
2 Tim 3-4; Tito 1, 19-27; I P. I, 13-25;  
I Jo 4, 7-21.

Artigo 57. Oração: Mt 6, 7-15; 18, 19-20; 7, 7-11.  
Lc 6, 12-13; 11, 9-13; 12, 22-31  
Jo 4, 46-53; I Tim 2, 1-8.

Rezar é dialogar com Deus, é também viver com Deus; por isso, os membros das Fraternidades terão como actividade essencial e principal: a oração.

Artigo 58. Os membros das Fraternidades devem participar à missa semanal das Fraternidades e à missa do domingo.

Artigo 59. Cada membro deve esforçar-se em ler e meditar todos os dias a Palavra de Deus. Por isso, cada irmã deverá ter uma Bíblia.

rezam uma missa pelas intenções das irmãs defuntas de todas as Fraternidades e no mês de Janeiro, seguindo a mesma organização, uma missa é celebrada pelas intenções de todos os membros das Fraternidades.

#### Artigo 64. ADORAÇÃO AO SANTÍSSIMO

Ap 7, 11-12; Ap 15, 3-4

As irmãs das Fraternidades fazem uma adoração ao Santo todas as primeiras sextas-feiras do mês.

#### Artigo 65. VIA SACRA

Lc 23, 26-32; Jo 19, 25-27.

Para viver com Maria, a Paixão, a Morte e a Ressurreição de Cristo, uma irmã da Fraternidade meditará todas as sextas-feiras a "via sacra" em sua casa e com toda a Fraternidade as sextas-feiras da Quaresma.

#### Artigo 66. A PROMESSA

I Sam 3, 1-21; 16, 12-13; At 9, 10-13; I Tim 2, 1-13

Cada ano, todas as irmãs renovam as suas promessas de engajamento na Fraternidade, durante a missa celebrada em honra de Nossa Senhora das Sete Dores.

#### Artigo 67. PENITÊNCIA/CONVERSÃO

Ez 36, 24-30; Mt 20, 20-24; Lc 9, 57-62; Lc 13, 1-5  
Lc 14, 25-33; Lc 19, 1-10; At 4, 36-37; 2 Cor 5, 17-21.

- a/ Uma mulher que se engaja na Fraternidade, trabalha pela sua própria conversão e pela conversão dos outros e das outras.
- b/ Para realizar esta conversão, ela não deverá procurar as suas próprias comodidades e a facilidade da vida.



c/ Para viver a sua conversão, uma irmã da Fraternidade deve confessar-se uma vez por mês.

d/ É deste modo que uma irmã mostrar-se-á disponível em seguir a Cristo, levando a sua cruz.  
( cof Lc 14, 26-27 ).

igo 68. Para as situações difíceis da Igreja ou para a obtenção duma graça particular nos lares, na Paróquia, no País ou na Fraternidade, a Presidente poderá pedir uma abstinência ou uma penitência aos membros da Fraternidade.

igo 69. As irmãs terão o cargo da limpeza da Igreja e da Paróquia e executarão todos os pequenos trabalhos num espírito de penitência.

igo 70. Cada ano, no mês de Fevereiro, as Fraternidades prestarão uma ajuda ao Bispo para as suas obras, num montante de 50. 000 Frs para as Fraternidades de mais de 50 membros e 25. 000 Frs para as Fraternidades de menos de 50 membros.

igo 71. As Fraternidades honram-se ao contribuir às despesas das exéquias dum bispo, padre, diácono, religioso ou religiosa.

#### CAPITULO IO/ A VIDA DE CARIDADE DAS FRATERNIDADES

Jo 13, 1-5; 14, 15-21; Jo 12-16; Tito 3, 4-7.

igo 72. Entre ajuda e assistência

Is. 58, 6-11; Lc 7, 11-16; Lc 10, 29-37; Jo 15, 12-16

Para ilustrar um dos objectos da Fraternidade, que é a assistência, as irmãs ajudam-se espiritualmente, materialmente e financeiramente.

#### Artigo 73. As Cotizações

Mt 6, 1-4; 2 Cor 8-9; Fil 4, 10-20.

Para a sua sobrevivência, a Fraternidade obrigará todos os membros a dar uma contribuição mensal de 100 a 300 Frs segundo o efectivo da Fraternidade: uma cotização de 300 Frs por mês para as Fraternidades de menos de cem membros; 200 Francos para as Fraternidades de 100 a 200 membros e finalmente 100 por mês, para as Fraternidades de mais de 200 membros. Será a recolha desta soma a tesoureira geral.

#### Artigo 74. A Assistência

Is. 58, 6-11; Mt 6, 1-14; 25, 34-46; I Pe. 1, 22-25

- a/ A Fraternidade ajuda um dos seus membros nos seguintes casos: doença grave, morte ou matrimónio.
- b/ A Fraternidade assiste uma irmã em caso de doença benigna e após um convite na ocasião da confirmação, da primeira comunhão ou da retirada de luto.

#### Artigo 75. AS DOENÇAS

Mat 25, 36; Lc 10, 23-37; Tgo 5, 13-16.

- a/ Doença Benigna: A Fraternidade sendo uma família, um membro doente deverá beneficiar das visitas das irmãs da Fraternidade.
- b/ Doença grave: Neste caso, a Fraternidade ajuda o membro doente tendo em consideração a sua regularidade nas actividades do grupo e a sua situação financeira ( receitas ).

Artigo 76. A Fraternidade deverá rezar pelos doentes durante as missas e as reuniões. Deverá oferecer uma intenção particular a seu respeito e deverá mandar também celebrar missas pelas suas intenções.

Artigo 77. OS FALECIMENTOS  
Lc 7, 11-16; 11, 1-14.

Na ocasião da morte duma irmã, a Fraternidade deverá participar duma maneira especial às exéquias. A taxa de participação de cada irmã varia de 1.500 a 3.000 Frs, segundo o efectivo da fraternidade:

- menos de 100 membros 3.000 Frs
- de 100 a 150 membros 2.000 Frs
- de 150 a 300 membros 1.500 Frs

A taxa de participação das Fraternidades irmãs é de 10.000 a 15.000 Frs, segundo o custo de vida do momento.

Artigo 78. Caso uma irmã defunta não tenha parentes, ocupar-se-ão de todas as despesas, as Fraternidades.

Artigo 79. Sendo do conhecimento de todas que uma postulante não participa nas cotizações da fraternidade, num determinado caso de falecimento duma irmã da sua fraternidade, pedir-se-lhe-á pagar uma taxa de participação conforme o exige o artigo 77.

Artigo 80. Em caso de falecimento duma postulante, somente a sua fraternidade anima a velada de cadáver, prepara a missa do enterro e, em uniforme, acompanha a defunta à sua última morada.

Artigo 81. a/ Quando uma irmã da fraternidade morre numa outra diocese, a assistência moral, material e espiritual de todas as fraternidades desta diocese é obrigatória.

b/ Na ocasião dum falecimento numa fraternidade que não fez ainda a sua saída oficial, somente a Comissão directora participa à missa do enterro.

Artigo 82. a/ A ajuda obrigatória para uma irmã em luto é limitada aos seguintes membros:

- pai, mãe, (tio, tia): estes, caso tenham substituído o pai e a mãe.

filhos, irmão, irmã, mei-irmão, mei-irmã da mesma mãe ou do mesmo pai.

- marido ( no caso das irmãs casadas ao menos costumemente.

- sogrões: pai e mãe do marido que preenche as condições acima citadas.

- filho adoptivo ( filho de que uma irmã é tutora ).

b/ A taxa de ajuda à uma irmã em desgraça é fixada a 40.000 Frs, excepto em caso de morte dum sogro em que a taxa de participação é de 10.000 Frs.

c/ Todos os outros casos não previstos no artigo 82 destes estatutos não podem requerer uma ajuda material

c/ Por todas as situações de que seriam vítimas as irmãs da Fraternidade ( cataclismo, viúva em estado muito difícil, etc ), a Direcção tomará conhecimento e dará um contributo material substancial.

Artigo 83. AS VELADAS DE CADÁVER

Lc 7, II - 16; Jo II

a/ Uma irmã deverá passar toda a noite na véspera do enterro, em caso de morte dum membro ou dum familiar directo, segundo o artigo 32.

b/ A velada começa a partir das 21 horas até à 1 hora de madrugada. Ela deverá seguir o seguinte plano: Oração - Animação - Descanso.

O descanso vai de 1 hora de madrugada até às 4 horas de madrugada. Depois do descanso, a velada retoma, seguindo o mesmo plano: Chamada - Oração - Dispersão.

c/ É estritamente proibido beber bebidas alcoólicas e tomar café durante as veladas de cadáver.

Artigo 84. A assistência é também obrigatória à uma irmã da Fraternidade que perdesse um parente ( artigo 81 ) numa outra diocese. As Fraternidades da zona onde ocorreu o falecimento, depois de serem sido contactadas pela irmã em desgraça:

- animam a velada e a missa.
- assistem ao enterro ( cf art. 83 ) e a Comissão Directora Diocesana dá 20.000 Frs à delegação da sua Fraternidade que a acompanha.

Artigo 85. OS ENTERROS

Ec 7, II - 16; Jo II.

- a/ Para o enterro duma irmã da Fraternidade, as Fraternidades devem participar e alugar dois autocarros: Um pela Comissão Directora e o outro pela Fraternidade em desgraça. No cemitério, as irmãs estarão próximas do túmulo, afim de cantar e rezar em memória da defunta.
- b/ Para o enterro dum parente directo, segundo o artigo 82, a assistência é obrigatória na medida em que os meios de locomoção postos à disposição de todos o permitam. As irmãs deverão rezar e cantar no lugar do enterro.
- c/ A delegação das Fraternidades que acompanha uma irmã defunta até à sua última morada não deve ir para além das fronteiras da Provincia.

Artigo 86. OS UNIFORMES

- a/ A irmã em desgraça deve pôr o uniforme <sup>de</sup> enterro da sua Fraternidade. Em caso duma viúva, a Fraternidade pedirá a opinião da família.
- b/ Na ocasião do enterro duma irmã da Fraternidade, é proibido fazer limpezas extraordinárias.
- c/ Para as festas, é proibido mandar coser roupas com o uniforme da Fraternidade para pessoas que não são membros das Fraternidades, excepto os capelães diocesanos e capelheiras diocesanas. Para os capelães paroquiais, é desejável que lhes sejam feitas estolas e uma casula que possam usar em todas as

Artigo 37. RETIRADA DE LUTO

Ecl. 38, 16-24

A Fraternidade participa somente após um convite e nenhuma ajuda material é obrigatória.

Artigo 88. OS CASAMENTOS

Jo 2, 1-10

A Fraternidade deve prever uma prenda para uma irmã que se casa religiosamente.

Artigo 89. AS FESTAS

Ex. 23, 14-17; Ex 23, 23-24; Nu. 7, 10 ss; Lc 1, 41-43; Jo 2, 13-25.

- a/ A festa da Padroeira ou do Padroeiro da Fraternidade se celebra uma vez por ano numa data fixada desde a criação da fraternidade.
- b/ Na ocasião da festa do seu Padroeiro, a Fraternidade convida as fraternidades irmãs a participar à missa.
- c/ Todos os cinco anos, ela deverá oferecer um aperitivo depois da celebração eucarística. Deverá acolher também uma delegação das Fraternidades irmãs doutras dioceses.

CAPITULO II/ A VIDA APOSTÓLICA DAS FRATERNIDADES

Mt 7, 21-29; Mt 28, 16-20; Lc 10, 1-12;  
At 1, 1-11; At 6, 6-10; Tit 2, 11-15.

Artigo 90. O apostolado consiste em fazer conhecer, fazer amar a Deus e testemunhar a Morte e a Ressurreição de Jesus Cristo em palavras e obras.

Artigo 91. A Fraternidade é um movimento de apostolado dos leigos. Por isso, este movimento deve mostrar o primeiro exemplo de apostolado comunitário na Paróquia, dado que aí se encontram unidas pessoas de diversas categorias.

Artigo 92. As irmãs das Fraternidades exercem o seu engajamento de baptizadas em todos os domínios: iniciativas no sector catequético, litúrgico, caritativo, missionário e da promoção humana.

Artigo 93. A Fraternidade, sendo um movimento de apostolado, os ideais e os princípios apostólicos da diocese devem encontrar nela um terreno favorável.

a/ Por isso, uma Fraternidade deve ter membros que ensinam a catequese, como modo de anunciar a Palavra de Deus.

b/ A Fraternidade exercerá actividades sociais de assistência e de educação para testemunhar o amor de Cristo.

c/ A Fraternidade deverá organizar encontros afim de ajudar e suscitar todo tipo de vocações. (sacerdócio, vida consagrada, matrimónio, profissão, celibato)

Artigo 94. AS SAIDAS

a/ Para consolidar a sua vida de Fraternidade entre irmãs duma mesma Fraternidade ou entre duas Fraternidades ou ainda por razões espirituais e apostólicas (peregrinação, visita duma Fraternidade irmã em formação), uma Fraternidade pode efectuar, com a permissão da Comissão Directora e da Paróquia, uma saída fora da sua Paróquia ou da diocese.

b/ É proibido visitar uma Fraternidade irmã em festa. As festas dos Padroeiros não são ocasião de alegria para duas ou três Fraternidades somente. Pelo contrário, devem ser um momento de rejúbilo para todas

as Fraternidades duma diocese ou de todas as dioceses do nosso país.

c/ A Fraternidade, ao efectuar uma saída, deverá sempre ser acompanhada dum membro da Comissão Coordenadora que velará pelo espírito das Fraternidades.

#### CAPITULO 12/ OS PRINCÍPIOS DISCIPLINARES

Mt 13, 15-18; Lc 17, 1-4; 1Co 5, 3-13.

Artigo 95. Pode ser membro das Fraternidades, toda a mulher que recebeu os três sacramentos de iniciação cristã ( baptismo, confirmação, eucaristia ) e com 28 anos de idade ao menos. ( cf. art. 16 ).

Artigo 96. Não há inconveniência nenhuma, duas ou três irmãs da mesma família pertencerem a uma mesma Fraternidade. Em caso de ajuda material, a repartição será igual entre todas as irmãs.

Artigo 97. a/ A postulante deve fazer um pedido por escrito que será examinado pela Direcção da Fraternidade. Se depois dum ano de observação, a postulante for julgada digna de ser membro da Fraternidade, dar-se-lhe-á um impresso de inscrição que traz todas as condições de adesão. O mesmo impresso deverá levar a assinatura do seu marido ou do tutor ou dum representante.

b/ Antes da sua adesão pela Promessa, ela não participará às cotizações, excepto em caso de falecimento duma irmã na sua Fraternidade ( cf. art. 79 ). Uma vez admitida, deverá dar a quantia de 5.000 Frs para cobrir as despesas da Promessa ( compra de Bíblia, terço, ciro ).